ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

VIRGILIO CORRÊA FILHO e HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES

DE

CID CRAVEIRO COSTA

Inspetor Regional

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

28 DE ABRIL DE 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXXV VOLUME

RIO DE JANEIRO
1958

PREFÁCIO

A AMÉRICA Meridional tem, no seu relêvo, as condições que favoreceram o traçado atual das fronteiras brasileiras além do meridiano de Tordesilhas. É que do lado do Pacífico a Cordilheira dos Andes como que fixa uma muralha a dificultar a marcha para o Oriente.

Se, em verdade, na margem direita do Paraguai se acentuava uma civilização espanhola, de sua margem esquerda os bandeirantes paulistas iam ocupando a gleba, de forma a estabilizar as fronteiras brasileiras. A epopéia desta penetração conseguiu o domínio político para o Brasil de todo o Estado de Mato Grosso, embora não nos tivesse dado precisamente a ocupação econômica dêste território. Mato Grosso ficou durante alguns séculos estacionário, em face das profundas dificuldades de sua exploração econômica.

Se em verdade o sul do Estado tinha condições melhores de sucesso, o norte, com suas terras férteis em redor de Cuiabá, se mantinha contudo em dificuldade de florescimento, pela agressão da natureza, na vastidão das florestas e pela falta de densidade demográfica.

Por outro lado, as inundações do Miranda, do Taquari e do Cuiabá, formando os pantanais de Mato Grosso, dão a esta região uma reduzida ocupação humana. Acontece, entretanto, que se naturalmente esta lentidão no desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso o manteve no pauperismo digno de nota, por outro lado como que guardou uma reserva econômica de alto sentido para a fixação de uma civilização de rara perspectiva nos horizontes do futuro.

Sem dúvida, as enchentes dos grandes rios que lavam os pantanais de Mato Grosso trazem nas suas inundações o húmus fertilizador desta formidável baixada. Além disso,

a própria condição topográfica dá a esta região condições magníficas para uma intensa mecanização.

Heródoto há milênios nos dizia que o Egito era uma dádiva do Nilo; e precisamente, pelos efeitos fertilizantes de suas inundações. O Pantanal de Mato Grosso recebe um magnífico adubamento, nas descargas sólidas do Paraguai, do Miranda, do Taquari, do Cuiabá. É verdade que, desde a alvorada da História, o Egito constrói diques no Nilo, no sentido de regularizar a sua descarga e dominar as enchentes, de acôrdo com as necessidades de sua agricultura.

Os rios de Mato Grosso nunca tiveram nenhum tratamento e suas águas volteiam e mudam constantemente de leito, como que a brincar por sôbre aquelas imensas planícies.

Hoje, entretanto, já se leva mais a sério o aproveitamento das terras de Mato Grosso, embora ainda nenhuma obra de grande vulto tenha sido encetada. Hoje já se delineia a fiel perspectiva que representa esta terra na economia mundial.

Sem dúvida, não há em nenhuma outra parte de nosso planalto uma tão extensa área pràticamente despovoada, com tão formidáveis condições para um desenvolvimento agrícola de longa investidura.

O Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, em 1956, notou, com certo assombro, êste quadro que se completava objetivamente na era atual da técnica da exploração do solo com o emprêgo do petróleo boliviano, capaz de dar florescimento a tôda a zona baixa que se localiza ao oriente dos Andes. E essa civilização agrícola e pastoril, que tem tão relevantes elementos de sucesso, poderia ser atendida pelo parque industrial do Vale do Paraná que, com seus 30 milhões de cavalos-vapor, é fadado a ser o centro industrial da América Meridional.

Além disso, Mato Grosso dispõe das terras virgens de ocupação econômica mais remota, mais exuberantes de fertilidade.

É difícil encontrar-se região mais bela e mais empolgante do que os vales dos rios das Mortes e do Xingu.

O norte do Estado de Mato Grosso já se localiza na bacia Amazônica, com os defeitos e as virtudes daquela composição geológica. Para se ter uma idéia das dificuldades de sua exploração agrícola, citaremos Caximbo, aberta como uma clareira na mata virgem e que a simples abertura do campo transformou em um areal a terra desmatada. Isto no alto da serra, exatamente pelo arenito muito friável do solo da bacia Amazônica.

De qualquer maneira as florestas de Mato Grosso empolgam, tanto pela grandeza que exprimem, quanto pela qualidade das essências que abrigam.

Além disso, os desníveis dos cursos d'água, com grande volume líquido, oferecem potencial energético por tôda parte, capaz de servir de base a indústrias-pilotos, fundadoras de núcleos de civilizações futuras.

Mas se êsse centro é uma reserva florestal para o futuro do Brasil, a parte ocidental de Mato Grosso recebe o efeito civilizador da navegação do Paraguai e se desenvolve, embora lentamente, mas definindo possibilidades magníficas para serem abordadas no momento atual, onde a técnica agrícola mudou o panorama total no aproveitamento das riquezas da gleba.

Em primeiro lugar, a temperatura alta que reduz vivamente o trabalho muscular do homem que explora a terra já não representa, como há alguns lustros atrás, o atestado de pobreza. Não é demais que se repita que o homem é uma máquina térmica, que oxida carbono na sua intimidade celular. E, assim, como uma máquina térmica, tem ela a fixar o rendimento, a diferença entre a temperatura interna e a temperatura externa. Assim, a proximidade dêstes dois valores nas zonas quentes torna quase nulo o esfôrço muscular. Com a mecanização da atividade rural elimina-se êste fator depressivo para a economia intertropical. Abre-se, assim, um panorama novo de sucessos para as terras de Mato Grosso; e êste panorama advém da exploração e emprêgo do petróleo boliviano. A dificuldade maior para o emprêgo dêste petróleo é, sem dúvida, aquela do transporte. A fantasia primária dos que sonharam com soluções de viação e não de transporte levou-nos à construção da Estrada de Ferro Brasil—Bolívia, sem dúvida nenhuma, um elemento excepcional de sucesso no desenvolvimento do Chaco e de intercâmbio econômico com Mato Grosso; mas do ponto de vista da exploração petrolífera não ofereceu as condições econômicas do transporte. Pensa-se, agora, na construção de um oleoduto, capaz de encaminhar, em condições econômicas, o precioso combustível até às margens do Paraguai. Acontece, também, que o rio São Miguel e sua possibilidade de ligação ao rio Grande ofereceriam condições de escoamento econômico em uma formidável extensão, pela rêde fluvial do Paraguai.

É doloroso assistirmos a terras caídas, que passam diante de Corumbá, verdadeiras ilhas flutuantes, onde até animais de grande porte nelas navegam, até sua desagregação ao embate das águas. Em verdade é doloroso assistirmos como a falta de defesa das margens vai assoreando esta grande via navegável.

É difícil existir melhores condições para uma rêde de transportes fluviais do que as que existem em Mato Grosso, mas também é difícil que se encontre em alguma parte do mundo o abandono de cursos d'água desta significação.

E note-se que todos os grandes países do mundo fixaram o seu desenvolvimento econômico à base do aproveitamento de suas rêdes fluviais.

Antes das obras de drenagem do Mississipi, do Missuri e do Ohio, já o grande rio americano estava indicado de ponta a ponta. Não nos referimos a obras seculares de navegação dos rios europeus, inclusive as eclusas que começaram na época da Liga Hanseática, em plena Idade Média, mas queremos nos referir a obras elementares de defesa das margens, indicamentos, obras de conservação do talvegue e mesmo algumas dragagens e a eliminação de afloramentos rochosos.

Êsses problemas, entretanto, são muito mais gerais, ao Brasil, do que específicos do Estado de Mato Grosso.

Poder-se-ia citar como elemento específico a ligação das bacias que vêm sendo hoje estudadas com grande sabedoria e especial carinho pela Comissão da Bacia Paraná-Uruguai, dirigidos êsses estudos pelo professor Mendes da Rocha. Estuda êle também a ligação do Brilhante com o Miranda, marcando uma das mais interessantes ligações fluviais, prolongando a bacia do Paraná até às águas do Paraguai. Estuda êle a ligação do rio Pardo ao Coxim, descendo pelo Taquari até Corumbá, marcando outra via navegável que reestabelece o antigo caminho dos bandeirantes paulistas em suas penetrações em Mato Grosso. Ainda estuda a ligação do Taquari com o Araguaia, por um canal aberto no talvegue do córrego do Sapo.

Êsses patrióticos estudos representam o encaminhamento da solução dos problemas da civilização interior do Brasil, na base da realidade econômica do escoamento da produção nos longos percursos que medeiam entre os mercados consumidores e a extensa zona do pantanal de Mato Grosso. Seria, por outro lado, via de exportação dos produtos manufaturados da industrialização fatal do Vale do Paraná, que se desenha num futuro próximo, amparada no imenso potencial hidrelétrico existente.

O rio Paraguai faz parte do grande sulco existente com as bacias do Amazonas e do Prata. Suas águas, mesmo em certa época do ano, se emendam quando das grandes cheias do Aguapeí (afluente do Juaru) e do Alegre (afluente do Guaporé). Essas mesmas bacias têm suas águas ligadas pelos dois rios São Miguel em terras bolivianas, quando na época das cheias transborba, próximo a San José, levando as águas do São Miguel (afluente do Paraguai) para o outro São Miguel, que desemboca no lago São Luís, onde nasce o rio Itanomas, afluente do Guaporé. Até a toponímia é digna de ser sublinhada: pois é que o rio São Miguel, afluente do rio Paraguai, nas cheias, inunda, com suas águas, o canal de São José, para lançá-las no rio São Miguel, da bacia do Guaporé.

Assim, as bacias do Prata e do Amazonas já estão espontâneamente ligadas tanto em terras brasileiras quanto em solo boliviano. Apenas essas ligações não oferecem nenhum proveito no momento, pois além de se realizarem apenas nas grandes cheias, a navegação comercial é impraticável pela falta de trabalhos de melhoramentos nos leitos dessas vias

líquidas. Há necessidade do indicamento do rio Paraguai de Aterrado até a foz do rio Tauru e de Corumbá a Coranda.

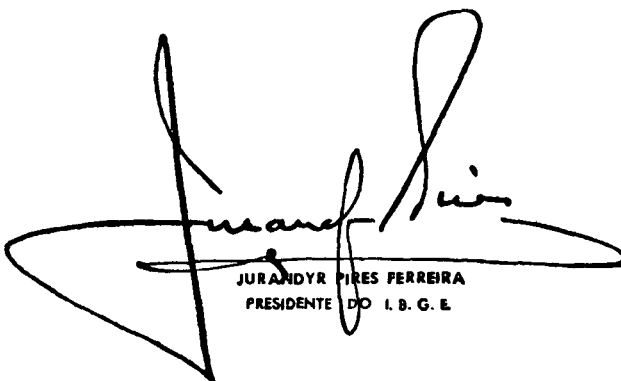
Faz-se mister que se realize uma barragem no rio São Lourenço a montante da cidade do mesmo nome, no boqueirão da serra de São Lourenço, represando os rios Paraíba, Pocubá e Pochoriú, outra no rio Pequiri, a jusante da travessia do Pequiri, represando as águas a montante e afogando o desnível, algumas barragens no rio Coxim (essas estão sendo estudadas pela Comissão da Bacia Paraná-Uruguai). Com essas barragens, além do oferecimento de energia hidrelétrica como base para o soerguimento econômico da região, as descargas do Taquari e do São Lourenço se regularizariam pelo represamento a montante do Pantanal e ampliar-se-ia o aproveitamento agrícola dessa esplêndida área para uma cultura intensiva e mecanizada.

Mato Grosso apresenta do ponto de vista econômico uma diferenciação marcante. O Sul com suas terras advindas do derrame de lavra basáltica vem prosperando de modo acentuado ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; o Norte e o Nordeste apresentam uma exuberância tropical com suas maravilhosas matas Amazônicas. Florestas virgens dão fundo a uma economia agropecuária de pouco relêvo, é verdade, mas de extraodinário futuro. Há ainda a considerar a produção de borracha, tanto pela exploração da floresta quanto pela intensificação do plantio. O índio outrora bravio vai pouco a pouco se pacificando e permitindo a ocupação mais ou menos efetiva da gleba.

No vale do Rio das Mortes, onde há pouco tempo tanto se temiam as incursões dos Xavantes, levanta-se hoje Xavantina, vila pioneira dessa ocupação. Seguindo-se para o Norte pela rota aérea que demanda Manaus, é tôda a extensão de vastas terras cortada de vales por onde correm notáveis cursos d'água. Aqui e acolá nas barrancas dos rios vêem-se as malocas dos índios já em contínuo contato com os civilizados por intermédio do Serviço de Proteção ao Índio e da Fundação do Brasil Central. No alto da Serra do Cachimbo, já quase na divisa do Estado do Pará, temos o campo de pouso das rotas aéreas como um marco de civilização plantado no centro da selva virgem. Mas é de se notar que a clareira aberta vai pouco a pouco se transformando num areal pela decomposição do arenito da estrutura geológica, antes defendido pela roupagem do arvoredo secular.

Mas mesmo assim se busca a ocupação agropecuária para o abastecimento dos poucos habitantes dessa clareira. O gado foi transportado de avião e vem se reproduzindo normalmente. Mas a agricultura tem tido pouco sucesso apesar da abundância de água.

Note-se que em Cachimbo não se emprega o esfôrço animal em nenhuma atividade e os transportes locais se fazem por meio de caminhões ou de jipes, consumindo gasolina transportada por avião. Mesmo em Xavantina é notável se apreciar o abandono quase total da tração animal. Êsses pontos pioneiros de civilização deveriam ser estendidos em tôda a

região do Brasil Central como suportes de ocupação em nível econômico mais alto. As condições principais dessa localização deveriam ter a possibilidade de aproveitamento de energia hidrelétrica, como se encontra bem resolvido em Cachimbo. Deveriam ter rios navegáveis para o transporte econômico dos produtos. Xavantina está situada à margem do Rio das Mortes, em trecho fàcilmente navegável mas interrompido a jusante, o que não permite servir-se dêsse meio para o escoamento de sua produção, só agora realizado por uma estrada de rodagem precária, mas que vem dando um impulso, digno de se sublinhar, a uma zona antes completamente afastada de qualquer atividade produtora.

O exemplo de Xavantina é dos mais ilustrativos para o problema da ocupação econômica do Brasil Central. Um simples ponto de civilização e uma via de comunicação, mesmo precária, vêm dando notável impulso à região. É claro e evidente que se trata apenas de ocupação pioneira, pois que os altos custos de transporte tornam a economia incipiente pelo fato de que tudo o que produzem ficar onerado pelo alto frete para o seu deslocamento e tudo que trocam pelo que exportam sofre também essa oneração.

Daí resulta evidentemente o padrão baixo de vida, mas mostra bem tôda a possibilidade de sucesso quando se atingirem as condições racionais de escoamento. Êsse processo de ocupação resulta de uma política que se poderia chamar de dialética, onde se lança o ponto de civilização e se cria o problema de sua integração econômica. Bem diferente da solução que poderíamos chamar de cartesiana usada em São Paulo, onde a civilização caminhou com a ponta dos trilhos de suas estradas de ferro. No momento estamos realizando uma solução dialética de alta envergadura, com a construção de Brasília. As grandes realizações propulsoras do progresso do Brasil Central passam a ser o atendimento da nova Capital do Brasil, lançada como tese para do conflito com as suas próprias necessidades surgirem os elementos criadores dos fundamentos verdadeiros da ocupação humana.

Mas se a zona virgem de Mato Grosso é uma grande riqueza em potencial, o oeste do Estado apresenta possibilidades mais imediatas de sucesso. Na verdade o pantanal, quando se regularizarem as descargas de seus rios e se mecanizar a lavoura, representará tal possibilidade econômica que extravasará de qualquer previsão otimista. Além disso, as terras férteis do norte de Cuiabá, a Capital mais quente talvez do Brasil, está com as perspectivas de crescimento econômico abertas ante a transformação dos processos de exploração agrícola com a mecanização das atividades rurais. Por outro lado, a ligação das bacias do Amazonas e do Prata pelo canal do Jauru, estabelecendo-se a navegação do Madeira com o aproveitamento hidrelétrico dos desníveis de Pôrto Velho a Guajará-Mirim, além daqueles que se obterão na própria transposição dos divisores e nas quedas da bacia do Tapajós, será, de futuro, um esplêndido panorama econômico para o norte do Estado, com possibilidades de um parque industrial no coração da América Meridional. O centro geométrico da Amé-

rica do Sul fica realmente em Cuiabá e é em redor dêsse centro que se poderá desenvolver uma ocupação humana com surtos sem precedentes na história econômica dos povos.

O Estado de Mato Grosso se, em verdade, teve pouco avanço relativo no seu progresso pelas condições limitativas que se lhe impunham na vastidão de sua gleba com fraca densidade demográfica, hoje, depois do avanço nos métodos de exploração agrícola, se apresenta como a maior reserva mundial para a formação de uma civilização interior na América Meridional.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

Certo, jazia o atual território mato-grossense, povoado de indígenas, a oeste do meridiano pactuado em Tordesilhas, a 7 de junho de 1494, pelos embaixadores dos soberanos de Castela e Aragão, e de D. João II, de Portugal, quando D. Manuel comunicou aos Reis Católicos, em carta minuciosa, de 28 de agôsto de 1501, o regresso de Pedro Álvares Cabral, "capitão-mor da frota" enviada à Índia, com treze naus.

"Partiu de Lisboa a nove dias de março do ano passado, assinalou o Venturoso, e nas oitavas de páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs o nome Santa Cruz, em que achou as gentes, mas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que Nosso Senhor milagrosamente quis se achasse porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corrigiu suas naus e tomou água"

Com êsse documento, ingressou a Terra de Santa Cruz na História, em que teria realce, embora se lhe modificasse o título, substituído pelo de Brasil.

Conhecida a região em tôrno de Pôrto Seguro, cuja latitude Mestre João calculou, não tardaria a exploração do litoral, para o Norte e para o Sul, em viagens sucessivas, que lhe determinaram as reintrâncias e saliências.

Para o interior, porém, ninguém saberia dizer até onde se dilataria a jurisdição lusitana, contígua à de Castela.

Juridicamente, não haveria dúvida alguma, que o Tratado de Tordesilhas se antecipara em deslindar, por meio do meridiano lindeiro.

Na realidade, porém, mostrava-se inexeqüível, pela dificuldade e até impossibilidade de locá-lo no terreno.

Os monarcas vizinhos ajustaram, em verdade, mas teòricamente, separar as suas conquistas por meio de uma linha, traçada do "pólo ártico ao pólo antártico", "a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde para a parte do ponente", e com tôdas as juras prometeram cumprir as estipulações.

Os sadios propósitos, porém, de boa-fé esbarravam em obstáculos intransponíveis. Primeiramente, não fixaram o ponto de partida, para o começo da medição.

O arquipélago referido permitiria várias soluções na escolha. Ainda que lhe fôsse preferida a ilha mais ocidental de Santo Antão, em sua ponta avançada, perdurariam os demais embaraços.

Fazia-se mister indicar tipo de légua, entre os vários de que se utilizavam os técnicos.

Dado que decidissem aplicar o de 17,5 léguas por grau, nem assim estaria afastado inteiramente qualquer motivo de divergência. Os mais hábeis operadores não conseguiam determinar longitudes com aproximações comparáveis às que obtinham nas latitudes.

A diferença nos resultados daria causa a discussões intermináveis, em que nem sempre bastaria a competência profissional dos cosmógrafos para dirimir a contenda.

A primeira séria questão derivou da viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, que o rei de Portugal tentou impedir, sem lograr êxito.

As zonas de fricção avultaram, então, em Molucas, a que foi ter a frota espanhola, increpada de invasora dos domínios portuguêses.

A escritura de Saragoça aparentemente afastou novo motivo de reclamações, à custa de 350 000 du-

cados entregues a El-Rei de Castela, em troca de sua desistência.

A solução definitiva, porém, dependeria, no Brasil, de sucessos ulteriores, tanto os que derivassem da façanha impressionante do navegador português, que deixou o nome no estreito de comunicação dos dois Oceanos, quando se passou do Atlântico ao Pacífico, mas também os resultantes de iniciativa particular de intrepido pioneiro.

Ambos teriam fim trágico, em meio de suas peregrinações.

O navegador não lograria regressar ao pôrto de São Lucar de Barrameda, donde partira, ao raiar agôsto de 1519, para receber os louros, com que se imortalizou o seu imediato, Sebastião Elcano.

Anàlogamente, Aleixo Garcia, capaz de temerária entrepresa, investiu do litoral para oeste, seduzido pela miragem de riquezas deslumbrantes.

Acompanhado de numerosa comitiva de guarani, em cujo idioma se expressava correntemente, transpõe o Paraná, vara o divisor de águas, no planalto de Maracaju e desce pelo Emboteteu até sua barra no Paraguai, que atravessa.

Além, marinha pelas elevações andinas, até alcançar paragens opulentas, onde arrebata dos nativos quanto poderia transportar.

De regresso, aproximava-se do Paraguai, quando pereceu às mãos de traiçoeiros assaltantes, que se aquinhoaram com adornos de prata, um dos quais iria modificar a toponímia regional.

O rio de Santa Maria, mais tarde de Solis, assim denominado por ter sido em sua margem trucidado pelos nativos o pilôto-maior João Dias de Solis, quando se empenhava em cumprir a capitulação de 24 de novembro de 1 514, pela qual lhe determinara o rei de Castela "prosseguisse o descobrimento das terras do Ocidente, pelas espaldas de Castilla del Oro", tomaria finalmente o título de Rio da Prata.

Seria, ainda, conseqüência da façanha do mal-aventurado pioneiro o escambo que Sebastião Caboto conseguiu, em 1526, com os guarani, por quem fôra amistosamente acolhido.

Deu-lhes quinquilharias, e recebeu "algunas piezas de plata, manillas de oro, manzanas de cobre, y otras cosas de las que Alejo Garcia habia traido del Peru de la jornada que hizo a los Charcos", registrou R. D. de Gusman.

Era a confirmação da opulência atribuída à região, onde o pilôto da armada de D. Nuno Manuel adquirira, antes, o machado de prata, que, levado a Portugal, contribuiu para designar o estuário majestoso, cujos rebeirinhos exibiam artefatos semelhantes.

À medida que se repetiam as viagens exploradoras, mais crescia a fama das paragens distantes, cuja opulência gerava lendas estonteantes.

Embora não figurassem, às claras, nas instruções prescritas a Martim Afonso de Sousa, não será de todo desprezível a hipótese de terem concorrido para levar-lhe a frota, que zarpou de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, ao Rio da Prata, onde o naufrágio da capitânia lhe alterou os objetivos.

De lá regressou, depois de ter chantado inoperante padrão de posse lusitana. Maiores e decisivos empreendimentos, porém, aplicou em São Vicente, para lhe garantir a ocupação efetiva, que se estendeu a Piratininga.

Em réplica à expedição de Martim Afonso, Carlos V cometeu a D. Pedro de Mendoza a incumbência de "conquistar y poblar las tierras y provincias que ay en el rio de Solis, que llaman de la Plata"

Com poderosas credenciais de "Adelentado", partiu de San Lucar de Barrameda ao findar agôsto de 1535.

Aumentava-lhe o prestígio imponente comitiva, de que participavam 2 500 espanhóis e 150 alemães, flamengos, saxões, e 72 cavalos, consoante informação algo exagerada de um dos expedicionários, Ulderico Schmidel, fadado a relatar as peripécias da tentativa de fundação da cidade de *Nuestra Señora de Buenos Aires*.

Aí pereceria grande parte dos europeus, às mãos da indiada rebelde, ou de doença e fome, antes que fôssem os sobreviventes socorridos por Domingo de Irala, que substituiu a Juan de Ayolas, fundador, em 1535, de Assunção, quando subia o rio em busca de víveres, por ordem do Adelantado, de quem era o imediato.

Assim se organizaram os dois núcleos polarizadores das aspirações e impulsos antagônicos dos dois povos que, vizinhos na península ibérica, vinham também se confrontar na América do Sul, onde haveria área sobeja para as mais desmedidas ambições.

Não obstante vigorar o Tratado de Tordesilhas, que lhes separava os dois âmbitos, D. João III recomendou, por maio de 1531, ao seu representante em Espanha, Álvaro Mendes de Vasconcelos, respondesse à Imperatriz, a quem competia governar, na ausência de Carlos V, "sobre o que toca ao Rio da Prata é que havendo sua Alteza por certo que este rio fora primeiro descoberto por seus vassalos que pelos do Imperador seu irmão houve que lhe pertencia enquanto se não lançasse a linha de demarcação".

Acrescentava constar-lhe "que a primeira gente sua que descobriu este rio foi uma armada de

D. Nuno Manuel que Deus haja que o dito D. Nuno fez por mandado de El Rei seu padre"...

Por isso, lhe pede "que assim queira mandar saber o certo de quando este Solis descobriu o dito rio". Porque "sendo o Solis o primeiro ele desistiria do dito rio com mui boa vontade e sendo seus vassalos os primeiros que o descobriram o imperador seu irmão faça outro tanto". Dêste modo, tentava Dom João III substituir, na região platina, a estipulação tordesilhana pelo conceito da prioridade na descoberta.

Em vez, porém, de aceitar o convite para investigar a quem tocaria o primado no devassamento do estuário platino, o Imperador apressou-se em organizar a diligência de Mendoza.

E, quando, mais tarde, Portugal estranha a fundação de Assunção, o embaixador espanhol em Lisboa recebe ordem, a 13 de junho de 1554, do seu soberano, para responder que há muitos anos está "problada de vassalos nuestros en la provincia que dizen del Rio de Plata, que cabe en nuestra demarcación". (Jaime Cortezão — A fundação de São Paulo — Capital Geográfica do Brasil — 1955).

Entretanto, da pretensão d'El Rei participavam os seus mais ativos auxiliares, da classe de Tomé de Sousa, em minuciosa carta de 1.º de junho de 1553, ao dar conta da sua peregrinação pela costa brasileira, referiu-se a Assunção, para concluir:

"Parece nos a todos que esta povoação está na demarcação de V.A. e se Castela isto negar mal pode provar que é Maluco seu" (Hist. da Col. Port. no Brasil).

Se não prevalecia o argumento da prioridade, serviria o da compensação, pois que a interpretação do Tratado não seria ao mesmo tempo favorável a nenhum dos contendores, na América e na Ásia.

Quem ganhasse de um lado, perderia do outro, com o prolongamento do meridiano às paragens antípodas.

A disputa envolveu cosmógrafos, cartógrafos e pilotos, que variavam na determinação do meridiano extremenho.

Mais plausìvelmente, passaria pelas imediações de Cananéia, caso pudessem os técnicos acertar meios de proceder à respectiva demarcação.

E quando a conseguissem, no litoral, permaneceria desconhecido o sertão imenso, entre as duas povoações, que se comunicavam entre si por meio do *Piaburu,* caminho indígena, freqüentado antes da viagem de Cabral.

A São Vicente, e mais intensamente a Piratininga, que lhe herdou o comando, e a Assunção, competiu a grandiosa missão de propagar a civilização pela desmedida hinterlândia, que a sua gente devassaria em todos os sentidos.

Embora, em certa fase, mantivessem relações comerciais, as mais das vêzes se guiariam por interêsses opostos, que os respectivos governos defenderiam com a proibição de comunicações diretas.

De princípio, coube a Assunção a avançada, dirigida por destemidas individualidades, do porte de Ayolas, Nuflo Chaves, Irala e Melgarejo.

O primeiro, seduzido pelas lendas fascinantes, que abrasavam as mentes ambiciosas, sulca o Paraguai, a exemplo do Aleixo Garcia, de quem se aproxima também pelo desfecho trágico de seu empreendimento. O segundo, no mesmo rumo, funda Santa Cruz de la Sierra, mas perece, quando pretendia alongar as suas andanças. O terceiro, transfigurado em Governador da Província, empreende a expansão para leste, em busca de pôrto no Atlântico, sem se afastar do paralelo. De acôrdo com tais planos, Melgarejo estabeleceu, em 1557, Ciudad Real, logo seguida de Vila Rica del Spiritu Santo.

Brotam, então, as missões e cidades de Guaíra, a leste do Paraná, entre o Paranapanema e o Iguaçu.

Separada, ao norte, a cidade de Santiago Xerez, fundada em 1579, assinalaria propósitos de fixação no vale do Emboteteu, caso a sua vida mofina, recomeçada em 1593, não exigisse ulterior mudança, que lhe indicava a precariedade das condições de sobrevivência.

Ao primeiro período, em cujo decurso Assunção dominou, com os seus empreendimentos expansionistas, sucederia o surto dos bandeirantes, que saíram a campo, decididos a assenhorear-se das regiões a que se julgavam com direito.

Incitava-os, de mais a mais, à luta o interêsse de capturar índios para as suas lavouras e comércio.

Estende-se por meio século o conflito, que comportou vitórias e reveses.

O de maiores proporções ocorreu em Guaíra, onde a Antônio Raposo Tavares se atribui o ultimato endereçado aos diretores de missões inacianas: "vimos expulsar-vos desta região, que é nossa e não do rei de Espanha".

Comandava 900 mamalucos e 2 200 índios frecheiros, que se dividiam em quatro companhias.

Sem grandes tropeços, a 30 de janeiro de 1629 é assaltada a aldeia de Santo Antônio, onde se refugiara o cacique Tatuara, escapo de prisão anterior.

Valeu-se Raposo do pretexto para autorizar a investida, solicitada pelo implacável dono, Simão Álvares.

E nada poupou na suplantação da posse castelhana, mantida pelas reduções jesuíticas, impiedosamente arrasadas.

Nenhum sentimento de solidariedade humana o moveu, ou algum dos seus condutícios, a suavizar os sofrimentos dos prisioneiros, que, por quarenta dias, palmilharam ásperos caminhos até o povoado a que foram destinados.

Acompanhou-os, todavia, constantes em sua caridosa assistência aos pupilos, cuja libertação imploravam ardorosamente, abnegados missionários, que, mais tarde, narrariam dramàticamente os episódios de que foram testemunhas.

Conforme registaram, os índios, diziam os bandeirantes, "eran de la corona de Portugal", e por isso podiam ser escravizados.

A ousadia cresce de ponto quando considerada a condição de dependência em que por essa época se mantinha Portugal, sob o jugo espanhol.

A afronta não se limitava às autoridades, religiosas ou civis, da região assolada, mas subia até o trono, donde proveio a cédula real de 12 de setembro de 1628, quando o Conselho das Índias, ciente dos preparativos bandeirantes, sugeriu providências enérgicas.

A Don Francisco de Cespedes, "Governador y Capitan General de las provincias de rio de la Plata", recomendou o monarca "procureis por todas las vias posibles aber a las manos y castigar con grandes demonstraciones los delinquentes e personas que se ocupan y entendienden en las crueldades y otras qualesquiera con que se perturbe la paz y quietud de la republica".

A ordem, porém, era mais fácil de redigir, do que de executar, como evidenciaram os fatos.

Iniciada a ofensiva, não tardou a estender-se, em março, a Jesus Maria, a S. Miguel. Em 1631, atinge San Paulo e San Xavier, San Pedro e Concepción, e quando já não havia redução indígena povoada, cujos moradores se dispersavam pela mata, ou procuravam proteção nas cidades, a acometida operou, como se a impelisse algum propósito político, além do econômico.

A própria Vila Rica foi arrasada, bem como Ciudad Real, apesar da sua organização municipal, de acôrdo com a legislação vigente.

Decorrido um biênio, já não restando na denominada província de Guaíra estabelecimento algum espanhol, os bandeirantes cruzam o Paraná, destroem as recentes povoações indígenas do rio Pardo e vão, adiante, desmantelar a vila de Santiago de Xerez, cujas condições precárias P. de Angelis acentuou. Apesar de destinar-se a futura cabeça da província de "Nova Viscaya", "las enfermidades endemicas dizemaron de tal modo los habitantes, que quando en 1633 representaron los Mamelucos para atacarlos, tuveron que abandonar con precipitación y para siempre sus hogares".

Destarte cessou a influência de Assunção a oeste do rio Paraná, a montante de Guaíra, onde foi substituída pela que irradiava de Piratininga. E os bandeirantes, a começar do segundo quartel do século XVII, palmilham o sul de Mato Grosso, que não tinha ainda essa denominação, em todos os sentidos. Pôsto que atraídos pela caça do índio, realizaram, do mesmo passo, emprêsa de maiores conseqüências, que lhes redime, em parte, a desumanidade com que se houveram, diante da raça mortificada.

A seu abono, poder-se-ia repetir o *Crimen fué del tiempo*... como a respeito dos conquistadores espanhóis poetou um dos seus descendentes.

Em suas arrancadas épicas, varejaram os sertões misteriosos. Exploraram rios e serras e foram esbarrar, não raro, nas elevações andinas. Muitos sumiram no anonimato, sem que de seus feitos ficasse registo algum. Outros, mais felizes, devem à tradição e alguns a documentos a glória de serem atualmente relembrados.

A simples enumeração de tais bandeiras, desprovida de qualificativos desnecessários, vale, pela emoção que despertam, por admirável página do poema inédito das entradas, que não encontrou o seu cantor, pois que o bilaquiano "Caçador de Esmeraldas" glorificou ciclo diverso.

Não tinham os guairenhos, que escaparam ao cativeiro pela fuga oportuna, tornado ainda do pavor em que lhes soçobrou o ânimo, quando a Restauração de 1640 desatou a frágil dependência em que se achavam os paulistas perante a Espanha, livrando-os de ameaçadoras penalidades.

E animou-os a mais arriscadas emprêsas.

Antônio Raposo Tavares abre o novo ciclo, ao partir de São Paulo, por volta de 1648. Pelo vale do Paranapanema alcança o Paraná, que navega, águas acima até Ivinheima. Remonta-o, e continuando no mesmo rumo, transpõe o planalto, para descer ao Paraguai.

Passando-lhe à margem direita, envereda pelos seus contrafortes, até escalar os Andes, donde regressa pelo Guaporé, que o leva ao Mamoré e Madeira.

Ao reaparecer em sua casa, ao fim da impressionante proeza, a que faltou cronista fiel, os próprios parentes não o reconheceram, tão desfigurado se

achava pelos sofrimentos, doenças e amofinações, que suportou intrèpidamente.

Decorrida uma década é Luiz Pedroso de Barros quem marcha, em 1660, nas pegadas de Raposo, até alcançar o Peru, onde perece em luta com os índios serranos. Para Manuel Bicudo, êmulo de valor, essas paragens não têm segredos.

Por 24 vêzes repete as suas incursões, sertão a dentro, pelo qual, entre 1670 e 1673, depois de esquadrinhar rincões, do Paraguai aos Pareci, sobe o Cuiabá. Transpõe, adiante, o morro de S. Jerônimo, anteriormente denominado da Canastra, atinge o divisor de águas em que se emaranham cabeceiras da bacia paraguaia e da amazônica. De suas peregrinações resultaria a lenda dos Martírios, que exerceu inequívoca influência no povoamento de vasta região. Nenhum dos seus contemporâneos, todavia, tornou-se afamado, pelos seus feitos, como Francisco Pedroso Xavier, a quem se refere expressiva documentação castelhana.

Depois de atravessar o Paraná, embocou pelo Amambaí, seu afluente ocidental, até encontrar pôrto conveniente, donde infletiu, por terra, para o sul. Em conseqüência da acometida impiedosa a Guaíra, a sua Vila Rica trasladara-se para oeste, aproximando-se de Assunção. Em tôrno, fervilhavam os povoados indígenas de S. Pedro de Terecani, de São Francisco de Ibira Pariyara, da Candelária, de Mbaracaju, e além, apenas a 30 léguas da Capital, os incipientes núcleos do Ipané e Guarambaré.

Corria o ano de 1676.

A 14 de fevereiro, começou o assalto de Terecani, surpreendida pela madrugada.

O mesmo infortúnio molestou as vizinhas, até a localidade de mais alta hierarquia, habitada por cêrca de 250 castelhanos e outros tantos índios.

A população, apavorada, encetou em parte a fuga. As autoridades entregaram-se, com tôdas as armas e munições, "permitiendo tacitamente con su neglicencia y temor", a ação dos invasores, afirmaria o Cabildo ao Rei. Os primeiros fugitivos chegaram assustados a Assunção, a vinte, e noticiaram as graves ocorrências do seu distrito.

Alarmada, a Capital cuidou, às pressas, de rechaçar a investida. A Junta de Guerra, convocada a propósito, decidiu confiar a Don Juan Diez de Andino, que recentemente fôra governador do Paraguai, o comando das fôrças, organizadas conforme suas sugestões.

A 2 de março, já distante 20 léguas de Assunção, contava 314 espanhóis de cavalaria e 248 índios. Julgando deficiente a sua coluna, estacou, para aguardar reforços, com que completou o número de mil combatentes.

Reencetou a marcha a 5, mas sòmente a 13 alcança Terecani, donde Pedroso partira, de regresso, uma semana antes. Ansioso de persegui-lo, cuidou de aligeirar a expedição, deixando "cargas de víveres, roupa, caballos despeados, y bacas que quedaron con algunos soldados y indios".

No dia 19, "del glorioso Patriarca San Joseph", percebeu indícios de acampamento inimigo no alto do morro fronteiro, que vinha morrer em um riacho pantanoso. Por três prisioneiros, soube Andino que os bandeirantes se achavam reunidos dentro da mata e dispostos a lutar.

Eram três para quatro horas. Quis ainda aproveitar o resto da tarde para demonstração de fôrça.

Transposta a aguada em acelerado, surpreenderam os castelhanos pequeno grupo de meia centena de retirantes, que não resistiram à investida.

Os que não pereceram na luta, foram marinhando pela encosta, à procura dos companheiros, que se achavam adiante.

Enquanto os assaltantes se divertiam em saquear o pouso invadido, onde acharam objetos de uso dos sertanistas e munições, formou-se, prestes, a defesa, que os impediu de continuar a avançada. Quando a tentaram, a mata abriu-se em fuzilaria que os dizimou.

Rechaçados, recuaram duzentos metros, para evitar as baixas que lhes raleavam as fileiras.

Depois voltaram à carga, sem maior êxito, e, por fim, ao escurecer, regressaram para o outro lado do rio, onde acamparam, vigiados pelos bandeirantes que, a espaços, cortavam o silêncio da noite com salvas de arcabuzes. Pela manhã seguinte, Francisco de Abalos foi reconhecer o terreno ocupado pelo inimigo Voltou de carreira, deixando morto um dos caciques que o acompanhou.

Na batida marcharam os bandeirantes que manobraram, em ofensiva, por golpes de ariete.

Desciam cèleremente a ladeira, descarregavam as suas armas e volviam com a mesma rapidez, alvejados em "carga serrada" de mil tiros. Bem lembrado do revés da véspera, limitou-se Andino à defensiva, até a noite, para poupar a sua cavalaria, inoperante em meio de árvores adrede cortadas e dispostas como obstáculos, que a paralisavam.

E quando os paulistas, desfalcados de vários lutadores nos assaltos a que se arrojavam, a peito aberto, apenas para provocar o contendor e atraí-lo para o seio da mata, julgaram melhor prosseguir viagem, a 21, ninguém os perseguiu, pois que "era evidente el riesgo de nuestra reputación y gente, sin fruto

alguno", assinalou o sargento-mor, que ainda acrescentou que os bandeirantes embarcaram em suas canoas, "a salir en tres dias águas abajo de Amambai al Paraná". Deu, então, por terminada a sua tarefa, "especialmente aviendolos rechasado y puesto en huida que era el intento principal del socorro".

Todavia, lamentou não os ter alcançado em campo limpo, para que "uviessemos degolado ó trayer presos todos los enemigos".

Ao pintar a luta, engrinaldou-se Andino de louros, dos quais o despojou discretamente o Governador do Paraguai, Don Felipe Rexe Gorbalano ao comunicar ao Rei o assalto à Vila Rica, donde os bandeirantes "llevaron quatro Pueblos de indios de sua cercania y en ellos mas de quatro mil almas".

Em sua opinião, contaram-se, do lado espanhol, "más de treinta hombres muertos y heridos, sin más frutos que el de los excesivos gastos que hizieron en la marcha y perdida de muchos caballos, suseso que siempre le esperé por la mucha dilasion que tubieron en salir los nuestros". Entretanto, "los Portugueses eran tan pocos que no pasaron de 120 y 400 indios tupis".

Diferentemente explicou Andino as circunstâncias da luta. Além de "astutos y exercitados", os bandeirantes tinham "tanto conocimiento de toda la tierra que no ay parte que no tengan corrida con terribles daños desta Provincia".

E eram tão ousados, que fizeram constar entrar-lhes nos planos de operações a ocupação do distrito de Vila Rica, "suponiendo pertenecer está Provincia a la Corona de Portugal".

Mais do que outra qualquer, da própria aventura temerária de Raposo, que palmilhou encostas andinas, a investida de Pedroso Xavier empolgou as atenções, inspirando cartas inúmeras, trocadas entre as autoridades de Assunção e da Metrópole, que registaram os sucessos.

Espelham, em grande número, a inquietação, que avassalou os povos, receosos de que fôsse a qualquer momento repetida a façanha bandeirante e com êxito análogo.

Menos feliz seria a bandeira de Antonio Ferraz, Manuel de Frias, Gabriel Antunes Maciel, derrotada quando se aproximava de Santa Cruz de la Sierra, por volta de 1691.

Entre os dois embates, ocorreu memorável episódio, em que se exaltou a individualidade de Pedro Leme da Silva — o Torto.

Zanzava a bandeira de Braz Domingues Leme pelo planalto maracajuano, quando se lhe depara escolta castelhana, que lhe propõe, solerte, a assinatura de tendencioso documento, pelo qual reconheceria pertencer à Espanha a região em que se encontrava.

Firmaram-no sucessivamente Braz e cinco auxiliares imediatos. Quando lhe chegou a vez, Pedro Leme tomou do papel, rasgou-o, declarando que para sustentar os direitos do seu rei ali estava com o seu braço. *Miren el torto!* comentou-lhe o gesto, com desdém, o chefe espanhol. E coxo, também, acrescentou Pedro Leme, "mas que conhece os direitos de Portugal e a ousadia dos castelhanos".

Assim foi que, antes de encerrado o século XVII, os paulistas dilataram o território da sua Capitania, através do Paraná, até o alto do Amambaí, nos campos das Vacarias, onde estabeleceram ativo centro de operações contra os guaranis. E quando êstes índios, subjugados, despovoaram os aldeamentos próximos, refluindo os sobreviventes em rumo do sul, ou para o recesso das florestas menos acessíveis, os bandeirantes desceram aos pantanais, em demanda de seus numerosos povoados.

E cativaram os xaraié, no Paraguai, os guató, no São Lourenço, os bororo, no vale do Cuiabá, e escalado o planalto, a oeste, os pareci, na região que lhes tomou o nome.

Antonio Pires de Campos, filho de Manuel Bicudo, continua a tradição paterna, ao sulcar águas do Cuiabá, até a bôca do Coxipó, onde arrebanha centenas de prisioneiros. De regresso, comunica a Pascoal Moreira Cabral, que permanecera por longo prazo em campo entrincheirado, à margem do Miranda, quanto observara. Apressa-se o amigo em seguir-lhe o exemplo. Sobe o rio até a tapera de Pires, onde consumira o fogo a rancharia dos nativos.

Os destroços, porém, caracterizavam o cenário em que se verificara o impiedoso assalto aos incautos ribeirinhos.

Pascoal Moreira não encontraria a mesma facilidade e triunfo. De princípio, todavia, afigurou-se-lhe possível repetir a proeza do seu amigo e informante. Mas os fugitivos, escapos às algemas, internaram-se, em busca de salvação.

Antes que lhes fôsse ao encalço, decidiu acampar nas imediações da aldeia destruída.

Cuidaria, porventura, de abrir previdente roça, como era hábito entre os bandeirantes. Tomadas as providências defensivas, atravessou o rio, para rastear a trilha dos indígenas, que se lhe esquivaram ao contato.

Perlonga o Coxipó, da barra a pôrto propício, sem reparar nos cascalhos que pisava. Olhos atentos, não tardaria, entretanto, a notar vestígios cada vez mais acentuados de presença humana. Ao cruzar, adiante, o ribeirão a que, por êsse motivo, deu

o nome de rio do Peixe, mais se convenceu da vizinhança dos silvícolas que tinham ali estado recentemente a preparar conserva dos produtos de suas pescarias, por simples secagem ao sol.

Maltratado pelo hematófago, que lhe inspirou o rótulo de Motuca, aplicado a outro afluente, aproximou-se do aldeamento, cujos resolutos defensores esbarraram a marcha dos invasores.

Em pouco, verificaram que não os enterreiravam incautos aborígines, semelhantes aos que Pires subjugara.

Protegidos por tôscas trincheiras, de paus travados hàbilmente, rechaçaram os atacantes, que averiguaram não ser tão fácil, como lhes parecera à primeira vista, a conquista do reduto inexpugnável.

Retrocederam com os seus mortos e feridos, cêrca de dezena e meia, e a decepção do revés, como jamais experimentara o seu comandante acostumado a dominar os aldeamentos que pretendesse acometer. Por bem seu, a Pascoal Moreira deparou-se resistência a que não se achava acostumado. Os coxiponé neutralizaram-lhe o ímpeto da investida. E ameaçaram-lhe a bandeira de total aniquilamento, de que a salvou Fernando Dias Falcão, ao surgir em ocasião oportuna.

Em compensação à derrota, o regresso ao acampamento, onde aguardaria refôrço de combatentes e munições, revelou-lhe surpreendentes riquezas minerais. Anônimo faiscador, que provàvelmente se incluiria no número dos que atuaram em Sabarabuçu, antes da guerra dos Emboabas, causadora do êxodo de centenas de paulistas, acabada a refeição, teve a curiosidade de manejar o seu prato de estanho à guisa de bateia.

Havia cascalho em abundância e água cristalina. Não lhe custou perceber os primeiros grânulos que luziam, após a separação do material valioso. Repetida a prova mais de uma vez, em pouco obteve três oitavas de ouro, quando já outros companheiros o imitavam, com análogos resultados.

A descoberta inesperada maravilhou os lutadores vencidos, que decidiram alterar os objetivos de suas jornadas. Transfiguraram-se, de golpe, os rudes sertanistas, ao contato das pepitas sedutoras. Daí por diante, a pilhagem aplicar-se-ia, de preferência, não mais à estacada coxiponiana, capaz de resistência, mas ao farto cascalho ribeirinho, que o metal cobiçado valorizava. Refreou-se, de momento, o nomadismo, que lhes era tão do gôsto, e empolgou-os, de novo, o sortilégio das minas de ouro, que os chumbou às margens do Coxipó e do Cuiabá.

Decidiram ali estanciar, não obstante as condições adversas. Desprovidos de ferramenta apropriada ao trabalho nas lavras, de que não cogitavam antes do achado fabuloso, também lhes faltava maior contingente, além de armas, com que repelissem possível revide dos nativos.

E abriram o primeiro capítulo da História de Cuiabá, que se ampliaria na de Mato Grosso, ao assinarem a ata equivalente a registro de batismo do povoado nascente.

> "Aos oito dias do mês de abril de mil setecentos e dezenove anos, neste arraial de Cuiabá fez junta o capitão mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a êles êste têrmo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó", assim começa o têrmo lavrado pelo escrivão Manuel dos Santos Coimbra e firmado por 22 sertanistas dos mais graduados da comitiva.

Vivaz flor de civilização, desabrochada no coração da América do Sul, a mais de quinhentas léguas do litoral atlântico, ingressou Cuiabá nos anais brasileiros, como inesperada e espontânea criação do gênio bandeirante, estreme de influxos externos. Nenhuma das contemporâneas se lhe equipara, no tocante à legitimidade da sua origem, em que não colaboraram fatôres estranhos.

Vila Rica, predestinada a transformar-se na capital do ouro e da arte barrôca, especialmente religiosa, derivou, sem dúvida, de causa análoga, proveniente de energias expansionistas de Piratininga.

Em breve, porém, a audácia dos emboabas, acaudilhados por Nunes Viana, sôfrego de mando, assenhoreou-se das conquistas iniciadas pelos devassadores das paragens de Sabarabuçu, onde foram substituídos pelos forasteiros.

Vila Boa de Goiás também se ufana de seus ancestrais, que participaram da bandeira de Bartolomeu Bueno, cujo apelido perdura na linguagem popular, para designar o passado remoto, definido pela expressão: "no tempo do Anhangüera".

De promovê-la, entretanto, gabou-se Rodrigo Cesar de Menezes, capitão-general de São Paulo, com jurisdição na hinterlândia ilimitada. Sòmente Cuiabá resultou de iniciativa bandeirante, a que se conservou fiel o núcleo formado pela comitiva de Pascoal Moreira Cabral.

Costumado às longas peregrinações pelos sertões impérvios, jamais idearia fundar, naquele êrmo longínquo, povoação duradoura, ainda que estanciasse longamente em sítio apropriado a servir-lhe de reduto defensivo, para qualquer emergência, como seria o do Emboteteu (Miranda), conforme averiguou A. de Taunay.

Como seu predecessor naquelas paragens, não cogitaria estabelecer povoados entre o Coxipó e o Cuiabá, onde apenas pretendia capturar índios.

Mas o ouro, que o surpreendeu, em grande cópia, alterou-lhe os projetos de pioneiro andejo. A sua expedição, em vez de destruidora de aldeamentos nos sertões, como as outras, de igual naipe, iniciaria o povoamento da região, que lhe enfeitiçara os condutícios. O embrião social evolveu espontâneamente, empolhado pela bandeira que o gerou. Ergueram igreja, consagrada a N. S.ª da Penha de França, como prova da sua deliberação de fixar-se pelos arredores.

Cuidaram ativamente da mineração, reduzida à apanha fácil do metal, enquanto não dispunham de ferramenta apropriada à escavação, e das roças necessárias à subsistência.

Se aquela faina os retinha em tôrno da gleba de mais opulenta aparência, estas os dispersavam ao longo do rio e do afluente, que lhes proporcionavam solo fecundo para as plantações.

Atribui a tradição a um sorocabano, mais aplicado à lavoura do que à mineração, a revelação de jazida possante, descoberta por acaso. Os dois índios, que Miguel Sutil despachara para suas tarefas costumeiras, tardaram em regressar ao rancho, onde o patrão os aguardava, impaciente. Admoestados por se terem demorado abusivamente, respondeu-lhe o mais ladino: "vós viestes a buscar ouro ou a buscar mel?" E entregou-lhe o que trazia, embrulhado em fôlhas do mato.

Eram grânulos de ouro, que pesavam 120 oitavas, colhidos ràpidamente. Não havia mister de mais decisivo argumento para desarmar a zanga de Sutil, que se apressou em verificar a narrativa dos seus serviçais.

Pela madrugada, palmilharam a trilha apontada pelos dois guias. Em breve, atingiram o sítio procurado, onde os maravilhou a fartura aurífera. E pela tarde, de volta ao abrigo, puderam avaliar a colheita alucinante.

Sutil apanhara meia arrôba de ouro, e o camarada João Francisco Barbado, "por ser só e não ter quem o ajudasse", duzentas oitavas. Para legalizar a posse, regressaram, no dia seguinte, ao arraial, onde as suas informações incentivaram os parceiros a seguir-lhes o exemplo. Em breve, raros moradores permaneciam na Forquilha, à margem do Coxipó, ao passo que avultava progressivamente o número dos que se mudavam para a "Lavra do Sutil", considerada "a maior mancha que se teria achado em todo o Brasil". Ao qualificá-la de tal maneira, ajunta o cronista Barbosa de Sá que "pela quadra abaixo até o córrego, e coisa de vinte braças para cada lado, avaliou-se tirar-se dêste lugar o melhor de quatrocentas arrôbas de ouro", equivalentes a 6 000 quilogramas. Assim principiou, nas imediações da igreja de N. S.ª do Rosário, o povoamento, sobranceiro ao córrego, que tomaria o nome de Prainha, cavado na peneplanície alonquiana, de cascalhos refertos de ouro, encontradiço em pepitas e granitos de vários tamanhos.

A fama de sua opulência espalhou-se ràpidamente, atraindo os moradores dos arredores e das localidades litorâneas, contaminadas pelo entusiasmo aventureiro, comparável ao que despertara Sabarabuçu.

Amiudaram-se as monções do Povoado (São Paulo), que transportavam negociantes, mineradores e quantos se deixavam seduzir pela miragem do enriquecimento rápido.

Já a viagem constituía prova de resistência, a que só os fortes resistiam.

Em Araritaguaba, pôrto bandeirante, a 160 quilômetros de São Paulo, começava-lhes a peregrinação, que exigia energia incomum e habilidade ao vencer os obstáculos em que topavam a cada momento. As vias fluviais, que se alinhavam aproximadamente na mesma direção, do Tietê ao Cuiabá, não se ajeitavam espontâneamente à navegação fácil. Cada qual patenteava os seus problemas, que os viajantes deviam resolver, se pretendessem chegar em paz e salvamento ao seu destino.

O leito do Tietê arrepiava-se em 55 cachoeiras, mais de uma flanqueada por meio de varadouros, ao longo dos quais os escravos transportavam as cargas, enquanto as canoas, aliviadas do seu conteúdo, sulcavam águas tumultuantes, guiadas pela destreza incomparável de canoeiros, de pulso forte.

Havia o caso, porém, de acompanharem também as embarcações o desvio lateral, por onde as arrastavam sôbre estivado de paus roliços. Além do Paraná, o rio Pardo eriçava-se em corredeiras e saltos, no total de 33, que também reclamavam esforços hercúleos, à medida que se adiantava a subida para o divisor.

Afinal, não mais poderiam navegar no tributário próximo a Camapuã. Cavalgavam, nessa altura, o dorso do planalto, entre águas do Paraná e do Paraguai, ligadas por varadouro terrestre de 13 706 metros. Não lhes era, contudo, desimpedida a travessia, que os índios caiapó forcejavam por impedir. Ao menor descuido, tombava um forasteiro, varado por flechas, quando não fôsse fácil o revide imediato.

A caminhada, como de coluna militar em zona propícia a emboscadas, efetuava-se com a proteção

dos flancos e da retaguarda. Para o transporte das cargas e das canoas, a fazenda organizada pelos irmãos Lemes mobilizava os seus carros de bois, destinados a apressar a varação entre o Sanguessuga, que forma, com o Vermelho, o rio Pardo, e o Camapuã, afluente do Coxim, tributário do Taquari, que desemboca no Paraguai.

Ao alcançá-lo, poder-se-iam considerar libertos das difíceis manobras fluviais, pois que, vencida a derradeira cachoeira, os rios se estendiam, tranqüilos, na imensidão dos pantanais, não raro anastomoseados por baías e corixos, que encurtavam o percurso.

Todavia, perigo maior começou a avultar, depois que a primeira monção, de Diogo de Sousa, foi destroçada pelos paiaguá, em 1725, quando pereceram mais de 600 pessoas.

Amiudaram-se as agressões, a que se achavam acostumados os ágeis canoeiros, que, em caso de perseguição, encontravam refúgio e amparo em Assunção, a cujos moradores vendiam os produtos dos seus assaltos, fôssem artigos importados, fôssem arrôbas de ouro. Além dêsses elementos hostis, não faltavam também doenças, que reduziram o efetivo de mais de uma inicialmente grande monção, e até carência lamentável de víveres, estragados ou perdidos em naufrágios.

E quando embicasse a canoa no Pôrto Geral, a meia légua das Lavras do Sutil, não cessariam de momento os males decorrentes da sorte adversa. A afluência repentina de povoadores, que encontravam os patrícios já estabelecidos, mais empenhados na extração do ouro do que em garantir a sua própria subsistência por meio de roças, intensificou o desequilíbrio entre a produção agrícola e o consumo.

À semelhança do que se dera nas Minas Gerais, a fome entrou a rondar os sertanistas, alguns dos quais procuraram salvar-se por meio do afastamento para distantes paragens.

E assim, do distrito cuiabano se foi expandindo a malha de povoados por todos os quadrantes.

A vida, em verdade, não corria suave em Cuiabá na primeira década. Ultrapassada a fase de deslumbramento, causada pela colheita do ouro à flor da terra, que estimulou a propaganda aliciadora de milhares de aventureiros, a prosperidade econômica de alguns aumentava o contraste com o infortúnio da maioria.

As perdas de vidas e de mercadorias na morosa viagem, inçada de empecilhos, correspondiam a sangrias contínuas no arraial, cujos povoadores já não obtinham resultado comparável ao do início. E como se não lhes bastassem os males remediáveis, engravesceu-os a presença de Rodrigo Cesar de Menezes, truculento capitão-general de São Paulo, que seguiu as pegadas dos bandeirantes, para inaugurar, a 1.º de janeiro de 1727, a "Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá".

Certo, seria honroso para o arraial bandeirante receber, com os pelouros, as insígnias de hierarquia municipal.

As extorsões, todavia, que o novo aparelhamento fiscal promoveu, quando se acentuava o empobrecimento das lavras, tornaram maléfica a visita do capitão-general. Aparentando honestidade de propósitos, simulou pagar os direitos de entrada dos seus 28 escravos, para trombetear que o pontual cumprimento dos dispositivos fiscais provinha de quem poderia, por uma simples penada, evitar para a sua algibeira semelhantes sangrias. Seria exemplo edificante para os escorchados contribuintes, que não mais poderiam reclamar.

Ao fim da sua permanência em Cuiabá, porém, recuperou a importância que pagara, no Registro do Arraial Velho, de cambulhada com as despesas de viagem, desde as provisões, em que se englobavam artigos do reino, como azeite, vinho, passas, queijos, biscoitos, paios, até os mantimentos regionais.

O total montou a 4 990 oitavas e meia de ouro, que, a 24 de março de 1728, Rodrigo Cesar ordenou ao Provedor dos quintos reais que lhe restituísse, "com o ouro que tem em seu poder pertencente aos direitos que pagam por entradas as cargas e os escravos, que vêm para estas minas".

Desta maneira, o implacável perseguidor dos Lemes economizou, em Cuiabá, vultosa quantia, que fizera constar ter gasto do seu bôlso particular, para empreender a onerosa viagem.

E antes de partir, de regresso, quando já tinha produzido efeito a sua burla, reembolsou quanto aparentemente despendera.

Se, porém, operou o prepotente capitão-general de São Paulo como agente refreador do desenvolvimento de Cuiabá, em sentido contrário atuou o primeiro governador, nomeado para inaugurar a Capitania criada pela Provisão Real de 9 de maio de 1748.

Mais de três décadas contava Cuiabá de existência, desde o improvisado arraial de Moreira Cabral, quando acolheu o seu primeiro capitão-general.

No decurso dêsse período de formação, passara por várias fases, de entusiasmos e depressões, que lhe assinalaram o destino histórico, de propagadora das características bandeirantes.

Primeiramente, com afluxo de novos povoadores, em aumento periódico, para o qual só a mon-

ção de Rodrigo Cesar contribuiu com cêrca de 3 000 pretendentes a esgaravatarem-lhe o solo aluvionar, a vila ràpidamente cresceu, sem cogitar de resolver os seus problemas urbanos.

Amontoou-se à margem do córrego da Prainha, onde fervilharavam os faiscadores, ansiosos de que os bafejasse a fortuna, semelhantemente ao que sucedera a Miguel Sutil.

Erguiam os seus ranchos a *trouche-mouche,* junto às lavras, fora de qualquer previsão de desenvolvimento regular, como ainda na atualidade comprovam vestígios remanescentes do traçado primitivo. E se foram expandindo pela margem direita, mais suave do que a esquerda, íngreme.

Não se afastavam, todavia, para jusante, apesar da ligação, aproximadamente de meia légua, com o Pôrto Geral, por onde chegavam mercadorias e passageiros das monções.

As camadas de aluvião, porém, não seriam inesgotáveis. Revolvidas intensamente, nas margens do ribeiro, e nas encostas próximas, como testemunham os montículos de cascalho lavado, que alvejam nas rampas do morro do Rosário, compreenderam os mais previdentes que já não poderiam esperar resultados compensadores aos seus esforços. E buscaram outros rincões, em que se lhes deparasse auspiciosa formação aurífera. O tino sertanejo guiou-os, certeiro, às zonas fecundas, em que enxamearam povoados ao redor de Cuiabá, como satélites promissores. O mais importante resultou das descobertas, por volta de 1734, na chapada de São Francisco Xavier, entre o Sararé e o Galera, afluentes do Guaporé, de mina aurífera, por bandeirantes oriundos de Cuiabá.

Estaria pelo menos a cem léguas de distância, nas extremas do território, que se tornaria mato-grossense, pelo princípio do *uti possidetis*.

Açodadamente converteu-se em chamariz para os sertanistas, que formaram o rosário de arraiais, de N. S.ª do Pilar, de Sant'Ana, de Boa Vista, de Lavrinhas de S. Vicente, que disputaram a Cuiabá o primado.

Também da vila partiu, nessa mesma década, a comitiva que abriu caminho por terra para São Paulo, através de Goiás. Assim se libertaram os viajantes das fadigas e perigos da navegação fluvial, embora não se livrassem de todo das hostilidades indígenas, quando percorressem os domínios do caiapó e do bororó.

A permanência em Cuiabá não decorria suavemente, como refúgio paradisíaco. Os moradores tinham que lutar, para suplantar as contingências adversas. À procura de melhores condições, entabolaram relações mercantis com o povoado mais próximo de Chiquitos. Não conseguiram, porém, prosseguir, vedado que fôra o comércio com os vizinhos. Também não terminou em resultado favorável a tentativa empreendida por moradores de São Francisco Xavier, que foram, em 1742, pelo Guaporé abaixo, em busca das missões castelhanas, com quem pretendiam negociar.

Depois de cordial acolhimento na primeira, que alcançou em Baures, Manuel Felix de Lima teve ciência, na de Exaltação, que o Provincial, consultado a propósito, ordenara a sua expulsão, por não ser permitida negociação alguma com os forasteiros.

Rodou, então, à mercê das correntes, que o levaram, pelo Madeira, ao Amazonas e a Belém, onde, em vez dos prêmios pleiteados, por ter roteado desconhecida via fluvial, amargou na prisão o crime de desvendar novos caminhos, infringindo proibições régias.

Com argúcia, João de Sousa de Azevedo escapou a igual sina, embora cometesse transgressão análoga, ao tentar a travessia do planalto pelo Sepotuba, em 1746.

Remontou-o até onde lhe foi possível. E transportou as suas canoas, por terra, ao Sumidouro, pelo qual desceu ao Arinos e continuou até Belém.

As amostras de ouro, colhidas no caminho, justificaram-lhe a penosa peregrinação, atribuída a propósitos de pesquisas de novas minas.

Não conseguindo licença, porém, para regressar pelos mesmos rios, participou de diligência oficial para explorar o Madeira-Guaporé, de arrepio, na expedição de Gonçalves da Fonseca, de 1749.

Desta maneira, mobilizando os seus sertanistas, Cuiabá empenhava-se, diretamente, ou mediante a colaboração dos arraiais guaporeanos, em facilitar as comunicações com as localidades distantes e até em abrir linhas comerciais com a vizinhança.

Não o conseguindo, cuidou de ampliar a região ocupada, por meio de engenhos de açúcar, em sítios de Serra Acima, na Chapada, que o caminho terrestre para Goiás atravessara. O temor de assaltos dos paiaguá, em suas velozes canoas, figuraria entre os motivos de não serem aproveitadas, como ulteriormente, as margens do Cuiabá para a indústria canavieira, a que oferecia condições edáficas propícias.

Afastados, porém, da beira d'água, multiplicaram-se os estabelecimentos pastoris, de tal maneira que o próprio capitão-general afirmaria, em 1761.

"No Cuiabá é já o gado tanto que não chega a matar-se todos os anos metade do número das reses que nascem naquele distrito".

A mineração aurífera esmorecia. A de diamantes, iniciada auspiciosamente no Alto Paraguai, fôra proibida pelas autoridades, por ser privativa da Coroa, antes da autorização concedida em 1805.

A produção açucareira, bem como a das roças, limitava-se ao consumo. Sòmente a criação de gado sobejava. Mas, sem contribuir para aumentar o escambo mercantil.

Não seria possível a exportação, via Goiás, onde também crescera o rebanho bovino, dispensando auxílio de outras paragens. Não obstante, Cuiabá sobreviveu, de tal maneira que suportou galhardamente a sentença de *capitis diminuto,* que lhe derivou da criação "de dois governos, um nas minas de Goiás, e outro na de Cuiabá", conforme D. João V comunicou a Gomes Freire, a 9 de maio de 1748.

Para lhes definir, entretanto, as jurisdições, acrescentou: "os confins de Mato Grosso e Cuiabá hão de ser para a parte de São Paulo pelo dito rio Grande (Paraná)".

No título da Capitania já se associavam os dois distritos, o mais antigo, elevado à vila em 1727, e o mais distante, caracterizado pela floresta entre o Jauru e o Guaporé, da qual lhe proveio o nome de "Mato Grosso".

Para dirigi-la, recomendara o Conselho Ultramarino fôsse escolhido "governador distinto e inteligente" e, sobretudo, "capaz de responder e obrar com acêrto em semelhantes casos (de contendas fronteiriças), para evitar as desconfianças da Côrte de Madri", de maneira que torne "a colônia de Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil".

Fiel à sua predestinação, reconhecida pelo monarca lusitano, em documento solene, a Capitania ocidental registrou em seus anais o esfôrço da sua gente, fôssem governantes ou simples povoadores, para sempre cumprir a missão que lhe foi cometida, de servir de escudo ao Brasil por aquela banda. Bem a compreendeu o inaugurador do seu govêrno autônomo, que a 12 de janeiro de 1751 saltou no Pôrto Geral, ao fim de longa peregrinação, em que revelou qualidades apropriadas à relevante chefia.

Não completara ainda Antonio Rolim de Moura o seu 40.º aniversário, quando aceitou o encargo de organizar a administração da Capitania nascente. Era capitão-de-infantaria da guarnição de Lisboa, que iria deixar, para assumir mais alto pôsto, no continente americano. Apesar dos esforços desenvolvidos, não conseguiu afastar-se imediatamente da Metrópole, para iniciar a sua tarefa.

Nomeado a 25 de setembro de 48, sòmente a 17 de janeiro de 1751 tomou posse, em Cuiabá, onde revelou as "Instruções", que lhe deveriam definir as diretrizes do govêrno.

Recomendava-lhe o parágrafo I:

"Suposto entre os distritos de que se compõe aquela Capitania Geral, seja o de Cuiabá o que se ache mais povoado, contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do govêrno se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso, no qual fareis a vossa mais costuma residência".

E, mais, "por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja fôrças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila".

Desta maneira, razões políticas determinaram a preterição da vila existente, ajeitada a servir de sede governativa, por outra, que se fundasse, mais próxima dos vizinhos.

Adstrito às prescrições régias, permaneceu Rolim de Moura em Cuiabá, apenas os meses indispensáveis a cuidar de providências administrativas, e prosseguindo para oeste, em novembro, alcançou a Cachoeira Grande do Jauru, a 27.

Por informações dos vaqueanos, soube e anotou que a aldeia castelhana de São Rafael dos Chiquitos se encontraria à distância de "25 dias de jornada", mas estava de todo vedado o intercâmbio.

Pela manhã de 14 de dezembro, conheceu o denominado Pouso Alegre, à margem do Guaporé, que o surpreendeu.

Só o freqüentavam os pescadores, quando desciam das suas residências nos arraiais auríferos, em busca de alimento.

O capitão-general, à primeira vista, deixou-se empolgar pelos encantos do cenário, onde logo imaginou erigir a vila prevista. Não o quis fazer, porém, antes de percorrer os povoados chapadenses, que visitou na semana seguinte.

Conheceu, primeiro, São Francisco Xavier, cujo clima lhe pareceu, "o mais destemperado que tenho visto", pois que no "pouco tempo que lá estive cheguei a experimentar em alguns dias calma e frio, sol, chuva e névoa".

As casas, de pau-a-pique e barreadas, cobriam-se de capim, com exceção de uma e da Igreja, providas de telhados. Adiante, não apresentaria o de Sant'Ana melhores condições. Ambas não contavam mais que 60 moradores brancos, dos quais apenas 7 eram casados.

"Os mulatos, bastardos e pretos forros podem ser outros tantos", ao passo que os escravos, pela matrícula mais recente, montavam a 1 175.

Considerada desnecessária a continuação de suas investigações, desceu, a 14 de janeiro, na fôrça das chuvaradas, para a beira do rio, decidido a implantar a vila raiana, "a que se deu comêço a 19 de março".

Nesse dia, levantou o pelourinho, símbolo da hierarquia vilarenga, que abrolhava no êrmo.

Deu-lhe o título de "Vila Bela da Santíssima Trindade" e para lhe assinalar a existência, "em uma casa que se armou de toldos, no lugar da praça, se fêz o ato da criação da vila", e tomaram posse as primeiras autoridades municipais.

Para provar que não temia o "descômodo com que aqui temos vivido", escreveu a Diogo de Mendonça Côrte Real, em maio, que lhes "serviam de casas ramos de palha, que nem bem resguardam a chuva, nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens, e em que o assoalhado é a mesma terra úmida".

Para o fidalgo habituado à faustosa vida lisboeta da era de D. João V, seria, em verdade, penoso o alojamento em simples rancho coberto com fôlhas de palmeira e piso de terra batida. Todavia, perseverou, traçando os arruamentos, com preocupação de urbanista improvisado, na primeira vila mato-grossense, prèviamente projetada, pois que a de Cuiabá não obedecera a plano algum sistemático. Crescera de acôrdo com as conveniências dos mineradores, e só mais tarde tomaria feições mais regulares.

Adquirira, porém, realce, pelo primado exercido até a passagem de Rolim de Moura, que, seguramente, a teria preferido para sede do seu govêrno, caso não fôssem tão explícitas as ordens metropolitanas que o impeliram para o vale do Guaporé.

Não desanimou, entretanto, ao ver-se preterida. Porfiou, ao revés, em viver, esperançosa de manter a primazia culto-social, decorrente da tradição da hierarquia anteriormente conquistada.

Simultâneamente desenvolveram-se as duas vilas. Uma, de objetivos políticos, ao calor da presença do capitão-general, mas malignada por doenças, a que sucumbiram dois governadores, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Manuel Carlos de Abreu Menezes.

O primeiro sucedera a seu irmão, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o insigne governante que se tornou benemérito em Mato Grosso, como também A. Rolim de Moura. Ambos se esforçaram, não sòmente por melhorar a administração da Capitania, como também para lhe determinar limites racionais, embora contrariassem, por vêzes, a Metrópole.

Para defendê-los, Rolim de Moura rechaçou, em 1763, a investida castelhana por Itonamas, e Luís de Albuquerque fundou redutos militares em Coimbra, Albuquerque, Cáceres, Casalvasco, por fim, Forte do Príncipe da Beira, que maravilha, pelas suas vastas proporções, os viajantes que sulquem o Guaporé.

Pôsto afastado relativamente das pressões fronteiriças, não deixou Cuiabá de participar das lutas resultantes, como ocorreu ao enviar socorros de gente e provisões ao primeiro capitão-general, e ao defensor de Coimbra, Ricardo Franco de Almeida Serra, que o Governador D. Lazaro de Ribeira não conseguiu derrotar em setembro de 1801.

Mais do que de exercícios guerreiros, aprazia-lhe, porém, cuidar de ocupações pacíficas, em que se incluíam aspirações intelectuais. Assim foi que, ao mandar à Metrópole o mapa da Capitania, desenhado por R. F. Almeida Serra em 1785, o capitão-general Luís de Albuquerque recorreu a um dos seus moradores, para desenhar "o busto da Rainha", assim evidenciando que existia em Cuiabá quem cultivasse a pintura.

Mais acentuadamente se lhe manifestariam os anseios culturais nas festividades assinaladas pelos cronistas. Para acolher o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho, que a visitou em 1769, Cuiabá reuniu os seus artistas, que não sòmente participaram das solenidades religiosas, como ainda lhe dedicaram "outros muitos festejos, como foram três tardes de cavalhadas, em que correram as pessoas principais da primeira nobreza da terra, cinco comédias e duas óperas, que tudo se representou em tablado na rua, além de outras danças e folguedos, que lavaram muitos dias".

Mais prolongadas cerimônias, entretanto, mereceu, em 1790, o Doutor Diogo de Toledo Lara Ordonhes, às vésperas de deixar a Ouvidoria.

As comédias e entremesas alternavam-se com as tragédias, bailes e cavalhadas, a contento de tôdas as camadas sociais. Tanto foram à cena "Aspazia na Siria", "Irene perseguida e triunfante", "Saloio cidadão", como "Zenóbia no Oriente", "D. Inês de Castro", "Amor e Obrigação", "Tamerlão", "Zaira", "Sganarelo", e outras várias comédias.

"Admirou-me que, sendo todos os cômicos totalmente sem ensino algum de representação nem ainda de outros atos públicos, anotaria o magistrado, se saíssem tão bem. Tais são as habilidades dos filhos do Cuiabá, o gôsto com que se empenham e a eficácia dos ensaiadores".

Assim se despicava o povo cuiabano da perda do primado político, pela sublimação de seus pendores artísticos, que lhe deleitaram a existência.

Tanto lhe apreciavam os governadores o convívio que o derradeiro da série colonial se excusou de residir em Vila Bela, preferindo estanciar mais longamente em Cuiabá. Nem assim, todavia, evitou o levante de 20 de agôsto de 1821, que lhe causou a substituição por uma Junta Governativa, a exemplo do que sucedeu em outras Províncias.

Ao ter ciência da deposição, Vila Bela também se alvoroçou, elegendo outra Junta, cuja inexperiência se patenteou na aliança, proposta por Sebastião Ramos, e aceita, para conter os legionários da Libertação, comandados pelo General Sucre.

Quando tomou conhecimento da desaprovação inequívoca do Imperador, que mandou "declarar nulo e de nenhum efeito tudo quanto a êste respeito se praticou", já os partidários da anexação de Chiquitos ao Império tinham sido suplantados por individualidades sensatas, que a revogaram.

Não obstante as graves conseqüências resultantes, que iriam motivar queixas amargas dos republicanos, o efêmero apoio ao derrotado governador da Província vizinha teve breve duração, como, aliás, a própria Junta Provisória, que gerou a dualidade governativa.

Pôsto substituída pela segunda, menos revolucionária, não perdurou longamente.

A unificação do Govêrno, decidida pelo Imperador, atalhou qualquer veleidade de continuação no poder, acaso alimentada por alguns dos seus membros.

Manuel Veloso Rabelo de Vasconcelos, Comandante das Armas, ainda esboçou a pretensão de impedir a posse em Cuiabá, prenúncio da mudança definitiva da sede do govêrno. Contra os rumores, que lhe chegaram aos ouvidos, ainda em viagem, José Saturnino da Costa Pereira não encontrou maior obstáculos para iniciar, na vila bandeirante, transfigurada em cidade, mercê de Carta régia de 17 de setembro de 1818, a série de presidentes da Província de Mato Grosso, título mais simples do que teve a Capitania, ao organizar-se.

Desta maneira, o distrito guaporeano suplantou, na toponímia, o mais antigo, ao passo que a liderança coube a Cuiabá, como sucedera nas primeiras décadas.

Não lhe correriam de feição os sucessos, em que se refletiam as inquietações da Côrte, com a mesma penúria de recursos financeiros e agitações partidárias.

A pobreza oficial espelhava-se no desconto "de 40%", e mais "a que estavam expostas as cédulas da Junta da Fazenda".

No que tange à vida política, assinalou o Presidente A. Corrêa, em carta de 5 de janeiro de 1832, que a Província "desde 1821 está em uma anarquia moderada, mal que só com o tempo se pode vencer".

Em vez, porém, de atenuação, o mal exacerbou-se em 1834, quando rompeu a *Rusga,* provocada pelos nativistas exaltados contra os adotivos, muitos dos quais pereceram na sinistra noite de 30 de maio.

Dominado o acesso de criminoso jacobinismo, anàlogamente ao que se verificou em várias outras províncias, do Rio Grande do Sul ao Pará, continuou a evolução de Mato Grosso, com ritmo compassado. Para apressá-lo, esforçou-se por obter mais fácil ligação com o litoral distante.

E como Francia vedava a passagem de embarcações estrangeiras pelos seus domínios, assim que, em Cuiabá, constou o seu falecimento, o Presidente E. Ribeiro de Rezende incumbiu o capitão-tenente A. Leverger de ir a Assunção, em missão diplomática.

Frustrou essa tentativa de 1839, como igualmente a de 1841, que evidenciavam a urgência, sentida pelos dirigentes, de empreender a navegação fluvial até o Atlântico.

Apesar do apoio conferido pelo Govêrno Imperial, em prol da permanente aspiração provincial, sòmente em 1856 conseguiu Silva Paranhos negociar o Tratado de 6 de abril, que franqueou o rio Paraguai a navios brasileiros.

A instalação, em Corumbá, da Mesa de Rendas, ativou a intensificação do movimento comercial, de que se tornou entreposto.

Fase auspiciosa de progresso descerrou-se para Mato Grosso, que sentiu desafôgo no isolamento em que permanecia, por dificuldade de comunicações.

Não lhe tardou, entretanto, a depressão, quando Solano Lopes aprisionou, antes de qualquer declaração de guerra, a 12 de novembro de 1864, o paquête Marquês de Olinda, que transitava entre Montevidéu e Corumbá. Assim teve início a guerra fatal. E como se não bastasse tão lúgubre flagelo, a varíola completou-lhe a devastação, ao dizimar a população cuiabana, que relembraria apavorada, por longo prazo, a epidemia de 1867.

Afinal, cessados os males da invasão e do seu cortejo sinistro, Mato Grosso registou novo período de esforços para progredir. No âmbito do ensino, fundou-se, em Cuiabá, a Escola Normal, inaugurada a 3 de fevereiro de 1875, o Liceu Cuiabano, em 1880,

mais amplo que o Seminário Episcopal, de 1853, que até certo ponto lhe supria a falta.

Nos domínios da economia, as relações comerciais que se estabeleceram com as praças de Montevidéu, de Buenos Aires, e com algumas européias, permitiram a importação de tecidos e mercadorias várias, entre as quais se incluía cerveja inglêsa, manteiga da França, queijo da Holanda, em troca de couro sêco de boi, ipecacuanha, carne-sêca, solas, sal, e outros produtos, aos quais se ajuntariam, em breve, dois destinados a contínuo aumento, a erva-mate e a borracha.

Não eram ainda exportadas em 1879, quando Pimenta Bueno estimou a população de Mato Grosso em 65 321 almas, em que se incluíam 6 110 escravos.

Dispersavam-se por nove municípios, que abrangiam 16 freguesias. Não admira que, minguada de habitantes, a Província, ao transformar-se em Estado, apenas acusasse a receita, em 1889, de 215:905$143, e despesa de 204:125$563, com saldo diminuto, que desapareceria no exercício seguinte.

Decorrida a primeira década republicana, subiram os dois índices, em 1900, respectivamente a 1 432:849$000 e 1 439:229$773.

A fase de inquietação política seguinte espelhou-se, como era de esperar, nas finanças, que não tardaram, todavia, a melhorar. Gradativamente, em ascenção, alcançaram, em 1930, as cifras de ...... 7 597:397$579 para a receita, e de 10 238:373$205 para a despesa.

Modernamente, os resultados podem avaliar-se pela arrecadação em 1954, que montou a .... Cr$ 172 968 312,20, aumentada, com várias parcelas, para Cr$ 197 557 802,70, que permitiu despesas no valor de Cr$ 192 789 198,81, e mais o saldo de .. Cr$ 4 768 603,89, que passou para o exercício de 1955.

São números indicativos do desenvolvimento de Mato Grosso, apesar da sua população ainda se manter por 609 000 habitantes, conforme estimativa assinalada pelo "Anuário Estatístico do Brasil — 1956". As bases da sua economia, não obstante diminuídas com a separação do Território de Rondônia, de opulentos seringais, fortaleceram-se com o desenvolvimento das culturas antigas e início de outras. O rebanho bovino já se calcula por 7 956 200 reses, que se abatem em suas xarqueadas, ou são exportadas para os frigoríficos paulistas. A cafeicultura regista 8 416 600 pés, que produziram 139,220 sacas, além dos cafeeiros novos, que lhe elevam o número para 15 milhões.

Haverá que citar, ainda, a erva-mate, o algodão, a borracha, o arroz, exportado para São Paulo, o manganês, cujas minas de Urucum foram objeto de arrendamento, que deverá concorrer para o desenvolvimento regional.

Aliás, antes dessa contribuição, de que lhe resultará a aplicação, no município, de 20% dos lucros líquidos anuais da Emprêsa arrendatária, conforme prescreveu contrato de 10 de dezembro de 1953, Corumbá acolheu industriais, que organizaram usina siderúrgica, com alto forno, fábrica de cimento, ambas com matéria-prima regional e moinho de trigo.

A sua posição propícia acentuou-lhe a peculiaridade auspiciosa de entroncamento de vias fluviais, a cujos navios oferece pôrto adequado, e de linhas aéreas, para a Amazônia, via Cuiabá ou Cáceres, para a Bolívia, em rumo do Peru, para São Paulo e Rio de Janeiro.

O problema da distância, que angustiava, e ainda molesta o Estado, encontrou no desenvolvimento da aviação condições favoráveis à solução.

Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, as maiores cidades mato-grossenses, são visitadas diàriamente por um ou mais aviões, muitos dos quais trafegam em linhas internacionais.

Várias outras localidades também se acham articuladas entre si por via aérea, como ainda as próprias fazendas de criação de gado utilizam-se dêsse meio rápido de comunicação.

Inúmeras são as que possuem o seu aparelho particular, e raras se contarão as desprovidas de pistas, em que possam manobrar os táxis-aéreos.

Bastará um aviso pelo radioamador, ou por outro meio qualquer, para que, à hora combinada, desça à porta, por assim dizer, do estabelecimento pastoril, o avião requisitado.

A expansão da prática aviatória, que semeou de campos de pouso a imensidão do território mato-grossense, a ponto de causar surprêsa aos aviadores, que pela primeira vez o sobrevoem, combinada com o uso do rádio, acelerou o ritmo de evolução do Estado, mais do que lhe permitiria a diminuta densidade demográfica.

Para aumentá-la, concorrerão os núcleos de colonização, que se vão formando, ora espontâneamente, ora por iniciativa oficial, com celeridade maior do que a obtida pelas anteriores ondas povoadoras.

A primeira, constituída pelas comitivas que seguiam a esteira das monções setecentistas, procedia de São Paulo, seduzido, na época, pelo ouro de Cui-

abá, onde se fixou a bandeira de Pascoal Moreira Cabral.

Mais tarde, preferiam varar o extenso caminho terrestre, arqueado por Vila Boa de Goiás, através de sertões bravios, à medida que esmoreciam as atividades monçoeiras.

Já no segundo quartel do século passado, famílias do Triângulo Mineiro penetraram por Santana do Paranaíba, decididas a afazendar-se no vale do Sucuriu e circunvizinhanças.

Avançando para sudoeste, foram topar com os pioneiros cuiabanos, que se espraiavam pelos pantanais, até Miranda e Taboco e seus tributários.

Terminada a guerra de Solano Lopez e demarcada a fronteira sulina, começou a povoar-se a faixa contígua por turmas de paraguaios atraídos pela nascente indústria ervateira.

Contemporâneamente, europeus e platinos subiram de Montevidéu e Buenos Aires até Corumbá, onde se radicaram.

Na derradeira década do século, centenas de sul-rio-grandenses, egressos de suas cochilhas, atravessaram a fronteira meridional, em busca de paragens semelhantes às suas querências.

No quartel seguinte, da Bahia e do Nordeste procederam os contingentes, que se apossaram dos garimpos do rio das Garças e do São Lourenço, onde se intensificou a extração de diamantes.

Mas a corrente povoadora mais intensa, após a inauguração da E. F. Noroeste do Brasil em tôda a extensão, robusteceu a componente antiga, a que se misturavam as procedentes de outras paragens, através de São Paulo.

Aos elementos étnicos recém-chegados, todavia, não faltarão os exemplos edificantes dos grupos raciais, ufanos das suas raízes bandeirantes, que lhes permitiram ocupar tôda a esperançosa região que se dilata do Paraná ao Guaporé, e do Paraguai ao Xingu.

Nesse tablado imenso e empolgante, o homem que superou os obstáculos naturais, em luta porfiada, anseia por organizar a Terra da Promissão, para acolher amistosamente os que aspirem a prosperar, pelo trabalho, em ambiente de fartura e tranqüilidade.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO
Secretário-Geral do C. N. G.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Índice dos Municípios

ACORIZAL — MT

Mapa Municipal na pág. 61 do 2.° Vol.

HISTÓRICO — Compulsando as referências com que tantos estudiosos tentaram reconstituir a evolução histórica do município de Cuiabá, verifica-se que, aparentemente, todos êles, sem discrepância, circunscreveram as suas pesquisas ao sítio da cidade, transferindo-as em seguida para as zonas mais afastadas de Chapada dos Guimarães, Diamantino, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, e, mais remotamente, à antiga sede da Capitania — Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa impressão salta aos olhos quando se abalança o curioso a conhecer os primórdios da formação dos povoados mais próximos, como Acorizal, Engenho, Jangada e outros.

Entretanto, levando-se em consideração que a história do povoamento de Cuiabá não foi apenas um evento limitado às minas descobertas por Sutil, que simplesmente serviu de denominador comum à devassa de tôda uma portentosa região entregue ao bugre e ao castelhano, teremos justificada a falta de individualização do surto de povoamento das zonas convizinhas que dantes integravam o município da Capital como um todo homogêneo.

Surgida à sombra da mineração, tão logo deram de rarear as catas fáceis, pràticamente colhidas a mão, e jugularam-nas as manoplas implacáveis do fisco, verificou-se a deserção em escala perigosa dos habitantes do incipiente arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em busca, a maioria, de novas minas promissoras; outros, no entanto, menos aventurosos ou de índole agrária, que os havia, enveredaram-se pelas margens do Cuiabá acima e seus afluentes, na tentativa de real fixação ao solo, através do cultivo de bens de consumo de que a vila se mostrava desprovida e não raramente faminta.

Êstes foram, possìvelmente, os primeiros povoadores do atual município de Acorizal, aos quais seduzira, ao invés do ouro bateado, o amanho da terra que lhes proporcionaria sua aquisição pela permuta.

Para tal intento, facilitavam-lhes sobremaneira a feracidade das terras vicinais aos rios, recobertas de matas que, pela milenar decomposição das frondes, acumularam o húmus vivificador, e os rios que de deriva lhes transportavam em pequenas embarcações (canoas) os resultados das colheitas até o Pôrto Geral, onde mercadejavam-nas vantajosamente com a população de Cuiabá.

Teve assim o município, ao contrário de outros vizinhos, origem essencialmente agrícola, transplantando para as suas propriedades a cana-de-açúcar que vicejava nos feudos chapadenses, introduzida por Antônio da Silva Lara, e movimentando os seus inúmeros engenhos de rapadura, açúcar de barro e aguardente.

Embora nunca houvesse experimentado apreciável desenvolvimento, a extinção da escravatura, em 1888, foi-lhe golpe a que não pôde resistir, tal como outras regiões produtoras do norte do Estado, passando a decair o rendimento das propriedades, muitas das quais foram abandonadas por seus possuidores, na falta do braço escravo que as impulsionasse.

A introdução da pecuária, ramo de atividade que poderia desenvolver simplesmente com o auxílio dos familiares, veio, em parte, restaurar o equilíbrio econômico da zona, ensejando, ao mesmo tempo, que a transição provocada pela Lei Áurea se completasse com o advento do trabalho assalariado para a agricultura.

No primeiro ciclo da indústria extrativa da borracha em Mato Grosso, teve o Município de Acorizal relativo surto econômico, como entreposto coletor do produto e abastecedor dos seringais mais próximos; reação efêmera jugulada pela queda do preço do produto no mercado internacional e o conseqüente abandono de sua exploração.

Estribando-se sua economia atual na agropecuária, em regime de pequenas propriedades, vence o município de Acorizal, paulatinamente, os óbices levantados pela secular dependência à Capital do Estado, confessadamente incapaz de lhe promover o desenvolvimento.

O distrito de Acorizal foi criado como paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora das Brotas, por Lei provincial de 25 de agôsto de 1833, subordinada à de Nossa Senhora do Livramento, da qual foi desligada, e incorporada, como distrito de Brotas, ao município da Capital pela Lei n.° 211, de 10 de maio de 1899. A Resolução n.° 229, de 8 de março de 1900, transfere-o novamente para o município de Nossa Senhora do Livramento, para, finalmente, vir êle a reincorporar-se ao município da Capital, com nova descrição de limites, pela Lei n.° 380, de 27 de maio de 1903.

O distrito de Paz de Engenho foi criado pela Lei número 1 064, de 30 de junho de 1930, na comarca de Cuiabá, com a denominação de Aldeia, posteriormente modificada para Alegrete e finalmente para o atual topônimo.

O distrito de Paz de Jangada, criado pela Lei número 209, de 6 de dezembro de 1948, no município da Capital, teve sua área formada pelo desmembramento do distrito de Brotas (atual Acorizal).

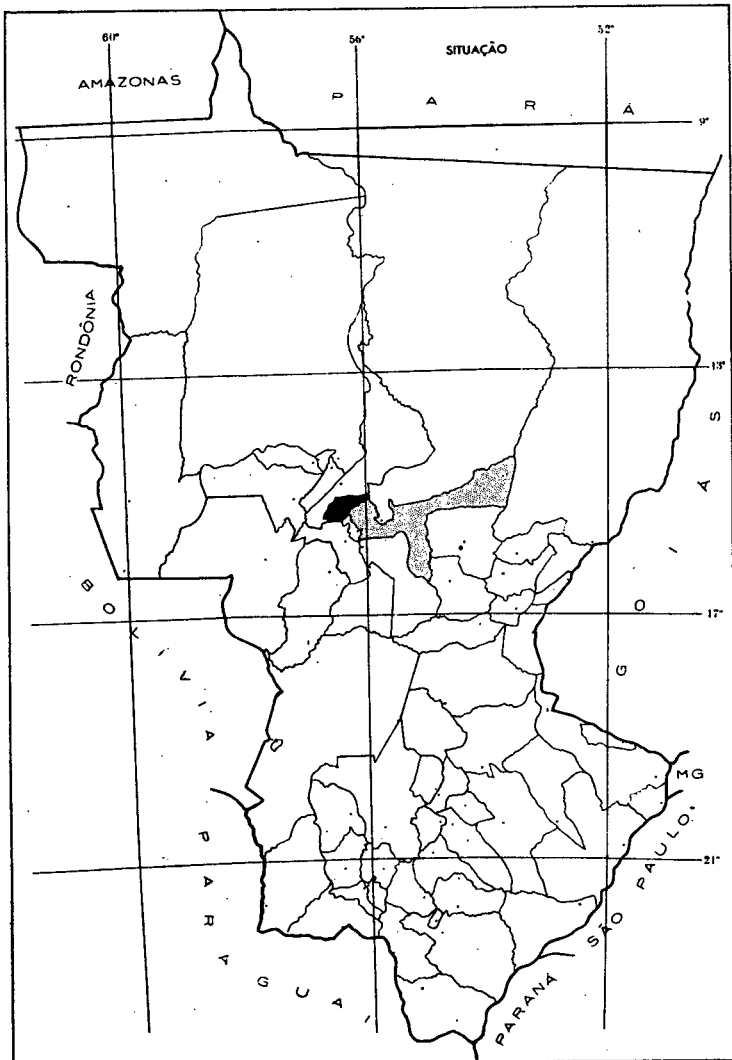
Os três distritos assim formados constituem o município de Acorizal, criado por fôrça da Lei estadual n.° 691, de 12 de dezembro de 1953, tendo os seus limites retificados pela Lei n.° 370, de 31 de julho de 1954.

É têrmo judiciário da comarca de Cuabá, com 3 cartórios de Paz instalados na sede municipal, na vila de Engenho e no distrito de Jangada.

Para a atual legislatura, inaugurada em 12 de fevereiro de 1955, foi eleito o Senhor Honorato Pedroso de Barros, compondo-se a Câmara Municipal de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Acorizal acha-se situado na zona fisiográfica da Chapada, confrontando-se com

Igreja Matriz de N. S^a. das Brotas

os municípios de Rosário Oeste, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento e Várzea Grande. São os seguintes seus pontos extremos 15° 01' 15" e 15° 24' 00" de latitude Norte e Sul; 55° 56' 45" e 56° 48' 00" de longitude E. e O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede municipal está localizada à margem esquerda do rio Cuiabá, distante da Capital do Estado 59 quilômetros, por estrada de rodagem.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 170 metros, colocando-se o município em 48.° lugar, na ordem de altitude no estado de Mato Grosso.

CLIMA — O município participa do clima tropical único. As precipitações anuais começam em novembro, terminando em março ou abril, sendo mais freqüentes nos meses de janeiro e fevereiro.

ÁREA — Com 1 870 quilômetros quadrados, coloca-se em 53.° lugar, juntamente com o município de Ponte Branca, em relação às áreas das demais comunas do estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pobre em acidentes geográficos, que se restringem quase que com exclusividade ao sistema potamográfico, com inúmeros córregos e ribeirões. O rio Cuiabá atravessa o seu território na direção noroeste-sudeste, estendendo pelo seu território o afluente Jangada. Os ribeirões Espinheiro, Retiro Grande, Engenho e Baús traçam-lhe os contornos. No rio Cuiabá são assinaladas as cachoeiras do Funil, das Tortas e da Tenda, tôdas de proporções modestas, mais chegadas a *rápidos* ou corredeiras encachoeiradas.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral há ocorrência de pedra calcárea, barro para tijolos e telhas e areias para construção.

No vegetal, são encontradas as espécies típicas da região, tais como: o angico, a aroeira, a peroba-rosa e amarela, o ingàzeiro, o uacori ou *acori,* donde provém o topônimo dado ao município, etc.

No reino animal, observa-se a existência da anta, paca, caititu, veado, ouriço, tatu, capivara, além de variada fauna ornitológica ornamental e canora.

POPULAÇÃO — Os distritos de Acorizal, Jangada e Engenho, que hoje formam o município de Acorizal, contavam, na data do Censo Demográfico realizado em 1950, com uma população de 9 219 habitantes, assim distribuídos:

Distrito de Acorizal (atual sede do municício) — 4 836 habitantes, dos quais 2 405 eram homens e 2 431, mulheres. O quadro urbano constituía-se de 473 habitantes (220 homens e 253 mulheres); situavam-se no quadro suburbano 243 habitantes (124 homens e 119 mulheres) e no quadro rural, 4 120 habitantes (2 061 homens e 2 059 mulheres).

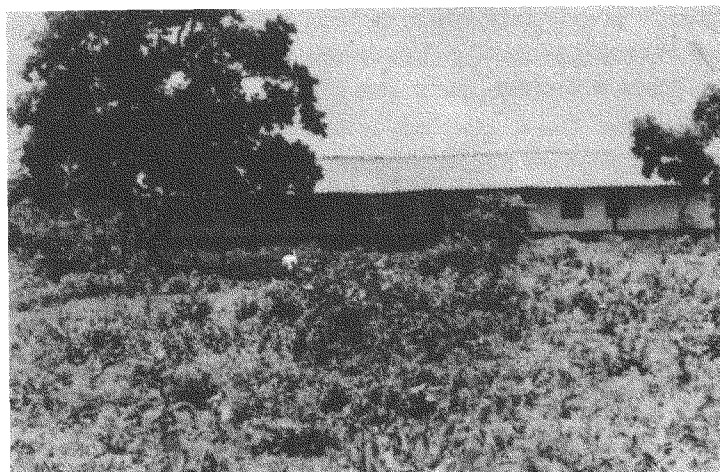
Distrito de Jangada — 3 011 habitantes (1 528 homens e 1 483 mulheres), dos quais 160 (89 homens e 71 mulheres) estavam localizados na zona urbana; 128 (75 homens e 53 mulheres) na suburbana e 2 723 (1 364 homens e 1 459 mulheres) na zona rural.

Distrito de Engenho — 1 372 habitantes (674 homens e 698 mulheres), localizando-se: na zona urbana, 345 (176 homens e 169 mulheres); na suburbana, 47 (25 homens e 22 mulheres); na zona rural, 980 (473 homens e 507 mulheres).

Segundo o domicílio, o total distribuía-se em 978 pessoas nas zonas urbanas (485 homens e 493 mulheres); 418, na zona suburbana (224 homens e 194 mulheres); 7 823, na rural (3 898 homens e 3 925 mulheres). A zona rural concorria com 84,85% para o total da população recenseada, superior, portanto, à média geral do Estado, que era de 65,90%. A densidade demográfica era então ligeiramente inferior a 5 habitantes por quilômetro quadrado.

No município não se tem verificado afluxo imigratório, eis por que o crescimento de sua população é moderado, estando atualmente avaliado entre 10 e 11 mil habitantes.

Aglomerações urbanas — Conta com três aglomerações urbanas, representadas pela sede municipal, com mais de 900 habitantes nos quadros urbano e suburbano; Jangada e Engenho, com menos de 900, nos quadros mencionados. Dois são os povoados existentes: Baús, a 8 quilômetros da sede, com 75 habitantes, e Mata Grande, a 24 quilômetros, com 360 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Acorizal assenta sua economia nas atividades agrícolas e pecuárias, nas quais se empregam mais de 70% da sua população ativa. Em que pese o incremento verificado na última década, na produção pecuária, a agricultura é ainda a ocupação predominante de seus habitantes. Os excedentes agrícolas são exportados

Escola de Ponte Velha

na sua totalidade para a Capital, através de caminhões ou simplesmente em tropas de bois cargueiros. Esta modalidade de transporte, entretanto, vai desaparecendo, graças às estradas rodoviárias já existentes e à audácia dos motoristas que pelo cerrado afora vão abrindo derivantes que lhes dão acesso aos centros de produção. O transporte fluvial está definitivamente abandonado, por oneroso e pelas dificuldades que os passos encachoeirados opõem à navegação.

Estimativas destinadas ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura para o ano de 1956, acusaram os seguintes resultados sôbre a produção agropecuária do Município.

Produção agrícola — 11 628 mil cruzeiros, correspondentes às seguintes culturas: arroz — 795 000 quilogramas no valor de 3 milhões e 445 mil cruzeiros; mandioca — 8 190 toneladas, estimadas em 2 milhões e 560 mil cruzeiros; banana — 255 000 cachos, correspondendo a 1 milhão e 530 mil cruzeiros; milho — 672 000 quilogramas, exprimindo 1 milhão e 344 mil cruzeiros; feijão — 234 000 quilogramas, equivalendo a 1 milhão e 92 mil cruzeiros; cana-de-açúcar — 3 900 toneladas, expressas por 1 milhão e 88 mil cruzeiros; abacaxi — 70 mil frutos, no valor de 350 mil cruzeiros; laranja — 4 500 centos, calculados em 113 mil cruzeiros; abóbora — 38 500 frutos, representando 80 mil cruzeiros; batata-doce — 34 toneladas, valendo 27 mil cruzeiros.

Os efetivos pecuários somavam 58 665 cabeças, valendo mais de 70 milhões, assim distribuídos: 21 300 bovinos, 47 milhões de cruzeiros; 28 400 suínos, 13 milhões de cruzeiros; 2 610 eqüinos, valendo 9 milhões de cruzeiros; 5 900 caprinos, com 1 milhão e 200 mil cruzeiros; 180 muares, avaliados em 720 mil cruzeiros; 625 ovinos, estimados em 93 mil cruzeiros.

Produziu ainda o município 230 mil litros de leite, dos quais uma pequena quantidade é aproveitada na fabricação de queijo.

No levantamento industrial de 1955, de acôrdo com apurações do Departamento Estadual de Estatística, foram arrolados no município 7 estabelecimentos com menos de 5 operários, acusando a produção global de 274 milhões e 200 mil cruzeiros, assim distribuídos: 1 fábrica de aguardente, 3 de rapadura, 1 de telhas e tijolos e duas de farinha de mandioca. Tôdas essas pequenas fábricas constituem ramo subsidiário da agricultura, com exclusão da manufatura de telhas e tijolos, não sendo empregado pessoal assalariado.

A pesca é praticada para fim de consumo próprio por tôda a população radicada às margens dos rios.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade há 6 estabelecimentos comerciais varejistas. Em todo o município contam-se mais de 40 nesse ramo, sendo Cuiabá o centro abastecedor, tanto de artigos regionais como de outros provenientes de importação.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A ligação do município com a Capital do Estado se processa por estrada rodoviária num percurso de 72 quilômetros. Ainda por êsse meio de transporte, liga-se às outras cidades vizinhas: Rosário Oeste — 56 quilômetros; Chapada dos Guimarães, via Cuiabá, 131 quilômetros; Nossa Senhora do Livramento, via Cuiabá, 107 quilômetros, Várzea Grande, via Cuiabá, 78 quilômetros.

Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica, assim como na vila de Engenho; na vila de Jangada, uma Agência Postal, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Acorizal, com menos de 1 000 habitantes, conta com 4 logradouros públicos sem pavimentação.

O edifício mais importante é a Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Brotas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, as sedes dos distritos de Acorizal, Engenho e Jangada contavam com 1 071 pessoas pertencentes ao grupo de idade de 5 anos e mais, das quais 526 eram do sexo masculino e 545 do sexo feminino. Sabiam ler e escrever 512 pessoas, sendo 277 homens e 235 mulheres, enquanto 559 declararam-se analfabetos, sendo 249 homens e 310 mulheres. Segundo o grupo de idade, a percentágem de pessoas alfabetizadas era de 47,80%. Relativamente à população total recenseada, a percentagem baixava para 36,60%, nas sedes distritais.

Ensino — Em 1956, os principais resultados no fim do primeiro mês letivo, apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, deram como funcionando no município 13 unidades escolares estaduais de ensino primário fundamental comum, com 347 alunos matriculados. Há que esclarecer, entretanto, que grande parte das escolas passaram a funcionar nos meses subseqüentes ao de referência dessa apuração, o que eleva consideràvelmente o número de freqüência nos cursos do ensino primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro no período de 1954-1956 foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	173	...	...	...
1955	—	192	613	95	513
1956	—	176	859	108	819

(*) As cifras correspondentes à arrecadação federal estão incluídas na receita da Coletoria Federal de Cuiabá.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais manifestações populares do município são de caráter religioso, sobressaindo-se as festas de Nossa Senhora das Brotas, na sede municipal, e as de Nossa Senhora Santana, no distrito de Engenho. São comemorados ainda os dias de São João, São Pedro, Santo Antônio, Santa Cruz, em todo o município. Nas festas de São João ainda são queimadas as fogueiras, soltam-se foguetes em profusão e leva-se ao indispensável banho a imagem do Batista, em cortejo de que participam homens, mulheres e crianças, carregando velas acesas e entoando o hino tradicional:

Deus te salve João
Batista Sagrado,
O teu nascimento
Nos tem alegrado.

Se São João soubesse
Que hoje era o seu dia
Descia do céu à terra,
Para ver nossa alegria.

João batiza Cristo,
Cristo batiza João.
Todos foram batizados
Lá no rio do Jordão

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Popularmente, os habitantes do lugar se intitulam "brotenses", que a tradição lhes indicou quando o distrito de Acorizal se chamava Brotas. Oficialmente, sua denominação é "acorizanos". Acorizal é nome proveniente da árvore da família das Gutíferas (*Platonia insignis*), também denominada "bacuri", "uacuri" ou simplesmente "acori", abundante no município, de onde surgiu o topônimo ACORIZAL. Esta palmeira produz frutos em cachos (tal como o babaçu — *Orbignya Martiana*, com o qual muito se assemelha). Quando maduros, apresentam a fôlha rosada, prestando-se à alimentação depois de cozida.

Acorizal é têrmo judiciário da comarca de Cuiabá, com três distritos: Acorizal, Engenho e Jangada.

ÁGUA CLARA — MT

Mapa Municipal na pág. 149 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Os mineiros e paulistas foram os introdutores da civilização nas terras de Três Lagoas, Aparecida do Taboado e Água Clara quando, em 1829, descendo em bandeiras procedentes de Minas e São Paulo, fixaram-se em Santana do Paranaíba, espraiando-se depois pela zona de Três Lagoas, chefiados pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, dando início a outro povoamento.

Procuravam êles o aumento das posses já demarcadas em Santana, buscando melhores campos para a criação de gado, tentando, ao mesmo tempo, firmar o domínio já concretizado no vale do Paranaíba.

Depois de Joaquim Francisco Lopes, outros pioneiros seguiram-lhe as pegadas, em 1830, e entre êles Januário Garcia Leal, Inácio Furtado, Januário de Sousa, os Lopes e Antônio Gonçalves Barbosa, o principal responsável pelo estabelecimento de fazendas de gado em terras de Três Lagoas, e grande explorador de tôda a região, até as margens do Paraná, partindo de Taquaraçu e desbravando o Sucuriú, o Verde e muitos outros rios daquelas paragens.

Água Clara, que tem a sua história intimamente ligada à de Três Lagoas, apesar de ter suas terras já desbravadas naqueles anos, apenas veio a ser povoada definitivamente em 1912, quando chegou Sebastião Fenelon Costa, ali estabelecendo uma casa comercial, plantando a primeira construção da futura cidade de Água Clara. Homem previdente, antecipou-se êle aos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ali iniciava, também, a construção de uma parada ferroviária.

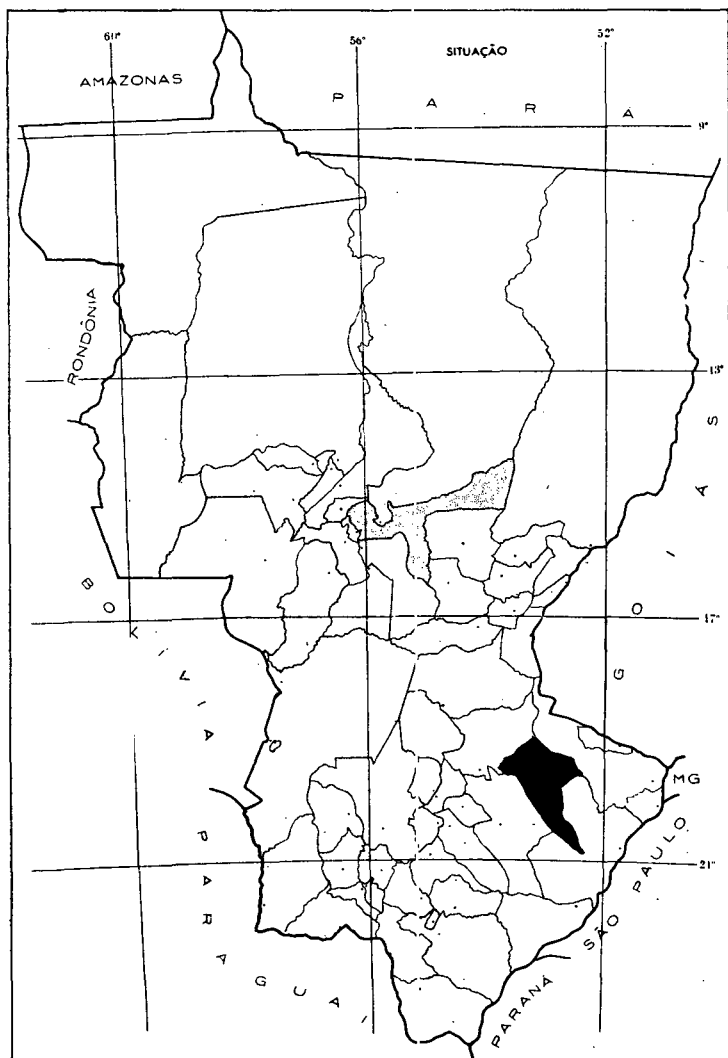
Os trilhos da E.F.N.B. alcançaram a estação de Água Clara em 1913; nessa ocasião, chegou ali Manoel Aparecido, que cuidou de montar precária indústria de farinha de mandioca, rapadura e açúcar, nas margens do ribeirão Boa Vista, a 2 300 metros da povoação de Água Clara, já em franca iniciação. Aparecido foi ajudado na montagem, e conseqüente exploração da rudimentar indústria por José Martins — que atendia também pela alcunha de "Português" — cidadão que ainda hoje vive em Água Clara com residência no ribeirão Barra Mansa, distante 10 quilômetros da sede municipal. Pedro e Benevenuto Ottoni surgiram depois, implantando-se nas terras que ali já possuíam, dedicando-se à criação de gado e ao cultivo de grandes lavouras, cujos resultados exportavam para Três Lagoas e para o Estado de São Paulo. Foram, inegàvelmente, grandes propulsores do progresso da região, constituindo numerosa família, cujos continuadores prestam ainda relevantes serviços à cidade e ao município de Água Clara.

A denominação primitiva de Água Clara foi Rio Verde, nome resultante de o local escolhido para povoação ser banhado pelo ribeirão Rio Verde. Posteriormente, o topônimo inicial foi alterado para Água Clara, considerando que a população se abastecia da água cristalina do córrego Água Clara, que banha parte da sede municipal.

Tendo em vista o grande progresso da povoação de Água Clara, o Govêrno do Estado determinou a criação do distrito de igual topônimo, por fôrça do Decreto-lei n.º 145, de 29 de março de 1938, com território desmembrado do município de Três Lagoas. Em 1953, por fôrça da Lei estadual n.º 676, de 11 de dezembro, foi o distrito de Água Clara elevado à categoria de município compreendendo os limites do então distrito de igual topônimo e mais a área do de Alto Sucuriú. A Lei n.º 676 foi retificada pela de n.º 370, de 31 de julho de 1954, figurando então o município de Água Clara no quadro anexo àquela Lei, como têrmo judiciário da comarca de Três Lagoas, integrado pelos distritos da sede municipal e pelo de Alto Sucuriú.

Atualmente, o município tem como Chefe do Executivo o senhor José Martins Sobrinho, Vice-Prefeito empossado em 31 de janeiro de 1955, que assumiu o poder em virtude do falecimento do Senhor Evaristo Mariano Rodrigues. O Poder Legislativo é exercido por 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Água Clara está localizado na zona do sudeste do Estado de Mato Grosso, tendo seus contornos determinados pelos seguintes cursos d'água: Verde, Motuca, Moquém, Sucuri, Bonito e Pombo. Limita-

-se com os municípios de Três Lagoas, Paranaíba, Camapuã e Ribas do Rio Pardo. São seus pontos extremos:

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Latitudes: N — 18° 04' 00", S — 20° 52' 45"; longitudes: E. — 52° 21' 00", O. 53° 35' 30".

ALTITUDE — A sede municipal está localizada a 304 metros de altitude, situando-se em 31.° lugar na ordem de altitude, no estado de Mato Grosso.

CLIMA — Apresenta clima tropical úmido, sendo o período de chuvas iniciado em setembro, indo até março, com maior intensidade a partir de novembro até fevereiro.

ÁREA — O município de Água Clara possui uma área de 11 400 quilômetros quadrados, colocando-se em 24.° lugar em extensão territorial no Estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,87% do território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município de Água Clara não apresenta elevações de vulto, que possam ser objeto de qualquer referência. É entretanto, inteiramente cortado de cursos de água, merecendo realce, entre os principais: o rio Verde, que limita o município com os de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo; o ribeirão Motuca, que separa Água Clara de Camapuã; o rio Sucuriú, divisor municipal com Paranaíba; o rio do Pombo e o ribeirão Bonito, que servem de limites com o município de Três Lagoas; e, finalmente, o rio São Domingos, com seus numerosos afluentes.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é representada pelas suas matas, sendo grande a extração de madeiras de lei para preparação de dormentes, e de lenha para combustíveis, cuja produção é inteiramente destinada à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Na animal, algumas espécies da fauna mato-grossense vivem no território municipal.

POPULAÇÃO — O município de Água Clara, como distrito de Três Lagoas, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 1 899 habitantes. Dessa população, 1 011 pessoas eram do sexo masculino e 888 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 233 homens e 227 mulheres, num total de 460 habitantes; no suburbano, 56 pessoas do sexo masculino e 53 do feminino, totalizando 109; e no quadro rural, 1 330 habitantes, dos quais 722 do sexo masculino e 608 do feminino. A zona rural concorria com 70,03% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aglomerações Urbanas — São 5 as aglomerações existentes no município: a cidade de Água Clara, que na época do Recenseamento Geral de 1950, ainda na categoria de sede distrital com a mesma denominação, possuía uma população de 569 pessoas, das quais 289 eram do sexo masculino e 280 do feminino; e os povoados de Ferreiro, Córrego Fundo, Santa Virgínia e São Domingos, cujas populações, segundo informações da Agência Municipal de Estatística, eram inferiores a 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Ágüa Clara tem como base econômica a pecuária e, em situação mais modesta, a indústria extrativa vegetal e a agricultura.

Em 1956, segundo estimativas realizadas pela Agência Municipal de Estatística, destinadas ao Serviço de Estatística da Produção, seus rebanhos valeram mais de 268 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: bovinos, 106 545 cabeças, no valor de 213 milhões e 90 mil cruzeiros; eqüinos, 5 894 cabeças, estimadas em 14 milhões e 735 mil cruzeiros; asininos, 127 cabeças, correspondendo a 444 mil cruzeiros; muares, 156 cabeças, avaliados em 468 mil cruzeiros; suínos, com 32 790 cabeças, valendo 39 milhões e 348 mil cruzeiros; ovinos, com 2 990 cabeças, calculados em 747 mil cruzeiros; e caprinos, com 463 cabeças, valendo menos de 100 mil cruzeiros.

O rebanho de bovinos produziu mais de 1 milhão e 700 mil litros de leite, cujo valor atingiu a mais de 10 milhões e 600 mil cruzeiros; grande parte dessa produção foi empregada na fabricação de manteiga (24 475 quilogramas, no valor de 1 milhão e 958 mil cruzeiros) e queijo (26 500 quilogramas, avaliados em 795 mil cruzeiros).

No que diz respeito à agricultura, surgiu como produto básico, em 1956, o arroz, com uma produção de 359 kg, cujo valor foi superior a 1 milhão e 700 mil cruzeiros; em seguida apareceram: milho, com 466 800 quilogramas, valendo 1 milhão e 167 mil cruzeiros; feijão, com 108 800 quilogramas, estimados em 592 mil cruzeiros; banana, com 20 512 cachos, no valor de 512 mil cruzeiros; café, com 32 280 quilogramas, representados por 457 mil cruzeiros;

além dos produtos referidos, Água Clara produziu, ainda, abóbora, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca mansa e frutas cítricas, culturas essas que, juntamente com as primeiras, tiveram um valor total de 5 milhões e 255 mil cruzeiros, naquele ano.

Quanto às indústrias situadas no território do município, segundo apurações do Departamento Estadual de Estatística relativas ao ano de 1955, apresentaram os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos vegetais	5 318
Indústria de produtos alimentares	675
Indústria de bebidas	633
Serviços industriais de utilidade pública	16
TOTAL	6 642

A indústria extrativa vegetal, que concorreu, naquele ano, com mais de 80% para o total da produção industrial de Água Clara, segundo elementos estimados pela Agência Municipal de Estatística de Três Lagoas, contribuiu com um valor superior a 7 milhões de cruzeiros para o total, em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio municipal é representado por 12 estabelecimentos, dos quais 8 situados na cidade de Água Clara. Os centros abastecedores do comércio local são as praças de Três Lagoas, Andradina e Araçatuba.

O movimento bancário, de modo geral, é realizado nas cidades de Três Lagoas e Andradina.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (N.O.B.) que liga diretamente a sede municipal às seguintes cidades vizinhas de: Ribas do Rio Pardo (115 quilômetros); Três Lagoas (183 km); Camapuã, até Campo Grande, pela N.O.B. (237 km), daí, através de rodovia (137 km); Paranaíba, até Três Lagoas, e daí via rodoviária (222 km). No seu território existem 4 estações da N.O.B.

Conta com uma Agência Postal. As comunicações telegráficas são realizadas por intermédio da estação telegráfica da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

No município estão localizados dois campos de pouso, um dos quais na cidade de Água Clara, de propriedade do Govêrno Municipal, a 300 metros de distância, contando com uma pista gramada de 1 000 x 825m.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 14 veículos, sendo: 2 camionetas para passageiros e 12 caminhões.

ASPECTOS URBANOS — Em 1954, segundo elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a cidade de Água Clara possuía 18 logradouros públicos, dos quais 1 servido por iluminação pública, com 7 focos, e 18 por domiciliária, com 68 ligações. Quarenta prédios eram servidos por abastecimento de água canalizada. A situação, em 1954, segundo informações emanadas da Agência Municipal de Estatística, não sofreu alteração.

O Grupo Escolar "Arnaldo de Figueiredo", da Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus são os principais prédios localizados na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, o município de Água Clara, na época distrito de Três Lagoas, possuía uma população de 1 899 habitantes, sendo 1 011 homens e 888 mulheres. Na sede municipal, das 474 pessoas, de 5 anos e mais, 335 sabiam ler e escrever, sendo 189 do sexo masculino e 146 do feminino; 139 eram analfabetas (58 homens e 81 mulheres).

Ensino — No primeiro mês letivo de 1956, segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, existia em Água Clara 1 estabelecimento de ensino primário fundamental comum, mantido pelo Govêrno do Estado, cujo número de matrículas, naquele mês, foi de 149.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro dos órgãos arrecadadores estadual e municipal (ainda não foi instalado órgão federal) em Água Clara, a partir do ano de 1954, quando adquiriu autonomia administrativa, foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	59		527	526
1955	—	233	767	752	1 008
1956	—	498	1 028	249	1 153

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Existem, apenas, manifestações de caráter religioso, representadas pelas grandes festas em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade, evento que tem lugar no dia 15 de junho, com missas, procissões, quermesses, bailes e leilões. O dia de São José também é comemorado com brilhantismo pelo povo de Água Clara.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O seu topônimo é consequente de, na sede municipal, passar o córrego Água Clara. Os filhos do município recebem a denominação de "agua-clarenses".

O município é têrmo judiciário da comarca de Três Lagoas, possuindo, além do distrito da sede municipal, o de Alto Sucuriú. O têrmo de Água Clara possui dois cartórios de registro civil, os quais executam, também, serviços de tabelionato. O seu quadro eleitoral, em dezembro de 1956, estava representado por 1 224 eleitores.

ALTO ARAGUAIA — MT

Mapa Municipal na pág. 151 do 2.º Vol.
Foto: pág. 97 do Vol. II

Inicialmente chamava-se Santa Rita do Araguaia, denominação essa que constituía um preito de louvor à santa do mesmo nome.

Faltam dados seguros para fixar a época em que se deu a primeira penetração no território de Alto Araguaia e quem foram seus primeiros exploradores. Sabe-se, entretanto, que a história do município apresenta vários episódios importantes e, não raras vêzes, lamentáveis, desde a questão de limites com o vizinho estado de Goiás, até a solução do caso das minas do rio das Garças.

Pouco depois da proclamação da República, o Govêrno Provisório do estado de Goiás pretendeu incorporar

Coxim e parte de Paranaíba ao têrmo do município de Jataí, mediante o Decreto n.º 6, de 20 de fevereiro de 1890. Contra essa intenção houve expressiva representação do povo de Paranaíba ao Congresso Constituinte, pleiteando a manutenção dos antigos limites entre os dois Estados. O Govêrno de Mato Grosso, entretanto, antes que o Congresso deliberasse sôbre a questão, mandou abrir uma estrada ligando a Colônia Cristina à Santa Rita do Araguaia, criando nesta uma Agência Fiscal. Após uma série de incidentes entre os Governadores de Mato Grosso e Goiás, Santa Rita do Araguaia foi arbitràriamente anexada ao território goiano, cujo Govêrno, pela Lei estadual de 21 de junho de 1907, desejou levar os limites do seu estado a Coxim e a Rio Pardo, incorporando essa parte do território mato-grossense ao Município de Mineiros (GO)

Não obstante a sentença arbitral proferida em 7 de dezembro de 1929, no Distrito Federal, o Govêrno goiano persistia na sua intenção de manter avançada a fronteira do seu Estado, não homologando a referida sentença, só mais tarde aceita. Em 1922, a Lei goiana n.º 723, de 25 de julho, restaurou, com a denominação de Tôrres do Rio Bonito, a antiga comarca do Rio Coxim que abrangia terras dos municípios mato-grossenses de Coxim, Araguaia, Santana do Paranaíba e Três Lagoas.

Todo o interêsse, naquela época, se centralizava no ouro e no diamante, encerrados nas ricas minas do rio Araguaia e seus afluentes, algumas já em exploração. O ousado sertanista Antônio Cândido de Carvalho, que por volta de 1894 explorava o rio Itiquira, deixou aquêle vale, em 1897, em busca do rio das Garças chefiando uma expedição composta de mais de 6 homens e auxiliado pelo engenheiro Celso Pasini. Essa expedição, segundo o Relatório de Pasini, navegou quase 70 léguas no Garças, das suas cabeceiras até a foz, no Araguaia. "Nos barrancos do rio das Garças, diz o engenheiro, temos observado importantes depósitos aluvionais de cascalho diamantino. Ainda é célebre a barra do Garças nas tradições dos garimpeiros do Araguaia, pelo muito diamante corrido que lá foi catado". Antônio Cândido deu asas ao seu espírito aventureiro e alargou, com notícias de ricas minas ao longo do Garças e Itiquira, o horizonte diamantífero, onde mais tarde se formariam os vários núcleos de mineradores. De ano para ano crescia o número dos fascinados pelos diamantes do Garças, cuja reputação se propagou nos estados da Bahia, de Minas Gerais, de Goiás e do Maranhão, atraindo garimpeiros e tantos outros que sentiam ânsia pelo dinheiro fácil.

Diz V. Corrêa Filho: "Avolumou-se a onda humana, que, do litoral, se expandia aos recantos sertanejos e crescia, convergente para os monchões, onde as concentrações aluvionaes proporcionavam abundante e fácil extracção.

Esgotada a jazida, ou reduzida a colheita, os arraiaes transferiram-se, tão rapidamente como haviam surgido, para outros rincões ainda virgens.

E a terra dadivosa por tôda a parte se desentranhava em gemmas preciosas, com que fartasse a cobiça humana".

A grande riqueza encerrada nos cascalhos não tardou a despertar a cobiça dos que se interessaram na organização de emprêsas de mineração, a exemplo das que já existiam em outras zonas. O primeiro a se estabelecer foi o industrial Daniel Lima, que tentou organizar a exploração do diamante por meio mais racional e mecânico; não possuía, porém, a necessária concessão governamental.

Mais tarde, pela Lei n.º 707, de 15 de junho de 1915, o Coronel Antônio M. Moreira obteve do Govêrno privilégio para "a exploração da indústria mineral em pedras preciosas, metais, metalóides e fósseis minerais no vale do rio Garças e seus afluentes, da sua mais alta cabeceira até a sua foz no rio Araguaia". Pouco valeu êsse monopólio, posteriormente transferido à Companhia Indústria e Comércio. Contra esta levantaram-se numerosos garimpeiros, interessados em manter a liberdade de minerar livremente; a favor de Daniel Lima, intercedeu o Senador Azevedo, em telegrama de 25 de julho de 1922, ao Presidente do Estado: "Daniel está realmente explorando aquelas minas há alguns anos levando para ali machinismos aperfeiçoados quanto possível e gente necessária para fazer a exploração...".

A emprêsa iniciada por Daniel progrediu a princípio, porém, logo, foi cercada pela cobiça e inveja dos seus concorrentes que terminaram expulsando-o da região, sob ameaça de morte.

Crescia a onda de descontentamento no seio da classe garimpeira, que não conhecia outro regime além do de plena liberdade. A propósito, foi certa ocasião muito comentado em Cuiabá um telegrama atribuído ao agrônomo J. Morbeck, ameaçando o Presidente D. Aquino Corrêa, já no fim de seu govêrno: "ou cae concessão, ou arrebenta revolução".

Morbeck e sua gente não se limitaram a combater simplesmente aquêle privilégio concedido pelo Govêrno; desejavam também a expulsão dos seus adversários. Para os seus amigos desaparecia o direito da propriedade alheia: já representavam a fôrça e atuavam como entendiam, porém, sem nenhum direito que justificasse semelhantes abusos.

Em 1922, regressa de Cuiabá o Engenheiro-agrônomo José Morbeck, enfurecido com o Govêrno do Estado por não ter atendido suas pretensões. A seu favor contava com várias circunstâncias, entre as quais a grande dificuldade por que passava o Tesouro do Estado, a longínqua distância da região diamantina, a oposição de Goiás ao laudo arbitral no "caso limites", e a existência da concessão das minas do Garças, contra a qual os garimpeiros protestavam com veemência. Perspicaz, Morbeck utilizou-se de todos êsses elementos, um de cada vez, para satisfação da vingança premeditada. Por intermédio do seu amigo íntimo, Daniel Lima, entrou em contato com os goianos que buscavam qualquer apoio na zona garimpeira do Garças. As autoridades goianas haviam prometido a Daniel Lima concessão daquelas minas, alegando que podiam fazê-la porque a zona estava em litígio, e, para tanto, contavam com os braços dos garimpeiros e apoio de Morbeck. Apesar de tantas ameaças e perturbações, sòmente em 1923, por Decreto de 11 de maio, foi a concessão declarada caduca por infringência da cláusula 2.ª.

Pelo Decreto n.º 635, de 12 de maio de 1923, o Govêrno do Estado reservou as terras devolutas compreendidas na faixa de 6 quilômetros de cada margem do rio das Garças, desde a mais alta cabeceira até sua foz, no rio Araguaia. Nessa área seriam concedidas datas minerais para exploração e estabelecimento de núcleos coloniais, de acôrdo com

as necessidades da população. O Regulamento baixado para execução dêsse decreto estabeleceu: a) que a taxa anual de arrendamento seria de vinte mil réis (20$000) por lote; b) que o Estado teria direito a 2% sôbre a metade da produção bruta; c) que a taxa de alvará de licença seria de cem mil réis (100$000). Para arrecadar êsses tributos, foi criada a Agência Geral das Minas, em Santa Rita do Araguaia.

O sistema de trabalho garimpeiro, dificilmente se adaptaria ao novo regime fiscal impôsto pelo Govêrno, pois, aconselhados e capitaneados por elementos reacionários, desconheciam as autoridades e se negavam a cumprir a lei.

Já havia sido formado nos garimpos o Partido Democrata Morbequista e o chefe da nova agremiação foi até o Rio de Janeiro com o objetivo de transformar aquela zona em território independente. Essa situação visava também impedir a ação fiscal e hostilizar o Intendente de Santa Rita do Araguaia, Carlos Hugueney, acusado injustamente de anticlerical.

Poucos meses depois, Daniel Lima rompe suas relações com Morbeck e solidariza-se com o Presidente do Estado, desafiando as iras do seu ex-amigo que não tardou em proibir sua entrada nos garimpos, sob ameaça de morte e confisco das suas máquinas.

O Senador Azeredo, um dos interessados no restabelecimento da ordem pública naquela zona, manteve longas conferências no Rio de Janeiro com o Dr. Morbeck e Daniel Lima. O primeiro usou de todos os artifícios para modificar o conceito que dêle fazia o Senador, que terminou por duvidar dos boatos que circulavam sôbre suas façanhas criminosas, prometendo, inclusive, a Azeredo, dar apoio a tôdas as iniciativas governamentais no sentido de restabelecer a ordem, até então, sèriamente perturbada. Ao regressar ao Araguaia, apresentou-se perante seus companheiros como amigo do Senador, explorando o seu nome para aumentar o seu círculo de amizades, chegando mesmo a se candidatar a Intendente de Santa Rita do Araguaia, pelo Partido Morbequista.

Com o estabelecimento dos impostos e taxas sôbre os produtos das minas, foi nomeado o cidadão Sinfrônio Lins, para cuidar da arrecadação. Êsse, entretanto, não foi bem recebido pela facção Morbequista, tendo sido nomeado em seu lugar o Capitão-de-polícia Manoel Pereira da Silva, que levou o seu destacamento até Cassununga, onde chegou em 28 de dezembro de 1923. Para facilitar a ação policial, foi a zona dividida em 4 distritos: Cassununga, Chapadinha, Bandeirópolis e Cafelândia. Adoecendo o Capitão, dali se retirou no mês de março, sendo substituído pelo Capitão Severino de Queiroz, que a 1.º de maio de 1924 assumiu a direção dos serviços em Cassununga.

Morbeck, após uma série de correspondências mantidas com o Senador Azeredo, passou condicionalmente a cooperar com o Govêrno na arrecadação dos impostos e na tentativa de pacificação, voltando pouco depois a discordar da orientação governamental, usando como pretesto um telegrama do Presidente ao Delegado em Cassununga.

Ciente da fermentação revolucionária nos garimpos, o General Izidoro Lopes cuidou de intensificá-la em proveito de sua revolta, ameaçada de completo fracasso nas margens do Paraná. Enviou, para isso, alguns emissários a Cassununga, que entraram em contato com Morbeck. Dêsse encontro não ficou nenhum documento, entretanto M. Ballim de Carvalho, um dos presentes, informou que sòmente o seu voto foi contrário à participação dos garimpeiros na revolução e que J. Morbeck e Cândido Soares mostraram-se favoráveis.

O malsinado acôrdo, entretanto, não prevaleceu porque, nos oito meses decorridos da viagem dos emissários, outros acontecimentos levaram os morbequistas a mudarem de rumo. O ambiente político era-lhes, mais do que nunca, favorável. Dispondo de aproximadamente 5 000 capangas, achavam-se em condições de influenciar a política no âmbito estadual, para o que adquiriram o apoio de importantes próceres políticos, inclusive de parlamentares.

A insegurança pessoal, o desrespeito às leis, às autoridades, e os desmandos imperavam na região. A ousadia dos aventureiros crescia de tal modo que chegaram ao ponto de desejarem ditar normas e impor condições ao Govêrno legalmente constituído, como nos dá conta o documento seguinte:

"Ata da sessão convocada pelo Sr. Cel. Cândido Soares Filho, presentes os Srs. Dr. José Morbeck, digno chefe da região, e mais pessoas de responsabilidades políticas nela residentes, para se discutir qual o meio a se empregar para evitar as ameaças e perseguições partidas do Govêrno do Estado contra essa população, aproveitando-se da oportunidade da presença do Sr. Delegado Especial, Major Quirino Ferreira, Chefe de Polícia da Capital".

"Usando da palavra, o Sr. Cel. Cândido Soares Filho expôs aos presentes que atendendo às anormalidades que se têm verificado nesta zona prejudicando positivamente o progresso e desenvolvimento do Estado consequentes da falta de verdadeira compreensão por parte do Govêrno dos ideais dêsse povo por tantas vêzes ameaçados e perseguidos, propõe o que consta das cláusulas abaixo para serem propostas ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Estado por intermédio do seu representante legal Sr. Major Quirino Ferreira, Delegado Especial, as quais postas em discussão e por todos os presentes aprovadas vão nesta ata transcritas, sendo por todos assinada;

Cláusula primeira — Fica o Govêrno obrigado a crear nos diversos núcleos da região garimpeira dos municípios de Santa Rita e Registro do Araguaia, autoridades policiais cujos cargos serão confiados a pessoas indicadas pelo chefe Senhor Dr. José Morbeck ou que dêle mereçam confiança, bem como do Presidente do Estado.

Cláusula segunda — Obriga-se os Chefes e seus correligionários a garantir os Agentes Fiscais e Coletores que o Sr. Presidente do Estado nomeia e faça seguir para os diversos lugares que julgue conveniente, cujos exatores deverão ser nomeados de acôrdo com o Chefe e da confiança deste e do Govêrno sendo posta em execução a tabela usada pelo Cap. Pereirinha.

Cláusula terceira — Fica o Sr. Presidente do Estado obrigado a crear nos diversos núcleos de acôrdo com as necessidades das populações, escolas para instrução primária.

Cláusula quarta — Considerando que o garimpo das Pombas ùltimamente descoberto e explorado é uma continuação do da zona do Garças, e a êste ligado pela corrente comercial estabelecido e explorado pela população de residência fixa e proprietária na referida zona dos Garças, as autoridades e Agências Coletoras ali estabelecidas serão su-

jeitas igualmente, gosando das mesmas regalias das cláusulas primeira e segunda.

Cláusula quinta — Considerando que é do interêsse geral o banimento do banditismo de toda a região garimpeira, ficará o Presidente do Estado obrigado por intermédio do seu Representante Sr. Delegado Especial a abrir neste povoado de Cassununga o inquérito para apuração das responsabilidades pela chacina das Pombas, incluindo neste ou em separado o crime ùltimamente cometido na pessoa do inditoso José Lima com a prisão dos culpados para serem punidos.

Cláusula sexta — Atendendo ao crescente desenvolvimento dos povoados de Engenheiro Morbeck e Cafelândia ficará o Sr. Presidente do Estado obrigado a conceder terrenos para rocios, decretando a medição imediata.

Cláusula sétima — De acôrdo com o desenvolvimento dos fatos fica concedido ao Exmo. Sr. Dr. José Morbeck o direito de alterar o que consta nas presentes cláusulas ou aumenta-las visando interêsse geral.

Cassununga, 22 de Fevereiro de 1925.

Engenheiro Agrônomo *José Morbeck,* (que parece ter sido o relator da ata) *Cândido Soares Filho, Antônio Bonifácio Pires, José de Barros Cavalcante, Joaquim Ferreira Laborão, Salvador Hora, Ondino Rodrigues Lima, Leonardo Côrtes, Joaquim de Souza.*

Em 1923, havia sido expulso o Promotor da Comarca, Alloysio Valladares; em setembro, foram fuzilados 9 garimpeiros no Alcantilado do Carças; em dezembro, foram assassinados 20 maranhenses no garimpo de Pompas; e a 24 de maio de 1925, a Delegacia de Polícia de Santa Rita do Araguaia foi assaltada e a casa do respectivo Delegado, Senhor Manoel Balbino de Carvalho, saqueada.

Para coibir êsses abusos, em agôsto dêsse ano marchou para essa região a expedição policial comandada pelo Capitão Daniel de Queiroz, que derrotou as fôrças morbequistas na serra de Arnica, onde se achavam entrincheirados, restaurando a ordem legal.

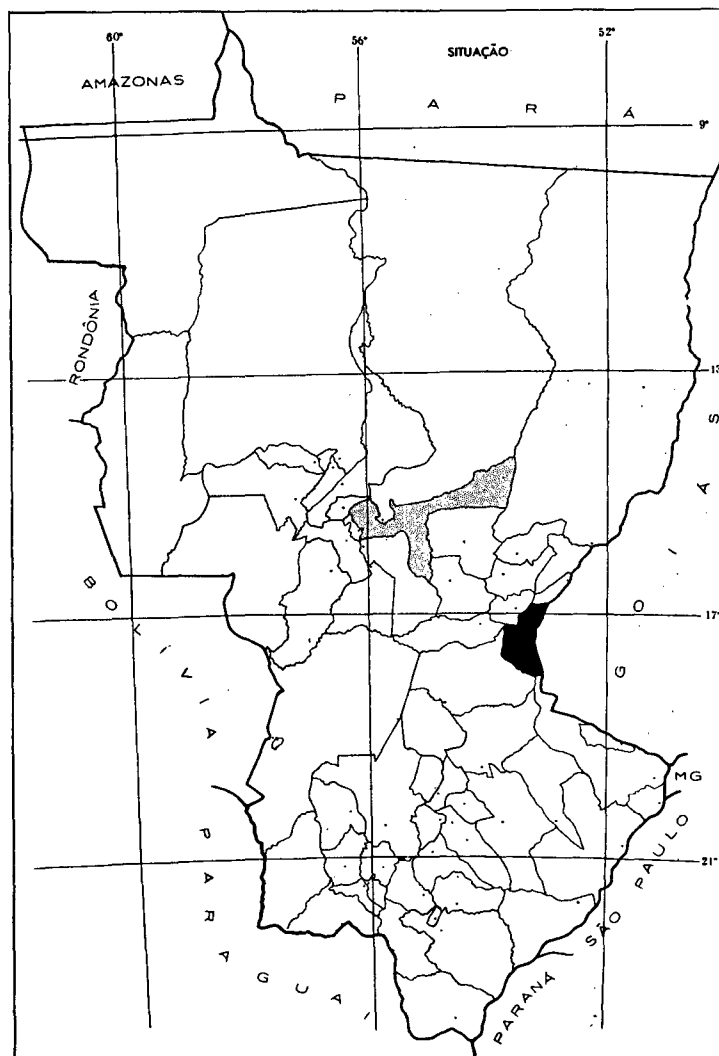
Morbeck, que se refugiara em Goiás, reconstituiu sua fôrça e marchou novamente para Santa Rita do Araguaia. Novos choques se verificaram entre as fôrças governistas e as revolucionárias, sendo estas derrotadas no combate travado nos dias 22, 23 e 24 de dezembro e, finalmente, nos encontros de 21 a 23 de janeiro de 1926, na fazenda Ananias, cessando assim a desordem até então reinante.

Para a definitiva manutenção da ordem, o Governador do Estado, Pedro Celestino, resolveu intervir no município, nomeando Delegado Especial do Govêrno o Desembargador Custódio Asclepíades de Moura.

Pelo Ato n.º 1 193, de 26 de janeiro de 1915, foi criada a primeira escola primária na povoação de Santa Rita do Araguaia. A Lei n.º 696, de 12 de junho dêsse ano, criou o distrito de paz de Santa Rita do Araguaia, no município de Araguaia. Pela Lei n.º 704, de 14 de junho de 1915, foi o Executivo autorizado a desapropriar, para rossio da povoação, a fazenda Boiadeiro, pertencente a D. Maria José de Jesus. A Resolução n.º 837, de 25 de outubro de 1921, criou o município de Santa Rita do Araguaia, como têrmo da comarca do Araguaia, com sede na povoação do mesmo nome, que recebeu a categoria de vila. Pelo Decreto n.º 615, de 20 de janeiro de 1923, a sede da comarca do Araguaia foi transferida para a Vila de Santa Rita do Araguaia, cuja instalação se deu a 24 de fevereiro do mesmo ano. A Lei n.º 1 023, de 25 de setembro de 1929, elevou a povoação de Lajeado à categoria de vila. Mais tarde, pelo Decreto n.º 291, de 2 de agôsto de 1933, foi a sede do município de Santa Rita do Araguaia transferida para a Vila de Lajeado, acompanhando-a também a sede da comarca. Transcorreram mais de 5 anos para que o distrito adquirisse sua autonomia, sendo elevado à categoria de município, com a denominação de Alto Araguaia, pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, composto pelos distritos de Alto Araguaia, Itiquira, Ribeirãozinho e São Vicente. Em 1943, pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro, perdeu os distritos de Ribeirãozinho e São Vicente, adquirindo os novos distritos de Ponte Branca e Alto Garças. Foi erigido à comarca pelo Decreto-lei estadual n.º 862, de 22 de maio de 1947, instalada a 21 de setembro dêsse ano, como estabeleceu o Decreto n.º 354, de 4 de setembro. Compreendia um único têrmo, o próprio município.

O seu atual quadro administrativo e judiciário é: comarca, têrmo e município — Alto Araguaia; compreendendo um só distrito, o da sede municipal.

A presente legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, constituída de 7 vereadores. Nessa mesma data foi empossado o Prefeito eleito, Senhor Jerônimo Samita Maia.

LOCALIZAÇÃO — Alto Araguaia situa-se na zona fisiográfica leste, à margem esquerda do rio Araguaia. Limita

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

com os municípios de Ponte Branca, Alto Garças, Itiquira, Coxim, Paranaíba e com o estado de Goiás.

Os pontos extremos do município são: latitude N. — 16° 50'45" e S. — 18° 02' 30"; longitude E. — 53° 00' 45" e O. — 53° 47'

A cidade fica a 362 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, rumo E.S.E., e possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude: S.-17° 19' 03" e longitude W.Gr.-53° 12' 38".

ALTITUDE — A sua sede municipal coloca-se em 3.° lugar em relação às demais cidades do Estado, com 662 metros, superada apenas por Alto Garças e Chapada dos Guimarães.

CLIMA — Verifica-se o "clima tropical de altitude de verão quente que, aliás, só se manifesta numa pequena área da zona leste do Estado. As chuvas precipitam-se em setembro, indo até março. De janeiro a março geralmente são abundantes.

ÁREA — Ocupando 0,50% da área do Estado, coloca-se em 34.° lugar em relação aos demais municípios, com 6 470 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Araguaia, Taquari, Peixes e Correntes. No primeiro registram-se duas quedas de água, uma das quais próxima da cidade. O território, constituído por terra firme e ligeiramente montanhoso, é banhado por numerosos ribeirões, dos quais são principais: São Pedro, Boiadeiro, Claro e Araguainha; Córregos dos Fumos, Taquari, Gato Preto, Ariranha, Vermelho, Torto e Água Emendada. Possui duas bacias hidrográficas distintas: uma formada pelo rio Araguaia e afluentes pertencente ao sistema Amazônico, e outra pelos rios Taquari, Corrente e Peixe, fazendo parte da bacia platina. O município é atravessado pelo divisor das bacias Amazônica e Platina.

RIQUEZAS NATURAIS — Das riquezas naturais conhecidas, a maior é a mineral, caracterizada pelo diamante, ouro e argila. A vegetal, ainda sem exploração, conta com grande variedade de madeiras de lei e mangabeiras. A riqueza animal é representada por peles de animais silvestres e peixes, esta, igualmente, não explorada.

POPULAÇÃO — O município de Alto Araguaia contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 11 049 habitantes, que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Desse população, 5 854 pessoas eram do sexo masculino e 5 195, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 897 homens e 943 mulheres, num total de 1 840 habitantes; no suburbano, 723 pessoas do sexo masculino e 694 do feminino, totalizando 1 417; no quadro rural, 7 792 habitantes, dos quais 4 234 do sexo masculino e 3 558 do feminino. A zona rural concorria com 70% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os habitantes apresentavam essa disposição: brancos, 3 096 homens e 2 872 mulheres, num total de 5 968 pessoas; pretos, 705 de sexo marculino e 593 do feminino, totalizando 1 298 habitantes; pardos, 2 037 homens e 1 721 mulheres ou seja um total de 3 758 indivíduos, e sem declaração de côr, 25 pessoas.

Segundo o estado conjugal, a população assim se relacionava, consideradas as pessoas de 15 anos e mais: solteiros, 1 386 homens e 668 mulheres, num total de 2 054; casados, 3 523 pessoas, das quais 1 701 homens e 1 822 mulheres; e viúvos, 94 homens e 225 mulheres, totalizando 319 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos 5 833 homens e 5 186 mulheres, num total de 11 019 habitantes; brasileiro naturalizado, 1 homem; estrangeiros, 20 do sexo masculino e 9 do feminino, num total de 29 pessoas.

Segundo a religião, 5 607 homens e 4 982 mulheres, num total de 10 589, declararam-se católicos apostólicos romanos; 87 habitantes, dos quais 48 homens e 39 mulheres, protestantes; 124 homens e 111 mulheres, totalizando 235 pessoas, eram espíritas; 5 homens e 7 mulheres pertenciam a outras crenças; sem religião, 77 pessoas, das quais 44 homens e 33 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião, um total de 49 indivíduos, sendo 26 homens e 23 mulheres.

Segundo os distritos a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Alto Araguaia (sede): 972 habitantes na cidade e 3 040 na zona rural; distrito de Alto Garças, 1 075 na vila e 1 757 na zona rural; distrito de Itiquira, 837 residentes na vila e 697 na zona rural, e distrito de Ponte Branca, 373 habitantes na vila e 2 298 na zona rural.

A cidade de Alto Araguaia, 454 habitantes do sexo masculino e 518 do feminino, colocava-se em 24.° lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações Urbanas — A comuna conta com apenas 2 núcleos populacionais: a cidade e o povoado Taquari. Êste congregava, em 1954, 80 moradias e aproximadamente 520 habitantes, segundo informações da Agência Municipal de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com o desmembramento de áreas em favor da criação de novos municípios, êste perdeu a quase totalidade dos seus garimpos em exploração, aumentando as atividades agropecuárias, que passaram a ocupar a vanguarda na economia municipal. Segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística em 1956, a produção agrícola valeu quase 4 milhões de cruzeiros, assim especificados: 132 000 quilogramas de feijão, no valor de 1 milhão e 300 mil cruzeiros; 216 000 quilogramas de arroz, valendo 1 milhão e 200 mil cruzeiros; 144 000 quilogramas de milho, avaliados em 720 mil cruzeiros; 400 toneladas de mandioca, no valor de 180 mil cruzeiros; 8 000 cachos de banana, estimados em 120 mil cruzeiros; 100 arrôbas de alho, valendo 80 mil cruzeiros; 40 toneladas de batata-doce, representando 30 mil cruzeiros. As culturas menos volumosas — abóbora, melancia, melão, abacate, manga, laranja, cana-de-açúcar e tomate — valeram englobadamente mais de 171 mil cruzeiros. Os produtos transformados (aguardente de cana, açúcar, rapadura, farinha de mandioca e de milho e polvilho) valeram 453 mil cruzeiros.

A produção animal, avaliada em mais de 21 milhões de cruzeiros, estava assim especificada: 8 500 bovinos, calculados em 17 milhões de cruzeiros; 3 000 suínos, no valor de 1 milhão e 500 mil cruzeiros; 900 eqüinos, valendo 1 milhão e 400 mil cruzeiros; 200 muares, estimados em 840 mil cruzeiros; 2 000 caprinos, avaliados em 800 mil cruzeiros; 25 asininos, calculados em 52 mil cruzeiros, e 120 ovinos, valendo mais de 13 mil cruzeiros.

Os produtos de origem animal somaram mais de 700 mil cruzeiros, assim distribuídos: 120 000 litros de leite, valendo 600 mil cruzeiros; 310 quilogramas de manteiga, representando mais de 15 mil cruzeiros, e 600 quilos de queijo, no valor de 18 mil cruzeiros.

Da apuração do levantamento industrial de 1955, efetuada pelo Departamento Estadual de Estatística, foi conhecido o seguinte resultado:

Indústria de Transformação de minerais não metálicos	1 136
Indústria de couros e peles e produtos similares	90
Indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecidos	231
Indústria de produtos alimentares	3 829
Serviço industrial de utilidade pública	118
TOTAL	5 404

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representando por 7 estabelecimentos varejistas instalados na sede municipal. As transações comerciais são mantidas principalmente com as praças de São Paulo, Uberlândia, Jataí e Mineiros, de onde Alto Araguaia importa produtos manufaturados para seu consumo e para onde exporta o excedente de sua produção. As principais operações bancárias são feitas em Guiratinga.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É o município servido regularmente pelos aviões do Consórcio Real-Aerovias-Nacional e por ônibus do Expresso Nacional Ltda., que fazem o percurso Jataí, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Alto Araguaia e Alto Garças, os três primeiros em território goiano e os dois últimos neste Estado. Para o transporte de cargas, conta com os serviços rodoviários da Emprêsa Nego Amâncio, do Expresso Cuiabano, do Expresso Universo e do Expresso Caçula, além de inúmeros caminhões de aluguel que transitam pelo município.

Alto Araguaia liga-se, via rodoviária, com as seguintes sedes municipais limítrofes: Fonte Branca, 120 quilômetros; Alto Garças, 84 quilômetros; Itiquira, via Alto Garças, 217 quilômetros; Coxim, via Alto Garças, 300 quilômetros; Paranaíba, 490 quilômetros; com Santa Rita do Araguaia (GO) está ligado através de uma ponte sôbre o rio Araguaia. Com o município de Paranaíba comunica-se também, via aérea, num percurso de 160 quilômetros.

Conta atualmente com vários campos de pouso disseminados por todo o município, dos quais 2 na cidade. A rêde rodoviária municipal ainda é precária, sendo o transporte de passageiros para o interior efetuado por táxi-aéreo.

A Prefeitura Municipal registrou, em 1956, 1 jipe, 12 automóveis comuns e 90 caminhões.

Na cidade funcionam uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação radiotelegráfica do Consórcio Real-Aerovias-Nacional.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alto Araguaia possuía, em 1954, segundo elementos da Sinopse Estatística do Ministério da Educação e Cultura, 20 logradouros públicos, dos quais 2 arborizados e 10 dotados de iluminação pública, com 125 focos; dos 322 prédios então existentes, 198 possuíam ligações elétricas.

Para a produção da energia elétrica de que se beneficia, conta com uma usina hidrelétrica com capacidade para produzir 250 kw, da qual consome apenas 90 kw.

Os edifícios mais importantes são: Ginásio Padre Carlleti, Grupo Escolar Carlos Hugueney e Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada através de 1 hospital geral, com 15 leitos disponíveis, e 1 Pôsto de Higiene. Conta a cidade com 1 médico, 1 dentista, 2 farmacêuticos e uma enfermeira. Existem também 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada, também, pelo Pôsto de Higiene, pela Comissão da Legião Brasileira de Assistência e pelo Patronato Salesiano.

ALFABETIZAÇÃO — Dentre a população de 5 anos e mais, recenseada em 1950, num total de 9 161 pessoas, 2 910 (1 681 homens e 1 229 mulheres) sabiam ler e escrever e 6 251 (3 203 homens e 3 048 mulheres), declararam-se analfabetas. Na cidade de Alto Araguaia a população presente, de 5 anos e mais, que sabia ler e escreve, era composta de 830 pessoas, sendo 288 homens e 299 mulheres. Eram analfabetos 100 homens e 143 mulheres. O número de pessoas que sabiam ler e escrever representava 31,7% em relação a êsse grupo de idade e 21,3% relativamente ao total da população recenseada. Era um dos municípios mato-grossenses de menor índice de alfabetização.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1950 a 1956 verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	—	540	931	188	931
1951......	—	714	691	179	130
1952......	—	948	273	214	149
1953......	—	1 072	1 117	170	622
1954......	—	1 071	1 705	78	2 147
1955......	—	1 125	1 066	127	1 316
1956......	119	1 062	1 028	132	800

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No dia 20 de janeiro realiza-se a festa de São Sebastião, que conta com a participação de todos os habitantes da cidade, atraindo também parte da população rural e dos municípios vizinhos. Comemoram-se também, nos dias 23 a 24 de junho, as festas em louvor a São João, e nos dias 28 e 29, em louvor a São Pedro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "alto-araguaienses". O nome da cidade, Alto Araguaia, foi originado do rio Araguaia. É sede de comarca, com um único distrito judiciário, Alto Araguaia, e 3 têrmos judiciários: Alto Garças, Itiquira e Ponte Branca. Em dezembro de 1956, o municipio mantinha inscritos 997 eleitores. É também sede de Paróquia, fundada em 1919, sob a proteção de Nossa Senhora Auxiliadora. A cidade possui 1 hotel e duas pensões, com capacidade para 90 hóspedes.

ALTO GARÇAS — MT

Mapa Municipal na pág. 91 do 2.° Vol.

HISTÓRICO — São Vicente foi o seu nome primitivo, mais tarde São Vicente de Bonito, depois apenas Bonito, e, atualmente, Alto Garças.

Antônio Cândido de Carvalho, depois de explorar o rio Vermelho, inteirando-se de sua fabulosa riqueza, volta suas vistas para o rio das Garças e parte para devassá-lo até suas cabeceiras. Baseado em informações de outros sertanejos pouco conhecedores da zona, foi procurá-lo na bacia platina, terminando por alcançar o rio Itiquira. Em 1897, numa nova tentativa, o grande sertanista deixa o Pôrto Itiquira, acompanhado pelo engenheiro Celso Pasini, José Francisco e Bonifácio de Ribeira Macedo, além dos camaradas Salustiano Duarte Moraes, Manoel Pedro Serra Dourada, Manoel Francisco de Oliveira e Balduino José da Silva, arrepiando o rio até a sua mais alta cabeceira, na serra da Saudade. Apesar de Itiquira ligar-se com o Garças no alto da Serra, fizeram uma caminhada de 15 léguas a pé, porque ali, pelo pouco volume de água, era impossível a navegação; ganharam o rio das Garças e o exploraram até a sua foz no rio Araguaia, num percurso de aproximadamente 70 léguas. Em suas pegadas entraram criadores, atraídos pela superioridade das pastagens e seringueiros sangrando os extensos mangabais, extraindo o precioso látex.

Em 1909, chegaram os extratores de borracha de mangabeira Feliciano Cezílio de Sousa, seu irmão João Cezílio, José Lício de Araújo e José Luiz, seduzidos pela fama da região, ainda mal desenrolada das malhas do mistério, foram ter à Fazenda Boa Vista, cujo proprietário os dissuadiu de procurarem a árvore da borracha, impelindo-os à exploração da indústria mineral. Tinham sido garimpeiros, possìvelmente em Goiás, e, por isso, rejubilaram-se com as boas novas acenadas pelo fazendeiro que lhes reacendeu a cobiça pela riqueza fácil. Munidos das ferramentas necessárias, provisões e demais utensílios, constituíram uma verdadeira expedição e foram ter ao ribeirão Galante, hoje no município de Guiratinga, em cujo cascalho distinguiram, maravilhados, ferragens (magnetito), pingos-d'água (quartzo rolado transparente), pretinhas (hialoturmalito), lacre (hematito vermelho), chicórias (granadas) e outras "formas", verdadeiros satélites do diamante, cuja presença denunciaram. O fazendeiro, João José de Moraes Cajango tentou desviá-los dos mangabais para evitar que o trabalho sem método, usado por êles, viesse contribuir para lhes tornar o gado mais fugitivo.

O povoamento da área do município de Alto Garças, isto é, a formação de núcleos humanos, parece ter sido iniciada, efetivamente, no vale do rio Café. Ali chegaram, por volta de 1915, os primeiros garimpeiros, a fim de realizar explorações, sobressaindo, entre êles, Emílio Crisóstomo Barbosa e Fel de Castro. Com o progresso da 'corrutela", chegaram a construir sôbre o rio Café uma ponte, destruída no ano seguinte por uma grande enchente.

Como ocorre com as povoações que se formam nas zonas garimpeiras, quase sempre temporárias, esta se deslocou, em 1920, para onde, hoje, se ergue a vila de Cafelândia.

Em janeiro de 1926, o Capitão M. Pereira da Silva realizou uma inspeção nos garimpos do rio das Garças; em seu relatório registrou Cafelândia com 800 habitantes e algumas casas de telhas.

Onde se ergue a cidade, era inicialmente o retiro "São Vicente", da grande fazenda de João José de Moraes Cajango, cujas terras, requeridas ao Estado, compreendiam tôda a extensa região ocupada pelos municípios de Guimatinga e Alto Garças. A sede do retiro, situada no entroncamento da estrada para Guiratinga, Cafelândia e Buriti, constituía um ponto excelente para negócios; isso talvez tenha sido a causa fundamental do povoamento.

Em 1922, a povoação de São Vicente passa a contar com uma Agência Postal, instalada em 10 de setembro, o que representava mais um passo no seu progresso, o que, efetivamente, estimulou seu desenvolvimento. Mais tarde êsse serviço foi complementado com a instalação do telégrafo, em 2 de janeiro de 1932.

Pelo Decreto n.° 818, de 2 de junho de 1928, o Govêrno do Estado reservou uma área de 3 600 hectares de terras para patrimônio da povoação. Posteriormente, em 3 de maio de 1934, pelo Decreto n.° 366, foi determinado que os 3 600 hectares reservados fôssem tirados do excesso da área da fazenda São Vicente ou Picada, na parte em que o respectivo proprietário não exercia domínio.

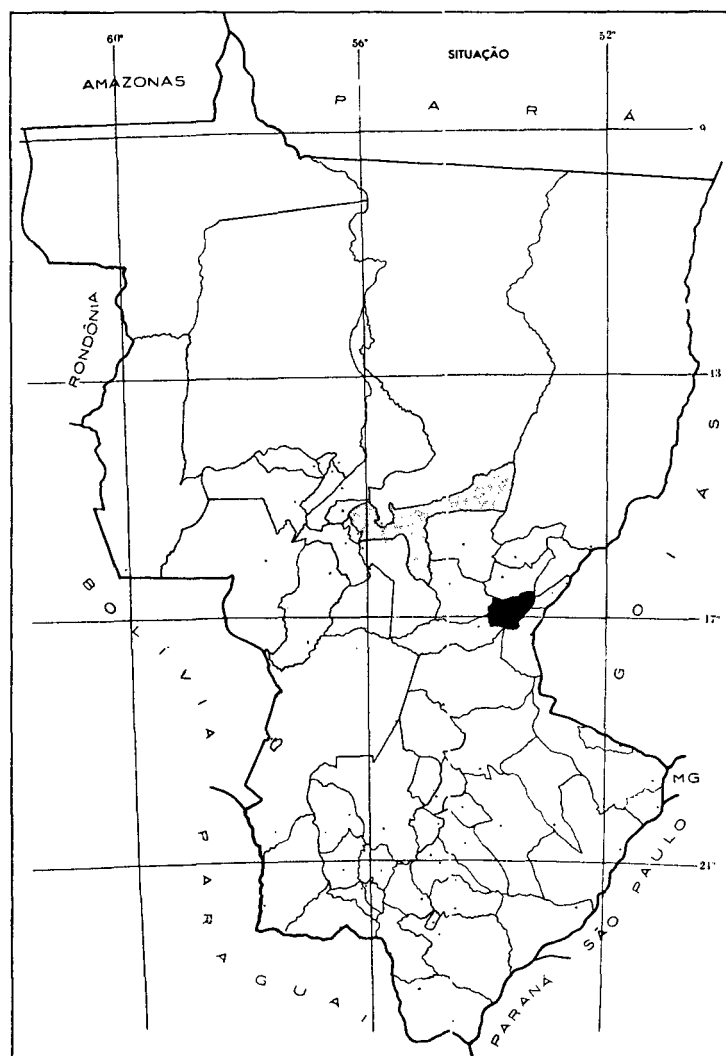
Alto Garças também sofreu de perto o reflexo das desordens e desmandos que imperaram nos garimpos até 1926, quando foram esfaceladas as fôrças do Dr. José Morbeck, pela expedição governista comandada pelo Capi-

Grupo Escolar Fernando Corrêa

tão Daniel de Queiroz. Integrando o município de Santa Rita do Araguaia, foi elevado à categoria de distrito pelo Decreto n.º 222, de 3 de fevereiro de 1933, com o topônimo de Bonito, mais tarde substituído pelo de Alto Garças, conforme determinou o Decreto-lei estadual número 545, de 31 de dezembro de 1943. Foi elevado à categoria de município pela Lei n.º 660, de 10 de dezembro de 1953, com o mesmo topônimo de Alto Garças, cujos limites foram modificados pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954. De acôrdo com a Lei n.º 660, o município compreendia apenas um distrito: Alto Garças. Entretanto, a Lei número 675, de 11 de dezembro, criou o distrito de Cafelândia do Leste Mato-grossense, incorporando-o ao município de Alto Garças, que ficou constituído de dois distritos.

O presente quadro administrativo e judiciário do município, de acôrdo com a Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, é representado pelo têrmo de Alto Garças e por 2 distritos: Alto Garças e Cafelândia do Leste Mato-grossense.

A primeira e atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955; nessa mesma data foi empossado o primeiro Prefeito eleito, Senhor Oscar Soares. A Câmara Municipal é composta de 4 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Alto Garças situa-se na zona fisiográfica leste, à cabeceira do ribeirão Bonito. Limita com os

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

municípios de Alto Araguaia, Ponte Branca, Torixoreu, Guiratinga, Rondonópolis e Itiquira. São os pontos extremos do município: latitude N.-16° 36' 30" e S.-17° 12' 30"; longitude E-53° 12' 30" e O-53° 59' 30".

ALTITUDE — Com 700 metros na sede municipal, ocupa o 2.º lugar em ordem de altitude no estado de Mato Grosso, sendo superado apenas por Chapada dos Guimarães.

CLIMA — É um dos poucos municípios situados na pequena zona, onde se manifesta o "clima tropical de altitude de verão quente". As chuvas manifestam-se no mês de setembro, continuando até abril. Geralmente, são abundantes nos três primeiros meses do ano.

ÁREA — Com 3 270 km², representando 0,25% da área do estado de Mato Grosso, ocupa o 46° lugar em relação às áreas das demais comunas mato-grossenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Alto Garças é atravessado pela linha divisória, a serra da Saudade, das duas grandes bacias hidrográficas com formação no Estado: a Amazônica e a Platina. O rio das Garças, o Itiquira e o To darimana são os três principais acidentes geográficos. É cortado ainda, por numerosos cursos de água, distinguindo-se: no vale do Garças — ribeirões São Vicente, Contenda, Onça; rio Café e córregos Areia, Cambaúva, Narreiro e Caldeirão. No vale do Itiquira — ribeirões Boa Esperança, Arara, Jaguatirica, Sobra e Mata.

O seu território é inteiramente constituído por terra firme, registrando-se algumas elevações, sendo as principais a serra da Saudade e a do Café.

RIQUEZAS NATURAIS — Ouro, diamantes e pedras calcárias são as riquezas minerais já conhecidas; madeiras e mangabeiras constituem as vegetais; e peles de animais silvestres representam as de origem animal. As minerais, ouro e diamantes, já foram exploradas em grande escala, estando presentemente em fase de decadência. As demais riquezas jazem pràticamente inexploradas.

POPULAÇÃO — Em 1950, o então distrito de Alto Garças, pertencente ao município de Alto Araguaia, contava, segundo o Recenseamento Geral daquele ano, com uma população de 2 671 habitantes, sendo 1 416 pessoas do sexo masculino e 1 255 do feminino .

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 112 homens e 119 mulheres, num total de 231 habitantes; no suburbano, 76 pessoas do sexo masculino e 66 do feminino, totalizando 142 e, no quadro rural, 2 298 habitantes, dos quais 1 228 do sexo masculino e 1 070 do feminino. A zona rural concorria com 86,03% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aglomerações Urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade, com a população já descrita, a vila da Cafelândia, com 80 prédios e aproximadamente 800 habitantes; Ribeirão das Velhas, com 30 residências e 150 moradores; e Serradão, com 25 moradias e 150 habitantes, de acôrdo com informações da Agência Municipal de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Alto Garças tem sua economia alicerçada nas atividades agropecuárias, salientando-se, entretanto, o ramo pecuário. Em 1956, segundo informações da Agência Municipal de Es-

Barragem sôbre o Ribeirão Bonito

tatística, seus rebanhos valeram mais de 43 milhões e 900 mil cruzeiros, assim distribuídos: 20 mil cabeças de bovinos, no valor de 40 milhões de cruzeiros; 2 mil cabeças de equinos, estimadas em 2 milhões de cruzeiros; 3 mil suínos, valendo 1 milhão e 500 mil cruzeiros; 200 cabeças de muares, no valor de 800 mil cruzeiros; e outros rebanhos de menor expressão econômica.

A produção de origem animal, foi representada por 200 mil litros de leite, no valor de 1 milhão de cruzeiros; 500 quilogramas de manteiga, valendo 30 mil cruzeiros, e 500 quilogramas de queijo, calculados em 10 mil cruzeiros.

A agricultura, que representou mais de 5 milhões de cruzeiros, assim se expressou: 480 000 quilogramas de arroz, no valor de 2 400 mil cruzeiros; 480 000 quilogramas de milho, valendo 2 milhões de cruzeiros; 700 arrôbas de alho, calculadas em 490 mil cruzeiros; 400 toneladas de mandioca, correspondendo a 200 mil cruzeiros; 250 toneladas de cana-de-açúcar, estimadas em 87 mil cruzeiros; 700 quilogramas de amendoim, 20 toneladas de batata-doce, 1 200 melancias, 3 000 quilogramas de tomate, 240 centos de abacate, 240 centos de laranja e 200 centos de manga, valendo englobadamente 108 mil cruzeiros.

A atividade industrial ainda é incipiente, como se verifica no quadro abaixo, resultante de apurações relativas ao ano de 1955, realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística e apresentadas em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	444
Indústria da madeira	38
Indústria de produtos alimentares	2 006
TOTAL	2 488

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio, na sua totalidade varejista, é representado por 5 estabelecimentos na sede municipal, contando mais de 7 em todo o município. As principais transações comerciais são mantidas com as praças de São Paulo, Uberlândia, Jataí e Mineiros, de onde são importados os principais produtos para consumo da população. A exportação é feita para o Distrito Federal, São Paulo e Uberlândia. As operações bancárias realizam-se na cidade de Guiratinga.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — É o município servido regularmente pelos ônibus da Emprêsa Nacional Ltda., que o ligam com Alto Araguaia, Santa Rita do Araguaia (GO), Mineiros (GO) e Jataí (GO). Comunica-se com as sedes municipais limítrofes, com as quais se liga, via rodoviária: Alto Araguaia, 84 quilômetros; Ponte Branca, 152 quilômetros; Guiratinga, 107 quilômetros; Rondonópolis, 165 quilômetros; e Itiquira 156 quilômetros. Com a capital do Estado via Rondonópolis, 432 quilômetros. É servido pela rodovia que liga Cuiabá a São Paulo, contando assim com transporte suficiente para escoamento de sua produção.

Em 1956, foram registrados, na Prefeitura Municipal, 4 automóveis comuns, 11 camionetas e 44 caminhões. Possui a cidade 1 pôsto de gasolina, com oficina para reparo de veículos e uma seção de venda de peças.

Existem vários campos de pouso espalhados em todo o município, contando com um serviço de táxi-aéreo regular.

Na cidade funciona uma Estação Postal-Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alto Garças, segundo elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura relativos a 1954, contava com 20 logradouros, dos quais 4 providos de iluminação pública, com um total de 52 lâmpadas, e 3 com iluminação domiciliária, servindo aos 69 prédios que possuíam ligação elétrica.

O edifício mais importante é o Grupo Escolar.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, o então distrito de Alto Garças, pertencente ao município de Alto Araguaia, tinha uma população de 2 832 habitantes, sendo 1 546 homens e 1 286 mulheres. Na sede municipal havia 903 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total, 480 (246 homens e 234 mulheres) sabiam ler e escrever, ao passo que 423 (201 do sexo masculino e 222 do feminino) eram analfabetas.

Ensino — Em 1956, o primeiro mês letivo encerrou-se com 3 unidades de ensino fundamental comum em funcionamento, mantidas pelo Govêrno do Estado, com 369 alunos matriculados em todo o município.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954, ano da emancipação do município, a 1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	491	616	602	232
1955.......	—	434	650	632	622
1956.......	—	509	885	864	1 322

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Anualmente, a 20 de janeiro, comemora-se festivamente o dia consagrado a São Sebastião, Padroeiro da cidade. Na vila de Cafelândia, em duas datas, 24 de junho, dedicada a São João e 25 de setembro, a Nossa Senhora Aparecida, reúnem-se os católicos para prestar homenagem aos dois santos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "alto-garcenses". "Alto Garças" é topônimo consequente do rio das "Garças", cujas vertentes se acham no alto da serra da Saudade, em território do município. É têrmo judiciario da comarca de Alto Araguaia.

A cidade conta com 1 hotel recentemente construído e dotado de instalações modernas.

ALTO PARAGUAI — MT

Mapa Municipal na pág. 53 do 2.º Vol.

Fotos: págs. 84, 118, 119, 122 e 124 do Vol. II

HISTÓRICO — A Câmara Regente da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá recebeu, em 1728, por intermédio do Capitão-mor Gaspar de Godói, comunicação da descoberta do rio Paraguai pela expedição chefiada pelo sorocabano Gabriel Antunes Maciel. Supõe-se seja essa a primeira penetração efetivada nesta região.

À margem do ribeirão do Ouro nasceu a primitiva povoação formada por exploradores de ouro, ali encontrado em abundância.

Em 1746, essas lavras já estavam esgotadas, porém, outras, igualmente produtivas, e com as mesmas facilidades para extração, foram descobertas, às margens do Córrego Grande, por Antônio Pinto de Azevedo. Em tôdas as lavras de ouro foi também encontrado o diamante, o qual logo despertou o interêsse de alguns, formando então pequenos grupos de faiscadores. A extração dessa pedra preciosa era privativa da Coroa Real Portuguêsa, pelo que foram dispersados todos os faiscadores, por ordem do Ouvidor da Vila de Cuiabá. Dispersos os mineiros, alguns se instalaram às margens dos ribeirões auríferos, dedicando-se à lavoura e criação de gado, porém, uma terrível sêca assolou a região nos anos de 1747 a 1749, destruindo todo o fruto dos seus trabalhos. Nessa época, outras lavras haviam sido descobertas, nos ribeirões Sant'Ana e São Francisco, por Manoel Cardoso de Siqueira; nelas igualmente se verificou a existência de diamantes, e, mais uma vez, foram os seus exploradores dispersados a mando do Ouvidor substituto, o mestre-de-campo Manoel Dias da Silva.

Em 1751, com o fim de evitar a extração de diamantes, foi organizado o "Destacamento de Diamantes do Paraguai", pelo Governador, Capitão-general Dom Antônio Rollim de Moura Tavares, cujos membros seguiram para aquela zona com suas famílias e pertences, inclusive grande número de escravos. Rigorosa vigilância era então mantida naquela vasta zona, contudo, foram incapazes de impedir totalmente a atividade dos mineradores, aos quais se juntavam escravos foragidos, aventureiros e mesmo criminosos.

Vista parcial da cidade

O governador, Capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, no ano de 1798, propôs à Coroa Real o franqueamento das minas da zona do Paraguai, o que foi aceito. Em 1805, Sebastião Pita de Castro, Ouvidor e Corregedor da Comarca, efetuava a distribuição das lavras ao povo, continuando, porém, a proibição relativa à extração de diamantes. Ainda nesse ano chegou à zona de Diamantino, acompanhando os primeiros moradores, o Padre Francisco Lopes de Sá, capelão curado do arraial que nascia; pouco depois foi transferido para Poconé, sendo substituído pelo Padre Manoel Joaquim Álvares de Araújo. O Padre Francisco, que regressa a Diamantino em 1808, além das atividades religiosas, dedicava-se também ao desbravamento do sertão, acompanhando os fiéis que lhe cabia assistir espiritualmente.

Mais tarde, a Coroa mudou sua orientação, permitindo a exploração de diamantes, reservando porém o privilégio da compra das gemas. Essa orientação converteu-se em estímulo para os mineradores, que acorreram em massa para as minas. Novas distribuições foram feitas, dentre as quais as minas de Santa Rita e São Pedro, em 1820; Brumado e a do rio Pari, em 1821. No vale dêste rio, a garimpagem foi novamente intensificada por volta de 1930, nas localidades denominadas Pontezinha, Tronqueira e Rola. Em 1826, segundo Luís d'Alicourt, teve início, com a fuga de escravos e epidemias, o decréscimo da produção aurífera, e tôda a zona de Diamantino, consequentemente, entrou em decadência. Presume-se, contudo, que a região não tenha sido totalmente abandonada, pois no vale do rio Pari encontram-se velhas fazendas de criação de gado, entre as quais a que pertenceu a Henrique Neves. Em 1938, existiam no Garimpo do Gatinho, hoje Alto Paraguai, alguns garimpeiros que ali trabalhavam durante o período das chuvas, abandonando-o durante a estiagem; dentre êles se achavam Antônio Pereira e Aurélio Pires. A 3 quilômetros, aproximadamente, ficava a Fazenda Velha, de propriedade de Teodomiro Agripino, com um pequeno grupo de trabalhadores rurais, e mais abaixo a fazenda dos herdeiros da família Mendes; mais além, já estava sendo explorado o garimpo "Come Feito", com pequena turma organizada por Artur Gusmão. A região era muito insalubre, sendo constantemente assolada pela malária e maculo, mais conhecidas por "cesão" e "corrução". Estêve também naquela região o explorador Feick Joaquim, falecido em Rosário Oeste, vítima dessas endemias.

O atual povoamento, efetivamente, teve início em 1940, quando o pioneiro José de Vasconcelos ali se estabeleceu como comprador de pedras preciosas, atividade que já exercia como ambulante há dois anos, e organizador de turma para garimpagem. O primeiro obstáculo com que se deparou impedindo a intensificação dos garimpos, foi a falta de água para lavagem do cascalho; para removê-lo, adquiriu uma carroça, a primeira que penetrou naquela

4 — 24 930

Garimpeiro encontra sibil

zona, conduzida por Alexandre de tal, para o transporte de cascalho dos monchões à beira dos ribeiros.

Como estabelecimento comercial existia apenas um botequim pertencente a Antônio de tal, mais conhecido por "Velho Antônio", com algumas garrafas de bebidas e poucas latas de conservas. Vasconcelos imediatamente instalou casa comercial destinada ao abastecimento da pequena população que crescia. O transporte de mercadorias era feito em caminhão até Diamantino e, daí, em animal, num percurso de 18 km, aproximadamente, até Gatinho. A primeira exploração nesta fase se processou onde hoje se ergue a cidade. Os garimpeiros construíam seus barracões improvisados, desordenadamente, junto aos locais de trabalho, como simples proteção, sem antever contudo que ali lançavam, como nas demais localidades por onde já haviam passado, os alicerces de uma nova cidade. Os barracos, muitos dos quais ainda hoje existem apenas melhorados, eram de palhas de babaçu, bacuri ou indaiá, a maioria simplesmente coberta, sem proteção lateral.

Novos ricos monchões foram descobertos e continuava intensamente a afluência de garimpeiros, muitos dos quais auxiliados por Vasconcelos, que lhes fornecia transporte até Diamantino e, não raramente, alimentação durante a viagem. Procedentes de Diamantino, visitaram o povoado, em 1941, o Prefeito Municipal, Caetano Dias; o Delegado de Polícia, Vespasiano Martins; o Coletor Estadual, Manoel Pedro de Campos, e outras autoridades no município. Nesse mesmo ano, a população acolheu com grande júbilo o Reverendo Alfredo Marien, ministro protestante, o primeiro a visitar o povoado em missão religiosa. Novos estabelecimentos comerciais foram instalados, entre os quais uma farmácia, a primeira no gênero, pertencente a Paulo Modesto. O trecho que separava a cidade de Diamantino do povoado, até então percorrido apenas por veículos de tração animal, foi arrojadamente vencido por veículos motorizados, cabendo ao motorista Antônio Cesário Asckar, mais conhecido pela alcunha de "Canguru", o mérito pela primeira penetração no povoado. Surgiam novos monchões, entre os quais, Espinhal, Várzea Bonita, Afonsinho e São Pedro; continuava intensa a convergência de garimpeiros procedentes de outras regiões.

O alto valor que o diamante atingiu naquela época, como conseqüência da 2.ª guerra mundial, foi outro fator importantíssimo para o progresso local, e que provocou inclusive o êxodo rural principalmente dos municípios de Diamantino e Rosário Oeste. O número de carroças para transporte de cascalho aproximava a 300 em 1943. Em todo o município encontram-se indícios dos primeiros mineradores. É de se notar entretanto, que aquêles, ao contrário do que se verifica presentemente, não lavraram sistemàticamente os monchões, limitando-se a perfurá-los em diferentes pontos, procedendo no mesmo local à lavagem do cascalho. Muitas dessas antigas "lavadeiras" foram transformadas em verdadeiras minas pelos atuais garimpeiros, pois, encontrando-se nelas apreciável quantidade de cascalho, correspondendo igualmente a uma grande área, encerravam, não raramente, razoável quantidade de diamantes que foram fàcilmente apanhados pelos exploradores dos nossos dias. Sôbre os motivos por que deixavam escapar grande quantidade de pedras preciosas, surgiram várias hipóteses: 1.ª) consequência, talvez, do método antigo de trabalho; 2.ª) sendo os mineradores escravos e, como tal, sem o menor interêsse na produção, intencionalmente deixavam que parte dela se perdesse; 3.ª) ou não havia interêsse em colhêr gemas pequenas, quase sem valor naquela época (esta hipótese está apoiada no fato de serem encontrados apenas diamantes finos xibios); 4.ª) a mineração, estando proibida a extração do diamante, se restringia a ouro. A verdade é que dezenas de quilates de diamantes desprezados pelos antigos vieram beneficiar os novos mineradores.

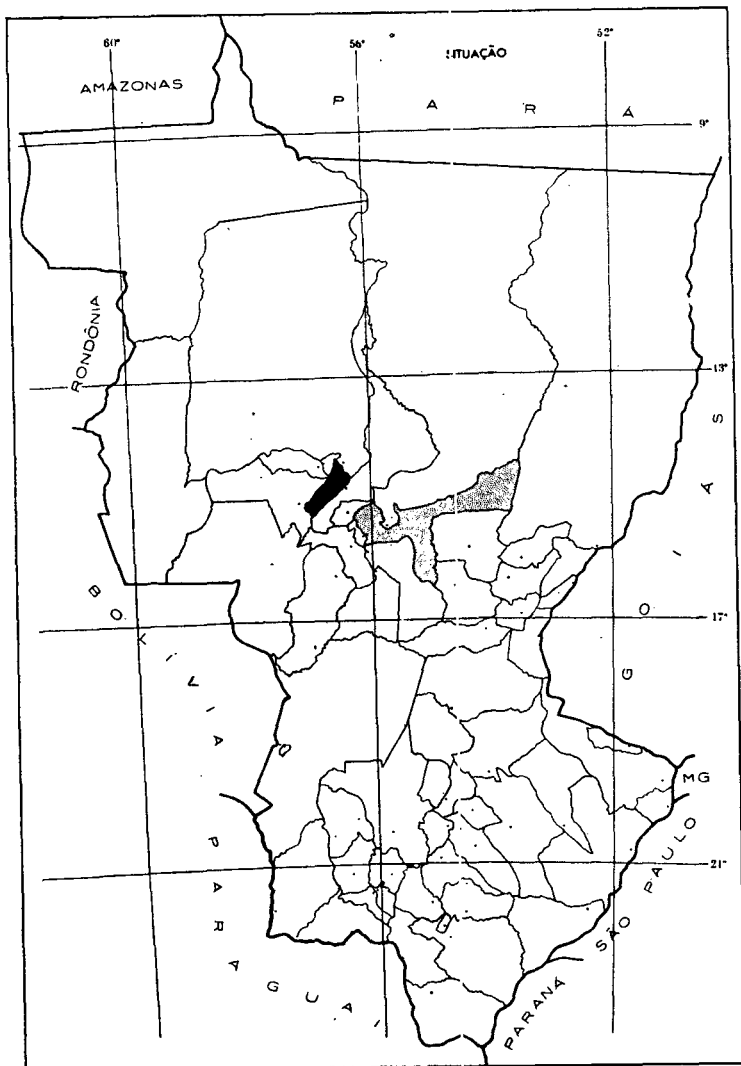
Em 1946, a povoação já contava com numerosas casas comerciais, uma farmácia, pensões, 1 cinema, bares, 1 mercado municipal, vários açougues, alfaiatarias, barbearias e algumas oficinas para prestação de serviços.

Em 1945, pelo Decreto-lei estadual n.º 687, de 6 de setembro, foi desapropriada da Fazenda Varzearia uma área de 3 600 hectares para constituir o Patrimônio de Gatinho. Pela Lei estadual n.º 193, de 17 de novembro de 1948, o Patrimônio foi elevado à categoria de distrito de paz, com a denominação de Alto Paraguai. A Lei estadual n.º 206, de 30 de novembro de 1948, autorizou a Prefeitura de Diamantino a separar e lotear as terras desapropriadas pelo Decreto-lei n.º 687. Pela Lei estadual n.º 703, de 15 de dezembro de 1953, retificada pela de n.º 370, de 31 de julho de 1954, foi criado o distrito de paz de Lavouras, no município de Diamantino. Finalmente, a Lei n.º 709, de 16 de dezembro de 1953, retificada pela Lei n.º 370, de 13 de agôsto de 1954, criou o município de Alto Paraguai, com área desmembrada do município de Diamantino. Êsse mesmo diploma legal elevou a vila de Alto Paraguai à categoria de cidade. O seu primeiro Prefeito foi o Senhor Jorge Zamar.

No atual quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com o Decreto n.º 1738, de 30 de dezembro de 1953, o município se compõe de apenas um têrmo, o da sede, e dos distritos de Alto Paraguai e Lavouras.

A presente legislatura foi instalada em 1955, sendo a Câmara Municipal composta de 7 membros; nesse mesmo ano foi empossado o primeiro Prefeito eleito Senhor Mário Vidal.

LOCALIZAÇÃO — Alto Paraguai situa-se na zona fisiográfica da Chapada, à margem esquerda do rio Paraguai. Li-

mita com os municípios de Diamantino, Nortelândia, Arenápolis, Barra do Bugres e Rosário Oeste. A cidade fica a 150 quilômetros em linha reta da Capital do Estado. Os

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

pontos extremos do município, são: latitude N.-14° 17' 15" e S.-15° 11' 45"; longitude E.-56° 21' 45" e O.-57° 06' 30".

ALTITUDE — Na sede municipal, a altitude é de 252 metros, figurando em 38.° lugar em ordem de altitude no estado de Mato Grosso.

CLIMA — O município apresenta o clima tropical úmido. As chuvas são freqüentes de outubro a março; abundantes de janeiro a março.

ÁREA — A área do município é de 2 900 km²; sendo êle um dos menores do Estado, aparecendo em 48.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rios Paraguai, Pari e Jaocoara; serras do Tombador, dos Parecis, Tira-Sentido e Fazenda Velha.

O território de Alto Paraguai apresenta-se inteiramente montanhoso, pois, além das citadas serras, há grande número de elevações. É também cortado por consideráveis cursos d'água, salientando-se os ribeirões Lavrinha, Tronqueira, Queima Chapéu, Diamantino e Quebra Canela. No planalto da serra dos Parecis está a vertente do rio Paraguai, formado por 7 lagoas. Estas estão dispostas em linhas mais ou menos retas e cada uma cercada por numerosos coqueiros. Situadas entre baixa vegetação, apresentam, em conjunto, um belíssimo panorama. No rio Paraguai registram-se: uma queda (ao descer da Serra) e várias cachoeiras, sendo a principal a cachoeira do Pau.

RIQUEZAS NATURAIS — A mais importante é a mineral, representada por diamante, ouro e argila; no reino vegetal, há a borracha, pequena quantidade de madeira de lei e a mangabeira; no reino animal, peles de animais silvestres e peixe.

POPULAÇÃO — O município de Alto Paraguai, como distrito de Diamantino, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 2 575 habitantes, sendo 1 460 pessoas do sexo masculino e 1 115 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 535 homens e 485 mulheres, num total de 1 020 habitantes; no suburbano, 480 pessoas do sexo masculino e 399 do feminino, totalizando 879; e no quadro rural, 676 habitantes, dos quais 445 do sexo masculino e 231 do feminino. A zona rural concorria com 26,25% para a população total do distrito.

A Vila de Alto Paraguai, hoje cidade do mesmo nome, contava, na época do Recenseamento de 1950, com 1 015 habitantes do sexo masculino e 884 do feminino.

Aglomerações Urbanas — São 17 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Alto Paraguai e a Vila de Lavouras; os povoados de Fazenda Velha, com 30 moradias; Ouro Fino, Raizama e Afonsinho, com 20 casas cada um; Serrão e Santo Antônio, com 15 residências cada; Santa Rita, São Pedro e Pontezinha, cada um com 12 prédios; Pedras, Macaco, Córrego Fundo, Piraputangas, Três Barras e Degolado, cada um com 10 domicílios segundo elementos fornecidos pela Agência Municipal de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está assentada nas indústrias extrativa mineral e de transformação, na agricultura e na pecuária. Esta apresentou uma população de 2 300 cabeças de bovinos, no valor de 5 milhões de cruzeiros; 160 muares, valendo 832 mil cruzeiros; 216 eqüinos, calculados em 550 mil cruzeiros; 450 suínos, no valor de 540 mil cruzeiros, e 150 caprinos, correspondendo a 13 mil cruzeiros.

Os produtos de origem animal foram 45 000 litros de leite, valendo 337 mil cruzeiros, e 350 quilogramas de queijo, no valor de 10 mil cruzeiros.

Garimpeiro peneirando cascalho

A agricultura, de acôrdo com estimativas da Agência Municipal de Estatística, contribui modestamente para a economia de Alto Paraguai, sendo os seus principais produtos em 1956: banana, 18 000 cachos no valor de 288 mil cruzeiros, feijão, 21 600 quilogramas, valendo 108 mil cruzeiros e milho, 53 400 quilogramas, equivalendo a 97 mil cruzeiros. Os demais produtos alcançaram, englobadamente, a importância de 192 mil cruzeiros.

Segundo apuração industrial efetuada pelo Departamento Estadual de Estatística, em 1955, estava a indústria no município assim representada:

Indústria extrativa de produtos minerais	36 975
Indústria de produtos alimentares	2 008
Indústria de transformação de minerais não metálicos	250
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	166
Indústria extrativa de produtos vegetais	31
TOTAL	39 430

COMÉRCIO — Há 2 estabelecimentos atacadistas e 11 varejistas na sede municipal. Em todo o município encontram-se mais de 60 estabelecimentos. As principais transações são mantidas com as praças da Capital Federal, São Paulo e Cuiabá. Para a primeira exporta o excedente de sua principal produção; da segunda importa quase todos os produtos para seu consumo, e com a terceira mantém tôdas as transações bancárias, uma vez que não conta em seu território com estabelecimentos dêste gênero.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — É servido regularmente apenas pelos aviões do Consórcio Real-Aerovias-Nacional. Com as sedes municipais limítrofes liga-se diretamente, por via rodoviária, apenas com três: Diamantino, 18 quilômetros; Arenápolis, 57 quilômetros e Rosário Oeste, 100 quilômetros. Com o município de Barra do Bugres, liga-se, via Rosário Oeste, num percurso de 182 quilômetros.

Na cidade funcionam uma estação radiotelegráfica do Consórcio Real-Aerovias-Nacional e uma postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Em 31 de dezembro de 1956, achavam-se registrados no município 16 veículos.

ASPECTOS URBANOS — O Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura, registrou em 1954, na cidade de Alto Paraguai, a existência de 27 logradouros públicos, dos quais 12 servidos por iluminação pública e domiciliária. Dos 500 prédios então existentes, 150 possuíam ligações elétricas; já em 1956, de acôrdo com os registros da Agência Municipal de Estatística, êsse número foi elevado para 232.

São os edifícios mais importantes: o Grupo Escolar, a Igreja Matriz e o Pôsto de Saúde.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica gratuita é prestada através do Pôsto de Higiene. Exercendo as respectivas profissões há 1 médico, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. Conta a cidade com duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Associação Beneficente e Cultural, fundada em 1953, contando com 136 sócios em 31-XII-56, proporciona assistência social aos seus membros e também, em circunstâncias especiais, a pessoas não filiadas.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, sendo Alto Paraguai ainda distrito de Diamantino, verificou-se na vila a existência de 1 580 pessoas de 5 anos e mais; dessas, 553 homens e 425 mulheres, num total de 978 pessoas, sabiam ler e escrever.

Ensino — No fim do primeiro mês letivo de 1956 estavam em funcionamento, em todo o município, 10 unidades de ensino fundamental comum, com a matrícula de 566 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954, ano da consolidação do município, a 1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	322	731	709	741
1955.......	—	426	769	256	792
1956.......	—	545	1 088	1 084	1 043

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As festas religiosas a São José, Padroeiro do município, Santo Antônio, São João, São Pedro e São Bom Jesus da Lapa são as principais manifestações populares que se verificam no município. Os festejos em louvor a São Bom Jesus da Lapa, festa tradicionalmente baiana, são promovidos pelos filhos daquele grande Estado, que aqui se encontram em grande número e aos quais se associam todos os católicos romanos do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A beleza natural, apresentada pelas 7 formosas lagoas que formam a vertente do histórico rio Paraguai e que estão situadas no planalto da serra do Parecis, formando um grande vale coberto por baixa vegetação, ornamentado por suntuosas palmeiras e abrigando uma rica e variada fauna, constitui a atração turística do município, ainda não explorada.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes locais recebem o nome de "alto-paraguaenses". Alto Paraguai é topônimo originado do rio Paraguai, isto é, pelo fato de o ponto mais alto dêsse rio se encontrar no município.

Alto Paraguai, com dois distritos judiciários, Alto Paraguai e Lavouras, é têrmo da Comarca de Diamantino. Existem em todo o município 7 campos de pouso, dos quais 1 na cidade, o maior, com a dimensão de 50 x 1 1000 metros. Conta a cidade com 2 hotéis, dos quais um oferece hospedagem sem refeição, duas pensões e 1 restaurante. É sede de Paróquia, sob a invocação de São José de Alto Paraguai. Possui 5 templos: uma igreja Matriz na cidade e 4 igrejas no interior.

Junto à Prefeitura Municipal, acha-se instalada a Agência Municipal de Estatística, órgão integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

AMAMBAÍ — MT

Mapa Municipal na pág. 155 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — O território, que hoje compreende o vasto município de Amambaí, teve o seu primeiro devassamento realizado por Aleixo Garcia que, partindo de "Santa Catarina, ao findar o primeiro quartel do século XVI, reúne grande comitiva de guaranis, e ruma para o Poente. Transpõe o Paraná, vara o divisor de águas, no planalto de Maracaju, e desce pelo Miranda até a sua barra no Paraguai, que atravessa". Apesar de ter sido o território, depois de Aleixo Garcia, perlustrado por vários exploradores, sòmente por volta de 1580 fixaram-se na região as missões jesuítas de Santo Inácio de Loiola, as quais, segundo consta, ali aportaram por ordem de Domingos Martins Irala, Adelantado de Espanha, em Assunção.

O novo tratado firmado entre Portugal e Espanha, naquele ano, já sob o govêrno de uma só coroa, além de invalidar o acôrdo de Tordesilhas, resultou nas fundações dos jesuítas e, com elas, a ampliação da zona sob a influência espanhola, buscando tenazmente uma saída para o litoral, pelo Nascente. O acôrdo entre os dois reinos, entretanto, não fôra bem visto pelos habitantes coloniais do Brasil; os de São Paulo não se conformavam e não aceitavam a nossa situação, planejando modificá-la no que dizia respeito à terra brasileira.

Surgiu, então, Antônio Raposo Tavares que, organizando uma bandeira, partiu de São Paulo em agôsto de 1628, com destino às missões de Guaíra. Raposo, homem afeito às lutas, à vida rude dos sertões, "da estirpe dos camonianos varões assinalados" — compreendia o espírito da raça, quando, ao investir contra as missões de Guaíra, intima-lhes, aos respectivos diretores: "vimos expulsar-vos desta região, que é nossa e não do rei de Espanha". A destruição das missões jesuítas na província de Guaíra ficou concluída em 1632, com o desaparecimento da fundação Inaciana, em terras banhadas pelo Paraná.

Diz Virgílio Corrêa Filho, em citação registrada em "As Raias de Mato Grosso" que "pelas narrações dos jesuitas, o Guayra devia ter então cerca de 100 000 indios aldeados, e destes uns 15 000 foram mortos e cerca de 60 000 feitos prisioneiros e trazidos para o povoado, sendo vendidos como captivos, pelos vencedores, em São Paulo e no Rio de Janeiro".

As sortidas guerreiras, a partir de então, continuaram de parte a parte, sem que fôsse encontrada a melhor solução para resolver a pendência. Ora os castelhanos atacavam os bandeirantes, ora êstes invadiam os domínios daqueles, numa série de tropelias, estendendo-se por tôda a vasta região sulina da província, tumultos êsses agora agravados com o estado de guerra entre Espanha e Portugal, conseqüência do rompimento dos tratados de 1750. Em vista da situação, D. Luís de Sousa, Capitão-general de São Paulo, resolve fundar uma fortaleza em Iguatemi, visando estar em condições de invadir os domínios dos castelhanos, na época oportuna. O destacamento que seguiu para o forte recebeu a denominação de "Colônia Militar de Iguatemi", que ali se manteve até 1777, quando foi atacado por fôrças castelhanas, a mando de Agostinho Fernandez de Pinedo, Governador do Paraguai.

O Tratado de 1777 (Santo Ildefonso) veio pôr um ponto final nos choques armados na zona sul-mato-grossense, na fronteira com o Paraguai, quando as partes interessadas revalidaram "a lindeira pelo Igurey, adoptada em 1750, que as instruções de 17 de janeiro seguinte, para os commissarios demarcadores, substituiram pelo primeiro afluente do Paraná, acima do Salto de Guaira".

Daí em diante, a região continuou sendo perlustrada por diversas expedições, com os objetivos mais diversos, sem, contudo, haver fixação do elemento humano, o que viria determinar o desenvolvimento daquela extensa zona. Em 9 de dezembro de 1882, Thomaz Larangeira conseguia por intermédio do Barão de Maracaju, uma concessão do Govêrno Imperial para "colher herva-matte nos terrenos devolutos da fronteira com o Paraguai, entre os marcos Rincão do Julio e a cabeceira do rio Iguatemi..."; coube-lhe essa concessão por fôrça do Decreto n.º 8 799, daquela data, tendo iniciado os trabalhos a 25 de julho de 1833, quando fincou os esteios do primeiro arranchamento à margem direita do rio Verde. Monopolizando a extração da erva-mate, Larangeira firmava o povoamento da região do Amambaí, ligando o seu nome à sua história. Os concorrentes começaram a surgir e, entre êles, preocupava Larangeira o Dr. Ernesto de Castro Moreira que, no dizer de Virgilio Corrêa Filho, "obteve, por decreto de 29 de Fevereiro de 1888, concessão analoga, que foi comprada por Furtado & Comp., de Buenos Aires, sem previo assentimento do Ministro da Agricultura". Aproveitando-se do seu prestígio junto ao então Governador Provisório do estado de Mato Grosso, General Antônio Maria Coelho, e da irregularidade ocorrida na transferência daquele seu concorrente, Larangeira conseguiu a caducidade da concessão do Dr. Moreira, estando, na mesma ocasião, com a zona que lhe cabia por arrendamento, que passou a ter novos limites "desde a foz do rio Dourados no rio Brilhante e por este até a sua foz no Ivinheima, pór este até a sua foz no Paraná e por este até ser encontrada a foz do Iguatemy, fechando-se a área com uma linha recta deste ponto até a foz do rio Dourados no Brilhante". O prazo da concessão era de dez anos e Larangeira deveria pagar ao Govêrno do Estado, anualmente, a importância de 12 contos de réis.

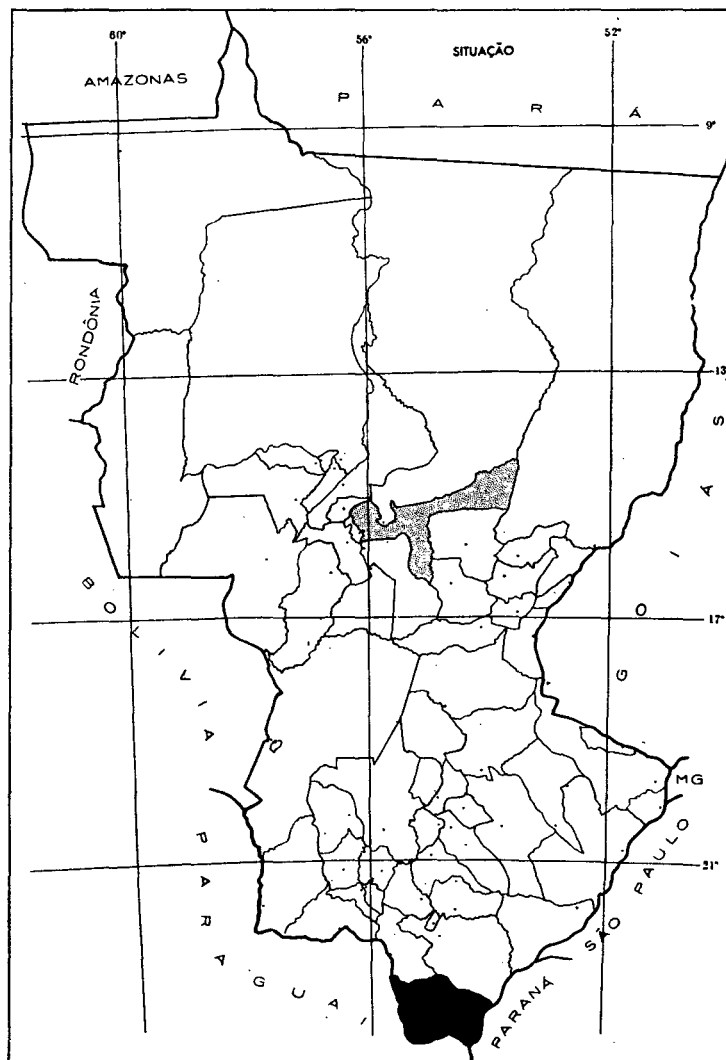
Thomaz Larangeira, por intermédio da Companhia Mate Larangeira, estendeu suas atividades desde as margens do Paraná até as do Paraguai, em Pôrto Murtinho, determinando o rápido povoamento de tôda a área que hoje compreende os municípios de Amambaí e Ponta Porã, no sul do Estado. A sede das atividades da Mata Laranjeira, na zona do Amambaí, instalou-se num local que mais

tarde veio a ser denominado de Nhuverá, e o povoamento da área que hoje é a sede municipal de Amambaí iniciou-se em 1903, com a fixação ali de Januário Lima, Marcelino Lima, José Garigaldi Rosa, Oscar Trindade e outros, no dia 3 de agôsto daquele ano. Dez anos depois, em 15 de novembro de 1913, o Cel. Valêncio de Brum, liderando aquêles pioneiros, dirigiu ao Govêrno do Estado, por intermédio de Baltazar Saldanha, então Intendente Municipal de Ponta Porã, uma petição em que solicitava a reserva de uma área de terras para a formação de um núcleo, o que lhe foi concedido. Surgiu, então, o Patrimônio da União, posteriormente Vila União, e hoje, Amambaí.

Em 15 de junho de 1914, a Lei n.º 658 criou o distrito de paz de Amambaí, no município de Ponta Porã, abrangendo os limites do antigo distrito policial de igual denominação e mais os do distrito de Ipehum, determinando para a sua sede o povoado de Nhuverá (em tupi-guarani: "campo que brilha"), instalando-se o Cartório de Paz em Patrimônio de União, nova denominação do antigo povoado de Nhuverá. Nessa ocasião, tomaram posse José Alves Cavalheiro e Lourino de Albuquerque, os primeiros a ocuparem as funções de Juiz de Paz e Escrivão, no distrito recém-criado. O atual município de Amambaí foi criado pela Lei n.º 131, de 28 de setembro de 1948, sendo instalado em 1.º de janeiro de 1949, integrando, anteriormente, o município de Ponta Porã. Na época do território federal de Ponta Porã, a atual Comuna tinha a denominação de Patrimônio da União. Para a sua formação foi aproveitada a área do antigo distrito, acrescida da correspondente ao distrito de Antônio João, criado pela Resolução n.º 938, de 18 de julho de 1925, e que integrava o município de Ponta Porã. Por fôrça de ato governamental, assumiu a Prefeitura Municipal, em 1.º de janeiro de 1949, data da instalação da nova comuna, o primeiro Prefeito de Amambaí, Sidney Batista, o qual, posteriormente, foi substituído por Valêncio de Brum, sufragado pelo povo nas eleições realizadas em maio daquele ano. Na mesma ocasião, tomaram posse os vereadores também eleitos, compondo, desta maneira, o primeiro Legislativo do Município.

Extinto o território federal de Ponta Porã, Amambaí foi reincorporado ao estado de Mato Grosso, tendo aparecido na divisão territorial vigorante no qüinqüênio 1949-1953, com os distritos de Amambaí, Antônio João e Iguatemi, situação essa em que permanece na vigente divisão, para vigorar no período 1954-1958, aprovada pelo Decreto número 1 738, de 30 de dezembro de 1953, retificado pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Atualmente o município tem como prefeito o Senhor Ernesto Vargas Batista, empossado em 28 de julho de 1957, sendo a Câmara Municipal composta por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Amambaí está localizado na zona do planalto mato-grossense, integrando a bacia hidrográfica do Prata. Limita-se com os municípios de Ponta Porã e Dourados, servindo de divisa interestadual de Mato Grosso com o Paraná, e ainda de fronteira internacional do Brasil com a República do Paraguai, tendo os se-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

guintes pontos extremos: latitude N.-22° 52' 15" e S.-24° 09' 00"; longitude E.- 53° 21' 15" e O.-55° 38' 00".

ALTITUDE — A sede municipal está a 545 metros acima do nível do mar, colocando-se em 6.º lugar em relação às demais do Estado, na seguinte ordem:

Chapada dos Guimarães	793
Alto Garças	700
Alto Araguaia	662
Ponta Porã	657
Jaraguari	570
AMAMBAÍ	545

CLIMA — O clima de Amambaí está classificado como o de "provável clima tropical de altitude". As chuvas têm início, geralmente, no mês de dezembro, prolongando-se até março, sendo mais intensas em janeiro.

ÁREA — A sua área, numa extensão de 14 990 quilômetros quadrados, coloca o município no 18.º lugar no estado de Mato Grosso, do qual ocupa 1,14% do território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A não ser os cursos d'água, que existem em abundância no seu território, o município de Amambaí não apresenta grandes acidentes geográficos, em virtude mesmo da conformação topográfica da região. Entre os rios, salientam-se: Paraná, limita o mu-

nicípio com o Estado de igual nome; Amambaí, que separa a comuna da de Dourados; Iguatemi e o ribeirão Corrente, êste último estabelecendo a linha divisória de Amambaí com Ponta Porã.

RIQUEZAS NATURAIS — Na extrativa mineral, pode-se citar, sòmente, a existência de barro para fabricação de telhas e tijolos; na vegetal, a erva-mate constitui uma das riquezas do município, seguida da madeira de lei e da lenha para combustível; na animal, lã de carneiro e peles de animais silvestres.

POPULAÇÃO — O município de Amambaí contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 16 088 habitantes, o que lhe dava mais de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 8 341 pessoas eram do sexo masculino e 7 747 do feminino. Segundo o domicílio, estava assim distribuída: no quadro urbano 647 homens e 743 mulheres, num total de 1 390 habitantes; no suburbano, 749 pessoas do sexo masculino e 760 do feminino, totalizando 1 509; e no quadro rural, uma soma de 13 189 habitantes, dos quais 6 945 do sexo masculino e 6 244 do feminino. A zona rural concorria com 81,98% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os munícipes estavam distribuídos da seguinte maneira: brancos, 3 860 homens e 3 818 mulheres, num total de 7 678 pessoas; pretos, 116 pessoas do sexo masculino e 84 do feminino, totalizando 200 habitantes; pardos, 4 350 homens e 3 822 mulheres, ou seja, um total de 8 172 domiciliados. Sem declaração de côr, 38 pessoas.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 3 000 homens e 2 527 mulheres, num total de 5 527 pessoas; casadas, 2 769, pessoas das quais 1 400 homens e 1 396 mulheres; desquitados e divorciados, 2 homens e 3 mulheres, num total de 5 pessoas; e viúvos, 92 homens e 222 mulheres, totalizando 314 sêres.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 7 106 homens e 6 721 mulheres, totalizando 13 827; brasileiros naturalizados, 33 homens e 10 mulheres, num total de 43 habitantes; estrangeiros, 1 202 representantes do sexo masculino, 1 016 do feminino, num total de 2 218 pessoas.

Segundo a religião, 5 730 homens e 5 428 mulheres, num total de 11 158, declararam-se católicos apostólicos romanos; 295 habitantes, dos quais 138 homens e 157 mulheres, protestantes; 10 homens e 7 mulheres, totalizando 17 pessoas, disseram-se espíritas; 5 homens e 4 mulheres, maometanos; 947 homens e 804 mulheres, pertenciam a outras crenças; sem religião havia 2 760 viventes, dos quais 1 466 homens e 1 294 mulheres, e, finalmente, sem declaração de religião um total de 98 pessoas, sendo 45 homens e 53 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Amambaí (sede): 1 770 habitantes na cidade e 4 693 na zona rural; distrito de Antônio João, 382 pessoas na vila e 6 298 no campo; distrito de Iguatemi, 747 domiciliados na vila e 2 198 na zona rural.

A cidade de Amambaí, 850 habitantes do sexo masculino e 920 do feminino, colocava-se em 15.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações Urbanas — Na época do Recenseamento Geral de 1950, o município contava com 3 importantes aglomerações: Amambaí, com a população já descrita; vila de Antônio João, com 382 habitantes, dos quais 177 do sexo masculino e 205 do feminino; e Iguatemi, com 369 homens e 378 mulheres, num total de 747 pessoas.

Em 1954, a Agência Municipal de Estatística informou a existência de mais os seguintes povoados: Tapuí, Curralito e Paranhos, com mais de 50 moradias cada um, e população superior a 300 habitantes por vila; Curussu-Ambá, Mangaí e Pirajuí, os dois últimos com 40 domicílios cada um e 200 residentes por vila, enquanto o primeiro possuía 50 casas e 280 viventes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem seus esteios assentados na pecuária, na agricultura e na indústria de transformação. Assim é que, segundo estimativas destinadas ao Serviço de Estatística da Produção, a pecuária, representada por 195 350 cabeças de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos ovinos e caprinos, valeu em 1956, mais de 484 milhões de cruzeiros. Salientavam-se, entre os demais, o rebanho de bovinos, com 160 mil cabeças, no valor de mais de 440 milhões de cruzeiros; o de eqüinos, com 10 mil cabeças, estimadas em 18 milhões de cruzeiros; e o de suínos, representado por 20 mil cabeças, equivalentes a 16 milhões de cruzeiros.

Os resultados da safra dos diversos produtos que constituem a agricultura municipal corresponderam, ainda naquele ano, a mais de 59 milhões de cruzeiros, sobressaindo-se o arroz, com 4 776 000 quilogramas, calculados em mais de 47 700 mil cruzeiros; o milho, com 882 000 quilogramas, num valor que ultrapassou a 5 200 mil cruzeiros; a cana-de-açúcar, 22 450 toneladas, representando 2 142 mil cruzeiros; e a alfafa, com 510 000 quilogramas, expressos por 1 milhão de cruzeiros.

Industrialmente, o município apresentou os seguintes resultados econômicos no ano de 1956, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos vegetais	582
Indústria de transformação de minerais não metálicos	158
Indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecidos	31
Indústria de produtos alimentares	13 223
TOTAL	13 994

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal estão localizados 7 estabelecimentos comerciais atacadistas e 10 varejistas. O comércio regional mantém intenso intercâmbio com as praças de Ponta Porã, Dourados, Campo Grande, São Paulo e Rio de Janeiro, de onde importa matérias manufaturadas; para as mesmas exporta o excedente da

produção local. Grande parte da produção da zona de Iguatemi é exportada pelo Pôrto Morumbi, situado no rio Paraná, entrando para o estado de São Paulo, via Presidente Epitácio.

O movimento bancário é feito por intermédio de Ponta Porã, Dourados e algumas vêzes, Campo Grande.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Liga-se às cidades de Ponta Porã e Dourados, via rodoviária, em percursos de 88 e 228 quilômetros, respectivamente. Com a capital do Estado, o município comunica-se, por intermédio de Ponta Porã, via aérea, num percurso de 1 022 quilômetros, com escala em Campo Grande. Uma vez por semana, o Pôrto Morumbi recebe embarcações procedentes de Guaíra, no estado do Paraná, transportando cargas e passageiros.

Na sede municipal está instalada uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos; as comunicações telegráficas são feitas em Ponta Porã, situada a 89 quilômetros da cidade de Amambaí.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 26 automóveis comuns, 12 jipes, 4 camionetas para passageiros, 38 caminhões e 7 tratores.

A sede municipal é servida por 4 emprêsas rodoviárias de transporte de passageiros e cargas, das quais 3 têm escritório central na cidade de Amambaí e uma, em Ponta Porã.

ASPECTOS URBANOS — De acôrdo com elementos do Serviço de Estatística de Educação e Cultura, relativos ao ano de 1954, a cidade de Amambaí possuía 38 logradouros públicos e 421 prédios. Dispõe de 1 hotel e 3 pensões, com capacidade total para 64 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio do Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno do Estado, localizado na sede municipal, onde também exercem atividades profissionais 1 médico e 4 dentistas. No município existem 2 farmácias: uma na cidade de Amambaí e outra na vila distrital de Antônio João.

COOPERATIVISMO — A Cooperativa dos Produtos de Mate "União" Ltda., que se destina a incentivar a produção e o comércio da erva-mate, tem sede na cidade de Amambaí, congregando, em 31 de dezembro de 1956, 217 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 acusou, no município de Amambaí, uma população de 13 332 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêsse total 4 685 (2 659 homens e 2 026 mulheres) eram alfabetizadas, enquanto que 8 647 (4 242 homens e 4 405 mulheres) não sabiam ler nem escrever. Com a mesma idade, a população presente na cidade de Amambaí era composta de 890 pessoas alfabetizadas, das quais 457 eram do sexo masculino e 433 do feminino. Havia 257 homens e 346 mulheres, num total de 603, que não sabiam ler e escrever. O número de pessoas alfabetizadas representava 35,1% das pessoas dêsse grupo de idade e 29,1% da população recenseada no município. Era um dos municípios de menor índice de alfabetização verificado no Estado.

Ensino — Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, por intermédio de apurações realizadas sôbre o ensino primário fundamental comum, no primeiro mês letivo de 1956, havia, em Amambaí, 21 escolas mantidas pelo Govêrno do Estado, 3 pelo Municipal e uma por particulares. Êsses estabelecimentos tiveram uma matrícula geral de 785 alunos, dos quais 570 acorreram aos institutos estaduais, 52 aos municipais e 163 ao particular.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Amambaí está situado o Cine Rural, com capacidade para 150 espectadores, funcionando duas vêzes por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças estaduais e municipais, no período 1950-1956, foram representadas pelas seguintes cifras, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	335	73	199
1951	—	152	565	116	298
1952	—	1 089	778	133	928
1953	—	1 308	1 212	143	1 099
1954	—	1 490	841	242	875
1955	—	2 575	1 388	262	1 281
1956	—	1 989	1 235	501	1 104

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe, nas imediações da Colônia Botelha, um subterrâneo que, segundo consta, foi construído pelos jesuítas. Dêsse subterrâneo, já foram retiradas telhas e regular quantidade de sal de cozinha, encontrados ali em depósito. Boa porção das primeiras foi utilizada na cobertura de uma casa residencial, situada na fazenda de Pedro Antunes.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São as solenidades representadas pelas grandes homenagens prestadas a São João, no dia 24 de junho.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Têm constituído, nos últimos anos, motivo de atração turística, a queda d'água do Pirapó, situada no rio Amambaí, e a gruta de pedras que se localiza à margem esquerda do arroio Cangueri, a 24 quilômetros de sede municipal. Não há, entretanto, qualquer exploração das citadas atrações.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há controvérsias quanto à origem do topônimo Amambaí. João Batista de Sousa, que chegou mesmo a publicar um apreciável trabalho sôbre o assunto (Amambaí, a sua etimologia e a sua pronúncia ante o tupi-guarani), diz, na obra mencionada: "Amambaí era antes grafado "Amambahy" de sorte que não deixava dúvida a sua natureza de palavra oxítona. Veio de estragá-la a reforma ortográfica do país, eis que homens de cultura do lugar, dada a generalidade da palavra "Amambaia" entre os camponeses e supondo êrro, substituíram-na pela de "Amambái", embora a Lei número 131, de 20 de setembro de 1948, que criou o município, grafasse "Amambaí". A emenda foi pior do que o sonêto. Amambái não é guarani, não é espanhol, não é português: é uma corruptela de "Samambaia". Há uma regular corrente que aceita a opinião do autor citado, como verdadeira. Outros, porém, sustentam ser o nome originário de "Samambaia", planta da família das Polipodiáceas, que existem em

abundância na região, principalmente às margens do rio Amambaí.

Denominam-se "amambaienses" os que nascem no município.

Amambaí é têrmo judiciário da comarca de Ponta Porã, possuindo, em dezembro de 1956, um quadro eleitoral de 2 346 pessoas.

É sede da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, subordinada à Diocese de Corumbá. O culto protestante é representado pela Igreja Batista de Arroio Corá, e pela Igreja Batista de Amambaí, ambas situadas na sede municipal.

APARECIDA DO TABOADO — MT

Mapa Municipal na pág. 157 do 2.º Vol.
Foto: pág. 243 do Vol. II

HISTÓRICO — O devassamento e a conseqüente formação de núcleos humanos, na região que hoje constitui o território de Aparecida do Taboado, não são mais do que um prolongamento da história de Santana do Paranaíba, iniciado nos primórdios do século XVIII, quando bandeiras integradas por paulistas buscaram aquelas zonas, no afã de prear índios, o que era negócio rendoso naquela época, especialmente em se tratando dos Caiapós, que constituíam tribo de "homens robustos e bons para qualquer trabalho".

Antônio Pires de Campos, mais conhecido, na época, pela alcunha de "Pai Pira", viveu por muito tempo entre os índios Caiapós, a partir de 1739 até 1755, quando foi morto por índios que não queriam submeter-se a sua vontade. Pires de Campos, com seu espírito bandeirante, marcou o caminho que, em 1830, seria perlustrado por outros exploradores, possuídos de um interêsse mais nobre e mais elevado: o de instalar fazendas de gado em zonas adequadas. Assim, chegaram os Garcias, os Lopes, os Sousa Leal, os Pereiras e os Barbosas, os primeiros sêres civilizados que povoaram a região Aquém-Paranaíba. Alguns dêles, sobressaindo-se os Garcias e os Souza Leal, preferiram fixar fazenda naquelas terras, enquanto outros seguiram mais para o sul, buscando as zonas do rio Pardo, do Vacaria e os planaltos da serra de Maracaju, sem esquecerem os rios Miranda e Apa. Tão influente foi a atividade daquela gente, principamente dos Garcias, no povoamento da extensa zona do Paranaíba que, durante muito tempo, foi apenas conhecida como o "Sertão dos Garcias".

A estrada pioneira do "Piquiri", partindo de Cuiabá e demandando, em Minas Gerais, a cidade de Uberaba, e em São Paulo, a de Araraquara, descortinou novos horizontes para os pioneiros, pois facilitava-lhes os negócios com centros civilizados.

José Garcia Leal desbravou a região do Paranaíba até as barrancas do Paraná, trazendo com isso novos elementos que, aos poucos, se iam fixando com fazendas e negócios vários. A influência mineira logo se fêz sentir na formação dos núcleos humanos, pois foram os montanheses, seguidos pelos paulistas e goianos, os maiores responsáveis pelo povoamento da região. O prestígio de José Garcia Leal ultrapassava fronteiras e dentro em breve, os campos de Paranaíba e adjacências eram conhecidos e disputados, cabendo-lhe, na qualidade de "diretor da povoação", distribuir entre os interessados as respectivas posses.

Não se tem notícia da data exata em que se fixaram nas terras que hoje constituem o município de Aparecida do Taboado os primeiros povoadores. Presume-se que tenha sido entre 1830 e 1838. Sabe-se, entretanto, que se distinguiram, na formação do povoado, João Barbosa e Maximino José da Rocha, ambos mineiros, formação essa que possìvelmente teve início a partir do ano de 1900.

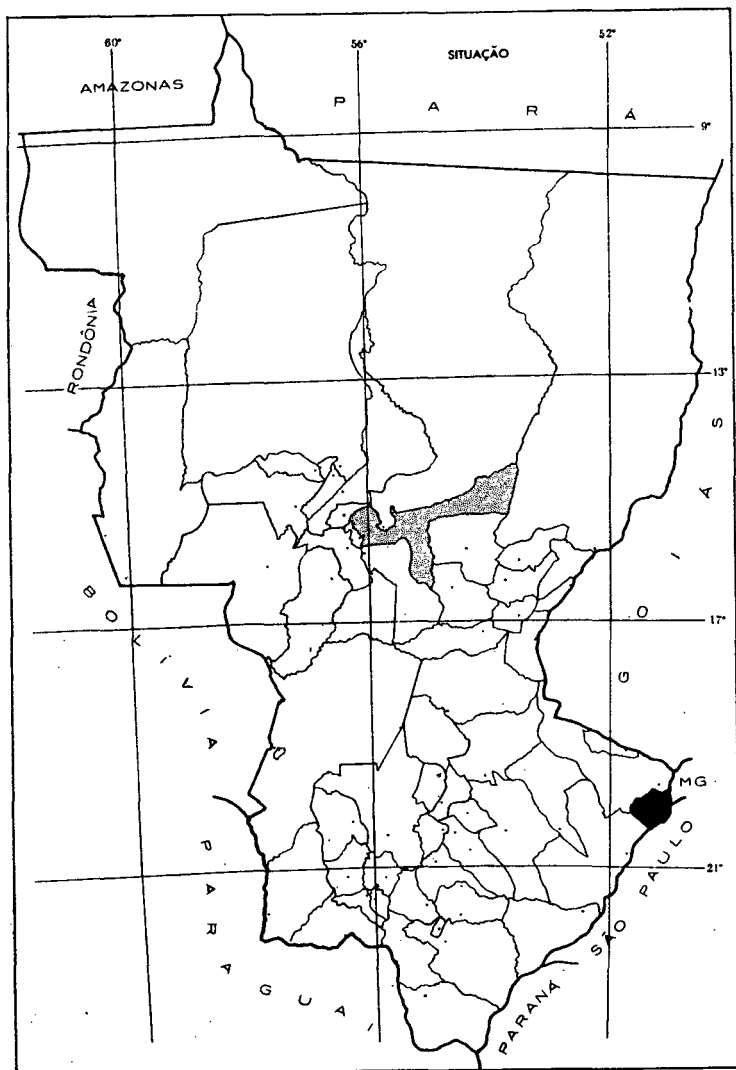
Na divisão territorial do estado de Mato Grosso, datada de 31 de dezembro de 1936, surgia Aparecida do Taboado como distrito integrante do município de Santana do Paranaíba, situação essa em que se manteve em 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, que fixou a divisão territorial em vigor a partir daquela data. No quadro territorial estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, continua o atual município na categoria de distrito, integrante de Paranaíba (ex-Santana de Paranaíba), situação em que permaneceu no quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio ...... 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943. A Lei n.º 1 012, de 1 de agôsto de 1926, criou o distrito de paz de Aparecida do Taboado, subordinando-o à comarca de Santana de Paranaíba, continuando nessa situação até 28 de setembro de 1948, quando a Lei estadual n.º 130 determinou a criação do município, com o mesmo nome do então distrito.

Foi o seu primeiro Prefeito Municipal Osvaldo Bernardes da Silva, e atualmente está em exercício Onofre Queiroz Júnior, eleito em 28 de abril de 1957 e empossado em 28 de julho do mesmo ano. O Poder Legislativo é exercido por 5 vereadores.

É sede da comarca de Aparecida do Taboado, criada em 13 de fevereiro de 1954, abrangendo o têrmo de igual denominação.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na zona do sudoeste de Mato Grosso, participando da bacia do Paraná. Limita-se com os municípios de Paranaíba e Três Lagoas, servindo, ainda, como divisão interestadual de Mato Grosso com os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Vista da praça principal

São seus extremos: latitude N.-19° 47' 30" e S.-20° 22' 16"; longitude E.-51° 00' 30" e O.-51° 38'15".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade de Aparecida do Taboado está localizada a 620 quilômetros, aproximadamente, em linha reta, da capital do Estado.

ALTITUDE — A altitude é de 275 metros, na cidade de Aparecida do Taboado, com pequenas oscilações no território municipal, colocando-se em 35.° lugar na ordem de altitude, entre as demais cidades do estado de Mato Grosso.

CLIMA — Classifica-se como de tipo tropical úmido. O período de chuvas, no município, tem início no mês de setembro, indo até março, sendo mais intensas nos meses de janeiro e fevereiro.

ÁREA — Tem uma extensão territorial de 2 650 quilômetros quadrados, colocando-se em 50.° lugar entre os demais municípios do estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,20%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio Paranaíba que, juntamente com o rio Grande, que separa o estado de Minas Gerais do de São Paulo, formam o rio Paraná, limite do município de Aparecida do Taboado com os estados de São Paulo e Minas Gerais; rio Pântano, linha divisória com o município de Três Lagoas; rio Três Barras e os córregos Galheiro, Campinas e Perdizes, que limitam o município com Paranaíba, e ainda Quitéria e Grande, afluentes da margem esquerda do Paraná. As ilhas Grande, da Praia, Sarã, Santa Quitéria e da Anta situam-se no rio Paraná.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas extrativas do município de Aparecida do Taboado estão representadas por barro para fabricação de telhas e tijolos, pedras e areias para construção, no reino mineral; madeiras de lei, para preparação de dormentes, e lenha para combustível, no vegetal; e no animal, grande parte da fauna de Mato Grosso está representada no município, não sendo, entretanto, explorada com finalidade econômica.

POPULAÇÃO — O município de Aparecida do Taboado contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com 3 412 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 1 751 pessoas eram do sexo masculino e 1 661 do feminino.

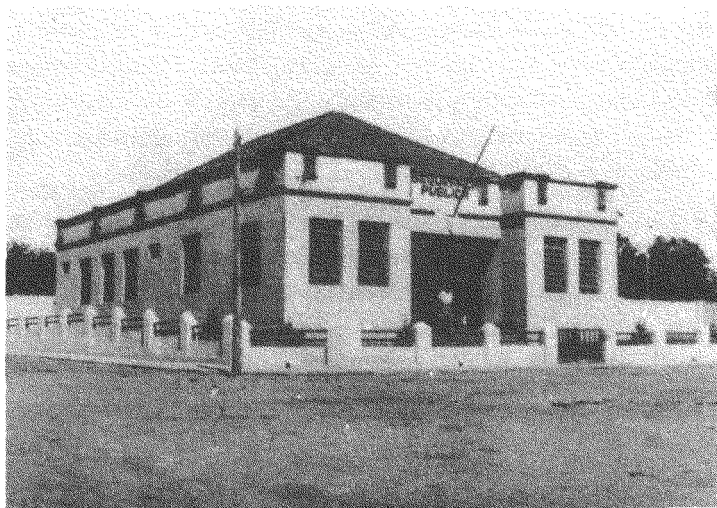
Segundo o domicílio, assim se distribuíam os moradores: no quadro urbano, 380 homens e 415 mulheres, num total de 795 habitantes; no suburbano, 58 pessoas do sexo masculino e 42 do feminino, totalizando 100 munícipes; e no quadro rural, 2 517 dos quais 1 313 do sexo masculino e 1 204 do feminino. A zona rural concorria com 73,76% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 1 667 homens e 1 564 mulheres, num total de 3 231 pessoas; pretos, 80 do sexo masculino e 93 do feminino, totalizando 173 habitantes; e 8 sem declaração de côr.

Segundo o estado conjugal, os domiciliados assim se expressavam, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros 354 homens e 225 mulheres, num total de 579 pessoas; casadas 1 103, das quais 550 homens e 553 mulheres; e viúvos, 42 homens e 80 mulheres, totalizando 122 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, os números representativos eram: brasileiros natos, 1 747 homens e 1 657 mulheres, num total de 3 404 habitantes; brasileiros naturalizados, 1 homem e 2 mulheres; estrangeiros, 2 habitantes do sexo masculino e 2 do feminino, num total de 5 pessoas.

Segundo a religião, 1 556 homens e 1 475 mulheres, num total de 3 031, declararam-se católicos apostólicos ro-

Outro aspecto da praça principal

Forum, delegacia e cadeia

manos; 11 habitantes, dos quais 5 homens e 6 mulheres, protestantes; 174 homens e 166 mulheres, totalizando 340 habitantes, revelaram-se espíritas; 3 homens e 4 mulheres, num total de 7 habitantes, pertenciam a outros cultos; sem religião, 1 homem; e finalmente, sem declaração de religião um total de 22 pessoas, sendo 12 homens e 10 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Aparecida do Taboado (sede): 895 habitantes na cidade e 2 517 na zona rural.

A cidade de Aparecida do Taboado, com 438 habitantes do sexo masculino e 457 do feminino, colocava-se em 25.° lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações Urbanas — Na época do Recenseamento Geral de 1950, Aparecida do Taboado possuía um único aglomerado urbano, o de igual topônimo, com uma população representada por 895 indivíduos, dos quais 438 do sexo masculino e 547 do feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O esteio econômico do município é representado pela pecuária, seguida pela agricultura e pela indústria de transformação, ainda em fase incipiente.

Seus rebanhos de bovinos, eqüinos, muares, suínos, ovinos e caprinos, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, totalizaram, em 1956, 60 810 cabeças, no valor de 244 milhões e 142 mil cruzeiros. Distinguiu-se, no cômputo geral, o rebanho de bovinos com 45 mil indivíduos, no valor de mais de 128 milhões e 200 mil cruzeiros, aparecendo em seguida o de suínos, com 7 960 cabeças, estimadas em 17 milhões e 512 mil cruzeiros, e o de eqüinos, com 6 800 representantes, cujo valor ultrapassou 12 milhões e 500 mil cruzeiros.

A produção de leite de vaca foi estimada em 300 mil litros, valendo 1 milhão e 500 mil cruzeiros, sendo parte dela empregada na fabricação de 3 200 quilogramas de queijo e 860 quilogramas de manteiga, calculados em 54 mil cruzeiros e 51 mil cruzeiros, respectivamente.

Na agricultura, sobressaíram-se os seguintes produtos: arroz, com 1 086 mil quilogramas, no valor de mais de 5 milhões e 400 mil cruzeiros; milho, 693 mil quilogramas, valendo mais de 3 milhões e 460 mil cruzeiros; feijão, 99 mil quilogramas, correspondendo a 990 mil cruzeiros; cana-de-açúcar, com 4 900 toneladas, no valor de 735 mil cruzeiros. E outros produtos de menor expressão econômica que, com os primeiros, atingiram mais de 11 765 mil cruzeiros, valor total da agricultura do município, em 1956.

Na indústria de transformação, o município de Aparecida do Taboado, segundo informações do Departamento Estadual de Estatística, em 1955, teve a seguinte posição, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	904
Indústria de madeira	3 085
Indústria química e farmacêutica	1 660
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	65
Indústria de produtos alimentares	1 709
Serviço industrial de utilidade pública	63
TOTAL	7 486

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal estão localizados 12 estabelecimentos comerciais, 4 dos quais atacadistas. O comércio de Aparecida do Taboado é abastecido por intermédio das praças de Araçatuba, Rio Prêto, Barretos e Três Lagoas, para onde exporta, também, a maior parte do excedente da produção local.

O movimento bancário é realizado por intermédio de estabelecimentos situados em Três Lagoas e Paranaíba.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transportes: Três Lagoas, rodoviário, 60 quilômetros e Paranaíba, rodoviário, 150 quilômetros.

É servido pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A., que mantém linha permanente entre Aparecida do Taboado e Paranaíba, numa distância aproximada de 40 quilômetros. A mesma companhia é responsável pela ligação aérea da cidade com a capital do Estado, via Paranaíba, num percurso de 735 quilômetros, aproximadamente.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 58 automóveis, 20 jipes, 1 ônibus, 13 camionetas para passageiros, 119 caminhões e 30 camionetas para carga.

A cidade é servida por 4 emprêsas rodoviárias, das quais 3 para passageiros, com sede em Três Lagoas, Pereira Barreto (SP) e Paranaíba, e uma para transporte de carga, cujo escritório central está situado em São Paulo (SP).

No município estão localizados 11 campos de pouso, 1 dos quais na cidade de Aparecida do Taboado, para aviões do tipo DC-3.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, na sede municipal, uma Agência Postal-Telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — Segundo elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativos ao ano de 1954, Aparecida do Taboado possuía 25 logradouros públicos, dos quais 1 ajardinado, 10 servidos por iluminação pública, com 150 focos, e igual número beneficiados por iluminação domiciliar, onde existem 138 ligações. Na sede municipal existiam 483 prédios.

Distinguem-se como os principais edifícios da cidade: a Prefeitura Municipal, belíssimo prédio de linhas modernas, recentemente construído, o Cine Hei de Vencer, a Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida e o Grupo Escolar Coronel João Alves Lara.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio do Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, executando assistência médica e medicina preventiva. Na sede municipal exercem atividades profissionais 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico; estão ali localizadas 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência é responsável pela assistência social aos pobres e desamparados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, em Aparecida do Taboado existiam 2 788 pessoas de 5 anos e mais (81% da população total), das quais sabiam ler e escrever 699 do sexo masculino e 487 do feminino, num total de 1 186 habitantes; eram analfabetas 1 602 pessoas, das quais 764 do sexo masculino e 838 do feminino. Na sede municipal, naquele grupo de idade, existiam 740 habitantes (26% da população de 5 anos e mais), dos quais 501 eram alfabetizados, sendo 273 homens e 228 mulheres; não sabiam ler e escrever um total de 239 pessoas, grupo êsse dividido em 95 homens e 144 mulheres. A zona rural, que concorria com 73% para o grupo em questão, ou seja, 2 048 habitantes, possuía, alfabetizados, 426 homens e 259 mulheres, num total de 685 pessoas; eram analfabetos 669 homens e 694 mulheres, num total de 1 363 habitantes.

Ensino — No primeiro mês letivo de 1956, segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, funcionaram em Aparecida do Taboado 3 escolas mantidas pelo Govêrno Estadual e 3 pelo Municipal. Êsses estabelecimentos de ensino fundamental comum, naquele período, tiveram um total de 437 matrículas em geral, das quais 393 nas escolas estaduais e 44 nas municipais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Associação Atlética Aparecidense cultiva esportes em geral, congregando em seu quadro social, em 31 de dezembro de 1956, 78 membros. Na sede municipal funciona o Cine "Hei de Vencer", inaugurado em 1954, com capacidade para 200 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os órgãos arrecadadores federal (instalado no mês de outubro de 1956), estadual e municipal, no período 1950-1956, apresentaram os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	717	235	235	221
1951	—	888	203	203	220
1952	—	1 422	445	445	178
1953	—	1 121	834	244	229
1954	—	1 670	803	266	263
1955	—	1 710	830	333	329
1956	42	2 905	1 096	410	224

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A maior manifestação religiosa do povo de Aparecida do Taboado é representada pela grande festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora Aparecida, realizada anualmente, no dia 8 de dezembro. A maior data municipal, comemorada com grandes solenidades, é o dia 1 de janeiro, aniversário da cidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Paranaíba, que banha parte do município, com suas corredeiras e rápidos, e várias ilhas situadas no rio Paraná, merecem a atenção de quem visita, pela primeira vez, Aparecida do Taboado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Não se conhece, de maneira concreta, à origem do topônimo do município. Presume-se, entretanto, que seja conseqüência da veneração que dispensavam, os primeiros moradores da povoação, a Nossa Senhora Aparecida, e da existência de um pôrto situado no rio Paraná, com a denominação de Taboado.

Os que nascem no município recebem a denominação de "aparicidenses".

É sede de comarca de igual denominação, subordinando o têrmo de Aparecida do Taboado.

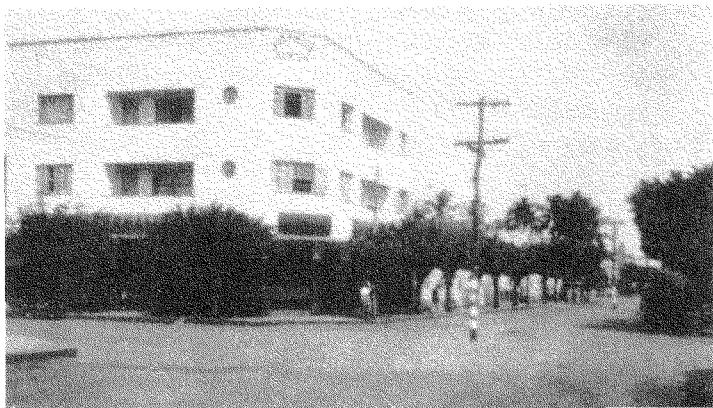
Em dezembro de 1956, o município possuía um quadro eleitoral de 2 300 pessoas. Na sede municipal estão situados 2 cartórios, com atribuições de registros de títulos, de imóveis e civil, além de serviços de tabelionato em geral.

É, ainda, sede da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, fundada em 1941. O culto protestante está representado por uma Igreja Presbiteriana, e o de Kardec, pelo Centro Espírita Kaibar Shutell.

Na cidade de Aparecida do Taboado estão localizados 4 hotéis e 2 pensões, com capacidade global para 122 hóspedes.

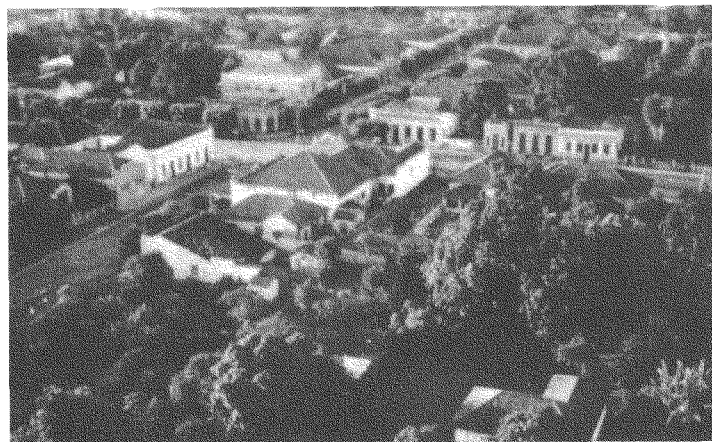
AQUIDAUANA — MT

Mapa Municipal na pág. 159 do 2.° Vol.
Fotos: págs. 148, 150, 180 e 189 do Vol. II

HISTÓRICO — Nas proximidades das ruínas de Santiago de Xeres, encontradas em 1776 pelo explorador João Leme do Prado, antiga cidade fundada em 1579 pelo espanhol Ruy Diaz de Malgarejo, à margem esquerda do rio Mbotetein, ergue-se Aquidauana, cêrca de cento e oitenta quilômetros da confluência dêsse rio com o Miranda. Data a sua fundação de 15 de agôsto de 1892, quando os fazendeiros situados nas terras banhadas pelos rios Aquidauana e Miranda resolveram fundar um povoado que viesse facilitar as comunicações comuns aos seus interêsses. É do "Album de Matto-Grosso", editado em Hamburgo em janeiro de 1914, a seguinte citação: "À 15 de agôsto de 1892, à convite do prestimoso cidadão Major Theodoro Paes da Silva Rondon, dirigiram-se para a margem do rio Aquiadauana, ao ponto em que hoje se acha a villa, e alli fizeram a primeira reunião dos subscriptores para a compra do terreno destinado ao patrimonio da projectada povoação, diversos fazendeiros e pessoas residentes na villa de Miranda. Essa reunião tinha por fim a escolha do local e do nome da nova povoação, e a constituição de uma comissão que proveria à todas necessidades reclamadas pelo alevantado objectivo que tinham em vista. Sob copado ar-

Rua Estêvão Alves Corrêa

voredo, à margem direita do rio, no ponto em que está hoje situada a igreja da padroeira local, reuniram-se cerca de 40 cidadões, sendo escolhidos para a comissão directora os Senhores Major Theodoro Rondon, Coroneis João D'Almeida Castro, Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Corrêa e Manoel Antônio de Barros. Nessa reunião foi adoptado o nome de Aquidauana para o novo centro de população, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A acta foi lavrada sobre uma manta de couro, no chão, pois alli só havia solidão e exhuberante vegetação. A comissão elegeu Presidente e Thesoureiro, accumulando as funções de fiscal, aos dois primeiros dos seus membros citados, e organisou seus estatutos. Retiraram-se então todos, voltando ao anno seguinte os dois primeiros fundadores. Em seu regresso ahi estabeleceram os primordios da povoação os sertanistas Major Theodoro Paes da Silva Rondon e Coronel João d'Almeida Castro que, com outros, construiram os primeiros ranchos de palha na matta frondosa".

A boa escolha do local para fundação do povoado muito concorreu para seu rápido desenvolvimento e conseqüente progresso, tanto assim que, já em 1896, quatro anos após a assinatura da ata de fundação, era criada uma agência do Correio, cuja chefia coube ao Coronel João d'Almeida Castro. Continuando em plena ascensão, em 1898, o Govêrno do Estado voltava suas vistas para o povoado de Aquidauana, criando ali um distrito policial, que entregou aos cuidados do mesmo Coronel João d'Almeida Castro, nomeando-o subdelegado de polícia. Em 1899, foi elevada à categoria da paróquia de paz, sendo eleito por vontade popular, ainda, o Coronel João d'Almeida Castro, que assumiu assim as funções de Juiz de Paz de Aquidauana. Por Lei estadual n.º 467, de 18 de dezembro de 1906, foi criado o distrito de paz subordinado à comarca de Miranda, continuando João d'Almeida Castro nas funções de Juiz. A mesma Lei estadual n.º 407 elevou o povoado à categoria de vila e município, que ficou com sede na freguesia de Alto Aquidauana, sendo então desmembrado do município de Miranda e instalado em 3 de maio de 1907. Conservava-se, porém, Aquidauana como têrmo judiciário da comarca de Miranda, tendo como 1.º suplente do Juiz de Direito, ainda, o Coronel João d'Almeida Castro, nomeado por Decreto n.º 189, de 20 de fevereiro de 1907, cargo que ocupou até 1911. Aquidauana foi elevada à categoria de comarca por Lei n.º 549, de 20 de julho de 1910, tendo sido o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Manoel Pereira da Silva Coelho. Por eleição, foi constituído o primeiro Govêrno Municipal de Aquidauana, que ficou assim organizado: Intendente-Geral — Tenente-coronel João Gomes de Oliveira; Presidente da Câmara Municipal — Coronel Estêvão Alves Corrêa, e Vice-Presidente — Coronel Alfredo Cesar Velasco.

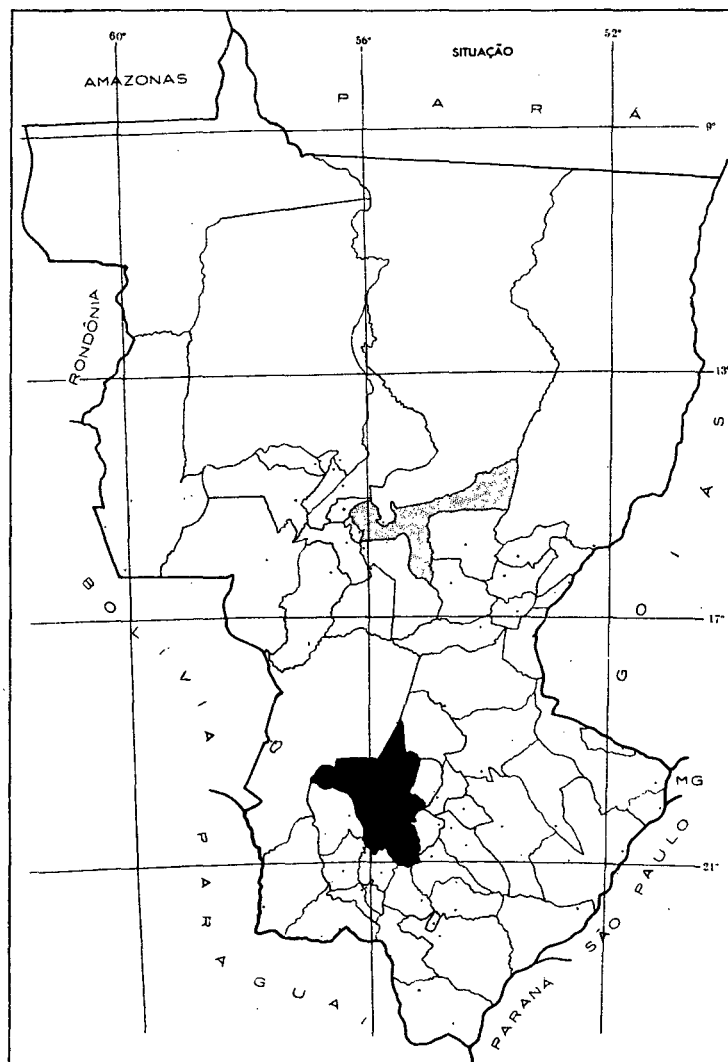
Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Aquidauana se compunha de um único distrito de igual nome, recebendo foros de cidade pela Lei n.º 772, de 16 de julho de 1918. Na referente ao ano de 1933, Aquidauana permanecia com um distrito, de idêntica denominação. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município compreendia o único têrmo judiciário da comarca de Aquidauana e se compunha dos seguintes distritos: Aquidauana, Corguinho, Igrapiúna, Taunay e Correntes. No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município de Aquidauana pertencia ao têrmo de comarca de Aquidauana e figurava com os distritos de Aquidauana, Corguinho, Corrente, Santa Fé (antigo Igrapiúna) e Taunay. Pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, o distrito da sede de Aquidauana adquiriu o território do extinto distrito de Santa Fé, do mesmo município de Aquidauana. No período 1939-1943, era composto dos distritos de: Aquidauana, Corguinho, Palmeiras e Taunay. Pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1934, a comarca de Aquidauana deixou de abranger o extinto têrmo de Nioaque: o município de Aquidauana adquiriu, para o distrito da sede, parte dos municípios de Maracaju e Nioaque e perdeu o distrito de Taunay, desmembrado em favor do município de Miranda. Pelo Decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, readquiriu o distrito de Taunay. Em 1944-1948, o município de Aquidauana era formado pelos distritos de Aquidauana, Corguinho, Jango e Taunay e era o único têrmo judiciário da comarca de Aquidauana. No quadro anexo ao Decreto-lei n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixou a divisão territorial do Estado, para vigorar no quinquênio de 1949-1953, Aquidauana se compunha de três distritos: Aquidauana, Jango e Taunay, uma vez que o de Corguinho foi elevado, juntamente com o de Rochedo, pertencente ao município de Campo Grande, à categoria de município; o primeiro pela Lei n.º 684, de 11-12-1953, e o segundo pela Lei n.º 204, de 23 de novembro de 1948. Aquidauana continua como comarca de 2.ª entrância, abrangendo os têrmos judiciários de Aquidauana, Bonito e Nioaque. Com o Decreto estadual n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixou a Divisão Territorial e Administrativa do Estado, retificado pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, para vigorar

Vista parcial da cidade

no qüinqüênio 1954-1958, Aquidauana não sofreu alteração, continuando como comarca de 2.ª entrância, abrangendo os distritos judiciários de Aquidauana, Jango e Taunay.

Atualmente o município de Aquidauana é dirigido pelo Doutor Fernando Luiz Alves Ribeiro, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo a Câmara Municipal constituída por 6 vereadores, empossados, também, em igual data.

A partir de 1905, Aquidauana teve os seguintes Intendentes e Prefeitos Municipais:

1905 — João Gomes de Oliveira
1907 — João Gusto da Costa Leite
1908 — Severino da Fonseca e Morais
1909 — Augusto Olímpio — 2.º Vice-Intendente
1910 — José Elias de Almeida — Int.-Geral interino
1912 — João de Almeida Castro — Int.-Geral interino
1912 — Francisco Alves de Castro — 1.º Vice-Int.-Geral
1912 — Humberto Alves Corrêa — 2.º Vice-Int.-Geral
1913 — João de Almeida Castro
1915 — José Elias de Almeida
1916 — Estêvão Alves Corrêa
1916 — Polidoro de Oliveira Gonçalves — 2.º Vice-Int.-Geral
1918 — Roldão de Oliveira
1919 — Luiz de Miranda Horta
1920 — Rafael Orrico — 2.º Vice-Int.
1921 — Estêvão Alves Corrêa
1921 — Dorval Carlos de Oliveira — 2.º Vice-Int.
1924 — Rafael Orrico — 2.º Vice-Int.
1924 — Oscar Alves de Souza
1925 — José Alves Ribeiro Filho
1927 — Jorge Bodstein Filho
1930 — Manoel Antônio Paes de Barros
1930 — Manoel Alves de Arruda
1935 — Antônio Alves Corrêa
1935 — Manoel Bonifácio Nunes da Cunha
1936 — Dorval Carlos de Oliveira
1937 — Luiz Vaz de Campos
1937 — Manoel Bonifácio Nunes da Cunha
1939 — Hugo Corrêa
1940 — Rubens Milton Teixeira de Souza
1942 — Manoel Bonifácio Nunes da Cunha
1944 — Hugo Corrêa
1944 — Jorge Bodstein Filho
1946 — Oriovaldo Caldas — Pref. interino
1946 — Manoel Benedito Teixeira Paes de Barros
1947 — Antônio Castelo Chaves
1948 — Delfino Alves Corrêa
1949 — Carlos Alberto Anastácio — Pref. interino
1950 — Armando F. Trindade — Pref. interino
1950 — Delfino Alves Corrêa
1951 — Ambrósio Ferreira Santana — Pref. interino
1951 — Moysés Albuquerque
1955 — Fernando Luiz Alves Ribeiro

LOCALIZAÇÃO — O município de Aquidauana acha-se localizado na região do pantanal mato-grossense, em terras banhadas pelos rios Aquidauana e Miranda. Limita-se com os municípios de Bonito, Miranda, Ladário, Corumbá, Rio Verde de Mato Grosso, Corguinho, Terenos, Sidrolândia, Maracaju e Nioaque. São os seguintes seus pontos extremos: latitude N. — 18° 48' 15" e S. — 20° 58' 15"; longitude E. — 54° 55' 45" e O. — 56° 59' 15".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede municipal acha-se situada, em relação à capital do Estado, no rumo S.S.E., da qual dista 554 quilômetros em linha reta, tendo as seguintes coordenadas geográficas: 20° 28' 57" de latitude Sul e 55° 47' 32" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — A cidade de Aquidauana encontra-se a 181 metros acima do nível do mar, colocando-se em 44° lugar na ordem de altitudes, em relação às demais comunas.

Rua Manoel A. P. de Barros

CLIMA — O clima de Aquidauana é classificado como do tipo tropical úmido. O período das chuvas ocorre entre setembro e março, sendo elas abundantes de novembro a fevereiro. Em 1956, sua temperatura máxima atingiu 29,8°C e a mínima, 18,5°C.

ÁREA — O município ocupa o 10.º lugar na extensão territorial do Estado, possuindo uma área de 22 900 quilômetros quadrados, só sendo superado pelos municípios de:

Chapada dos Guimarães	204 304
Barra do Garças	194 826
Aripuanã	145 510
Diamantino	133 447
Corumbá	69 915
Mato Grosso	62 485
Cáceres	40 560
Três Lagoas	25 200
Rosário Oeste	23 490
AQUIDAUANA	22 900

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Aquidauana, que divide a cidade em duas partes, e que o Visconde de Taunay qualificou como um dos mais formosos do mundo, nasce na Serra de Amambaí e conflui para o Miranda, que deságua no Paraguai aos 19° 26' de latitude Sul. Antigamente era denominado Mboteteú, vocábulo de origem guarani, e ainda Emboteteú, Araniani ou dos Guaxés. Citam-se, ainda, a Serra de Maracaju e o seu grande ramal chamado Serra de Amambaí, que circunda a cidade de Aquidauana, com uma altitude média de 300 metros, a Serra Azul e Serra do Rio Negro.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral: diamantes, ouro e ferro, os dois últimos ainda não explorados; barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, areias e pedras para construção; no vegetal: madeiras de lei, lenha para fins industriais e domésticos e madeiras taníferas; no animal: peixe e peles de animais silvestres.

POPULAÇÃO — O município de Aquidauana contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 21 258 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 11 117 pessoas eram do sexo masculino e 10 141 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 3 577 homens e 3 677 mulheres, num total de 7 254 habitantes; no suburbano, 417 pessoas do sexo masculino e 449 do feminino, totalizando 866; e, no quadro rural, 13 138 domiciliados, dos quais

Passeio Público

Igreja Matriz de N. Sª. da Conceição

7 123 do sexo masculino e 6 015 do feminino. A zona rural concorria com 61,80% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os munícipes assim se classificavam: brancos, 7 113 homens e 6 675 mulheres, num total de 13 788 pessoas; pretos, 661 do sexo masculino e 519 do feminino, totalizando 1 180 habitantes; amarelos, 116 homens e 73 mulheres, somando 189; e pardos, 3 167 homens e 2 820 mulheres, ou seja, um total de 5 987 habitantes. Não fizeram declaração de côr 114 pessoas.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 3 173 homens e 1 958 mulheres, num total de 5 131 pessoas; casadas, 5 979, das quais 2 982 homens e 2 997 mulheres; desquitados e divorciados, 5 homens e 6 mulheres, num total de 11 pessoas; e viúvos, 202 homens e 532 mulheres, ascendendo a 734 viventes.

No tocante à nacionalidade, era essa a classificação: brasileiros natos, 10 681 homens e 9 843 mulheres, num total de 20 524 habitantes; brasileiros naturalizados, 46 homens e 25 mulheres, num total de 71 pessoas; e estrangeiros, 390 habitantes do sexo masculino e 273 do feminino, num total de 663 domiciliados.

No que diz respeito à religião, 10 151 homens e 9 293 mulheres, num total de 19 444, declararam-se católicos apostólicos romanos; 839 habitantes, dos quais 406 homens e 433 mulheres, protestantes; 275 homens e 258 mulheres, totalizando 533, disseram-se espíritas; 50 homens e 30 mulheres eram budistas; 8 homens e 4 mulheres, ortodoxos; 2 homens, maometanos; 1 homem era israelita; 25 homens e 8 mulheres pertenciam a outras crenças; sem religião, 273 pessoas, das quais 176 homens e 97 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião, um total de 41 pessoas, sendo 23 homens e 18 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Aquidauana (sede), 7 472 habitantes na cidade e 7 748 na zona rural; distrito de Jango, 172 habitantes na vila e 3 183 na zona rural; distrito de Taunay, 476 habitantes na vila e 2 207 na zona rural.

A cidade de Aquidauana, com 3 660 habitantes do sexo masculino e 3 812 do feminino, colocava-se em 5.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento de 1950, só superada pelas seguintes:

Hospital Adolfo Lutz

1 — Campo Grande, 31 708 habitantes; 2 — Cuiabá, 23 745 habitantes; 3 — Corumbá — 18 725 habitantes; 4 — Trê Lagoas, 7 650 habitantes; e 5 — Aquidauana, 7 472 habitantes.

Aglomerações urbanas — Contava o município, na ocasião do Censo Demográfico de 1950, com as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Aquidauana, com 7 472 habitantes, sendo 3 660 homens e 3 812 mulheres; vila de Jango, com 172, sendo 84 do sexo masculino e 88 do feminino; vila de Taunay, com 476 moradores, compreendendo 250 homens e 226 mulheres. Além das localidades citadas, informa a Agência Municipal de Estatística que, em 1954, havia os povoados de Correntes, Piraputangas, Camisão e Guia Lopes, todos êles localizados às margens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com populações inferiores a 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo recente publicação do Conselho Nacional de Estatística, a principal atividade econômica da população municipal está concentrada no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", representada por 63% da população ativa do município.

O valor da agricultura municipal, em 1956, atingiu Cr$ 96 942 300,00, assim distribuídos:

Manga, 600 000 centos, no valor de Cr$ 24 000 000,00; Frutas cítricas, 402 500 centos, no valor de .... Cr$ 16 050 000,00; Mandioca, 12 800 toneladas, no valor de Cr$ 25 600 000,00; banana, 240 000 cachos, no valor de Cr$ 7 200 000,00; Melancia, 580 000 frutos, no valor de Cr$ 5 800 000,00; cana-de-açúcar, 15 000 toneladas, no valor de Cr$ 5 250 000,00; arroz, 810 000 kg, no valor de Cr$ 4 860 000,00; café, 54 000 kg, no valor de .... Cr$ 2 160 000,00; milho, 354 000 kg, no valor de .... Cr$ 1 416 000,00; abóbora, 240 000 kg, no valor de .. Cr$ 1 200 000,00; diversas culturas, no valor de ...... Cr$ 3 193 000,00.

O município é ainda importante produtor de madeira, possuindo apreciáveis reservas florestais. A indústria de transformação de madeira, em 1955, segundo o levantamento realizado por intermédio do registro industrial, teve uma produção que ultrapassou os 10 milhões de cruzeiros.

Uma das atividades de grande relêvo é a extração de casca de angico, tendo seu valor, em 1955, atingido 13 milhões de cruzeiros.

Ainda naquele mesmo ano foram arrolados 15 estabelecimentos industriais com mais de 5 operários, distinguindo-se entre êles uma charqueada com produção superior à casa dos 55 milhões de cruzeiros. Predominam, no município, as indústrias de transformação de produtos alimentares.

A posição das indústrias localizadas em Aquidauana, em 1955, foi a seguinte, em milhares de cruzeiros:

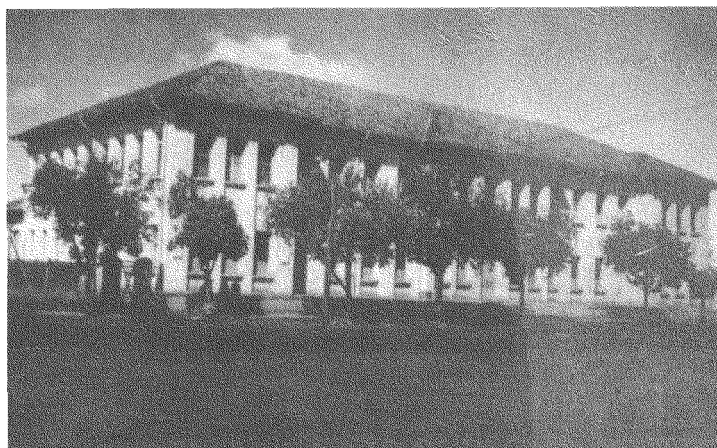
Indústria extrativa de produtos minerais, 1 104; indústria extrativa de produtos vegetais, 14 103; indústria de transformação de minerais não metálicos, 5 072; indústria da madeira, 10 412; indústria do mobiliário, 442; indústria química e farmacêutica, 461; indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 1 135; indústria de produtos alimentares, 72 636; indústria de bebidas, 3 147; indústria editorial e gráfica, 572; indústrias diversas, 180; serviços de utilidade pública, 3 600 — Total, 112 864.

Em 31-12-1955, a população pecuária, em um total de 1 658 800 cabeças (bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos), valeu aproximadamente 4 e meio bilhões de cruzeiros. O município é ainda grande exportador de gado bovino, sendo o seu principal mercado consumidor o estado de São Paulo, cujo rebanho foi estimado em 1 500 100 cabeças, estimadas em Cr$ 4 500 500 000,00.

Grande produtor de pescado, um dos mais importantes do Estado, teve, em 1956, uma produção no valor de Cr$ 7 200 000,00, correspondentes a 400 000 quilogramas. Cêrca de 50% dessa produção foi exportada.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade de Aquidauana três estabelecimentos bancários possuem agências: o Banco do Brasil, o Banco Agropecuário de Campo Grande e o Banco Nacional de Comércio e Produção S. A. Vinte e sete casas comerciais atacadistas e 294 varejistas mantêm intenso intercâmbio com as cidades vizinhas de Miranda, Nioaque, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bonito, Bela Vista e Pôrto Murtinho. Os maiores centros importadores para o município são: Campo Grande, em Mato Grosso, e o estado de São Paulo. Em tôda a comuna há perto de 350 estabelecimentos comerciais.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — É servido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que mantém na sede municipal oficinas de reparos do seu material rodante, empregado no estado de Mato Grosso. A estação da cidade fica localizada no quilômetro 1 044 da Estrada. No município existem 7 estações.

Liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transportes: Bonito — rodoviário, 286 km; Corguinho — rodoviário, via Campo Grande, 412 km; Corumbá — ferroviário, 380 km e aéreo, 260 km; Maracaju — ferroviário,

Escola Paroquial N. S^{a}. do Perpétuo Socorro

285 km e rodoviário, 202 km; Miranda — ferroviário, 78 quilômetros e rodoviário, 95 km; Nioaque — rodoviário, 87 km; Rio Verde de Mato Grosso — rodoviário, via Campo Grande, 457 km ou misto: a) ferroviário, até Campo Grande, 150 km e b) rodoviário, 153 km; Sidrolândia — ferroviário, 217 km e rodoviário, 228 km; Terenos — ferroviário, 114 km e rodoviário, 130 km. Não tem ligação direta com a capital do Estado, da qual dista, via aérea, 554 quilômetros.

O município conta com a emprêsa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. e o Consórcio Real Aerovias de Transportes Aéreos.

ASPECTOS URBANOS — Aquidauana, cognominada "Princesa do Sul", possui ruas bem cuidadas, pavimentação moderna (com lajotas de cimento rejuntadas com betume), prédios modernos e serviço telefônico automático. Com 7 474 habitantes, na época do Censo Demográfico de 1950, tinha, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 1954, 50 logradouros públicos, dos quais 4 arborizados e 1 arborizado e ajardinado simultâneamente; existiam, naquele último ano, 1 843 prédios, dos quais 928 com ligações elétricas domiciliares e 812 com abastecimento d'água. Dos logradouros citados, 25 possuíam iluminação pública, com um total de 396 focos, e 35 eram servidos por abastecimento d'água.

Entre os prédios importantes da cidade, sobressaem-se: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o hospital da Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, o Hospital "Adolfo Lutz", da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, os Quartéis do 9.º Grupo de Artilharia a Cavalo, a Agência do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, e muitos outros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade de Aquidauana é dotada de dois hospitais gerais com 100 leitos disponíveis (Hospital da Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, e Hospital "Adolfo Lutz", da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil); um Pôsto de Higiene do 9.º Distrito Sanitário, mantido pelo Govêrno do Estado, além da assistência médica prestada pela Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência aos desamparados, mantendo para isso três profissionais.

Militam na cidade 9 médicos, 8 dentistas e 7 farmacêuticos, existindo 7 farmácias e 3 drogarias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — É prestada pela Associação Pão dos Pobres de Santo Antônio,

Quartel do 9.º Grupo de Artilharia a Cavalo

Ponte metálica sôbre o rio Aquidauana

fundada em 1948, que congregava em seu quadro social, em 31 de dezembro de 1956, 50 pessoas.

Três cooperativas existem na cidade de Aquidauana: a Cooperativa Aquidauanense de Carnes Ltda, que tem como principal finalidade a industrialização e venda de produtos bovinos; a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Noroeste do Brasil e a Cooperativa Agropecuária Mato-grossense Ltda.

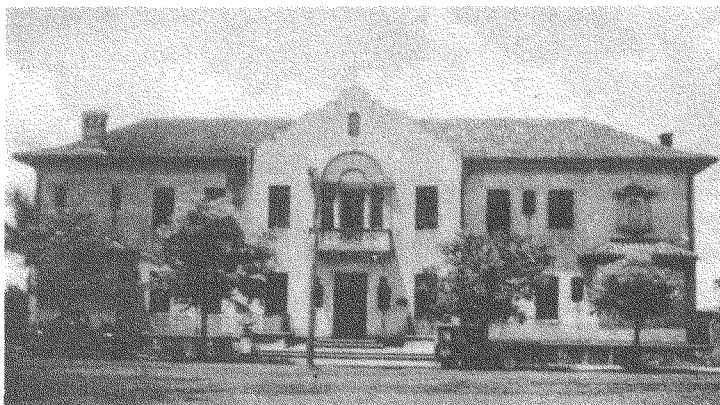
ALFABETIZAÇÃO — Recente publicação do I.B.G.E. revela que a situação do município, quanto ao nível de instrução geral, em 1950 (Recenseamento Geral do Brasil), entre a população de 5 anos e mais, era a seguinte: sabiam ler e escrever, 1 185 (56,54% sôbre o total); não sabiam ler e escrever, 6 289 (43,44% sôbre o total); os sem declaração correspondiam a 30,02% sôbre o total.

Na cidade, entre a população maior de 5 anos que compreendia, naquele ano, 6 254 pessoas, sabiam ler e escrever 2 187 homens e 2 015 mulheres; eram analfabetos 859 pessoas do sexo masculino e 1 193 do feminino. Na vila de Jango, das 137 pessoas existentes, 57 homens e 37 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto 15 homens e 28 mulheres não eram alfabetizados; em Taunay, a população maior de 5 anos era composta de 390 pessoas, ou seja, alfabetizados, 104 homens e 89 mulheres, e não o sendo 95 homens e 102 mulheres.

Na zona rural, onde existia uma população de 10 674 pessoas maiores de 5 anos, sabiam ler e escrever 4 057 habitantes, sendo 2 450 do sexo masculino e 1 607 do feminino; não eram alfabetizados 3 407 homens e 3 210 mulheres, em um total de 6 617 pessoas.

Ensino — Em 1956, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em apurações relativas ao primeiro mês letivo, havia em funcionamento 26 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo 18 estabelecimentos estaduais, 2 municipais e 6 particulares; uma escola normal e um ginásio, com uma matrícula inicial, para 1956, de 20 e 268 alunos, respectivamente, uma escola de comércio, uma de datilografia e duas artísticas. A matrícula geral nos estabelecimentos de ensino primário, em 1956, alcançou 2 826 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal de Aquidauana estão localizadas 8 associações esportivas e culturais, sendo 6 com a finalidade principal de recreação e esportes em geral, e 2 exclusivamente esportivas. Essas instituições congregam 1 269 pessoas nos seus quadros sociais. Há ainda um cinema (Cine Glória, com capa-

5 — 24 930

Convento dos Padres Redentoristas

cidade para 1 041 espectadores, tela panorâmica e *cinemascope*); um semanário, "Jornal do Sul", com periodicidade hebdomadária e tiragem média de 400 exemplares); uma radioemissora (Rádio Difusora de Aquidauana Ltda, prefixo ZYX-20, cuja primeira emissão verificou-se em 16 de março de 1952); uma biblioteca (Biblioteca Pública Municipal "Francisco Alves Corrêa", mantida pela Prefeitura Municipal, com 3 520 volumes, dos quais 3 470 devidamente catalogados).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 074	3 020	956	579	967
1951	1 641	4 285	1 200	685	1 140
1952	3 237	5 154	2 524	844	2 442
1953	4 559	5 522	1 822	929	1 953
1954	3 946	7 979	2 979	1 102	3 048
1955	5 913	8 512	6 916	3 104	6 735
1956	5 238	11 466	12 202	4 883	11 355

MONUMENTO HISTÓRICO — Existe, apenas, um obelisco situado na praça Nossa Senhora da Conceição, homenagem da municipalidade aos fundadores de Aquidauana.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA E EFEMÉRIDES — O povo da cidade de Aquidauana comemora com grande festa o dia da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, e o dia consagrado a São João, festa que é encerrada com o tradicional "banho de São João".

Em 10 de setembro de 1911, a cidade comemorou festivamente a entrada da primeira locomotiva pertencente à Estrada de Ferro "Itapura — Corumbá". O Diretor da Estrada, Dr. Kessehring, foi saudado pelo professor João Nunes da Cunha, que falou em nome da população.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Aquidauana, com a sua piscosidade, é motivo de atração para aquêles que se dedicam ao esporte da pesca. Anualmente, dezenas de pessoas procedentes de São Paulo, Campo Grande (MT) e outras cidades vizinhas realizam temporadas de pesca, acampando, quase sempre, nas margens do rio.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Não há nenhuma referência concreta quanto à origem do nome do município. Entretanto, presume-se que êsse seja conseqüência do local escolhido para construção da cidade.

Recebem a denominação de "aquidauanenses" aquêles que nascem em Aquidauana.

O município de Aquidauana, principalmente a sua sede municipal, nos últimos três anos, tem sentido os efeitos de um admirável surto de progresso, reconhecido no III Congresso dos Municípios Brasileiros, quando Aquidauana conseguiu merecida menção honrosa.

Foi a primeira cidade mato-grossense a instalar serviço de telefones automáticos, uma iniciativa particular que mereceu a melhor acolhida dos seus munícipes, inaugurado com 230 aparelhos em pleno funcionamento. Possui uma Associação Comercial que congrega no seu quadro social a maioria dos comerciantes da cidade. Cuida agora o Govêrno do Estado de providenciar a construção de um moderno edifício destinado à Escola Normal "Jango de Castro", enquanto o Govêrno do Município dá andamento às obras de pavimentação da cidade, ampliação da rêde de abastecimento d'água, perfuração de poços artesianos, etc. Em projeto existe a construção do grande Mercado Municipal e a criação de colônias agrícolas municipais.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal de Aquidauana os seguintes veículos: 70 automóveis comuns, 62 jipes, 15 ônibus, 10 camionetas, 15 motociclos, 124 caminhões, 90 camionetas para carga e 30 tratores. Estão localizadas em Aquidauana 8 oficinas de reparação e conservação de veículos e 3 postos de abastecimento.

O Ministério da Agricultura mantém um pôsto agropecuário no município, com uma área total de 1 020 000 metros quadrados, dos quais 20 000 plantados, e um laboratório de fabricação de produtos de uso veterinário.

A cidade de Aquidauana é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, subordinada à Diocese de Corumbá; a crença protestante é representada por 4 igrejas: Igreja Evangélica de Aquidauana, Igreja Presbiteriana de Aquidauana, 2.ª Igreja Evangélica de Aquidauana e Igreja Evangélica Assembléia de Deus; o culto espírita possuía a União Espírita dos Discípulos de Jesus.

O município é sede de comarca, subordinando o têrmo único de Aquidauana e mais os distritos judiciários de Aquidauana, Jango e Taunay, estando o seu quadro eleitoral, em dezembro de 1956, representado por 7 181 eleitores.

Vista parcial da cidade

ARENÁPOLIS — MT

Mapa Municipal na pág. 51 do 2.° Vol.

HISTÓRICO — Paralelamente à ocupação pelos nortistas e nordestinos da região de Diamantino que flanqueia a leste o rio Santana, ensejando-lhe o desenvolvimento da indústria extrativa do diamante, até à conquista da autonomia administrativa, sob a denominação de Nortelândia, outros indivíduos de igual procedência transpunham aquêle rio, a partir de 1937, penetrando o território do município de Barra do Bugres, igualmente rico de manchas diamantíferas.

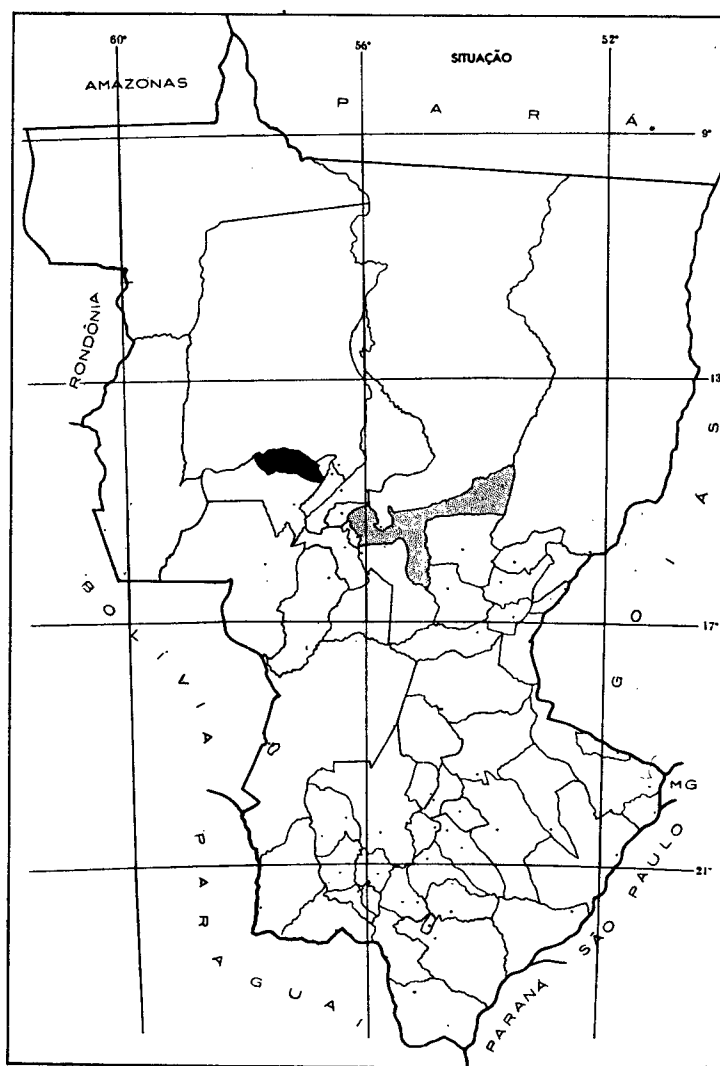
Francisco Magalhães, José Domingos, Mário Fraga, Miguel "Maranhense" e Marcos "Baiano" foram os primeiros a devassar a região vicinal da margem direita do Santana, abaixo da confluência do ribeirão Areias, ali descobrindo formações extremamente favoráveis à ocorrência do diamante. Perseverantemente iniciaram o desmonte do cascalho promissor e, sem surprêsa, batearam as primeiras gemas, à margem do ribeirão Areias, por volta de 1940. Propalada a descoberta, afluíram de improviso novos garimpeiros ávidos de riqueza, estabelecendo-se no local a que denominaram "Areias", por sugestão da vizinhança do rio de igual nome. Ergueram-se então os primeiros ranchos cuja rusticidade e primitivismo faziam lembrar a corrida de dois séculos atrás, nas minas do Cuiabá, Diamantino, Poconé e Cocais. A sofreguidão com que se entregavam à cata não lhes permitia cuidar de estética ou confôrto. Bastava que lhes dessem precário abrigo para as noites por vêzes mal dormidas, na ânsia de vê-las passarem para o reinício da faina alucinante. Os primitivos ranchos de colono desordenadamente se afeiçoavam aos acidentes do terreno. O aparecimento das primeiras casas de comércio de bares regurgitantes de meretrizes egressas dos prostíbulos de Cuiabá e de outras cidades, condensou a população dispersa das "corrutelas". Aos poucos foi o povoado ordenando e melhorando suas construções, surgindo as primeiras ruas. Os agricultores, entrementes, semeiam as primeiras roças pelas redondezas, como que obrigando o povoado à estabilização.

Em 1950, ergue-se a primitiva capela, por iniciativa de Udelson Pereira dos Santos, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Lapa. Quatro anos depois, já não mais comporta os fiéis a capelinha rústica e o mesmo Udelson Pereira dos Santos a faz demolir, iniciando a construção de outra, mais ampla e aprimorada.

Não foram, porém, cronològicamente, êstes modernos povoadores os que por primeiro devassaram aquelas terras. Para chegarmos às primeiras entradas na região, forçoso é retrocedermos à era bandeirante, quando os audazes paulistas e mamelucos pervagaram os seus rios à procura do caminho que os levasse ao Pará, através dos tributários amazônicos. O rio Sepotuba, pelo qual subiam os exploradores para alcançar as cabeceiras do Arinos, está localizado no município. A decadência da mineração no norte do Estado, forçando os povoadores às concentrações nucleares das antigas cidades, impediu novas descobertas que sòmente se tornaram possíveis nos dias atuais, ensejando a repetição de um mesmo fenômeno com dois séculos de permeio. Em 1953, o povoado de Areias, definitivamente consolidado, transformara-se em centro econômico de apreciável importância no município de Barra do Bugres.

A Lei estadual n.° 704, de 15 de dezembro de 1953, cria o município de Arenápolis, com território desmembrado do município de Barra do Bugres. A mesma Lei determinou que a sede municipal seria estabelecida na povoação de Areias "que passa a ser denominada Arenápolis", com foros de cidade. De acôrdo com o quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, em vigor para o qüinqüênio 1954-1958, o município compreende um só distrito — o da sede municipal — constituindo têrmo da comarca de Diamantino.

A atual Legislatura foi inaugurada em 3 de fevereiro de 1955, tendo sido empossado o Prefeito eleito, Senhor Alfredo de Araújo Granja, e instalada a Câmara Municipal com 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Arenápolis, situa-se na Zona Fisiográfica da Encosta, alcançando, ao norte, o divisor de águas das bacias Amazônica e Platina. Limita-se com os municípios de Barra de Bugres, Diamantino, Nortelândia e Alto

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Paraguai. O seu território está delimitado pelos seguintes pontos extremos: N. — 14° 10' 00" e S. — 14° 39' 15" de latitude; 56° 42' 45" e 57° 44' 45" de longitude E. e O., respectivamente.

ALTITUDE — É de 362 metros na sede municipal, colocando o município em 22.° lugar na ordem de altitudes, no Estado de Mato Grosso.

CLIMA — A comuna apresenta clima tropical úmido. O período de chuvas é de outubro a março, ocorrendo as maiores precipitações em dezembro e janeiro.

ÁREA — Arenápolis, com 3 792 quilômetros quadrados, coloca-se em 43.º lugar em relação às demais comunas mato-grossenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município estão representados pelos rios Tenente Lira, Santana, Maracanã, das Toucas, Água Limpa, e os córregos Vermelho, Afonso e São Francisco.

RIQUEZAS NATURAIS — O diamante aparece como a maior riqueza mineral de Arenápolis. Há, contudo, ocorrência de outros minerais de relêvo, como o ouro, areias para construção, barro para cerâmica, etc.

No reino vegetal, há que ressaltar a importância da ipecacuanha e da borracha, ambas nativas no âmbito municipal.

O reino animal é representado pelas espécies típicas da fauna mato-grossense.

POPULAÇÃO — A população do município, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, estava incorporada à dos distritos de Barra do Bugres e Tapirapuã, no município de Barra do Bugres, não sendo possível a discriminação da que de direito lhe pertence.

Por falta de outros meios de referências, a população continua desconhecida até os dias atuais. Incontestàvelmente, porém, o incremento pós-censitário foi dos mais expressivos, ultrapassando grandemente a taxa progressiva fixada para o Estado, em virtude do intenso comércio de terras ali verificado nos últimos anos, e da própria atividade extrativa mineral, que continua traindo garimpeiros esperançosos dos celebrados "bamburros".

Aglomerações urbanas — Conta o município com uma única aglomeração urbana — a da sede municipal. Existe um povoado, com menos de 200 habitantes, a 20 quilômetros da sede municipal, denominado "Sociedade".

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Arenápolis assenta sua base econômica, principalmente, na extração de diamantes, cuja produção, em 1956, alcançou 6 800 quilates, no valor de 10 milhões e 200 mil cruzeiros. Paralelamente a essa produção, verificou-se a extração de 2 000 gramas de ouro, estimados em 160 mil cruzeiros. A indústria extrativa mineral contribuiu ainda com 1 500 metros cúbicos de areia para construção, valendo 45 mil cruzeiros, e 6 000 metros cúbicos de barro para olaria, expressos por 150 mil cruzeiros.

A produção vegetal foi de 1 milhão e 620 mil cruzeiros, correspondentes a 4 000 quilogramas de borracha, e 3 000 quilogramas de ipecacuanha.

No mesmo período, a produção agrícola representou 3 milhões e 785 mil cruzeiros, correspondentes a 1 200 toneladas de mandioca, no valor de 1 milhão e 680 mil cruzeiros; 150 000 quilogramas de arroz, valendo 750 mil cruzeiros; 216 000 quilogramas de milho, calculados em 540 mil cruzeiros; 96 000 quilogramas de feijão, estimados em 528 mil cruzeiros; 750 toneladas de cana-de-açúcar, valendo 150 mil cruzeiros, e outros produtos de menor expressão, com um total de 137 mil cruzeiros.

Os produtos transformados alcançaram 42 mil cruzeiros, correspondentes a 4 000 quilogramas de rapadura, 1 800 quilogramas de farinha de mandioca e 3 000 quilogramas de farinha de milho.

A pecuária está em fase de implantação: 540 bovinos, 120 eqüinos, 75 muares e 1 100 suínos, totalizando 2 milhões e 777 mil cruzeiros.

O levantamento industrial de 1955 arrolou 7 estabelecimentos industriais com o emprêgo de 129 operários, assim distribuídos: Indústria extrativa de produtos minerais — 3 estabelecimentos, empregando 115 operários, com uma produção de 9 milhões e 960 mil cruzeiros; indústria extrativa de produção vegetal — 1 estabelecimento, congregando 10 operários, com uma produção de 80 mil cruzeiros; indústria de produtos alimentares — 2 estabelecimentos, 2 operários, com uma produção de 1 milhão e 388 mil cruzeiros; serviço industrial de utilidade pública — uma instituição com 2 operários, produzindo 120 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com mais de 30 estabelecimentos comerciais varejistas, dos quais 6 estão localizados na sede municipal. O abastecimento do comércio local é feito pelas praças de Cuiabá e Alto Paraguai.

As operações bancárias são realizadas através dos estabelecimentos de crédito da capital do Estado.

Tôda a produção agropecuária é consumida no próprio município. Os produtos exportáveis (ouro e diamante) são negociados no próprio local, com os "capangueiros"; a borracha, enviada ao Banco de Crédito da Amazônia S. A. — Agência de Cuiabá, e a ipecacuanha, transacionada na praça de Barra do Bugres.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — São precários ainda os meios de transportes de que dispõe o município para comunicação interna e com as cidades vizinhas. Liga-se a Alto Paraguai por estrada de rodagem, 57 quilômetros; Barra do Bugres, rodoviário, 306 quilômetros; Diamantino, rodoviário, 66 quilômetros; Nortelândia, rodoviário, 6 quilômetros. Comunica-se com a capital do Estado por êsse mesmo meio de transporte, num percurso de 312 quilômetros.

Os meios de comunicação estão representados por uma estação telegráfica situada na localidade denominada "Afonso", pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos de Mato Grosso.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Arenápolis, com uma população superior a 1 000 habitantes, acha-se ainda em formação. As autoridades municipais, sòmente agora, cogitam de dotá-la de requisitos urbanísticos, como loteamento, arruamento modernizado, serviços de utilidade pública, etc. Em 1954, possuía 17 logradouros públicos sem pavimentação, 340 prédios, 4 logradouros iluminados e 4 dotados de iluminação domiciliar com 60 ligações, de acôrdo com o Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Os edifícios mais importantes são a Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa e a Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Serviço de assistência médico-sanitária é prestado à população por meio de duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados relativos à alfabetização apurados através do Recenseamento Geral de 1950, acham-se englobados nos do município de Barra do Bugres, do qual foi desmembrado o de Arenápolis.

Ensino — O ensino fundamental comum, segundo os "Principais resultados no fim do primeiro mês letivo de 1956", do Departamento Estadual de Estatística, foi administrado por 2 estabelecimentos estaduais e 1 particular, com movimento de 139 alunos matriculados nas diversas séries do curso.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 a 1956 verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	509	41	667	117	640
1955.......	539	63	776	237	569
1956.......	581	89	1 040	711	911

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São de caráter religioso as principais festividades observadas no município. Anualmente, de 28 de julho a 6 de agôsto, realizam-se os festejos do padroeiro da cidade, Senhor Bom Jesus da Lapa, devoção transplantada do sertão baiano para as plagas mato-grossenses pelos seus primitivos povoadores, constituindo-se de missa festiva, procissão, leilões, bailes, etc., e movimentando tôda a população da sede e seus arredores. Os costumes são tìpicamente nordestinos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Arenápolis — topônimo derivado da antiga "corrutela" de Areias, transformou-se em sede municipal. Os habitantes do lugar recebem o nome de "arenapolitano" É têrmo da comarca de Diamantino, com um único distrito, o da sede municipal, que dá nome ao município.

ARIPUANÃ — MT

Mapa Municipal na pág. 37 do 2.° Vol.

HISTÓRICO — Indivisas as raias de Mato Grosso com os Estados do Amazonas e Pará para o que faleciam elementos cartográficos, a região do Alto Madeira, de onde foi desmembrado o território que hoje constitui o município de Aripuanã, foi objeto de demoradas conversações entre os três governos estaduais, na República, como já tinha sido no período Imperial e, mais remotamente, entre a província de Mato Grosso e as províncias de São José do Rio Negro e Grão-Pará.

Não fracassasse a tentativa audaciosa do primeiro Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rollim de Moura Tavares, mandando, em 1758, Theotonio da Silva Gusmão, irmão de Alexandre de Gusmão, explorar e fundar povoados na região do Madeira, provàvelmente Aripuanã se teria integrado ao ciclo colonizador dos antigos bandeirantes.

Incompatibilidades aparentemente irremovíveis surgidas entre Gusmão e os frades jesuítas levaram ao despovoamento o incipiente arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem, erigido à margem direita do Rio Madeira, no salto Gamon. Segundo a versão dada por Gusmão, em carta de 11 de novembro de 1760, ao capitão-general, a desagregação do arraial deveu-se ao fato de "os frades depois de concorrerem e talvez aconselharem a fuga e deserção de alguns moradores, affectando pretextos falsos, taes enredos e imputação fizeram na minha familia com sonhado e affectado medo do gentio que convim em que se fossem embora em 29 de agosto, levando o ultimo morador que aqui estava que tinham posto no seu systema".

Alegavam por sua vez os frades que "se não passava dia em que não descompuzesse (Theotonio da Silva Gusmão) algum morador, e assim por tal feitio exasperou o seu terrivel genio que correu com todos, não ficando uma só pessoa na Povoação", segundo depoimento do Fr. José de Jesus Maria, em carta dirigida ao mesmo governador. Independente de tais contendas entre os poderes temporal e espiritual, aquela tentativa estava destinada a um malôgro inevitável, dada a impotência do homem ante a braveza da terra e a hostilidade das doenças e dos silvícolas, ceifadores de vidas. Permanecendo desabitado todo o vale do Madeira, nenhuma das providências tentadas para a fixação das linhas extremas do Estado com os seus vizinhos do norte teve a aceitação das partes interessadas, até o advento da República. Iniciada a exploração da borracha, surgiram, como era lógico, os conflitos fiscais entre as províncias na arrecadação dos impostos devidos pelos seringueiros. João Nepomuceno de Medeiros Mallet, então governador, prevendo o incremento dessa indústria extrativa, criou uma Coletoria à margem direita do rio Madeira e duas agências fiscais nas embocaduras dos rios Jamari e Gi-Paraná, a fim de salvaguardar os interêsses de Mato Grosso, dessangrado pela arrecadação dos impostos pelo govêrno amazonense. Instalados em 1894, desde logo reagiram as autoridades vizinhas, impedindo a posse do tenente Francelino Nunes Ferraz, por julgá-la atentatória aos direitos territoriais do Amazonas. O Dr. Manoel Murtinho, em 1895, e posteriormente o Dr. Antônio Corrêa da Costa defenderam ardorosamente as pretensões mato-grossenses, até que o litígio sobe à decisão do govêrno federal, que sugeriu um entendimento provisório entre os litigantes. Não acordando, o Amazonas leva a questão ao Supremo Tribunal, em 27 de dezembro de 1896, propondo ação contra Mato Grosso, pedindo manutenção de domínio e jurisdição sôbre o território contestado e restituição dos impostos arrecadados. Nem por isso, no entanto, entrepara a ação invasora do estado vizinho, estendendo-se além do que judiciàriamente pleiteava, ocupando e vendendo terras fora da zona em pendência. A 11 de novembro de 1899 foi julgado o litígio, por sentença do Supremo Tribunal, embora não terminasse por diante os conflitos de jurisdição, freqüentemente usurpada pelo govêrno amazonense, tanto no plano territorial como no fiscal. A convenção de limites de 1904, firmada pelos delegados de ambos os estados a 29 de outubro, não pôde receber a sanção legislativa do govêrno de Mato Grosso, por lesiva aos seus interêsses. Evidentemente, a ser aceita, perderia Mato Grosso 120 000 quilômetros quadrados de território, abrangendo quase todo o atual município de Aripuanã, além de Diamantino, em

menor proporção. Deve-se à dialética irretorquível, ao conhecimento aprofundado da questão demonstrada pelo Dr. Antônio Corrêa, a liquidação da secular pendência de limites com o Estado do Amazonas, por Acórdão de 27 de julho de 1912, pelo qual o Egrégio Tribunal, por unanimidade, homologou a demarcação parcial da linha de limites comum aos dois estados, partindo da Cachoeira de Santo Antônio, pelo paralelo 8º 48".

Em 1916, reiniciados os trabalhos demarcatórios, já agora por processo amigável, são levadas as operações de campo aos rios Aripuanã e Tapajós, apontados como incompletos pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, — hoje marechal —, que explorara a região, por não aparecerem os rios Roosevelt e outros volumosos cursos cruzados pelo paralelo ajustado de demarcação.

Agitações políticas no Estado, que motivaram a intervenção federal, ensejaram ao Amazonas novas investidas contra atos administrativos do govêrno mato-grossense, que estabeleceu postos fiscais nos rios Roosevelt, Guaíba e Aripuanã. Novo convênio fiscal foi firmado pelos representantes dos dois estados, que foram desautorados pela Assembléia amazonense, ao mesmo passo que invalidava o anterior acôrdo de 1912, por ilegais e nocivos aos interêsses do Estado. Coube ao govêrno de Dom Francisco de Aquino Corrêa encaminhar a bom têrmo a demorada questão, finalmente homologada por sentença, em 5 de maio de 1919.

Paralelamente à questão de limites com o Amazonas, que de perto refletia sôbre a área de Aripuanã, desenvolveram-se as demarches para a fixação dos lindes com o Pará, que igualmente interessavam à mesma região mato-grossense. Nos primeiros anos de desbravamento e colonização de Mato Grosso, as fronteiras com o vizinho do norte se apresentavam fictícias, tal a distância que separava Cuiabá de Belém. A descoberta das minas de Santa Izabel, por Almeida Falcão, à margem do principal tributário do rio Arinos, ensejou ao sargento-mor João de Souza Azevedo procurar filões auríferos. Aparelhando-se para o intento, partiu de Cuiabá, subiu o Paraguai e o Sepotuba, alcançou por terra o Sumidouro, e por êste, o Arinos, o Juruena e o Tapajós, galgando o Pará. Partindo de Jauru a 4 de agôsto de 1746, concluiu a aventurosa viagem em julho do ano seguinte. Foi dessa forma o primeiro a perlustrar os lindes municipais do Aripuanã. Seguir-lhe-ia as pegadas, em 1805, partindo de Cuiabá, por ordem do capitão-general Manoel Carlos de Abreu, o furriel Manoel Gomes, que chegou até Santarém, tendo considerado impraticável a navegação pelo rio Tapajós. Em 1812, o capitão-general João Carlos Augusto Oeynhausem de Gravemburg manda que o capitão Miguel João de Castro retome o roteiro de João de Souza Azevedo, à procura do caminho mais fácil para atingir Belém. Partindo do Arinos, alcança o Juruena, e dêste, passando ao Tapajós, aporta ao destino. Alcançava-se, pela terceira vez, o misterioso território do Aripuanã, batizando-se os principais acidentes encontrados: Cachoeira de São João da Barra, onde perderia a vida e seria sepultado o seu descobridor numa segunda viagem empreendida; Salto Augusto, Canal do Inferno, Cachoeira da Misericórdia, etc.

Outras expedições se sucederam, estimuladas pela isenção de todos os direitos, por 10 anos, que lhes outorgara a Carta Régia de 14 de setembro de 1815. No govêrno Maggesse, tristemente celebrizado pela deposição, é comissionado o tenente Antônio Peixoto de Azevedo, em 1820, para procurar novas rotas de mais fácil acesso, ensejando-lhe contacto com os índios "apiacás", que soube atrair, trazendo de regresso até Cuiabá um de seus caciques, acompanhado de mais sete indígenas. "Eram de média estatura, porém bem proporcionados". Tornando-se amigos dos exploradores, foram-lhes de grande valia daí por diante, quando a navegação pelo rio Arinos tornou-se habitual, substituindo a que era feita antes pelo rio Guaporé, até a abertura do rio Paraguai à navegação internacional.

O vulto verdadeiramente notável das permutas com o Estado do Pará teve como conseqüência o estabelecimento de uma colônia militar no Salto Augusto, para atração dos índios e abastecimento dos navegantes.

O ciclo extrativo da borracha, tal como aconteceu no Amazonas, viria propiciar ensejo aos paraenses de penetrarem os seringais do Alto Tapajós e do São Manoel, sôbre os quais o estado de Mato Grosso avocava direito de posse. Surgem na oportunidade os primeiros conflitos fiscais, emaranhando-se os dois estados no cipoal de pretensões antagônicas. A princípio, Mato Grosso pleiteava que fôssem as suas raias estabelecidas pelos "rios Três Barras, desde a confluência Tapajóz, Cariahy, Fresco, affluente do Xingú, Aquiqui, affluente Araguaya", de acôrdo com o telegrama do presidente Antônio Cezário, de 7 de outubro de 1898, a Flávio Augusto de Matos, chefe da comissão mato-grossense junto ao govêrno do Pará. Ao impugnar semelhante proposta, o representante paraense diligenciou por "demonstrar a inconveniencia da adopção de todo S. Manoel como linha divisoria", de cuja margem esquerda não poderia desistir, pois que já se achava "povoada até o Salto das Sete Quedas, por paraenses". "Em contraproposta, recuou a linha lindeira para o Norte, ao traça-la pelo "rio S. Manoel, desde a sua confluência no Tapajóz, até o Salto das Sete Quedas; uma recta deste salto às nascentes do Tapirapé; este rio, desde as suas origens, até a sua confluencia no Araguaia", proposta esta recusada pelo govêrno de Mato Grosso. Na impossibilidade de um entendimento a despeito, é dissolvida a comissão mato-grossense, regressando a Cuiabá o seu delegado, Flávio Augusto de Matos, que logo após seria bàrbaramente sacrificado na baía do Garcez, em 1892, no encerramento do episódio tenebroso da revolução de Ponce.

Em 7 de novembro de 1900, finalmente, no Rio de Janeiro, as delegações dos dois Estados firmaram o convênio de limites, fundamentado na primeira contraproposta paraense, homologando-o o Congresso Nacional, pelo Decreto n.º 3 679, de 8 de janeiro de 1919, de acôrdo com o projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Diplomacia do Senado Federal. Desta forma estabeleceram-se as raias setentrionais do território que hoje constitui o município de Aripuanã.

Pelo que se deduz do escôrço acima delineado, das questões de limites e jurisdição sustentadas por Mato Grosso e seus vizinhos, a penetração do município de Aripuanã e a conseqüente exploração extrativa ali desenvolvida couberam aos habitantes vindos do norte, na sua maioria nordestinos, tão logo se entremostrou vantajosa a colheita da *hevea*, de que se tornavam ávidas as indústrias manufatureiras dos alienígenas.

A partir da última década do século XIX, subiam as comitivas o Tapajós, dispersando-se pelos seus afluentes em busca da borracha, nas épocas propícias, refluindo aos pontos de partida com as igarités e batelões pejados ou sôltas às *bolas*, à deriva, correnteza abaixo. Dessarte, a população se apresentava ora mais densa, ora extremamente rarefeita, flutuando de acôrdo com os períodos de safra e repouso obrigatório concedido às árvores para aprovisionamento do látex, na entressafra.

Restringiam-se as autoridades mato-grossenses ao usufruto dos resultados da ação fiscal desenvolvida pela Delegacia Fiscal do Norte, e os diversos postos controladores disseminados na linha divisória com os estados vizinhos, na arrecadação dos direitos de exploração e das taxas de exportação da borracha e de castanhas. Aos poucos, entretanto, começou o rio Roosevelt a atrair os seringueiros à fixação mais ou menos definitiva na zona ribeirinha, a relativo abrigo das incursões dos silvícolas, de onde partiam as estradas seringueiras, montando comércio e barracões coletores e iniciando as primeiras lavouras de sustentação. Vinha sendo mantida através de sucessivas administrações estaduais tal situação, quando, pelo Decreto n.º 154, de 30 de março de 1932, é criado o distrito de paz de Aripuanã, na comarca de Santo Antônio do Rio Madeira, e estabelecem-se seus limites, como ensaio à futura elevação a município, com autoridades próprias que melhor soubessem beneficiar-se da prodigalidade extrativa que era carreada para os estados Amazônicos, sem a compensação dos impostos devidos, cuja arrecadação era feita com grandes dificuldades, ensejando evasões de vulto. Por não satisfazer, entretanto, às condições mínimas legais da Lei de organização das unidades judiciárias e administrativas do Estado, o Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, extinguiu o distrito, anexando o seu território ao de Tabajara, do município de Alto Madeira (ex-Santo Antônio do Alto Madeira). A ausência de incremento povoador da região foi a causa da degradação do novel distrito. A fatalidade geográfica, entretanto, avisa aos dirigentes estaduais da necessidade de ser criado ali um organismo próprio de administração, a fim de refrear o ímpeto invasor dos amazônicos, de que resultou o Decreto-lei n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que restaurou o distrito e criou o município de Aripuanã, com território do município de Alto Madeira. Por fôrça do Decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, o município perdeu parte do seu único distrito, transferida para o de Tabajara, do município de Alto Madeira, anexado ao Território Federal de Guaporé (atual Rondônia). Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1944-1948, foi criado, com o novo município de Aripuanã, o têrmo de igual nome, subordinado à comarca de Cuiabá, situação essa mantida pelas subseqüentes alterações ocorridas na formação judiciária do Estado, até os tempos atuais.

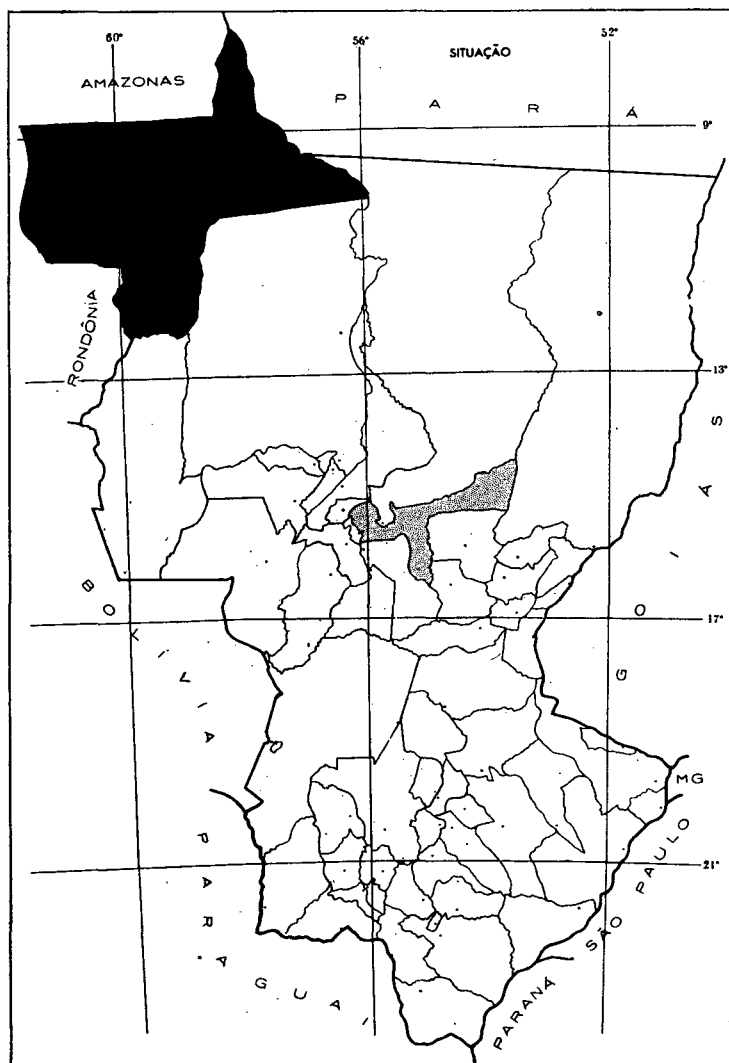
Não se verificou ainda nenhuma eleição municipal para a formação dos poderes Legislativo e Executivo do município. Os prefeitos têm sido de nomeação do govêrno do Estado. O primeiro dêles, credenciado pela experiência adquirida como funcionário da Delegacia Fiscal do Norte, Salustiano Alves Corrêa, pervagou o rio Marmelos, afluente do Madeira, em procura de lugar apropriado para a fundação da sede municipal. Lamentável acidente ocorrido na transposição da Cachoeira Paricá roubou-lhe a vida antes de efetivar o intento.

Posteriormente, foi escolhido o local denominado Angustura, situado à margem esquerda do Gi-Paraná ou Machado, afluente do Madeira, sem que, todavia, ali se concretizasse a fundação da sede, impedida pela retração do território pertencente ao município, para Leste, em benefício do território federal de Rondônia (aliás o local pertencia ao estado do Amazonas). Outras zonas foram então exploradas, optando-se finalmente pelo entreposto seringueiro de Panelas, à margem direita do rio Roosevelt, a 180 quilômetros, aproximadamente, da linha de limites com o Pará, onde oficialmente se estabeleceu a sede municipal, sob a denominação de Aripuanã.

Mais distante no tempo do que no espaço, acham-se a sede municipal e o próprio município divorciados da capital do Estado, só podendo ser atingidos através de Manaus (AM), em difíceis meios de navegação, em igarités ou barcos motores de pequeno calado, utilizados pelos seringueiros. Êsse percurso é sobremaneira dificultado pelos inúmeros saltos e rápidos existentes, transpostos sob precaríssimas condições de segurança para a vida humana e realizado mais ou menos de 3 em 3 meses por algumas emprêsas seringalistas. Ao todo, segundo relacionou em ofício à Divisão Técnica do Recenseamento a Inspetoria Regional de Estatística de Manaus, são vencidas 53 cachoeiras, saltos e rápidos para se atingir a sede municipal de Aripuanã, alguns dos quais batizados por nomes sugestivos e que refletem as peripécias a que se submetem os viajantes que ousam transpô-los. De tal sorte se torna difícil o seu acesso, tais as condições de inadaptabilidade do homem civilizado à mataria selvagem do município, que as administrações municipais, via de regra, se instalaram em Manaus, com ligeiras incursões à sede municipal, numa ou noutra quadra de navegação menos difícil.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na zona fisiográfica do Aripuanã, em plena selva amazônica, balizando ao norte as raias mato-grossenses com os estados do Amazonas e Pará, limitando-se ainda com o território de Rondônia, a Oeste, e os municípios de Mato Grosso, ao Sul, de Diamantino, a Sudeste e o de Chapada dos Guimarães, a Leste.

A sede municipal fica a 750 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, no rumo N.N.O. aos 85° 51' 00"

de latitude e 61° 18' 21" de longitude W.Gr., segundo a Sinopse Estatística do município de Aripuanã (I.B.G.E.--1948). O território do município acha-se situado entre os

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

seguintes pontos extremos, de acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia: 7° 19' 45" e 12° 22' 30" de latitude N. e S.; 55° 54' 15" e 61° 31' 15" de longitude E. e O., respectivamente.

ALTITUDE — É de 190 metros na sede municipal, colocando-a em 43.° lugar em ordem de altitude no estado de Mato Grosso. Não é conhecido o ponto culminante da comuna.

CLIMA — O município participa do clima equatorial. O regime de chuvas começa em setembro, terminando em fevereiro.

ÁREA — A área de Aripuanã é de 145 510 quilômetros quadrados, colocando-o em 3.° lugar entre os municípios de maiores extensões territoriais no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos de Aripuanã são os rios Roosevelt, Aripuanã, Juruena e Teles Pires ou São Manoel, e as inúmeras cachoeiras, algumas das quais de aspecto verdadeiramente imponente, rivalizando ou superando em beleza e potencial às mais portentosas do mundo, tal a de "Dardanelos" ou "Andorinhas", no rio Aripuanã, de quem Múcio Leão diz que "está localizada longe, muito longe, num lugar em que mesmo a nossa imaginação tem dificuldade de chegar", e que o Dr. Eramos Gnome, que a viu de perto, assim descreveu: "tomada a altura trigonométrica da cachoeira, de 130 metros, na linha vertical, afora os pequenos saltos de 3 a 5 metros de altura, os quais se formam na base, procederam-se as sondagens para determinar a secção transversal do leito do rio, acima poucas centenas de metros da cachoeira e seguidamente a velocidade da água, que resultou um metro por segundo, obtendo assim uma queda de 360 metros cúbicos por minuto. Tomando êsse volume como potência média, pode-se afirmar que, no inverno, a fôrça utilizável da cachoeira corresponde a 600 000 H.P.".

RIQUEZAS NATURAIS — O reino animal, embora não devidamente estudado, é rico em espécies que povoam a região Amazônica, sendo abundante a caça: anta, veado, paca, caititu, etc.

A ictiologia é extremamente rica em algumas espécies, como o pacu, pacupeba (pacu branco), dourado, surubim, matrinchã, etc.

No reino vegetal, a ocorrência da seringueira (*hevea brasiliensis*) se verifica em todo o município, onde igualmente é considerável a reserva florestal quase intocada, e os castanhais superficialmente explorados, como ramo subsidiário da indústria extrativa da borracha.

Do reino mineral, poder-se-á dizer apenas que tudo está por ser pesquisado; um dos seus Prefeitos, exatamente aquêle que lhe fixou a sede municipal, que a par da operosidade demonstrou espírito de observação digno de nota, constatou indícios reveladores de minério de ferro, silicatos, mica, diamante, giz e outros minerais.

POPULAÇÃO — O município de Aripuanã contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 2 038 habitantes, o que lhe dava 0,014 habitante por quilômetro quadrado, a menor densidade observada no Estado. Dessa população, 1 200 pessoas eram do sexo masculino e 838 do feminino, e estava assim distribuída: no quadro urbano, 49 homens e 40 mulheres, num total de 89 habitantes; no suburbano, 173 pessoas do sexo masculino e 159 do feminino, totalizando 332 domiciliados; e no quadro rural, 1 617 habitantes, dos quais 978 do sexo masculino e 639 do feminino. A zona rural concorria com 79,34% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os moradores apresentavam essa composição: brancos, 251 homens e 159 mulheres, num total de 410 pessoas; pretos, 132 do sexo masculino e 78 do feminino, totalizando 210 habitantes; e pardos, 799 homens e 587 mulheres ou seja um total de 1 386.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 445 homens e 156 mulheres, num total de 601 pessoas; casados, 637, dos quais 323 homens e 314 mulheres; desquitados e divorciados, 2 homens; e viúvos, 65 homens e 50 mulheres, totalizando 115 representantes.

Relativamente à nacionalidade, a população se decompunha em: brasileiros natos, 1 189 homens e 831 mulheres, num total de 2 020 habitantes; brasileiras naturalizadas, 3 mulheres; e estrangeiros, 11 indivíduos do sexo masculino, 4 do feminino, num total de 15 pessoas.

Segundo a religião, 1 166 homens e 815 mulheres, num total de 1 981, declararam-se católicos apostólicos romanos; 11 habitantes, dos quais 7 homens e 4 mulheres, protestantes; 2 homens disseram-se espíritas; sem religião havia 6 pessoas, das quais 3 homens e 3 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião, um total de 38 domiciliados, sendo 22 homens e 16 mulheres.

A cidade de Aripuanã, com 421 habitantes, sendo 221 do sexo masculino e 199 do sexo feminino, colocava-se em 34.º lugar, relativamente às 35 sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — Uma única aglomeração urbana possui o município — a sede municipal — com 421 habitantes, dos quais 222 homens e 199 mulheres, segundo o Censo Demográfico de 1950. A restante população municipal, extremamente instável, como já se procurou demonstrar, habita os "tapiris" levantados nas barrancas dos rios, de onde partem as estradas de seringueiros e castanheiros. Há de notar, entretanto, que a classificação da população em urbana e suburbana foi sumamente arbitrária, pois de fato a sede do município nem mesmo tem, até hoje, o rocio delimitado. A sua população fixa é exclusivamente a representada pelos órgãos administrativo e policial. O restante da população acha-se disseminado pelas barrancas dos rios, a partir de um quilômetro da sede.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está assentada exclusivamente na indústria extrativa da borracha e castanhas. A borracha contribuiu, em 1949, segundo o Censo Agrícola de 1950, com 286 das 776 toneladas extraídas em todo o Estado. Nessa ocasião, foram arroladas, no município, apenas 5 propriedades rurais, uma única das quais pertencente a particulares, com 39 129 hectares, e 4 a entidades públicas, com áreas desconhecidas, ocupadas igualmente por particulares, tôdas elas de indústria extrativa. A área cultivada com gêneros de consumo próprio era inferior a 5 hectares.

Os efetivos pecuários eram quase nulos, tendo sido registrados 42 bovinos, inclusive animais de trabalho em sua maioria, 2 eqüinos e 8 muares de trabalho e de sela, 133 suínos e 204 galináceos.

Nenhum estabelecimento industrial foi registrado naquela época.

De acôrdo com os elementos disponíveis no Tesouro do Estado, a produção extrativa no município de Aripuanã, em 1956, foi de 2 841 mil cruzeiros, sendo 2 769 mil cruzeiros em borracha fina, 17 mil cruzeiros em sernambi, 45 mil cruzeiros em caucho e 10 mil em peles silvestres.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio varejista é atividade paralela à indústria extrativa da borracha, exercido pelos transportadores do produto para Manaus (AM) e pelos seringalistas que mantêm armazéns que abastecem os extratores. Dessas mesmas fontes se socorrem o resto da população.

MEIOS DE TRANSPORTE — Aripuanã está completamente desligado da capital do Estado e das cidades vizinhas, pelo território mato-grossense. A sede municipal pode ser atingida, via Manaus (AM), por deficientes, perigosos e problemáticos meios de transporte fluvial. Desta forma é que tem sido mantida, precàriamente, a comunicação da capital com o município.

ASPECTOS URBANOS — Aripuanã é uma cidade que ainda não foi construída. Compõe-se de casas ou "tapiris" primitivos, com cobertura de côlmo (e não raramente do mesmo material são feitas as paredes), que se levantam à feição do terreno, sem os devidos requisitos que caracterizam os aglomerados urbanos. Em 1948, fóram construídas as primeiras edificações, ligeiramente melhoradas, para a sede do Executivo, algumas residências para o pessoal a serviço da Prefeitura e para o destacamento policial, e uma casa onde deveria funcionar uma escola pública, até hoje não provida de professor.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, o município de Aripuanã contava com uma população de 1 758 pessoas de 5 anos e mais, sendo 1 047 do sexo masculino e 711 feminino. Dêsse total, 271 sabiam ler e escrever, sendo 197 homens e 74 mulheres; 1 487 pessoas, das quais 850 homens e 637 mulheres, declararam-se analfabetas.

Estavam localizadas na sede municipal 344 pessoas (185 homens e 159 mulheres); 51 do sexo masculino e 25 do feminino, totalizando 76, sabiam ler e escrever; e 134 homens e igual número de mulheres, totalizando 268 pessoas, declararam-se analfabetas.

Proporcionalmente à população do município (2 038 pessoas de tôdas as idades e 1 758 de 5 anos e mais), o grupo de alfabetizados representava pouco mais de 13% sôbre o total e pouco mais de 15% relativamente ao grupo de idade de 5 anos e mais.

No que diz respeito à sede municipal (421 pessoas de tôdas as idades e 344 de cinco anos e mais), as percentagens eram de 18% e 23%, respectivamente.

Ensino — Não foi ainda introduzido no município o ensino fundamental comum, dadas as dificuldades até hoje não contornadas para a fixação ali de professôres, quer estaduais, quer municipais ou particulares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período financeiro 1954--1956, verificou-se o seguinte movimento:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	...	...	...	...
1955	—	...	1 126	138	855
1956	—	...	786	152	735

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Em que pese a ausência de representante da Igreja no município, a quase totalidade da população é católica apostólica romana, manifestando sua crença através de comemorações religiosas em homenagem aos tradicionais Santo Antônio, São Pedro, São João, Santa Cruz, etc., com rezas promovidas pelo povo, em suas casas.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Com exceção das inúmeras cachoeiras, uma das quais teve pequeno escôrço descritivo na parte histórica do município, os seus demais aspec-

tos, possìvelmente dignos de atrair turistas, são completamente desconhecidos. É fora de dúvida, entretanto, que nenhum outro município mato-grossense oferece tão vastos e fascinantes motivos de atração àqueles que, aliados aos pendores turísticos, possuam temperamento de aventura e espírito científico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos habitantes do lugar dá-se a denominação de "aripuanenses". Aripuanã é topônimo indígena e foi atribuído ao município em virtude de assim ser designado um de seus rios, à margem do qual se supôs haver sido localizada a sede municipal, conforme erradamente registra o mapa geral do Estado, da Comissão Rondon. É têrmo de comarca de Cuiabá, não possuindo ainda em funcionamento nenhum cartório de Paz e nem eleitorado próprio.

No último decênio, não se modificaram, visìvelmente, suas condições econômicas, face à permanência do modo de ser instável e flutuante da população e aos apoucados recursos do govêrno Estadual para o incremento de sua colonização.

BARÃO DE MELGAÇO — MT

Mapa Municipal na pág. 83 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Não são conhecidos os primórdios da povoação do município de Barão de Melgaço. Sabe-se, entretanto, que já em 1750, existiam moradores que em ambas as margens do rio Cuiabá se dedicavam à agricultura de manutenção e à pesca, sendo provável que de comêço nada mais fôsse senão ponto de pouso das monções que, subindo o rio, damandavam as minas de ouro descobertas nas margens lendárias do córrego Prainha, onde se levantaram as primeiras casas que deram origem à fundação de Cuiabá. Segundo o Barão de Melgaço, o primeiro morador a se fixar, onde mais tarde seria localizada a cidade, foi um tal Lourenço Tomé, que ali morou por muitos anos, cuidando de pequena roça, com sua mulher e dois filhos.

O nome do município projeta-se na história mato-grossense por ocasião da investida paraguaia em conquista do pantanal, quando Augusto João Manuel Leverger, mais tarde Barão de Melgaço, para ali se deslocou com um contingente de fôrças armadas, constituindo em local apropriado fortificações que certamente abateriam o ímpeto invasor, caso se aventurasse até aquela privilegiada posição defensiva.

Na última década do século passado e na primeira do atual, o município se transformou em feudo político da família Paes de Barros, com ruinoso reflexo na vida da população que, via de regra, se mantinha em armas para assegurar aos seus componentes o prestígio de régulos feudais.

A vila de Melgaço atravessou todo êsse período relativamente estacionário. O mesmo não acontecia com a zona do "campo-fora", onde se multiplicavam as propriedades e a criação de gado vacum se desenvolvia animadoramente com a introdução de espécimes zebueiros, que modificaram em poucos anos os caracteres raquíticos do "tucura" pantaneiro. Ainda hoje, a sede do município não se desenvolveu como devia, constrangida entre o rio Cuiabá e o brejo que a espreita. O rocio da atual cidade de Barão de Melgaço foi doado pelo Cel. Antônio Paes de Barros e sua mulher, D. Úrsula de Oliveira Paes de Barros, e media 2 léguas de frente para o rio Cuiabá e 2 léguas de fundo. Essa doação, entretanto, que foi feita por escritura pública, não impediu que a área fôsse retalhada posteriormente em várias propriedades de forma que hoje o território é muito menor.

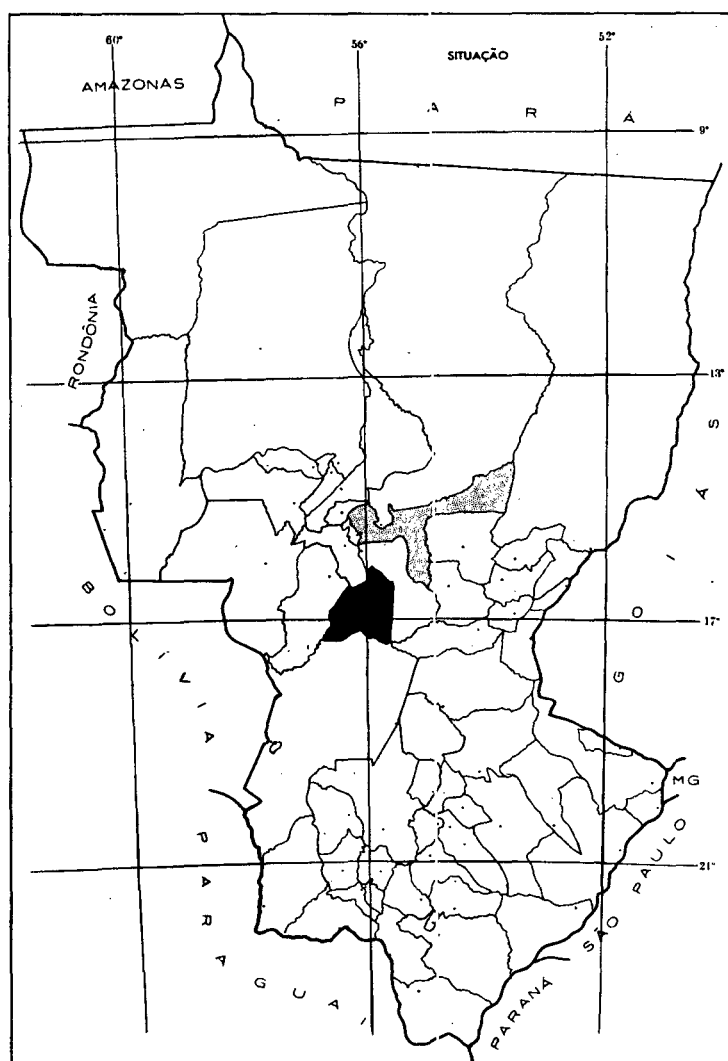
A Paróquia de Melgaço foi criada por fôrça da Lei estadual n.º 178, de 2 de abril de 1897, com sede na vila do mesmo nome. Pela mesma lei foram estabelecidos os seus limites. De acôrdo com a Lei provincial n.º 11, de 26 de agôsto de 1835, o seu território passou a integrar o distrito de Santo Antônio do Rio-Abaixo, criado pela mesma lei, com área desmembrada do município de Cuiabá, e a êste subordinando-se. Passou a constituir o município de Santo Antônio do Rio-Abaixo por efeito do Decreto estadual n.º 22, de 4 de julho de 1890, e da Lei estadual n.º 211, de 10 de maio de 1899, com área desmembrada do de Cuiabá. De acôrdo com a divisão territorial do Estado, datada de 31 de dezembro de 1936, Melgaço foi elevado a distrito de Paz, sob a denominação de Barão de Melgaço, tendo parte de seu território desmembrada para a formação de um novo distrito — Santo Antônio da Barra —, ambos pertencentes ao município de Santo Antônio do Rio-Abaixo. O Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, simplifica-lhe o topônimo para Melgaço, sua designação anterior, bem como dá novo topônimo ao distrito de Santo Antônio da Barra, que passa a ser chamado Joselândia. Tem novamente sua designação modificada pela Lei estadual n.º 132, de 30 de setembro de 1948, que lhe deu a denominação de Chacororé. Finalmente passa a denominar-se Barão de Melgaço, pela segunda vez, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixa o quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953. O município foi criado pela Lei estadual n.º 690, de 12 de dezembro de 1953, com área desmembrada do de Santo Antônio de Leverger.

Segundo o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 1 738, de 30 de dezembro de 1953, o município compreende os distritos da sede (Barão de Melgaço) e Joselândia. Pelo mesmo decreto-lei passa a vila de Barão de Melgaço à categoria de cidade e sede do município de igual

Vista parcial

nome, situação essa mantida pela Lei estadual n.º 370, de 30 de julho de 1954, que retifica as leis que modificaram o quadro territorial do Estado. Foi sede do município de Santo Antônio do Rio-Abaixo, de 25 de março de 1902 (Resolução n.º 315), até 3 de agôsto de 1906 (Resolução número 447). É têrmo da comarca de Santo Antônio de Leverger. Sua instalação como município deu-se em 13 de março de 1954, sendo o seu primeiro Prefeito, por fôrça de Lei, o Senhor Manoel da Silva Taques. O primeiro govêrno eleito foi instalado em 31 de janeiro de 1955, tendo como Prefeito o Senhor Ciro Siqueira Gonçalves. A Câmara Municipal constitui-se de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Barão de Melgaço está situado na Zona Fisiográfica do Pantanal, à margem esquerda dos rios Cuiabá e São Lourenço e direita do rio Itiquira, que lhe dão os contornos oeste e sul.

Limita-se com os municípios de Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Corumbá e Itiquira.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade fica a 185 quilômetros da capital do Estado, via fluvial, pelo rio Cuiabá, não sendo conhecidas as suas coordenadas geográficas. O município, entretanto, situa-se entre os seguintes pontos extremos: 16° 07' 45" e 17° 21' 15" de latitude N. e S.; 55° 32' 15" e 56° 43' 30" de longitude E. e O.

ALTITUDE — Com 132 metros na sede municipal, decaindo suavemente à proporção que penetra o pantanal mato-grossense, é o 53.º município em ordem de altitudes no estado de Mato Grosso.

CLIMA — A comuna possui clima tropical úmido do pantanal. As chuvas ocorrem com abundância no período de novembro a março, não raro se estendendo até abril e maio, sendo de maior intensidade as verificadas em janeiro.

ÁREA — A área do município é de 10 760 quilômetros quadrados, figurando no 25.º lugar em relação às áreas das demais comunas mato-grossenses, e representando 0,82% da superfície do Estado. Sua densidade demográfica, segundo estimativa da população estadual, efetuada pelo Departamento Estadual de Estatística, é de 1,26 habitantes por quilômetro quadrado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o complexo do pantanal que empolga a totalidade do município. Dentro dêsse complexo, merecem distinção ainda os seguintes rios: Cuiabá, São Lourenço e Itiquira, como os que apresentam cursos mais extensos e maior volume de água. Baías de Chacorooé, Buritizal, Recreio e do Padre. Em relação à primeira, de aspectos de realçante beleza e águas encrespadas como de um mar mediterrâneo, ao soprar da mais leve brisa, conta-se a lenda de que remotamente, em seu meio, sossobrou uma embarcação, que transportava, em missão precatória, um bando de esmoleiros com a bandeira do Senhor Divino, perecendo todos os seus componentes. Daí em diante, na mesma data do evento, emerge da baía, empunhada por mão poderosa, a bandeira do Espírito Santo, para em seguida submergir tragada pelo ondular precipitado das águas.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, conta o município com apreciável reserva de pedra calcária e granito para calçamento, hoje inexploradas, mas que já abasteceram com exclusividade tôda a zona, inclusive a capital do Estado, cujas ruas, na sua maioria, têm o calçamento de paralelepípedos dessa procedência.

No reino vegetal, abundam as espécies de madeiras típicas do pantanal e das matas ribeirinhas. Já com freqüência ocorrem os aglomerados de buritis, aformoseando a paisagem monótona do pantanal. O capim "mimoso", que

Outro aspecto parcial

Vista parcial

deu nome a uma extensa zona de criação de animais cavalares, é a mais rica pastagem do município.

Respondem pela maior riqueza animal os rios Cuiabá e São Lourenço, com as variadas espécies de pescados, desde a diminuta "piquira", que arriba em cardumes incrìvelmente numerosos, como um aglomerado de folhetas prateadas, fornecendo o mais apreciado azeite, até o jaú-dos-poções, sòmente "ferrados" pelos mais destemidos pescadores.

É abundante a caça, especialmente a capivara que, pela valorização de sua pele, estêve em certa época ameaçada de extermínio. São aves representativas do município a ema e a anhuma.

POPULAÇÃO — Os distritos de Barão de Melgaço e Joselândia, que até 1953 integravam o município de Santo Antônio do Leverger, e hoje constituem o de Barão de Melgaço, contavam, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 11 850 habitantes, sendo que 6 269 eram do sexo masculino e 5 581, do feminino. Segundo o domicílio, assim se distribuíam: no quadro urbano, 308 homens e 318 mulheres, num total de 626 habitantes; no suburbano, 469 pessoas do sexo masculino e 403 do feminino, totalizando 872; e no quadro rural, 10 352 residentes dos quais 5 492 do sexo masculino e 4 860 do feminino. A zona rural concorria com 87,36% para a população total de ambos os distritos, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Essa população classificava-se do seguinte modo: no distrito de Barão de Melgaço, 433 pessoas habitam a vila e 6 648, a zona rural; no de Joselândia, há 1 065 moradores na vila e 3 704 na zona rural.

Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, para 31 de dezembro de 1956, atribuíam ao município .... 13 522 habitantes, ou seja, 2,10% sôbre a população do Estado, apresentando uma densidade demográfica de 1,26 habitantes por quilômetro quadrado, e colocando-se em 16.º lugar entre as demais comunas mato-grossenses.

Aglomerações Urbanas — São duas as aglomerações urbanas do município: a cidade de Barão de Melgaço e a vila de Joselândia, com as populações já descritas. Conta com os seguintes povoados, de acôrdo com levantamento realizado pela Agência Municipal de Estatística, em 1944: Estirão Comprido, distante da sede municipal 18 quilômetros, com 90 moradias e 500 habitantes; Uacurutuba, afastado 90 quilômetros, com 60 residências e 250 pessoas; Mutum, a 36 quilômetros, com 45 casas e 200 indivíduos; Capivara, retirado 180 quilômetros, com 40 prédios e 180 residentes; Couto Magalhães, colocado a 150 quilômetros, com 25 vivendas e 160 representantes de ambos os sexos; Colônia Izabel, distante 100 quilômetros, com 30 moradas e 150 habitantes, e Biguasal, a 80 quilômetros, com 35 domicílios e 150 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está vinculada preponderantemente à atividade pecuária, situando-se em 2.º e 3.º lugares, pela importância econômica, a indústria de transformação e a agricultura, como se pode observar pelos dados de 1956, coletados pela Agência Municipal de Estatística, para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura:

1) Efetivos pecuários — bovinos, 100 000 cabeças, no valor de 150 milhões de cruzeiros; eqüinos, 20 000 cabeças, representadas por 24 milhões de cruzeiros; muares, 10 000 cabeças, correspondendo a 30 milhões de cruzeiros, e suínos, 10 000 cabeças, avaliadas em 5 milhões de cruzeiros, num total de 209 milhões de cruzeiros.

2) Indústria de transformação — aguardente com .. 94 000 litros, no valor de 1 410 mil cruzeiros; açúcar, ... 112 000 quilogramas, expressos por 1 120 mil cruzeiros; rapadura, 30 000 quilogramas, equivalendo a 60 mil cruzeiros, e de farinha de mandioca, 24 000 quilogramas, estimados em 108 mil cruzeiros, num total de 2 698 mil cruzeiros.

3) Produção agrícola — abacaxi, 3 000 frutos, no valor de 15 mil cruzeiros; abóbora, 3 600 frutos, valendo 9 mil cruzeiros; alho, 2 700 quilogramas, orçados em 6 mil cruzeiros; arroz com casca, 120 000 quilogramas, calculados em 400 mil cruzeiros; batata-doce, 17 000 quilogramas, correspondendo a 26 mil cruzeiros; cana-de-açúcar, 10 000 toneladas, representadas por 1 500 mil cruzeiros; cebola, 1 500 quilogramas, exprimindo 30 mil cruzeiros; feijão, .. 9 000 quilogramas, valendo 67 mil cruzeiros; mandioca, 110 toneladas, estimadas em 115 mil cruzeiros; melancia, 4 000 frutos, expressos por 8 mil cruzeiros; milho em grão, 60 000 quilogramas, no valor de 100 mil cruzeiros, e banana, 20 000 cachos, equivalendo a 300 mil cruzeiros, num total de 2 633 mil cruzeiros.

Vista parcial

Escola Coronel Antônio P. de Barros

Em 1955, o Registro Industrial arrolou 15 estabelecimentos, dos quais 2 se dedicavam à indústria de transformação de minerais não metálicos, 12 à indústria de produtos alimentares, e 1 à indústria do fumo, totalizando uma produção cujo valor declarado foi 2 480 mil cruzeiros.

A indústria de produtos alimentares contribuiu com Cr$ 2 104 000,00, ou seja, 85% do total.

Em dois fatôres preponderantes empeça o desenvolvimento da pesca no município, em escala econômica: falta de mercado consumidor próximo para o produto fresco, e transportes frigoríficos para sua exportação. Apesar dêsses óbices, sempre que o tráfego rodoviário o permite, há regular exportação para o mercado da capital do Estado. O levantamento feito pela Agência Municipal de Estatística para o Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, sôbre o pescado em 1956, apenas abrangeu a produção do peixe salgado e sêco ao sol, em grande parte produzido no pantanal, no período da alagação, e negociado nas barrancas do rio Cuiabá, nos embarcadiços das emprêsas de navegação e destinado a Corumbá e à capital do Estado. O produto atingiu 12 toneladas, no valor de 240 mil cruzeiros.

Quanto ao peixe fresco, por ser a pesca atividade subsidiária e sem fim lucrativo de grande parte da população do município, e destinada a consumo próprio, escapa a qualquer contrôle. O seu volume e importância são apreciáveis, por constituir a base alimentar de quase tôda a população, principalmente a ribeirinha.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão estabelecidos na cidade 2 comerciantes simultâneamente atacadistas e varejistas, e 8 dêsse último tipo, exclusivamente. Em todo o município, mais de 40 pequenas casas de comércio negociam no ramo de varejo. As transações locais se realizam com as praças de Cuiabá, Corumbá e eventualmente com a de São Paulo. O único produto exportável é o gado em pé para abastecimento de outros municípios, notadamente Cuiabá, e para as invernadas do estado de São Paulo. Não há nenhum estabelecimento de crédito.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por tôdas as embarcações que fazem a linha Corumbá—Cuiabá, sendo a navegação fluvial o seu principal meio de transporte, quer ela se processe por embarcação a vapor ou canoa impulsionada a remo. Essa modalidade de se locomover é tradicional e única entre a quase totalidade da população ribeirinha.

Liga-se às comunas vizinhas pelos seguintes meios de transportes: Corumbá: fluvial, 780 quilômetros; Itiquira — misto: a) fluvial até Santo Antônio do Leverger, 145 quilômetros ou até Cuiabá, 185 quilômetros, e b) rodoviário, a partir de Santo Antônio do Leverger, 469 quilômetros ou a partir de Cuiabá, 432 quilômetros; Nossa Senhora do Livramento — misto: a) fluvial, até Santo Antônio do Leverger, 145 quilômetros ou até Cuiabá, 185 quilômetros, e b) rodoviário, a partir de Santo Antônio do Leverger, 85 quilômetros ou a partir de Cuiabá, 48 quilômetros; Poconé: misto: a) fluvial, até Santo Antônio do Leverger, 145 quilômetros ou até Cuiabá, 185 quilômetros, e b) rodoviário, a partir de Santo Antônio do Leverger, 161 quilômetros ou a partir de Cuiabá, 124 quilômetros; Santo Antônio do Leverger — fluvial, 145 quilômetros.

Possui a sede municipal uma Agência Postal Radiotelegráfica da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, que se comunica com a capital do Estado.

A cidade é sede de uma emprêsa de navegação constituída de um barco a vapor com lotação para 20 passageiros e capacidade total de 30 toneladas de carga, fazendo irregularmente a linha de Barão de Melgaço a Santo Antônio do Leverger. O município é servido por 6 campos de pouso para táxis-aéreos, dos quais um está situado na sede, pertencendo à Prefeitura Municipal, e os demais, particulares, localizados nas fazendas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barão de Melgaço, com a população estimada em 600 habitantes, conta com 4 logradouros públicos, sem nenhum tipo de pavimentação, arborização ou ajardinamento. Não possui luz elétrica e nem água canalizada, sendo o próprio rio Cuiabá a fonte abastecedora para todos os fins.

Município novo, que ainda não pôde organizar eficientemente o seu serviço de arrecadação, não tem ainda os órgãos Legislativo e Executivo instalados em edifício próprio ou adequado.

Existe uma capela pública cuja conservação tem sido mantida pelo povo, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo resultados do Censo de 1950, as sedes distritais de Barão de Melgaço e Joselândia, então integrantes do município de Santo Antônio do Leverger, possuíam 1 197 pessoas pertencentes ao grupo de idades de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 372 (31%) e eram analfabetos 825 (69%).

Ensino — De acôrdo com os principais resultados no fim do primeiro mês letivo do ano de 1956, apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o ensino primário fundamental comum era administrado por 16 escolas pú-

blicas estaduais e 1 escola pública municipal, que registraram em conjunto 614 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 (primeiro ano de autonomia administrativa do município) a 1956, as finanças públicas apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual (1)	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	—	517	47	517
1955.......	—	139	577	80	552
1956.......	—	542	813	180	693

(1) Não tinham sido ainda instalados os órgãos arrecadadores dos governos federal e estadual, sendo que êste último o foi em 1955.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem ainda os vestígios das fortificações levantadas pelo Barão de Melgaço, por ocasião da guerra do Paraguai, na ponta do morro de Melgaço, a 500 metros da cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São de caráter religioso as principais manifestações populares: as festas de São João, Santo Antônio e as da padroeira do lugar, Nossa Senhora das Dores; as duas primeiras nos dias a êles consagrados e a última em data móvel. Com exceção desta, que movimenta a população campestre do município, as demais têm caráter local.

VULTOS ILUSTRES — Estêvão de Mendonça (25 de dezembro de 1869 — 2 de dezembro de 1949). Nascido em Santo Antônio da Barra, distrito de Barão de Melgaço. Filho de João Anastacio Monteiro de Mendonça e Hermenegilda Maria das Dores de Mendonça, foi criado por seus tios Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça e Maria da Conceição Monteiro de Mendonça. Iniciou sua vida pública em 1891, como praticante do Correio de Cuiabá, tendo solicitado exoneração em dezembro de 1895, já oficial. Verdadeiro autodidata, funda em 1896, com seu primo Nuno de Mendonça Sobrinho, o Colégio Augusto Leverger, que existiu por pouco tempo. Dedica-se ao culto de Leverger, fazendo-se divulgador e seu paladino, participando de tudo quanto se realizou em sua memória. Em 1889, surgem as suas primeiras colaborações jornalísticas na "A Tribuna", de Custódio Alves Ferreira. Nesse mesmo ano erige a fôlha literária "A Vespa". Desde então, é assíduo colaborador de todos os jornais que surgiram em Cuiabá. Em 1905 funda, com Antônio Fernandes de Sousa, o "Arquivo", destinado à divulgação de documentos históricos e geográficos. Era sócio correspondente das seguintes instituições: Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, Instituto Histórico de São Paulo, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto Histórico de Sergipe, Instituto Histórico de Alagoas, Instituto Histórico Brasileiro, Sócio fundador da Academia Mato-grossense de Letras, tendo ocupado a cadeira cujo patrono é Augusto Leverger. Sócio da Sociedade Capistrano de Abreu. Sócio fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso. Professor efetivo mediante concurso, da cadeira de

Cais do Pôrto

História e Geografia do antigo Liceu Cuiabano, hoje Colégio Estadual de Mato Grosso. Como colaborador da administração estadual, exerceu as mais variadas funções, com inegável proficiência. Propositadamente infenso à política, por várias vêzes recusou sua indicação para deputado estadual, tomando como suas as palavras de Augusto Leverger: "Ou a política não me serve ou eu não sirvo para a política". Em idade provecta, faleceu em Cuiabá, entre seus livros, a 2 de dezembro de 1949.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Fonte termal da Baía do Frade.

"Mana do flanco do morro, de que se abeira a baia do Frade, cerca de uma legua do porto Tamandaré, no rio Cuiabá. A analyse das aguas, feita pelo Dr. Amadée, em 1852, acusou:

Hydrochlorato de ferro	2,85
" " manganês	2,00
" " magnésio	2,50
" " cal	0,50
" " alumínio	0,30
Silícea	0,05
Água pura	992,80
	1 000,00"

O Dr. O. Netto, que a examinou *in loco*, achou-lhe as águas pouco mineralizadas, embora radioativas, e de 42°C de temperatura, dando pequena descarga de 1 000 litros por hora. Acha-se em completo abandono, com a descarga bastante reduzida.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem o nome de "melgacianos".

É têrmo da comarca de Santo Antônio do Leverger, compreendendo os distritos administrativos de Barão de Melgaço e Joselândia, ambos providos de Cartório de Paz.

Nos últimos anos, apresentou acentuando índice de progresso no ramo das atividades pecuárias, com o povoamento de várias antigas propriedades desde muito esquecidas. Algumas delas possuem modernas construções para moradias, dotadas de todo confôrto, como seja, iluminação elétrica, água encanada, campo de pouso, etc. São procuradas pelos familiares para repouso e caçadas.

BARRA DO BUGRES — MT

Mapa Municipal na pág. 59 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Antigo distrito de Cáceres, a história do povoamento de Barra do Bugres está intimamente ligada à daquele município, que teve início com as penetrações levadas a efeito no rio Paraguai pelas primeiras bandeiras que subiram o grande rio até suas cabeceiras, e, posteriormente, a fundação de Vila Maria, que iniciou, efetivamente, o povoamento da extensa zona que compreendia aquela parte da capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

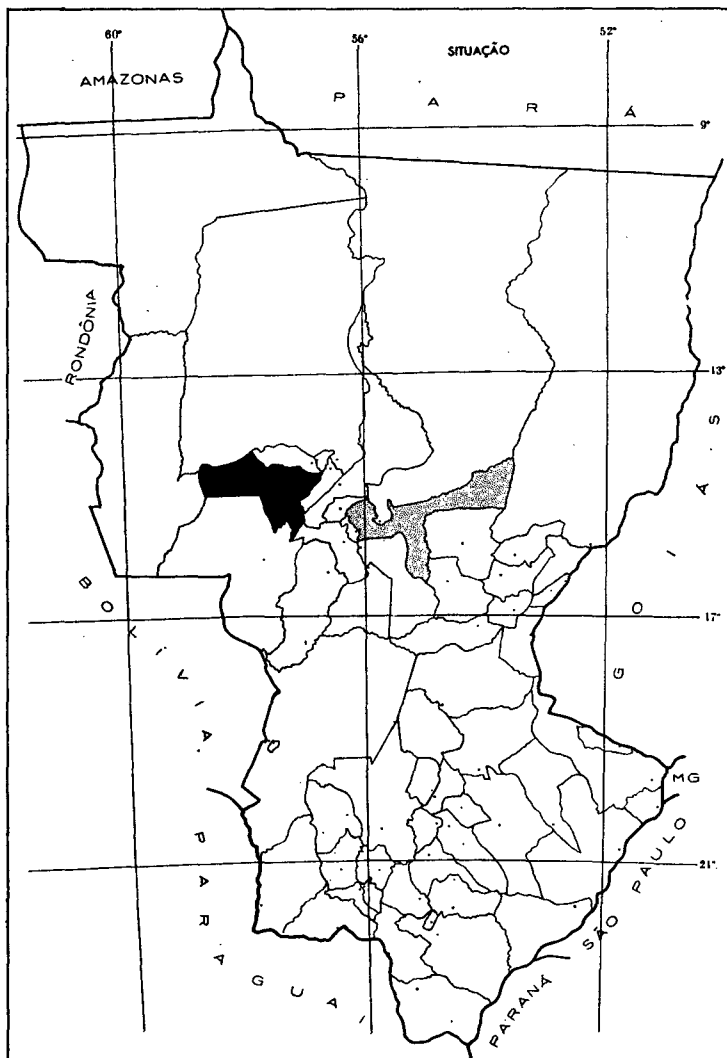
Se Cáceres evoluiu frenèticamente, graças aos cuidados que lhe dispensou o Capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4.º Governador da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, o mesmo não aconteceu com a região que hoje compreende o município de Barra do Bugres, que ficou isolada, sem mesmo ter as vantagens que decorriam da Estrada Pioneira Vila Bela da Santíssima Trindade — Cuiabá. Sòmente em 1878, mais ou menos, chegaram os primeiros povoadores da zona onde se plantariam, mais tarde, os fundamentos da atual cidade de Barra do Bugres. Naquele ano, chegou ali Pedro Torquato Leite da Rocha, procedente de Cuiabá, acompanhado de familiares. Ergueu rancho, iniciou o cultivo de produtos de subsistência, e cuidou de explorar as cercanias do local, em busca da preciosa poaia, com resultados satisfatórios, o que determinou a sua fixação no local escolhido para o primeiro rancho. Um ano depois, precisamente em 1879, chegava ali Pascoal de Oliveira Pombal, que, como o seu predecessor, trazia consigo familiares e camaradas poaieiros. E assim continuou o povoamento de Barra do Bugres, engrossado com a chegada de Nicolau Gomes da Cruz, Major José Cassiano Corrêa, Capitão Tibúrcio Valeriano de Figueiredo (ex-combatentes na guerra do Paraguai), e, finalmente, Manoel de Campos Borges. O fim era um só: encontrar a ipecacuanha que, já naquela época, alcançava bom preço no comércio consumidor. Entretanto, sentiram a necessidade de melhorar os ranchos erguidos apressadamente. Iniciaram, assim, a exploração de madeira de lei, abundante na região, instalaram serrarias, firmando, desta maneira, o núcleo inicial. Depois dos fundadores, chegaram, ainda, o Coronel Frederico Josetti, Miguel Ourives e outros.

Em 1896, por fôrça da Lei n.º 145, de 8 de abril, é criada a paróquia de Barra do Rio dos Bugres, assim denominada em virtude de a barra daquele rio no Paraguai ficar situada justamente a poucos metros da povoação, topônimo, aliás, escolhido pelos seus primeiros povoadores. A nova paróquia foi incorporada ao então município de São Luís de Cáceres. A evolução do povoado teve como esteio a intensa procura da poaia, que transformou, relativamente em pouco tempo, aquela selvagem região num adensado núcleo humano, sempre acrescido por novos forasteiros que ali procuravam fixação. A Lei n.º 541, de 13 de junho de 1910, da Assembléia Legislativa do Estado, autoriza o Executivo a desapropriar, "para servidão dos habitantes da Barra do Rio dos Bugres, 2 000 hectares de terras nos campos de propriedade de Manoel de Campos Borges", e o Decreto n.º 771, de 29 de julho de 1927, determinava fôsse reservada uma área de terras para patrimônio da povoação de Barra do Rio dos Bugres, no município de Cáceres. Continuava na categoria de distrito do município de Cáceres quando, pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, teve o seu topônimo alterado para Barra do Bugres. Entretanto, a crescente exploração das riquezas vegetais do distrito, cujos resultados, por falta de fiscalização, não chegavam ao conhecimento do Govêrno do Estado, determinou que êste, pelo Decreto n.º 348, de 10 de dezembro de 1940, criasse uma Coletoria de Rendas Estaduais no distrito de Barra do Bugres, órgão que foi instalado no dia 10 daquele mês, sendo empossado, como seu titular, Eliazário Arantes Joanhy de Souza. Na divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, a situação de Barra do Bugres continua inalterada, isto é, permanece como distrito do município de Cáceres. Finalmente, em 31 de dezembro de 1943, o Decreto-lei estadual n.º 545, que fixou o quadro administrativo e judiciário do Estado, para o qüinqüênio 1944-1948, criou o município de Barra do Bugres, com território desmembrado dos municípios de Diamantino, Cáceres e Rosário Oeste, compreendendo os distritos da sede e de Tapirapuã, e subordinando-o, como têrmo, à comarca de Cáceres. Em 19 de abril de 1944, foi instalado o novo município, assumindo o Govêrno municipal Alfredo José da Silva, nomeado pelo Govêrno do Estado, e empossado pelo então juiz de paz, José Gratidiano Dorilêo. Em 20 de janeiro de 1948, foram empossados os primeiros vereadores eleitos no município, ficando o Legislativo composto por Claret Otaviano Dias, Pedro de Campos Borges, Tito José Parada, Aureliano Maximiniano de Jesus, Amilcar Josetti, João Arantes de Souza e Antônio Lira Passos. No mesmo dia tomou posse o novo Prefeito Municipal, Joaquim Mariano de Miranda.

No quadro anexo ao Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixa a divisão territorial administrativa e judiciária do Estado para o período 1949-1953, o município de Barra do Bugres permaneceu sem alteração, cujo têrmo judiciário passou à subordinação da comarca de Rosário Oeste. Na divisão territorial referente ao qüinqüênio 1954-1958, Barra do Bugres sofreu mutilação do seu território em favor da criação do município de Arenápolis, criado pela Lei n.º 704, de 15 de dezembro de 1953. No quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial do Estado, o município de Barra do Bugres aparece como têrmo da comarca de Rosário Oeste, integrado pelos distritos de Barra do Bugres, Tapirapuã e Pôrto Estrêla. Atualmente o muni-

Prefeitura Municipal

cípio tem como Prefeito o Senhor José Ourives, empossado em 31 de janeiro de 1955, estando a Câmara Municipal composta de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na zona da encosta mato-grossense, participando da bacia do Paraguai, que o banha em grande extensão. Tem os seguintes pontos extremos: latitude N. — 14° 17' 45" e S. — 15° 36' 30"; e longitude E. — 56° 43' 00" e O. — 58° 42' 30". Limita-se com os municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Diamantino e Mato Grosso.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede municipal está levantada em frente à confluência dos rios Paraguai e Bugres, tendo a seguinte posição geográfica: latitude S. — 15° 03' 40" e longitude W.Gr. — 57° 11' 10". Dista da capital do Estado 127 quilômetros, em linha reta, no rumo O.N.O.

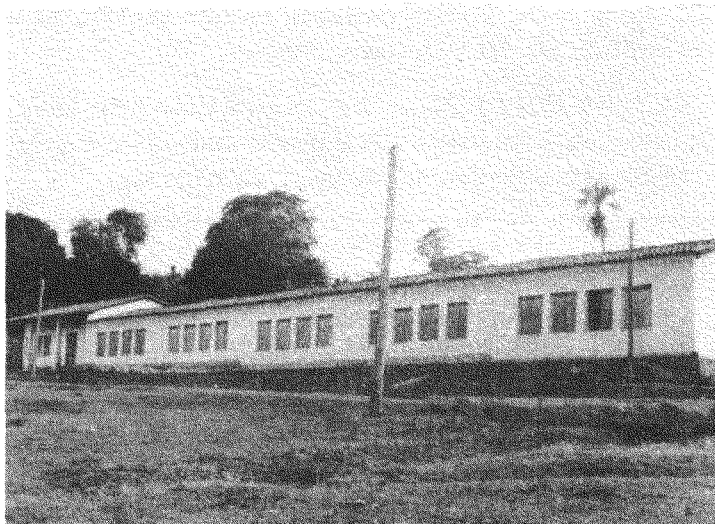
ALTITUDE — Está situada a 129 metros acima do nível do mar a sede municipal, colocando-se em 54.° lugar em relação às demais cidades do estado de Mato Grosso.

CLIMA — O município possui o clima do tipo tropical úmido; o seu período de chuvas tem início em maio, indo até junho, apresentando mais intensidade entre janeiro e março. Depois dêsse mês as chuvas são esparsas, situação que se prolonga até junho.

ÁREA — A região de Barra do Bugres possui uma área de 14 754 quilômetros quadrados, colocando-se em 20.° lugar em relação aos demais municípios do estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 1,13%.

Vista parcial

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Paraguai e Onça Negra, que estabelecem parte dos limites de Barra do Bugres com o município de Cáceres; o Jaucoara, linha divisória intermunicipal com Rosário Oeste e Nossa Senhora do Livramento; o Bugres que, juntamente com o Paraguai, banham a sede municipal; e mais, o Formoso, o Juba, o Tenente Lira, o Água Branca e o Jauru, afora inúmeros córregos e ribeirões que cortam o território do município em tôdas as direções. No rio Tenente Lira estão situadas duas importantes quedas d'água: a "Maciel" e a "Tenente Lira".

RIQUEZAS NATURAIS — Na extrativa mineral: areia e pedras para construção; barro para fabricação de telhas e tijolos; e ouro e diamante, atualmente em pequena exploração. No reino vegetal: borracha, lenha, madeiras de lei e ipecacuanha ou poaia, uma das maiores riquezas do município. Gabriel Pinto de Arruda assim descreve essa maravilhosa planta que tem seu habitat predileto no sombrio das matas úmidas, onde raramente o sol penetra: "O seu caule, em parte subterraneo, eleva-se a altura de palmo e meio, mais ou menos fora da terra e é quase quadrangular e ligeiramente pubescente na parte superior, que apresenta normalmente seis a oito folhas e as vezes mais, oppostas, curtamente pecioladas e ovaes, estreitando-se insensivelmente para a base, como nervos lateraes e quase glabros. As suas flores são pequeninas e pequeninos são também os seus frutos, roxos, reunidos em cachos, com sabor adocicado e um tanto vomitivo. As raizes, ordinariamente, em numero de duas a cinco e as vezes mais, são tortuosas e ao serem extrahidas têm a grossura de um lapis comum. São pouco ramificadas e apresentam anneis salientes, desiguaes e muito proximos, separados por sulcos menores. O centro é lenhoso, esbranquiçado e fino, e mais resistente do que a camada cortiçal, espessa, compacta, quebradiça, pesada, de côr cinzenta, um tanto enegrecida por fora e de aspecto resinoso por dentro. O seu sabor é amargo e bastante acre, o cheiro é agradável, mas muito forte, causando nauseas a certas pessoas". No animal, é a pesca explorada regularmente no município; habitam suas matas e campos, rios, lagoas e pantanais todos os representantes da fauna mato-grossense.

Grupo Escolar Júlio Müller

POPULAÇÃO — O município de Barra do Bugres contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 3 114 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dêsse núcleo, 1 732 pessoas eram do sexo masculino e 1 382 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 167 homens e 177 mulheres, num total de 344 habitantes; no suburbano, 53 pessoas do sexo masculino e 48 do feminino, totalizando 101 domiciliados e no quadro rural, 2 669, dos quais 1 512 do sexo masculino e 1 157 do feminino, que concorria com 85,7% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os residentes estavam distribuídos da seguinte maneira: brancos, 510 homens e 424 mulheres, num total de 934 pessoas; pretos, 137 representantes do sexo masculino e 69 do feminino, totalizando 206 habitantes; e pardos, 1 084 homens e 887 mulheres ou seja um total de 1 971 indivíduos.

Segundo o estado conjugal, essa era a discriminação considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros 747 homens e 364 mulheres, num total de 1 111 pessoas; casados 639, dos quais 331 homens e 308 mulheres; e viúvos, 51 homens e 85 mulheres, totalizando 136 viventes.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 1 714 homens e 1 381 mulheres, num total de 3 095 habitantes; brasileiros naturalizados, 2 homens; estrangeiros, 16 representantes do sexo masculino e 1 do feminino, ao todo 17.

Segundo a religião, 1 551 homens e 1 273 mulheres, num total de 2 824, declararam-se católicos apostólicos romanos; 76 habitantes, dos quais 47 homens e 29 mulheres, protestantes; 1 homem era espírita, e 1, ortodoxo, 25 homens e 25 mulheres professavam outras religiões, enquanto sem crença havia 157 pessoas, das quais 105 homens e 52 mulheres; finalmente, sem declaração de religião, um total de 5 pessoas, sendo 2 homens e 3 mulheres.

Segundo os distritos, a população dispunha-se como se segue: distrito de Barra do Bugres (sede): 422 habitantes na cidade e 2 529 na zona rural; distrito de Tapirapuã, 23 residentes na vila e 140 na zona rural.

A cidade de Barra do Bugres, com 207 habitantes do sexo masculino e 215 do feminino colocava-se em 33.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações urbanas — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município de Barra do Bugres, naquele ano, contava com dois aglomerados urbanos: o da sede municipal, com uma população de 422 pessoas, das quais 207 do sexo masculino e 215 do feminino, e a vila de Tapirapuã, com 23 habitantes, sendo 13 homens e 10 mulheres.

Em 31 de dezembro de 1954, segundo elementos fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, o município possuía mais: Jaucoara, com 12 moradias e perto de 60 habitantes; Pôsto Fraternidade Indígena, ou "Pôsto Dezoito", com 35 moradias e população superior a 200 pessoas; e Pôrto Estrêla, com 41 residências e um contingente estimado em 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Além da pecuária, que é uma das bases econômicas do município, Barra do Bugres emprega na indústria extrativa vegetal e na agricultura sua maior atividade econômica. A pecuária, segundo estimativas endereçadas ao Serviço de Estatística da Produção, relativas ao ano de 1956, estêve representada por 6 980 cabeças de gado, no valor de Cr$ 13 850 000,00. O rebanho bovino entrava com maior percentagem para aquêles totais, com uma população de 4 500 cabeças, valendo mais de 11 milhões de cruzeiros; apareciam, em seguida, os rebanhos de eqüinos, com 400 cabeças, no valor de mais de 1 milhão de cruzeiros, e o de suínos, com 2 000 cabeças, estimadas em 1 milhão de cruzeiros.

Na agricultura, distinguem-se, apenas, as produções de mandioca, com 4 mil toneladas, avaliadas em 2 milhões e 400 mil cruzeiros; o milho, com 36 000 quilogramas, no valor de 600 mil cruzeiros; o arroz, com 210 mil quilogramas, expressos por mais de 500 mil cruzeiros, além de outros produtos de menor expressão econômica. A agricultura, em 1956, totalizou mais de 4 milhões e 500 mil cruzeiros.

Foram pescados, naquele ano, 6 050 quilogramas de peixes, no valor de 20 mil cruzeiros.

Em relação às indústrias existentes no município, a situação, em 1955, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, foi a seguinte, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos minerais	12
Indústria extrativa de produtos vegetais	8 561
Serviços industriais de utilidade pública	3
TOTAL	8 576

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio municipal é representado por 6 estabelecimentos varejistas, situados na cidade de Barra do Bugres, e abastecidos pelas praças de Cáceres, Cuiabá, São Paulo e Rio de Janeiro.

O movimento bancário se realiza por intermédio de instituições de crédito localizadas em Cáceres e Cuiabá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se aos municípios com os quais faz divisa, da seguinte forma: Alto Paraguai — via Rosário Oeste, rodovia, 249 quilômetros; Arenápolis — via Rosário Oeste, rodovia 306 quilômetros; Cáceres — via fluvial, 550 quiômetros; Diamantino — via Rosário Oeste, rodovia, 231 quilômetros; Nossa Senhora do Livramento — rodovia, 209 quilômetros; Mato Grosso — misto: a) fluvial, até Cáceres, 550

6 — 24 930

Cais da Balsa

quilômetros, e b) rodovia, 360 quilômetros, ou via Cuiabá, 837 quilômetros; Nortelândia — via Rosário Oeste, rodovia, 300 quilômetros; Rosário Oeste — rodovia, 149 quilômetros. Dista da capital do Estado 132 quilômetros, por estrada rodoviária, e via aérea (táxis-aéreos), 80 quilômetros.

No município estão disseminados 5 campos de pouso para pequenos aviões, um dos quais na sede.

A cidade de Barra do Bugres é servida por uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Segundo elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a sede municipal possuía, em 1954, 13 logradouros públicos, dos quais 8 com serviço de iluminação pública, prestado por meio de 59 focos; 4 com iluminação domiciliar, provida de 12 ligações. Existiam, naquele ano, 98 prédios localizados nos perímetros urbano e suburbano da cidade.

O edifício mais importante situado na sede é a Prefeitura Municipal, em fase de conclusão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — As principais casas comerciais da cidade mantêm, geralmente, estoque de drogas e medicamentos para vendas de emergência à população.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Barra do Bugres, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, possuía 2 659 habitantes com 5 anos e mais de idade, dos quais 766 (508 do sexo masculino e 258 do feminino) sabiam ler e escrever, enquanto que 1 893, sendo 1 008 homens e 885 mulheres, eram analfabetos. Nesse grupo de idade, havia 353 pessoas na cidade, sendo 189 (99 homens e 90 mulheres) alfabetizadas e 164 (74 homens e 90 mulheres) que não sabiam ler nem escrever. O número de pessoas alfabetizadas representava 28,8% dos habitantes com idade de 5 anos e mais e representava, também, 24,5% da população total do município. Assim, Barra do Bugres se classificava como um dos municípios com menor índice de alfabetização no estado de Mato Grosso.

Ensino — De acôrdo com elementos apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, relativos ao primeiro mês letivo de 1956, funcionaram em Barra do Bugres 3 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, mantidos pelo Govêrno do Estado, os quais, naquele período, tiveram um total de 176 matrículas gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956, os órgãos arrecadadores federais, estaduais e municipais tiveram os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	594	—	594	125	898
1951	264	148	632	120	561
1952	319	20	538	199	381
1953	494	20	1 053	539	910
1954	470	20	807	316	583
1955	497	20	1 187	670	950
1956	833	15	1 456	608	1 084

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais festas religiosas da cidade são realizadas em homenagem a Santa Cruz, padroeira local, no dia 3 de maio e ao Divino Espírito Santo, em data móvel.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Uma visita, que sempre desperta interêsse, é ao Pôsto Fraternidade Indígena (Pôsto 18), mantido pelo Serviço de Proteção aos Índios, onde se encontram os mais variados objetos de procedência indígena. E as quedas d'água das Duas Antas e Acorizal, a primeira situada a 54 quilômetros da sede municipal, e a segunda, a 18 quilômetros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação do município é resultante da existência, nas cercanias da cidade, da confluência do rio Bugres com o Paraguai. Os filhos de Barra do Bugres são chamados de "barrenses".

É têrmo da comarca de Rosário Oeste, possuindo, em dezembro de 1956, um quadro eleitoral de 550 pessoas. Na sede municipal está localizado um cartório de registro civil, que realiza, também, serviços de tabelionato.

BARRA DO GARÇAS — MT

Mapa Municipal na pág. 43 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — A princípio chamava-se Registro do Araguaia, topônimo que se originou do pôsto de arrecadação instalado à margem do rio do mesmo nome. A primeira penetração no território de Barra do Garças foi feita pela "bandeira" chefiada por Bartolomeu Bueno — O Anhangüera — por volta de 1672, ali encontrado pela expedição de Manoel de Campos Bicudo, que, subindo o Cuiabá, até São Gonçalo Velho, ganhou a Chapada de São Jerônimo; cruzou o rio Paranatinga e prosseguiu rumo ao norte em busca dos índios Coróas. Pires de Campos, um dos componentes da expedição, regressa a Cuiabá quase meio século depois, com o resultado da exploração, de onde surgiu a lenda dos tesouros dos "Martírios" presumìvelmente localizados na zona vivida pelo sertanista, cujos cenários recompunha:

"collina na qual se viam algumas pedras soltas e elevadas, umas configurando columnas, outras escadas e outras corôas, de que veiu o dizerem que aquelle monte continha os instrumentos dos Martyrios de Christo.

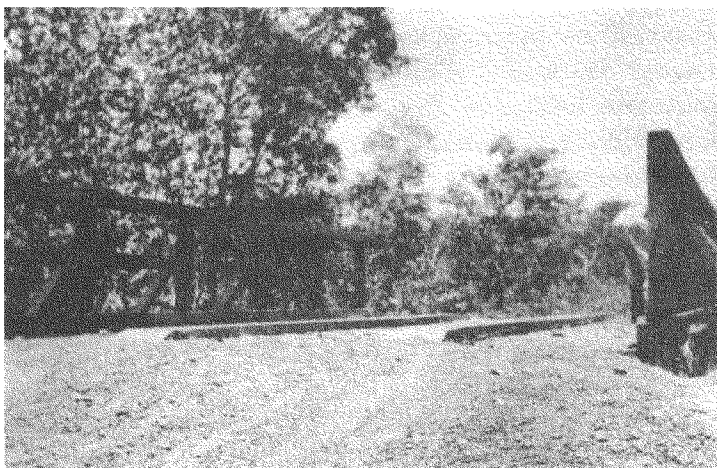
Estrada Barra do Garças — Araguaiana

Ao sopé, colleava um rio, tão grande como o Cuiabá, porem tão cingido de pedras, que se dividia o rio todo em regatinhos, e por isso atravessam-n'o a pé enxuto... Neste rio, pois, entre as pedras é que se viram pedacinhos de ouro redondos como os vermelhos tentos de jogar, dos quaes Pires e Bartholomeu colheram alguns mais bem figurados para brincar. Os mais sertanistas tambem vieram e colheram alguns, porem longe de supporem que fosse ouro pois ainda não havia conhecimento delle no Brasil. Ainda Pires disse mais; que na collina se viam como pevides de melão da mesma materia, misturadas com pedras e burgalhão, dos quaes deitaram alguns em uma lata que tinha sido de chá, e com ella brincavam como se fôra chocalho".

A lenda que se espalhava despertou ainda mais a cobiça pelo ouro, provocando a descida de sucessivas bandeiras paulistas, umas rumando ao distrito cuiabano e outras, pelo roteiro percorrido por Anhangüera, ganhavam o território goiano. Em 1736, Pinho de Azevedo partiu da Ouvidoria de Cuiabá com uma expedição, abrindo uma estrada para ligar aquela vila à Ouvidoria de Vila Boa de Goiás. Por êsse novo roteiro, que, ganhando o pico de São Jerônimo, procurava as vertentes do rio que mais tarde denominaram das Mortes, deixando-o à esquerda para atravessar o Araguaia, presumìvelmente, nas proximidades da atual vila Araguaiana, passaram a trafegar as comitivas, em pleno sertão.

Em busca do ouro dos "Martírios", desce o rio Araguaia, por volta de 1752, uma "bandeira" chefiada pelo paulista Amaro Leite Moreira, embocando por um dos seus afluentes, que denominou "rio das Mortes", para lembrar o extermínio dos seus companheiros. Arrepiando êsse rio, estabeleceu-se no ano seguinte às margens de um dos seus afluentes, que batizou com o nome de Santo Antônio, nêle explorando as lavras dos Araés. Esperavam nessas imediações encontrar a serra dos Martírios com os seus fabulosos tesouros. Amaro Fundou ali o arraial dos Araés, a princípio povoado por criminosos foragidos e por elementos de outras expedições que chegaram posteriormente. Até então, inexistia outro sinal de ocupação à margem esquerda do Araguaia, pelo que passou o arraial a servir de sede de um pôsto mantido pelas autoridades cuiabanas, nos confins daquela Ouvidoria, e intermediário entre Cuiabá e Vila Boa de Goiás, sendo então denominado Santo Antônio do Amarante, por ordem do Capitão-general Luís Pinto, em 1769. O arraial entretanto não prosperou em conseqüência da insalubridade da região, da falta de recursos, dos freqüentes ataques dos índios, e mesmo pelas desordens praticadas pelos seus habitantes. Em 24 de março de 1766, Antônio Ribeiro de Brito assassinou a porretadas e cutiladas o Juiz e Guarda-mor, Manoel de Oliveira Ferreira, seu substituto. Os habitantes se dividiram em duas facções irreconciliáveis, entrando em acirradas lutas. Em 14 de maio de 1774, o dragão Domingos Barbosa Leme instalou, por ordem do Governador Luís de Albuquerque, o pôsto que denominou Registro de Insua, na estrada entre Cuiabá e Goiás, 7 quilômetros aquém do rio Araguaia. Sob o seu comando estabeleceu ali o primeiro destacamento policial da zona. Êsse pôsto foi mais tarde transferido para a margem do grande rio, com a designação de Registro do Araguaia, em tôrno do qual se formou um pequeno povoado, hoje Araguaiana.

Para impor ordem em Araés ou Santo Antônio do Amarante, que vivia à mercê de aventureiros, lá chegou, em 1775, o sargento-mor das minas de Cuiabá, Marcelino Rodrigues Camponez, comissionado pelo Capitão-general. Trazia um plano de melhoramentos urbanísticos para o arraial e um sistema de administração para disciplinar seus habitantes. Foi mal sucedido: esgotava-se o ouro das minas e tudo entrava em decadência. Em 1789, os 240 habitantes que restavam solicitaram licença para deixar Santo Antônio. Obtiveram-na e seguiram para o arraial de Barreiros, deixando aquêle totalmente despovoado. Amaro Leite, desprezado por seus amigos, partiu para Cuiabá, desiludido e quase moribundo, em busca de auxílio.

O interregno verificado entre a decadência do ouro e o aparecimento do diamante marcou o início do despovoamento dessa zona. A nova fase, iniciada com a exploração da pedra preciosa, foi assinalada na zona do rio das Garças, por volta de 1895. Entretanto, anteriormente, já havia sido perlustrada por Simão da Silva Arraya, segundo se deduziu da descoberta, nas imediações de sua foz, de uma pedra com a inscrição "S. S. Arraya", atribuída àquele explorador, datada de 1871. Por volta de 1897, Antônio Cândido de Carvalho realiza a exploração do rio das Garças em tôda a sua extensão, nêle verificando a existência de diamantes. A notícia do achado foi amplamente divulgada e logo circulou em tôda a zona garimpeira dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Maranhão, avolumando ràpidamente o número de faiscadores que chegavam e se expandiam pelos recantos sertanejos. Seguindo os garimpeiros que passavam, por vêzes ràpidamente, da extrema penúria a felizes achadores de pedras volumosas, marchavam os mercadores ambulantes, os tropeiros e as meretrizes, sócios inseparáveis do dinheiro fácil. Nessa época acende-se o litígio entre Goiás e Mato Grosso, fato que muito contribuiu para perturbação da ordem pública nos garimpos, iniciada com os protestos levantados contra o privilégio de mineração obtido pelo Coronel Antônio M. Moreira, do Govêrno do Estado, em 1915. Revogada a concessão em 1923, pelo Presidente Pedro Celestino; parecia que tudo seria normalizado, porém, a fixação de tributos passou a servir de pretexto para o prolongamento da onda de agitação. Já reinava a desordem orientada pelo engenheiro José Morbeck, que, com objetivos políticos e subversivos, desconhecia as autoridades legalmente constituídas e ten-

Estrada Barra do Garças — Araguaiana

tava implantar um regime próprio, à revelia dos poderes centrais. Corre por conta de Morbeck uma série de irregularidades havidas, entre as quais a retirada do Juiz de Direito da Comarca de Registro do Araguaia que, ciente do perigo que ameaçava sua vida se permanecesse na sede da comarca, resolveu fugir para o estado de Goiás em companhia dos seus amigos, também hostilizados, Coronel Honório Alvares, suplente do substituto do Juiz Federal, e Dionízio Carvalho, sargento comandante do destacamento local. Tão logo teve ciência da fuga, Morbeck mandou, imediatamente uma escolta de civis armados no encalço dos fugitivos no intuito de capturá-los. Dessa diligência resultou a prisão das três autoridades e, em seguida, os frios assassínios do Coronel Honório e do sargento Dionízio. Quanto ao Juiz, foi amarrado e conduzido à viva fôrça para a vila do Araguaia, onde permaneceu prêso à mercê dos mais vergonhosos vexames. Com a onda de desmandos e crimes cometidos à sombra ou por mando de Morbeck, começou o despovoamento da zona, com a saída das pessoas ordeiras que ali residiam, pois compreendiam que ela seria palco de uma verdadeira revolução. A propósito, foi expedido de Registro do Araguaia o seguinte telegrama:

"Exmo. Sr. Coronel Presidente do Estado, Cuiabá — Registro — Comunico a V. Excia. gravíssima situação toda zona Garças depois últimos acontecimentos ali desenrolados atitude Morbeck que prepara francamente revolução afim resistir força que governo enviará com major Sinfronio Lins. Consta que foram assassinados dr. Bueno e um filho por ordem Morbeck. Reina Garças completa intranquilidade. Pessoas ordeiras dali se retiram em massa. População esta vila alarmada grave situação apela alto patriotismo V. Excia. sentido normalizar toda urgência essa situação de inseguranças que se encontram habitantes região Araguaia. Cords. sauds. — José Dias Primo, Delegado de Polícia".

Para restabelecer a ordem pública sèriamente perturbada, foi organizada a expedição policial comandada pelc Capitão Daniel de Queiroz, que, após sangrentos combates, conseguiu desbaratar definitivamente as tropas morbequistas, a 23 de janeiro de 1926. Reinou, então, a paz, iniciando-se o desenvolvimento da região.

A Lei n.º 211, de 10 de maio de 1899, criou na povoação de Registro do Araguaia, com os mesmos limites do distrito policial, uma paróquia com a denominação de Araguaia. Pela Lei n.º 387, de 12 de abril de 1904, foi criada a freguesia de Registro do Araguaia, no município e comarca da Capital. Foi elevado à categoria de município com denominação de Araguaia, como têrmo de comarca da capital e com sede na povoação de Registro do Araguaia, pela Lei n.º 636, de 8 de julho de 1913. Êsse mesmo diploma legal deu à povoação a categoria de Vila. A Lei n.º 696, de 12 de junho de 1915, criou o distrito de paz de Santa Rita do Araguaia. Foi elevada à comarca pela Lei n.º 698, de 12 de junho de 1915, com sede na vila de Registro do Araguaia, mais tarde transferida para a vila de Santa Rita do Araguaia, como determinou a Lei orçamentária número 873, de 24 de junho de 1922, cujo cumprimento se deu pelo Decreto n.º 615, de 20 de janeiro de 1923. A Lei n.º 1 012, de 1.º de agôsto de 1928, criou o distrito de paz de Cocalinho. Em 1932, pelo Decreto n.º 161, de 21 de abril, a vila de Registro do Araguaia e o município recebem a denominação de Araguaiana.

Na zona de mineração nasceram alguns povoados, entre outros Barra do Garças. Em 1924, chegaram ali, procedentes da Vila de Registro do Araguaia, Antônio Cristino e Francisco Dourado, acompanhados de alguns garimpeiros.

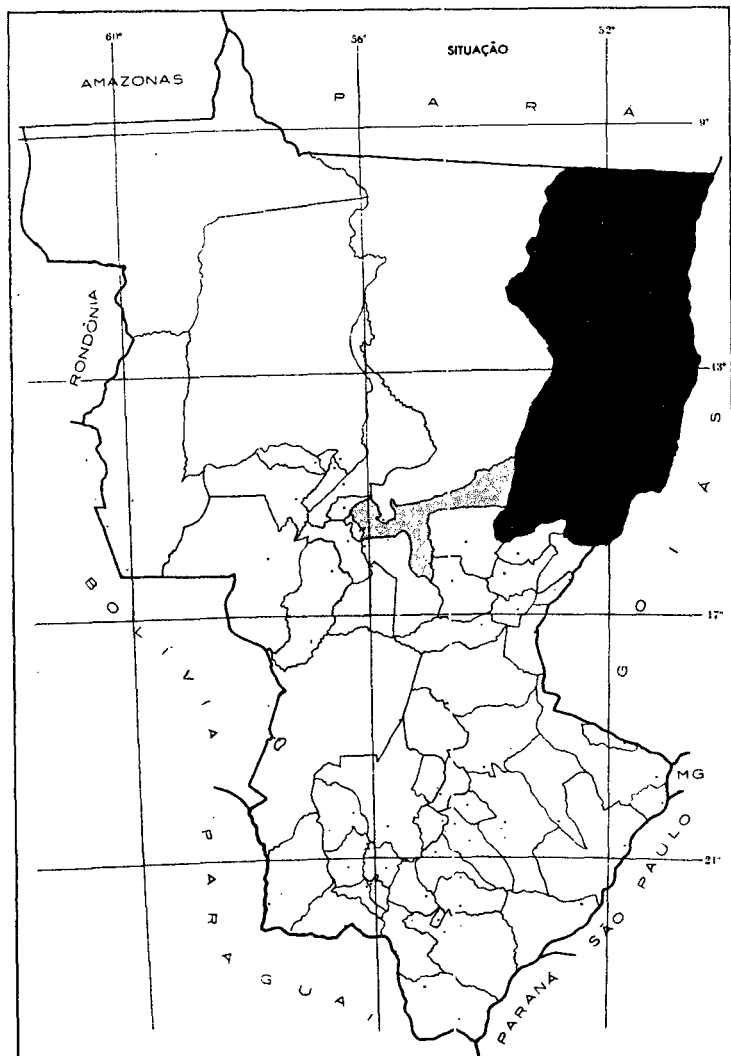
A firma Emiliano Costa & Cia. foi a primeira a se estabelecer no povoado com casa comercial, em 1924, trazendo como auxiliar o Senhor Antônio Paulo da Costa Bilego. Nesse povoado se instalou o quartel-general das fôrças revolucionárias do engenheiro Morbeck, onde foram encontradas várias armas de fogo, inclusive metralhadoras, que foram entregues à Polícia Estadual.

O povoado passou por um progresso rápido até 1932, sendo, pelo Decreto n.º 32, de 21 de dezembro de 1935, que criou o distrito de paz de Barra do Garças, elevado à categoria de vila. A Lei estadual n.º 121, de 15 de setembro de 1948, mudou a denominação e sede do município de Araguaiana para Barra do Garças, e concedeu a ésta vila foros de cidade, assumindo o Executivo, por fôrça de disposições legais, Antônio Paulo da Costa Bilego, então Juiz de Paz. Em 12 de novembro de 1949, teve lugar a instalação da comarca criada pela Lei n.º 210, de 9 de dezembro de 1948.

A Câmara Municipal, na presente legislatura, foi instalada em 31 de janeiro de 1955, com 5 vereadores em exercício. A posse do Prefeito sufragado, Senhor Ladislau

Cadeia, Delegacia e Coletoria

Cristino Cortes, entretanto, só se deu a 20 de setembro dêsse ano, por decisão da Justiça Eleitoral.

LOCALIZAÇÃO — Barra do Garças situa-se na zona de Chapada, à margem esquerda da foz do rio que lhe empresta o nome. Limita-se com os municípios de Torixoreu,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Tesouro, Poxoreu, Cuiabá e Chapada dos Guimarães; e, ainda, com os estados do Pará e Goiás. São os pontos extremos do município: latitude N.-9° 42' 45" e S.-15° 54' 45"; longitude E.-50° 15' 15" e O.-53° 55 30".

ALTITUDE — Com 342 metros na sede municipal, ocupa o 27.° lugar na ordem de altitudes das demais cidades do Estado.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da zona: tropical úmido. As chuvas têm início regularmente em setembro, prolongando-se até abril. São abundantes de dezembro a março e irregulares de maio a agôsto.

ÁREA — Com o desmembramento de sua área para formação de outras comunas, Barra do Garças, do 1.° lugar que ocupava, passou a ser o 2.° em relação às áreas dos demais municípios mato-grossenses, com 194 826 km², ou seja, 14,86% da área do Estado, superado apenas por Chapada dos Guimarães.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território de Barra do Garças, ainda pouco conhecido, é constituído por terra firme, ligeiramente montanhoso e quase na totalidade coberto de matas. O principal acidente geográfico é o rio Araguaia, em cuja margem esquerda está situado o município. Além do Araguaia, é banhado, ainda, pelos rios das Garças, Culuene, Xingu, das Mortes, Cristalino, Borecaia, Peixe, Couto Magalhães, Tanguro, Maracajá, São João, "Suiá-Missu", "Auaia-Missu", Comandante Fontoura, Liberdade, Vertentes, Jacarias, Tapirapés e Cuxuru, e por um número maior de ribeirões. No rio Xingu, está localizada a famosa cachoeira de Martins. Registram-se algumas lagoas, sendo as maiores: lagoas de Cima, do Meio, Tartarugas e Pesqueiro dos Carajás, assim como serras: do Roncador, Chumbada e da Voadeira. Nesta há uma queda d'água que está sendo aproveitada para fornecimento de energia elétrica à cidade .

RIQUEZAS NATURAIS — Das riquezas naturais já exploradas há ouro, diamante e argila, no reino mineral; borracha, madeira e babaçu, no vegetal; peles de animais silvestres e peixes, no animal.

POPULAÇÃO — O município de Barra do Garças contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 6 628 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Daqueles, 3 539 pessoas eram do sexo masculino e 3 089 do feminino. Segundo o domicílio, assim se distribuíam os moradores: no quadro urbano, 564 homens e 598 mulheres, num total de 1 162 habitantes; no suburbano, 216 pessoas do sexo masculino e 198 do feminino, totalizando 414; e no quadro rural, 5 052 habitantes, dos quais 2 759 do sexo masculino e 2 293 do feminino. Esta última zona concorria com .. 76,22% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os residentes estavam distribuídos da seguinte maneira: brancos, 1 911 homens e 1 855 mulheres, num total de 3 766 pessoas; pretos, 1 605 do sexo masculino e 1 211 do feminino, totalizando 2 816; pardos, 22 homens e 19 mulheres ou seja um total de 41 indivíduos, sendo 5 as pessoas sem declaração de côr.

Segundo o estado conjugal, a população classificava-se dêsse modo, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 052 homens e 542 mulheres, num total de 1 594 pessoas; casadas, 1 884, das quais 938 homens e 946 mulheres; desquitada, uma mulher; viúvos, 39 homens e 111 mulheres, totalizando 150 viventes.

Relativamente à nacionalidade, os municípios estavam assim distribuídos: brasileiros natos, 3 520 homens e 3 079 mulheres, num total de 6 599 habitantes; brasileiros naturalizados, 1 homem e 3 mulheres, totalizando 4; estrangeiros, 18 habitantes do sexo masculino e 6 do feminino, com a soma de 24 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 1 mulher.

No que diz respeito à religião, 3 496 homens e 3 065 mulheres, num total de 6 561, declararam-se católicos apostólicos romanos; 34 habitantes, dos quais 23 homens e 11 mulheres, protestantes; 3 homens e uma mulher, totalizando 4 habitantes, eram espíritas; 5 homens e 5 mulheres professavam outras religiões, enquanto sem crença havia 11 homens e uma mulher; finalmente, sem declaração, 7 pessoas, sendo 1 homem e 6 mulheres.

Estrada Barra do Garças — Araguaiana

Segundo os distritos, a população recenseada mantinha essa disposição: distrito de Barra do Garças (sede), 789 habitantes na cidade e 2 202 na zona rural; distrito de Araguaiana, 328 na vila e 1 025 no campo; distrito de Cocalinho, 194 residentes na vila e 930 na zona rural; distrito de São Félix, 265 habitantes na vila e 895 na zona rural.

A cidade de Barra do Garças, com 390 habitantes do sexo masculino e 399 do feminino, colocava-se em 28.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações Urbanas — São 12 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Barra do Garças, com a população acima descrita; vila Araguaiana, com 328 habitantes, sendo 148 do sexo masculino e 180 do feminino; vila Cocalino, com 194 domiciliados, 102 homens e 92 mulheres; São Félix, com 265 moradores, contando 140 homens e 125 mulheres, segundo o Recenseamento de 1950. Povoados: Mato Verde, com 98 residências e aproximadamente, 600 habitantes; Vale dos Sonhos, com 31 moradias e 160 pessoas; Chavantina, contando 28 casas e 150 domiciliados; Toricuejo, com 21 vivendas e 200 moradores; Lago Grande, contando 20 domicílios e 100 indivíduos; Furo de Pedra, possuindo 12 residências e 100 representantes de ambos os sexos; Maria dos Santos, com 12 prédios e 70 pessoas; e Paredãozinho, contando com 9 moradas e 50 habitantes, segundo as informações da Agência Municipal de Estatística, relativas a 1954.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Com a decadência da indústria extrativa mineral, a economia do município entrou num período de instabilidade, melhorando pouco depois com as iniciativas da Fundação Brasil Central. Presentemente, nota-se sensível desenvolvimento da agricultura e da pecuária, como se verifica na produção de 1956, que, de acôrdo com as estimativas da Agência Municipal de Estatística, atingiu mais de 5 milhões de cruzeiros, assim especificados: 1 050 000 quilogramas de arroz, no valor de 2 milhões e 800 mil cruzeiros; 240 000 quilogramas de feijão, estimados em 1 milhão e 800 mil cruzeiros; 192 000 quilogramas de milho, equivalendo a 384 mil cruzeiros; 940 toneladas de mandioca, expressos por 425 mil cruzeiros; e 54 000 abóboras, 7 toneladas de batata-doce, 12 000 cachos de banana e 2 500 centos de laranja, valendo englobadamente 255 mil cruzeiros.

Os produtos agrícolas transformados — 15 000 litros de aguardente, 8 000 quilogramas de rapadura e 36 000 quilogramas de farinha de mandioca — corresponderam a 317 mil cruzeiros.

A produção pecuária, representando mais de 137 milhões de cruzeiros, estava assim representada: 56 000 cabeças de bovinos, no valor de 123 milhões de cruzeiros; 5 800 cabeças de eqüinos, estimadas em 2 milhões e 900 mil cruzeiros; 1 800 cabeças de muares, correspondendo a 5 milhões e 400 mil cruzeiros; 11 000 cabeças de suínos, no valor de 5 milhões e 500 mil cruzeiros; 600 cabeças de ovinos, expressas por 60 mil cruzeiros; e 1 200 cabeças de caprinos, equivalendo a 96 mil cruzeiros.

Da apuração do levantamento industrial de 1955, efetuada pelo Departamento Estadual de Estatística, concluiu-se pelos seguintes resultados: — (Cr$ 1 000):

Indústria extrativa de produtos minerais	1 200
Indústria de transformação de minerais não metálicos	535
Indústria de bebidas	225
Serviço industrial de utilidade pública	75
TOTAL	2 035

COMÉRCIO E BANCOS — A rêde comercial é formada por estabelecimentos varejistas, estando 6 na sede e cêrca de 25 em todo o município. As principais transações comerciais são mantidas com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Uberlândia e Goiânia, seu centro importador de produtos manufaturados. e para onde exporta a sua produção.

Não contando com estabelecimento bancário em seu território, utiliza o banco da cidade de Guiratinga.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A população do distrito da sede de Barra do Garças utiliza os serviços do Consórcio Real-Aerovias-Nacional prestados à vizinha cidade de Aragarças (GO); dos distritos de Cocalinho e São Félix, serve-se das embarcações que demandam o estado do Pará pelo rio Araguaia.

Liga-se, via rodoviária, com as seguintes sedes municipais limítrofes: Poxoreu, 372 quilômetros; Tesouro, 270 quilômetros. Com Torixoreu comunica-se, via fluvial, num percurso de 72 quilômetros em barco a motor, e com Chapada dos Guimarães: via aérea até Cuiabá, 600 quilômetros, e rodoviário até aquela cidade, 72 quilômetros. Com Aragarças (GO), liga-se, via fluvial, num percurso de 300 metros, aproximadamente.

Em todo o município estão localizados 7 campos de pouso, dos quais 3 possuem pistas de 1 000 metros e mais de comprimento. Não há campo na sede, que é servida pelo Aeroporto "Salgado Filho", de Aragarças.

Conta com os seguintes meios de comunicações: uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, na sede municipal, uma na Vila Araguaiana e uma no povoado Sangradouro; um pôsto telefônico do mesmo Departamento na povoação Voadeira; uma estação radiotelegráfica da Fundação Brasil Central e outra da Fôrça Aérea Brasileira, no povoado Xavantina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barra do Garças conta com 19 logradouros públicos, dos quais 1 arborizado e

9 providos de iluminação pública, com 62 focos. Dos 217 prédios então existentes, 62 possuíam ligações elétricas, segundo elementos da Sinopse dos Melhoramentos Urbanos — 1954, do Ministério da Educação e Cultura.

Consoante informações da Agência Municipal de Estatística, em 1954, Barra do Garças já se utilizava de um serviço de abastecimento de água. Trata-se do aproveitamento de uma fonte localizada na Serra da Voadeira, canalizada para a cidade, descendo naturalmente, sem necessidade de bombas ou fôrça da ascensão. O serviço ainda não foi concluído, porém, já estão instaladas algumas torneiras públicas para provimento da população.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população é prestada pelos profissionais da Fundação Brasil Central, em Aragarças (GO). A cidade de Barra do Garças conta com apenas 1 dentista, existindo, por outro lado, uma drogaria.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A assistência social é prestada pela Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Barra do Garças contava, na época do Censo de 1950, com uma população de 5 381 habitantes com idade de 5 anos e mais. Dêsse total, 1 816 pessoas (1 028 do sexo masculino e 788 do feminino) sabiam ler e escrever, e 3 565, das quais 1 882 homens e 1 683 mulheres, eram analfabetas.

A cidade possuía, com a mesma idade, 399 habitantes alfabetizados, sendo 202 homens e 197 mulheres; e 123 homens e 138 mulheres, num total de 261 pessoas, analfabetas. As que sabiam ler e escrever representavam ...... 33,7% das pessoas com idade superior a 5 anos e correspondiam a 42,4% da população geral do município colaborando para que seu índice de alfabetização fôsse em 1950, um dos maiores do Estado.

ENSINO — No fim do primeiro mês letivo de 1956, estavam em funcionamento apenas 5 unidades de ensino primário fundamental comum (4 estaduais e 1 particular), com 691 alunos matriculados, de acôrdo com o Departamento Estadual de Estatística.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade 1 cinema com capacidade para 150 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950/1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	261	65	341
1951	—	...	498	70	332
1952	—	396	814	126	650
1953	—	646	1 581	273	1 450
1954	—	772	1 296	147	1 741
1955	—	1 524	871	149	922
1956	—	1 844	1 580	141	1 580

(1) Não possui órgão federal arrecadador.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Em duas grandes datas se congregam os católicos do município para, em conjunto, homenagear dois dos santos dos quais são devotos: 13 de junho, consagrado a Santo Antônio, padroeiro da cidade, e 8 de dezembro, data dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Nas proximidades da sede municipal encontram-se duas fontes de águas termais, que, apesar de não possuírem quaisquer melhoramentos, vêm servindo à população e aos habitantes dos municípios vizinhos. É pensamento do Govêrno Municipal transformá-las num moderno balneário.

A serra da Voadeira, a poucos quilômetros da cidade, com suas pitorescas e ensurdecedoras quedas d'água, enchendo de neblina todo aquêle vale, onde está localizada a moderna usina hidrelétrica que fornece energia à sede municipal, constitui outro motivo de atração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "barra-garcenses".

Possuindo 4 distritos judiciários, é sede de comarca e de têrmo: Barra do Garças, Araguaiana, Cocalinho e São Félix, e mais um têrmo judiciário: Torixoreu. O eleitorado, em dezembro de 1956, era composto de 1 800 eleitores.

É sede de 4 paróquias: a de São José, fundada em 1910, na Colônia Sangradouro; a de Nossa Senhora da Piedade, erguida em 1919, com sede na vila Araguaiana; a de São João Evangelista, erigida em 1955, na vila Xavantina, e a de Santo Antônio, fundada em 1957, sediada na cidade. A vila Araguaiana é também sede da Prelazia de Registro do Araguaia. A Missão Salesiana representa um fator de progresso no município onde vem operando há meio século na campanha religiosa, na catequese de índios, na educação da infância e de adolescentes e no desenvolvimento da agropecuária. O Instituto N. S.ª da Piedade, mantido pela Missão em Araguaiana, reúne crianças do município local e de outros limítrofes.

A cidade possui 1 moderno hotel e duas pensões, com capacidade para 37 hóspedes.

No último decênio, o município apresentou considerável índice de progresso em face dos vultosos empreendimentos levados a efeito pela Fundação Brasil Central.

BATAGUAÇU — MT

Mapa Municipal na pág. 161 do 2.° Vol.
Fotos: págs. 196, 204, 206 e 242 do Vol. II

HISTÓRICO — Presume-se que a primeira penetração no território de Bataguaçu tenha sido feita pelos espanhóis, que terminaram abandonando a região. Entretanto, a história de sua povoação está relacionada com a de Paranaíba, quando os Barbosas, os Lopes, os Souza Leal, os Garcias e os Pereiras deixaram aquela zona, penetrando nesta região. Os Barbosas fixaram-se na zona do Rio Pardo, no lugar denominado Santa Rita, até então habitado apenas pelos selvagens. Por volta de 1841, Antônio Gonçalves Barbosa deixou o Rio Pardo, indo afazendar-se no lugar que denominou Boa Vista. Partira a convite de seu genro, Gabriel Francisco Lopes, que descobrira, no campo de Vacaria, 60 vacas e 1 touro deixados pelos jesuítas. Novos desbravadores demandaram estas plagas, subindo o rio Pardo, dentre os quais Manoel Cecílio de Lima, que mais tarde

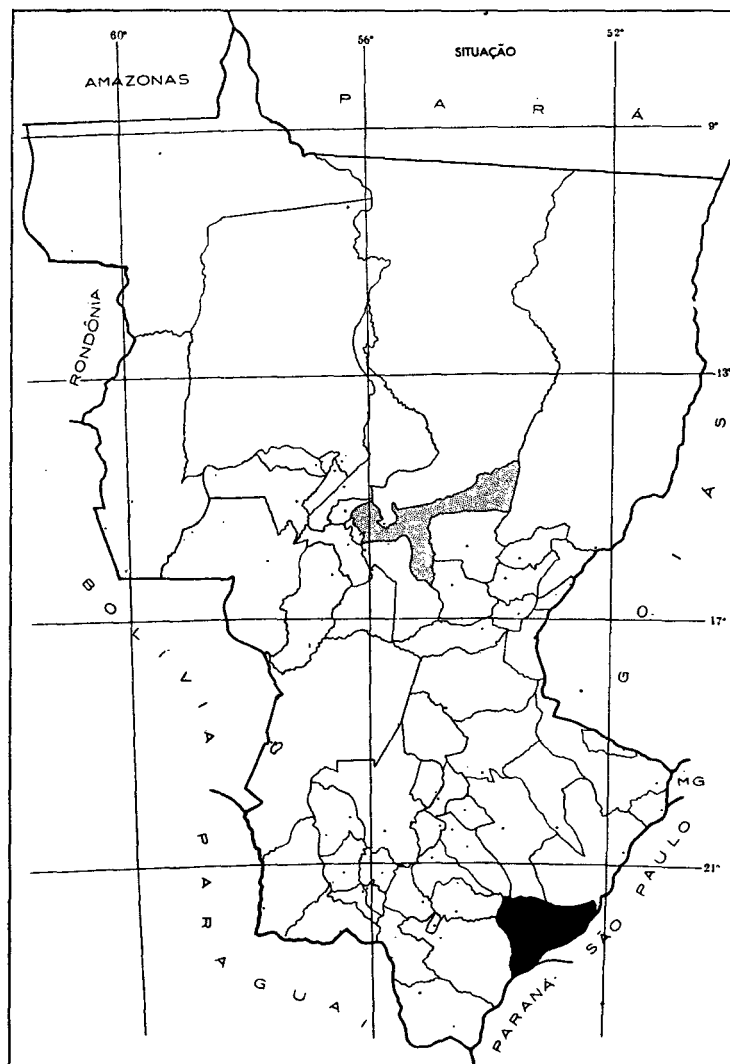
empreendeu a abertura de uma estrada boiadeira, paralela ao citado rio, até sua fazenda no rio Paraná, ligando suas terras àquele ponto, hoje XV de Novembro. Também pelo rio Ivinheima penetraram alguns membros da família Barbosa, que se tornaram pioneiros naquela região, salientando-se, dentre êles, a figura de Domingos Barbosa Martins, mais conhecido pela alcunha de "Gato Prêto", que se tornou posseiro de grande área de terras onde hoje se encontram as fazendas São Bento, Santa Bárbara, São Rafael e Baile. Nesta última, se ergue a cidade de Baile, que está sendo fundada por Antônio de Moura Andrade.

Em 1932, a Companhia Viação São Paulo — Mato Grosso firma comercial do Senhor Jan Antoni Bata, fundador da cidade, adquiriu grande gleba, compreendendo campos para criação e matas para culturas, destinadas à pecuária e colonização. Essa mesma firma explorou a navegação fluvial nos rios Paraná, Ivinheima, Brilhante, Pardo e Anhanduí, no período que precedeu a 2.ª guerra mundial, quando perdeu a concessão, sendo suas embarcações incorporadas ao patrimônio do Serviço de Navegação da Bacia do Prata. Desenvolveu a criação de gado e tentou colonização em vários pontos, fixando-se, finalmente, onde hoje se ergue a cidade de Bataguaçu, em 1941.

Dez anos mais tarde, já existiam 25 residências, tôdas de tábuas em estilo colonial americano, das quais 23 pertenciam à Companhia; havia também um hotel, dois armazéns, uma serraria e uma olaria. A Companhia, ampliando o seu plano de colonização, levou a efeito um loteamento de terras para cultura nas proximidades de Bataguaçu, destinando-as a venda e arrendamento. Facilitando a aquisição para os pequenos lavradores, teve o seu empreendimento inicial totalmente coroado de êxito, provocando a imigração dos estados de São Paulo e Paraná, e conseqüentemente o povoamento da região. Novos loteamentos foram feitos em vários pontos, todos com resultados positivos. Data de 1952 o surto de progresso por que passa a comuna.

Pertenceu primitivamente ao município de Nioaque, integrando a área do atual município de Rio Brilhante, com a qual passou posteriormente, por fôrça da Lei n.º 549, de 20 de julho de 1910, ao município de Campo Grande, como distrito policial. Pela Resolução n.º 611, de 10 de julho de 1912, foi constituído distrito de paz, com a denominação de Vacaria, com sede na povoação de Entre Rios, município de Campo Grande, e os mesmos limites do distrito policial. Pela Lei n.º 1 085, de 17 de julho de 1930, foi constituído distrito de Paz de Ivinheima, no têrmo de Entre Rios e comarca de Campo Grande. Finalmente, foi elevado à categoria de município e cidade pela Lei estadual n.º 683, de 11 de novembro de 1953, com as alterações constantes da Lei estadual n.º 370, de 21 de julho de 1954. Está formado pelos distritos: sede, Anaurilândia, Bataiporã e Ivinheima. Em 1954, tomou posse provisòriamente o primeiro Prefeito, Ladislau Deak Filho, nomeado pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, o qual iniciou apenas a organização burocrática e financeira da Prefeitura. Em 31 de janeiro de 1955 terminou o seu período governamental.

A primeira e atual legislatura foi instalada em 1955, constituída de 5 vereadores; nesse mesmo ano, em 13 de fevereiro, foi empossado o seu segundo Prefeito, o primeiro eleito pelo povo, Senhor Ênio Martins.

LOCALIZAÇÃO — Bataguaçu situa-se na Zona Fisiográfica de Campo Grande, na bacia do Paraná, à margem direita dêste, dos rios Pardo e Anhanduí, e esquerda do Ivinheima.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita-se com os municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante e Dourados, e estados do Paraná e de São Paulo. São seus pontos extremos: latitude Norte-21° 32"; Sul-22° 58'; longitude Este-52° 09' 30"; Oeste-53° 55.

ALTITUDE — É de 286 metros na sede municipal, colocando-se em 33.º lugar na ordem de altitudes no Estado.

CLIMA — Tropical úmido é o clima que o município apresenta. As chuvas são freqüentes de outubro a maio; abundantes de janeiro a março.

ÁREA — A sua área é de 13 660 km², figurando em 21.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paraná é o principal acidente geográfico, seguido dos rios Ivinheima, Pardo, Anhanduí, e as baías Santa Ilídia e Grande. O território municipal apresenta, em parte, algumas elevações, dentre as quais salienta-se a serra Santa Bárbara; é pouco escarpada, formando um planalto com aproximadamente 600 metros de altitude, e constitui a linha divisora das águas que daí descem, formando os afluentes dos diversos rios. O vale pertencente ao rio Paraná, é em quase tôda a exten-

são, pantanoso. Existem várias ilhas, sendo principais: Duas Onças, Piranha e Pirajuí. Ao longo do rio Pardo encontram-se campos de várzea, alagados apenas nas estações chuvosas. O município é todo cortado por consideráveis cursos d'água, sendo os mais importantes: ribeirões Samambaia, Fumaça, Combate, Três Barras, Quebracho, Baile, São Bento e Santa Bárbara.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeira e erva-mate são as principais riquezas extrativas vegetais; peles de animais silvestres e peixe constituem a riqueza animal; e barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos representa a mineral.

POPULAÇÃO — De Bataguaçu se conhece, pelo Recenseamento de 1950, apenas sua população como distrito de Ivinheima, que naquela época era de 2 743 habitantes e tinha a seguinte composição: 1 512 homens e 1 231 mulheres, localizados totalmente no quadro rural, porque o distrito não possuía sede. A densidade demográfica era então 0,20 habitante por quilômetro quadrado. A Agência Municipal de Estatística estimou, considerando a afluência de imigrantes que ali se verifica desde 1952, em 7 000 habitantes a população do município, em 31-XII-1956. Segundo aquêles cálculos, no quadro urbano aparecem 350 habitantes, sendo que 95% da população habita a zona rural, superando a média da população campestre do Estado que é 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Seis são as aglomerações urbanas do município: cidade de Bataguaçu, com aproximadamente 350 habitantes, Vila Anaurilândia, Vila Bataiporã, Patrimônio de Ivinheima, Povoado de Pôrto Quinze de Novembro e Primavera. Para a população destas localidades, relativamente novas, nenhuma estimativa foi feita.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia na lavoura e pecuária, distinguindo-se essa última, cuja produção, em 1956, foi calculada em mais de 183 milhões de cruzeiros. O seu efetivo, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, é de 51 503 cabeças de bovinos, valendo mais de 154 milhões de cruzeiros; 6 200 eqüinos, estimados em 12 400 mil cruzeiros; 2 650 muares, correspondendo a 7 940 mil cruzeiros; 17 500 suínos, avaliados em 7 milhões de cruzeiros; 312 asininos, no valor de 936 mil cruzeiros; 3 100 ovinos, expressos por 775 mil cruzeiros, e 618 caprinos, valendo mais de 92 mil cruzeiros.

A produção agrícola, também expressiva, foi estimada, naquele ano, em mais de 118 milhões de cruzeiros, sendo as principais: arroz, com uma produção de 20 254 560 quilogramas, valendo mais de 108 milhões de cruzeiros; mandioca-mansa, 14 000 toneladas, representando 7 milhões de cruzeiros; 540 000 quilogramas de milho, exprimindo mais de 1 milhão de cruzeiros; 6 050 toneladas de cana-de-açúcar, orçado em mais de 1 milhão de cruzeiros; os demais produtos, feijão, amendoim, algodão, banana, abóbora e melancia, alcançaram valor superior a 600 mil cruzeiros.

Os produtos agrícolas transformados, 288 000 quilogramas de farinha de mandioca, 2 800 quilogramas de raspa de mandioca, 3 500 quilogramas de rapadura e 400 quilogramas de polvilho, valeram quase 2 milhões de cruzeiros.

Na produção de origem animal, houve os seguintes resultados: 1 200 000 litros de leite, estimados em 3 600 mil cruzeiros; 31 200 quilogramas de manteiga, no valor de 2 028 mil cruzeiros, e 26 300 quilogramas de queijo, expressos por 920 mil cruzeiros.

Dos 6 estabelecimentos industriais existentes em 1955, 4 se dedicavam à indústria de beneficiamento de madeira, 1 à indústria de transformação de minerais não metálicos e 1 à indústria de produtos alimentícios; os primeiros, empregando 35 operários, alcançaram uma produção no valor de 3 209 mil cruzeiros; os dois restantes, com 3 e 1 operários, produziram 51 mil e 2 429 mil cruzeiros, respectivamente, segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística.

Em 1955, a extração de madeira atingiu 6 940 m^3 valendo mais de 2 365 mil cruzeiros. Dêsse total, foram exportados em troca 3 340 m^3, beneficiando-se o restante no município.

A pesca e a caça não são exploradas para fins econômicos.

COMÉRCIO — Há 7 estabelecimentos varejistas instalados na cidade, somando em todo o município mais de 25, não havendo entre êles nenhum atacadista. Todo o seu comércio mantém transações, principalmente, com as cidades de São Paulo, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio e Presidente Prudente, de onde importa todos os produtos não produzidos na comuna, e para onde exporta os que o são.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Rodoviário e fluvial são os únicos meios de transportes que servem o município. O sistema rodoviário liga a cidade de Bataguaçu: com Campo Grande — 420 km; Rio Brilhante — 308 km; Dourados — 380 km; Ribas do Rio Pardo — 210 km; com Três Lagoas — 240 km, e Presidente Epitácio, SP — 34 km; ainda misto para Três Lagoas: até Presidente Epitácio — 34 km, e fluvial até Três Lagoas — 216 km.

Pelo transporte fluvial movimenta-se a maior parte da produção exportável do município, embarcados através de 30 portos lacustres existentes ao longo dos rios Paraná, Pardo, Ivinheima e Anhanduí. O pôrto mais importante é o XV de Novembro. Por êle se escoam não só os produtos desta comuna como também os dos demais municípios sulinos.

Em 1956, existiam 250 veículos motorizados. É servido pela rodovia BR—34, cuja construção se acha em via de conclusão.

A população utiliza o serviço postal de Presidente Epitácio, e o telegráfico da Estrada de Ferro Sorocabana, nessa mesma cidade.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bataguaçu, segundo informa o Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, possuía, em 1954, um total de 5 logradouros públicos, todos servidos por iluminação pública, fornecida por intermédio de 20 focos. O serviço de luz domiciliar, que também atingia aquêles logradouros, contava com 30 ligações. O abastecimento de água canalizada bene-

ficiava 4 daqueles logradouros, nos quais havia 30 prédios abastecidos.

A Agência Municipal de Estatística informa que, em 1956, aumentou o número de ligações elétricas domiciliares para 78 e igual número em relação aos prédios abastecidos por serviço de água canalizada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas 4 farmacêuticos prestam serviços assistenciais à população; há 4 farmácias, duas das quais na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, época do Recenseamento, Bataguaçu era distrito de Ivinheima de Rio Brilhante. Não possuía sede, e assim foi incluída sua população, maior de 5 anos e mais, no quadro rural daquele município.

ENSINO — Nas apurações efetuadas pelo Departamento Estadual de Estatística, no fim do primeiro mês letivo de 1956, estavam em funcionamento 5 estabelecimentos estaduais de ensino fundamental comum, com 203 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Um cinema com 150 lugares constitui o único estabelecimento cultural da cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS — Para o período de 1950/56, o município apresentou o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	315	—	—	—
1951	—	858	—	—	—
1952	—	1 101	—	—	—
1953	—	1 769	—	—	—
1954	—	2 642	514	—	435
1955	—	4 434	806	876	596
1956	—	6 785	898	876	819

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Anualmente, realiza-se na sede municipal uma grande festa religiosa em louvor a São João Batista, padroeiro da cidade, com duração de nove dias. Durante as festividades, com início no dia 16 de junho, em que toma parte tôda a população, realizam-se grandes leilões, terminando sempre com uma solene procissão.

A irmandade de "Nossa Senhora dos Navegantes", na povoação de Pôrto XV de Novembro, promove, anualmente, no dia 15 de agôsto, uma significativa procissão fluvial em louvor àquela Santa. A homenagem, que conta com a cooperação dos moradores de Pôrto Itibiriçá e dos marítimos em geral, tem início no rio Pardo, penetra no Rio Paraná, subindo por êste até o pôrto da vizinha cidade de Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A embocadura do rio Pardo, no rio Paraná, aumenta a largura dêste para 2 400 metros, apresentando um belo panorama. Êsse local se chama "Pôrto XV de Novembro" e tem muito movimento por ser o único ponto de ligação dêste Estado com o de São Paulo, em todo o sul de Mato Grosso. A travessia de veículos, de animais de montaria e pedestres é feita em balsas a motor; para o gado há gaiolas especialmente fabricadas. O transporte de passageiros é feito também por pequenos barcos motorizados, até a cidade de Presidente Epitácio, num percurso de quase 6 mil metros.

Em Pôrto XV de Novembro há duas casas de hospedagem, bares, campo de pouso e pista para corridas de cavalos, constituindo assim um ponto de atração dos habitantes das cidades vizinhas da Alta Sorocabana.

Uma fazenda, que se pode considerar "modêlo", constitui outro ponto preferido no município. Dotada de construções com todos os requisitos que a vida moderna exige, a Fazenda Primavera, de propriedade do pioneiro Antônio de Moura Andrade, surpreende ao mais exigente visitante. É industrial e urbanizada, situa-se nas imediações da formosa baía Santa Ilídia, em plena selva do vale do Paraná. Possui serviço de radiocomunicação, campo de pouso para avião do tipo C-47 e boas estradas de rodagem ligando-a com o interior do município. Algumas vêzes já foi escolhida para recreio do atual governador do estado de São Paulo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes locais recebem o nome de bataguaçuense.

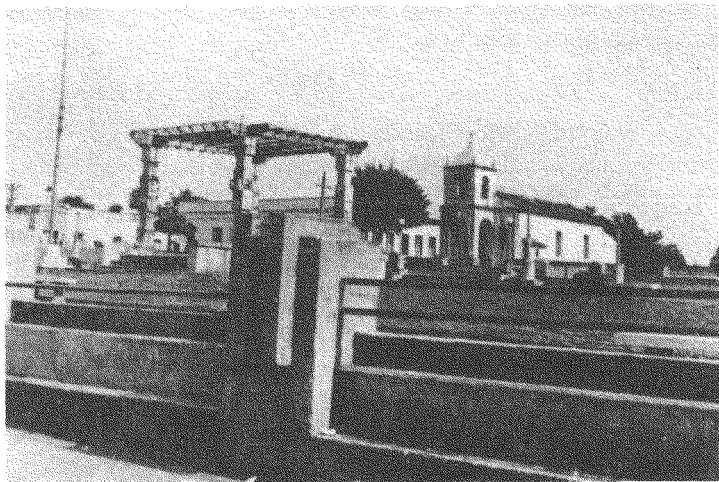
Bataguaçu, topônimo que teve origem em dois idiomas, pode ser decomposto: *Bata* — do idioma tcheco-eslovaco — é o sobrenome do fundador da cidade; *Guaçu* — do tupi-guarani — significa água grande. Os dois têrmos foram ligados para compor o nome do município, sendo o último, ainda, denominação de um ribeiro existente próximo da cidade. Forma, com os seus 4 distritos, têrmo da comarca de Rio Brilhante. O eleitorado é de 1 500 eleitores. É sede de Paróquia, criada em 14 de abril de 1954 e instalada em 2 de maio dêsse mesmo ano, pelo Vigário Frei Luiz Maria de Tomaz Flôres. Possui, além da Igreja Matriz, 5 capelas. A Paróquia é subordinada à Diocese de Corumbá.

Na cidade acha-se instalada uma Agência Municipal de Estatística, órgão integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BELA VISTA — MT

Mapa Municipal na pág. 163 do 2.º Vol.
Foto: pág. 160 do Vol. II

HISTÓRICO — Os Lopes, que já haviam tido papel preponderante no povoamento do vale do Paranaíba, espalharam-se por tôda a região sul do estado de Mato Grosso, ora formando núcleos regulares de aldeamento, ora apenas fazendas isoladas, multiplicando-se desde os campos de Vacaria, Brilhante e Dourados, entrando pelos chapadões do Amambaí, até as campanhas paraguaias, indo, finalmente, um dêsses rebentos pioneiros instalar-se nas regiões banhadas pelo Apa, ali formando fazenda de gado.

Gabriel Lopes, que procedia de Boa Vista, entre o Vacaria e o Brilhante, era genro de Antônio Gonçalves Barbosa; deixando o sogro em Boa Vista, iniciou os alicerces de "Passatempo", propriedade que, tempos depois, cedia a Ignácio Gonçalves Barbosa, irmão de Antônio, iniciando a jornada rumo às regiões férteis do Apa, a fim de ali escolher terras do seu gôsto, o que veio a suceder no ribeirão "Monjolinho", afluente do Apa, onde fundou estabelecimento, mais ou menos no ano de 1846. Em companhia da família, cuidando da nova fazenda, não esquecia de manter contato com Antônio Barbosa, conservando sempre aber-

Vista parcial da praça principal

ta a estrada que, segundo J. H. Elliot, seguia "até a morada de Gabriel Lopes, que é genro do Sr. Antônio Barbosa, situada para baixo da serra do Maracaju sôbre o rio Apa, não longe do forte arruinado de São José".

Dois anos depois de ter instalado a fazenda, em 1848, Gabriel Lopes veio a falecer, deixando à sua mulher, Dona Senhorinha Maria da Conceição, os cuidados de manter a posse que êle fundara. Tempos depois, D. Senhorinha contraía núpcias com José Francisco Lopes, irmão de Gabriel, e que mais tarde iria ter papel de grande relevância histórica, quando assumiu o compromisso de indicar às fôrças brasileiras, então em luta com os exércitos invasores de Solano Lopez, o melhor caminho para alcançar Nioaque, na retirada épica da Laguna. A invasão paraguaia veio encontrar D. Senhorinha à frente da fazenda fundada por Gabriel, cuja posse havia registrado "aos 11 de fevereiro de 1856, de acôrdo com o regulamento de 1854". Terminada a guerra do Paraguai, o exemplo de Gabriel Lopes e de José Francisco foi seguido por vários outros colonizadores, distinguindo-se, entre êles, José Lemes Bugre, o primeiro a se estabelecer, erguendo a primeira residência onde hoje se localiza a cidade de Bela Vista.

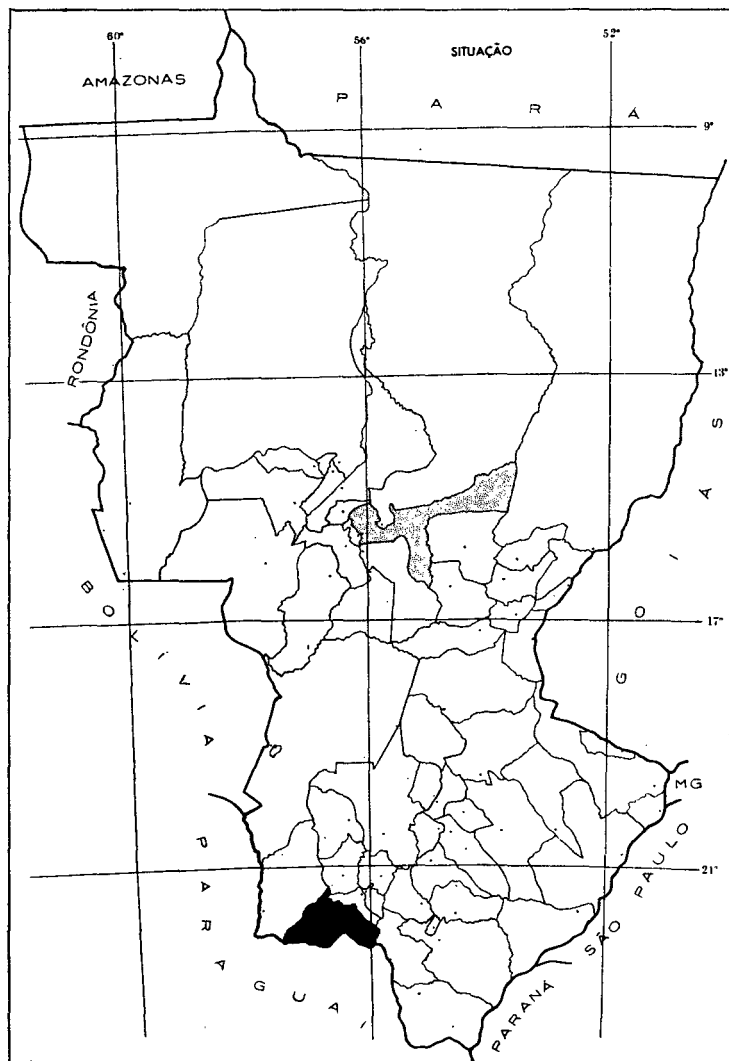
A partir de então, provàvelmente do ano de 1870, teve início o desenvolvimento da povoação, com a chegada de novos colonizadores, todos êles dedicados ao estabelecimento de fazendas de criação e agricultura de subsistência. Escolheram, para centralizar o novo núcleo, o tôpo da pequena colina que margeia o Apa, pelo lado direito. As correntes imigratórias compostas principalmente de rio-grandenses do sul encarregaram-se, posteriormente, de completar o povoamento de Bela Vista. Sôbre êsse movimento imigratório, Virgílio Corrêa Filho, comentando o desenvolvimento da indústria extrativa da erva-mate no sul mato-grossense, declara que "entretanto, avolumava-se a imigração espontanea, riograndense em maioria, de colonizadores, a muito dos quaes a propria companhia (referia-se, aqui, o historiador, à Companhia Mate Laranjeira que, por muito tempo, monopolizou a indústria ervateira em Mato Grosso) facilitava os primeiros trabalhos, permitindo-lhes estanciarem dentro da área arrendada. Vinha pelo Paraguay, por terra quasi sempre escapando á perseguição do castilhismo, que lhe não dava quartel. Dispersavam-se pela fronteira, desde Bella Vista a Ponta Porã, penetrando a pouco e pouco o interior, como onda invasora".

Em 10 de abril de 1900, a Resolução n.º 255 criava a paróquia de paz de Bela Vista, com os limites do já existente distrito policial, estabelecido por volta de 1889. O seu desenvolvimento não sofreu solução de continuidade, tanto assim que o Govêrno do Estado, pela Lei n.º 502, de 3 de outubro de 1908, criava o município de Bela Vista, incorporando-o à comarca de Nioaque, com os mesmos limites do distrito de paz. A mesma Lei n.º 502 eleva a povoação à categoria de vila, onde ficou situada a sede do novo município. Dois anos depois, outra Lei estadual, de n.º 549, de 20 de julho de 1910, cria a comarca de Bela Vista, até então têrmo judiciário de Nioaque, a qual foi instalada em 16 de março de 1911, por fôrça do Decreto n.º 277. Na Divisão Territorial de 1914, o município de Bela Vista aparece com dois distritos: o da sede municipal e o de Caracol, criado pela Lei n.º 659, de 20 de junho daquele ano. Foi elevada à categoria de cidade em 16 de julho de 1918, por fôrça da Lei estadual n.º 772. Em 31 de dezembro de 1934, Bela Vista aparecia com o distrito de igual topônimo (sede municipal) e mais o de Caracol, assim permanecendo até a divisão territorial de 1936, quando foi criado o distrito de Porteira e incorporado ao município de Bela Vista. Continuou com a situação inalterada até 31 de janeiro de 1940, quando foi extinto o distrito de Porteira, aparecendo, então, Bela Vista com os mesmos distritos figurantes em 31 de dezembro de 1934. Em 1943, pelo Decreto-lei federal n.º 5 839, de 21 de setembro, passou a constituir município do território federal de Ponta Porã, entre mais seis do estado de Mato Grosso. Com a extinção do território federal, por ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946, foi reincorporado ao estado de Mato Grosso, com a mesma área anterior ao desmembramento. Segundo o quadro anexo ao Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, o município de Bela Vista figura com três distritos: o da sede municipal, o de Caracol e o de Jardim, êste último criado pela Lei n.º 119, de 13 de setembro de 1948, com território desmembrado do distrito de Bela Vista. Na atual Divisão Territorial do Estado, perdeu o distrito de Jardim, que passou a constituir município de igual topônimo, ficando constituído dos distritos da sede e de Caracol.

Sede de Comarca, subordina os têrmos judiciários de Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Jardim.

Grupo Escolar Generoso Ponce

O município de Bela Vista, atualmente, tem como Prefeito Municipal o Senhor Atanásio de Almeida Melo, empossado em 31 de janeiro de 1955, estando a Câmara Municipal composta por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se na Zona Fisiográfica da Baixada, limitando-se com os municípios de Pôrto Murtinho, Bonito, Jardim e Ponta Porã. É, ainda, limite internacional do Brasil com a República do Paraguai. São seus pontos extremos: latitude N. — 21° 17' 30" e S. — .... 22° 18' 30"; longitude E. — 55° 47' 00" e O. — ...... 57° 26' 45". A cidade de Bela Vista está situada à margem

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

direita do rio Apa, entestando com a de Bela Vista do Paraguai, da qual é separada pelo citado rio. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: latitude S. — 22° 06' 12" e longitude W.Gr. — 56° 22' 17". Em relação à capital do Estado, está localizada no rumo S.S.O., da qual dista 720 quilômetros em linha reta.

ALTITUDE — Na sede municipal o ponto mais alto atinge 161 metros acima do nível do mar, colocando-se, entre as demais cidades mato-grossenses, em 50.° lugar na ordem de altitude.

CLIMA — O município de Bela Vista possui duas espécies de clima: o tropical úmido e o tropical de altitude, êste último na região que compreende a encosta ocidental da serra de Maracaju. O período das chuvas tem início geralmente em janeiro, indo até abril, com maior intensidade em fevereiro e março.

ÁREA — Possui uma extensão territorial de 8 970 quilômetros quadrados, situando em 28.° lugar entre as demais comunas do estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,68% do território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são os seguintes: os rios Apa (em cuja margem direita está localizada a cidade de Bela Vista), Perdido, que serve de limite do município com Pôrto Murtinho, Estrelinha, um dos principais afluentes do Apa; a lagoa Grande, situada na fazenda Santa Maria; e o morro Margarida.

RIQUEZAS NATURAIS — Encontram-se no território: pedra calcária, areia e pedra para construção, e barro para fabrico de telhas e tijolos, na extrativa mineral. Madeira de lei e lenha para combustível, na vegetal; e, finalmente, peixes, peles silvestres e crina, no animal.

POPULAÇÃO — O município de Bela Vista contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 16 436 habitantes, o que lhe dava mais de 1 habitante por quilômetro quadrado. Daquele total, 8 380 pessoas eram do sexo masculino e 8 056 do feminino. Segundo o domicílio, assim se distribuíam: no quadro urbano, 2 088 homens e 2 031 mulheres, num total de 4 119 habitantes; no suburbano, 1 919 pessoas do sexo masculino e 2 061 do feminino, totalizando 3 980; e no quadro rural, 8 337 residentes, dos quais 4 373 do sexo masculino e 3 964 do feminino. A zona campestre concorria com 50,72% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 7 960 homens e 1 654 mulheres, num total de 15 614 pessoas; pretos, 365 do sexo masculino e 338 do feminino, totalizando 703 habitantes; amarelos, 2 homens; pardos, 30 homens e 30 mulheres ou seja um total de 60 indivíduos; havia 57 habitantes sem declaração de côr.

Segundo o estado conjugal, dessa maneira se contavam os moradores, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 2 289 homens e 1 673 mulheres, num total de 3 962 pessoas; casados, 4 379, dos quais 2 146 homens e 2 233 mulheres; desquitados e divorciados, 4 homens e 11 mulheres, num total de 15 pessoas; e viúvos, 91 homens e 393 mulheres, totalizando 484 sêres.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 7 549 homens e 7 291 mulheres, num total de 14 840 habitantes; brasileiros naturalizados, 43 homens e 41 mulheres, somando 84, estrangeiros 787 habitantes do sexo masculino e 724 do feminino, num total de 1 511 pessoas; e sem declaração de nacionalidade 1 homem.

Segundo a religião, 8 156 homens e 7 891 mulheres num total de 16 047, declararam-se católicos apostólicos romanos; 199 habitantes, dos quais 107 homens e 92 mulheres, protestantes; 26 homens, totalizando 44, manifestaram-se espíritas; 4 homens, budistas; 1 homem era ortodoxo; 9 homens e 10 mulheres professavam outras crenças sem religião, havia 80 pessoas, das quais 53 homens e 27 mulheres; finalmente, sem declaração religiosa um total de 42 indivíduos, sendo 24 homens e 18 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada apresentava os seguintes números: distrito de Bela Vista (sede), 6 090 habitantes na cidade e 4 239 na zona rural; distrito de Caracol, 913 residentes na vila e 2 603 no campo; distrito de Jardim, 1 096 habitantes na vila e 1 495 na zona campestre.

A cidade de Bela Vista, com 3 053 habitantes do sexo masculino e 3 037 do feminino, colocava-se em 6.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950, sendo, sòmente superada pelas seguintes:

1 — Campo Grande	31 708
2 — Cuiabá	23 743
3 — Corumbá	18 725
4 — Três Lagoas	7 650
5 — Aquidauana	7 472
6 — BELA VISTA	6 090

Aglomerações urbanas — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município de Bela Vista contava com 3 aglomerados urbanos: a sede municipal, com a população já descrita; a vila de Caracol, com 440 habitantes do sexo masculino e 473 do feminino, num total de 913 pessoas; e a de Jardim (atualmente sede do município de igual topônimo), com 514 homens e 582 mulheres, num total de 1 096 habitantes.

Em 1954, de acôrdo com informações procedentes da Agência Municipal de Estatística, existia o povoado de São Carlos, localizado no distrito de Caracol, com 38 moradias e uma população de 200 pessoas, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município é, essencialmente, pecuarista, não sendo, entretanto, de se desprezar a agricultura, que concorre com apreciáveis resultados para a economia municipal, seguida em proporções mais modestas pela indústria de transformação.

O contingente pecuário de Bela Vista, em 1956, foi estimado em 301 950 cabeças de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos. O valor dêsses rebanhos atingiu mais de 425 milhões de cruzeiros, realçando a população bovina, avaliada em 396 milhões de cruzeiros, correspondentes a 220 000 cabeças; o rebanho de eqüinos é o segundo colocado quanto ao valor, tendo sido estimado em 18 milhões de cruzeiros, preço de 13 000 cabeças. Em quantidade, depois do rebanho de bovinos, aparecia o de ovinos, com 48 000 cabeças, no valor de 4 800 mil cruzeiros.

A produção de leite de vaca, segundo elementos colhidos para o Serviço de Estatística da Produção, atingiu 110 000 litros, correspondentes a 440 mil cruzeiros.

Na agricultura, que valeu naquele ano importância superior a 24 milhões de cruzeiros, distinguiram-se os seguintes produtos: milho, com 1 920 000 quilogramas, no valor de 10 560 mil cruzeiros; mandioca, com 9 000 toneladas, estimadas em 5 400 mil cruzeiros; frutas cítricas, com .... 200 000 centos, valendo 3 milhões de cruzeiros; banana, com 100 000 cachos, expressos por 1 500 mil cruzeiros; cana-de-açúcar, com 5 400 toneladas, calculados em 1 350 mil cruzeiros; e arroz, com 158 400 quilogramas, correspondendo a 924 mil cruzeiros, além de outras culturas de menor expressão econômica, que atingiram, englobadamente, mais de 1 400 mil cruzeiros.

No que diz respeito à indústria, ainda no ano de 1956, a situação foi a seguinte, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos minerais	133
Indústria extrativa de produtos vegetais	645
Indústria de transformação de minerais não metálicos	1 105
Indústria de madeira	300
Indústria de produtos alimentares	6 213
Indústrias diversas	8
Serviços de utilidade pública	475
TOTAL	8 879

Naquele mesmo ano, a pesca, que é explorada em pequena escala, atingiu 1 560 quilogramas, no valor de .... Cr$ 23 400,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio na cidade de Bela Vista é exercido por 119 estabelecimentos varejistas, sendo o excedente da produção exportado para Campo Grande e para outras praças comerciais situadas no estado de São Paulo, de onde também importa a maior parte dos produtos manufaturados.

Em todo o município estão localizadas 128 casas comerciais varejistas.

Duas são as casas de crédito situadas em Bela Vista: uma Agência do Banco do Brasil S. A., e outra do Banco Nacional de Comércio e Produção S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal está ligada, via rodoviária, às cidades vizinhas de: Bonito — via Jardim — 192 quilômetros; Jardim, 101 km; Ponta Porã, 142 km; Pôrto Murtinho, 210 km. Por via aérea, comunica-se com Ponta Porã, num percurso de 80 quilômetros, e Jardim, 50 quilômetros, aproximadamente. Não tem ligação direta com a capital do Estado, o que pode ser feito, via Ponta Porã, Dourados e Campo Grande, ou ainda, Jardim, Aquidauana e Campo Grande, por intermédio do Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal de Bela Vista 29 automóveis, 20 jipes, 10 ônibus, 18 camionetas para passageiros, 16 caminhões e 1 veículo para transporte de animais.

Várias emprêsas rodoviárias, com sede na cidade de Aquidauana, realizam o transporte de passageiros e cargas entre Bela Vista e aquela cidade.

Na sede municipal localiza-se uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos que mantém, ainda, um pôsto postal-telefônico na Fazenda Margarida.

ASPECTOS URBANOS — Segundo elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a cidade de Bela Vista possuía, em 1954, 48 logradouros públicos, dos quais 13 pavimentados e 1 ajardinado; 30 eram servidos por iluminação pública e domiciliar, sendo a primeira fornecida por meio de 900 focos. Na cidade existiam 1 239 prédios, dos quais 205 servidos por luz elétrica. Em dezembro de 1956, segundo informa a Agência Municipal de Estatística, o número de ligações domiciliares subiu para 408. Entre

os edifícios mais importantes, distinguem-se: Cine-teatro São José, Casa Paroquial de Santo Afonso, Hospital São Vicente de Paula, Prefeitura Municipal, Clube Belavistense, Agência do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, Igreja Matriz de Santo Afonso e Quartéis da Guarnição Federal de Bela Vista.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio do Hospital São Vicente de Paula, provido pela Sociedade de Beneficência Hospitalar de Bela Vista, executando serviços de cirurgia, clínica médica em geral e maternidade, possuindo 36 leitos disponíveis e 10 berços; da Casa de Saúde São Patrício, estabelecimento mantido por particulares, com 20 leitos disponíveis; do Pôsto de Higiene de Bela Vista, por conta do Govêrno do Estado, e, finalmente, do Pôsto de Puericultura, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Na sede municipal localizam-se 3 farmácias, e exercem atividades profissionais 4 médicos, 7 dentistas e 3 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — É prestada por intermédio da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência. Na cidade de Bela Vista existe em funcionamento a Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil de Bela Vista, que congrega em seu quadro de associados 27 pessoas.

ALFABETIZAÇÃO — Dos 6 090 habitantes que existiam na cidade de Bela Vista, na época do último Recenseamento Geral do Brasil (1950), havia uma população de 5 204 pessoas de 5 anos e mais. Dessas, sabiam ler e escrever 1 709 homens e 1 473 mulheres, num total de 3 182 residentes, o que representava 52% sôbre a população enquadrada naquele grupo de idade; eram analfabetos 909 homens e 1 113 mulheres, ou seja, um total de 2 022 habitantes.

O município contava, em 1950, com 13 564 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 6 636, ou seja, 48% sôbre aquela população maior. Dêsse número, 3 696 eram do sexo masculino e 2 940 do feminino. O total de analfabetos somava 5 928 pessoas, sendo 3 233 do sexo masculino e 3 695 do feminino.

Na zona rural estavam localizados 6 748 habitantes, ou seja, 49% da população de 5 anos e mais, dos quais sabiam ler e escrever 1 569 homens e 1 095 mulheres, num total de 2 664; a população analfabeta atingia 4 084 moradores, dos quais 1 980 homens e 2 104 mulheres.

Ensino — Segundo resultados das apurações realizadas pelo Departamento Estadual de Estatística, relativas ao primeiro mês letivo de 1956, funcionaram no município 17 escolas estaduais, 5 municipais e 4 particulares, num total de 26 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum. O movimento de matrículas foi o seguinte: nas escolas mantidas pelo Govêrno Estadual, 779 matrículas; pelo Municipal, 151, e por particulares, 796 matrículas.

Ainda no ano de 1956 funcionou, na sede municipal, um curso ginasial, com uma matrícula primitiva de 107 alunos, sendo 72 do sexo masculino e 35 do feminino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade de Bela Vista dois cinemas (Cine Belavistense, com capacidade para 300 espectadores, e Cine-teatro São José, para 500 pessoas) e o Clube Esportivo Belavistense, recreativo, esportivo e cultural, congregando nos seus quadros sociais, em 31 de dezembro de 1956, 319 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou os seguintes resultados, no que diz respeito às finanças federais, estaduais e municipais, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	581	529	624
1951	—	...	539	426	545
1952	—	2 008	986	815	2 004
1953	—	2 424	2 492	1 964	2 427
1954	—	3 044	2 457	1 790	2 403
1955	—	3 552	2 110	...	4 755
1956	—	3 420	2 382	...	5 182

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No dia 11 de maio de 1867, travou-se, às margens do Apa, violento combate entre as fôrças paraguaias e brasileiras, esta última iniciando, então, a célebre retirada da Laguna. Êsse foi o local onde as fôrças comandadas pelo Coronel Carlos de Moraes Camisão quase dizimaram as tropas de Solano Lopes, sob o comando do Major Martinho Urbieta, quando — "ás 11 horas do dia, foi repentinamente atacada a linha de atiradores do Batalhão n. 17 de Voluntários, que marchava na frente, por infantaria inimiga, á qual se seguio uma furiosa carga de cavallaria, que veio esbarrar contra aquelle Batalhão, abrindo-se em duas alas, as quaes desfilarão a todo galope de um lado e de outro de nossa força, procurando penetrar na bagagem. O fogo que soffreo então o inimigo foi terrivel. Cada Batalhão formou quadrado com rapidez espantosa, indo muitos cavalleiros morrer espetados nas pontas das bayonetas do intrepido Batalhão 21. A artilharia, mettendo em bateria com extrema velocidade, fez fogo mortifero de granadas sobre a cavallaria Paraguaya, que deixou o campo alastrado de mortos e feridos. A perda do inimigo não foi inferior a 70 homens: a nossa foi de 19 mortos e 29 feridos..." — foram erguidos dois monumentos: o primeiro, em homenagem aos mortos brasileiros, no combate que os paraguaios denominaram de "Hñh-de-ôpa", que significa: "Nós acabamos", está situado no Cemitério de Água Doce, localizado a dois quilômetros da cidade de Bela Vista; e o segundo, homenagem aos 97 soldados paraguaios que pereceram naquele combate, a 1 500 metros da cidade, nas imediações de Água Doce.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Existem, apenas, manifestações de ordem religiosa, quando são festejados São Patrício, em 17 de março, São José, em 19 de março, Divino Espírito Santo, em 20 de maio, e Santo Afonso, padroeiro da cidade, em 2 de agôsto.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — São encontradas ùnicamente no rio Apa, com suas corredeiras, e na cachoeira do Itá, na invernada Salobra, com 8 metros de altura, situada a 40 quilômetros da sede municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Não se têm notícias concretas quanto à origem do topônimo do município. Presume-se, entretanto, que tal denominação seja

proveniente da localização do forte de Bela Vista do Paraguai, erguido na cidade do mesmo nome, fronteira ao local onde hoje se encontra a urbe de Bela Vista. Entretanto, nada há de positivo sôbre tal assertiva. Os filhos de Bela Vista são chamados de "bela-vistenses".

É sede de Comarca, subordinando os têrmos judiciários de Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Jardim, os distritos de iguais denominações e mais o de Caracol. Seu eleitorado, em janeiro de 1956, era representado por 3 370 pessoas. O culto católico romano é controlado pela Paróquia de Santo Afonso, subordinada à Diocese de Corumbá, enquanto o protestante é representado pela Igreja Evangélica Batista, localizada na sede municipal.

BONITO — MT

Mapa Municipal na pág. 155 do 2.° Vol.

HISTÓRICO — Os índios guaicurus eram os primitivos dominadores de vasta região mato-grossense desde as escarpas da serra de Maracaju até as planuras do pantanal, subjugando-a à sua versatilidade guerreira. Tendo aprendido dos castelhanos o manejo do cavalo, passaram a se utilizar dessa montaria com incomparável perícia, fato que lhes facilitava estender seus domínios por tôda a zona pantaneira, onde os acidentes do terreno lhes permitiam o seu uso, para gravame dos inimigos representados por outras tribos, pelos paulistas e pelos próprios espanhóis que deram de vasculhar-lhes os domínios.

No ciclo das incursões dos filhos de Castela, partidas de Assunção em busca da conquista da região sul de Mato Grosso, teve o município de Bonito suas terras ocupadas pelo Senhor Ruy Diaz de Melgarejo, partindo da cidade de Xerez, por êle fundada em 1593, à margem direita do rio Mondego ou Miranda, que, segundo o Barão do Rio Branco, teria sido a Xerez que Antônio Raposo Tavares viria a destruir, escravizando ou escorraçando os seus habitantes, em 1632.

> "A primeira cidade de Xerez foi fundada em 1579 á margem direita do Mbotetey e evacuada pouco depois.
>
> A segunda Xerez foi fundada em 1593, á margem direita do Mondego (atual Miranda) e mudada em 1625 para uma chapada da serra de Amambay, chamada então de "llanos de Yaguary". Esta foi a Xerez atacada pelos Paulistas em 1632". (Questão de Limites argentina — brasileira — vol. II).

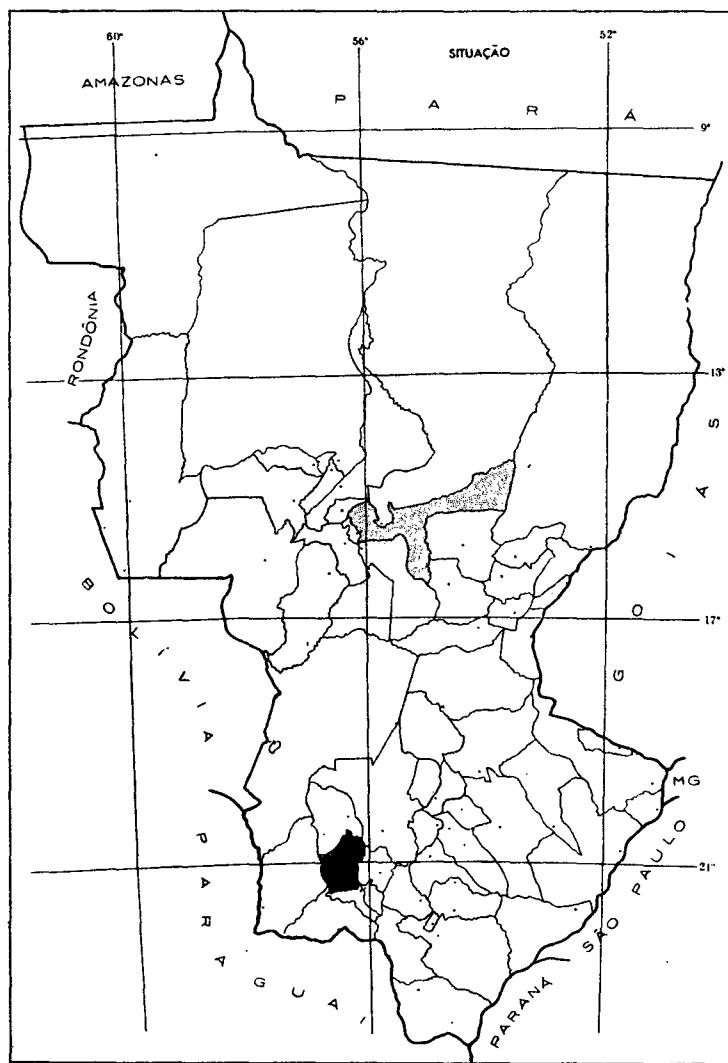
Encaixado que se encontra o município de Bonito na região que serviu de cenário aos eventos da ocupação castelhana do sul do Estado, a salvo da resistência dos guaranis que a êles se aliaram, tornando-se seus pupilos através da ação colonizadora dos jesuítas, é certo ter sido ali, em parte, o palco das competições das fôrças antagônicas representadas pelos conquistadores do rio da Prata e os rudes mamelucos de Piratininga, ambos empenhados, por igual, na expansão dos impérios dos seus senhores. Nos fins do século XVII, já estavam os paulistas donos absolutos da região, destruídas que foram tôdas as reduções jesuítas, preados para escravos os guaranis ou escorraçados para além do rio Paraguai, na zona de incontestável influência dos castelhanos. A vizinhança dêstes, entretanto, não era de molde a tranqüilizar os dirigentes da Capitania, receosos, sempre, de que o abandono a que fôra legada a vasta região sulina, pela descoberta das fabulosas minas de Cuiabá e seus arredores, desse ensejo a que novas tentativas de conquista fôssem postas em execução. Em 1797, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro manda fundar o "Presídio" a que deram o seu sobrenome: Miranda, e de onde partiria o Tenente Francisco do Prado, em 1802, para arrasar o fortim de São José, à margem do rio Apa, em represália à fracassada incursão de D. Lázaro a Coimbra, com igual intento. Pôsto que o forte de Miranda não se situasse no território que hoje constitui o município de Bonito, era, entretanto, garantia de sua permanência como parcela do Estado, amparada pelo poderio militar do "Presídio".

Durante a guerra sustentada contra o tirano paraguaio Francisco Solano Lopes, a população sulina sofreu o inevitável colapso que sòmente anos mais tarde seria remediado, com a volta a seus pagos dos remanescentes da catástrofe. Bonito, entretanto, apesar de relativamente povoado de habitantes rurais, teve que esperar, ainda muitos anos, para que se verificasse a condensação de um povoado que lhe assegurasse foros de município. A partir de 1930, começou a cristalizar-se o núcleo humano que seria mais tarde a sede municipal.

A Lei estadual n.º 693, de 11 de junho de 1915, cria inicialmente o distrito de paz de Bonito, com área desmembrada do município de Miranda, e a êste subordinado administrativamente. Com a criação do território federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, é-lhe anexado como distrito de paz de Miranda. Por fôrça do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1946, é reincorporado ao Estado de Mato Grosso, na mesma situação de distrito pertencente ao município de Miranda. Finalmente, a Lei estadual n.º 145, de 2 de outubro de 1948, eleva-o à categoria de município, com a mesma denominação, tendo por sede a cidade de Bonito, constituindo têrmo judiciário da comarca de Aquidauana, com um único distrito: o da sede municipal, situação essa mantida pelo Decreto n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro territorial administrativo-judiciário do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958.

Grupo Escolar

A atual legislatura foi inaugurada em 26 de junho de 1957, tomando posse o Prefeito eleito, Homero Antunes da Silva, e instalando-se a Câmara Municipal com 5 vereadores. Contava com 1 800 eleitores inscritos na zona eleitoral a que pertence, em 31 de dezembro de 1956.

LOCALIZAÇÃO — Bonito está situado na Zona Fisiográfica da Baixada Mato-grossense, limitando-se com os municípios de Pôrto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bela Vista. Os seus contornos estão delimitados ao norte, pelo rio Miranda e seu afluente Chapena; ao sul, pelo ribeirão da Prata; a leste, pelo rio Miranda; e a oeste, pela serra da Bodoquena e pelo córrego Taquaruçu.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

São seus pontos extremos: latitude N. — 20° 29' 30" e S. — 21° 24' 45"; longitude E. — 56° 03' 30" e O. — 56° 57' 00".

ALTITUDE — A sede municipal está situada a 350 metros de altitude, colocando-se em 26.° lugar entre as demais comunas mato-grossenses. Seu ponto culminante é encontrado na serra da Bodoquena.

CLIMA — O município participa do clima tropical úmido, com ocorrência anual de baixas temperaturas em tôrno de 2°C. Chuvas abundantes são freqüentes no período de janeiro a março.

ÁREA — A área do município é de 5 320 quilômetros quadrados, colocando-se em 37.° lugar em relação às áreas das demais comunas mato-grossenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São seus principais acidentes geográficos: serra da Bodoquena, por cujo espigão corre a sua linha divisória com o município de Pôrto Murtinho; os rios Miranda e seu afluente Chapena, delimitando-o com os municípios de Miranda e Nioaque; o ribeirão da Prata, nos limites com Bela Vista; além de vários outros córregos e ribeirões que banham o seu território.

RIQUEZAS NATURAIS — Há ocorrências de variadas espécies de minérios em Bonito, distinguindo-se a reserva considerável de pedra calcária, pedra para construção e barro para olaria. No reino vegetal, merecem citação os extensos angicais, ensejando a extração, em escala apreciável, de sua casca para a fabricação de tanino, empregado em curtumes, e do seu lenho para consumo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O reino animal apresenta as variedades típicas da região.

POPULAÇÃO — O município de Bonito contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 4 360 habitantes, o que lhe dava 0,81 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 2 274 pessoas do sexo masculino e 2 086 do feminino. Segundo o domicílio, assim se distribuíam: no quadro urbano, 167 homens e 179 mulheres, num total de 346 habitantes; no quadro suburbano, 74 pessoas do sexo masculino e 63 do feminino, totalizando 137; e no quadro rural, 3 877 residentes, dos quais 2 033 do sexo masculino e 1 844 do feminino. A zona campestre concorria com 88,9% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 1 778 homens e 1 656 mulheres, num total de 3 434 pessoas; pretos, 477 do sexo masculino e 422 do feminino, totalizando 899 habitantes; pardos, 19 homens e 8 mulheres ou seja um total de 27 indivíduos.

Segundo o estado conjugal, dêsse modo se contavam os moradores considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 604 homens e 459 mulheres, num total de 1 063 pessoas; casados, 1 104, dos quais 553 homens e 551 mulheres; desquitado, 1 homem, e viúvos, 24 homens e 82 mulheres, totalizando 106 sêres.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 2 174 homens e 2 034 mulheres, num total de 4 208 habitantes; brasileiros naturalizados, 11 homens e 6 mulheres, somando 17; e estrangeiros, 89 habitantes do sexo masculino e 46 do feminino, num total de 135 pessoas.

Segundo a religião, 2 039 homens e 1 917 mulheres, num total de 3 956, declararam-se católicos apostólicos romanos; 6 habitantes, dos quais 5 homens e 1 mulher, protestantes; 6 homens e 9 mulheres, totalizando 15, manifestaram-se espíritas; 1 homem pertencia a outra crença; sem religião, havia 380 pessoas, das quais 221 homens e 159 mulheres; e, finalmente, 2 homens sem declaração de religião.

O município só possui o distrito da sede municipal. A cidade de Bonito, com 241 habitantes do sexo masculino e

242 do feminino, colocava-se em 31.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

No período pós-censitário, o crescimento da população do município tem sido moderado, tanto na sede municipal como na zona rural, em que pesem as condições favoráveis que apresenta para a fixação de colonos.

Aglomerações urbanas — O município conta com uma única aglomeração urbana, que é a cidade de Bonito — sede municipal. Não se registra nenhum povoado, estando a população rural dispersa nas propriedades agrícolas e pecuárias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Bonito tem como principal fator econômico a pecuária. Segundo dados coletados para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, eram os seguintes os seus efetivos pecuários, em 1956: 70 000 bovinos, 16 000 eqüinos, 2 000 asininos, 4 000 muares, 10 000 suínos, 10 000 ovinos e 1 000 caprinos, totalizando um valor de 275 milhões de cruzeiros. Os excedentes são absorvidos pelos municípios de Aquidauana e Campo Grande.

Segundo a mesma fonte, a produção agrícola, em 1956, atingiu 4 milhões e 332 mil cruzeiros, contribuindo com maiores índices o feijão, cuja produção foi de 126 000 quilogramas, o café beneficiado, com 10 050 quilogramas, a mandioca, com 202 toneladas, o arroz, com 84 000 quilogramas, e o milho, com 72 000 quilogramas.

Das pessoas ativas de 15 anos e mais, aproximadamente 75% estão ocupadas na agricultura, pecuária e indústria extrativa.

O Registro Industrial de 1955 arrolou 7 estabelecimentos industriais com menos de 5 operários, que registraram uma produção englobada no valor de 1 milhão e 226 mil cruzeiros. Dêsses estabelecimentos, 1 se dedicava à indústria de produtos vegetais, 1 à de bebidas, 2 se consagravam à de transformação de minerais não metálicos, e 3 à de produtos alimentares. Um único estabelecimento de cinco ou mais operários foi registrado na indústria de transformação de minerais não metálicos, acusando uma produção de 302 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na cidade, 12 estabelecimentos comerciais, dos quais 2 se dedicam simultâneamente aos sistemas de atacado e varejo. Estão estabelecidas em todo o município mais de 40 casas de comércio, tôdas explorando o último ramo. O comércio local mantém transações, principalmente, com a praça de Aquidauana, para onde exporta os excedentes agropecuários e de onde importa a quase totalidade das mercadorias de consumo interno.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Os meios de comunicação de que dispõe o município são os que se realizam através das estradas de rodagem, ligando-o às cidades vizinhas de: Aquidauana — via Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, 235 quilômetros; Bela Vista — 180 quilômetros; Guia Lopes da Laguna — 90 quilômetros; Jardim — 87 quilômetros; Miranda — 140 quilômetros; Nioaque — 145 quilômetros e Pôrto Murtinho — 230 quilômetros.

Comunica-se com a capital do Estado por via aérea, partindo de Aquidauana, Bela Vista, Jardim e Pôrto Murtinho, através das linhas comerciais do Consórcio Real-Aerovias-Nacional e Cruzeiro do Sul, no caso de Aquidauana, e da Real-Aerovias-Nacional, no caso das demais cidades citadas.

Funciona na sede municipal uma Agência Postal Radiotelegráfica de 3.ª classe, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bonito, com menos de 1 000 habitantes, conta com 17 logradouros públicos, entre os quais uma praça arborizada e 135 prédios, nas zonas urbana e suburbana, segundo "Melhoramentos Urbanos — 1954", do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação e Cultura — Edição de 1956. Os edifícios mais importantes são: a Capela de São Pedro, pertencente à paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda e subordinada ao Bispado de Corumbá, Escolas Reunidas Luiz da Costa Falcão e Clube Social de Bonito.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população através de um Pôsto de Saúde do Govêrno do Estado, e duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população recenseada (4 360 pessoas), 3 552 eram de 5 anos e mais (1 860 homens e 1 624 mulheres); dêste grupo, 1 384 sabiam ler e escrever (758 homens e 626 mulheres) e 2 168 declararam-se analfabetos ou não declararam o grau de instrução (1 102 homens e 1 016 mulheres). As percentagens de pessoas alfabetizadas no município eram de 31% sôbre o total da população recenseada e 39% sôbre o grupo de idades de cinco anos e mais. Na sede municipal residiam 483 pessoas (241 homens e 242 mulheres), das quais 406 eram de 5 anos e mais. Segundo as declarações, 303 sabiam ler e escrever (151 homens e 152 mulheres) e 103 (45 homens e 58 mulheres) eram analfabetas. Nesta situação, as percentagens eram, respectivamente, de 63% e 74%. No quadro rural, onde se localizavam mais de 88% da população do município (3 877 pessoas, sendo 2 033 homens e 1 844 mulheres), 3 146 pertenciam ao grupo de pessoas de 5 anos e mais (1 646 homens e 1 482 mulheres). Destas, 1 081 (607 homens e 474 mulheres) sabiam ler e escrever e 2 065 (1 057 homens e 1 008 mulheres) declararam-se analfabetas. A percentagem da população alfabetizada era então de 28% em relação à população total do quadro rural e de 40% relativamente ao grupo de pessoas de 5 anos e mais.

Ensino — No ensino fundamental comum, de acôrdo com "Principais resultados no fim do primeiro mês letivo — 1956", do Departamento Estadual de Estatística, apenas duas escolas estaduais estavam em funcionamento, com 53 alunos matriculados, em 30 de março daquele ano. Entretanto, considerando-se que a maioria das escolas sòmente deu início às aulas em época posterior à que serviu de referência para aquêle levantamento, os dados não refletem com fidelidade a situação do ensino primário no município.

7 — 24 930

FINANÇAS PÚBLICAS — Foi o seguinte o resultado financeiro, no período de 1950 a 1956, dos órgãos arrecadadores estadual e municipal no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	231	60	76
1951	—	...	229	100	208
1952	—	512	98	98	282
1953	—	293	1 084	102	747
1954	—	403	612	99	646
1955	—	748	611	79	752
1956	—	644	854	120	885

(1) A arrecadação federal é feita pela Coletoria de Miranda.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais festividades de cunho popular são as religiosas, entre as quais se distinguem as de São Sebastião, padroeiro da cidade, em 20 de janeiro; as do Senhor Bom Jesus da Lapa, no primeiro domingo de agôsto, e as de Nossa Senhora da Abadia, em 20 de outubro, que congregam tôda a população da sede municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Na fralda da serra da Bodoquena, na fazenda "Anhumas", de propriedade do Senhor Homero Antunes, está situada a "Gruta do Lago Azul", objetivo de turismo extremamente interessante e, nas características que apresenta, único no Estado. Penetrada a gruta e descidas suas escarpas por 150 metros aproximadamente, depara-se ao excursionista um deslumbrante lago azul, cujo tamanho exato não se pode calcular, por não se ter ninguém, até hoje, proposto devassá-lo ou contorná-lo. À proporção que se abeira de sua margem, as águas tornam-se cristalinas a ponto de ser notada, até grande profundidade, a queda de qualquer objeto que se lhe atire. À margem vem ter, impelidas pelo incessante ondular da massa líquida, areias azuis, rosadas ou cinzentas, amantando-a de variegado colorido. A abóbada, que compreende várias cavernas projeta estalactites gigantescas de bizarras formações. Do solo, as estalagmites elevam-se em agulhas cintilantes. Aqui, estatuetas escavadas pela secular erosão se apresentam como obras-primas de lavor artístico; além, surge uma grande pedra cuja percussão se transforma em notas sonoras de piano.

As águas da lagoa, submetidas a análise no Ministério da Agricultura, foram consideradas positivamente magnesianas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome de Bonito foi atribuído à cidade pela sua proximidade do ribeirão de igual nome. Dá-se a designação de "bonitenses" aos habitantes do município. É têrmo da comarca de Aquidauana, compreendendo um único distrito — o da sede municipal. Possui um Cartório de Paz. No período pos-censitário, não apresentou sensível desenvolvimento, como se esperava. É, entretanto, município fadado a um futuro bastante promissor, em virtude das grandes possibilidades latentes que oferece às indústrias extrativas mineral e vegetal, e à agricultura e pecuária.

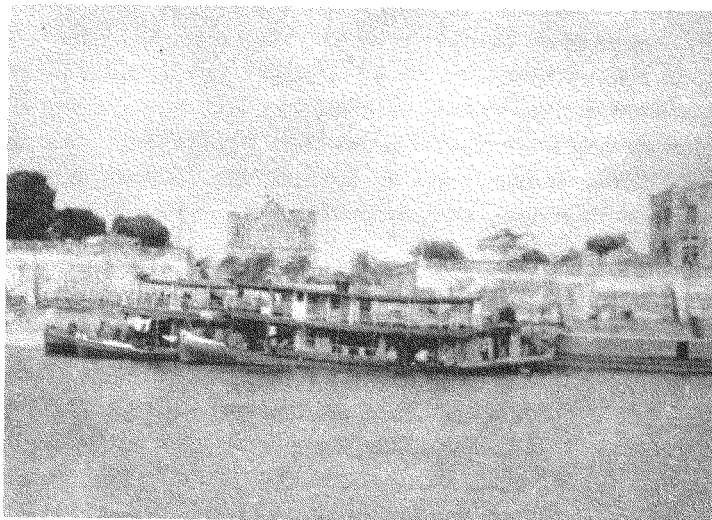
CÁCERES — MT

Mapa Municipal na pág. 63 do 2.° Vol.
Fotos: págs. 48, 74, 78, 135 e 139 do Vol. II

HISTÓRICO — Deve-se ao admirável espírito administrativo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 4.° Governador, Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, a fundação de Cáceres, à margem esquerda do rio Paraguai. Aquêle Governador, visando impedir a evasão de impostos devidos pelos condutores de ouro, determinou a instalação de um "registro", o que foi concretizado em 1772, na passagem do rio Paraguai, na estrada entre Cuiabá e Vila Bela. Além disso, o Governador expandia dessa maneira o plano de defesa da Capitania, já "iniciado com a fundação de Insua, no Araguaya, Coimbra, no Fecho dos Morros", no rio Paraguai, Príncipe da Beira, no Guaporé, Vizeu, "quasi em frente à barra do Corumbiára, à meia distância entre o Forte e Villa Bella", e Albuquerque, também no rio Paraguai, hoje a progressista cidade de Corumbá. Nestas condições, talvez o erguimento do "registro" naquelas paragens apenas tenha servido de justificativa para que o sagaz Governador, mais tarde, pudesse — como efetivamente fêz — construir o pôsto militar de Vila Maria do Paraguai.

Escondeu Pereira e Cáceres o seu verdadeiro objetivo, alegando a necessidade de realizar integralmente a cobrança dos quintos devidos à Coroa e ao mesmo tempo, evitar o contrabando do ouro extraído em Vila Bela e Cuiabá. Em "Monographias Cuiabanas", Virgilio Corrêa Filho faz referência à desconfiança do Capitão-general: "Como gozassem ainda os moradores de Villa Bella os beneficios da redução de impostos, apenas pagariam meio quinto, ao passo que os mineiros de Cuiabá estariam sujeitos ao tributo inteiro. Suspeitou o Capitão General que desse facto pudesse resultar grande contrabando, para cujo evitamento providenciou a fundação do registro, a meio caminho de Cuiabá e Villa Bella, onde os conductores de ouro, exhibiam a sua carga, que entrava na casa da fundição, acompanhada da respectiva guia".

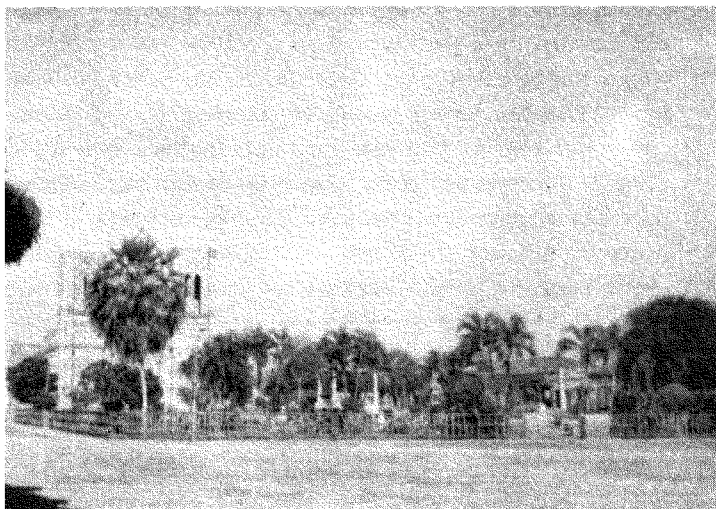
Seis anos depois, no local do registro era instalada uma povoação que recebeu o nome de Vila Maria do Paraguai, tendo de fato sido lavrada a ata respectiva:

"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e settecentos e setenta e oito annos, aos seis dias

Aspecto parcial do Pôrto de Cáceres

Prefeitura Municipal

do mez de Outubro do dito anno, neste destricto do rio Paraguay e a margem oriental delle no lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue ao Cuiabá desde Villa Bella, segundo presente o tenente de dragoens Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por elle foi dito que tinha passado a este dito lugar por ordem do Illmo. Exmo. Senr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Gor. e Capm. Gen. desta Capp. de Matto Grosso para com effeito fundar erigir e consolidar uma povoaçam Sevillizada aonde se congregasse todo o maior numero de moradores possivel comprehendidos todos os cazaes de Indios castilhanos proximamente dezertados para estes Dominios Portuquezes da Provincia de Xiquitos, que fazem o numero de setenta e oito individuos de ambos os sexos que ajuntando-se todo outro numero das mais pessoas congregadas para o dito fiz faz o total de cento e sessenta e hum individuos de ambos os sexos cuja Povoaçam segundo as ordens do dito Snr. se denominará de hoje em diante em ozequio do Real nome de S. Mag. e — "Vila Maria do Paraguay" — esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao Real Serviço e comodidade publica e porque suposto o plano do terreno para a dita villa se acha com algua disposição para continuar-se a fundar-se com regularidade comtudo como alguns dos alinhamentos não estão conforme ao projecto da boa Policia como deveria ser detriminou elle dito Tenente a todos os moradores em nome da S. Exa. que deixando de fazer mais algum inteligente no officio a fim de conservar sem discrepancia se quanto se fabricavam cazas no novo arruamento que lhes fica prescripta e balizado por elle dito Tenente com marcos solidos de páo de ley sendo obrigados a não emxederem e nem diminuirem a dita construção na altura de quatorze palmos de pé direito na frente de todas as cazas que se levantarem e vinte e quatro palmos de altura no cume outrossim detriminou que percizamente chamarião para regular os ditos pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias e na falta deste outro algum inteligente no officio afim de conservar sem discrepancia segundo o risco a largura de sessenta palmos de ruas que estão assignadas por elle dito Tenente cujas atualmente demarcadas e balizadas terão os seguintes nomes a saber a primeira contando do norte — rua d'Albuquerque a imediata para o sul — rua do Mello — as quaes ambas vão dezembocar na praça e cada uma dellas faz face a mesma do Norte e do Sul assim como também as traveças de trinta palmos que dividem os quarteis das ditas ruas e se denominarão estas traveças a primeira contando do Poente para o nacente — traveça do Pinto — e a que se seque contando também para o nacente — traveça do Rego — e no alto da Praça da mesma banda do nacente cuja frente fica riscada entre as ruas e traveças ditas com trezentos e sessenta palmos, cujo numero tem tambem as mais quadras poderão os moradores erigir a sua igreja por ficar a porta principal della para o Poente como detriminão os rituaes e o mais terreno da dita frente da Praça digo e mais o terreno desta frente da Praça por agora se não ocupará em cazas deixando-o livre para as do conselho e cadea quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos Povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficão detriminados para o centro de cada um dos quarteis. O que tudo assim executado pelo dito Tenente de Dragôens na presença de todos os moradores mandou a mim Domingos Ferreira da Costa Fiel deste Registro que servindo de escrivam fizece este Termo para constar do referido o qual assignou com as Testemunhas seguintes: — Leonardo Soarez de Souza homem de negocio, Ignacio de Almeida Lara, João Marques de Avila, Ignacio José Pinto soldado dragão, Manoel Glz. Ferreira soldado dragão, Antônio Pereira de Mattos, Antônio da Costa Rodrigues Braga, José Francisco, Agostinho Fernandes, Antônio Javier de Moura, Antônio Teixeira Coelho — E eu Domingos Ferreira da Costa, Fiel deste Registro que o escrevi. — O tenente de Dragôens Commandante Antônio Pinto do Rego e Carvalho — Leonardo Soares de Souza — Ignácio de Almeida Lara — João Marques de Avila — Ignacio José Pinto — Manoel Glz Ferreira — Antônio Pereira de Mattos — José Francisco — Antonio da Costa Rodrigues Braga — Agostinho Fernandes — Antonio Xavier de Moura — Antonio Teixeira Coelho".

Estavam, assim, lançados os fundamentos de São Luiz de Cáceres, cuidando Luiz de Albuquerque, logo em seguida, de aumentar a população de Vila Maria do Paraguai. Para conseguir o seu intento, determinou várias facilidades àqueles que desejassem fixar residência no novo povoado, assim empregou os mais variados meios, a fim de atrair os índios chiquitanos, provocando, com isso, sérias reclamações do Governador da província de Chiquitos. Explicando êle êsse fato, isto é, a presença do gentio em "Vila Maria do Paraguai", a Martinho de Melo, em carta datada de 14 de março de 1783, diz que: é bem verdade que a effeitos de varias diligencias surdas e de sagacidade que pratiquei".

Superando todos os obstáculos, conseguiu Luiz de Albuquerque manter o novo povoado em constante evolução, tanto assim que, em 16 de junho de 1779, era criado o distrito paroquial de São Luiz do Paraguai, por fôrça da Provisão régia daquela data. Tão regular e constante era o seu progresso que Caetano Pinto de Miranda Montenegro,

Praça Barão do Rio Branco

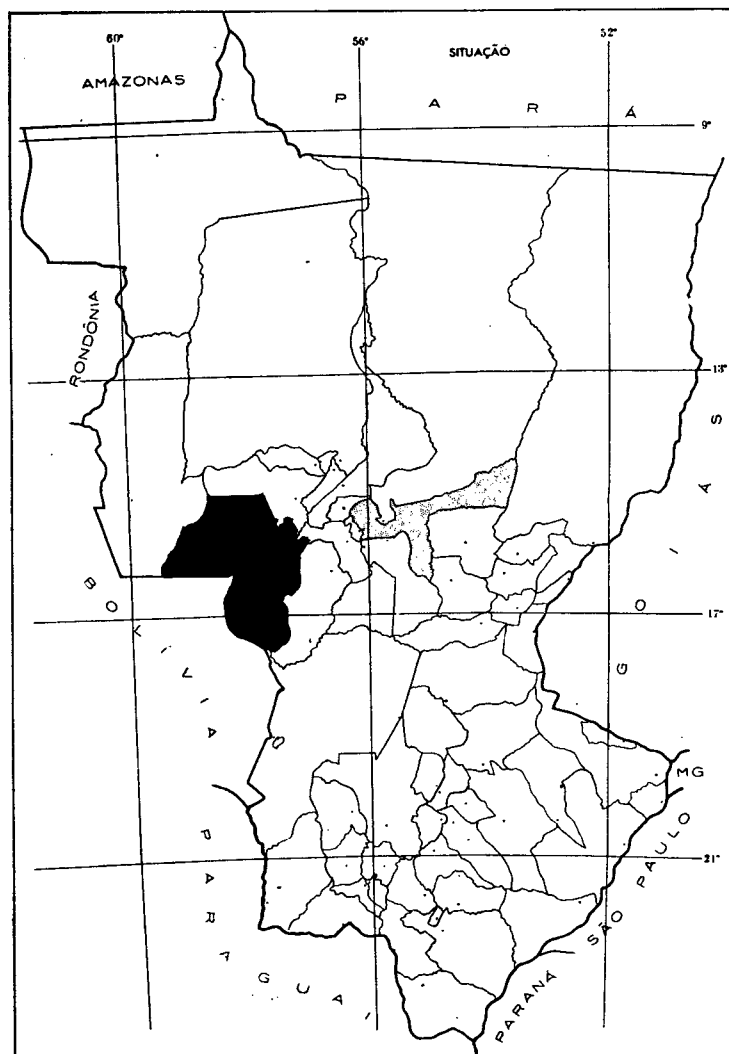
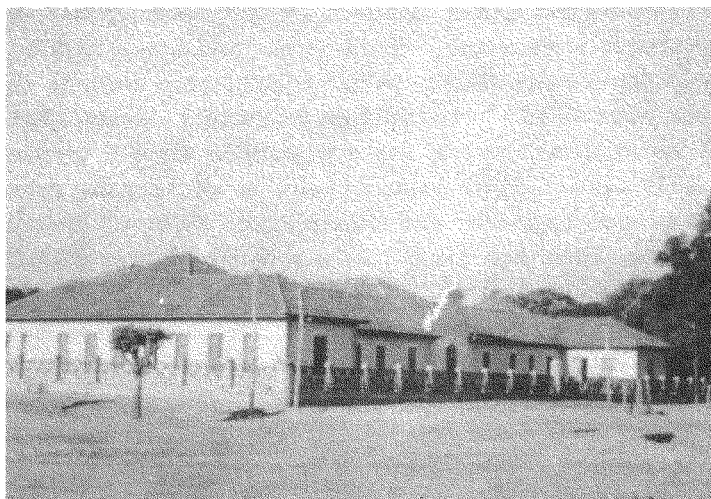
em 1803, não satisfeito com a localização da capital da província de Mato Grosso, sugeriu à Metrópole a sua transferência para Vila Maria, isso porque Cuiabá não lhe era simpática e Vila Bela entrava em fase de completa estagnação.

Data a criação do município do ano de 1850, pela Lei provincial n.º 8, de 28 de junho, recebendo o mesmo nome do ex-distrito — "São Luiz do Paraguai". Extinto em 16 de junho de 1851, tendo em vista os têrmos da Lei provincial n.º 1, foi novamente restabelecido com o nome de Vila Maria, por ato idêntico, também de n.º 1, de 28 de maio de 1859, sendo instalado no mesmo ano, no dia 16 de outubro. Em 1861, segundo o Recenseamento organizado pelo Chefe de Polícia de Mato Grosso, Dr. Jesuíno de Souza Martins, por determinação do Presidente Antônio Pedro de Alencastro, a população de Vila Maria era composta de 2 968 pessoas, só sendo superada pelas populações das freguesias de Sé, 5 578 habitantes, e Livramento, com 3 093. Entretanto, no recenseamento referido, não foram incluídas as freguesias de Pedro II, Guia, Rio Abaixo, Miranda e Corumbá, totalizando já considerável população, principalmente as duas últimas. A vila, com a denominação de São Luiz de Cáceres, recebeu foros de cidade, em virtude da Lei provincial n.º 3, de 30 de maio de 1874. Em 1896, por fôrça da Lei n.º 145, de 8 de abril foi criado o distrito de Barra do Rio dos Bugres, no município de São Luiz de Cáceres. Presume-se que em 1900 o município já fôsse sede de comarca, tanto assim que a Resolução estadual n.º 327, de 8 de abril de 1902, criava a paróquia de paz de Santo Antônio do Rio Madeira, na comarca de Cáceres, da qual foi desmembrada em 3 de junho de 1908, por fôrça da Lei n.º 494. Em 8 de abril de 1910, foi criada a Diocese de São Luiz de Cáceres, por "S. S. o Papa Pio X, que pelas letras Apostólicas "Novas Constituere", elevou à categoria de archidiocese a séde Episcopal de Cuyabá, dando-lhe por suffraganeas as novas sedes de Santa Cruz de Corumbá e de São Luiz de Cáceres e assim constituindo a Provincia Eclesiastica de Cuyabá. Esta Bulla de instituição foi posta em execução pelo Decreto na Nunciatura Apostolica de 22 de Outubro do referido ano de 1910, assignada pelo Nuncio no nosso Paiz, o Exmo. Reverendissimo Senhor D. Alexandre Bavona, arcebispo Thassalia". Em 1911, era nomeado o primeiro Bispo da nova Diocese, D. Modesto Augusto Vieira, que não chegou a tomar posse, sendo substituído por D. Luiz Maria Gallibert, provincial em Mato Grosso, da ordem Terceira Regular de São Francisco de Assis do Brasil.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, o município de São Luiz de Cáceres passou a denominar-se, simplesmente, Cáceres, figurando no quadro territorial, fixado pelo referido Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1939/1943, com dois distritos: Cáceres (ex-São Luiz de Cáceres) e Barra do Bugres (ex-Barra do Rio dos Bugres).

Em virtude do Decreto-lei n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, Cáceres perdeu o distrito de Barra do Bugres e parte do distrito de Cáceres, desmembrados para o novo município de Barra do Bugres. Na Divisão Territorial do Estado para o qüinqüênio 1944/1948, fixada pelo referido Decreto-lei n.º 545, o distrito de Cáceres perdeu, ainda, parte do seu território em benefício do distrito de Pôrto Esperidião, criado para vigorar naquele qüinqüênio. A do qüinqüênio 1954/1958 manteve a mesma situação existente na divisão anterior.

Atualmente Cáceres tem como Prefeito Municipal o Senhor José Rodrigues Fontes, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo a Câmara Municipal composta de sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cáceres está localizado no Zona do Pantanal Mato-grossense, limitando-se com Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Hospital de Cáceres

Corumbá, Mato Grosso e ainda com a República da Bolívia. São os seus pontos extremos: latitude N.-15° 01' 45" e S.-17° 36' 30"; longitude E.-57° 01' 15' e O.-59° 26' 45".

A cidade de Cáceres está situada à margem esquerda do rio Paraguai, tendo as seguintes coordenadas em relação à capital do Estado, da qual dista 174 quilômetros em linha reta, no rumo O.S.O.: 16° 93' 42" de latitude S. e 57° 40' 51" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — É de 118 metros acima do nível do mar, na sede municipal, colocando-se em 55.° lugar em relação às demais cidades mato-grossenses.

CLIMA — O clima da região está classificado como o do tipo tropical úmido, que é o comum em tôda Zona do Pantanal do estado de Mato Grosso. O período das chuvas tem início, geralmente, no fim do mês de setembro, indo até princípio de março, apresenta-se mais intenso entre dezembro e janeiro.

ÁREA — O município de Cáceres, com 40 560 quilômetros quadrados, coloca-se em 7.° lugar em extensão territorial no estado de Mato Grosso, superando-o, apenas, os seguintes:

Chapada dos Guimarães ...	204 304
Barra do Garças	194 826
Aripuanã	145 510
Diamantino	133 447
Corumbá	69 915
Mato Grosso	62 485
CÁCERES	40 560

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paraguai e seus principais afluentes Jauru, Cabeçal e Sepotuba, êste último o mais caudaloso e mais extenso dentro do município. Sôbre o Sepotuba escreveu Severiano da Fonseca: "... desce da Serra do Tapirapoan, onde forma contrafontes com o Sumidouro: tem por mais notáveis cabeceiras os Gerivauba ou Jurubauba, contra-vertente com o Sabarânina e o Jabá (Juva, das Cartas do Seculo passado), que também origina-se bem proximo às nascentes do Jaurú, Guaporé e Juruhena. Além dêsses, o rio Aguapeí, o maior tributário do Jauru.

Distinguem-se, ainda as lagoas do Chacororé, da Guaíva e Uberaba, esta última célebre pela apresentação, em algumas épocas do ano, de "tapagens" ou "batumes", verdadeiras ilhas flutuantes formadas de vegetais (capins, vitórias-régias, terras e lôdo), "... que abrigam perfeitamente grandes e grossas embaubas e outras arvores e arbustos, como se estivessem em terra firme. Não raramente se avistam pousando despreocupadamente e felizes os icthyophagos biguás, baguarys e outras aves ribeirinhas, e marcialmente caminhando algumas vezes de um para outro lado, os circumspectos tuyúyus, que vão viajando rio abaixo despreocupadamente, alheios ás correntezas, nestas pittorescas jangadas naturaes, que constituem um interessante passa-tempo dos viajantes. Frequentemente nestas ilhas movediças se observam tambem os bugios saltitantes e irrequietos, as capivaras somnolentas, as enormes sucurys e vorazes jacarés, que apreciam sobremodo esta singular maneira de viagem".

As principais quedas d'água existentes no município são: "Salto", no rio Sepotuba, "Salto das Nuvens", no rio Cabaçal, e "Salto das Andorinhas", no rio Juba.

RIQUEZAS NATURAIS — Em exploração, atualmente, existem as seguintes no reino mineral: pedras calcárias, pedra e areia para construção, barro especial para o fabrico de telhas e tijolos; no vegetal, sobreleva-se a ipecacuanha ou "poaia", preciosa planta que ocupa a região das grandes matas do município e que hoje constitui uma das suas grandes fontes de receita; madeiras de lei, salientando-se aroeira, angelim, angico, bálsamo, cedro, coração-de-negro, jacarandá e muitas outras, além de grande quantidade de madeira própria para lenha utilizada como combustível; no reino animal, além de tôdas as variedades que constituem a rica fauna mato-grossense, distingue-se o peixe, encontrado, abundantemente, no rio Paraguai e todos os seus afluentes.

POPULAÇÃO — O município de Cáceres contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 19 262 habitantes, o que lhe dava 0,47 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 9 749 pessoas do sexo masculino e 9 513 do feminino. Segundo o domicílio, assim se distribuía: no quadro urbano, 1 596 homens e 1 819 mulheres, num total de 3 415 habitantes; no suburbano, 617 pessoas do sexo masculino e 730 do feminino, totalizando 1 347; e no quadro rural, 14 500 residentes, dos quais 7 536 do sexo masculino e 6 964 do feminino. A zona campestre concorria com 75% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 1 471 homens e 1 366 mulheres, num total de 2 837 pessoas; pretos, 657 do sexo masculino e 531 do feminino, totalizando 1 188 habitantes; amarelos, 1 homem e 3 mulheres, somando 4; e pardos, 7 553 homens e 7 557 mulheres, ou seja, um total de 15 110 sêres.

Segundo o estado conjugal, dêsse modo se dividiam os moradores, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 2 537 homens e 1 892 mulheres, num total de 4 429 pessoas; casados, 5 197, dos quais 2 562 do sexo masculino e 2 635 do feminino; desquitados e divorciados: 5 homens e 6 mulheres, num total de 11 pessoas; e viúvos, 202 homens e 532 mulheres, totalizando 734 indivíduos.

Rua General Osório

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 9 431 homens e 9 220 mulheres, num total de 18 651 habitantes; brasileiros naturalizados, 5 homens e 2 mulheres, somando 7; e estrangeiros, 313 habitantes do sexo masculino e 291 do feminino, num total de 604 pessoas.

Segundo a religião, 9 468 homens e 9 271 mulheres, num total de 18 739, declararam-se católicos apostólicos romanos; 119 habitantes, dos quais 65 homens e 54 mulheres, protestantes; 111 homens e 103 mulheres, totalizando 214 manifestaram-se espíritas; 3 homens e 4 mulheres, totalizando 7 pessoas, professaram outras crenças; sem religião, havia 10 pessoas, das quais 6 homens e 4 mulheres; e, finalmente, sem declaração religiosa, um total de 173 indivíduos, sendo 96 homens e 77 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada era vista da seguinte forma: distrito de Cáceres (sede), 4 618 habitantes na cidade e 11 380 na zona rural; distrito de Pôrto Esperidião, 144 residem na vila e 3 120 na zona rural.

A cidade de Cáceres, com 2 140 habitantes do sexo masculino e 2 478 do feminino, colocava-se em 8.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950, só sendo superada pelas seguintes:

1 — Campo Grande	31 708	habitantes
2 — Cuiabá	23 745	"
3 — Corumbá	18 725	"
4 — Três Lagoas	7 650	"
5 — Aquidauana	7 472	"
6 — Bela Vista	6 090	"
7 — Ponta Porã	5 152	"
8 — CÁCERES	4 618	"

Aglomerações Urbanas — Em 1950, segundo o Censo Demográfico, no município de Cáceres existiam dois principais aglomerados: a cidade de Cáceres, com a população já descrita, e a vila de Pôrto Esperidião, com 144 habitantes (73 do sexo masculino e 71 do feminino). Segundo informações da Agência Municipal de Estatística, existiam, em 1954, mais as seguintes: Descalvados, com 400 habitantes; Caiçara, com 225; Bela Vista do Norte, com 165; Flexas, com 160; São José, com 130; Facão, com 120; e Barranquinho, com 115 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Calcula-se em 62% a população ativa empregada nos ramos pecuária, agricultura e indústria extrativa, sendo que o primeiro e segundo ramos constituem a principal base econômica do município. É de se notar, porém, que a população ativa é grandemente aumentada na época da safra da ipecacuanha, quando pessoas residentes nos municípios de Barra do Bugres, Rosário Oeste, Acorizal e Cuiabá para ali acorrem em busca da preciosa "poaia".

Segundo elementos fornecidos pela Agência Municipal de Estatística e destinados ao Serviço de Estatística da Produção, em 1956 a população pecuária do município de Cáceres era composta de 314 300 cabeças de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos, com o seguinte valor, para cada rebanho, em milhares de cruzeiros:

Bovinos (295 000 cabeças)	531 000
Eqüinos (9 100 cabeças)	18 200
Asininos (900 cabeças)	1 980
Muares (1 800 cabeças)	5 040
Suínos (5 500 cabeças)	2 750
Ovinos (600 cabeças)	90
Caprinos (1 400 cabeças)	168
TOTAL	559 228

A agricultura somou, ainda naquele ano, ... Cr$ 33 703 360,00, assim distribuídos:

	Cr$
Mandioca (15 260 toneladas)	13 580 400,00
Cana-de-açúcar (33 675 toneladas)	8 082 000,00
Arroz (997 500 quilogramas)	4 987 500,00
Feijão (465 600 quilogramas)	2 716 000,00
Milho (883 200 quilogramas)	2 649 600,00
Culturas diversas	2 263 500,00

A produção extrativa vegetal representada por ipecacuanha e madeira atingiu a Cr$ 6 396 000,00, sendo que a extração da primeira foi estimada em 12 mil quilogramas, no valor de 6 milhões de cruzeiros.

No setor das indústrias de transformação, os resultados conseguidos, em 1956, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, foi o seguinte, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	227
Indústria da madeira	234
Indústria química e farmacêutica	445
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	164
Indústria de produtos alimentares	27 805
Indústria de bebidas	2 066
TOTAL	30 941

Verifica-se, assim, que a indústria de produtos alimentares tem predominância sôbre as demais, pois concorre com mais de 89% para o total geral da produção industrial, fato êsse resultante da localização, em terras do município, de duas grandes charqueadas: a de Barranco Vermelho e a dos "Descalvados", ambas absorvendo grande parte da disponibilidade da população bovina municipal.

Rua Coronel Dulce

A produção de pescado atingiu, em 1956, 5 050 quilogramas, no valor de Cr$ 63 100,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 22 varejistas, estimando-se em 38 as casas de comércio situadas no município.

Na cidade de Cáceres existem três agências bancárias: Banco do Brasil S. A., Banco Nacional de Comércio e Produção S. A. e Banco de Crédito da Amazônia S. A.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Liga-se às sedes dos municípios vizinhos de Barra do Bugres, via fluvial, em um percurso de 550 km; Corumbá, via aérea, 320 km, ou fluvial, 730 km; Mato Grosso, aérea, 110 quilômetros, ou rodoviária, 360 km; Nossa Senhora do Livramento, rodoviária, via Poconé, 274 km; e Poconé, rodoviária, 198 km. Com a Capital do estado, via aérea, 180 quilômetros, ou rodoviária, 332 km.

Cáceres é servido por duas companhias aéreas: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. e Consórcio Real-Aerovias de Transportes Aéreos. Duas vêzes por semana, aviões do Correio Aéreo Nacional fazem escala no aeroporto existente na sede municipal.

Estão localizadas na cidade uma emprêsa de transporte rodoviário e uma de transporte fluvial. Há uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos que mantém, ainda, mais duas estações radiotelegráficas: na vila de Pôrto Esperidião e no povoado de Descalvados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cáceres, com a população descrita em outro tópico, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, possuía, em 1954, logradouros públicos em número de 53, dos quais 6 arborizados e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente; em 24 existia iluminação pública, fornecida por meio de 180 focos. 14 Logradouros tinham água canalizada, onde existiam 220 prédios abastecidos; 16 eram servidos por iluminação domiciliária e, dos 1 153 prédios então existentes, 294 contavam com ligações elétricas. Os prédios mais importantes, localizados na sede municipal, são os seguintes: Prefeitura Municipal, Cine Palácio, Hospital São Luiz, Residência Diocesana, Ginásio 11 de Março, Colégio Imaculada Conceição e Quartel do 2.º Batalhão de Fronteiras.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio do Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno do Estado e pelo Hospital São Luiz, da Sociedade Religiosa da Ordem 3.ª Regular de São Francisco, estabelecimento que executa cirurgia e clínica médica em geral, possuindo 52 leitos disponíveis.

Na sede municipal estão localizadas duas farmácias; executam serviços profissionais 4 médicos, 5 dentistas e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Centro Espírita "Mateus", filiado à Federação Espírita Brasileira, mantém um Departamento de Assistência Social, para pobres e desamparados.

Não há entidade cooperativista no município.

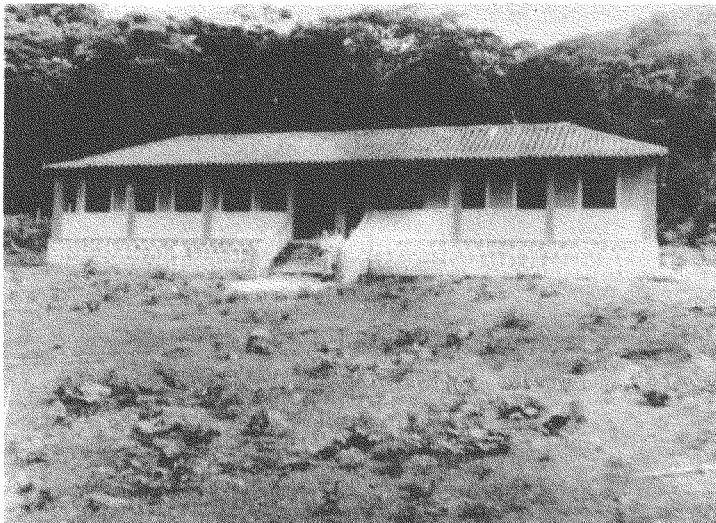
ALFABETIZAÇÃO — O Censo Demográfico de 1950 revelou que a população de 5 anos e mais, localizada no município de Cáceres, atingia 15 694 habitantes, ou seja, mais de 81% da população total da comuna. Daqueles habitantes, sabiam ler e escrever 2 522 homens e 1 967 mulheres, totalizando 4 489 pessoas; eram alfabetizadas 5 453 do sexo masculino e 5 752 do feminino, num total de 11 200 habitantes. Ainda naquele grupo de idade, na cidade de Cáceres, localizavam-se 3 891 habitantes. Dêsse número, sabiam ler e escrever 1 197 homens e 1 175 mulheres, totalizando 2 372 residentes; não o sabiam 1 519 pessoas, das quais 592 do sexo masculino e 927 do feminino. Na vila de Pôrto Esperidião, dos 177 habitantes enquadrados naquele grupo de idade sabiam ler e escrever 39 homens e 30 mulheres, sendo analfabetas 21 pessoas do sexo masculino e 27 do feminino. Na zona rural do município, a população de 5 anos e mais era composta por 11 686 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 2 048 e não sabiam, 9 638.

Ensino — Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em apurações realizadas referentes ao primeiro mês letivo de 1956, existiam em Cáceres 11 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, dos quais 8 mantidos pelo Govêrno do Estado, 2 pelo Municipal e 1 por entidade particular. O número total de matrículas atingiu 475, sendo que as escolas estaduais matricularam 278 alunos, as municipais 84 e a particular 113.

O Ginásio 11 de Março teve, em 1956, matrícula inicial de 68 alunos, enquanto o Ginásio Imaculada Conceição atingiu 85, estando ambos localizados na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade de Cáceres 3 associações esportivas, que congregam nos seus quadros sociais 523 pessoas. O Cine Palácio, funcionando quatro vêzes por semana, tem capacidade para 355 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 016	2 032	2 229	311	2 227
1951	1 104	3 090	1 152	364	1 120
1952	1 640	3 190	2 798	259	2 003
1953	2 248	3 912	2 403	420	1 602
1954	2 210	4 489	1 950	445	2 517
1955	3 072	6 798	4 325	1 097	4 217
1956	4 387	8 940	5 992	1 295	6 352

Escola de Facão

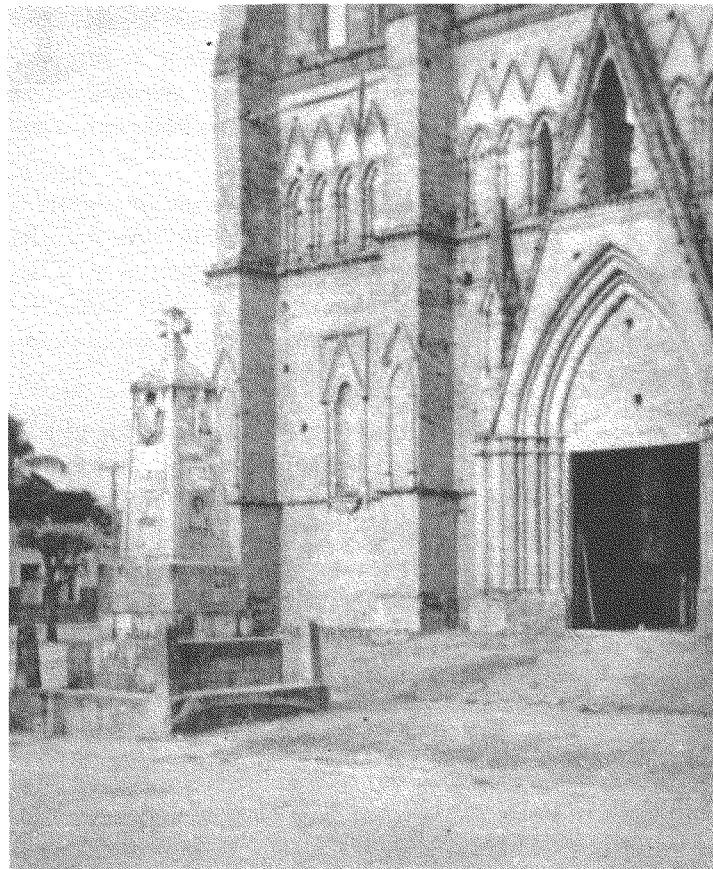
PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em 1.º de julho de 1780 — "O governador Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, tendo participação da existencia de uma mina de cobre no rio Jaurú, determina ao commandante do destacamento militar de Villa Maria que para alli se transportasse, procedendo ás necessarias averiguações". Não se tem conhecimento dos resultados dessa expedição.

Em 9 de julho de 1790 — "São descobertas por João da Motta as jazidas mineraes do rio Cabaçal". Como sucedeu em 1780, o Governador Pereira e Cáceres tomou providências no sentido de verificar a descoberta. Depois de explorada por vários garimpeiros, sem resultados apreciáveis foi, muitos anos depois, entregue ao coronel José Joaquim de Carvalho, por privilégio real, que mandou pesquisá-las com resultados positivos. Foi então organizada, em Londres, "uma sociedade para exploral-as, não chegou a expedição formada para esse fim, e que já se encontrava proxima do rio Cabaçal, a encetar os respectivos trabalhos, por motivo do falecimento inesperado do diretor technico da empreza". Em 16 de maio de 1814, diz Estevão de Mendonça, "é iniciada em Barreiros, por ordem do governador João Carlos Augusto d'Oeynhausen de Gravemberg, a construção de uma grande ponte de madeira. Esse trabalho ficou concluido em 1816, facilitando assim o transito por aquella baixada, de difficil passagem na estação das águas. A ponte tinha de comprimento 325 metros e assentava-se sobre 144 esteios de aroeira. Essa obra desviou o único embaraço que existia na estrada de Villa Maria e Mato Grosso". Em 6 de agôsto de 1838, deu-se início aos trabalhos de exploração e reconhecimento das minas de salitre existentes em Cáceres, então distrito de Vila Maria. Em 25 de dezembro de 1846 — Em "Datas Mattogrossenses", de Estevão de Mendonça, há o seguinte registro: "Fallece na Fazenda "Jacobina", município de São Luiz de Cáceres, o dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, chefe da revolução de 7 de novembro de 1837, que na história patria é conhecida por "Sabinada". Preso, com pesados grilhões ao collo e aos pulsos, foi depois condenado á morte e, por comutação de pena, deportado para a provincia de Goiaz, de onde passou para Mato Grosso".

Em 1895, seus ossos foram remetidos para Salvador, a pedido do Instituto Histórico da Bahia.

Está localizado na Praça Barão do Rio Branco o marco que a comissão de demarcação de limites entre Portugal e Espanha colocou "a margem direita do rio Paraguai, meia legua abaixo da fóz do rio Jaurú", em 17 de janeiro de 1754. Tendo perdido a utilidade em 1761, por fôrça de outro tratado de limites, foi removido para a cidade de Cáceres e plantado no lugar atual. "O marco tem a fórma de uma piramide quadrangular e é todo de marmore, medindo 20 palmos de alto. É encimado por uma cruz de 3 1/2 palmos, e em suas faces existem as inscrições seguintes: Lado de Portugal (Face para o Paraguai) Sub Joanne V. Lusitanorum Rege Fidelissimo (Face para S. O.): Justitia Et Pax Osculatoe Sunt Lado da Hespanha Sub Ferdinando VI Hispanioe Rege Catholico (Face para o Jaurú). Ex partis Finium Regundorum Conventis MADRID IDIB JANUAR. MDCCL".

Em 15 de maio de 1892, aparece o jornal "Cidade de Cáceres", de propriedade de uma sociedade anônima. A 3 de maio de 1911, surge o diário "O Argos", fundado por Generoso Pereira Leite e cujo corpo de redação era integrado por Pedro Trouy, general Antônio Anibal da Mota, Demétrio da Costa Pereira e João de Campos Widal. Em 1.º de janeiro de 1917, surge outro jornal. "O Commercio", sob a responsabilidade de Carlos de Mello.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações religiosas realizadas em Cáceres são promovidas pelas autoridades religiosas: festa de São Benedito e

Marco Divisório e aspecto parcial da Igreja Prelatícia de Cáceres

festa do padroeiro da cidade, São Luís. As comemorações do Senhor Divino, entretanto, ainda obedecem ao mesmo critério do tradicionalismo mato-grossense: sorteio dos festeiros, leilões, missas e o baile que encerra as comemorações.

VULTOS ILUSTRES — João Carlos Pereira Leite — nasceu na fazenda Jacobina, no município de Cáceres, tendo falecido em 3 de outubro de 1880. Major da Guarda Nacional e chefe político de grande personalidade e prestígio. Tomou parte na "Retomada de Corumbá", organizando, a suas expensas, uma fôrça expedicionária que se incorporou às fôrças regulares do Govêrno. Deu asilo ao Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, chefe da "Sabinada", revolução ocorrida na Bahia, em verdadeiro desafio aos poderes constituídos.

Antônio Aníbal de Mota — nasceu em Cáceres, a 16 de março de 1845, onde faleceu em 17 de maio de 1932. Militar, morreu no pôsto de marechal-de-exército. Tomou parte na guerra do Paraguai, sendo um dos heróis da "Retomada de Corumbá".

Mariano Ramos — nasceu na fazenda Flechas, em Cáceres, a 17 de junho de 1804, e faleceu no Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1896. Jornalista, político, deputado estadual, é patrono da Cadeira n.º 33, da Academia Mato-grossense de Letras.

Pedro Trouy — nasceu a 6 de junho de 1872 e faleceu em 1926. Jornalista, poeta, deputado estadual, é patrono da Cadeira n.º 36, da Academia Mato-grossense de Letras.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Paraguai, as grutas do "Quilombo" e a "Loca da Onça", as lagoas Uberaba, Chacororé e Guaíva podem constituir interessantes objetivos de turismo, no município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Cáceres recebem a denominação de "cacerenses". O topônimo é uma homenagem à memória de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4.º Governador e Capitão-general da capitania de Mato Grosso. O município é sede de comarca, subordinando os têrmos de Cáceres e Mato Grosso, além dos distritos judiciários de Cáceres, Pôrto Esperidião, Mato Grosso e Aguapeí. Em dezembro de 1956, o seu eleitorado era composto de 3 506 pessoas.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 21 automóveis, 9 jipes, 12 camionetas para passageiros e 51 caminhões.

O Ministério da Agricultura mantém o Pôsto Agropecuário de Cáceres, localizado numa propriedade de 144 388 hectares, dos quais 107 774 plantados.

É sede da Diocese de São Luís de Cáceres, criada em 8 de abril de 1910. O culto protestante é representado pela Igreja Evangélica "Neo-Testamentária", fundada em 1935; o espírita, pelo Centro Espírita "Mateus", instalado em 1916.

CAMAPUÃ — MT

Mapa Municipal na pág. 167 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo registros históricos, a região Sul de Mato Grosso, foi bastante explorada pelos espanhóis, no primeiro lustro do século XVI. Em 1580, o espanhol Rui Dias de Melgarejo fundou a cidade de Xerez, à margem esquerda do rio Aquidauana, a cêrca de 30 léguas acima da sua confluência com o Miranda. Treze anos depois, ou seja, em 1593, os jesuítas espanhóis, procedendo da região do Guaíra, subindo o rio Paraná e depois o rio Pardo, se estabeleceram com uma redução à margem do ribeirão Camapuã, a 18 quilômetros do pôrto de desembarque no rio Pardo e a 3 quilômetros acima da atual cidade de Camapuã, iniciativa que teve uma duração de pouco mais de meio século.

Antiga "redução" dos jesuítas, na época setecentista do poderio de Castela, teve Camapuã sua fase de fastígio, com grande concentração de índios catequizados. Destruída pelos paulistas, por volta de 1650, tornou-se pouso das "bandeiras" que demandavam o rio Coxim, rumo às minas de Cuiabá.

Na rota das longas viagens, de São Paulo a Cuiabá — "obra de 530 leguas por via fluvial desde Araritaguaba, salvo no varadouro de Camapuan, que os irmãos Lemes abriram, em 1723, entre o Sanguesuga, afluente do rio Pardo e o Coxim, criaram a necessidade de um sitio de abastecimento e protecção aos navegantes.

"Surgiu, então, a fazenda de Camapuan, apoiados na qual os seus fundadores, aquelles malafortunados sertanistas "correram, sem contradicção alguma, o territorio que decorre entre as margens do Guatemy".

"Por ahi passou igualmente o mestre de campo Manoel Dias da Silva, quando, em 1736, organizou força em Goyaz para enfrentar os castelhanos."

"Abastecido convenientemente, marchou para o Sul: . . ."

Arrefecida a febre do ouro e cessadas as penetrações das "bandeiras", caiu em completo abandono, assim permanecendo até quase os nossos dias.

A lenda de que tesouros fabulosos ali existiam, deixados na fuga pelos jesuítas, atraiu aventureiros que fizeram escavações sem resultado positivo. Julio Bais, um dêsses crédulos, ali fincou rancho, instalando-se com sua comitiva e, ao que parece, apenas encontrou ossadas humanas.

O início do seu repovoamento data do primeiro quartel do século XX, quando já se encontravam na região inúmeras e prósperas fazendas de criação de gado e agricultura.

Sabe-se que vários dêsses fazendeiros requereram, por intermédio da Prefeitura Municipal de Coxim, a criação do Patrimônio de Camapuã, tendo tomado parte nessa providência, principalmente, Francisco Faustino Alves, Protázio Paulino de Melo, Joaquim Capestana, Benedito Bomfim, Camilo Bomfim e Lázaro Faustino.

O décimo parágrafo do artigo 22 da Lei Orçamentária n.º 845, de 3 de novembro de 1921, autoriza o Govêrno a "reservar ou desapropriar 3 600 hectares, para Patrimônio da povoação de Camapuã, no município de Coxim".

Em 1924, João Motta construiu, no lugar onde hoje se localiza a cidade, a primeira casa para se estabelecer com comércio. Desejoso de tornar aquela localidade um núcleo de mais densa aglomeração humana, o mesmo João Motta iniciou, logo depois, a construção de uma igrejinha, a qual não lhe foi possível concluir, por haver a morte lhe arrebatado a existência.

Concretizando a idéia de João Motta, outros moradores foram-se radicando na localidade, entre os quais, citam-se os nomes de: Tibúrcio Dias, Firmino Borges, Lázaro Caiana, Francisco Gonçalves Rodrigues e Alaor Gonçalves Rodrigues.

Circundado por terras próprias à agricultura e prestigiado pelos fazendeiros da região, foi-se desenvolvendo aquêle povoado, até que, a 19 de maio de 1933, pelo Decreto n.º 272, foi criado o distrito de paz de Camapuã, na comarca de Coxim.

Instalado a 22 de julho de 1933, teve, como primeiro Juiz de Paz, Manoel Alves Rodrigues, e como primeiro Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil, Lafaiete Djalma Coelho.

O Decreto n.º 319, de 30 de outubro de 1933, reserva para o patrimônio da povoação de Camapuã, no município de Coxim, mais uma área de 500 hectares, cujos limites descreve.

A Lei n.º 134, de 30 de setembro de 1948, elevou Camapuã à categoria de município, com território do distrito de paz do mesmo nome e parte do de Coronel Galvão (atual Rio Verde de Mato Grosso), desmembrado do município de Coxim, e parte do de Alto Sucuriú, desmembrado do município de Três Lagoas.

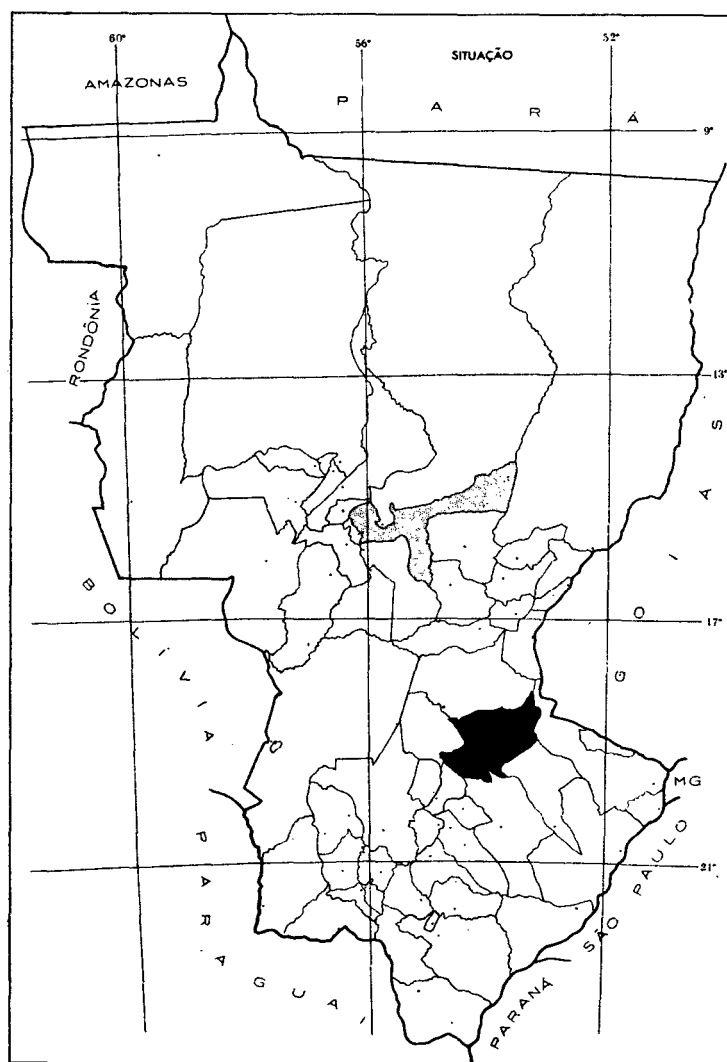
Na primeira eleição realizada no município a 29 de maio de 1949, foi eleito Prefeito Municipal o cidadão Ernesto Solon Borges, pernambucano dinâmico, que muito fêz pela melhoria da cidade e pelo progresso do município.

A Lei n.º 680, de 11 de dezembro de 1953, cria o distrito de Ponte Vermelha, com sede na vila do mesmo nome, no município de Camapuã.

O quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, apresenta Camapuã como têrmo da comarca de Campo Grande, compondo-se de dois distritos: o de homônimo e o de Ponte Vermelha — êste recém-criado.

O Executivo Municipal está a cargo do Senhor Joaquim Faustino da Rosa, enquanto que o Legislativo tem 5 vereadores, todos eleitos em maio e empossados a 19 de junho de 1957, para o período de 1957-1961.

LOCALIZAÇÃO — Camapuã situa-se na região Sul do Estado — Zona fisiográfica Sudeste, abrangendo as vertentes dos rios Coxim e Verde. O seu território encontra-se entre os pontos extremos seguintes: Latitude N. — ...... 18° 16' 30" e S. — 19° 38' 45"; Longitude L. — 53° 06' e O. — 54° 44' 15".

Limita com os municípios de Coxim, Paranaíba, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Rochedo e Rio Verde de Mato Grosso.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade dista da Capital do Estado, 844 quilômetros por meio de rodovia.

ALTITUDE — A cidade de Camapuã se localiza numa altitude média de 362 metros, considerando o acidentado terreno em que se assenta. A altitude do município varia de 306 a 631 metros.

CLIMA — O município de Camapuã se encontra na zona de clima tropical úmido.

Embora não contando com observatório meteorológico, observações da Agência Municipal de Estatística local registraram, durante o ano de 1956, a variação climatológica seguinte: média das máximas — 35°C; média das mínimas — 17°C e média compensada — 27°C.

O período de chuva no Município vai de setembro a março, com maior intensidade nos meses de dezembro a fevereiro.

ÁREA — A área do município é de 14 795 km², correspondendo a 1,13% da superfície do Estado, figurando em 19.º lugar entre as demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Ocupando a orla oriental da serra de Maracaju e um seu prolongamento que recebe o nome de serra das Araras, a área do Município apre-

senta-se bastante acidentada, observando-se, além da encosta, bruscas elevações, do que resultam os numerosos morros que pontilham o seu território, dos quais, destacam-se, o morro da Cilada, morro do Cascudo, Monte das Araras, Monte do Cemitério e o Pico da Pêra.

Alguns lagos bastante conhecidos, como a lagoa da Sanguessuga, da Sanguessuguinha, lagoa Sêca, além das 3 lagoas que dão origem ao córrego que recebe êsse nome, enriquecem a bacia hidrográfica do município, que conta com grande número de córregos, ribeirões e rios, entre os quais, salientam-se os rios Coxim, Jauru, Sucuriú, Verde e Camapuã e o ribeirão Capim Branco, afluente do rio Pardo; ribeirões Macaco e Caracol, pertencentes ao Coxim; ribeirões Saltinho, da Prata e de Lajeado, pertencentes ao Sucuriú; ribeirões Água Limpa e Salgado, pertencentes ao rio Verde.

Bastante acidentado, o rio Coxim se despenca em numerosas cachoeiras, das quais, encontram-se no município: as da Mangaba e do Varé e, já nos limites com o município de Rio Verde, as de Culapada, 3 Pedras, Quebra Proa, Furna, do Álvaro, Bicudo e Uamicanga.

RIQUEZAS NATURAIS — Além da natureza das terras do município que, em boa parte, são próprias à agricultura, as suas riquezas naturais, na quase totalidade, estão em potencial.

No reino mineral, é conhecida a existência de argilas para cerâmica do que é extraída anualmente insignificante volume destinado ao consumo das olarias; existem também lavras diamantíferas, nas regiões marginais do rio Jauru; pedreiras de qualidades diversas; e areias de vários tipos, além das cachoeiras capazes de produzir farta energia elétrica.

No reino vegetal, madeiras de lei são encontradas nas matas do município, entre elas, o cedro, a peroba, o faveiro, a aroeira, o angico, e outras, as quais sòmente são extraídas pelos roceiros, por ocasião das derrubadas em preparo da terra para lavoura.

Com relação ao reino animal, o município conta com rica variedade de animais e aves silvestres, destacando-se veado, caititu, capivaras, macacos, araras, papagaios, perdizes, codornas, além de numerosas espécies de animais e aves de portes menores. Peixes de pequenos e grandes portes, como o surubim, jaú, dourado, piraputanga, bagre, etc., são encontrados nos seus rios, sendo pescados apenas por esporte ou para atender às necessidades pessoais das populações ribeirinhas.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, o município de Camapuã contava, com uma população de 9 475 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 4 995 pessoas eram do sexo masculino e 4 480, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 285 homens e 327 mulheres, num total de 612 habitantes; no suburbano, 252 pessoas do sexo masculino e 245 do feminino, totalizando 497 habitantes; e no quadro rural, um total de 8 366 habitantes, dos quais 4 458 do sexo masculino e 3 908 do feminino. A zona rural concorria com 88,29% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 2 709 homens e 2 455 mulheres, num total de 5 164 pessoas; pretos, 141 pessoas do sexo masculino e 108 do feminino, totalizando 249 habitantes; e pardos, 2 106 homens e 1 880 mulheres ou seja, um total de 3 986 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros 1 194 homens e 617 mulheres, num total de 1 811 pessoas; casados 2 862 pessoas, das quais 1 425 homens e 1 437 mulheres; desquitados e divorciados, 4 homens e 1 mulher, num total de 5 pessoas; e viúvos, 70 homens e 158 mulheres, totalizando 228 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 4 968 homens e 4 475 mulheres, num total de 9 443 habitantes; brasileiros naturalizados, 6 homens e 2 mulheres, num total de 8 habitantes; e estrangeiros, 21 habitantes do sexo masculino e 3 do feminino, num total de 24 pessoas.

Segundo a religião, 4 800 homens e 4 295 mulheres, num total de 9 095, declararam-se católicos romanos; 195 habitantes, dos quais 97 homens e 98 mulheres, protestantes; 56 homens e 54 mulheres, totalizando 110 habitantes, declararam-se espíritas; 1 homem declarou-se maometano; 7 homens e 3 mulheres, outras religiões; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 64 pessoas, sendo 34 homens e 30 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Camapuã (sede), 1 109 habitantes na cidade e 8 366 na zona rural.

A cidade de Camapuã, com a população já descrita, sendo 537 habitantes do sexo masculino e 572 do feminino, colocava-se em 21.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Conta o Município com dois centros urbanos: a cidade de Camapuã, com 1 109 habitantes (537 homens e 572 mulheres), conforme dados do Censo Demográfico de 1950, e a vila de Ponte Vermelha, com menos de 500 habitantes.

Segundo elementos da Agência Municipal de Estatística, pode-se incluir como principais povoados, o de Sanguessuga, com 40 moradias e cêrca de 220 habitantes e o povoado de Figueirão, com 20 moradias e cêrca de 120 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Aproximadamente, 80% da população ativa do Município empregam-se em atividades agropecuárias que constituem as suas bases econômicas.

Segundo levantamento efetuado para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em 1956, figura, com maior valor no poderio econômico de Camapuã, a riqueza pastoril, avaliada em 180 milhões de cruzeiros, realçando, nessa parcela, o rebanho bovino, com 78 300 cabeças, num valor estimado em 156 milhões de cruzeiros. Secunda-o o de suínos, com 18 500 cabeças num

valor superior a 15 milhões de cruzeiros, além de 1 300 ovinos, 50 muares e 18 asininos.

O rebanho bovino concorreu com uma produção estimada em 900 mil litros de leite, na maior parte consumida pela indústria de laticínios, que apresentou uma produção de 25 mil quilos de manteiga e 14 mil quilos de queijo, num total de um milhão e 530 mil cruzeiros.

A agricultura, em progressiva expansão no município, apresentou, em 1956, uma produção avaliada em 27 milhões e 366 mil cruzeiros, dela participando, com principais parcelas: o arroz, com 1 800 mil quilos — valor de 9 milhões de cruzeiros; o milho, com 1 500 mil quilos — 7 milhões e 500 mil cruzeiros; o café, com 113 mil quilos — 4 milhões e 24 mil cruzeiros; a mandioca, com 1 800 mil quilos — 2 milhões e 160 mil cruzeiros; o feijão, com 204 mil quilos — 2 milhões e 40 mil cruzeiros, e outros de menor expressão.

A cultura da cana-de-açúcar concorreu para uma produção de 22 mil litros de aguardente e 14 mil quilos de rapadura, no valor de 456 mil cruzeiros, enquanto a de mandioca concorreu para uma produção de 126 mil quilos de farinha, no valor de 756 mil cruzeiros.

O levantamento industrial de 1955, apurado pelo Departamento Estadual de Estatística, arrolou 1 estabelecimento de transformação de mineral não metálico, 8 estabelecimentos industriais de produtos alimentares, 2 de bebidas e 1 de utilidade pública.

COMÉRCIO — Na cidade de Camapuã, encontram-se 20 estabelecimentos comerciais, sendo que em todo o Município êsse número se eleva a mais de 40.

O comércio é todo realizado com ou por intermédio da praça de Campo Grande, para onde exporta os seus produtos, dali importando tudo quanto necessita para o seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por um único meio de transporte regular — o rodoviário. O transporte de passageiros é feito para Campo Grande por meio de ônibus que vêm e voltam em dias alternados, partindo: um da cidade de Camapuã e outro da vila de Ponte Vermelha, enquanto que o transporte de carga é feito por caminhões que buscam tôdas as fazendas do município. Com exceção da rodovia que liga Camapuã a Campo Grande, as demais são apenas carroçáveis.

A cidade dispõe de um campo de pouso, existindo 7 outros nas propriedades particulares do interior. O da sede tem uma dimensão de 800 x 40 metros. Os outros se localizam nas fazendas Camapuã, João Ferreira de Souza, Miguel Luís, Pedro Corrêa, Agenor Mendes Fontoura e Andrade, todos êles com dimensões de 600 x 40 metros.

Embora construídas, mas sem conservação, são quase impraticáveis as rodovias de Camapuã a Rio Pardo e de Camapuã a Baús, com destino a Paranaíba e Três Lagoas, daí a ligação com as cidades vizinhas de Rochedo, Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Paranaíba, ser feita ùnicamente por intermédio de Campo Grande. A 69 quilômetros da cidade, a rodovia de Camapuã tem entroncamento, no lugar denominado Colônia Bandeirante, com a de Campo Grande — Cuiabá, por onde mantém as seguintes ligações:

1 — Rio Verde de Mato Grosso — rodovia, 228 quilômetros.

2 — Coxim — rodovia, 287 quilômetros.

3 — Rochedo — rodovia, 219 quilômetros, via Campo Grande.

4 — Ribas do Rio Pardo — misto, 1) rodovia, até Campo Grande, 137 quilômetros e 2) ferrovia, 120 quilômetros.

5 — Paranaíba — misto 1) rodovia até Campo Grande, 137 quilômetros; 2) até Três Lagoas — a) ferrovia, 420 quilômetros e b) aéreo, 350 quilômetros; 3) rodovia — Três Lagoas e Paranaíba, 222 quilômetros.

6 — Capital do Estado — 1) rodovia, 846 quilômetros; 2) misto — a) rodovia, até Campo Grande 137 quilômetros, b) aéreo, 768 quilômetros.

Existem na cidade uma Agência Postal e uma Estação Radiotelegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

Em 31 de dezembro de 1956, havia, registrados na Prefeitura Municipal, 2 "jeeps", 6 caminhões, 7 camionetas, 3 tratores, 2 carroças, 50 carros de boi e 5 bicicletas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Camapuã, que no Censo Demográfico de 1950, contava com 1 109 habitantes, segundo publicação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Melhoramentos Urbanos — 1954) possuía 24 logradouros públicos, dos quais, 8 arborizados. Doze logradouros públicos eram servidos de luz elétrica, com 103 focos e 77 ligações domiciliárias.

Não possui canalização d'água e nem de esgotos.

Os edifícios mais importantes são: o Grupo Escolar "Miguel Sutil" e a Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por um farmacêutico prático e um dentista, não existindo ainda médico na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência, no município, de 7 768 habitantes de 5 anos e mais, dos quais 2 328, ou seja 29,9%, sabiam ler e escrever e 5 640 eram analfabetos.

Na sede municipal, das 931 pessoas de 5 anos e mais, 410, ou seja, 44%, sabiam ler e escrever, sendo 226 homens e 184 mulheres, enquanto que no quadro rural, dos 6 837 habitantes de 5 anos e mais, 28%, ou seja, 1 918, eram alfabetizados, sendo 1 224 homens e 694 mulheres.

ENSINO — De acôrdo com o Departamento Estadual de Estatística, no primeiro mês letivo de 1956, funcionaram, no município de Camapuã, 4 escolas primárias estaduais, 1 municipal e 1 particular, com um total de 356 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A não ser a Sociedade Esportiva e Recreativa de Camapuã — recém-organizada, nenhuma outra associação de aspecto cultural tem atividade no município.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	356	277	263	257
1951.......	—	465	328	311	302
1952.......	—	670	565	542	610
1953.......	—	758	862	830	821
1954.......	—	695	859	822	882
1955.......	—	1 226	945	883	1 009
1956.......	—	1 725	1 976	457	1 985

(1) Não possui órgão federal arrecadador.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como particularidade histórica muito interessante, encontram-se, a 3 quilômetros da cidade, as ruínas da antiga fazenda de Camapuã, sede da redução dos jesuítas espanhóis, construída em 1593 e destruída pelos bandeirantes paulistas, por volta de 1650. Notam-se, também, na mesma localidade, os vestígios da estrada construída pelos mesmos jesuítas, ligando a sede da fazenda ao lugar denominado "Pôrto de Desembarque", à margem esquerda do Alto Rio Pardo.

Lamentàvelmente, não houve conservação dos restos daquelas construções, tão importantes na história do desbravamento e colonização da Província de Mato Grosso.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O sentimento religioso, comum na população do município, torna-se empolgante por ocasião das festas em louvor de São João, o padroeiro da cidade. Apresentando aspectos típicos das festas juninas do interior, elas se realizam precedidas de novena, constante de rezas diárias, com leilões e barraquinhas e, quase sempre, dança em casa do novenário, encerrando-se, no dia 24 de junho, com a missa solene e a festa na residência do festeiro.

Em dezembro de 1956, foi criada a Paróquia de São João, compreendendo a área do município de Camapuã, confiada aos padres da Ordem dos Capuchinhos, com subordinação à Diocese de Corumbá.

Quanto ao culto protestante, funciona na cidade uma igreja batista.

VULTOS ILUSTRES — O Dicionário Biográfico Mato-grossense registra o seguinte:

"Francisco Carlos Bueno Deschamps — Nasceu em Camapuã, a 7 de maio de 1820 e faleceu em Cuiabá, a 4 de janeiro de 1898. General do Exército. Tomou parte na coluna que operou no território paraguaio"

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Podem constituir atração turística os seguintes motivos: os taperões dos jesuítas; os montes que dão origem ao topônimo "Camapuã"; as cachoeiras do rio Coxim e as bruscas elevações e depressões observadas na conformação das serras das Arara e de Maracaju.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "camapuenses"

O seu topônimo — *Camapuã* — é de origem tupi-guarani, já consagrada pela tradição como significando "seios erguidos", entretanto, João Batista de Souza apresenta-o com a significação de "peito redondo". Sua designação se deve ao par de morros que se divisa do alto da serra, como duas majestosas proeminências apontadas para o céu, em forma de seios.

Camapuã, com dois distritos judiciários: o da sede municipal e o de Ponte Vermelha, é têrmo da comarca de Campo Grande. Na eleição realizada a 28 de abril de 1957, votaram 1 460 eleitores, contando com mais de 1 700 qualificados.

A cidade possui 3 hotéis, com capacidade para 40 hóspedes.

A Paróquia de São João Batista, criada em dezembro de 1956, compreendendo todo o município de Camapuã, conta os seguintes templos: igreja de São João Batista, sede da Paróquia; capela de São José, vila de Ponte Vermelha; capela de Nossa Senhora da Abadia, Patrimônio do Figueirão; e capela de Santo Antônio, fazenda Santo Antônio.

Encontra-se instalada no município, a Agência Municipal de Estatística — órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAMPO GRANDE — MT

Mapa Municipal na pág. 171 do 2.° Vol.
Fotos: págs. 180, 182, 192, 206, 210, 227, 228 e 245 do Vol. II

HISTÓRICO — Emoldurada pelas escarpas ocidentais da serra de Maracaju; pelas matas da "camapuânea", ao norte; pelos serradões do Pardo, a leste; e, ao sul, pelas densas matas que protegem o Ivinheima e o Paraná, até o seu despenhar em Guaíra, tendo como fundo maravilhoso, as imensas campinas de Vacaria, no extenso planalto de Maracaju, cortado contìnuamente por um sem-número de cursos de água sombreados pelas " matas de croa", a região de Campo Grande apresenta um quadro maravilhoso, sôbre o qual prosadores e poetas muito poderiam escrever. Ali foi delineada uma bela parte da história pátria, em ocorrências sucessivas que a enriqueceram sobremaneira, concorrendo extraordinàriamente para a expansão das nossas fronteiras e engrandecimento dos domínios do Brasil.

É notório que, por fôrça do Tratado de Tordezilhas, tôda essa imensa e rica região, pertencia à Espanha, mesmo antes de Cabral tomar posse desta terra dadivosa e boa.

Os castelhanos, mais interessados na imediata colonização, incentivados pelos grandes tesouros de ouro e prata que arrebataram dos primitivos senhores da terra, intensificaram, mais cedo, os desbravamentos com o conseqüente povoamento das suas regiões, ora impulsionados pelo interêsse de maiores fortunas, ora animados e impelidos pelos missionários no desejo de proteger e catequizar os autóctones.

Assim, quando se afirmava no Brasil o primeiro núcleo de povoação com a vila de São Vicente, já os castelhanos consolidavam-se às margens do Paraguai, fundando Assunção.

Mesmo assim, ainda foi o português (segundo Alexandre de Gusmão) Aleixo Garcia, o primeiro a atravessar o Paraná e palmilhar a região Sul de Mato Grosso, na sua mal sucedida expedição.

O 3.° governador de Assunção, Domingos Martins Irala, mandou expandir as explorações pelas terras que se estendem entre os grandes rios Paraguai e Paraná, por in-

termédio de Nuflo Chavez e Ruy Dias de Melgarejo, que vieram fundar os primeiros núcleos de povoação às margens do rio Paraná, a algumas léguas a montante de Guaíra.

Doutra feita, Melgarejo, subindo o Paraguai e entrando pelo seu afluente Mondego — hoje Miranda — foi fundar, segundo Rio Branco, em 1579, à margem direita do Mbotetey (Aquidauana), a primeira cidade de Xerez, pouco depois evacuada. "A segunda Xerez, foi fundada em 1593, à margem de Mondego e mudada em 1625 para uma chapada da serra de Amambay, chamada então Ilanos de Yaguary. Esta foi a Xerez atacada pelos Paulistas em 1632".

Penetrando os afluentes ocidentais do Paraná, os castelhanos, atraídos pelos magníficos campos de ricas pastagens e terras fertilíssimas além de salubérrimas, semearam suas reduções, agrupando os seus primitivos e selvagens habitantes.

Guarda a história os nomes de algumas dessas reduções: Anjos, Santo Inácio de Caraguassu, São José, São Pedro e São Paulo, Nossa Senhora da Fé e outras, "sôbre as quaes todas, medrava em maiores promessas a povoação de Xerez, à beira das pitorescas aguas do Embotetey, o Aquidauana dos nossos dias", diz D. Aquino Corrêa.

Dando notícias de existência dessas reduções José Barbosa de Sá, o primeiro cronista das minas de Cuiabá, escreveu: "Acha-se ainda hoje, nestes lugares por memoria, um montão de telhas arruinadas, coberto de matto, um quarto de legua afastado da barra do rio Panema, entrando-se pelo matto dentro, e carregando á mão direita, a rumo de Sudoeste; e mais adiante, uns campestres, onde se vêem muitos cacos de louças e telhas, signaes de que foram aldeias por aquelles lugares, hoje tudo deserto. Subindo o rio Pardo, tomando a barra dos Anhanduys ... e navegando estes acima, até as vertentes que cahem para o Paraguay, que formam o rio Embotetey e outros, acharam seis povoações de gente castelhana, brancos indios e mestiços, com igrejas, casas de telha, officinas, criações de bois, cavallos e carneiros, a quem os nossos famosos capitães, como fieis portuguezes, fizeram guerra, repetidas vezes, até pondo em fuga os brancos, recolheram muitos indios, destruiram e queimaram as feitorias, vindo pertencerem aquelles lugares aos dominios de Portugal; aonde se acha por memoria, algum gado vacum, chamados hoje as Vaccarias".

Os habitantes de Piratininga se abalaram em busca de índios para escravizar. A união de Portugal à Espanha, em 1580, até 1640, facilitou-lhes sobremaneira a emprêsa, com o óbvio desaparecimento da necessidade de respeitar a linha de Tordezilhas. Enveredaram para o sul, atacando e destruindo as feitorias ou reduções e prendendo os silvícolas ali reunidos, desde as proximidades do Paranapanema até a parte mais meridional da região do Guaíra.

Em 1632, já não restando na Província de Guaíra nenhum estabelecimento espanhol, os paulistas cruzaram o Paraná, penetraram pelo Pardo, pelo Ivinheima e seus for-

Vista aérea parcial da cidade

madores, devassaram a região, expulsando os castelhanos, destruindo suas feitorias e preando índios, aprofundaram-se sempre, até desmantelar a vila de Xerez, após alcançar a bacia do Paraguai, prosseguindo na sua marcha épica, de destemor e venturas, em busca do desconhecido.

Foi Antônio Raposo Tavares quem abriu êsses novos horizontes de aventuras nas lutas heróicas da conquista do Oeste do continente, transpassando o planalto em 1649, descendo pelo Miranda ao Paraguai, ganhando em seguida o Guaporé, indo alcançar o Amazonas.

Como seus seguidores, subseqüentemente, passaram por esta região onde hoje florescem ricos municípios com suas importantes cidades, inclusive Campo Grande, outros não menos bravos bandeirantes, como Luiz Pedroso de Barros, que foi encontrar a morte em luta com os serranos do Peru; Francisco Pedroso Xavier, que depois de destruir Vila Rica à margem do Jejuhy, veio rechassar, no alto de Maracaju, em 1676, os fortes contingentes que o Governador andino mandara ao seu encalço; Manoel de Campos Bicudo, que vencendo de arrepio as águas do Paraguai, penetrou pelo São Manoel até o Tapajós, de cuja expedição propagou a lenda dos "Martírios"; Braz Mendes Paes, que, ao deparar, nas campinas das Vacarias, com os castelhanos, em 1682, preferiu vencê-los pela astúcia, assinando uma declaração recognitiva. Quando era assinado o documento, ao passá-lo às mãos do seu companheiro Pedro Leme da Silva, êste tomou o papel e fazendo-o em pedaços disse que, para sustentar os direitos do seu rei, ali estava êle com o seu braço. "Mirem el Torto"! comentou-lhe o gesto, com desdém o chefe espanhol. "E coxo tambem, acrescentou Pedro Leme, mas que conhece o direito de Portugal e a ousadia dos castelhanos".

Ao lembrar o episódio, Washington Luiz, registra que "Pedro Leme ocultava num corpo torto e coxo uma alma direita e inteiriça".

Faculdade Dom Bosco (Filosofia, Odontologia e Farmácia), em construção

O Govêrno Colonial do Brasil, animado pelos sucessos alcançados pelos sertanistas em tamanhas arrancadas para o ocidente, procurou legitimar-lhes os feitos, nomeando a 6 de julho de 1697, Amaro Fernandes Gato, para o pôsto de "Capitão-Mór das Vacarias e seu distrito até as serras de Serranay", para o fim especial de pesquisar ouro, enquanto, a 3 de março de 1698, concedia a Gaspar Godoy Collaço, a patente de "Tenente General da Jornada das Vacarias", saindo êle em busca das minas de prata da cordilheira de Maracaju.

Ainda pelos vastos chapadões de Maracaju, transitou a expedição de Pascoal Moreira Cabral, que alcançando o Aquidauana, desceu por êsse rio e, subindo pelo Paraguai, foi descobrir, em 1719, o ouro das ricas aluviões do distrito cuiabano, acontecimento que veio abrir uma nova era, fixando então os bandeirantes, que se transfiguraram em mineradores e, ao mesmo tempo, fortaleceram e tornaram definitivo o domínio português, mais tarde consolidado pela ação de Alexandre de Gusmão.

Difundida a notícia da valiosa descoberta de Pascoal Moreira, grande quantidade de aventureiros, em amiudadas expedições, foram atraídos para aquelas paragens, firmando rota mais freqüente: a do rio Pardo—Taquari.

Diz Virgílio Corrêa Filho — "As longas viagens, de São Paulo a Cuiabá, obra de 530 léguas por via fluvial desde Araritaguaba, salvo no varadouro de Camapuan, que os Irmãos Lemes abriram, em 1723, entre o Sanguessuga, Afluente do rio Pardo e o Coxim, criaram a necessidade de um sítio de abastecimento e proteção aos navegantes".

Surgiu, então, a fazenda da Camapuã, apoiados na qual os seus fundadores, aquêles mal-afortunados sertanistas "correram, sem contradição alguma, o território que decorre entre as margens do Guatemy".

Por aí passou igualmente o mestre de campo Manoel Dias da Silva, quando, em 1736, organizou fôrça em Goiás para enfrentar os castelhanos. Abastecido convenientemente, marchou para o sul; encontrou nas Vacarias apenas indícios do acampamento dos intrusos, já abandonado, e um marco de pedra, com inscrição espanhola, que substituiu por outro, de madeira, no qual gravou:

"Viva o mui alto e poderoso Rei de Portugal Dom João V Senhor destes desertos da Vaccaria"!

A aludida fazenda de Camapuã, fundada pelos Irmãos Lemes, se localizava nas imediações da antiga redução dos jesuítas espanhóis e destruída no segundo quartel do século XVII.

A exemplo do que fizeram os Irmãos Lemes em Camapuã, Domingos Gomes Belliago, em companhia dos sertanistas Antônio de Souza Bastos, Manoel Caetano e os padres Antônio de Moraes e José de Farias, estabeleceram, em 1729, à margem direita do rio Taquari, o arraial de Belliago — atual cidade de Coxim.

Pode-se dizer que o ciclo castelhano e do bandeirantismo, com o estabelecimento da Capitania de Mato Grosso—Cuiabá, independente da de São Paulo, a 5 de maio de 1748, cedeu lugar, no Sul, ao que se poderia denominar de período de povamento e defesa do território enquanto que, no Norte, desenvolvia-se o fasto ciclo do ouro e do diamante.

A preocupação oficial em assegurar os domínios da região Sul para o Brasil, veio se pronunciar de maneira definitiva, com a criação, em 1778, do Presídio de Nossa Senhora do Carmo de Mondego (Miranda), que foi, na realidade, um marco que, como baliza, orientou por muito tempo, não só as providências administrativas da época, como também as explorações e conseqüente povoamento das suas cercanias.

Com a manifestação do sentimento nativista na Província, em 1834, que os cronistas cuiabanos registram como a "época da rusga", movimento que degenerou em lamentáveis perseguições nas quais vários portuguêses foram sacrificados, muitas famílias lusas, ou a elas ligadas, emigraram para outras regiões, onde se fixaram.

É dessa época a fixação de José e João Alves Ribeiro, nos vales do Taboco e do rio Negro, em cuja cabeceira Braz Pereira Mendes registrou suas posses, enquanto João José Gomes adiantou-se até a faixa mais estreita entre os rios Nioaque e Miranda. Foram seguidos por muitos outros que disseminaram suas posses entremeando os vales do Negro e do Mondego.

Já naquele tempo, em 1829, atravessando o Paranaíba, parece que impelidos pelos desígnios dos seus destinos, penetraram em Mato Grosso, procedentes de Minas Gerais, os primeiros povoadores, como os bandeirantes de uma nova era, conduzindo as sementes que, nas férteis regiões soalheiras de Maracaju e adjacências, germinariam em frondosas árvores genealógicas, tornando-se os principais responsáveis pelo povoamento definitivo de tão rica e extensa região.

Eram os Garcias, os Souza Leal, os Lopes e os Barbosas, que, como os pioneiros de povoamento definitivo da região, espalharam-se, os primeiros, entre o rio do Peixe e as cabeceiras do Santana e do Sucuriú; enquanto Joaquim Francisco Lopes se estabelecia nas proximidades do rio Paraná com a fazenda a que deu o nome de Monte Alegre, os Barbosas avançaram até o rio Pardo, ali se estabelecendo, no lugar que denominaram Santa Rita.

Joaquim Francisco Lopes cedo deixou a sua fazenda Monte Alegre, vindo se tornar a figura central das explorações do sul de Mato Grosso.

Seguido pelos seus irmãos Gabriel Francisco Lopes e José Francisco Lopes que veio a ser o "Guia Lopes", penetraram os campos das Vacarias, onde o primeiro descobriu uma manada de gado vacum (cêrca de 60 vacas e 1 touro, deixados pelos padres jesuítas). Antônio Gonçalves Barbosa, sogro de Gabriel, fixou-se entre os rios Vacaria e Brilhante, fundando a fazenda Boa Vista, em 1841. Ali foi encontrado, na ocasião em que Joaquim Francisco Lopes, no ano de 1847, realizava a "6.ª entrada"; J. H. Elliott, componente da bandeira, escreveu: "O Senhor Barbosa é morador aqui ha seis annos; foi o primeiro povoador depois da retirada dos espanhóes". Logo adiante, em águas da mesma bacia, Gabriel deu início ao estabelecimento do Passatempo, que pouco depois cedeu a Ignácio Gonçalves Barbosa, irmão de Antônio, a cujo convite acedera para se localizar nessas paragens promissoras.

Depois de vender as suas benfeitorias ao recém-vindo, Gabriel afastou-se dos seus companheiros para escolher gleba do seu gôsto, que se lhe deparou no Monjolinho, afluente do Apa, onde se estabeleceu, cêrca de 1846, com sua família, sem perder contato com o velho Barbosa, fato que mereceu destaque no relatório de J. H. Elliott: "Segue uma estrada até a morada de Gabriel Lopes, que é genro de Antônio Barbosa, situada para baixo da serra de Maracaju sobre o rio Apa, não longe do forte arruinado de S. José".

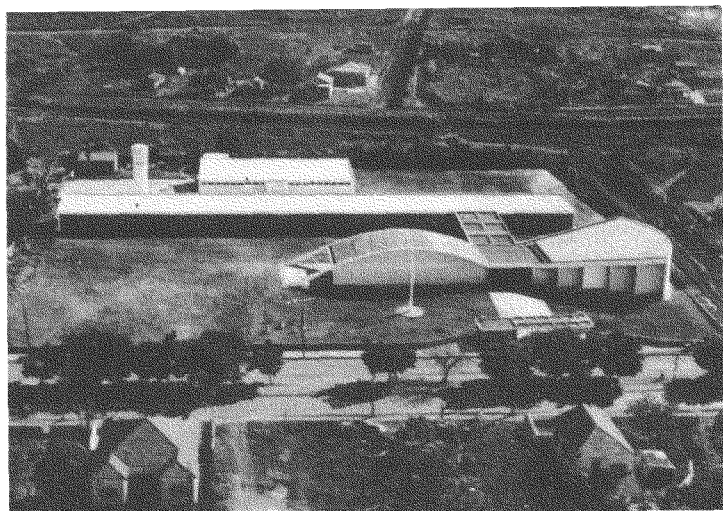
Joaquim Francisco Lopes, bravo sertanista e grande explorador da região, tornou-se conhecido até na côrte, onde buscava providências em prol daquele admirável movimento expansionista e, com êsse objetivo, prontificou-se a facilitar as pretensões ambiciosas do Barão de Antonina, que visava adquirir vastas glebas de terra, no Sul de Mato Grosso.

Foi por influência e autorização do Barão de Antonina, que Joaquim Lopes realizou a "6.ª entrada", com a finalidade de descobrir e explorar um trânsito fluvial, ligando a Província do Paraná à de Mato Grosso. Joaquim Lopes retornou às regiões das Vacarias, navegando pelo Ivinheima, explorou êsse rio e seus tributários e, do Brilhante alcançou o Nioaque, pelo qual desceu ao Presídio de Miranda, prosseguindo até a povoação de Albuquerque, no rio Paraguai, ficando então assentado, como mais viável para essa ligação, o trajeto pelos rios Tibagy, Paranapanema, Paraná, Ivinheima e Brilhante até o mais alto ponto navegável, de onde, por um varadouro, era alcançado o rio Nioaque, fazendo-se dêsse modo, a ligação com a bacia navegável do Paraguai, ligação essa que não deixou de influir na expansão do povoamento sul mato-grossense.

Iniciando o povoamento definitivo do planalto, no segundo quartel do século XIX, já em 1845, segundo relatório do Coronel Henrique Roham, ao Governador da Província de Mato Grosso, Coronel Ricardo José Gomes Jardim, a região do Anhanduí e Vacaria contava já com uma população de mais de 100 pessoas.

Novos moradores foram se radicando nessa vasta região que, em 1850, tinha o seu primeiro Inspetor de Quarteirão, na pessoa de Antônio Gonçalves Barbosa, um dos seus primeiros moradores.

A marcha dêsse povoamento não poderia deixar de ser vagarosa, dadas as dificuldades com que tudo se provia na época, superadas, não sem muito sacrifício, pela energia e pela coragem indomável do sertanejo. Entretanto, no advento da Guerra do Paraguai, era já considerável o número de fazendolas que se espalhavam do planalto à baixada do Paraguai, cujos moradores, não raro, recorriam aos povoados de Miranda, Nioaque, Coxim e Santana, muitas vêzes em busca de recursos, outras, levados pela nostalgia da vida sertaneja.

As hordas paraguaias, na sua impetuosa invasão, com o saque, o incêndio, a morte e todos os horrores da guerra, trouxeram a destruição, devastando a quase totalidade do vasto distrito de Miranda, sem que fôssem poupados aquêles estabelecimentos plantados à custa de muito suor e sacrifício, que, abandonados, foram o palco do sublime sacrifício de Antônio João e seus companheiros e da heróica retirada sob a chefia de Camisão, cabendo a um dos seus desbravadores, o feito imorredoiro do guia que foi José Francisco Lopes.

Vista aérea do Colégio Estadual Campo-grandense

Expulsos os invasores do solo pátrio, retornaram às suas posses os que conseguiram escapar à sanha do inimigo, reiniciando o trabalho hercúleo e patriótico.

A guerra foi destruição e ruína, mas veio influir, de maneira transcendental, para que a região Sul saísse do torpor em que se encontrava.

As enormes dificuldades enfrentadas na locomoção de tropas naquelas paragens desprovidas até de caminhos, as indescritíveis privações e sacrifícios por que passaram os bravos soldados brasileiros nas marchas heróicas pelos sertões inóspitos, vieram mostrar ao Govêrno que era urgente a necessidade de incrementar o povoamento e estabelecer vias regulares de comunicação entre o Sul de Mato Grosso e o resto do País.

Além daquelas reconhecidas e prementes necessidades, a propaganda espontânea difundida pelos ex-combatentes, mais uma vez fêz ressaltar a pertinácia da raça, quando novas levas de bravos sertanistas, sobressaindo os montanheses, penetraram os campos do sul mato-grossense, trazendo-lhes o que os Governos não lhes davam.

Em 1870, as famílias de Vicente de Brito e José Pereira Martins fixaram-se nos campos onde hoje é o município de Sidrolândia e dois anos depois, era o cuiabano Hemenegildo Alves Pereira que fundava a fazenda Ponto Alto. Sentiam-se todos atraídos pelos campos soalheiros das Vacarias.

Do modesto recanto triangulino de Monte Alegre, de onde outros já haviam saído, José Antônio Pereira, tipo perfeito do mineiro sabido e inteligente, empreendedor e audaz, despertado pelas notícias das esplêndidas campinas e terras de cultura existentes, embora já em adiantada idade, abalou-se dos seus pagos para ir conhecer e escolher um lugar a fim de se estabelecer.

Corria o ano de 1872, quando, rejuvenescido pelas esperanças que lhe dominavam o espírito e o coração, o velho sertanista, acompanhado por seus filhos, Antônio Luiz e Joaquim Luiz e mais 4 camaradas, partiram do seu torrão natal em direção às plagas distantes. Atravessando o Paranaíba, penetraram Mato Grosso, passaram por Santana e pelo Sucuriú, transpuseram os serradões do rio Pardo e acamparam nas terras onduladas do planalto de Maracaju, ao entardecer do dia 21 de junho daquele ano, verbados pelo cansaço de mais um dia daquela longa jornada, na confluência de dois córregos de água límpida e de paladar agradável. No dia seguinte, impressionados com a amenidade do clima e verificando melhor a mata existente no local, a fertilidade do solo e os campos adjacentes, resolveram não prosseguir viagem, escolhendo então aquêle local para nêle se fixar.

Os córregos, mais tarde, vieram a ser denominados de "Prosa" e "Segrêdo" e o local, segundo os cronistas, é aquêle em que, bem depois, foi localizado o Hôrto Municipal, confrontando com o atual Colégio Osvaldo Cruz.

Sem demora, ergueu-se ali a morada dos intrépidos caravaneiros — pequeno rancho coberto com palma de buriti — (os cronistas, registram "uacury", porém não se conhece a existência dessa palmeira na região que, entretanto, contava com imenso buritizal, espécie ainda ali existente), que seria a *celula mater* da progressista cidade de hoje, muito bem qualificada como a "Pérola do Sul" ou a "Metrópole Econômica de Mato Grosso".

Em seguida ao cessar do fogo das queimadas, surgiram as primeiras plantações, cujo viço atestou a exuberância da terra.

Entre o verde milharal, outros cereais cresciam com o mesmo vicejar, quando surgiu o primeiro contratempo que seria fatal à cultura então iniciada: extensa nuvem de gafanhotos, procedente do sul, arrasou a exuberante plantação, não conseguindo, porém, aquebrantar o espírito forte de quem a semeara, aclimatado que era às vicissitudes da vida, José Antônio Pereira.

Da sua roça, sòmente sobreviveram as abóboras e os morangos que, na manutenção daqueles pioneiros, tiveram a colaboração valiosa do mel e dos animais silvestres, que eram abundantes, e da carne dos vacuns bravios, abatidos a tiro e pagos ao alto preço de "15$000", ao proprietário, situado a mais de 12 léguas distante.

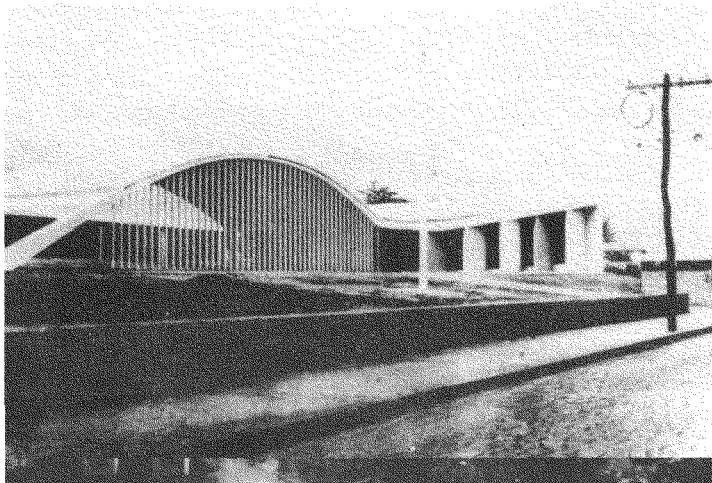
Nessa situação de sacrifício, permaneceu aquela comitiva até seu regresso a Minas Gerais, em novembro seguinte conforme alguns, ou no início do ano imediato, segundo outros, ali ficando, o poconeano João Nepomuceno, como zelador ou como sócio (divergem os cronistas) de José Antônio, que retornaria com tôda a sua família, ainda em Monte Alegre.

Nepomuceno permaneceu no seu pôsto, fiel aos compromissos assumidos, quase 3 anos, até que, a 23 de junho de 1875, chegou ao rancho, Manoel Vieira de Souza (vulgo Manoel Oliveira) mineiro que vinha, como os seus antecessores, de mudança para os famosos campos de Vacaria, em companhia de sua mãe, 5 filhos e alguns escravos.

Nepomuceno, não obtendo do viajante qualquer informação de José Antônio, e, desesperançado do seu retôrno, dado o longo tempo decorrido, entrou em negociação com Manoel Vieira de Souza, com quem depois de explicar a situação daquela posse, acertou a sua transferência pelo preço de "300$000" (trezentos mil réis), não sem antes ressaltar os direitos de José Antônio, caso êste voltasse, com o que concordou plenamente o adquirente.

João Napomuceno permaneceu na região, dando expansão ao seu espírito irrequieto e aventureiro.

Decorridos quase dois meses, a silenciosa monotonia do planalto foi quebrada com o chôro lento e preguiçoso, tão comum nas plagas mineiras, do carro de bois.

8 — 24 930

Colégio Estadual Campo-grandense

Eram onze "carros-mineiros", conduzindo a provisão de tudo quanto se pudesse necessitar, além de sementes e mudas diversas, inclusive de cana-de-açúcar e café; encabeçava a nova expedição de José Antônio Pereira, desta vez formada por 62 pessoas, para conduzí-la por caminhos mais curtos, o prático Luiz Pinto Guimarães, cuiabano que se achava residindo em Uberaba.

Assim, a 14 de agôsto de 1875, os Vieira de Souza, entre a apreensão e a alegria, recebiam os caravaneiros que vencendo a grande distância que os separava das suas primitivas plagas, vieram trazer com o povoamento, o progresso da promissora região campo-grandense.

Como bons mineiros que eram, confraternizaram-se os dois chefes de família, que até então não se conheciam, e José Antônio recusa receber a propriedade que Manoel Vieira se prontificou a entregar, dizendo — "precisamos é de mais gente para povoar nossa terra".

Embora não haja dúvidas ou discrepância quanto ao valor e a marcante influência de José Antônio Pereira, no povoamento e nos primordiais assentamentos do progresso de Campo Grande, convém observar, todavia, haver sérias divergências, entre os estudiosos que já procuraram devassar o início de Campo Grande, quanto ao primeiro morador, principalmente.

Querem uns que o mineiro José Antônio Pereira, de Monte Alegre, tenha sido, efetivamente, o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência do Prosa e do Segrêdo, dando assim os passos iniciais para o povoamento e conseqüente desenvolvimento à região. Depois de instalado, dizem os apologistas de José Antônio Pereira, teve o mineiro necessidade de voltar à sua terra natal, tendo, nessa ocasião, contratado os serviços de João Nepomuceno, então residente na antiga e decadente povoação de Camapuã, a fim de cuidar do rancho e da roça que construíra e plantara na confluência daqueles dois córregos.

Outros, entretanto, afirmam, como Vespasiano Barbosa Martins — "o certo, o seguro, porque ouvi de velhos moradores desta região, uns já mortos, outros ainda vivos, é que o primeiro morador, quem fincou o primeiro rancho, dentro do hoje rocio de Campo Grande, foi o esperto poconeano João Nepomuceno. Êle deve ter vindo para aqui, ai pelo ano de 1870 ou 71, pois Antônio Gonçalves Barbosa aqui passando, vindo do Sucuriú, pela estrada que serviu para a fuga dos habitantes da Vacaria, quando da invasão dos paraguaios, posou no rancho de João Nepomuceno".

Confirmando essa opinião, diz Peri Alves Campos: "... trazido pela fama da beleza, salubridade e riqueza em pastos dos campos sulinos de Mato Grosso, aqui fez pouso na tarde de 21 de junho daquele ano (1872), o velho mineiro José Antônio Pereira, recepcionado por João Nepomuceno, cuiabano valentão e velhaco, anacoreta involuntário, que construira seu rancho de palha na forquilha de pequeno e sombrio pontal".

E continua Vespasiano Martins:

"É quasi certo que Nepomuceno tenha vindo de Nioaque, pois ele morava com Maria Abranches, mulher gorda, baixota, branca, muito alegre e bondosa".

"Maria Abranches era natural de Faxina, cidade onde nasceu meu pai, que ali a conheceu, muito se admirando, quando indo a Nioaque, ali a encontrou".

"Contam que ela fôra ali ter em uma das levas de soldados, que naqueles tempos, para aqui chegavam, vindos pelo Estado do Paraná, descendo o Tibagi, subindo o Paraná, Ivinheima, Brilhante ou Vacaria e, até onde o batelão alcançava, depois a pé ou montados, para Nioaque e Miranda. É, pois, seguro que Nepomuceno tenha vindo para aqui, de Nioaque, porque ali é que residia Maria Abranches, antes de ser aqui encontrada em sua companhia".

"A chamado de Nepomuceno, ou com o consentimento deste, algumas familias camapuanas aqui se fixaram, afim de aproveitar as matas do Prosa, para as suas roças".

"Em 1872, sómente, como muitos rememoram, aqui chegavam José Antônio, Antônio Luiz e Joaquim Antônio, os quais apalavraram com Nepomuceno a fixação aqui".

"Foram a Monte Alegre, Minas, para trazer as familias. Muito surpresos ficaram, quando, novamente aqui, de volta, verificaram que Nepomuceno havia vendido os seus direitos de posse a Manoel Vieira de Souza, por .... Cr$ 300,00. Isso entre mineiros e um *larilo* poconeano não trouxe entrave algum, pois os mineiros se fixaram na terra com suas familias, começando um pequeno arraial, com ranchos de pau a pique, cobertos de sapé".

"Tempos depois, Nepomuceno, envolvido no assassinato de um fazendeiro por nome Mota, morador para os lados do Varadouro, daqui largou-se para o Araxá, onde faleceu. Maria Abranches regressou para Nioaque e ali findou a sua vida aventureira".

"Assim desapareceu João Nepomuceno, o discutido personagem que consta, havia se radicado na confluência dos dois córregos, mais tarde denominados "Prosa" e "Segrêdo", procedente de Coxim, de onde viera foragido da justiça".

No retôrno de José Antônio a Campo Grande, ao transpor, com a sua comitiva, as águas do Paranaíba, muitos dos seus membros foram atacados por uma febre maligna conhecida como "mataderas", ocorrência essa, que pela sua gravidade, obrigou o viajante a longa parada na vila de Santana, o que muito preocupou o mineiro, que de "Espirito eminentemente religioso e fervoroso devoto do thaumaturgo de Padua, o velho mineiro, a despeito da aplicação de "raizadas" aos enfermos, no que era espimentado, concentrou-se um momento e, cheio de fé, balbuciou a piedosa promessa de erigir, no ponto do seu destino, uma capella em glorificação a Santo Antônio".

José Antônio narra a Manoel Vieira as peripécias das suas viagens e diz da promessa de construir no local uma igreja para Santo Antônio de Pádua, santo de sua devoção; concordam os novos amigos no trabalho comum. Tal ajuste determinou grande progresso para o lugar.

Mais nove ranchos surgem, então, espalhados a montante dos dois córregos e as roças se multiplicaram.

Não haviam ainda decorridos 4 anos do assentamento daquelas primeiras famílias e o "pau-a-pique" já marcava o início da construção da igreja que, na cobertura, recebeu telhas de barro, que José Antônio fôra buscar com seus carros nas ruínas abandondas de Camapuã.

Pronta a igreja, José Antônio foi a Nioaque, onde contratou o padre Julião Urquia, vigário de Miranda, que veio celebrar o santo sacrifício da missa, a primeira naquele templo, sob a invocação de Santo Antônio de Campo Grande, em cuja ocasião batizou as primeiras crianças nascidas no arraial e abençoou o entrelaçamento das famílias Pereira e Vieira de Souza, realizando os primeiros casamentos sucedidos no povoado: do viúvo Manoel Vieira de Souza e suas filhas Maria Elena e Ana Luiza de Sousa, respectivamente com Francisca de Jesus, Joaquim Antônio e Antônio Luiz Pereira, todos filhos de José Antônio Pereira, cerimônias essas realizadas a 4 de março de 1878.

A igreja foi dotada de um sino que, querem uns, José Antônio haja trazido também das ruíhas de Camapuã, e outros, que o tenha mandado adquirir em Corumbá, e, em 1888, o templo recebia outro sino, dádiva de João Pereira Martins.

Pouco a pouco, novos moradores se foram juntando aos primeiros e o velho Cura de Miranda e Nioaque incluía Campo Grande, nas suas freqüentes desobrigas.

Os córregos, tão estreitamente ligados à vida do arraial, não tardaram em perpetuar essa afetividade, nos nomes pitorescos que receberam: "Prosa", o que tem a sua cabeceira no leste, dada a loquacidade dos seus habitantes marginais que não poupavam um tempo de "prosa"; enquanto que o nascente ao norte — o "Segrêdo", tem o seu nome ligado à oculta intenção de Manoel Oliveira, que teve o sigilo revelado por João Pereira Martins, trazendo, segundo os cronistas, a rotumbância do primeiro escândalo ao nascente lugarejo.

O campo santo para acolher em repouso eterno aos que "completavam a sua missão", era situado no lugar onde hoje se encontra um parque infantil, no canto leste da Praça Ari Coelho de Oliveira. Mais tarde, transferido para o alto do lado direito do córrego do Segrêdo, no atual Bairro Amambaí, nêle estão sepultados os restos mortais de José Antônio Pereira, o infatigável pioneiro falecido a 11 de janeiro de 1900.

O desenvolvimento do arraial de Santo Antônio de Campo Grande, não tardou em polarizar as atenções dos fazendeiros dos campos das Vacarias e de todo o planalto de Maracaju, e, dada a excepcional qualidade de suas terras, para cultura e criação, auxiliada pela admirável amenidade do seu clima, foi se tornando uma espécie de centro de unificação nacional, com a aproximação de inúmeras pessoas procedentes de Minas, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de outras províncias brasileiras, corroborando para êsse evolutivo acontecimento, a sua magnífica localização geográfica, que o tornou, desde cedo, ponto intermediário do intercâmbio comercial entre o Triângulo Mineiro, especialmente Uberaba e tôda a região Sul de Mato Grosso, atividade que se fazia cada vez mais intensa.

Revelando-se de Mato Grosso o mais ativo centro de comércio de gado, foi crescendo em tôrno do seu nome a fama da riqueza, fama essa que, atraiu, ao lado dos homens trabalhadores e honestos, uma verdadeira escória humana, a qual na prática dos seus costumes e na impunidade dos crimes cometidos, deu a Campo Grande, a feição de "Far-West", o que lhe valeu um longo período de insegurança, saturando de muito sangue humano, a terra que, depois de tal época, voltou a ser atraente, dadivosa e hospitaleira.

Em princípio de 1889, atendendo ao apêlo de 25 cidadãos do arraial, chegou a Campo Grande o mestre José Rodrigues Bonfim, que abriu a primeira escola na localidade.

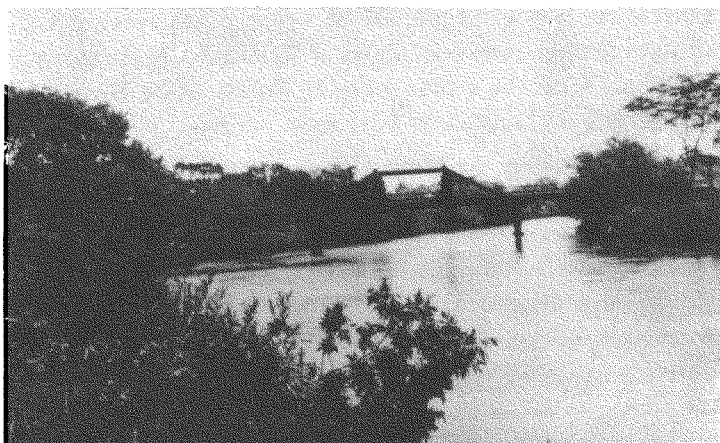
A Lei provincial n.º 792, de 23 de novembro de 1889 — (antes de chegar em Cuiabá a notícia da Proclamação da República), criou no município de Nioaque, o Distrito de Paz de Campo Grande, que, 10 anos mais tarde pela Lei n.º 225, de agôsto de 1899, foi elevado à categoria de vila. A mesma Lei determinou a criação do Município, que, desanexado do território da comarca de Nioaque, foi incorporado à de Miranda.

Criado o distrito, foi nomeado seu primeiro Juiz de Paz, Bernardo Franco Bais e o velho José Antônio Pereira, como primeiro subdelegado de Polícia, tendo como suplente Vicente Ferreira da Silva. Por motivos não conhecidos, sòmente a 5 de janeiro de 1894, foi registrado o primeiro casamento realizado pelo Juiz de Paz de Campo Grande, o que, até então, continuava a ser feito pelo de Nioque.

É interessante notar que o município, inicialmente, contava com uma área superior a 100 000 km², estendendo-se entre os rios Aquidauana, Brilhante, Ivinheima, Paraná e o Verde, até as suas cabeceiras, compreendendo os atuais municípios de rio Brilhante Bataguaçu, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Terenos, Sidrolândia, Jaraguari e parte de Camapuã.

Criado o município em 1899 a novel comuna teve como primeiro Intendente, o cidadão Francisco Mestre, nomeado pelo Govêrno do Estado. A 2 de novembro de 1902, realizaram-se as primeiras eleições municipais, quando foram eleitos: Intendente, Bernardo Carvalho Bais, que renunciou ao mandato em favor de Francisco Mestre, eleito 1.º Vice-Intendente, ficando como suplente o 2.º Vice-Intendente, Antônio Francisco de Almeida.

O Conselho de vereadores da primeira legislatura ficou composto dos cidadãos Joaquim José de Sant'Ana, João Corrêa Leite, Manoel Ignácio de Souza, José Vieira Damas e João Antônio da Silva.

Para ilustrar a ação daquele celebrado Conselho, observe-se que, instalado a 1.º de janeiro de 1903, só voltou a reunir-se a 23 de janeiro de 1905, para fixar, em Resolução n.º 1 os subsídios do Intendente, que foram estipulados em 84$000 (oitenta e quatro mil réis); para criar o quadro de funcionários e o Código de Postura, bastante curioso, como se verifica pela transcrição de alguns dos seus artigos:

Ponte sôbre o rio Anhanduí

"Artigo 7. — É prohibido obstruir as ruas com materiaes para construcção, excepto as pessoas que fizerem obra, os quaes devem nas noites escuras ter um lampeão acceso a fim de evitar-se dezastres".

"Artigo 11.º — Todas as pessoas não vaccinadas são obrigadas a ir a Camara Municipal nos dias que forem por esta designados, a fim de vaccinarem, levando para o mesmo fim filhos, curatelados, tutelados, famulos, escravos (..?!) e em geral qualquer pessoa que esteja em seu poder ou guarda".

"Os infractores serão punidos com 10$000 de multa ou quatro dias de prisão, sendo alem disto compellidos a vaccinarem o seu dependente".

"Artigo 29. — É expressamente prohibido comprar objectos de qualquer natureza ou valor que seja a creados famulos, ou filhos familia, sem autorização dos amos, paes ou tutores, bem como a pessoas suspeitas".

"Artigo 43. — Quando se der qualquer incendio desta villa e arrabaldes, os sacristãos das Igrejas são obrigados a dar singnal delle nos sinos das mesmas, sob pena de pagarem a multa de 10$000 ou quatro dias de prisão".

"Artigo 44. — É também prohibido: 1.º consentir nas tavernas ou casas de bebidas ajuntamento de pessoas que não estejam comprando. 2.º Vender bebidas alcoolicas aos que já estiverem embriagados ou trouxerem comsigo armas offensivas".

"Artigo 45. — É expressamente prohibido: Fazer sambas, cateretês, ou outros quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da vila".

"Artigo 46. — É prohibido o uso de armas offensivas como sejam espingardas, clavinotes, pistolas, garruchas, revolvers, espadas, floretes, punhaes, navalhas, facas de ponta, canivetes grandes, estoques, sovelas e cacetes, assim como qualquer outro instrumento offensivo de qualquer denominação que seja".

A 11 de janeiro do ano seguinte (1906) verificou-se uma completa revisão das Posturas, tomando a nova Lei o n.º 5. Eis algumas das suas determinações:

"Artigo 31. — Todos que quizerem servir-se d'agua canalizada pelo rego existente, serão obrigados a fazer pequenos regos até suas casas, tendo o cuidado de fazer bicas e tapar por cima quando atavessarem ruas ou praças".

"Artigo 32. — Ninguem poderá prohibir que passe por seus quintaes a agua que é destinada ao seu visinho e nem lavar nella cousa alguma immunda que possa prejudicar o visinho".

O referido rego, que descia ao longo da atual Rua 15 de Novembro, não mais existe, e quando a municipalidade desviou a preciosa linfa, aterrando o seu antigo leito, muitos e bem enérgicos foram os protestos que tal providência ocasionou.

Em outubro de 1907, chegaram a Campo Grande, Schenoor e sua comitiva, que vieram estudar o terreno, para resolver sôbre o traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil com plena liberdade para escolher a rota que achasse mais conveniente para chegar à Bolívia.

A futurosa vila os seduziu e foi escolhida para local de uma das estações que hoje lidera o movimento financeiro da Estrada.

Em 28 de maio de 1914, o apito civilizador de uma locomotiva vinda das barrancas do Paraguai, acordava festivamente para uma nova arrancada na senda do progresso, a vila de Campo Grande. Aquela locomotiva tinha o número 44. Era o "44" da civilização que vinha substituir o "44", tido na época, como a "justiça da terra", símbolo da arrogância e apanágio do banditismo.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi e continua sendo um dos fatôres preponderantes do seu progresso.

Só em fins de 1909, por determinação do Presidente do Estado, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, se fêz a medição e demarcação das terras reservadas para o rocio da futurosa cidade, cuja área era de 3 600 hectares.

Êsse trabalho que foi executado pelo competente engenheiro militar, Themístocles Paes de Souza Brasil, com detalhado estudo geológico da terra, veio constituir valiosíssimo subsídio para posteriores estudos de higiene e urbanização da cidade.

Em 1910, o poder judiciário passa a ser melhor representado, com a criação da comarca de Campo Grande, que, instalada a 2 de maio do ano seguinte, teve como seu primeiro Titular, Dr. Arlindo de Andrade Gomes e como Promotor Público, o Sr. Tobias de Sant'Anna.

Seus primeiros tabeliães foram Francisco Pereira Lima, substituído, mais tarde, por Eliezer Carlos de Oliveira que, pouco depois, passou o cargo para Eduardo dos Santos Pereira.

Criada a Paróquia de Santo Antônio de Campo Grande, foi designado seu vigário, o cônego José Joaquim de Miranda, que assumiu a sua direção a 10 de outubro de 1912.

Com relação ao cônego Miranda, um cronista registrou a seguinte particularidade: "A vida que levava este sacerdote, discordante dos sãos principios da Igreja, valeu-lhe a suspensão de ordens, sendo nomeado seu sucessor o padre Mariano João Alves, que tomou posse do vigariado a 3 de Junho de 1913, mas da Matriz somente a 30 de Julho, por ter-se opposto á sua entrega o rebellado conego, attitude que só terminou com a intervenção dos mais conspicuos cidadãos da villa".

"O conego Miranda usava commumente o traje civil, só envergando a batina quando celebrava; era um partidario ardoroso e jamais deixaria de trazer à cinta o *Classico* 44":.

Foi assassinado na manhã de 16 de Julho de 1916, epoca de grande effervescencia politica, sendo encontrados sob seu leito 7 armas de guerra e dois mil cartuchos de Mauser!".

O Dr. Arlindo de Andrade Gomes, personalidade culta, idealista e combativa, fundou o primeiro jornal de Campo Grande — "O Estado de Mato Grosso", aparecendo o seu primeiro número a 22 de junho de 1913, como periódico quinzenal, sendo, logo depois, transformado em semanal.

O Exército, que já mantinha nesta cidade uma companhia de caçadores, sob o comando do tenente Gaudie Ley, veio engrossar os seus efetivos com a transferência do 5.º Regimento de Artilharia Montada, sob o comando do major João Batista Martins Pereira, que se achava sediado em Aquidauana desde a sua organização em 1909.

O 5.º Regimento, trazendo 172 praças de pré e 7 oficiais, chegou a Campo Grande, no dia 8 de março de 1914, sendo o seu material transportado em 50 carrêtas, postas à disposição do seu comando pelo comércio local.

O novo e atual cemitério foi localizado em terreno doado à municipalidade pelo coronel Amanto de Oliveira, então Presidente da Câmara e elemento que muito fêz pelo progresso local. Foi traiçoeiramente assassinado, vindo, por estranha e caprichosa coincidência, ser o seu, o primeiro corpo depositado nesse novo "Campo Santo", o que se deu a 11 de junho de 1914.

Foi 1914 um ano alvissareiro para Campo Grande e, pelas realizações que se deram no seu período, marca uma época, na história do seu evolutivo progresso. Foi nesse ano que, a 31 de agôsto, se realizou o encontro dos trilhos da Estrada de Ferro que, dos respectivos pontos de início das construções — Bauru, em São Paulo e Pôrto Esperança, na barranca do rio Paraguai, em Mato Grosso — projetaram-se com ímpeto até a junção, que se deu junto ao córrego Taveira, não distante de Campo Grande, e que, pelo ocorrido, passou a se chamar "Ligação".

Foi impressionante aquela solenidade em que a alegria e o entusiasmo do operário que vencia aquela rude tarefa de sacrifícios contagiavam os espectadores que sentiam, naquele momento, a aproximação das longínquas paragens mato-grossenses aos maiores centros do País.

E, às 10 horas da manhã do dia 14 de outubro, chegava em Campo Grande a comitiva que realizava a inauguração oficial da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, da qual faziam parte: Dr. Carlos Euler, representando o Ministro da Viação; coronel José Bevilacque, representando o Ministro da Guerra; o Senador mato-grossense Antônio Azeredo, general Caetano de Albuquerque, Deputado A. de Mavignier; Drs. Firmo Dutra, Emílio Amarante, Hilário Adrião, e os jornalistas C. S. Rutlindg, representante do "Times"; Diário de Mendonça, do "Jornal do Comércio"; Macedo Soares, do "Imperial"; Silvino Cardoso, da "Época"; além de muitos outros.

Antes da elevação a cidade, outros jornais surgiram na Vila: "A Ordem" — em setembro de 1916; "Correio do Sul" — em março de 1917 e "O Sul" — em junho do mesmo ano, os dois primeiros, sob a direção de Antero Paes de Barros e o último, do Deputado Federal Dr. Annibal de Toledo (eleito governador do Estado em 1929 e deposto pela revolução de 1930).

A elevação da vila à categoria de cidade deu-se no ano de 1918, de acôrdo com a Lei estadual n.º 772, de 16 de julho, data em que já contava com iluminação elétrica, inaugurada a 1.º de janeiro daquele ano, vindo a ser a segunda localidade no Estado, a contar com tão importante melhoramento.

Desde os primeiros dias de 1918, a cidade se achava em conflito político, do qual resultava a dualidade de Câmaras e de Juízes de Paz. A situação levou a Assembléia Legislativa do Estado a determinar a intervenção estadual no município, autorizando o Presidente do Estado a nomear o Intendente Geral e os Juízes de Paz de Campo Grande, o que foi efetivado pela Lei n.º 768, de 9 de julho, sendo, pelo ato n.º 329, de 14 de agôsto, nomeado o deputado estadual Rosário Congro, cuja posse deu-se a 5 de setembro, e, com êle retornou a normalidade político-administrativa.

Em 1919, três importantes obras foram iniciadas; a primeira, objetivando o aprimoramento da cultura do povo, a "Sociedade Organizadora da Biblioteca Pública de Campo Grande", iniciou a 21 de abril a construção do prédio para sua instalação; a segunda, no sentido da preservação da saúde dos seus habitantes, foram lançados os fundamentos do pavilhão da Santa Casa de Misericórdia, hoje bastante ampliada e também conhecida com o nome de Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande, e, por último, foi efetuado o lançamento da pedra fundamental de um belíssimo templo destinado à nova matriz, que viria substituir a primitiva igrejinha de Santo Antônio, cuja demolição se fazia necessária, por motivo da sua localização que entravava o trânsito da Rua 15 de Novembro esquina com a Avenida Calógeras.

Em 1921, transfere-se de Corumbá para Campo Grande a Sede da Circunscrição Militar de Mato Grosso. O grande estadista e eminente brasileiro Pandiá Calógeras, no Govêrno Epitácio Pessoa, tendo em vista a privilegiada situação topográfica do município, transformou essa cidade em sentinela da paz e do progresso do grande Estado do Centro Oeste brasileiro, mandando construir os imponentes quartéis, hoje sede da 9.ª Região Militar.

No decorrer dêsses anos, enquanto a cidade progredia, a extensa área territorial do município era retalhada em propriedades, surgindo promissoras fazendas, obrigando os administradores municipais a estenderem suas atividades pelo interior, construindo pontes e pontilhões, tornando transitáveis as estradas carroçáveis, que alongavam os seus "tentáculos" em todos os sentidos.

O comércio, o ensino, a organização social e outros fatôres de confôrto citadino, ampliavam-se no meio urbano, ao mesmo tempo que surgiam as primeiras indústrias; em 1930, a cidade que se desenvolvia obedecendo a moderníssimo traçado, em que os confortáveis prédios residenciais se destacavam pelo gôsto arquitetônico, contava já com mais de 200 casas comerciais, 3 agências de bancos, Correios, Telégrafos e outras repartições públicas, vários estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, cursos secundário e superior, abastecimento d'água canalizada, telefones e vários clubes recreativos e desportivos, rivalizando já, em desenvolvimento, com a própria Capital do Estado.

Em 1923, Campo Grande se agigantou, empolgado pelo movimento constitucionalista e solidário com a revolução de 9 de julho, acompanhando o general Bertoldo Klin-

Aspecto da Rua Dom Aquino

ger, então comandante da 9.ª Região Militar, e encabeçou tôda a Região Sul de Mato Grosso nesse patriótico movimento que tinha o elevado objetivo de reconduzir a Nação ao Regime Constitucional.

No período revolucionário, Campo Grande foi transformado em sede do Govêrno Estadual, que ficou assim organizado:

Dr. Vespasiano Barbosa Martins — Governador;

Dr. Arlindo de Andrade Gomes — Secretário-Geral;

Dr. Dolor Ferreira de Andrade — Secretário Particular do Govêrno;

Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa — Chefe de Polícia;

Prof. João Tessitore Júnior — Diretor da Instrução Pública;

Dr. Cezar Galvão — Diretor da Saúde Pública;

Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo — Diretor de Obras Públicas;

Dr. Francisco Bianco Filho — Diretor do Diário Oficial.

Fracassado aquêle movimento, os seus chefes regionais tiveram que procurar refúgio na vizinha República do Paraguai até que fôsse normalizada a situação no território nacional.

Em 1934, mais uma vez Campo Grande empolga o Estado, liderando um movimento autonomista, por intermédio da "Liga Sul Mato-grossense", que em pouco tempo de campanha, conseguiu polarizar a política e entusiasmar, arrebatadoramente, tôda a sua população.

Nessa ocasião, contendo mais de 13 000 assinaturas, foi encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional Constituinte (reunião na época), um substancioso memorial, encabeçado nos têrmos seguintes:

"A Liga Sul Mato-grossense, com sede na cidade de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso, por si e na qualidade de delegada das pessoas cujos nome vão abaixo relacionados, bem assim os infra subscritos vêm perante V. Exas. autorizados pelo art. 72, § 9.º da Carta Constitucional, pleitear a criação de um Território Federal, ou Estado Autônomo, na região Sul de Mato Grosso, abrangendo os municípios de Sant'Ana, Três Lagoas, Coxim, Campo Grande Aquidauana, Miranda, Pôrto Murtinho, Bela Vista, Nioaque, Entre Rios, Maracaju e Ponta Porã, sob os fundamentos que" foram formulados de maneira enérgica, contra o predomínio do Centro (Região de Cuiabá), e os descasos do Poder Público para com a rica e próspera parte do Estado, alegações, aliás, bastante justas na época.

Êsse movimento, que se caracterizava pelo zêlo com que seus líderes defendiam os direitos da Região e que ganhou corpo se estendendo por tôdas as camadas sociais, ao mesmo tempo que empolgava as populações do Sul, pelo civismo com que defendiam a sua causa, degenerou em uma campanha contra o "cuiabano" (naturais dos vários municípios do Norte do Estado, então considerados todos cuiabanos). Criou-se, assim, uma espécie de animosidade dos sulistas contra os nortistas. Êsse estado de cousas, essa aversão manifestava-se pelo menosprêzo, principalmente por meio de críticas, no sentido de desprestigiar e ridicularizar o cuiabano.

Aquela divergência que, segundo certos observadores, foi provocada pelo interêsse político de alguns elementos, pouco a pouco, desapareceu sob a influência da própria política.

Com a colaboração de tôdas as raças, do caboclo nacional; dos filhos de países vizinhos; dos europeus — portuguêses e italianos; árabes — especialmente os sírios e libaneses; e do oriental, representado pelo tipo diferente do japonês disciplinado e trabalhador, Campo Grande prossegue num ritmo impressionante de progresso, onde a iniciativa particular tem posição de destaque, causando pasmo aos próprios poderes públicos centrais.

"De todos os quadrantes convergem para aqui os cooperadores de seu engrandecimento, em prol do qual labutam, confiantes no futuro, que já lhes sorri, desentranhando-se em fartura.

Já não é sòmente Campo Grande, que tanto maravilhou os seus primeiros povoadores, a derramar-se pelo tapête esmeraldino das ondulações sem fim, como vagas repentinamente fixadas.

Mas a vibrátil Cosmópolis, cujas inquietações passageiras não lhe embaraçam a evolução, como as crises da juventude não impedem o desenvolvimento dos organismos robustos.

A seu respeito cabem as mais estonteantes previsões dos que pretendem lobrigar-lhe a trajetória pelos tempos afora, quando melhor fôr utilizada a sua condição natural de "entroncamento obrigatório de vias de comunicação", já em 1933, escreve Virgílio Corrêa Filho.

Na divisão administrativa do Brasil, relativa ao ano de 1911, Campo Grande era constituído apenas do distrito da sede.

Em 1921, aparece formado por 3 distritos, o da sede municipal, o de Vacaria e o de Conceição do Rio Pardo.

Desmembrado o distrito de Entre Rios — antigo Vacaria, de acôrdo com a Lei n.º 1 025, de 26 de setembro de 1929, no mesmo ano, a sua área sofreu novo desmembramento com a criação do distrito de Terenos, pela Lei n.º 1 021, de 21 de setembro.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de .... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, Campo Grande se compõe de 6 distritos: Campo Grande, Conceição do Rio Pardo, Jaraguari, Rochedo, Serrote e Terenos.

Em 1938, o Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro, que fixava o quadro territorial vigorante no qüinqüênio 1939-1943, extinguia o Distrito de Serrote, anexan-

do o seu território ao de Campo Grande. Passou, então, o município, a constituir-se dos distritos de Jaraguari, Rio Pardo, Rochedo, Terenos e mais o da sede municipal.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Campo Grande perdeu o distrito de Rio Pardo, que foi elevado à categoria de município com o nome de Ribas do Rio Pardo, e passou a figurar, então, com os distritos de Campo Grande, Jaraguari, Taveira (ex-Rochedo) e Terenos.

Na divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, perdeu o território do distrito de Rochedo que, juntamente com o de Corguinho, pertencente ao município de Aquidauana, e parte do distrito da sede municipal do último, passaram a constituir o município de Rochedo, ficando Campo Grande com os seguintes distritos, além do da sede municipal: Jaraguari, Sidrolândia e Terenos, sendo o segundo distrito criado com território desmembrado da sede municipal.

Na atual divisão territorial, estabelecida pelo Decreto estadual n.º 1 738, de 30 de novembro de 1953, o município de Campo Grande figura, apenas, com dois distritos: o da sede municipal e o de Rochedinho, criado pela Lei n.º 682, de 11 de dezembro de 1953, tendo perdido os distritos de Jaraguari, Sidrolândia e Terenos, todos elevados à categoria de município.

Desde a sua elevação à categoria de município, a 26 de agôsto de 1899, até 31 de janeiro de 1955, foram seus administradores, os seguintes:

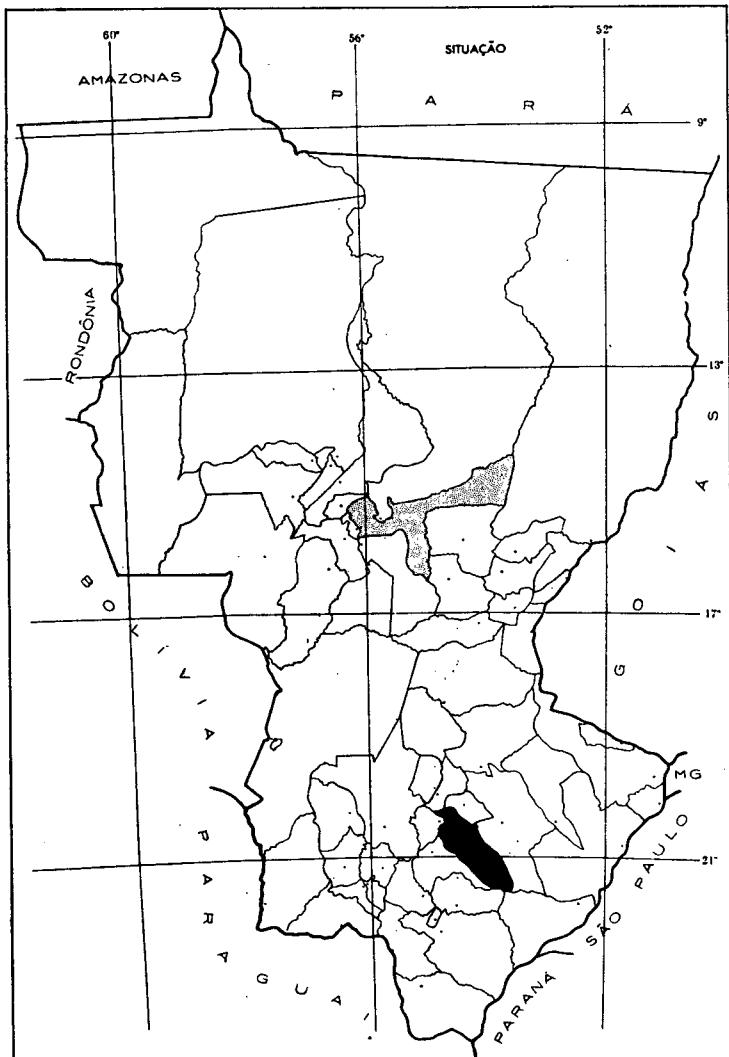
Francisco Mestre — de 26-8-1899 a 1-11-1904.
Manoel Inácio de Souza — de 1-11-1904 a 1-2-1909.
José Santiago — de 1-2-1909 a 1-2-1910.
Antônio Norberto de Almeida — de 1-2-1910 a .... 19-9-1910.
Nilo Javari Barem — de 10-9-1910 a 20-10-1910.
Antônio Norberto de Almeida — de 20-10-1910 a 20-12-1910.
Apulcro Brasil — de 20-12-1910 a 18-2-1911.
Antônio Norberto de Almeida — de 18-2-1911 a .... 31-12-1911.
José Santiago e Enoch Vieira de Almeida — ...... de 1-1-1912 a 1-1-1915.
João Clímaco Vidal — de 1-1-1915 a 19-2-1915.
Sebastião Lima — de 19-2-1915 a 21-6-1917.
Fernando Novais — de 6-7-1917 a 1-11-1917.
Leonel Velasco — de 5-1-1918 a 20-3-1918.
Sebastião Lima — de 20-3-1918 a 5-9-1918.
João Pedro de Souza — de 17-8-1918 a 5-9-1918.
Rosário Congro — de 5-9-1918 a 11-8-1919.
Antônio Norberto de Almeida — de 10-9-1919 a .... 29-1-1920.
Arnaldo Estevão de Figueiredo — de 29-1-1920 a 1-1-1921.
Arlindo de Andrade Gomes — de 1-1-1921 a ...... 31-12-1923.
Arnaldo Estevão de Figueiredo — de 2-1-1924 a .... 31-12-1926.
Jonas Corrêa da Costa e Manoel Joaquim de Moraes — de 1-1-1927 a 1-4-1929.
Inácio Franco de Camargo — de 1-4-1929 a 31-12-929.
Antônio Antero Paes de Barros — de 1-1-1930 a 10-10-1930.
Mário Pinto Peixoto da Cunha — de 25-10-1930 a 2-12-1930.
Deusdedit de Carvalho — de 3-11-1930 a 2-12-1930.
Cezar Bacchi de Araújo — de 2-12-1930 a 18-1-1930.
Valdomiro Silveira — de 18-1-1931 a 25-6-1931.
Vespasiano Barbosa Martins — de 25-6-1931 a .... 11-7-1932.
Artur Mendes Jorge Sobrinho — de 11-7-1932 a .... 11-10-1932.
Itrio Corrêa da Costa — de 11-10-1932 a 29-12-1933.
Pacífico Lopes de Siqueira — de 29-12-1933 a .... 1-11-1934.
Vespasiano Barbosa Martins — de 1-11-1934 a .... 17-9-1935.
Antônio Luiz Almeida Boaventura — de 17-9-1935 a 13-1-1937.
Lourival Oliveira Azambuja — de 13-1-1937 a .... 15-3-1937.
Juvenal Vieira de Almeida — de 15-3-1937 a ...... 27-3-1937.
Eduardo Olímpio Machado — de 27-3-1937 a ...... 12-8-1941.
Demóstenes Martins — de 13-8-1941 a 1-9-1941.
Vespasiano Barbosa Martins — de 1-9-1941 a ...... 12-9-1942.
Demóstenes Martins — de 12-9-1942 a 11-4-1945.
Joaquim Theodoro de Faria — de 12-4-1945 a ...... 6-6-1947.
Carlos Hugueney Filho — de 6-6-1947 a 1-12-1947.
Fernando Corrêa da Costa — de 1-12-1947 a ...... 31-1-1951.
Ari Coêlho de Oliveira — de 31-1-1951 a 21-11-1952.
Mário Carrato — de 22-11-1952 a 26-1-1953.
Wilson Fadul — de 26-1-1953 a 31-1-1955.

A partir de 31 de janeiro de 1955, acha-se à frente do Executivo Municipal, o Dr. Marcílio de Oliveira Lima, tendo como Vice-Prefeito, o Sr. Dinamérico Inácio de Souza; foram eleitos para o Legislativo os Senhores: Oclécio Barbosa Martins, Oliva Enciso, Paulo Simões Corrêa, Kalil Abrão, Joaquim Guilherme de Almeida, Ernesto Garcia de Araújo, Pedro Luiz de Souza, Adventor Divino de Almeida e José de Paula Reto, tendo, em virtude de renúncia dos dois últimos, sido convocados os seus suplentes Diomedes Rosa Pires e Mauri Novais.

Campo Grande, é comarca de 3.ª Entrância e sede da 8.ª Zona Eleitoral, tendo como têrmos os municípios de Camapuã, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.

Assim é Campo Grande de hoje que, na feliz expressão de D. Aquino Corrêa "hontem era a terra roxa dos guavirais selvagens, é hoje a rainha do Sul de Mato Grosso"

LOCALIZAÇÃO — Na região Sul do Estado de Mato Grosso, nas ondulações do planalto da serra de Maracaju, entre o ribeirão Lontra e os rios Anhanduí e Botas, está localizado o município de Campo Grande, cujo nome igualmente designa a Zona Fisiográfica a que pertence. Seu território é delimitado pelas latitudes 20º 13' N. e 21º 34' S. e as

longitudes 53° 36' 15" E. e 54° 54' 45" O. Limita com os municípios de Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Bataguaçu, Rio Brilhante, Sidrolândia, Terenos e Rochedo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade situa-se na latitude Sul de 20° 26' 39" e longitude W.Gr. de 54° 38' 19", no rumo S.S.E. em relação à Capital do Estado, da qual dista 560 km em linha reta.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se numa altitude que varia de 540 a 615 metros, enquanto que na área do município há elevações variáveis entre o mínimo de 440 e máximo de 650 metros.

CLIMA — Situado no planalto da serra de Maracaju que se estende por todo o seu território, com altitudes que chegam a 650 metros, goza Campo Grande da amenidade do clima tropical úmido; entretanto, pelas suas variações mais ou menos iguais às de Maracaju, Rio Brilhante e Dourados, pode ser incluído na região de "Provável Clima Tropical de Altitude".

Diz o cap. Melo Moraes — "A temperatura reinante em extensas zonas a oeste, norte e noroeste de Minas Gerais, como a que se verifica no Triângulo Mineiro e na região do Alto São Francisco, assemelha-se muito bem à de Campo Grande".

Segundo o testemunho do Dr. Glycon Paiva, convém mencionar aqui a identidade existente entre os arredores de Campo Grande, quer geológica, quer fisiográfica, com os campos do Triângulo Mineiro.

"Essa afinidade de temperatura, entre o sertão mineiro e a campanha do Sul de Mato Grosso, foi forçosamente um dos fatôres que fixaram nesta região, durante o século passado, muitas famílias mineiras".

Nos últimos anos, vêm sendo observadas certas alterações no seu sistema climatológico que, em 1956, registrou as variações seguintes em graus centígrados: média das máximas: 31,6; média das mínimas: 18,9; média compensada: 25,25.

Os ventos são constantes, nunca faltando uma brisa, mesmo nos dias mais quentes. De abril a agôsto, predominam os ventos frios do este, sendo que de maio a setembro, aparece, irregularmente, o vento sul, produzindo sensíveis baixas na temperatura, quase sempre acompanhado de garoa. Nos meses mais quentes, as noites são sempre frescas, obrigando o uso de agasalhos.

Na quase totalidade da estação chuvosa, que se pronuncia nos meses de setembro a março, com maior intensidade no período de dezembro a fevereiro, tem predominância o vento norte.

A precipitação anual em 1956 foi de 1 420,68 mm.

ÁREA — Até dezembro de 1953, a área do município de Campo Grande era de 21 620 km^2; entretanto, desmembrados, como foram, a partir de janeiro de 1954, os antigos distritos de Jaraguari, Sidrolândia e Terenos, o seu território ficou reduzido a 8 540 km^2, sendo 7 930 km^2 para o distrito da sede e 610 km^2 para o de Rochedinho.

A sua área atual corresponde a 0,65% da do Estado, colocando-se em 29.° lugar em relação às demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Com a totalidade da sua área ocupando o planalto de Maracaju, sem elevações ou depressões sensíveis, citam-se como seus acidentes principais: o rio Anhanduí, que nasce na confluência dos córregos Prosa e Segrêdo; depois de engrossado por vários ribeirões, passa a constituir o principal afluente do rio Pardò, sendo que o seu curso separa o município dos de Sidrolândia, Rio Brilhante e Bataguaçu; rio Anhanduìzinho, que tem todo o seu curso dentro do município e é afluente do Anhanduí, pela margem esquerda, depois de receber o ribeirão Lontra, o qual serve de limite com Ribas do Rio Pardo; o ribeirão das Botas que, juntamente com o córrego das Estâncias, seu afluente, serve de limite com Jaraguari e corre para o rio Pardo; e, finalmente, o ribeirão

Vista aérea parcial dos quartéis da guarnição Federal

Cefoula que nasce nas proximidades da cidade e pertence à bacia do Paraguai, como afluente do Aquidauana.

Os córregos Prosa e Segrêdo atravessam hoje a cidade — o primeiro, de leste para oeste e o segundo, no sentido norte-sul.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, as riquezas naturais do município carecem ainda de estudos, sendo conhecida, apenas, a existência de pedras para construção, barros para cerâmica e areias finas com intensa aplicação na indústria de construção civil.

Embora já bem empobrecidas pela exploração intensiva a que foram submetidas, por vários anos, as suas matas e cerradões, encontra-se ainda no seu território pequena reserva florestal marginando alguns dos seus inúmeros córregos e ribeirões, na qual são encontrados, em pequenas quantidades, louro, guatambu, aroeira, ipê e peroba; nos seus cerrados a lenha é extraída em grande quantidade para uso industrial. São abundantes, principalmente, o capitão (*callisthenes fasciculata*), o araticum do campo (*anora cariacea*), o pequizeiro (*caryocar brasiliensis*), além de outras.

A "guavira" (*campomaneria* sp.), planta subarbustiva, domina todos os campos da região.

A caça indiscriminada e fora de época já faz escassear as espécies, antes abundantes no reino animal; entretanto, encontram-se, ainda, o veado pardo, a perdiz e a codorna.

POPULAÇÃO — O município de Campo Grande contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 57 033 habitantes, o que lhe dava mais de 2 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 29 276 pessoas eram do sexo masculino e 27 757, do feminino.

Quanto ao domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 11 222 homens e 12 653 mulheres, num total de 23 875 habitantes; no suburbano, 5 046 pessoas do sexo masculino e 4 333 do feminino, totalizando 9 379 habitantes; e no quadro rural, um total de 23 779 habitantes, dos quais 13 008 do sexo masculino e 10 771, do feminino, concorrendo, assim, com 41,69% para a população total do município, percentagem essa inferior à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 20 826 homens e 19 990 mulheres, num total de 40 816 pessoas; pretos, 1 627 pessoas do sexo masculino e 1 395 do feminino, totalizando 3 022 habitantes; amarelos, 1 718 homens e 1 477 mulheres, num total de 3 195 pessoas; pardos, 5 086 homens e 4 872 mulheres, ou seja um total de 9 958 habitantes; e 42 sem declaração de côr, sendo 19 homens e 23 mulheres.

Edifício da Companhia Telefônica

Quanto ao estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 8 314 homens e 5 643 mulheres, num total de 13 957 pessoas; casados, 17 242 pessoas, das quais 8 440 homens e 8 802 mulheres; desquitados e divorciados, 29 homens e 30 mulheres, num total de 59 pessoas; e viúvos, 484 homens e 1 624 mulheres, totalizando 2 108 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 27 371 homens e 26 324 mulheres, num total de 53 695 habitantes; brasileiros naturalizados, 51 homens e 5 mulheres, num total de 56 habitantes; estrangeiros, 1 853 habitantes do sexo masculino e 1 428 do feminino, num total de 3 281 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 1 homem.

Segundo a religião, 25 507 homens e 24 179 mulheres, num total de 49 686, declararam-se católicos romanos; 1 634 habitantes, dos quais 823 homens e 811 mulheres, protestantes; 1 389 homens e 1 559 mulheres, totalizando 2 948 habitantes, declararam-se espíritas; 347 homens e 298 mulheres, budistas; 7 homens e 3 mulheres, israelitas; 85 homens e 69 mulheres, ortodoxos; 34 homens e 18 mulheres, maometanos; 125 homens e 139 mulheres, outras religiões; sem religião, 1 580 pessoas, das quais 926 homens e 654 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 60 pessoas, sendo 33 homens e 27 mulheres.

A densidade demográfica era de 5,71 habitantes por quilômetro quadrado.

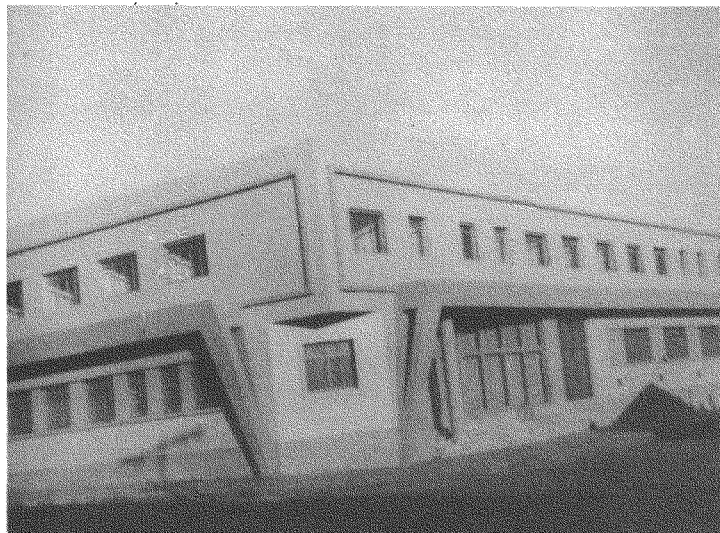
A distribuição da população do município de Campo Grande, segundo os seus distritos, na época do Recenseamento de 1950, foi a seguinte:

Município de Campo Grande .	57 033 hab. —	100%
Distrito da sede	39 164 hab. —	68,67%
Distrito de Jaraguari	7 845 hab. —	13,75%
Distrito de Sidrolândia	5 394 hab. —	9,46%
Distrito de Terenos	4 650 hab. —	8,12%

A cidade (quadro urbano e suburbano) contava, na data do Recenseamento de 1950, 31 708 habitantes, sendo, naquela data, a mais populosa do Estado:

1.ª — CAMPO GRANDE	31 708
2.ª — Cuiabá	23 745
3.ª — Corumbá	18 725

Na população citada, constatou-se maior número de mulheres, com 51,2% (16 233); os homens, representavam 48,8% (15 475).

Aglomerações urbanas — A cidade de Campo Grande, como a principal aglomeração urbana existente no município, contava, na época do Recenseamento Geral de 1950, com 31 708 habitantes (zona urbana e suburbana), seguida pela sede do distrito de Rochedinho, criado na última divisão administrativa e judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, com uma população estimada em 360 habitantes.

Vários agrupamentos de pequenas propriedades localizadas na zona rural, dada a proximidade de suas moradias, podem ser considerados povoados, entre os quais: Mata do Ceroula, com 192 moradias e aproximadamente 960 habitantes; Imbirussu, com 36 moradias e 210 habitantes; Três Barras, com 30 moradias e 150 habitantes; "Vila Maciel", com 30 moradias e 156 habitantes; Bandeira, com 28 moradias e 150 habitantes; Lajeadinho, com 25 moradias e 125 habitantes; "Cidade Anhanduí", com 22 moradias e 110 habitantes; Novo Imbirussu, com 22 moradias e 110 habitantes e Estação Indubrasil, com 15 moradias e 80 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se estriba nas atividades agropecuárias, as quais, nos últimos anos, vêm apresentando produção mais ou menos equivalente, dificultando uma opinião sensata quanto ao prevalecimento de qualquer uma delas.

Segundo elementos destinados ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, para 1956, os seus rebanhos foram avaliados em 318 milhões e 746 mil cruzeiros, realçando-se, nesse total, a parcela de 275 milhões e 30 mil cruzeiros, relativa a 110 000 cabeças de bovinos, seguida pelos eqüinos, asininos e muares, com 13 900 animais, no valor de 38 milhões e 500 mil cruzeiros; 5 800 suínos, avaliados em 4 milhões e 930 mil cruzeiros, e 1 200 ovinos e caprinos no valor de 286 mil cruzeiros.

Os bovinos, concorreram ainda com uma produção de 2 300 000 litros de leite, no valor de 11 milhões e 500 mil cruzeiros, sendo parte dessa produção consumida no fabrico de 12 500 quilos de queijo e 3 500 quilos de manteiga, no valor total de 560 mil cruzeiros.

Deve-se salientar que a qualidade de gado campo-grandense é boa, predominando, entre a população bovina, que inclui 3 búfalos, as raças "indu-brasil", "gir", "nelore" e "guzerá".

Com a instalação do Matadouro Industrial de Campo Grande, que passou a industrializar a maior parte da produção bovina do município, diminuiu o volume da exportação que era tôda efetuada para o Estado de São Paulo.

A produção agrícola de 1956, segundo a mesma fonte, foi estimada em mais de 46 milhões de cruzeiros, devendo-se salientar que o café, cujo valor vem, já há vários anos, liderando a relação dos principais produtos agrícolas, teve um sensível decréscimo, superior a 60% da produção esperada, motivado pelas intempéries.

Em virtude dêsse fato, o arroz, que apresentou uma produção de 2 700 000 quilos, no valor aproximado de 16 milhões e 200 mil cruzeiros, assumiu a liderança dos valores, seguindo-se o café, com 9 milhões de cruzeiros, relativos a uma produção de 300 000 quilos beneficiados; cana-de-açúcar, com 12 000 toneladas, no valor de 4 milhões e 800 mil cruzeiros; mandioca, com 3 695 toneladas — 4 milhões e 400 mil cruzeiros; milho, com 1 044 000 quilos — 3 milhões e 480 mil cruzeiros; batata-doce, com 710 000 quilos — 1 milhão e 600 mil cruzeiros; feijão, com 132 000 quilos — 930 mil cruzeiros; banana, com 55 000 cachos — 825 mil cruzeiros; alho, com 25 500 quilos — 629 mil cruzeiros; tomate, com 58 000 quilos — 406 mil cruzeiros; cebola, com 38 250 quilos — 382 mil e 500 cruzeiros; frutas cítricas, 31 700 centos — 1 milhão e 106 mil cruzeiros; manga, com 28 000 centos — 1 milhão e 120 mil cruzeiros; além de outras culturas menos expressivas, como abacaxi, abóbora, amendoim, batatinha, cana forrageira, ervilha, soja, melancia, melão, abacate, figo e pêssego.

A cultura da cana-de-açúcar concorreu para uma produção de 220 000 litros de aguardente, 100 000 quilos de rapadura e 4 500 quilos de açúcar de bangüê, somando 3 milhões e 236 mil cruzeiros; e a mandioca, para o fabrico de 150 000 quilos de farinha e 1 500 quilos de polvilho, ambos no valor de 1 milhão e 22 mil cruzeiros.

Com a semimecanização da lavoura, a agricultura vem sendo ampliada de ano para ano, aproveitando o incentivo do bom preço alcançado pelos seus produtos.

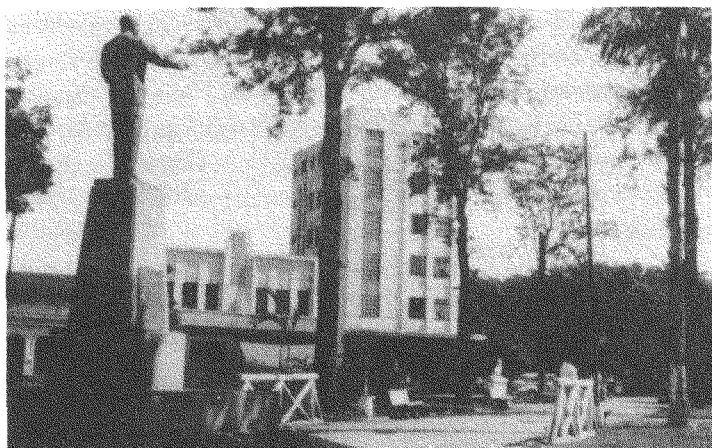
Em inquérito realizado para o Serviço de Estatística da Produção, no ano de 1956, a Agência Municipal de Estatística de Campo Grande informou que foram extraídos, no reino mineral, 16 000 m³ de barro para olaria; 3 981 metros cúbicos de pedra bruta e 2 200 m³ de areia lavada, cujos valores somaram 2 milhões e 905 mil cruzeiros; no reino vegetal, anotou a extração de 5 543 m³ de lenha para fogão; 196 890 m³ de lenha para uso da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e 1 600 m³ de madeira empregada no preparo de 29 960 dormentes para ferrovia, cujas produções, em conjunto, somaram 18 milhões e 160 mil cruzeiros.

A indústria de transformação do município é representada, principalmente, pela de produtos alimentares. Em 1955, segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística, foram arroladas 53 unidades de produção naquele ramo, distribuídas entre máquinas de beneficiamento de arroz, café, mate, fábricas de pães, macarrão, farinha de mandioca, rapadura, charque, mortadela, salame, lingüiça, gordura suína e bovina, laticínios, vinagre e mel de abelha.

A situação, no quadro abaixo, permite melhor verificação das indústrias, naquele ano:

CLASSES DE INDÚSTRIA	N.º de estabelecimentos 31/XII/1955	N.º de operários ocupados	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1955	
			Cr$ 1 000	% sôbre o total da produção
Indústrias extrativas:				
Produtos minerais	2	3	106	0,03
Produtos vegetais	9	200	14 560	4,73
Indústrias de transformação:				
Transformação de minerais não metálicos	18	97	8 115	2,64
Metalúrgica	5	17	2 376	0,77
Mecânica	—	—	—	—
Material elétrico e materiais de comunicações	—	—	—	—
Material de transportes (construção e montagem)	3	28	3 321	1,08
Madeira	12	47	5 537	1,80
Mobiliário	10	32	4 318	1,40
Papel e papelão	*	*	*	*
Borracha	—	—	—	—
Couros e peles e produtos similares	4	15	1 681	0,55
Química e farmacêuticos	3	4	639	0,21
Têxtil	—	—	—	—
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	15	59	9 157	2,97
Produtos alimentares	53	295	234 599	76,20
Indústrias de transformação:				
Bebidas	14	61	9 454	3,07
Fumo	—	—	—	—
Editorial e gráfica	2	25	2 409	0,78
Diversos	3	6	767	0,25
Construção civil	2	57	4 580	1,49
Serviços industriais de utilidade pública	2	46	5 896	1,92
TOTAL GERAL	155	992	307 857	100,00

(*) Resultado omitido a fim de evitar individualização de informações, achando-se, entretanto, incluído nos totais.

Destaca-se na indústria de transformação um moderníssimo matadouro destinado ao abate de gado bovino, com

Aspecto da Praça Dr. Ary Coêlho de Oliveira

aproveitamento total, inaugurado em 1950. Sua capacidade média de matança é de 300 cabeças por dia, achando-se em andamento a ampliação de suas instalações. Segundo levantamento industrial relativo ao ano de 1955, o referido matadouro concorreu com mais de 41% para o valor da produção industrial do Município.

De acôrdo com os resultados do levantamento industrial, Campo Grande apresenta-se como o primeiro, entre os 7 municípios de maior produção industrial do Estado, em milhares de cruzeiros:

Campo Grande	307 857
Corumbá	173 629
Aquidauana	112 864
Ponta Porã	66 022
Várzea Grande	61 185
Cuiabá	59 043
Pôrto Murtinho	51 862

O valor da produção industrial do município corresponde a 24,5% sôbre o total da de Mato Grosso que, naquele ano, somou 1 bilhão 256 milhões e 287 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Situando-se, mais ou menos, no centro do Sul do Estado, Campo Grande, é, de há muito, reconhecido como o maior empório do Estado; abastece grande número de municípios da região, tendo um comércio bastante sólido, ativo, e sempre em evolução, seguindo o exemplo das grandes cidades, não só no que se refere às instalações, como também à especialização de ramos, conta, de acôrdo com o mais recente cadastro municipal, 885 casas de comércio dos mais variados gêneros, das quais 65 são atacadistas.

Mantém transações comerciais com tôdas as grandes praças do país, especialmente as de São Paulo e do Rio de Janeiro, para onde exporta os seus produtos, daí trazendo tudo quanto necessita para o seu consumo e abastecimento dos municípios que lhe são dependentes.

Segundo levantamentos efetuados pela Agência Municipal de Estatística, na Mesa de Rendas de Campo Grande, órgão fiscal e arrecadador do Estado, a exportação do município, em 1956, somou 203 milhões e 842 mil cruzeiros, destacando-se, na ordem de valor, o charque e derivados de bovinos, com 101 milhões e 903 mil cruzeiros, relativos ao valor de 3 380 toneladas; gado em pé — 18 173 cabeças, no valor de 52 milhões e 533 mil cruzeiros; arroz com casca — 4 milhões e 267 mil quilos, no valor de 27 milhões e 483 mil cruzeiros; couro vacum — 1 milhão e 184 mil quilos, no valor de 10 milhões e 966 mil cruzeiros; arroz beneficiado — 432 652 quilos, avaliados em 4 milhões e 422 mil cruzeiros; peles silvestres — 13 138 quilos, no valor de 1 milhão e 108 mil cruzeiros; crina animal — 15 909 quilos, avaliados em 809 mil cruzeiros; milho — 140 280 quilos, no valor de 514 mil cruzeiros, seguidos por dormentes, lã de carneiro, lenha, sucata de ferro, feijão, chifres bovinos, garrafas vazias, erva-mate, sisal, etc. com menores parcelas na exportação.

Excetuando-se o charque que é exportado na quase totalidade para Recife, os demais produtos foram destinados a São Paulo.

De acôrdo com a mesma fonte, a arrecadação do Impôsto sôbre Vendas e Consignações que, em 1955, somou 26 milhões e 350 mil cruzeiros, ultrapassou a 36 milhões e 500 mil cruzeiros em 1956, cujos totais, equacionados com as suas respectivas taxas de 2,7%, em 1955, e de 3%, no ano seguinte, evidenciam bem a pujança do comércio local.

O movimento bancário no município é o mais intenso do Estado. Comprovando essa afirmativa, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira informa o seguinte, considerando, apenas, os saldos de maior expressão:

CONTAS	SALDOS EM 31-IV-54 (Cr$ 1 000)		
	Estado de Mato Grosso	Municípios	
		Cuiabá	Campo Grande
Caixa em moeda corrente	39 879	6 243	7 076
Empréstimos em C/C	549 355	67 196	126 217
Títulos descontados	453 691	41 288	142 716
Depósitos a vista	494 536	106 073	181 772
Depósito a prazo	30 935	4 070	6 127

Na sede municipal estão localizados 8 estabelecimentos bancários, sendo 1 matriz: Banco Agropecuário de Campo Grande e agências, em número de 7, dos seguintes bancos: Banco do Brasil S. A., Banco Nacional do Comércio e Produção, Banco do Estado de São Paulo, Banco Brasileiro de Descontos, Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, Banco Itaú S. A. e Banco da Lavoura de Minas Gerais.

Existe, também, na sede municipal, uma Agência da Caixa Econômica Federal de Mato Grosso, cujo movimento, em 1955, no período janeiro-novembro, atingiu a mais de 14 955 mil cruzeiros; naquela mesma época existiam 7 262 cadernetas em circulação.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Os meios de transporte de que dispõe constituem os fatôres que mais influem na importância e no contínuo progresso de Campo Grande.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que serve o município com 9 estações, tem na estação de Campo Grande, a líder da sua arrecadação, em todo o seu percurso, inclusive Bauru. Trens diários de passageiros e cargas partem da sua estação, para Bauru, passando pelas cidades de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas; para Corumbá, servindo Terenos, Aquidauana e Miranda, e, para Ponta Porã, passando por Sidrolândia e Maracaju. Os trens de cargas lhe dão um movimento médio de 10 partidas e chegadas diárias.

O aeroporto da cidade é anexo ao Destacamento da Base Aérea de Campo Grande, dispondo de uma pista de concreto com as dimensões de 2 380 x 42 metros N.S.; outra de macadame simples E.W. com 1 600 x 60; além de uma de 1 200 x 60, S.W.-N.E. gramada. Coloca-se, pelas suas instalações, entre os melhores do Continente Sul-Americano, tendo, em 1956, o movimento seguinte:

Aeronaves:

Chegadas	3 980
Saídas	3 989

Passageiros:

Embarcados	29 362
Desembarcados	27 308
Em trânsito	24 378

Cargas:

Embarcadas	3 757 801 kg
Desembarcadas	7 616 624 kg

As emprêsas de transporte aéreo que servem a cidade são: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A., Panair do Brasil S. A., Viação Aérea São Paulo (VASP) e Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A.

Servem também, o município, o Correio Aéreo Nacional, e 3 emprêsas de táxis-aéreos, cujo movimento não consta dos dados acima apresentados.

Conta ainda a cidade com o antigo "Aeroporto Civil", que possui 2 pistas de terra melhorada, sendo uma N.S. — 1 200 x 100 e outra W.E. 750 x 100, atualmente utilizadas pelo Aeroclube local e "táxi-aéreo"; com os campos de pouso particulares do Aero Barcelos, com pista S.W. — 1 060 x 50, utilizado, também, pela Cia. de Táxis-Aéreos Delta; do Aero-Rancho, no Bairro Bandeira, com pista de 1 000 x 40 N.S., e o da chácara Arantes — N.W. — 600 x 30.

No setor rodoviário, Campo Grande é o centro para onde convergem as rodovias que o ligam a todos os povoados e vilas da sua zona e municípios da região, para os quais, fazem a linha, além de um número considerável de caminhões para o transporte de carga, 21 emprêsas de passageiros, com 10 ônibus e 20 jardineiras mistas que mantêm linhas regulares servindo às povoações da comuna e às cidades de: Cuiabá — Capital do Estado, passando pelas cidades de Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e Rondonópolis; Bataguassu, Camapuã, Corguinho, passando pela de Rochedo; Dourados, passando pela de Rio Brilhante; e Sidrolândia e Terenos.

Liga-se às cidades vizinhas e às Capitais Estadual e Federal, do seguinte modo:

Bataguaçu — rodoviário, 420 km;

Jaraguari — rodoviário, 54 km;

Ribas do Rio Pardo — ferroviário, 122 km;

Rio Brilhante — rodoviário, 142 km;

Rochedo — rodoviário, 84 km;

Sidrolândia — 1) rodoviário, 78 km; 2) ferroviário, 86 km;

Terenos — 1) rodoviário, 34 km; 2) ferroviário, 34 quilômetros;

Cuiabá — 1) rodoviário, 840 km; 2) aéreo, 768 km; 3) misto — a) ferroviário, até Corumbá — 458 km; b) fluvial, 1 044 km;

Capital Federal — 1) aéreo, 1 268 km; 2) ferroviário, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — 894 km, até Bauru — SP. Estrada de Ferro Sorocabana 425 km, ou Companhia Paulista de Estrada de Ferro em tráfego mútuo com a Estrada de Ferro Santos—Jundiaí — 402 km, até São Paulo — SP e Estrada de Ferro Central do Brasil — 499 quilômetros.

Com referência a comunicações, a cidade é sede de uma Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, que subordina uma Agência Postal no bairro Amambaí.

Conta, ainda, com os Serviços Telegráfico, Telefônico e Radiotelegráfico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que mantém, outrossim, serviços telegráficos nas suas 9 estações localizadas no município e mais as estações radiotelegráficas e radiofônicas da 9.ª Região Militar e do Destacamento da Base Aérea de Campo Grande; e radiotelegráficas de uso privativo das Emprêsas Aéreas: Panair do Brasil S. A.; Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A.; Viação Aérea São Paulo S. A.; e Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A.

De recente inauguração, são os telefones automáticos, em número de 2 000 aparelhos, instalados pela Companhia Telefônica Campo-grandense, de iniciativa particular.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Campo Grande que, por ocasião do Censo de 1950, possuía 31 708 habitantes, sendo, em população, a primeira do Estado, contava, em 1954, segundo publicação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, com 123 logradouros, dos quais — 16 pavimentados, 10 arborizados e 7 simultâneamente arborizados e ajardinados, sendo que 52 logradouros eram servidos de iluminação pública, com a utilização de 1 144 focos; 112 logradouros eram servidos de iluminação domiciliária com 5 110 ligações.

De acôrdo com a mesma fonte, dos 7 477 prédios, então existentes nas zonas urbana e suburbana da cidade, 3 508 eram abastecidos de água canalizada, cuja rêde se estendia por 35 logradouros, enquanto que a rêde de esgotos sanitários, que servia 22 logradouros, recebia 1 842 ligações.

Deve-se realçar que a rêde de abastecimento dágua está sendo ampliada pelos bairros, ao mesmo tempo que se efetua a instalação de 3 poços semi-artesianos.

Cidade, que teve o seu início num aglomerado de casas pontilhando as margens dos córregos Prosa e Segrêdo, ficou devendo à visão dos seus primeiros administradores o seu belíssimo traçado, atendendo às exigências da moderna ur-

Grande Hotel Gaspar

banização, com largas ruas e amplas avenidas em forma de xadrez, planta que, no desenvolvimento da cidade, sofre ligeiras modificações com incorporações de novos loteamentos, bairros e vilas que, entretanto, respeitam os prolongamentos das artérias principais.

O tipo de construção residencial predominante na cidade é o "bungalow", com requisitos de satisfatório confôrto, edificados em alvenaria, observando-se, entretanto, nos bairros, considerável número de construções de madeira, correspondente a aproximadamente 10% do total dos prédios existentes.

Com o mais variado gôsto arquitetônico, desde os tipos coloniais até os aerodinâmicos mais modernos, espalham-se pela cidade ricas vivendas, dignas do envaidecimento de qualquer cidade moderna.

As construções do tipo comercial, até bem pouco tempo, concentravam-se quase que exclusivamente na Rua 14 de Julho — logradouro essencialmente comercial; hoje se estendem e ràpidamente dominam em tôda a extensão, as paralelas, Rua 13 de Maio e Avenida Calógeras, além de parte das ruas transversais mais do centro.

A escassez e o alto preço dos terrenos mais centrais, vêm, nesta última década, influindo consideràvelmente no aparecimento dos prédios de escritórios e apartamentos, edificados em blocos de 3 a 6 pavimentos, os quais dão à cidade um ligeiro aspecto das grandes metrópolis. A deficiência de material de construção, na quase totalidade importado de outros municípios ou do Estado de São Paulo, concorre para o elevado custo das obras, o que vem influir diretamente nos preços dos aluguéis que, atualmente, variam em tôrno de uma média de Cr$ 4 000,00 mensais.

Entre os próprios oficiais, federais, estaduais e municipais, são mais importantes os edifícios seguintes: do Quartel-General, do hospital e dos quartéis das Unidades da 9.ª Região Militar, dos Correios e Telégrafos, do Destacamento da Base Aérea de Campo Grande, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, do Colégio Estadual Campo-grandense, da Escola-Modêlo "Joaquim Murtinho", dos Grupos Escolares "Vespasiano Martins" e "Nicolau Frageli", da Polícia Militar e Cadeia Pública, da Prefeitura Municipal e Forum, da Biblioteca Pública.

Entre os edifícios de entidades particulares, destacam-se: Colégio e a Faculdade "D. Bosco" (o segundo, em conclusão), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Noviciado das Filhas de Maria Auxiliadora, Hospital da Santa Casa e Rádio Clube.

Entre os templos, destacam-se, pela amplitude e apresentação arquitetônica, os seguintes: de Santo Antônio, de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de São Francisco e de São José e os da Doutrina Presbiteriana, da Adventista do 7.º Dia e da 1.ª Igreja Batista.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 65 clínicos, 44 dentistas e 14 farmacêuticos, dispondo de bem montados consultórios médicos e dentários, e de 15 boas drogarias e farmácias.

A população é atendida pelas entidades seguintes: Hospital Geral da 9.ª Região Militar, Hospital da Sociedade Beneficente de Campo Grande, Casa de Saúde Santa Maria, Asilo Colônia São Julião, Educandário Getúlio Vargas — para filhos de hansenianos, hospital da Maternidade, Hospital Mato-grossense do Pênfigo, Ambulatório do Centro Beneficente Português, Pôsto Médico da NOB em Campo Grande, Lactário da Associação de Amparo à Maternidade e Infância, Ambulatório da CAP da NOB, Ambulatório do IAPETC, Ambulatório do SENAI, Ambulatório da Escola 26 de Agôsto, Ambulatório do SESI, Clínica Adventista, Ambulatório São Geraldo, Serviço de Assistência Médica Rural e Dispensário Escolar Municipal, Asilo São João Bosco, Pôsto de Puericultura, Centro de Saúde de Campo Grande, Dispensário de Profilaxia da Lepra, Pôsto de Saúde do Bairro Amambaí, D.N.E.R. — Setor de Campo Grande, tendo o SAMDU recentemente inaugurado um Pôsto na cidade, que vem prestando inestimáveis serviços no setor de assistência médica.

O Hospital Espírita para Agitados Mentais, o Hospital dos Ferroviários da Noroeste do Brasil e o Centro Clínico de Campo Grande, todos em construção, são os 3 nosocômios que, dentro em breve, serão incorporados ao patrimônio da cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Com a finalidade exclusiva de prestar assistência social, funcionam na cidade, as seguintes instituições: Sociedade Beneficente de Campo Grande, fundada em 1920, contando com 155 associados; Associação do Asilo dos Velhos, fundada em 1923, contando com 230 associados; Sociedade São Vicente de Paula Nossa Senhora das Vitórias, fundada em 1923, contando com 6 associados; Centro Beneficente Português, fundado em 1929, contando com 698 associados; Seleta Sociedade Caritativa Humanitária, fundada em 1930, contando com 125 associados; Centro Espírita Discípulos de Jesus, fundado em 1934, com 310 associados; Centro Espírita Fé, Amor e Caridade, fundado em 1937, com 214 associados; Associação de Amparo à Maternidade e Infância, fundada em 1938, com 298 associados; Sociedade Campo-grandense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, fundada em 1940, com 186 associados; Sociedade Miguel Couto dos Amigos dos Estudantes, fundada em 1940, com 843 associados; Conferência Vicentina da Paróquia de São João Bosco, fundada em 1941, com 8 associados; Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, fundada em 1942, sem associados; Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Setor Municipal de Campo Grande, fundada em 1949, com 560 associados; Assistência Social São Francisco de Campo Grande, fundada em 1950, mantida pela Paróquia São Francisco; Associação Pão dos Pobres de Santo Antônio, fundada em 1953, com 31 associados e as associações de assistência mutuária seguintes: União Beneficente dos Subtenentes e Sargentos de Mato Grosso, fundada em 1931, congregando 2 108 associados; Associação Beneficente da F.E.B., Seção de Campo Grande, fundada em 1948, com 113 associados; Associação Beneficente de Barbeiros, Cabeleireiros e Similares, fundada em 1950, com 40 associados; Associação Beneficente Salgado Filho dos Servidores da Base Aérea de Campo Grande, fundada em 1951, com 92 associados; Caixa Beneficente "Guia Lopes", fundada em 1951, com 169 associados e Instituto Social de Assistência, Previdência e Pronto Socorro, fundado em 1952, com 16 associados. Além da assistência médica, prestam também assistência social: a Caixa dos Ferroviários da N.O.B.; o Dis-

Noviciado das Filhas de Maria Auxiliadora

pensário Escolar Municipal e o Centro de Saúde de Campo Grande.

O cooperativismo está representado, em Campo Grande, pelas seguintes entidades: Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — Seção de Campo Grande, instalada em 1935; Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda. — Compra e Venda, instalada em 1939, com 176 cooperados; Cooperativa de Consumo dos Bancários e Contabilistas de Campo Grande, instalada em 1952, com 47 cooperados; Cooperativa de Consumo Imbirussu Limitada, instalada em 1954, com 45 cooperados e Banco Agropecuário de Campo Grande, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, instalada em 1955, com 1 162 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo de 1950, o município de Campo Grande contava, na época, 48 082 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 24 731 do sexo masculino e 23 351 do sexo feminino, de cujo total, 66,15%, ou sejam 31 807 pessoas, sabiam ler e escrever, sendo 17 350 homens e 14 457 mulheres. Declararam-se analfabetas, 16 275 pessoas, sendo 7 381 homens e 8 894 mulheres.

Com relação à população total do município, o grupo de alfabetizados corresponde a 55,76%, maior, portanto, que a percentagem de alfabetizados do Estado, que era de 36,76%.

Das 31 708 pessoas recenseadas na cidade, 27 328 tinham a idade de 5 anos e mais e, nesse grupo de idade, 76,36%, ou sejam 20 870, sabiam ler e escrever.

Considerando o total da população da cidade (31 708 habitantes), a percentagem de alfabetizados era de 65,81%.

No quadro rural, o aspecto era diferente, conforme se vê: dos 23 779 recenseados na época, 42,47%, ou sejam 10 100 habitantes, sabiam ler e escrever. O número de alfabetizados na zona rural representava 17,70% da população total do município, enquanto que, dentro do grupo de idade de 5 anos e mais, essa percentagem era de 51,86%; com relação a êsse grupo, no quadro rural, era de 21% com referência ao mesmo grupo no total da população da comuna.

No grupo de idade de 10 anos e mais, o número de alfabetizados, no município, era de 30 058 habitantes, correspondendo a 74,13% da sua população nesse grupo de idade, percentagem essa que lhe dava uma posição de relêvo no quadro nacional, sendo que a percentagem correspondente para o Estado de Mato Grosso atinge 51%.

ENSINO — No município de Campo Grande, o número de crianças matriculadas nas unidades de ensino primário fundamental comum constitui parcela relativamente grande da população em idade escolar (crianças de 7 a 14 anos), fato aliás, que também se verifica no Estado de Mato Grosso.

Nesse particular, o Recenseamento de 1950 apresentou o seguinte aspecto:

ESPECIFICAÇÃO	Estado de Mato Grosso	Município de Campo Grande
Pessoas presentes de 7 a 14 anos, recenseadas em 1.º-VII-1950	110 426	11 537
Unidades escolares do ensino primário fundamental comum (1950)	696	74
Matrícula geral do ensino primário fundamental comum (1950)	47 839	7 667

A quota de pessoas em idade escolar matriculadas atingia 66% em Campo Grande e 43% no Estado.

Em 1956, o ensino fundamental comum foi ministrado por 73 estabelecimentos, dos quais, 29 estaduais, 26 municipais e 18 particulares, ocupando 262 professôres. Segundo a categoria, eram 4 Grupos Escolares estaduais, 3 Escolas Reunidas municipais, 15 Escolas Particulares equivalentes a grupos escolares e 51 Escolas Isoladas.

De acôrdo com os principais resultados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, no fim do primeiro mês letivo daquele ano, estavam matriculados 4 243 alunos na primeira série; 1 806, na segunda série; 1 306, na terceira série e 969, na quarta série, totalizando 8 324 alunos de ambos os sexos.

De conformidade com o "Resumo do Ensino Médio Por Município — Matrícula inicial em 1956 e conclusões de curso em 1955", distribuído pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, o Ensino Médio em Campo Grande foi ministrado por 15 unidades escolares, das quais, 6 do curso ginasial, 4 do colegial, 3 do comercial e 2 do normal, sendo que êsses cursos estavam providos de 181 professôres, dos quais 115 homens e 66 mulheres.

As conclusões de curso em 1955, totalizaram 97 homens e 277 mulheres, assim distribuídos: ginasial — 68 homens e 187 mulheres; colegial — 8 homens e 12 mulheres; comercial — 21 homens e 42 mulheres e normal — 36 mulheres.

A matrícula inicial em 30 de março de 1956 totalizava 2 982 alunos de ambos os sexos, assim distribuídos: no curso ginasial — 1 335 homens e 864 mulheres; no curso colegial — 291 homens e 80 mulheres; no curso comercial 233 homens e 95 mulheres e no curso normal — 2 homens e 82 mulheres.

Ainda em 1956, além das Escolas do SENAI e 26 de Agôsto, que se dedicam ao preparo de profissionais da indústria, tiveram funcionamento regular, mais 16 unidades de ensino especializado, sendo 6 de Corte e Costuras, 4 de Datilografia, 3 de Música, 1 de Motorista, 1 de Pilotagem e 1 de Ensino Agrícola.

Dentro em breve deverá entrar em funcionamento a Faculdade "D. Bosco" de Filosofia, fundada pelos padres da Congregação Salesiana, com plano de instalar também

as Faculdades de Odontologia e Farmácia, realizações essas que concorrerão, de maneira inestimável, para o maior desenvolvimento do ensino em Campo Grande.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A população da cidade mantém um ambiente de admirável amistosidade, embora, no convívio social se classifique, naturalmente, ora quanto ao nível cultural, ora quanto à atividade profissional, e ainda quanto ao poder econômico, havendo ocasiões em que se congrega obedecendo a origem racial ou de nacionalidade, sendo que tôdas essas característica se ausentam por ocasião de movimentos políticos, oportunidade em que, as classes e os meios sociais se confundem para ceder lugar, ùnicamente, às preferências partidárias.

O Rádio Clube, no seu quadro social, reúne a elite da cidade, no entanto, aceita como sócio, todo elemento considerado decente e de bons costumes, sem a preocupação de sua classe profissional, do seu poder econômico e mesmo do tradicionalismo familiar. Os elementos de origem estrangeira, embora convivendo e participando do ambiente social da cidade, em alguns setores formam sociedades de suas responsabilidades, aceitando, entretanto, elementos de tôdas as nacionalidades com equivalência de direitos e vantagens. Assim podemos citar o Centro Beneficente Português e o Clube Libanês, agrupando os elementos daquelas nacionalidades; a Sociedade Beneficente "SURIAN", que agrupa os armênicos e elementos da língua árabe de diferentes nacionalidades, tôdas elas recebendo como sócio o elemento nacional, enquanto que as de origem nipônica se organizam em mais amplo sistema de socialização, o qual se esteia em bem organizado e eficiente ensino primário e de economia doméstica seguida pela parte desportiva e cultural.

Constituem elementos de colaboração na vida cultural do município, as seguintes instituições: Duas estações radiodifusoras — Sociedade Radiodifusora de Campo Grande Limitada (PRI-7) e Rádio Cultura de Campo Grande Limitada (ZYX-4).

Seis jornais, sendo 3 diários — "Jornal do Comércio", "Correio do Estado" e "O Mato-grossense"; 2 semanários — "O Democrata" e a "Fôlha Trabalhista" e 1 de periodicidade bianual, além de 4 jornais de responsabilidade colegial, editados mensalmente no período escolar.

Quatro bibliotecas com acesso ao público: Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca General Klinger — da União Beneficente dos Subtenentes e Sargentos de Mato Grosso, Biblioteca da Loja Maçônica Oriente Maracaju e Biblioteca do Círculo Militar, além de 5 bibliotecas pertencentes a Colégios e que são franqueadas aos seus alunos.

Três cinemas — Cine Rialto, adaptado com modernas instalações inclusive "cinemascope", contando com 1 073 poltronas estofadas; Cine Alhambra, com tela panorâmica, contando com 1 680 lugares e o Cine Teatro Santa Helena, com 1 359 lugares.

Quinze clubes esportivos, cujos quadros sociais congregam 1 318 associados e 649 atletas.

Seis instalações sócio-culturais, recreativas e esportivas, somando 4 656 associados.

E oito outras instituições: Jóquei Clube de Campo Grande, com modernas pistas para corridas, com 179 associados; Aeroclube de Campo Grande, que promove a formação de pilotos civis, com 176 associados; Instrução Artística do Brasil — Seção de Campo Grande, para promover a difusão da Arte; e Associação dos Ex-Alunos Salesianos, de finalidade cultural e religiosa, além de 2 Lojas Maçônicas, do Rotary Club de Campo Grande e do Lion's Club de Campo Grande.

FINANÇAS PÚBLICAS — A partir de 1950, as finanças públicas apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	5 701	13 293	7 602	3 813	7 816
1951	11 766	16 889	8 726	4 775	8 658
1952	13 019	21 149	12 596	6 036	11 595
1953	19 716	29 803	14 981	7 527	14 612
1954	21 071	36 651	15 916	8 955	17 140
1955	24 672	41 311	20 729	12 396	24 948
1956	26 510	52 013	23 801	12 621	25 782

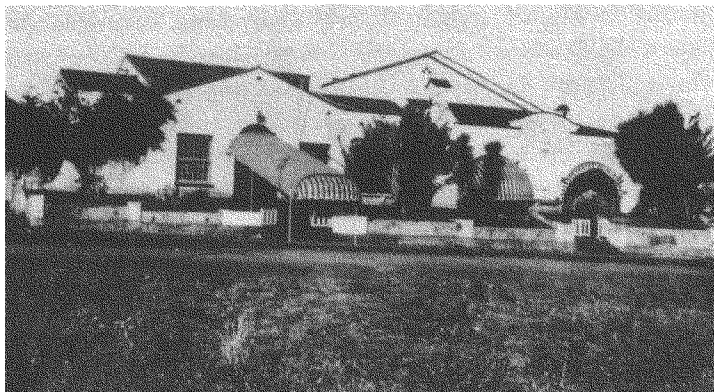
Merece realce o fato de que a arrecadação do município sempre supera a receita orçamentária prevista.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A cidade conta com três monumentos: um Obelisco erigido no cruzamento da Rua José Antônio e Avenida Afonso Pena, com a inscrição "Aos Fundadores da Cidade"; uma Herma de Pandiá Calógeras, na Praça Dr. Ary, homenagem ao grande estadista brasileiro que muito contribuiu para o progresso de Campo Grande; e uma estátua do Dr. Ary Coelho de Oliveira, levantada na Praça que atualmente tem o seu nome, em bronze, corpo inteiro, como oferta dos seus amigos e admiradores, como reconhecimento pelos serviços por êle prestados à cidade, quando Prefeito.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O sentimento religioso predominante no município, é o católico romano, sendo a cidade, sede de 5 paróquias: de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fundadas em 1912 e 1932, respectivamente, confiadas aos padres da Ordem dos Redentoristas; a de São João Bosco, fundada em 1939, e a de São José, em 1949, entregues aos padres Salesianos e a paróquia de São Francisco, instalada em 1950, e confiada aos padres Franciscanos.

As igrejas costumam realizar as festas dos seus respectivos padroeiros, precedidas, quase sempre, de novenas, das quais constam rezas e quermesses, encerradas com concorridas e bem organizadas procissões.

O dia de São João, o Santo mais tradicionalmente festejado no Brasil, é comemorado em Campo Grande com fogos de artifício e ainda pelas memoráveis "Noites Juninas", com bailes típicos, realizados nos clubes. Nos arrabaldes e nas localidades do interior, são levantadas as tradicionais fogueiras, com a ida do Santo ao batismo. A data do Natal, comemorativa do nascimento de Jesus, é uma festa popular de cunho espiritualista e de congrassamento, durante a qual é realçado o sentimento cristão de solidariedade humana, organizando-se várias comissões que promovem festas dedicadas à infância e às classes menos favorecidas.

As comemorações do Natal são realizadas em reuniões familiares e também públicas, em ambiente de contagiante

Aspecto da Rádio Clube

alegria e troca de brindes, de dádivas, principalmente às crianças que, por essa época, ficam embevecidas ante a figura tradicional do "Papai Noel".

Com relação às outras crenças, idéias e práticas religiosas, a cidade conta entre os seus habitantes adeptos dos mais variados princípios, entre os quais incluem-se os budistas, os xintoístas, os maometanos e outros, que praticam, reservadamente os seus cultos.

Em 1956, segundo levantamento da Agência Municipal de Estatística, achavam-se em funcionamento 9 Igrejas: 1.ª Igreja Batista de Campo Grande e a 2.ª Igreja Batista, fundadas em 1947; 3.ª Igreja Batista, instalada em 1955; 4.ª Igreja Batista, fundada em 1956; Igreja Cristã Presbiteriana, organizada em 1935; Igreja Evangélica Assembléia de Deus, fundada em 1944; Igreja Evangélica, instalada em 1952; Congregação Cristã do Brasil, fundada em 1943, e Igreja Adventista do Sétimo Dia, fundada em 1936.

De acôrdo com a mesma fonte de informação, funcionaram também, em 1956, 6 Centros Espíritas: Centro Espírita Discípulos de Jesus, instalado em 1934; Centro Espírita Fé, Amor e Caridade, fundado em 1937; Centro Espírita "Castro Alves", organizado em 1949; Centro Espírita Ismael, fundado em 1949; Núcleo da Cruzada dos Militares Espíritas de Campo Grande, fundado em 1950 e o Centro Espírita Jesus Adolescente, fundado em 1955.

Tôdas as idéias religiosas praticadas no município, desenvolvem-se livremente dentro de seus princípios, em mútuo respeito, sem que se façam notar quaisquer desavenças.

VULTOS ILUSTRES — Entre os vultos ilustres de Mato Grosso, "o Dicionário Bibliográfico Mato-grossense", registra:

"Argemiro Fialho — nascido em Campo Grande, MT. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Advogado de destaque no forum de Campo Grande, onde exerceu também por muito tempo o magistério no curso secundário. Representou Mato Grosso como Deputado Federal, na Constituinte de 1946. Em 1954, teve a sua vida arrebatada prematuramente pelas águas correntosas do Aquidauana, na cidade de Rochedo, quando se achava em vitoriosa campanha de sua candidatura para Deputado Federal".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome de Campo Grande origina-se do vastíssimo campo que se estende a sudoeste da cidade, imediatamente após o seu ponto de origem.

Há, entretanto, a versão de que o nome deriva da expressão "o campo é grande" com que o fundador da cidade — José Antônio Pereira — se dirigia aos primeiros que ali chegavam.

Em 1956, foram registrados na Seção de Veículos da Prefeitura Municipal, 551 automóveis, 185 jipes, 31 ônibus, 8 camionetas de passageiros, 3 ambulâncias, 326 caminhões, 332 camionetas, 6 caminhões-tanques e outros veículos fechados, 51 tratores, 2 carros fúnebres, 62 motocicletas, 2 380 bicicletas, 77 "charrettes", 792 carroças, 12 carros de bois e 40 de outros tipos, totalizando 1 559 veículos a motor e 3 101 a fôrça animada, inclusive bicicletas.

Existem na cidade, 3 bombas de gasolina, 11 postos de serviço e 42 oficinas mecânicas para consertos e reformas de automóveis.

É sede de comarca, com 3 juízes, 2 promotores e 6 cartórios, servindo também como sede da 8.ª Zona Eleitoral e, segundo o Cartório Eleitoral, o número de eleitores inscritos para o último pleito era de 27 600.

A cidade conta 39 hotéis e 19 pensões, com capacidade para 1 428 hóspedes. O preço médio das diárias nos principais hotéis é de Cr$ 220,00, nos de instalações mais modestas, Cr$ 150,00, e nas pensões, Cr$ 100,00.

Militam em Campo Grande 65 médicos, 40 advogados, 46 dentistas, 14 farmacêuticos, 21 engenheiros, 12 agrônomos e agrimensores e 6 veterinários.

O Cartório do 1.º ofício registrou, em 1956, 3 260 transmissões de imóveis, no valor total de 97 milhões, 981 mil e 467 cruzeiros.

O Cartório de Registro Civil — 2.º ofício efetuou, no mesmo ano, os registros de 2 586 nascimentos, 381 casamentos e 683 óbitos.

Anualmente, no mês de maio, são reservados 3 dias para a realização da Exposição Agropecuária de Campo Grande, quando é atraída ao parque da Exposição a maior parte da população campo-grandense, ocasião também em que a cidade recebe grande número de visitantes.

Campo Grande, que é sede de 5 paróquias, contando com 7 igrejas e 17 capelas, foi recentemente elevado a sede de Bispado, devendo ser instalado ainda em 1957.

Os profissionais se congregam, segundo suas respectivas atividades, nos seguintes sindicatos e associações de classes: Sindicato dos Empregados na Indústria da Construção e do Mobiliário de Campo Grande; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campo Grande; Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande; Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso; Associação Comercial de Campo Grande; Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso; Associação dos Proprietários de Imóveis de Campo Grande; Associação da Indústria de Campo Grande; Associação Campo-grandense de Professôres; Associação Campo-grandense de Cirurgiões Dentistas; Associação Campo-grendense de Imprensa Falada e Escrita; Subseção da Ordem dos Advogados de Campo Grande; Associação Profissional dos Condutores de Veículos e Tração Animal; Associação Beneficente dos Barbeiros, Cabeleireiros e Similares de Campo Grande; e Associação Rural de Campo Grande, tôdas organizadas com os propósitos já referidos.

Na Rua Barão de Rio Branco, n.º 400, acha-se instalada a Agência Municipal de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CASSILÂNDIA — MT

Mapa Municipal na pág. 173 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — A 15 de dezembro de 1944, chegava na zona de localização da atual sede municipal de Cassilândia, o libanês Amin José, procedente da cidade de Bonifácio, no Estado de São Paulo, trazendo em sua companhia espôsa e filhos. Foi êle o iniciador do núcleo, quando ali construiu a primeira casa, em terras da fazenda "Salto", de propriedade de Joaquim Balduíno de Souza, mais conhecido pela alcunha de "Cacinha".

Com a chegada de novos moradores, Balduíno sentiu o futuro da povoação, erguida em terras fertilíssimas, resolvendo fazer doação de parte da fazenda de sua propriedade, a fim de constituir o patrimônio da localidade que recebeu a denominação de São José.

Joaquim Balduíno, que a par das suas atividades agropastoris, havia instalado um serviço de balsa para travessia do rio Aporé, foi, em 26 de agôsto de 1946, bàrbaramente assassinado por desconhecidos, quando São José marchava a passos largos para sua emancipação política.

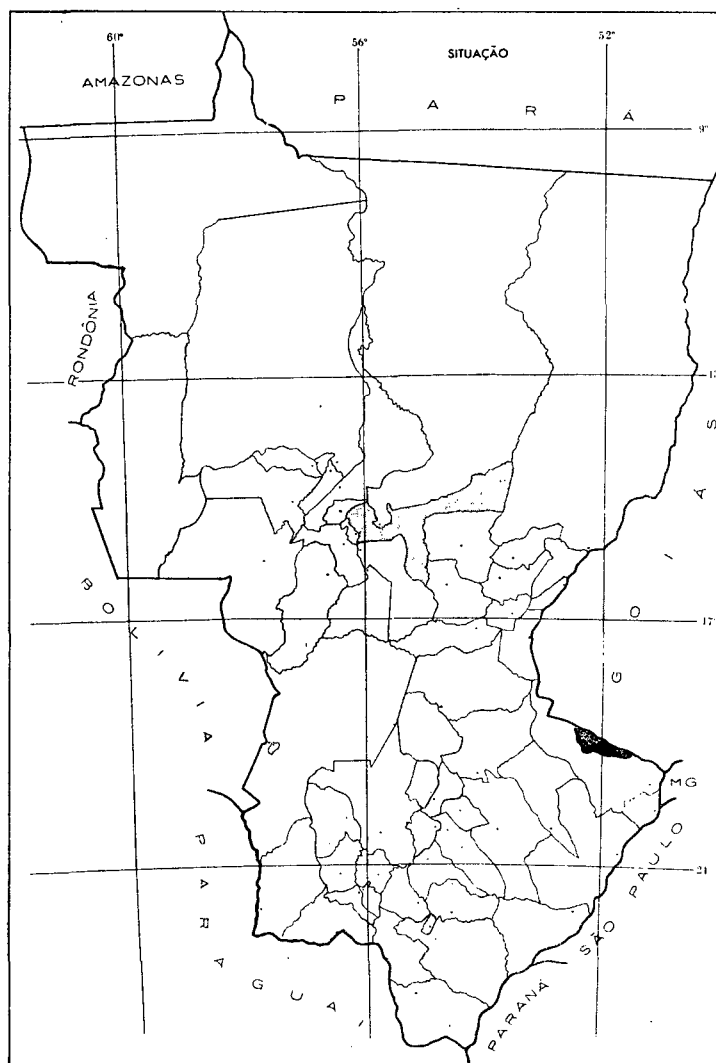
Em 12 de outubro de 1948, por fôrça da Lei estadual n.º 154, foi criado o distrito de Cassilândia, com território desmembrado do distrito da sede municipal de Paranaíba, constituindo-se em circunscrição judiciária e administrativa dêsse município. A alteração do topônimo São José para Cassilândia foi uma homenagem ao doador do seu patrimônio, o mineiro de Patrocínio, Joaquim Balduíno de Souza.

Instalado o distrito, teve como primeiro Juiz de Paz eleito, o cidadão Eduardo Pereira da Silva; para Oficial de registro civil, cujo cartório foi instalado no ano de 1949, foi nomeada D. Hermelina Barbosa Leal.

No quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial do Estado de Mato Grosso para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, surge Cassilândia na categoria de município, de acôrdo com a determinação da Lei estadual n.º 368, de 30 de junho de 1954, permanecendo subordinado judiciàriamente à comarca de onde fôra desmembrado. Por fôrça de disposições legais, assumiu a direção do novo município o Juiz de Paz, Caetano Nogueira da Cunha.

O Poder Executivo é exercido, atualmente, pelo Senhor Sebastião Leal, eleito em 3 de outubro de 1954, e empossado em 31 de janeiro, sendo o Legislativo Municipal exercido por 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situado na zona Sudeste do Estado de Mato Grosso, o município de Cassilândia limita exclusivamente com o de Paranaíba e com o Estado de Goiás, tendo os seguintes pontos extremos: latitude N.-18° 50' ...... e 19° 13' 45"; longitude E.-51° 33' 30" e O.-52° 26' 15".

A cidade de Cassilândia está localizada à margem direita do rio Aporé, limite interestadual de Mato Grosso com

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Goiás, em uma extensa planície, nas encostas da serra do Pulador ou Morangas, circundada pelos ribeirões Salto e Palmito.

ALTITUDE — A sede municipal localiza-se a 332 metros acima do nível do mar, colocando-se em 28.º lugar no Estado de Mato Grosso quanto a altitude em relação às demais cidades mato-grossenses.

CLIMA — O clima do município está classificado como do tipo tropical úmido. O período de chuvas tem início geralmente no mês de setembro indo até abril, sendo mais intenso entre dezembro e janeiro.

ÁREA — Cassilândia ocupa cêrca de 0,18% do território estadual, possuindo uma área de 2 340 quilômetros quadrados, situando, em relação aos demais municípios, em 51.º lugar no Estado de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além da serra do Pulador destacam-se os seguintes cursos d'água: rio Aporé, que limita os Estados de Mato Grosso e Goiás; córregos Cachoeira e Indaiá Grande, Indaialzinho, Moquém e Cancãs que fazem os limites municipais com Paranaíba; e mais os córregos Salto e Palmito, na periferia da sede municipal.

9 — 24 930

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral destacam-se os grandes depósitos de barro para a fabricação de telhas e tijolos, areia e pedras para construção e calcário; no vegetal, regular quantidade de madeira de lei e lenha para combustível; e no vegetal, algumas espécies da fauna mato-grossense.

POPULAÇÃO — O município de Cassilândia contava, como distrito integrante de Paranaíba, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 4 017 habitantes. Dessa população, 2 140 pessoas eram do sexo masculino e 1 877, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 368 homens e 315 mulheres, num total de 683 habitantes; e no quadro rural, um total de 3 334 habitantes, dos quais 1 772 do sexo masculino e 1 562, do feminino. A zona rural concorria com 82,99% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda na qualidade de distrito integrante do município de Paranaíba, na época do Recenseamento Geral de 1950, Cassilândia possuía uma população de 683 habitantes, dos quais 368 do sexo masculino e 315, do feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A maior expressão econômica do município de Cassilândia é representada pela pecuária, surgindo, em seguida, a agricultura.

Em 1956, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística de Paranaíba, o município de Cassilândia possuía um rebanho bovino de 98 mil cabeças cujo valor ultrapassava a casa dos 290 milhões de cruzeiros; outro rebanho de real importância na economia municipal, embora em condições mais modestas, é o de suínos que, segundo a mesma fonte, possuía 60 mil cabeças, no valor de 60 milhões de cruzeiros depois dêsses rebanhos, surgiam os de eqüinos e muares, respectivamente com 500 cabeças, no valor de mais de 1 milhão e 200 mil cruzeiros, o primeiro, e o segundo com 160 cabeças, custando 640 mil cruzeiros. Além dêsses, o município possuía, ainda, alguns asininos, ovinos e caprinos, cujo valor, englobadamente, não ultrapassava a 500 mil cruzeiros.

No ano mencionado, a pecuária de Cassilândia totalizou uma população de 160 340 cabeças, no valor de mais de 356 milhões e 300 mil cruzeiros.

A produção de leite de vaca atingiu a 1 milhão de litros, considerando, ainda, as estimativas da Agência Municipal de Estatística de Paranaíba, produção essa que valeu mais de 3 milhões de cruzeiros, sendo grande parte dela empregada na fabricação de 5 mil quilos de manteiga e 2 mil quilos de queijo, que valeram, respectivamente, 225 mil e 60 mil cruzeiros.

A agricultura teve a sua maior produção na safra de milho, que apresentou 4 milhões e 500 mil quilos no valor de 15 milhões de cruzeiros. A cultura de feijão vem logo em seguida, com 210 mil quilos, no valor de 2 milhões e 625 mil cruzeiros, assim como a de cana-de-açúcar, com 3 mil e 750 toneladas, valendo 750 mil cruzeiros, além de outras de menor expressão na economia municipal.

A agricultura de Cassilândia, em 1956, totalizou a importância de 18 milhões e 757 mil cruzeiros.

A indústria de transformação, cujas bases ainda não foram sòlidamente assentadas, representou-se, em milhares de cruzeiros, na economia do município, em 1955, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, da seguinte maneira:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	240
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	320
Indústria de produtos alimentares	64
Serviços industriais de utilidade pública	36
TOTAL	660

A indústria caseira de rapadura e farinha de mandioca, segundo informações da A.M.E. de Paranaíba destinadas ao Serviço de Estatística da Produção, ultrapassou a casa dos 200 mil cruzeiros, em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio municipal, todo êle localizado na cidade de Cassilândia, é representado por 37 estabelecimentos, 7 dos quais, em vista do estoque que possuem e o vulto de negócios que realizam, são considerados como grossistas e varejistas, simultâneamente. Êsses estabelecimentos são abastecidos pelas praças de Andradina, Araçatuba, Barretos e São Paulo, para onde exportam o excesso da produção local.

O movimento bancário é realizado naquelas praças e ainda na cidade de Paranaíba, por intermédio do Banco Nacional de Comércio e Produção S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Cassilândia está ligada à Capital do Estado, ao município de Paranaíba e ao Estado de Goiás, através do distrito de Aporé, do município de Jataí. São os seguintes os meios de transporte: Cuiabá — misto: a) rodoviário até Paranaíba, 138 quilômetros e b) aéreo 112 quilômetros; Paranaíba — rodoviário, 125 quilômetros; Jataí, GO via Aporé, 72 quilômetros.

Os meios de comunicação estão restritos a uma Agência Postal-Radiotelegráfica, localizada na sede municipal.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal: 2 automóveis comuns, 1 jipe, 8 caminhões e 4 camionetas para carga.

No território municipal estão localizados 7 campos de pouso para pequenos aviões, estando um dêles a 1 quilômetro da cidade de Cassilândia, sendo mantido pelo Govêrno Municipal.

ASPECTOS URBANOS — Segundo informa o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em publicação relativa ao ano de 1954, a cidade de Cassilândia possuía 14 logradouros públicos e 136 moradias.

Em informações referentes ao ano de 1956, a Agência Municipal de Estatística de Paranaíba, a quem estão afetos os serviços estatísticos do município de Cassilândia, informava que existiam 80 prédios servidos por iluminação domiciliar.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por 1 clínico, 1 dentista e 3 farmacêuticos. Na cidade de Cassilândia estão localizadas 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 acusou uma população de 4 017 habitantes no município de Cassilândia, então distrito de Paranaíba. Dêsse total, 2 140 eram do sexo masculino e 1 877, do feminino.

A cidade possuía uma população de 567 habitantes, com mais de 5 anos, sendo que 234 (142 homens e 92 mulheres) eram alfabetizados e 333 (166 homens e 167 mulheres) não sabiam ler nem escrever.

ENSINO — Segundo elementos do Departamento Estadual de Estatística, relativos ao primeiro mês letivo de 1956, o ensino primário fundamental comum em Cassilândia era mantido por 1 grupo escolar localizado na sede municipal, subordinado ao Govêrno do Estado, estabelecimento êsse que apresentou um total de 301 matrículas, naquele mês.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na Sede Municipal funciona o Cine São José, instalado em 1956, com capacidade para 80 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — A partir de 1954, data da autonomia administrativa de Cassilândia, os órgãos arrecadadores estadual e municipal (não há órgão federal), tiveram o seguinte movimento:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	147	—	—	—
1954	—	320	9	9	9
1955	—	566	176	171	176
1956	—	811	1 417	217	667

(1) Não há órgão de arrecadação federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em 19 de março, realiza-se a festa em homenagem a São José, padroeiro da cidade, com grande afluência da população local, encerrada com imponente procissão que percorre as principais ruas.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Existe uma queda d'água nas proximidades da cidade de Cassilândia, situada no rio Aporé, com potencial hidráulico estimado em 10 mil H.P., a qual, pela beleza que encerra, poderia constituir grande atração turística local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo do município é uma homenagem ao doador do rocio da cidade de Cassilândia, Joaquim Balduíno de Souza, cognominado "Cacinha". Os que nascem no município recebem a denominação de "cacilandenses".

É têrmo judiciário da comarca de Paranaíba, possuindo na sede municipal um cartório de registro civil, que executa também serviços de tabelionato. O seu quadro eleitoral, em abril de 1957, era representado por 1 464 cidadãos.

O município é subordinado à paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Paranaíba, tendo como padroeiro, São José; o culto protestante é representado pela Igreja Evangélica Presbiteriana e pela Igreja Assembléia de Deus; o culto espírita, pelo Centro Amor e Caridade.

CHAPADA DOS GUIMARÃES — MT

Mapa Municipal na pág. 39 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — A história do município de Chapada dos Guimarães acompanha, passo a passo, o desenrolar dos fastos cuiabanos, partindo da mesma origem garimpeira do norte mato-grossense. Foi povoado pela mesma clã dos bandeirantes paulistas e seus descendentes, que na primeira metade do século XVII aportaram ao povoado fabuloso, surgido em conseqüência da descoberta das lavras do Sutil, no outeiro de Nossa Senhora do Rosário, cujas escarpas vinham morrer na margem esquerda do córrego Prainha, neste depositando, igualmente, grande cópia de ouro aluvionar desgarrado pelas enxurradas.

Desde que as arcas dos reis portuguêses passaram a reclamar mais e mais a contribuição das minas descobertas, a fim de que se atendessem tôdas as fantasias da côrte, do incipiente povoado que era Cuiabá, desgarram-se os garimpeiros inconformados para as zonas próximas, de início, penetrando, em seguida, as de Chapada, Diamantino, Poconé, Nossa Senhora do Livramento e outras, onde novas descobertas poderiam ser exploradas a salvo do arrôcho fiscal, da capitação e dos dízimos.

Assoberbados com tôda espécie de provações que lhes oferecia o ambiente bárbaro que iam desbravando, não era das menores a que lhes propiciavam os naturais da terra, com quem se mantinham em permanente guerra, das quais nem sempre saíam vencedores.

Vindo a Cuiabá o primeiro governador, capitão-general D. Antônio Rollin de Moura Tavares, em 1751, cuidou desde logo de estabelecer, na zona da Chapada, um aldeamento onde fôssem recolhidos os índios das diversas nações ali existentes, intentando coibir dêsse modo, as suas incursões predatórias contra os civilizados.

Impondo-lhe o nome de Sant'Ana da Chapada, confiou sua administração ao padre jesuíta, Estevão, que consigo trouxera de São Paulo.

A sua administração foi assaz proveitosa, trazendo os silvícolas ao convívio da população garimpeira, até que em 1759, com a proscrição da Ordem de Loyola, teve de ser destituído.

Dez anos depois, o povoado recebeu a denominação de Sant'Ana da Chapada dos Guimarães, que lhe impôs o governador Luiz Pinto de Souza Coutinho. Já por essa época a população indígena, que passara a ser administrada por padres seculares, achava-se dispersa ou fôra quase absorvida pelos elementos alienígenas, restando apenas 2 650 aldeados e 1 454 outros, disseminados nas propriedades rurais.

O desenvolvimento do município teve, como destacado iniciador, Antônio da Silva Lara, dominadora e trepidante personalidade, bandeirante dado a aventura e empreendimentos julgados loucos para a época, segundo narram as crônicas dêsse período da civilização cuiabana, verdadeiro filho da fortuna.

Opulentado com a cata das lavras que descobrira, criou um verdadeiro estado feudal agrário, dominando vasta escravatura que empregava na lavoura, na fabricação de açúcar e aguardente de cana, na fiação das peças de teci-

dos que a todos vestiam, e no esgaravatamento das manchas auríferas.

De tal forma destacou-se entre os seus contemporâneos, que importava diretamente de Portugal os vinhos finos com que obsequiava as visitas e cavalgava cavalos de raça vindos de Espanha.

Antevendo que o futuro da região deveria se apoiar, necessàriamente, na agricultura, dedicou a essa atividade quantos braços escravos dispunha, plantando cereais e tudo o mais que a terra dadivosa aceitava, retribuindo com abastança, sendo o introdutor da cana-de-açúcar no Estado.

Francisco Xavier Duarte, em 1777, fundava uma propriedade no rio da Casca, em terras que lhe concedeu Luiz de Albuquerque. Essa propriedade, que conheceu variadas situações de posse e decadência, foi adquirida em 1823 por A. J. Cerqueira Caldas, de cujos herdeiros a adquiriu Antônio Corrêa da Costa Júnior, em 1860, fazendo-a prosperar e povoando-a.

Outros seguiram, pelos anos afora, os primeiros povoadores, transformando o antigo distrito de Chapada dos Guimarães no maior centro produtor agrícola do município de Cuiabá, a que pertencia.

Em consequência dessa diversificação de atividade, que se tornou típica de Chapada dos Guimarães, surgiu o que se poderia chamar de aristocracia rural, que por dilatados anos exerceu destacada atuação na vida social e política da Capital do Estado.

Cuiabá, entretanto, pela sua situação geo-econômica, qual o saturno do politeísmo helênico, começou a devorar os seus próprios filhos, sugando a seiva dos troncos ancestrais. Um a um, foram decaindo econômicamente os seus distritos, não se excetuando o de Chapada dos Guimarães.

A extinção da escravatura em 1888, precipitou-lhe o declínio. Vários engenhos de aguardente e açúcar de bangüê, fazendas de café e lavouras outras, desapareceram. A sua população decresceu, perigosamente, pelo abandono das fazendas e desersão dos libertos.

Atualmente, quando a rubiácea andeja penetra novamente, com ares de conquista, o Oeste brasileiro, Chapada dos Guimarães tem mostrado ao novo invasor as excepcionais qualidades de suas terras para a fixação de modernos cafèzais, a coberto das bruscas variações climáticas que em outras zonas de produção têm sido o flagelo periódico, criador do desânimo, e não raro da falência dos agricultores, com reflexos inquietantes na própria economia do País.

Atestando êsse período de intensa atividade agrícola, são encontradas ainda velhas ruínas das antigas propriedades, tôdas elas de estilo colonial adaptado às condições impostas pelo ambiente essencialmente rural dos seus possuidores.

Os antigos cafeeiros, que chegaram a produzir colheitas enviadas ao Rio de Janeiro, e mesmo à Europa, ostentam até hoje, na propagação espontânea da espécie, sua ótima qualidade, dentro das matas renascidas, de onde os novos cultivadores vão tirar, não raro, as mudas aclimatadas para a formação de novos cafèzais.

Paralelamente ao desenvolvimento agrícola da região, cuidavam os seus povoadores de implantar a criação bovina que no evolver dos tempos padeceu dos mesmos períodos de desenvolvimento e decadência, estando atualmente em franca recuperação

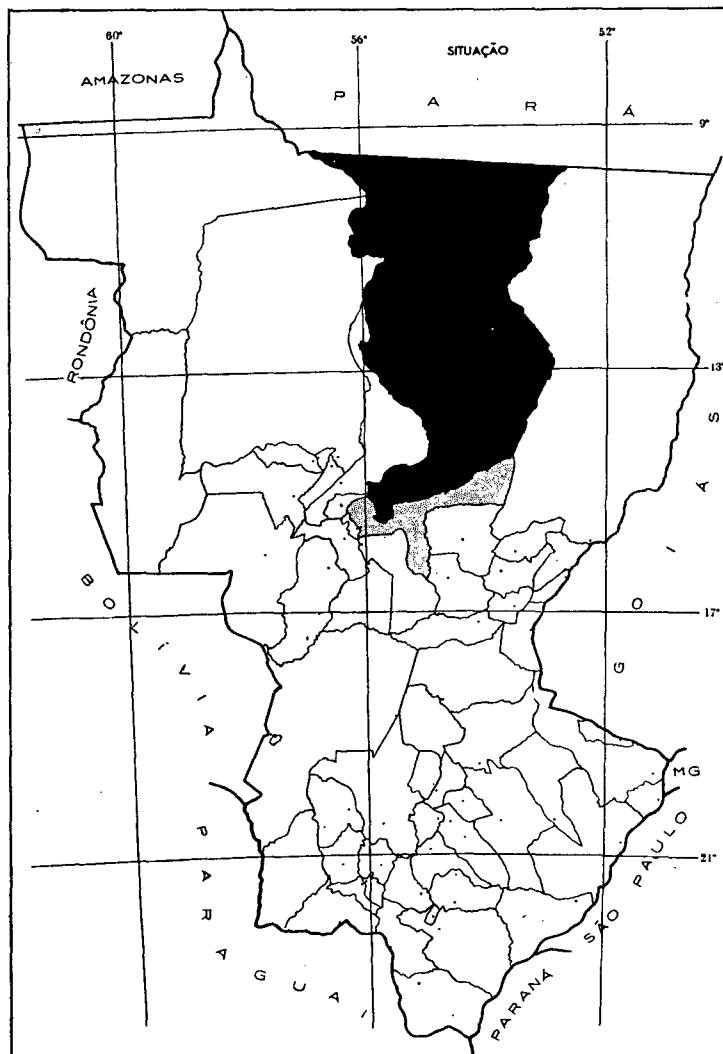
No plano sócio-cultural, é de se acentuar a destacada atuação dos padres franciscanos, que, desde 1944, administram a paróquia, consagrando-se igualmente ao ensino e à assistência social.

O Distrito de Paz de Chapada dos Guimarães foi criado em 1875, sob a jurisdição do município da Capital.

A Lei estadual n.º 701, de 15 de dezembro de 1953, modificada pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, criou o município de Chapada dos Guimarães, com área desmembrada do município da Capital e anexação do distrito de Praia Rica, anteriormente pertencente ao município de Rosário Oeste, tendo por sede a vila do mesmo nome, elevada à categoria de cidade.

É têrmo judiciário da comarca de 3.ª entrância de Cuiabá e compreende os distritos de Chapada dos Guimarães e Praia Rica.

A atual legislatura foi instalada em 6 de fevereiro de 1955, com a posse do senhor Adalberto Sampaio de Faria, Prefeito Municipal, compondo-se a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Chapada dos Guimarães está situada na zona fisiográfica da Chapada, participando da área da Bacia Amazônica, numa verdadeira mesopotâmia formada pelo rio Teles Pires ou São Manuel a oeste e o rio Xingu e seu afluente Culuene a leste, convergindo para o território inúmeros de seus tributários.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

É o município de maior área da Federação, limitando ao norte com o Estado do Pará, ao sul com o município de Cuiabá, a leste com Barra do Garças e a oeste com Aripuanã, Diamantino e Rosário Oeste. São coordenadas geográficas do município: 9° 25' 45" e 15° 27' 45" de latitude N. e E.; 52° 37' 30" e 56° 49' 15" longitude E. e O.

A sede municipal, localizada no extremo sul do município, acha-se a 72 quilômetros da Capital do Estado, por estrada de rodagem.

ALTITUDE — Na escala dos municípios mato-grossenses, Chapada dos Guimarães é o que apresenta maior altitude, com 793 metros; entretanto, o ponto culminante pertence ao município de Cuiabá, na mesma serra da Chapada, com 1 000 metros.

CLIMA — O município participa dos climas equatorial e tropical úmido. Dado a altitude proporcionada pela serra da Chapada, que lhe traça o contôrno sul nos limites com Cuiabá, o clima da sede municipal e seus arredores mais se aproxima do tropical de altitude de verão brando, com ocorrência de nevoeiros e temperatura entre 12°C e 25°C., que a tornam aconselhável para estação de repouso e de cura de males pulmonares.

ÁREA — É o município de maior área, com 204 304 quilômetros quadrados, representando 15,58% do território estadual. Começando a apenas 70 quilômetros de Cuiabá, estende-se por todo o norte mato-grossense, até os lindes com o Estado do Pará.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Xingu e Teles Pires ou São Manuel, que balizam os limites leste e oeste do município, e os seus respectivos afluentes: Peixoto de Azevedo; Manissauá-Missu, Ferro, Romuro, Batovi, Coliseu e Culuene. As cachoeiras Cocá e Trepadeira, no rio Teles Pires; as de Tareraimbu, Ubá, Xibião, Pedra Sêca, Pedras e Marcius, no rio Xingu, além de inúmeros rápidos que impossibilitam o aproveitamento à navegação dos dois grandes rios. Nas proximidades da sede municipal, encontram-se o salto Véu de Noiva, com 60 metros de caída e o Cachoeirinha, com 20 metros, ambos com possibilidades de aproveitamento para produção de energia elétrica.

RIQUEZAS NATURAIS — Embora escassamente conhecidas e exploradas as possibilidades econômicas do município, notadamente a área amazônica, o reino mineral é enriquecido pela ocorrência de ouro, diamantes, carbonatos, granitos, pedra calcária e barro para telhas e tijolos.

No reino vegetal, sobressaem os espécimes típicos da região dos grandes rios tributários do Amazonas; borracha, castanhas de várias espécies, etc, além das que aparecem no planalto cuiabano: aroeira, araputanga, angico, carvão vermelho, cumbaru ou cumaru, jatobá, louro, mulateira piúva, paratudo, paineira, piquizeiro, mangabeira, quina, etc., não citando os típicos do cerrado, extremamente variados.

No reino animal, considerada ainda a sua posição geográfica, que faz com que o município participe de dois complexos perfeitamente diferenciáveis, as espécies são igualmente variadas.

De um modo geral, podem ser arroladas as seguintes: na ordem dos quadrumanos, o macaco, o bugio, o sagüim. Entre os carnívoros, a onça e a jaguatirica. Na família dos roedores: capivara, paca, lebre, cutia e coelho. Outras espécies: tatu, anta, veado, arara, papagaio, japu, japuíra, perdiz, mutum, pomba, trocaz, etc.

POPULAÇÃO — O município de Chapada dos Guimarães, como distrito de Cuiabá, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 12 111 habitantes. Dessa população, 6 467 pessoas eram do sexo masculino e 5 644, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 100 homens e 102 mulheres, num total de 202 habitantes; no suburbano, 122 pessoas do sexo masculino e 129, do feminino, totalizando 251 habitantes; e no quadro rural, um total de 11 658 habitantes, dos quais 6 245 do sexo masculino e 5 413, do feminino. A zona rural concorria com 96,25% para a população total do distrito, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

O município de Chapada dos Guimarães, atualmente compreendendo o distrito da sede municipal mutilada em sua área primitiva e o distrito de Praia Rica, antes pertencente ao município de Rosário Oeste e que lhe foi agregado, não oferece margem a uma estimativa criteriosa de sua população atual.

É fora de dúvida, porém, que para a perda demográfica que lhe acarretou o desmembramento de 1954, o acréscimo decorrente da anexação do distrito de Praia Rica, o afluxo imigratório ali verificado e o crescimento normal vegetativo, hajam equilibrado a sua população aos mesmos índices verificados pelo Recenseamento Geral de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A rigor, o município sòmente possui um aglomerado urbano — a sede municipal, com mais de 600 habitantes nas zonas urbana e suburbana, segundo estimativa do Agente de Estatística local. A sede do distrito de Praia Rica conta com menos de 200 habitantes. A população excedente está tôda situada na zona rural.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Chapada dos Guimarães sofre da fatalidade imposta pela posição geográfica. Estendendo-se ao norte pela selva amazônica, de difícil radicação de elemento humano, a maior parte do seu território continua pràticamente despovoada, e, consequentemente, sem nenhuma atividade econômica digna de menção.

Já o sul do município, tradicionalmente ocupado desde as primeiras penetrações bandeirantes ocorridas no meado do século XVIII, apresenta economia tìpicamente rural, assentada na lavoura e transformação de produtos agrícolas, tais como a farinha de mandioca, e de milho, e na criação bovina em pequena escala.

No setor de produção agrícola, o município produziu, em 1956, segundo dados coletados pela Agência Municipal de Estatística para o Serviço de Estatística da Produção, mais de 21 milhões de cruzeiros, destacando-se o feijão, com 714 mil quilos, no valor de 5 milhões e 355 mil cruzeiros; o arroz com casca, com 1 200 mil quilos, no valor de 4 milhões e 800 mil cruzeiros; o milho, com 1 200 mil quilos, no valor de 3 milhões e 69 mil cruzeiros; banana, com 495 mil cachos, no valor de 1 milhão e 980 mil cru-

zeiros; mandioca mansa, com 8 500 toneladas, no valor de 1 milhão e 710 mil cruzeiros e mandioca brava, com 5 200 toneladas, no valor de 1 milhão de cruzeiros. Outros produtos, tais como abacaxi, abóbora, cana-de-açúcar e laranja, contribuíram com modestas parcelas para a economia geral do município.

Dada a sua altitude e a amenidade do clima reinante na zona pròpriamente da Chapada, o experimento de culturas de frutas européias tem assegurado um futuro promissor, podendo vir o município a se constituir um produtor de inúmeras espécies próprias dos climas frios, como uvas, peras, maçãs, etc. A produção de abacate está sendo assegurada para breve, de modo compensador, graças à intensificação do seu plantio, o mesmo acontecendo com o chuchu.

Segundo os mesmos dados para o Serviço de Estatística da Produção, eram as seguintes as estimativas para os rebanhos de Chapada dos Guimarães, em 31 de dezembro de 1956: bovinos, 36 700; equinos, 1 410; asininos, 85; muares, 40; suínos, 85 200; ovinos, 200 e caprinos, 3 100, englobando um valor calculado em mais de 100 milhões de cruzeiros.

O Registro Industrial de 1955 arrolou 2 estabelecimentos de indústria extrativa mineral, de mais de 5 operários, cuja produção foi de 1 milhão e 200 mil cruzeiros; 12 outros, com menos de 5 operários, assim discriminados: 1 de transformação de minerais não metálicos, 1 de indústria de madeira e 10 de produtos alimentares, com a produção englobada de 222 mil cruzeiros.

Os excedentes da produção agropecuária são absorvidos pela Capital do Estado.

Calcula-se em mais de 80% a população de 10 anos e mais dedicada às atividades de agricultura, pecuária e indústria extrativa.

COMÉRCIO — Na cidade estão estabelecidas 9 casas de comércio que se dedicam exclusivamente ao ramo de varejo, 40 idênticas, em todo o município. O abastecimento é feito pela praça de Cuiabá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido apenas por transporte rodoviário. Dista da Capital do Estado 72 quilômetros por estrada de rodagem, comunicando-se com os demais municípios vizinhos da seguinte forma:

1 — Acorizal — rodoviário, 144 quilômetros;

2 — Diamantino — rodoviário, 312 quilômetros;

3 — Rosário Oeste — via Cuiabá, rodoviário, 204 quilômetros;

Não há ligação direta com as demais comunas vizinhas.

Os meios de comunicação se resumem em uma Agência Postal Radiotelegráfica de 4.ª classe, do Departamento dos Correios e Telégrafos, situada na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal, cuja população estimada é de pouco mais de 600 habitantes, conta com 11 logradouros públicos, dos quais nenhum beneficiado com calçamento, arborização ou ajardinamento. Não dispõe de iluminação pública ou domiciliária nem de abastecimento de água encanada. Entretanto, há um pôsto de abastecimento que atende em parte à população, com água canalizada de um córrego próximo a uma caixa de servidão pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária está a cargo da Prelazia de Chapada dos Guimarães, através do Ambulatório e Hospital Santo Antônio que mantém igualmente uma farmácia e onde quinzenalmente, atende um médico do Pôsto de Assistência Rural de Cuiabá.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Prelazia de Chapada dos Guimarães é o único órgão de assistência social existente no Município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados censitários de 1950, a então vila de Chapada dos Guimarães contava com 382 pessoas de cinco anos e mais, das quais 189 eram do sexo masculino e 193, do sexo feminino. Sabiam ler e escrever 203 pessoas, ou 53%, e declararam-se analfabetas 179, ou 47%. Segundo o sexo, 106 pessoas alfabetizadas eram masculinas e 97, femininas; 83 homens e 296 mulheres eram analfabetos.

ENSINO — De acôrdo com os principais resultados no fim do primeiro mês letivo de 1956, do ensino fundamental comum apurado pelo Departamento Estadual de Estatística, havia, em funcionamento no município, 16 unidades escolares estaduais e uma particular, que acusaram 654 matrículas, englobadamente.

Esclarece-se, entretanto, que o ensino primário está bem mais difundido no município, não se incluindo, na estatística levantada, as escolas que por vários motivos começam a funcionar em períodos posteriores àquele que serviu de referência.

Existe uma escola de corte e costura mantida pelo Educandário São José, administrado pela Prelazia de Chapada dos Guimarães.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou os seguintes resultados, no que diz respeito às finanças federais, estaduais e municipais, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	—	—	—	—	—
1955	—	160	778	117	770
1956	—	415	1 270	139	1 113

(1) Não há órgão de arrecadação federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, entre as quais a festa de Sant'Ana da Chapada, padroeira da cidade, é a mais importante. Tem caráter puramente local. Na zona rural, festejam-se os onomásticos de Santa Cruz, Santo Antônio, São Pedro e São João.

VULTOS ILUSTRES: Pedro Celestino Corrêa da Costa — 5-VII-1860 — 21-I-1932.

Nascido no sítio paterno de Bom Jardim, antigo distrito de Chapada dos Guimarães. Diplomou-se em farmácia, dedicando-se à profissão na Capital do Estado, montando a crédito, por não dispor de recursos, "o seu primeiro estabelecimento à Praça da Matriz" — hoje Praça da República — "entre a Rua de Baixo e a do Meio, onde em curto prazo grangeou nomeada de profissional competente e caritativo"

"Não havia quem o procurasse para alívio de males, crônicos ou recentes, que não lhe ouvisse conselhos a preceito, freqüentemente acompanhados de remédios apropriados."

"Dotado de excepcional acuidade, freqüentemente diagnosticava males, que a facultativos embaraçavam, curando-os."

"De tal maneira, interessava-se Pedro Celestino pela felicidade alheia, que a pouco e pouco lhe foram cometendo o encargo de árbitro de dissídios particulares, em cuja escolha acordavam os rixadores."

A proclamação da República enseja-lhe o ingresso na política, sendo nomeado pelo govêrno provisório Intendente Municipal da Capital.

Em 1890, figura com destaque na Constituinte Estadual e em seguida preside à Assembléia comum em que ela se transformou.

Militando na oposição no govêrno de Antônio Paes de Barros, chefia a revolução vitoriosa de 1906, da qual resultou a deposição do Presidente e o seu trágico desaparecimento.

Em 1907 é eleito vice-presidente do Estado, assumindo a presidência no ano seguinte, pelo afastamento do Presidente Generoso Paes Leme de Souza Ponce, que se desincompatibilizava para candidatar-se a uma vaga no Senado.

Como Presidente restaura a combalida situação econômico-financeira do Estado, realizando fecunda administração. Reorganiza a instrução pública, executa várias obras de vulto.

Fundador e chefe do Partido Republicano Mato-grossense — P.R.M.G. — a cujos partidários a verve popular denominaria de "perrengues", nêle atuou com grande descortino das realidades políticas do Estado, em oposição à situação dominante do Partido Republicano Conservador, sob orientação do Senador Azeredo.

Desprestigiado o govêrno pelas fôrças que deveriam ampará-lo, oferece-lhe Pedro Calestino o seu apoio e o do Partido. Crises levam as duas facções a luta armada em 1916, de que resultou a vitória de Pedro Celestino, no desfecho do encontro de "Passagem do Aricá".

Vitorioso pelas armas, não pôde, entretanto, assegurar estabilidade ao govêrno do Estado, onde se verificou a intervenção do Presidente da República, influenciado pelos representantes regionais na Câmara e no Senado.

Reinstalada no Estado a normalidade constitucional, elege-se senador da República, em cujo cargo desenvolveu atividade proveitosa, defrontando-se com Epitácio Pessoa nas discussões de reforma do Código Civil.

Em 1921, é chamado novamente a administrar o seu Estado, empossando-se a 22 de janeiro de 1922. Encontrando-se o Estado em situação calamitosa, administra-o com proficiência e tino, passando o govêrno ao vice-presidente, com as finanças restauradas, em 25 de outubro de 1924, ingressando novamente no Senado Federal, por Mato Grosso.

Sua carreira política encerrou-se em 1930, com a vitória da Aliança Liberal a que aderira.

Faleceu em Petrópolis aos 21 de janeiro de 1932.

Dêle se poderiam aceitar, como pronunciamento irrevogável da história, as seguintes palavras de Virgilio Corrêa Filho. "Alma de apóstolo, a sua trajetória singular vincou fundamente a memória dos contemporâneos, que lhe apregoavam as virtudes, ou lhe contrariavam as decisões, unânimes, porém, todos, em proclamar-lhe, depois da morte, a benemerência comparável à dos heróis e dos Santos."

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O município possui alguns aspectos turísticos interessantes não explorados, conservando-se desconhecidos até das populações vizinhas, inclusive da Capital.

A dezoito quilômetros da sede observa-se uma furna ou caverna em forma de sala, de mais ou menos 45 metros quadrados, onde se vêem nas paredes várias esculturas de animais em alto relêvo, esculturas essas julgadas pré-históricas por alguns que as examinaram. Essa caverna é inteiramente obra da natureza.

O salto denominado "Véu de Noiva", justifica seu nome pela aparência de um grande véu irisado pelo sol a se projetar de 60 metros de altura.

O "Portão do Inferno", despenhadeiro imponente e impressionante, um grande *canõn*, situado à margem da estrada de rodagem, de Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

O velho e histórico templo de Chapada, construído pelos jesuítas nos primórdios da vida da cidade, onde parecem repercutir ainda os tacões de couro cru dos rudes bandeirantes.

O dorso imponente da serra, de onde se descortinam cenários de grande beleza pictórica, formados pelos dois sistemas orográficos que ela divide.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dá-se o nome de "chapadenses" aos habitantes do lugar.

É têrmo da comarca de Cuiabá, com dois distritos judiciários; Chapada dos Guimarães e Praia Rica.

Nos últimos anos, o município tem experimentado melhores índices de progresso. A reimplantação da cultura do café poderá trazer-lhe desafôgo econômico nos próximos anos.

Cogita o govêrno do Estado de introduzir no Município emigrantes europeus que se dediquem à fruticultura própria dos climas frios.

Acha-se instalada na sede municipal uma Agência Municipal de Estatística, órgão componente do Sistema Estatístico Nacional.

CORGUINHO — MT

Mapa Municipal na pág. 175 do 2.º Vol.

HISTORICO — Nascido do trabalho pesquisador dos garimpeiros, sempre em busca de novas manchas diamantíferas que lhes proporcionassem lucro rápido, Corguinho, assim como várias outras corrutelas do Aquidauana e do Coxim, foi inicialmente povoada por emigrantes procedentes do Norte e Nordeste do País, já conhecedores da fama de riqueza que então emanava da corrutela de Rochedo, pouco antes povoada.

Inicialmente, teve o seu povoamento desordenado, como sói acontece nas localidades que sofrem a influência primitiva do garimpeiro, geralmente indivíduos de índole aventureira, habituados ao viver simples do rústico barraco, erguido nas proximidades do local de trabalho, para sua melhor comodidade.

Deu-se o seu povoamento inicial no ano de 1931, quando uma caravana de garimpeiros, composta, quase na sua totalidade, de nordestinos e nortistas, especialmente baianos, sergipanos, pernambucanos e alagoanos, depois de tomarem conhecimento dos garimpos, já em início de exploração, dos córregos Carrapato e Formiga, desceram o Fala Verdade, onde estabeleceram novas buscas. Formaram aí um povoado que recebeu o nome do córrego que banhava o núcleo garimpeiro.

Não satisfeitos com os resultados que vinham obtendo no trabalho realizado no Fala Verdade, resolveram empreender novas buscas, escolhendo, para isso, outra rota, desta vez descendo o Aquidauana, até a foz do ribeirão Corguinho, que escolheram para fincar as bases de uma nova corrutela. O penoso trabalho garimpeiro recomeçou, desta vez com resultados mais promissores, o que determinou, em pouco tempo, a chegada de novos garimpeiros e a consequente cristalização do núcleo humano.

Ràpidamente cresceu a corrutela de Corguinho. O diamante de abundância incrível era o chamariz tremendo de novas levas de emigrantes, determinando mesmo o êxodo da população do garimpo de Rochedo, que desde logo começou a sentir os efeitos do progresso de Corguinho.

Já em 1934, o Govêrno resolveu, pela Lei n.º 344, de 13 de março, criar o distrito, subordinando-o ao município de Aquidauana.

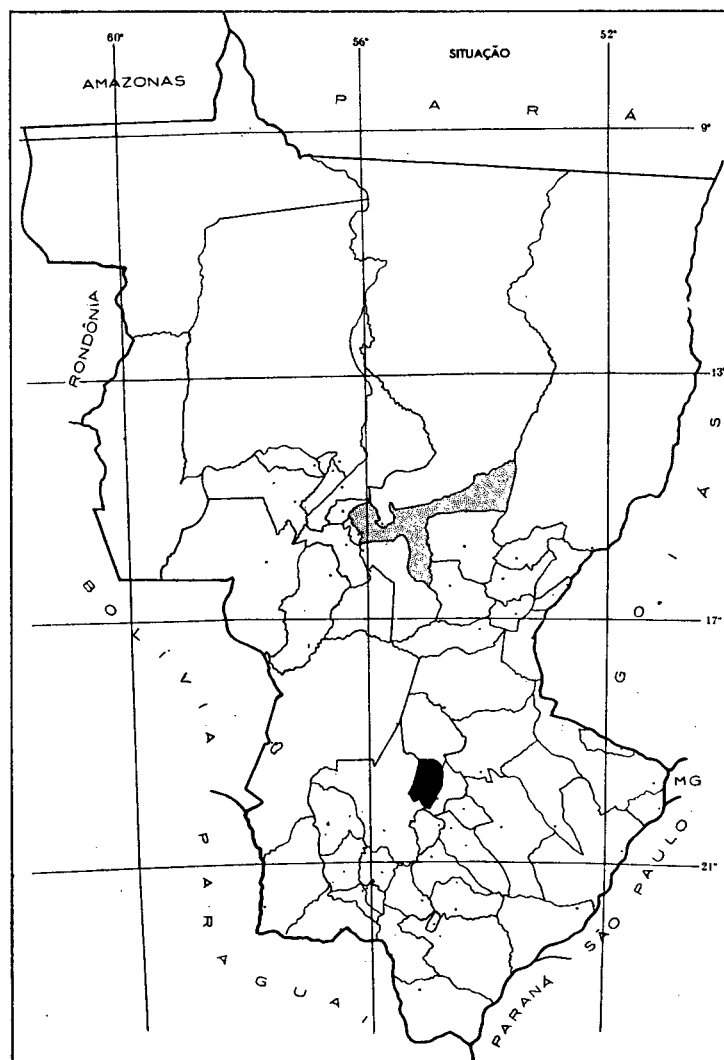
A criação do município de Rochedo, pela Lei n.º 204, de 23 de novembro de 1948, veio favorecer a estabilização do povoado de Corguinho que, já na divisão territorial do Estado para o período 1949-1953, figurava como distrito de novo município, desmembrado que fôra do de Aquidauana.

A transformação paulatina da base econômica do município de Rochedo, além de determinar a colonização do vale do rio Negro, deu origem ao êxodo de grande parte dos garimpeiros que mourejavam naquela comuna, em favor do distrito de Corguinho que, ràpidamente, viu a sua população aumentada dia a dia.

Entretanto, o movimento renovador da economia de Rochedo teve outro reflexo na vida de Corguinho, além do demográfico: deu origem à idéia da autonomia de distrito, já então com vida mais intensa do que a própria sede municipal. O movimento pró autonomia surtiu os efeitos desejados, tendo a Lei n.º 684, de 11 de dezembro de 1953, concretizado a idéia. Posteriormente, os limites do novo município foram retificados pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que modificou as leis que alteraram o quadro territorial e administrativo do Estado de Mato Grosso, para vigorar no quinqüênio 1954-1958.

Em janeiro de 1955, foi instalada a primeira e atual legislatura, ficando a Câmara Municipal composta de 5 vereadores. Nessa mesma data foi empossado o primeiro Prefeito eleito, Senhor Paulo Vieira Barbosa.

Atualmente o Município é têrmo judiciário da comarca de Campo Grande.

LOCALIZAÇÃO — Corguinho está situado na zona fisiográfica de Campo Grande. Limita com os municípios de Aquidauana, Rio Verde de Mato Grosso, Camapuã, Rochedo e Terenos. Seus pontos extremos estão compreendidos

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude N. .... 19º 17' 15" e S. 20º 02' 30"; Longitude E. 54º 40' 15" e O. 55º 25' 30". A cidade está situada à margem esquerda do rio Aquidauana.

ALTITUDE — Figura em 17.º lugar entre as cidades de maior altitude do Estado, com 390 metros na sede municipal.

CLIMA — Apresenta o tipo climático comum da região: tropical úmido. As chuvas manifestam-se geralmente em outubro, prolongando-se até abril; revelam-se com maior intensidade nos meses de janeiro e fevereiro.

ÁREA — É um dos menores municípios mato-grossenses, ocupando apenas 0,30% da área do Estado, ou seja ...... 3 910 km², colocando-se em 42.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios Negro, Aquidauana e Taboco são os principais acidentes geográficos, seguindo-se-lhes numerosos ribeirões e córregos que cortam o município em quase tôdas as direções, dos quais se destacam: São João, Carrapato, Barrinha, Garimpo, Tanque, Água Emendada, Peixe, Bernardo, Cambona, Alegre, Choradeira, Limpo e São Félix. O rio Aquidauana apresenta algumas cachoeiras e "rápidos".

Ressalvada a encosta ocidental da serra do Maracaju, não há elevações dignas de notas.

RIQUEZAS NATURAIS — Diamantes e argila representam as riquezas de origem mineral, já conhecidas; madeira a de origem vegetal, e peles silvestres, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — O Município de Corguinho contava, como distrito integrante do município de Rochedo, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 3 815 habitantes. Dessa população, 1 993 pessoas eram do sexo masculino e 1 822, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 112 homens e 117 mulheres, num total de 229 habitantes; no suburbano, 59 pessoas do sexo masculino e 51 do feminino, totalizando 110 habitantes; e no quadro rural, um total de 3 476 habitantes, dos quais 1 822 do sexo masculino e 1 654 do feminino. A zona rural concorria com 91,11% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com informações da Agência Municipal de Estatística de Rochedo, relativas ao ano de 1954, o município possuía 4 núcleos urbanos: a sede municipal, com menos de 1 000 habitantes; povoado de Fala Verdade, com 80 moradias e 480 habitantes; povoado Baianópolis, com 55 prédios e 330 moradores; e povoado da Colônia Rio Negro, contando 70 casas e 420 pessoas, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município de Corguinho repousa nos ramos agricultura e pecuária e, subsidiàriamente, na indústria extrativa mineral.

Seus rebanhos de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos, em 31 de dezembro de 1956, valiam mais de 70 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: 28 mil cabeças de bovinos, no valor de 57 milhões e 400 mil cruzeiros; 15 mil cabeças de suínos, no valor de 10 milhões e 500 mil cruzeiros; 2 300 cabeças de eqüinos, valendo mais de 5 milhões e 900 mil cruzeiros; 160 muares, no valor de 592 mil cruzeiros; 150 ovinos, no valor de 48 mil cruzeiros; 190 caprinos, custando 34 mil cruzeiros; e 10 asininos, no valor de 35 mil cruzeiros.

A produção de leite de vaca atingiu a 700 mil litros, no valor de 1 milhão e 400 mil cruzeiros, sendo que grande parte dessa produção foi empregada em 10 mil quilos de manteiga, valendo 550 mil cruzeiros e 22 mil quilos de queijo, no valor de mais de 350 mil cruzeiros.

A agricultura contribuiu com mais de 12 milhões de cruzeiros, destacando-se os seguintes produtos: arroz, com 5 milhões e 200 mil quilos, no valor de mais de 8 milhões de cruzeiros; mandioca, com 3 mil toneladas, custando 3 milhões e 600 mil cruzeiros; 63 mil quilos de feijão, no valor de 630 mil cruzeiros; 87 mil quilos de milho, cujo valor ultrapassou a 340 mil cruzeiros; além de outras culturas de menor expressão econômica, no valor total da agricultura do município.

Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em apurações realizadas no levantamento industrial relativo ao ano de 1955, a posição de Corguinho foi representada pelas cifras abaixo, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos animal	1 660
Indústria de transformação de minerais não metálicos	40
Indústria de produtos alimentares	184
TOTAL	1 884

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 4 estabelecimentos varejistas. As principais transações são mantidas com as praças de Campo Grande e São Paulo, que são ao mesmo tempo abastecedoras e importadoras do município.

Os negócios bancários são realizados através dos bancos que operam na cidade de Campo Grande.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se diretamente apenas com a cidade de Rochedo, num percurso de 21 quilômetros. Com as demais sedes municipais limítrofes liga-se pelos seguintes meios: Rio Verde de Mato Grosso, rodoviário, via Campo Grande, 329 quilômetros; Camapuã, rodoviário, via Campo Grande, 245 quilômetros; Aquidauana, rodoviário, via Campo Grande, 412 quilômetros, ou misto: a) rodoviário até Campo Grande, 108 quilômetros; e b) ferroviário 150 quilômetros; Terenos, rodoviário, via Campo Grande, 144 quilômetros; ou misto: a) rodoviário até Campo Grande, 108 quilômetros; b) ferroviário, 36 quilômetros.

O município é servido por uma linha de ônibus até Campo Grande, com escala na sede municipal de Rochedo.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal na cidade de Corguinho, a única existente em todo o município.

Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 31 de dezembro de 1956, 20 caminhões, 5 camionetas e 1 jipe.

Em todo o município contam-se 5 campos de pouso para pequenas aeronaves, 1 dos quais na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade, de acôrdo com elementos publicados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, contava, em 1954, 82 prédios, distribuídos em 13 logradouros públicos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta a população com 2 dentistas práticos, exercendo a profissão na sede municipal, onde está localizada 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, o município de Corguinho que, na época, era distrito de Rochedo, possuía uma população de 3 815 habitantes, sendo 1 993 do sexo masculino e 1 822 do feminino.

Na mesma data a cidade de Corguinho contava 282 habitantes, de 5 anos e mais. Dêsse total, 129 pessoas (65 homens e 64 mulheres) sabiam ler e escrever e 153 (69 homens e 84 mulheres) eram analfabetos.

ENSINO — No fim do primeiro mês letivo de 1956, de acôrdo com apurações do Departamento Estadual de Estatística, estavam em funcionamento 8 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 7 mantidas pelo Govêrno Estadual e 1 pelo Municipal, com um total de 375 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954, ano da emancipação do município, a 1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	. .	528	519	322
1955.......	—	. . .	562	52	561
1956.......	—	. .	748	27	456

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Anualmente, verificam-se duas manifestações de caráter religioso: a 6 de agôsto, dia dedicado a São Bom Jesus da Lapa, padroeiro da Cidade, e a 8 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Conceição. Ambas as datas são festivamente comemoradas e contam com a participação de todos os católicos.

OUTROS ASPECTOS — Os naturais do município recebem o nome de "corguinhenses".

Corguinho é topônimo originado do córrego do mesmo nome, que banha a cidade.

É têrmo judiciário da comarca de Campo Grande.

CORUMBÁ — MT

Mapa Municipal na pág. 177 do 2.° Vol.
Fotos: págs. 164, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 200, 201, 202, 216, 217, 218, 222 e 230 do Vol. II

HISTÓRICO — O território do Estado de Mato Grosso que hoje constitui as terras formadoras do município de Corumbá foi explorado pela primeira vez em 1524, quando Aleixo Garcia, português de rija têmpera e aventureiro audaz, teve conhecimento, por intermédio de companheiros do pilôto João Dias de Solis — o qual a serviço da Espanha, descobrira, anteriormente, o rio da Prata — que encontrara aı a seguinte tradição entre o gentio: "nas origens do famoso rio, existia uma serra daquele precioso metal (ouro), do qual os ditos selvagens possuíam muitos adornos e utensílios" Conta-nos Antônio Corrêa da Costa, que daí se originou a denominação daquele majestoso rio da Prata "e o qualificativo de argentina que coube à grande república erigida nas suas margens, como complemento e fator da civilização americana".

Fracassada a exploração do rio da Prata, com a morte de Solis, remanescentes de sua comitiva foram aportar em Santa Catarina, daí entrando em contato com Aleixo Garcia, que desde logo acalentou o sonho de procurar aquela riqueza, não trepidando, juntamente com seus confidentes, em penetrar sertões adentro, buscando encontrar o tesouro da Sierra de La Plata.

Diz Antônio Corrêa da Costa que "em 1524 esse temerario aventureiro, com numeroso sequito de indios guarany, partiu de Santa Catarina e, marchando sempre para o Occidente, atravessou os rios Paraná e Paraguay e chegou às raias do Perú realisando uma nova Odysséa sem o Homero que lhe decantasse a proeza e o heroismo". Não se tem conhecimento dos resultados da viagem de Garcia; entretanto, sabe-se que êle percorreu grande parte do rio Paraguai, chegando até o Pôrto de São Fernando, a 19° 20" de latitude Sul, segundo os "Comentários", de Alvaro Nuñes Cabeza de Vaca.

Coube a Juan de Ayolas comandar a segunda expedição ao rio Paraguai, sucedendo assim ao infeliz Aleixo Garcia, em 1538. Era Ayolas lugar-tenente do Adelantado Pedro de Mendonza, "que em 1534 embarcou no Lugar de Barrameda com 2 500 hespanhoes e 150 alemães e flamengos para colonisar o rio da Prata e fundar Buenos Ayres".

Juan de Ayolas penetrou pelo rio Paraguai e depois de muitas vicissitudes, fundou Villeta e conseguiu chegar a Assunção. Aí ficou por um período superior a seis meses, providenciando os elementos essenciais para o prosseguimento da exploração do Alto Paraguai.

Ao alcançar o Pôrto de São Fernando, iniciou a penetração da margem direita do Paraguai, deixando ali o capitão Domingo Martinez de Irala, com uma guarnição de 50 homens, de guarda às embarcações, viajando em direção ao poente, em busca do Peru.

De regresso, "com grande copia de ouro e prata, não encontrou mais Irala" que, findo o prazo estabelecido pelo comandante da expedição, havia regressado a Assunção. Ayola com o pessoal estropiado pela longa jornada, sentindo já a escassez de alimentos, foi socorrido pelos índios Paiaguás, habitantes daquela região.

A atitude hospitaleira dos silvícolas não era mais do que um ardil para captar a confiança dos espanhóis que, desconhecendo aquelas intenções, foram impiedosamente massacrados, quando dormiam descuidadamente. Da chacina, só escapou um índio "Chané", por quem Mendonza soube da trágica ocorrência.

Depois da expedição de Juan Ayolas, sucederam-se as de Álvaro Nuñes Cabeza de Vaca, entre 1542 e 1543, e Domingo Martinez de Irala, em 1546.

A expedição de Cabeza de Vaca atravessou todo o território ocupado pelos índios guaranis, o qual se desenvolvia desde Assunção até ao "Fecho dos Morros", chegando a Itabitam, onde dominavam os paiaguás e os guaxarapós, continuou até chegar à foz do Miranda; prosseguindo na derrota, subindo sempre pelo Paraguai, cruzou a vasta zona alagadiça da Xaraés, "compreendida entre aquelle rio e os Cuyabá, São Lourenço, Taquary e Miranda, cujas aguas a innundam, transformando-a periodicamente em largo mar mediterraneo, o Mar dos Xaraés", e alcançou Lagoa da Gahyva, que Irala havia denominado de "Puerto de Los Reyes", onde fêz acampamento, estabelecendo sua base de operações.

Por motivos que não pôde superar, Cabeza de Vaca viu-se obrigado a regressar a Assunção, onde foi deposto do govêrno, prêso e remetido de volta para a Espanha.

Deposto Cabeza de Vaca, assumiu o Govêrno de Assunção Domingo Martinez de Irala, experiente conhecedor do rio Paraguai, pois ali já estivera acompanhado Ayola e Cabeza de Vaca. O novo governador, cercado dos mais famosos capitães da época, Gonzalo de Mendonza, Miguel de Ruttia, Nuflo Chavez e outros, iniciou a terceira expedição ao rio Paraguai, sendo obstado nos seus passos pelo então Vice-Rei do Peru, Pedro de la Gasca, que mandou intimá-lo a regressar a Assunção, abandonando o Território daquele Vice-Reinado, sob pena de morte. Tal situação chegqu ao conhecimento do Rei de Espanha, que ordenou a substituição de Irala, sem que êsse chegasse a concretizar seus planos em relação ao rio Paraguai.

A quinta e última expedição, em 1557, também ordenada por Irala, estêve sob o comando de Nuflo Chavez, a quem deu instruções de subir o Paraguai até sua nascente.

O intrépido Chavez partiu de Assunção em 1557, al cançou a foz do Jauru "e de etapa em etapa, atravez dos sertões nunca dantes por outrem perlustrados transpoz o Guaporé, entrou pelos vastos planos de Mojos e caminhando sempre para o O, teve a surpreza de topar com o aventureiro André Manso", com quem entrou em disputa pela primazia do território conquistado. Não chegando a qualquer resultado prático quanto ao desfecho da questão, submeteram-na ao julgamento do Vice-Rei do Peru, que deu parecer favorável a Nuflo Chavez que, de regresso a Assunção, em 1560, fundou Santa Cruz de La Sierra.

Em 1566, Nuflo voltava à sua Província de Santa Cruz, tratando logo de organizar nova expedição para desbravar o território existente em direção N.E. que hoje constitui o Estado de Mato Grosso, quando foi assassinado às margens do rio Paraguai, em 1567.

Entretanto, muitos anos depois, o grandioso projeto de Nuflo era integralmente aproveitado pelo capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e capitão-general das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá.

À visão política e ao patriotismo do então Presidente da Província de Mato Grosso, capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, deve-se a fundação de Corumbá e a conquista para o Brasil de grande área à margem direita do rio Paraguai, ameaçada pelos espanhóis do Prata.

Aproveitando-se da circunstância de haverem os espanhóis fundado em 1774 um estabelecimento na foz do Ipané, violando no seu entender tratado de limites então existente que — diga-se de passagem, nunca fôra bem definido e muito menos respeitado pelas partes — procurou estender o território da Capitania sob o seu govêrno, garantindo a posse de enorme área situada à margem direita do grande rio, empregando com energia medidas de alcance político, como seja mandando o capitão Mathias Ribeiro da Costa fundar o Forte de Coimbra, em 13 de outubro de 1775. Por engano, foi o Forte assentado onde se acha, quando

Vista aérea parcial da cidade

deveria ser quarenta léguas mais abaixo, no lugar denominado "Fecho dos Morros".

Sôbre êsse êrro do capitão Mathias, diz Estevão de Mendonça: "Conhecedor da topographia de taes paragens, por descripções que lêra, entre as quaes deveria contar algum trabalho dos expedicionarios de 1753, Luiz de Albuquerque premeditou valer-se do auxílio, que lhe offerecia a natureza, para garantir a navegação do Paraguay, dali para montante. Mas baldou-se-lhe o intento, por erro do Capitão Mathias, que, ao chegar no primeiro estreito, de São Francisco, julgou ter alcançado o Fecho dos Morros, onde lhe prescreviam as minuciosas instruções recebidas assentasse as bases da fortaleza garantidora do dominios lusitanos. Da cinca, geradora de graves consequencias, cometida pelo seu fundador, resultou que fosse o Prezidio de Coimbra construido, não no Fecho dos Morros, como atiladamente planejára Luiz de Albuquerque, mas cerca de 40 leguas a montante e em posição defeituosa, no antigo estreito de S. Francisco".

Luiz de Albuquerque, não satisfeito com o engano do seu axiliar, providenciou a sua substituição pelo sargento-mor Marcellino Roiz Camponês, que, entre outras, recebeu ordens taxativas de explorar o rio Paraguai, a partir de Coimbra "até quatro dias mais de bôa viagem para baixo"

Em conseqüência das explorações do rio Paraguai e ainda pelas constantes incursões depredadoras levadas a efeito pelos índios paiaguás, segundo alguns, ou pelos guaicurus, segundo outros, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação dos presídios de Coimbra, Vila Maria e Albuquerque, "pontos estrategicos, escolhidos para conter os indigenas, do mesmo passo que serviriam para fins politicos". Cuidava, assim, o atilado Governador português de ficar em posição equivalente ou superior à dos espanhóis, instalando aquêles estabelecimentos, inclusive Albuquerque, que iria mais tarde proporcionar o florescimento de Corumbá.

Em 21 de setembro de 1778, é, pois, ocupado o lugar inicial para a fundação do arraial, que recebeu a denominação de "Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque", sendo, então, lavrado o respectivo têrmo de fundação:

"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos setenta e oito, aos vinte e um dias do mes de Setembro do dito anno n'esta Povoação de Albuquerque, situada na margem occidental do Rio Paraguay em hum assento de terra que decorre para o Rio abaixo, mais ou menos aonde o Sargento-Mór Commandante Marcelino Roiz Camponês, em observância das Ordens do Illm.º e Exm.º Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General das Capitanias de Mato-Grosso e Cuyabá, tendo consigo o Capitão-Mór das Conquistas João Leme do Prado, e as Pessoas abaixo nomeadas e assignadas, e o dito Sargento-Mór Commandante tomado Posse para a Corôa de Portugal, mandando levantar huma grande Cruz de pau de ley, limpar terreio, fazer Quartel, e ascender fogo, cassar nos mattos vizinhos, pescar no rio, e pacear de huma e outra parte do dito Terreio, dizendo em vozes altas, primeira, segunda, e terceira vez "Viva El-Rey de Portugal"; cujas palavras em igual vóz todos os circunstantes repetimos outras tantas vezes. E para de toudo constar aos vindouros mandou elle, dito Sargento-Mor Commandante, fazer este auto que assignou adjunto o Capitão-Mór da Conquista com os assistentes e Alferes de Granadeyros Salvador Roiz de Siqueira, o Sargento de Ordenança Manoel Pereira da Silva e os Soldados Dragões Manoel José Correa, Joseph Joaquim de Almeida, Manoel Barboza, e o Sargento da Companhia de Pedestres Alexandre Ferreyra Netto; e commigo José da Fonseca Fontoura e Oliveyra que o escrevy e assigney n'esta povoação de Albuquerque aos vinte e hum dias do mez de Setembro de 1778 — Marcelino Roiz Camponês — João Leme do Prado — Salvador Roiz de Siqueira — Manoel Pereyra de Souza — Alexandre Ferreyra Netto — Manoel José Correa — Joseph Joaquim de Almeyda — Manoel Barboza Paes".

Vista parcial da cidade

Em 1786, Ricardo Franco de Almeida Serra, no "Diário do reconhecimento do rio Paraguai", referindo-se a Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, explica o que era aquela localidade: "Este estabelecimento tem a figura de um grande pateo rectangular; é fechado com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprido e 50 de largura, sendo a sua população de 200 pessôas que aqui plantão milho e feijão, que é superabundante ao annual consumo; tambem ha muito algodão, que aqui mesmo fiado e tecido por ir para Cuiabá a troca das cousas mais necessarias aos moradores; a pesca e a caça abundantissimas, e ainda que esta habitação esteja cercada pelos gentios Payaguás e Aicuruz ou Cavalleiro, contudo pela aspereza do terreno e sua situação que franquea todos estes vastos territorios pelo meio do rio Paraguai, não tem sido até o presente insultado pelo gentio"

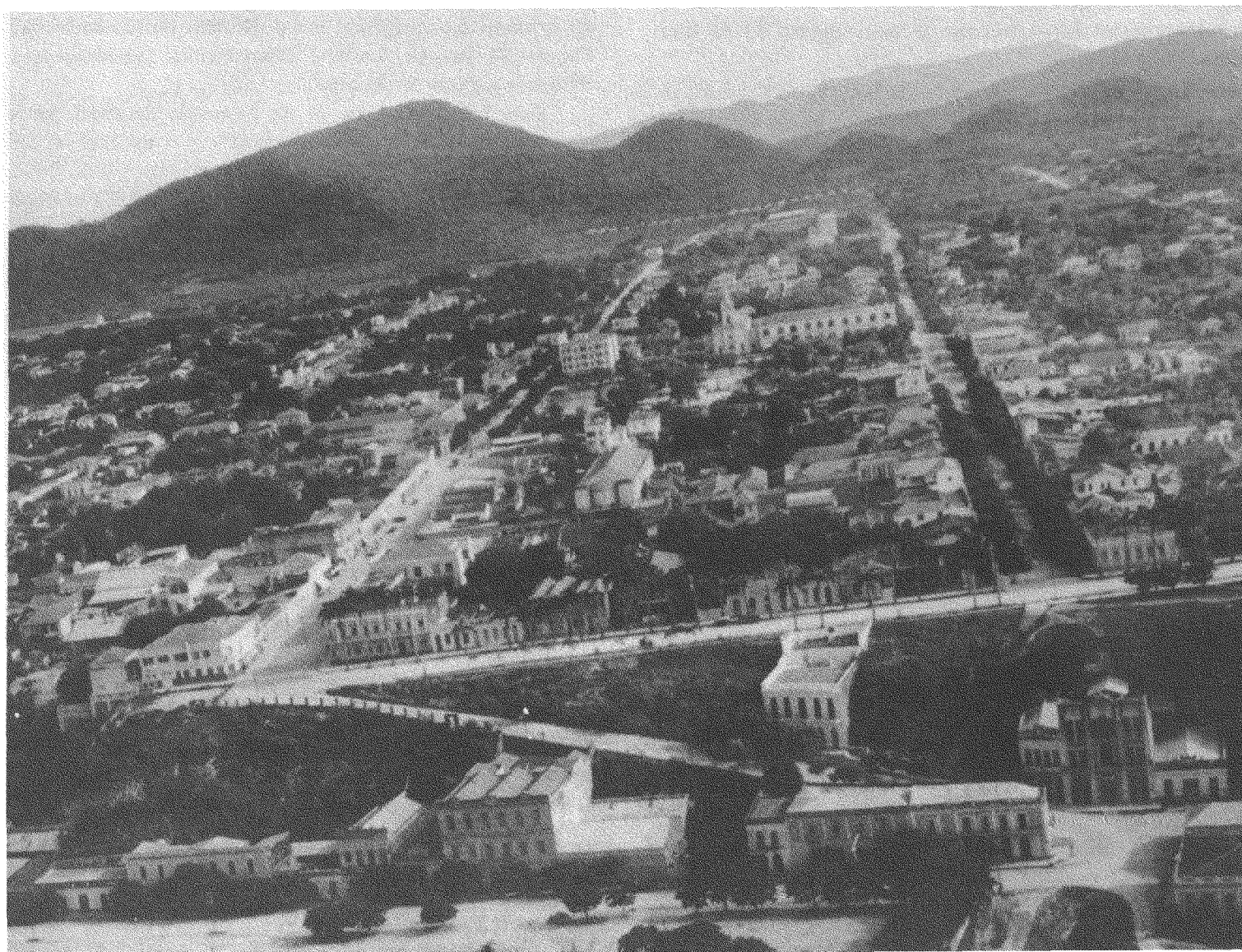
Durante largo período de anos o novo arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, foi mantido como simples pôsto militar, quando então lentamente foi se transformando em povoação, para ser em 1800, completamente destruída por um violento incêndio, que só deixou incólume a então capela ali existente. Estevão de Mendonça, em "Datas Mattogrossenses", refere-se ao acontecimento: "Pelas oito horas da manhã, a povoação de Albuquerque (hoje cidade de Corumbá) é arrazada por um violento incêndio, escapando das chamas ùnicamente a respectiva capela, por ser coberta de telha".

A Lei Provincial datada de 26 de agôsto de 1835, eleva o povoado à categoria de freguesia; outra Lei Provincial, sob n.º 4, de 19 de abril de 1838, transforma a fregue-

Pôrto de Corumbá (em obras)

sia em distrito; em 1859, o Presidente da Província de Cuiabá, tendo em vista o desenvolvimento do distrito de Albuquerque, resolve transferir sua sede para o local em que hoje se ergue a cidade de Corumbá.

Em 1862, foi elevada à categoria de vila, em 10 de julho daquele ano, por Lei Provincial.

Em 1865, a cidade sofre as consequências da guerra do Paraguai quando foi ocupada, sem resistência, pelas fôrças invasoras, sob o comando do coronel Vicente Barrios. Comandava a praça das armas da Província de Mato Grosso em Corumbá, o coronel Carlos Augusto de Oliveira, que às primeiras notícias da invasão, determinou providências para enfrentar o inimigo, mandando, como medida inicial que ninguém aceitou como de eficácia, fechar o rio Paraguai. Entretanto, é sabido que o coronel Oliveira não tinha intenção de fazer frente ao inimigo, tanto assim que, com as primeiras notícias concretas da invasão "confirmadas por participação official conduzida pelo vapor "Jaurú", quebrou-se inteiramente a disposição bellicosa do commandante das armas. A idéia da retirada ficou a descoberto, da sua parte, e se o receio de responsabilidade o conteve, foi apenas para consultar a opinião dos dous officiais de maior patente — o capitão de fragata Francisco Candido de Castro Menezes, chefe da flotilha, e o coronel Carlos de Moraes Camisão, commandante do segundo batalhão. Ambos opinaram pela resistencia, e o ultimo detalhou o seu parecer de modo incisivo: retirada da população incapaz e no caso de insucesso — guerrilhas de recurso. Apontou a cordilheira de Albuquerque para concentração da tropa, fazendo dali irradiar incursões rapidas e assaltos intermittentes contra os invasores. A estas ponderações e a outras, o coronel Carlos Augusto de Oliveira respondeu com ordem da retirada. A partida do vapor de guerra "Anhanbahi", a cujo bordo se refugiara o commandante das armas, e onde fizera

Vista parcial da cidade

embarcar o estado-maior e o segundo batalhão de artilharia, foi uma scena lugubre".

As medidas punitivas contra o pusilânime coronel, adotadas pelo Presidente da Província de Mato Grosso, não se fizeram esperar, considerando que "... depois do desastroso abandono que fez do importante e florescente porto de Corumbá, sem ter visto o inimigo, inutilizando e desmoralizando a fôrça de linha sob o seu commando, a qual até hoje anda dispersa e fugitiva por esses pantanaes invios..." resolveu "... suspender o mencionado coronel Carlos Augusto de Oliveira do exercicio de commandante das armas desta provincia, para ser responsabilizado no fôro competente pelo seu procedimento..." e designado o tenente-coronel Carlos de Moraes Camisão, para o cargo de comandante das armas.

Naquele mesmo ano, 1865, a varíola e as atrocidades dos invasores, dizimam e dispersam seus aterrorizados habitantes, aumentados por refugiados procedentes do Forte de Coimbra. O colapso da vila só é sustado com a sua retomada, em 13 de junho de 1867, pelo Coronel Antônio Maria Coelho, quando então a ela retornam os que haviam fugido ao terror. Quatro anos depois, em 1871, vem a restauração do município, pela Lei provincial de 7 de outubro, suprimido que fôra pela de n.º 6, de 11 de novembro de 1869.

Já em 1873, a Lei provincial n.º 1, de 21 de maio, criava a comarca de Corumbá, declarada de 2.ª entrância em 10 de julho dêsse mesmo ano, e instalada em 19 de fevereiro de 1874.

Virgilio Corrêa Filho comenta em "Mato Grosso", referindo-se ao grande progresso que a vila então experimentava: "Notava-se-lhe, então, o desenvolvimento rápido, auxiliado pelos trabalhos da construção do Arsenal de Marinha, no Ladário, iniciados a 14 de março de 1873, pela isenção de direitos de importação, e outras medidas postas em execução pelo govêrno imperial. Progredindo, foi a 15 de novembro de 1878 elevada à categoria de cidade".

Daí em diante, principalmente a partir de 1900, Corumbá continua em franco progresso, mantendo-se sempre entre as mais importantes cidades — e municípios — do Estado de Mato Grosso, situação que ainda hoje desfruta.

Na divisão administrativa referente a 1911, compreende os distritos de Corumbá, Ladário e Dourados. Em

Aspecto do Pôrto de Corumbá

Nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município aparece ampliado, compreendendo os distritos de Corumbá, Albuquerque, Ladário, Morcêgo, Nhecolândia e Dourados.

No quadro anexo ao Decreto-lei n.º 145, de 29 de março de 1938, compõe-se dos distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar (antigo Dourados), Ladário, Morcêgo, Nhecolândia e Pôrto Esperança.

No quadro territorial fixado pelo Decreto-lei n.º 208, de 26 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município compõe-se dos seguintes distritos: Corumbá, Albuquerque, Amolar, Ladário, Mercedes, Pôsto Esperança e Santa Rosa.

Pelo Decreto-lei Federal n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943 e Decreto Estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Pôrto Esperança passa a integrar o Território de Ponta Porã. Extinto o Território, pelo artigo 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 18 de setembro de 1946, volta o distrito de Pôrto Esperança a integrar o município de Corumbá, com o mesmo topônimo.

No quadro de divisão territorial do Estado fixado para o qüinqüênio 1944-1948, o município se compunha dos distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Ladário, Mercedes e Paiaguás (ex-Santa Rosa).

O Decreto-lei n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixou o quadro territorial para o qüinqüênio 1949-1953, dá o município integrado pelos distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Ladário, Nhecolândia (ex-Mercedes), Paiaguás e Pôrto Esperança.

Pela Lei n.º 679, de 11 de dezembro de 1953, perde o distrito de Ladário que se constitui em município. A Lei n.º 715, de 17 de dezembro de 1953, cria o distrito de Coimbra, com áreas desmembradas dos distritos de Pôrto Esperança e Albuquerque.

De acôrdo com o anexo ao Decreto n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial político-administrativa do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, o município é integrado pelos distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás e Pôrto Esperança.

Nas sucessivas alterações do quadro judiciário do Estado, o têrmo de Corumbá permaneceu inalterado, como único componente da comarca dêsse nome, até dezembro de 1953. De acôrdo com o Decreto estadual n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial político-administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, foi-lhe subordinado como têrmo judiciário o município de Ladário, criado com desmembramento do seu território do distrito do mesmo nome. É comarca de 2.ª entrância.

Atualmente o município é administrado pelo Senhor Otacílio Faustino da Silva, eleito em 1953, tomando posse em 29 de setembro do mesmo ano. A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Corumbá localiza-se na zona do pantanal mato-grossense, integrando a bacia do Paraguai. Limita com os municípios de Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Itiquira, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauana, Miran-

da e Ladário, além de ser fronteira internacional com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai. São seus pontos extremos: latitude N. 17° 09' 54"; S. 19° 38' 45'; e longitude E. 55° 08' 45" e O. 57° 53' 15"

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade de Corumbá, situada à margem direita do rio Paraguai, sôbre uma formação calcária, possui as seguintes coordenadas geográficas: 18° 59' 24" de latitude Sul e 57° 39' 00" de longitude W.Gr. Situa-se a 410 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado.

ALTITUDE — Está a 116 metros acima do nível do mar, na sede municipal, colocando-se em 56.° lugar entre os demais municípios do Estado de Mato Grosso.

CLIMA — O clima de Corumbá classifica-se como do tipo tropical úmido, com chuvas iniciadas, geralmente, em outubro, indo até março, sendo o período mais intenso entre fins de dezembro e durante todo o mês de janeiro. A temperatura máxima ocorrida em 1956, foi de 40,8°C, e a mínima 4,6°C.

ÁREA — O município de Corumbá possui 69 915 quilômetros quadrados, colocando-se em 5.° lugar em extensão territorial no Estado, só superado pelos seguintes municípios:

Chapada dos Guimarães	204 304
Barra do Garças	194 826
Aripuanã	145 510
Diamantino	133 447
CORUMBÁ	69 915

Ocupa, assim, 5,34% da área total do Estado de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Paraguai, extenso e caudaloso, navegável em quase todo o seu percurso; e mais os seguintes: Itiquira, limite natural com o município de Barão de Melgaço; Taquari, um dos principais afluentes do Paraguai; São Lourenço, que faz os limites do município com o de Poconé; os morros do Amolar, Dourados, Trombas, Urucum, Santa Cruz, Grande e Conselho, integrantes da serra dos Dourados, que se prolonga até Coimbra; a serra da Bodoquena, menos elevada e menor em extensão do que a de Albuquerque, servindo de limite com o município de Miranda.

RIQUEZAS NATURAIS — Como principal riqueza extrativa mineral existente no município, destacam-se as imensas jazidas de manganês, atualmente em franca exploração industrial; grandes aflorações de pedras calcárias, já aproveitadas para fins econômicos; areia para construção e barro para tijolos e telhas. Na vegetal, destacam-se as madeiras de lei e lenha para fins industriais e domésticos. Como principal riqueza animal, salienta-se a grande piscosidade do rio Paraguai, riqueza essa que coloca o município como um dos maiores centros pesqueiros do Estado de Mato Grosso; no pantanal, encontra-se rica variedade de animais silvestres, representando grande parte da extraordinária fauna mato-grossense.

POPULAÇÃO — O município de Corumbá, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 38 734 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 20 096 pessoas eram do sexo masculino e 18 638, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 8 494 homens e 9 111 mulheres, num total de 17 605 habitantes; no suburbano, 3 440 pessoas do sexo masculino e 3 291, do feminino, totalizando 6 731 habitantes; e no quadro rural, um total de 14 398 habitantes, dos quais 8 162 do sexo masculino e 6 236, do feminino. A zona rural concorria com 37,17% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 8 851 homens e 8 506 mulheres, num total de 17 357 pessoas; pretos, 791 pessoas do sexo masculino e 639, do feminino, totalizando 1 430 habitantes; amarelos, 14 homens e 14 mulheres, num total de 28 pessoas; e pardos, 10 323 homens e 9 348 mulheres, ou seja, um total de 19 671 habitantes. Sem declaração de côr, 248 pessoas.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 7 016 homens e 4 813 mulheres, num total de 11 829 pessoas; casadas, 9 116 pessoas, das quais 4 494 homens e 4 622 mulheres; desquitados e divorciados, 21 homens e 25 mulheres, num total de 46 pessoas; e viúvos, 289 homens e 1 018 mulheres, totalizando 1 307 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 18 773 homens e 17 742 mulheres, num total de 36 515 habitantes; brasileiros na-

turalizados, 53 homens e 21 mulheres, num total de 74 habitantes; estrangeiros, 1 269 habitantes do sexo masculino e 874, do feminino, num total de 2 143 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 2 habitantes, dos quais 1 homem e 1 mulher.

Segundo a religião, 18 161 homens e 16 835 mulheres, num total de 34 996, declararam-se católicos romanos; 779 habitantes, dos quais 376 homens e 403 mulheres, protestantes; 1 038 homens e 1 073 mulheres, totalizando 2 111 habitantes, declararam-se espíritas; 1 mulher, budista; 5 homens e 2 mulheres, israelitas; 21 homens e 17 mulheres, ortodoxos; 28 homens e 13 mulheres, maometanos; 54 homens e 59 mulheres, outras religiões; sem religião, 496 pessoas, das quais 326 homens e 170 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião um total de 152 pessoas, sendo 87 homens e 65 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Corumbá (sede), 18 725 habitantes na cidade e 4 016 na zona rural; distrito de Albuquerque, 434 habitantes na vila e 1 243 na zona rural; distrito de Amolar, 195 habitantes na vila e 411 na zona rural; distrito de Ladário, 3 448 habitantes na vila e 460 na zona rural; distrito de Nhecolândia, 302 habitantes na vila e 3 196 na zona rural; distrito de Paiaguás, com 58 habitantes na vila e 4 459 na zona rural; e, distrito de Pôrto Esperança, 1 174 habitantes na vila e 613 na zona rural.

A cidade de Corumbá, com a população já descrita, sendo 9 034 habitantes do sexo masculino e 9 691 do feminino colocava-se em 3.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento de 1950, superando-a, apenas, as seguintes:

1 —	Campo Grande	31 708 hab.
2 —	Cuiabá	23 745 hab.
3 —	Corumbá	18 725 hab.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, o município de Corumbá contava com os seguintes aglomerados urbanos: cidade de Corumbá, com a população já descrita; Albuquerque, com 434 habitantes; Amolar, com 195 habitantes; Nhecolândia, com 302 habitantes; Paiaguás, com 58 habitantes e Pôrto Esperança, 1 174 habitantes. Foi excluída a vila de Ladário, atual sede do município de igual topônimo.

Segundo elementos colhidos pela Agência Municipal de Estatística, relativos ao ano de 1954, existiam mais os seguintes aglomerados: povoados de São Domingos, Bracinho, Cedral, Bananal e Urucum, com uma população variável entre 200 a 350 habitantes; povoados Aguaçu e Campo Novo, com 115 e 120 habitantes, respectivamente; Dourados, Palmital, Penha, Acorizal e Bom Fim, com menos de 50 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária é a principal fonte econômica do município. Nêle está situado o maior rebanho de bovinos do Estado, contribuindo de maneira decisiva para essa vantajosa situação, os distritos de Nhecolândia e Paiaguás. Em 1956, em 31 de dezembro, era a seguinte a posição dos diversos rebanhos formadores da população pecuária do município de Corumbá:

Bovinos, 1 808 000 cabeças, no valor de .... Cr$ 5 068 000 000,00; equinos, 40 000 cabeças, no valor de Cr$ 100 000 000,00; muares, 790 cabeças, no valor de Cr$ 3 002 000,00; suínos, 82 000 cabeças no valor de Cr$ 32 800 000,00; ovinos, 74 000 cabeças no valor de Cr$ 25 280 000,00; caprinos, 98 000 cabeças, no valor de Cr$ 34 300 000,00, números êsses que totalizam uma população pecuária composta de 2 102 790 cabeças, no valor de Cr$ 5 263 382 000,00.

Em relação à pecuária, a agricultura contribui modestamente para a economia do município, como se verifica pela seguinte discriminação:

Banana, 120 000 cachos, no valor de Cr$ 6 000 000,00; cana-de-açúcar, 4 300 t, no valor de Cr$ 3 010 000,00; mandioca mansa, 750 t, no valor de Cr$ 2 250 000,00; frutas cítricas, 14 400 centos, no valor de Cr$ 1 848 000,00; arroz, 171 000 kg, no valor de Cr$ 1 026 000; milho, 216 000 kg, no valor de Cr$ 900 000,00; batata-doce, 212 t, no valor de Cr$ 805 600,00; feijão, 67 500 kg, no valor de .... Cr$ 675 000,00; melancia, 65 000 frutos, no valor de Cr$ 650 000,00; abacaxi, 58 000 frutos, no valor de .... Cr$ 580 000,00; algodão herbáceo, 39 000 kg, no valor de Cr$ 520 000,00; outras culturas, Cr$ 856 600,00, totalizando Cr$ 19 121 200,00.

A industrialização do município se processa de modo animador. Assim é que, em 1955 segundo apurações efetuadas pelo Departamento Estadual de Estatística, foram os seguintes os resultados das diversas indústrias existentes no município, em milhares de cruzeiros:

	Cr$
Indústria de transformação de minerais não metálicos	13 214
Indústria metalúrgica	21 890
Indústria da construção e montagem do material de transporte	2 089
Indústria de madeira	3 943
Indústria do mobiliário	555
Indústria química e farmacêutica	4 325
Indústria de produtos alimentares	95 194
Indústria de bebidas	20 673
Indústria editorial e gráfica	2 139
Construção civil	650
Serviços industriais de utilidade pública	8 957
TOTAL	173 629

Aspecto parcial da cidade

Verifica-se, assim, a predominância das indústrias de produtos alimentares, as quais concorreram com 49,90% para o total da produção industrial de Corumbá. Segue-se-lhe a indústria de transformação metalúrgica, com .... 12,80%. O índice de produção mais baixo foi revelado pela indústria do mobiliário, cêrca de 0,20%.

Na discriminação acima, não está computada a extração de minério de ferro (manganês), que atingiu naquele ano 15 000 toneladas, no valor de Cr$ 2 600 000,00 e pedra calcária, com 467 toneladas, no valor de Cr$ 93 000,00.

Das indústrias focalizadas, acham-se em franca expansão as de fabricação de cimento, beneficiamento de trigo e a de ferro gusa, as mais recentemente instaladas, cuja capacidade maior de produção ainda não foi atingida.

Observa-se que o município está caminhando, gradativamente, para uma completa transformação de sua base econômica, isto é, da pecuária para a indústria de transformação.

A produção do pescado, exclusivamente para abastecimento dos habitantes de Corumbá, pois não há exportação, foi estimada, no ano de 1956, em 240 000 quilos, no valor de Cr$ 2 820 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante desenvolvido o comércio corumbaense, constituído de 14 estabelecimentos atacadistas e 482 varejistas, presumindo-se existir em todo o município, perto de 530 casas comerciais.

O movimento bancário se processa através de 1 matriz e 5 agências ou sucursais. Possui igualmente uma agência da Caixa Econômica Federal, subordinada à Matriz em Cuiabá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ponto terminal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, é também o quilômetro inicial da Estrada de Ferro Brasil—Bolívia, que demanda às costas do Pacífico, via La Paz, atualmente já construída até Santa Cruz de la Sierra. Oito estações e dois pontos de parada ferroviários estão localizados no município.

Em média 5 aviões comerciais e 8 particulares, fazem pouso no aeroporto da sede municipal, diàriamente.

É centro de irradiação da navegação fluvial para os portos de Cáceres, Cuiabá e Pôrto Murtinho e ainda Assunção, Montevidéu e Buenos Aires.

Liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Cáceres — fluvial, 720 quilômetros ou aéreo, 320 quilômetros; Poconé — misto: a) fluvial ou aéreo até Cáceres e b) rodoviário, 198 quilômetros; Barão de Melgaço — fluvial, 752 quilômetros; Santo Antônio de Leverger — fluvial, 824 quilômetros; Ladário — rodoviário, 6 quilômetros; Miranda — ferroviário, 230 quilômetros; Aquidauana — aéreo, 260 quilômetros ou ferroviário, 308 quilômetros; Coxim — fluvial, 320 quilômetros; Pôrto Murtinho — aéreo, 290 quilômetros ou fluvial, 320 quilômetros; Rio Verde de Mato Grosso — misto: fluvial até Coxim, 320

Aspecto do Jardim Público

10 — 24 930

quilômetros e rodoviário, 72 quilômetros. Não possui ligação direta com o município de Itiquira, que é feita via Cuiabá.

Dista da Capital do Estado via aérea, 415 quilômetros ou fluvial, num percurso de 864 quilômetros.

Na cidade de Corumbá existem 6 emprêsas de transporte rodoviário com tráfego nas zonas urbana e suburbana, servindo ainda a cidade de Ladário, situada a 6 quilômetros de Corumbá. E mais 4 emprêsas de navegação fluvial, mantendo linhas em tráfego entre Corumbá e Montevidéu, Cuiabá, Cáceres, Pôrto Murtinho, Pôrto Epitácio, Guaíra, Jupiá, Pôrto Tupi e Pôrto Juraci.

Estão localizados na sede municipal um Pôsto Telegráfico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, subsidiàriamente, presta serviço ao público, e uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A Prefeitura Municipal explora um serviço telefônico, mantendo em funcionamento 467 aparelhos, além de um Pôsto na vizinha cidade de Ladário.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Corumbá, com 18 725 habitantes, possuía em 1954, segundo informa o Serviço E. Educação e Cultura, 134 logradouros públicos, dos quais 8 pavimentados, 37 arborizados e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Dêsses logradouros, 26 possuíam iluminação elétrica, prestada por intermédio de 1 380 focos; 48 dêsses logradouros eram abastecidos por água canalizada. Dos 4 610 prédios existentes, 3 630, segundo informa a Agência Municipal de Estatística, em dezembro de 1956, possuíam ligações elétricas domiciliares e 2 650 eram servidos por abastecimento de água.

Destacam-se, na cidade, os seguintes edifícios: Prefeitura Municipal, Cine-teatro Tupi, Cine-teatro Santa Cruz, Ginásio Imaculada Conceição, Colégio Estadual Maria Leite, Ginásio Salesiano Santa Tereza, Agência do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, Capitania dos Portos, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Banco do Brasil S. A., Banco Itaú S. A., Grande Hotel de Corumbá, Corumbaense Futebol Clube e Hospital de Caridade de Corumbá.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio dos seguintes estabelecimentos: Ambulatório Médico-Dentário da Seleta Sociedade Caritativa Humanitária; Hospital de Caridade de Corumbá, com 156 leitos disponíveis, mantido pela Sociedade de Beneficência de Corumbá; Maternidade de Corumbá, da mesma Sociedade, com 22 leitos disponíveis e igual número de berços; Ambulatório Médico do I.A.P.E.T.C. e Pôsto de Higiene do 8.º Distrito Sanitário, do Govêrno do Estado.

Na cidade de Corumbá estão localizadas 10 farmácias, inclusive 4 drogarias; exercem suas atividades profissionais 16 médicos, 14 dentistas e 5 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é mantida pelas seguintes entidades: Paróquia de Nossa Senhora da Candelária, Asilo São José para velhos desamparados, Serviço de Assistência Social da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Serviço de Assistência aos Necessitados da União Espírita Corumbaense, Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, Sociedade Beneficente Corumbaense e Serviço de Assistência aos Menores de Corumbá.

Existem 2 cooperativas na cidade: Sociedade Cooperativa Agropecuária de Corumbá Ltda, com 334 sócios em 31 de dezembro de 1955, e Cooperativa de Consumo dos Bancários de Corumbá Ltda., com 40 associados naquela mesma data.

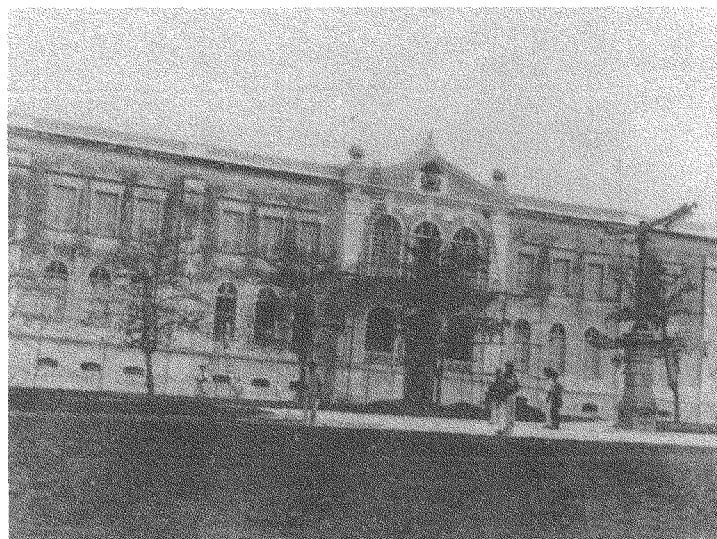
ALFABETIZAÇÃO — Segundo resultados do Recenseamento Geral de 1950, era de 32 177 pessoas, a população maior de 5 anos e mais; dêsse total, sabiam ler e escrever 19 135 habitantes, ou seja, mais de 59% sôbre aquêle total. Eram analfabetos 9 373 habitantes.

Na cidade de Corumbá, existiam 15 832 pessoas maiores de 5 anos, das quais sabiam ler e escrever 11 429, sendo 5 776 do sexo masculino e 5 653, do feminino; eram analfabetas 4 403 pessoas, sendo 1 842 homens e 2 561 mulheres. Nas vilas de Albuquerque, Amolar, Nhecolândia, Paiaguás e Pôrto Esperança, a população maior de 5 anos e mais era composta de 1 784 pessoas; dêsse total, sabiam ler e escrever 942 habitantes, sendo 556 homens e 386 mulheres; eram analfabetos 510 homens e 432 mulheres, num total de 842 pessoas.

Na zona rural existiam 11 722 habitantes de 5 anos e mais sendo que sabiam ler e escrever 4 648 pessoas das quais 2 806 homens e 1 842 mulheres; eram analfabetas 7 074 pessoas, das quais 3 958 do sexo masculino e 3 116, do feminino.

ENSINO — Em 1956 o ensino primário fundamental comum no município de Corumbá, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em resultados relativos ao primeiro mês letivo, foi mantido por 13 estabelecimentos estaduais, com 1 153 matrículas iniciais; 4 municipais, com 670; e 14 particulares, com 2 596 matrículas.

Na cidade de Corumbá funcionam 6 estabelecimentos de ensino médio, sendo 3 ginasiais, 1 colegial, 1 comercial e 1 normal. Essas unidades tiveram, naquele ano, uma matrícula inicial de 894 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal de Corumbá existem as seguintes bibliotecas: Biblioteca Pública Municipal, mantida pela Prefeitura Municipal, possuindo, em 31 de dezembro de 1956, 4 168 volumes, sendo 4 000 devidamente catalogados; Biblioteca da União Espírita Corumbaense, restrita aos filiados da União, com cêrca de 1 800 volumes; Biblioteca do Ginásio Salesiano Santa

Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Teresa, com um acervo de 1 300 volumes, restrita aos professôres do Ginásio; e Biblioteca do Ginásio Imaculada Conceição, também restrita, possuindo cêrca de 1 200 volumes.

Circulam na cidade os seguintes jornais: "União", mensal, com uma tiragem média, por edição, de 1 000 exemplares; "O Momento", diário vespertino, com uma tiragem média, por edição, de 650 exemplares; e "Tribuna", diário matutino, com uma tiragem de 1 000 exemplares.

Possui Corumbá uma estação radiodifusora, prefixo ZYA-2, inaugurada em 22 de setembro de 1940, irradiando em ondas médias de 1 490 quilociclos; 2 cine-teatros (Santa Cruz, com capacidade para 1 500 espectadores e o Tupi, com capacidade para 1 100); 2 associações esportivas culturais e 5 sociais, desportivas e culturais, congregando um total de 3 667 pessoas nos seus quadros sociais, em 31 de dezembro de 1956.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	8 152	11 485	5 967	5 525	6 022
1951	11 275	16 918	6 754	3 051	6 817
1952	14 573	19 455	6 942	3 924	8 878
1953	18 350	21 357	9 742	5 824	8 084
1954	19 602	21 767	14 230	7 880	6 913
1955	27 235	31 198	13 601	9 323	9 203
1956	50 098	22 552	14 000	7 503	13 873

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em 11 de abril de 1853, foi determinada a instalação de u'a Mesa de Rendas na povoação de Albuquerque, fato que se realizou dois anos depois, na presença do tenente-coronel Joaquim Timóteo Ribeiro; o órgão arrecadador então instalado recebeu a denominação de "Mesa de Rendas de Albuquerque em Corumbá".

Em 6 de outubro de 1856, partiu de Buenos Aires com destino à povoação de Albuquerque em Corumbá, a escuna "Leverger", a primeira embarcação despachada para Mato Grosso.

Em 1859, o Presidente da Província, o Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, mandou demarcar a área destinada a edificação da cidade de Corumbá.

Em 21 de dezembro de 1858, por iniciativa do comerciante Manoel Cavassa, teve início a construção da primeira casa de material na povoação de Albuquerque de Corumbá.

Em 1.º de maio de 1861, é instalada a Alfândega de Albuquerque em Corumbá, cujo funcionamento é interrompido em 2 de janeiro de 1865 e restabelecido em 20 de fevereiro de 1872.

Em 17 de março de 1872, Frei Mariano de Bagnáia, vigário da vila de Corumbá, procede à bênção e assentamento da pedra fundamental da igreja matriz; a comissão promotora das subscrições populares destinadas à construção do templo, estava assim constituída: Administrador — coronel Manoel de Almeida Lôbo d'Eça; Tesoureiro — frei Mariano de Bagnáia; Procurador — Miguel Paes de Barros e Secretário — Joaquim Timóteo Ribeiro.

Em 10 de julho de 1874, é instalada em Corumbá a Capitania dos Portos de Mato Grosso.

Em 21 de fevereiro de 1892, é fundada a Sociedade Portuguêsa de Beneficência 1.º de Dezembro, sendo sócios fundadores os Senhores João Leite Ribeiro — Presidente Iniciador; Manoel Dias de Pinho — Presidente; Albino Dias da Costa — Vice-Presidente; Joaquim Caetano Vitório — Tesoureiro; Eduardo Tavares de Mattos — 1.º Secretário; e Manoel Pereira Júnior — 2.º Secretário.

Em 18 de janeiro de 1877, aparece "O Iniciador", o primeiro jornal publicado em Corumbá.

Em 3 de maio de 1896, é iniciado em Corumbá o serviço de iluminação pública, com lampeões a querosene.

Em 30 de maio de 1897, inicia-se o serviço de abastecimento d'água, conduzida do rio Paraguai para depósitos de ferro colocados na praça da República. Sòmente em 1912, foi inaugurado o serviço de abastecimento domiciliar.

Em 1.º de janeiro de 1904, é inaugurada a estação telegráfica de Corumbá.

Em 3 de maio de 1908, é iniciada a construção da Estrada de Ferro "Itapura—Corumbá" (atual Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), com o lançamento da pedra fundamental da estação de Pôrto Esperança.

Em 6 de maio de 1909, trafega a primeira locomotiva da Estrada de Ferro "Itapura—Corumbá", até Pôrto Esperança.

Em 6 de janeiro de 1912, são inaugurados os serviços de abastecimento d'água encanada e de luz elétrica pública e domiciliar.

Em 24 de março de 1912, aparece o jornal "A Tribuna" (atualmente ainda em circulação e considerado o mais antigo do Estado de Mato Grosso).

Em 18 de outubro de 1913, a Companhia Argentina de Navegação Mihanovitch Limitada inaugura a linha regular de navegação entre Buenos Aires e Corumbá.

Em 30 de dezembro de 1913, a Prefeitura Municipal contrata, com o Senhor Artur Josetti, o estabelecimento de uma rêde telefônica em Corumbá.

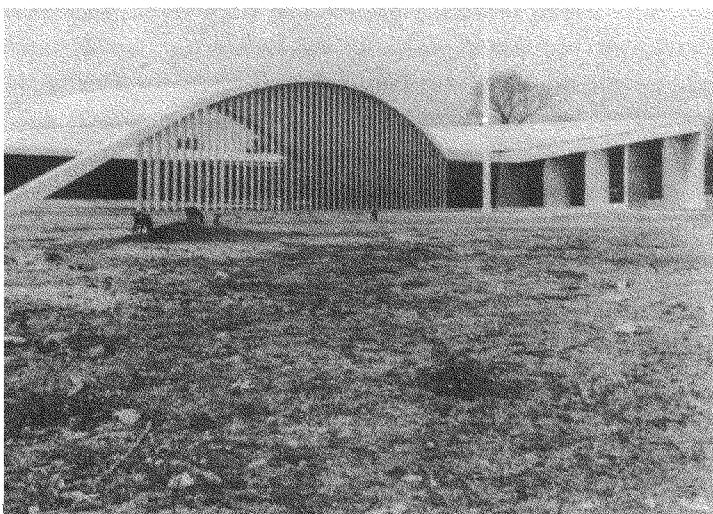
Em 12 de outubro de 1914, é inaugurada, oficialmente, a Estrada de Ferro "Itapura—Corumbá".

Em 24 de setembro de 1930, o Sindicato "Condor" Ltda. inaugura a primeira linha aérea em Mato Grosso, entre Corumbá e Cuiabá.

Em 9 de setembro de 1938, chega a Corumbá a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, encarregada de construir a ferrovia Brasil—Bolívia, entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra.

Em 11 de dezembro de 1941, inicia-se a construção do trecho da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre Corumbá e Pôrto Esperança.

Os principais monumentos históricos existentes na cidade, são os seguintes: na Praça da Matriz, onde, segundo consta, tombou o herói Cunha e Cruz, um obelisco em homenagem "Aos Heróis da Retomada de Corumbá"; no Jardim da Independência, um grande monumento em homenagem ao Marechal Antônio Maria Coelho; no início da Ladeira José Bonifácio de Andrade e Silva, um busto de bronze, em homenagem ao Patriarca da Independência.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Manifestações religiosas: festa de Nossa Senhora da Candelária, padroeira de Corumbá, em 2 de fe-

Ginásio Estadual Maria Leite

vereiro; e festa de São João, concluída com o "banho do Santo", no rio Paraguai.

Destacam-se as seguintes efemérides na vida municipal:

2 de janeiro de 1865 — Corumbá cai em poder das fôrças paraguaias sob o comando de Vicente Barrios.

1.º de agôsto de 1866 — O tenente-coronel Hermógenes Cabral, comandante da guarnição paraguaia, faz embarcar para Assunção, todos os prisioneiros que se encontram em Corumbá.

13 de junho de 1867 — O tenente-coronel Antônio Maria Coelho, comandando soldados do Exército, da Guarda-Nacional e voluntários, toma de assalto a vila de Corumbá, sob o domínio dos paraguaios.

17 de agôsto de 1872 — é instalada a Câmara Municipal da vila de Santa Cruz de Corumbá.

14 de março de 1873 — Por ordem do Ministro Joaquim Ribeiro da Luz, o capitão-de-fragata Manoel Ricardo da Cunha Couto inicia a continuação do arsenal de Marinha, no lugar denominado Ladário, à margem direita do rio Paraguai.

31 de janeiro de 1889 — chega a Corumbá, Deodoro da Fonseca, noméado por Decreto de 15 de dezembro de 1888, para comandar a fôrça expedicionária que deveria permanecer em Corumbá, durante o período da questão diplomática entre o Paraguai e a Bolívia, motivada pela ocupação de "Puerto Pacheco".

22 de janeiro de 1890 — É organizada em Corumbá uma Junta Governativa Provisória para o Estado de Mato Grosso, como conseqüência do movimento que pretendia a deposição do Presidente Manoel José Murtinho.

29 de agôsto de 1894 — falece em Corumbá o Marechal Antônio Maria Coelho, herói da "Retomada".

10 de março de 1903 — chega a Corumbá a expedição militar sob o comando do general João Cesar Sampaio, composta dos Batalhões 16.º, 25.º e 29.º de Infantaria. Essa expedição, que veio para Mato Grosso nos vapôres Itapaci, Itaperuna e Itaituba, foi organizada tendo em vista a questão do Brasil com a Bolívia, sôbre o Território do Acre, dela fazendo parte, no pôsto de cabo, Getúlio Dorneles Vargas, futuro Presidente do Brasil.

27 de julho de 1941 — O Presidente Getúlio Dorneles Vargas chega a Corumbá, inaugurando o dique sêco do Arsenal da Marinha de Ladário e o primeiro trecho construído da ferrovia Brasil—Bolívia, compreendido entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra.

VULTOS ILUSTRES — Olegário Moreira de Barros — nascido em Corumbá a 6 de março de 1890. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu em Cuiabá os cargos de Chefe de Polícia, Consultor Jurídico, Procurador-Geral, Juiz de Direito, Secretário-Geral do Estado, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça tendo nessa qualidade sido nomeado Interventor Federal de Mato Grosso governando o Estado de 8 de novembro de 1945 a 8 de julho de 1946. É membro da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupa a cadeira n.º 34, patrocinada pelo poeta José Tomás de Almeida Serra.

Henrique Rodrigues Valle — nascido em Corumbá, em 26 de maio de 1915. Cônsul de 2.ª classe do Itamarati. Secretário da Delegação Brasileira à Conferência Interamericana sôbre Problemas da Guerra e da Paz, realizada no México, em 1945; Secretário da Delegação do Brasil à Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas, realizada em São Francisco, em 1945; Secretário da Delegação do Brasil à reunião do Comitê Executivo da Comissão Preparatória das Nações Unidas, em Londres — 1945; e Secretário da Delegação do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 1946, além de várias outras importantes missões no exterior.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A baía de Cáceres, onde viceja em abundância a vitória-régia; Urucum, a 24 quilômetros da cidade, água excelente, local de veraneio das famílias mais abastadas, nos meses de maior calor em Corumbá; as salinas de Nhecolândia, em pleno pantanal corumbaense, em número de 90, aproximadamente; Forte de Coimbra, grande patrimônio histórico, atualmente ocupado pelas fôrças do Exército Brasileiro; "Gruta do Inferno", já mencionada por Severiano da Fonseca, em seu livro "Viagem ao redor do Brasil"; Moinho de Trigo, Fábrica de Cerveja, Usina Siderúrgica e Fábrica de Cimento, são outros motivos de atração turística existentes no Município de Corumbá, além do grande pantanal corumbaense.

Corumbá, vocábulo de origem tupi-guarani, ainda é objeto de controvérsias entre os etnógrafos que já estudaram o assunto. Nos elementos para a Monografia de Corumbá, elaborados pela Agência Municipal de Estatística, encontra-se uma citação, sem a necessária indicação do autor, que esclarece "...Mato Grosso não podia escapar a essa influência (refere-se a influência tupi-guarani na nomenclatura de cidades, vilas, povoados, ruas e acidentes geográficos brasileiros) mas, como tem seus limites com a República do Paraguai, recebeu dêsse país grande quantidade de vocábulos guaranis, que, adulterados e corrompidos na sua equivalência etimológica, existem hoje espalhados por todo recanto do Estado, assinalando cidades, rios, etc. Entre êsses vocábulos que provêm do guarani, encontra-se o que deu origem ao nome de Corumbá. A palavra Corumbá e, incontestàvelmente, de origem guarani, e achamos que a mesma nasceu do vocábulo "curupáh" O têrmo "curu" quer dizer: *empolado, granuloso* e "mbá" ou "páh", derivado de "etá", aplica-se como desinência em grande número de palavras tupis-guaranis, com a significação de muito, abundante. — Em guarani dá-se o nome

de "curupáh" à *aroeira* e "curupahy" ao *angico,* visto a casca dessas árvores apresentar protuberâncias em forma granulosa. Portanto, parece fora de dúvida que a palavra *Corumbá* originou-se do vocábulo guarani "curupah" ou "curumbá" e significa *mata de aroeira.* Há mais uma circunstância que, a nosso ver, contribui para a afirmativa que acabamos de fazer: nas cercanias desta cidade ainda existe apreciável quantidade de aroeiras.

Já João Batista de Souza, no seu livro "Amambaí — a sua etimologia e a sua pronúncia ante o tupi-guarani", informa: "Corumbá" — banco de cascalho — cidade do estado de Mato Grosso, situada à margem direita do rio Paraguai.

Os que nascem no município de Corumbá recebem a denominação de "corumbaenses", simplesmente.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal de Corumbá, 401 automóveis comuns, 36 jipes, 12 ônibus e 3 ambulâncias; quanto aos veículos de carga, existiam 243 caminhões, 110 camionetas, 8 de diversos tipos e 8 tratores.

Na Sede Municipal estão localizados 14 estabelecimentos de conservação, abastecimento e reparação de veículos.

A Prefeitura de Corumbá mantém um "Hôrto Florestal" que tem como principal finalidade o estudo e atividade relativos a silvicultura e preparo de mudas para plantio, sendo que, dos 82 994 metros quadrados que constituem o referido "Hôrto", existem plantados 33 450.

O Ministério da Agricultura mantém um "Pôsto Agropecuário" na fazenda Firme, no distrito de Nhecolândia.

O município de Corumbá é sede de Comarca, subordinando os têrmos de Corumbá e Ladário e mais os distritos judiciários de Corumbá, Amolar, Nhecolândia, Paiaguás, Ladário, Albuquerque, Coimbra e Pôrto Esperança.

Na sede municipal funcionam: 2 paróquias, 4 igrejas do culto protestante e 1 do culto espírita.

28 quarteirões da cidade são pavimentados a paralelepípedos e 52 outros de terra calcária melhorada.

COXIM — MT

Mapa Municipal na pág. 179 do 2.º Vol.
Foto: pág. 212

HISTÓRICO — A grande tribo dos índios caiapós precedeu aos civilizados no povoamento da região, onde hoje se encontra o município de Coxim.

No século XVII, essa região foi alcançada pelos preadores de índios, procedentes de São Paulo.

Após a descoberta das minas de ouro de Cuiabá, tornou-se essa região o caminho mais freqüente na ligação São Paulo—Cuiabá, utilizando-se das bacias fluviais do Paraná e Paraguai, servindo-se dos rios Parco e Coxim no seu entremeamento.

Em 1723, no varadouro aberto entre o rio Pardo e o ribeirão Camapuã, afluente do Coxim, os Irmãos Lemes criaram um sítio para abastecimento e proteção aos navegantes expedicionários, e que teve o nome de fazenda Camapuã.

A iniciativa dos Irmãos Lemes foi secundada, em 1729, quando Domingos Gomes Melliago, com os sertanistas Antônio de Souza Bastos, Manoel Caetano e os padres Antônio de Moraes e José de Frias, estabeleceram o arraial de Belliago, à margem direita do rio Taquari.

A criação do arraial de Belliago ou do Coxim, nome também pelo qual era conhecido, foi inspirada pelo ouvidor Antônio Lanhas Peixoto, com o intuito de prestar socorro às monções que vinham de São Paulo ou para lá se destinavam.

Em 1850 foi criado o destacamento militar do Piquiri, ficando o arraial sob a sua jurisdição.

A Resolução n.º 9, de 1862, do Governador da Província, Herculano Ferreira Pena, criou o Núcleo Colonial de Taquari junto ao Arraial de Belliago ou do Coxim.

Foi elevado a freguesia, sob a invocação de São José e com a denominação de Herculânea, em homenagem ao conselheiro Herculano Ferreira Penna, que muitos benefícios lhe prestou, quando Governador da Província.

Progrediu assim o povoado, quando os paraguaios invadiram o Brasil, e, no dia 24 de abril de 1865, dominaram a povoação e tôda a região, estabelecendo o seu quartel-general no lugar denominado Fazenda São Pedro, ali armazenando o produto do saque de tôdas as fazendas circunvizinhas.

A notícia dessa ocupação foi levada a Cuiabá, pelo cidadão Antônio Teodoro de Carvalho, morador da zona, que chegou à Capital, no dia 8 de maio seguinte.

Em princípios de 1867, tropas regulares sob o comando do coronel Carlos de Moraes Camisão, depois de atravessarem os sertões de Goiás e Mato Grosso em penosa jornada, desalojaram o inimigo invasor, continuando, em seguida, a sua marcha em direção a Bela Vista, donde, algum tempo após a esplêndida vitória com a travessia do rio Apa e subseqüente ocupação da fortaleza paraguaia de Bela Vista na emergência apresentada por fatôres irremovíveis, teve que iniciar a famosa retirada, que constitui um capítulo da história sob o título de "Retirada da Laguna", maravilhosamente focalizado pelo notável escritor patrício, visconde de Taunay.

Após êsse período, viu-se imprimir um ritmo mais acelerado de progresso na povoação e adjacências, até que a Lei provincial n.º 1, de 6 de novembro de 1872, criou, com sede na mesma povoação, o distrito judiciário de São José de Herculânea, que ficou subordinado ao município de Corumbá.

Nessa época, aquela povoação, que já mantinha estreito comércio com a cidade de Corumbá, servindo-se dos rios Taquari e Paraguai, em cujas atividades se destacaram os membros da família dos "Teodoro" (Luiz Teodoro da Silva, Antônio Teodoro de Carvalho e outros), foi-se tornando importante entreposto dos fazendeiros de Goiás, que ali vinham se abastecer, especialmente de sal.

A primeira escola primária foi construída em 1886, a mando do Govêrno Provincial de Mato Grosso, tendo José Bento da Silva sido o primeiro professor e que mais tarde foi substituído por Miguel Teófilo de Souza Lima.

A primeira igreja que havia sido levantada de pau-a-pique, ruiu em 1886, ano em que novo templo foi construído por João Serrou Camy, coadjuvado pela população, destacando-se Manoel Joaquim de Carvalho, Antônio Luiz de Albuquerque, João Vieira de Almeida, Joaquim Vieira de

Rua Pedro Celestino

Almeida, além de outros, tendo sido o padre Mariano Baiara, o primeiro celebrante.

Em despacho de 17 de outubro de 1892, o Presidente do Estado — Dr. Manoel José Murtinho, negou sanção à lei que alterava a denominação da vila de Levergeria e a da freguesia de São José de Herculânea, que passariam, como posteriormente passaram, a chamar-se vila de Nioaque e freguesia do Coxim, apresentando os fundamentos seguintes:

> "Nego sancção á presente resolução, por me parecer que nenhuma razão de utilidade publica a suffraga. O nome de Levergeria, dado á antiga povoação de Nioac, foi uma homenagem prestada ao finado Barão de Melgaço (Augusto Leverger), a quem Mato Grosso deve inolvidaveis serviços, sobressahindo entre elles importantes estudos sobre a geographia e a história da extinta provincia; bem como a denominação de Herculanea, que tomou a povoação de Coxim, é um acto comemorativo da administração do ex-presidente Herculano Ferreira Penna. Não são pois, arbitrarias taes denominações, mas antes se estribão em motivos mui plausiveis, e uma vez que elles persistem, torna-se injustificavel a alteração decretada, tanto mais quando a substituição do primeiro dos indicados nomes pode ser tida em conta de desconhecimento dos meritos e serviços do Barão de Melgaço, o que indubitavelmente não esteve na mente da illustre Assembléia Legislativa. Accresce laborar em equivoco a resolução, quando affirma que as localidades de que se trata tiveram as denominações originarias de — "vila de Nioac e freguezia do Coxim", — visto como os nomes de Nioac e Coxim, provenientes dos rios que banhão aquelles logares, perderam-n'os as duas povoações ao tempo em que foram elevadas á categoria de freguezia, tomando desde então as denominações modernas, como se póde verificar compulsando as collegações de leis da extincta provincia. Pelo exposto negando sanções ao projeto, seja elle devolvido á Assembléa Legislativa em conformidade do art. 14 da Constituição politica do Estado.
>
> Palacio da Presidencia do Estado de Mato-Grosso em Cuiabá, 17 de outubro de 1892 — Manoel José Murtinho".

Não obstante o encomiável despacho, a Lei estadual n.º 13, de 26 de outubro de 1892, lhe dá a denominação originária de Coxim.

O município de Coxim foi criado pela Resolução número 202, de 11 de abril de 1898, que elevou à categoria de vila a freguesia de Coxim, da comarca de Corumbá.

A 3 de janeiro de 1903, foi instalada a primeira Câmara do município, sendo Evaristo de Albuquerque o primeiro Intendente Geral, sucedido por Domingos Ribeiro Guimarães, mais tarde substituído por Pedro Severo, todos elementos que muito contribuíram para o desenvolvimento da região.

Na divisão administrativa de Mato Grosso, referente ao ano de 1911, o município de Coxim conta, ùnicamente, com o distrito de igual topônimo

A 4 de setembro de 1912, foi instalada a Junta de Alistamento Militar de Coxim, composta do ten.-cel. Manoel Marcelino de Araújo, Presidente, e João Batista de Souza — Secretário, exercendo também êste último, o cargo de Intendente Municipal.

A Lei n.º 630, de 3 de julho de 1913, cria a comarca de Coxim, com os mesmos limites do município.

Foram-lhe concedidos foros de cidade pelo Decreto estadual n.º 891, de 4 de janeiro de 1930.

O Decreto n.º 89, de 17 de agôsto de 1931, criou no município e comarca de Coxim o distrito de paz de Rio Verde, com sede na povoação do mesmo nome, fundada por Porfírio Gonçalves, e, a 19 de maio de 1933, o Decreto n.º 272 criou no mesmo município o distrito de paz de Camapuã, sendo, finalmente, em 1936, pela Lei n.º 13, de 25 de abril, criado, no município de Coxim, o distrito de paz de Itiquira.

Na divisão administrativa, em vigor a 31 de dezembro de 1936, o município de Coxim aparece com 4 distritos: Coxim, Camapuã, Rio Verde e Itiquira.

Na divisão de 31 de dezembro de 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município se compõe dos distritos de Coxim, Camapuã e Rio Verde, tendo o de Itiquira sido anexado ao município de Alto Araguaia.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, voltou a denominar-se Herculânea. No quadro territorial, fixado pelo citado Decreto-lei, para vigorar no quinqüênio 1939-1943, o município de Herculânea (ex-Coxim) continua dividido em 3 distritos: Herculânea, Camapuã e Rio Verde, constituição essa mantida pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro de divisão territorial judiciário-administrati-

va do Estado, a vigorar no período 1944/1948, apenas com alteração toponímica de Rio Verde, que passou a denominar-se Coronel Galvão.

A Prefeitura Municipal pelo seu Decreto n.º 1, de 10 de janeiro de 1948, criou as Subprefeituras de Camapuã e Coronel Galvão.

Foi restabelecida a denominação de Coxim, de acôrdo com a Lei n.º 127, de 28 de setembro de 1948.

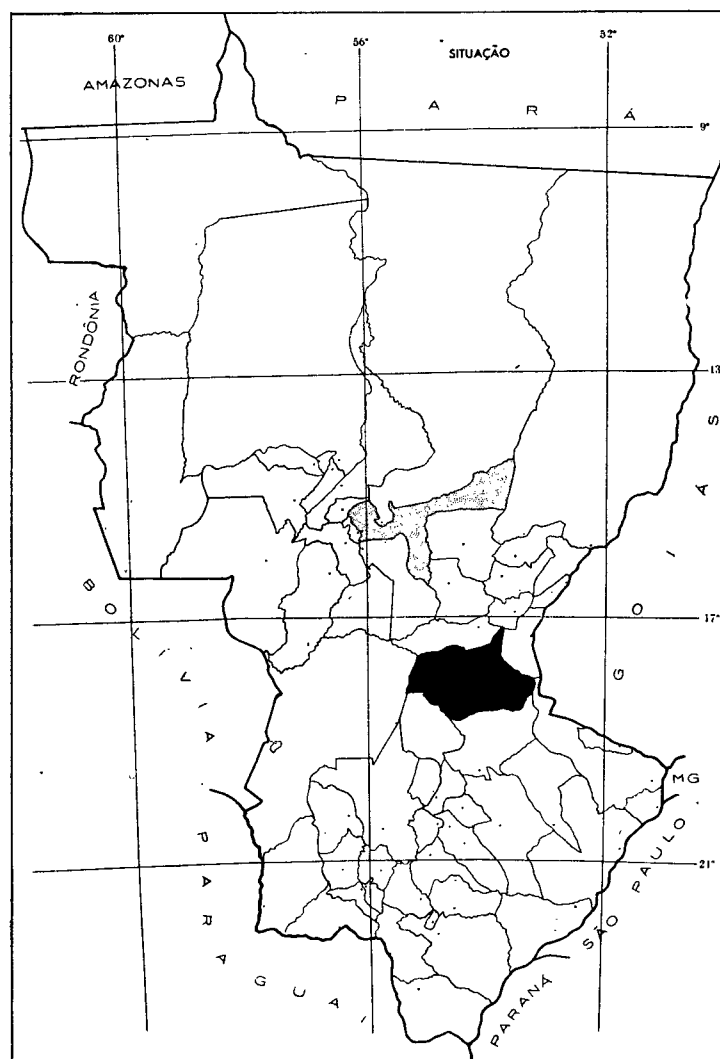
Na divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, foi mais uma vez alterada a constituição do município de Coxim, desta vez com o desmembramento do distrito de Camapuã, que passou a município, com igual topônimo, ficando o de Coxim com 2 distritos: Coxim e Coronel Galvão.

Novo desmembramento sofre o município de Coxim, desta vez perdendo o distrito de Coronel Galvão, que se tornou município, com a denominação de Rio Verde de Mato Grosso, de acôrdo com o Decreto estadual n.º 1 728 de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1954/1958.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 337, de 27 de maio de 1940, que adaptou a Organização Judiciária do Estado ao Novo Códifo Nacional do Processo Civil, foi rebaixada a antiga comarca de Coxim a Têrmo de comarca de Campo Grande e com o nome de Herculânea, situação que voltou a ser modificada pelos Decretos-leis número 593, de 30 de agôsto de 1944 e n.º 187, de 26 de março de 1945, que respectivamente, criou a comarca de Herculânea e fixou a data de 5 de abril de 1945 para sua instalação.

A 31 de janeiro de 1955, tomaram posse os novos dirigentes do município, que são os seguintes: Prefeito — Sílvio Ferreira; Vice-Prefeito — Veriato da Cruz Bandeira; Vereadores: Euclides Costa, José Honorato de Oliveira, Manoel do Carmo e Souza, Manoel Garcia Sobrinho, Vitorino Ferreira de Araújo, Raul Benevides Santana e Francisco Ribeiro Soares; como Juiz de Paz, Joaquim Cardeal de Souza, tendo como suplente, José Batista de Souza.

Aspecto parcial da Praça Cândido Mariano, vendo-se a Igreja Matriz de São José

LOCALIZAÇÃO — O município de Coxim localiza-se, fisiogràficamente, na zona Sudeste de Mato Grosso, entre os rios Correntes, ao norte; Jauru, Coxim e Taquari, ao sul; abrangendo boa parte do Pantanal do Piquiri, a oeste; ficando a leste as suas mais altas vertentes. O seu território encontra-se entre os pontos extremos seguintes: Latitude .. N. 17° 13' 15" e S. 18° 38' 15"; Longitude E. 53° 10' e .. O. 55° 20' 30".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita com os municípios de Alto Araguaia, Camapuã, Rio Verde de Mato Grosso, Corumbá e Itiquira.

A cidade está situada à margem direita do rio Taquari a 18° 26' 56" de latitude Sul e 54° 45' 50" de longitude W. Gr. e dista 345 km, em linha reta, da Capital do Estado, e 540 km, pela rodovia Campo Grande—Cuiabá.

ALTITUDE — A cidade encontra-se numa altitude de 245 metros, colocando-se, neste particular, em 39.º lugar, restando apenas 20 cidades no Estado com menor altitude. Com relação à área do município, a sua altitude varia de 705 metros, na serra do Jauru, a 160 metros na zona do pantanal.

CLIMA — Localizado na zona Sudeste do Estado, apresenta um clima classificado como tropical úmido, tendo registrado em 1956 as variações climatológica e pluviométrica seguintes: temperatura em grau centígrado: média das máximas — 35,2; das mínimas — 13,2; compensada — 24,0 sendo a precipitação anual em mm: — 1 395,0.

As épocas normais de chuvas no município ocorrem nos meses de setembro a março, com maior intensidade no período que vai de novembro a fevereiro, com sensíveis variações, ocorrências mais observadas nos dois últimos anos.

ÁREA — A sua superfície é de 20 580 quilômetros quadrados, figurando em 11.º lugar em relação às áreas das de-

mais comunas e correspondendo a 1,57% da área total do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O aspecto geográfico do município de Coxim apresenta-se bastante acidentado, constrastando-se bruscamente as suas depressões e elevações o que causa as inúmeras cachoeiras que enriquecem o seu potencial hidráulico. Entremeando serras e montes, numerosos rios sulcam o seu território em direção ao contraforte do Taquari, após o que penetram pelo imenso pantanal mato-grossense, em busca do rio Paraguai, como seus caudalosos afluentes.

Além da parte do Pantanal do Taquari e do Pantanal do Piranema, que se encontram no seu território, o município de Coxim tem como principais acidentes geográficos os seguintes: o rio Correntes, que lhe serve de limite com o município de Itiquira o Piquiri, que tem todo o seu curso na área do município; O Taquari, que descendo do município de Alto Araguaia, atravessa o de Coxim, banha a cidade do mesmo nome e separa, em parte, o município do de Rio Verde; o Coxim, que lhe dá o nome, atualmente lhe serve apenas de limite na pequena extensão que vai da barra do Jauru até a sua foz no Taquari; o Jauru, servindo-lhe de limite com o município de Camapuã. Entre as principais elevações, são citadas: o Contraforte do Taquari, o Morro da Cacimba e as serras do Taquari, dos Baús e do Jauru.

Entre as inúmeras cachoeiras captáveis citam-se, como principais, as seguintes: a do Ribeirão Fortaleza, com 40 metros de altura, a poucos quilômetros da sede, já com estudo de aproveitamento pela Prefeitura Municipal, para abastecimento de energia elétrica à cidade; a das Palmeiras, no rio Taquari; cachoeira do Campo e a dos "Quatro Pés, no rio Coxim, e a do Salto no ribeirão Salto tôdas a menos de 30 quilômetros da cidade.

RIQUEZAS NATURAIS — Das inúmeras riquezas naturais ainda na quase totalidade em potencial citam-se: no reino mineral — as lavras diamantíferas da região marginal do rio Jauru; argilas para cerâmica; pedreiras de qualidades diversas; areias de vários tipos, além das numerosas cachoeiras, capazes de produzir farta energia elétrica.

Na particularidade de riquezas minerais, Estevão de Mendonça, registra o seguinte:

"28 de NOVEMBRO

1780 — Chega a Cuiabá o paulista Pedro Calheiro Dias, vindo pela via fluvial, o qual noticiou que tendo penetrado por um affluente do rio Coxim, de largura mais ou menos igual a vinte metros, ali um camarada de sua comitiva havia encontrado ouro e pequenos diamantes.

Vedada naquela época a mineração de pedras preciosas, deixou por isso o *descoberto* de ser dividido segundo a praxe. Muitos annos depois, entretanto, garimpeiros vindos do sul de Goiaz iniciaram pesquisas naquella região, com resultado sempre favorável. Soube-se então que o affluente do rio Coxim, indicado por Galheiro Dias, era o rio Jaurú.

Prosseguiam os mineiros goianos os seus trabalhos, com vantagem para o commercio das populações vizinhas, quando em 1902 o governo do Estado resolveu conceder a um particular o privilégio exclusivo de mineração naquella zona. O concessionario fez explorar o leito e margens do Jaurú, sendo incumbido de tal serviço o engenheiro Filipe Galvão.

Do relatorio desse profissional colhe-se a seguinte informação:

Devido ao movimento das aguas que correm com grande velocidade, effetua-se uma lavagem natural do cascalho, que é acarretado de um ponto para ser depositado em outros, realizando-se o enriquecimento de umas e o empobrecimento de outras partes do rio.

Sómente me refirirei neste trabalho aos depositos do leito e das margens.

Encontram-se no cascalho os seguintes mineraes e rocha: o "ouro", quartzo ora crystallizado, ora corado de amarello ou vermelho, agata, silex, Klaprothina e outras pedras coradas, turmalinas, ferro titanado, oligisto, limononito, magnetito, hematito, granadas de variedade almandina, mica, calcareo, grés, schisto, hyalo-turmalito, trachito, petrosilex, etc.

Do mesmo modo que os "garimpeiros" de Minas-Geraes dão os do Jaurú nomes especiaes aos mineraes que acompanham o diamante (muitos sendo iguaes aos usados nesse Estado): quartzo rolado transparente (pingo d'agua), quartzo branco bem arredondado (ovo de pomba), turmalina, hyalo-turmalito (pretinhas), oligisto, ilmenito, e magnetito (ferragens), granadas (chicorias), flaprothina e outras pedras coradas (azulinhos), areia com magnetito, ilmenito e laminas de oligisto que ficam no residuo de lavagens em batêa (esmeril), hematito vermelho (lacre), concreções de calcedonia (olho de peixe), concreções de silica com oxydos de ferro (botão) e outros.

Destes mineraes os designados pelos "garimpeiros" como pertencentes á bôa "formação" são os seguintes: oligisto, limonito, ferro titanado e magnetito (ferragens), turmalinas e a rocha hyalo-turmalito (pretinhas) kalprothina e outras coradas (azulinhos) e granadas (chicorias.

Abaixo do cascalho, no fundo do leito do rio, existe uma rocha silicosa, grés de côr vermelha, que continúa nas margens.

Este grés é schistoso; acompanham as camadas desta rocha as ondulações do terreno.

Nas margens repousa sobre o grés um conglomerato de cimento ferruginoso de côr vermelha.

Neste conglomerato predomina o quartzo, encontrando-se tambem uma rocha alterada, kaoinilzada, calcareo, mica, etc.

Onde não se encontra este conglomerato, que é um verdadeiro puding, acima do grés vermelho há uma argila mais ou menos ferruginosa com grossos fragmentos de rochas e seixo quartzo, só onde apparecem o diamante com os mineraes que o acompanham — o cascalho.

Destas rochas as encontradas com mais frequencia nesta argila, julgo se referirem ao trachyto e petrosilex.

Não podendo ser verdadeira toda classificação de rochas que em estudos com o microscopio não é baseada,

Ponte sôbre o rio Taquari

póde ter havido algum engano na analyse a que procedi nessas rochas".

Formada em Buenos-Aires uma sociedade industrial, afim de explorar os mineraes do Jaurú, após a introdução de apparatosa draga e como consequencia de uma administração mal dirigida, fracassaram todas as esperanças de lucro — com prejuizo material e moral do Estado".

No reino vegetal, enorme variedade de madeira de lei, especialmente o cedro, peroba, ipê, aroeira e outros que já estão sendo aproveitados, embora ainda em pequena escala.

Com relação ao reino animal, conta o município com rica variedade de aves e animais silvestres, destacando-se: veados, caititus, queixadas, capivaras, onças, macacos, e as aves, papagaios, codornas, além de inúmeras espécies de animais e aves de menores portes. Os rios, especialmente o Coxim e o Taquari, são riquíssimos em peixes lisos e de escamas, de pequenos e grandes portes, especialmente o surubim ou pintado, o jaú, a piraputanga e outros, comportando perfeitamente o estabelecimento de emprêsas industrializadoras do produto.

POPULAÇÃO — O município de Coxim contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 8 508 habitantes, e que lhe dava 0,37 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 4 500 pessoas eram do sexo masculino e 4 008, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 582 homens e 605 mulheres, num total de 1 187 habitantes; no suburbano, 454 pessoas do sexo masculino e 463 do feminino, totalizando 917 habitantes; e no quadro rural, um total de 6 404 habitantes, dos quais 3 464 do sexo masculino e 2 940 do feminino. A zona rural concorria com 75,2% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 2 945 homens e 2 618 mulheres, num total de 5 563 pessoas; prêtos, 1 016 pessoas do sexo masculino e 888 do feminino, totalizando 1 904 habitantes; e pardos, 523 homens e 492 mulheres, ou seja um total de 1 015 habitantes.

Quanto ao estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 250 homens e 745 mulheres, num total de 1 995 pessoas; casados, 2 303 pessoas, das quais 1 142 homens e 161 mulheres; desquitados e divorciados, 3 homens e 3 mulheres, num total de 6 pessoas e viúvos, 75 homens e 132 mulheres, totalizando 207 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 4 466 homens e 3 998 mulheres num total de 8 464 habitantes, brasileiros naturalizados, 8 homens e 3 mulheres num total de 11 habitantes; e estrangeiros, 26 habitantes do sexo masculino, 7 do feminino, num total de 33 pessoas.

Quanto à religião, 4 032 homens e 3 607 mulheres, num total de 7 639, declararam-se católicos; 398 habitantes, dos quais 203 homens e 195 mulheres, protestantes; 237 homens e 195 mulheres, totalizando 432 habitantes, declararam-se espíritas; 9 homens e 7 mulheres, de outras religiões, sem religião, 19 pessoas, das quais 16 homens e 3 mulheres; e, finalmente, sem declaração, um total de 4 pessoas, sendo 3 homens e 1 mulher.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Coxim (sede): 855 habitantes na cidade e 5 720 na zona rural; distrito de Coronel Galvão (atual Rio Verde), 1 249 habitantes na vila e 684, na zona rural.

A cidade de Coxim, com a população já descrita, sendo 406 habitantes do sexo masculino e 449 do feminino, colocava-se em 27.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, naquela época, pelo Censo de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Contava o município em 1950, um único centro urbano: a cidade de Coxim, com 855 habitantes (406 homens e 449 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

Segundo elementos fornecidos pela Agência Municipal de Estatística em 1954, podem ser citadas mais as seguintes aglomerações: povoado de Pedro Gomes, com 70 moradias e cêrca de 420 habitantes; povoado de Jauru, com 12 moradias e cêrca de 60 habitantes; e o povoado de Descanso, com 7 moradias e cêrca de 40 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária e a agricultura constituem os elementos fundamentais da economia do município, absorvendo mais de 2/3 da população de 10 anos e mais.

Conforme levantamentos efetuados para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em 1956, a riquezal pastoril representa maior parcela estando os seus rebanhos avaliados em 332 milhões de cruzeiros, para cujo total o gado bovino concorre com 322 e 200 mil cruzeiros, relativos ao valor de 179 mil cabeças. Estão também representados naquele total outros rebanhos de menor expressão na sua riqueza, ou sejam: 9 000 suínos, no valor de 7 milhões e 200 mil cruzeiros 1 000 eqüinos, no valor de 1 milhão e 300 mil cruzeiros; 500 asininos e muares, no valor de 1 milhão e 250 mil cruzeiros e 600 ovinos e caprinos, avaliados em 80 mil cruzeiros.

O rebanho bovino concorreu ainda com uma produção estimada em 400 mil litros de leite, avaliada em 2 milhões de cruzeiros, possibilitando ainda uma produção industrial de 500 quilos de manteiga e 1 500 quilos de queijo no valor de 60 mil cruzeiros.

A agricultura, em franco desenvolvimento, apresentou, em 1956, uma produção avaliada em 9 milhões e 620 mil cruzeiros, em cuja soma sobressaem com maiores parcelas: o milho, com 1 590 quilos, no valor de 3 milhões e 975 mil cruzeiros; o arroz, com 648 mil quilos, avaliado em 2 milhões e 592 mil cruzeiros; o feijão, com 48 mil quilos, no valor de 500 mil cruzeiros; a mandioca, com 900 toneladas, avaliadas em 580 mil cruzeiros; o café, com 12 600 quilos, no valor de 420 mil cruzeiros seguidos de outros de menor expressão na produção, como: abóbora, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, fumo em fôlha, banana e frutas cítricas.

A cultura da cana-de-açúcar concorreu para uma produção de 30 mil litros de aguardente e 12 mil quilos de rapadura, avaliadas em 396 mil cruzeiros, enquanto que a de mandioca possibilitou a produção de 21 mil quilos de farinha e 1 200 quilos de polvilho, no valor de 132 mil cruzeiros.

O levantamento industrial de 1955, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, arrolou 12 estabelecimentos industriais, assim distribuídos: 2 extrativos de produtos minerais; 1 de transformação de minerais não metálicos; 2 de madeira; 5 de produtos alimentares; 1 de bebida e 1 de utilidade pública, somando uma produção no valor de 1 milhão e 816 mil cruzeiros.

O levantamento da pesca não colonizada, conforme o inquérito referente ao ano de 1956, apresentou uma produção de 20 mil quilos de peixes, no valor de 140 mil cruzeiros.

COMÉRCIO — No município, contam-se mais de 25 estabelecimentos comerciais, dos quais, 11 se localizam na cidade de Coxim.

Sem contar ainda com um estabelecimento de crédito, o seu comércio realiza tôdas as operações bancárias por intermédio da praça de Campo Grande, para onde exporta os seus produtos, importando dali tudo quanto necessita para seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Achando-se a cidade de Coxim no curso da rodovia Campo Grande—Cuiabá, conta com um tráfego de veículos bastante intenso, o que facilita, consideràvelmente, o meio de transporte rodoviário no município, tanto para Campo Grande como para a Capital do Estado que estão ligadas por linha regular de jardineiras.

É bastante intenso o transporte de passageiros que utilizam "taxi-aéreo", em todo o município, que conta com 15 campos de pouso pelo interior, além do da cidade, pertencente ao Ministério da Aeronáutica, com pista encascalhada na dimensão de 1 400 x 40 metros.

Os rios que dão acesso à cidade constituem o mais fácil meio de transporte para as populações ribeirinhas.

Liga-se às cidades sedes dos municípios limítrofes e à Capital do Estado, da seguinte maneira:

1 — Alto Araguaia — rodoviária, 518 quilômetros:

2 — Camapuã — rodoviária, 287 quilômetros.

3 — Itiquira — rodoviária, 436 quilômetros.

4 — Paranaíba — via Campo Grande, rodoviária — 285 quilômetros; daí, por ferrovia ou aéreo, até Três Lagoas — 420 quilômetros; novamente via rodoviária, 222 quilômetros.

5 — Corumbá — 1) via fluvial, 320 quilômetros; 2) via Campo Grande — a) rodoviária, 285 quilômetros e b) aéreo — 355 quilômetros.

6 — Capital do Estado, rodovia — 540 quilômetros.

Existe na cidade uma Agência Postal e Telegráfica de 3.ª classe, contando o município com mais duas Estações Telefônicas do DCT, sendo uma em Correntes e outra na Fazenda Retiro.

Além do campo de pouso da sede municipal, com uma pista encascalhada, de 1 400 x 40 metros, no município existem ainda os seguintes: povoado de Pedro Gomes — 600 x 70; Figueira — 600 x 70; fazenda São Romão — .. 700 x 70; fazenda Buriti Quebrado — 800 x 60; fazenda Lambari — 700 x 60; fazenda Santo Antônio do Paraíso — .... 800 x 60; fazenda São Bento — 700 x 60; fazenda Aldeia — 700 x 50; fazenda São Pedro — 800 x 60; fazenda Monjolo — 700 x 60; fazenda Santa Trindade — 800 x 60; fazenda Fortuna — 800 x 50; fazenda Casa Branca — .... 700 x 50; fazenda Cassianos — 700 x 50 e Hotel Piracema (Ponte do Taquari) — 800 x 50.

Em 31 de dezembro de 1956, contava o município com 1 automóvel, 5 jipes, 1 ônibus, 4 camionetas, 14 caminhões, 4 tratores, 4 carroças, 200 carros de bois e 5 bicicletas, registrados na Prefeitura Municipal.

O município é servido por duas linhas de ônibus: uma ligando o povoado de Pedro Gomes a Campo Grande, via Coxim, e outra fazendo a linha Campo Grande—Cuiabá, ambas passando pela sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Coxim, que no Censo Demográfico de 1950, contava 855 habitantes, segundo publicação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, contava com 16 logradouros públicos, dos quais 5 com arborização; iluminação pública com 102 focos e domiciliária com 60 ligações.

Os edifícios mais importantes são os seguintes: Igreja de São José, Clube Esportivo Coxinense e Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

O Pôsto de Higiene de Coxim serve a população com assistência médica em geral.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Pôsto de Higiene de Coxim e a Comissão Municipal da Le-

Vista do rio Taquari nas proximidades da sede

gião Brasileira de Assistência prestam serviços de assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 7 000 habitantes de 5 anos e mais, dos quais 2 143, ou seja 30,61%, sabiam ler e escrever.

Na sede municipal, das 726 pessoas de 5 anos e mais, 365, ou seja 50,2%, sabiam ler e escrever, sendo 198 homens e 167 mulheres, enquanto que no quadro rural, dos 5 329 habitantes de 5 anos e mais, 25,1%, ou 1 338, eram alfabetizados, sendo 845 homens e 493 mulheres.

ENSINO — De conformidade com informações do Departamento Estadual de Estatística, no primeiro mês letivo de 1956, funcionaram no município de Coxim 13 escolas de ensino primário fundamental comum, mantidas pelo Govêrno do Estado, com um total de 655 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Clube Esportivo Coxinense, com 77 sócios, é o centro esportivo e social da cidade. Fundado em 1946, conta já com sua sede própria, possuindo um quadro de 22 jogadores de futebol e 22 de volibol.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1950 a 1956, as finanças públicas apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(*)	563	...	...	...
1951	88	724	...	...	...
1952	191	958	994	192	879
1953	215	1 374	990	185	852
1954	280	1 217	842	124	1 103
1955	410	3 395	832	153	807
1956	489	1 420	2 555	437	2 423

(*) — Não existia órgão de arrecadação federal
(...) A Prefeitura não dispõe de elementos na sua contabilidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Várias são as festas religiosas da Igreja Católica Romana, realizadas anualmente na cidade, porém, duas são tradicionalmente populares: a de São João, nos dias 23 e 24 de junho e a do Senhor Divino Espírito Santo, no mês de julho, compreendendo 9 dias de festejos com leilões e danças, encerrados com a procissão que é acompanhada pela quase totalidade dos habitantes da cidade e grande parte da população rural.

A Paróquia de São José, com sede em Coxim, foi criada a 10 de março de 1939 e é subordinada à Diocese de Corumbá.

Fundada em 1927, existe na cidade a Igreja Evangélica Batista de Coxim, que, em 31 de dezembro de 1956, congregava regular número de adeptos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Há alguns anos, surgiram na Capital da República, com grande aceitação em todo o Brasil, as músicas carnavalescas intituladas "Segura o Tigre" e "Rio Taquari", colocando em evidência as caçadas no rio Taquari, que tem a maior e mais interessante parte de seu curso no município de Coxim.

Constituem realmente atrações turísticas, no município, as caçadas e os seus rios encachoeirados e riquíssimos dos mais variados tipos de pescados, existindo mesmo, à margem do rio Taquari, um hotel, contando com instalações relativamente confortáveis e que tem como objetivo principal acolher os turistas, freqüentes naquela região.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Coxinenses" é o nome que têm os habitantes de Coxim.

O topônimo do município, é em decorrência do rio Coxim que muito serviu ao tráfego das monções que seguiam a rota Paraná—Rio Pardo.

Coxim, com um único distrito judiciário, o da sede municipal, é têrmo e sede da comarca de igual nome, que se declara com um eleitorado de 1 800 cidadãos.

O município conta com 2 pensões na cidade, para 20 hóspedes; 2 pensões em Pedro Gomes, para 27 hóspedes e 1 hotel, em Piracema, com capacidade para 30 hóspedes.

Existe no município um Pôsto de Vacinação Animal, do Ministério da Agricultura, a fim de favorecer os criadores na compra de vacinas a preços módicos para seus rebanhos.

A Paróquia de São José, criada em 1939, conta com os seguintes templos: Igreja de São José; Capela de Nossa Senhora da Abadia, no povoado de Jauru; e Capela de São Sebastião, no povoado de Pedro Gomes.

No edifício da Prefeitura Municipal, encontra-se instalada a Agência Municipal de Estatística — órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CUIABÁ — MT

Mapa Municipal na pág. 65 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 36, 38, 50, 54, 56, 57, 60, 76, 88, 89, 101, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 143 e 144 do Vol. II

HISTÓRICO

"Sob os flabellos reaes de mil palmeiras,
Tão verdes, sobranceiras
E lindas como alhures não as ha
Sobre alcatifas da mais verde relva
Em meio a verde selva,
Eis a Cidade Verde: Cuiabá!"

D. AQUINO CORRÊA

"Aos oito dias do mez de abril de mil, setecentos e dezenove annos neste arraial de Cuiabá fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a elles este termo de certidão para a noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois que foi o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou do ouro ao Senhor General com a petição do dito capitão-mór, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintem, de dous e de quatro vintens e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grande perda e riscos, em serviço de Sua Real Magestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, fóra negros, e para que a todo o tempo vá isto a noticia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nos assinamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste arraial. Paschoal Moreira Cabral — Simão Rodrigues Moreira — Manoel dos Santos Coimbra — Manoel Garcia

Velho — Balthazar Ribeiro Navarro — Manoel Pedroso Louzano — João de Anhaia de Lemos — Francisco de Siqueira — Ascenso Fernandes — Diogo Domingues — Manoel Ferreira — Antonio Ribeiro — Alberto Velho Moreira — João Moreira — Manoel Ferreira de Mendonça — Antonio Garcia Velho — Pedro de Góes — José Fernandes — Antonio Moreira — Ignacio Pedroso — Manoel Rodrigues Moreira — José da Silva Paes".

"No mesmo dia, mez e ano atraz nomeados elegeu o povo em voz alta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral por seu guarda-mór regente até a ordem do Senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar, examinar, fazer composições com os mineiros e botar bandeiras, tanto aurinas como aos inimigos barbaros, e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar autos contra aquelles que forem regulos, como é amotinador e *aleves* que expulsará, e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dividas, e que nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, e que todos levamos a bem hoje, 8 de abril de 1719 annos, e eu Manoel dos Santos Coimbra, escrivão do arraial, que o escrevi. — Paschoal Moreira Cabral". (Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso).

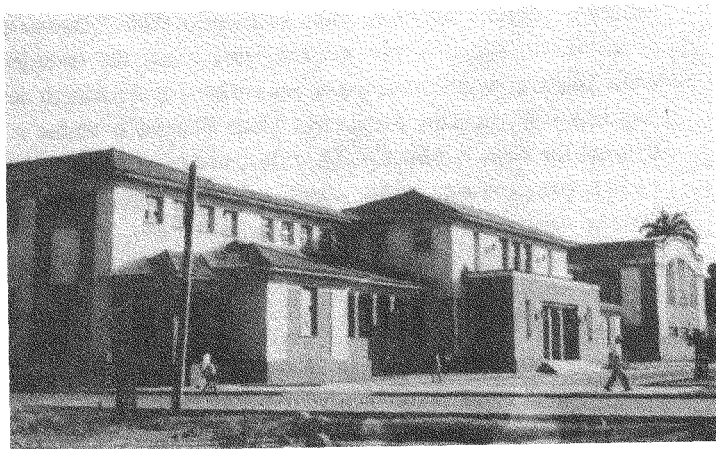
Na singeleza de linguagem assim redigida, acabava de ser criada a *celula mater* da civilização mato-grossense que, expandindo-se, asseguraria conquista e posse de tôda a região Ocidental do País.

Pascoal Moreira Cabral, aventureiro paulista caçador de bugres, teve conhecimento, antes mesmo de alcançar o têrmo da sua viagem, através de depoimento de Antônio Pires de Campos, com quem se defrontou de torna-viagem, de que boa caça se lhe depararia de índios "coxiponés", arribando até o afluente do Cuiabá, a que denominaram Coxipó.

Subindo êste rio até o aldeamento da "Motuca", foi mal sucedido no ataque, ante a resistência dos naturais, retornando a curar feridas e aguardar possível refôrço que lhe pudesse prestar outra monção, no local onde seria erigido o primeiro arraial, próximo ao local denominado "São Gonçalo Velho", onde arranchara seu predecessor Pires de Campos, à margem esquerda do rio Cuiabá, pouco abaixo do desaguadouro do rio Coxipó.

Cuidando ali, desde logo, do aprovisionamento da bandeira, semeando as primeiras roças, não lhes faltou tempo para novas expedições rio Coxipó acima, ensejando talvez aos mais curiosos pesquisar suas barrancas, onde descobriram os primeiros granetes de ouro, evento célere transmitido aos companheiros de expedição.

Consta que Pascoal Moreira Cabral, descontente com a brusca transformação produzida pela ocorrência nos hábitos dos companheiros, que passaram a catar o ouro fácil, ermando as plantações de quem delas cuidasse, admoestara-os de que o objetivo da bandeira era prear índios e não batear ouro, a que não dava maior importância.

Vista parcial da cidade

Colégio Estadual

Entretanto, mais avisado, aderiu à febre que a todos possuía, mesmo por que se lhe afigurou mais vantajosa a colheita abundante do metal do que a preia dos "coxiponés", que se haviam mostrado capazes de infligir-lhe danos talvez irreparáveis.

Em conseqüência dessa descoberta, abandonaram o arraial em que de início se estabeleceram, surgindo o da "Forquilha", onde arrancharam municiados e abastecidos convenientemente por uma monção de 1 720 aqui aportada.

Nesse local é que se verificou a lavratura do têrmo de fundação do arraial e levantaram a primeira igreja rústica sob a invocação de Nossa Senhora da Penha de França, celebrando a primeira missa o padre Jeronymo Botelho.

A brandura com que se houve o capitão-mor das minas, na arrecadação dos dízimos devidos à Coroa Portuguêsa, não agradou à cupidez do capitão-general Rodrigo Cezar de Menezes, que de São Paulo achou de bom aviso destituí-lo de qualquer autoridade, nomeando em seu lugar, aos 20 de novembro de 1720, Fernando Dias Falcão para cabo maior das minas de Cuiabá. Essa medida veio quebrantar de muito o ânimo e a enfibratura do velho sertanista que jamais se conformou com a injustiça.

Entre os aventureiros que se entregaram à exploração do rio Cuiabá e seus afluentes, naquela época, contava-se Miguel Sutil que, arribando águas, chegou até a embocadura do rio "Prainha", ali tocando roça com um companheiro, cujo nome é citado por J. Barbosa de Sá — João Francisco Barbado — além de alguns índios que o serviam.

Mandados os silvícolas, certo dia de outubro de 1722, ao campo melar, impacientou-se Sutil aguardando-os o dia todo, temeroso de que houvessem desertado. Já muito tarde, vendo-os chegar, admoestou-os pela demora e por não haverem colhido o mel, a que foram destacados. Em resposta, exibiram-lhe os silvícolas as primeiras granetas de ouro colhidas do local que se denominaria "lavra do Sutil", descobertas onde se edificou a cidade de Cuiabá e se ergue a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

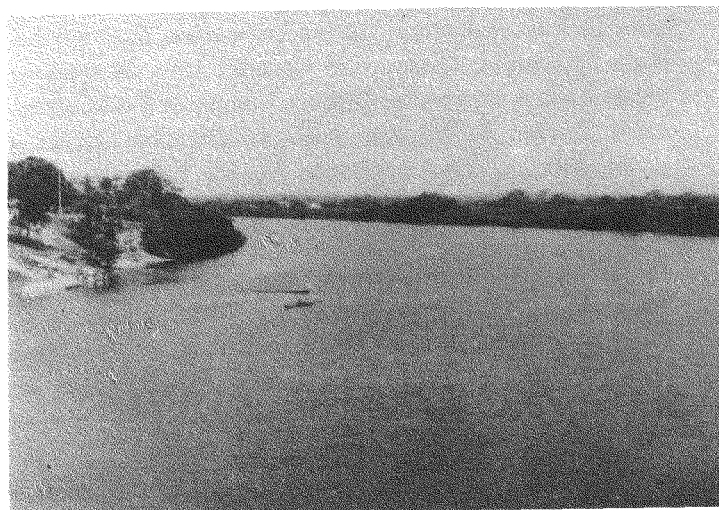
Publicada a notícia da descoberta, da qual o próprio Sutil e seu companheiro Barbado, auxiliados pelos índios, já haviam extraído apreciável quantidade — "Recolheram-se pela tarde aos seus ranchos, e Sutil com meia arroba de ouro, a maior parte dele cavado em seixos e o camarada João Francisco Barbado com duzentas e oitenta oitavas, por ser só e não ter quem o ajudasse" — Pascoal Moreira Cabral foi, possìvelmente, dos primeiros, com sua gente, a abandonar o arraial de "Forquilha", como querendo distanciar-se do lugar que sòmente lhe causara desgôsto e humilhação. Muitos outros, de pronto, seguiram-lhe o exemplo, já que se esgotava o ouro de aluvião, fácil de colhêr, do leito e das barrancas do Coxipó, decaindo até o abandono completo o arraial da "Forquilha" — Nossa Senhora da Penha de França.

> "O povoamento de Cuiabá, estimulado pella attracção do ouro, fez-se acceleradamente, a despeito das difficuldades de toda a laia que deviam superar os seus destemerosos habitantes, entre os quais figuravam os representantes das principaes familias de S. Paulo.
> Só na monção de 1726 em que veiu Rodrigo Cesar, chegaram tres mil pessoas, entre brancos e negros, em comboio de 308 canôas" (Washyngton Luiz — A Capitania de São Paulo).

Por patente de 27 de abril de 1724, nova modificação era introduzida na administração das minas, com a criação dos cargos de superintendente geral das minas e de capitão-mor regente, para os quais foram nomeados João Antunes Maciel e Fernando Dias Falcão, respectivamente.

Segundo Virgílio Corrêa Filho, tais medidas administrativas visavam a "aplicar aos faiscadores de Cuiabá, os tentáculos do aparelho asfixiante do fisco", pelo capitão-general Rodrigo Cezar de Menezes, que já então programara conhecer as portentosas terras cuiabanas, enriquecidas pelas lendas que, transpondo as fronteiras continentais, alvoroçavam a Côrte Portuguêsa e a Europa.

A vida no populoso arraial era, entretanto, alçapremada por duras penas, faltando tudo, afora o ouro alucinante. A pouca lavoura não bastava a tão grande povo; as colheitas eram dizimadas com freqüência por pragas; os ratos devoravam o que sobejava. A pesca era difícil por falta de anzóis.

Citando J. Barbosa de Sá, como fonte valiosa de informações sôbre aquêle período negro da vida que se levava em Cuiabá, encontram-se as seguintes referências: ano de 1723: "chegaram as fazendas que viéram do povoado podres morreu muita gente pelo caminho de fome e doenças faltou o milho em toda esta povoação vivam as gentes de montaria não faltava quem désse um negro por quatro alqueires de milho". 1724: "correndo este ano com as miserias dos antecedentes por praguejarem os milhos quase todos os anos e serem actuaes as doenças de malignas e maleitas em todos estes distritos e os que dellas escapavam com vida ficaram

Aspecto do rio Cuiabá

opilados alguns e outros hydropicos". 1725: "não chegou neste ano fazenda alguma do povoado (São Paulo) e chegou-se a dar por um frasco de sal meia libra de ouro e por causa delle não se administrava o baptismo a quem carecia".

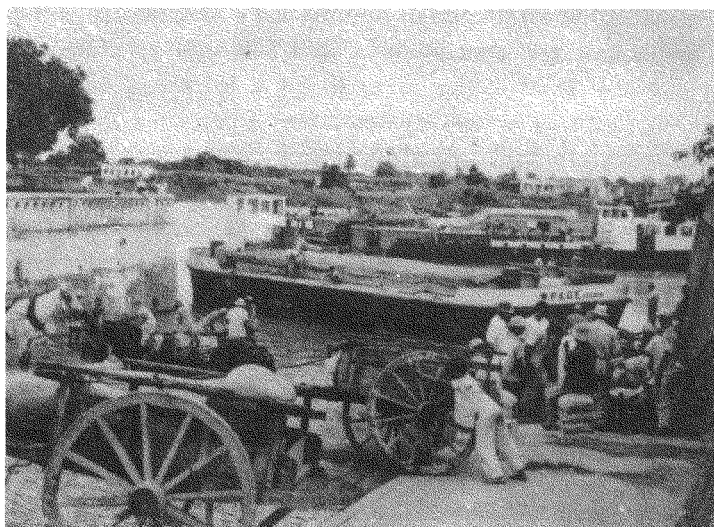
A tanta calamidade, veio juntar-se a presença do capitão-general Rodrigo Cezar, aportado ao arraial em 1726 com 3 000 pessoas a mais para morar e alimentar-se do que não sobejava aos que já sofriam tantas privações.

No período de sua permanência em Cuiabá (1726 -1727) — "tudo era morrer, gemer e chorar", segundo o bem informado cronista J. Barbosa de Sá, tal a férrea orientação que imprimiu à arrecadação das taxas.

Escrevendo em linhas sinuosas, estava, entretanto, o destino fomentando outras penetrações que partindo de Cuiabá iriam desbravar, povoar e conquistar para a Nação todo o vasto território que hoje forma os municípios de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Diamantino, Poconé, Rosário Oeste, Mato Grosso, um mundo, enfim, criado pelo gênio e pertinácia daqueles que aportados a Cuiabá, aí multiplicaram a sua progênie ilustre.

Inaugurando na história brasílica o que seria mais tarde imitado por Dom João VI, quando da mudança da família real para o Brasil, fugindo ao arremêsso guerreiro napoleônico, cuidou Rodrigo Cezar de Menezes de acomodar as suas gentes nas habitações garimpeiras, requisitando-as. O arraial crescia desordenadamente, espraiando-se pelas margens e ribanceiras do rio Prainha, em habitações rústicas de cobertura de palha ou capim, abarcando os bairros da Mandioca e Baú e a atual Praça da República, onde em 1723, se erguera, de capim, a primeira igreja de N. S. Bom Jesus de Cuiabá, por iniciativa de Jacinto Barbosa Lopes, celebrando a primeira missa o seu irmão frei Pacífico dos Anjos.

Mandou o capitão-general erigir em vila o populoso povoado, sob a invocação de Nosso Senhor Bom Jesus de Cuiabá, lavrando-se o seguinte têrmo:

> "Ao primeiro dia do mez de janeiro de 1727, n'esta villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, sendo mandado por S.M., que Deus Guarde, a creal-a de novo o Exmo. Snr. Rodrigo Cezar de Menezes, governador e capitão-general d'esta capitania, e que o acompanhasse para o necessario o Dr. Antonio Alvez Lanhas Peixoto, ouvidor geral da comarca de Paranaguá, sendo por elles eleitas as justiças, juizes ordinarios, Rodrigo Bicudo Chacim, o Thesoureiro Coronel João de Queiroz Magalhães, e vereadores Marcos Soares de Faria, Francisco Xavier de Mattos, João de Oliveira Garcia e procurador do conselho Paulo Anhaia Lima, servindo de Secretário da comarca Luiz Teixeira de Almeida, almotacé o brigadeiro Antonio de Almeida Lara, e o capitão-mór Antonio José de Mello, levando o estandarte da villa Mathias Gomes de Faria, foi mandado pello dito Snr. Governador e capitão-general que com dito Dr. Ouvidor, todos juntos com a nobreza e povo, fossem á praça levantar o pelourinho d'esta villa, a que em nome d'El Rei deu o nome de Villa Real do Bom Jesús, e declarou que sejam as armas de que usasse um escudo dentro com o campo verde e um morro ou monte no meio todo salpicado com folhetas e granitos de ouro, e por timbre, em cima do escudo, uma phenix; e nomeou para levantar o pelourinho ao capitão-mór regente Fernando Dias Falcão e todos os sobreditos com o dito Dr. Ouvidor, nobreza e povo, foram á praça d'esta villa, aonde o dito Fernando Dias Falcão levantou o pelourinho do que para constar a todo o tempo fiz este termo, que assignou o dito Senhor General com os sobreditos.
>
> "E, eu Gervásio Leite Rabello, secretario d'este governo, que o escrevi, dia e era ut supra — Rodrigo Cezar de Menezes. — Antonio Alves Lanhas Peixoto. — Rodrigo Bicudo Chacim. — Marcos Soares de Faria. — Francisco Xavier de Mattos. — João de Queiroz Magalhães. — João de Oliveira Garcia. — Luiz Ferreira de Almeida. — Antonio José de Mello. — Paulo de Anhayá Lemes. — Antonio de Almeida Lara. — Mathias Soares de Faria. — Fernando Dias Falcão. — João Pereira da Cruz. — Manoel Dias de Barros. — Luiz de Vasconcellos Pessôa. — Manoel Vicente Neves. — Salvador Martins Bonella".

Pôrto do rio Cuiabá

A permanência de Rodrigo Cezar em Cuiabá e a execução das reformas fiscais por êle estabelecidas, levaram a vila a um quase colapso econômico. Minguavam as catas do ouro aluvional, exigindo dos faiscadores processos mais adiantados de separação, impossíveis de se conseguir no êrmo longínquo. As retiradas se sucediam em busca de novos veios ainda virgens de cata. Dessa época foram as formações dos arraiais de Santana, Lavrinhas, São Francisco Xavier nas cabeceiras do Galera e Sararé, para onde afluíram os aventureiros afoitos.

Difícil se tornava, à Capitania de São Paulo, a administração dos distritos de Cuiabá e Mato Grosso, que por fim foram desanexados por Alvará de 9 de maio de 1748, por fôrça da qual se criava a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, tendo como seu primeiro governador D. Antônio Rollim de Moura Tavares, que a 7 de janeiro de 1751 aqui aportava, com a recomendação expressa de transferir a sede do govêrno para Mato Grosso, que "requer a maior vigilância por causa da visinhança que tem".

Por quase todo o resto do ano de 1751, permaneceu em Cuiabá o governador da nova Capitania, só se transportando a Mato Grosso em novembro, para instalar a sede do

govêrno nas proximidades dos castelhanos, a fim de evitar penetrações dos incômodos vizinhos. A 19 de março de 1753, era fundada Vila Bela, cuidando-se desde logo das fortificações para sua defesa.

Por todo o período da governança de Rollim de Moura, tendo por sede Vila Bela, e por incumbência, frear a penetração dos castelhanos, insuflados pelos jesuítas, permaneceu Cuiabá entregue à sua própria sorte, sem que, entretanto, abrandasse o arrôcho fiscal da Coroa. O deperecimento das minas e o desgarramento de seus moradores para outras regiões ainda não exploradas, onde se tornaria possìvelmente menos eficiente a ação arrecadadora das taxas que incidiam sôbre as lavras e outras atividades, afigurou-se calamitoso ao desenvolvimento da cidade, embora sua conseqüência fôsse a descoberta de novas fontes de inigualável riqueza, o diamante.

Era, entretanto, privilégio da Coroa a sua exploração. E os denodados bandeirantes egressos tiveram os seus esforços, mais uma vez, inutilizados pelas expedições punitivas que às catas foram destacadas para proibir sua extração e por vêzes destruir os povoados nascentes à sombra da nova atividade garimpeira.

Aspecto do Jardim Alencastro

A administração de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, iniciada em 13 de dezembro de 1772, consolida as lindes nacionais com Castela, criando núcleos de ocupação em vários lugares. Dêsse período administrativo, fecundo em todos os sentidos para a Capitania, é a fundação das colônias que pontilharam a fronteira ocidental: Coimbra, em 1775; o Forte Príncipe da Beira, em 1776, destinado a substituir com maior vantagem o de Nossa Senhora da Conceição, para cuja construção mandou vir as pedras de Corumbá; Corumbá, em 1778; Vila Maria, hoje Cáceres, nesse mesmo ano; Casalvasco, próximo de Vila Bela, à margem do rio Barbados, balizando dêsse modo, de pontos estratégicos, tôda a região na qual se estribariam seus argumentos na demarcação das lindes de que se fêz paladino.

Substituído por seu irmão, João de Albuquerque, continua Cuiabá privada das regalias de sede da Província.

Dada, entretanto, a sua posição geográfica, que a faz próxima do centro político e administrativo, conservou sua hegemonia mesmo destituída dos foros de Capital, que veio a adquirir anos depois, em 1825, já elevada, desde 17 de setembro de 1818, à categoria de cidade.

Como seguisse uma dualidade de govêrno, pretendendo os vilabelenses permanecer à testa da administração, veio a lei de 19 de agôsto de 1835 confirmar a predominância política que a Cuiabá cabia històricamente. Mantém a cidade do Bom Jesus o primado entre as suas co-irmãs, tendo, num milagre de sobrevivência, superado inúmeras crises, como cérebro e coração do Estado de Mato Grosso.

Evidentemente, tolhida em sua evolução sócio-econômica por mais de um século de dificuldades de tôda sorte, das quais não era menor a distância que a separava da Capital do País, que sòmente era alcançada da maneira mais penosa e demorada; convulsionada freqüentemente por agitações internas que minavam ainda mais as suas apoucadas possibilidades econômicas e financeiras, a sobrevivência de Cuiabá é verdadeiro milagre de resistência e combatividade do seu povo contra todos os fatôres adversos que a empolgaram, até o advento da sua atual transformação em metrópole progressista, como que reproduzido na sua história a lenda de ressurreição da fênix que empolga o seu brasão.

O distrito foi criado por provisão de 1722.

Em 1726, foi criado o município com a denominação de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, verificando-se sua instalação em 1.º de janeiro de 1727.

A sede municipal recebeu foros de cidade, com a denominação de Cuiabá, por fôrça da Carta de Lei datada de 17 de setembro de 1818.

Por Alvará de 1820 e por Lei provincial n.º 19, de 28 de agôsto de 1835, foi Cuiabá declarada Capital da Província de Mato Grosso.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Cuiabá divide-se em 6 distritos: Sé, São Gonçalo, Chapada, Várzea Grande, Guia e Brotas, figurando na correspondente ao ano de 1933, com êstes mesmos distritos e mais os de Aldeia, Coronel Ponce, Passagem da Conceição e Rondonópolis.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de .... 31-XII-1936 e 31-XII-1937 o referido município se compõe dos distritos de Cuiabá, São Gonçalo, Várzea Grande, Aldeia, Brotas, Chapada, Coronel Ponce, Coxipó da Ponte, Guia, Passagem da Conceição, Poxoreu e Rondonópolis, notando-se, porém, que, em 1937, Cuiabá contava com mais um distrito, o da Serra da Jibóia.

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, Cuiabá aparece com um distrito de igual topônimo, subdividido em duas zonas e mais os distritos de Aldeia, Brotas, Chapada, Coronel Ponce, Coxipó da Ponte, Coxipó do Ouro, Guia, Passagem da Conceição, Poxoreu, Rondonópolis, Serra da Jibóia e Várzea Grande.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, Cuiabá perdeu os distritos de Poxoreu, Coronel Ponce, Ponte de Pedra (ex-Serra da Jibóia) e Rondonópolis, transferidos para o novo Município de Poxoreu. Segundo o quadro territorial fixado pelo referido Decreto-lei número 208, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município se compõe dos distritos de Cuiabá, Alegrete, Brotas, Chapada, Coxipó da Ponte, Coxipó do Ouro, Guia, Passagem da Conceição e Várzea Grande.

Hospital da Santa Casa de Misericórdia

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, Cuiabá perdeu parte do distrito de Chapada, transferido para o de Nobres, pertencente ao município de Rosário Oeste, ficando constituído pelos distritos de Cuiabá, Acorizal (ex-Brotas), Chapada dos Guimarães (ex-Chapada), Coxipó da Ponte, Coxipó do Ouro, Engenho (ex-Alegrete), Guia, Passagem da Conceição e Várzea Grande.

No quadro anexo ao Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, o município de Cuiabá se compõe de nove distritos: Cuiabá, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Coxipó do Ouro, Coxipó da Ponte, Engenho, Guia, Passagem da Conceição e Jangada, êste último criado com parte do distrito de Engenho. Na mesma data e por fôrça do mesmo Decreto n.º 583, perdeu o distrito de Várzea Grande, elevado à categoria de município, por fôrça da Lei número 126, de 23 de setembro de 1948, cabendo-lhe, além da área do antigo distrito, parte do território da sede municipal de Nossa Senhora do Livramento.

Na atual divisão territorial do Estado, Cuiabá aparece com sete distritos: Cuiabá (1.ª e 2.ª zonas), Coxipó da Ponte, Coxipó do Ouro, Fátima — criado com território desmembrado do distrito de Chapada dos Guimarães, pela Lei n.º 673, de 11 de dezembro de 1953, Guia, São José da Serra e Jaciara, os dois últimos formados com territórios desmembrados do distrito de Chapada dos Guimarães e criados pelas Leis n.ºs 694 e 695, ambas de 12 de dezembro de 1953, mais tarde alteradas pela Lei estadual n.º 370, de 31 de julho de 1954.

O Decreto estadual n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, além de fazer as alterações já citadas, desmembrou do município de Cuiabá os distritos de Chapada dos Guimarães, que passou a município, Acorizal, que juntamente com os distritos de Engenho e Jangada, foi elevado à categoria de município. Perdeu, ainda, parte do distrito de Passagem da Conceição, que passou a integrar o município de Várzea Grande.

Nas divisões territoriais judiciário-administrativas datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, Cuiabá compreende o têrmo judiciário único da Comarca de igual nome, figurando no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março de 1938, com dois têrmos: Cuiabá e Livramento.

De acôrdo com o quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, os têrmos de Cuiabá, Livramento e Poxoreu constituíram a Comarca de Cuiabá.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, a Comarca de Cuiabá passou a abranger o têrmo de Aripuanã e perdeu o de Poxoreu, transferido para a nova comarca de igual nome.

No quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, a Comarca de Cuiabá compreendia os têrmos de Cuiabá, Aripuanã e São José dos Cocais (ex-Livramento).

No quadro anexo ao Decreto-lei n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixou nova divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, a Comarca de Cuiabá abrangia o têrmo de igual nome e os de Aripuanã, Nossa Senhora do Livramento (ex-São José dos Cocais) e Várzea Grande.

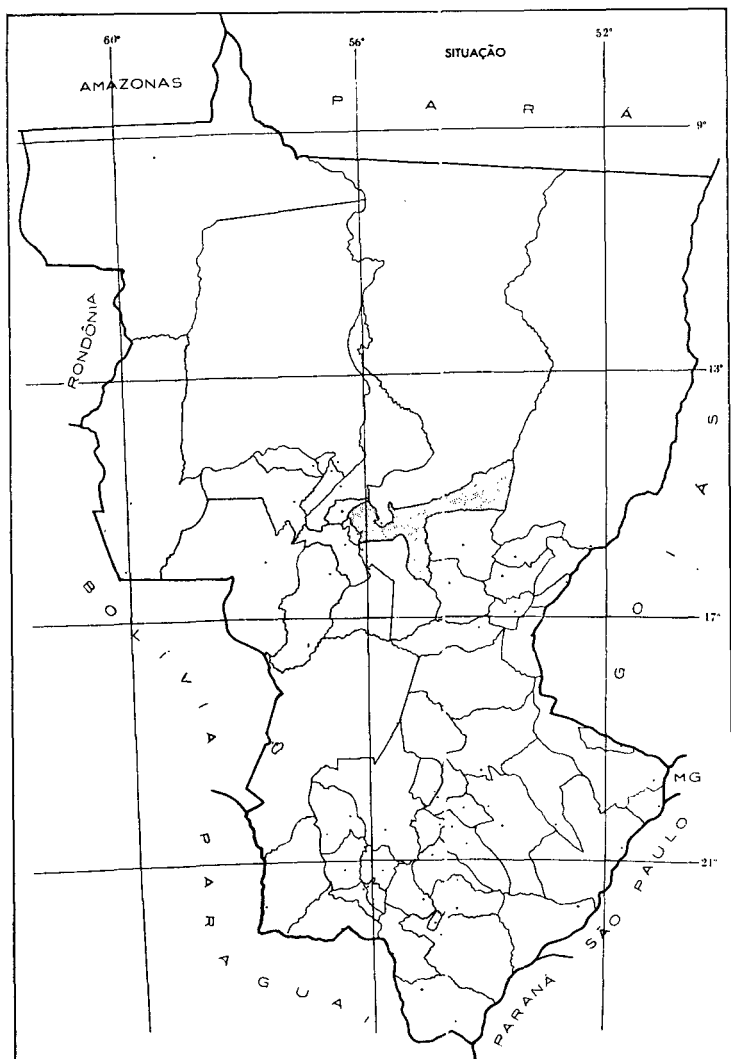
Segundo o anexo à Lei estadual n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado, para vigorar com as alterações constantes da Lei estadual n.º 370, de 31 de julho de 1954, no qüinqüênio 1954-1958, a comarca de Cuiabá compreende os têrmos de Cuiabá, Acorizal, Aripuanã, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Rondonópolis e Várzea Grande.

É comarca de 3.ª entrância compreendendo: 3 Varas Cíveis, 2 Promotorias Públicas, 6 Cartórios de Ofício e 3 Cartórios de Paz.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o engenheiro civil José Garcia Neto e constituída a Câmara com 7 vereadores, cujos mandatos expirarão em igual data de 1959.

LOCALIZAÇÃO — No coração do continente sul-americano, onde se ergue o marco indicativo do centro geodésico da América do Sul, na zona fisiográfica da Chapada mato-grossense, à margem esquerda do rio Cuiabá, e enlaçado pelo sinuoso e hoje canalizado córrego da "Prainha", de tão lendárias tradições, aninha-se a cidade de Cuiabá, balizada pelos morros da Prainha e da Boa Morte e o rio Cuiabá, que lhe afeiçoam a urbe.

Residência Arquiepiscopal

São suas coordenadas geográficas: 15° 35' 56" de latitude S. e 56° 06' de longitude W.Gr. Por sua vez, o município enquadra-se nos seguintes pontos extremos: ...... 14° 23' 45" e 16° 32' 30" de latitude N. e S. e 53° 30' 30" e 56° 18' de longitude E. e O. Participando ao norte da zona do cerrado, em elevação contínua, porém abrandada pelos efeitos multimilenares dos processos de erosão, descamba para o sul, com igual suavidade, em direção à grande planície do Pantanal.

Posição da Capital em relação ao Estado

Limita com os municípios de Santo Antônio de Leverger, Várzea Grande, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Barra do Garças, Poxoreu e Rondonópolis, todos êles filhos adultos desgarrados do seu seio para a autonomia administrativa.

ALTITUDE — A Sede municipal está situada a 165 metros acima do nível do mar, colocando-se em 49.° lugar em ordem de altitude no Estado de Mato Grosso. O ponto culminante do município localiza-se no morro de São Jerônimo, com 1 000 metros de altitude, na serra da Chapada.

CLIMA — O município participa da zona de clima tropical úmido, mas saudável e salubre, registrando-se em julho as maiores baixas termométricas.

Em 1956, foram observadas as seguintes variações climatológicas, segundo dados fornecidos pelo Observatório Meteorológico "D. Bosco":

Temperatura em grau centígrado: média das máximas, 30,8; das mínimas, 20,9; máxima absoluta, 39,3, em 18 de setembro; mínima absoluta, 11,2, em 5 de agôsto; média compensada, 27,1.

Precipitação em mm: altura total 1 482,1; máxima em 24 horas — 62,7, em 29 de janeiro; evaporação total 1 161,2.

A ocorrência das maiores precipitações verificou-se, excepcionalmente, em outubro e novembro, quando nos ciclos normais ocorrem geralmente em janeiro.

ÁREA — Em 1953, o município de Cuiabá ocupava o 2.° lugar em relação às áreas das demais comunas, com 174 456 quilômetros quadrados correspondentes a 13,3% da área do Estado. As mutilações verificadas em seu território, por fôrça das Leis estaduais de 1953, que alteraram o quadro territorial do Estado em vigor, para a formação dos municípios de Acorizal e Chapada dos Guimarães e ampliação do município de Várzea Grande, reduziram a sua área para 17 990 quilômetros quadrados, colocando-o no 45.° lugar relativamente aos outros municípios, correspondendo a 1,37% da área total do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Pelo primado histórico e a importância econômica que desde o início da povoação vem representando, o principal acidente geográfico do município de Cuiabá é o rio do mesmo nome, à margem do qual se debruça a cidade, haurindo do seu leito o pescado abundante e a água, cristalina às vêzes, outras, maculadas pelas enxurradas das enchentes e recebendo em seu pôrto as embarcações pejadas das mercadorias que lhe exportam outros municípios e Estados. Há que citar ainda, na hidrografia histórica do município, por ser injusto omiti-lo, o rio Coxipó, em cuja margem direita se erigiu, de início, a *celula mater* da civilização cuiabana. Outros rios: Aricá-assu, Poguba-xoreu, das Mortes ou Manso, Conceição ou Caluene, êstes três últimos afeiçoando-lhe os contornos nordeste e sudeste, entre os municípios de Chapada dos Guimarães e Poxoreu, respectivamente. Os saltos do rio Casca, cujo aproveitamento abastece de energia elétrica a Capital, a cidade de Várzea Grande e a vila do Coxipó da Ponte. A serra da Chapada, onde se destaca o ponto culminante do município. No mais, os efeitos de milenar erosão observados por todos os geógrafos e geólogos que se ocuparam do planalto cuiabano, aluíram ou aplainaram o seu território, hoje dominado pelo complexo do cerrado.

RIQUEZAS NATURAIS — Ouro, diamante, variadas espécies de pedras semipreciosas, pedra calcária, cristal, canga e granito; areias para construção, barro para tijolos, telhas e cerâmica, são as principais riquezas no reino mineral.

Embora pauperizado pela exploração desordenada, possui ainda o município pequena reserva florestal, sendo encontradiças as seguintes variedades: aroeira (*schinos antarthrica*), a mais resistente dentre tôdas, muito procurada também pela sua altura e perfil para postes telegráficos e de iluminação; angico (*acacia angico*), excelente combustível; cambará (*lantana cambará*), de grande utilidade nas construções civis; cachuá, cujo tronco fornece uma tinta de vivo colorido; imbaúva (*secropia pelata*), abundante nas zonas ribeirinhas, cujo fruto é convite anual à revoada das pombas trocaz; lixeira (*curatelia americana*), espécie representativa do cerrado; paineira, cuja fibra fornecida pelos seus frutos é empregada na confecção de colchões e tra-

11 — 24 930

vesseiros; piquizeiro (*caryocar brasiliensis*), cujo fruto fornece a essência empregada na fabricação do licor de piqui e ainda é grandemente usado no preparo de vários pratos culinários típicos da região; saram, o amigo inestimável dos rios, que lhes protege as margens contra a erosão. Várias espécies medicinais; alfavaca do campo, jaborandi, arnica do campo, assa-peixe, caroba, japecanga, raiz de bugue, uembê ou embê, canela-de-ema, fedegoso, erva-de-bicho, quebra-pedra, pluméria e muitas outras, de largo emprêgo medicamentoso entre a população rural, para os mais variados males.

No reino animal, inúmeras espécies ainda sobrevivem, apesar da perseguição ininterrupta dos caçadores: a ariranha e a lontra, de peles preciosas para confecção de agasalhos; o ouriço, a cotia, a paca, o tatu-liso ou galinha, de carnes grandemente apreciadas; a capivara, o tamanduá-bandeira e mirim, o caititu, a anta, o veado-pardo e branco, o lobinho, o gato-do-mato, etc. Entre as aves, destacam-se a arara vermelha e a amarela, o papagaio, o periquito; jaó, mutum, jacu, jacutinga, aracuan, de grande procura para fins alimentares.

Tôdas essas espécies, destinadas a um não remoto desaparecimento, habitam ainda as matas vicinais dos cursos dos rios.

POPULAÇÃO — A população do município de Cuiabá, segundo o Recenseamento de 1950, era de 56 204 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 27 487; mulheres, 28 717. Segundo a côr, 16 527 declararam-se brancos, 6 903, pretos, 20, amarelos, 32 607, pardos e 147 não declararam a côr a que pertenciam. Segundo a religião professada, 53 110 declararam-se católicos apostólicos romanos; 1 030, protestantes; 1 456, espíritas; 14, ortodoxos; 5, maometanos; 118, outras religiões; 329, sem religião e 171 nada declararam. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 32 470, eram solteiras, 14 880, casadas, 15 311; desquitadas e divorciadas, 32; viúvas, 2 184 e 63 não declararam o estado conjugal. Segundo a nacionalidade, a população do município apresentou a seguinte composição: brasileira, 55 869; brasileiros naturalizados, 53; estrangeiros, 282. A densidade era de 0,33 por quilômetro quadrado. 51% da população localizavam-se na zona rural, percentagem essa inferior à verificada para o Estado de Mato Grosso, que foi 65,90%.

Situava-se em 2.º lugar em relação aos municípios mais populosos do Estado, conforme a seguinte demonstração:

1 — Campo Grande	57 033
2 — CUIABÁ	56 204

A cidade de Cuiabá, igualmente, considerados os quadros urbano e suburbano, colocava-se em segundo lugar, com 23 745 habitantes, superada ainda por Campo Grande, cuja população era de 31 708 habitantes.

Aspecto parcial da cidade

Aspecto parcial da Rua Cândido Mariano

A população do município, segundo a sua distribuição pelos distritos que o compunham na época do Recenseamento, apresentava os seguintes índices percentuais:

Município	100,00%
Sede	44,00%
Chapada dos Guimarães	22,00%
Acorizal	9,00%
Coxipó da Ponte	8,00%
Guia	7,00%
Jangada	5,00%
Engenho	2,00%
Passagem da Conceição	2,00%
Coxipó do Ouro	1,00%

Atualmente é imprevisível a população do município de Cuiabá, face à desanexação de áreas parciais de antigos distritos de densidade demográfica ainda não avaliada.

A sede municipal, entretanto, contava em 1.º de julho de 1956, com 27 106 habitantes, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, colocando-se em segundo lugar entre as cidades do Estado, sòmente superada por Campo Grande, cuja população foi avaliada em 39 461 habitantes.

Aglomerações urbanas — Apesar de dividido em 7 distritos e de ser o mais antigo município do Estado, Cuiabá é pobre em aglomerações urbanas. Como herança de sua origem garimpeira, de população instável, atravessou largo período de sua história assoberbado pela sobrevivência da sede municipal, o que não foi conseguido sem enormes sacrifícios.

A cidade de Cuiabá, como secular capital, é o principal aglomerado urbano, compreendendo 23 745 habitantes (zonas urbana e suburbana), segundo o Recenseamento Geral de 1950. Essa população achava-se distribuída da seguinte forma: Segundo o domicílio — zona urbana, 12 749; zona suburbana, 10 996; segundo o sexo — masculino, 10 761; feminino, 12 984. A predominância dos habitantes do sexo feminino sôbre os do sexo masculino leva-se à conta, seguramente, de dois fatôres: emigração para outros Estados, e ausência temporária da sua juventude que cursa escolas secundárias e superiores de outras capitais.

A vila do Coxipó da Ponte, com 956 habitantes (447 homens e 509 mulheres); vila de Coxipó do Ouro, com 272 habitantes (124 homens e 148 mulheres); vila da Guia, com 260 habitantes (122 homens e 138 mulheres), ainda de acôrdo com a população recenseada de 1950, compreendendo as zonas urbana e suburbana.

As vilas de Fátima, Jaciara e São José da Serra, criadas como sedes dos distritos homônimos, pela divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, não tiveram ainda sua população agrupada em aglomerados urbanos.

Cinco foram os povoados arrolados pela Inspetoria Regional de Estatística em 1954: Despraiado, a 5 quilômetros da sede municipal, com 68 moradias e 340 habitantes; Rio da Casca, a 120 quilômetros, com 65 moradias e 325 habitantes; Soberbo, a 50 quilômetros, com 44 moradias e 220 habitantes; Coxipó-assu, a 50 quilômetros, com 38 moradias e 190 habitantes e Volta do Coxipó, a 7 quilômetros, com 18 moradias e 72 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Em que pese a criação dos municípios nìtidamente de economia rural, de Chapada dos Guimarães e Acorizal e a desanexação da quase totalidade do distrito de Passagem da Conceição, que passou para o município de Várzea Grande, reduzindo-lhe dessa forma para um décimo da área primitiva, Cuiabá assenta sua economia, principalmente, no ramo agropecuário.

Segundo dados coletados para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em 1956, os seus rebanhos, compreendendo bovinos, eqüinos, muares, suínos, ovinos e caprinos, alcançaram o valor de 40 594 mil cruzeiros.

De acôrdo com a mesma fonte, os produtos agrícolas da safra de 1956, atingiram 15 786 mil cruzeiros, com índices mais destacados: o milho em grão, 2 880 mil cruzeiros; arroz com casca, 2 870 mil; mandioca mansa, 2 835 mil cruzeiros; cana-de-açúcar, 2 573 mil cruzeiros; mandioca, 1 580 mil cruzeiros; feijão, 1 368 mil cruzeiros e banana, 1 107 mil cruzeiros.

Produziu ainda o município 140 mil litros de leite, que depois de pasteurizado, foi vendido à população da cidade, alcançando o valor de 1 260 mil cruzeiros.

A indústria de produtos transformados nas propriedades rurais atingiu naquele período 352 mil cruzeiros.

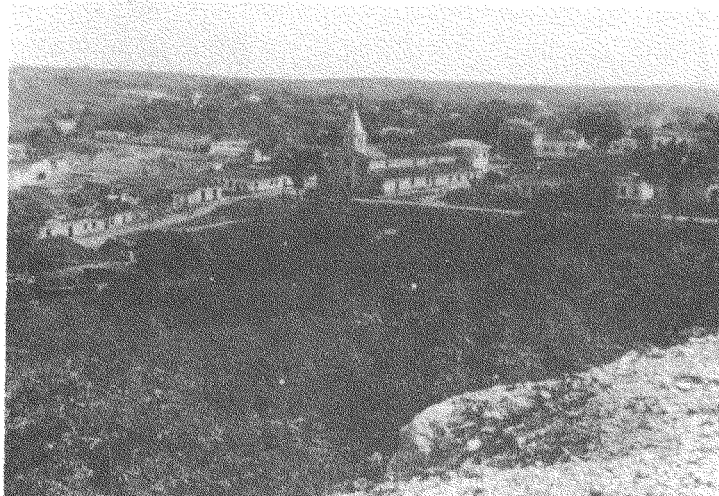
Vista da Matriz Diocesana

A tabela abaixo bem demonstra os resultados obtidos no último levantamento industrial (1955):

CLASSES DE INDÚSTRIA	N.º de estabelecimentos 31/12/1955	N.º de operários ocupados	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1955	
			Cr$ 1 000	% sôbre o total da produção
Indústrias extrativas:				
Produtos minerais	*	*	*	*
Produtos vegetais	—	—	—	—
Indústria de transformação:				
Transformação de minerais não metálicos	19	118	6 242	11,9
Metalúrgica	*	*	*	*
Mecânica	—	—	—	—
Material elétrico e material de comunicações	—	—	—	—
Material de transporte (construção e montagem)	*	*	*	*
Madeira	5	56	4 206	7,8
Mobiliário	9	19	2 579	4,8
Papel e papelão	—	—	—	—
Borracha	—	—	—	—
Couros e peles e produtos similares	—	—	—	—
Química e farmacêutica	*	*	*	*
Têxtil	—	—	—	—
Vestuário, calçado e artefatos de tecido	8	56	5 835	10,8
Produtos alimentares	18	84	11 683	21,7
Bebidas	7	31	2 968	5,5
Fumo	—	—	—	—
Editorial e gráfica	6	39	2 027	3,7
Diversas	3	4	1 438	2,6
Construção civil	3	180	9 468	17,3
Serviços industriais de utilidade pública	*	*	*	*
TOTAL GERAL	83	721	53 674	100%

(*) Omitidos a fim de evitar individualização. Os dados acham-se incluídos nos totais.

A indústria da pesca não colonizada em 1956 apresentou os seguintes resultados, segundo os elementos coletados para o Serviço de Estatística da Produção: número de pescadores — 132, dos quais 7 menores e 125 adultos; material existente — 285 mil cruzeiros; aparelhamentos de pesca — 968 mil cruzeiros; produção de pescado — 484 toneladas, no valor de 3 051 mil cruzeiros. Dêste total, segundo as espécies, o pacu representou 52% da quantidade produzida e 59% do valor em cruzeiros.

A produção do pescado ainda é conseguida por processos tradicionais. No período da sêca, que vai de junho a fins de setembro ou começos de outubro, quando o rio se estende com pouca profundidade, destacando-se os canais, abundam as espécies escamosas, que são colhidas em rêdes de arrasto, avolumando-se conseqüentemente a produção. Tisnada a água pelas primeiras chuvas, somem como que por encanto, dando vez ao aparecimento das espécies lisas ou sem escamas. Não sendo mais praticável a pesca de rêde, adapta-se o pescador ao uso dos anzóis, quer mantidos a pulso, nas corredeiras, sôbre canoas, quer fixando nos galhos de saran suas armadilhas. De uma ou de outra forma, a pesca se apresenta quase sempre abundante, dando azo, mesmo, a regular exportação aérea, para Goiânia e São Paulo.

Grande Hotel de Cuiabá

Vista da Igreja de N. Sª do Rosário

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio cuiabano, seguindo ainda hábito tradicional, não evoluiu para as especializações, exceto em poucos casos. As casas atacadistas aliam ainda às suas atividades, o varejo: as casas varejistas, via de regra, vendem tôda espécie de mercadorias, desde tecidos ao armarinho, incluindo artigos confecionados, de toucador, de higiene, perfumes, calçados, etc. Dêsse modo, pràticamente não existem casas especializadas em determinado ramo.

Mesmo assim, registram-se 6 estabelecimentos atacadistas e 265 varejistas, na sede municipal e mais de 400 em todo o município, igualmente varejistas.

As operações se processam através de 4 Agências: Banco do Brasil S. A., Banco Nacional do Comércio e Produção, Banco de Crédito da Amazônia S. A. e Banco da Lavoura de Minas Gerais. Uma Caixa Econômica Federal, com 9 733 cadernetas em giro, e depósitos no valor superior a 31 milhões de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por tôdas as embarcações que fazem a linha Corumbá—Cuiabá, sendo, outrossim, o ponto terminal de navegação fluvial pelo rio Cuiabá. É o seu único rio navegável que comporta, entretanto, sòmente embarcações de pouco calado, na maior parte do ano, quando o leito do rio se entremostra a pequena profundidade, no período da sêca.

Liga-se às sedes municipais vizinhas pelos seguintes meios de transporte:

1 — Acorizal — rodoviário, 59 km;

2 — Barra do Garças — aéreo, via Aragarças (GO), 600 km;

3 — Chapada dos Guimarães — rodoviário, 72 km;

4 — Poxoreu — rodoviário, 250 km ou aéreo, 180 quilômetros;

5 — Rondonópolis — rodoviário, 267 km ;

Aspecto parcial da Avenida Getúlio Vargas

6 — Santo Antônio de Leverger — rodoviário, 38 km ou fluvial, 50 km;

7 — Várzea Grande, rodoviário, 6 km.

Mantém ligação com a Capital Federal, via aérea, a uma distância de 1 890 km, por intermédio das seguintes emprêsas comerciais: Panair do Brasil S. A., Consórcio Real-Aerovias-Nacional de Transportes Aéreos, Viação Aérea São Paulo (VASP), Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. e Lóide Aéreo. É servido ainda pelo Correio Aéreo Nacional (CAN). A mesma ligação pode ser feita via Campo Grande, rodoviária, 580 km, e daí por via aérea, 1 286 km, ou ferrovia, 1 892 km.

Tem ligação fluvial com a cidade de Corumbá, realizada pelas seguintes emprêsas de navegação: Serviço de Navegação da Bacia do Prata, Miguéis & Cia. e Scaff, Gattass & Cia. Ltda.

Comunica-se, ainda, via aérea, com as seguintes Capitais: Pôrto Velho (RO), 1 439 km; Rio Branco (AC), 2 173 quilômetros; Manaus (AM), 2 189 km; Boa Vista (RB), 2 944 km; Belo Horizonte (MG), 1 395 km; São Paulo (SP), 1 517 km; Goiânia (GO), 750 km.

Até o fim do primeiro semestre de 1956, as companhias aéreas utilizavam-se do aeroporto localizado nas imediações da Capital. Não satisfazendo às condições técnicas para pouso de aviões de grande envergadura e tornando-se sobremaneira dispendiosa sua ampliação, que exigiria atêrro considerável, além de sua má localização topográfica, construiu-se um novo aeroporto com pista do tipo internacional no distrito de Várzea Grande, distante 8 quilômetros da Capital e que atualmente centraliza todo o seu movimento aeroviário comercial, reservando-se o antigo para pouso de pequenos aviões de treinamento e táxis-aéreos.

O movimento aeroviário, em 1956 e no primeiro semestre de 1957, apresentou os seguintes resultados, no que diz respeito a passageiros e cargas transportados:

1956

1 — Passageiros transportados:	
I — Embarcados	18 274
II — Desembarcados	17 277
2 — Cargas em geral (kg):	
I — Embarcadas	195 157
II — Desembarcadas	453 236

1.º Semestre de 1957

1 — Passageiros transportados:	
I — Embarcados	9 867
II — Desembarcados	9 070
2 — Cargas em geral (kg):	
I — Embarcadas	104 160
II — Desembarcadas	242 102

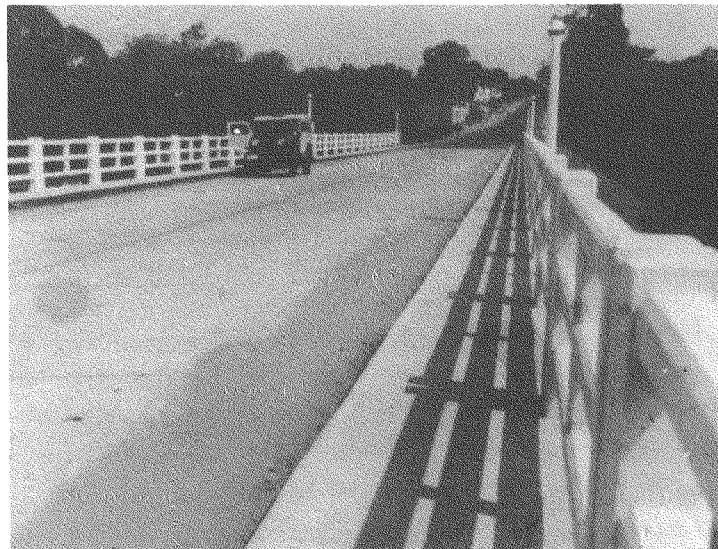
O número de passageiros embarcados e desembarcados em 1956, superou em 3 885 e 4 373, respectivamente, ao verificado em igual período de 1955.

Segundo os dados correspondentes ao primeiro semestre do ano em curso, a previsão é que, em 1957, os índices sejam sensìvelmente superiores aos de 1956.

A cidade é sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Mato Grosso e de uma Agência da Companhia de Rádio Internacional do Brasil (RADIONAL), comunicando-se com tôdas as congêneres instaladas no País e no Exterior.

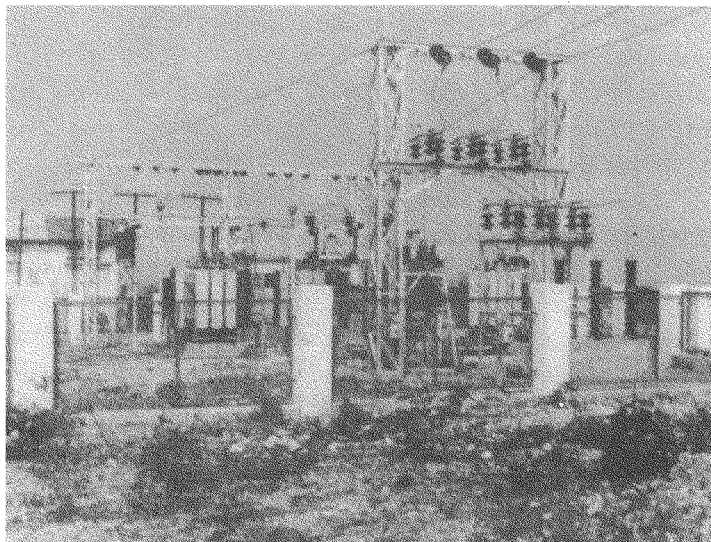
Estão ainda localizados no município os seguintes órgãos oficiais de comunicação: na cidade — 1 Agência Postal-Telegráfica e 1 Agência Postal; nas vilas: — 3 Agências Postais-Telegráficas (Coxipó da Ponte, Guia e São José da Serra) e uma Agência Postal em Jaciara.

Outras vias de comunicações existentes: Estação Radiotelegráfica do Govêrno do Estado; Estação Radiotelegráfica do Ministério da Guerra, localizada no Quartel do 16.º Batalhão de Caçadores; Serviço de Comunicações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Estações Radiotelegráficas das seguintes emprêsas de aviação: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., Panair do Brasil S. A., Consórcio Real-Aerovias-Nacional de Transportes Aéreos e Viação São Paulo (VASP); uma emprêsa telefônica em fase de remodelação, com instalação de telefones automáticos, pertencente à "Emprêsa Telefônica Cuiabana", empreendimento de capitais particulares.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cuiabá que possuía, na época do último Censo Demográfico, 23 745 habitantes, sendo a segunda do Estado em população, contava então com 70 logradouros, dos quais 47 pavimentados, 10 arborizados, 1 ajardinado e 7 arborizados e ajardinados simultâneamente, segundo "Melhoramentos Urbanos — 1954" (Sinopse Estatística), do Serviço de Estatística da

Aspecto parcial da ponte de concreto armado, na Vila do Coxipó da Ponte

Educação e Cultura, editado em 1956. De acôrdo com a mesma fonte de informação, havia na sede municipal 4 723 prédios nas zonas urbana e suburbana. A iluminação pública compreendia 850 focos e a domiciliária somava 1 817 ligações. Cêrca de 3 050 prédios dispunham de abastecimento de água canalizada.

A rêde de esgôto para água servida e pluvial, simultâneamente, se estende por 5 575 metros, beneficiando, no todo ou em parte, 29 logradouros, segundo dados de 1956.

Segundo elementos fornecidos pela Prefeitura Municipal, a cidade conta atualmente com 72 840 m² de pavimentação a paralelepípedos, 6 660 m² a concreto e 5 700 metros quadrados a ladrilhos (praças e jardins públicos). Os logradouros públicos pavimentados estão assim distribuídos: concretados — inteiramente, 1 e parcialmente, 3; pavimentados com paralelepípedos — inteiramente, 9 e parcialmente, 13; pavimentados com pedras irregulares — inteiramente, 9 e parcialmente, 13; com outros tipos de pavimentação, 2.

Aspecto parcial da estação transformadora de energia

São as seguintes as edificações mais importantes: Palácios da Justiça, da Secretaria-Geral e da Instrução, edifícios do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários, da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, dos Correios e Telégrafos, do Centro América Hotel, do Grande Hotel de Mato Grosso, do Colégio Estadual de Mato Grosso, do Ginásio e Liceu São Gonçalo, do Ginásio e Escola Normal Coração de Jesus, do Palácio Arquiepiscopal, Residência dos Governadores e Palácio Alencastro, Quartel do 16.º Batalhão de Caçadores, Banco de Crédito da Amazônia S. A., Banco Nacional de Comércio e Produção, Edifício Ricci, Sede da Agência do Serviço do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Departamento Estadual de Estatística, Prefeitura Municipal e muitos outros.

Entre os templos dedicados aos cultos destacam-se a Sé Catedral Metropolitana, Igreja de Nossa Senhora do Bom-Despacho, Igreja de São Gonçalo do Amarante de Pedro II, Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Igreja Presbiteriana de Cuiabá e Templo Adventista do 7.º Dia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 32 médicos, 29 dentistas, 14 farmacêuticos e 47 enfermeiros, dos quais 9 diplomados.

A assistência médica em geral é proporcionada à população através do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, Hospital Abrigo Júlio Müller, Hospital Infantil D. Darcy Vargas, Maternidade de Cuiabá, Hospital Colônia de Alienados do Coxipó da Ponte, Serviço Especial de Saúde Pública, Departamento de Endemias Rurais, Dispensário da Lepra, Centro Estadual de Saúde, Pôsto Médico da ...... CERMT, Ambulatórios do IPASE, do IAPC, do IAPETC, da Arquidiocese, do SESI e do Serviço de Assistência Médica Rural da Prefeitura Municipal. Existem na sede municipal 11 farmácias e 1 drogaria.

A Santa Casa de Misericórdia é o mais antigo estabelecimento assistencial. Tendo falecido em Vila Bela, a 4 de abril de 1775, Manoel Fernandes Guimarães, deixou em legado a quantia de doze contos de réis, metade do seu espólio, para a fundação, em Cuiabá, de uma casa de recolhimento para morféticos. Recolhida a importância aos cofres dos ausentes, a juros de 5% ao ano, elevou-se a sessenta contos de réis cinqüenta anos depois. Construída a Casa dos Lázaros, o governador João Carlos Augusto de Oeynhausem de Gravemburg empreende a construção da Santa Casa de Misericórdia, com o que sobejou do legado, inaugurando-a em 1819.

Data de 1894, a fundação da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia que até hoje administra e mantém essa notável instituição, que passou por grandes melhoramentos, tendo presentemente suas instalações satisfatòriamente atualizadas para prestação de serviços médico e cirúrgico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada em Cuiabá pelas seguintes instituições: Secção Estadual da Legião Brasileira de Assistência, fundada em 1942 e Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia, congregando 108 sócios, tendo concedido auxílios no montante de 3 000 mil cruzeiros em 1956, cada uma; Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância, fundada em 1947, com 250 sócios e benefícios concedidos no valor de 1 334 mil cruzeiros; Sociedade Cuiabana de Assistência aos Lázaros, fundada em 1932, com 280 sócios e benefícios concedidos em 1956, no valor de 157 mil cruzeiros; Pia União de Santo Antônio, fundada em 1941, com auxílios prestados no valor de 94 000 cruzeiros, ainda em 1956.

Quatro são os Asilos e Recolhimentos: Abrigo Bom Jesus para crianças, Abrigo Bom Jesus para Velhos, Asilo Santa Rita e Asilo Maria Auxiliadora.

À esquerda da rodovia Cuiabá—Coxipó da Ponte, distante 3 quilômetros, ergue-se imponente o edifício mandado construir pelo Ministério da Justiça para abrigo e iniciação dos menores desamparados.

Acham-se em funcionamento as seguintes cooperativas: Cooperativa dos Rodoviários Ltda. com 290 asssociados e União Mato-grossense do Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra, com 46 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo de 1950, o município de Cuiabá contava 47 335 pessoas nos grupos de idades de 5 anos e mais, assim discriminados, por sexo: 23 173 homens e 24 171 mulheres. Do total, 23 239 sabiam lêr e escrever, sendo 11 856 do sexo masculino e 11 383, do sexo feminino. Declararam-se analfabetas ou

não fizeram declaração de instrução, 24 096 pessoas, das quais 11 308 eram homens e 12 788 eram mulheres.

As percentagens verificadas dos alfabetizados sôbre os que não sabiam ler e escrever foi a seguinte: quanto aos grupos de idades, 49,09%; quanto à população do município, 41,38%; quanto ao grupo de idades na população do Estado, 5,38% e em relação à população geral recenseada no Estado, 4,45%.

Segundo a situação do domicílio, a população do município se distribuía da seguinte forma, quanto a sexos, grupos de idades de cinco anos e mais e instrução:

Zona urbana: Total recenseado, 12 939, dos quais 5 642 homens e 7 297 mulheres; 10 552 pertenciam aos grupos de idades de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, ou seja 80,0%. Para cada grupo de 100 alfabetizados, 45 eram homens e 55 eram mulheres.

Zona suburbana: Total recenseado, 10 286, dos quais 4 853 homens e 5 433 mulheres; 6 589 pertenciam aos grupos de idades de cinco anos e mais que sabiam ler e escrever, ou seja 64,14%. Para cada grupo de 100 alfabetizados, 51 eram homens e 49 eram mulheres.

Zona rural: Total recenseado, 24 110, dos quais 12 669 homens e 11 441 mulheres; 6 089 pertenciam aos grupos de idades de 5 anos e mais, que sabiam ler e escrever, ou seja 25,25%. Para cada grupo de 100 pessoas alfabetizadas, 57 eram homens e 43 eram mulheres.

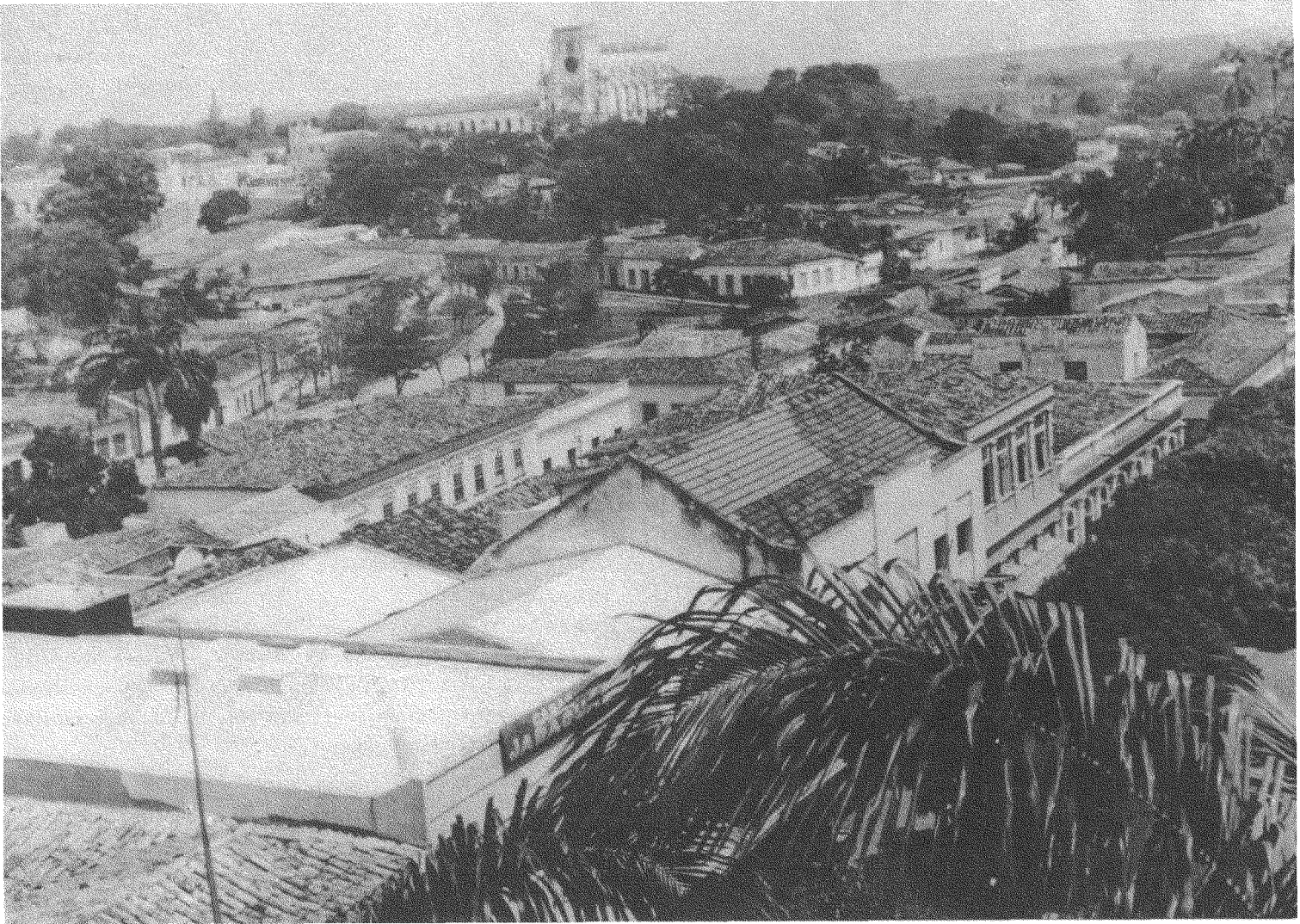
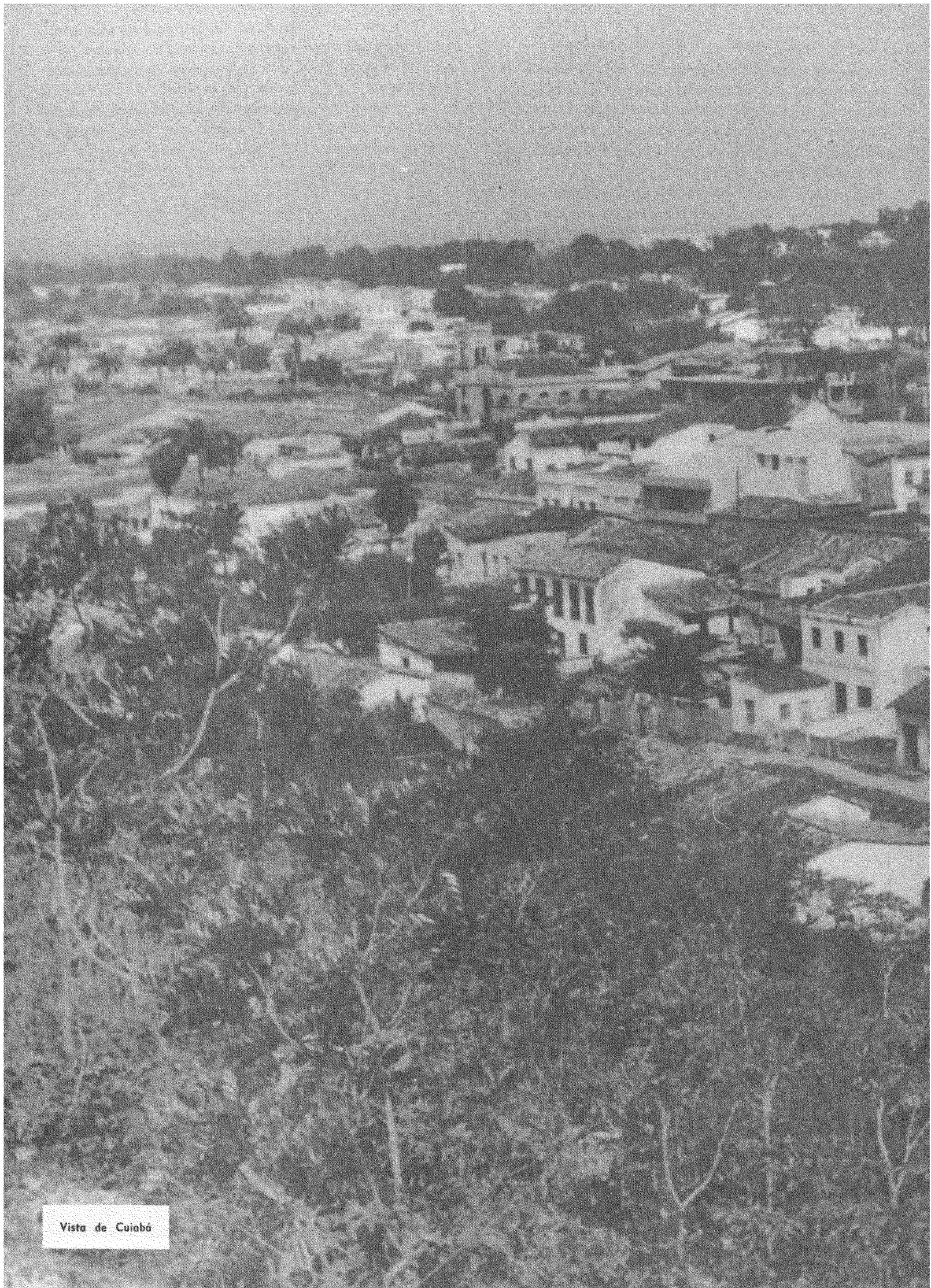
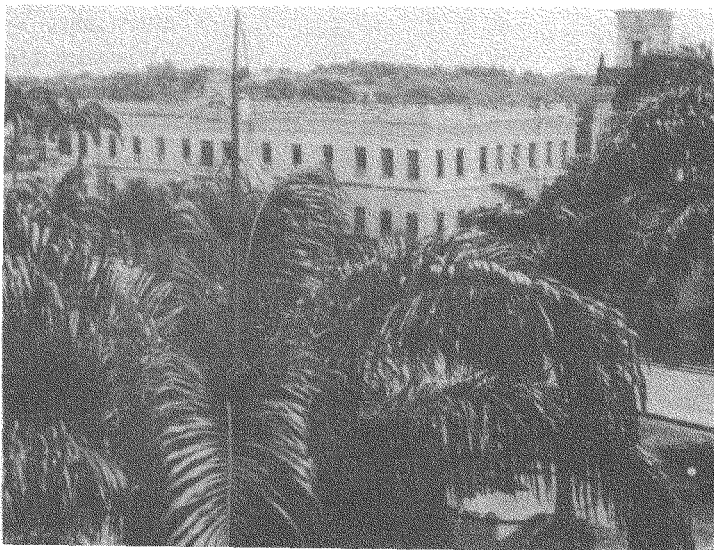
O decréscimo verificado na alfabetização do sexo feminino, a partir da zona suburbana, resultou em relativo equilíbrio no cômputo geral, com 51 homens e 49 mulheres alfabetizados, em cada grupo de 100 pessoas.

A situação das vilas, quanto à alfabetização, segundo o sexo, para as pessoas de 5 anos e mais, era a seguinte, ainda de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950:

VILAS E QUADRO RURAL	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				TOTAL
	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever		
	Homem	Mulher	Homem (1)	Mulher (1)	
Acorizal	154	150	127	168	599
Chapada dos Guimarães	106	97	83	96	382
Coxipó da Ponte	259	234	126	210	829
Coxipó do Ouro	55	52	58	74	239
Engenho	106	78	64	89	337
Guia	52	43	51	77	223
Jangada	68	33	64	68	233
Passagem da Conceição	39	59	37	38	173
Quadro Rural	3 721	2 368	8 948	9 073	24 110
TOTAL GERAL	4 560	3 114	9 558	9 893	27 125

(1) Incluem-se os que não declararam o grau de instrução.

ENSINO — *Sua evolução* — Eis como, resumidamente, Virgílio Corrêa Filho, acompanhou a evolução do ensino em Cuiabá, no documentado livro "Monografias Cuiabanas":

"Emudecem de todo os archivos coloniais, quando consultados a respeito da Instrução em Mato Grosso: pràticamente, nada havia que merecesse referência.

Aspecto parcial da cidade

Vista de Cuiabá

Palácio da Instrução (aspecto parcial)

Os bandeirantes que lhes estabeleceram o primeiro núcleo duradoiro de colonização, a 8 de abril de 1719, fizeram-se notados mais pela afouteza incommum, com que domavam as forças naturaes, ao devassarem os sertões bravios, do que pela cultura intellectual, que lhes fallecia.
E assim é que, passado mais de meio seculo, havendo Pombal creado o subsídio literario, para sustentação dos mestres regios, o seu rendimento, arrecadado desde 1775, em vez de applicar-se ao fim a que se destinava, entra para o cofre da real fazenda, "porque nem ha a junta da mesma, nem mestres ou professores que instruam a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquella arrecadação", consoante depõe Nogueira Coelho, nas suas "Memórias chronologicas.
Em taes condições de precariedade, no tocante à diffusão do ensino, Cuiabá alegrou-se com a chegada, a 15 de julho de 1798, do Padre José Manoel de Siqueira, o primeiro cuiabano que tornou de longes terras, aonde fôra em busca de ilustração, com a nomeação de professor de Philosofia.
No ano seguinte, ao Senado da Câmara de Cuiabá recomendava Caetano Pinto "que se enviassem sete estudantes para a Europa, afim de se instruirem nas artes e sciencias uteis a esta capitania", subvencionado cada um com a pensão mensal de 10$000.
A permanencia de tão benefica resolução teria evitado que, ao encerrar-se o periodo colonial, com a deposição de Megessi, aos 20 de agosto de 1821, se encontrasse Mato Grosso quase todo desprovido de apparelhamento instructivo.
Luiz d'Alicourt, dando conta do que lhe incumbira o Imperador em 1823, mencionou a existência de uma escola de primeiras letras, "com 57 alunos, uma aula de grammatica latina, com 15 alunnos, uma de phylosofia racional e moral, vaga, e tres escolas particulares em Cuiabá".
O ensino arrastava-se ronceiramente atravez de toda a sorte de difficuldades, quando a provincia herdou o encargo de cuidar de suas nececcidades escolares, comettido pelo Acto Addcional de 1834, que decretou no artigo 10.°: Compete às Assembléas legislativas provinciaes legislar sobre instrucção pública e estabelecimentos proprios a promovel-a...
Posto que ditado pelos melhores intuitos, a herança, em vez de beneficiar, veio ainda mais onerar o gravame sob que vivia a desventurada provincia, recem dessangrada em cruenta commoção politica".
Ainda assim, cogitou logo de legislar acerca da materia, por lei de 12 de agosto de 1835, autorizando o Presidente a crear em Cuiabá duas "cadeiras de primeiras lettras de ensino individual, uma em cada districto", gratificando os professores, que tiveram mais de 50 alumnos, "á razão de 4$000 por alumno excedente".
Exhaustos, porém, os cofres provinciaes; extremados os politicos em facções irreductiveis, que levaram ao exilio grande numero de valores sociaes apreciaveis, avultava ainda maior a difficuldade de encontrar professores capazes, cuja carencia transparece a cada passo, nos actos oficiaes."

No Govêrno Pimenta Buêno, a Lei n.° 8, de 5 de maio de 1835, traz a regulamentação do ensino em dois graus: 1.° grau: leitura, escrita, as quatro operações e princípios religiosos; e 2.° grau: leitura, escrita, aritmética até proporções, gramática e noções gerais dos deveres religiosos e morais.

As do 1.° grau seriam estabelecidas em tôdas as povoações que garantissem freqüência de pelo menos 20 alunos.

De acôrdo com a mesma lei, seria criada na Capital uma Escola Normal para formação de professôres primários.

Segundo Augusto Leverger, existiam em Cuiabá, em 1852 uma aula de latim e uma de primeiras letras em cada freguesia da Província, com 400 alunos e mais algumas escolas particulares. Para tôda a área compreendida hoje pelo município da Capital, apenas 112 meninos e 7 meninas freqüentavam escolas de primeiras letras, em 1854.

Igreja de N. Sa. do Bom Despacho

Em 1859, sob o govêrno De Lamare, os índices de matrículas haviam crescido consideràvelmente, além de que tôdas as famílias abastadas encaminhavam os seus filhos a serem educados no Rio de Janeiro.

Por essa época foi criado o Seminário Episcopal, destinado com especialidade ao aproveitamento das vocações sacerdotais, mas acolhendo, igualmente, outros estudantes.

Em 1873, dá-se a reforma do ensino, pelo "Regulamento orgânico de instrução publica da provincia de Mato Grosso", dispondo sôbre o ensino primário e secundário.

Em 1875 é fundada a Escola Normal. Em 1879, por lei de 3 de dezembro, cria-se o Liceu Cuiabano, ao mesmo tempo que estimula o ensino primário, adotando medidas adequadas.

Sucessivas reformas tiveram por intento, nas administrações provincial e republicana, plasmar o ensino às novas conquistas pedagógicas, até os dias atuais, merecendo especial menção as medidas adotadas, verdadeiramente revolucionárias, no ensino cuiabano, pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 1910, quando da sua primeira passagem pela governança do Estado, em conseqüência das quais se formou uma plêiade de talentosos homens públicos, escritores e professôres cuiabanos.

O ensino fundamental comum foi administrado em 1956 por 99 estabelecimentos, dos quais eram 74 estaduais, 11 municipais e 14 particulares. Segundo a categoria, eram 5 Grupos Escolares, 7 Escolas Reunidas e 87 Isoladas.

De acôrdo com os principais resultados no fim do primeiro mês letivo daquele ano (Departamento Estadual de Estatística), estavam em funcionamento 38 estabelecimentos estaduais, regidos por 122 normalistas e 51 leigos e 4

Centro América Hotel

auxiliares normalistas; 11 estabelecimentos municipais regidos por 4 normalistas, 14 leigos e 1 auxiliar igualmente leigo; 6 estabelecimentos particulares regidos por 6 normalistas e 4 leigos.

Ainda com base na mesma fonte de informação, estavam matriculados até 30 de março de 1956, 6 247 alunos de ambos os sexos, sendo 5 085 nas escolas mantidas pelo Estado, 641 nas mantidas pelo govêrno municipal e 521 nas particulares.

Segundo as séries do curso, 3 152 alunos estavam matriculados na 1.ª série, 1 366 na 2.ª, 977 na 3.ª e 752 na 4.ª série do ensino primário.

Há que esclarecer, entretanto, que coincidindo o início do período escolar com a época chuvosa, muitas escolas passaram a funcionar nos primeiros meses subseqüentes, escapando, destarte, ao cômputo da matrícula inicial.

Levada esta ressalva em consideração, pode ser estimado em 9 000 o número de alunos de ambos os sexos que freqüentaram aulas em 1956, no curso primário.

Com base no "Resumo do Ensino médio por Município" (Matrícula inicial em 1956 e conclusões de curso em 1955), distribuído pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura, o ensino médio em Cuiabá foi administrado por 16 unidades escolares, das quais 5 se dedicaram ao curso ginasial, 1 ao colegial, 1 ao comercial, 2 ao normal e 7 ao industrial. Êsses estabelecimentos estavam providos de 158 professôres, sendo 83 homens e 75 mulheres. A matrícula inicial (30 de março de 1956) atingiu 2 497 alunos, dos quais 1 173 do sexo masculino e 1 324 do sexo feminino.

As conclusões de curso em 1955 atingiram a 343, sendo 145 do sexo masculino e 198, do sexo feminino.

Ainda em 1956, funcionaram os seguintes estabelecimentos de ensino não primário: Centro de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado, Escola de Enfermagem "Dr. Mário Corrêa da Costa", destinada à formação de auxiliares de enfermagem, 4 escolas de Datilografia, 7 de corte e costura e bordados, 1 Auto-Escola para formação de motoristas profissionais e amadores.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS —A capital mato-grossense tem vida cultural bastante desenvolvida. Segundo investigações que serviram de base a levantamentos da Inspetoria Regional de Estatística, Cuiabá possuía as seguintes instituições culturais:

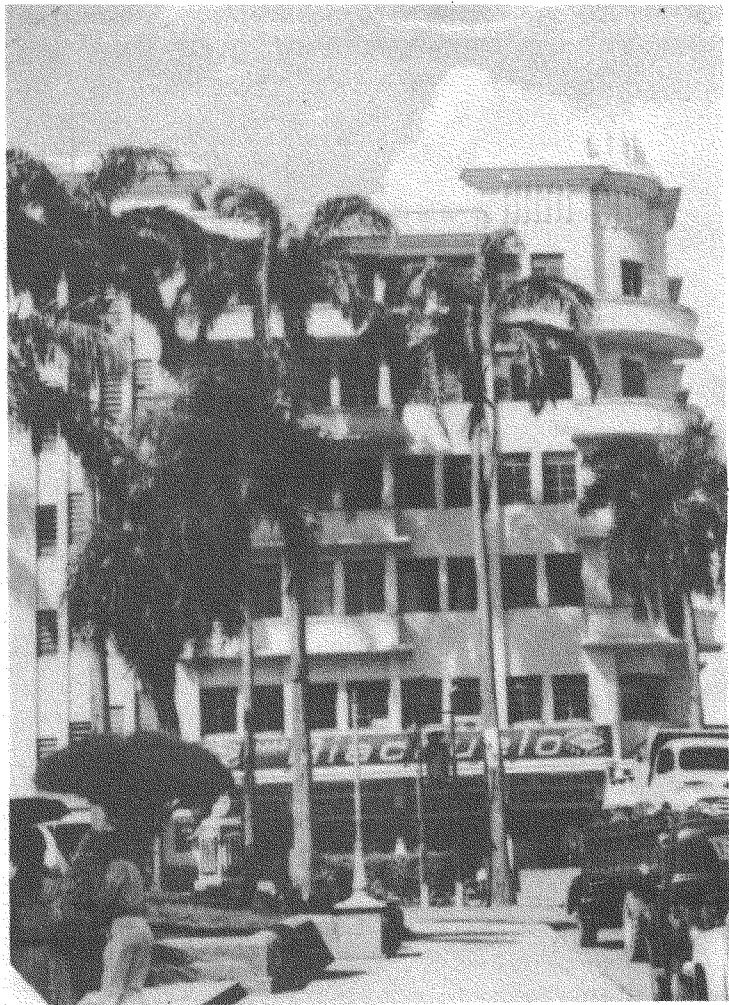
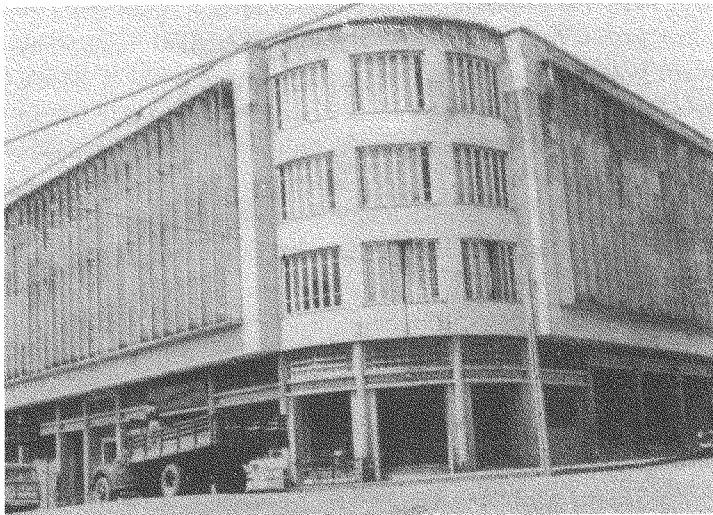
Duas radioemissoras: Rádio Sociedade "A Voz do Oeste", prefixos PRH-3 e ZYZ-5, irradiando nas freqüências de 1 160 e 4 985 quilociclos; e Rádio Cultura de Cuiabá, funcionando em caráter experimental.

Nove jornais, inclusive o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, sendo 2 diários matutinos, dois de periodicidade bissemanal, 2 semanais, 1 quinzenal e dois mensais.

Sete Bibliotecas com acesso ao público, possuindo um total de 29 143 volumes.

Academia Mato-grossense de Letras, congregando 38 associados, entre os quais duas mulheres.

Instituto Histórico de Mato Grosso, congregando 130 associados, entre os quais 2 estrangeiros.

Centro Artístico e Musical de Cuiabá, com 385 associados, cuja finalidade é o desenvolvimento das artes em geral e das vocações musicais.

Edifício do I. A. P. C.

Lion's Club de Cuiabá e Rotary Club de Cuiabá.

Clube Esportivo Feminino, com 1 433 sócios, congregando a mais alta sociedade cuiabana.

Clube Recreativo e Esportivo Antônio João, com 771 sócios, congregando os subtenentes e sargentos do 16.º Batalhão de Caçadores, sediados na Capital.

Oito agremiações esportivas, com 1 451 associados contribuintes e 518 esportistas.

Dois cinemas em funcionamento: Cine-Teatro Cuiabá, com 918 lugares, dispondo de aparelhamento para projeção em cinemascope, e Cine Belo, com 175 lugares.

Um edifício para cinema, já em fase de conclusão de obras, cuja capacidade será de 800 lugares.

Cinco oficinas gráficas em condições técnicas para impressão de livros.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou os seguintes resultados, no que diz respeito às finanças federais, estaduais e municipais, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 917	8 943	2 760	1 542	2 444
1951	4 990	10 152	3 161	1 693	2 865
1952	6 718	24 339	4 762	2 512	3 951
1953	9 945	37 014	5 697	2 925	4 886
1954	11 541	39 566	10 614	3 255	6 095
1955	15 163	53 444	9 361	4 624	9 584
1956	25 462	43 422	10 661	7 855	10 016

(1) Inclusive os municípios de Chapada dos Guimarães e Acorizal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Cometeria êrro quem tentasse esboçar os traços mais característicos da população do município de Cuiabá, sem considerar as profundas modificações verificadas nos últimos 25 anos.

O espírito conservador e tradicional do povo agoniza ante a era moderna liderada pelas gerações posteriores a 1930. E com êle desaparecem alguns dos mais interessantes aspectos herdados da era colonial, que os saudosista deploram, com certa razão.

A emigração, que sempre foi uma das causas de emperramento sócio-econômico do município, tende a diminuir, em vista das modificações observadas no campo das atividades privadas. O desenvolvimento da cidade, a transformação dos seus hábitos pelo advento das comunicações fáceis, a intensificação do intercâmbio comercial, turístico e cultural, fizeram desaparecer o individualismo então existente. Hoje a sociedade cuiabana é receptiva a tôdas as manifestações de progresso, de que resulta profunda alteração nos hábitos tradicionais (usos, costumes, trabalho, moradia, diversões, etc.).

Até 1930 a sociedade cuiabana vivia em compartimentos estanques, formados pelos clãs políticos do coronelato. Havia o coronel engenheiro, o coronel médico, o coronel comerciante, o coronel industrial, o coronel agricultor, fazendeiro, etc., todos integrados na política tumultuada do Estado, e, como tal influentes nas decisões administrativas.

Fora dêsse círculo convencional, o povo não representava nenhum poder atuante, nem mesmo se congregava em classes, de caráter operário ou agrícola.

Essa situação está completamente modificada.

A classe social mais representativa se congrega em função da posição econômica do indivíduo, desde que aliado à educação e à cultura, independente de profissão, côr, nacionalidade ou credo religioso ou político. Tanto tinha ontem de hermética, como tem hoje de liberal e expansiva.

O comportamento em sociedade das classes mais abastadas é liderado pelo sexo feminino, idealizador e mantenedor de um clube recreativo que sistemàticamente congrega os seus componentes. Já a classe intermediária é liderada pelos homens, daí se originando maior liberalidade.

O estilo de vida modificou-se consideràvelmente com a modernização dos costumes e a ocorrência de fatôres outros, como intercâmbio cultural, diversões, rádio, cinema, esportes, aviação, diversificação de atividades profissionais,

Aspecto do rio Cuiabá

salários mais elevados, novos campos de atividade, inflação monetária e de crédito, etc.

De um modo geral, tôdas as classes se beneficiaram e os costumes, hábitos, trabalhos, moradias e alimentação foram alterados.

Presentemente o cuiabano alimenta-se melhor, veste--se melhor, mora melhor e diverte-se melhor do que há vinte anos atrás.

A ampliação dos setores de atividades públicas e privadas deu margem ao acesso da mulher a ocupações que sòmente eram exercidas por homens, ensejando modificação nos ambientes de trabalho.

As gerações novas são esportivas, mais saudáveis, e o entendimento entre os sexos nivelou-os a iguais direitos.

O casamento é ainda instituição respeitável a que se não dispensa a simultânea sanção do código civil e canônico. A mulher tornou-se mais independente, participando ativamente da vida social e política. Embora ocorram esporàdicamente casamentos sòmente no civil, a recíproca não é freqüente, mesmo nas camadas mais baixas da sociedade. Nestas, entretanto, tornam-se muito comuns as mães solteiras.

A opinião pública é bastante esclarecida, para isso contribuindo a instantaneidade com que se toma conhecimento dos assuntos nacionais e estrangeiros, através de jornais e rádio, cuja leitura e audição generalizaram-se.

Cuiabá é uma cidade pobre de monumentos. Os antigos legaram-nos uma cidade de construção irregular, sem a preocupação do seu aformoseamento ou de perpetuar em obras de arte a sua vida febril à cata do ouro que era carreado para São Paulo e Portugal.

O marco mandado colocar pela Comissão Rondon no Campo d'Ourique, antigo Largo da Fôrça, assinalando o centro geodésico da América do Sul, é um dos monumentos mais importantes da cidade, objeto da natural curiosidade forasteira, apesar da singela confecção. Numa das faces, acha-se colocada uma placa com a seguinte inscrição:

COM. RONDON
LAT. SUL
15° 35' 56" 80
LONG. O. GREEN.
56° 06' 05" 55
1.° TEN. RENATO BARBOSA — R. P.
1909

Na Praça Alencastro, ostentam-se as hermas de Dom Francisco de Aquino Corrêa, 2.° Arcebispo de Cuiabá, e do Marechal Eurico Gaspar Dutra, ambos cuiabanos e que se tornaram paradigmas da cultura e da bravura cuiabanas.

Na Rua Barão de Melgaço, onde hoje funcionam a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico de Mato Grosso, está a casa onde o Barão de Melgaço — Augusto Leverger — tão grato à memória de todo cuiabano, residiu. Foi transformada em monumento histórico.

A Sé Catedral Metropolitana, a anciã das igrejas, assentada no coração da cidade, é outro dos monumentos históricos existentes, principalmente pelos trabalhos de talhe de seus altares laterais, num dos quais se encontra a venerável imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Na Praça Bispo D. José, ergue-se ainda o chafariz do Mundéu. Construído em 1871, para receber por aqueduto as águas do antigo quintal do Maranhão, hoje propriedade da Santa Casa de Misericórdia, serviu por muitos anos à população. Desprovido agora das torneiras que o circundavam, mantém-se em relativo estado de conservação, atestando a primeira tentativa de abastecimento público d'água de Cuiabá.

Marco Geodésico do centro da América do Sul

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Volvendo os olhos para o passado da vida religiosa de Cuiabá, há que concluir que sòmente reminiscências lhe sobram das pompas com que eram realizadas as festas do Espírito Santo, São Jorge e tantas outras. As mais importantes ainda realizadas anualmente são as de São Benedito, acompanhadas dos tradicionais chás com bolos, almôço e baile na casa dos festeiros; as do Senhor Divino, já divorciadas da parte profana que delas faziam a maior festa da cidade. Procissões tradicionais e importantes são realizadas na Semana Santa, no dia de Corpus Cristi e de Nossa Senhora da Glória.

Assim descreve Francisco A. Ferreira Mendes, da Academia Mato-grossense de Letras, as festas do Divino Espírito Santo, só existentes hoje na evocação dos documentos históricos:

"Iniciavam-se os festejos com um cortejo mascarado, que precedendo bandas de música e de clarins, percorria as ruas da cidade no domingo anterior ao Pentecostes, anunciando à cidade os dias que se seguiriam promissores e alegres. Duzentos a trezentos cavaleiros fantasiados, com os corcéis ajaezados de prataria, os xairéis matizados de fitas multicores, tendo à frente um arauto, que declarava em versos o programa das solenidades, e nos quais a crítica delicada anatematizava costumes pessoais e da sociedade,

êrros de homens públicos, enchia a tarde de tôda uma alegria comunicativa de festa. Ao dia seguinte tinham início as esmolas. Partindo demanhã da casa do "Imperador", título dado ao festeiro do Divino, os esmoléres percorriam todo o primeiro distrito da cidade, angariando esmolas e recebendo donativos com que a prodigalidade do povo correspondia à devoção para maior brilhantismo dos festejos. Durante os três dias, de segunda à quarta feira da semana, as esmolas, ao som do hino do Divino, enchiam a cidade de um suave misticismo, numa ascése de fé edificante. A casa do festeiro permanecia sempre aberta e a mesa posta a todos. Na quinta feira, ainda longe do romper da aurora, os sinos da matriz bimbalhando alegres e iterativos, chamavam para a primeira missa da madrugada. Para a Sé acorria o povo e após a cerimônia litúrgica, e o chocolate com finos bolos de arroz, produto genuíno da culinária cuiabana, na casa do festeiro, o velho Campo d'Ourique, onde se construía o anfiteatro para a corrida de toiros, já com os botequins precursores, enfeitados e iluminados, regorgitava de visitantes ansiosos dos espetáculos, numa policromia bizarra de colgaduras vistosas, que se confundiam com o rosicler sanguíneo do dilúculo cuiabano, descortinando o cariz do morro da Prainha aos beijos dos primeiros raios do sol nascente. A noite de quinta-feira, o leilão de prendas deixava em ânsias o coração esperançoso das jovens casadoiras. Na véspera do domingo, solene, o adro e a praça da Matriz se apresentavam garridamente engalanados. Por tôda a extensão, hastes embandeiradas circundavam o mastro grande com o quadro emblemático do Divino, resplandencente de oiro, erguido à frente da Catedral. Guirlandas e cordéis com bandeirolas e balões multicores lizavam penóis dos mastros e embaixo, quase rente ao chão, estacas de bambu tomando com arte tôda a praça, sustinham luminárias de barro que à noite iluminariam profusamente todo o adro, a praça e ruas, terminando à frente da casa do festeiro, em cuja sala principal, em esplêndido altar, se viam as insígnias do Divino Espírito Santo. A iluminação, durante a qual se queimavam fogos de artifícios, e de momento a momento se erguiam no espaço sob a vaia estridente da garotada balões multicores, terminava com a queima de bonecos e jirândolas, rematada com o ataque de duas corvetas armadas com pistolões multicores, que jorravam lágrimas e estouros de bombas, consagrando a arte pirotécnica do fogueteiro Dedéu. E quando, terminado o ato, a apoteóse final, com a queima de uma cordilheira, descortinava um halo irizante de luz multi-colorida o quadro simbólico do Espírito Santo, e a banda militar executava o hino do Divino, uma sombra emotiva, um mixto de sentimento e saudade penetrava o coração do povo".

Completando as festas litúrgicas, vinham as três tardes de touradas no Campo d'Ourique, que o mesmo escritor cuiabano assim descreve:

"Enquanto a cidade se entregava ao enlêvo do misticismo religioso das solenidades, a velha praça do Campo d'Ourique se metamorfoseava pitorescamente, com a construção do quadrilatero, em cuja arena interior se realiza-

Aspecto do rio Cuiabá

riam as cenas da luta da inteligência contra a fôrça bruta. Em tôda a extensão da praça, ladeando o quadrado com os camarotes originalmente enfeitados de côres, os botequins se agitavam de vida comercial durante o dia, e à noite, à luz dos lampeões-belgas, ao som dos gramofones ou das primeiras vitrolas portateis, que então começavam aparecer na cidade. Ainda mal cessaram na madrugada os últimos rumores do baile da noite do domingo de pentecostes na casa do festeiro do Divino, e já a cidade despertava alviçareira, numa alacridade comunicativa, para o primeiro dia das touradas! Doze horas do dia! A praça do *curro* se agita, mal contendo o povo que para ali acorre. O resto da cidade dormita num silêncio de sesta. A gritaria do poviléu em baixo dos camorotes ensurdece o anfiteatro já repleto de espectadores ansiados pelo desenrolar dos acontecimentos. Eis quando, de repente, em desabalado galope, cavalgando belo corcel, esvoaçando a capa azul-celeste presa à gola da túnica vermelha, ao charivari do povo miudo, entra na arena o *jacuba,* espécie de pagem do toureador, indo esbarrar o cavalo à frente do camarote do "imperador", a quem solicita permissão para iniciar o torneio. A seguir, ao som da marcha marcial, entram triunfalmente na arena o toureador, trajando casaca de setim vermelho e calças brancas, cavalgando fogoso ginete, tendo à direita o *jacuba,* e ladeados pelo séquito dos *capinhas,* à frente dos quais, em duas filas, dois sustentam uma fita rubra, balizando e contendo em ordem o grupo bizarro, enquanto dos camarotes e de todo o anfiteatro vibram gritos de ovações e repercutem palmas entusiásticas aos lutadores, lembrando as aclamações, no frenesi apoteótico do delírio da assistência, os históricos episódios dos gladiadores da velha Roma dos Imperadores. Fazem os lutadores galhardamente a volta do campo e vão estacionar-se orgulhosos ao lado oposto fronteiro ao tronco, onde a essa hora o primeiro touro ali recolhido, violentamente enraivecido, muge soturnamente, escavando o solo à espera do momento de vingança. Entra por último, na arena, o grupo dos mascarados. Inicia-se o torneo! Expectativa! O anfiteatro emudecido! O toureador com a lança em riste à frente do tronco, e um *capinha* com a bandeira vermelha, drapejando-a nas fauces do touro impotente, por traz do gradil da cancela, esperam a investida do ódio. Ergue-se a cancela movediça e o animal atira-se contra o *capinha,* que desvia oferecendo o momento de vitória ao toureador. Este desfere sobre o toutiço do touro certeiro golpe com a ponta aguçada da lança que se quebra. Um delírio domina a platéia do anfiteatro. A banda musical executa o hino do Divino Espírito Santo, enquanto no espaço arrebentam bombas ruidosas, estrugem rojões festivos ovacionando o triunfo! Seguem-se depois as sortes dos capinhas sempre estimulados pelo público no perigo iminente. E por fim, quando já cansado e desenganado, o touro, sangrando feridas se acovarda reconhecendo sua impotencialidade bruta diante da inteligência humana, entram em ação os mascarados, que terminam subjugando o animal. E enquanto os mascaras se divertem com o touro dominado, ao som de harmoniosa valsa, que a banda executa alegremente, ora montando-o, ora atando-lhe ao penacho da cauda um fieira de bichas acesas, para gaudio da petisada alvoroçada, no tronco é colocado outro touro para prosseguir a luta. E durante três dias se repetem as cenas.

Delegacia Fiscal

Apesar da brutalidade que encerravam os espetáculos, as touradas cuiabanas constituiam o enlevo do povo, e sua realização em seguimento às diversões profanas patrocinadas pela solenidade cristã do Espírito Santo, era para o cuiabano um imperativo imprescindivel no remate dos antigos festejos. Certa feita, teve morte repentina no meio da arena, por entre aclamações do anfiteatro, após vencer a arremetida de um outro, o velho toireador Mirandeiro. Não abateu entretanto, o desfecho lutuoso o ânimo dos toureiros nem o espírito alegre do povo. E as touradas continuaram. Mas as leis sociais estabelecem limites aos cometimentos humanos. Tudo passa na vida, subordinado às transformações operadas pela civilização sempre em mudança. A proibição das diversões tauromáquicas no Brasil, encerrou em Cuiabá essa festa tradicional do povo. Continuaram as festas do Espírito Santo com as solenidades do ritual católico. A parte profana porém, circunscrita aos bailes e leilões de prendas na casa do festeiro. Essa tradição também desapareceu".

1724 — 10 de novembro — Aos setenta anos de idade, alquebrado de desgostos pelo segundo plano em que foi colocado na administração do seu invento, falece em Cuiabá o paulista insigne Pascoal Moreira Cabral Leme. Seus restos mortais foram sepultados na Sé Catedral Metropolitana, onde ainda permanecem.

1754 — 28 de julho — Chega a Cuiabá o padre José Ayres, do hábito de São Pedro, "que fez a sua missão com penitencia e jubilo, tudo com muito applauso", segundo relatam os Annaes do Senado da Camara.

Seguindo para Vila Bela, sede do govêrno, desagradou ao governador, capitão-general Antônio Rollim de Moura Tavares, que o intimou a abandonar a Capitania. Regressando a Cuiabá, teve no seu encalço a lei fiscal tenebrosa dos tempos, impondo-lhe o pagamento dos direitos de capitação devidos pela posse de um escravo que o acompanhava. Não se conformando com a medida, teve os seus animais cargueiros seqüestrados.

Em Cuiabá, recorre ao juiz dos Feitos da Coroa, de quem se fizera hóspede, e que por êsse ato foi suspenso.

Ocultamente foi encaminhado para Goiás, não sem antes deixar afixado na porta da igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma escomunhão a todos os seus algôzes.

1790 — 24 de agôsto — Identificado como irmão de Tiradentes, é preso em Cuiabá o padre Domingos da Silva

Xavier. Refugiado aqui sob interposto nome, foi remetido prêso para Lisboa, sob a acusação de comerciar com diamantes, atividade privativa da Coroa, e por isso criminoso. Puniram-no, evidentemente, pelo crime de ser irmão do protomártir da nossa independência.

1826 — 15 de julho — A prelazia de Cuiabá é elevada pelo Papa Leão XII à categoria de Bispado. Escolhido para bispo da nova diocese o monsenhor da Capela Imperial Plácido Mendes Carneiro, não chegou de assumir o cargo, sendo substituído pelo cônego D. José Antônio dos Reis, que teve atuação destacada no aplacamento dos ânimos da população, no triste episódio da matança dos portuguêses em 1834, quando o espírito nativista da população, insuflada pelo governador Poupino Caldas, provocou o episódio sangrento denominado "Rusga".

1839 — 14 de agôsto — Surge em Cuiabá o jornal "Themis Matto-Grossense", o primeiro jornal impresso e publicado no Estado de Mato Grosso.

1872 — 15 de dezembro — Parte de Cuiabá com destino a Paris o negociante Martins Guilherme, conduzindo a primeira amostra da barrocha de Mato, extraída no rio Prêto, afluente do Arinos, por José Sabo Alves de Oliveira.

1882 — 29 de setembro — Fruto de uma subscrição popular que rendeu a importância de 2:749$320, inaugura-se em Cuiabá o primeiro jardim público, a atual Praça Alencastro.

1882 — 30 de novembro — É inaugurado em Cuiabá o serviço de abastecimento d'água canalizada.

1885 — 27 de agôsto — Estréia em Cuiabá a primeira companhia de zarzuelas que veio a Mato Grosso.

1888 — 6 de junho — Chega a Cuiabá o paquête "Coxipó", conduzindo de Montevidéu o seguinte telegrama procedente do Rio de Janeiro ao presidente da Província, Francisco Rafael de Mello Rego: — "Rio de Janeiro, 4 de maio. — Ao Presidente da província de Matto-Grosso. — Já é lei do Estado, contra nove votos na camara e cinco no senado, a resolução que extinguio a escravidão. Enthusiasticas manifestações á Princeza Imperial Regente. A cidade em festas. — João Alfredo".

Idênticas manifestações de regozijo foram observadas em Cuiabá.

Acabrunhado pela derrocada do seu estabelecimento agro-industrial no Rio-Abaixo, declarou Manoel da Silva Fontes: "Está liquidado o Imperio do Brasil". Palavras proféticas para quem se encontrava tão distante da côrte...

1899 — 22 de setembro — É realizado em Cuiabá o primeiro casamento civil assistido pelo governador do Estado, autoridades civis e militares, sendo os nubentes Luiz Cassiano da Silva e D. Ana de Oliveira Bastos.

1909 — 31 de julho — Inaugura-se em Cuiabá o serviço de telefones, graças ao espírito empreendedor e à tenacidade do seu primeiro empresário, João Pedro Dias, cearense de nascimento que dedicou sua vida ao progresso de Cuiabá.

1911 — 8 de outubro — Violento incêndio irrompido pela madrugada, na Prefeitura Municipal, destrói acervo inestimável dos arquivos municipais e da história cuiabana.

1919 — 8 de abril — O Presidente do Estado, D. Francisco de Aquino Corrêa, faz comemorar, com grandes festividades, o bicentenário do povoamento de Mato Grosso. Entre as solenidades programadas constou a instalação do Instituto Histórico de Mato Grosso, do qual foi o saudoso arcebispo o primeiro presidente. Nessa data foram distribuídos os primeiros exemplares da Revista do Instituto.

1929 — O aviador Hans Guzzi realiza a primeira viagem de avião entre Rio de Janeiro e Cuiabá. Na mesma ocasião, a primeira mulher cuiabana, — Izabel Ribeiro de Carvalho — voa num aparelho mais pesado que o ar.

1931 — 12 de março — É criado em Cuiabá o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural.

1935 — 7 de março — Por Lei municipal, é ampliado o rocio da cidade de Cuiabá, com a descrição dos seus novos limites.

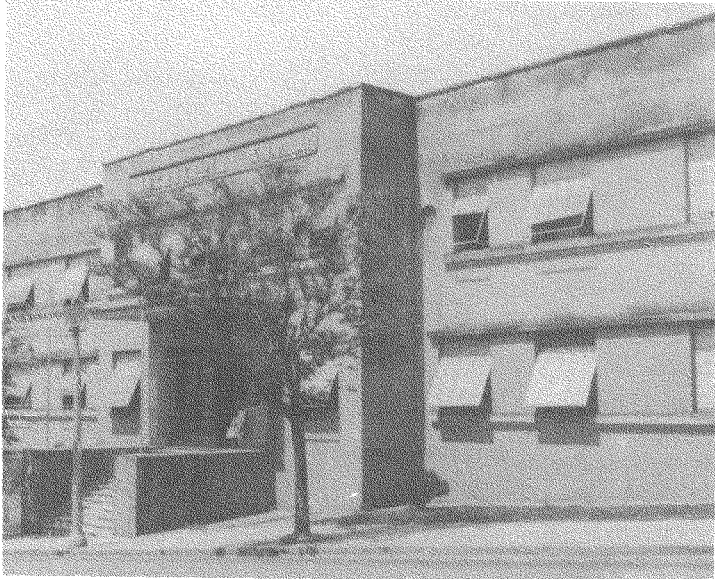
1936 — 2 de setembro — É ratificado, para todos os efeitos, na parte referente ao Estado, o acôrdo assinado a 11 de agôsto, no Rio de Janeiro, entre o govêrno e o dêste Estado, pelo seu Delegado à Convenção Nacional de Estatística.

1939 — 11 de setembro — Em viagem experimental, chega a Cuiabá o primeiro hidroavião da Condor.

1942 — 20 de janeiro — É solenemente inaugurada e entregue ao tráfego a ponte sôbre o rio Cuiabá, que recebeu o nome de "Ponte Bacharel Júlio Müller", em cuja administração foi construída.

1942 — 5 de março — Rompendo as barreiras naturais, o rio Cuiabá avoluma-se excepcionalmente, ocasionando uma das maiores enchentes de que se tem memória. Foram inundados vários bairros da cidade. Ruíram muitas casas, desabrigando centenas de pessoas.

VULTOS ILUSTRES — ANTÔNIO AUGUSTO RAMIRO DE CARVALHO — 1833-1891 — Jornalista, poeta, político, deputado provincial. Fundou vários periódicos, sendo o último o "Quinze de Novembro". Patrono da cadeira n.º 16, da Academia Mato-grossense de Letras, de que foi fundador o poeta Franklin Cassiano da Silva.

ANTÔNIO CORRÊA DA COSTA — 1857-1920 — Engenheiro civil, jornalista, historiador e político. Governou Mato Grosso de 1895 a 1898. Deputado à Constituinte do Estado em 1891. Foi superintendente da Companhia Mate-Laranjeira, fundador da cidade de Pôrto Murtinho, Delegado Fiscal de Mato Grosso em Manaus e deputado federal. Dirigiu "A Reação", órgão do Partido Republica-

Secretaria-Geral do Govêrno de Mato Grosso

no, publicado em Assunção, por falta de garantias no Estado. Deixou interessantes ensaios históricos. Patrono da cadeira n.º 19, da Academia Matogrossense de Letras.

ANTÔNIO FRANCISCO DE AZEREDO — Nascido em Cuiabá, a 22 de agôsto de 1861 e falecido no Rio de Janeiro, a 8 de março de 1936. Em 1880 matriculou-se na Escola Militar que cursou durante alguns anos, daí saindo para matricular-se na Escola Politécnica, formando-se finalmente em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1895. Jornalista emérito, trabalhou na imprensa para a "Gazeta da Tarde", de José do Patrocínio, adquirindo em 1889 o "Diário de Notícias", cuja redação entregou a Rui Barbosa. Com a República, de que se fêz propagandista em uma seção dêsse diário, foi eleito Deputado à Constituinte Federal por Mato Grosso, 1890 a 1896, e à primeira legislatura, sendo 1.º Secretário da Câmara, subscrevendo a Constituição de 1891. Em seguida foi eleito Senador Federal em virtude da renúncia de Joaquim Murtinho, que assumiu o lugar de Ministro da Viação. Terminado o mandato, em 1905, foi reeleito Senador por várias legislaturas até 1930. Em 1915, por morte de Pinheiro Machado, substituiu-o na Presidência do Senado até outubro de 1930, quando foi deposto pela revolução, e exilado para a Europa, regressando ao Brasil, em 1933.

Foi por muitos anos redator-chefe da "Tribuna". Era Comendador da Legião de Honra de França; Grão-Cordão Annuziata da Itália, Grã-Cruz de Cristo, de Portugal, e Grã-Cruz de Leopoldo, da Bélgica. Tinha o busto em uma das salas do Senado Federal. Publicou: "Voto divergente do parecer da Comissão de Constituição e Diplomacia sôbre o Tratado de Petrópolis", — 1904; "Discurso pronunciado em resposta ao Senador Epitácio Pessoa sôbre sucessão presidencial e nomeação de Juiz Seccional de Mato Grosso", — 1926; "Discursos parlamentares", (Refutando trechos do livro do Senador Epitácio Pessoa — 1925); "A Situação de Mato Grosso", — 1916; e "A Invasão Paraguaia em Mato Grosso".

ANTÔNIO MARIA COÊLHO — 1827-1894 — Herói da retomada de Corumbá, recebeu, pelos seus feitos, no regime monárquico, o título do BARÃO DE AMAMBAÍ. Foi o 1.º Governador de Mato Grosso no período republicano, eleito pela Assembléia Legislativa Provincial. Reformado como Marechal, por haver subscrito o manifesto dos Generais contra Floriano Peixoto.

ANTÔNIO NAVARRO DE ABREU — 1812-1845 — Representante da Província na Constituinte Imperial, havendo sido ardoroso adepto da Independência, teve marcada atuação a favor da Maioridade. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ANTÔNIO PAES DE BARROS — 1851-1906 — Industrial adiantado, fundador da Usina Açucareira de Itaici, a segunda no gênero à época, no Estado. Ingressando na política, foi chefe do Partido Constitucional e Presidente do Estado, de 1903 a 1906, perdendo o poder e a vida na revolução de 1906.

ANTÔNIO PEIXOTO DE AZEVÊDO — 1820-1867 — Herói de Curuzu (Guerra do Paraguai) onde morreu em combate, a 11 de janeiro de 1867. Comandou o Forte de Coimbra, tendo tomado parte nas campanhas contra os Farroupilhas e do Uruguai.

FRANCISCO ANTÔNIO PIMENTA BUÊNO — 1836-1888 — Militar, engenheiro, profundo conhecedor de geografia e dos problemas mato-grossenses, exerceu importantes comissões, acêrca das quais escreveu eruditas monografias. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Era filho do Marquês de São Vicente. Patrono da cadeira n.º 18, da Academia Matogrossense de Letras.

FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA — 1885-1956 — Doutor em filosofia pela Academia de Santo Tomás de Aquino, de Roma. Em teologia pela Universidade Gregoriana. Em 1910 regressou a Cuiabá, passando, então, a dirigir o Liceu Salesiano, de 1911 a 1914, ano em que foi eleito Bispo titular de Prusiade e auxiliar de D. Carlos Luiz d'Amour, Arcebispo de Cuiabá, sendo então o Bispo mais môço do mundo. Em 1.º de novembro de 1917, foi eleito Presidente do Estado de Mato Grosso, como candidato de conciliação indicado pela Presidência da República. Sócio fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de Letras. Por Breve de S. S. Bento XV, foi-lhe conferido o título de Assistente ao Sólio Pontifício, com honras, privilégios e direitos de Conde Palatino. Em 1921 foi promovido a Arcebispo Metropolitano de Cuiabá. Presidente efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso, sócio efetivo da Academia Matogrossense de Letras e seu Presidente de Honra, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da

Aspecto da Rua 13 de Junho

12 — 24 930

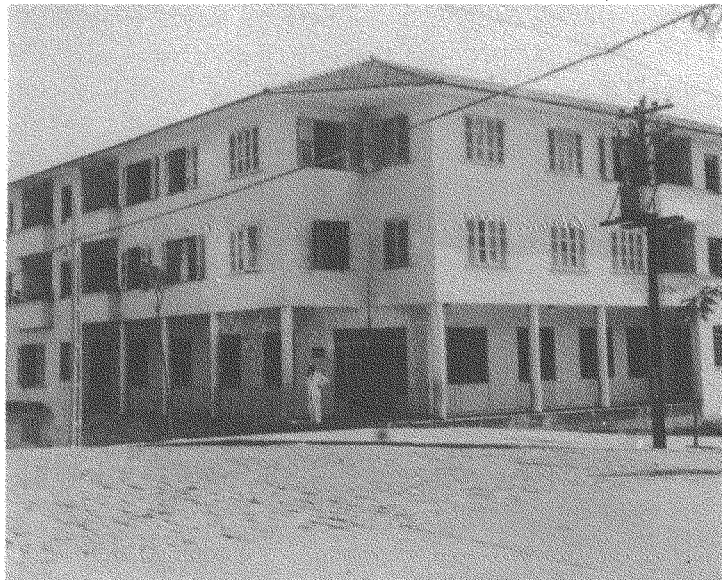
Academia Brasileira de Letras. Representou o Brasil na conferência de Educação em Genebra, onde teve destacada atuação.

GENEROSO PAES LEME DE SOUZA PONCE — 10-7-1852 — 7-11-1911 — Filho do sargento, mais tarde alferes José Ponce Martins e D. Corsina Romana Martins. Aprendeu Generoso Ponce as primeiras letras em casa com o próprio pai, que mais tarde, em 1865, manteve o "Colégio Ponce" em Cuiabá. Em 1863 ingressa no Seminário, como aluno interno, onde permaneceu dois anos. Com apenas 13 anos de idade alista-se voluntário nas fileiras das fôrças expedicionárias que atuaram na guerra do Paraguai, defendendo Melgaço. Foi reconhecido 2.º cadete. Fêz parte da Constituinte de Mato Grosso de 1891, e eleito vice-presidente do Estado a 16 de agôsto dêsse ano. Chefiou os movimentos armados de 1892 a 1906, em Cuiabá. Foi eleito Senador da República e Presidente do Estado em 1907, falecendo na cidade do Rio de Janeiro.

JOÃO BARBOSA DE FARIA — 1878-1941 — Historiador e etnógrafo, fêz parte, com destaque, da Comissão Rondon. Sócio fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de Letras.

JOAQUIM DUARTE MURTINHO — 1848-1911 — Engenheiro civil e médico; professor da Escola Politécnica; Deputado Federal e Senador; Ministro da Viação e da Fazenda, no Govêrno de Campos Sales. Foi, na Pasta da Fazenda, o restaurador da economia nacional. Patrono da cadeira n.º 26 de Academia Matogrossense de Letras.

MÁRIO CORRÊA DA COSTA — Nasceu em Cuiabá, a 4 de fevereiro de 1886 e faleceu no Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1937. Médico, político. Foi um dos maiores administradores de Mato Grosso. Presidente do Estado, eleito em 1926-1930. Eleito novamente em 1935, governou o Estado por um ano, seis meses e dois dias. Resolveu vários problemas de Mato Grosso, inclusive o da iluminação elétrica da Capital, pela Usina do rio da Casca, que fôra instalada na sua primeira administração.

PRUDÊNCIO GIRALDES TAVARES DA VEIGA CABRAL — 1800-1862 — Professor e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, jurisconsulto de valor, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixou várias obras, destacando-se, entre elas, "Direito Administrativo Brasileiro". Patrono da cadeira n.º 10 da Academia Matogrossense de Letras.

Edifício do I. A. P. E. T. C.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O turismo nunca foi objetivo de que cogitassem as administrações municipal ou estadual de Cuiabá. Há, entretanto, possibilidade de explorá-lo convenientemente, pois o município apresenta atrações dignas de nota.

No rio Cuiabá poderiam ser organizadas estações de pesca a que certamente não faltariam os aficionados, dada a surpreendente variedade de espécimes que o povoa; praias diversas pontilham as suas margens, adequadas a estações balneárias. O mesmo se poderia dizer de vários outros rios, próximos à cidade, que a iniciativa particular vai aos poucos transformando em pitorescos recantos para fins-de-semana.

Aos caçadores oferece o município a caça à perdiz, ao veado, à paca, em localidades de fácil acesso por automóvel.

Aos alpinistas, poder-se-iam organizar turmas de escalada ao morro de Santo Antônio, a pouco mais de 20 quilômetros, por ótima estrada de rodagem.

Aos arqueólogos, a fralda da serra da Chapada é um manancial inexplorado de surprêsas, com os seus fósseis ainda não estudados.

Aos espeleólogos, a mesma serra da Chapada apresenta curiosas cavernas que se transformariam provàvelmente em objetivos turísticos, depois de devidamente exploradas e facilitado o seu acesso.

Aos simples turistas, a própria vetustez de certos bairros, espelho vivo do modo por que se erigiam os aglomerados garimpeiros do século XVIII, é digna de ser vista e estudada, pervagando simultâneamente velhas igrejas que pontilham a cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome de Cuiabá, segundo Martius, origina-se da existência, nas margens dêsse rio, de árvores que produzem frutos de que se fazem cuias (cabaça, fruto do cabaceiro). Esta versão se harmoniza etimològicamente com a palavra *cuia* — vasilha, e *abá*, criador, isto é: rio criador ou que produz vasilhas ou cuias.

Há, entretanto, outras versões: *Cuia* + *abá*, gente caída, na linguagem bororo. Segundo Lacerda e Almeida, era o nome dado à tribo aborígine que habitava o sítio. Teodoro Sampaio, aceitando o nome como de procedência tupi-guarani, aventa-lhe diferente significado: *cuia* + *abá* — o homem da farinha, o farinheiro.

Não faltou a interpretação popular, segundo a qual o nome se originaria do fato de a um português ter-se escapado das mãos à beira do rio uma cuia, seguindo-se a exclamação de nítido sotaque reinol: *cuia* — *bai* (a cuia se vai). Parece-nos bastante forçada esta versão esposada pelo escritor cuiabano Rubens de Mendonça; entretanto registramo-la.

Aos habitantes do lugar dá-se o nome de "cuiabanos", ao mesmo tempo que popularmente são chamados "papa-peixe", ou particularmente "papa-pacu", por ser esta espécie de peixe destacadamente apreciada pela população, constituindo o prato regional típico da culinária ribeirinha, nos variados modos de ser preparado.

Diz o cuiabano como axioma aos forasteiros: "Quem come cabeça de pacu não sai mais de Cuiabá"; a outros que aqui se fixaram: "Êste, comeu cabeça de pacu".

É sede de comarca de 3.ª entrância, subordinando-se-lhe judiciàriamente os têrmos de Cuiabá, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Rondonópolis e Várzea Grande.

O seu eleitorado era de 25 173 inscritos em 31 de dezembro de 1956.

Possui um serviço de telefone alimentado por pilha sêca, com 379 aparelhos. Acha-se em fase adiantada de remodelação, devendo ser inaugurado, ainda êste ano, o sistema automático, para o que se organizou uma sociedade civil com a denominação de "Companhia Telefônica Cuiabana".

A cidade é servida por 9 hotéis e 16 pensões, com diárias variáveis de Cr$ 120,00 a Cr$ 180,00, com alimentação.

O culto católico romano compreende 7 igrejas matrizes sedes de paróquias, 5 igrejas, 11 capelas públicas e 7 capelas semipúblicas; o culto protestante compreende 2 templos e 3 salões, e o espírita 3 centros filiados à escola kardeciana.

Em 1956, foram distribuídos pela Emprêsa de Fôrça, Luz e Água de Cuiabá, mais de 7 milhões de kWh para iluminação pública e particular e para indústria.

DIAMANTINO — MT

Mapa Municipal na pág. 45 do 2.º Vol.

Fotos: págs. 48, 52, 70, 86 e 142 do Vol. II

HISTÓRICO — Em 18 de setembro de 1728, Gabriel Antunes Maciel, sorocabano ligado às legendárias penetrações bandeirantes do Cuiabá, mandava à Câmara Regente desta Vila, pelo capitão-mor Gaspar de Godói, notícias da descoberta do Paraguai, mais tarde Paraguai Diamantino e finalmente Diamantino, nome conservado até hoje, onde havia ocorrência de ouro fácil. Ali à margem do ribeirão do Ouro, fundou-se o primeiro arraial, que cobrou vida com os resultados da abundante mineração.

Esgotadas as lavras, já em 1746, eram descobertas outras, igualmente de cata fácil e abundante e não muito distanciadas, à margem do Córrego Grande, pelo abridor do caminho de Goiás, Antônio Pinho de Azevedo, capitão e posteriormente sargento-mor, que ali fundou o arraial de Nossa Senhora do Parto, erigindo uma pequena capela sob essa invocação.

A ocorrência de diamantes nas lavras descobertas motivou a dispersão dos faiscadores, por ordem do Ouvidor da Vila de Cuiabá, visto que sua extração era privativa da Coroa Portuguêsa.

Dispersos os mineiros, dedicaram-se muitos dêles, às margens do ribeirão aurífero, a agropecuária, infelizmente mal sucedidos devido à grande sêca que assolou a região nos anos de 1747 a 1749, dizimando lavouras, gado e população. Segundo J. Barbosa de Sá, neste último ano ocorreu ali um tremor de terra, único registrado na história mato-grossense.

Já nessa época outras lavras haviam sido localizadas, nos ribeirões Sant'Ana e São Francisco, por Manoel Cardozo de Siqueira, mas verificada igualmente a ocorrência de diamantes, foram os faiscadores mais uma vez dispersos e as casas destruídas, a mando do mestre de campo Manoel Dias da Silva, interinamente na Ouvidoria de Cuiabá, por morte do Dr. Manoel Nunes Nogueira.

Em 1751, o governador capitão-general Dom Antônio Rollim de Moura Tavares, organizou o Destacamento dos Diamantes do Paraguai, com a finalidade de evitar a extração diamantífera. Deslocando-se para aquela zona com suas famílias e pertences, inclusive escravaria, deram os seus componentes continuidade ao povoamento do lendário vale, nêle se estabelecendo mais ou menos definitivamente.

Apesar da vigilância mantida, tornava-se impossível impedir por completo a atividade dos mineiros, aos quais se juntavam negros fugidos, vagabundos, aventureiros e criminosos, naquela vasta região.

Em 1798, o governador capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, propunha à Coroa o franqueamento das minas do Alto Paraguai e seus afluentes Sant'Ana e São Francisco. Em 1805, era efetivada a distribuição das lavras de ouro ao povo pelo próprio Ouvidor e Corregedor da Comarca, Sebastião Pita de Castro, primo do Governador Menezes, continuando, porém, a proibição relativa aos diamantes.

Diz Virgílio Corrêa Filho, em "Mato Grosso" (1922), que começou "então o povoamento regular desta zona, para onde vinham, dos municipios mais proximos, os cobiçosos da fortuna rapida. Oeynhausen, administrador arguto, favorece-lhe o desenvolvimento, promovendo a navegação pelo Arinos ao Pará, que lhe veiu em beneficio".

Acompanhando os primeiros moradores que chegaram à zona de Diamantino, em 1805, vinha o Padre Francisco Lopes de Sá, na qualidade de Capelão curado do nascente arraial; pouco depois, foi transferido para Poconé, de onde só regressou em 1808, sendo substituído pelo Padre Manuel Joaquim Alvares de Araújo, que a 6 de junho de 1807, celebrou o primeiro batizado da história diamantinense, na pessoa de Maria, filha do Capitão José Delgado Pontes e D. Maria Muniz de Almeida.

Não existia, então, capela na povoação de Diamantino, falta essa superada pela diligência do padre Francisco Lopes de Sá, já novamente na situação de Capelão do arraial.

Tão promissor era o seu progresso que o padre Lopes de Sá fêz ver ao Prelado de Cuiabá, Dom Luiz de Castro Pereira, Bispo Titular de Ptolomaida, a necessidade da criação de uma paróquia naquela região, com sede em Diamantino, o que só foi concretizado alguns anos depois, em 9 de agôsto de 1811, por uma Resolução que elevava o povoado à paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sendo, posteriormente, elevada à categoria de vila, pelo Alvará de 23 de novembro de 1820, com a denominação de Nossa Senhora do Alto Paraguai do Diamantino, instalada em 12 de agôsto de 1921. Sua população já era de 4 500 almas.

O padre Francisco Lopes de Sá, além das suas atividades religiosas, dedicava-se, também, ao desbravamento da região que lhe cabia assistir espiritualmente, encarregado que fôra pelo Governador Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, futuro Barão de Vila Bela, de, entre outros encargos, fazer explorações no sentido de descobrir as famosas minas dos "Martírios", e tentar um caminho que atingisse a Província do Pará. Fêz várias tentativas

em ambos os sentidos, tôdas elas sem qualquer resultado prático em relação aos objetivos visados.

O Governador João Carlos de Oeynhausen e Gravenburg, posteriormente Marquês de Aracati, sentiu a urgente necessidade da abertura de um meio de comunicação com o Pará e, nesse sentido, instou também com o padre Lopes e vários outros sertanistas, a fim de conseguir o seu desiderato.

Pensava êle atingir aquela Província por intermédio do Arinos, uma vez que êsse rio tem suas cabeceiras bem próximas das do Cuiabá, desaguando no Juruena e êste no Tapajós, afluente do Amazonas, apresentava-se como a via fluvial mais aceitável e possível de ser tentada. Já em 1746, o sertanista João de Souza Azevedo e, posteriormente, em 1805, Manuel Gomes, tentaram a emprêsa, sem resultado, pois ambos se viram atemorizados pelas dificuldades da descida e "pela infestação do gentio, pelas cachoeiras e saltos imensos, falta de pescado e caça, com que se pudesse sustentar". Regressaram ao ponto de partida, pelo rio Guaporé.

Em setembro de 1812, Miguel João de Castro e Antônio Thomé da França tentaram novamente a conquista do Arinos, "animados pelo General, que lhes mandou fornecer gente, armas e munições de guerra e bocca". Em setembro ou outubro do ano seguinte, Miguel João de Castro regressava a Diamantino, tendo conseguido varar o Arinos, alcançar o Cuiabá, o Juruena e o Tapajós, e daí o Amazonas, alcançando Santarém, na Província do Pará. Por essa conquista, Miguel João recebeu ofício datado de 26 de outubro de 1813, do capitão-general da Província, onde entre outros elogios, declarava que "Ao primeiro navegante do Arinos compete certamente as mais distintas merces, e pela primeira vez sinto a estreiteza do meu poder que não me permite lhe faça outra senão o que já fiz de o nomear Capitão agregado à brilhante Legião de Cuiabá".

O ponto inicial da navegação fluvial era o "Pôrto Velho", pouco abaixo da confluência do rio Prêto com o Arinos, onde, em 1814, o capitão-general mandou criar um *registro* "para se pagarem as estradas". Até Pôrto Velho, distante dez léguas de Diamantino, chegavam as canoas procedentes do Pará. Outros varadouros foram tentados com o decorrer dos anos, sem nenhum resultado prático.

Em 1825, contava o distrito com 21 lojas de secos e molhados, 107 tabernas, 26 alfaiatarias, 16 sapatarias, 12 ferrarias, 1 selaria, ourivesarias, 12 pedreiros e inúmeras propriedades agrícolas circundando a próspera Vila: 46 sesmarias, 11 engenhos, 6 fazendas de gado vacum. Sua população era de 6 077 habitantes, sendo 1 095 brancos, 1 266 pardos e 3 716 pretos. Do total, 2 547 eram livres e 3 530 eram escravos. Vários arraiais constituíam o Distrito, destacando-se os denominados Velho, Buriti, Rodeio, Buritizal, São Pedro, Descoberto. Ouro Fino e Tomazinho. O comércio importava diretamente do Reino, vindo as mercadorias através do Pará. Produzia-se farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, açúcar de barro, aguardente de cana, azeite de mamona e algodão que era fiado e tecido no lugar.

O decréscimo da produção aurífera, epidemias, fugas continuadas de escravos, marcaram o início da decadência de Diamantino. Em 1826, já notava Luiz d'Alicourt estacionamento da população. Em 1827, Hercules Florence, da comissão científica do barão Langsdorf, assinala visível depressão. Em 1830, cessa o afluxo do braço da melhor parcela da população: portuguêses e brasileiros com êles aparentados. De 1847 a 1850, o despovoamento vai num crescendo avassalador, matando a florescente zona do Diamantino.

Em 1852, surge uma tentativa frustada de mineração da "Sociedade de Mineração de Mato Grosso", fundada no Rio de Janeiro, com vultoso capital e aparelhamento moderno para a época.

Citando novamente Virgílio Corrêa Filho, na obra já mencionada: "As riquezas mineraes sustentaram-lhe o renome por anos dilatados, até que sobreveiu a decadencia. Ermaram-se as lavras. Despovoaram-se os arraiaes. Sossobrou-lhe o prestigio que se mostrara poderoso na epoca da *rusga*. Cedo feneceu a esperança, que lhe deu a Companhia de mineração, organizada em 1852".

A abolição da escravatura elimina o comércio intenso que se processava através da bacia amazônica, pelos "paranistas", como eram chamados os armadores paraenses.

Na segunda década do século XX, Diamantino vê ressurgir o esplendor econômico da era aurífera, com o advento da exploração das suas inumeráveis seringueiras. Cessada a primeira guerra mundial, a borracha indiana leva à falência os seringalistas do Estado, arrasando a efêmera euforia do município.

A descoberta das lavras diamantíferas do "Gatinho", completa a desagregação da secular cidade. De simples "corrutela" o novo povoado cresce ràpidamente, transformando-se em próspera vila, arrebatando à sede municipal o primado econômico e administrativo, até o seu desmembramento, formando o município de Alto Paraguai. em 1.º de janeiro de 1954.

O distrito foi criado pela Resolução régia de 9 de agôsto de 1811. Município pelo Alvará de 23 de novembro de 1820, com a denominação de Alto Paraguai-Diamantino e área desmembrada do de Cuiabá.

A Resolução n.º 106, de 16 de julho de 1895, eleva, com a denominação de Alto Paraguai-Diamantino, o têrmo de Diamantino à categoria de comarca, compreendendo o município do mesmo nome.

O município e a comarca foram suprimidos em 1901 e sòmente restaurado o primeiro em 4 de agôsto de 1906, pela Resolução n.º 452, que determinava a sua sede na freguesia do mesmo nome, à qual era restituída a categoria de vila, constituindo aquêle município um têrmo da comarca de Rosário. Foi instalado em 3 de dezembro de 1906.

Em 1910, a Resolução estadual n.º 532, de 4 de julho daquele ano, restaura a comarca de Diamantino, com os limites constantes da Resolução Provincial de 28 de junho de 1850, situação em que permaneceu até 30 de junho de 1932, quando o Decreto estadual n.º 175, suprime, mais uma vez, a comarca de Diamantino, que voltou a ser têrmo da comarca de Rosário.

Novamente é restaurada a comarca de Diamantino pelo Decreto estadual n.º 403, de 16 de janeiro de 1935, situação em que permaneceu até 1938, quando a Lei estadual n.º 145, de 29 de março, extingue a comarca, subordinando o seu único têrmo à de Rosário Oeste, mantendo-se assim até 30 de janeiro de 1946, quando por fôrça da Lei estadual n.º 749, é restaurada a comarca, com sede na cidade de Diamantino, sendo instalada em 19 de outubro de 1948, data essa fixada pelo Decreto estadual n.º 552, datado de 15 daquele mês e ano.

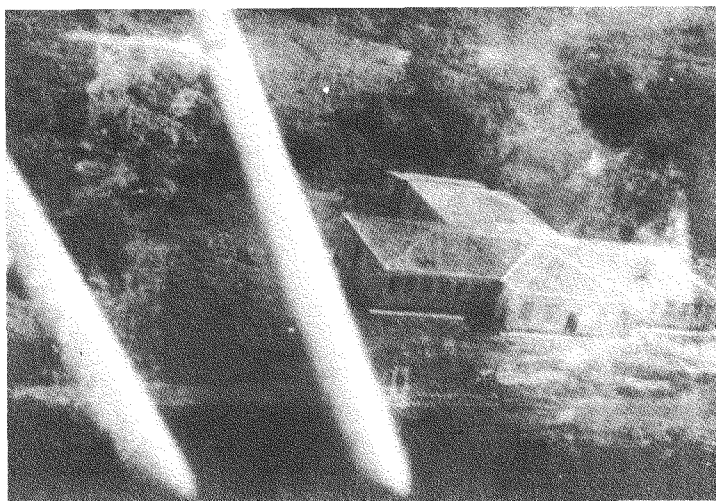
Em 1911 até 1938, o município permanece com apenas o distrito da sede. Neste ano, foi criado o distrito de Pontesinha, com área desmembrada da sede. Em 1948, perde o distrito de Diamantino parte do seu território para constituir o de Utiariti e parte para os de Barra do Bugres e Nobres, respectivamente, dos municípios de Barra do Bugres e Rosário Oeste (Rosário do Rio Acima). O de Pontesinha é anexado ao município de Rosário, passando Diamantino a constituir-se dos distritos da sede e Utiariti.

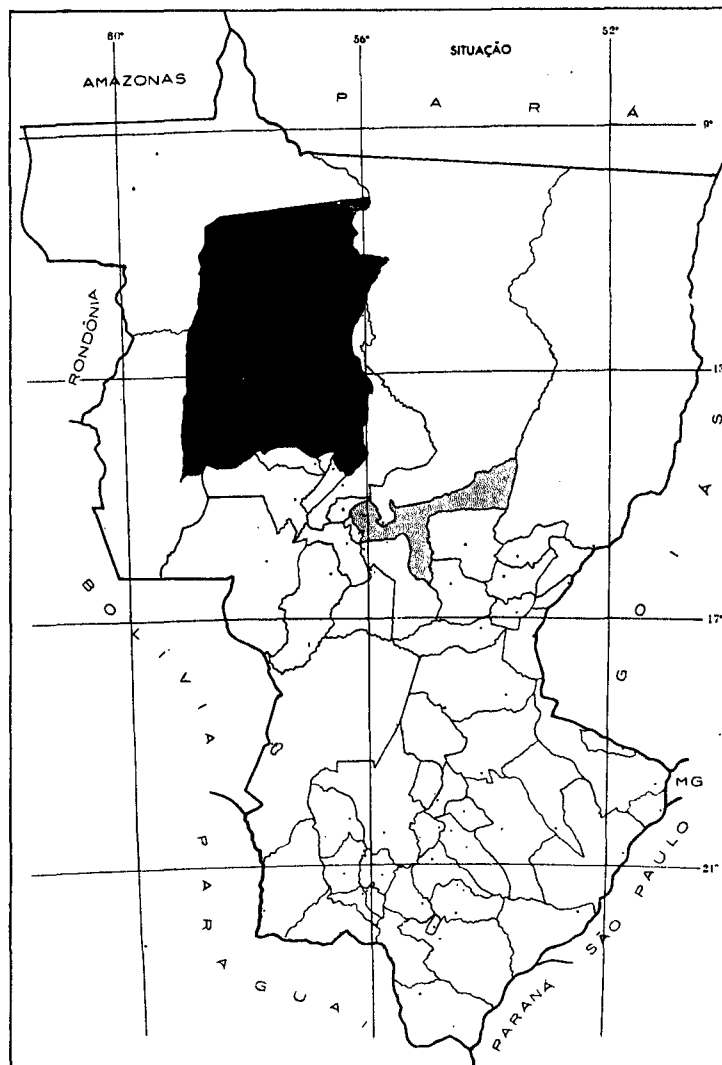
Em 1953, sofre nova diminuição de área, com a criação do município de Alto Paraguai, pela Lei n.º 709, de 16 de dezembro de 1953, posteriormente modificada pela de n.º 370, de 31 de julho de 1954.

Atualmente a comarca compreende os têrmos de Diamantino e Alto Paraguai, segundo a divisão administrativa do Estado, anexa ao Decreto n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, com as alterações constantes da Lei 370, de 31 de julho de 1954.

A sede do município recebeu foros de cidade pela Lei estadual n.º 772, de 16 de julho de 1918.

O município de Diamantino é atualmente dirigido pelo Senhor Benedito Moreira da Silva, que tomou posse em 31 de janeiro de 1955, sendo a Câmara Municipal composta por 4 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Diamantino acha-se situado na zona da chapada mato-grossense, estando enquadrada na região considerada amazônica, para os efeitos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O Sul do município faz parte componente da bacia do Paraguai. Limita com os municípios de Barra do Bugres, Mato Grosso, Aripuanã, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Alto Paraguai, Nortelândia e Arenápolis.

Vista aérea do Hospital de Caridade

São seus pontos extremos: latitude N. 10° 22' 15"; S. 14° 42' 15" e longitude E. 55° 39' O. 59° 06' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua capital

A cidade de Diamantino localiza-se a 135 quilômetros da Capital do Estado, em linha reta, na direção N.N.O.; sua posição em relação à Capital é de 14° 24' 43" de latitude Sul e 56° 26' 53" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — Sua altitude é de 225 metros em relação ao nível do mar, colocando-se em 40.° lugar em relação às demais cidades do Estado de Mato Grosso.

CLIMA — Possui um clima do tipo tropical úmido. Seu período de chuvas tem início em novembro indo até março, sendo mais intensas em janeiro e fevereiro. A temperatura máxima ocorrida em 1956 atingiu a 37,6°C e mínima 10°C.

ÁREA — O município de Diamantino, compreendendo uma área de 133 447 quilômetros quadrados, dos quais possui o distrito da sede 87 284 e o de Utiariti 46 163, corresponde a 10,10% da área do Estado de Mato Grosso, colocando-se em 4.° lugar em relação aos demais municípios, só sendo superado pelos de Chapada dos Guimarães, Barra do Garças e Aripuanã.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como principais, destacam-se: o rio Paraguai, com os saltos da "Andorinha" e do "Papagaio"; o Juruena, o São Manuel, o Arinos e o do Sangue. As Serras do Caiabis e a do Tombador.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza mineral salientam-se no município de Diamantino o diamante e o ouro, cuja exploração, atualmente, está em franca decadência; no vegetal, madeira de lei, lenha para fins domésticos, e borracha. Em relação à última riqueza, é explorada largamente em todo o município, onde existem aproximadamente mais de 25 seringais, constituindo-se Diamantino o maior produtor de borracha do Estado de Mato Grosso. Como riqueza animal constata-se a existência de animais e pássaros da rica fauna mato-grossense, não havendo, entretanto, exploração para fins econômicos.

POPULAÇÃO — O município de Diamantino, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 6 169 habitantes, o que lhe dava 0,05 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 3 739 pessoas eram do sexo masculino e 2 430, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 809 homens e 769 mulheres, num total de 1 578 habitantes; no suburbano, 495 pessoas do sexo masculino e 413, do feminino, totalizando 908 habitantes e no quadro rural, um total de 3 683 habitantes, dos quais 2 435 do sexo masculino e 1 248, do feminino. A zona rural concorria com 59% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação a côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 646 homens e 485 mulheres, num total de 1 131 pessoas; pretos, 442 pessoas do sexo masculino e 277 do feminino, totalizando 699 habitantes; e pardos, 2 658 homens e 1 664 mulheres, ou seja um total de 4 322 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 777 homens e 591 mulheres, num total de 2 368 pessoas; casadas, 1 484 pessoas, das quais 794 homens e 690 mulheres; desquitados e divorciados, 1 mulher; e viúvos, 114 homens e 152 mulheres, totalizando 266 pessoas.

Relativamente à nacionalização, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 3 711 homens e 2 420 mulheres, num total de 6 131 habitantes e estrangeiros, 28 habitantes do sexo masculino e 10, do feminino, num total de 38 pessoas.

Segundo a religião, 3 435 homens e 2 233 mulheres, num total de 5 668, declararam-se católicos romanos; 130 habitantes, dos quais 74 homens e 56 mulheres, protestantes; 36 homens e 33 mulheres, totalizando 69 habitantes, declararam-se espíritas; 113 homens e 90 mulheres, num total de 203 pessoas, outras religiões; sem religião, 70 pessoas, das quais 58 homens e 12 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião um total de 29 pessoas, sendo 23 homens e 6 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Diamantino (sede), 525 habitantes na cidade e 2 681 na zona rural; distrito de Alto Paraguai (atual município), 1 899 habitantes na vila e 676 na zona rural; e, distrito de Utiariti, 62 habitantes na vila e 326 na zona rural.

A cidade de Diamantino, com a população já descrita, sendo 252 habitantes do sexo masculino e 273 do feminino, colocava-se em 30.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município de Diamantino contava, em 1950, segundo o Censo Demográfico, com 3 aglomerações urbanas: Diamantino, Utiariti e Alto Paraguai (atual município), tendo o primeiro uma população de 252 homens e 273 mulheres, totalizando 525 habitantes; o segundo, 62 habitantes, dos quais 37 homens e 25 mulheres, e o terceiro, 1 015 homens e 884 mulheres, num total de 1 899 habitantes. Em 1954, de acôrdo com informações da Agência Municipal de Estatística, existiam mais os seguintes povoados: Fazenda Nova, 10 moradias e 35 habitantes; Rossensal, com 8 moradias e 30 habitantes; e Parecis, com 10 moradias e 32 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A sua principal atividade econômica é a indústria extrativa da borracha, com uma produção no valor de 15 511 cruzeiros, em 1955, resultado do trabalho de 26 seringais em atividade naquela época no município, segundo últimas apurações do Departamento Estadual de Estatística.

A indústria extrativa de diamantes atingiu naquele mesmo ano, apenas o valor de 70 mil cruzeiros, fenômeno que bem demonstra a decadência da indústria, conseqüência do deslocamento da exploração para os municípios de Alto Paraguai, Nortelândia e Arenápolis.

No que diz respeito à indústria de transformação, aparece apenas uma pequena produção de farinha de mandioca e uma olaria com produção diminuta, em 1955.

A agricultura e a pecuária contribuem modestamente para a economia do município, segundo se verifica pelos elementos colhidos por intermédio de informações prestadas ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Em 1956, a pecuária valeu mais de 4 milhões de cruzeiros, valor correspondente aos rebanhos de bovinos — 2 000 cabeças, eqüinos — 10 cabeças, muares — 50 cabeças e suínos — 250 cabeças.

A agricultura que somou mais de um milhão de cruzeiros teve na cultura do feijão a sua maior expressão econômica, com uma safra de 52 800 quilos, no valor de 264 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Em 31 de dezembro de 1956, contava com 5 estabelecimentos comerciais varejistas, todos êles localizados na sede municipal. Os seringueiros em atividade no município têm a sua manutenção assegurada pelos "barracões" existentes nas sedes dos respectivos seringais. Não há estabelecimento bancário em Diamantino.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Comunica-se com os municípios vizinhos pelos seguintes meios de transportes: Alto Paraguai, rodoviário — 20 quilômetros; Arenápolis, rodoviário — 66 quilômetros; Nortelândia, rodoviário — 60 quilômetros; Rosário Oeste, rodoviário — 96 quilômetros.

Dista da Capital do Estado 217 quilômetros, por estrada de rodagem, via Rosário Oeste.

Os meios de comunicações estão representados por 3 Agências Postais-Telegráficas localizadas na sede municipal, Parecis e Utiariti; 2 estações telegráficas situadas em Barão de Capanema e Juruena; e 1 estação telefônica em Ponte de Pedra, tôdas elas de propriedade do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Diamantino, que na época do Recenseamento Geral de 1950 possuía 525 habitantes, tem 15 logradouros públicos, dos quais, 12 pavimentados com pedras irregulares; 112 prédios, dos quais, 21 com ligação elétrica domiciliar. Dos logradouros citados, apenas 7 possuem iluminação pública, por intermédio de 60 focos. Não há abastecimento d'água e nem serviço de esgotos.

São seus edifícios principais: a Igreja Prelatícia de Nossa Senhora da Conceição e o Hospital de Diamantino.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A Prelazia de Diamantino mantém o Ambulatório São João Batista, de clínica médica geral e odontologia, e o Hospital de Caridade de Diamantino, com 30 leitos disponíveis.

Militam na sede municipal dois médicos, existindo ali uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Comissão Municipal de Legião Brasileira de Assistência e o Asilo "Frei Macerata", mantido pela Prelazia de Diamantino, são responsáveis pela assistência social prestada aos necessitados.

Não há, no município, organização cooperativista.

ALFABETIZAÇÃO — De uma população maior de 5 anos e mais, composta de 449 pessoas localizadas na sede municipal, em 1950, sabiam ler e escrever 280 (mais de 62% sôbre o total), enquanto 169 eram analfabetos (mais de 37% sôbre o total). Dos alfabetizados, 115 eram homens e 125, mulheres; dos que não sabiam ler e escrever, 65 eram homens e 104, mulheres.

Na zona rural a população maior de 5 anos e mais era de 3 212 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 1 077 homens e 269 mulheres; eram analfabetas 1 125 pessoas do sexo masculino e 741, do feminino, num total de 1 866 habitantes.

Na vila de Utiariti, naquele grupo de idade, havia uma população de 55 pessoas, das quais eram alfabetizadas 26 homens e 16 mulheres; eram analfabetas 13 pessoas, das quais 7 do sexo masculino e 6, do feminino.

ENSINO — Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em apurações relativas ao primeiro mês letivo de 1956, existiam no município, apenas 2 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, mantidos pelo Govêrno do Estado, os quais tiveram um movimento de 97 matrículas gerais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há o que referir.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	1 168	218	1 168
1951.......	—	—	737	286	737
1952.......	—	118	813	272	813
1953.......	—	268	2 302	413	2 302
1954.......	—	265	1 013	24	1 013
1955.......	—	1 952	607	34	533
1956.......	24	969	678	43	637

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Existem, apenas, manifestações religiosas pelas grandes festas em honra a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, do Senhor Divino e de Nossa Senhora do Rosário.

VULTOS ILUSTRES — Joaquim Pereira Mendes — nasceu em Diamantino, a 30 de dezembro de 1869 e faleceu em Cuiabá, a 25 de setembro de 1933. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Jornalista. Exerceu vários cargos públicos, inclusive o de Desembargador e Secretário da Justiça no Govêrno de Joaquim Augusto da Costa Marques. É patrono da Cadeira n.º 35, da Academia Mato-grossense de Letras.

José Barnabé de Mesquita (Sênior) — Nasceu em Diamantino, a 7 de março de 1855, e faleceu em Cuiabá a 12 de agôsto de 1892. Foi advogado provisionado, comerciante e professor. Político liberal, abolicionista e republicano, foi membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, em 1889. Foi, no Império, Auditor de Guerra, e, proclamada a República, exerceu as funções de Procurador Fiscal do Tesouro, professor de Latim do Liceu Cuiabano, Inspetor Escolar e Diretor da Tipografia Oficial. É patrono da Cadeira n.º 27, da Academia Mato-grossense de Letras.

João Batista das Neves — Nascido em Diamantino, a 23 de junho de 1856 e assassinado no Rio de Janeiro, a 22 de novembro de 1910, quando tentava sufocar uma revolta a bordo do cruzador "Minas Gerais", do qual era comandante. Morreu no pôsto de Almirante da Marinha de Guerra do Brasil.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Salto das Andorinhas e Salto do Papagaio, no rio Paraguai.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Seu topônimo é resultante da grande quantidade de diamantes encontrada por ocasião das primeiras explorações naquela zona, quando então teve como designação "Alto Paraguai do Diamantino". Seus filhos são chamados de "diamantinenses".

É sede de comarca, subordinando os têrmos de Diamantino, Alto Paraguai, Arenápolis e Nortelândia.

O município é sede da Prelazia de Diamantino e da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino.

DOURADOS — MT

Mapa Municipal na pág. 181 do 2.º Vol.

Fotos: págs. 208, 224, 226, 231, 232 e 233 do Vol. II

HISTÓRICO — A formação do núcleo populacional que hoje constitui o progressista Município de Dourados, data, segundo se presume, da primeira metade do século XIX, sendo, naquela época, a região habitada por imigrantes do Rio Grande do Sul e da vizinha República do Paraguai, além dos seus filhos naturais, possìvelmente a tribo de índios "terenos", que ainda hoje possui alguns remanescentes em tôda a região que constitui os municípios de Dourados, Rio Brilhante e Campo Grande.

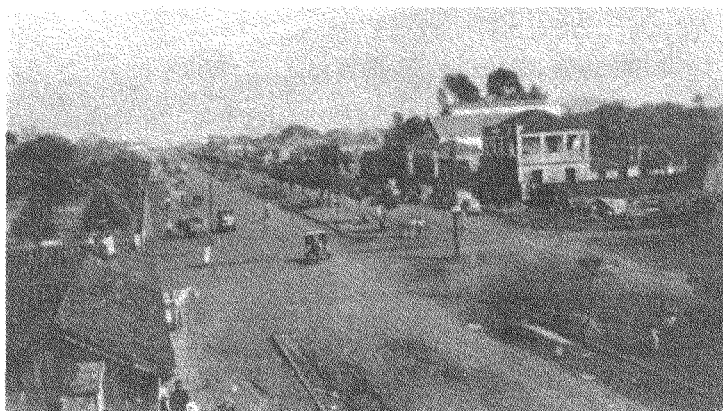
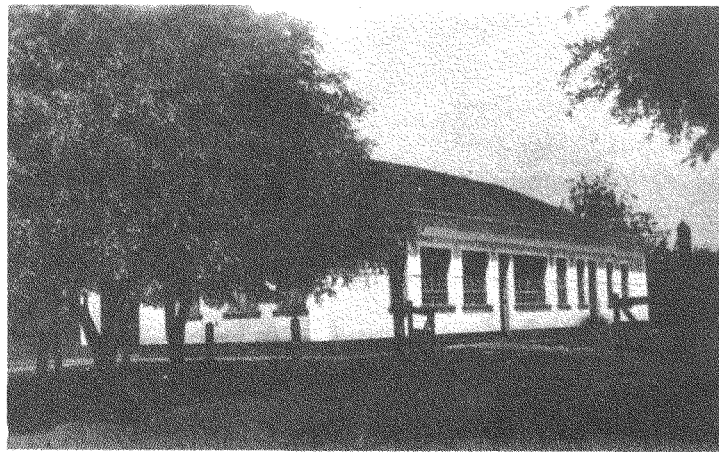
O povoado que então se formava recebeu a denominação de São João Batista de Dourados, topônimo êsse conseqüente de sua proximidade com o rio Dourados. Tão franco foi o seu progresso e tão promissoras as suas possibilidades que, já em 1900, a Resolução estadual n.º 255, de 10 de abril, criava no município de Ponta Porã a paróquia de Dourados, ex-povoação de São João Batista de Dourados.

O fazendeiro Marcelino Pires sentindo a pujança e a fertilidade daquelas terras resolveu descortinar novos horizontes para a região, em 1910, reservando, dentro de suas terras uma determinada área, doando-a ao então povoado, para o fim de nela ser fundado um patrimônio, escolhendo para isso o local onde tombou o tenente Antônio João Ribeiro, um dos bravos da guerra do Paraguai.

Com a construção da primeira casa, pelo pioneiro Januário Araújo, a localidade passou a denominar-se "Patrimônio de Dourados", denominação essa conseqüente da existência, na região, do rio Dourados.

Em 1914, por fôrça da Lei estadual n.º 658, de 15 de junho, era criado um distrito de paz no município de Ponta Porã, abrangendo o 1.º e o 2.º distritos policiais de Dourados (criados em 1910), com sede no Patrimônio de Dourados.

O progresso do novo Patrimônio foi lento. Seus primeiros passos lutavam com a dificuldade de meios de transporte e deficiência de vias de comunicações, principalmente para Campo Grande, ponto natural do escoamento de sua produção agrícola, então dando os primeiros passos no sentido de constituir o que hoje representa a sólida base econômica do município.

O Juizado de Paz foi instalado no mesmo ano, tendo assumido as funções de Juiz o Senhor Paulo Hildebrando.

Aspecto da Avenida Marcelino Pires

Prefeitura Municipal

Mesmo considerando aquelas dificuldades, a exuberância da região foi se tornando conhecida. A procura de "glebas" determinou o crescimento espantoso da população e com êle, o natural progresso que hoje é ponto de culminância na vida do município. Paulistas, rio-grandenses do sul e do norte, alagoanos, pernambucanos, baianos e muitos outros, especialmente os primeiros e os últimos, convergiram para aquela região do Sul de Mato Grosso, transformando suas matas virgens, até então indevassáveis, em ricas plantações de café, milho, arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar.

Em 1911, era criado o distrito de Dourados, figurando na divisão territorial daquele ano, como pertencente ao município de Ponta Porã.

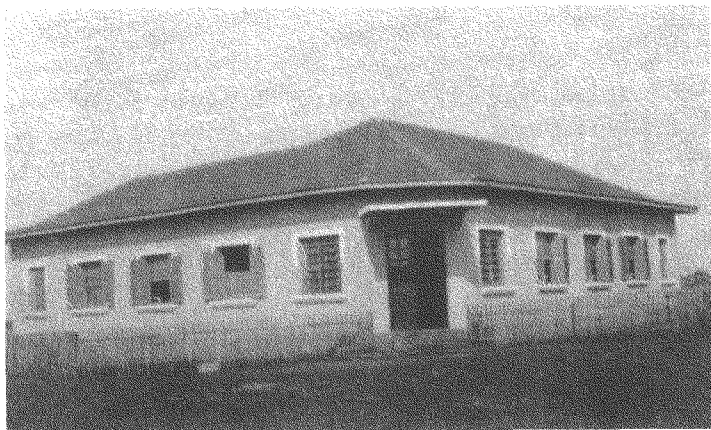
O Decreto estadual n.º 401, de 3 de setembro de 1915, reservava 3 600 hectares de terras para constituírem o patrimônio da vila de Dourados, reserva essa que, posteriormente, em 1932, o Govêrno do Estado, por meio do Decreto n.º 122, de 19 de janeiro, elevava para 20 000 hectares.

Ainda no ano de 1915, foi inaugurada a primeira escola primária da vila de Dourados, sendo autor da iniciativa o professor João Corrêa Ramos, seu proprietário.

Durante o transcorrer do ano de 1924, Dourados viu-se contemplada por dois grandes melhoramentos: a instalação da Agência Postal-Telegráfica, assumindo as funções de Agente a Senhora Antônio Silveira Capilé; e a inauguração da primeira igreja do culto católico romano, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Permaneceu subordinado a Ponta Porã até o ano de 1935, quando, em virtude dos têrmos do Decreto estadual n.º 30, de 20 de dezembro, foi elevado à categoria de município, com a mesma denominação, compreendendo, também, a mesma área do então distrito. Era formado, então, dos distritos de Dourados e Santa Luzia, figurando como têrmo da comarca de Ponta Porã.

Nova transformação sofre a divisão político-administrativa do município, no quadro territorial vigorante em 31 de dezembro de 1937, quando passou a ser composto de dois distritos: Dourados e Juti, situação essa ainda vigorante na divisão territorial aprovada pelo Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938.

O Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, concedeu-lhe foros de cidade.

Casa de Saúde São Lucas

Na divisão territorial vigorante no qüinqüênio ...... 1939/1943, o município é formado, ainda, pelos distritos de Dourados e de Santa Luzia, ex-Juti, situação essa em que permaneceu até 21 de setembro de 1943, quando o Decreto-lei federal n.º 5 839, incorporou o município ao Território Federal de Ponta Porã, recém-criado.

Pelo Decreto-lei federal n.º 9 055, de 12 de março de 1946, o município foi elevado a sede de comarca, desmembrado do de Ponta Porã.

Extinto o Território Federal de Ponta Porã, por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946, volta o município de Dourados a fazer parte integrante do Estado de Mato Grosso, sendo, pelo Decreto-lei estadual n.º 330, de 7 de janeiro de 1947, restaurada a sua antiga divisão administrativa.

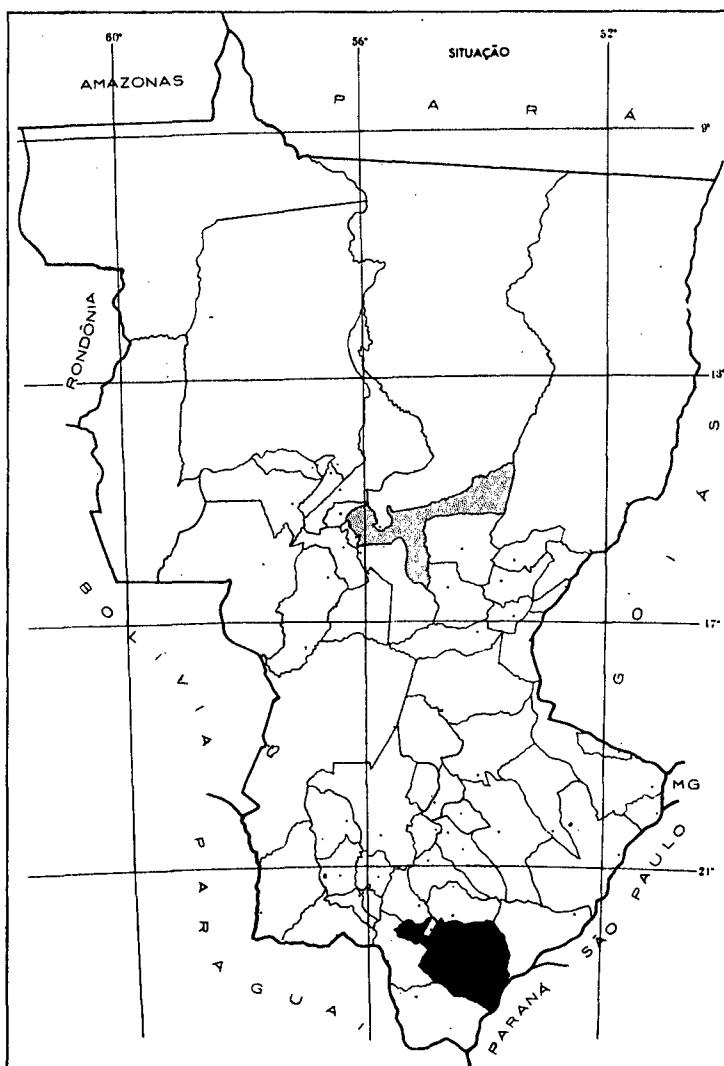
No quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, para o qüinqüênio 1949/1953, aprovado pelo Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, o município de Dourados é formado por três distritos: o da sede municipal; o de Caarapó, criado pela Lei n.º 188, de 16 de novembro de 1948, com território desmembrado do distrito de Juti, ex-Santa Luzia o de Guaçu, distrito criado pela Lei n.º 150, de 4 de outubro de 1948, com território desmembrado do distrito da sede; e o de Juti.

De acôrdo com o Decreto n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954/1958, Dourados, além dos distritos já existentes na divisão anterior, conta mais o distrito de Itahum, criado pela Lei n.º 561, de 10 de dezembro de 1953.

Em conseqüência da Lei n.º 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pelo Decreto n.º 1 738, perdeu o município de Dourados grande parte do seu território, a fim de ser constituído o município de Itaporã.

Com a fundação, pelo Govêrno Federal em 1942, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, e a conseqüente melhoria dos meios de transporte com a construção — ainda que precária — de estradas de rodagem, deu-se a "corrida" de imigrantes, fenômeno que veio alterar profundamente a fisionomia daquele aglomerado humano, transformando-o no que hoje constitui a cidade de Dourados: uma das que mais cresce, atualmente, em Mato Grosso.

A atual legislatura é exercida pelo Senhor Antônio Moraes dos Santos, eleito em 3-10-1954 e empossado em 31-1-1955, sendo a Câmara Municipal composta por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Dourados está situado na zona do Planalto Mato-grossense, na bacia do Paraná. São seus municípios limítrofes: Maracaju, Itaporã, Rio Brilhante, Bataguaçu, Amambaí e Ponta Porã. Limita, outrossim, com o Estado do Paraná, desde a foz do rio Ivinheima indo até a foz do rio Amambaí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

São os seguintes os seus pontos extremos: latitude .. N. 21º 50' 45" e S. 23º 20' 30"; longitude E. 53º 29' 30" e O. 55º 29'.

A cidade de Dourados, em relação à Capital do Estado, situa-se no rumo S.S.O., distando, em linha reta, 740 quilômetros. São suas coordenadas geográficas: 18º 07' 03" de latitude Sul e 57º 25' 07" W. Gr.

ALTITUDE — A sede municipal tem 464 metros de altitude acima do nível do mar, colocando-se em 13.º lugar pela ordem, no Estado de Mato Grosso.

CLIMA — O município de Dourados enquadra-se no clima tropical de altitude de verão brando, segundo o Conselho Nacional de Geografia. O período de chuvas tem início em setembro indo até março, apresentando maior intensidade entre janeiro e fevereiro.

Coimbra Hotel

ÁREA — Possui 19 350 quilômetros quadrados, sendo o 12.º município em extensão territorial, no Estado de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O salto do Pirapó, no rio Amambaí, situado a 90 quilômetros de Dourados; rio Santa Maria, que serve de limite com o município de Maracaju; rio Dourados, limite natural com o município de Ponta Porã; rio Amambaí, limita o município com o de Amambaí; rio Paraná e o rio Ivinheima, êste último separando o município dos de Bataguaçu e Rio Brilhante.

RIQUEZAS NATURAIS — Como principais riquezas extrativas minerais encontram-se em Dourados: barro para fabricação de telhas e tijolos; areias e pedras para construção e cascalho, tipo especial para pavimentação de estradas de rodagem; na extrativa vegetal, o município é rico em madeiras de lei, lenha para fins domésticos e industriais e crina vegetal; na animal, peles de animais silvestres, crina animal e peixe, ainda não explorado econômicamente .

POPULAÇÃO — O município de Dourados contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 22 834 habitantes, o que lhe dava 1,18 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população 11 998 pessoas eram do sexo masculino e 10 836 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 1 078 homens e 1 169 mulheres, num total de 2 247 habitantes; no suburbano, 1 248 pessoas do sexo masculino e 1 199, do feminino, totalizando 2 483 habitantes; e no quadro rural, um total de 18 104 habitantes, dos quais 9 636 do sexo masculino e 8 468, do feminino. A zona rural concorria com 79% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 9 049 homens e 8 204 mulheres, num total de 17 253 pessoas; pretos, 605 pessoas do sexo masculino e 518, do feminino, totalizando 1 123 habitantes; amarelos, 23 homens e 21 mulheres, num total de 44 pessoas; e pardos, 2 288 homens e 2 067 mulheres, ou seja um total de 4 355 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 3 205 homens e 2 130 mulheres, num total de 5 335 pessoas; casadas, 6 215 pessoas, das quais 3 094 homens e 3 121 mulheres; desquitados e divorciados, 12 homens e 6 mulheres, num total de 18 pessoas; e viúvos, 172 homens e 315 mulheres, totalizando 487 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 11 244 homens e 10 405 mulheres, num total de 21 649 habitantes; brasileiros naturalizados, 23 homens e 9 mulheres, num total de 32 habitantes; e estrangeiros, 730 habitantes do sexo masculino e 422, do feminino, num total de 1 152 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 1 homem.

Segundo a religião, 10 836 homens e 10 363 mulheres, num total de 21 199, declararam-se católicos romanos; 1 550 habitantes, dos quais 799 homens e 751 mulheres, protestantes; 268 homens e 239 mulheres, totalizando 507 habitantes, declararam-se espíritas; 11 homens e 5 mulheres, num total de 16 pessoas, budistas; 1 homem, ortodoxo; 2 homens e 1 mulher, num total de 3 pessoas, maometanos; 296 homens e 245 mulheres, totalizando 541 pessoas, outras religiões; sem religião, 406 pessoas, das quais 236 homens e 170 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião um total de 45 pessoas sendo 22 homens e 23 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Dourados (sede), 3 042 habitantes na cidade e 12 994 na zona rural; distrito de Caarapó, 763 habitantes na vila e 1 937 na zona rural; distrito de Guaçu, 192 habitantes na vila e 1 488 na zona rural; e distrito de Juti, 733 habitantes na vila e 1 685 na zona rural.

A cidade de Dourados, com a população já descrita, sendo 1 498 habitantes do sexo masculino e 1 544, do feminino, colocava-se em 10.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Conta com as seguintes aglomerações urbanas, segundo resultados censitários de 1950: cidade de Dourados, com a população já descrita; vila de Caarapó, com 2 700 habitantes; vila do Guaçu, com 1 680 habitantes; Juti, com 2 418 habitantes; e vila de Itahum, cuja população ainda não foi calculada, em vista da recente criação do distrito.

Além das aglomerações citadas, existem mais as seguintes, segundo informa a Agência Municipal de Estatística, em 1954; vila Brasil, no distrito da sede, com uma

Edifício Santa Rita

população estimada em 450 habitantes; povoado Naviraí, com 250; povoado Picadinha Romualdo, com 180; e o núcleo populacional da Colônia Nacional de Dourados, cujo número já ultrapassa, sòmente na sede da Colônia, a 1 500 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Quase 65% da população ativa do município, desenvolve sua atividade em tôrno do ramo agricultura, pecuária e silvicultura. As duas primeiras atividades têm desenvolvimento mais ou menos equiparado, pois, se o município é grande produtor agrícola, a pecuária também tem posição de destaque na sua economia.

Avenida Marcelino Pires

Na agricultura, destacaram-se, em 1956, a produção de arroz que atingiu a 24 000 000 de quilos, no valor de .. Cr$ 120 000 000,00; seguida da de milho com 15 120 000 quilos, no valor de Cr$ 20 160 000,00; de mandioca, com uma produção de 16 478 toneladas, cujo valor atingiu a Cr$ 19 918 000,00; de feijão; com 1 950 000 quilos, no valor de Cr$ 16 250 000,00; do algodão herbáceo (em caroço), com 804 000 quilos, no valor de Cr$ 2 680 000,00. Atualmente, planta-se o trigo, em caráter experimental, tendo a produção de 1956 atingido a 30 000 quilos, no valor de .. Cr$ 150 000,00; as plantações de café, abundantes em todo o município, foram grandemente afetadas no ano em referência, razão por que a sua produção foi diminuta. Em quantidade e valores mais modestos, aparecem ainda no município as culturas de abóbora, alfafa, amendoim, banana, laranja, cana-de-açúcar e cebola.

O valor total da agricultura no ano de 1956, no município de Dourados, atingiu a Cr$ 188 696 000,00.

A pecuária, ainda naquele ano, valeu mais de 896 milhões de cruzeiros, destacando-se os rebanhos bovinos e suínos, com 200 000 cabeças o primeiro e 350 000 o segundo, no valor de Cr$ 500 000 00,00 e Cr$ 350 000 000,00, respectivamente. O rebanho de eqüinos vem em terceiro lugar com 20 000 cabeças, no valor de Cr$ 400 000 000,00.

No que diz respeito às atividades industriais do município, em 1955, foram arrolados 55 estabelecimentos, empregando perto de 900 pessoas, com uma produção total no valor de Cr$ 48 387 000,00. Destacam-se as indústrias de produtos alimentares, com 22 estabelecimentos e uma produção superior a 24 700 mil cruzeiros, seguida pela de transformação da madeira, cujo movimento valeu mais de 15 milhões de cruzeiros, resultado do trabalho de 6 unidades de produção.

As indústrias localizadas em Dourados, estavam assim representadas, por classe e valor da produção, segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística:

Indústria extrativa de produtos minerais	48
Indústria extrativa de produtos vegetais	2 389
Indústria de transformação de minerais não metálicos	1 809
Indústria de construção e montagem do material de transporte	155
Indústria da madeira	15 747
Indústria do mobiliário	904
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	707
Indústria de produtos alimentares	24 743
Indústria de bebidas	1 345
Construção civil	435
TOTAL	48 387

O município é grande produtor de banha suína, tendo a sua produção, em 1955, atingido a casa dos 14 milhões de cruzeiros, tratando-se, entretanto, de pequenas indústrias com menos de 5 operários, cuja produção alcançou, naquele ano, 125 000 quilos, aproximadamente.

Nas mesmas condições, quanto ao número de operários, aparece o beneficiamento do fumo, que, naquele mesmo período, teve a expressiva safra de 2 290 arrôbas, no valor de mais de Cr$ 1 600 000,00.

A produção extrativa de erva-mate atingiu a mais de 682 000 quilos, cujo valor ultrapassou a casa dos 2 380 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio varejista é representado por 33 estabelecimentos e o atacadista, por 17, localizados na sede municipal. Estima-se em 72 estabelecimentos comerciais o total existente no município.

O comércio de Dourados mantém grande intercâmbio com várias praças comerciais de São Paulo, principalmente com as existentes nas cidades de Alta Sorocabana, destacando-se, entre as demais, a de Presidente Prudente.

Conta a sede municipal com três estabelecimentos bancários: Agência do Banco do Brasil S. A. (em instalação); Agência do Banco Nacional do Comércio e Produção S. A.

Indústria Douradense de Madeiras Ltda.

e Banco Agrícola de Dourados, funcionando no sistema cooperativista.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município comunica-se com as cidades vizinhas (sedes municipais) de: Itaporã rodoviário — 20 quilômetros; Rio Brilhante: a) rodoviário — 72 quilômetros e b) aéreo — 60 quilômetros; Maracaju: a) rodoviário — 108 quilômetros e b) aéreo — 90 km; Ponta Porã: a) rodoviário — 120 quilômetros e b) aéreo — 100 quilômetros.

Clube Social

Comunica-se ainda com a cidade de Loanda, no Estado do Paraná, via aérea, da qual dista 122 quilômetros.

Não tem comunicação direta com a Capital, da qual dista 740 quilômetros, via aérea.

É servido pelo Consórcio Real-Aerovias e pela Viação Aérea São Paulo (VASP). Também a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil serve o município, cuja principal estação está localizada na Vila de Itahum, distrito do mesmo nome, possuindo, ainda, mais duas estações no âmbito municipal.

Em 1956, foram arroladas pela Agência Municipal de Estatística, 10 emprêsas de transporte rodoviário, com sede no município.

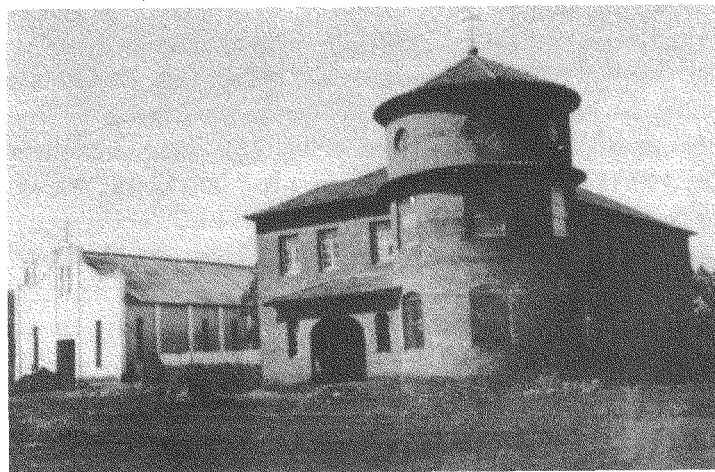
O município é servido pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, que mantém quatro Agências, sendo uma postal-telegráfica de 3.ª classe e as demais apenas postais, localizadas na sede municipal, no povoado da Cooperativa (Núcleo Colonial de Dourados), na vila de Itahum e na vila de Caarapó.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Dourados, com seus 3 042 habitantes apurados pelo Censo de 1950, possui 37 logradouros públicos, dos quais 7 arborizados, e 2 060 prédios, segundo elementos publicados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativos ao ano de 1954. Não há abastecimento d'água canalizada nem rêde de esgotos; a iluminação pública é distribuída, apenas, a 6 logradouros, havendo 243 ligações domiciliares, em dezembro de 1956. O serviço é precário, existindo, porém, um projeto de aproveitamento para criação da Hidrelétrica do Pirapó S. A. para o aproveitamento dessa queda d'água situada no rio Amambaí. Caso êsse projeto seja concretizado, Dourados estará em condições de fornecer energia elétrica aos municípios de Bela Vista, Maracaju, Itaporã, Ponta Porã, Rio Brilhante e Amambaí.

Os principais edifícios públicos situados na cidade de Dourados são: a Prefeitura Municipal, o Cine-Teatro Santa Rita, o Cine Ouro Verde, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Cadeia Pública de Dourados e Patronato de Menores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada pelo Serviço Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde; Pôsto de Higiene de Dourados, mantido pelo Govêrno do Estado; Casa de Saúde São Lucas, particular, com 10 leitos disponíveis; Hospital Nossa Senhora de Fátima, administrado pela Diocese de Corumbá, situado na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, com 20 leitos disponíveis; Hospital Evangélico Dr. e Sra. Goldsby King, atendido pela Missão Evangélica Brasileira, com 41 leitos disponíveis e Serviço de Profilaxia da Lepra, mantido pelo Govêrno do Estado.

Na cidade de Dourados estão localizadas 9 farmácias, 8 médicos, 7 dentistas e 8 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, é responsável pela assistência prestada, na sede municipal, aos necessitados.

Convento Franciscano e Igreja Matriz

Há no município três cooperativas: a Cooperativa de Produtores de Mate "Dourados" de Responsabilidade Limitada, instalada em 10 de junho de 1944, com 145 associados em 31 de dezembro de 1956; o Banco Agrícola de Dourados — Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, em funcionamento desde 12 de dezembro de 1954, com 276 associados em 31 de dezembro de 1956; e a Cooperativa Mista do Núcleo Colonial de Dourados, instalada em 16 de março de 1947, com 385 associados em 31 de dezembro de 1956. O capital realizado dessas três Cooperativas, em 31 de dezembro de 1956, atingia a mais de 1 800 mil cruzeiros, em conjunto.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município de Dourados possuía uma população

de 5 anos e mais, de 18 432 habitantes. Eram alfabetizados 4 311 homens e 3 117 mulheres, num total de 7 448 pessoas; não sabiam ler e escrever, 5 405 pessoas do sexo masculino e 5 579 do feminino, totalizando 10 984 habitantes.

Na cidade de Dourados, dos 2 554 habitantes maiores de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever 889 homens e 819 mulheres; eram analfabetos 366 habitantes do sexo masculino e 480, do feminino.

Nas vilas de Caarapó, Guaçu e Juti, a população maior era composta de 1 406 pessoas, sabendo ler e escrever 643, das quais 363 do sexo masculino e 280 do feminino; eram analfabetas 354 pessoas do sexo masculino e 409, do feminino, num total de 763 habitantes.

Grupo Escolar Joaquim Murtinho

Na zona rural existiam 14 472 pessoas maiores de 5 anos e mais, sendo que sabiam ler e escrever 3 079 homens e 2 018 mulheres, totalizando 5 097 habitantes; não sabiam ler e escrever 9 375 pessoas, das quais, 4 685 homens e 4 690 mulheres.

ENSINO — Segundo resultados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, em 1956, no município de Dourados existiam 62 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, dos quais 54 do Govêrno Estadual; 4 do municipal e 4 mantidos por particulares, totalizando essas escolas 4 777 matrículas, assim distribuídas: estaduais, 3 829; municipais, 94; e particulares, 854 matrículas. Possuía, ainda, 1 ginásio, para ambos os sexos, com uma matrícula inicial, em 1956, de 99 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Dourados existem 4 associações esportivas, congregando em seus quadros sociais 287 pessoas; 2 cinemas (o Cine-Teatro Santa Rita, com capacidade para 600 espectadores e o Cine Ouro Verde, inaugurado em 18 de julho de 1957, com capacidade para 1 000 espectadores); 2 jornais ("A Luta", semanal, com uma tiragem de 500 exemplares por edição, e "O Progresso", com periodicidade semanal e tiragem de 800 exemplares por edição); e 1 estação de radiodifusão (Rádio Clube de Dourados, inaugurada em 10 de julho de 1954).

Pôsto de Higiene

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	230	1 320	490	245	456
1951	630	2 320	909	793	613
1952	1 100	3 950	1 132	903	967
1953	1 500	4 500	3 001	2 599	1 527
1954	1 650	6 210	1 044	878	2 382
1955	2 800	10 200	7 018	4 510	7 258
1956 (1)	(2) 3 900	(2) 13 200	9 200	7 791	9 200

(1) Orçamento. — (2) Estimativas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A única manifestação é de caráter religioso, quando se comemora a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, entre 1 a 9 de dezembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O rio Dourados deu origem ao atual topônimo do município, sendo, denominados de "douradenses" os filhos da terra.

A cidade de Dourados conta com 7 hotéis e 10 pensões, cujas diárias variam entre Cr$ 80,00 a Cr$ 150,00.

Em dezembro de 1956, militavam em Dourados 3 advogados, 2 engenheiros e 3 agrônomos.

É sede de comarca, subordinando os têrmos de Dourados e Itaporã, contando com 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público e 3 Cartórios. Em 31 de dezembro de 1956 contava com 8 212 eleitores.

Na cidade estão localizadas 10 oficinas mecânicas para reparações de veículos e 5 postos de gasolina, incluindo-se 2 bombas.

A Prefeitura Municipal de Dourados mantém no Córrego Laranja Doce, um Hôrto Florestal para plantio de eucaliptos, com área total de 85 400m² e uma área plantada de 55 400m², a título de "reserva florestal".

No município existem 3 paróquias: a de Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1955; a de São Pedro Apóstolo, fundada em 1954 e a de Nossa Senhora da Glória, fundada em 1955; 6 Igrejas Protestantes: Igreja Metodista do Brasil, Igreja Adventista do 7.º Dia, Igreja Batista de Dourados, Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Vila Brasil e Igreja Presbiteriana do Brasil. E 1 centro espírita: Centro Espírita Amor e Caridade.

GUIA LOPES DA LAGUNA — MT

Mapa Municipal na pág. 183 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — No século XVI, os castelhanos sediados no Paraguai exploraram tôda a atual região Sul de Mato Grosso, inclusive a área que hoje constitui o município de Guia Lopes da Laguna.

Após a conquista da região pelos bandeirantes paulistas e seu conseqüente aposseamento pelos brasileiros, foi, em 1778, fundado o Presídio de Miranda, à margem do rio daquele nome, estabelecimento êsse que foi a baliza, não só das providências administrativas da época, como também das explorações e do povoamento da sua circunvizinhança.

As referências históricas indicam-nos José Francisco Lopes — o Guia Lopes — como o primeiro morador do município, ali se estabelecendo por volta de 1848, depois de haver acompanhado o seu irmão Joaquim Francisco Lopes nas explorações em procura de uma rota fluvial entre o Paraná ao Sul de Mato Grosso, o que culminou com a descoberta e abertura do varadouro, ligando os rios Brilhante e Nioaque, em 1847, ficando aquêle varadouro, como a via de acesso entre as bacias do Paraná e o Paraguai.

Seguindo os Lopes, também os Barbosas, que já possuíam várias fazendas no planalto de Maracaju, desceram a serra e vieram estabelecer-se na área dêsse município.

No período da Guerra do Paraguai, o seu território foi também coberto pelos invasores, sob o comando de Urbieta e, mais tarde, pela expedição Camisão, na sua vitoriosa marcha até Laguna e, depois, na sua épica retirada até as margens do Aquidauana, passando por Nioaque.

Por ocasião da construção da rodovia ligando Aquidauana a Pôrto Murtinho e a Bela Vista, a cargo da CER-3, do Ministério da Guerra, acampou-se à margem direita do rio Miranda, em terras da fazenda Jardim, em princípios de 1937, a 1.ª Cia. do 4.º Batalhão de Sapadores, sob o comando do então capitão Teodorico de Farias.

Juntaram-se àqueles sapadores, como os primeiros moradores definitivos, transformando o acampamento em povoação, as seguintes pessoas: José Francisco Lopes — filho do Guia da retirada da Laguna, Jaime Artigas, Basílio Barbosa, Aurélio Rodrigues de Sousa, Ozias de Sousa Santos e Osvaldo Fernandes Monteiro, sendo que os dois últimos estabeleceram-se com as duas primeiras casas de comércio do povoado.

Cadeia Pública

A união e os esforços dos primeiros habitantes da localidade imprimiram um ritmo especial no progresso daquele núcleo, que, no primeiro ano de origem, contava já com 4 casas de comércio e uma escola pública.

Empolgados com êsse desenvolvimento, o capitão Frederico de Farias e o fazendeiro Fábio Martins Barbosa, proprietário de Jardim, em entendimento com os principais moradores, resolveram fundar a povoação, com o nome de Patrimônio Guia Lopes, em homenagem ao bravo José Francisco Lopes — o Guia Lopes — cujo túmulo se encontra a 3 quilômetros daquela localidade, o que se deu a 19 de março de 1938.

Naquela ocasião, ficou resolvido que o aludido Patrimônio seria transferido às autoridades civis de Nioaque, para o que foram as mesmas convidadas, dando-se essa transferência, em solenidade realizada a 5 de junho do mesmo ano, de cujo ato lavrou-se a ata seguinte:

> "Ata da Reunião para a transferência do Patrimônio Guia Lopes, as autoridades civis do município de Nioaque — Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e oito, em o salão do prédio da Escola Pública deste Patrimônio, aí presentes os senhores José Francisco Lopes, Capitão Teodorico de Farias, DD. Comandante da Primeira Cia. do Quarto B.S. aqui acantonado, Tenente Afonso de Menezes Dippe, Sargentos João do Prado e Silva, Luiz Fioravante, Odilon de Queiroz e José Antônio de Bulhões, todos da mesma Cia., as autoridades civis de Nioaque snr. Antônio de Oliveira Flores — DD. Prefeito Municipal, Alziro Lopes Costa — Juiz em exercício, Tenente Gumercindo Cavalheiro — Delegado de Policia, João Siqueira — Promotor de Justiça, Policiano Costa Lima — Coletor das Rendas do Estado, Helvecio Brandão — Delegado Militar, e muitas pessoas gradas de Nioaque e do patrimônio, as quais em grande reunião solenizava este grande feito de patriotismo e gesto de civismo pelo senhor Tenente Afonso de Menezes Dippe, foi dado a palavra ao Dr. Cinésio Chavasco, para que este expusesse os fins da presente reunião. Em rápidas palavras, o orador indicado exclarecendo os fins da reunião, dissertou sobre a óbra de patriotismo dos dígnos militares plantando mais um marco de esperança, sobre o qual desfralda o nosso glorioso pendão nacional, que servirá de estímulo às gerações vindouras; o orador, dando conta dos trabalhos feitos para a fundação deste grande melhoramento, ao qual foi dado o nome do Imortal Guia Lopes, passava neste momento a direção do patrimônio ao Dígno Prefeito Municipal de Nioaque. Fazendo esta entrega, os fundadores do patrimônio confiantes na integridade do Dígno Prefeito, estão certos que SS. com verdadeiro espírito de brasilidade tudo pensa fazer pelo engrandecimento deste povoado e por este povo. Em seguida, o Senhor Antônio de Oliveira Flores, DD. Prefeito Municipal, em bréves palavras agradeceu aos dígnos militares a óbra patriótica, dizendo que: "com a máxima satisfação recebia a honrosa encumbência que óra lhe era feita, garantindo em seu nome e do povo nioaquense que na sua gestão, tudo faria para a continuidade do progrêsso deste novo povoado, o qual ele repu-

tava dígno não só pelo seu todo, porém mais ainda, por prestar uma justa homenagem ao imortal sertanejo e guia da retirada da Laguna". Áto continúo, o senhor Cap. Teodorico de Farias em rápidas palavras disse que, em seu nome e dos militares que concorreram para a fundação deste patrimônio, embora tenha passado a direção do mesmo para as dígnas autoridades civís de Nioaque, continuariam sempre à disposição das mesmas para o engrandecimento desta óbra e pelo progresso de Mato Grosso. Logo a seguir, o senhor Prefeito Municipal assumindo a direção do patrimônio, resolveu as necessidades mais urgentes dentro as quais a de designar uma Comissão para responderem pela direção do mesmo. Dentre os elementos destacados do patrimônio, foi designado os senhores Osvaldo Monteiro comerciante, Macário Aristimunha e Bazilio Barbosa — fazendeiros, todos residentes no mesmo, escolha esta que foi recebida com aplausos de satisfação de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião com vivas ao Exmo. Snr. Presidente da República Dr. Getulio Vargas, Exmo. Snr. Interventor Federal Dr. Julio Müller, ao Glorioso Exército Nacional, ao velho José Francisco Lopes e a todas as autoridades presentes. Patrimônio Guia Lopes, 5 de junho de 1938, (Ass) José Francisco Lopes, (filho do Guia Lopes), Teodorico de Farias, Capitão — Afonso de Menezes Dippe, 2.º Tenente — Antônio de Oliveira Flores, Prefeito — Alziro Lopes da Costa, 1.º Juiz de Paz — Tenente Gumercindo Cavalheiro, Delegado de Policia — Luiz Fioravante, Sargento — Odilon de Queiroz, Sargento — José Antônio de Bulhões, Sargento — Helvecio Brandão, Delegado Militar — Policiano da Costa Lima, Coletor — Sebastião David de Medeiros, 1.º Tabelião — João Siqueira, Promotor de Justiça — Hercilio Vieira de Moura, Escrivão da Coletoria — Osvaldo F. Monteiro, Bazilio Barbosa, Macário Aristimunha, Vicente Urbano Leite, Dinarte Pinheiro, Irineu Vieira de Sousa, Alfredo de Ávila da Silva, Florencio da Costa Lima, Cristovam Felix de Almeida, Paulo Leme Nogueira, Justino Lopes, Argemiro Ávila da Silva, e Sinésio Chavasco".

Como parte do município de Nioaque, passou a integrar o Território Federal de Ponta Porã, por fôrça do Decreto-lei federal n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, sendo, nessa situação, elevado a Distrito de Paz, pela Lei número 9 055, de 12 de março de 1946.

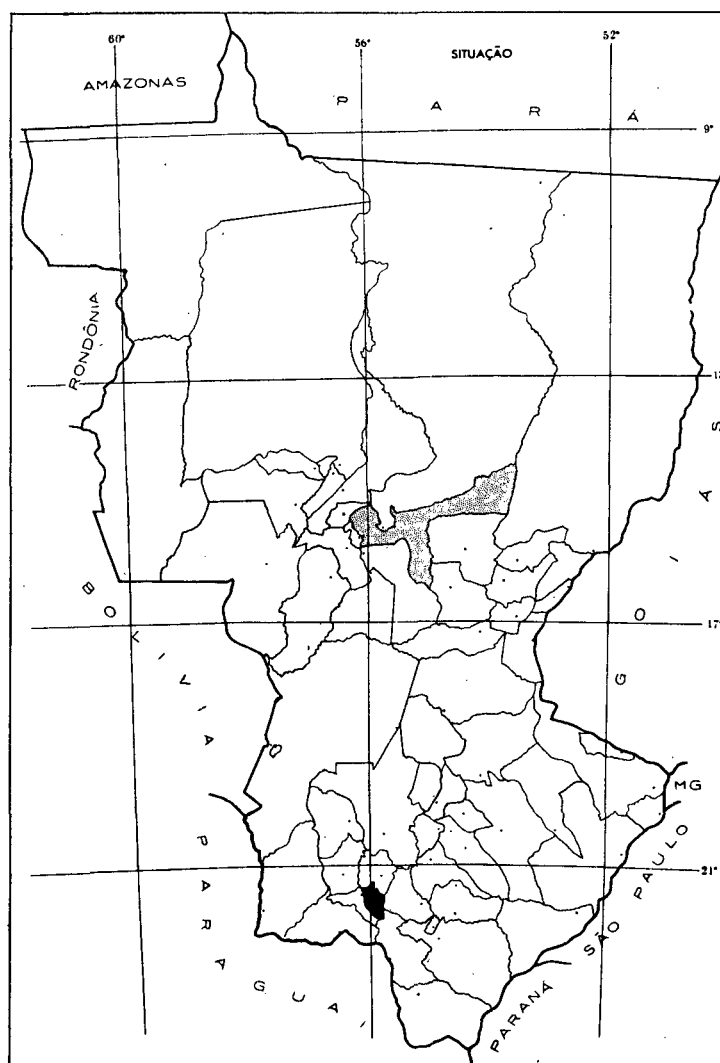
De conformidade com o que determina o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi reincorporado ao Estado de Mato Grosso, a 18 de setembro de 1946, com a extinção daquele Território Federal.

A sua ereção a Distrito de Paz, na organização judiciária de Mato Grosso, foi efetivada pela Lei estadual número 140, de 30 de setembro de 1948, com o nome de Guia Lopes da Laguna, figurando, como tal, na divisão territorial vigorante no qüinqüênio 1949-1953.

Desmembrado de Nioaque, passou a constituir município pela Lei estadual n.º 678, de 11 de dezembro de 1953, retificada pela Lei n.º 370, sancionada a 31 de julho de 1954.

Instalada a nova comuna, como têrmo da comarca de Bela Vista, a 7 de fevereiro de 1954, foi seu primeiro prefeito o então Juiz de Paz, Bazilio Barbosa.

Realizado o primeiro pleito, ocupou o Executivo Municipal o Senhor Vitor Francisco Bertola, que tomou posse do cargo no dia 12 de fevereiro de 1955, juntamente com os vereadores: Armando Lopes Barbosa, Arlindo Corrêa Buêno, Apolinário de Arruda, Ovídio Paulo de Oliveira e Eulogio G. Barbosa.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guia Lopes da Laguna situa-se na Região Sul do Estado, pertencendo à Zona Fisiográfica da Grande Baixada do Paraguai e está encravado entre a escarpa ocidental da serra de Maracaju e o rio Miranda, encontrando-se os pontos extremos do seu território nas coordenadas seguintes: latitude N. 21º 19' 45" e S. 21º 49' 45"; longitude E. 55º 45' e O. 56º 08'.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita com os municípios de Bonito, Jardim, Maracaju e Nioaque.

A sede municipal localiza-se à margem direita do rio Miranda, confrontando com a cidade de Jardim, situada 3 quilômetros adiante.

ALTITUDE — A cidade encontra-se numa altitude aproximada de 260 metros, sendo a 36.ª na ordem decrescente da altitude das sedes municipais no Estado.

CLIMA — Incluído na faixa de clima tropical úmido, o município apresenta o clima comum da Região da Grande

Baixada do Paraguai, tendo sido, em 1955, observadas as temperaturas seguintes em graus centígrados: máxima — 38,0; mínima — 0,5 e mais freqüente — 37,0.

O seu regime de chuvas está no período de novembro a abril, com maior intensidade nos meses de janeiro a março.

ÁREA — Com uma área de 1 510 km², ocupa 0,12% da extensão territorial do Estado, classificando-se em 55.º lugar entre os municípios mato-grossenses, seguindo-lhe apenas 4 comunas com menores superfícies:

Guia Lopes da Laguna	1 510 km²	— 0,12%
Itaporã	1 010 km²	— 0,08%
Nortelândia	845 km²	— 0,06%
Várzea Grande	660 km²	— 0,05%
Ladário	265 km²	— 0,02%

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os seus principais acidentes geográficos são: a escarpa da serra de Maracaju, que lhe serve de limite com o município de igual nome; o rio Miranda, que banha a sede municipal e a separa das comunas de Jardim e Bonito; e o rio Santo Antônio, que, descendo do Planalto, atravessa o seu território de leste a oeste, até a sua confluência no Miranda, depois de engrossado pelos ribeirões Frio e Desbarrancado.

RIQUEZAS NATURAIS — Além dos campos e pastagens naturais de que dispõe, é conhecida, no reino mineral, a existência de argilas para cerâmicas, areias e pedras de diversos tipos, para construções, enquanto que no reino vegetal, registra-se a existência de matas de serrado, para lenha e matas de madeira de lei, com pequena extração dos tipos de peroba, piúva e aroeira.

No reino animal, além da quantidade variada de pássaros, o veado, o caititu e a capivara, que são caçados esporàdicamente, contribuem com a quase totalidade das peles silvestres extraídas no município.

POPULAÇÃO — Guia Lopes da Laguna, como distrito integrante do município de Nioaque, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 2 665 habitantes, o que lhe dava mais de 1,73% habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 1 312 pessoas eram do sexo masculino e 1 353, do feminino. Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 295 homens e 322 mulheres, num total de 617 habitantes; e no quadro rural, um total de 2 048 habitantes, dos quais 1 017 do sexo masculino e 1 031, do feminino. A zona rural concorria com 76,84% para a população total do então distrito, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em todo o município, existe apenas um centro urbano, que é o da sede municipal, cuja população, de acôrdo com o número de prédios arrolados na XIX Campanha Estatística (197), poderá ser estimada em 1 000 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Guia Lopes da Laguna, recentemente elevado a município, tem a sua economia estribada na pecuária.

Segundo elementos coletados para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, a riqueza pastoril da comuna foi em 1956 estimada em 67 milhões e 236 mil cruzeiros, em cuja soma tem predominância a parcela relativa a gado bovino, no importe de 64 milhões de cruzeiros, correspondente ao valor de 32 000 cabeças, estando o saldo distribuído como segue: 1 300 eqüinos — 2 milhões e 80 mil cruzeiros; 132 muares e asininos — 352 mil cruzeiros; 1 000 suínos — 300 mil cruzeiros; 3 200 ovinos e 350 caprinos — 501 mil cruzeiros.

Os bovinos concorreram ainda para uma produção de 30 000 litros de leite e 600 quilos de queijo, avaliados em 84 mil cruzeiros.

A sua agricultura, em desenvolvimento, apresentou, ainda em 1956, uma produção avaliada em 4 milhões e 610 mil cruzeiros, figurando como principais contribuintes: a mandioca, com 2 250 toneladas no valor de 2 milhões e 250 mil cruzeiros; a cana-de-açúcar, com 2 750 toneladas, avaliada em 1 milhão e 237 mil cruzeiros; o milho, com 120 000 quilos, no valor de 500 mil cruzeiros; 18 000 quilos de arroz, no valor de 105 mil cruzeiros; 9 000 quilos de feijão, valendo 75 mil cruzeiros; além de outras com menores produções, como sejam: abacaxi, abóbora, amendoim, batata-doce, fumo em fôlha, melancia, melão, banana, laranjas e mangas.

A cultura da mandioca concorreu para uma industrialização de 60 000 quilos de farinha, no valor de 480 mil cruzeiros.

O inquérito do Registro Industrial de 1955 arrolou os estabelecimentos seguintes: 1 de indústria extrativa de produtos minerais; 2 de extrativos de produtos vegetais; 2 de transformação de minerais não metálicos; 1 de calçados e artefatos de tecidos e 3 de produtos alimentares, com uma produção total de 1 milhão e 631 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Dos 53 estabelecimentos comerciais varejistas existentes no município, 49 estão localizados na cidade, sendo que as suas transações comerciais e bancárias são feitas na praça de Aquidauana.

O seu gado é vendido para Aquidauana, Campo Grande e para o Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Guia Lopes da Laguna é servida por uma boa rodovia federal que lhe facilita o acesso às cidades de Aquidauana, Bela Vista, Pôrto Murtinho, Nioaque e Jardim.

Liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte:

1 — Bonito — rodoviário, 83 quilômetros
2 — Jardim — rodoviário, 3 quilômetros
3 — Maracaju — rodoviário, 120 quilômetros
4 — Nioaque — rodoviário, 48 quilômetros
5 — Ponta Porã — rodoviário, 148 quilômetros
6 — Capital do Estado — misto — a) rodoviário até Aquidauana, 137 quilômetros; b) aéreo, 554 quilômetros (Aquidauana—Cuiabá).

Pode-se também fazer essa ligação, pela estrada de rodagem, passando por Nioaque, Sidrolândia, Campo Grande até Cuiabá, num percurso de 1 108 quilômetros.

A cidade conta com uma Agência Postal-Telegráfica, e é servida por duas linhas intermunicipais de ônibus em trânsitos regulares.

Serve-se do campo de pouso da cidade de Jardim, que dista apenas 3 quilômetros de Guia Lopes.

A 31 de dezembro de 1956, achavam-se registrados na Prefeitura 2 automóveis, 7 "jeeps", 4 camionetas, 2 cami-

nhões, 2 "charrettes", 16 bicicletas, 5 carroças e 25 carros de boi.

ASPECTOS URBANOS — No Recenseamento Geral de 1950, a então vila (atual cidade) de Guia Lopes da Laguna apresentou-se com uma população de 617 habitantes (295 homens e 322 mulheres).

Em 1954, segundo o Serviço de Estatística de Educação e Cultura, existiam na cidade 11 logradouros públicos, com 197 prédios, estimando-se, com base em o número de moradias, uma população de 1 000 habitantes. Dêsses logradouros, 3 eram servidos de iluminação elétrica, com 20 focos públicos e 15 ligações domiciliárias.

O prédio do grupo escolar e o da igreja de São José são os principais edifícios existentes na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pela CER-3, sediada na vizinha cidade de Jardim, situada a 3 quilômetros de Guia Lopes da Laguna; nesta última, existem 2 farmacêuticos e 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme o Recenseamento Geral de 1950, o município de Guia Lopes da Laguna, que, na ocasião, era distrito de Nioaque, possuía uma população de 2 665 habitantes, dos quais 1 312 do sexo masculino e 1 353, do feminino.

Na cidade havia 509 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêsse total 327 (164 do sexo masculino e 163, do feminino) sabiam ler e escrever, enquanto 182 (78 homens e 104 mulheres) eram analfabetos.

ENSINO — De acôrdo com o movimento das unidades de ensino primário geral, no primeiro mês letivo de 1956, funcionavam no município 3 escolas estaduais e uma particular, com um total de 221 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Os seus agrupamentos de finalidades recreativas e esportivas não dispõem ainda de organização estatutária, sendo, por isso, instáveis e sem quadros sociais definidos.

Distante apenas 2 quilômetros da cidade de Jardim, os seus habitantes freqüentam o cinema daquela localidade.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 (primeiro ano de autonomia administrativa do município) a 1956, as finanças públicas estaduais e municipais — não há órgão arrecadador federal — apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	56	486	552	552
1955	—	378	566	58	179
1956	—	340	692	162	692

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O topônimo da cidade e do município — "Guia Lopes da Laguna" — constitui uma homenagem ao bravo José Francisco Lopes, herói da "Retirada da Laguna" — o Guia Lopes — que, segundo referências históricas, residia em terras do atual município, e, naquela heróica retirada, veio a falecer a menos de 3 quilômetros do local onde hoje se assenta a cidade que lhe presta honrosa homenagem.

Outro aspecto interessante de se registrar neste tópico é o fato de vir a ser José Francisco Lopes, um filho do homenageado, um dos fundadores da cidade, assinando, em primeiro lugar, na ata de transferência do então Patrimônio de Guia Lopes às autoridades civis do município de Nioaque, a 5 de junho de 1938.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Existe na cidade a igreja de São José, subordinada à Paróquia de Santo Antônio de Jardim, da Diocese de Corumbá, realizando, anualmente, no mês de março, a festa de São José, que se encerra no dia 19 com a procissão que movimenta tôda a população da cidade e da redondeza.

Fundado em 1940, existe também na sede municipal um templo presbiteriano.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A não ser o interêsse pela vida campestre e as excursões recreativas às fazendas, não são conhecidas, no município, outras atrações turísticas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do lugar denominam-se "lagunenses".

Como têrmo de comarca de Bela Vista, Guia Lopes da Laguna conta com 764 eleitores, pelo antigo alistamento.

Existem na cidade 1 hotel e 1 pensão, com capacidade para acomodar 40 hóspedes.

O I.B.G.E. ainda não instalou sua Agência no município, continuando seus serviços a cargo da Agência Municipal de Estatística de Nioaque.

GUIRATINGA — MT

Mapa Municipal na pág. 85 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 42, 46, 58, 104 e 105 do Vol. II

HISTÓRICO — Data o povoamento da zona que hoje compreende o município de Guiratinga, de 1890, quando Antônio Cândido de Carvalho, desbravou a região, formando diversos estabelecimentos, nas terras que hoje abrangem os municípios de Alto Garças, Alto Araguaia, Itiquira, Rondonópolis e Guiratinga.

Outro veículo de colonização foi a Missão Salesiana do Brasil que, partindo de Cuiabá, infiltrou-se na região do Meruri, ali plantando, em 1894, uma das suas dependências, com o fim especial de pacificar a tribo dos "bororos". Êsse centro de colonização expandiu-se com rapidez, graças ao desvêlo e à persistência com que os componentes da Missão se entregaram ao trabalho. A dependência então ali implantada recebeu a denominação de "Colônia Indígena do Sagrado Coração de Jesus".

O povoamento definitivo do solo de Guiratinga, deve-se, entretanto, a parentes do desbravador Antônio Cândido de Carvalho. João José de Moraes Cajango, Luiz Antônio de Moraes e João Balbino de Moraes instalaram-se definitivamente na região que hoje compreende o município de Guiratinga, com o fito de explorar a agricultura e a pecuária. Procedentes do Estado de Goiás, faziam-se acompanhar de regular rebanho bovino e, naquela região, foram encontrar excelentes pastagens, fato que determinou a fixação dos alienígenas.

Cultivando a amizade dos "bororos", Cajango soube da existência de ricas jazidas diamantíferas. Auxiliado pelos

índios, o goiano instalou a primeira exploração de diamantes, abaixo da confluência do córrego Cassununga com o Rio das Garças. A mina então descoberta recebeu a denominação de "Garimpo Velho". Com os resultados da garimpagem vendidos em Cuiabá, então o centro mais próximo para negócios, a notícia correu célere, o que determinou a afluência de novos forasteiros, surgindo, assim, a maior fonte de extração de diamantes, da época, localizada no rio das Garças.

Em um rancho construído precária e provisòriamente, instalou-se, no ano de 1920, Augusto Alves. Surgiu, então, a primeira edificação que inicia o novo núcleo populacional às margens do córrego Lajeadinho e que mais tarde seria a cidade de Guiratinga. O seu crescimento sempre progressivo, atraiu novos contingentes humanos, destacando-se, entre êles, os baianos e os mineiros. O seu desenvolvimento foi rápido, em virtude da sua situação privilegiada de passagem obrigatória dos que procediam de Minas Gerais e Goiás, com destino aos garimpos do rio das Garças.

Já em 1921, a Resolução estadual n.º 837, de 25 de outubro, criou o município com a denominação de Santa Rita do Araguaia, com território desmembrado do de Registro de Araguaia. Instalou-se o novo município em 7 de dezembro em 1922, recebendo foros de cidade por fôrça do Decreto estadual n.º 891, de 4 de janeiro de 1930.

Em 12 de julho de 1926, a Lei estadual n.º 961 criava o distrito de paz de Lajeado, na comarca de Santa Rita do Araguaia.

No ano de 1929, o Decreto estadual n.º 870, de 8 de agôsto, mandava reservar 3 600 hectares de terras devolutas para constituírem o patrimônio da povoação de Lajeado, no município de Santa Rita do Araguaia, doação essa que foi elevada, posteriormente, para 6 149 hectares, pelo Decreto estadual n.º 361, de 23 de abril de 1934.

Ainda no ano de 1929, outra Lei estadual de n.º 1 023, de 25 de setembro, elevava à categoria de vila o povoado de Lajeado, situado no município de Santa Rita do Araguaia, povoado êsse que seria a futura sede municipal de Lajeado, atual município de Guiratinga.

O Decreto n.º 291, de 2 de agôsto de 1933, transfere para a vila de Lajeado, a sede da comarca e município de Santa Rita do Araguaia; o Decreto estadual n.º 384, de 13 de agôsto de 1934, cria o distrito de paz de Alcantilado, no município de Lajeado. De acôrdo com a divisão territorial datada de 31-XII-1936, o citado município divide-se em 7 distritos: Lajeado, Alcantilado, Baliza, Bonito, Cassununga, Santa Rita do Araguaia e Ribeirãozinho. Os cinco últimos distritos foram criados pelos seguintes atos: Santa Rita do Araguaia, Lei n.º 696, de 12 de julho de 1915; Bonito, Decreto estadual n.º 222, de 3 de fevereiro de 1933; Baliza, Decreto estadual n.º 369, de 25 de maio de 1934; Cassununga, Decreto estadual n.º 372, de 5 de junho de 1934 e Ribeirãozinho, Decreto estadual n.º 11, de 30 de outubro de 1935.

Na divisão territorial datada de 31-XII-1937, permanece o município de Santa Rita do Araguaia com sede no distrito de Lajeado, figurando, ainda, com os seguintes: Alcantilado, Bonito, Cassununga, Ribeirãozinho, Itiquira e Tesouro.

Os dois últimos distritos foram criados pelas Leis estaduais, ns. 127 e 116, de 20 e 19 de outubro de 1937, respectivamente.

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município de Santa Rita do Araguaia denomina-se Lajeado, constituindo-o os distritos de Lajeado, Alcantilado, Cassununga, Itiquira, Ribeirãozinho, Santa Rita do Araguaia, São Vicente do Bonito (ex-Bonito) e Tesouro.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, Lajeado adquiria o distrito de Baliza do município de Araguaiana e perdia os distritos de Alto Araguaia (ex-Santa Rita do Araguaia), Itiquira, Ribeirãozinho e São Vicente (ex-São Vicente do Bonito), desmembrados para constituírem o novo município de Alto Araguaia. No quadro da divisão territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo mencionado Decreto-lei n.º 208, o município de Lajeado divide-se em 5 distritos: Lajeado, Alcantilado, Baliza, Cassununga e Tesouro.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro territorial vigorante no período 1944-1948, o município de Lajeado passou a denominar-se Guiratinga, permanecendo constituído por 5 distritos: Guiratinga (ex-Lajeado), Alcantilado, Cassununga, Tesouro e Torixoreu (ex-Baliza).

Na divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, figura o município de Guiratinga com 6 distritos, inclusive o da sede municipal: Guiratinga, Alcantilado, Batovi (criado pela Lei n.º 175, de 30 de outubro de 1948, com território desmembrado do distrito de Cassununga), Cassununga, Tesouro e Torixoreu.

No quadro anexo ao Decreto estadual n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial do Estado para vigorar no período de 1954-1958, o município é constituído pelos distritos de Guiratinga, Alcantilado e Toriparu.

A formação judiciária da comarca de Guiratinga, efetuou-se da seguinte maneira: a Lei n.º 696, de 12 de junho de 1915, criou o distrito de paz de Santa Rita do Araguaia, no município do Araguaia, subordinando-o à comarca do Registro do Araguaia, criada pela Lei n.º 698, de 12 de junho de 1915. A Resolução n.º 837, de 25 de outubro de 1921, criava o município de Santa Rita do Araguaia, colocando-o como têrmo, sob a jurisdição da comarca do Araguaia; a Lei orçamentária n.º 873, de 24 de junho de 1922 (art. 10.º, § 1.º) autoriza o Executivo a transferir a sede da comarca do Araguaia, da vila do Registro para a de Santa Rita do Araguaia, após a instalação do último município, o que sucedeu no dia 24 de fevereiro de 1923, por fôrça do Decreto n.º 615, de 20 daquele mês e ano; o Decreto n.º 222, de 3 de fevereiro de 1933, criava o distrito de paz de Bonito, subordinando-o à comarca de Santa Rita do Araguaia. O Decreto n.º 291, de 2 de agôsto de 1933, transfere para a vila de Lajeado a sede da comarca e município de Santa Rita do Araguaia; em 1934, o Decreto estadual n.º 369, de 25 de maio, cria o distrito de paz de Baliza, e o Decreto estadual n.º 372, de 5 de junho daquele mesmo ano, cria o distrito de paz de Cassununga, ambos subordinados à comarca de Santa Rita do Araguaia. Em 1935, pelo Decreto estadual n.º 11, de 30 de outubro, era criado

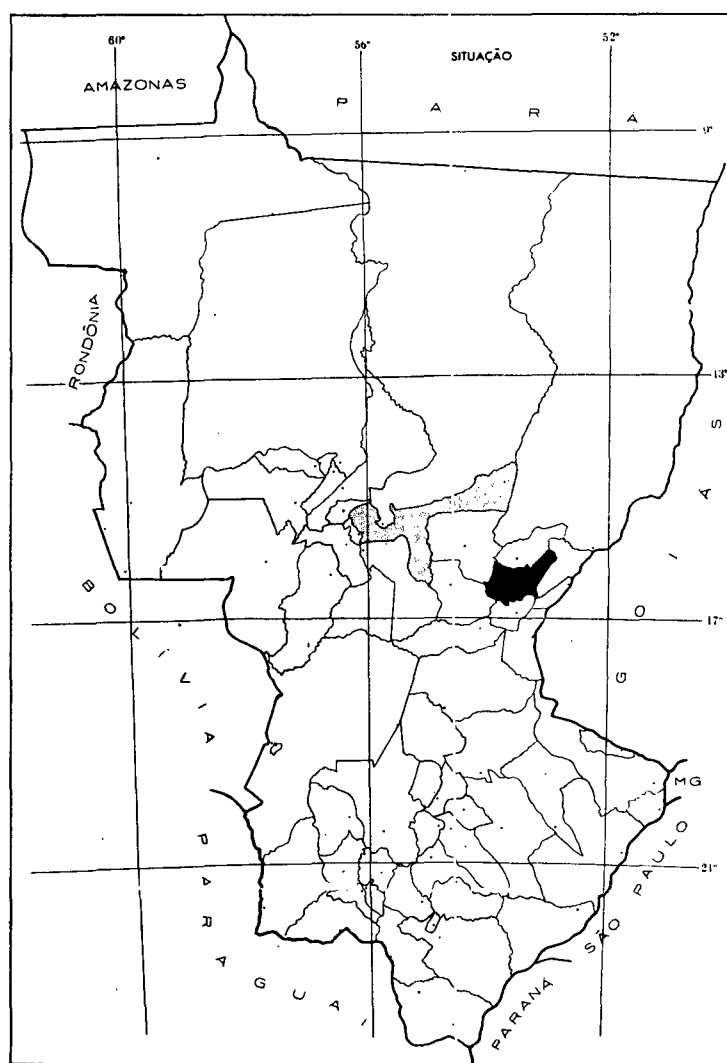
mais um distrito de paz subordinado à comarca de Santa Rita do Araguaia, o de Ribeirãozinho.

Nas divisões territoriais e judiciárias datadas de 31 de dezembro de 1936 e 1937, o município de Santa Rita do Araguaia está subordinado ao têrmo e à comarca de Santa Rita do Araguaia, cuja sede se localiza na vila de Lajeado, situação essa que foi conservada no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, verificando-se tão-sòmente a mudança do topônimo do têrmo e da comarca para Lajeado.

Em 26 de outubro de 1938, o Decreto-lei estadual número 208 fixava o quadro territorial e judiciário para vigorar no período 1939-1943, determinando a constituição da comarca de Lajeado pelos têrmos de Lajeado, Alto Araguaia e Araguaiana.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial e judiciário para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de Lajeado sofreu alteração toponímica para Guiratinga, permanecendo, entretanto, com os mesmos têrmos: Guiratinga (ex-Lajeado), Alto Araguaia e Araguaiana.

O atual Executivo Municipal, empossado em 31-1-55, é chefiado pelo Senhor Arthur Moura Rosa, sendo o Legislativo exercido por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guiratinga é componente da Zona Leste do Estado. São seus municípios limítrofes: Poxoreu, Rondonópolis, Alto Garças, Ponte Branca, Torixoreu e Tesouro. São seus pontos extremos: latitude N. 15º 54' 15"; S. 16º 49' 15"; longitude E. ...... 52º 51' 00"; e O. 54º 09' 30". A Cidade de Guiratinga tem as seguintes coordenadas geográficas: 16º 21' 10" de latitude Sul e 53º 45' 28" W. Gr. Situa-se a 266 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, na direção E. S.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está situada a 500 metros acima do nível do mar, ocupando o 10.º lugar na ordem de altitude, no Estado.

CLIMA — O município de Guiratinga, segundo o Conselho Nacional de Geografia, possui duas espécies de clima: o tropical úmido e o tropical de altitudes de verão quente. As chuvas geralmente ocorrem entre setembro a janeiro, sendo mais intensas em dezembro e janeiro.

ÁREA — O município de Guiratinga possui uma área de 5 695 quilômetros quadrados, colocando-se em 36.º lugar em relação às demais comunas do Estado de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os principais: a cachoeira da Onça, com um potencial hidráulico estimado em 200 H.P.; cachoeira de Itaboré, igualmente com uma fôrça hidráulica avaliada em 600 H.P.; morro da Bigorna, denominação que lhe foi dada em virtude da sua forma característica; serra da Estrêla e serra da Saudade; o rio Diamantino, que serve de limite do município com o de Torixoreu, e, finalmente, o rio das Garças, onde estão situados os grandes garimpos de Guiratinga.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é o diamante, que existe em abundância em quase todos seus rios, córregos e ribeirões; barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos e várias espécies de animais silvestres, da fauna mato-grossense, entretanto, sem exploração para fins econômicos.

POPULAÇÃO — O município de Guiratinga contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 18 627 habitantes, o que lhe dava 3,27 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 10 006 pessoas eram do sexo masculino e 8 621, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 1 718 homens e 1 956 mulheres, num total de 3 674 habitantes; no suburbano, 1 195 pessoas do sexo masculino e 1 131, do feminino, totalizando 2 326 habitantes; e no quadro rural, um total de 12 627 habitantes, dos quais 7 093 do sexo masculino e 5 534, do feminino. A zona rural concorria com 67% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 5 835 homens e 5 355 mulheres, num total de 11 190 pessoas; pretos, 2 710 pessoas do sexo masculino e 1 997, do feminino, totalizando 4 707 habitantes; amarelos, 5 homens e 3 mulheres, num total de 8 pessoas; e pardos, 1 426 homens e 1 251 mulheres, ou seja, um total de 2 677 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 3 032 homens e 1 289 mulheres, num total de 4 321 pessoas; casadas, 5 376 pessoas, das quais 2 636 homens e 2 740 mulheres; desquitados e di-

vorciados, 2 homens; e viúvos, 167 homens e 374 mulheres, totalizando 541 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 9 966 homens e 8 609 mulheres, num total de 18 575 habitantes; brasileiros naturalizados, 5 homens e 1 mulher, num total de 6 habitantes; estrangeiros, 26 habitantes do sexo masculino e 11, do feminino, num total de 37 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 9 homens.

No que diz respeito à religião, 9 557 homens e 8 264 mulheres, num total de 17 821, declararam-se católicos romanos; 302 habitantes, dos quais 155 homens e 147 mulheres, protestantes; 38 homens e 42 mulheres, totalizando 80 habitantes, declararam-se espíritas; 1 homem, budista; 105 homens e 99 mulheres, num total de 204 pessoas, outras religiões; sem religião, 169 pessoas, das quais 114 homens e 55 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 50 pessoas sendo 36 homens e 14 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Guiratinga (sede) 2 596 habitantes na cidade e 2 352 na zona rural; distrito de Alcantilado, 406 habitantes na vila e 1 678 na zona rural; distrito de Batovi, 688 habitantes na vila e 2 667 na zona rural; distrito de Cassununga, 332 habitantes na vila e 797 na zona rural; distrito de Tesouro (atual município), 1 002 habitantes na vila e 2 521 na zona rural; e distrito de Torixoreu (atual município), 976 habitantes na vila e 2 430 na zona rural.

A cidade de Guiratinga, com a população já descrita, sendo 1 219 habitantes do sexo masculino e 1 377, do feminino, colocava-se em 14.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem três principais no município: o da sede municipal, com uma população de 2 596 habitantes; Alcantilado, com 406 habitantes e Toriparu, com população inferior a 500 habitantes. As populações citadas em relação aos primeiros aglomerados urbanos — Guiratinga e Alcantilado — são resultantes das apurações do Censo Demográfico de 1950; relativamente a Toriparu, trata-se de estimativas do Departamento Estadual de Estatística, para 1956. Há, ainda, os povoados de Estrêla, Vila Nova ou Correia, Tapera, Buriti e Onça, destacando-se entre êles, o de Vila Nova ou Correia, que em 1934 possuía uma população estimada em 600 habitantes, 1 escola, 1 capela e 10 estabelecimentos comerciais varejistas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município repousa na indústria extrativa mineral e na pecuária. Esta última valeu em 1956 aproximadamente 112 milhões de cruzeiros, destacando-se o rebanho de bovinos, estimado em 38 mil cabeças, no valor de 91 200 mil cruzeiros, vindo em seguida o de muares, com 1 400, no valor de 8 400 mil cruzeiros; o de suínos, com 4 000, no valor de 6 800 mil cruzeiros; o de eqüinos, com 2 200, no valor de 5 500 mil cruzeiros, e outros de menor expressão econômica.

A agricultura ainda é incipiente no município, concorrendo em proporções mais modestas para a sua economia. Entretanto, é de se destacar a produção de arroz naquele ano, que atingiu a 930 mil quilos, no valor de mais de 3 720 mil cruzeiros; a de milho, com 780 mil quilos, safra esta que alcançou 3 750 mil cruzeiros; o feijão, com 180 mil quilos, no valor de 1 800 mil cruzeiros. O valor total da agricultura em 1956, foi superior a 11 milhões de cruzeiros.

O levantamento industrial relativo ao ano de 1955, acusou a existência de 9 estabelecimentos dedicados à indústria extrativa de produtos minerais, com uma produção superior a 8 milhões de cruzeiros; 8 explorando a indústria de produtos alimentares, com uma produção superior a 2 milhões de cruzeiros; e 2 outros de indústrias diversas, cuja produção englobada atingiu a pouco mais de 200 mil cruzeiros.

Indústria extrativa de produtos minerais	8 280
Indústria de transformação de minerais não metálicos	189
Indústria de produtos alimentares	2 294
Indústria editorial e gráfica	68
Serviços industriais de utilidade pública	114
TOTAL	10 945

COMÉRCIO E BANCOS — A cidade de Guiratinga possui 2 grandes estabelecimentos atacadistas e 58 varejistas; há duas agências bancárias: uma do Banco do Brasil S. A. e outra do Banco de Crédito da Amazônia. O comércio de Guiratinga mantém suas principais transações com mercados situados nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Estima-se em 82 a totalidade dos estabelecimentos comerciais existente no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido, com regularidade, apenas por via aérea. Não há transporte regular rodoviário. Comunica-se com as cidades vizinhas de:

1 — Alto Garças, rodovia, 108 km; via aérea (táxi), 65 quilômetros;

2 — Ponte Branca, via aérea, 90 km;

3 — Poxoreu, rodoviário, 150 km; via aérea (táxi), 88 quilômetros;

4 — Rondonópolis, rodoviário, 450 km; via aérea (táxi), 100 km;

5 — Tesouro, rodoviário, 54 km; via aérea (táxi), 38 quilômetros;

6 — Torixoreu, via aérea (táxi), 125 km.

Comunica-se com a Capital do Estado por intermédio do Consórcio Real-Aerovias, da qual dista 266 quilômetros, via aérea.

O Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos mantém, na sede municipal e nos povoados de Meruri e Sangradouro, agências postais-telegráficas.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal de Guiratinga, com uma população de 2 596 habitantes apurada pelo Censo Demográfico de 1950, possui, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 1954, 27 logradouros públicos, dos quais 2 pavimentados, 1 arborizado e 1 ajardinado; dêsses logradouros, 16 eram iluminados por 220 focos e 5 possuíam abastecimento d'água canalizada. Existiam 661 prédios, com 226 ligações elétricas e 98 abastecidos por água encanada. Não há serviço de esgôto na cidade.

Os principais edifícios da cidade são: Instituto Bom Jesus, Instituto Santa Terezinha, Hospital Dom Bosco.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada pelo Hospital Dom Bosco, mantido pelo Dr. Januário da Silva Forte, com serviços de clínica médica, cirurgia em geral e obstetrícia, dispondo de 24 leitos; existe, ainda, o Pôsto de Higiene do 5.º Distrito Sanitário, mantido pelo Govêrno Estadual, com serviços de clínica médica em geral e preventivos. Na cidade de Guiratinga estão localizadas 4 farmácias, e no distrito de Alcantilado, duas, sendo 1 na sede distrital e outra no povoado de Buriti. Na sede municipal de Guiratinga, militam 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é mantida na sede municipal pela Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência. Não há cooperativas no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revelou que das 18 627 pessoas que constituíam a população do município naquela época, 15 342 habitantes eram maiores de 5 anos, ou seja 83% sôbre a população total. Dêsses habitantes enquadrados no grupo referido, 3 801 homens e 2 754 mulheres, eram alfabetizados; enquanto 4 537 pessoas do sexo masculino e 4 250, do sexo feminino, não sabiam ler e escrever. A percentagem dos alfabetizados sôbre a população de 5 anos e mais, era de 43%.

ENSINO — No ano de 1956, no primeiro mês letivo, o município de Guiratinga contava com 10 escolas mantidas pelo Govêrno Estadual e 3, por particulares, totalizando a matrícula geral nesses estabelecimentos 1 192 alunos, sendo 709 nos estaduais e 483 nos particulares.

Na sede municipal localiza-se, ainda, um ginásio com modernas instalações, cuja matrícula inicial, em 1956, registrou 82 alunos de ambos os sexos. O curso normal existente na cidade, naquele mesmo ano, teve matrícula inicial de 38 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Guiratinga estão localizados: 1 cinema (Cine Arpa, com capacidade para 200 espectadores); 1 associação cultural (Associação de Intercâmbio Cultural, que congrega em seu quadro social mais de 250 pessoas); 1 biblioteca (Biblioteca Internacional Novo Mundo, de caráter geral, restrita aos sócios da Associação de Intercâmbio Cultural, que é a sua entidade mantenedora, possuindo mais de 6 000 volumes devidamente catalogados).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	385	413	1 813	162	1 388
1951	582	630	692	259	1 001
1952	660	655	1 500	239	872
1953	847	791	1 950	206	2 049
1954	782	872	1 659	168	2 299
1955	1 090	849	1 257	356	1 102
1956	1 093	1 122	1 780	239	1 502

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Festas religiosas: São João, padroeiro da cidade, festa realizada em 24 de junho de cada ano; Bom Jesus, em 6 de agôsto; Santa Terezinha, no primeiro domingo de outubro; Imaculada Conceição, em 8 de dezembro; Dom Bosco, no último domingo de abril e Nossa Senhora Auxiliadora, em 24 de maio.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atração turística, Guiratinga possui, apenas, o serviço de garimpagem de diamantes, sempre motivo de curiosidade para todo forasteiro que visita aquela cidade pela primeira vez.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Denominam-se "guiratinguenses" aquêles que nascem no município de Guiratinga. Topônimo de origem tupi-guarani, segundo João Batista de Souza, significa "ave branca como a garça".

O município de Guiratinga é sede de Comarca, abrangendo os têrmos de Guiratinga e Tesouro; possuía, em dezembro de 1956, 3 084 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1956, os registros da Prefeitura Municipal acusavam a existência de 4 automóveis comuns, 2 jipes e uma camioneta para passageiros; para carga, havia registrados 21 caminhões, 2 camionetas e 1 trator.

O Ministério da Agricultura mantém, no distrito da sede municipal, um Pôsto Agropecuário, com uma área total de 908 410 metros quadrados, dos quais, 22 500 plantados.

ITAPORÃ — MT

Mapa Municipal na pág. 187 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Território habitado primitivamente pelos índios terenos, dos quais ainda existem alguns remanescentes instalados à margem do rio Panambi, sob proteção do Govêrno Federal, supõe-se que foi penetrado pelo homem branco, no século XVIII, quando os bandeirantes, ganhando as águas do rio Brilhante, subiam rumo às minas de Cuiabá.

Voltou a ser novamente devassado em meados do século XIX, por ocasião da guerra do Paraguai, e mais tarde, com o advento da indústria ervateira, por Thomaz Larangeira, auxiliado pelos guaranis, que chegaram a povoar determinadas áreas da zona de exploração.

A idéia de colonização da área que hoje constitui o município de Itaporã, entretanto, foi inspirada ainda na 3.ª década dêste século, quando o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, reservou, pelo Decreto n.º 616, de 20 de janeiro de 1923, uma área de 50 000 hectares de terras, compreendida entre os rios Brilhante e Panambi, no município de Ponta Porã.

Com a criação do município de Dourados pelo Decreto estadual n.º 30, de 20 de dezembro de 1935, desmembrado do município de Ponta Porã, essa área, já reservada para colonização, passou a integrá-lo.

Por volta de 1946, o então Prefeito, João Augusto Capilé Júnior, resolveu explorar as terras reservadas, e que

já estavam sendo medidas, no firme propósito de levar avante a colonização.

Em uma de suas explorações, o Prefeito encontrou uma pequena área com baixa vegetação, que logo escolheu para a sede da futura colônia que recebeu o nome de Colônia Agrícola Municipal de Dourados, sendo em seguida efetuada a distribuição dos primeiros lotes.

O primeiro estabelecimento comercial ali instalado pertenceu a Atílio Torraca, posteriormente transferido a Aristoles Pereira da Silva.

Terminando o mandato de Capilé Júnior, assumiu a Prefeitura de Dourados, Antônio de Carvalho, que continuou a obra do seu antecessor. Na sua administração foram legalizados todos os lotes até então distribuídos e intensificada a colonização.

Em 1950, foi construída a primeira capela sob a proteção de São José e rezada a primeira missa.

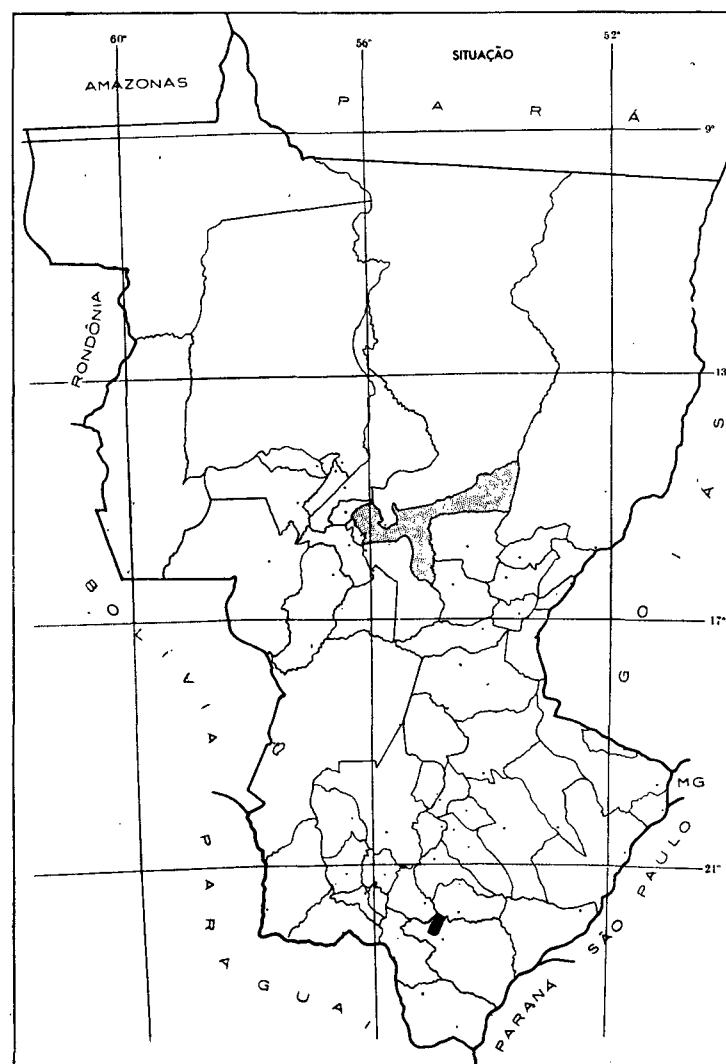
Por volta de 1953, os nordestinos ali radicados, solidarizando-se com seus conterrâneos que sofriam as conseqüências da sêca no Nordeste, levaram a efeito uma campanha financeira, visando angariar fundos para auxiliar aquêles flagelados. Para êsse fim concorreu tôda a pequena população, num gesto patriótico e de verdadeira solidariedade cristã. Nessa ocasião foi exibido, pela primeira vez, um filme cinematográfico e instalado provisòriamente o primeiro alto-falante.

Por iniciativa dos deputados Camilo Ermelindo da Silva e Leal de Queiroz, a progressista Colônia Agrícola Municipal de Dourados, mais conhecida por Colônia Panambi, foi elevada à categoria de município pela Lei n.º 659, de 10 de dezembro de 1953, retificada pela de n.º 370, de 31 de julho de 1954, com denominação de Itaporã e com sede na povoação de igual topônimo, que adquiriu os foros de cidade.

Foi seu primeiro Prefeito, Durval Gomes da Silva, nomeado pelo Govêrno do Estado para instalar o município e administrá-lo até a posse do Prefeito eleito.

O município é têrmo judiciário da comarca de Dourados, integrado de um único distrito, o de igual topônimo.

Em 31 de janeiro de 1955, foi instalada a primeira e atual legislatura, ficando a Câmara Municipal composta de 5 vereadores: Antônio Vicente de Almeida — Presidente; Aureno Arnaldo Cordeiro — Vice-Presidente; Paulo Miyagui, Marciano José da Silva e Geraldo Barcelos da Costa. Nessa mesma data foi empossado o primeiro Prefeito eleito, José Teixeira da Silva.

LOCALIZAÇÃO — Itaporã situa-se na Zona Fisiográfica do Planalto, entre os rios Brilhante, Panambi e Santa Maria. Limita com os municípios de Dourados e Rio Brilhante. Os seus pontos extremos estão compreendidos nas seguintes coordenadas: latitude N. 21º 50' e S. 22º 10' 30"; longitude E. 54º 40' 15" e O. 55º 02' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Com 398 metros na sede municipal, ocupa o 16.º lugar em ordem de altitude das demais cidades mato-grossenses.

CLIMA — Apresenta o município provável clima tropical de altitude. O inverno nos últimos anos tem sido rigoroso, ocasionando baixa temperatura e geadas intensas. As chuvas, com início em setembro, continuam normalmente até o mês de março, sendo abundantes nos últimos três meses.

ÁREA — É um dos menores municípios mato-grossenses, figurando em 56.º lugar em relação às áreas dos demais municípios, com 1 010 km², que representam 0,08% da área do Estado de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Brilhante, em cuja margem direita está situado o município. O território, que é inteiramente constituído por terra firme, é cortado pelos ribeirões Sardinha e São Domingos, pelo rio Panambi e pelo córrego Carumbé.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila para cerâmica, cascalho, pedra e areia para construção representam a riquezas extrativas minerais; madeira e erva-mate formam as vegetais; a riqueza do reino animal está representada por pequena quantidade de peixe e peles de animais silvestres.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, a população de Itaporã foi incluída na do município de Doura-

dos e até agora ainda não há elementos que permitam representar a população municipal. Sabe-se que com a constante imigração ela cresceu consideràvelmente no período pós-censitário.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1954, segundo informações da Agência de Estatística, Itaporã aparece com apenas 1 aglomeração urbana, a sede municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — — A economia municipal está assentada nas atividades agropecuárias. Em 1956, de acôrdo com estimativas da Agência Municipal de Estatística, o valor da produção agrícola foi superior a 60 milhões de cruzeiros, assim especificado: 4 483 200 quilos de arroz, no valor de 22 milhões e 416 mil cruzeiros; 1 448 460 quilos de feijão, valendo mais de 13 milhões e 884 mil cruzeiros; 7 000 toneladas de mandioca, custando 10 milhões e 500 mil cruzeiros; 7 500 000 quilos de milho, valendo 10 milhões e 400 mil cruzeiros; 43 200 centos de laranja, no valor de 864 mil cruzeiros; 4 416 toneladas de cana-de-açúcar, custando mais de 483 mil cruzeiros; 320 000 abóboras, no valor de 480 mil cruzeiros; 156 toneladas de batata-doce, custando 468 mil cruzeiros; 194 000 quilos de alfafa, valendo mais de 433 mil cruzeiros; 75 000 cachos de banana, no valor de 375 mil cruzeiros; 32 000 melancias, custando 192 mil cruzeiros; 27 000 abacaxis, no valor de 81 mil cruzeiros; 320 centos de abacate, custando 64 mil cruzeiros; e .... 18 000 quilos de amendoim, no valor de 29 mil cruzeiros.

O valor da produção pecuária foi estimado em mais de 103 milhões de cruzeiros, assim distribuído: 15 000 cabeças de bovinos, no valor de 33 milhões de cruzeiros; .... 5 000 eqüinos, custando 15 milhões de cruzeiros; 800 muares, valendo 3 milhões e 200 mil cruzeiros; 35 000 suínos, num valor superior a 52 milhões de cruzeiros; 300 ovinos, custando 48 mil cruzeiros; e 400 caprinos, no valor de 60 mil cruzeiros.

Pelo levantamento industrial de 1955, apurado pelo Departamento Estadual de Estatística, foram conhecidos os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	1 218
Indústria da madeira	1 164
Indústria de produtos alimentares	2 735
Indústria de bebidas	133
TOTAL	5 250

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio está representado por 13 estabelecimentos varejistas na cidade, contando-se mais de 20 em todo o município. As transações comerciais são mantidas com as praças de São Paulo, Dourados, Campo Grande e Presidente Prudente, de onde importa os principais produtos para seu consumo; a exportação do seu excedente é feita para Presidente Prudente e Campo Grande. Não contando com estabelecimento bancário em seu território, efetua suas transações com estabelecimentos de crédito situados em Dourados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Itaporã é servida por uma linha de ônibus que faz o transporte intermunicipal de passageiros, ligando-a a Dourados, num percurso de 20 quilômetros. Por estrada de rodagem, liga-se, também, via Dourados, com Rio Brilhante, num total de 92 quilômetros.

Em 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 4 automóveis comuns, 2 ônibus e 15 caminhões.

A cidade conta com uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itaporã contava, em 1954, com 19 logradouros públicos e 609 prédios, não sendo ainda servida por iluminação pública e domiciliária, de acôrdo com os elementos publicados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 1956.

Os edifícios mais importantes são: Grupo Escolar e Igreja São José.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é servida por 3 dentistas e 2 práticos em farmácia, só contando com médicos na vizinha cidade de Dourados.

Existem na cidade 2 pequenas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O município foi criado com área desmembrada do distrito da sede municipal de Dourados, estando os elementos referentes ao assunto incluídos naquele, não sendo possível individualizá-los.

ENSINO — No fim do primeiro mês letivo de 1956, de acôrdo com informações do Departamento Estadual de Estatística, estavam em funcionamento em todo o município 15 unidades de ensino fundamental comum (13 estaduais e 2 municipais) com 864 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS. — A partir de 1954, ano da autonomia do município, até 1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	104	712	—	481
1955	—	545	2 095	129	1 253
1956	—	797	1 346	211	1 443

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Anualmente, no dia 19 de março, realiza-se uma grande festa em louvor a São José, Padroeiro da Cidade, encerrada com uma procissão. Essa festa conta com o concurso de tôda a população.

Em 13 de junho, festeja-se o dia de Santo Antônio, quase sempre com realização de grandes leilões, sorteios e quermesses, visando angariar fundos em benefício da igreja local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "itaporanenses". Itaporã, é topônimo de origem tupi-guarani e pode ser decomposto: *Ita* — significa pedra e *porã* — bonita. Significação: "pedra bonita".

É têrmo judiciário da comarca de Dourados. O seu eleitorado, em 1956, era formado por 1 200 eleitores.

É sede de paróquia, fundada em 1956, sob a invocação de São José.

Possui 3 igrejas protestantes: Presbiteriana Cristã, Assembléia de Deus e Adventista do 7.º Dia. As duas primeiras foram fundadas em 1954 e a última, em 1955.

ITIQUIRA — MT

Mapa Municipal na pág. 93 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Atribui-se a Antônio Cândido de Carvalho a primeira exploração desta parte do Sertão Leste Mato-grossense, por volta de 1894.

Em 1897, êsse sertanista partiu do pôrto Itiquira chefiando uma expedição composta de Celso Pasini, José Francisco Vilela e Bonifácio de Ribeira Macedo e mais os camaradas Salustiano Duarte Moraes, Manoel Pedro Serra Dourada, Manoel Francisco de Oliveira e Baldoino José da Silva, com o fim de efetuar a exploração do rio Garças.

Antônio Cândido, diz Virgílio Corrêa Filho, "galgou o divisor de aguas, devassando as paragens circunjacentes, de onde manam o Coguiauparo, dos boróros, o principal formador de São Lourenço, cujo valle a tradição indigena enriquece de minas auríferas, e seu contravertente, o Rio das Garças, que se desenvolve por mais de 70 leguas, até desaguar no Araguaya."

"As paisagens, que então observou, dinamitaram-lhe o enthusiasmo e o transformaram em propagandista das excelencias da região devassada."

"São magnificos, opinou, para criar, os campos das cabeceiras do Floriano Peixoto (Coguiau-paro), e os sertões do Garças, ricos de bôas pastagens e matas de cultura".

Há quem afirme ter aquêle explorador atingido também, numa de suas excursões, o pôrto da cidade de Corumbá, onde se reabastecera, regressando acompanhado do Senhor José Salgueiro, que aqui se radicou.

Com a propaganda da excelência das terras e dos campos para criação, não tardou a que chegassem novos aventureiros, uns interessados nos campos para criação, outros, na extração de borracha dos extensos mangabais.

Antônio Cândido, porém, não presenciou o desenvolvimento da grande região que palmilhara, nem da indústria, cujo futuro descerrou ao revelar a incalculável riqueza diamantífera do rio das Garças, pois, desapareceu prematuramente.

Várias fazendas de criação de gado foram, em seguida, instaladas às margens dos diversos tributários do rio Itiquira.

Na zona que hoje compreende o município de Itiquira, a exploração econômica do diamante teve início por volta de 1932, com a chegada dos primeiros garimpeiros: Oscar Silveira, Olímpio Lira, Alípio Diamantino, Silvestre Silvério Ribeiro e Vicente Silvério Ribeiro. Os três primeiros se estabeleceram no lugar a que denominaram Garimpo Goiabeira e os dois últimos, no atual Garimpo Cavouqueiro.

Aspecto do novo canal do Itiquira, no garimpo "Volta do Jacu"

Com a chegada de novos exploradores, ricas minas foram então descobertas no vale do ribeirão das Velhas, atraindo maior número de garimpeiros que tiveram que enfrentar, também, entre as muitas dificuldades que o sertão impõe, um forte surto de malária que ali se revelou em caráter maligno e epidêmico, fazendo numerosas vítimas dentro de um espaço de tempo relativamente curto. Em 7 de agôsto de 1949, foi êsse garimpo visitado pelo Serviço Nacional de Malária, hoje, Departamento Nacional de Endemias Rurais, que ali executou, pela primeira vez, o serviço de profilaxia contra essa endemia.

Data de 1932 a formação do povoado, com a chegada de outros garimpeiros, em sua maioria, procedentes do Garças, que se localizaram às margens do Itiquira, formando uma pequena "corrutela".

Surgiram também os primeiros comerciantes, entre outros: Filadelfo Miranda, José de Almeida, Rufino Araújo e Melquíades Miranda. O povoado já contava, nessa altura, numerosos barracos.

A primeira farmácia instalada pertenceu a Pedro Campos.

Integrou primitivamente o município de Coxim. Pela Lei estadual n.º 13, de 25 de abril de 1936, foi elevado à categoria de distrito de paz, ainda fazendo parte daquele município.

A Lei estadual n.º 118, de 19 de outubro de 1937, reservou a área de 3 600 hectares para constituir o Patrimônio do Povoado de Itiquira. Essa área, segundo a referida Lei, pertencia às fazendas Roça Velha e Retiro do Engenho, propriedades de Francisco Ferreira Coelho.

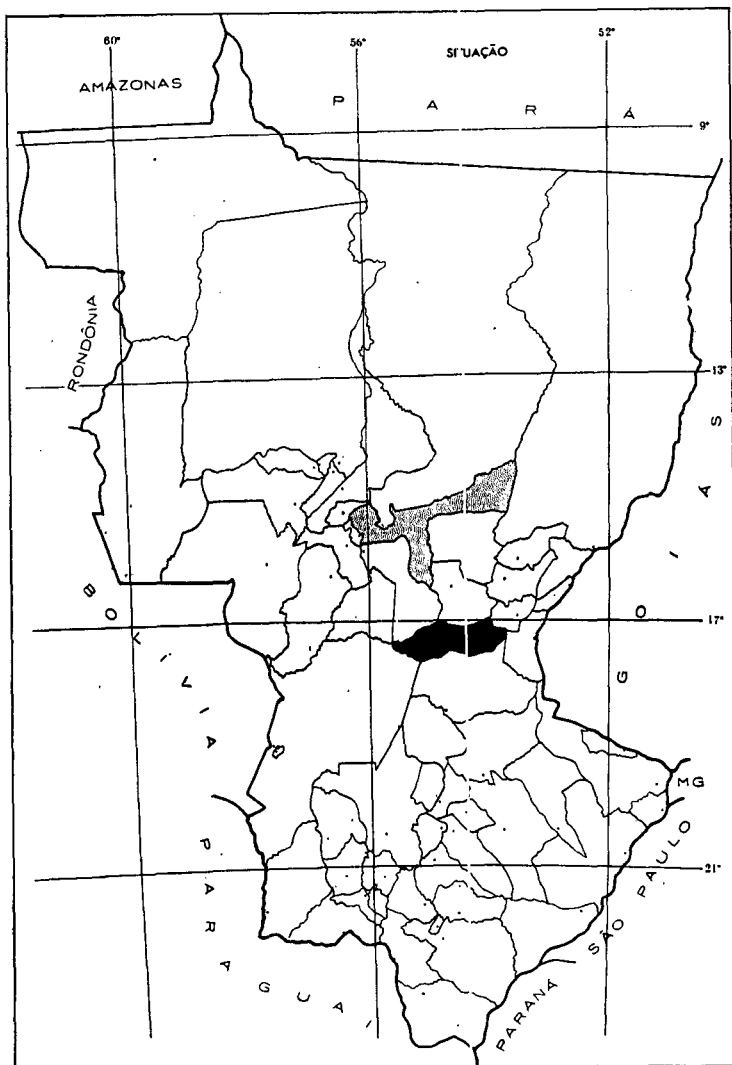
Mais adiante, a Lei estadual n.º 127, de 20 de outubro de 1937, dispõe igualmente sôbre a criação do distrito de paz de Itiquira, no município de Santa Rita do Araguaia, e ainda o Decreto n.º 242, de 26 de janeiro de 1939, reserva uma área de 3 000 hectares de terras, compreendida na fazenda Retiro do Engenho, pertencente ao Senhor Francisco Ferreira Coelho, no município de Alto Araguaia.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1939/1943, Itiquira passou a integrar o novo município de Alto Araguaia, desligando-se então de Coxim. Nesse mesmo período foi instalado o Cartório de Paz, sendo seu primeiro titular Waldemar Lins, e nomeado o primeiro juiz distrital, recaindo a escolha na pessoa de José Ferreira de Carvalho.

Finalmente, a Lei estadual n.º 654, de 1.º de dezembro de 1953, criou o município de Itiquira, com área desmembrada dos de Alto Araguaia, Coxim e Poxoreu, tendo os seus limites retificados pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que fixou a divisão territorial do Estado para vigorar no período de 1954/1958. O seu atual quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com a Lei n.º 370, é: têrmo, município e distrito — Itiquira, subordinado à comarca de Alto Araguaia. Essa mesma Lei concedeu à vila os foros de cidade.

Adquirida sua autonomia, foi instalado o município de Itiquira, assumindo a chefia do Executivo o até então juiz distrital, José Ferreira de Carvalho.

Em 31 de janeiro de 1955, foi instalada a primeira legislatura, constituída de 5 vereadores. Como chefe do Poder Executivo, tomou posse, nessa mesma data, o primeiro Prefeito eleito, Jobelino Nunes da Mata, que, meses depois, teve o seu mandato cassado pela Câmara Municipal, sendo então empossado o vice-prefeito, Senhor Vicente Domingues do Amaral, em 20 de junho de 1956.

LOCALIZAÇÃO — Itiquira situa-se na Zona Fisiográfica Leste à margem esquerda do rio do mesmo nome. Limita com os municípios de Alto Araguaia, Alto Garças, Rondonópolis, Santo Antônio de Leverger, Corumbá e Coxim. São seus pontos extremos: Latitude N. 16° 54' 15" e S. 17° 37'; Longitude E. 53° 41' 45" e O. 55° 38' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 520 metros, figurando em 9.° lugar em relação às demais cidades do Estado. Há, também, algumas elevações com altitudes superiores, variando até 800 metros. No extremo oeste, ao contrário, a altitude decresce até 200 metros, aproximadamente.

CLIMA — O município apresenta o clima da região: tropical úmido, alcançando em algumas ocasiões temperatura bastante elevada. No inverno verifica-se, freqüentemente, temperatura baixa. Seu período de chuvas tem início em setembro indo até abril, sendo mais intenso entre janeiro e fevereiro.

ÁREA — Possuindo uma extensão territorial de 7 660 km², que representa 0,58% da área do Estado, coloca-se em 32.° lugar em relação às áreas dos demais municípios mato-grossenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os principais acidentes geográficos: rios Itiquira, Correntes, Ponte da Pedra, Novo e serra São Jerônimo. O território que é constituído, na maior parte, por terreno montanhoso e parte por pantanal, além dos citados rios, é cortado por consideráveis cursos d'água, salientando-se: ribeirões das Velhas, Boa Esperança, Pedra de Fogo, Engano, Capoeirinha, Congonha, Roncador, Comprido, Pindaíba, Cachoeirinha, Sòzinho, "Kiúa-Kigadojan", "Noiduguri" e "Bapejan" — "Kurireu".

RIQUEZAS NATURAIS — Ainda sem exploração, existe apreciável quantidade de madeiras de lei e extensos mangabais, que representam a riqueza vegetal. Os mangabais só foram explorados, mesmo assim em pequena escala, na primeira década dêste século. A riqueza animal é representada apenas por peles de animais silvestres, e a mineral, a maior do município e a única que está sendo explorada, é constituída por diamantes, carbonatos, ouro e argila.

POPULAÇÃO — O município de Itiquira contava, como distrito integrante do município de Alto Araguaia, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 1 534 habitantes. Dessa população, 817 pessoas eram do sexo masculino e 717, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 219 homens e 209 mulheres, num total de 428 habitantes; no suburbano, 226 pessoas do sexo masculino e 183 do feminino, totalizando 409 habitantes; e no quadro rural, um total de 697 habitantes, dos quais 372 do sexo masculino e 325, do feminino. A zona rural concorria com 45,43% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — É a cidade a única aglomeração urbana existente. Como vila, contava, em 1950, segundo o Recenseamento, 837 habitantes, sendo 445 do sexo masculino e 392, do feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é representada pelos ramos pecuária, agricultura e indústria extrativa mineral, salientando-se a criação de gado e a produção de diamantes.

A produção animal, valendo mais de 48 milhões de cruzeiros em 1956, segundo estimativas de Agência Municipal de Estatística, compreende: 15 000 bovinos, no valor de 39 milhões de cruzeiros; 7 500 suínos, custando mais de 7 milhões de cruzeiros; 750 eqüinos, no valor superior a 1 milhão de cruzeiros; 300 muares, no valor de 990 mil cruzeiros e 720 caprinos, custando mais de 61 mil cruzeiros.

A produção agrícola valeu aproximadamente 3 milhões de cruzeiros, assim especificada: 162 000 quilos de arroz, no valor de 710 mil cruzeiros; 28 000 centos de laranja, valendo 560 mil cruzeiros; 54 000 quilos de feijão, custando 540 mil cruzeiros; 600 toneladas de cana-de-açúcar no valor de 252 mil cruzeiros; 450 arrôbas de alho custando 247 mil cruzeiros; 25 000 cachos de banana, no valor de 195 mil cruzeiros; mandioca mansa e brava, melan-

Rêgo para lavagem do cascalho do garimpo "Volta do Jacu"

cia, melão, abacate e manga, no valor global de 482 mil cruzeiros.

Os produtos agrícolas transformados: rapadura, farinha de mandioca e polvilho, valeram 213 mil cruzeiros e os produtos de origem animal; leite, manteiga e queijo, 500 mil cruzeiros.

O levantamento industrial de 1955, apurado pelo Departamento Estadual de Estatística, apresentou os seguintes resultados:

Indústria extrativa de produtos minerais	3 200
Indústria de transformação de minerais não metálicos	450
Indústria de produtos alimentares	1 969
TOTAL	5 619

COMÉRCIO E BANCOS — Quinze estabelecimentos comerciais, inclusive 2 farmácias, estão localizados na sede municipal e 11 no interior, sendo todos varejistas.

As principais transações, inclusive bancárias, são mantidas com as praças de Uberlândia, Mineiros, Jataí e Campo Grande, para onde o município exporta seus produtos e de onde importa os principais artigos manufaturados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte é um dos mais angustiantes problemas que afligem êsse município, pois, não possuindo estradas de rodagem, não pode contar com um tráfego capaz de satisfazer às mais prementes necessidades da população.

A cidade vive quase isolada, visitada, às vêzes, por mercadores ambulantes que, não raramente, são obrigados a auxiliar a população, efetuando o transporte de passageiros em caminhões de transporte de carga.

Liga-se diretamente, via rodoviária, apenas com as seguintes sedes municipais limítrofes: Alto Garças, 156 quilômetros; Rondonópolis, 168 quilômetros e Coxim, 436 quilômetros. Com Alto Araguaia liga-se, via Alto Garças, num percurso de 217 quilômetros; as ligações com Santo Antônio e Corumbá são realizadas via Cuiabá.

Dos vários campos de pouso existentes no município, 1 fica na sede municipal.

Funciona na Cidade uma Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itiquira, cuja população é considerada superior a 1 000 habitantes, possuía, de acôrdo com a Sinopse Estatística do Ministério da Educação e Cultura — 1954, 10 logradouros públicos e 340 prédios.

São edifícios principais: Escolas Reunidas e Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médica à população 2 farmacêuticos e 2 dentistas. Existem na cidade 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Itiquira que, na época do Recenseamento de 1950, era distrito de Alto Araguaia, contava com uma população de 1 534 habitantes, sendo 817 do sexo masculino e 717, do feminino.

E a cidade possuía 679 pessoas, de 5 anos e mais, que assim se distribuíam: 316 (190 homens e 126 mulheres) liam e escreviam e 363 (178 homens e 185 mulheres) eram analfabetas.

ENSINO — O município contou com apenas 2 estabelecimentos de ensino fundamental comum em funcionamento em 1956, dos quais 1 na cidade. No fim do primeiro mês letivo daquele ano estavam matriculados 226 alunos.

Primitivo leito do Itiquira, pronto para ser trabalhado

FINANÇAS PÚBLICAS — Foi o seguinte o movimento financeiro no período 1950/1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	—	—	—
1951.......	—	—	—	—	—
1952.......	—	—	—	—	—
1953.......	—	112	—	—	—
1954.......	—	122	...	...	...
1955.......	—	137	311	54	311
1956.......	—	205	49	49	83

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Com a cooperação de tôda a população, realizam-se no período de 11 a 20 de janeiro, os festejos em louvor a São Sebastião e de 7 a 16 de julho, a grande festa à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo. Ambas são bastante concorridas, atraindo grande número de pessoas dos Municípios vizinhos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "itiquirenses".

É têrmo judiciário da comarca de Alto Araguaia, compreendendo apenas 1 distrito. O eleitorado em 1956 era de 382 cidadãos.

A cidade possui 4 pensões com capacidade para 49 hóspedes.

JARAGUARI — MT

Mapa Municipal na pág. 191 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Nos últimos anos do Século XIX, mineiros e goianos, representados por várias famílias, instalaram-se nas cabeceiras dos ribeirões Marimbondo, Jatobá e Cervo, aproximadamente a 50 quilômetros rumo nordeste de Campo Grande. Data de então o desenvolvimento demográfico e econômico daquela região, que, mais tarde, precisamente em abril de 1910, seria centralizado numa povoação, graças à iniciativa de moradores mais antigos da zona, destacando-se entre êles os Senhores Pedro Lemes do Prado, José Rodrigues Ferreira, Honório Rodrigues Ferreira e Fortunato Naves Pereira, que, reunidos na residência de José Rodrigues Ferreira, solicitaram ao então Presidente do Estado a concessão de uma área destinada à formação do Patrimônio que deveria receber a denominação de "Senhor Divino Espírito Santo".

Embora houvesse o então Presidente do Estado prometido oficializar a denominação de "Patrimônio do Senhor Divino Espírito Santo", no ano seguinte, pelo Decreto n.º 278, de 28 de março de 1911, foi reservada uma área de 3 600 hectares, no lugar denominado Marimbondo, no município de Campo Grande, para os fundamentos da povoação de Jaraguari, área essa que ficou compreendida entre os ribeirões Jaraguá, Buriti e Falha, formadores do Marimbondo.

Construiu-se, então, a primeira casa de residência, pertencente a Dona Maria Praxedes e, com o evento, estabeleceram-se os Senhores Manoel Senhorinho e José Simão de Lima, os primeiros comerciantes da localidade.

A primeira missa foi celebrada em um galpão coberto de palha, pelo padre Mariano, muito estimado na região, onde era conhecido pela alcunha de "Formigão".

No ano de 1923 surgia a primeira capela do Senhor Divino Espírito Santo, construída de madeira e coberta de palha. Destruiu-a um incêndio no dia 22 de agôsto de 1930. Sete anos depois, precisamente a 8 de setembro de 1937, erigida em alvenaria e coberta de telhas, era inaugurada uma outra capela, com a mesma invocação, tendo rezado a primeira missa no novo templo o padre João Crippa, em ambiente festivo, contando com a presença de D. Francisco de Aquino Corrêa, então Bispo da Diocese de Cuiabá.

Com a permanente proteção dos seus fundadores, foi se desenvolvendo o Patrimônio que veio tornar-se mais importante com a criação de uma escola pública, sendo o primeiro mestre-escola o gaúcho Deocleciano Hannes da Silva, que muito bom serviço prestou à população.

Em 1920, foi criada e instalada a Agência Postal que ficou a cargo de D. Etelvina de Mello Faria, até o dia 5 de junho de 1925, data em que foram incendiadas as suas instalações, pelos componentes da famosa "Coluna Prestes", remanescentes da revolução de 1924, que, naquele dia invadiram a então vila de Jaraguari.

A Resolução estadual n.º 856, de 7 de novembro de 1921, criou o Distrito de Paz de Jaraguari, no município de Campo Grande, e autorizou o Poder Executivo a reservar nos lugares que mais se prestassem à lavoura, uma área de 3 600 hectares de terras devolutas, destinadas à colonização, além das já reservadas para o rocio do Patrimônio.

O novo distrito instalado em princípios de 1922 teve como seu primeiro Juiz de Paz o Senhor José Tomaz Barbosa, goiano de Mineiros; sucedido posteriormente por Inocêncio Sette e mais tarde por Antônio Nogueira Tolentino. Para Escrivão de Paz foi nomeado Francisco Pereira Lima, que exerceu essa função até 1942, quando passou o cargo ao Senhor José Lorentz da Rosa.

Continuava, assim, progredindo a vila de Jaraguari que chegou a constituir, em 1928, importante centro comercial, com 8 grandes estabelecimentos mercantis, destacando-se, entre êles, o da Firma Izidoro Teodoro de Faria.

Pelo Decreto n.º 898, de 18 de janeiro de 1930, o Govêrno do Estado reservou no lugar denominado "Cervinho" uma área de 8 702 hectares de terras para colonização, área essa que serviu para a Prefeitura Municipal de Campo Grande iniciar o loteamento do que chamou "Colônia Bandeirante", a mais ou menos 24 quilômetros da vila de Jaraguari e a 72 quilômetros de Campo Grande, constituindo hoje, um desenvolvido núcleo de povoação com um bom coeficiente de produção agrícola.

Posteriormente, elementos da Colônia Japonêsa, localizada em Campo Grande, adquiriram por compra, do Senhor José Paes de Faria, grande parte da Fazenda Bom Fim, fundando a Colônia de igual denominação, atualmente transformada no Distrito de Bom Fim, grande centro de produção agrícola, notadamente o café.

Após sofrer um desenvolvimento com a criação do Distrito de Paz de Bom Fim, pela Lei n.º 671, de 11 de dezembro de 1953, retificada pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, foi elevado à categoria de município, pela Lei n.º 692, de 12 de dezembro de 1953, constituindo-se

de dois distritos — o de Jaraguari, tendo por sede a vila de igual nome, e o de Bom Fim, recém-criado.

A nova comuna foi solenemente instalada a 18 de janeiro de 1954, sob a presidência do Dr. Vicente João Maurano, Juiz de Direito da 2.ª Vara da comarca de Campo Grande, que, nessa ocasião, tomou o compromisso do Senhor Manoel Ribeiro de Oliveira, Juiz de Paz do extinto distrito, que, por fôrça de lei, veio a ser o seu primeiro Prefeito Municipal.

O nôvo plano rodoviário do Estado, desviando a estrada-tronco Campo Grande—Cuiabá da vila de Jaraguari, foi o principal fator responsável pela sua decadência, situação essa que, dia a dia, vai se acentuando, embora novos núcleos populacionais comecem a ressurgir no atual município.

A 31 de janeiro de 1955, instalou-se a Câmara Municipal, formada pelos vereadores: Otaviano Pereira Martins (Presidente), Oswaldo José de Souza (Secretário), Antônio Pereira de Souza, Orlando de Oliveira Franco e Américo José de Souza, dando posse ao novo Prefeito Municipal — Senhor José Antônio de Souza e ao Vice-Prefeito Municipal — Senhor Alencastro Tinoco.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Região Sul do Estado, pertencendo à Zona Geoeconômica de Campo Grande, na parte noroeste da Serra de Maracaju, abrangendo parte da sua encosta ocidental, servido por águas das bacias do Paraná e do Paraguai, que correm, respectivamente, nos sentidos sudeste e sudoeste, enquadrando-se entre as

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

seguintes coordenadas geográficas: extremo norte 19° 55' e extremo sul 20° 29' 45" de latitude; extremo leste 53° 53' e extremo oeste 54° 51' 15" de longitude W. Gr.

Limita com os municípios de Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e Rochedo.

A nova rodovia Campo Grande—Cuiabá deixa a Cidade a sete quilômetros a leste da estrada.

ALTITUDE — A cidade encontra-se numa altitude de 570 metros enquanto a área do município tem altitudes variadas que vão de 590 metros ao norte na Zona da Colônia Bandeirante, 450 metros ao sul, às margens do rio Botas, próximo à estação ferroviária de Ligação.

CLIMA — Localizado na Região Sul do Estado — Zona de Campo Grande, apresenta um clima tropical úmido, podendo-se-lhe ser atribuídas as variações climatológicas seguintes: Temperatura em graus centígrados em 1956: média das máximas: 31,2; média das mínimas: 18,5; média compensada: 25,22.

As épocas normais de chuvas no município ocorrem nos meses de setembro a março, com maior intensidade no período novembro — fevereiro, com possíveis desvios, o que tem ocorrido nos dois últimos anos, numa acentuada modificação climática não-comum, causando avultados prejuízos à agricultura.

ÁREA — A superfície do município é de 3 020 quilômetros quadrados, figurando em 47.° lugar em relação às áreas das demais comunas e correspondendo a 0,23% da área total do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Vários ribeirões e córregos banham o município que é, em geral, pouco acidentado apresentando baixadões disfarçados os quais se tornam mais acentuados na parte da encosta da serra.

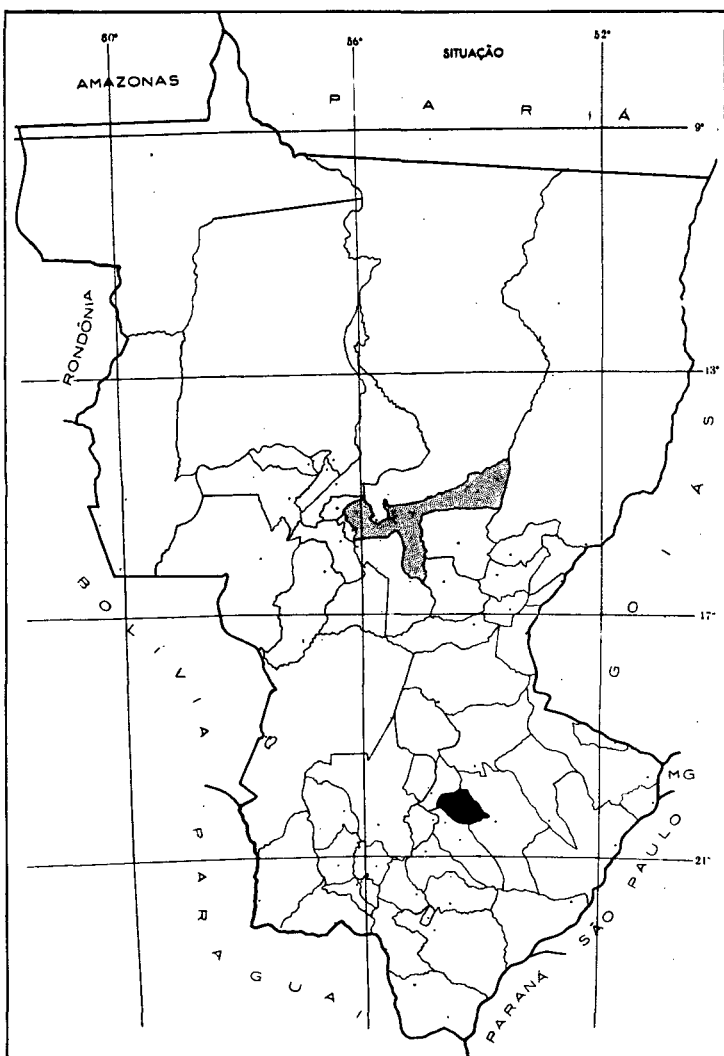
Entre os ribeirões, podem-se mencionar como mais importantes: os do Cervo, das Botas, do Marimbondo e do Jatobá.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, cuja riqueza se encontra em potencial, 3 olarias ocupam-se da extração de barro para tijolos, sendo conhecida a existência também de considerável quantidade de areia e pedra para construção.

Tendo as suas matas já bastante devastadas, conta ainda Jaraguari com regular quantidade de madeira, entre as quais a peroba, o cedro e o faveiro, que são as espécies extraídas para serraria. Na área mais próxima de Campo Grande, efetua-se a extração de lenha para consumo doméstico e industrial.

É limitada a riqueza no reino animal que se resume à caça de veados, perdizes e codornas, aves essas da família dos tinamídeos, bastante procuradas pelos caçadores.

POPULAÇÃO — Em 1950, dos quatro distritos que, na época, compunham o município de Campo Grande, excetuando-se o da sede municipal, era Jaraguari o que maior população possuía. O Censo Demográfico do Recenseamento Geral, realizado naquele ano, apresenta o então Distrito de Jaraguari com uma população de 7 845 pessoas, sendo 4 238 homens e 3 607 mulheres. Dessa população, 97 homens e 98 mulheres, somando 195 pessoas, estavam locali-

zados no quadro urbano, 57 homens e 64 mulheres, somando 121 pessoas, localizavam-se no quadro suburbano; e 4 084 homens e 3 445 mulheres, totalizando 7 529 habitantes, encontravam-se no quadro rural. Como se vê, a maior parte dos habitantes do antigo Distrito localizava-se no quadro rural, ou seja, 95,95% da população recenseada, superando a média da população rural de Mato Grosso, que era de 65,9%.

No confronto do efetivo de homens e mulheres, observou-se maior presença de homens, correspondendo a 54% do total (4 238 homens e 3 607 mulheres).

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Além da cidade de Jaraguari, com 320 habitantes e a vila de Bom Fim, com 260 habitantes, encontram-se no município os povoados de Colônia Bandeirante, com 52 moradias e cêrca de 282 habitantes; de Jatobá, com 30 moradias e cêrca de 150 habitantes, segundo informações fornecidas pela Agência Municipal de Estatística de Campo Grande.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem os elementos fundamentais da economia do município, absorvendo a quase totalidade da população de 10 anos e mais.

Segundo elementos relativos a 1956, colhidos para o Serviço Estatístico da Produção, a agricultura que é bastante desenvolvida no município, concorreu com um volume de produção avaliado em 49,9 milhões de cruzeiros, salientando-se as culturas do café — com um valor de 18 milhões de cruzeiros, correspondentes a 600 mil quilos do produto beneficiado; o arroz — com 15 milhões de cruzeiros, relativos a 2 520 toneladas do produto; a cana-de-açúcar — com 4,9 milhões, avaliação referente a 14 000 toneladas; a mandioca — com 3 milhões de cruzeiros, valor de 2 750 toneladas; o milho — com 3 milhões de cruzeiros, correspondentes a 120 toneladas; o feijão — com 2,4 milhões de cruzeiros, relativos a 254 toneladas, seguindo-se as de banana, batata-doce, abóbora, alho, laranja e outras de menor volume de produção. É interessante ressaltar que, em 1956, a colheita do café correspondeu a menos de 50% da produção esperada, prejuízos êsses que foram causados pelas longas e pesadas chuvas no período da safra.

Ainda em 1956 a pecuária estava representada por .. 65 000 bovinos, 3 200 eqüinos, 760 muares, 8 000 suínos, 660 ovinos e caprinos, avaliados em 173,2 milhões de cruzeiros, incidindo com maior quantidade, os bovinos, avaliados em 156 milhões de cruzeiros. A produção de leite foi estimada em 1 200 000 litros no valor de 4,2 milhões de cruzeiros, sendo 30%, aproximadamente, exportado para o município de Campo Grande e o restante consumido na pequena indústria local de laticínios que, em 1956, apresentou um volume estimado em 22 500 quilos de manteiga e 20 000 quilos de queijo, num valor de 1,5 milhões de cruzeiros, na sua totalidade exportado para Campo Grande.

A cultura da cana-de-açúcar concorreu para uma produção de 65 000 litros de aguardente e 55 000 quilos de rapadura, no valor de 1,1 milhões de cruzeiros.

O levantamento de 1955 arrolou 23 estabelecimentos industriais, sendo 2 com 5 ou mais operários e 21 com menos de 5 operários, estando a indústria representada por duas serrarias, três olarias, u'a máquina de beneficiar arroz, duas fábricas de aguardente de cana, quatro fábricas de rapadura, duas de farinha de mandioca, duas de queijo e sete de manteiga, tôdas situadas na zona rural, exceto a máquina de beneficiar arroz.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de 25 estabelecimentos comerciais varejistas, dos quais, sòmente 3, localizados na cidade.

O comércio do município mantém transações, quase que exclusivamente com o de Campo Grande, para onde exporta tôda a sua produção, dêle importando as mercadorias necessárias, ali fazendo também as suas transações bancárias, visto não contar ainda com qualquer estabelecimento de crédito.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é cortado, longitudinalmente, pela rodovia Campo Grande—Cuiabá, com derivações para as sedes distritais, povoados e fazendas, saindo da Colônia Bandeirante o ramal para Camapuã.

Os seus rios não são navegáveis.

Três campos de pouso localizam-se no município, sendo um na cidade de Jaraguari, com pista N.S. 600 x 40, um na Fazenda Estrêla — do Frigorífico Anglo S.A. — pista W.E. 630 x 50 e um na fazenda Jatobá — de Osvaldo Arantes — pista N.S. 600 x 40.

Liga-se às cidades vizinhas e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte:

1 — Campo Grande — rodoviário, 56 quilômetros.

2 — Ribas do Rio Pardo — 1) rodoviário, via Campo Grande, 192 quilômetros e 2) misto — a) rodoviário até Campo Grande, 56 quilômetros e b) ferroviário, 122 quilômetros.

3 — Rochedo — rodoviário, via campo Grande, 146 quilômetros.

4 — CAPITAL DO ESTADO — 1) rodoviário, 801 quilômetros; 2 misto — a) rodoviário, até Campo Grande, já descrito e b) aéreo, 768 quilômetros.

Existe uma Agência Postal de 4.ª classe na vila de Bom Fim e, embora já criada, ainda não foi instalada a Agência Postal de Jaraguari.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jaraguari tem 316 habitantes, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, contando com 12 logradouros públicos. Não há serviço de abastecimento d'água e nem de luz elétrica.

Entre os edifícios que são de modestas construções, sobressai, apenas, a Capela do Senhor Divino Espírito Santo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há assistência médica no município por falta de profissionais. Com espaçamento irregular, a cidade, vila e povoados são visitados pelo Serviço de Assistência Rural do Pôsto Médico de Campo Grande. Existem 2 droguistas, um na cidade e outro na Vila de Bom Fim.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município ainda não possui qualquer serviço de assistência social ou de cooperativismo.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência no município de 7 845 pessoas de cujo total, 4 258 eram homens e 3 607, mulheres. Na sede

municipal, das 259 pessoas de 5 anos e mais, 171 sabiam ler e escrever, sendo 99 homens e 72 mulheres; e 88 eram analfabetos, sendo 30 homens e 58 mulheres.

ENSINO — De acôrdo com o movimento das unidades escolares de ensino primário geral, em 1956, existiam no município 13 estabelecimentos de ensino fundamental comum mantidos pelos Governos Estadual e Municipal, tendo sido registradas 488 matrículas com a freqüência média de 381 alunos.

Não existe estabelecimento de ensino extraprimário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A não ser o Esporte Clube de Jaraguari — recém-organizado, nenhuma associação cultural tem atividade no município.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 (primeiro ano de autonomia administrativa do município) a 1956, as finanças públicas apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	(1)	(2) 49	196	...	129
1955	(1)	501	1 085	41	378
1956	(1)	628	363	61	659

(1) Não existe órgão de arrecadação federal. — (2) A Coletoria Estadual foi criada em agôsto de 1954, tendo começado a funcionar no mês de setembro do mesmo ano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Jaraguari é hoje uma cidade sem vida, daí não haver outras festividades populares a não ser as de caráter religioso, que ainda atraem os moradores das suas proximidades.

Assim é que se realizam, com regular animação, as tradicionais festas de São Sebastião, a 20 de janeiro, e do Senhor Divino Espírito Santo, seu padroeiro, na primeira quinzena de junho. Essas festas que contam com a presença de um padre, são sempre precedidas de novenas das quais constam rezas e leilões feitos pelos novenários que são nomeados para cada dia, encerrando-se com a "missa da festa", procissão e baile.

Nessas ocasiões, realizam-se os batizados, as crismas e os casamentos religiosos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A não ser o prazer pela vida campesina e as excursões recreativas nas fazendas, não há no Município, outras atrações turísticas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "jaraguarienses".

O seu topônimo deriva do córrego Jaraguá que nas proximidades da sua confluência, onde se localizou a povoação, passa a denominar-se Jaraguari.

Como têrmo da comarca de Campo Grande, conta, na sua organização judiciária, com um Juiz de Paz, dois Suplentes, um Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil e um Promotor "ad hoc", no distrito da sede e os mesmos elementos, no distrito de Bom Fim.

Não há Delegacia de Polícia no município.

Em 31 de dezembro de 1956, contava o município, 4 automóveis, 8 jipes, 12 caminhões e 7 camionetas registrados na Prefeitura Municipal, além de 6 tratores, 12 carroças e 20 carros de boi.

Duas linhas de jardineiras mistas ligam a cidade à vila de Bom Fim, aos povoados de Colônia Bandeirante, Colônia de Bom Fim, Jatobá e a Campo Grande, diàriamente.

O Cartório Eleitoral da 8.ª Zona informou que para o último pleito estavam inscritos no município 1 698 eleitores.

Existem 4 pensões, sendo uma na cidade com capacidade para 5 hóspedes; uma na vila de Bom Fim, para 6 hóspedes e duas na Colônia Bandeirante, à margem da rodovia Campo Grande—Cuiabá, com capacidade para 36 hóspedes.

Na Sede, existem as capelas de Nossa Senhora do Carmo e do Senhor Divino, na zona urbana; a de São Sebastião, na zona rural; e na vila de Bom Fim, a Capela do Senhor do Bom Fim. Todos êsses templos são subordinados à Paróquia de Santo Antônio, com sede na cidade de Campo Grande.

O I.B.G.E. ainda não instalou a sua Agência no Município, estando os seus serviços afetos à Agência Municipal de Estatística de Campo Grande.

JARDIM — MT

Mapa Municipal na pág. 193 do 2.º Vol.
Foto: pág. 158 do Vol. II

HISTÓRICO — Antigo distrito do município de Bela Vista, tem a sua história ligada ao devassamento e conseqüente povoamento das terras daquele município, quando os Lopes, espalhando-se pela Zona Sul do Estado de Mato Grosso, chegaram até às campanhas paraguaias, indo um dêles, Gabriel Lopes, fincar os esteios de uma fazenda pecuária, às margens do rio Apa, possìvelmente em 1846.

Sabe-se que Gabriel e seu irmão José Francisco Lopes exploraram aquela zona em todos os sentidos, tornando-se profundos conhecedores de suas terras, tanto que na guerra do Paraguai, quando as fôrças brasileiras efetuaram a célebre retirada da Laguna, foi José escolhido para guia da coluna que recuava, prestando inestimáveis serviços às tropas de Camisão, levando-as com segurança até 52 quilômetros antes de Nioaque, quando veio a falecer vítima da cólera-morbos, precisamente no local onde hoje se levanta a cidade de Jardim.

Possuindo férteis campos pastoris e regulares aguadas, cedo houve o estabelecimento de fazendas destinadas à criação de gado bovino, realizando-se, de maneira progressiva, o povoamento das terras do atual município. Júlio Romeu Mariani, Euzébio Paz, Bernardino Machado da Silva, Cirilo Braga, Newton Campbel, Nelson Tavares, Clóvis Lorentz Carvalho, Claudionor S. Chermont, Virgílio Cezósimo e outros, juntamente com as respectivas famílias, foram os responsáveis pelo povoamento inicial da região de Jardim, na qualidade de seus primeiros moradores.

Em 27 de novembro de 1938, a Comissão de Estradas de Rodagem n.º 3 (CER-3), do Ministério da Guerra, responsável pela construção da rodovia Aquidauana—Pôrto Murtinho, fêz instalar um departamento de administração a dois quilômetros de Guia Lopes da Laguna, sob a chefia

do Major Alberto Rodrigues da Costa, que procedeu ao loteamento e distribuição de quarenta hectares de terras adquiridas do fazendeiro Fábio Martins Barbosa, que já possuía ali a fazenda Jardim. Tal providência muito contribuiu para o rápido crescimento de uma povoação que se formava à sombra da CER-3.

Dez anos depois, precisamente em 13 de setembro de 1948, por empenho dos moradores do povoado de Jardim, era êle elevado à categoria de distrito, por Lei estadual número 119, daquela data, e incorporado ao município de Bela Vista, assim figurando no quadro anexo ao Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, relativo à divisão territorial do Estado de Mato Grosso no período 1949-1953.

A Lei n.º 677, de 11 de dezembro de 1953, determinou o desmembramento da área do distrito de Jardim, a fim de constituir o atual município de igual topônimo, aparecendo, nessa categoria, no quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial do Estado, no qüinqüênio 1954-1958, sendo constituído têrmo judiciário da comarca de Bela Vista.

O atual Poder Executivo é representado pelo Sr. Bernardino Machado da Silva, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo o Legislativo Municipal composto de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jardim localiza-se na Zona da Baixada no Estado de Mato Grosso, limitando com Bela Vista, Bonito, Guia Lopes da Laguna e Ponta

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Porã. Tem os seguintes pontos extremos: latitude N. .... 21° 22' 15" e S. 21° 56' 45"; longitude E. 55° 49' 45" e O. 56° 38' 30".

ALTITUDE — A sede municipal de jardim acha-se a 259 metros de altitude, colocando-se em 37.º lugar no Estado de Mato Grosso em relação às demais cidades mato-grossenses.

CLIMA — A área municipal possui duas espécies de clima: o tropical úmido e o tropical de altitude. O seu período de chuvas tem início em janeiro indo até abril, sendo mais intenso em fevereiro e março.

ÁREA — Tem uma área de 2 130 quilômetros quadrados, colocando-se em 52.º lugar no Estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,16%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal não apresenta grandes acidentes geográficos, principalmente no que diz respeito à orografia, em virtude das características topográficas da região. No seu sistema potamográfico, destacam-se os seguintes cursos d'água: o rio Miranda, que banha a cidade de Jardim, servindo de limite natural com o município de Guia Lopes da Laguna, tendo como principal afluente o ribeirão do Velho; o da Prata, que serve de limite com o município de Bonito, tendo como afluente o ribeirão Verde.

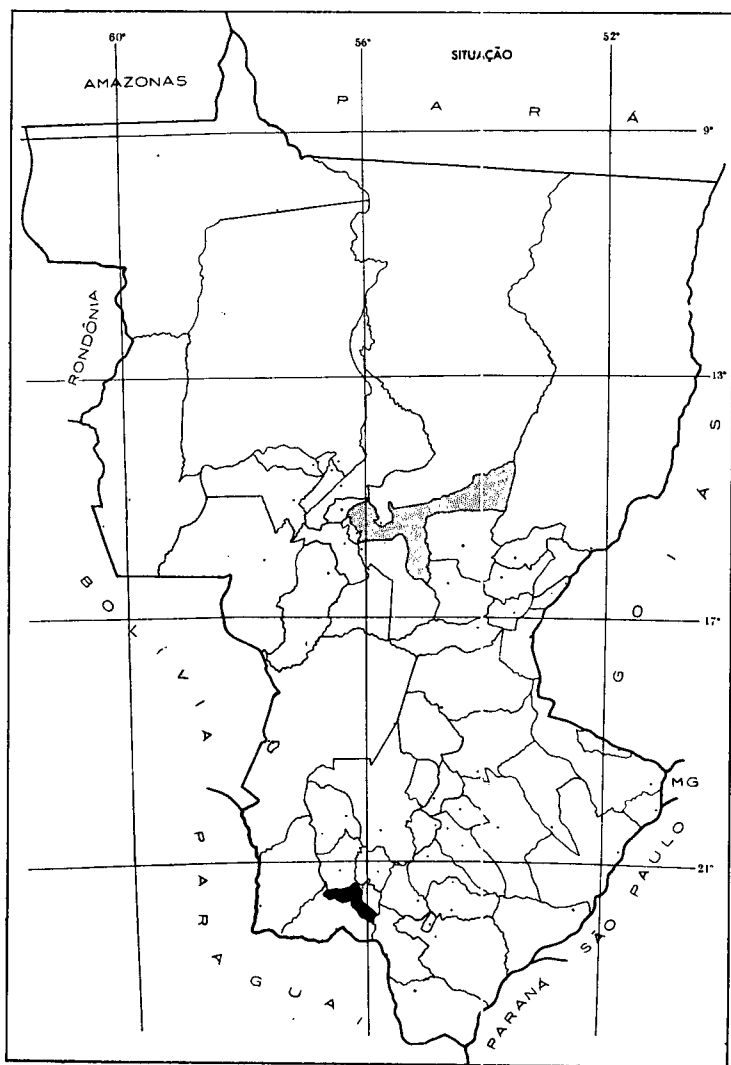
RIQUEZAS NATURAIS — As principais são as seguintes: extrativas minerais — barro para tijolos e telhas, e pedras e areia para construção; no reino vegetal — madeiras de lei, dos mais variados tipos, e lenha para combustível; e no animal — peixes e peles de animais silvestres, além de vários representantes da fauna mato-grossense.

POPULAÇÃO — O município de Jardim contava, como distrito pertencente ao município de Bela Vista, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 2 591 habitantes. Dessa população, 1 299 pessoas eram do sexo masculino e 1 292, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 459 homens e 502 mulheres, num total de 961 habitantes; no suburbano, 55 pessoas do sexo masculino e 80, do feminino, totalizando 135 habitantes; e no quadro rural, um total de 1 495 habitantes, dos quais 785 do sexo masculino e 710, do feminino. A zona rural concorria com 57,69% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda integrante do município de Bela Vista, na época do Recenseamento Geral de 1950, Jardim possuía uma população de 1 096 habitantes, dos quais 514 do sexo masculino e 582, do feminino.

Em 1954, segundo levantamento procedido pela Agência Municipal de Estatística de Bela Vista, o município de Jardim, além do aglomerado da cidade, possuía mais o do povoado Boqueirão, com 45 moradias e uma população estimada em 220 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua base econômica representada pelos ramos pecuária e agricultura, tendo o primeiro, em 1956, valido mais de 123 milhões de cruzeiros, destacando-se, nos rebanhos existentes,

o de bovinos, com 60 mil cabeças, no valor de 108 milhões de cruzeiros; o de eqüinos, com 8 550 cabeças, estimado em 11 milhões e 900 mil cruzeiros; o de suínos, com 5 500 cabeças, custando 1 milhão e 650 mil cruzeiros; e o de ovinos, com 10 800 cabeças, no valor de 1 milhão e 80 mil cruzeiros, além de outros de menor expressão econômica.

A produção de origem animal foi representada por 42 857 litros de leite de vaca, no valor de mais de 128 mil cruzeiros, cujo excedente do consumo foi empregado na fabricação de 500 quilos de manteiga e 1 300 de queijo, no valor de 40 mil cruzeiros e 32 mil cruzeiros, respectivamente.

Ainda no ano em causa, destacaram-se na agricultura os seguintes produtos: milho, com 720 mil quilos no valor de 3 milhões e 960 mil cruzeiros; mandioca, com 5 mil e 100 quilos, no valor de 3 milhões e 60 mil cruzeiros; arroz, 145 mil e 200 quilos, custando 847 mil cruzeiros; e mais as produções de abacaxi, amendoim, cana-de-açúcar, melancia, abacate, banana e frutas cítricas, que totalizaram mais de 1 milhão e 676 mil cruzeiros. Os resultados da agricultura do município de Jardim, em 1956, foram estimados em 9 milhões e 543 mil cruzeiros.

A indústria, naquele ano, segundo elementos fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, estêve representada pelos seguintes valores, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos vegetais	110
Indústria de transformação de minerais não metálicos	837
Indústria da madeira	1 124
Indústria de produtos alimentares	2 932
Serviços industriais de utilidade pública	371
TOTAL	5 374

COMÉRCIO E BANCOS — É representado por 5 estabelecimentos, os quais, pelo volume das transações que realizam e pelo estoque que possuem, são considerados como grossistas e varejistas, simultâneamente, além de 84 estabelecimentos no âmbito municipal. Essas casas comerciais são abastecidas pelas praças de Aquidauana, Campo Grande e São Paulo, de onde importam produtos manufaturados.

As transações bancárias são realizadas nos estabelecimentos de crédito, situados em Aquidauana e Bela Vista.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se às cidades vizinhas da seguinte maneira:

1. Bela Vista, rodoviário, 101 km;
2. Bonito, rodoviário, 91 km;
3. Guia Lopes da Laguna, rodoviário, 2 km;
4. Ponta Porã, rodoviário, 245 km.

Comunica-se, ainda, via aérea, com as cidades de Pôrto Murtinho, Campo Grande, Bela Vista e Aquidauana, possuindo um ótimo aeroporto situado a pouco mais de um quilômetro da cidade. É servido pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional.

Conta na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, além de uma estação radiotelegráfica de propriedade do Consórcio Real-Aerovias-Nacional.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal os seguintes veículos: 6 automóveis comuns, 1 camioneta para passageiros, 1 ambulância, 38 caminhões; 1 camioneta para carga, 5 jipes e 20 tratores.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a cidade de Jardim, em 1954, possuía 15 logradouros públicos, 12 dos quais eram servidos por iluminação pública (600 focos) e domiciliária. Dos 462 prédios então existentes na sede municipal, 200 possuíam ligações elétricas. Continua essa mesma situação em 1956, segundo informações procedentes da Agência Municipal de Estatística de Bela Vista, responsável pelos serviços estatísticos no município de Jardim.

As instalações da Comissão de Estrada de Rodagem, o prédio do Cine-Teatro Jardim e a Igreja Matriz de Santo Antônio, são as principais edificações situadas na sede municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É atendida pela Comissão de Estrada de Rodagem, que presta inestimável serviço de assistência médica à população da cidade, onde militam 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Além da farmácia da CER-3, existem mais 2 localizadas na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Paróquia de Santo Antônio de Jardim, por intermédio da Associação de Caridade das Conferências de São Vicente de Paula, é responsável pela assistência social aos pobres e necessitados, assim como a Igreja Batista localizada em Jardim, através de um orfanato destinado ao recolhimento de crianças desamparadas.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo Demográfico realizado em 1950 encontrou no município de Jardim, então distrito de Bela Vista, uma população de 2 591 pessoas, distribuídas em 1 299 homens e 1 292 mulheres.

Escola de Limeira

Encontravam-se na cidade 866 habitantes de 5 anos e mais de idade, sendo 502 (258 homens e 244 mulheres) alfabetizados e 364 (155 homens e 209 mulheres) analfabetos.

ENSINO — Segundo informações do Departamento Estadual de Estatística, existiam, no primeiro mês letivo de 1956, 8 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, dos quais 7 mantidos pelo Govêrno do Estado e 1,

pelo municipal. Essas escolas, naquele período, apresentaram um total de 513 matrículas em geral, das quais 498 realizadas nos estabelecimentos estaduais e 15 no municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona o Cine-Teatro Jardim, de propriedade da Comissão de Estrada de Rodagem, com capacidade para 350 espectadores e dotado de moderna aparelhagem; e o Esporte Clube Jardim, que congregava em 31 de dezembro de 1956, no seu quadro social, 181 pessoas de ambos os sexos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Apresentaram os seguintes resultados, a partir de 1954, início da autonomia administrativa de Jardim:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	—	—	—
1951.......	—	—	—	—	—
1952.......	—	—	—	—	—
1953.......	—	—	—	—	—
1954.......	—	353	...	...	...
1955.......	—	647	60	619	416
1956.......	—	720	1 042	201	988

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monumento construído de pedra com base de concreto, na bifurcação da rodovia Aquidauana—Pôrto Murtinho—Bela Vista, destinado a perpetuar a memória de José Francisco Lopes — o Guia Lopes da retirada da Laguna — mandado erigir pelos oficiais e praças do 6.º Batalhão de Engenharia, e inaugurado em 1934.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — De caráter religioso: a festa de São Sebastião, no dia 20 de janeiro; a do Divino Espírito Santo, a 20 de maio, e a de Santo Antônio, padroeiro da cidade, no dia 13 de junho, geralmente encerrada com majestosa procissão.

Cívicas: a CER-3 comemora com brilhantismo as efemérides da Proclamação da República e da Independência do Brasil, enquanto a Prefeitura Municipal promove grandes homenagens para comemorar a data da criação do município de Jardim.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade foi erguida em terras da fazenda Jardim, de propriedade de Fábio Martins Barbosa, tendo daí se originado o topônimo do município. Os nascidos em Jardim recebem a denominação de "jardinenses"

O município é sede do têrmo judiciário de igual denominação, subordinado à comarca de Bela Vista, possuindo na sede municipal 1 cartório de registro civil, que executa, também, serviços de tabelionato. O seu quadro eleitoral, em 30 de outubro de 1956, era representado por 928 eleitores.

É sede da Paróquia de Santo Antônio de Jardim, subordinada à Diocese de Corumbá; quanto ao culto protestante, existe, na cidade de Jardim, uma Igreja Batista.

LADÁRIO — MT

Mapa Municipal na pág. 195 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Não se podem traçar os primórdios do povoamento do território de Ladário, sem levar em consideração os elementos históricos relativos ao devassamento do rio Paraguai, a partir de 1524, por Aleixo Garcia, que, partindo de Santa Catarina, acompanhado de numerosa comitiva, marchou para o ocidente, atravessando os rios Paraná e Paraguai, alcançou o Peru, buscando os tesouros falados por João Dias de Solis.

Posteriormente, outra expedição, conduzida por Juan de Ayolas, no ano de 1538, palmilhou novamente o caminho seguido por Garcia e, depois de subir o Prata e lançar os fundamentos de Buenos Aires, penetrou pelo Paraguai acima, conseguindo chegar a Assunção do Paraguai, depois de fundar Villeta. De Assunção, depois de regular estágio, procurando recuperar energia, reiniciou a exploração do Paraguai, buscando suas cabeceiras, o que não foi possível encontrar.

Seguindo os passos de Juan de Ayolas, apareceram, depois, Álvares Nunes Cabeza de Vaca e Domingos Martins de Irala, o primeiro, entre 1542 e 1543, e o segundo, em 1546. Todos êles tinham um só objetivo: verificar a realidade da tradição dada a conhecer por De Solis de que, "nas origens do famoso rio, existia uma serra daquele precioso metal (ouro), do qual os ditos selvagens possuíam muitos adornos e utensílios". Posteriormente, o "famoso rio", segundo Antônio Corrêa da Costa, receberia a designação de "Prata" dada pelos espanhóis.

Em 1557, Irala, então Adelantado do Paraguai, determinou que Nuflo Chavez, subisse o Paraguai até encontrar suas nascentes. Partindo de Assunção, arrepiou o Jauru "e de etapa em etapa, atravez dos sertões nunca dantes por outrem perlustrados transpoz o Guaporé, entrou pelos vastos planos de Mojos e caminhando sempre para o O, teve a surpreza de topar com o aventureiro André Manso". A disputa que então surgiu pela posse do território descoberto foi submetida ao arbítrio do vice-rei do Peru, que deu ganho de causa a Nuflos. Regressou êste e, antes de alcançar Assunção, teve oportunidade de, em 1560, lançar os fundamentos da atual cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra, estabelecendo uma base para futuras explorações do território situado a N.E., e que hoje constitui o Estado de Mato Grosso. Infelizmente, não pôde levar avante o seu grandioso plano de penetração, em vista de ter sido assassinado, em 1557.

Tão bem delineado era o plano de Nuflos Chavez que, decorridos mais de duzentos anos, era êle pôsto em execução pelo o então capitão-general da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que, determinando um completo reconhecimento do rio Paraguai, fundou Corumbá, iniciando, assim, o povoamento de extensa área à margem direita daquele rio.

Em 21 de setembro de 1778, lançavam-se os fundamentos da povoação de Albuquerque, por ordem de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, tendo a nova localidade tomado rápido impulso, o qual só veio a sofrer curta estagnação, quando invadida pelos paraguaios, em 1865, já então sob a denominação de Corumbá.

14 — 24 930

Em 21 de novembro de 1871, "era escolhido e demarcado no lugar denominado Ladário, á margem direita do rio Paraguai, o local destinado para a fundação do Arsenal de Marinha". Situava-se a seis quilômetros de Corumbá.

O início das obras do Arsenal determinou novo surto de progresso para Corumbá, notando-se-lhe, "então, o desenvolvimento rápido, auxiliado pelos trabalhos da construção do Arsenal de Marinha, no Ladário, iniciados a 14 de Março de 1873 ..." Efetivamente, nesse ano, teve início a construção do Arsenal, apesar da questão levantada, quanto à propriedade das terras escolhidas, que pertenciam, "por dilatada occupação a Manoel de Jesus". De qualquer maneira, a construção foi iniciada, alegando-se ser aquela área considerada como zona de marinha. O plano de construção é executado. O Arsenal, ao término dos trabalhos, aparece "dividido em secções distinctas e em predios separados. Circulado por extensa e longa muralha de pedra, acha-se o Arsenal, com suas numerosas officinas, depositos e quarteis, completamente separados da povoação do Ladario, que fica na parte norte e consta de onze ruas bem alinhadas. — Entre a povoação e o Arsenal ergue-se imponente portão, em que se acham gravados em uma placa de bronze os seguintes dizeres:

ANNO DE MDCCCLXXIII
Por ordem do Ministro Joaquim Ribeiro da Luz,
O capitão de fragata M.R. da Cunha Couto
FUNDOU".

Em 16 de março de 1896, a Lei n.º 134 eleva a povoação de Ladário, no município de Corumbá, à categoria de freguesia com os mesmos limites do distrito policial respectivo.

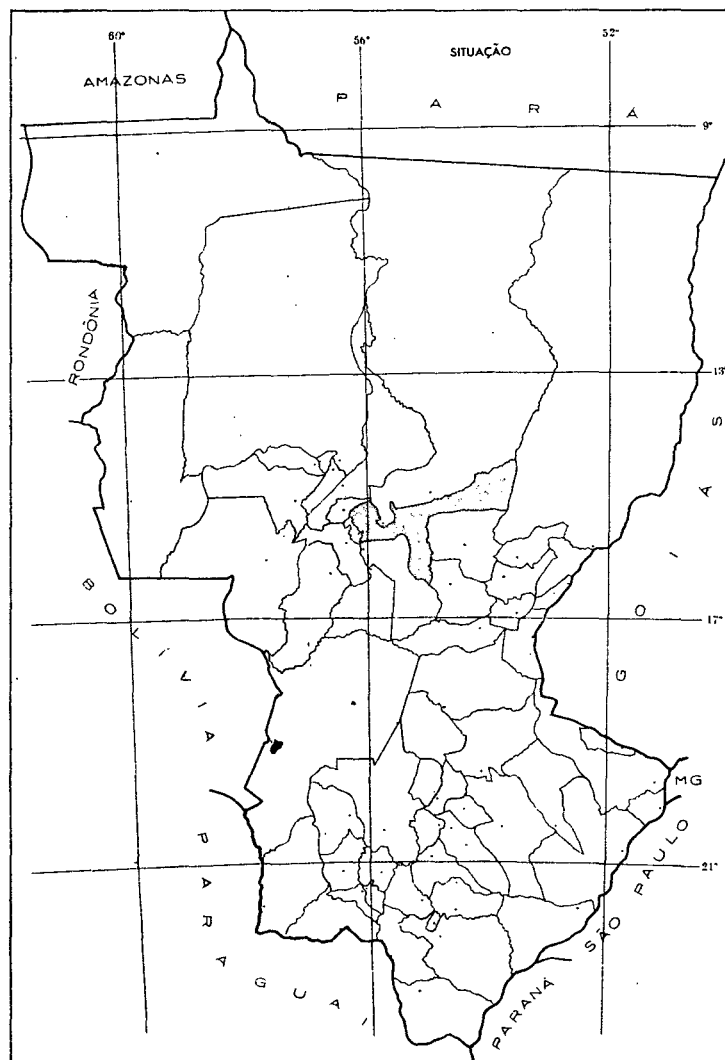
O atual município de Ladário, na divisão territorial e administrativa referente ao ano de 1911, é componente do de Corumbá, na categoria de distrito, situação em que permanece até 1933. Naquele ano, Corumbá surge sem os dois distritos que dêle eram integrantes nas divisões anteriores: Ladário e Dourados.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, Ladário voltou a integrar o município de Corumbá, situação em que permaneceu nas sucessivas divisões administrativas, territoriais e judiciárias do Estado de Mato Grosso, até o ano de 1953, quando a Lei estadual n.º 679, de 11 de dezembro, desmembrou área do município de Corumbá, para formar o atual município de Ladário, sendo, na mesma ocasião e pela lei citada, elevada à categoria de cidade a então vila de Ladário.

Figura o novo município no quadro anexo à Lei número 370, de 31 de julho de 1954, da Assembléia Legislativa do Estado, que retifica as leis que modificaram o quadro da divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, formado, apenas, por parte do antigo distrito de igual topônimo.

O município foi instalado em 17 de março de 1954, tendo tomado posse, como Prefeito Municipal, Armando Tomaz de Almeida, nomeado pelo Govêrno do Estado.

Atualmente o município de Ladário tem como Prefeito Municipal o Sr. Ariquermes da Rocha Galvão, eleito em 1955, e empossado em 31 de janeiro daquele mesmo ano. O Legislativo Municipal é composto por 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Pantanal Mato-grossense, participando da bacia do Paraguai.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Há dúvidas, ainda, em relação aos limites municipais de Ladário. A Comissão de Revisão do Quadro Territorial do Estado justifica, em relatório, as retificações na Lei número 679, de 11 de dezembro de 1953: "A justificativa da retificação da lei n.º 679, de 11 de dezembro de 1953, prende-se ao fato desta Comissão, no decurso dos seus trabalhos ter tido a oportunidade de receber uma Comissão de ladarenses, apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. André Melquíades de Barros, Secretário da Educação e Saúde que em nome da população dêsse novo município apresentou uma reivindicação dos munícipes de Ladário, no sentido de ser ampliada a área territorial do novo município que, pela lei 679 que deu origem à sua existência autônoma tornou a área do mesmo município pequena e inexpressiva para a sua existência econômico-politico-social, tendo apresentado sugestões que aceitas — por esta Comissão, temos a honra de submeter a Vossa Excelência para apreciação".

De acôrdo com aquelas sugestões, o município de Ladário faria limites com os de Corumbá, Pôrto Murtinho, Miranda e Aquidauana, além de servir de limites internacionais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia. É de se notar que a Lei n.º 679 criava o município de Ladário, "desmembrado do Município de Corumbá, com os mesmos limites do atual distrito de paz de Ladário". As sugestões da C.R.Q.T.E. não foram, ainda, ratificadas

pelo Govêrno do Estado, continuando o município de Ladário encravado no de Corumbá, sendo êste o seu único limite.

ALTITUDE — É de 114 metros, na sede municipal, colocando-se em 57.º lugar na ordem de altitude, no Estado.

CLIMA — O clima do município está classificado como tropical úmido, aliás, comum aos municípios integrantes da bacia do Paraguai.

ÁREA — É o menor município do Estado. Os seus 265 quilômetros quadrados situam-no em 59.º lugar no âmbito estadual. Ocupa cêrca de 0,02% da área total de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apenas o rio Paraguai e partes dos morros de Urucum, Grande e Banda Alta encontram-se na área municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Extrativa mineral: manganês, atualmente sem exploração no município, pedra e areia para construção; vegetal, lenha para combustível; e animal, peixes e animais silvestres.

POPULAÇÃO — O município de Ladário contava, como distrito integrante do município de Corumbá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 3 908 habitantes. Dessa população, 1 982 pessoas eram do sexo masculino e 1 926, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 919 homens e 974 mulheres, num total de 1 893 habitantes; no suburbano, 836 pessoas do sexo masculino e 719, do feminino, totalizando 1 555 habitantes; e no quadro rural, um total de 460 habitantes, dos quais 227 do sexo masculino e 233, do feminino. A zona rural concorria com 11,77% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, Ladário, ainda na categoria de distrito de Corumbá, possuía, na vila distrital, uma população de 3 448 habitantes, dos quais 1 755 do sexo masculino e 1 693, do feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Ladário tem sua base econômica representada pela pecuária, seguida de perto pela agricultura, ambas, porém, ainda em formação. A população pecuária, em 1956, era representada por 3 940 indivíduos, no valor de 6 milhões e 685 mil cruzeiros. Destacavam-se, nessa população, os rebanhos bovinos, com 1 900 cabeças, no valor de 4 milhões e 900 mil cruzeiros, e o de suínos, com 1 300 cabeças, no valor de 1 milhão de cruzeiros. Os rebanhos de eqüinos, muares, ovinos e caprinos, ainda se encontram em formação, motivo por que apresentam pouca expressão econômica.

A produção de leite de vaca, segundo informa a Agência Municipal de Estatística, foi superior a 200 mil litros, e valeu mais de 2 milhões e 100 mil cruzeiros.

Na agricultura, destacou-se, apenas, a produção de frutas cítricas, com 32 000 centos, no valor de 2 milhões e 560 mil cruzeiros. O valor total da produção agrícola em 1956 atingiu a mais de 4 milhões de cruzeiros.

Estima-se em 30 000 quilos, o resultado da pesca efetuada no município, cujo valor ultrapassou a casa dos 350 mil cruzeiros.

A posição das indústrias de Ladário, em milhares de cruzeiros, no ano de 1955, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, foi a seguinte:

Indústria extrativa de produtos minerais	910
Indústrias químicas e farmacêuticas	700
Indústria de produtos alimentares	996
Construção civil	720
TOTAL	3 326

COMÉRCIO E BANCOS — Dada a vizinhança da cidade de Corumbá, grande centro industrial e comercial, a cidade de Ladário não mantém comércio varejista ou atacadista, assim como quaisquer estabelecimentos bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Ladário tem comunicação, apenas, com a de Corumbá, único município limítrofe daquele, havendo uma ótima rodovia com 6 quilômetros de extensão, ligando os dois centros. É constante o tráfego entre as duas cidades, realizado por veículos tipo microônibus. Um ramal da Estrada de Ferro Brasil—Bolívia também existe entre as duas cidades, servindo de acesso para um estaleiro ferroviário daquela entidade, e um outro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizados em Ladário.

Cinco emprêsas de transporte rodoviário para passageiros têm sede na cidade de Ladário, mantendo o tráfego para Corumbá e vice-versa.

A Prefeitura Municipal de Corumbá mantém um pôsto telefônico na sede municipal, existindo 20 aparelhos instalados na cidade, onde há, também, uma Agência Postal-telegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal, 6 automóveis comuns, 8 microônibus, 2 camionetas para passageiros e 7 caminhões.

ASPECTOS URBANOS — De acôrdo com elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativos ao ano de 1954, a cidade de Ladário contava 13 logradouros públicos, dos quais 3 arborizados; 6 dêsses logradouros eram dotados de serviço de iluminação pública e domiciliar, sendo que o primeiro era realizado por intermédio de 96 focos; quanto ao segundo, existiam 386 ligações. Nove logradouros possuíam serviço dágua canalizada, com 362 ligações residenciais. O primeiro serviço é prestado pela Prefeitura Municipal de Corumbá, mediante contrato com a de Ladário.

Como prédios importantes, destacam-se: a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Ladário e a Base do 6.º Distrito Naval, um conjunto de imponentes edifícios, salientando-se, entre êles, o prédio do Clube Recreativo, pela beleza e sobriedade de suas linhas modernas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por médicos e hospitais localizados em Corumbá.

Na sede municipal localiza-se 1 farmácia e exercem atividades profissionais 2 dentistas.

ALFABETIZAÇÃO — Ladário, que na ocasião do último Recenseamento Geral do Brasil, era distrito de Corumbá, apresentava-se com uma população de 3 908 habitantes, dos quais 1 982 eram do sexo masculino e 1 926, do sexo feminino.

A cidade contava 2 839 pessoas, de 5 anos e mais. Dêsse total, 1 135 homens e 981 mulheres sabiam ler escrever, ao passo que apenas 316 homens e 407 mulheres eram analfabetos.

ENSINO — No primeiro mês letivo de 1956, segundo informações do Departamento Estadual de Estatística, existiam, no município, 2 escolas mantidas pelo Govêrno do Estado e 1, por particulares. Êsses estabelecimentos de ensino primário fundamental comum tiveram, naquele período, um total de 574 matrículas, das quais 280 nas escolas estaduais e 294, na particular.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funciona o Cine Ladário, casa de espetáculo com capacidade para 360 espectadores. Uma associação desportiva e recreativa e 1 recreativa, congregando em seus quadros sociais 840 pessoas, englobadamente.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças municipais (no município não há órgão arrecadador federal e estadual), a partir de 1954, ano de instalação de Ladário, até 1956, representaram-se pelos seguintes valores, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	—	—	230	116	230
1955	—	—	1 314	212	771
1956	—	—	1 729	576	1 496

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal manifestação religiosa do povo de Ladário ocorre quando da grande festa em homenagem à Nossa Senhora dos Remédios de Ladário, padroeira da cidade.

Em ordem cronológica, as principais efemérides são:

5-V-1874 — É fundada em Ladário a Loja Maçônica "Farol do Norte".

8-III-1905 — Falece em Ladário o capitão-tenente Raimundo José de Souza Lôbo. É de sua iniciativa a construção da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Ladário. Seus restos mortais estão depositados naquela igreja.

7-IX-1939 — É inaugurado o ramal da Estrada de Ferro Brasil—Bolívia, ligando Ladário a Corumbá.

27-VII-1941 — O Presidente Getúlio Vargas inaugura o dique sêco do Arsenal de Marinha.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Apenas o rio Paraguai e o morro do Urucum, situado, em parte, em terras do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo do município, dizem, é uma homenagem ao Barão de Ladário, grande vulto do 2.º Império. Seus naturais são chamados ladarenses.

É têrmo judiciário da comarca de Corumbá, possuindo um cartório do registro civil, com funções de tabelionato.

Tôda a vida social e econômica da cidade de Ladário gira, pràticamente, em tôrno da existência do 6.º Distrito Naval ali sediado. A proximidade de Corumbá, é, por outro lado, um sério entrave ao desenvolvimento e progresso daquele núcleo.

É sede da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Ladário, subordinada ao Bispado de Corumbá; o culto protestante é representado pela Igreja Adventista do 7.º Dia, e o espírita pelo Centro Espírita Vicente de Paula, sediados na cidade de Ladário.

MARACAJU — MT

Mapa Municipal na pág. 197 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 188 e 245 do Vol. II

HISTÓRICO — Depois do afastamento para o Sul, dos Jesuítas espanhóis que tiveram as suas reduções desmanteladas por ação dos bandeirantes paulistas a principiar por Antônio Raposo Tavares, nos albores do século XVII, a região da Vacaria, no planalto da serra de Maracaju, onde se localiza o município, sòmente voltou a ser povoada, quando, no primeiro lustro do século passado, Gabriel Francisco Lopes e seus irmãos Joaquim e José (mais tarde o Guia Lopes) redescobriram aquêles campos, procedendo da então província das Minas Gerais, atravessando a região do Paranaíba.

Gabriel Lopes trouxe logo depois o seu sogro Antônio Gonçalves Barbosa, que veio acompanhado pelo irmão Inocêncio Barbosa e suas famílias, e se estabeleceram nos campos que ràpidamente se tornaram famosos, atraindo novas levas de mineiros que, em 1860, se instalaram na região sudoeste do planalto, fundando os núcleos que receberam a denominação de Água Fria e Santa Gertrudes.

A invasão paraguaia determinou o abandono das terras já cultivadas e dos extensos campos de pastagens, onde já se iniciava a formação de regulares rebanhos, tendo os colonos retornado a Minas Gerais, até a cessação das hostilidades e a conseqüente retirada dos invasores.

João Pedro Fernandes, radicado no lugar denominado São Bento, hoje Sidrolândia, em 1922, transferiu-se com seu comércio — farmácia — para Santa Rosa, povoado pertencente ao município de Nioaque, à margem direita do rio Brilhante. Algum tempo depois, em conseqüência de um surto de malária, resolveu estabelecer-se na zona que hoje compreende a cidade de Maracaju, ali instalando sua farmácia, atendendo assim apêlo dos habitantes da redondeza. Data daí — de 1923 — a fundação do núcleo que hoje é a cidade de Maracaju.

Espírito esclarecido e empreendedor, João Pedro Fernandes compreendeu a necessidade de instalar uma escola que preenchesse a lacuna então existente. Contando com o apoio dos moradores da região, organizou êle a "Sociedade Incentivadora da Instrução de Maracaju", instalada a 25 de dezembro de 1923. Nestor Pires Barbosa, entregou, por doação, à Sociedade, 204 hectares de terras, para o fim especial de nelas serem construídas casas para abrigo das

crianças que freqüentassem a Escola. Mais tarde, foram adquiridos mais 415 hectares, situados às margens do córrego Mont'Alvão, sendo então edificado um confortável prédio para funcionamento da Escola. A nova povoação que assim surgia, recebeu o nome de Maracaju, topônimo do planalto e da serra em que se localizava.

Os primeiros moradores da região de Maracaju, foram: João Pedro Fernandes, Francisco Bernardes Ferreira, D. Fé Fernandes, Marcos dos Santos e família, José Pereira da Rosa e família, Gilberto Teixeira Alves e família, José Adrião Juquita, Antônio José Ferreira, Melanias Garcias Barbosa, José Pereira da Rosa Filho, Antônio Ferreira Ribeiro e família, Vitor Constantino Evanof, Antônio Araújo, Saraiva Pereira da Rosa, Firmo Alves, Olímpio Camargo, Bartolomeu Bueno da Costa, Abadio Romualdo, João Batista Pereira da Rosa, Gregório Ferreira Abrantes, João Gualberto Ferreira, Manoel Retamoso, Carlos Ferreira Tito, Arakaki Tokiti e Antônio Delfino Pereira.

A Resolução n.º 912, de 8 de julho de 1924, criou, no município de Nioaque, o distrito de paz de Maracaju.

O crescente desenvolvimento da localidade, em poucos anos de vida, determinou sua elevação à categoria de município com território desmembrado do de Nioaque, pela Lei n.º 987, de 7 de julho de 1928, sendo instalado precisamente dois meses depois, isto é, a 7 de setembro daquele mesmo ano.

A mesma lei (n.º 987) transferiu para Maracaju a sede da comarca de Nioaque ficando o município que lhe dava o nome reduzido a têrmo da mesma comarca.

O primeiro Prefeito Municipal que assumiu o cargo na data da sua instalação foi o coronel João Pedro Fernandes, um dos principais fundadores da cidade, a qual naquela mesma data, recebia a iluminação elétrica, em funcionamento inaugural.

A Lei n.º 1 031, de 1.º de outubro de 1929, eleva o então povoado à categoria de cidade e dá a denominação de Maracaju à comarca de Nioaque, com sede em Maracaju.

O Decreto n.º 115, de 31 de dezembro de 1937, por medida econômica, reduziu a comarca de Maracaju a têrmo de Campo Grande.

Na Divisão Judiciária e Administrativa do Estado, vigorante a 31 de dezembro de 1937, apresenta-se o município de Maracaju com dois distritos, o de seu homônimo, como sede, e o de Vista Alegre, criado êste pela Resolução número 892, de 13 de julho de 1923.

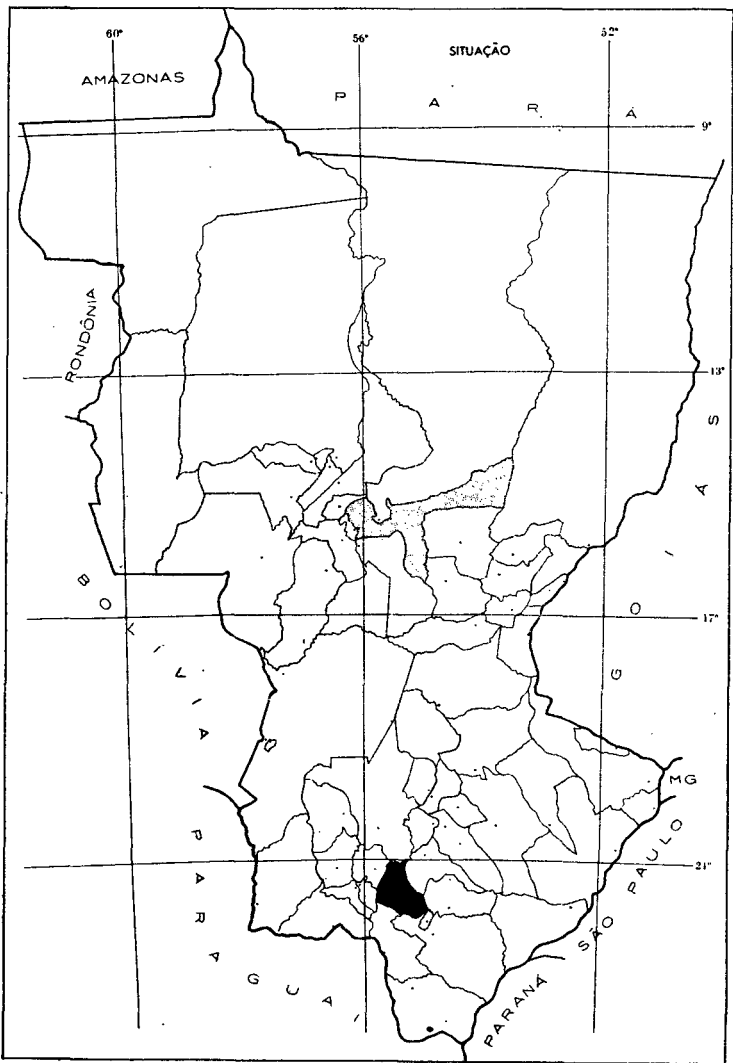
Em 1941, foi instalada na cidade a Agência do Banco do Brasil, e a 25 de abril de 1944, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil inaugurou a Estação Ferroviária de Maracaju, localizada a 3 quilômetros da cidade, realizações essas que muito contribuíram para o maior desenvolvimento da mesma.

Por fôrça do Decreto-lei federal n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, passou a constituir, juntamente com outros municípios, o Território Federal de Ponta Porã, voltando a ser reincorporado ao Estado de Mato Grosso, em 1946, por determinação das Disposições Constitucionais Transitórias, que extinguiram o mencionado Território.

Como Território Federal, a cidade de Maracaju era a designada para sua capital, determinação essa, que foi transferida posteriormente para a cidade de Ponta Porã.

Na Divisão Territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, estabelecida pelo Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, o município de Maracaju, como sede da comarca de igual topônimo, era constituído de dois distritos: o da sede e o de Ervânia, antigo Vista Alegre, situação em que permanece atualmente.

Na sua história político-administrativa, figuram como administradores municipais, sucedendo-se cronològicamente, os Srs.: João Pedro Fernandes, Basílio Brum, Jovino Faustino Silvério, major J. Carlos de Araújo e Silva, João Pedro Fernandes, Manoel Ferreira de Lima, Francisco Bernardes Ferreira e Sebastião Alves Corrêa, substituído, em 1955, por Domingos Marcondes Terra, eleito para a presente legislatura, juntamente com os seguintes vereadores: Walter de Souza e Silva, Arlindo Olegário de Lima, Dinarte Vicente de Almeida, Antônio Alves Corrêa, Francelino Marcondes de Barros, Sebastião Corrêa Buêno e João Pedro Fernandes.

LOCALIZAÇÃO — Maracaju situa-se na Zona Fisiográfica do Planalto entre os rios Brilhante e Santa Maria e a encosta ocidental da serra de Maracaju, enquadrando-se entre as coordenadas geográficas seguintes: extremo .... N. 20° 56' e extremo S. 21° 58' de latitude; extremo .... L. 54° 50' 15" e extremo O. 55° 46' 45" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita com os municípios de Aquidauana, ao norte Dourados e Ponta Porã, ao sul; rio Brilhante e Sidrolândia, a leste; e Guia Lopes da Laguna e Nioaque a oeste.

A cidade está localizada no cruzamento das coordenadas 21° 37' 38" de latitude Sul e 55° 9' 20" de longitude W Gr., às margens do córrego Mont'Alvão, distando da Capital mato-grossense, em linha reta, aproximadamente 678 quilômetros em direção N.N.O.

ALTITUDE — Dada a declividade de solo, causada pelo córrego Mont'Alvão, que divide a cidade em duas partes (cidade e vila Juquita, junto à Estação Ferroviária), a altitude média de Maracaju é de 385 metros, classificando-se em 19.° lugar em relação às demais cidades do Estado.

CLIMA — Situando-se na Zona Fisiográfica do Planalto, dispõe de um clima bastante ameno, podendo-se classificar como "Zona de Clima Tropical Úmido de Altitude de Verão Brando".

As épocas normais de chuvas ocorrem entre os meses de setembro e março, com maior intensidade, nos de dezembro e fevereiro.

ÁREA — A extensão territorial do município é de 5 140 quilômetros quadrados, correspondendo a 0,39% da área de Mato Grosso, classificando-se no 39.° lugar entre as demais comunas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — As escarpas ocidentais da serra de Maracaju servem de limite ocidental do município que, localizado na Zona do Planalto, se estende por ondulações disfarçadas, marcadas apenas pelos leitos dos numerosos rios e ribeirões que correm, uns para o Paraná e outros, para o Paraguai, sendo êstes em menor número e de reduzidas extensões no seu território.

No seu sistema hidrográfico são considerados principais os rios: Brilhante, Santa Maria, Cachoeira, Santa Gertrudes, Santo Antônio, e os ribeirões: Turvo, Água Fria, Mont'Alvão, Sete Voltas pertencentes à Bacia do Paraná e os ribeirões Feio, Santo Antônio e Remanso, contribuintes da Bacia do Paraguai.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, são conhecidas ricas reservas de barro para cerâmica, bem como de pedras de variados tipos, cujas riquezas permanecem em potencial, dispondo o município sòmente de duas pequenas olarias.

No reino vegetal, as poucas matas existentes são abundantes em madeira de lei, destacando-se: angelim, angico, aroeira, bálsamo, cedro, guatambu, pau-ferro e peroba, constituindo, no entanto, sua maior riqueza, os seus imensos campos de pastagens naturais que possibilitam o admirável desenvolvimento das fazendas pastoris.

No reino animal, são encontrados o tapir, o queixada, o caititu, o veado, a paca e o tatu, além de variados tipos de aves, das quais são mais caçadas: a perdiz, a cadorna, o jaó e o mutum. Nos seus rios, encontram-se, além dos peixes de menor porte, o dourado, o surubim e o jaú.

POPULAÇÃO — O município de Maracaju contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 5 799 habitantes, e que lhe dava 1,1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 2 978 pessoas eram do sexo masculino e 2 821, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 490 homens e 550 mulheres, num total de 1 040 habitantes; no suburbano, 317 pessoas do sexo masculino e 339, do feminino, totalizando 656 habitantes; e no quadro rural, um total de 4 103 habitantes, dos quais 2 171 do sexo masculino e 1 932, do feminino. A zona rural concorria com 70,7% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava assim distribuída: brancos: 2 106 homens e 2 040 mulheres, num total de 4 146 pessoas; pretos: 332 pessoas do sexo masculino e 275, do feminino, totalizando 607 habitantes; amarelos: 12 homens e 8 mulheres, num total de 20 pessoas; e pardos: 501 homens e 472 mulheres, ou seja, um total de 973 habitantes.

Quanto ao estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 831 homens e 560 mulheres, num total de 1 391 pessoas; casadas, 1 584 pessoas, das quais 786 homens e 798 mulheres; e viúvos, 48 homens e 103 mulheres, totalizando 151 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população distribuía-se em: brasileiros natos, 2 821 homens e 2 752 mulheres, num total de 5 573 habitantes; brasileiros naturalizados, 9 homens, num total de 9 habitantes e estrangeiros, 148 habitantes do sexo masculino e 69, do feminino, num total de 217 pessoas.

No que diz respeito à religião, 2 858 homens e 2 726 mulheres, num total de 5 584, declararam-se católicos; 49 habitantes, dos quais 28 homens e 21 mulheres, protestantes; 62 homens e 50 mulheres, totalizando 112 habitantes, declararam-se espíritas; 2 homens e 2 mulheres, budistas; 2 homens, outras religiões; sem religião, 22 pessoas, das quais 13 homens e 9 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião um total de 26 pessoas sendo 13 homens e 13 mulheres.

Quanto aos distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Maracaju (sede): 1 308 habitantes na cidade e 2 975 na zona rural; distrito de Ervânia, 388 habitantes na vila e 1 128 na zona rural.

A cidade de Maracaju, com a população já descrita, sendo 616 habitantes do sexo masculino e 692, do feminino, colocava-se em 19.° lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O Censo Demográfico de 1950, apresenta como principais centros urbanos do município a cidade de Maracaju, com 1 308 habitantes (616 homens e 692 mulheres), e a vila de Ervânia, com 382 habitantes (185 homens e 197 mulheres). Como agrupamentos de moradores, são dignos de citação os seguintes: São Miguel, com 127 moradias e cêrca de 640 habitantes; Água Fria, com 118 moradias e cêrca de 590 habitantes; Buriti, com 70 moradias e cêrca de 350 habitantes; Três Barras, com 65 moradias e cêrca de 330 habitantes; e Passa Cinco, com 46 moradias e cêrca de 230 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Maracaju é essencialmente pecuarista, apesar de a agricultura

concorrer, também, com regular parcela para a economia municipal.

Segundo estimativa efetuada pela Agência Municipal de Estatística, destinada ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a riqueza pastoril de Maracaju, em 1956, foi avaliada em 549 milhões de cruzeiros, em cuja soma 94,4% correspondem ao rebanho bovino com uma população de 255 000 cabeças no valor de 510 milhões de cruzeiros; acompanhado pelos seguintes: eqüinos — 9 000 no valor de 14,4 milhões de cruzeiros; muares — 4 000, avaliados em 12 milhões de cruzeiros; suínos — 35 000, estimados em 12,2 milhões de cruzeiros, além de 1 400 ovinos e caprinos. A produção de leite, foi estimada em 750 mil litros, concorrendo para uma produção de 37 000 quilos de queijo, no valor de 925 mil cruzeiros. A produção da banha de porco foi calculada em 42 000 quilos, no valor de 1,9 milhões de cruzeiros.

A agricultura, em 1956, apresentou uma produção avaliada em 30 milhões de cruzeiros, da qual 49% eram representados pela mandioca, com 5 700 toneladas, no valor de 14,9 milhões de cruzeiros; seguida pela cana-de-açúcar, com 13,4% correspondentes a 14 450 toneladas, no valor de 4 milhões de cruzeiros; o arroz, com 11,4%, relativos a 513 toneladas, no valor de 3,4 milhões de cruzeiros; a alfafa, com 4,5% — correspondentes a 296 toneladas, no valor de 1,1 milhão de cruzeiros; a erva-mate, com 4,9% — produção de 210 toneladas, no valor de 1,5 milhões de cruzeiros, além de outros produtos com menor incidência.

A cultura da mandioca concorreu para uma produção de 282 toneladas de farinha, no valor de 2,5 milhões de cruzeiros.

Dos 20 estabelecimentos industriais arrolados pelo Registro Industrial de 1955, destacam-se 3 da indústria da madeira, com produção superior a 4,2 milhões de cruzeiros; e 13, de produtos alimentares, com uma produção de 955 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O município de Maracaju conta com mais de 60 estabelecimentos comerciais, dos quais, 2 atacadistas e 34 varejistas se localizam na cidade, onde também funciona uma Agência do Banco do Brasil S. A.

Embora o comércio do município mantenha relações mais estreitas com a praça de Campo Grande, para onde exporta a maior quantidade de gado, madeira e erva-mate, é também importante o seu intercâmbio com a cidade de Dourados e o Estado de São Paulo, dos quais importa produtos alimentares e manufaturados necessários ao seu consumo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Trens diários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, servem o município, pelas duas estações que se localizam na sua área — Maracaju e Sete Voltas — no ramal de Ponta Porã, sendo a estação de Maracaju a principal intermediária de passageiros procedentes ou destinados aos municípios de Itaporã e Dourados, aos quais se liga por uma boa rodovia e linha regular de jardineira.

Além da antiga rodovia Campo Grande—Ponta Porã, que serve o município, passando pela cidade e pela vila de Ervânia, Maracaju liga-se rodoviàriamente aos municípios de Dourados, Itaporã e Rio Brilhante, achando-se em período de conclusão a estrada ligando-o a Guia Lopes da Laguna.

Os seus rios não são próprios à navegação comercial.

A Real-Aerovias-Nacional de Transportes Aéreos faz escala na cidade de Maracaju, diàriamente, exceto às segundas-feiras.

Liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado, pelos seguintes meios:

1 — Aquidauna — 1) aéreo, via Campo Grande, 250 quilômetros; 2) ferroviário, via Campo Grande, 327 quilômetros e 3) rodoviário.

2 — Dourados — 1) aéreo, 90 quilômetros e 2) rodoviário, 108 quilômetros.

3) — Guia Lopes da Laguna — 1) rodoviário, passando por Sidrolândia e Nioaque, 264 quilômetros.

4) — Nioaque — 1) rodoviário, passando por Sidrolândia, 210 quilômetros.

5) — Ponta Porã — 1) rodoviário, 148 quilômetros; 2) ferroviário, 151 quilômetros e 3) aéreo — via Dourados.

6) — Rio Brilhante — 1) rodoviário, 84 quilômetros.

7) Sidrolândia — 1) rodoviário, 78 quilômetros e 2) ferroviário, 87 quilômetros.

A cidade é servida por uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T., sendo ainda atendida pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que subsidiàriamente, mantém o serviço telegráfico em tôdas as suas estações.

Em 1956, contava o município, com 32 automóveis e camionetas de passageiros, 9 jipes, 29 caminhões, 58 camionetas de carga, 15 tratores, 4 "charrettes", 16 carroças, 3 motocicletas e 49 bicicletas, registrados na Prefeitura Municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Maracaju, com 1 308 habitantes recenseados em 1950, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, na publicação relativa a "Melhoramentos Urbanos em 1954", contava 228 prédios em 55 logradouros públicos, dos quais 4 com arborização.

É servida de luz elétrica, com 164 ligações domiciliárias, não possuindo abastecimento de água canalizada.

Os edifícios mais importantes são: da Prefeitura Municipal, onde funciona também o fôro, a Agência Municipal de Estatística e as coletorias — federal e estadual —; do Grupo Escolar; do Banco do Brasil; da Maternidade — da Estação ferroviária da N.O.B.; e o da Igreja de Nossa Senhora Aparecida.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico diplomado, e mais 3 práticos.

Está concluída a construção de um prédio destinado à Maternidade da cidade de Maracaju, estando dependendo apenas do mobiliário, para que seja efetuada a sua inauguração.

Existem duas farmácias na cidade e uma na vila de Ervânia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município não possui ainda serviço de assistência social ou de cooperativismo especializado, entretanto, conta com a "Associação Rural de Maracaju", entidade que tem por

objetivo orientar e dar assistência aos pecuaristas e agricultores no que é, também, servido pelo Pôsto Agropecuário do Ministério da Agricultura, instalado próximo à cidade.

Os servidores da Estrada de Ferro são associados da Cooperativa dos Ferroviários da N.O.B., servindo-se da sua filial de Campo Grande e do vagão-loja da Cooperativa, que percorre a linha periòdicamente.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou no município a existência de 4 827 pessoas com 5 anos e mais, das quais, 2 350, ou seja, 48,7%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 297 eram homens e 1 053, mulheres.

Na sede municipal, das 1 102 pessoas recenseadas, de 5 anos e mais, 652 sabiam ler e escrever, sendo 331 do sexo masculino e 221, feminino, enquanto que na vila de Ervânia, das 334 pessoas de 5 anos e mais, 240 sabiam ler e escrever, sendo 125 homens e 115, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 7 escolas com 16 professôras e 388 alunos matriculados, segundo apuração efetuada pelo Departamento Estadual de Estatística, sendo que 1 grupo escolar e 1 escola reunida se localizam na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade conta com duas associações culturais, a Sociedade Incentivadora de Maracaju e a Sociedade Rural de Maracaju, e um cinema com 172 lugares.

Os esportes, especialmente o futebol, que são praticados com freqüência, não contam ainda com uma instituição definitiva.

FINANÇAS PÚBLICAS. — As finanças públicas no município de Maracaju apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	*	802	540	140	511
1951	*	1 059	1 033	211	1 007
1952	*	1 568	916	232	564
1953	432	1 684	1 683	221	751
1954	539	1 960	835	274	1 279
1955	568	2 284	477	268	811
1956	1 544**	2 621**	939	286	505

* A Coletoria Federal foi instalada em 1953.
** Dados do período de janeiro a novembro de 1956.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No rio Brilhante, lugar denominado Santa Rosa, encontram-se alguns esteios de aroeira, como ruína do pôrto que, no século passado, serviu para o desembarque das expedições militares do Sul do País, ao demandarem Mato Grosso, fazendo a rota dos rios Tibaji, Paraná, Ivinheima e Brilhante até o Pôrto de Santa Rosa, de onde procuravam o Nioaque em direção a Miranda.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Além das festividades tradicionais do Natal, Ano Novo e carnaval, realizam-se na cidade, no período de 16 a 24 de dezembro, com bastante animação, as festas de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do local, encerrando-se com uma concorrida procissão. Na vila de Ervânia, a festividade religiosa é dedicada a São Sebastião, cujas comemorações constam da novena, iniciada no dia 12 e encerrada no dia 20 de janeiro.

A paróquia de Nossa Senhora Aparecida foi instalada a 29 de janeiro de 1931, com sede em Maracaju, sendo confiada aos padres da Ordem dos Franciscanos, contando com 3 igrejas, sendo duas na cidade e uma na vila de Ervânia.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As suas grandes fazendas de criação, a beleza natural dos seus campos de pastagens, a encosta ocidental da serra de Maracaju, que lhe serve de limites, e os efeitos da erosão no vale do Barreiro, podem constituir atrações turísticas no município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de maracajuenses.

Maracaju — topônimo que lhe foi dado em concordância com o da serra de homônimo, segundo a toponímia tupi-guarani, quer dizer "papagaio amarelo".

Maracaju é sede de comarca e têrmo, com dois distritos judiciários — o de Maracaju e o de Ervânia, e conta com um número de 1 896 eleitores.

A cidade é servida pelos meios de transporte rodoviário (linha Maracaju a Dourados), ferroviário (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) e aéreo (Emprêsa Real-Aerovias-Nacional de Transportes Aéreos).

Existem na cidade 3 hotéis e uma pensão, com capacidade para 40 hóspedes.

É sede da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, fundada em 29 de janeiro de 1931, subordinada à Diocese de Corumbá.

O município conta com uma Agência Municipal de Estatística do IBGE.

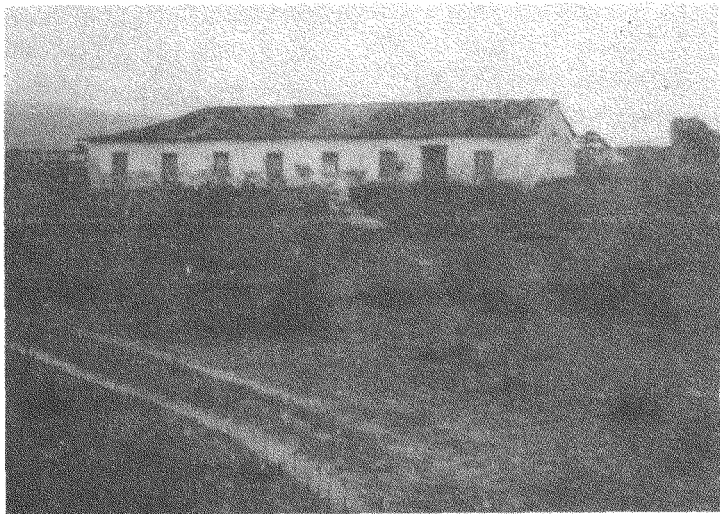
Duas pequenas quedas d'água existem no município: uma no rio Santa Gertrudes — fazenda do Sr. Joaquim Ferreira de Araújo, com capacidade de 700 H.P., e outra no ribeirão Passa Cinco — fazenda do Sr. Manoel Olegário da Silva, com capacidade de 750 H.P.

Saúde e Educação é o binômio a que se deve a fundação da cidade de Maracaju, que surgiu em tôrno de uma farmácia e uma escola, construída num ponto em que pudesse servir a várias fazendas.

MATO GROSSO — MT

Mapa Municipal na pág. 49 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 62 e 234 do Vol. II

HISTÓRICO — Fernando Paes de Barros e seu irmão Arthur, partindo de Cuiabá e deixando as lavras de mineração já em fase minguante, seguiram em rumo oeste da Província no século XVIII, buscando a descoberta de novos monchões, juntamente com outros mineradores que, além de descontentes com o pouco resultado do trabalho em Cuiabá, sentiam-se lesados nos seus interêsses pela ganância da Coroa Portuguêsa.

Seguindo sempre a mesma direção, penetraram no vale do Guaporé, onde anteriormente estivera Manoel Bicudo, grande preador dos índios parecis, que lhes abriu caminho, pois suas pegadas foram seguidas pelos novos aventureiros que "Alcançaram o planalto dos Parecis, já devastado

Palácio dos Governadores

pelos seus predecessores; meteram peito, além, à floresta com que toparam, na fralda sudo-este, que se alonga entre os manadeiros do Jaurú e do Guaporé; vararam-na, em picada de "7 léguas de espessura", que lhes inspirou o nome de Matto Grosso, dado à região, e foram ter, entre as águas acachoantes do Sararé e Galera, á chapada, onde os mimou a fortuna, ao rever-lhes maravilhosas pepitas de ouro. Era novo descoberto, que se deparava á ambição dos exploradores destemerosos. Tomadas as medidas administrativas, que se faziam necessárias em casos taes, para logo se constituir o arraial de Sant'Ana, em seguida, o de São Francisco Xavier, e de N. S. do Pilar, todos na mesma chapada, que o Sararé contorna em apertado semi-circulo, pelo Oriente e Sul".

Estavam, assim, lançados os marcos povoadores da região onde, tempos depois, seria edificada a Vila Bela da Santíssima Trindade, que seria, mais tarde, sede da Capitania de Mato Grósso e Cuiabá, uma vez que São Francisco Xavier daria origem àquela povoação, erguida, algum tempo depois, nas suas proximidades, no sítio denominado Pouso Alegre, determinando o posterior desaparecimento da localidade fundada por Fernando Paes de Barros.

A grande atividade dos mineradores nas lavras recém-descobertas, despertou a atenção do govêrno português, que já então andava preocupado com o problema político da região, a exigir cuidados especiais, em virtude de sua situação de fronteira com os domínios dos castelhanos, que viviam em constantes choques com os portuguêses, visando o assenhoreamento de ambas as margens do Guaporé.

Urgiam providências que viessem resolver aquêle problema, impedindo, ao mesmo tempo, que os castelhanos tomassem posse daquela rica região, até então quase desconhecida. Sua primeira atitude concreta foi a designação de um capitão-general para governar a Capitania de Cuiabá, criada pelo Alvará régio de 8 de maio de 1748. A escolha dirigente da nova Capitania recaiu na pessoa do fidalgo D. Antônio Rollim de Moura Tavares, "que a 17 de Janeiro de 1751 assumiu o exercício, em Cuiabá". Fôra êle nomeado por patente dada em Lisboa, a 25 de setembro de 1748, ou seja, no mesmo ano da fundação da Capitania.

Trazia Rollim de Moura severas "Instruções Regias", fato que bem demonstra o interêsse que a nova Capitania despertava na Metrópole. Virgílio Corrêa faz a seguinte citação relativa às "Instruções Regias" assinadas pela própria Rainha, em Lisboa, em 17 de janeiro de 1749: "Supposto entre os districtos de que se compõe aquella capitania geral seja o de Cuiabá o que presentemente se acha mais povoado, comtudo attendendo a que no Matto Grosso se requer a maior vigilancia por causa da visinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pozesse no mesmo districto de Matto Grosso, no qual fareis a vossa mais costumada residência".

A demora de Rollim em Cuiabá foi de pouco tempo. Embrenhando-se pelos sertões, pela mesma trilha deixada por predecessores, alcançou as margens do Guaporé, chegando ao arraial de São Francisco Xavier, com o firme propósito de cumprir o que era determinado nas "Instruções": "... ordenei se fundasse naquella paragem uma villa, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que alli quizesse ir estabelecer-se ..."

Cabia ao capitão-general escolher o local de fundação da vila recomendada "... ainda que a villa se ache já fundada no dito arraial (S. Francisco Xavier) deixo á vossa eleição mudal-a para o sitio que fôr mais a proposito". Rollim de Moura, contrariando o desejo dos componentes de sua comitiva, não quis aproveitar o núcleo já formado de São Francisco, preferindo lançar os alicerces da nova vila, à margem direita do Guaporé. As razões que levaram o capitão-general a essa preferência nunca foram explicadas.

Em 19 de março de 1752, depois de explorar tôda a vizinhança de São Francisco Xavier, Rollim de Moura fixou-se no lugar Pouso Alegre, onde iniciou o povoamento da zona inóspita, que no dizer de A. Leverger era "tão ermo que o governador teve de conceder licença aos vereadores da Camara para funcionarem no arraial da Chapada de São Francisco Xavier, ficando elle morando em uma palhoça, na recem creada villa". E continua Leverger, em "Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia de Matto Grosso", referindo-se, ainda, ao novo povoado: "Entretanto, foi ella povoando-se e tomando incremento, attrahidos os novos moradores pelos apontados privilegios, pela presença do governador, pela riqueza mineral e pela fertilidade da terra. Em 1754, mudou-se a freguezia da Chapada para a Capella de S. Antônio, da villa, sita no local onde, no anno seguinte, se fundou a matriz da S. S. Trindade".

Ruínas do primitivo Templo da Santíssima Trindade, ao fundo a Igreja Matriz

O desenvolvimento do novo núcleo mereceu especial cuidado do capitão-general, tanto assim que conseguiu favores especiais para aquêles que ali quisessem fixar residência, pois urgia o povoamento da zona, a fim de evitar a expansão espanhola. Êsses favores foram de tal monta que se tornaram verdadeiros chamarizes. "Consistiam elles em que só pagava meio quinto ou meia capitação por dez annos, e os dizimos, perdoando pelo dito tempo os direitos das entradas, os donativos e as têrças partes dos officios de justiça, mas que os officiaes só levariam os emolumentos das Minas Geraes, preferindo-se para serventia os casados. E que todos os que viessem morar dentro da villa não poderiam executar-se por dividas que contraissem fóra della e seu districto, dentro de tres annos, não só na fundação da villa, mas no futuro, não sendo ellas das que se levantam com fazenda alheia, porque esta a poderiam pedir seus donos".

Em 22 de março de 1752, êsses favores eram levados ao conhecimento do povo em geral da Capitania, por meio de "bando", por ordem de D. Antonio Rollim de Moura Tavares, capitão-general residente em Vila Bela da Santíssima Trindade.

A primeira edificação regular, na sede da vila, foi mandada construir por Rollim de Moura em 15 de abril de 1752, em tão vastas proporções que a sua construção várias vêzes foi interrompida, uma vez que os recursos locais não atendiam às exigências da obra. A primeira dessas interrupções ocorreu em 1754, quando o grande edifício, destinado à residência dos governadores, já estava com cinco compartimentos inteiramente construídos, sendo que dois dêles estavam ocupados pelo próprio governador e os três restantes, pelos oficiais da Câmara que ali funcionavam.

Sob os cuidados de Rollim de Moura, que se revelou desde logo um grande administrador, Vila Bela da Santíssima Trindade cresceu ràpidamente, apesar dos constantes ataques desfechados pelo gentio. À construção do "Palácio dos Governadores", seguiu-se a da Igreja Matriz da Santíssima Trindade, no mesmo local onde já havia a capela de Santo Antônio.

D. Antônio Rollim de Moura Tavares, depois Conde de Azambuja, governou a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá durante quase 14 anos, tendo, no seu govêrno, iniciado a consolidação do império português, só concretizada por

Igreja Matriz da Santíssima Trindade

Ruínas da Igreja da Santíssima Trindade

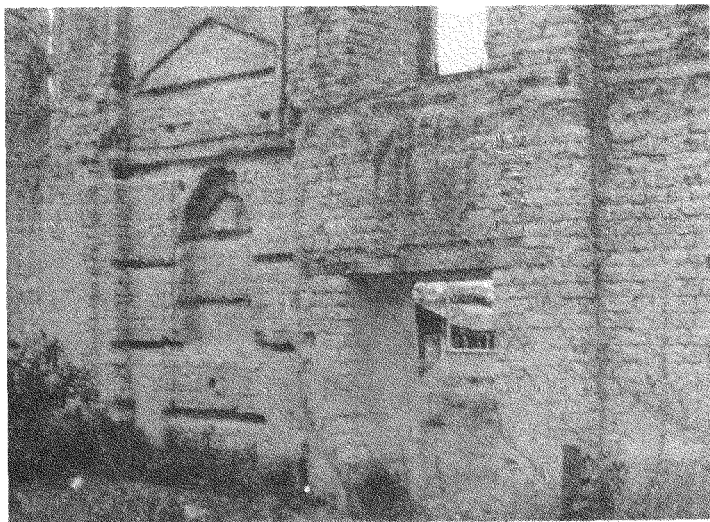
Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 25 anos depois.

Rollim de Moura foi substituído no govêrno da Capitania por João Pedro da Câmara, e êste, por Luiz Pinto de Souza Coutinho, que dirigiu os destinos da Capitania durante 3 anos e 11 meses, quando então assumiu o govêrno Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, iniciando-se a fase áurea de Vila Bela.

Cáceres chegou a Cuiabá no dia 4 de outubro de 1772, constituindo a sua entrada na vila um verdadeiro sucesso que seria repetido muitas vêzes no decorrer dos 17 anos em que governou a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Barbosa de Sá, escreve em "Crônicas de Cuiabá", publicadas na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso: "No dia 4 de outubro pelas cinco horas da tarde entrou nesta vila, vindo pelo caminho de terra, o ilustríssimo e excelentíssimo general, que ainda hoje existe governando, Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Foi recebido na entrada da vila pela Câmara que o esperava em uma casa ricamente ornada, que para esse fim se armou na paragem, e rua chamada da Mandioca, e daí conduzido debaixo de pálio, que carregaram seis republicanos, e acompanhado da mesma Câmara, nobreza e povo, para a Igreja Matriz, onde esperava paramentado de capa o Reverendo Páraco com a mais clerezia da terra, e depois de feitas as cerimônias do incenso e jeijamento da cruz, entoou o dito Páraco, o Te Deum Laudamus, que prosseguiu a música. Findo este ato se recolheu da mesma forma para a residência, que se lhe havia preparado, dando-lhe os corpos auxiliar e ordenanças as descargas de estilo; o que feito e praticadas as mais circinstâncias devidas, nessa mesma noite, e nas duas seguintes, iluminaram os moradores as suas casas".

Demorou-se Luiz de Albuquerque cêrca de um mês em Cuiabá, quando então prosseguiu viagem com destino a Vila Bela da Santíssima Trindade, sede do Govêrno da Capitania, onde o aguardava Luiz Pinto de Souza Coutinho, para lhe transmitir o poder.

Repetiram-se as cerimônias já realizadas em Cuiabá, um mês atrás, "que foi justamente o tempo de duração da longa viagem, cheia de canseiras e surpreendentes acontecimentos".

Antes mesmo de chegar a Vila Bela, Luiz de Albuquerque já havia traçado o plano inicial do seu govêrno, além

Ruínas do adro da Igreja Matriz da Santíssima Trindade

das recomendações contidas na carta de Martinho de Mello, "que lhe ministrava instrução a respeito do "Governo Político Militar e Civil de toda América Portuguesa", instituido por Pombal".

Levou em sua companhia o engenheiro Salvador Franco da Mota, incumbindo-lhe inicialmente, estabelecer novas normas urbanísticas na capital da Capitania e, segundo Beaurepaire Rohan, "estabeleceu correios para a condução do ouro entre Cuiabá e Vila Bela, mandou que a Câmara de Vila Bela fizesse sair da vila todos os enfermos chamados de lepra; determinou que a Câmara promovesse a agricultura e impedisse que o vendilhões abusassem da sua posição para vender seus generos por exorbitante preço: proibiu que os oficiais militares abonassem seus soldados por divida e proibiu que os oficiais tivessem luxo no seu vestuário, além do que era permitido por lei".

Verifica-se, assim, que o novo Governador iniciava o seu período governamental, adotando medidas de ordem moral e acauteladoras, de caráter administrativo.

Luiz de Albuquerque imprimiu à existência de Vila Bela da Santíssima Trindade um ritmo de progresso talvez incompatível com os hábitos daquela gente e as possibilidades da região. Lutou com uma série de dificuldades iniciais, geradas pelos espanhóis e pelo gentio que, desde logo, se mostrou incontrolável, desfechando uma série de ataques às comitivas que buscavam Vila Bela ou que dela partiam com os mais diversos destinos.

Em relação aos castelhanos, tratou de estabelecer postos militares "em posições altamente estratégicas", o que lhe facilitava o completo domínio da extensa região banhada pelos rios Paraguai, Guaporé e Araguaia; nestas condições, seguindo passo a passo o progresso de Vila Bela, surgiram os Postos de Insua, Coimbra, Príncipe da Beira, Albuquerque, Vila Maria e Casalvasco. No mesmo passo, tratava de organizar expedições punitivas contra os índios guaicurus, paiaguás e outros, que enxameavam tôda a região do Guaporé e São Lourenço, praticando, às vêzes, incursões até a periferia da própria Vila Bela da Santíssima Trindade.

Assentado assim sòlidamente no Govêrno, pôde Luiz Albuquerque dar cumprimento às ordens recebidas da Metrópole, tomando ainda uma série de iniciativas próprias que deu a Vila Bela uma posição de destaque como cidade-sede da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, situação essa que desfrutou até quando perdeu essa categoria, por fôrça do Alvará de 1820 e da Lei Provincial n.º 19, de 28 de agôsto de 1835.

Em 19 de dezembro de 1758, segundo Estevão de Mendonça, tomou posse, em Vila Bela, o Dr. Manoel Fangueiro Fausto. A Ouvidoria-Geral de Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, até aquela data, funcionava na vila de Cuiabá; transferida para Vila Bela, ali só permaneceu até quando a Capital da Província foi transferida para Cuiabá, em 1835.

O esplendor de Vila Bela da Santíssima Trindade, iniciado com o govêrno do grande Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, terminou com a deposição do último capitão-general Francisco de Paula Magessi Tavares, depois Barão de Vila Bela, em 20 de agôsto de 1821, quando então a Província passou a ser governada por duas Juntas Governativas Provisórias, uma situada em Cuiabá, instalada e juramentada no mesmo dia da deposição e presidida por Dom Luiz, Bispo de Ptolomaiada, e outra na cidade de Mato Grosso (Vila Bela), instalada em 21 de setembro daquele mesmo ano, tendo como Presidente o Padre José Antônio de Assunção Batista Vigário-Geral da cidade de Vila Bela.

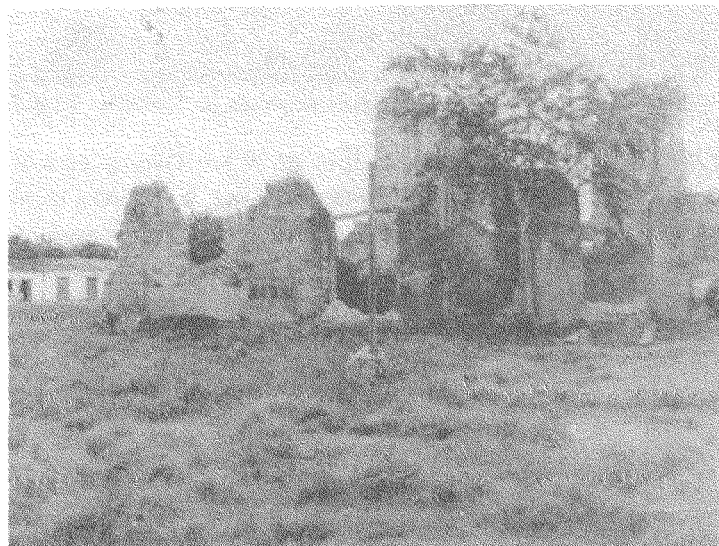
Essas Juntas foram dissolvidas em 17 de agôsto de 1823 por fôrça da carta régia de 18 de novembro de 1822.

O distrito foi criado por Provisão datada de 1743.

Em virtude da Provisão régia de 5 de agôsto de 1746 foi criado o município em 19 de março de 1752, com sede na povoação de Pouso Alegre e a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A sede municipal, com o nome de Mato Grosso, recebeu foros de cidade por fôrça da Carta de Lei datada de 17 de setembro de 1818.

O município de Mato Grosso foi capital da Província de igual topônimo, perdendo essa categoria por Alvará de 1820 e Lei Provincial n.º 19, de 28 de agôsto de 1835.

Nas divisões administrativas referentes aos anos de 1911 e 1933, bem como nas territoriais, datadas de ...... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município figura com um só distrito, o da sede municipal, aparecendo, entretanto, no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, vigen-

Vista geral das ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade

te no qüinqüênio 1939-1943, com mais o distrito de São José, criado com parte do território do distrito de Mato Grosso.

Por fôrça do Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, Mato Grosso perdeu parte do território do distrito da Sede, transferida para o de Costa Marques, pertencente ao município de Guajará-Mirim, do Território Federal de Guaporé, atual Rondônia.

No quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio .... 1944-1948, o referido município figura com dois distritos: Mato Grosso e Aguapeí (ex-São José), situação que permanece sucessivamente nas divisões territoriais vigorantes nos qüinqüênios 1949-1953 e 1954-1958.

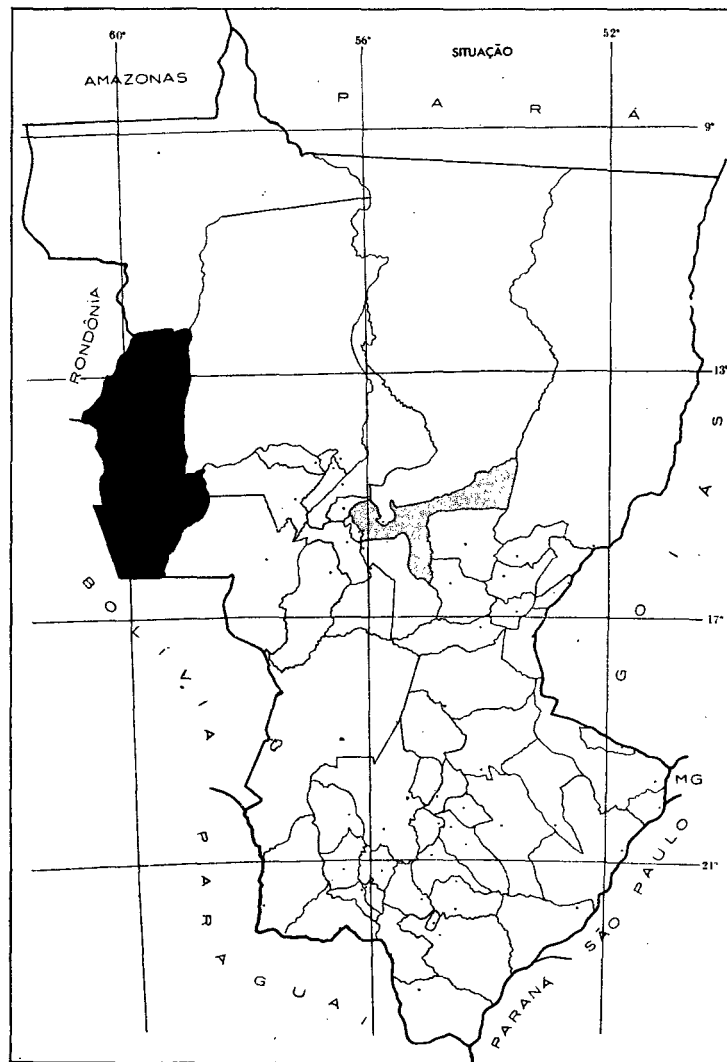
De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro, relativas aos anos de 1936 e 1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município de Mato Grosso consta como têrmo judiciário da comarca de São Luiz de Cáceres.

Nos quadros territoriais fixados pelos Decretos-leis estaduais de n.os 208, de 26 de outubro de 1938, e 545, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, o município está subordinado ao têrmo judiciário de igual nome, da comarca de Cáceres (ex-São Luís de Cáceres).

Atualmente o município de Mato Grosso tem como Prefeito Municipal o Sr. Benedito Costa Sales, empossado em 31 de janeiro de 1955, contando a Câmara Municipal 5 vereadores.

Vista interna de uma das paredes laterais do templo da Santíssima Trindade

LOCALIZAÇÃO — O município de Mato Grosso está situado na Zona da Encosta Mato-grossense, à margem direita do rio Guaporé, na bacia amazônica. Limita com os municípios de Aripuanã, Diamantino, Barra do Bugres e Cáceres; é limite internacional do Brasil com a República da Bolívia e interestadual com o Território Federal de Rondônia. Tem os seguintes pontos extremos: latitude .. N. 12° 14' 15" e S. 16° 16' 15"; longitude E. 58° 35' 15" e O. 60° 46' 00".

A cidade de Mato Grosso possui as seguintes coordenadas geográficas: 15° 00' 28" de latitude Sul e 59° 57' 06" de longitude W. Gr. Em relação à Capital do Estado, está situada no rumo O.S.O. numa distância, em linha reta, de 406 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Situa-se a sede municipal de Mato Grosso numa altitude de 205 metros, colocando-se em 42.º lugar em relação às demais cidades mato-grossenses.

CLIMA — O clima do município está classificado como tropical úmido. O seu período de chuvas tem início entre setembro e fevereiro, sendo mais intenso nos meses de dezembro e janeiro.

ÁREA — Coloca-se em 6.º lugar no Estado de Mato Grosso, em extensão territorial, com 62 485 quilômetros quadrados, ocupando 4,77% da área estadual. Superando-o, estão os seguintes municípios:

Chapada dos Guimarães	204 304
Barra do Garças	194 826
Aripuanã	145 510
Diamantino	133 447
Corumbá	69 915
MATO GROSSO	62 485

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os mais importantes são os seguintes: rios Guaporé, em cuja margem direita está situada a cidade de Mato Grosso; e Juruema, limite natural com o município de Diamantino. Na orografia, destacam-se as serras de Ricardo Franco, São Vicente, e da Chapada.

RIQUEZAS NATURAIS — Minerais: ouro, atualmente sem exploração, barro para tijolos e telhas, pedras e areias para construção; vegetal: madeiras de lei, exploradas, apenas, para consumo local, borracha e ipecacuanha; animal, além de tôdas as variedades da fauna mato-grossense, a piscosidade do rio Guaporé e seus afluentes constitui importante riqueza municipal, sem qualquer exploração.

POPULAÇÃO — O município de Mato Grosso contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 2 848 habitantes, e que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 1 449 pessoas eram do sexo masculino e 1 399, do feminino.

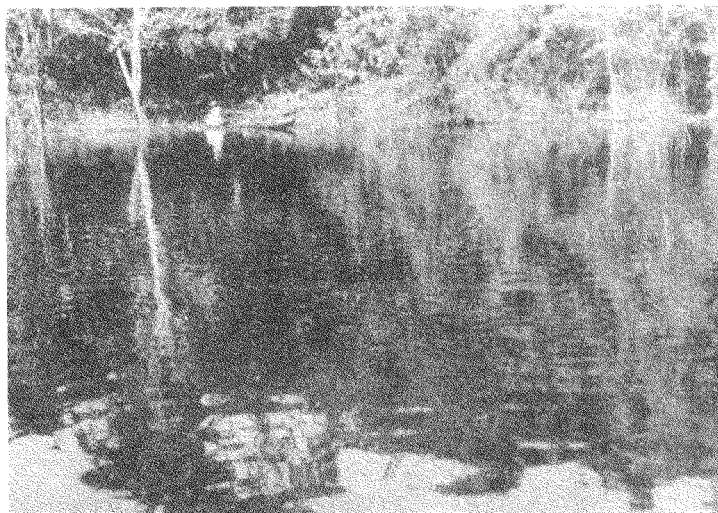
Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 185 homens e 248 mulheres, num total de 433 habitantes; e no quadro rural um total de 2 415 habitantes, dos quais 1 264 do sexo masculino e 1 151, do feminino. A zona rural concorria com 84,79% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aspecto do rio Guaporé

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 161 homens e 121 mulheres, num total de 282 pessoas; pretos, 336 pessoas do sexo masculino e 335, do feminino, totalizando 671 habitantes; e pardos, 939 homens e 928 mulheres, ou seja, um total de 1 867 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 391 homens e 346 mulheres, num total de 737 pessoas, casadas, 643 pessoas, das quais 327 homens e 316 mulheres; e viúvos, 38 homens e 78 mulheres, totalizando 116 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 1 175 homens e 1 140 mulheres, num total de 2 315 habitantes; brasileiros naturalizados, 3 homens e 2 mulheres, num total de 5 habitantes; e estrangeiros, 271 habitantes do sexo masculino e 257 do feminino, num total de 528 pessoas.

Segundo a religião, 1 138 homens e 1 353 mulheres, num total de 2 491, declararam-se católicos; 26 habitantes, dos quais 15 homens e 11 mulheres, protestantes; 9 homens e 4 mulheres, totalizando 13 habitantes, declararam-se espíritas; 1 mulher, budista; 30 homens e 26 mulheres, outras

Vista parcial do rio Guaporé pelo lado direito

religiões; sem religião, 14 pessoas, das quais 10 homens e 4 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião um total de 3 homens.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Mato Grosso (sede): 433 habitantes na cidade e 442 na zona rural; distrito de Aguapeí, 1 973 na zona rural.

A cidade de Mato Grosso, com a população já descrita, sendo 185 habitantes do sexo masculino e 248, do feminino, colocava-se em 32.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município de Mato Grosso, naquela data contava sòmente um aglomerado urbano, o da sede municipal, com uma população de 433 indivíduos, sendo 185 do sexo masculino e 248, do feminino. A cidade de Mato Grosso não possuía zona suburbana, assim como o distrito de Aguapeí, que além disso, também não tinha zona urbana.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Tôda a vida econômica do município tem por base os ramos pecuária, agricultura e indústria extrativa vegetal, destacando-se, entretanto, o primeiro, cujos rebanhos valeram, em 1956, ... Cr$ 65 950 000,00, valor representativo de 40 350 cabeças de bovinos, eqüinos e suínos. Os primeiros, apresentaram uma população de 28 mil cabeças, no valor de 56 milhões de

Outro aspecto do rio Guaporé

Aspecto da implantação de novo rancho nas barrancas do rio Guaporé

cruzeiros, enquanto os últimos, 12 000 cabeças, no valor de 8 900 mil cruzeiros.

Na agricultura destaca-se a produção de arroz, com 264 000 quilos, no valor de 1 408 mil cruzeiros, seguida da de milho, com 120 000 quilos, no valor de 600 mil cruzeiros, vindo depois outras culturas, cujas safras apresentam menor expressão econômica.

Industrialmente, o município de Mato Grosso teve os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos vegetais	2 847
Indústria de transformação de minerais não metálicos	195
TOTAL	3 042

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio municipal é representado por cinco estabelecimentos varejistas, de pequena categoria, não existindo atacadistas nem bancários. A sua principal abastecedora é a cidade de Cáceres, com quem mantém quase todo o intercâmbio comercial.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Mato Grosso comunica-se com as cidades vizinhas, de:

1. Aripuanã, fluvial, via Guajará-Mirim rodoviário, 3 852 quilômetros;

2. Barra do Bugres, rodoviário, via Cuiabá, 837 quilômetros;

Aspecto do túmulo de Ricardo Franco

3. Cáceres, rodoviário, 360 km ou aéreo 250 km;

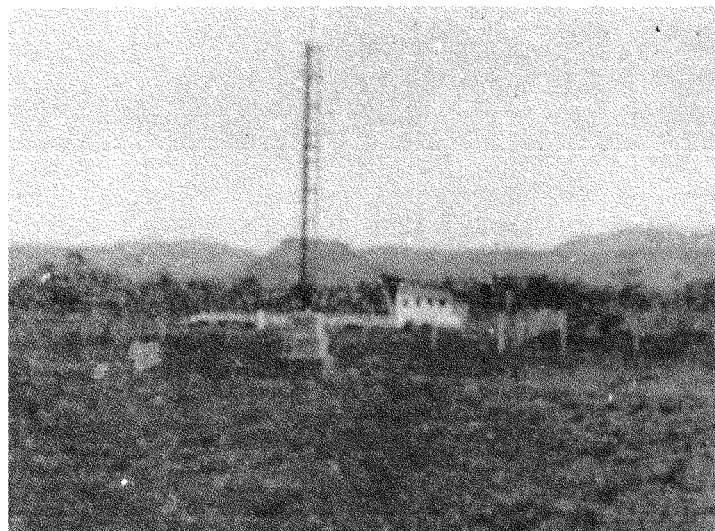
4. Diamantino, rodoviário, via Cuiabá, 810 km;

Além do transporte aéreo realizado pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e pelo Correio Aéreo Nacional, duas vêzes por semana, não há outra espécie de ligação entre a cidade de Mato Grosso e o exterior.

O meio de transporte usual para a Capital do Estado é o aéreo, num percurso de 400 quilômetros, com escala na cidade de Cáceres.

O transporte fluvial é prestado pelo "Serviço de Navegação Guaporé", com sede no Território Federal de Rondônia.

O serviço de comunicação da cidade é mantido por uma Agência Postal-telefônica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, de maneira precaríssima.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mato Grosso, com a população já descrita, possuía, em 1954, segundo elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 12 logradouros públicos, nos quais existiam 117 prédios, com 30 ligações elétricas domiciliares. Dos logradouros citados, 8 possuíam iluminação pública, fornecida por meio de 100 focos; o serviço de luz domiciliar restringia-se a igual número de logradouros.

Aspecto parcial do campo de pouso

São os principais edifícios da cidade: Igreja Matriz da Santíssima Trindade e o antigo "Palácio dos Governadores".

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, segundo o Censo Demográfico, o município de Mato Grosso possuía 2 267 pessoas maiores de 5 anos. Dessa população, sabiam ler e escrever 281 homens e 160 mulheres, num total de 441 pessoas; eram analfabetas, 1 826 pessoas, das quais 868 do sexo masculino e 958, do feminino.

A cidade de Mato Grosso concorria para aquêle grupo de idade, com 352 habitantes, dos quais 99 homens e 83 mulheres eram alfabetizados, num total de 182 pessoas; não sabiam ler e escrever 49 homens e 121 mulheres, totalizando 170 habitantes.

A zona rural, que concorria com 84% para o total da população maior de 5 anos, ou seja, 1 915 habitantes, possuía 182 homens e 77 mulheres, num total de 259 habitantes, que sabiam ler e escrever; e 819 pessoas do sexo mas-

culino e 837, do feminino, totalizando 1 656 habitantes, eram analfabetas.

ENSINO — No primeiro mês letivo de 1956, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, o município de Mato Grosso contava com 4 escolas de ensino primário fundamental comum, mantidas pelo Govêrno do Estado, e que apresentaram, naquele período, um total de 147 matrículas em geral.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou o seguinte resultado financeiro, no período 1950-1956, em milhares de cruzeiros:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	...	267	22	265
1951.......	—	...	353	35	354
1952.......	—	176	390	40	372
1953.......	—	142	613	42	618
1954.......	—	118	615	50	611
1955.......	—	224	640	60	642
1956.......	—	113	782	65	781

(1) Não existe Coletoria Federal a arrecadação é feita pela Coletoria de Cáceres.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Destaca-se, como monumento histórico, o antigo "Palácio dos Governadores", cuja construção teve início em 15 de abril de 1752, no govêrno de O. Antônio Rollim de Moura Tavares. Atualmente quase em ruínas, é um monumento à tenacidade dos antigos povoadores de Vila Bela da Santíssima Trindade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As solenidades religiosas são entusiásticas, na grande festa do Senhor Divino, realizada anualmente. Outra comemoração que desperta grande interêsse dos habitantes é a que se relaciona com a festa da Santíssima Trindade.

VULTOS ILUSTRES — Antônio de Cerqueira Caldas — Barão de Diamantino. Nasceu em Mato Grosso, antiga Capital, a 28 de maio de 1818.

Foi vice-presidente da Província, comandante da Guarda Nacional e Deputado Geral à segunda legislatura; Barão de Diamantino em 1871; e Comendador da Ordem das Rosas. Faleceu em Cuiabá, no dia 14 de julho de 1892.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Salienta-se o rio Guaporé, que banha grande parte do município, inclusive a própria sede municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Diz Virgílio Corrêa Filho, em "Monographias Cuiabanas": "Rumo ao poente dos dominios dos Parecis, enveredaram os irmãos Paes de Barros, Fernando e Arthur. Cruzaram os campos e cerrados interjacentes, e foram, adiante, descambar pela encosta ocidental do planalto, que fronteia o Guaporé. Surpreendeu os a floresta local, que lhes lembrou dar o nome de Matto Grosso à região maravilhosa". E mais adiante, citando J. Gonçalves da Fonseca: "Logo que baixaram á planicie da parte opposta aos campos dos Parecizes (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com mattas virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetral-o, o foram apellidando "Mato Grosso": e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquelle districto".

Seus naturais recebem o nome de vilabelenses, conseqüência, ainda, do seu primeiro topônimo, quando antiga sede da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

O município é têrmo judiciário da comarca de Cáceres, possuindo, na sede municipal, um cartório de registro civil. Seu quadro eleitoral em dezembro de 1956, era representado por 160 eleitores.

É sede da Paróquia da Santíssima Trindade, subordinada à Diocese de Cáceres.

MIRANDA — MT

Mapa Municipal na pág. 199 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — A existência de Miranda deve-se, de alguma maneira, ao desbravamento dos rios Miranda e Aquidauana, realizado pelo capitão das conquistas João Leme do Prado, dois anos após ter encontrado as ruínas da antiga "Xerez", cidade fundada em 1580, pelo espanhol Dom Ruy Diaz de Melgarejo e destruída anos depois pelos índios "Guaycurus", habitantes da região, capitaneados por alguns aventureiros paulistas.

Em 1778, o capitão João Leme do Prado lançava os alicerces do "presídio Nossa Senhora do Carmo do rio Mondego", precisamente em 16 de julho daquele ano, por ordem do 6.º capitão-general das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

O principal objetivo do capitão-general era "se precaver contra possíveis hostilidades dos catelhanos de Assunção, que, tendo por base de operações o fortim de São José, à margem do rio Apa, invadiram fàcilmente a fronteira, como o fizeram pouco antes".

O novo povoado do "Presídio" crescia vagarosamente, lutando, sobretudo, com a falta de melhores meios de navegação pelo rio Mondego — atual Miranda — sobrevindo, apenas, pelo ideal daqueles que lançaram suas fundações. A manutenção do povoado era penosa mas, de qualquer maneira, avançava em progresso, haja vista que "em 1797, o numero de casas de adôbo e pau-a-pique se elevava a mais de 40, todas cobertas de telhas, já algumas obedecendo um traçado de rua cuja principal denominaram de "Nossa Senhora do Carmo" — atualmente Rua do Carmo bastante extensa, indo mesmo atingir a margem do rio".

Já contava a localidade com mais de 500 habitantes, entre os quais razoável número de silvícolas pacificados. Entre as edificações existentes, destacava-se a igreja de adôbo sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, mais tarde elevada à categoria de matriz, em 1788, quando então João Leme do Prado considerou como definitivamente fundada a localidade.

Vários anos depois, o capitão das conquistas Francisco Rodrigues do Prado, irmão do fundador do "Presídio", empenhou-se no sentido de conseguir a elevação da locali-

dade à categoria de vila, o que só foi conseguido por volta de 30 de maio de 1857, por Lei provincial, recebendo então o nome de Miranda, em homenagem ao 6.º capitão-general das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, tendo então sido elevada à cabeça de comarca.

Visando à proteção da Vila, o Govêrno Imperial, anos depois, determinou a fundação da Colônia Militar de Miranda, composta por um destacamento de 20 praças de linha e 31 colonos, integrando, ainda, a referida Colônia, grande parte dos índios "terenos", então habitando as redondezas e já completamente pacificados.

> Virgílio Corrêa Filho, explica no seu livro "Mato Grosso" (1922): "Dahi partiu a força com a qual seu commandante, Tenente Francisco Rodrigues do Prado, em represalia á mallograda investida de D. Lazaro a Coimbra, assaltou a 1.º de janeiro de 1802 aquelle fortim que foi totalmente arrazado".

Com a chegada de novas fôrças militares, o novo povoado iniciou uma fase de rápido crescimento, tanto assim que "Posto que edificado em má posição topographica, o posto militar se converteu, por lei provincial de 1835, em freguezia e foi-se desenvolvendo até que, em 1859, condemnado pelas commissões de engenheiros, que lhe arguiram o diminuto valor estrategico, transferiu-se o commando militar do districto para Nioac" (Virgílio Corrêa Filho). Essas fôrças militares que estiveram aquarteladas em Miranda, que naquela época era sede do 4.º Distrito Militar, juntamente com o Comando da Guarnição de Fronteiras com o Paraguai, o primeiro organizado em Mato Grosso, eram integradas pelo 1.º Grupo de Cavalaria da Província. Posteriormente, Miranda foi sede do 7.º Regimento de Cavalaria Ligeira, aquartelado então em Mato Grosso.

Por Lei provincial, de 7 de outubro de 1871, a vila de Miranda foi elevada à categoria de município, com igual topônimo, pertencendo-lhe, ainda, todo o território que hoje compreende os municípios de "Aquidauana, Campo Grande, Rio Brilhante, Dourados, Ponta Porã, Nioaque, Amambaí, Bela Vista, Pôrto Murtinho, Bonito, Paranaíba, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Três Lagoas", sendo então o maior município de Mato Grosso, em extensão territorial, no sul do Estado.

A comarca de Miranda foi instalada em 7 de maio de 1878, que, a partir do término da guerra do Paraguai, ficou incorporada à de Corumbá. Estevão de Mendonça diz que "na data da installação, e por ausencia do juiz de direito nomeado, dr. Antonio Columbano Seraphico de Assis Carvalho, assumio as funcções do cargo o suplente Antonio Xavier Castello".

A Lei provincial n.º 145, de 8 de abril de 1896, criou a paróquia de Alto Aquidauana, no município de Miranda; logo em seguida, outra Lei provincial, de n.º 165, datada de 6 de março de 1897, desanexava da comarca de Miranda incorporando à de Corumbá, todo o território situado à margem esquerda do rio Paraguai, dando-lhe em compensação a freguesia de Santo Antônio de Campo Grande, então pertencente a Miranda.

A Resolução n.º 360, de 5 de maio de 1903, transferiu da comarca de Nioaque para a de Miranda o têrmo de Campo Grande.

Por fôrça da Lei estadual n.º 467, de 18 de outubro de 1906, perdia o distrito de paz de Aquidauana, que foi elevado à categoria de município, subordinado, como têrmo, à comarca de Miranda.

Na divisão territorial de 1911, figurava com dois distritos, o da sede e o de Bonito, assim permanecendo nas sucessivas divisões, quando em 1934, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro, recebia o distrito de Taunay, desmembrado de Aquidauana.

Em 31 de dezembro de 1912, eram inauguradas as Estações Telegráficas e Ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fato êsse que muito concorreu para o progresso do município, quiçá da cidade de Miranda.

Permaneceu nessa situação até 1915, quando a Lei estadual n.º 693, de 11 de junho, criou o distrito de paz de Bonito, que a êle ficou subordinado.

Recebeu foros de cidade em data de 16 de julho de 1918, por Lei estadual n.º 772.

Na divisão judiciária e administrativa vigorante em 1934, o município de Miranda aparece apenas com um distrito: o da sede municipal.

Em 1943, de acôrdo com o Decreto-lei federal número 5 839, de 21 de setembro, passou a integrar o Território Federal de Ponta Porã.

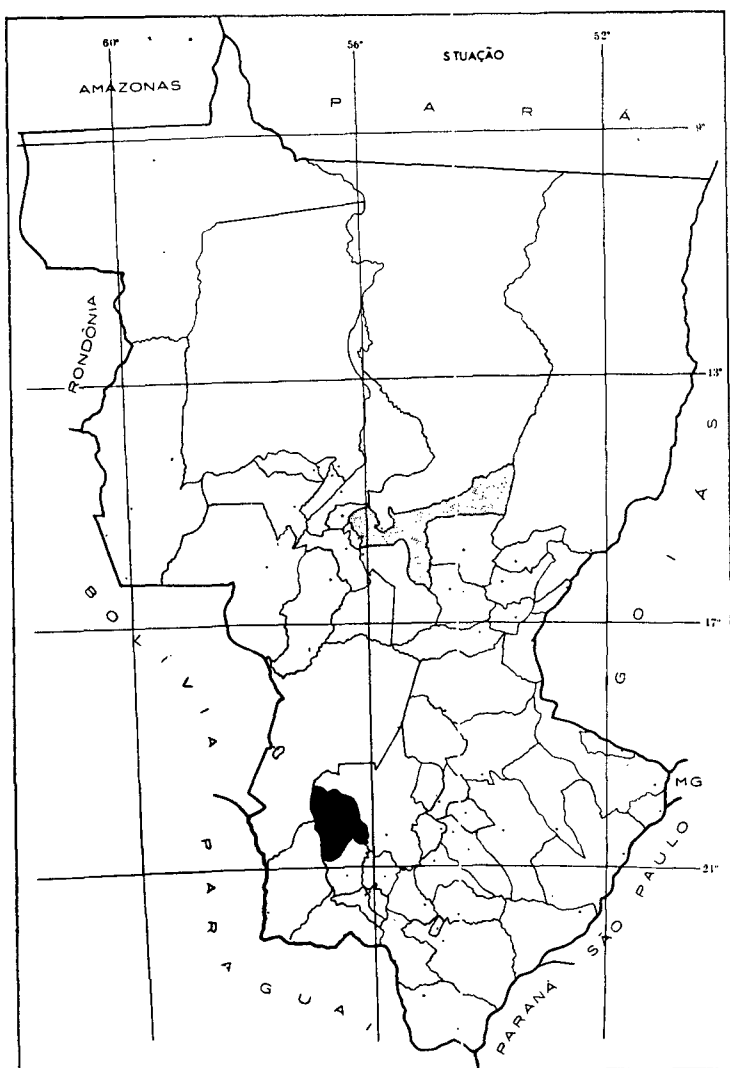
Pelo Decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, perdia o distrito de Taunay, que voltou a integrar o município de Aquidauana.

Em 1946, por ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi reincorporado ao Estado de Mato Grosso, com a extinção daquele Território, readquirindo, ainda, o antigo distrito de Bonito.

Na divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, figurava o município de Miranda, no quadro anexo ao Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, com apenas o distrito da sede, tendo mais uma vez perdido o distrito de Bonito, elevado à categoria de município, por Lei estadual n.º 145, de 2 de outubro de 1948, situação em que permaneceu quando da organização da atual divisão administrativa e territorial do Estado, em vigor para o qüinqüênio 1954-1958.

O atual Poder Executivo do município é exercido pelo Sr. Nelson Ferreira Cândido, sendo o Legislativo representado por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Miranda está localizado na Zona da Baixada Mato-grossense, às margens do rio Miranda. São seus municípios limítrofes: Pôrto Murtinho, Ladário, Corumbá, Aquidauana e Bonito. São seus pontos extremos: latitude N. 19° 38' 15"; S. 20° 47' 45"; longitude E. 56° 07' 30"; O. 57° 04' 45".

A cidade de Miranda tem as seguintes coordenadas geográficas: 20° 14' 30" latitude Sul e 56° 22' 42" longitude W.Gr., distando em linha reta da Capital do Estado, 515 quilômetros, no rumo S.S.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O ponto mais alto da sede municipal está a 145 metros, colocando-se a cidade em 51.º lugar na ordem de altitude, em relação às demais comunas do Estado.

CLIMA — O clima de Miranda está classificado como tropical úmido. O período das chuvas tem início em setembro indo até princípios do mês de março, sendo mais abundantes entre dezembro e janeiro.

ÁREA — O município de Miranda coloca-se em 30.º lugar em relação aos demais municípios do Estado, sendo a sua extensão territorial avaliada em 8 340 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A cachoeira São Cristóvão, cuja capacidade hidráulica é estimada em 2 000 H.P. e a do Cafèzal, calculada em 1 000 H.P.

Os rios Aquidauana, Miranda, Agachi e Salobra, êste último, o principal afluente do Miranda; a serra da Bodoquena e a baía dos Patos; e, finalmente, o pantanal do Miranda, que cobre quase 30% do município.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral destacam-se as jazidas de pedras calcárias, na sua totalidade aproveitadas industrialmente. Aparece em seguida barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, materiais êsses largamente produzidos no município, e pedra para construção. No vegetal, a principal riqueza é representada pelas cascas taníferas, extraídas do angico, um dos esteios econômicos de Miranda; sobressaindo também a lenha para fins industriais e dormentes, pois é, na região, um dos maiores fornecedores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; e madeiras de lei, em geral, cuja produção é quase totalmente exportada para Aquidauana e Corumbá.

Como riqueza animal, destacam-se peles de animais silvestres, peixe, existente em abundância no rio Miranda e seus afluentes, e crina animal.

POPULAÇÃO — O município de Miranda contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 7 419 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 3 935 pessoas eram do sexo masculino e 3 484, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 564 homens e 600 mulheres, num total de 1 164 habitantes; no suburbano, 206 pessoas do sexo masculino e 223 do feminino, totalizando 429 habitantes; e no quadro rural, um total de 5 826 habitantes, dos quais 3 165 do sexo masculino e 2 661, do feminino. A zona rural concorria com 78,52% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 1 573 homens e 1 468 mulheres, num total de 3 041 pessoas; pretos, 230 pessoas do sexo masculino e 189, do feminino, totalizando 419 habitantes; amarelos, 13 homens e 14 mulheres, num total de 27 pessoas; pardos, 2 109 homens e 1 795 mulheres, ou seja, um total de 3 904 habitantes; e 28 pessoas não declararam a côr.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 259 homens, e 946 mulheres, num total de 2 205 pessoas; casados, 1 507 pessoas, das quais 743 homens e 764 mulheres; desquitado e divorciado, 1 homem; e viúvos, 82 homens e 139 mulheres, totalizando 221 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 3 764 homens e 3 412 mulheres, num total de 7 166 habitantes; brasileiros naturalizados, 14 homens e 5 mulheres, num total de 19 habitantes; estrangeiros, 157 habitantes do sexo masculino e 77, do feminino, num total de 234 pessoas.

Segundo a religião, 3 617 homens e 3 212 mulheres, num total de 6 829, declararam-se católicos romanos; 271 habitantes, dos quais 143 homens e 128 mulheres, protestantes; 87 homens e 80 mulheres, totalizando 167 habitantes, declararam-se espíritas; 18 homens e 4 mulheres, outras religiões; sem religião, 120 pessoas, das quais 67 homens e 53 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 10 pessoas, sendo 3 homens e 7 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Miranda (sede), 1 593 habitantes na cidade e 5 826, na zona rural.

A cidade de Miranda, com a população já descrita, sendo 770 habitantes do sexo masculino e 823, do feminino, colocava-se em 16.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

15 — 24 930

Além da sede municipal, com a população já descrita, existem no município mais os seguintes aglomerados: aldeia Cachoeirinha, com mais de 1 000 habitantes; povoados de Lalima, Duque Estrada, Poeira e União, com população superior a 300 habitantes; Agachi, aldeia Passarinho e aldeia Moreira, com habitantes que ultrapassam a 300.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Miranda tem nos ramos pecuária, agricultura e indústria extrativa, a sua principal base econômica. Seus rebanhos de bovinos, eqüinos, muares, suínos, ovinos e caprinos, valeram, em 1956, mais de 249 milhões de cruzeiros, salientando-se entre os demais o de bovinos e o de eqüinos; o primeiro estimado em 110 mil cabeças, no valor de 220 milhões de cruzeiros, enquanto o segundo, com 15 mil, atingiu um valor de 15 milhões de cruzeiros.

Em primeiro plano, na agricultura, aparece o arroz que, naquele período, teve uma colheita superior a 1 milhão, 350 mil quilos, avaliada em mais de 25 milhões de cruzeiros. Em seguida surge a mandioca com 15 300 toneladas, no valor de mais de 22 milhões, 350 mil cruzeiros; o milho, com 1 200 quilos, no valor de 6 milhões de cruzeiros; e o café beneficiado, com 9 000 quilos, no valor de 4 milhões, 140 mil cruzeiros. Em valor econômico mais modesto, aparecem ainda o feijão, a cana-de-açúcar, a banana, e outros.

O valor total da agricultura, no ano de 1956, ultrapassou a casa dos 60 milhões e 200 mil cruzeiros.

No setor da indústria extrativa, avoluma-se a produção de cascas taníferas, largamente exploradas no Município, cujo valor atingiu, em 1956, segundo informações da Agência Municipal de Estatística, a mais de 5 milhões e 800 mil cruzeiros, importância que corresponde a mais de 5 800 000 quilos. É também de se notar a extração de lenha para combustível — especialmente destinada à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — atingindo, ainda naquele ano, 50 mil metros cúbicos, no valor de 2 milhões de cruzeiros.

Segundo apurações apresentadas pelo Departamento Estadual de Estatística, relativas às indústrias situadas no município, em 1955, Miranda apresentou os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos vegetais	4 169
Indústria de transformação de minerais não metálicos	2 081
Indústria da madeira	921
Indústria de produtos alimentares	4 479
Indústria de bebidas	221
TOTAL	11 871

O município é ainda regular produtor de pescado, tendo a sua produção, em 1956, atingido a mais de 170 mil cruzeiros, correspondentes a 12 800 quilos, sendo grande parte dela exportada para a cidade de Campo Grande.

COMÉRCIO E BANCOS — A cidade de Miranda, onde existem perto de 70 estabelecimentos comerciais, dos quais 5 atacadistas, mantém grande intercâmbio com as praças de Corumbá, Aquidauana, Campo Grande e São Paulo. Calcula-se em 80 o número de estabelecimentos comerciais disseminados pelo município.

Todo o movimento bancário da cidade é realizado nos Bancos localizados em Corumbá e Aquidauana, uma vez que Miranda não possui estabelecimento de crédito.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O principal meio de transporte do município é a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, além da sede municipal, serve às localidades de Agachi, Duque Estrada, Salobra, o maior centro de atividade pesqueira no município, e Guaicurus.

É ainda a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que liga Miranda à cidade de Aquidauana, em uma distância de 78 quilômetros, e à de Corumbá, em um percurso de 230 quilômetros. Não há ligações diretas com os municípios de Bonito e Pôrto Murtinho, que são feitas via Aquidauana. As ligações com a Capital do Estado são realizadas via aérea a partir de Aquidauana ou Corumbá.

O município conta com uma Agência Postal-telegráfica do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos existindo ainda o serviço que a EFNOB presta ao público, mediante módica remuneração, para transmissão e recepção de mensagens destinadas às localidades situadas ao longo da via férrea.

ASPECTOS URBANOS — Em 1954, existiam, na sede municipal, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 25 logradouros públicos, dos quais 3 arborizados e 1 ajardinado e arborizado, simultâneamente. Informações da Agência Municipal de Estatística local, esclareceram que dêsses logradouros 10 possuíam iluminação pública e 11 eram servidos por abastecimento dágua encanada. Existiam ainda naquele ano, 431 prédios, dos quais, 105 possuíam ligações elétricas e 109 eram abastecidos por água encanada.

Os prédios mais importantes localizados em Miranda são os seguintes: Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, Prefeitura Municipal, Casa Paroquial Nossa Senhora do Carmo, Grupo Escolar "Caetano Pinto" e Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É realizada por intermédio da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, a distribuição de remédio aos mais necessitados. Há um Pôsto de Higiene que não funcionou em 1956. A Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância vem desenvolvendo atividade no sentido de fundar um hospital que atenda às necessidades da população de Miranda.

Na cidade há 2 farmácias, 2 médicos e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência também presta, subsidiàriamente, assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — Das 7 419 pessoas recenseadas em 1950, no município de Miranda, 5 985 pertenciam a grupos de idades de 5 anos ou mais, sendo 3 171 do sexo masculino e 2 814 do sexo feminino. Dêste total 2 314 sabiam ler e escrever, sendo 1 367 homens e 947 mulheres. Eram analfabetos ou não declararam o grau de instrução 1 804 homens e 1 867 mulheres, num total de 3 671 pessoas. A percentagem do grupo de pessoas alfabetizadas em relação à

população do município era então de 31,2%, elevando-se a 38,68%, relativamente aos grupos de idades de 5 anos e mais.

A cidade se apresentava com 1 593 pessoas, das quais 1 332 eram de 5 anos e mais. Destas, 946, sendo 499 homens e 447 mulheres, sabiam ler e escrever e 386, das quais 139 homens e 247 mulheres, declararam-se analfabetos ou não declararam o grau de instrução. O grupo de pessoas alfabetizadas correspondia, nesta situação, a 59,38% sôbre a população da cidade e 71% sôbre o total de pessoas de 5 anos e mais.

De 5 826 pessoas que constituíam a zona rural, 4 653, distribuíam-se em 2 533 homens e 2 120 mulheres; eram alfabetizadas 1 368, sendo 868 homens e 500 mulheres; eram analfabetos ou não declararam o grau de instrução, 1 665 homens e 1 620 mulheres, num total de 3 285 pessoas. O grupo de alfabetizados correspondia a 23,48% sôbre o total da população rural e 29,40% sôbre o grupo de idades de 5 anos e mais, na mesma situação.

ENSINO — No ano de 1956 a educação pública era assegurada por 10 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, mantidos pelo Govêrno do Estado e por particulares, estabelecimentos êsses que tiveram matrícula inicial de 488 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Sociedade Cultural e Esportiva Mirandense, fundada em 1933, congrega 223 pessoas no seu quadro social, disputando partidas de futebol, basquetebol e volibol, em campeonatos internos e em jogos amistosos com quadros de Aquidauana e Corumbá.

Na sede municipal existe o Cine Marabá, com capacidade para 250 pessoas, e com funcionamento diário.

A cidade dispõe de um jornal de periodicidade quinzenal, cuja média de exemplares atinge a 300, por edição.

FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas federal, estadual e municipal, arrecadadas no período de 1950-1956, bem como a despesa realizada pelo município, no mesmo período, apresentaram-se da seguinte maneira:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	585	925	356	356	338
1951	593	894	554	554	562
1952	602	1 089	481	481	579
1953	586	1 329	637	637	697
1954	1 468	1 601	303	303	353
1955	541	1 833	1 409	330	1 285
1956	592	2 606	821	304	934

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O primeiro jornal que surgiu no sul do Estado foi editado em Miranda, recebendo a denominação de "Colombo".

Apesar de Miranda ter sido palco de grandes acontecimentos históricos, principalmente durante a invasão paraguaia, não possui nenhum monumento comemorativo daqueles acontecimentos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Registram-se, apenas, manifestações religiosas, destacando-se, entre as demais: a festa da Santa Cruz, no dia 3 de maio de cada ano, sem qualquer interferência da Paróquia local. São organizadas por uma diretoria de *festeiros*, eleita anualmente; e a festa de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, no dia 16 de julho.

VULTOS ILUSTRES — Pedro da Costa Leite — Nascido em Miranda a 14 de março de 1900, segundo informa Rubens de Mendonça. Coronel do Exército Nacional, foi Adido Militar do Brasil na República da Bolívia. Membro do Instituto Histórico de Mato Grosso. Destacam-se entre as suas condecorações: Cavaleiro da Ordem Militar do Mérito, Medalha de Ouro de Reconhecimento de França, Comendador da Ordem do Condor dos Andes, Medalha de San Martin, Comendador da Ordem Nacional do Mérito e Cruz de Guerra com Palma (França). Publicou: "África do Norte — Impressões de Viagem (Edição da Biblioteca Militar, 1949).

Anibal Benício de Toledo — Nascido em Miranda. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu os cargos de Juiz Substituto de Cuiabá, Chefe de Polícia, Juiz Substituto Federal, Deputado Federal de 1912 a 1929. Eleito Presidente do Estado, deixou o Govêrno no dia 30 de outubro de 1930, em virtude da revolução que levou ao poder o Dr. Getúlio Vargas.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A principal é o morro do Azeite, situado às margens do rio Miranda. Existem, também, belíssimas cachoeiras e reprêsas naturais, localizadas na Fazenda São Cristóvão, distante da cidade de Miranda 42 quilômetros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo é uma homenagem ao capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que ordenou a construção do "Presídio", para fins militares.

Os filhos de Miranda são chamados mirandenses.

O município é sede de comarca de 1.ª entrância, com um único têrmo, o de Miranda; seu quadro eleitoral, em 17 de dezembro de 1956, era de 2 500 pessoas.

NIOAQUE — MT

Mapa Municipal na pág. 203 do 2.° Vol.
Fotos: págs. 152, 153, 184 e 185 do Vol. II

HISTÓRICO — A região hoje compreendida pelo município de Nioaque, como a quase totalidade do Sul de Mato Grosso, foi explorada pelos espanhóis procedentes do Paraguai, conforme afirmam os historiadores, quando noticiam a fundação da cidade de Xerez, em 1580, pelo espanhol Rui Dias Melgarejo, à margem esquerda do rio Aquidauana, a cêrca de 30 léguas acima da sua confluência com o rio Miranda. Essa cidade foi destruída em 1648 pelos caçadores de índios, procedentes de São Paulo.

Após a passagem dos espanhóis e dos bandeirantes paulistas, vieram os primeiros povoadores da região, na década de 1840 a 1850, os quais procuravam avizinhar-se do Presídio de Miranda, fundado em 1778.

Procedendo de Cuiabá, João Gomes adiantou-se até a forquilha formada pelo Nioaque e Miranda, onde se radicou pouco depois de 1840.

Joaquim Francisco Lopes, o maior explorador da Região do Planalto da Serra de Maracaju, recebeu do Barão de Antonina a incumbência de descobrir um trânsito fluvial, fazendo a ligação do Paraná com o Sul de Mato Grosso. Essa expedição, que constituiu a 6.ª entrada, foi iniciada a 14 de julho de 1847, no rio Tibagi fazendo a rota Tibagi, Paranapanema, Paraná, Ivinheima e Brilhante, de onde, por um varadouro, atingiu o Nioaque, pelo qual desceu até o Presídio de Miranda, e dali prosseguiu até Albuquerque.

O varadouro entre os rios Brilhante e Nioaque, descoberto por Joaquim Francisco Lopes, teve a sua abertura a cargo do capitão João José Gomes, por autorização do Presidente Costa Pimentel, da Província de Mato Grosso, desejoso de que essa providência viesse atuar assinaladamente no povoamento da "Fronteira do Baixo Paraguay".

Depois dessas providências, foram aos poucos se estabelecendo diversos moradores no Município, a partir de 1848, vindo de Miranda, depois os Barbosas, os Lopes, os Fernandes, não devendo ser olvidado que Antônio Barbosa, morador no Planalto, foi, mais ou menos em 1850, o primeiro Inspetor de Quarteirão, com jurisdição no alto e em baixo da Serra.

José Francisco Lopes, o guia Lopes, que acompanhou o irmão Joaquim Lopes, nas suas explorações em tôda a região, foi também, dos Lopes, o primeiro morador do município, tendo, mais tarde, passado para a República do Paraguai, onde viveu sete anos. Regressando à Pátria, casou-se com a sua cunhada D. Senhorinha Lopes, viúva de Gabriel Lopes, fundando mais tarde a fazenda de Bom Jardim, onde em princípios de 1867 o encontraram as Fôrças Expedicionárias Brasileiras, sob o comando do coronel Camisão. Ali faleceu a 27 de maio do mesmo ano, vítima da cólera, depois de haver prestado relevantes serviços à expedição, conduzindo-a, como seu guia, às grandes vitórias por ela alcançada, e no seu glorioso recuo, "até o ponto onde ficasse a salvo a honra e o brio do nosso povo e do nosso Exercito".

Era já um bom aglomerado de moradores, quando em 1859 o Corpo de Cavalaria foi transferido de Miranda para a povoação de Nioaque, o que concorreu para notável incremento do lugar.

Estava, assim, progredindo a povoação de Nioaque, quando, nos primeiros dias de 1865, foi invadida e isolada pelos paraguaios que a ocuparam com forte destacamento, até o mês de agôsto de 1866, em que foi abandonada pelos invasores.

Na época em que a Expedição brasileira efetuava a épica "Retirada da Laguna", os inimigos que a perseguiram, no objetivo de que os retirantes não encontrassem recursos, tomaram a sua dianteira, destruindo e incendiando a povoação de Nioaque que se encontrava desguarnecida.

Passado o ano de 1870, o povoado recomeçou a viver e já em 1877, era elevado a Distrito de Paz, pela Lei provincial n.º 506, de 24 de maio, sancionada pelo presidente da Província de Mato Grosso, general Hermes da Fonseca, com a denominação de Levergéria, designação dada em homenagem a Augusto Leverger — Barão de Melgaço — personalidade que tão grandes e úteis serviços prestou ao Brasil, especialmente a Mato Grosso.

Desmembrado do município de Miranda, Nioaque, então Levergéria, foi elevada a vila, pelo Decreto n.º 23, de 18 de julho de 1890.

Com a composição do Conselho da Intendência Municipal, deu-se a instalação da vila, lavrando-se, na ocasião, a seguinte ata: "Nesta Vila Levergeria em sessão solene o público aos 14 dias do mês de novembro do ano de 1890, 1.ª da República, reunidos de prévia convenção na casa de morada do Coronel João da Silva Barbosa, os cidadãos abaixo assinados nomeados pelo cidadão General de Divisão Barão de Anhambai Governador deste Estado, por Oficio n.º 442 de 21 de julho do corrente ano, para comporem o Conselho da Intendencia Municipal desta Vila; depois de comprometerem-se sob palavra de honra de cumprirem fielmente com as obrigações inherentes aos seus cargos, foi instalado o referido Conselho da indicada Vila; procedeu-se a votação de Presidente, sendo eleito por maioria de vótos o cidadão Tenente Coronel Zózimo Francisco Gonçalves, procedendo-se em seguida tambem a eleição para Vice-Presidente, dando em resultado ser eleito por maioria de vótos o cidadão Alféres Luis José Pinto de Figueiredo. Tomando a Presidencia o cidadão Tte. Cel. Zózimo, nomeou para servir de Secretario ad-hoc o cidadão José Lemes da Silva. Foi nomeada tambem a Comissão dos cidadãos José Lemes da Silva e Luiz José Pinto de Figueiredo para apresentarem um projéto de regulamento interno na primeira sessão ordinária. Não havendo edificio desocupado e apropriado para nele funcionar esta Intendencia, foi oferecida pelo cidadão presidente da mesma a casa de sua residência, para aquele fim, foi aceita até que se pôssa obter casa propria ou alugada nas condições de se prestar fim. E nada mais havendo a tratar-se na presente sessão foi ela suspensa marcando-se o dia 17 do corrente mês para a sua primeira sessão ordinária e eu o cidadão José Lemes da Silva servindo de Secretário ad-hoc a escreví, assinando com os mais membros (ass) Zózimo Francisco Gonçalves, Presidente; José Lemes da Silva, Secretário ad-hoc; Luiz José Pinto de Figueiredo e David de Medeiros".

A 17 de outubro de 1892, o Presidente do Estado, Manoel José Murtinho, negou sanção a uma resolução que restituiria às vilas de Levergéria e Herculânea os seus primitivos nomes, apresentando a justificação seguinte: "Nego a sancção á presente resolução, por me parecer que nenhuma razão de utilidade publica a suffraga. O nome de Levergeria, dado á antiga povoação de Nioac, foi uma Homenagem prestada ao finado Barão de Melgaço (Augusto Leverger), a quem Mato Grosso deve inolvidaveis serviços, sobressahindo entre elles importantes estudos sobre a geographia e historia da extinta provincia; bem como a denominação de Herculanea, que tomou a povoação de Coxim, é um acto commemorativo da administração do ex-presidente Herculano Ferreira Penna. Não são, pois, arbitarias taes denominações, mas antes se estribão em motivos mui plausiveis, e uma vez que elles persistem, torna-se injustificavel a alteração decretada, tanto mais quando a substituição dos indicados nomes póde ser tida em conta de desconhecimento dos meritos e serviços do Barão de Melgaço, e que indubitavelmente não esteve na mente da Illustre Assembléa Legislativa. Accresce laborar em equivoco a resolução, quando affirma que as localidades de que se trata tiveram as denominações originarias de — "vila de

Nioac e freguezia do Coxim", — visto como nos nomes de Nioac e Coxim, provenientes dos rios que banhão aquelles logares, perderam-n'os as duas povcações ao tempo em que foram elevadas á categoria de freguezia, tomando desde então as denominações modernas, como se póde verificar compulsando as colleções de leis da extincta provincia. Pelo exposto, negando sancção ao projecto, seja elle devolvido á Assembléa Legislativa em conformidade com art. 14 da Constituição politica do Estado.

Palacio da Presidencia do Estado de Mato Grosso em Cuiabá, 17 de Outubro de 1892 — Manoel José Murtinho".

Não obstante a opinião contrária do Presidente Murtinho, a Lei número 13, de 26 de outubro de 1892, dá a vila de Levergéria, denominação originária de "Nioac".

Pela Lei estadual n.º 77, de 13 de julho de 1894, foi criada a Comarca de "Nioac", com sede na mesma Vila.

A 26 de outubro de 1894, aparece na vila de "Nioac", o primeiro e até agora o único jornal ali publicado. Intitulava-se "A Voz do Sul", sendo redator o Dr. João Cláudio Gomes da Silva, tendo a sua oficina sido adquirida em Cuiabá, pelo coronel João Ferreira de Mascarenhas. Aquêle órgão teve curta existência, sendo em 1896, empastelada a respectiva oficina e o material, inclusive o prelo, atirado no rio Nioac. O autor dêsse feito recebeu o nome de Onça Preta.

Em 1894, Nioac era sede de município e de comarca e contava já com 8 logradouros públicos, agência de correio, estação telegráfica, escolas, e era sede do 7.º Regimento de Cavalaria.

Do seu território, foram desmembrados os municípios de Campo Grande — pela Resolução estadual n.º 225, de 26 de agôsto de 1899, o de Maracaju — pela Lei n.º 987, de 7 de julho de 1928 e, ùltimamente, o de Guia Lopes da Laguna, pela Lei n.º 678, de 11 de dezembro de 1953.

Foi elevada a cidade pelo Decreto estadual n.º 891, de 4 de janeiro de 1930.

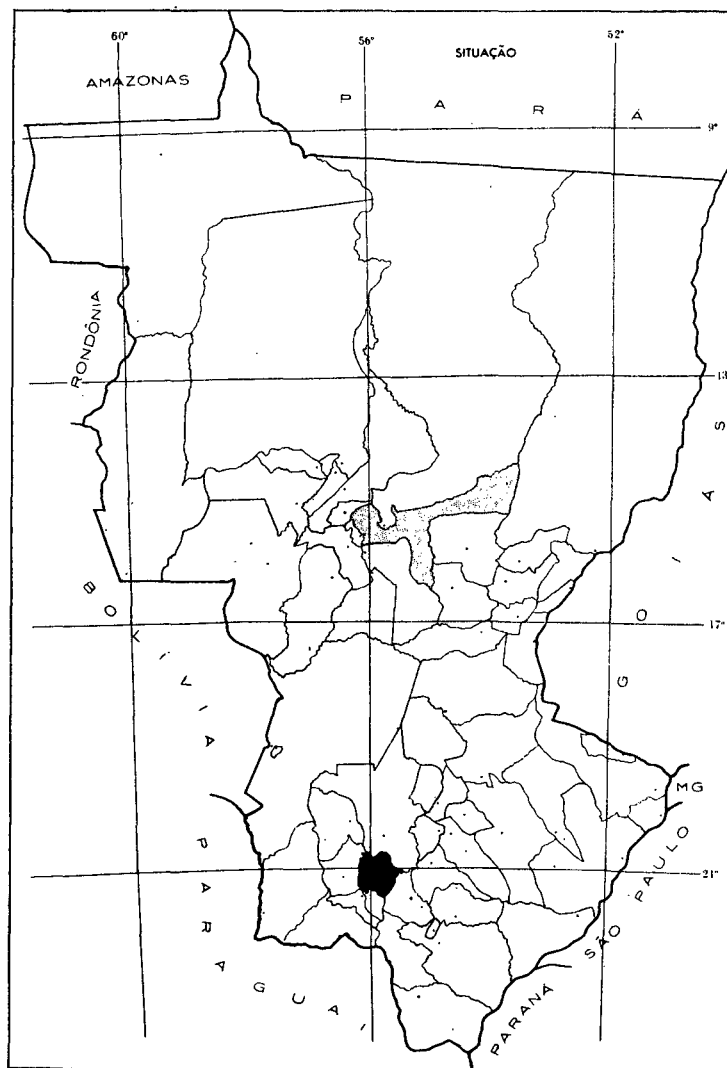
A sua história judiciária, que se inicia com a criação da comarca, em 1894, teve, em 1923, êsse órgão transferido para Maracaju, transformando-se em têrmo e voltando à sede de comarca em 1929 e em dezembro de 1937, pelo Decreto n.º 115, foi novamente reduzido a têrmo, compondo a Comarca de Aquidauana, em cuja situação se conserva.

Na divisão judiciária e administrativa do Estado, em vigor a 31 de dezembro de 1934, Nioaque aparecia formado por um único distrito, o da sede municipal, situação em que permanecia na divisão relativa ao ano de 1940.

Em 1943, por fôrça do Decreto-lei federal n.º 5 839, de 21 de setembro daquele ano, passou a integrar o Território Federal de Ponta Porã, sendo que em 1946, de acôrdo com o que determinava o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi reincorporado ao Estado de Mato Grosso, com a conseqüente extinção do Território Federal.

No quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, anexa ao Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, Nioaque aparece com dois distritos: o da sede e o de Guia Lopes da Laguna, distrito criado pela Lei n.º 140, de 30 de setembro de 1948, com território desmembrado da sede municipal. Na atual divisão para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, perdeu o distrito de Guia Lopes da Laguna, transformado em município, pela Lei 678, de 11 de dezembro de 1953.

A 31 de janeiro de 1955, instalou-se a nova Administração Municipal, tendo como Prefeito o Senhor Hortêncio Gomes da Silva e como vereadores os cidadãos: Antônio de Oliveira Flores, Hermenegildo Santa Cruz, José Ferreira de A. Neto, Marcelino Lessomier, Loreto Barbosa Lima e Gilberto Moura.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Região Sul do Estado, pertencendo à Zona Fisiográfica da Baixada, colocando-se entre a escarpa ocidental da serra de Maracaju e o rio Miranda, sendo a sua área cortada pelo rio Nioaque, que corre no sentido sudeste — noroeste, banhando a cidade de seu nome.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

O seu território tem os pontos extremos nas latitudes de 20º 44' 30" Norte e 21º 26' 45" Sul, e nas longitudes de 55º 30' 30" Este e 56º 10' 30" Oeste, situando-se a cidade, a 21º 08' 21" de Latitude e 55º 48' 02" de Longitude, na direção S.S.E. da Capital estadual, da qual dista 615 quilômetros em linha reta.

Limita com os municípios de Aquidauana, Bonito, Guia Lopes da Laguna e Maracaju.

ALTITUDE — A cidade encontra-se numa altitude de 280 metros, classificando-se em 34.º lugar na ordem de altitude das cidades mato-grossenses.

CLIMA — Está incluída na zona de clima tropical úmido. Em 1955, foi observada a temperatura máxima de 40ºC, mínima de 0,3ºC e mais freqüente de 30ºC sendo seu pe-

ríodo de chuvas os meses de outubro a abril, com maior freqüência nos de janeiro a março.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além da escarpa da serra de Maracaju, que lhe serve de limite oriental, são considerados seus principais acidentes, os rios Miranda e Nioaque e os ribeirões Canindé, Urumbeba e Taquaruçu.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais do município são conhecidas: no reino mineral, além das suas terras férteis e propícias à agricultura e à pecuária, grandes reservas de argilas para cerâmica, pedras de amolar, calcária e de outros tipos, bem como areias para construções, sendo as mesmas extraídas apenas para atender às necessidades locais.

No reino vegetal, encontram-se no seu território várias espécies de madeira de lei, destacando-se, entre elas, a peroba, a piúva, a aroeira e o angico, sendo desta última retirada a casca para exportação, assim como são extraídos dormentes e lenha fornecidos à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no vizinho município de Aquidauana.

No reino animal, encontram-se variadas espécies de animais e aves silvestres, citando-se entre elas, como as mais preferidas pelos caçadores, o veado, o caititu, a capivara, assim como a arara, o papagaio, a perdiz e uma infinidade de pássaros e animais menores.

POPULAÇÃO — O município de Nioaque contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 6 742 habitantes, e que lhe dava mais de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 3 413 pessoas eram do sexo masculino e 3 329, do feminino.

Quanto ao domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 616 homens e 707 mulheres, num total de 1 323 habitantes; no suburbano, 289 pessoas do sexo masculino e 284, do feminino, totalizando 573 habitantes; e no quadro rural, um total de 4 846 habitantes, dos quais 2 508 do sexo masculino e 2 338 do feminino. A zona rural concorria com 71,87% para a população total do município, superior portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 2 374 homens e 2 342 mulheres, num total de 4 716 pessoas; pretos, 404 pessoas do sexo masculino e 391, do feminino, totalizando 795 habitantes; pardos, 631 homens e 592 mulheres, ou seja, um total de 1 223 habitantes. Sem declarar a côr, 8 pessoas.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 992 homens e 792 mulheres, num total de 1 784 pessoas; casadas, 1 538 pessoas, das quais 755 homens e 783 mulheres; desquitados e divorciados, 2 homens e 6 mulheres, num total de 8 pessoas; e viúvos, 45 homens e 164 mulheres, totalizando 209 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 3 264 homens e 3 251 mulheres, num total de 6 515 habitantes; brasileiros naturalizados, 23 homens e 8 mulheres, num total de 31 habitantes; estrangeiros, 126 habitantes do sexo masculino e 70, do feminino, num total de 196 pessoas.

Segundo a religião, 3 261 homens e 3 209 mulheres, num total de 6 470, declararam-se católicos romanos; 160 habitantes, dos quais 82 homens e 78 mulheres, protestantes; 9 homens e 7 mulheres, totalizando 16 habitantes, declararam-se espíritas; 1 mulher israelita e 1 homem ortodoxo; 9 homens e 2 mulheres, outras religiões; 71 pessoas, das quais 44 homens e 27 mulheres, sem religião; e, finalmente, sem declaração de religião um total de 12 pessoas, sendo 7 homens e 5 mulheres.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuiu-se da seguinte forma: distrito de Nioaque (sede): 1 279 habitantes na cidade e 2 798, na zona rural; distrito de Guia Lopes da Laguna: 617 habitantes na vila e 2 048, na zona rural.

A cidade de Nioaque, com a população já descrita, sendo 610 habitantes do sexo masculino e 669, do feminino, colocava-se em 20.º lugar relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

AGLOMERADOS URBANOS — Além da cidade de Nioaque, que, na época do Recenseamento Geral de 1950, contava 1 279 habitantes (610 homens e 669 mulheres), encontram-se no município sòmente as fazendas com um número de moradores suficientes para atender às suas atividades, sem constituir povoações.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária, seguida pela agricultura, são os elementos fundamentais da economia do município.

Segundo elementos coletados para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, em 1956, a riqueza pastoril de Nioaque foi estimada em 180 milhões, 595 mil cruzeiros, para cuja soma concorrem: o gado bovino, com uma população estimada em 82 000 cabeças, no valor de 164 milhões de cruzeiros; 9 500 eqüinos, no valor de 15 milhões e 200 mil cruzeiros; 175 asininos e muares, avaliados em 437 mil cruzeiros; 2 000 suínos, no valor de 400 mil cruzeiros; 3 500 ovinos e 550 caprinos avaliados em 558 mil cruzeiros. Os bovinos concorreram ainda com uma produção aproximada de 70 000 litros de leite, em parte aproveitado na fabricação de 2 200 quilos de queijo, correspondendo ambos a um valor superior a 200 mil cruzeiros.

Ainda em 1956, a produção agrícola foi avaliada em 6 milhões e 700 mil cruzeiros, em cujo total aparecem, como principais elementos, a mandioca, que concorreu com 1 500 toneladas, no valor de 3 milhões de cruzeiros; a cana-de-açúcar, com 4 120 toneladas avaliadas em 1 milhão, 648 mil cruzeiros; o milho, com 120 000 quilos somando 700 mil cruzeiros; o arroz, com 54 000 quilos avaliados em 297 mil cruzeiros, seguidos de outros de menor expressão, como sejam: abacaxi, abóbora, batata-doce, fumo, melancia, banana, frutas cítricas, manga e pêssego.

A cultura da mandioca concorreu para uma produção de 300 mil quilos de farinha, no valor de 2 milhões e 400 mil cruzeiros.

O levantamento industrial de 1955, apurado pelo Departamento Estadual de Estatística, arrolou 12 estabelecimentos industriais, sendo 2 de extração de produtos minerais, 1 de transformação de minerais não metálicos, 2 de madeira, 5 de produtos alimentares, 1 de bebidas e 1 de utilidade pública, totalizando uma produção de 1 milhão, 816 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão localizados na cidade 3 estabelecimentos comerciais semi-atacadistas e 16 varejistas, sendo que em todo o município êsse número eleva-se a mais de 25; suas transações comerciais são realizadas quase que exclusivamente com a praça de Aquidauana, onde também efetuam as operações bancárias, visto não contar o município com estabelecimento de crédito. A exportação de gado é feita para Aquidauana, Campo Grande e para o Estado de São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por uma boa e bem conservada rodovia federal, que lhe facilita o acesso à cidade de Aquidauana. Existe na cidade um campo de pouso, além de vários outros em propriedades particulares do interior.

Liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte:

1 — Aquidauana — rodoviário, 89 quilômetros;

2 — Bonito — rodoviário, passando por Guia Lopes da Laguna e Jardim, 131 quilômetros;

3 — Guia Lopes da Laguna — rodoviário, 48 km;

4 — Maracaju — rodoviário, 102 quilômetros;

5 — Capital do Estado — misto — a) rodoviário até Aquidauana, 89 quilômetros; b) aéreo, 554 quilômetros (Aquidauana—Cuiabá).

A cidade conta com uma Agência Postal-telegráfica, e, como intermediária, é servida por duas linhas intermunicipais de ônibus, em trânsitos regulares.

Em 31 de dezembro de 1956, achavam-se registrados na Prefeitura 14 automóveis, 9 jipes, 16 caminhões, 20 camionetas, 2 motocicletas, 3 "charretes", 32 bicicletas, 17 carroças e 165 carros de bois.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nioaque, que no Recenseamento Geral de 1950 se apresentou com uma população de 1 279 habitantes (610 homens e 669 mulheres), contava, em 1954, segundo o Serviço de Estatística de Educação e Cultura, 16 logradouros e 251 prédios. Dêsses logradouros, 2 eram arborizados; 11 eram servidos de iluminação pública, com 84 focos, e 10, servidos de iluminação domiciliária com 65 ligações, não havendo, entretanto, serviço de abastecimento dágua.

Os seus principais edifícios são: da Prefeitura Municipal, dos quartéis do 9.° Grupo de Artilharia a Cavalo, do Grupo Escolar e da Igreja de Santa Rita.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade conta com uma Maternidade, com 6 leitos e 3 berços, sendo a assistência médico-sanitária prestada por 1 farmacêutico, 1 parteiro e 3 auxiliares de enfermagem, existindo também uma farmácia na zona urbana.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Nioaque, mantendo a Maternidade com ambulatório e dispensário, presta assistência social, atendendo gratuitamente a todos que dela necessitam.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou no município a existência de 5 501 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 2 180, ou seja, 39,6% sabiam ler e escrever, de cujo total, 1 181 eram homens e 999, mulheres.

Na sede municipal, das 1 049 pessoas de 5 anos e mais, 291 homens e 298 mulheres, totalizando 589 habitantes, sabiam ler e escrever, sendo que o restante, em número de 460 (198 homens e 262 mulheres), era analfabeto.

ENSINO — De conformidade com o movimento das unidades escolares de ensino primário fundamental comum, no primeiro mês letivo de 1956, funcionaram no município 6 estabelecimentos com 13 professôres e um total de 371 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Com finalidade cultural e esportiva, existe na sede municipal o "Clube 22 de Maio", fundado em 1953. Na mesma localidade funciona também o Cine Ideal, com capacidade para 150 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — No aspecto financeiro, os órgãos de arrecadação no município apresentaram o seguinte movimento:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	226	264	180	82	231
1951	269	347	205	93	296
1952	207	476	609	62	521
1953	296	307	1 199	97	700
1954	591	459	809	59	1 108
1955	505	469	803	78	1 001
1956	692	585	1 204	220	1 014

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A preocupação do povoamento e defesa do território; as Colônias Militares e os diversos aspectos da Guerra do Paraguai no Sul da Província de Mato Grosso; e especialmente a épica Retirada da Laguna, empreendida pelas fôrças expedicionárias brasileiras, conduziram o nome de Nioaque às páginas imorredouras da nossa história.

Com relação à passagem dos retirantes pelo antigo município de Nioaque, é interessante um trecho da carta dirigida ao Presidente da Província — Dr. José Vieira Couto Magalhães, na qual o major José Thomaz Gonçalves relatou a ocorrência.

"Assim, pois, no dia 1.° de junho achavão-se as Forças do lado direito do rio Miranda com 9 legoas adiante de si em bôa estrada para chegarem a Nioac. Os Paraguayos havião effectuado a passagem antes de nós e ja se achavão em nossa frente.

Comprehendi a necessidade urgente de marchas rapidas sobre Nioac, por cuja sorte muito temia, apezar de saber que o official comandante d'aquele ponto, á frente de mais de cem homens, tinha instruções muito severas corroboradas por um bilhete que o Coronel Camisão, a 24 de Maio dirigira-se ao Senhor Coronel Francisco Augusto de Lima e Silva, Chefe da Repartição Fiscal, e que ficara em Nioac para formar e promover o depósito de viveres, ordenando a este que se retirasse para lugar seguro, com objetos da Fazenda Nacional, ficando o Oficial obrigado a resistir aos inimigos n'aquelle ponto emboscado na matta.

Dei, por isso, ás 6 horas da tarde, ordem de marcha ás Forças, caminhando a noite inteira e chegando ás 3 horas do dia 2 no Canindé, a 3 legoas de Nioac.

Esta marcha forçada effetuou-se maravilhosamente, apezar da chuva copiosissima que cahiu durante todo o trajecto, levando então cada corpo os seus doentes.

No Canindé achei signaes da passagem dos Paraguayos. Carros queimados existião no caminho, estando o chão coberto de farinha e arroz.

A soldadesca comeu, emfim, apanhando tudo que foi encontrando, depois de 22 dias de cruel fome, durante os quaes a ração de simples carne era tão diminuta, que repartirão-se 4 a 8 rezes em lugar das 21, que abitualmente ião para a côrte!

Do Canindé segui incontinenti para Nioac encontrando pelo caminho restos de carros queimados e mantimentos atirados. 1 legoa de distancia virão as forças as casas de palha do acampamento ardendo, entrando as 2 horas da tarde n'aquelle lugar de desolação e tristeza, visitado poucas horas antes pelo inimigo, que, achando-o completamente abandonado pela guarnição, havia lançado fogo ao deposito de viveres, retirando-se com o nosso approximar.

A posição de Nioac era excellente para a defeza. Com poucos homens na matta do Orumbéva, confluente d'aquelle rio, com os viveres de que dispunha o deposito, poder-se-hia apresentar longa e heroica resistencia.

Os Paraguayos que chegarão a Nioac forão em muito pequeno número e só entrarão na povoação, quando verificarão que ella se achava deserta.

É, pois, inqualificavel o procedimento do commandante do destacamento de Nioac, o Capitão Martinho José Ribeiro, o qual desprezando as suas instrucções, que o obrigavão a defender a todo o transe o ponto que comandava e a nova e expressa ordem do seu Chefe, abandonou covardemente o seu lugar de honra.

Por este procedimento perdeu a Fazenda Nacional grande porção de viveres destinada a estas Forças, algum fardamento de praças e outros objetos que uma duzia de Paraguayos encontrou em abandono na casa que servia de deposito.

O Sr. Coronel Francisco Augusto de Lima e Silva, fez, como tinha ordem, recolher a lugar seguro o cartuxame, a caixa Militar, papeis Officiaes, alguns generos, etc., recahindo, pois, tão somente sobre o commandante de Nioac, fraco e pusilanime a responsabilidade de seu acto, pelo que mando desde já sugeital-o a conselho de investigação e posteriormente ao de guerra.

Ainda em Nioac esperava-nos nova calamidade. No chão do deposito havia ficado, espelhada, muita polvora que não podéra ser transportada. Apezar das mais energicas e reiteradas recommendações, a imprudencia de um soldado provocou uma formidavel explosão que queimou 13 praças, das quaes fallecerão poucos dias depois, apezar dos cuidados que fiz observar na conducção d'elles.

Com a retirada do Capitão Martinho José Ribeiro, era impossivel a estada em Nioac, reduzido a cinzas.

No dia seguinte ordenei tomar-se a direção ao ponto onde se achava o Sr. Coronel Lima e Silva fazendo desde então muito regulares marchas de 2 1/2 e 3 legoas por dia, sendo nós acompanhados por uma pequena partida inimiga de observação, a qual retirou-se quando nos aproximamos do Rio Aquidauana."

Em Nioaque, existem dois monumentos: o da Retirada da Laguna, erigido na Praça 15 de Novembro, ladeado por duas placas de bronze nas quais estão gravadas as seguintes inscrições:

Placa — A

"Ephemerides da Retirada da Laguna — 1867
23 de março — decide-se a invasão do Paraguay
14 de abril — enceta-se a marcha sobre o Apa
20 de abril — primeiro encontro com o inimigo
21 de abril — passagem do Apa
1.º de maio — tomada da Laguna
6 de maio — combates do Apa
7 de maio — enceta-se a Retirada
8 de maio — combate de Bayende
11 de maio — passagem do Apa
11 de maio — passagem do Apa combate de Nhandipá primeiro incendio na macega
16 de maio — incerteza do caminho
18 de maio — primeiros casos de cholera morbus
25 de maio — Abandono dos cholericos
27 de maio — Morte do Guia Lopes
29 de maio — Morte do Coronel Camisão
30 de maio — passagem do Miranda
4 de junho — chegada a Nioac
11 de junho — chegada ao Aquidauana fim da Retirada"

Placa — B

"Em nome da Nação
O Governo da República
Pelo seu Presidente
Dr. Arthur da Silva Bernardes
E o Ministro e Secretário de Estado
dos negocios da Guerra
General F. Setembrino de Carvalho
consagra este preito
De Admiração e reconhecimento
á Gloria immortal dos Heroes da
Retirada da Laguna
Soldados da constância e do Valor
que acabrunhados
por privações enexcediveis
Perseguidos por inimigo cruel
E incomparavelmente mais forte
cercados pelo incendio
Dizimados pelo cholera e os combates
Exinanidos de Forças
Mas nunca de animo
Salvaram as Bandeiras e os canhões
que o Brasil lhes confiara
Julho de 1923"

Erigido à margem direita do rio Nioaque, na zona urbana da cidade, acha-se o monumento ao coronel Pedro José Rufino, contendo, em uma placa de bronze, a inscrição seguinte: "Ao Bravo Cel. Pedro José Rufino, homenagem dos oficiais e praças do 6.º B.E. — 1932".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dos 6 742 habitantes recenseados em 1950, no município de Nioaque, 96%, ou seja, 6 474 pessoas, declararam-se católicas romanas, evidenciando, assim, a predominância religiosa do catolicismo nessa comuna.

Duas festividades religiosas têm cunho popular na cidade: a Santa Rita e a do Divino Espírito Santo, realizadas nos dias 22 e 29 de maio, respectivamente.

Fundado em 1945, existe também na cidade um templo batista, que, em 31 de dezembro de 1956, contava com 26 membros.

VULTOS ILUSTRES — Entre os nioaquenses, destaca-se a figura do general-de-divisão Mário Xavier, que desempenhou várias e importantes funções militares, tendo, em 1943, como Comandante da 9.ª Região Militar, feito, na sua cidade natal (Nioaque), o lançamento da pedra fundamental do quartel do 9.º Grupo de Artilharia a Cavalo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além dos monumentos existentes na cidade, o município tem, nas suas belezas naturais vários motivos que se podem tornar atrações turísticas, como a escarpa da serra de Maracaju, as suas fazendas de criações, e as quedas dágua do rio Nioaque, do rio Urumbeba, do rio Canindé e do córrego Saltinho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do lugar são chamados de "nioaquenses".

O seu topônimo deriva da palavra tupi-guarani "Anhuac" que traduzida para o português significa "clavícula quebrada". Anhuac, era a designação do rio — hoje Nioaque — que banha a cidade. A sua grafia antiga, era "Nioac".

Como Têrmo da Comarca de Aquidauana, Nioaque conta com um número de 1 200 eleitores.

Existem na cidade 2 pensões, com capacidade para 20 hóspedes.

Numa das salas do edifício da Prefeitura Municipal, de construção recente, acha-se instalada a Agência Municipal de Estatística, órgão do I.B.G.E.

NORTELÂNDIA — MT

Mapa Municipal na pág. 55 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Na tentativa de se restabelecerem os primórdios dos mais novos municípios do norte mato-grossense, é forçoso retroceder com o estudo até os tempos da descoberta da *celula mater* da civilização do Oeste — Cuiabá —, numa análise retrospectiva em que a fatalidade do evento nos faz rever os primeiros bandeirantes em fogosas arrancadas pelos sertões adustos, à procura do ouro que alucina, e do diamante que desvaira.

As levas que partiram de Cuiabá para todos os quadrantes, arrostando agruras incontáveis, dominando por igual o índio e a natureza, que se rivalizavam em ferocidade exterminadora, escreveram páginas de tal heroísmo que se lhes poderia atribuir a beleza do horrível.

Respigando os depoimentos dos cronistas da época e dos que posteriormente os coordenaram cronològicamente, verifica-se que, pràticamente, todo o território mato-grossense foi pisado e repisado pelos tacões daquela geração audaciosa que, no mesmo passo, levou além dos limites tordesilhanos os lindes nacionais e conquistou para a futura província o território que os seus descendentes orgulhosamente souberam conservar.

O ouro e o diamante eram os vigorosos acicates que os impulsionavam à procura de novas manchas, tão logo os minérios prociosos escasseavam nas catas exploradas superficialmente, por imperícia ou deficiência de meios apropriados.

Dessa fase, iniciada em 1731, são as descobertas de Sant'Ana da Chapada, Sararé, Galera e Arinos.

> "Aos faiscadores não satisfaziam os descobertos ja experimentados: empolgava-os a miragem de maiores thesouros. Assim, por lhe constar que a Antonio Pinheiro de Faria, sertanista ousado, ter-se-ia deparado ouro nas cabeceiras do Arinos, para lá enviou Antonio de Almeida Falcão os seus filhos Paschoal e José, que, de Matto Grosso, procuraram o Jaurú pelo qual rodaram até sua barra, transmontando, em seguida, o Paraguay".

Possìvelmente essa penetração, ocorrida em 1745, pisou por primeiro as terras do atual município de Nortelândia, sem que, entretanto, lhe entremostrassem as gemas preciosas, que foram descobrir bem mais ao norte no efêmero arraial de Santa Isabel:

> "Desfeitas as ilusões, regressaram os mais prudentes aos seus lares, enquanto outros tentavam a sorte nas nascentes do Paraguay".

Antônio de Pinho de Azevedo, a cujo tino vaqueano se deve a abertura do caminho para Goiás, igualmente palmilhou aquelas brenhas do então, sorrindo-lhe entretanto a sorte um pouco ao sul, onde se erigiu o arraial de Nossa Senhora do Parto, próximo à atual cidade de Diamantino, em 1747. Mais uma vez se esconderam aos bandeirantes as minas de Nortelândia, fato que se repetiria pelos anos afora.

Enquanto isso, despovoavam-se as descobertas do Diamantino, cuja exploração era interdita a particulares e só lhes foi permitida em 1805, com a ressalva de ser a Coroa a única compradora das pedras bateadas.

Abertas à exploração as minas diamantíferas, descobriram-se de pronto inúmeras catas, entre as quais a de São Joaquim, no rio Sant'Ana, franqueada em 1815, já na região de Nortelândia.

A abertura da navegação pelo rio Arinos ao Pará, ensejou novas incursões pelo município, através das águas do Paraguaizinho e Santana, que o empolga pelo vértice formado pela embocadura dêste rio naquele, e que serviram de estrada natural de penetração para se atingir o afluente amazônico.

No alvorecer do século XX, os Irmãos Orlando, procedentes da Itália e enriquecidos no comércio em Cuiabá, estabeleceram na região feitorias agropecuárias, à sombra da exploração da borracha que também exercitavam. A queda dêsse produto no mercado internacional e o regresso dos titulares da firma para o país de origem, não permitiram que as propriedades prosperassem convenientemente, entregues a prepostos, subsistindo, entretanto, como vastos tratos de terras extrativas, de criação e de cultura, cujos nomes apenas fazem lembrar tempos mais prósperos: "Rossensal", corrutela de "arroz sem sal", "Orlando", etc.

As lavras diamantíferas de Sant'Ana dos Garimpeiros, entretanto, sòmente se revelaram na época contemporânea,

dando origem à fundação do seu primeiro povoado, hoje sede do município.

Em 1937, aportava à região o baiano José Lúcio de Oliveira (por alcunha "Macaúba", por ser originário dessa cidade da Bahia) e seus familiares.

Tomando posse de extensa área de terras que abrangia inclusive a atual sede municipal, estabeleceu-se com criação de gado vacum e lavouras. Na sua esteira vieram os demais povoadores: Aparício Soares, Aderaldo Marques, Apolinário Hipolito dos Santos, Francisco Alves de Andrade e outros, aos quais se revelaram as minas de Santana, à margem do rio homônimo, repetindo-se com espaço de dois séculos, a corrida desenfreada dos garimpeiros, vindos agora da adustez nordestina para o novo "Eldorado".

A "corrutela" que de imediato levantaram, ampliou-se em próspero povoado. Dezenas de habitações rústicas, de cobertura de colmo, se multiplicaram de improviso; rastrearam-nos de imediato os comerciantes e as meretrizes, os aventureiros e os capangueiros, dando ao povoado estabilidade à sombra da expansão dos garimpos a outros pontos em que igualmente se revelou o diamante econômicamente explorável.

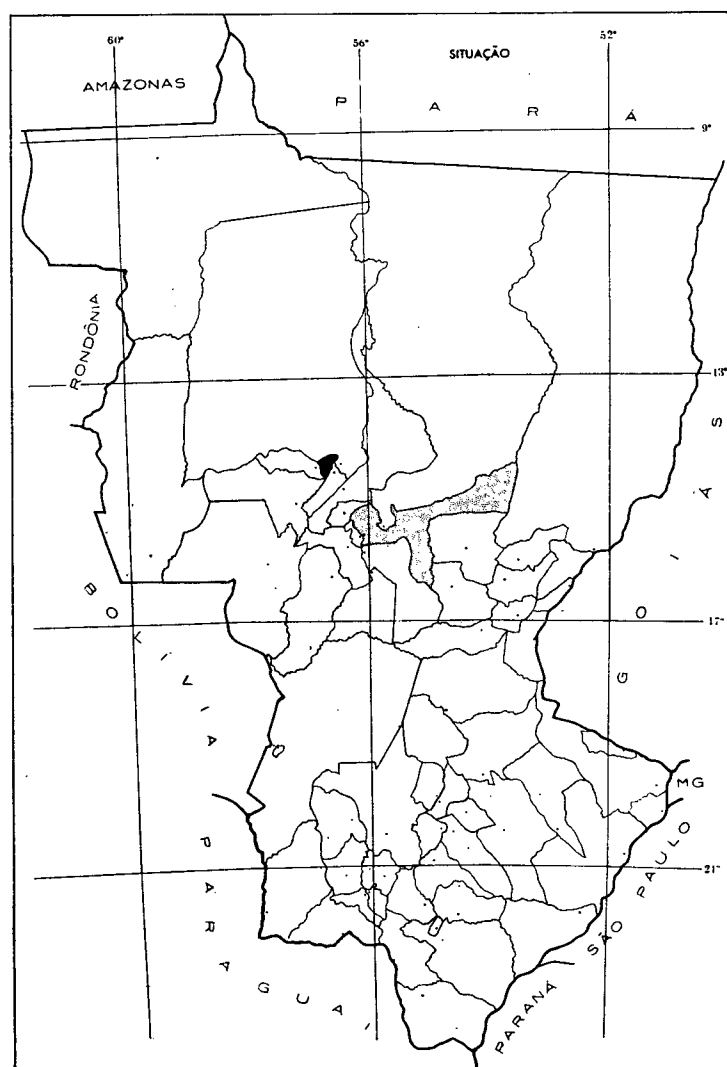
Surgem então prédios melhorados, corrige-se o alinhamento das ruas, estabelecem-se os comerciantes ambulantes, impõe-se a autoridade policial para a manutenção da ordem pública.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 712, de 16 de dezembro de 1953, tendo por sede a antiga povoação de Santana, concomitantemente elevada à categoria de cidade, sob a denominação de Nortelândia, tendo por jurisdição área desmembrada do município de Diamantino. Teve seus limites retificados pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, em virtude das irregularidades que se observaram na primitiva lei, comprometendo profundamente o fechamento do perímetro municipal.

O nome de Nortelândia foi sugerido pelo autor da Lei da criação do município, depois de ouvidos os principais habitantes da povoação de Santana, visando perpetuar no topônimo a inestimável cooperação de nortistas e nordestinos no povoamento da região.

Constituído de um único distrito, é têrmo da comarca de Diamantino, de acôrdo com o quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958.

A atual legislatura foi inaugurada em 31 de janeiro de 1955, com a posse do primeiro prefeito eleito e da Câmara Municipal, constituída de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Nortelândia está localizada na Zona Fisiográfica Extrema da Chapada, constituindo seus limites naturais o rio Quebra Canela, desde sua cabeceira até a barra, no rio Paraguai; por êste abaixo até o rio Santana; por êste acima até sua mais alta cabeceira, na serra dos Parecis, seguindo pelo espigão desta até o ponto de confronto da cabeceira do córrego Quebra Canela. Confina com os seguintes municípios: Diamantino, Arenápolis, Barra do Bugres e Alto Paraguai. São suas coordenadas extremas: 14° 16' 15" N. 14° 39' 00" S. de latitude e 56° 30' 30" E. e 53° 49' 45" O. de longitude.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 354 metros na sede municipal, tendo seu ponto culminante na serra dos Parecis, sendo o 25.º município do Estado em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima tropical úmido. O período de chuvas é de outubro a março, sendo mais abundantes as precipitações em dezembro e janeiro.

ÁREA — Nortelândia tem 845 quilômetros quadrados, colocando-se em 57.º lugar em relação às demais comunas mato-grossenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Paraguai e Santana e as serras de Tapirapuan e Parecis.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o município é bastante rico em diamante, ouro, barro para telhas e tijolos, e pedras para construção. O subsolo carece ainda de estudos.

No reino vegetal, ocorrem variadas espécies de madeira, algumas plantas oleaginosas, a baunilha, etc.

No reino animal, as espécies típicas da zona fisiográfica: anta, veado, paca, caititu, etc.

POPULAÇÃO — Em 1950, na época do Recenseamento Geral do Brasil, a população residente na região que hoje compreende o município de Nortelândia figurou no distrito de Diamantino, não sendo possível conhecer a que lhe seria atribuída.

Até esta data falecem elementos para uma criteriosa estimativa da população do município. É fora de dúvida, entretanto, que o incremento pós-censitário foi apreciável, excedendo de muito a taxa progressiva fixada para o Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Uma única aglomeração urbana existe no município — a cidade de Nortelândia, sede municipal, com mais de 1 000 habitantes. Em 1954, foram registrados os seguintes povoados, com menos de 50 habitantes: Quebra - Canela, Passagem do Santana e Trombas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua base econômica na produção extrativa mineral, destacando-se a do diamante, fator preponderante de seu desenvolvimento. As atividades agrícolas, a pecuária e a indústria extrativa vegetal, contribuem em escala decrescente de importância para o seu desenvolvimento.

O levantamento industrial de 1955 arrolou 6 estabelecimentos com menos de 5 operários, assim distribuídos: indústria extrativa de produtos minerais, 2 estabelecimentos, com a produção de 4 milhões e 200 mil cruzeiros; indústria extrativa de produtos vegetais, 1 estabelecimento, com a produção de 184 mil cruzeiros; indústria de transformação de minerais não metálicos, 1 estabelecimento, com a produção de 235 mil cruzeiros e 2 estabelecimentos na indústria de produtos alimentares, com 2 milhões e 900 mil cruzeiros.

De acôrdo com os dados coletados pela Agência Municipal de Estatística, a indústria extrativa mineral no município, em 1956, foi a seguinte: diamante — 7 000 quilates, no valor de 10 milhões e 500 mil cruzeiros; ouro — 500 gramas, 40 mil cruzeiros; areia para construção — 1 000 metros cúbicos, 30 mil cruzeiros. A produção vegetal, compreendendo borracha (8 000 quilos), madeiras para construção (1 000 m^3) e lenha (800 m^3), atingiu o valor global de 740 mil cruzeiros.

A agricultura e a pecuária estão em fase de implantação. De acôrdo ainda com os dados coletados pela Agência Municipal de Estatística, a produção agrícola em 1956 alcançou 1 milhão, 681 mil cruzeiros, correspondentes aos seguintes produtos: arroz com casca — 123 000 quilos, valendo 615 mil cruzeiros; mandioca — 250 toneladas, valendo 500 mil cruzeiros; banana — 33 000 cachos, valendo 264 mil cruzeiros; feijão — 31 200 quilos, valendo 156 mil cruzeiros; abacaxi — 16 000 frutos, valendo 80 mil cruzeiros e cana-de-açúcar — 300 toneladas, no valor de 66 mil cruzeiros.

Segundo idêntica fonte, os efetivos pecuários estavam representados por 550 bovinos, 55 eqüinos, 60 muares e 110 suínos, totalizando um valor aproximado de 1 milhão, 786 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 12 estabelecimentos varejistas na sede municipal, entre êles 2 farmácias. Estima-se em 40 as casas comerciais varejistas existentes em todo o município. O comércio local é abastecido pela Capital do Estado e Alto Paraguai.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal de Nortelândia está ligada às seguintes cidades vizinhas por meio rodoviário: Alto Paraguai, 51 quilômetros; Arenápolis, 6 quilômetros; Barra do Bugres, via Rosário Oeste, 300 quilômetros; Diamantino, 69 quilômetros. Comunica-se com a Capital do Estado por estrada rodoviária, passando por Alto Paraguai, pela estrada Cuiabá —Rosário Oeste, 289 quilômetros.

Acha-se instalada na sede municipal uma Agência Postal de 5.ª classe, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nortelândia, com mais de 1 000 habitantes, contava em 1954, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Melhoramentos Urbanos — 1954), com 18 logradouros sem pavimentação e 260 prédios.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados referentes à alfabetização da população do município, na época do Recenseamento Geral de 1950, estão incluídos nos relativos ao distrito de Diamantino, de onde foi destacada a área para a sua formação.

ENSINO — O movimento da matrícula inicial em 1956, segundo o Departamento Estadual de Estatística, foi de 338 alunos nas séries de ensino primário fundamental comum, administrado através de 3 estabelecimentos mantidos pelo Estado.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou no período de 54-56, o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	...	...	...	...
1955	—	...	862	229	831
1956	—	...	875	242	860

(1) Arrecadada pela Coletoria Federal de Rosário Oeste e incorporada à receita dêste Município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares. Não havendo no município templos ou representantes de nenhuma confissão religiosa, as festas são promovidas pela própria população, em suas residências.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO — MT

Mapa Municipal na pág. 67 do 2.º Vol.
Foto: pág. 98 do Vol. II

HISTÓRICO — Descobertas as minas de ouro de Cuiabá pelos Bandeirantes Pascoal Moreira e Miguel Sutil, a afluência de aventureiros logo se manifestou intensamente, na esperança de enriquecimento rápido na cata fácil do metal precioso.

Levas intermináveis de paulistas e mamelucos passaram a se fixar nas lavras descobertas, transferindo o ouro para São Paulo, onde era gozado por suas famílias em vida de fausto e despreocupação, pois, faltando, em qualquer tempo, os rudes garimpeiros sabiam onde achá-lo, sempre em abundância.

A coroa portuguêsa, entretanto, cuidou, de pronto, de enviar os seus prepostos a fim de arrecadar com mão de ferro, como lhe convinha, a parte dos Reis, que, no caso, era a do leão.

Rodrigo Cesar de Menezes, aportando em Cuiabá, tratou de organizar o serviço de arrecadação. Mas de tal forma o fêz, que muitos, descontentes, fugindo ao fisco impiedoso, trataram de procurar novas lavras que os distanciassem da usura e do rigor das taxas.

Dessa forma surgiram as lavras descobertas em 1730 pelos sorocabanos, Antônio Ayres e Dami.o Rodrigues, à margem do ribeirão Cocais, a 6 léguas de Cuiabá e 3 quilômetros do local onde mais tarde se formou o povoado que viria a ser a sede do município de Nossa Senhora do Livramento.

Publicada a nova descoberta, verificou-se o mesmo fenômeno de afluxo imoderado de mineiros e gentes de tôdas as castas, impulsionando o povoamento da região, nela se instalando algumas das personalidades mais destacadas da época, "entre as quais o mestre-de-campo José Paes Falcão das Neves, que, solicitado pelo capitão-general, foi em socorro de D. Antônio Rollim, levando quarenta pessoas armadas e sustentadas às suas custas, que auxiliaram o capitão-general de Mato Grosso a derrotar os castelhanos da fronteira do Guaporé".

Tal como aconteceu com tôdas as primitivas matrizes de povoamento do norte do Estado, inclusive a Capital, o esgotamento das lavras e a extinção da escravatura causaram a estagnação da zona que se manteve por muitos anos adstrita às culturas de subsistência.

A diversificação das culturas agrícolas e o aproveitamento das pastagens existentes, possibilitaram o gradativo desenvolvimento da criação bovina para corte e produção de leite, dinamizando novamente a economia do município, que apresenta perspectiva de franca recuperação.

Povoado de início por paulistas e seus escravos, nota-se que, ao contrário do que ocorreu com outros núcleos iniciais de colonização, não se processou no município, senão em escala mínima, o cruzamento entre o branco e o negro, permanecendo mais puras as duas raças. Eis por que, talvez tenha se cristalizado uma civilização *sui generis* no Estado, com características inconfundíveis, qualidades, defeitos e modismos de linguajar nìtidamente locais, diferenciáveis das outras comunidades regionais.

É de 26 de agôsto de 1835 a Lei provincial que criou o distrito de Livramento, pertencente ao município de Cuiabá.

De 21 de maio de 1883 é a Lei provincial que criou o município, com a denominação do antigo distrito, instalado em 7 de junho do ano seguinte.

Até 1938, o município de Livramento aparece, nas sucessivas divisões administrativas do Estado, constituído de um único distrito administrativo de igual nome.

O Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, cria o distrito de Pirizal com área desmembrada do de Livramento, passando o município a constituir-se dos distritos de Livramento (sede) e Pirizal.

O Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial do Estado para o qüinqüênio 1944-1948, modificou-lhe a denominação para São José dos Cocais. Por essa mesma Lei o distrito da sede adquiriu parte do território do distrito de Bauxi, do município de Rosário Oeste, continuando, entretanto, com dois distritos: o da sede e Pirizal.

Por fôrça do Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que estabeleceu a divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado de Mato Grosso, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, o município de São José dos Cocais voltou a ter o seu topônimo anterior, mantendo a mesma composição do quadro territorial passado, isto é, dois distritos: o da sede municipal e o de Pirizal, continuando assim no quadro anexo ao Decreto 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixou a divisão territorial do Estado para o período 1954-1958.

Pela Lei estadual n.º 179, de 30 de outubro de 1948 o município teve sua toponímia modificada para Nossa Senhora do Livramento, denominação essa conservada até hoje.

Escola Bom Jardim

Comarca pela Lei n.º 173, de 1.º de abril de 1897, com sede na vila de Livramento, foi suprimida por fôrça da Resolução n.º 447, de 3 de agôsto de 1906, passando a têrmo da comarca de Cuiabá.

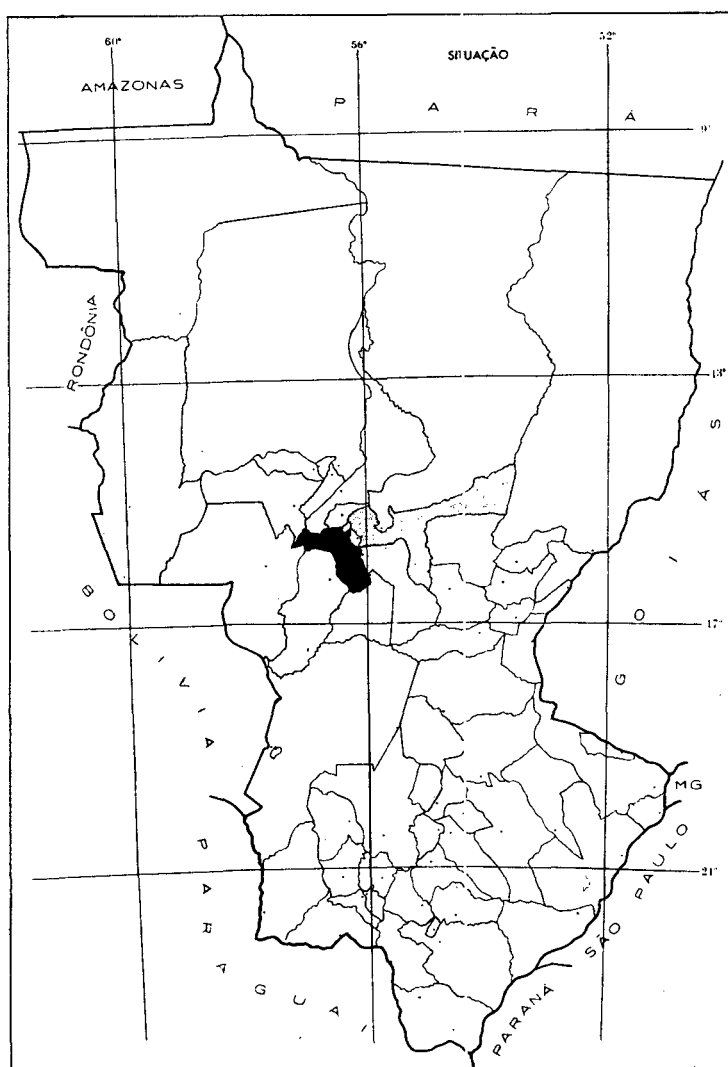
Restaurada em 16 de janeiro de 1935, pelo Decreto n.º 403, foi definitivamente extinta pelo Decreto n.º 115, de 31 de dezembro de 1937, passando novamente a têrmo da comarca de Cuiabá.

A atual legislatura foi instalada em 1955, sendo eleito Prefeito Municipal o Sr. José de Lima Barros, empossado em 31 de janeiro daquele ano, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

Em 31 de dezembro de 1956, o município contava com 1 800 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Nossa Senhora do Livramento pertence à Zona Fisiográfica do Pantanal. Limita com os municípios de Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Várzea Grande, Acorizal, Rosário Oeste, Barra do Bugres e Cáceres.

A cidade está localizada à margem esquerda do ribeirão Cocais, próxima à represa pela qual é abastecida. São as seguintes as suas coordenadas geográficas: 15° 46' 00" de latitude Sul e 56° 22' 00" de longitude W. Gr., na direção O.S.O. em relação à Capital do Estado, de onde dista 40 quilômetros em linha reta, colocando-se em terceiro lugar na distância de Cuiabá.

São seus pontos extremos: latitude N. 15° 17' 45"; longitude S. 16° 29' 15"; longitude E. 55° 55' 45"; longitude O. 57° 08'15".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município está localizada a 171 metros de altitude, o que a situa em 47.º lugar em relação às demais do Estado.

CLIMA — O município apresenta clima tropical úmido. As chuvas ocorrem nos meses de novembro a março e, com maior intensidade, nos meses de janeiro e fevereiro. A precipitação anual é avaliada em tôrno de 1 480 mm.

ÁREA — Sua área é de 5 780 quilômetros quadrados ocupando o 35.º lugar em relação aos outros municípios mato-grossenses e representando 0,44% da área do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pobre de acidentes geográficos. Podem ser citadas, entretanto, pequenas elevações denominadas Morro Grande, Morro da Pedra Grande e Morro do Cortado; e os rios Pari, Esmeril e Santana; o Bento Gomes, nos limites com o município de Poconé; o Jaucuara, nos limites com Barra do Bugres; o Jangada, nos limites com Rosário Oeste e mais as lagoas Cerrado, Piavussu e dos Porcos, nos limites com Santo Antônio de Leverger.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal: angico, peroba, aroeira, canafístula, guanandi, cambará e cedro babaçu em quantidade que permitiria a sua industrialização. No reino animal: caças típicas dos pantanais. No reino mineral: barro para fabricação de tijolos e telhas e argila para cerâmica.

POPULAÇÃO — O município de Nossa Senhora do Livramento, contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 11 366 habitantes, o que lhe dava 1,97 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 5 722 pessoas eram do sexo masculino e 5 644, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 458 homens e 527 mulheres, num total de 985 habitantes; no suburbano, 29 pessoas do sexo masculino e 27, do feminino, totalizando 56 habitantes; e no quadro rural, um total de 10 325 habitantes, dos quais 5 235 do sexo masculino e 5 090, do feminino. A zona rural concorria com 90,84% para a população total do município, superior, portanto à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 3 545 homens e 386 mulheres, num total de 6 931 pessoas; pretos, 1 929 pessoas do sexo masculino e 1 737, do feminino, totalizando 3 666 habitantes; e pardos, 3 033 homens e 3 080 mulheres, num total de 6 113 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 346 homens e 1 251 mulheres, num total de 2 597 pessoas; casadas, 3 116 pessoas, das quais 1 552 homens e 1 564 mulheres; e viúvos, 91 homens e 215 mulheres, totalizando 306 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 5 721 homens e 5 644 mulheres, num total de 11 365 habitantes e 1 estrangeiro do sexo masculino.

Segundo a religião, 5 714 homens e 5 637 mulheres, num total de 11 345, declararam-se católicos romanos; 6 homens e 4 mulheres, totalizando 10 pessoas, declararam-se espíritas; sem religião, 4 pessoas, das quais 2 homens e 2 mulheres e, finalmente, 3 mulheres, sem declaração de religião.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Nossa Senhora do Livramento (sede), 879 habitantes na cidade e 9 216 na zona rural; distrito de Pirizal, 162 habitantes na vila e 1 109 na zona rural.

A cidade de Nossa Senhora do Livramento, com a população já descrita, sendo 404 habitantes do sexo masculino e 475, do feminino, colocava-se em 26.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas existentes no município: a cidade de Nossa Senhora do Livramento e a vila de Pirizal, com as populações já descritas. A zona rural, embora apresente densidade demográfica relativamente apreciável, tem uma população dispersa, sem os vínculos comuns que caracterizam os povoados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade predominante desenvolvida no município é a agrícola, colocando-se em segundo lugar a pecuária. No primeiro ramo, em 1956, destacaram-se os seguintes produtos: banana — 1 700 000 cachos, valendo Cr$ 15 300 000,00; feijão — 1 823 400 quilos, no valor de Cr$ 9 486 000,00; arroz — 3 180 000 qui-

los, valendo Cr$ 6 005 000,00; mandioca — 14 500 toneladas, no valor de Cr$ 4 350 000,00; cana-de-açúcar — 60 500 toneladas, no valor de Cr$ 5 500 000,00; milho — 1 005 000 quilos, no valor de Cr$ 2 010 000,00; e abóbora — 99 000 frutos, no valor de Cr$ 297 000,00. O total da produção agrícola atingiu, nesse ano, Cr$ 42 948 000,00.

A pecuária contribuiu com o efetivo de 17 000 bovinos, 1 100 eqüinos, 165 muares e 4 200 suínos, totalizando o valor de aproximadamente 46 milhões de cruzeiros.

O Registro Industrial de 1955, não arrolou nenhum estabelecimento industrial com 5 ou mais operários.

Entretanto, foram registrados 16 pequenos estabelecimentos rurais que acusaram a seguinte produção, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais são metálicos	112
Indústria de produtos alimentares	346
Indústria de bebidas	120
TOTAL	578

Na indústria de transformação, destaca-se, no cômputo geral, a produção de telhas e tijolos; na de alimentação, a banha de porco e na de bebidas, a aguardente de cana.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade funcionam 36 estabelecimentos comerciais varejistas e 98 em todo o município. Não há nenhuma casa atacadista, banco ou casa bancária. Cuiabá é o centro abastecedor do comércio local, recebendo do município cereais, madeiras e banana.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município comunica-se com as cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte:

1 — Acorizal (via Cuiabá) — rodoviário, 107 quilômetros.

2 — Barra do Bugres — rodoviário, 120 quilômetros.

3 — Barão de Melgaço (via Cuiabá) — rodoviário, 126 quilômetros.

4 — Cáceres — rodoviário, 274 quilômetros.

5 — Poconé — rodoviário, 76 quilômetros.

6 — Rosário Oeste (via Cuiabá) — rodoviário, 163 quilômetros.

7 — Santo Antônio de Leverger (via Cuiabá) — rodoviário, 84 quilômetros.

8 — Várzea Grande — rodoviário — 4 quilômetros.

Está distante 48 quilômetros da Capital do Estado, pela rodovia Cuiabá—Poconé.

Os meios de comunicação da cidade são mantidos por uma Agência Postal-telegráfica de 3.ª classe, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nossa Senhora do Livramento que no Censo Demográfico de 1950 possuía 879 habitantes, contava em 1954, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, com 10 logradouros, dos quais 2 arborizados e 5 servidos por 95 focos de iluminação pública. Havia 220 prédios, dos quais, 45 com ligações elétricas domiciliares.

Os edifícios mais importantes são: Grupo Escolar "José de Barros Maciel", Igreja e Biblioteca Paroquiais, Maternidade e Centro Familiar Livramento.

O abastecimento d'água é feito por um poço semi-artesiano.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um dentista exerce a profissão na sede municipal. A assistência médica é prestada por uma ambulância rural mantida em comum pelo Estado e pela Comissão de Estrada de Rodagem (CER-MT), pelo Dispensário São Vicente, da Associação Paroquial, que igualmente mantém pequena farmácia de emergência, e pela Maternidade Rural.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada à população local através da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância e pela Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, que ali mantém um Lactário.

ALFABETIZAÇÃO — De 9 398 pessoas pertencentes ao grupo de idades de cinco anos e mais, recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 2 341, ou 33%, das quais 1 414 eram do sexo masculino e 927, do feminino. Em relação à população do município, essa percentagem atingia a pouco mais de 20%, considerada excessivamente baixa em relação à verificada para o Estado, que foi de 51%.

Na zona rural, os alfabetizados totalizavam 1 963 habitantes, numa população de 8 513 pessoas.

ENSINO — Em 1956, segundo os últimos dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, relativos ao primeiro mês letivo, o ensino fundamental comum era ministrado no município através de 35 escolas estaduais e 2 municipais. Êsses estabelecimentos tiveram registradas 1 128 matrículas, sendo 1 072 nos estaduais e 56 nos municipais. Não foi constatada a existência de nenhum estabelecimento de ensino extra-primário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma biblioteca e um cinema mantidos pela Paróquia, para instrução e recreio gratuito da população.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	114	30	29	28
1951.......	—	150	201	30	184
1952.......	—	217	504	28	344
1953.......	—	171	723	27	535
1954.......	—	220	570	28	861
1955.......	—	324	717	55	538
1956.......	(1) 14	282	644	76	447

(1) A Coletoria Federal foi instalada em 1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São de caráter religioso as festividades observadas no município. As realizadas em homenagem à padroeira do lugar revestem-se de maior importância, com bandos precatórios pelo interior, angariando tôda espécie de contribuição, missas festivas, leilão de "prendas" e de animais, bailes, sorteios de novos festeiros e congada, da qual participa a população de côr. Essas festividades são

eminentemente populares, a elas concorrendo a população do município, de Várzea Grande e Cuiabá.

VULTOS ILUSTRES — Joaquim Eugênio Gomes da Silva, mais conhecido por "Nheco", filho dos mais ilustres nascidos em Nossa Senhora do Livramento, no ano de 1857. Espírito empreendedor, desgarrou-se desde cedo do município, iniciando o povoamento dos pantanais corumbaenses de rebanhos bovinos, em cuja atividade fêz considerável fortuna. Foi principal incentivador do desenvolvimento do distrito de Nhecolândia, assim denominado em sua homenagem. Recentemente, ao ser comemorado o centenário do seu nascimento, foi emitido um sêlo postal comemorativo com a sua efígie.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município têm o nome de livramentenses. Entretanto, popularmente são chamados "papa-bananas", isto em conseqüência da predileção secular pela sua cultura e consumo, tornando-se a designação característica do povo.

A pecuária vem se transformando ràpidamente em importante ramo de atividade do município, contribuindo para sua recuperação econômica.

Reportando-nos a um pequeno estudo elaborado pela Secção de Inquéritos da Inspetoria Regional de Estatística, "Aspectos Sociais da Vida Municipal", extraímos as seguintes interpretações referentes ao município de Nossa Senhora do Livramento: "Nossa Senhora do Livramento é Município tìpicamente agrícola, contribuindo com apreciável volume de produção para a economia do Estado. Isso, no entanto, não implica em se afirmar que esteja arraigado no povo o amor à terra. Sòmente contingências econômicas e de educação fixam o lavrador ao campo e às atividades agrícolas. Desde que se verifique melhoria econômica ou que solicitações de ordem educacional da prole se manifestem, é freqüente o abandono da propriedade agrícola, por venda ou pela sua entrega a preposto, e a conseqüente fixação no meio urbano. Inúmeras famílias, procedentes do Município, acham-se radicadas em Cuiabá e nada indica que essa evasão se atendeu em conseqüência de modificações ocorrentes no Município.

Cuiabá e Várzea Grande têm sido os centros de maior atração para os que abandonam o Município sendo que êste último representa um ponto de estágio para a conquista da Cidade.

Apreciável número de famílias tradicionais são descendentes diretos dos bandeirantes do século XVIII, caçadores de ouro: os Maciel, os Monteiros, os Barros, os Pompeo de Campos, etc., atestam a fixação no Município dos antigos sorocabanos.

O povo tem muito desenvolvido o senso mercantil; sua inteligência é viva, possuindo grande poder de adaptação, sem contudo, desafeiçoar-se das características próprias do linguajar cantado.

Fora do Município, inúmeros "papa-bananas" se destacam honrosamente nos mais variados campos de atividades, notadamente na política, medicina, advocacia, indústria, pecuária e sacerdócio.

É um povo essencialmente católico".

PARANAÍBA — MT

Mapa Municipal na pág. 205 do 2.º Vol.
Foto: pág. 220 do Vol. II

HISTÓRICO — O território de Paranaíba, primitivamente povoado pelos índios "caiapós", tornou-se conhecido das primeiras bandeiras paulistas, no início do século XVIII, quando ali vieram preá-los para escravos, empreendimento altamente lucrativo e que justifica essas brutais penetrações pela interlândia brasileira.

Tem-se conhecimento de que Antônio Pires de Campos, o célebre "Pai Pira", nome por que ficou conhecido entre os índios, imperou com férrea vontade naquela região, vivendo entre êles, de 1739 a 1755, quando veio a falecer, vítima de um pontaço de flecha envenenada recebido dos silvícolas. Sòmente em 1830 começou a ser povoada a região que hoje compreende o município de Paranaíba, com a vinda de várias famílias do vizinho Estado de Minas Gerais, dali emigradas por questões políticas; destacava-se José Garcia Leal comandando a sua grei, tocando à frente seu gado e seus escravos; essas famílias estabeleceram-se a três léguas aquém Paraíba, seduzidas pelas aguadas existentes e pela fertilidade do solo que se prestava às variadas culturas de subsistência, a que desde logo se entregaram.

A êsses vanguardeiros, logo de início, se aglutinaram novos elementos vindos de Minas Gerais e São Paulo, facilitados pela abertura da estrada pioneira do "Piquiri", entre 1836 e 1838, que, partindo de Cuiabá, ali se bifurcava, demandando em Minas, a cidade de Uberaba, e em São Paulo, a de Araraquara. Êsse empreendimento foi auxiliado decisivamente pelos Irmãos Garcias, que, devassando grande parte do sertão sulino, tiveram o seu nome ligado a essa parte do Estado, por muito tempo chamada "Sertão dos Garcias".

Diz Estevão de Mendonça que, em 11 de janeiro de 1836, foi "nomeado o capitão de milicias José Garcia Leal para o cargo de "diretor da povoação de trinta fogos que se descobrio no vão do Sucuriú, Paraná e Paranahíba", povoação que em 1838, foi erecta em freguezia, com a denominação de Sant'Anna do Paranahiba, e que por uma lei provincial de 1858 passou á categoria de villa. Aquella nomeação prende-se aos seguintes fatos. Perseguições de estreito partidarismo movidos contra o capitão José Garcia Leal, levaram-no a abandonar a provincia de Minas-Geraes, em época anterior a 1835, e a internar-se pelo sertão áquem Paranahiba, por esse tempo apenas ocupados pelos indios Caiapós. Homem de animo decidido, emprehendedor e intelligente, exercendo immensa preponderancia sobre a familia Garcia Leal, que era numerosa, a sua deliberação, estabelecendo-se no angulo formado pelos rios Paranahiba e Aporé, attrahiu para o mesmo lugar seus irmãos Januario, Pedro e Joaquim Garcia Leal. Aquelle, além de treze filhos, escravos e aggregados, e estes acompanhados de uma prole composta de vinte pessoas, viveram em princípio em comum dentro da mesma nesga de terra. Foram se separando aos poucos, mas occupando terras contiguas, de maneira que ali, no amago do sertão, foi rapidamente se erguendo o pittoresco arraial que deu o nome de "Sertão dos Garcias", a toda aquella paragem".

Parece, assim, que o grande historiador Estevão de Mendonça foi errôneamente informado quanto à data de

elevação do povoado a vila, pois constam dos arquivos municipais de Paranaíba, que ela foi resultante da Lei Provincial n.º 5, de 10 de julho de 1857.

Em 1836, erigia-se no povoado a primeira igreja, pelos esforços conjugados dos Garcias e do padre Francisco Sales de Souza Fleury, sob a invocação de Nossa Senhora Sant'Ana, cuja imagem fôra ofertada por Dona Ana Angélica de Freitas, espôsa do "Capitão" José Garcia Leal.

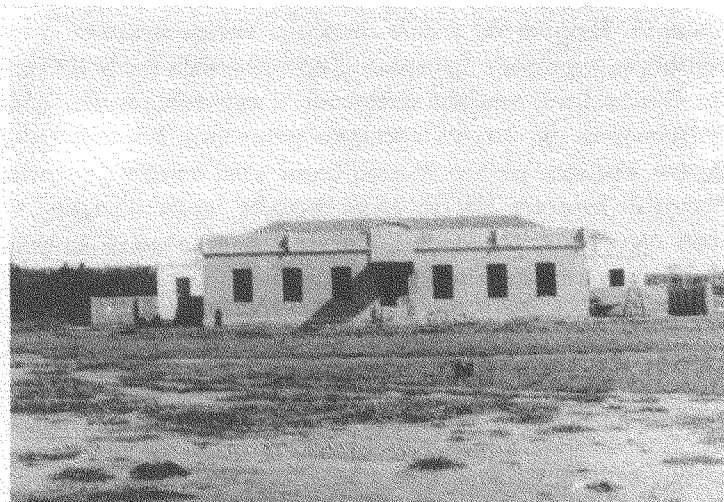
O padre Fleury foi designado pároco da freguesia de Santana do Paranaíba, criada pela Resolução provincial n.º 4, de 19 de abril de 1938, que a elevou, também, à categoria de distrito de paz.

Muito auxiliou o desenvolvimento do povoado a sua invejável localização quase nos limites dos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tornando-se ponto obrigatório de passagem das inúmeras boiadas que, do interior do Estado e da própria zona já povoada de rebanhos, demandavam os mercados compradores daqueles Estados.

Dos últimos anos do século XIX até quase nossos dias, Paranaíba foi teatro de lutas sem tréguas entre suas famílias tradicionais, umas vêzes e outras contra o govêrno regional, sempre compelidas por extremadas paixões políticas. Essas contendas, que muitas vêzes extravasavam as zonas mais próximas de Goiás e Minas Gerais, motivaram o declínio da progressista região, inclusive porque muitas das suas mais proeminentes figuras tiveram que abandoná-la ou foram sacrificadas pelo ódio faccioso que por longos anos ali dominou com notável ferocidade.

Hoje, porém, o município se recupera, sendo, das comunas mato-grossenses, uma das que maiores possibilidades possui para um desenvolvimento promissor, notadamente no ramo agropecuário, para o que muito contribui a fertilidade do seu solo e a boa qualidade das pastagens ali existentes.

Foi o cenário bucólico escolhido por Taunay para nêle situar a comovedora história da menina "Inocência".

Pela Resolução n.º 4, de 19 de abril de 1838, era a freguesia elevada a distrito de paz, limitado pelos rios Paraná, Paranaíba e Correntes, a serra do Caiapó e o rio Pardo. Nesse ano inaugurava-se a primeira escola pública. Vila pela Lei Provincial n.º 5, de 10 de julho de 1857; juizado municipal pelo Decreto n.º 3 302, de 24 de agôsto de 1864; comarca pela Lei n.º 21, de 4 de maio de 1873; elevada a sua sede à categoria de cidade pela Lei n.º 79, de 13 de julho de 1894.

Forum, Delegacia e Cadeia

Pela Lei n.º 145, de 8 de abril de 1896, o Município adquire a paróquia de Baùzinho e do Senhor Bom Jesus dos Passos; posteriormente, outra Lei, de número 210, datada de 10 de maio de 1899, transfere a sede da primeira para a segunda e, por fôrça da mesma Lei, era a freguesia do Senhor Bom Jesus dos Passos desmembrada do município de Santana do Paranaíba e anexada à de Coxim, com a denominação de Melo Talques.

A partir de então, começaram as lutas entre os caudilhos locais, que tanto vieram entravar o progresso do município. Êsses períodos revolucionários em número de cinco, tiveram início em 19 de setembro de 1900 e só terminaram entre 1922 e 1923, quando governava o Estado de Mato Grosso o Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa.

A primeira delas, chefiada por Dionísio Benites, aventureiro condutor de boiadas, teve início em 19 de setembro de 1900, quando José Marques Garcia, mais conhecido como "Bacurau", conduzindo cêrca de 340 homens, por questões vinculadas à demarcação de terras, atacou o fazendeiro José Faustino, em sua residência, à margem direita do ribeirão Figueira. Vencido pela esmagadora superioridade numérica, Faustino, que na luta perdera um sobrinho, uma filha e a própria espôsa, retirou-se para Santana do Paranaíba, a fim de solicitar proteção às autoridades, representadas na pessoa do então chefe político da localidade, cel. Carlos Ferreira de Castro. Dos entendimentos havidos, resultou que, por sugestão daquele político, José Faustino procurasse auxílio do boiadeiro Dionísio Benites, então de viagem para o Estado de São Paulo, já nas alturas de Pôrto Taboado, conduzindo uma boiada da Companhia de Produtos "Sibilis", procedente da Fazenda Descalvados, no município de Cáceres.

O pedido de José Faustino ao boiadeiro, possìvelmente endossado pelo coronel Carlos Ferreira de Castro, foi prontamente atendido, tanto assim que, alguns dias depois, Dionísio invadia a cidade da Santana do Paranaíba, chefiando 46 homens armados, pràticamente sem encontrar resistência do destacamento policial comandado pelo Alferes Pontes, que, em vista de exigüidade dos seus recursos, retirou-se com tôda a guarnição para o vizinho Estado de Minas Gerais.

Dionísio permaneceu alguns dias em Santana, sempre acompanhado de José Faustino, que, ainda profundamente ferido nos seus brios, alimentava sérios desejos de vingança.

Entretanto, nesse meio tempo, não dormia José Marques Garcia que, homiziado na fazenda "Perdizes", de propriedade do coronel Antônio Alves Dias, conseguiu reunir quase 200 homens, esperando o revide dos seus inimigos, que não veio de imediato, o que determinou suas providências no sentido de dispersar a tropa.

Querendo concretizar a sua vingança, José Faustino fêz com que Dionísio retornasse a Santana, desta vez com 80 homens, incluindo-se um grupo de 20 mercenários, arregimentados por Faustino, no Estado de São Paulo, sem encontrar, como das outras vêzes, qualquer resistência da guarnição policial, então sob o comando de um tal tenente Dutra, que estabeleceu boas relações com a malta de invasores, dando-lhe, mesmo, mão forte. Faustino iniciou, então, a sua série de vinganças, prendendo entre outros Manoel

Garcia de Assunção, parente próximo de José Marques Garcia, que foi conduzido à ponte sôbre o rio Santana, e aí assassinado friamente.

Estabeleceu-se, com êsse ato e mais outros praticados dentro da própria cidade de Santana, o pânico e o terror entre os fazendeiros locais que, desorganizados e surpreendidos, julgando que Dionísio e Faustino eram amparados pelo Govêrno do Estado, resolveram abandonar as fazendas, alguns procurando refúgio no estado de São Paulo, e outros, no de Minas Gerais.

Tempos depois, era José Faustino assassinado por assalariados de Dionísio, no Pôrto Taboado e, decorrido quase um ano dos acontecimentos, Dionísio era fuzilado nas redondezas de Ribeirãozinho, no município de Rio Prêto, Estado de São Paulo.

Estava assim encerrado o primeiro surto daquelas lutas, que entraram para a história de Santana do Paranaíba, sob a denominação de "Revoluções".

A segunda "revolução" teve origem nas dissenções políticas que por largo período perturbaram o progresso de Santana do Paranaíba.

Corria o ano de 1903. Augusto Pádua Fleury, filho de Justiniano Salles Fleury, era Intendente Municipal de Santana do Paranaíba. Ao apresentar à Câmara Municipal uma das suas rotineiras prestações de contas, foi ela impugnada por João Luiz do Nascimento, genro do coronel Carlos Ferreira de Castro, que já havia tido papel preponderante na primeira luta ocorrida no município. Alegava o Vereador graves irregularidades na receita escriturada na prestação de contas apresentada, e recusava-se, terminantemente, aprová-la. Por outro lado, o chefe do partido político do Intendente fazia questão fechada da aprovação dos documentos.

Exaltaram-se os ânimos e a situação entrou em fase crítica, quando João Luiz, nas imediações de Pôrto Castro, sofreu um atentado sem maiores conseqüências, tanto assim que continuou a viagem, rumo ao Estado de São Paulo. De regresso, já planejara sua vindita contra o inimigo. Tomou de assalto o pôrto dos "Cupins", ocupando a parte ocidental da cidade, antes que Francisco Garcia da Silveira pudesse tomar qualquer providência no sentido de embargar-lhe os passos. Durante 24 dias a cidade estêve sob intenso tiroteio, quando então João Luiz recebe notícias sôbre a marcha de Antônio Batista Conrado, correligionário de Francisco Garcia, em socorro da cidade. Retira-se, então, para Pôrto Taboado "e o faz em tôda ordem, levando consigo todos os feridos e doentes, graças à habilidade de Alcino de Queiroz, cuiabano aqui vindo em companhia de Dionísio Benites, que, durante todo o período revolucionário, revelou excepcionais aptidões guerreiras".

João Luiz, antes de atravessar o Paranaíba, travou cerrado tiroteio com as fôrças de perseguição de Tonico Camargo, internando-se depois no Estado de São Paulo, dissolvendo sua expedição.

Terminava assim a segunda "revolução", deixando, entretanto, um ambiente de "paz nervosa, que não decorre da tranqüilidade dos espíritos, mas do cansaço e das provações". Os chefes políticos, que estabeleceram aquela paz fictícia, não eram mais simples adversários políticos, mas inimigos rancorosos e irreconciliáveis.

Em 1905, o Governador do Estado, cel. Antônio Paes de Barros (Totó Paes), resolve então intervir, tentando uma pacificação duradoura. Envia para Santana do Paranaíba, Olímpio da Costa Ribeiro, seu amigo pessoal, nomeando-o Coletor Estadual, mas investido de amplos poderes políticos. Olímpio, de início, promove uma reunião entre os adversários, mostrando-lhes os resultados inglórios das lutas que vinham assolando o município.

Essa reunião logrou aparente sucesso, tanto assim, que, garantido, volta João Luiz a residir em Paranaíba. "E quando tudo parecia em calma, é êle, juntamente com seu cunhado Oscar de Castro, alvejado em plena Rua do Rosário. Mortalmente ferido, sucumbe imediatamente, enquanto seu companheiro responde à agressão e consegue escapar ileso".

Olímpio Ribeiro toma drásticas e severas providências. Prende Francisco Garcia da Silveira, Eliser da Silva Latta e João Batista Gomes, possíveis responsáveis pelo acontecimento, remetendo-os, sob escolta, para Cuiabá. Os executantes de João Luiz, os indivíduos Antônio Camuto, José Canuto e Francisco Balbino, decorrido algum tempo, entregaram-se à prisão, assumindo inteira responsabilidade pelo crime.

Mas Olímpio Ribeiro não estava senhor da situação. Conspiravam contra o seu predomínio os correligionários de Francisco Garcia. "Em setembro de 1905, constou em Santana que correligionários de Chico Garcia, se reuniam e conspiravam na fazenda de Francisco Sales, em Goiás, contra o violento predomínio de Olímpio. Informado deste fato, Olímpio Ribeiro sáe a campo, à frente de seus homens, e marchando para aquele ponto, atacou a casa do citado fazendeiro, prendendo Augusto Fleury, Manoel Josefinho, Orozinho de tal e Randolfo Ferraz, que, conduzidos para esta cidade, com exceção de Randolfo Ferraz, que não podendo viajar, por ter sido baleado em uma das pernas, fôra assassinado, na travessia do rio Aporé ou rio dos Peixes. Tendo conhecimento do ocorrido, Alfredo Justino de Souza, genro de Francisco Sales e amigo e companheiro político de Chico Garcia e Augusto Fleury, organiza uma fôrça de mais de cem (100) homens e marcha sôbre Santana".

Nos arquivos da Prefeitura Municipal, de onde foram extraídas e compiladas as presentes notas, encontra-se mais o seguinte, sôbre o "Segundo Período Revolucionário" — "Olímpio Ribeiro que já dispunha de tropa regular com efetivo superior a sessenta (60) homens, reforça êsse contingente com elementos civis, e, por motivos ainda ignorados, se retira para a fazenda Campo-Alegre, onde espera decidido a sorte das armas. Seguem com a fôrça os três (3) matadores de João Luiz e quase tôda a população da cidade que não era muito numerosa, em conseqüência das repetidas perturbações da ordem que então se verificavam no município, bem como do regime de fôrça imposto pelos agentes do poder público. — Onze (11) carros de bois levavam as munições e viveres e as bagagens dos retirantes. Alfredo Justino apodera-se de Santana e, prosseguindo em sua marcha, ataca as fôrças do govêrno, acantonadas na Fazenda Campo Alegre. Após rápido combate, a fôrça atacante, constituída de roceiros bizonhos e inexperientes, esfacela-se completamente, não obstante os incitamentos e bravuras do seu chefe e seus imediatos. O vencedor per-

16 — 24 930

segue tenazmente seus inimigos, e seguindo até a fazenda de José Marques Garcia, um dos chefes do movimento, dedita fogo à casa residencial, uma das melhores sedes das fazendas santanenses, da qual restara apenas os esteios carbonizados a atestarem a violência das paixões que impolgavam aqueles homens, dignos sem dúvida de melhor aproveitamento".

O Govêrno do Estado, impotente para enfrentar e resolver a situação, deixou-a aos cuidados de Olímpio da Costa Ribeiro, que executou uma chefia despótica, até quando houve mudança no govêrno central do Estado.

Em conseqüência da deposição, em 1906, do cel. Antônio Paes de Barros da governança do Estado, assumiu o poder o 1.º Vice-Presidente, cel. Pedro Leite Ozório, filiado à corrente de oposição ao ex-Governador. Mudava-se, assim, o panorama político do Estado, e, com êle, a situação então existente em Santana do Paranaíba.

Olímpio da Costa Ribeiro foi destituído de suas funções, retirando-se para Uberaba, em Minas Gerais. Por influência de Américo Brasileiro Fleury, conduziram-no prêso para o Estado de Goiás, respondendo ali pelos crimes que havia praticado em Santana do Paranaíba.

Em 1908 tem início outra luta sanguinária, logo após "alguns homens de maior destaque no intuito de assegurar um ambiente de tranquilidade e confiança, promoveram um entendimento entre aqueles dois (2) chefes políticos (Alfredo Justino, chefe político da situação, e Oscar de Castro, da oposição) que foi comemorado com passeata pelas principais ruas da cidade e outras manifestações de regozijo".

Não havia ainda resultado prático daquele entendimento, Santana era abalada com a notícia do assassinato, na Fazenda Catêto, de Carlos Ferreira de Castro, irmão de Oscar de Castro. O crime foi imputado aos correligionários políticos de Alfredo Justino.

Impera a desordem na cidade. A residência de Oscar de Castro foi transformada em reduto de resistência, para onde acorrem todos os seus amigos políticos. Alfredo Justino é instado, por pessoas de responsabilidade, a tentar uma solução conciliatória. Nesse sentido, dirige-se à casa de Oscar, quando então é alvejado por Fernando Cangussu. Desencadeia-se, na ocasião, violento tiroteio. Alfredo Justino foge e volta aos seus correligionários para organizar a resistência. Nessa ocasião foram assassinados bàrbaramente o Promotor de Justiça local, Ildefonso Malheiro e o Suplente do Juiz de Direito, João Quintino da Silva. A situação só foi resolvida, quando Oscar de Castro e Alfredo Justino, conseguiram chegar a um novo acôrdo.

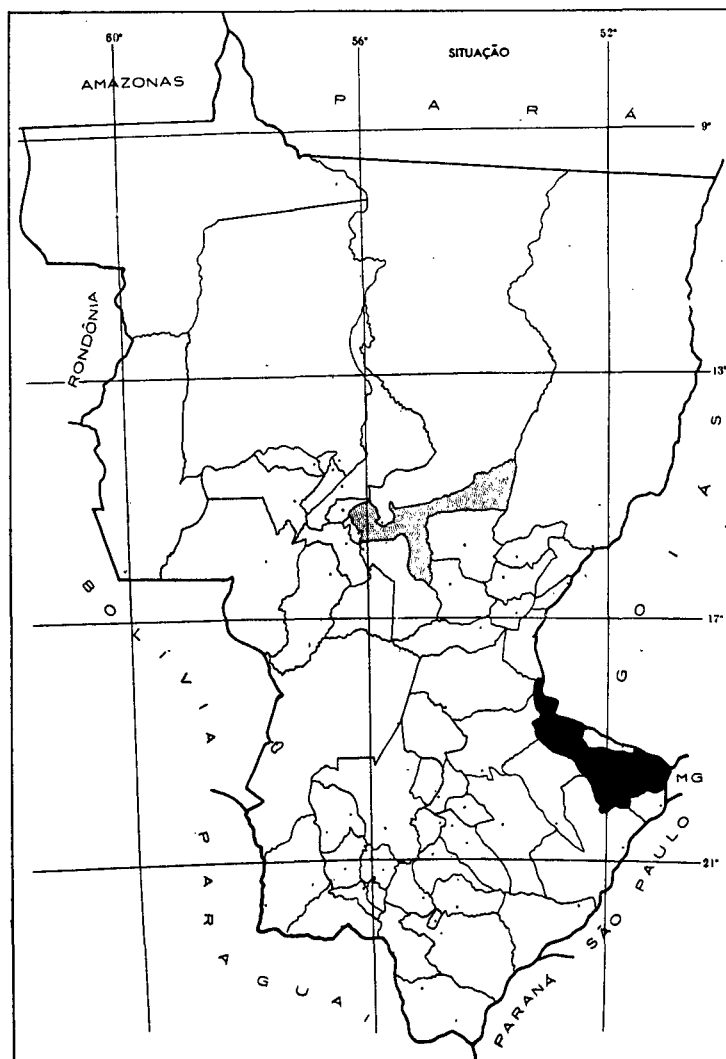
A quinta e última "revolução", chefiada pelo Coletor Estadual José Marques da Silva Fontes, ocorreu durante o Govêrno de Pedro Celestino Corrêa da Costa, entre 1922 e 1926. Foi ràpidamente resolvida pelo Juiz da Comarca, Dr. Honorato de Barros Paim, que chegando em Paranaíba acompanhado de fôrças do Exército, cedidas pelo General Barbedo, auxiliado pelo cel. Alfredo Justino que possuía fôrças organizadas entre civis de Três Lagoas, enfrentou a situação, pondo em fuga José Marques e seus companheiros, que entraram no Estado de Minas Gerais e não mais retornaram a Paranaíba.

Como não podia deixar de ser, essas "revoluções" só concorreram para o declínio da progressista zona, que durante muitos anos ficou estagnada, aguardando a compreensão dos seus filhos mais importantes.

Do seu território primitivo foram desmembradas sucessivamente áreas que formaram os atuais municípios de Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948) e Cassilândia (1954).

Permanece, ainda hoje, como comarca, subordinando-se-lhe o têrmo de Cassilândia. Administrativamente, para o qüinqüênio 1954-1958, está o município dividido em 4 distritos: Paranaíba (distrito da sede) Baús, Inocência e Paraíso.

Atualmente o Poder Executivo é exercido pelo Senhor Gustavo Rodrigues da Silva, empossado em 31 de janeiro de 1955, e o Legislativo é composto por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paranaíba está situado na Zona Sudeste do Estado de Mato Grosso, localizando-se a sede municipal a 12 quilômetros do rio de igual denominação.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

São municípios limítrofes de Paranaíba: Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Água Clara, Camapuã, Coxim, Alto Araguaia e Cassilândia; limita, ainda, com os Estados de Goiás e Minas Gerais. São seus pontos extremos: latitude N. 18° 01' 00"; S. 20° 16' 15"; e longitude E. 50° 56' 36"; e O. 53° 12' 30".

Vista parcial da cidade

A sede municipal situa-se a 600 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, tendo as seguintes coordenadas geográficas, 19° 40' 30" latitude Sul e 51° 11' 00" longitude W. Gr.

ALTITUDE — 330 metros acima do nível do mar, colocando-se o município em 29.° lugar em relação aos demais municípios do Estado de Mato Grosso.

CLIMA — O clima de Paranaíba classificou-se como tropical úmido. A época normal de chuva tem início em fins de setembro indo até março; são mais intensas entre janeiro e fevereiro.

ÁREA — Paranaíba ocupa o 14.° lugar em extensão territorial no Estado; seu território possui 18 730 quilômetros quadrados, ou seja, 1,43% sôbre a área total de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município está situado no vale do rio Paranaíba, um dos formadores do Paraná. Quanto a acidentes geográficos dignos de menção, salientam-se as quedas d'água "Saltinho" e "Divisa", no ribeirão Pedra Branca; e "Fazendinha", no rio Sucuriú e "Paraíso" e "Mimoso", nos rios de iguais nomes, além de outros de menor importância nos rios Pântano, Indaiá Grande e Sant'Ana. O rio Paranaíba, por sua vez, apresenta aspectos interessantes com as suas ilhotas e "rápidos". Pouco abaixo do Pôrto Alencastro, as fortes corredeiras rasgaram em seu leito um profundo canal, pelo qual se insinuam as águas no período da sêca, deixando a descoberto um lençol de formação granítica, que se estende por 3 000 metros, aproximadamente.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, predomina a extração de argila para telhas e tijolos de origem vegetal, cita-se como a principal, embora em pequena escala, a extração de madeira para fins de beneficiamento e de consumo como combustível; no reino animal, destaca-se o peixe, apesar de não ser explorado para fins econômicos.

POPULAÇÃO — O município de Paranaíba contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 22 482 habitantes, o que lhe dava mais de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 11 806 pessoas eram do sexo masculino e 10 676, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 944 homens e 919 mulheres, num total de 1 863 habitantes; no suburbano, 184 pessoas do sexo masculino e 192, do feminino, totalizando 376 habitantes; e no quadro rural, um total de 20 243 habitantes, dos quais 10 678 do sexo masculino e 9 565, do feminino. A zona rural concorria com 90,04% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava assim distribuída: brancos, 10 491 homens e 9 502 mulheres, num total de 19 993 pessoas; pretos, 889 pessoas do sexo masculino e 809, do feminino, totalizando 1 698 habitantes; pardos, 419 homens e 355 mulheres, ou seja, um total de 774 habitantes, e sem declaração de côr, 17 habitantes.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 2 329 homens e 1 364 mulheres, num total de 3 693 pessoas; casadas, 7 211 pessoas, das quais 3 614 homens e 3 597 mulheres; desquitados e divorciados, 8 homens e 2 mulheres, num total de 10 pessoas; e viúvos, 177 homens e 463 mulheres, totalizando 640 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população distribuía-se em: brasileiros natos, 11 765 homens e 10 664 mulheres, num total de 22 429 habitantes; brasileiros naturalizados, 8 homens e 2 mulheres, num total de 10 habitantes; e estrangeiros, 33 habitantes do sexo masculino, 10, do feminino, num total de 43 pessoas.

No que diz respeito à religião, 11 191 homens e 10 117 mulheres, num total de 21 308, declararam-se católicos, 252 habitantes, dos quais, 135 homens e 117 mulheres, protestantes; 448 homens e 417 mulheres, totalizando 865 habitantes, declararam-se espíritas; 4 homens e 11 mulheres, outras religiões; sem religião 35 pessoas, das quais 25 homens e 10 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 7 pessoas, sendo 3 homens e 4 mulheres.

Quanto aos distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Paranaíba (sede): 1 324 habitantes na cidade e 10 702 na zona rural distrito de Baús, apenas 995 habitantes na zona rural distrito de Cassilândia, 683 habitantes na vila e 3 334 na zona rural; distrito de Inocência, 41 habitantes na vila e 4 011 na zona rural, e o distrito de Paraíso, 191 habitantes na vila e . . 1 201 na zona rural.

A cidade de Paranaíba, com a população já descrita, sendo 647 habitantes do sexo masculino e 677, do feminino, colocava-se em 18.° lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Os principais aglomerados urbanos, são: a cidade de Paranaíba, com a população já descrita; Baús, com uma população de 995 pessoas, das quais 532 do sexo masculino e 463, do feminino; Inocência, com 4 017 habitantes, sendo 2 115 homens e 1 937 mulheres; e Paraíso, com 1 392, das quais 726 homens e 666 mulheres. Entre os povoados, destacam-se os seguintes: Areré, com uma população estimada em 120 pessoas; Velhacaria, com 75 habitantes, aproximadamente; e Coqueiros, Fazenda das Pedras e Bocaina, com menos de 50 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A vida econômica do município gira em tôrno das atividades agropecuárias. No setor agrícola, a sua produção alcançou, em 1956, segundo dados compilados pela Agência Municipal de Estatística para o Serviço de Estatística da Produção, importância superior a 49 600 mil cruzeiros, contribuindo com maiores parcelas o milho, com 25 300 mil cruzeiros; o arroz, com 18 200 mil cruzeiros; o feijão, com 3 750 mil cruzeiros e outras culturas de menor expressão econômica.

De acôrdo com a mesma fonte, estimavam-se os seus rebanhos em mais de 1 bilhão de cruzeiros, sobressaindo as espécies bovina, com 960 milhões; suína, com 180 milhões; eqüina, com 7 milhões e muares, com 2 400 mil cruzeiros, além de outras menos expressivas (asininos, ovinos e caprinos).

A indústria no município está representada por pequenas fábricas de manteiga e queijo (freqüentemente nas próprias fazendas), de calçados, de tijolos e de telhas comuns, de ladrilhos hidráulicos, de móveis, de dormentes, serrarias, abate de animais bovinos e suínos para consumo público, padarias e produção e distribuição de energia elétrica. Destacam-se, nas indústrias enumeradas, dois estabelecimentos; uma fábrica de manteiga e outra de preparação de dormentes, cuja produção englobada, em 1955, ultrapassou a casa dos 4 milhões de cruzeiros.

A indústria extrativa não tem grande significação econômica na vida do município. De origem mineral, predomina a extração de argila para tijolos e telhas; de origem vegetal, a extração de madeira para construção e preparação de dormentes, e lenha para combustível.

O valor total da produção industrial de Paranaíba, no ano em referência, segundo apurações do Departamento Estadual de Estatística, atingiu a mais de 14 milhões de cruzeiros, estando assim distribuída, por classe de indústria, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	105
Indústria de madeira	2 860
Indústria do mobiliário	328
Indústria de couros e peles e produtos similares	170
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	810
Indústria de produtos alimentares	10 280
Serviços industriais de utilidade pública	123

Como se verifica, a indústria básica do município é a de produtos alimentares, que concorreu com mais de 70% para o valor total da produção.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio está representado por 16 firmas, das quais 7 com movimento superior a 1 milhão de cruzeiros, vendendo por atacado e a varejo, simultâneamente. Estima-se em 28 o número de estabelecimentos comerciais existentes no município.

O Banco Nacional do Comércio e Produção S. A. mantém 1 agência na cidade de Paranaíba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Paranaíba comunica-se com as sedes municipais vizinhas, pelos seguintes meios de transporte:

Rodoviário:

1. Água Clara, 222 km;
2. Alto Araguaia, 490 km;
3. Aparecida do Taboado, 60 km;
4. Camapuã, 222 km;
5. Cassilândia, 125 km;
6. Coxim, 222 km;
7. Três Lagoas, 204 km;

Aéreo:

1. Alto Araguaia, 400 km;
2. Aparecida do Taboado, 40 km;
3. Cassilândia, 80 km;
4. Três Lagoas, 140 km.

No sistema rodoviário do município, apenas dão tráfego todo o ano as estradas que demandam Alto Araguaia, Aparecida do Taboado, Cassilândia e Três Lagoas.

O transporte aéreo entre Paranaíba, Cassilândia e Três Lagoas, é feito por intermédio de táxis-aéreos. O Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A. faz a ligação com Alto Araguaia e Aparecida do Taboado, respectivamente.

Liga-se com a Capital do Estado, via aérea, numa distância de 600 quilômetros, aproximadamente.

O serviço de comunicações de Paranaíba é mantido pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, por intermédio de uma Agência Postal-radiotelegráfica, situada na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Paranaíba, contando em 1950 (Censo Demográfico do Brasil) uma população de 1 324 habitantes, possuía, em 1954, segundo informa o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 17 logradouros públicos, sendo 1 ajardinado. Todos êsses logradouros possuíam iluminação pública e domiciliária, sendo que a primeira era mantida por intermédio de 200 focos. Dos logradouros, 5 eram servidos por água encanada. Dos 350 prédios existentes na cidade de Paranaíba, 153 possuíam ligações elétricas e 102 eram abastecidos por água canalizada.

Os principais edifícios da cidade são: Grupo Escolar "José Garcia Leal", Cine-Teatro Paranaíba, Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana do Paranaíba, Educandário Santa Clara, Forum, Hospital Municipal, Patronato de Menores.

ASSISTÊNCIA — É mantida por intermédio do Hospital Municipal, atualmente arrendado ao Dr. Antônio Portugal, possuindo 18 leitos disponíveis; pela Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, de propriedade dos doutores Leolindo Coêlho Vieira e Ana Ligia Mancini, com 18 leitos disponíveis e pelo Pôsto de Saúde do 8.º Distrito Sanitário, de propriedade do Govêrno do Estado.

Militam na cidade de Paranaíba 4 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos, existindo ainda 5 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência é

responsável, na sede municipal, pela assistência social aos pobres e desamparados. Paranaíba conta com a "Cooperativa Agrícola de Paranaíba", congregando cêrca de 50 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo apurou o Recenseamento de 1950, o município de Paranaíba possuía 18 267 pessoas de 5 anos e mais, sendo que sabiam ler e escrever 5 514, ou seja, 31%, sôbre a população daquele grupo de idade. Dos habitantes alfabetizados, 3 332 eram do sexo masculino e 2 182, do feminino. A população que sabia ler e escrever, localizada na zona rural, era composta por 4 558 pessoas (25% sôbre aquêle grupo de idade), sendo 2 808 homens e 1 750 mulheres).

Dos 18 267 habitantes que compunham a população maior de 5 anos e mais, 12 753, sendo 6 260 homens e 6 493 mulheres, eram analfabetos.

ENSINO — O Departamento Estadual de Estatística informa que no primeiro mês letivo de 1956 funcionavam em Paranaíba 10 escolas estaduais, 1 municipal e 4 particulares, totalizando 15 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum. O movimento de matrícula inicial foi o seguinte: nos estabelecimentos estaduais, 544 alunos; no municipal, 15; e no particular, 212, num total de 771 alunos. Nessas escolas exerciam atividade 24 professôres. Em 1957 foi criado e instalado na cidade o Ginásio Estadual "Wladislau Garcia Gomes".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Paranaíba funciona o Cine-Teatro Paranaíba, inaugurado em 1953, com capacidade para 438 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro, no período de 50-56, foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 144	963	246	1 167
1951	—	1 453	467	248	514
1952	—	1 819	1 322	266	958
1953	—	2 119	526	431	799
1954	—	3 928	1 404	595	1 140
1955	—	3 245	1 584	350	1 508
1956		3 153	2 087	513	2 117

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O livro n.º 1 da Comarca de Paranaíba tem o têrmo de abertura datado de 10 de abril de 1838. Era então Presidente da comarca, o Sr. Manoel Dias de Castro Júnior e Escrivão, o Senhor Casemiro Joaquim Ferreira Payva. A 1.ª escritura foi lavrada no dia 22 de agôsto daquele ano, sendo outorgante a Sra. D. Ana Angélica de Freitas e outorgado, o Senhor Antônio Motta Paes. Foram testemunhas, os Srs. Joaquim e Antônio Ferreira Mello.

Não há monumentos históricos no município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Existem apenas as de caráter religioso, sendo as principais: a de São Sebastião, a 20 de janeiro e a de Nossa Senhora Santana, padroeira da cidade, no dia 26 de julho, que aliás se considera feriado municipal.

VULTOS ILUSTRES — Ari Coelho de Oliveira — Nascido em Baùzinho, distrito de Baús, em 10 de fevereiro de 1910 e assassinado em Cuiabá, a 21 de novembro de 1952. Médico e político, jornalista dos mais brilhantes. Por ocasião de sua morte, ocupava o cargo de Prefeito Municipal de Campo Grande, para o qual fôra eleito em 3 de outubro de 1950. Na sua administração, Campo Grande atravessou uma fase de intenso progresso.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Apenas o rio Paranaíba, com seus "rápidos" e "corredeiras", pode constituir atração turística local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Como ocorre na maioria dos casos, a toponímia municipal deu a denominação local aos seus habitantes, que são chamados "paranaibanos". O topônimo do município é conseqüência da existência do rio Paranaíba que banha grande extensão do seu território.

Paranaíba é sede de comarca, subordinando os têrmos de Paranaíba, Aparecida do Taboado e Cassilândia e mais os distritos judiciários de Baús, Inocência e Paraíso. Possui 6 Cartórios, sendo 3 localizados na sede municipal e 3 nos distritos citados. Seu quadro eleitoral era composto de 8 600 pessoas, em fins de 1956.

Em dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 63 automóveis e jipes, 1 ônibus, 67 caminhões e 25 camionetas.

É sede de Paróquia de Nossa Senhora Santana, subordinada à Diocese de Corumbá. Do culto protestante, existe 1 igreja batista evangélica. Do culto espírita, 1 centro espírita "Jesus Consolador".

Na sede municipal estão localizados: 1 hotel (Hotel Brasil, com capacidade para 20 hóspedes) e 4 pensões, com capacidade para 130 pessoas.

O município está incluído no traçado de penetração no Estado de Mato Grosso pela Estrada de Ferro Araquarense, que já mantém na sede municipal um serviço rodoferroviário.

São numerosos os campos de pouso para táxis-aéreos em todo o perímetro municipal. Além da vila de Baús e do Povoado Capela, 18 fazendas os possuem. Não contando com aeroporto, a cidade de Paranaíba mantém um campo de pouso em perfeitas condições, cuja pista mede .... 60 x 1 200 m, utilizado duas vêzes por semana pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A.

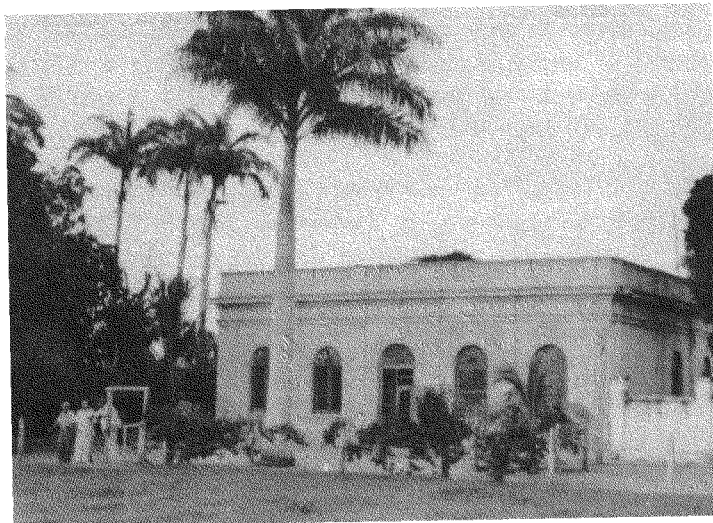
POCONÉ — MT

Mapa Municipal na pág. 81 do 2.º Vol.

Fotos: págs. 74, 80, 131, 133 e 134 do Vol. II

HISTÓRICO — A descoberta das minas de ouro do "Beripoconé", em 1777, deu origem à fundação de Poconé. As lavras de "Ana Vaz", "Tanque do Padre", "Tanque do Arinos", "Lavra do Meio", "Tereza Botas" e outras, desde logo se povoaram de faiscadores, aventureiros e mercadores que, seduzidos pela abundância do ouro fàcilmente extraído, formaram o núcleo inicial de povoamento da zona. A rancharia assim formada, na desordem típica dos aglomerados garimpeiros, era elevada a arraial, em 21 de janeiro de 1781, com a denominação de "São Pedro d'El Rey", em homena-

gem ao rei D. Pedro III, tendo sido lavrado o seguinte têrmo:

"Aos vinte e hum dias do mês de Janeiro de 1781 anos neste Arraial de Beripoconé distrito de Cuiabá, aonde foi vindo o Mestre de Campo Commandante das Forças Auxiliares e Governo Politico Antonio José Pinto de Figueiredo, e sendo ahi em execução e cumprimento de huma positiva ordem, que lhe foi expedida pela Secretaria do Governo, decretado pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Governador e Capitam General desta Capitania datada em dezoito de Dezembro de mil setecentos e oitenta proximo passado; e convocados todos os habitantes deste Arraial que lhe foi imposto o nome de São Pedro de El-Rey em obsequio do Augusto nome de El-Rey Nosso Senhor Dom Pedro Terceiro, que o alto Deus prospere e felicite, para que daqui em diante por tal se denomine, e não Arraial de Beripoconé, por ser este nome gentilico e Barbaro, e derivar-se do gentio, que habitou nesta paragem, em cujo Arraial invocado São Pedro d'El-Rey, se acharão e prezentemente alem da Nobreza, um avultado numero de Povo, que ao todo faz o total de duas mil, cento e dezoito pessoas, de todas as qualidades, como consta do Mappa que se extrahio do mesmo Arraial, ficando este distante da Villa do Cuiabá, linha reta dezesseis leguas pouco mais ou menos, e o seu rumo directamente ao Sul da mencionada Villa: o qual solenne acto judicial assim feito, se executou na conformidade, e contemplação da referida ordem do dito Excellentissimo Senhor General, e para a todo o tempo constar, se fez este termo, que todos assignarão, eu José de Vas Concellos Castelbranco tabelião que o sobescrevi e assignei — José de Vas Concellos Castelbranco — o Mestre de Campo Commandante Antonio José Pinto de Figueiredo — o Padre Manoel Alves de Campos — Jeronimo de Magalhães — Salvador Jorge Velho — o Sargento-Mor José Paes das Neves — João Batista Duarte — José Manoel Martins — Gaspar Antonio de Azevedo e Araujo — Domingos Carlos de Oliveira — Felis Gonçalves Netto — Mathias Soares Bulhoens — André Alves da Cunha — Manoel Martéus Colaço — Thomé Gomes Pereira — Pedro José do Amaral — Antonio Xavier de Siqueira — Antonio de Souza — Antonio Francisco Coelho Bitancurt — Manoel Nunes Martins — Vicente José Ferreira — Mathias Leite de Barros — Vicente José de Souza — Maximiniano de Oliveira Paes — Raymundo da Costa Magalhães — José Ribeiro Mendes — José Luiz Coelho — Antonio da Silva de Carvalho — Thomé Alves da Silva — Manoel José Gomes de Barros — Manoel Garcia dos Santos — Francisco de Oliveira Garcia — Pantaleão de Santo Agostinho — Antonio José de Souza — João Mendes Rodrigues — Paulo Antonio de Andrade — Bernardino Gomes Pereira — José Gomes Pereira — Luiz Pedroso de Barros — Lourenço Castanho Taques — José Mathias Galvão — Julio Vieira Ambre — João de Deus Pereira — João José Guimarães" (Annaes do Senado da Comarca de Cuiabá)

Sede da Fazenda São João

Arrefecida a febre do ouro, tal como ocorreu nas primitivas lavras do norte do Estado, começou a decair o próspero arraial, cujos componentes mais avisados, transpondo o ribeirão "Bento Gomes", instalaram as primeiras fazendas de criação nos férteis campos que ali descobriram entre os rios Paraguai e São Lourenço. Essa providencial mudança de atividade veio a tempo de salvar a zona de total despovoamento, fixando definitivamente ao solo a população flutuante das lavras auríferas.

Estabelecendo-se na extensa zona de pastagem do pantanal, desde logo se multiplicaram as propriedades pecuárias que, com o decorrer dos anos, deram ao município a destacada posição de 3.º produtor de bovinos do Estado.

A guerra do Paraguai, por mais de uma vez, pôs à prova o destemor e o patriotismo da gente poconeana. Dali saíram os cavalarianos audaciosos que com inegável brilho combateram o invasor no "Alegre" e em "Dourados", onde muitos dêles, com a vida, consolidaram o segundo Império, destacando-se o tenente Antônio João Ribeiro, de cêpa ilustre, tràgicamente dado em holocausto à defesa do Brasil em mãos do inimigo. A varíola que em 1867 grassou com enorme virulência, culminou as vicissitudes que rudemente se abateram na época sôbre o município, já desfalcado de sua juventude e de seus recursos econômicos mobilizados contra o invasor.

Nas revoluções que periòdicamente se desencadearam no Estado, nos fins do século passado até a última delas, ocorrida em 1916, Poconé sempre estêve presente com os seus célebres cavalarianos, tanto em defesa como na oposição aos podêres constituídos, sofrendo sempre desfalques ruinosos em seus rebanhos, pelo saque, algumas vêzes, outras, pelas requisições que nada mais eram do que o saque legalizado. Daí até os dias atuais, teve o município oportunidade de se desenvolver dentro de clima de perfeita normalidade, reconquistando seu prestígio de grande produtor de bovinos e de cavalares.

O distrito foi criado por efeito da Resolução régia de 9 de agôsto de 1811, subordinado ao município de Cuiabá. O Decreto-lei, de 25 de outubro de 1831, criou o município com território desmembrado do de Cuiabá, tendo por sede o arraial de "São Pedro del Rey" com a denominação de Poconé, instalando-se em janeiro de 1833. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade por fôrça da Lei Provincial n.º 1, de 1.º de junho de 1863.

De acôrdo com as divisões administrativas do Brasil, referentes aos anos de 1911 e 1933, bem como as territoriais, datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 145, de 29 de março de 1938, o município aparece com apenas um distrito: o de Poconé.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, que fixou o quadro da divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o distrito de Poconé perdeu parte do seu território para constituir o novo distrito de Rio Alegre, e o município passou, então, a compor-se do distrito da sede e do de Rio Alegre, situação essa mantida no quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943 e pelo Decreto-lei estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixa a divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1949-1953.

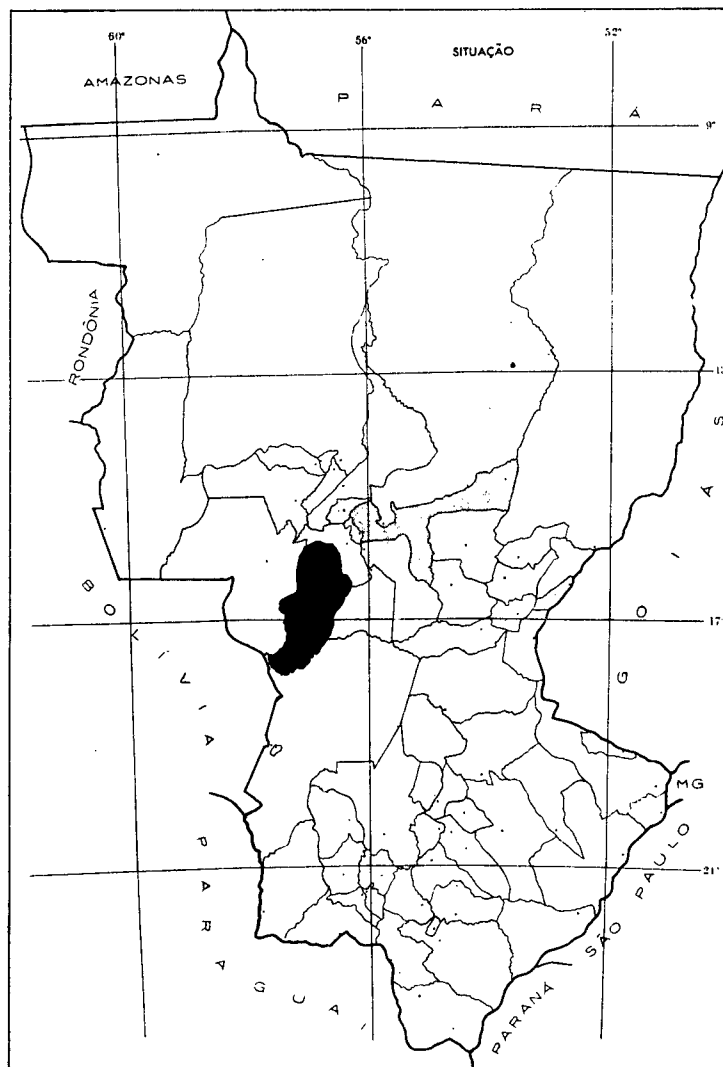
As Leis estaduais n.ºs 661 e 711, de 10 e 16 de dezembro de 1953, criam, respectivamente, os distritos de paz de Cangas e Fazenda de Cima, extinguindo ao mesmo tempo o antigo distrito de Rio Alegre, passando o município, de acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 370, de 31 de julho de 1954, que retifica as leis que modificaram o quadro territorial do Estado, para o qüinqüênio 1954-1958, a constituir-se dos distritos de Poconé, Cangas e Fazenda de Cima.

A comarca de Poconé foi criada em 1840. Segundo divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município de Poconé compreende o têrmo judiciário único da comarca de igual nome. Tal situação foi mantida pelos Decretos estaduais n.ºs 208, de 18 de outubro de 1938, 545, de 31 de dezembro de 1943, 583, de 24 de dezembro de 1948 e 370, de 31 de julho de 1954, que fixam os quadros territorial, administrativos e judiciários do Estado, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943, 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Giovani Nunes Rondon, e constituída a Câmara de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Poconé pertence à Zona Fisiográfica do Pantanal, estando a sede municipal situada a 8 quilômetros do ribeirão Bento Gomes. Limita com os municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço e Corumbá. A cidade fica a 100 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, na direção S.S.O. São as seguintes suas coordenadas geográficas: 16° 15' 24" de latitude S. e 56° 36' 24" de longitude W.Gr. O município todo está compreendido entre os seguintes pontos extremos: latitude N. 15° 35' 15" e S. 17° 54' 30"; longitude E. 56° 19' 15" e O. 57° 41' 00".

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 93 metros, em declive ligeiramente acentuado para o sul, colocando-se em 58.º lugar em relação às demais cidades do Estado.

CLIMA — O município apresenta o clima tropical úmido. As chuvas mais freqüentes ocorrem nos meses de novembro a março, sendo mais abundantes em janeiro. São as seguintes as temperaturas observadas na sede do município: média das máximas — 30°C; média das mínimas — 10°C; média compensada 20°C.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — A área do município é de 17 790 quilômetros quadrados, correspondendo a 13,57% da área total do Estado, colocando-se em 16.º lugar junto às demais comunas mato-grossenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Cuiabá e São Lourenço. Outros rios de pequeno curso: Bento Gomes, Cassange, Alegre, Novo, Sararé e Figueira; baías de São Luiz e Pedro Alves. Situando-se o município na zona do pantanal, o seu território tem a formação de planura ligeiramente inclinada na direção sul. Os seus campos são cortados de cordilheiras de vegetação alta e capões.

RIQUEZAS NATURAIS — O município dispõe de apreciáveis riquezas naturais. No reino mineral há ocorrência de ouro, pedras cristal e canga, e possìvelmente petróleo; barro para tijolos e telhas.

No reino vegetal, tôdas as espécies de madeiras típicas da região destacando-se cedro, aroeira, cambará, guanandi, piquizeiro, peroba. Entre as gomíferas há abundância de mangabeiras; entre as oleaginosas, destaca-se o babaçu, além de espécies de plantas medicinais.

No reino animal: anta, capivara, onça parda, jaguatirica, caititu, queixada, etc.; perdiz, mutum, aracuá, jacutin-

ga, marreca e pato selvagem, existem em quantidade em todo o município; os pantanais são habitados ainda por variadas espécies de aves ornamentais, como garça, tuiuiú, baguari, papagaios, tucanos, colheiros, etc.

POPULAÇÃO — O município de Poconé contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 13 438 habitantes, o que lhe dava 0,75 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 6 786 pessoas eram do sexo masculino e 6 652 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 1 218 homens e 1 514 mulheres, num total de 2 732 habitantes; no suburbano, 249 pessoas do sexo masculino e 248, do feminino, totalizando 437 habitantes; e no quadro rural, um total de 10 209 habitantes, dos quais 5 319 do sexo masculino e 4 890, do feminino. A zona rural concorria com 75% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 1 821 homens e 1 827 mulheres, num total de 3 648 pessoas; pretos 1 929 pessoas do sexo masculino e 1 737, do feminino, totalizando 3 666 habitantes; e pardos, 3 033 homens e 3 080 mulheres, ou seja, um total de 6 113 habitantes.

Aspecto parcial da charqueada São João

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 898 homens e 1 694 mulheres, num total de 3 592 pessoas; casadas, 3 223 pessoas, das quais 1 611 homens e 1 612 mulheres; desquitados e divorciados, 1 homem; e viúvos, 127 homens e 271 mulheres, totalizando 398 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim discriminada: brasileiros natos, 6 761 homens e 6 635 mulheres, num total de 13 396 habitantes; brasileiros naturalizados, 1 homem e 1 mulher, num total de 2 habitantes; e estrangeiros, 24 habitantes do sexo masculino e 16, do feminino, num total de 40 pessoas.

Segundo a religião, 6 744 homens e 6 634 mulheres, num total de 13 378, declararam-se católicos romanos; 19 habitantes, dos quais 13 homens e 6 mulheres, protestantes; 19 homens e 10 mulheres, totalizando 29 habitantes, declararam-se espíritas; 1 homem ortodoxo; 1 homem, outras religiões; sem religião, 7 pessoas, das quais 6 homens e 1 mulher; e finalmente, sem declaração de religião um total de 3 pessoas, sendo 2 homens e 1 mulher.

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Poconé (sede): 3 054 habitantes na cidade e 8 261 na zona rural; e distrito de Rio Alegre, 175 habitantes na vila e 1 948 na zona rural.

A cidade de Poconé, com a população já descrita, sendo 1 345 habitantes do sexo masculino e 1 709, do feminino, colocava-se em 9.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Poconé (3 054 habitantes), cuja população já foi descrita, e vila de Rio Alegre (175 habitantes), segundo o Recenseamento de 1950.

De acôrdo com elementos relativos a 1954, colhidos através da Agência Municipal de Estatística, havia no município os seguintes povoados, com índice de população superior a 200 habitantes: Pantanal, com 135 casas e 600 habitantes; Maravilha, com 58 casas e 315 habitantes; Faval, com 48 casas e 253 habitantes; Buriti, com 50 casas e 232 habitantes e Pirizal, com 54 casas e 202 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem sua base econômica firmemente assentada na pecuária, cujos efetivos, em 1956, segundo elementos coletados para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, eram os seguintes:

Bovinos, 600 000 cabeças, no valor de .... Cr$ 1 500 000 000,00; eqüinos, 32 400 cabeças, no valor de Cr$ 81 000 000,00; asininos, 700 cabeças, no valor de .... Cr$ 3 150 000,00; muares, 1 296 cabeças, no valor de Cr$ 7 776 000,00; suínos, 42 000 cabeças, no valor de .... Cr$ 147 000 000,00, totalizando 676, 396 cabeças, no valor de Cr$ 1 738 926 000,00.

A agricultura, segundo a mesma fonte e em igual período, contribuiu com uma produção bastante expressiva, avaliada em mais de Cr$ 20 000 000,00, destacando-se a mandioca (6 100 toneladas), cana-de-açúcar (25 600 toneladas), arroz com casca (384 000 quilos), milho (177 500 quilos), feijão (60 000 quilos), além de outros produtos de sustentação, em menor volume.

A produção industrial em 1955, segundo informações do Departamento Estadual de Estatística, alcançou o apreciável valor de Cr$ 25 337 000,00, contribuindo com .... Cr$ 24 111 000,00, a indústria alimentar, destacadamente a industrialização da carne, com Cr$ 16 527 000,00; a indústria de transformação de minerais não metálicos alcançou Cr$ 382 000,00; a produção de fumo em corda, ... Cr$ 322 000,00; a de bebidas, Cr$ 240 000,00; a vegetal, Cr$ 220 000,00; a de energia elétrica, Cr$ 50 000,00 e a extrativa mineral, Cr$ 12 000,00.

Em que pese a falta de um sistema eficiente de contrôle da exportação bovina, é ela calculada em 50 mil cabeças anualmente, sendo os principais centros compradores o Estado de São Paulo e o município de Cuiabá.

Atualmente, pela rigidez adotada na compressão de créditos, vem o município sofrendo suas conseqüências no comércio de gado, acumulando apreciável disponibilidade de gado bovino para invernada.

Vista da Fazenda São João

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade há 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 30 varejistas. Uma Agência da Caixa Econômica Federal, com 436 cadernetas em giro e depósitos no valor de Cr$ 3 397 000,00; um correspondente do Banco do Brasil S. A. e uma Agência do Banco Nacional do Comércio e Produção S. A. O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Cuiabá e São Paulo. Em todo o município, estão estabelecidas 78 casas varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelas seguintes emprêsas de navegação fluvial: Serviço Nacional da Bacia do Prata, Miguéis & Cia. Ltda, Scaff, Gatass & Cia., sediadas em Corumbá, através do pôrto do "Cercado". Entretanto, pelas dificuldades de transporte rodoviário entre êsse pôrto e a sede municipal, a maioria das cargas importadas é consignada para Cuiabá.

O município está ligado às comunas vizinhas, pelos seguintes meios de transporte:

1 — Cáceres — rodovia, 198 quilômetros;

2 — Corumbá — misto: a) rodoviário até Cáceres, 198 quilômetros e b) fluvial, 730 quilômetros.

3 — Nossa Senhora do Livramento — rodoviário, 76 quilômetros;

4 — Barão de Melgaço — misto: a) rodoviário até Santo Antônio de Leverger, 160 quilômetros e b) fluvial, 145 quilômetros.

Está distante da Capital do Estado 124 quilômetros pela rodovia Cuiabá—Poconé—Cáceres.

Na cidade funciona uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e, em "Pôrto Jofre", uma estação radiotelegráfica de propriedade particular, servindo igualmente ao público.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Poconé tinha, em 1950, segundo o Censo Demográfico, 3 054 habitantes, dos quais 1 345 eram homens e 1 709 eram mulheres.

Conta com 39 logradouros, dos quais 25 possuem pavimentação natural, pois a cidade se assenta sôbre um lajedo uniforme que dispensa qualquer outro tipo de pavimentação; um dos logradouros é ajardinado.

Segundo "Melhoramentos Urbanos — 1954", do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a cidade possuía, naquele ano, 673 prédios, 28 logradouros servidos por 230 focos de iluminação pública, 26 logradouros com distribuição de energia elétrica domiciliária e 160 ligações.

Não dispõe de abastecimento dágua e esgotos. Entretanto as casas são dotadas de poços, que produzem água abundante, de apreciável pureza.

Os edifícios mais importantes são: Igreja Paroquial, Grupo Escolar, Asilo Imaculada Conceição, Prefeitura Municipal, Sede Paroquial, Cine Prado, além de muitas residências modernas que aos poucos vão transformando a fisionomia centenária da cidade garimpeira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 3 médicos, 3 dentistas, 2 farmacêuticos e 3 auxiliares de enfermagem.

Possui a cidade um Hospital Geral mantido pela "Sociedade Beneficente Poconeana" e é sede do 2.º Distrito Sanitário, com um Pôsto de Higiene mantido pelo Estado. Existe uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — São os seguintes os órgãos que se dedicam à assistência social: Conferência São Vicente de Paula, Asilo e Orfanato Imaculada Conceição e Secção Municipal da Legião Brasileira de Assistência.

Uma cooperativa — "Cooperativa Mista de Poconé Limitada" — fundada em 1946, organismo que congrega 131 criadores, com um capital subscrito de .... Cr$ 2 000 000,00, e realizado, de Cr$ 1 707 400,00.

ALFABETIZAÇÃO — Dentre a população de 5 anos e mais, recenseada em 1950 (11 162 pessoas), 3 561, 2 015 homens e 1 546 mulheres, declararam saber ler e escrever e 7 601, 3 618 homens e 3 983 mulheres, declararam-se analfabetas. Na cidade de Poconé a população maior era composta por 2 568 pessoas; 604 homens e 714 mulheres, sabiam ler e escrever. Eram analfabetas 498 pessoas do sexo masculino e 752 do feminino. O número de pessoas que sabiam ler e escrever representava 46,8% em relação a êsse grupo de idades e 26,5% relativamente ao total da população recenseada. Era um dos municípios de menor índice de alfabetização verificado no Estado.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em todo o município, segundo os resultados no fim do primeiro mês letivo de 1956 fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, 29 estabelecimentos escolares do ensino fundamental comum; dessas escolas, 25 eram estaduais, 2 municipais e 2 particulares.

O movimento de matrículas foi de 947 nos estabelecimentos mantidos pelo Estado, 59 mantidos pelo município e 208 nos particulares, num total de 1 214 matrículas.

Havia um curso de ensino não primário mantido pelo Asilo e Orfanato Imaculada Conceição.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação esportiva — Poconé Futebol Clube.

Funciona um cinema — Cine Prado, com 400 lugares

Exercem a profissão na cidade 3 médicos, 2 advogados, 3 dentistas, 2 farmacêuticos e 1 veterinário.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município apresentou, no período de 1950-1956, o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	451	890	427	480	430
1951	436	1 378	739	739	448
1952	594	1 403	1 465	929	769
1953	443	1 256	1 566	1 255	1 145
1954	541	1 884	2 137	1 370	2 351
1955	657	1 853	912	696	1 485
1956	931	1 504	1 941	1 186	1 941

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São de caráter religioso as principais festividades observadas no município. Pelo brilhantismo de que se reveste, tanto na parte pròpriamente religiosa, como na profana, destaca-se a do Senhor Divino ou Espírito Santo, sem data fixa, que empolga a totalidade da cidade, com apreciável afluência da população rural e dos municípios vizinhos. É a única cidade mato-grossense que ainda faz realizar, durante êsses festejos, as tradicionais "cavalhadas", cujo ritual, embora bastante deturpado, faz ainda serem recordadas as antigas competições representativas das batalhas portuguêsas contra os mouros. Os leilões de prendas que se realizam durante os festejos são célebres pelo vulto dos lances, geralmente dados pelos fazendeiros presentes, que não raro cobrem com excesso as despesas de tôda a festividade, que dura 3 dias. Os festeiros são escolhidos geralmente entre êles, pelo sistema de sorteio. Há igualmente os festeiros de promessas, isto é, daqueles que a isso se prestam em pagamento de graça alcançada.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio João Ribeiro* (Poconé — 24-11-1820 — Dourados — 29-12-1864). Tenente do Exército — Herói da guerra do Paraguai. Destacou-se pelo seu destemor na defesa do "Alegre", vindo a falecer na batalha de "Dourados", como autêntico herói, nunca demais relembrado pelos historiadores patrícios.

Luiz da Costa Ribeiro (Poconé — 16-12-1858 — Cuiabá — 11-5-1913). Bacharel pela Faculdade de Recife. Auditor de Guerra, Juiz Municipal, Juiz Substituto, Procurador Fiscal, Desembargador e Presidente do Tribunal de Apelação, Deputado Provincial e Estadual, Sócio fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso, poeta e jornalista. Quando estudante, publicou "O General Ozório" e "Um grito nas trevas". "A Imigração perante a Assembléa Provincial de Mato Grosso" foi publicada em 1886.

Joaquim Augusto da Costa Marques — (Poconé — 4-7-1865 — Cáceres...). Político de larga projeção no cenário estadual, Deputado em várias Legislaturas, Governador do Estado de 1911 a 1915.

Manoel Alves Ribeiro — (Poconé ... Rio de Janeiro — 1882) — Político de grande prestígio, exerceu a presidência da Província de 1843 a 1845. Tenente-coronel da Guarda Nacional. Deputado pelo Partido Liberal na Legislatura de 1850 a 1852.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos habitantes do lugar dá-se o nome de "poconeanos".

É sede e têrmo único da comarca, com 3 distritos judiciários: Poconé, Fazenda de Cima e Cangas, êstes dois últimos criados em 1954, sendo o seu quadro eleitoral representado por 3 615 pessoas em 31 de dezembro de 1956.

No município funciona um Pôsto Agropecuário à margem direita do ribeirão Bento Gomes, com a finalidade de fomentar a melhoria dos rebanhos eqüino e muar. Foi instalado em 29 de outubro de 1949.

O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, subordinada ao Bispado de Cáceres.

PONTA PORÃ — MT

Mapa Municipal na pág. 207 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 156, 162, 198, 236, 237, 238 e 239 do Vol. II

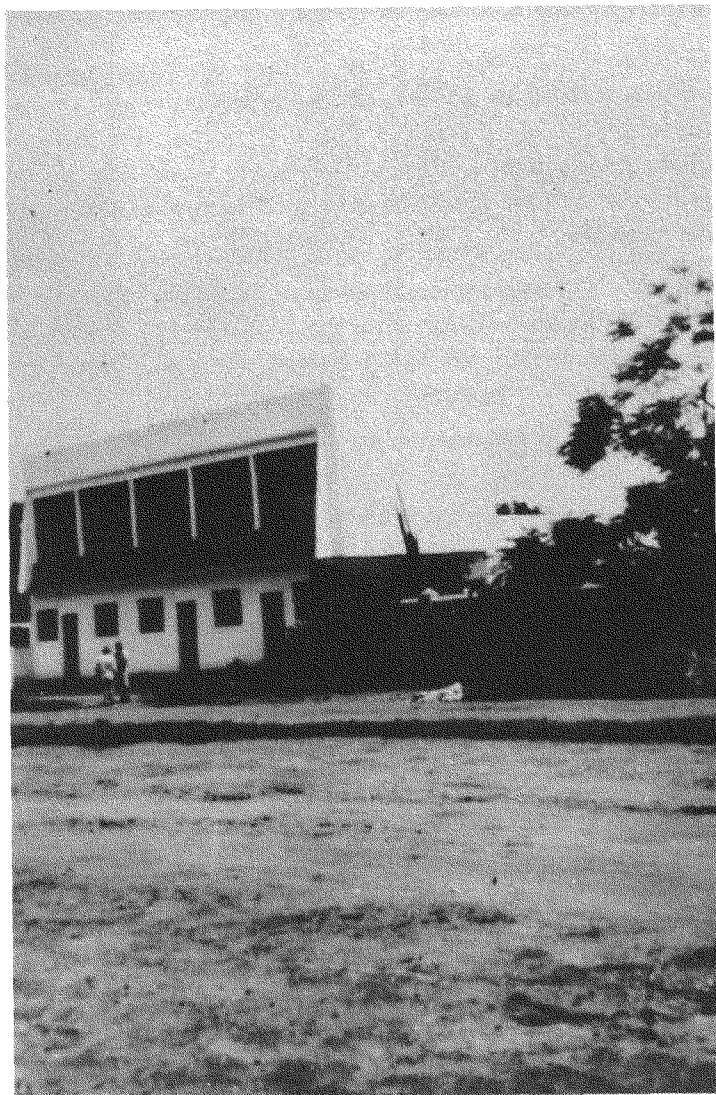
HISTÓRICO — Data possìvelmente de 1865 o desbravamento da região que hoje constitui o município de Ponta Porã, quando então apareceram ali os primeiros povoadores de origem brasileira e paraguaia. Entretanto, o completo desbravamento da zona só se deu em 1833, quando Thomaz Laranjeira obteve do Govêrno Imperial, de acôrdo com o Decreto n.º 8 799, de 9 de dezembro de 1822, permissão para explorar e colhêr a erva-mate nativa da região, na zona fronteiriça com a República do Paraguai, entre os marcos "Rincão de Júlio" e "Cabeceiras do Iguatemi".

Em 25 de julho de 1883, Thomaz Laranjeira estabelecia o primeiro arranchamento à margem direita do rio Verde, situado a oito léguas apenas da atual sede do município.

Algum tempo depois, em conseqüência de divergências políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, grande número de gaúchos emigraram para o Uruguai e Argentina, de onde, subindo o Paraguai, penetraram em território mato-grossense e constituíram o primeiro núcleo de povoamento que, mais tarde, daria origem à cidade de Ponta Porã.

Já em 1900, pela Resolução n.º 255, o Govêrno do Estado de Mato Grosso criava a paróquia de Ponta Porã, com sede na povoação de igual nome, abrangendo os distritos policiais de Ponta Porã e Dourados. Diz Virgílio Corrêa Filho: "É povoação fronteiriça, que a Avenida Internacional divide em dous districtos — o brasileiro e o paraguayo. Data o seu início dos fins do seculo passado, sendo de 10 de Abril de 1900 a Resolução que lhe reconheceu a existencia creando a parochia respectiva". Era então subordinada ao município de Nioaque.

A Lei Orçamentária n.º 493, de 11 de outubro de 1907, demonstra o interêsse que o Govêrno do Estado, naquele ano, já tinha tomado pela florescente povoação, pois, por solicitação do Executivo, o Legislativo autorizava a abertura de crédito para ocorrer às despesas de desapropriação das áreas de terras necessárias ao rocio da povoação de Ponta Porã, providência essa que só veio a ser concretizada em 1915, quando o Legislativo autorizava a desapropriação de 3 600 hectares de terras pertencentes a Laranjeira, Mendes e & Cia., para o rocio da vila de Ponta Porã, já elevada a essa categoria, pela Resolução n.º 617, de 18 de julho de 1912, Resolução essa que criou também o município de igual topônimo, com sede na vila de Ponta Porã, desmembrando-o do de Bela Vista.

A sede do novo município continuou num rápido progresso, tanto assim que, já em 1914, contava com um jornal denominado "Ponta Porã", de publicação quinzenal e

Edifício do Forum

dedicado aos interêsses da comuna. Foi o primeiro jornal que surgiu na cidade, contando, inclusive, com oficinas próprias.

A Lei n.º 658, de 15 de junho de 1914, dava-lhe dois distritos: o de Nhuverá, abrangendo os distritos policiais de Amambaí e Ipehum e o de Dourados, abrangendo os dois distritos policiais do Patrimônio de igual denominação.

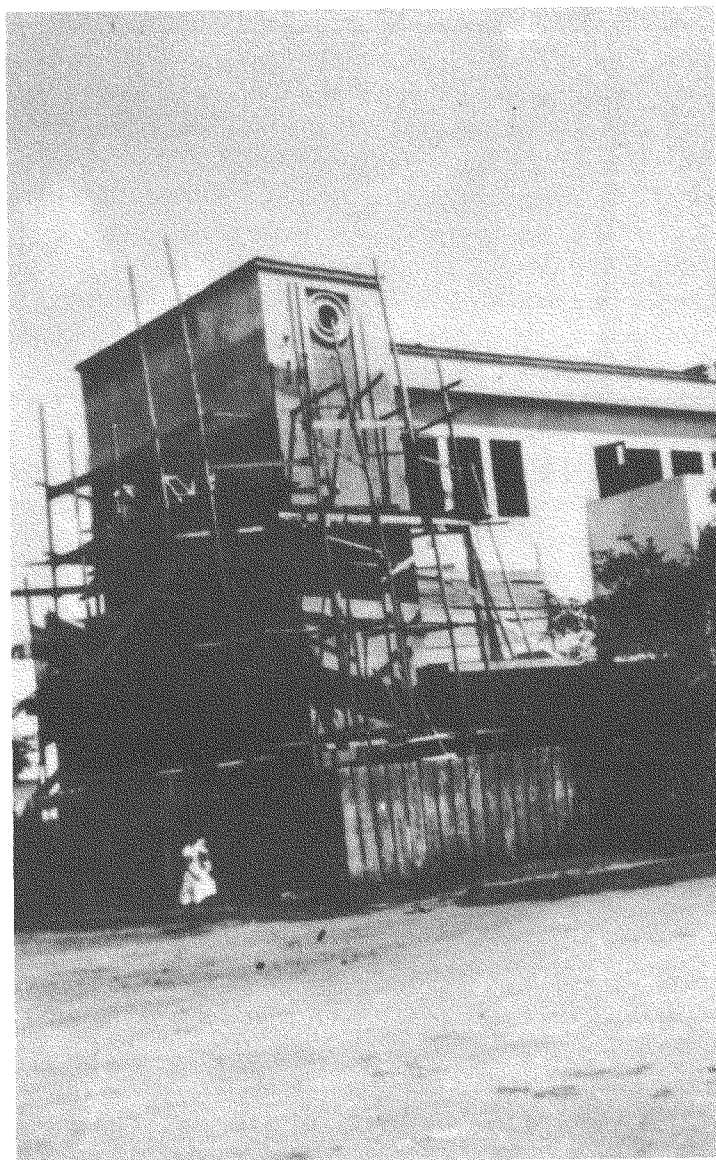
Citando ainda Virgílio Corrêa Filho, em "Mato Grosso", obra datada de 1922: "Feito município a 18 de julho de 1912 e elevado à categoria de comarca por lei de 23 de Setembro de 1915, continuou a prosperar, tendo base economica os opulentos hervaes, a que deve o povoamento, entreverados de campos, onde se tem desenvolvido boa criação de gado". A Lei a que se referia o notável escritor, a de elevação à comarca, tinha o número 721, daquela data mencionada.

Ponta Porã recebeu foros de cidade, por fôrça da Resolução n.º 820, de 19 de outubro de 1920.

Em 10 de março de 1932, o Govêrno do Estado "para atender o desenvolvimento da cidade de Ponta Porã", desapropria e incorpora ao patrimônio da cidade uma área de 5 000 hectares de terras pertencentes à Cia. Mate Laranjeira, situadas na Fazenda São Tomaz.

Na divisão territorial judiciária e administrativa do Estado de Mato Grosso, relativa ao ano de 1936, o município de Ponta Porã era composto dos seguintes distritos: Ponta Porã (sede), Amambaí, Antônio João Cabeceira do Apa, Caarapó, Lagunita, Paranhos e Patrimônio União. Na mesma divisão territorial, referente, porém, ao ano de 1937, o município surgia, apenas, com 5 distritos: Ponta Porã, Antônio João, Cabeceira do Apa, Lagunita e Paranhos.

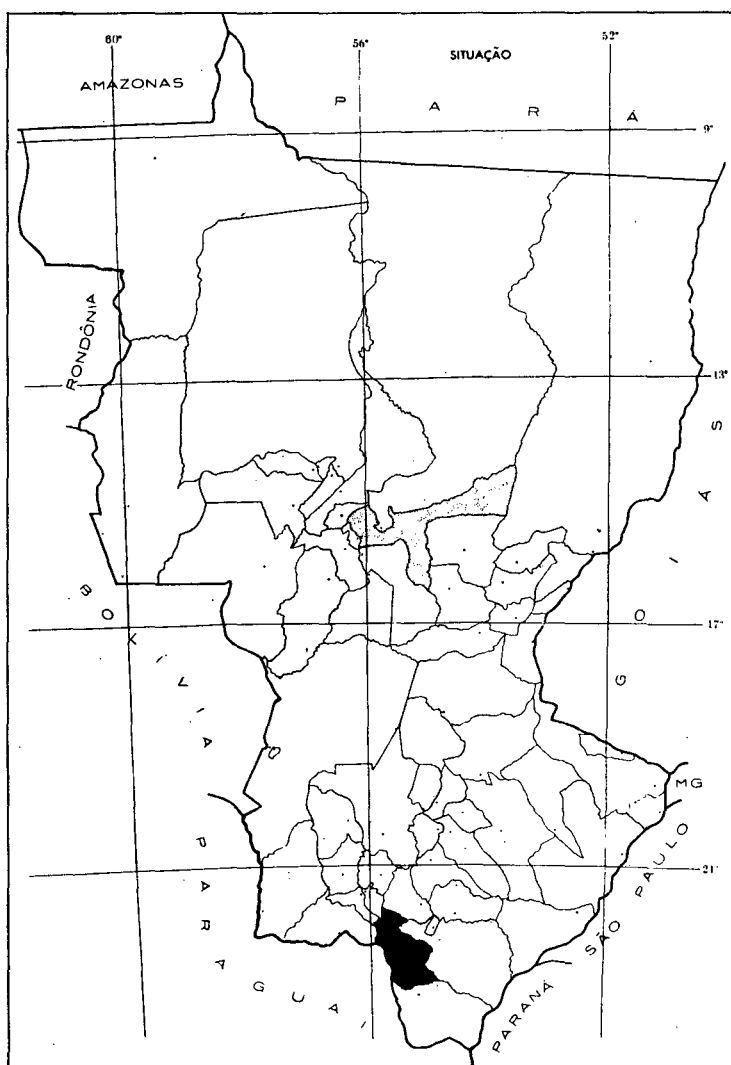
Na divisão correspondente ao qüinqüênio 1939-1943, Ponta Porã compunha-se dos seguintes distritos: Ponta Porã, Antônio João, Cabeceira do Apa, Lagunita, Patrimônio União.

Pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, foi criado, entre outros, o Território Federal de Ponta Porã, abrangendo sete municípios mato-grossenses: Pôrto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã. A sede do último município — Ponta Porã — foi escolhida para Capital do novo Território, condição essa que desfrutou até 31 de maio de 1944, quando a perdeu para Maracaju, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 6 550, daquela data. Entretanto, tempos depois readquiria a posição de cabeça do Território, precisamente em 17 de junho de 1946, por fôrça do Decreto do Govêrno Federal.

Agência Postal-Telegráfica (em construção)

Com a extinção do Território Federal de Ponta Porã, em conseqüência do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946, o município de Ponta Porã foi reincorporado ao Estado de Mato Grosso, do qual havia sido desmembrado.

Na divisão territorial do Estado vigorante no qüinqüênio 1949-1953, no quadro anexo ao Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, o município de Ponta Porã aparece com os distritos de Bocajá, Cabeceira do Apa e Eugênio Penzo, além do da sede municipal, tendo perdido os de Amambaí e Antônio João, de acôrdo com a Lei n.º 131, de 28 de setembro de 1948, em favor da constituição do município de Amambaí, integrado, também, pelo distrito de Antônio João.

No quadro anexo ao Decreto n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, que fixa a divisão territorial do Estado para vigorar no período de 1954-1958, o município de Ponta Porã aparece com mais um distrito, o de Rio Verde do Sul, criado pela Lei n.º 702, de 15 de dezembro de 1953, com território desmembrado do distrito da sede municipal.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ponta Porã localiza-se na Zona do Planalto Mato-grossense, fazendo limites com a vizinha República do Paraguai. São seus pontos extremos: latitude N. 21º 38' 15" e S. 23º 01' 30"; Longitude E. 54º 49' 45" e O. 55º 58' 00".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede municipal, em relação à Capital do Estado, tem as seguintes coordenadas geográficas: 22º 32' 30" de latitude Sul e 55º 37' 30" de longitude W.Gr. Está situada no rumo S.S.E., distando da Capital, em linha reta, 775 quilômetros.

ALTITUDE — A cidade de Ponta Porã está numa altitude de 657 metros, colocando-se em 4.º lugar em relação às demais do Estado, só sendo superada por Chapada dos Guimarães (793), Alto Garças (700) e Alto Araguaia (662).

CLIMA — O clima de Ponta Porã é classificado como o do tipo tropical de altitude de verão brando, muito se assemelhando ao de Paraná e Santa Catarina. No rigor da época fria, a temperatura muitas vêzes acusa dois ou três graus centígrados abaixo de zero, geando, quase sempre, nessas ocasiões.

ÁREA — O município possui uma extensão territorial de 8 040 quilômetros quadrados, sendo o 31.º em relação aos demais do Estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,61%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os principais: os rios Apa, Amambaí, Dourados, São João e Santa Maria. O território do município de Ponta Porã é rico em cursos dágua, que o cortam em quase tôdas as direções. E a serra de Maracaju, que penetra na República do Paraguai, entre os municípios de Ponta Porã e Bela Vista.

RIQUEZAS NATURAIS — Contam-se entre as riquezas de maior evidência no município, pedras para construção e barro próprio para fabricação de telhas e tijolos, na extrativa mineral; na vegetal, há grande variedade de madeiras de lei, destacando-se o cedro, a peroba e o ipê; salienta-se, também, a existência de madeira própria para lenha, empregada para fins domésticos e industriais; peles de animais silvestres e crina, representam a riqueza extrativa animal no município de Ponta Porã.

POPULAÇÃO — O município de Ponta Porã contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, uma população de 19 997 habitantes, o que lhe dava mais de 2 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população 10 209 pessoas eram do sexo masculino e 9 788, do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano 2 089 homens e 2 402 mulheres, num total de 4 491 habitantes; no suburbano, 847 pessoas do sexo masculino e 551, do feminino, totalizando 1 398 habitantes; e no quadro rural, um total de 14 108 habitantes, dos quais 7 273 do sexo masculino e 6 835, do feminino. A zona rural concorria com 70,55% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do Estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, a população estava distribuída da seguinte maneira: brancos, 5 740 homens e 5 822 mulheres, num total de 11 562 pessoas; pretos 226 pessoas do sexo masculino e 194, do feminino, totalizando 420 habitantes; amarelos, 5 homens; pardos 4 228 homens e 3 759 mulheres, ou seja, um total de 7 987 habitantes, e sem declaração de côr, 23 pessoas.

Segundo o estado conjugal, a população apresentava-se da seguinte maneira, consideradas as pessoas presentes de 15 anos e mais: solteiros, 3 349 homens e 2 626 mulheres, num total de 5 975 pessoas; casadas, 4 353 pessoas, das quais 2 100 homens e 2 253 mulheres; desquitados e divorciados, 12 homens e 12 mulheres, num total de 24 pessoas; e viúvos, 165 homens e 420 mulheres, totalizando 585 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim distribuída: brasileiros natos, 8 977 homens e 8 634

mulheres, num total de 17 611 habitantes; brasileiros naturalizados, 17 homens e 17 mulheres, num total de 34 habitantes; e estrangeiros, 1 215 habitantes do sexo masculino e 1 137, do feminino, num total de 2 352 pessoas.

Segundo a religião, 9 130 homens e 8 762 mulheres, num total de 17 892, declararam-se católicos; 368 habitantes, dos quais 177 homens e 191 mulheres, protestantes; 315 homens e 338 mulheres, totalizando 653 habitantes, declararam-se espíritas; 1 homem, israelita; 1 homem, ortodoxo; 13 homens e 5 mulheres, maometanos; 93 homens e 88 mulheres, outras religiões; sem religião, 859 pessoas, das quais 466 homens e 393 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião, um total de 24 pessoas, sendo 13 homens e 11 mulheres.

Igreja Matriz de São José

Segundo os distritos, a população recenseada distribuía-se da seguinte forma: distrito de Ponta Porã (sede): 5 152 habitantes na cidade e 5 463, na zona rural; distrito de Bocajá, 234 habitantes na vila e 4 781, na zona rural; distrito de Cabeceira do Apa, 63 habitantes na vila e 2 666, na zona rural; distrito de Eugênio Penzo, 440 na vila e 1 198 na zona rural.

A cidade de Ponta Porã, com a população já descrita, sendo 2 546 habitantes do sexo masculino e 2 606, do feminino, colocava-se em 7.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do Estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Contava o município as seguintes aglomerações na ocasião do Censo Demográfico de 1950: a cidade de Ponta Porã, que apresentou uma população de 5 152 habitantes, dos quais 4 005 no quadro urbano e 1 147 no suburbano; a vila de Bocajá, com 180 habitantes no quadro urbano e 54, no suburbano; a vila de Cabeceira do Apa, 55 habitantes no quadro urbano e 8, no suburbano; a vila de Eugênio Penzo, com 251 habitantes no quadro urbano e 189, no suburbano; e a vila de Rio Verde do Sul, cuja população ainda não é conhecida.

Existem ainda mais os seguintes: o povoado de Santa Puitã, no distrito da sede municipal, com 1 030 habitantes, aproximadamente; o povoado de Porteira Ortiz, com 480 habitantes; o povoado São Tomaz, com 800 habitantes; o povoado de Caimbé Peri, com 800 habitantes; o povoado de Caarapã, com 1 800 habitantes; o povoado de Laguna, com 420 e o povoado de Cabeceira do Roncador, com 320 habitantes. Além dos citados, existem mais os povoados de Rincão do Júlio, Rincão do Bom Fim, Ibu, Campo Sêco, Estrêla e Limeira, todos êles com população variável entre 100 a 250 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base da economia do município repousa na pecuária, na agricultura e na indústria extrativa vegetal. Apreciando-se informações colhidas pela Agência Municipal de Estatística, destinadas ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, relativas ao ano de 1956, verifica-se que os rebanhos, que constituem a população pecuária do município, valeram mais de 555 milhões de cruzeiros, salientando-se os de bovinos e suínos, seguidos pelo de eqüinos. O primeiro, com um total de 200 mil cabeças, foi estimado em 400 milhões de cruzeiros; o de suínos, com 140 000 cabeças, teve o seu valor calculado em mais de 112 milhões; e o de eqüinos, com 25 000 cabeças, valendo mais de 37 milhões. Naquele ano a população pecuária de Ponta Porã era calculada em 370 160 cabeças, distribuídas entre bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos.

Na agricultura, ainda segundo a mesma fonte já citada, destacaram-se, em 1956, as seguintes culturas: mandioca, com 23 000 toneladas, no valor de 69 milhões de cruzeiros; arroz, com 1 800 mil quilos, cujo valor atingiu a 9 milhões de cruzeiros; feijão, com 690 000 quilos, valendo mais de 6 900 mil cruzeiros; milho, com 1 680 mil quilos, no valor de mais de 6 700 mil cruzeiros, e outras culturas de menor destaque. O valor total da produção das diversas culturas que constituíram a agricultura do município naquele ano, ultrapassou a casa dos 103 milhões de cruzeiros, não estando incluída a produção ervateira, que foi estimada em mais de 6 219 mil quilos, com valor superior a 40 milhões de cruzeiros.

O município de Ponta Porã é importante produtor — e importador dos municpios vizinhos — de madeira, existindo na sede municipal duas grandes serrarias, cuja produção, englobadamente, no ano de 1955, ultrapassou a 9 milhões de cruzeiros.

A produção extrativa de madeira, em 1956, foi calculada em 15 000 metros cúbicos, cujo valor ultrapassou a 4 milhões de cruzeiros. Por outro lado, a produção de lenha para fins domésticos e industriais foi superior a 200 000

Aspecto parcial da Avenida Brasil

metros cúbicos, cujo valor foi estimado em mais de 10 milhões de cruzeiros.

Na indústria de transformação — estabelecimentos com mais de 5 operários — verifica-se a existência de uma cerâmica, produzindo telhas e tijolos de vários tipos, uma marcenaria, uma panificação, duas fábricas de aguardente de cana, com produção englobada superior a 1 500 mil cruzeiros, uma fábrica de refrigerantes e uma indústria gráfica.

Em 1955 foram arrolados, no levantamento industrial do município, 11 estabelecimentos com mais de 5 operários no mês de maior movimento, estabelecimentos êsses cuja produção valeu mais de 63 milhões de cruzeiros, incluindo-se, nesse valor, o correspondente à extração de erva-mate, uma das maiores fontes da economia municipal.

Segundo a classe e o valor, em milhares de cruzeiros, as indústrias de Ponta Porã, naquele ano, foram assim representadas, de acôrdo com informações do Departamento Estadual de Estatística:

Indústria extrativa de produção vegetal	47 746
Indústria de transformação de minerais não metálicos	210
Indústria da madeira	12 151
Indústria do mobiliário	250
Indústria de produtos alimentares	3 055
Indústria da bebida	2 200
Indústria editorial e gráfica	210
Indústrias diversas	180
TOTAL	66 022

COMÉRCIO E BANCOS — A cidade conta com 22 estabelecimentos grossistas e atacadistas e 161 varejistas, incluindo-se, nesse número, 6 farmácias. Êsses estabelecimento mantêm intenso comércio com os municípios de Bela Vista, Amambaí, Dourados e Campo Grande, e ainda com várias praças comerciais do Estado de São Paulo. Calcula-se em 225 todos os estabelecimentos comerciais localizados no território do município de Ponta Porã.

Na sede municipal há duas agências bancárias pertencentes ao Banco do Brasil S. A., e ao Banco Nacional de Comércio e Produção S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, constituindo o ponto terminal na NOB no ramal ferroviário Campo Grande—Ponta Porã, possuindo no perímetro municipal três estações intermediárias.

Liga-se às cidades-sedes dos municípios limítrofes, via rodoviária:

1. Amambaí, 108 km;
2. Bela Vista, 142 km;
3. Dourados, 120 km;
4. Guia Lopes da Laguna, via Bela Vista, 249 km;
5. Jardim, via Bela Vista, 243 km;
6. Maracaju, 136 km; ou, via Dourados, 198 km.

Possui ainda ligação ferroviária com Maracaju, em uma distância de 113 quilômetros.

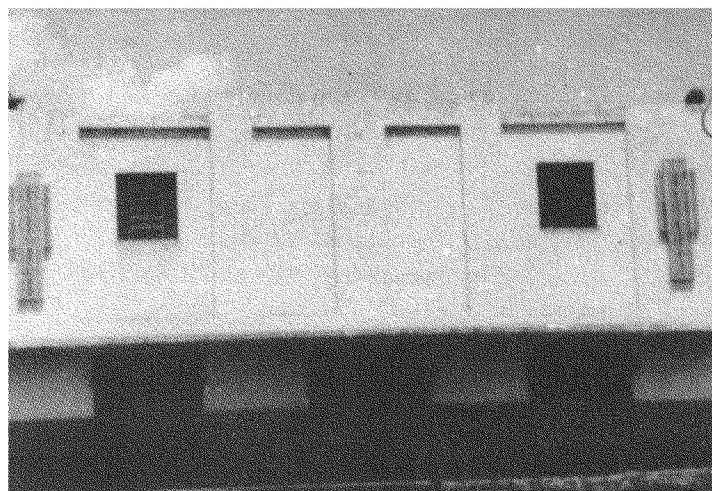
Por via aérea comunica-se com as cidades de Bela Vista, Dourados e Maracaju, sendo servida pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A.; o Correio Aéreo Nacional também faz escala em Ponta Porã, assim como o Transporte Aéreo Nacional, da vizinha República do Paraguai. Seis Emprêsas rodoviárias servem o município, sendo três com sede em Ponta Porã; uma em Bela Vista, uma em Dourados e uma no Estado de São Paulo.

Na sede municipal o Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados, na Prefeitura Municipal, 118 automóveis, jipes e camionetas para passageiros, e 105 caminhões, 37 camionetas para carga e 23 tratores.

A cidade de Ponta Porã, com seus 5 152 habitantes, a 7.ª em população, segundo o Censo Demográfico de 1950, no Estado de Mato Grosso, possuía, em 1954, de acôrdo com informações do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 39 logradouros públicos, dos quais 1 arborizado e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Dêsses logradouros, 20 eram servidos por iluminação pública, por meio de 385 focos, e igual número, por serviço de iluminação domiciliar. Existiam ainda na cidade 1 360 prédios, dos quais 506 possuíam ligações elétricas.

Na cidade de Ponta Porã não há serviço de abastecimento dágua.

Entre os prédios mais importantes da cidade, destacam-se: o Cine-Teatro Cruzeiro do Sul, a Igreja Matriz de São José, o Hospital e Maternidade Santa Izabel, a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, o Ginásio São Francisco de Assis e o Quartel da guarnição federal ali sediada.

Cine-Teatro Cruzeiro do Sul

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio do Pôsto de Higiene de Ponta Porã do 13.º Distrito Sanitário, mantido pelo Govêrno do Estado, e pelo Hospital e Maternidade Santa Izabel, da Sociedade Beneficente de Ponta Porã, com 72 leitos disponíveis e 10 berços.

Exercem atividades na cidade de Ponta Porã, 7 médicos, 5 dentistas e 5 farmacêuticos. Estão ali localizadas 6 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — É exercida pela Sociedade Beneficente de Ponta Porã que, além de manter o Hospital e Maternidade Santa Izabel, também presta assistência social aos necessitados.

Na cidade de Ponta Porã funcionam 3 cooperativas: a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate "Amambaí" Ltda., que congrega 4 outras entidades; a Cooperativa dos Produtores de Mate "Ponta Porã" Ltda., com 337 sócios existentes em 31 de dezembro de 1956; e a Cooperativa dos Motoristas de Ponta Porã, com 161 associados naquela mesma data.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Ponta Porã contava, em 1950 (Censo Demográfico), com uma população maior de 5 anos e mais de 16 550 pessoas; sabiam ler e escrever 7 679, ou seja, 47% sôbre o total daquele grupo de idade. Dos alfabetizados, 4 301 eram do sexo masculino e 3 378, do feminino.

Na cidade de Ponta Porã a população maior era de 4 405 habitantes, sendo alfabetizados 1 658 homens e 1 489 mulheres; não sabiam ler e escrever 1 258 habitantes, dos quais 528 do sexo masculino e 730, do feminino.

Nas demais sedes distritais (Bocajá, Cabeceira do Apa e Eugênio Penzo), a população total era representada por 596 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 394, sendo 223 homens e 171 mulheres. Eram analfabetas 202 pessoas, das quais 89 do sexo masculino e 113 do sexo feminino.

Na zona rural, dos 11 549 habitantes então existentes, 4 138 pessoas sabiam ler e escrever e 7 411 eram analfabetas.

ENSINO — Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, o município de Ponta Porã contava, no primeiro mês letivo de 1956, 22 escolas do Govêrno Estadual, 18 do Municipal e 1 mantida por particulares. Êsses estabelecimentos de ensino primário fundamental comum tiveram o seguinte movimento de matrícula inicial:

Escolas estaduais	793 alunos
Escolas municipais	364 alunos
Escola particular	418 alunos

O ensino médio na cidade de Ponta Porã é mantido pelo Ginásio São Francisco de Assis, para ambos os sexos, tendo, em 1956, uma matrícula inicial de 93 alunos e 86 alunas.

Grupo Escolar Mendes Gonçalves

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Ponta Porã existem 5 associações esportivas (Clube Comercial, Guararapes Esporte Clube, Internacional Esporte Clube, Ponta Porã Esporte Clube e Noroeste Esporte Clube), congregando, em 31 de dezembro de 1956, 540 pessoas nos seus quadros sociais. Além do campeonato anual de futebol, promovido pela Liga de Esportes de Ponta Porã, êsses clubes disputam partidas amistosas com outros de Pedro Juan Caballero e Concepción, da República do Paraguai.

Possui 1 cinema (o Cine-teatro Cruzeiro do Sul, com capacidade para 1 430 espectadores); e 2 jornais (a "Gazeta do Povo", editado em português e espanhol, quinzenal, com 500 exemplares por edição comum, e "O Tempo", semanal, com uma média de 300 exemplares por edição comum) e 1 biblioteca pública, mantida pela Prefeitura Municipal, com menos de mil volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município de Ponta Porã apresentou, no período de 1950-1956, o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	684	2 257	1 086	384	1 253
1951.......	979	2 969	1 514	560	1 528
1952.......	1 395	3 461	1 747	681	1 294
1953.......	1 947	4 581	2 369	879	2 333
1954.......	2 274	7 261	2 280	987	2 799
1955.......	3 432	7 057	4 511	1 234	2 347
1956.......	6 559	5 453	6 009	2 513	5 291

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No distrito de Cabeceira do Apa, há um monumento erigido em homenagem ao tenente Antônio João Ribeiro, morto em combate com as fôrças paraguaias de invasão, no dia 29 de dezembro de 1864.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apenas religiosas, representada pela grande festa em homenagem a São José, padroeiro da cidade, no dia 19 de março de cada ano.

VULTOS ILUSTRES — José Raul Vilá — Nascido em Ponta Porã, a 25 de março de 1899 e falecido em 1955. Professor, jornalista, foi membro da Academia Mato-grossense de Letras, ocupando na "Casa Barão de Melgaço" a Cadeira n.º 25, da qual é patrono Amâncio Pulquério de França.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo "Ponta Porã", de origem tupi-guarani, significa "ponta bo-

nita", sendo os seus filhos conhecidos como "ponta-poranenses".

A cidade de Ponta Porã conta 4 hotéis e 12 pensões, com capacidade para 350 hóspedes, variando a diária nêles cobrada entre Cr$ 100,00 a Cr$ 180,00.

Possui um aeroporto internacional mantido pelo Govêrno Federal, com duas pistas encascalhadas, tendo cada uma 1 800 x 40 m e 1 200 x 40 m, respectivamente, além de 6 campos de pouso em fazendas e sedes distritais.

É sede de comarca, subordinando os têrmos judiciários de Ponta Porã e Amambaí, e mais os distritos de Ponta Porã, Bocajá, Cabeceira do Apa, Eugênio Ponzo, Rio Verde do Sul e Amambaí; em todo o município existem 7 cartórios, 3 dos quais estão situados na sede municipal.

A cidade de Ponta Porã é sede de Paróquia, estando subordinada ao Bispado de Corumbá; há, ainda, na sede municipal, 4 igrejas protestantes e 2 centros espíritas.

A Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é a maior do Estado de Mato Grosso, só superada pela de Bauru, no Estado de São Paulo, também pertencente àquela Estrada, possuindo 200 metros de plataforma e 85 metros de construção.

Na sede municipal há 3 postos de gasolina e 8 oficinas mecânicas para serviços de conservação, abastecimento e reparação de veículos.

O Ministério da Agricultura mantém na cidade o Serviço de Defesa Sanitária Animal, que, além de efetuar vendas de vacinas, presta assistência técnica aos criadores.

PONTE BRANCA — MT

Mapa Municipal na pág. 87 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Data de poucos anos o povoamento das regiões banhadas pelo Garças e seus afluentes, apesar de já terem sido devassadas, entre 1894 e 1897, por Antônio Cândido de Carvalho, em procura de jazidas de ouro e diamantes. Saindo êle do Itiquira, alcançou o rio Garças, descortinando a riqueza imensa que ali jazia, fazendo dela tal alarde que, dentro em pouco, era aquêle último rio centro da atenção dos aventureiros que buscavam fortuna rápida.

Mas o garimpeiro, geralmente, não se fixa à terra. Procura sempre estabelecer garimpo onde explorações anteriores determinaram a existência de diamante, onde a vida lhe seja mais fácil e mais promissora. Assim, apesar de ter sido perlustrada em 1894, a região de Ponte Branca apenas veio a ser efetivamente povoada em 1905, com a vinda de Luiz Nogueira da Silva, que, naquele ano, ali chegou acompanhado da família, a fim de estabelecer fazenda agropecuária. Notou êle a fertilidade da região, as boas pastagens e a água em abundância. Iniciou a derrubada da mata e entregou-se ao cultivo da terra, procurando, ao mesmo tempo, desenvolver a criação de gado bovino. Em 1907, o exemplo de Luiz Nogueira foi seguido por João Ribeiro, procedente de Goiás, que ali também arranchou, com o mesmo objetivo do seu predecessor.

Daquela data em diante, o núcleo que já então se formava, teve um progresso constante, embora lento, baseado sempre nos dois fatôres primordiais da sua atual economia: pecuária e agricultura. Já era então conhecido o povoado com a denominação de Alcantilado do Araguaia, designação que sobreviveu até 1935. Nesse ano, precisamente em 2 de fevereiro, ali chegava o mineiro Semeão Martins Teixeira, procedente da cidade de Ituiutaba — Minas Gerais —, acompanhado da família, e que trazia um objetivo: explorar o leito do Araguaia e o subsolo da região, em busca de jazidas de diamantes. Subsidiàriamente tinha êle uma incumbência do Interventor Federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, qual seja a de construir uma ponte sôbre o rio Araguaia, a fim de facilitar as comunicações entre aquêle estado e o de Mato Grosso. Semeão deu cumprimento à empreitada, tendo, efetivamente, levantado a ponte, destruída, antes da entrega ao Interventor Ludovico, por uma das grandes cheias periódicas do rio Araguaia. Mesmo assim, não desanimou o empreiteiro: construiu outra ponte, provisória, que só dava tráfego em determinada época do ano; empregou como material madeira branca, vindo, daí, a denominação atual do município: Ponte Branca.

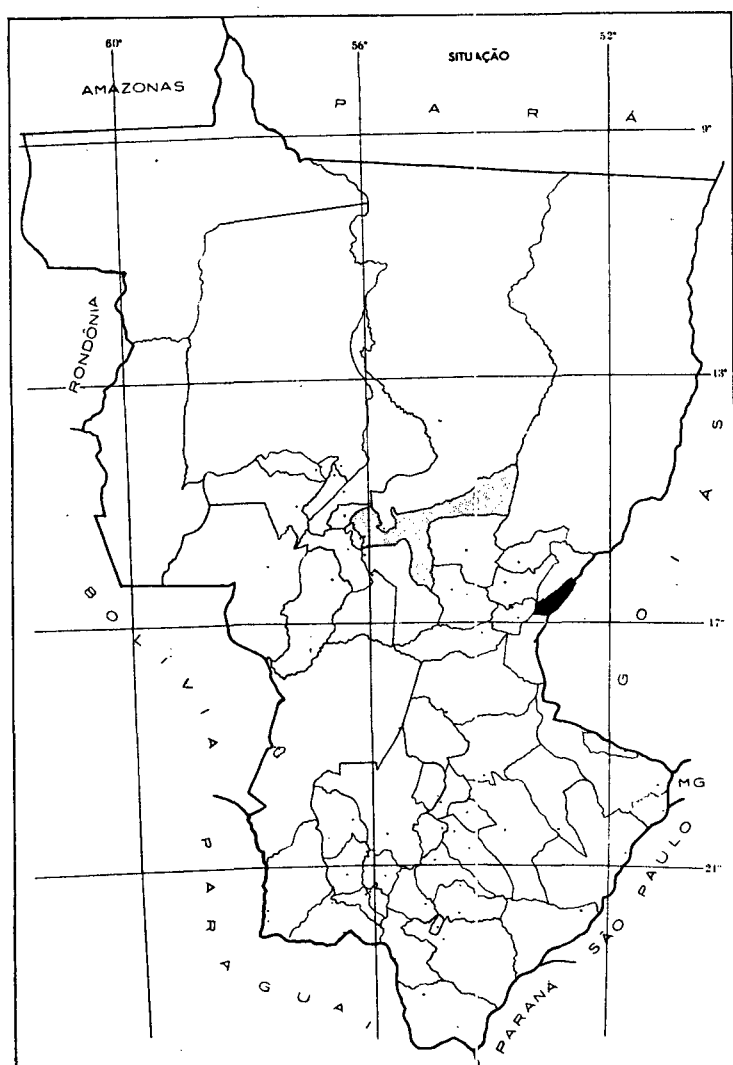
Em 28 de junho de 1937, era inaugurada a primeira capela erguida no patrimônio, destinada ao culto do Senhor Bom Jesus da Lapa, seu padroeiro; tôda de palha, sòmente foi demolida em 1942, quando, então, surgiu uma outra de alvenaria.

O Govêrno do Estado, por Ato n.º 404, de 22 de janeiro de 1938, criou uma Agência Fiscal Itinerante, com sede em Ponte Branca, para arrecadação de impostos, com circunscrição em vasta zona regional; posteriormente, em 1940, o Decreto-lei n.º 322, de 24 de janeiro, determinava fôsse reservada uma área de terras devolutas, a fim de instalar a Colônia Couto Magalhães, que, atualmente, concentra as maiores lavouras do município.

Belmiro Nogueira da Silva, um dos rebentos da família do pioneiro Luiz Nogueira da Silva, instala-se em Ponte Branca em abril de 1939, estabelecendo no povoado a primeira casa comercial. Continuando em franco desenvolvimento, agora mais acelerado, Ponte Branca, já na Divisão territorial, Administrativa e Judiciária do Estado de Mato Grosso, para o qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, aparece como distrito de Alto Araguaia, criado, aliás, com o território do distrito de Ribeirãozinho, "que foi extinto por não preencher as condições legais". Um dos que mais se distinguiram na luta em prol da criação do distrito de Ponte Branca, Honorato Nogueira da Silva, filho de Belmiro, foi eleito Juiz de Paz, revelando-se novamente um batalhador, quando teve início o movimento do povo de Ponte Branca, visando à criação do município, o que se deu em 1 de dezembro de 1953, por fôrça da Lei n.º 652, assim figurando no quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retificou as leis modificativas do quadro territorial do estado de Mato Grosso. Em 10 de abril de 1944 o Govêrno do Estado criou o Cartório de Registro Civil de Ponte Branca, assumindo as funções de escrivã Carmen Ribeiro Moura; como Juiz de Paz, funcionava Honorato Nogueira da Silva. E em 1945, o Decreto n.º 760, de 17 de setembro, do Govêrno do Estado, determinava a reserva de uma área de 3 600 hectares de terras devolutas, para constituir o patrimônio da vila de Ponte Branca.

O atual município é têrmo judiciário da comarca de Alto Araguaia, sendo integrado pelo distrito da sede e pelo de Araguainha, criado por Lei estadual de 12 de dezembro de 1953, sob n.º 693.

O Poder Executivo é representado pelo Senhor Waldemar Cunha, empossado em 31 de janeiro de 1955, e o Legislativo, por 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Ponte Branca está localizada na Zona Leste do estado de Mato Grosso, delimitado ao norte, pelo córrego Antinhas e pelo ribeirão São Domingos ao sul, pelo rio Araguaia e pelo ribeirão Corrêa; a leste, pelo Araguaia; e a oeste, pelo rio Diamantino. Limita-se com os municípios de Alto Araguaia, Alto Garças, Guiratinga e Torixoreu, servindo, ainda, de limites interestaduais de Mato Grosso com Goiás. São seus pontos extremos: latitude N.-16° 20' 30" e S.-16° 52' 00'; longitude E.-52° 34' 30" e O.-53° 16' 15".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 472 metros acima do nível do mar, colocando-se em 12.º lugar entre as demais cidades mato-grossenses, na ordem de altitude.

CLIMA — O clima do município está classificado como o do tipo tropical de altitude de verão quente. Seu período de chuvas tem início em outubro, indo até abril, apresentando-se mais intenso entre dezembro e janeiro; as vêzes prolonga-se até fevereiro.

ÁREA — Ocupa o 54.º lugar no estado de Mato Grosso, em extensão territorial, com 1 870 quilômetros quadrados, ou seja, 0,14% do território mato-grossense.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território de Ponte Branca é rico em cursos d'água, sobressaindo-se entre êles, os seguintes: o córrego Antinhas e o ribeirão São Domingos, limites naturais com o município de Torixoreu; o rio Diamantino, que estabelece a linha divisória intermunicipal entre Ponte Branca, Guiratinga e, em parte, com o município de Alto Garças; o ribeirão Corrêa, que limita a comarca com a de Alto Araguaia e, finalmente, o rio Araguaia, limite de Mato Grosso com o estado de Goiás.

No sistema orográfico municipal, estão em relêvo, apenas, as serras de São João e a da Arara.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral é de se notar a existência de diamantes e de ouro, sendo que a exploração do primeiro realiza-se em todo o território municipal; barro para fabricação de tijolos e telhas, além de pedras para construção. No vegetal, madeiras de lei, exploradas em escala diminuta, e lenha para combustível. E no animal, grande parte da fauna mato-grossense tem ali o seu habitat preferido.

POPULAÇÃO — Ponte Branca contava, como distrito pertencente ao município de Alto Araguaia, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 2 671 habitantes: 1 416 pessoas do sexo masculino e 1 255 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 112 homens e 119 mulheres, num total de 231 habitantes; no suburbano, 76 pessoas do sexo masculino e 66 do feminino, totalizando 142; e no quadro rural, 2 298 habitantes, dos quais 1 228 do sexo masculino e 1 070 do feminino. A zona campestre concorria com 86,03% para a população total, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aglomerações Urbanas — Ponte Branca, que na época do Recenseamento Geral de 1950 ainda era distrito integrante do município de Alto Araguaia, possuía uma população de 373 habitantes, dos quais 188 eram do sexo masculino e 185 do feminino. Em 1954, já na categoria de município, segundo levantamento realizado pela Agência Municipal de Estatística, contava com mais dois aglomerados: a vila de Araguainha tendo 90 moradias e 600 habitantes, e o povoado de Ribeirãozinho, com 40 residências e mais de 280 indivíduos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal base econômica regional é representada pela pecuária, seguida pela agricultura e, em proporções mais modestas, pela indústria extrativa mineral. A pecuária de Ponte Branca, em 1956, segundo elementos colhidos para o Serviço de Estatística da Produção, foi representada por um contingente de 23 240 cabeças, assim distribuídas: bovinos, 17 150, no valor de 34 milhões e 300 mil cruzeiros; eqüinos, 1 320, estimadas em 2 milhões e 640 mil cruzeiros; muares, 400, correspondendo a 2 milhões de cruzeiros; suínos 4 000, expressas por 2 milhões e 400 mil cruzeiros; e ovinos e caprinos, com 370 cabeças, calculadas em 44 mil e 500 cruzeiros valores êsses que totalizaram 41 milhões 384 mil cruzeiros.

17 — 24 930

A produção de leite de vaca atingiu 25 mil litros, no valor de mais de 120 mil cruzeiros, cujo excedente do consumo foi empregado na fabricação de manteiga e queijo, equivalente a mais de 36 mil cruzeiros.

Na agricultura, que valeu mais de 5 milhões e 200 mil cruzeiros, distinguiram-se, apenas, as produções de arroz, com 600 mil quilogramas, que atingiram 3 milhões de cruzeiros; de milho, com 30 mil quilogramas, no valor de 750 mil cruzeiros; e a de feijão, com 93 mil quilogramas, estimados em 542 mil cruzeiros, além de mandioca, alho, amendoim, tomate e frutas cítricas e mais outras culturas de menor vulto.

Industrialmente, o município teve a seguinte situação, em milhares de cruzeiros, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em apurações realizadas com elementos referentes ao ano de 1955:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	945
Indústria de produtos alimentares	1 525
TOTAL	2 470

A indústria extrativa de diamantes, naquele ano, surgiu com seus resultados expressos por mais de 1 milhão e 500 mil cruzeiros, estimativas, aliás, feitas em bases bem modestas, dada a absoluta falta de contrôle da produção.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede municipal é representado por 8 estabelecimentos exclusivamente varejistas, estimando-se em 12 o número de casas comerciais situadas no âmbito municipal. Seu abastecimento é realizado por intermédio das praças de Alto Araguaia, Mineiros, Jataí, Uberlândia, São Paulo e Rio de Janeiro, para onde é exportado o excedente da produção local.

O movimento bancário faz-se, geralmente, por meio de casas de crédito, situadas em Guiratinga e Jataí.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal tem ligação rodoviária com as seguintes cidades limítrofes:

1. Alto Araguaia, 120 km
2. Alto Garças, 152 km;
3. Guiratinga, via Alto Garças, 260 km; ou via aérea, 90 km;
4. Torixoreu, 150 km.

O transporte aéreo entre Ponte Branca e Guiratinga é feito por intermédio de táxis-aéreos, em viagens prèviamente combinadas entre os interessados. As estradas existentes no município são apenas carroçáveis, não dando tráfego durante todo o ano. Há ocasiões em que a sede fica completamente isolada do exterior, só sendo possível alcançá-la por via aérea. No distrito-sede existe um campo já homologado pelo Departamento de Aeronáutica Civil, e destinado ao pouso de aviões DC-3. Para isso, há entendimentos entre a direção do Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A. e o Govêrno Municipal, visando à inauguração de uma linha aérea com escala em Ponte Branca. Além do citado, possui ainda o município pistas para pequenas aeronaves em Araguainha, na povoação de Ribeirãozinho e seis outras em diversas fazendas.

No município não há estação telegráfica. É servido por uma postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, situada na sede do município, e uma outra, na vila de Araguainha.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal de Ponte Branca 2 caminhões e 1 camioneta para cargas.

ASPECTOS URBANOS — De acôrdo com elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativos ao ano de 1954, a cidade de Ponte Branca possuía 7 logradouros, dos quais 3 servidos por iluminação pública, fornecida por intermédio de 95 focos. Na sede municipal existiam 430 prédios. Em 31 de dezembro de 1956, segundo informações da Agência Municipal de Estatística, o número de ligações domiciliares havia sido elevado para 200.

A Prefeitura Municipal, a Igreja de Bom Jesus e o prédio das Escolas Reunidas de Ponte Branca são os edifícios mais importantes localizados na sede.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade de Ponte Branca existe uma farmácia, e militam 2 dentistas; na vila Araguainha há, também, uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Ponte Branca que, em 1950, quando da realização do último Recenseamento era distrito de Alto Araguaia, possuía uma população de 2 671 habitantes, sendo 1 416 homens e 1 255 mulheres. Na cidade havia, no grupo de 5 anos e mais, 321 pessoas, das quais, 204 (115 homens e 89 mulheres) sabiam ler e escrever e 117 (47 homens e 70 mulheres) eram analfabetas.

Ensino — Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, no primeiro mês letivo de 1956, havia, no município, 6 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum mantidos pelo Govêrno do Estado, os quais apresentaram 259 matrículas gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os órgãos arrecadadores estaduais e municipais (em Ponte Branca não há Coletoria federal) apresentaram o seguinte movimento financeiro, no período 1954-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	147	594	42	479
1955	—	369	913	92	913
1956	—	310	895	136	895

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se de 28 de julho a 6 de agôsto os tradicionais festejos do Senhor Bom Jesus da Lapa e os de Nossa Senhora de Fátima, no primeiro domingo de maio, que constituem as principais manifestações religiosas do povo da cidade de Ponte Branca. Outras festas ainda de caráter religioso, realizam-se na vila de Araguainha e no povoado de Ribeirãozinho.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além do belíssimo aspecto do rio Araguaia, que constitui, inegàvelmente, uma grande atração turística, os trabalhos de garimpagem também são objetos da curiosidade daqueles que visitam Ponte Branca pela primeira vez.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — A fúria das águas do rio Araguaia, numa de suas enchentes periódicas, levando de enxurrada a ponte construída por Semeão Martins Teixeira, a mando do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, determinou o levantamento de uma outra, provisória, sendo utilizada madeira branca na sua construção. Daí o nome do município, primitivamente povoado de Alcantilado do Araguaia.

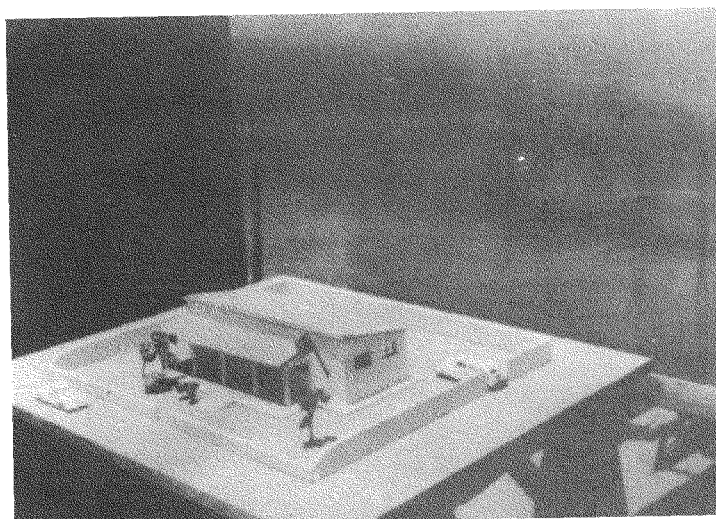
Os filhos de Ponte Branca são chamados de "araguaenses", pois é a denominação usada para todos os habitantes das margens do Araguaia. É termo judiciário da comarca de Alto Araguaia, tendo em exercício 2 juízes de paz, 2 suplentes e 2 oficiais de registro civil. Na cidade de Ponte Branca estão localizadas 3 pensões com capacidade para 36 hóspedes.

PORTO MURTINHO — MT

Mapa Municipal na pág. 209 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 194, 240 e 244 do Vol. II

HISTÓRICO — Se o ouro e o diamante tiveram inegável influência no povoamento de grande parte do solo mato-grossense, provocando o surgimento de vários núcleos humanos que, lutando contra os obstáculos naturais de regiões inteiramente desconhecidas, a erva-mate (Ilex Mattogrossensis) influiu de maneira preponderante na região sul de Mato Grosso, formando um verdadeiro ciclo de progresso, desenvolvendo uma indústria que, seguindo os passos da pecuária, aos poucos foi se tornando um poderoso sustentáculo à economia de vasta região do estado, compreendendo nada menos de 9 municípios mato-grossenses. Oriunda do Paraguai, onde existia com abundância nos terrenos propícios ao seu desenvolvimento, a erva-mate era grandemente apreciada pelos guaranis, que dela faziam uso para os mais diversos fins; suas qualidades medicinais foram logo reconhecidas pelos castelhanos, que cuidaram de planejar o aproveitamento para fins econômicos, iniciando uma série de medidas que visavam ao aprimoramento do produto e proteção da árvore que o produzia. Os naturais, porém, obstinavam-se em não fornecer as mudas de planta, sem o que não era possível o cultivo racional de ervais em condições de compensar as despesas com o melhoramento do produto. Os castelhanos contornaram a dificuldade, mandando que as sementes fôssem ingeridas pelos "seus cathecumenos, em cujo apparelho digestivo, corroido pelos succos gastro-intestinaes o episperma adelgaçava-se-lhes, perdendo a consistência coriacea, que impedia a sua germinação". — é o que esclarece Virgilio Corrêa Filho, ao estudar a influência dos ervais na economia de Mato Grosso. Conseguiram, assim, estabelecer o plantio da erva-mate de maneira compensadora, ao mesmo tempo que obtinham um produto mais saboroso e de aroma suave, qualidades essas não conseguidas até então pelos naturais

Quando expulsos das missões, os castelhanos levaram consigo "o segredo do melhor matte", cujos processos, posteriormente, foram esquecidos, quando então os guaranis voltaram a empregar os primitivos sistemas, com pequenas melhorias.

A "Ilex" entrou no Brasil por Mato Grosso, trazendo, consigo entretanto, o mesmo rudimentarismo de cultivo e o precaríssimo aproveitamento industrial, até então conseguido pelos guaranis. Foi o seu introdutor nos campos e matas mato-grossenses o comerciante e industrial Thomaz Larangeira, que dela tomou conhecimento quando, integrando a comissão de limites da fronteira Brasil—Paraguai, chefiada por Enéas Galvão, mais tarde Barão de Maracaju, teve oportunidade de percorrer extensas regiões, tomando então o primeiro contacto com a maravilhosa erva. Na comissão de limites, Larangeira tinha várias funções, realçando, entretanto, a de interessado no fornecimento de víveres e a de examinar as regiões percorridas pela comissão, avaliando-lhe as possibilidades econômicas. Ao ter conhecimento da erva-mate, Larangeira logo planejou transportá-la para o Brasil, tanto assim que escrevia ao Barão de Maracaju. "no anno de 77 encetei aqui no Paraguay o trabalho de herva matte, pensando sempre em passar-me para o meu Paiz, logo que se me concedessem hervaes". Recorrendo à proteção de Maracaju, não teve êle dificuldades em conseguir o que pretendia: concessão para explorar erva-mate em Mato Grosso. O Decreto do Govêrno Imperial de número 8 799, de 9 de dezembro de 1882, designava os "terrenos devolutos que demoram nos limites da Província de Mato Grosso com a Republica do Paraguay, entre os rios Verde e Amambahy, e pela linha que desses pontos fôr levada para o interior". Depois de longos entendimentos com o Govêrno Imperial, onde não faltou a interferência de outros interessados na exploração de erva-mate, Larangeira conseguiu formar um verdadeiro monopólio, com rara habilidade, conduzindo o negócio à sombra de um estabelecimento de crédito especialmente organizado para tal fim: o Banco Rio e Mato Grosso. Daí, surgiu a "Companhia Matte Larangeira", que outra coisa não era, no entender de Antônio Corrêa da Costa, senão um meio de ludibriar a lei de concessões em vigor. Diz êle: "A lei vedava a transferência de concessões para a exploração da herva matte. Era, pois, preciso illudil-a, e dahi originou-se a organização da supposta "Companhia Matte-Larangeira", da qual o Banco tomou quasi todas as acções, dividindo apenas um pequeno numero dellas entre os seus proprios empregados e alguns amigos do Dr. Joaquim Murtinho, então seu presidente". Efetivamente, o Banco Rio e Mato Grosso possuía ações da Companhia em número de 14 540, o Dr. Joaquim Murtinho, 100, e Thomaz Larangeira, 110. Entretanto, a direção do Banco agiu com tanta habilidade que tempos depois, conseguia que Antônio Corrêa da Costa aceitasse a sua Supe-

Aspecto da Maqueta do Centro de Saúde e Puericultura

rintendência em Mato Grosso, para a qual foi nomeado em 1892. Na qualidade de Superintendente do Banco, o Doutor Antônio Corrêa tratou de escolher um local para centralizar o embarque de tôda produção da indústria extrativa da erva-mate, tendo escolhido, para isso, a fazenda "Três Barras", à margem esquerda do rio Paraguai, onde construiu um pôrto de embarque a que deu o nome de Pôrto Murtinho, homenagem ao Presidente do Banco Rio e Mato Grosso, tendo para aí levado a sede da "Emprêsa Matte Larangeira". Nascia, assim o povoado de Pôrto Murtinho, "Á margem esquerda do Paraguay, cerca de 50 kilometros a montante da barra do Apa ...", tendo como origem a fazenda "Três Barras", de propriedade do major Boaventura da Mota, mais tarde adquirida pelo Banco Rio e Mato Grosso. Em 4 de maio de 1898, o Govêrno Federal mandava instalar, na povoação, uma Mesa de Rendas Federais.

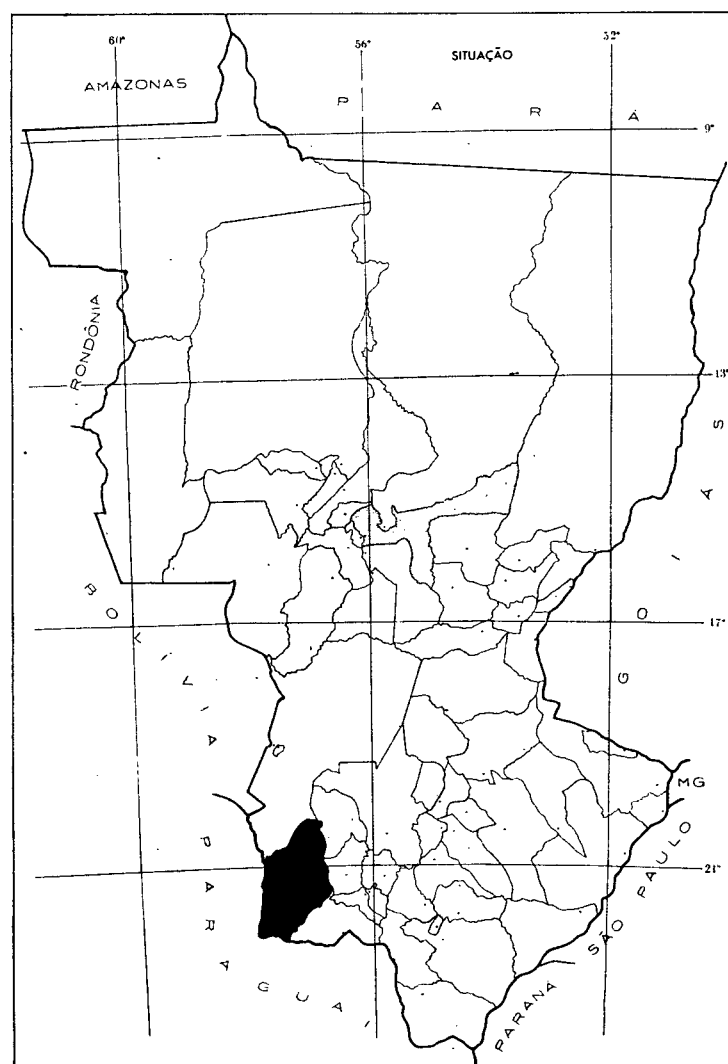
O crescimento contínuo da produção de erva-mate exigia meio de escoamento rápido, até as margens do Paraguai, para onde chegava em carretas vindas do planalto do Amambaí. Foi então construída uma ferrovia de 22 quilômetros até a localidade "São Roque", providência essa que veio facilitar de maneira decisiva aquela exportação.

Sob a proteção da Companhia Matte Larangeira", Pôrto Murtinho, que já era freguesia pela Resolução de 10 de abril de 1900, progrediu satisfatòriamente até 1902, quando o Banco Rio e Mato Grosso entrou em liquidação, seguido, logo após, da "Companhia Matte Larangeira" que, pela Lei n.º 373, de 19 de maio de 1903, teve autorização para transferir a concessão à firma Larangeira, Mendes & Cia., organizada e com sede em Buenos Ayres. Em 1907, a Resolução n.º 477, de 31 de agôsto, da Assembléia Legislativa, autoriza o Govêrno do Estado a entrar em acôrdo com os sucessores do Banco Rio e Mato Grosso a fim de expropriar 3 600 hectares de terra para o rocio da freguesia de Pôrto Murtinho e, em caso negativo, proceder judicialmente a mesma expropriação.

Quatro anos depois, em 1911, a Lei n.º 560, de 20 de setembro, criava o município de Pôrto Murtinho e elevava, ao mesmo tempo, o então distrito de igual topônimo à categoria de vila, lei essa que, em 1912, foi promulgada pelo Decreto estadual n.º 310, de 2 de abril. A Lei orçamentária n.º 810, de 8 de dezembro de 1919, criava a comarca de Pôrto Murtinho, com os mesmos limites do município, que teve a sua sede elevada à categoria de cidade, em 1926, pela Lei n.º 962, de 12 de julho. Nas sucessivas divisões territoriais, administrativas e judiciárias do estado, o município de Pôrto Murtinho permaneceu no quadro territorial sem qualquer alteração, quando, por fôrça do Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, que criou os territórios federais, passou a integrar o de Ponta Porã, de acôrdo com o que estabelecia a letra *d*), do art. 1.º, do Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro daquele mesmo ano. Com a extinção do território federal de Ponta Porã, por ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 18 de setembro de 1946, o município de Pôrto Murtinho foi reincorporado ao estado de Mato Grosso, com área idêntica à do anterior desmembramento.

No quadro anexo ao Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que estabeleceu a divisão territorial do estado de Mato Grosso para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, o município era composto de apenas um distrito, de igual nome, situação em que permanece na Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária, para o período 1954-1958.

Atualmente o município tem como Prefeito o Senhor Otávio de Oliveira, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo a Câmara Municipal composta por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pôrto Murtinho faz parte da Zona da Baixada, integrando-se na bacia platina, banhado que é pelo rio Paraguai. Limita-se com os municípios de Ladário, Miranda, Bonito e Bela Vista, servindo ainda de fronteira do Brasil com a República do Paraguai. Tem os seguintes pontos extremos: latitude N.- 20° 24' 00" e S.- 22° 11' 15"; longitude E.-56° 35' 30" e O.-57° 59' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede distante da capital do Estado 703 quilômetros, em linha reta, no rumo S.S.O., apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 21° 42' 30" de latitude Sul e .... 57° 52' 30" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — O distrito-sede de Pôrto Murtinho apresenta uma altitude de 90 metros, colocando-se em último lugar em relação às demais cidades mato-grossenses.

CLIMA — Classifica-se como o do tipo tropical úmido, aliás comum a todos os municípios situados no pantanal mato-grossenses. O período de chuvas da região tem início no mês de setembro indo até maio, sendo que durante o mês de janeiro e princípio de fevereiro, torna-se mais intenso.

ÁREA — É o 17.º município de Mato Grosso em extensão territorial, com seus 16 890 quilômetros quadrados de área, ocupando, do estado, cêrca de 1,29%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Distinguem-se: o rio Paraguai que separa a comuna da República de igual denominação; o Nabileque, que lhe serve de limite com o município de Corumbá; e uma série de morros denominados "Touro", "Anu", "Lontra", "Araras", "Tigre", "Pelado", "Limoeiro" e "Tarumã", sendo que os cinco primeiros estão localizados em pleno pantanal que cobre grande parte do território de Pôrto Murtinho.

RIQUEZAS NATURAIS — Na extrativa mineral, está sendo explorado com fins econômicos barro para fabricação de tijolos, areia e pedra para construção; no reino vegetal, a riqueza natural de maior relevância é a madeira "quebracho", utilizada para extração de tanino, cuja existência no município é relevada por extensas matas em plena exploração; e no animal, peixe, crina e peles silvestres de animais típicos do pantanal.

POPULAÇÃO — Pôrto Murtinho, segundo o Recenseamento Geral de 1950, revela uma população de 8 436 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado; 4 538 pessoas eram do sexo masculino e 3 898 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população foi assim distribuída: no quadro urbano 1 252 homens e 1 255 mulheres, num total de 2 507 habitantes; no suburbano, 167 pessoas do sexo masculino e 132 do feminino, totalizando 299, e no quadro rural, 5 630 residentes, dos quais 3 119 do sexo masculino e 2 511 do feminino. A zona campestre concorria com 66,73% para a população total, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os moradores estavam distribuídos da seguinte maneira: brancos, 3 348 homens e 2 813 mulheres, num total de 6 161 pessoas; pretos, 196 do sexo masculino e 153 do feminino, totalizando 349; pardos, 933 homens e 874 mulheres, ou seja, um total de 1 807 habitantes. Sem declaração de côr, 119 pessoas.

No concernente ao estado conjugal, o levantamento dava êsse resultado considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros 1 993 homens e 1 340 mulheres, num total de 3 333 pessoas; casados, 1 297, dos quais 692 homens e 605 mulheres; desquitados e divorciados, 3 homens e 4 mulheres; e viúvos, 57 homens e 103 mulheres, totalizando 160 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população estava assim catalogada: brasileiros natos, 3 305 homens e 2 895 mulheres, num total de 6 200 habitantes; brasileiros naturalizados, 4 homens e 1 mulher; e estrangeiros, 1 229 indivíduos do sexo masculino e 1 002 do feminino, num total de 2 231 pessoas.

No que diz respeito à religião, 4 413 homens e 3 804 mulheres, num total de 8 217, declararam-se católicos apostólicos romanos; 44 habitantes, dos quais 24 homens e 20 mulheres, protestantes; 54 homens e 44 mulheres, totalizando 98, manifestaram-se espíritas; 20 homens e 18 mulheres professavam outras crenças; sem religião havia 24 pessoas, das quais 18 homens e 6 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 15 munícipes, sendo 9 homens e 6 mulheres.

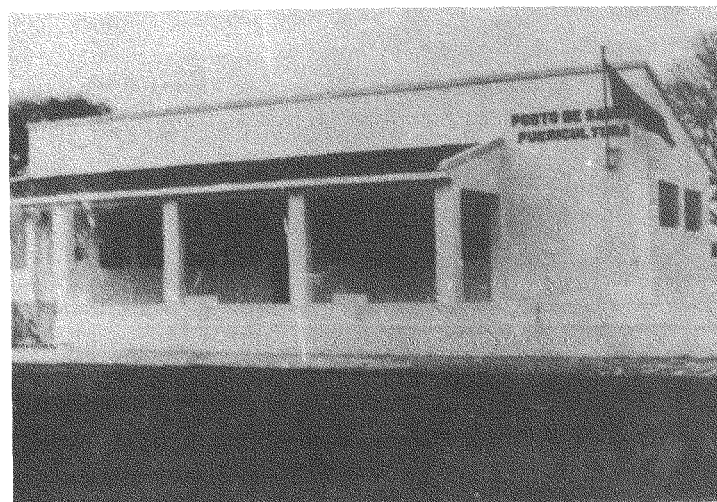
Segundo os distritos, os moradores recenseados residiam no distrito de Pôrto Murtinho (sede): 2 806 habitantes na cidade e 5 630 na zona rural.

No tocante à população, a cidade de Pôrto Murtinho, com 1 419 habitantes do sexo masculino e 1 387 do feminino, colocava-se em 11.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações Urbanas — o Censo Demográfico de 1950 revelou a existência de apenas um aglomerado urbano, o da sede municipal, com 2 806 habitantes, dos quais 1 419 homens e 1 387 mulheres. Entretanto, em 1954, a Agência Municipal de Estatística registrou mais os seguintes povoados: de Cachoeira, com 25 moradias e 180 habitantes; Barranco Branco, tendo 19 casas e 90 habitantes; Guaicurus e Foz do Apa, o primeiro possuindo 25 habitações e o segundo 15, que congregavam 60 e 69 moradores, respectivamente; e mais Boa Sorte e São Lourenço, com 9 residências cada um e contingente um pouco superior a 50 indivíduos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é representada pela pecuária e indústria de transformação. A agricultura, pouco desenvolvida, tem o seu principal entrave na existência da ilha "Margarida", da República do Paraguai, que fornece à sede municipal todos os gêneros de primeira necessidade, inclusive alguns artigos manufaturados.

A população pecuária regional, em 1956, foi calculada em 227 833 cabeças, num valor que ultrapassou a casa dos 576 milhões de cruzeiros, distinguindo-se o rebanho de bovinos, com 210 mil cabeças, no valor de 546 milhões de cruzeiros, seguido de perto pelo o de eqüinos, com 8 600 cabeças, estimados em 25 800 mil cruzeiros. Em seguida apareciam os suínos, com 2 700 cabeças, cuja representação ultrapassou 1 600 mil cruzeiros. Os demais rebanhos — asininos, muares, ovinos e caprinos — apresentaram menor expressão econômica.

Pràticamente não existe agricultura, nem mesmo de produtos básicos à subsistência, como feijão, arroz, milho, etc. Deve-se êsse fenômeno como já foi esclarecido, à existência da Ilha Margarida pertencente à República do Paraguai, em frente à sede de Pôrto Murtinho, que exporta para

Fachada do Pôsto de Saúde e Puericultura

o município todos os produtos necessários à sua manutenção: feijão, arroz, batata-doce, milho, frutas e legumes, expostos à venda em feiras diárias, realizadas na margem brasileira do rio Paraguai.

A indústria de transformação é o segundo esteio da economia provinciana. Em 1956, segundo apurações do Departamento Estadual de Estatística, apresentou os seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	1 510
Indústria química e farmacêutica	47 004
Indústria de produtos alimentares	3 348
TOTAL	51 862

Como se verifica, a indústria química e farmacêutica concorreu com aproximadamente 90% para o total da produção. Êsse fato é resultante da existência de duas fábricas para industrialização do "quebracho", madeira que existe em abundância no município e da qual se retira o extrato de tanino, empregado no curtimento de couros e peles. Essas fábricas, que empregam um total de 291 operários, estão localizadas na sede e no povoado de Pôrto Quebracho.

Apesar de o rio Paraguai oferecer bom campo para a exploração da pesca em larga escala, a produção local é das menores, tendo, em 1956, atingido 7 toneladas, no valor de 70 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 40 estabelecimentos, sendo 3 grossistas e 37 varejistas, os quais mantêm transações com as praças de Corumbá, Aquidauana, Campo Grande, São Paulo e Assunção, capital da República do Paraguai. Segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística para 1956, é de 49 o número de estabelecimentos comerciais disseminados em todo território municipal.

O Banco de Comércio e Produção S. A. mantém na cidade de Pôrto Murtinho uma agência, que atende a todo o movimento bancário da comuna.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município Liga-se às cidades vizinhas de Bela Vista, através de rodovia, 240 km; de Bonito, idem, 338 km; de Miranda, misto, rodovia até Aquidauana, 382 km e daí por intermédio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, 78 quilômetros. As comunicações com Corumbá são realizadas por vias aéreas e fluvial, em um percurso de 220 e 480 quilômetros, respectivamente. O serviço aéreo é mantido pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A., e o fluvial por várias emprêsas localizadas em Corumbá, distinguindo-se, pela periodicidade com que mantém a linha, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, que escala no pôrto da cidade três vêzes por mês. A ligação com a capital do Estado é feita por intermédio de Corumbá, via aérea ou fluvial, e rodoviária até Aquidauana, daí via aérea.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 9 automóveis, 4 jipes, 28 caminhões, 4 camionetas para carga e 6 tratores.

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui, na sede, uma Agência Postal-telegráfica, e o Consórcio Real-Aerovias-Nacional uma estação radiotelegráfica, para seu uso exclusivo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto Murtinho, com a população já descrita, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, possuía, em 1954, 32 logradouros públicos, sendo um arborizado e ajardinado, simultâneamente. Dêsses logradouros, 12 eram servidos por iluminação pública e 12 por domiciliária. Existiam 605 prédios na cidade, dos quais 140 servidos por luz elétrica e 140 por serviço de água canalizada, serviço êsse que, beneficiava sòmente a 22 logradouros. Segundo informes da Agência Municipal de Estatística relativos ao ano de 1956, o número de prédios servidos por abastecimento d'água canalizada diminuiu para 130, enquanto que o n.º de ligações elétricas domiciliares cresceu para 165. Anteriormente, o serviço de iluminação pública e domiciliar era mantido pela Companhia Florestal Brasileira mediante contrato existente entre a Emprêsa e a Prefeitura Municipal. Em 1956, com a inauguração do serviço municipal, houve rescisão do contrato; na época em que a Agência colheu os dados referidos, ainda não havia sido atingido o número total de ligações domiciliares.

Os principais edifícios da cidade são: Prefeitura Municipal, Cine Teatro Murtinhense, Hospital Cézar Bordallo, Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, Pôsto de Higiene e Escola Nossa Senhora das Graças.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É mantida pelas seguintes entidades: Hospital Cézar Bordallo, da propriedade da Companhia Florestal Brasileira, com 17 leitos disponíveis; Hospital Quebracho Brasil, erigido no povoado Pôrto Quebracho, mantido pela Companhia Quebracho do Brasil S. A., com 10 leitos; e pelo Pôsto de Higiene e Puericultura, sob a responsabilidade do Govêrno do Estado. Na cidade de Pôrto Murtinho estão localizadas duas farmácias e exercem atividades profissionais 3 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — É prestada pela Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência.

Funciona no distrito-sede a Cooperativa de Consumo dos Industriários Murtinhenses, que congregava, em 31 de dezembro de 1956, 235 associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, existiam, no município, 6 948 habitantes de 5 anos e mais. Dêsse total, 3 398 habitantes, ou seja, 48%, sabiam ler e escrever: do sexo masculino 2 090 pessoas e do feminino 1 308. Eram analfabetos 1 711 homens e 1 839 mulheres, num total de 3 550 munícipes. A cidade de Pôrto Murtinho aparecia com uma população maior de 2 381 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 856 homens e 616 mulheres, sendo analfabetas 365 pessoas do sexo masculino e 544 do feminino.

A zona rural, que concorria com 65% para aquêle grupo de idade, contava com 4 567 moradores; eram analfabetizados 1 234 homens e 692 mulheres; enquanto não sabiam ler e escrever 1 346 pessoas do sexo masculino e 1 295 da feminino.

Ensino — Segundo informações procedentes do Departamento Estadual de Estatística e relativas ao primeiro mês letivo de 1956, existiam no município 11 estabelecimentos

de ensino primário fundamental comum, dos quais 7 estaduais, 3 municipais e 1 particular. Essas escolas tiveram um movimento de 671 matrículas, assim distribuídas: estaduais 330; municipais 211; e particulares 130.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na comuna funcionam 4 associações esportivas culturais, sendo que uma delas está localizada em Pôrto Quebracho. Essas associações, em 31 de dezembro de 1956, congregavam um total de 736 pessoas em seus quadros sociais.

No distrito de Pôrto Murtinho funciona o Cine Teatro Murtinhense, com capacidade para 300 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro dos órgãos arrecadadores federal, estadual e municipal de Pôrto Murtinho, no período 1950-1956, apresentou os seguintes resultados:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 325	1 990	482	219	556
1951.......	1 406	2 221	477	211	306
1952.......	1 390	2 415	416	227	462
1953.......	1 580	3 113	695	233	420
1954.......	1 499	3 472	348	262	717
1955.......	1 612	5 619	2 178	387	2 032
1956.......	1 759	4 884	2 186	465	1 922

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A única existente é a representada pelas homenagens ao orago da Paróquia, Sagrado Coração de Jesus.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — O topônimo é homenagem ao então Presidente do Banco Rio e Mato Grosso, existente na época da fundação do povoado, Dr. Joaquim Murtinho. Os naturais de Pôrto Murtinho são chamados de "murtinhenses".

O município é sede de comarca com um único têrmo judiciário, o de Pôrto Murtinho, sendo o seu quadro eleitoral representado por 1 700 pessoas, em 31 de dezembro de 1956. É sede da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, fundada em 4 de abril de 1924, estando subordinada à Diocese de Corumbá.

POXOREU — MT

Mapa Municipal na pág. 69 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 40, 41, 44, 66, 94, 95, 96, 100, 120, 121, 123, 126, 127, 136, 137 e 140 do Vol. II

HISTÓRICO — O conhecimento das ricas terras que hoje compreendem o município de Poxoreu data das penetrações da região leste de Mato Grosso, quando sertanistas audazes andavam à cata de jazidas diamantíferas, perlustrando tôda a zona do Garças e seus afluentes, penetrações essas iniciadas em 1897, quando "Antônio Cândido de Carvalho, que do Itiquira galgou o divisor de aguas, devassando as paragens circumjacentes, de onde manam o "Coguiauparo", dos boróros, o principal formador do São Lourenço, cujo valle a tradição indigena enriquece de minas auriferas, e seu contravertente, o Rio das Garças, que se desenvolve por mais de 70 leguas, até desaguar no Araguaya".

Antônio Cândido de Carvalho fêz duas expedições, tendo na segunda descoberto as cabeceiras do rio Garças, na serra da Saudade, "espigão da grande serra mestra que, partindo de Goiaz vai para o Caiapó, e saltando o Araguaya, toma o rumo de Cuiabá".

Em 1919, tinha início o povoamento das terras que hoje integram o município de Poxoreu, com a chegada de João Ribeiro Vilela, Josias Batista Vilela, José Dias, Jerônimo Marça e outros que, naquele ano, resolveram instalar ao norte e ao nordeste da atual cidade de Poxoreu fazendas agropastoris. Posteriormente, em junho de 1924, o mineiro João Arenas Teixeira, — profundo conhecedor daquela zona, onde já estivera em tempos idos, por ordem de Antônio Cândido de Carvalho, e grande amigo dos silvícolas bororós, que habitavam a região, e com os quais mantinha amistosas relações, gozando mesmo de regular ascendência e respeito, — conduziu uma "entrada" naqueles sertões, que tinha como objetivo principal a procura de jazidas diamantíferas, cuja existência êle, João Arenas, de há muito suspeitara.

Virgilio Corrêa Filho escreve, em "Monographias Cuiabanas" — "Neste fluxo e refluxo, as levas de garimpeiros não se contentariam em mineirar os monchões devassados pelos seus predecessores, espraiaram-se pelos affluentes, ainda desconhecidos, do rio das Garças, e do Araguaya, e foram, além, embrenhar-se no valle do rio das Pombas e seus tributarios, cujas primeiras amostras maravilharam os peritos na mineração, pela pureza, tamanho e abundancia dos cristaes, de que avaliaram poder extrair mais de um kilo por mez. — Concretizava-se a lenda estonteante".

Vira, assim, João Arenas, que suas desconfianças nascidas em 1903, quando ali estivera pela primeira vez, era uma extraordinária realidade. E é êle mesmo quem conta em transcrição feita por Virgilio Corrêa Filho: "A 24 de Junho de 1924, diz elle, tendo ido eu, e mais Pedro José, baihano, José Pacifico, goyano, e Antônio Diamantino, mattogrossense, à fazenda Firmeza, do Sr. Antônio Barcellos, afim de combinarmos uma excursão, ao ribeirão das Pombas, alli, nessa fazenda, encontramos o Sr. Rueda, com tres amigos ...

A 27 chegamos ao Pombas, que sendo examinado por Pedro José, Francisco Louzada e Felix Abbadie, apresentou ricas formas.

No dia seguinte fomos uma legua abaixo encontrando um corrego, onde Louzada tirou a primeira pedra de diamante.

A 29 demos o nome de São Pedro ao mesmo corrego, por ser a data desse santo.

A 30 de Junho encontramos um outro corrego, que recebeu o nome de corrego dos Sete, dado por mim, pelo facto de ter se tirado ahi sete chibios (diamantes pequenos) e por sermos sete companheiros. João Arenas Ferreira — Restabelecendo a Verdade, artigo no "Correio do Estado", de 18 de Abril de 1925".

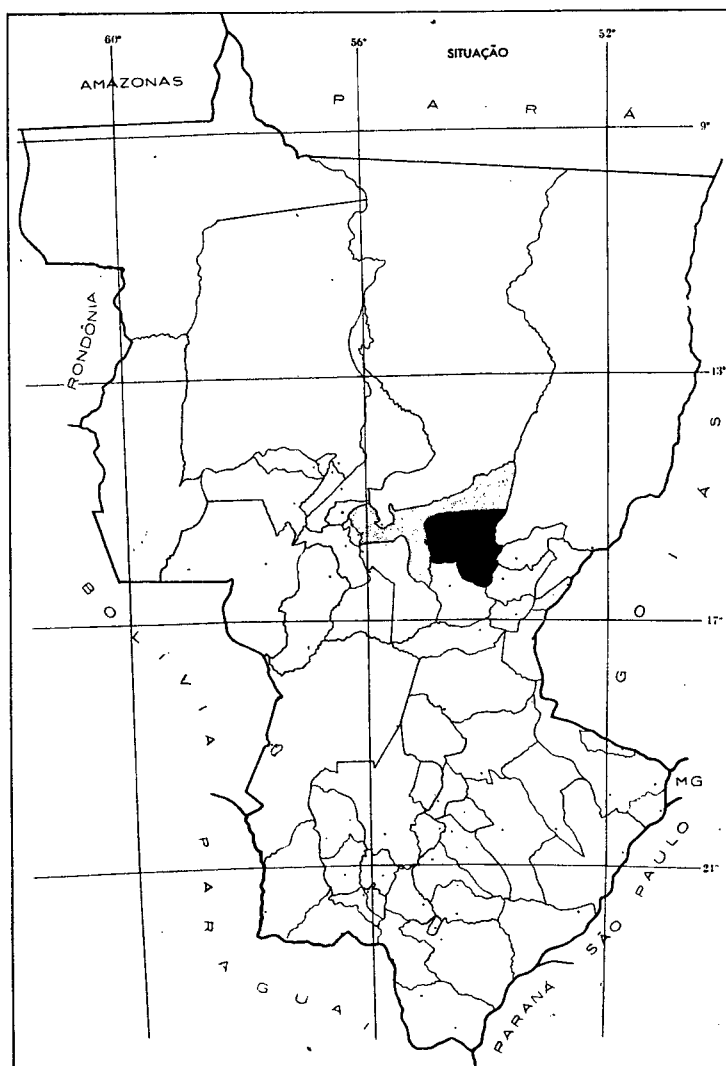
Instalou-se aquela gente nas proximidades do local em que hoje se ergue a cidade de Poxoreu, e logo trataram de realizar as primeiras explorações que revelaram, então, abundância de preciosas gemas diamantíferas, encontradas nos monchões que compreendem os garimpos de "São Paulo", "São Pedro", "Pombas" e "Sete". Posteriormente, a disputa que então ocorria na região do Garças, entre José Morbeck e Manoel Balbino de Carvalho, que então disputavam entre si o predomínio político da região, concorreu, com os seus resultados desfavoráveis ao último caudilho,

para que os componentes de suas fôrças, com as respectivas famílias, procurassem refúgio nos garimpos de Poxoreu, o que determinou rápido desenvolvimento da zona. De tal forma progrediu o garimpo que, em 1932, era criado ali o distrito de igual nome, pelo Decreto estadual n.º 131, de 16 de fevereiro daquele ano, subordinado à Comarca de Cuiabá. Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 145, de 29 de março de 1938, Poxoreu figura como distrito judiciário do município de Cuiabá. O Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, que fixou o quadro territorial, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, criou o município de Poxoreu, com os distritos de Coronel Ponce, Poxoreu, Ponte de Pedra e Rondonópolis, desmembrados do município de Cuiabá. Essa situação foi mantida no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no período 1944-1948. Na divisão territorial do estado, com vigência no qüinqüênio 1949-1953 — segundo o Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948 — o município é constituído pelos distritos de: Poxoreu, Alto Coité — criado pela Lei n.º 185, de 16 de novembro de 1948, com território desmembrado dos distritos da sede municipal e de Coronel Ponce — Coronel Ponce, Rondonópolis, Ponte de Pedra e Toriparu — criado com território desmembrado do distrito da sede municipal, por fôrça da Lei n.º 142, de 30 de setembro de 1948. As leis ns. 654 e 660, de 1.º e 10 de dezembro de 1953, respectivamente, retificadas pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, desmembraram parte do município de Poxoreu, em favor da constituição dos municípios de Itiquira e Alto Garças. Em seguida, a Lei n.º 666, de 10 de dezembro de 1953, retificada, ainda, pela de n.º 370, já citada, desmembra do município de Poxoreu o distrito de Rondonópolis, elevando-o a igual categoria. No quadro anexo à Lei número 370, de 31 de julho de 1954, da Assembléia Legislativa do estado, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial do estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Poxoreu aparece com os seguintes distritos: Poxoreu, Alto Coité, Coronel Ponce e Paraíso do Leste, êste último criado pela Lei n.º 681, de 11 de dezembro de 1953.

No quadro da Divisão Territorial Administrativo-Judiciária do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Poxoreu figura como têrmo judiciário da comarca de Cuiabá. Pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, foi criada a comarca de Poxoreu com o têrmo de igual nome desmembrado da comarca de Cuiabá. Segundo o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo referido Decreto-lei número 545, Poxoreu é têrmo único da Comarca de igual nome, situação em que permanece nas divisões referentes aos períodos 1949-1953 e 1954-1958.

O atual Govêrno do município é exercido pelo Senhor Luiz do Nascimento, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo a Câmara Municipal constituída por 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Poxoreu está situado na Região Leste, do estado de Mato Grosso, sendo abrangido pelas bacias do Paraguai e do Amazonas. São seus municípios limítrofes: Rondonópolis, Guiratinga, Tesouro, Barra do Garças e Cuiabá. Os pontos extremos são os seguintes: latitude N. — 15º 12' 15" e S. — 16º 28' 15"; longitude E. — .... 53º 38' 45" e O. — 55º 02' 30".

A cidade de Poxoreu encontra-se a 204 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, no rumo E.S.E. sendo as suas coordenadas geográficas: 15º 42' 00" de latitude Sul e 54º 18' 15" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal encontra-se a 450 metros acima do nível do mar, colocando-se em 14.º lugar entre as demais cidades do estado de Mato Grosso.

CLIMA — Seu clima está classificado como o do tipo tropical úmido, de modo geral comum aos municípios da Zona Leste do estado, tendo o período chuvoso início geralmente em outubro, indo até fevereiro, com maior intensidade entre dezembro e janeiro.

ÁREA — A região de Poxoreu coloca-se em 22.º lugar no estado de Mato Grosso, com seus 12 730 quilômetros quadrados de extensão, ocupando do território estadual cêrca de 0,97%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio das Mortes ou Manso, que serve de limite com o município de Cuiabá; rio Sangradouro Grande, linha divisória com o de Barra do Garças; Serra da Saudade, separação natural com a comuna de Guiritinga; e mais os morros de Dois Irmãos, e da Mesa, nas proximidades do distrito-sede, e as serras das Parnaíbas e do Roncador.

RIQUEZAS NATURAIS — Na extrativa mineral, os garimpos de Poxoreu representam a maior riqueza provinciana, vez que são largamente explorados, exprimindo uma produção sempre em ascendência. No reino vegetal, salientam-se as madeiras de lei, abundantes nas matas existentes e pouco exploradas. É rica também a fauna da região que possui quase tôdas as espécies da mato-grossense; como no caso da madeira, também não sofre exploração para fins econômicos.

POPULAÇÃO — Poxoreu contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 21 720 residentes, o que lhe dava 1,70 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 12 040 pessoas do sexo masculino e 9 680 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 1 920 homens e 1 936 mulheres, num total de 3 856 habitantes; no suburbano, 820 pessoas do sexo masculino e 755 do feminino, totalizando 1 575; e no quadro rural, 16 289 domiciliados, dos quais 9 300 do sexo masculino e 8 989 do feminino. A zona campestre concorria com 75% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os moradores distribuíam-se dêsse modo: brancos, 3 933 homens e 3 224 mulheres, num total de 7 157 pessoas; pretos, 1 085 do sexo masculino e 727 do feminino, totalizando 1 812; amarelos, 1 homem; e pardos, 7 011 homens e 5 722 mulheres, ou seja, 12 733 indivíduos.

No concernente ao estado conjugal, os munícipes apresentavam-se da seguinte maneira, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 3 813 homens e 1 440 mulheres, num total de 5 253 pessoas; casados, 6 357, dos quais 3 190 homens e 3 167 mulheres; desquitados e divorciados, 1 homem e 2 mulheres; e viúvos, 221 homens e 363 mulheres, somando 584.

Relativamente à nacionalidade, o levantamento dava o quadro que se segue: brasileiros natos, 12 008 homens e 9 657 mulheres, num total de 21 665 habitantes; brasileiros naturalizados, 5 homens e 8 mulheres; e estrangeiros, 27 representantes do sexo masculino e 15 do feminino, com o produto de 42 pessoas.

Segundo a religião, 11 518 homens e 9 287 mulheres, num total de 20 805, declararam-se católicos apostólicos romanos; 394 habitantes, dos quais 223 homens e 171 mulheres, protestantes; 123 homens e 110 mulheres, somando 233, manifestaram-se espíritas; 2 homens e 1 mulher eram budistas; 1 homem e 1 mulher, maometanos; havia 1 homem israelita; 41 homens e 30 mulheres, ou seja, 71 pessoas, professavam outras crenças; sem religião apresentavam-se 189 pessoas, das quais 119 homens e 70 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 22 pessoas, sendo 12 homens e 10 mulheres.

A localização distrital dos provincianos era essa: Poxoreu (sede), 2 765 habitantes na cidade e 7 800 na zona rural; Alto Coité, 867 pessoas na vila e 1 820 na zona sertaneja; Coronel Ponce, 294 residentes na vila e 350 na zona campestre; Ponte de Pedra, 122 moradores na vila e 2 194 na zona rural; Rondonópolis (atual município), 951 indivíduos na vila e 1 937 no campo; e Toriparu, 432 habitantes na vila e 2 188 no sertão.

A cidade de Poxoreu, com 1 332 habitantes do sexo masculino e 1 433 do feminino, colocava-se em 13.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

Aglomerações urbanas — O município de Poxoreu contava, em 1950, na ocasião do Recenseamento Geral do Brasil, com os seguintes aglomerados urbanos: Poxoreu, com 2 765 habitantes; vila de Alto Coité, com 867; vila de Coronel Ponce, com 294; vila de Ponte de Pedra, com 122; Rondonópolis (atual município), com 951; e Toriparu (hoje integrante do município de Guiratinga), com 432 habitantes. Ainda não foi estimada a população da vila Paraíso do Leste, sede do distrito de igual denominação, criado em 1953.

Segundo informações da Agência Municipal de Estatística, em 1954, a comuna contava mais com os seguintes aglomerados: tendo população aproximada de 1 100 habitantes — Colônia do Mutum e São Pedro da Cipa; idem de 700 — povoado de Jarudore; com cêrca de 500 pessoas — povoados Ponte dos Santos e São Lourenço; possuindo perto de 200 moradores — povoados de Curral, Lambari, Fundão, Córrego do Jácome, Raizinha, Alcantilado, Pombas e Barra do Coité, havendo mais 16 povoados cujos residentes oscilavam entre 50 e 100 munícipes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária, a indústria extrativa mineral e a agricultura formam a base econômica do município de Poxoreu. Seus rebanhos valeram, em 1956 mais de 221 200 mil cruzeiros. A população bovina foi estimada em 65 mil cabeças, avaliadas em mais de 167 milhões de cruzeiros; em seguida, a de suínos, com um número de cabeças calculado em 30 mil, representando 45 milhões de cruzeiros; a de eqüinos, com 2 600 cabeças, calculadas em mais de 5 milhões de cruzeiros; a de asininos, com mil cabeças, exprimindo 2 milhões de cruzeiros; e outras de menor expressão econômica, isto é, a de muares, de ovinos e a de caprinos.

A indústria extrativa de diamantes é a segunda base econômica da região. Os inúmeros garimpos existentes, disseminados em quase todo o território de Poxoreu, são de uma riqueza incalculável, parecendo mesmo inesgotáveis. Estima-se a produção anual de diamantes em mais de 100 milhões de cruzeiros, ocorrida em 1955, não sofrendo esta nenhum contrôle, por parte dos órgãos competentes.

O total das colheitas das diversas culturas agrícolas do município ultrapassou a casa dos 65 milhões de cruzeiros, tendo a mandioca concorrido com mais de 19 400 mil cruzeiros, valor correspondente a uma safra de 25 450 toneladas. Em seguida aparecem o milho, com 5 940 mil quilogramas, valendo mais de 19 milhões de cruzeiros; o arroz, com 3 600 toneladas, correspondentes a 15 milhões de cruzeiros; e o feijão, com 482 mil quilogramas, equivalendo a mais de 4 500 mil cruzeiros. Há a distinguir na agricultura do município o cultivo do café, pràticamente em fase experimental mas cuja produção, em 1956, atingiu 58 500 quilogramas, no valor de mais de 2 milhões de cruzeiros. Segundo informações da Agência Municipal de Estatística, destinadas ao Serviço de Estatística da Produção, existem,

atualmente, 300 000 cafeeiros, sendo 200 000 novos e 100 000 em frutificação.

A maioria das indústrias existentes em Poxoreu ocupa menos de 5 operários no mês de maior movimento. Em 1955, segundo os resultados apresentados pelo Departamento Estadual de Estatística, a situação industrial da comuna foi a seguinte, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	24
Indústria do mobiliário	23
Indústria de couros, peles e produtos similares	120
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	811
Indústria de produtos alimentares	3 583
Indústria da bebida	76
Indústrias diversas	35
TOTAL	4 662

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Poxoreu está representado por 3 estabelecimentos grossistas e 15 varejistas, situados na sede, incluídas nesse último número, três farmácias e totalizando 131 em todo o território municipal. O Banco Nacional do Comércio e Produção tem uma Agência instalada no distrito-sede.

Segundo elementos colhidos na Coletoria Estadual de Poxoreu, o município importou, em 1956, de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Campo Grande e Cuiabá, mercadorias no valor de mais de 36 milhões de cruzeiros, enquanto a exportação ultrapassou a casa dos 28 milhões.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Poxoreu está ligada às cidades vizinhas, exclusivamente por meio de rodovia, de: Barra do Garças, 372 quilômetros de estrada carroçável, com tráfego apenas em determinada época do ano; Cuiabá, 250 quilômetros, considerada estrada de primeira classe até a sede da Colônia Agrícola de Mutum, situada a 65 quilômetros da sede municipal de Poxoreu; Guiratinga, 450 quilômetros estrada inteiramente carroçável; Rondonópolis, 300 quilômetros, carroçável até a Colônia Agrícola de Mutum; e Tesouro, 204 quilômetros, carroçável.

O campo de pouso existente na cidade foi interditado pelo Departamento de Aeronáutica Civil há mais de dois anos, ficando assim Poxoreu desprovida do tráfego de aviões comerciais, que era realizado pela extinta "Transportes Aéreos Nacional Ltda". Atualmente estão concluídos os melhoramentos exigidos pelo D.A.C., aguardando-se, apenas, a necessária homologação. Em todo o âmbito municipal foram arrolados 10 campos de pouso para pequenos aviões do tipo "teco-teco", na maioria com pistas de 20 x 500 metros.

O serviço postal telegráfico do distrito-sede é realizado por uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, que mantém ainda no município mais três agências postais-telegráficas e uma apenas postal, situadas nas vilas de Coronel Ponce e Pôsto Major Pitaluga, povoado Jarudore e vila de Alto Coité, respectivamente.

ASPÉCTOS URBANOS — A cidade de Poxoreu possuía, em 1954, segundo informa o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 26 logradouros públicos, incluindo-se, nesse número, 1 pavimentado e 1 ajardinado. Dêstes, 17 eram servidos por iluminação pública, fornecida através de 1 000 focos, e apenas 1 contava com serviço de abastecimento d'água canalizada; 16 estavam providos de iluminação domiciliar, nos quais havia 400 prédios servidos por luz elétrica. Das 1 105 moradias existentes, 90 eram abastecidas por água canalizada. Todavia, em dezembro de 1956, segundo elementos colhidos pela Agência Municipal de Estatística, o número de prédios servidos por iluminação elétrica domiciliar e abastecimento d'água, já atingia 420.

Os edifícios mais importantes, localizados na cidade de Poxoreu, são os seguintes: Igreja Matriz de São João Batista, Cine Para Todos, Diamante Clube, Grupo Escolar Júlio Müller e Externato São José.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada através da Casa de Saúde São João Batista, de propriedade do Dr. João Andrade de Figueiredo, possuindo 6 leitos disponíveis, e pelo Pôsto de Higiene de Poxoreu, mantido pelo Govêrno do Estado. Na sede municipal estão localizadas duas drogarias e uma farmácia; exercem atividades profissionais 1 médico e 2 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência é responsável pelo socorro social aos pobres e necessitados. No distrito-sede Municipal está situada a Cooperativa de Colonização, Produção, Consumo, não tendo, porém, funcionado em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, por ocasião do Censo Demográfico (Recenseamento Geral do Brasil), Poxoreu contava com 17 689 habitantes de 5 anos e mais, sendo que sabiam ler e escrever 4 753 homens e 2 630 mulheres; eram analfabetas 5 245 pessoas do sexo masculino e 5 061 do feminino, ou seja, 58% daquele grupo de idade. Na cidade de Poxoreu existia uma população maior de 2 336 indivíduos, sabendo ler e escrever 762 homens e 679 mulheres; eram analfabetas 361 pessoas do sexo masculino e 534 do feminino. Nas vilas então existentes, havia 2 666 homens e 1 408 mulheres, num total de 4 074. Dêstes, sabiam ler e escrever 578 homens e 413 mulheres; eram analfabetas 545 pessoas do sexo masculino e 573 do feminino, somando o primeiro grupo 991 pessoas, enquanto o segundo, 1 118. Na zona rural, eram 13 244 os residentes, sabendo ler e escrever 3 413 homens e 1 538 mulheres; eram analfabetos 4 339 representantes do sexo masculino e 3 954 do feminino.

ENSINO — O Departamento Estadual de Estatística informa, nas apurações sôbre a estatística do ensino primário no primeiro mês letivo de 1956, no estado de Mato Grosso, que a comuna possuía, naquele ano, 19 escolas mantidas pelo Govêrno Estadual, 4 pelo Municipal e 1 por entidade particular. Êsses estabelecimentos tiveram um total de 1 737 matrículas gerais, assim distribuídas: escolas estaduais — 1 262; municipais — 209; e particular — 266. O Externato São José, da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora (salesianas), manteve em funcionamento, em 1956, um curso profissional de corte e costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal mantém uma biblioteca criada por lei municipal. com mais de 300 volumes catalogados, e registrada no Ins-

tituto Nacional do Livro. Na cidade de Poxoreu funciona um cinema (Cine Para Todos, com capacidade para 200 espectadores); uma associação esportiva (Bandeirante Esporte Clube, congregando no seu quadro social, em 31 de dezembro de 1956, 67 associados); e um semanário, "Correio de Poxoreu", com a média de 600 exemplares por edição.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	326	...	435	117	415
1951.......	401	...	776	589	776
1952.......	402	703	1 000	331	1 000
1953.......	498	918	1 000	249	1 000
1954.......	822	1 200	1 000	242	1 000
1955.......	745	1 365	1 000	309	852
1956.......	855	1 500	2 000	319	2 000

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São essas as principais manifestações religiosas: a festa de São João Batista, padroeiro da cidade, comemorada de 15 a 24 de junho, com novenas, leilões e bailes nas residências dos festeiros; a de Nossa Senhora Auxiliadora e a do Divino Espírito Santo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Excetuando os garimpos localizados na periferia da cidade e o morro da "Mesa", na zona rural do distrito de Poxoreu, nada mais há que possa ser classificado como objetivo de turismo.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Poxoreu é junção de dois vocábulos bororós: "pôbo", significando *água*, e "xoreu", *preta*. Pobo-xoreu, *água preta, escura,* que o uso simplificou para "Poxoreu". Os filhos do lugar são denominados "poxoreanos" ou "poxorenses".

Poxoreu é sede de comarca, subordinando os têrmos de Poxoreu e os distritos judiciários de Alto Coité, Coronel Ponce e Paraíso do Leste, possuindo 5 cartórios, sendo 2 na sede municipal e 3 nas vilas, sedes dos distritos citados. Seu quadro eleitoral em dezembro de 1956 era representado por 6 500 pessoas.

Na Prefeitura Municipal de Poxoreu estavam registrados, em 31 de dezembro de 1956, 1 automóvel, 6 jipes e 1 micro-ônibus, além de 8 caminhões, uma camioneta e 1 trator.

Na zona rural do distrito da sede, existe um Pôsto Agropecuário, mantido pelo Ministério da Agricultura, com área total de 200 hectares; na cidade, funciona uma Associação Rural, ainda em fase de organização.

É sede da Poróquia de São João Batista, subordinada à Prelazia do Araguaia; o culto protestante é representado pela Igreja Presbiteriana de Poxoreu.

Na Sede Municipal estão localizados 3 hotéis e 6 pensões, com capacidade para 81 hóspedes, cobrando diária que oscila entre Cr$ 100,00 e Cr$ 150,00.

RIBAS DO RIO PARDO — MT

Mapa Municipal na pág. 211 do 2.° Vol.

HISTÓRICO — Medeava o têrço do século XVII quando os paulistas, após sucessivas incursões por todo o sul do estado, ultimaram a limpeza do bolsão formado pelos rios Paraguai e Paraná, fazendo recuar os espanhóis com as suas levas de guaranis aldeados que escaparam à preia implacável de que eram objeto, para povoar as lavouras de Piratininga e do litoral atlântico. Era de supor que se esgotasse o ímpeto desbravador dos bandeirantes, ou pelo menos lhes abrandassem a afoiteza com que até então se lançavam à conquista, num interregno de repouso no qual o ócio lhes propiciasse decantar os feitos memoráveis e lhes retemperasse os músculos das longas batidas pelos sertões desconhecidos. Não se lhes arrefecera, no entanto, o impulso aventureiro. Já não lhes sobrestavam as escopetas castelhanas, mas infletindo para o norte deparava-se-lhes um mundo novo a descobrir e palmilhar, fincar-lhe marcos de conquista, explorar suas riquezas, arrebanhar os índios de que estava povoado. Em 1632, cruzam o Paraná, ascendem pelo rio Pardo e destróem os recentes povoados guaranis ali existentes, provàvelmente desgarrados das antigas reduções da região do Guaíra. A mesma trilha teria seguido mais tarde Manoel de Campos Bicudo, cujo roteiro possìvelmente facilitara a seu filho Antônio Pires de Campos a derrota orientada para o norte, Tietê abaixo, Paraná, rio Pardo, vencendo por terra o varadouro de Camapuã, atingindo o rio Coxim, e por êste o Taquari e o Itiquira, e depois o Paraguai e o Cuiabá, até São Gonçalo Velho, onde preara índios, retornando pela mesma rota, que se tornou a estrada natural e mais fácil das monções que demandavam as minas de Pascoal Moreira e Sutil, ou delas provinham. Nesse entretempo as terras do rio Pardo, não seduzindo aos bandeirantes pela ausência do ouro que os impulsionava, eram ocupadas pelos índios "caiapós", não raro apresados e tangidos, ora às minas de Cuiabá, ora às feitorias de São Paulo. Paradoxalmente, o abandono da rota pelo rio Pardo, a cuja navegação se oferecia encachoeirado, em abono da estrada aberta do Piquiri, foi o fator decisivo da ocupação do município.

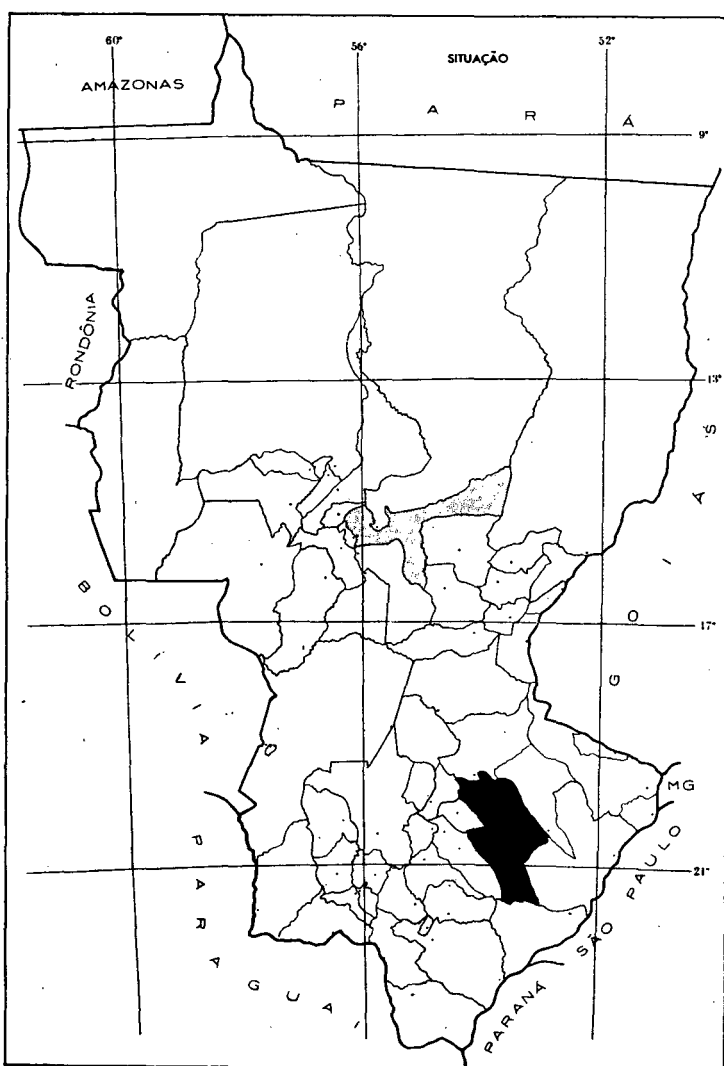
Iniciado o povoamento de Santana do Paranaíba, desde logo estenderam os Garcias suas posses a tôda a região do Paranaíba e Paraná, entre 1829 e 1840. Na sua esteira, vindo de Minas, distinguiu-se nas penetrações o sertanista destemeroso Joaquim Francisco Lopes. Estabeleceu-se de início à margem do Paraná, com fazenda de criação. O espírito de aventura, porém, acicata-lhe de pronto a índole itinerante. Abandonando a propriedade, embrenha-se pela adustez do sertão, à procura de pastagens adequadas, que vai entregando a seus amigos e compadres, depois de demarcadas. Daí por diante, é visto em constantes andanças, ora no extremo sul do Estado, ora no Paraná ou São Paulo; hoje no Presídio de Miranda, onde trava relações de amizade com o comandante e a quem presta serviços; logo mais em Cuiabá, acertando com o Governador a abertura da estrada de Piracicaba. Em 1835, arranchado nas barrancas do Paraná, encontra o cuiabano Eleutero Nunes, em derrota para Pôrto Feliz. Pede-lhe informações; investiga, pergunta, insiste. E o cuiabano lhe relata a existência das boas pastagens e aguadas do Rio Pardo. Para lá investe o irrequieto sertanista, em 1836, demarcando novas posses para os seus afeiçoados de Santana do Paranaíba, núcleos êsses que constituíram o início do povoamento daquela zona.

A formação do povoado que deu origem à cidade de Ribas do Rio Pardo sòmente foi possível após demorada

cristalização, depois de 1910, quando por ali passaram os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Pela Resolução n.º 856, de 7 de novembro de 1921, foi criado o distrito de paz de Conceição do Rio Pardo, no município de Campo Grande. O município formou-se com área do antigo distrito de Conceição do Rio Pardo e parte da comuna de Três Lagoas, pelo Decreto-lei n.º 545, de 31 de dezembro de 1953, com a denominação de Ribas do Rio Pardo, ocorrendo sua instalação em 19 de março de 1944, por fôrça do Decreto n.º 164, de 4 de março do mesmo ano. De acôrdo com a divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, que vigorou no qüinqüênio 1944-1948, o município de Ribas do Rio Pardo constituía têrmo judiciário da comarca de Campo Grande. Essa situação foi mantida posteriormente, pelo Decreto-lei n.º 583, de 24 de dezembro de 1953, e pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que fixaram o quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958.

A atual legislatura foi inaugurada em 6 de julho de 1957, assumindo o executivo o Prefeito sufragado, Senhor Claudionor Rodrigues de Souza, e instalando-se a Câmara Municipal com 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Ribas do Rio Pardo situa-se na Zona Fisiográfica Sudeste, à margem direita do rio Pardo. Limita-se com os municípios de Campo Grande, Bataguaçu, Três Lagoas, Água Clara, Camapuã, Rochedo e Jaraguari. A cidade está a 20° 26' 31" de latitude S. e 53° 45' 27"

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

de longitude W.Gr., distando 592 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, na direção S.S.E. São os pontos extremos do município: latitude N. — 19° 14' 45" e S. — 21° 37' 30"; longitude E. — 52° 49' 30" e O. — 54° 22'.

ALTITUDE — Em ordem de altitude, ocupa o 18.º lugar entre as demais comunas do Estado, com 386 metros na sede municipal.

CLIMA — O tipo climático verificado na região é o comum da zona: tropical úmido. As chuvas iniciam-se no mês de setembro, continuando até abril. Nos três primeiros meses do ano geralmente são abundantes.

ÁREA — Coloca-se em 13.º lugar entre os maiores municípios do Estado, com 19 270 km², representando 1,47% da área de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Pardo, Verde e Anhanduí são os principais acidentes geográficos. O território é inteiramente constituído por terra firme e banhado por numerosos cursos d'água, sendo os principais: rios Formoso e Pinhé; ribeirões Lontra, Lontrinha, Botas, Cervo, Água Limpa, Capim Branco, Salgado, Fortaleza, Ferreira e da Lagoa. Registra-se no rio Pardo a existência de uma queda d'água aproveitável.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas do subsolo já conhecidas são: as minerais, pedras para construção e argila para cerâmica; as vegetais estão representadas por madeiras de lei e lenha para combustível; e as animais, por peles silvestres e peixes.

POPULAÇÃO — Ribas do Rio Pardo contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 3 609 pessoas, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado, sendo 1 914 pessoas do sexo masculino e 1 695 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 306 homens e 288 mulheres, num total de 594 habitantes; no suburbano, 38 pessoas do sexo masculino e 26 do feminino, totalizando 64; e no quadro rural, 2 951 domiciliados dos quais 1 570 do sexo masculino e 1 381 do feminino. A zona campestre concorria com 81,76% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos, 1 554 homens e 1 395 mulheres, num total de 2 949 pessoas; pretos, 165 do sexo masculino e 136 do feminino, totalizando 301; amarelo, 1 homem; e pardos, 189 homens e 161 mulheres, ou seja, 350 indivíduos. Não fizeram declaração de côr, 8 pessoas.

No concernente ao estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerado os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 488 homens e 259 mulheres, num total de 747 pessoas; 1 147 casados, dos quais 575 homens e 572 mulheres; desquitada ou divorciada, uma mulher; e viúvos, 25 homens e 52 mulheres, somando 77.

Relativamente à nacionalidade, as estimativas davam o quadro que se segue: brasileiros natos, 1 896 homens e 1 691 mulheres, num total de 3 587 habitantes; brasileiros naturalizados, 3 homens; e estrangeiros, 15 indivíduos do

sexo masculino e 4 do feminino, com o produto de 19 pessoas.

Segundo a religião, 1 869 homens e 1 665 mulheres, num total de 3 534, declararam-se católicos apostólicos romanos; 49 habitantes, dos quais 28 homens e 21 mulheres, protestantes; 15 homens e 9 mulheres, somando 24 habitantes, manifestaram-se espíritas; 1 homem pertencia a outra crença, e 1 homem não declarou a sua.

A localização distrital dos provincianos era essa: Ribas do Rio Pardo (sede): 658 habitantes na cidade e 2 951 na zona rural.

A cidade de Ribas do Rio Pardo, com 344 habitantes do sexo masculino e 314 do feminino, colocava-se em 29.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações urbanas — Contam-se 3 aglomerações urbanas no município: a cidade, com a população já descrita; o povoado de Bálsamo, com 17 moradias e 80 pessoas; e o povoado Arlindo Lutz, com 9 residências e 50 habitantes, segundo informações da Agência Municipal de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia municipal está assentada nas atividades agrícola e pecuária, distinguindo-se esta. Segundo estimativa da Agência Municipal de Estatística, a produção, em 1956, foi superior a 289 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: no setor pecuário, mais de 285 milhões de cruzeiros, compreendendo: 86 000 cabeças de bovinos, no valor de 258 milhões de cruzeiros; 6 500 de eqüinos, calculados em 16 milhões e 250 mil cruzeiros; 900 muares, expressos por 5 milhões e 400 mil cruzeiros; 8 500 suínos, correspondendo a 4 milhões e 675 mil cruzeiros; 3 300 ovinos, que atingiram 990 mil cruzeiros; 300 caprinos, estimados em 75 mil cruzeiros e 8 asininos, no valor de 24 mil cruzeiros. A agricultura contribuiu com 3 milhões e 700 mil cruzeiros, assim especificados: 210 000 quilogramas de arroz, representando 1 milhão e 400 mil cruzeiros; 600 toneladas de mandioca, valendo 1 milhão e 200 mil cruzeiros; 210 000 quilogramas de milho, avaliados em 700 mil cruzeiros; 18 000 quilogramas de feijão, expressos por 240 mil cruzeiros; 15 000 abóboras, representando 75 mil cruzeiros; 1 200 quilogramas de amendoim, 8 toneladas de batata-doce, 900 arrôbas de alho, 4 000 abacaxis, 1 500 cachos de banana e 1 000 centos de manga, valendo englobadamente 121 mil cruzeiros.

O levantamento industrial de 1955, apurado pelo Departamento Estadual de Estatística, concluiu pelos seguintes resultados, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos vegetais	2 700
Indústria de transformação de minerais não metálicos	907
Indústria de produtos alimentares	782
Serviço industrial de utilidade pública	173
TOTAL	4 562

COMÉRCIO E BANCOS — A rêde comercial é formada por 14 estabelecimentos varejistas na sede municipal, sendo as principais transações mantidas com as praças de São Paulo e Campo Grande, de onde importa manufaturas e para onde envia o excedente dos seus principais produtos. Serve-se da última cidade também para realizar todos os negócios bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Goza dos serviços prestados pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) nos dois setores: transportes e comunicações. Para o primeiro, conta com 10 pontos de parada ferroviária em todo o município, com tráfego regular. Um campo de pouso na cidade e 4 no interior são utilizados por "táxis-aéreos", para transporte de passageiros.

Em 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 3 automóveis, 14 camionetas para passageiros, 19 caminhões e 2 tratores.

No setor de comunicações, conta com 10 estações telegráficas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sendo uma na cidade, onde existe também, uma estação Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — De acôrdo com publicação do Ministério da Educação e Cultura, relativa ao ano de 1954, a cidade de Ribas do Rio Pardo contava com 21 logradouros, dos quais 9 providos de iluminação pública com 90 lâmpadas e 12 tinham iluminação domiciliária, servindo a 63 prédios; 3 logradouros públicos possuíam água canalizada, abastecendo a 28 dos 139 prédios então existentes.

ALFABETIZAÇÃO — O último Recenseamento realizado no Brasil — 1950, encontrou em Ribas do Rio Pardo uma população de 2 996 habitantes de 5 anos e mais. Dêstes, 1 772 (1 022 masculinos e 750 femininos) sabiam ler e escrever, enquanto que 1 224 (576 homens e 648 mulheres) eram analfabetos. A cidade contava com uma população do mesmo grupo de idade correspondente a 554 pessoas, das quais 404 (224 homens e 180 mulheres) eram alfabetizadas e 150 (62 homens e 88 mulheres) não sabiam ler nem escrever. O número dos que sabiam ler e escrever representava 59,1% das pessoas de idade superior a 5 anos e correspondia a 49,1% da população recenseada no município. O seu índice de alfabetização era, em 1950, um dos maiores do estado, sendo sòmente superado por Campo Grande, com 55,7%, e por Corumbá, com 49,4%.

Ensino — Ao encerrar o primeiro mês letivo de 1956, estavam em funcionamento 5 unidades de ensino fundamental comum (4 estaduais e uma municipal), totalizando 252 alunos matriculados, segundo o Departamento Estadual de Estatística.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há um clube recreativo que, em 31 de dezembro de 1956, congregava 22 pessoas no seu quadro social. Funciona, também na cidade, um cinema com 96 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período financeiro 1950-1956 verificou-se o seguinte movimento:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	512	372	47	431
1951.......	—	535	270	58	237
1952.......	—	697	327	58	364
1953.......	—	901	1 164	75	766
1954.......	—	2 116	591	56	1 077
1955.......	—	2 471	753	83	680
1956.......	—	1 884	(1) 950	(1) 189	(1) 950

(1) Previsão Orçamentária.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Duas festas, já tradicionais, são realizadas no município, anualmente: a de São Sebastião, com início no dia 11 de janeiro e término no dia 19. Durante êsses dias são promovidos rezas, leilões, missas, procissões e competições desportivas; a de Nossa Senhora da Conceição, cuja novena tem início no dia 6 de agôsto e finaliza no dia 14. Há igualmente, leilões, rezas e missas.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Os habitantes do lugar recebem o nome de "rio-pardenses". O topônimo é conseqüente do rio do mesmo nome que banha o município.

Rio Pardo é têrmo judiciário da comarca de Campo Grande.

A cidade conta com 1 hotel e duas pensões, com capacidade para 58 hóspedes, englobadamente. No último qüinqüênio apresentou um notável desenvolvimento, em conseqüência da instalação, ali, da oficina de reparos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

RIO BRILHANTE — MT

Mapa Municipal na pág. 213 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 154, 178, 186, 190, 194, 214, 229, 241, 242 e 243 do Vol. II

HISTÓRICO — Inicialmente chamava-se Entre-Rios, denominação que teve origem no fato de estar a cidade localizada entre os rios Vacaria e Brilhante, aproximadamente a 12 km dêste e a 24 do primeiro.

Embora sem precisar a data, a penetração do território de Rio Brilhante está intimamente ligada à história do povoamento de Paranaíba, na terceira década do século XIX, quando os pioneiros das famílias Lopes, Souza Leal, Pereiras, Garcia e Barbosa atravessaram os campos daquela região, entrando pelos serradões de Três Lagoas, iniciaram a história do povoamento da região sul de Mato Grosso.

Os Barbosas, depois de se terem fixado na zona do Rio Pardo, no lugar denominado Santa Rita, iniciaram o desbravamento da zona do Vacaria e de vários outros pontos da Serra de Maracaju. Diz José de Melo e Silva: "As citadas figuras são os troncos donde brotariam as primeiras famílias da região, sedimentação excelente, donde se originaria, por sua vez, num entrelaçamento inevitável com a descendência de outros que mais tarde chegariam. E antes mesmo que decorresse um quarto de século já era considerável o número de fazendolas situadas naquela região que Aires de Cazal imprópriamente denominou de "Província de Camapuânia", impropriedade que assinalamos pelo fato de que nas raias dêsse território apenas se enfeixam as vertentes dos rios Pardo, Sucuriú, Verde, Jauru e Taquari, derivando de outros setores as volumosas águas do Brilhante e do Dourados, de cuja confluência resulta o Ivinheima, bacia que êle, certamente, teria querido incluir na sua sistemática de Província, pelo critério da dispersão de águas de uma zona, em sentidos diversos".

Não tardou, porém, o entrelaçamento previsto pelo citado historiador: numerosas famílias gaúchas invadiram o sul, muitas das quais, também como as primeiras, tocando seus pequenos rebanhos de bovinos, eqüinos e ovinos, radicaram-se na mesma região. Os decendentes das primeiras famílias bem depressa se dispersaram, indo habitar, de preferência, as margens do rios Brilhantes, Vacaria e Dourados, fomentando nelas a pecuária e a agricultura. Ainda segundo Melo e Silva, estêve também naquela região o frade franciscano, Frei Thimotheo de Castelnuevo que, por sinal, foi educador dos filhos do casal Henrique Pires Martins e D. Marcelina Barbosa, que vieram a constituir uma numerosa prole na região. Núcleos humanos se formavam na vasta zona, cuja comunicação se fazia apenas pelos rios; permaneciam ali sem nenhuma assistência dos poderes públicos. Foi certamente por isso que Joaquim Francisco Lopes, o grande sertanista, prontificou-se a facilitar as pretensões do Barão de Antonina, no sentido de que êste adquirisse vastas glebas de terras em todo o sul do Estado. O heróico sonhador movimentou-se em tôdas as direções, indo até os campos de Vacaria, assinalando posses fictícias e transferindo domínios inexistentes. Aquelas posses que realmente não existiam e aquelas terras não transferidas pelos seus verdadeiros proprietários, exceto alguns tratos que comprou em Vacaria, não chegaram a ser povoados pelo Barão e também não tiveram consistência, sendo julgadas inexistentes ao se defrontarem com o Pretório. Joaquim Francisco Lopes sentia-se revoltado com a indeferença dos governos ante seu heroísmo, pois, sua vida estava em constantes perigos, dados os freqüentes encontros com os selvagens, a maioria dos quais indômitos e cruéis. Essa situação levou Gabriel Francisco Lopes, irmão de Joaquim Francisco Lopes, a pedir auxílio a Carlos Antônio Lopes, ditador do Paraguai, antecessor e pai do Marechal Francisco Solano Lopes. Gabriel foi o descobridor dos campos e dos gados de Vacaria, cêrca de 60 vacas e 1 touro, deixados pelos jesuítas, e, por volta de 1841, trouxe para ali seu sogro, Antônio Gonçalves Barbosa, que se fixou no lugar a que denominou Boa Vista, entre os rios Vacaria e Brilhante; foi o primeiro povoador depois da retirada dos espanhóis. Adiante, Gabriel Lopes deu início ao estabelecimento do "Passa Tempo", que pouco depois cedeu a Inácio Gonçalves Barbosa, irmão de Antônio.

Em 1862, o início das hostilidades entre o Brasil e Paraguai provocou o êxodo dos habitantes que fugiam à agressão guarani.

Posteriormente, uma nova fase de povoamento se processou com a imigração de paraguaios que se dedicavam à exploração da erva-mate. O elemento nacional, nessa altura, dedicava-se apenas à pecuária e pequena agricultura. A exploração econômica da preciosa aquifoliácea teve início no ano de 1882, com a autorização dada pelo govêrno imperial, pelo Decreto n.º 8 799, de 9 de dezembro de 1882, a Thomaz Laranjeira.

Prefeitura Municipal

O desenvolvimento dêsse município muito deve a essa indústria que ativou o comércio, proporcionando-lhe transporte pelos rios Brilhante e Ivinheima, e a imigração de rio-grandenses e paraguaios. A erva-mate que, até então, era apenas extraída por êsses dois forasteiros, passou a ser cultivada em grande escala, ocupando lugar de realce na economia municipal, posição que manteve até por volta do ano de 1950, quando entrou em declínio por falta de mercado consumidor.

O govêrno do estado, pelo Decreto n.º 653, de 29 de janeiro de 1924, reservou para patrimônio de Entre Rios, no município de Campo Grande, uma área de 3 600 hectares, entre o ribeirão Araras e uma paralela à linha telegráfica.

O município pertenceu primitivamente ao de Nioaque, sendo desanexado dêste, ainda como distrito policial, pela Lei n.º 549, de 20 de julho de 1910, passando ao de Campo Grande. A Resolução n.º 611, de 10 de julho de 1912, criou o distrito de paz de Vacaria, com sede na povoação de Entre Rios, no município de Campo Grande, elevando a município pela Lei estadual n.º 1 025, de 26 de setembro de 1929, com a designação de Entre Rios, sendo instalado em 1.º de janeiro de 1930. No dia 25 de novembro de 1931, a comuna de Entre Rios, representada pelo seu Prefeito, Dr. Henrique Martins Barbosa, recebe, por doação, para o Patrimônio Municipal, uma área de 777 hectares de terras da Fazenda Boa Vista, no valor de 7:770$000, sendo doada pelos casais: Antônio Alves Ferreira e Donatilla Pael Corrêa, Augusto Alves Nogueira e Amanda de Souza Nogueira, Constâncio Gonçalves de Oliveira e Alexandrina Gonçalves de Moraes, Sudário Barbosa da Fonseca e Cassiana Coêlho Barbosa, Italívio Pereira Martins e Amanda de Souza Martins, Francisco Leal Pael e Arminda Leria Pael, José de Souza Pael e Laura Muras Pael, Antônio Lino Barbosa e Victalina de Souza Barbosa, Lino Barbosa de Moraes e Antônia Pael de Moraes, Italívio de Souza Pael e Adélia Lopes Pael, José Thomé de Camargo e Maria Garcia de Camargo, Izaltino Leiria de Paula e Laudemira Leiria Pereira, Assumpção Borba e Ingrácia Chaves Borba; e o Senhor Francisco Vidal. A escritura de doação foi lavrada pelo Senhor Jair Serra, Escrivão *ad hoc*, e tesmunhada pelos cidadãos Samuel de Oliveira Moraes e Jayme Cerveira.

Igreja Matriz do Divino Espírito Santo

Rua Miranda, principal artéria da cidade

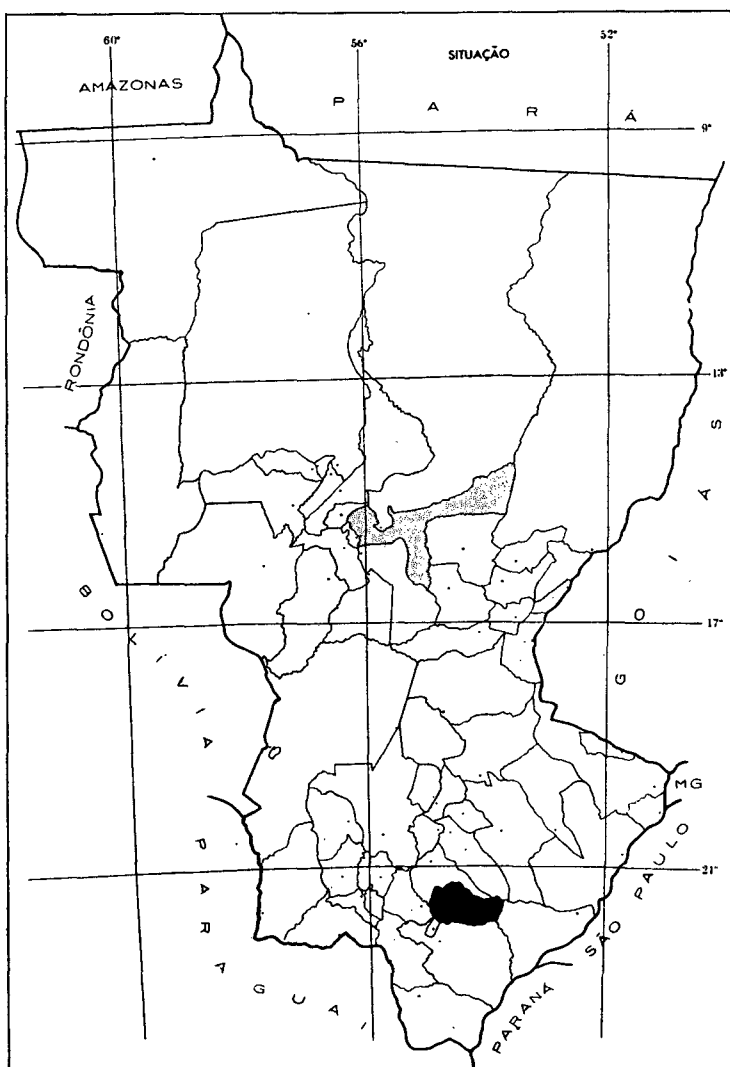
Na Divisão Territorial, Judiciária e Administrativa de 1936, Entre Rios, além do distrito da sede, aparece com mais o de Vacaria. Na de 1937, foi extinto o distrito de Vacaria, entretanto, o município era ainda composto por dois distritos: sede e Ivinheima, assim permanecendo até 31 de dezembro de 1943, quando, no quadro anexo ao Decreto Lei n.º 545, daquela data, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado, aparece o município de Caiuás, ex-Entre Rios, composto por dois distritos: sede e Ivinheima; por êsse mesmo diploma legal, foi elevado à categoria de comarca.

A Lei estadual n.º 136, de 30 de setembro de 1948, alterou o topônimo para Rio Brilhante, em substituição ao de Caiuás, aparecendo no quadro anexo ao Decreto número 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixou a divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, com mais dois distritos, além do da sede: Ivinheima e Aroeira, êste criado pela Lei n.º 174, de 30 de setembro de 1948.

Em 1952 aumentaram consideràvelmente as atividades agrícolas da região, com loteamento de terras, para venda e arrendamento, levado a efeito pela Companhia Viação São Paulo Mato Grosso, em áreas localizadas no distrito de Ivinheima, nas imediações do povoado de Bataguaçu. Êsse desmembramento provocou a imigração de grande número de pequenos agricultores paulistas, que, aqui, se dedicaram à cultura do arroz e do café.

Na divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, Rio Brilhante, em conseqüência dêsse rápido desenvolvimento no interior, sofreu desmembramento de extensa área, em favor da criação do município de Bataguaçu, perdendo, inclusive, o distrito de Ivinheima. A presente situação judiciária, de acôrdo com o Decreto n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, é: comarca, têrmo e município — Rio Brilhante; distritos: Rio Brilhante e Aroeira.

O atual govêrno foi instalado em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito para o corrente exercício o Senhor Nery de Oliveira Lima, e constituída a Câmara de sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Rio Brilhante situa-se na Zona Fisiográfica de Campo Grande entre os rios Vacaria e Brilhante. Limita-se com os municípios de Sidrolândia, Campo Grande, Dourados, Itaporã, Bataguaçu e Maracaju. Tem os seguintes pontos extremos: latitude N. — 21° 12' 30" e S. — 21° 59' 15"; longitude E. — 53° 37' 30" e O. — 55° 04' 00". A cidade fica a 708 km, em linha reta, da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 21° 37' 43" de latitude Sul e 54° 33' 30" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O distrito-sede, com 370 metros acima do nível do mar, é o 20.° em ordem de altitude no Estado.

CLIMA — O município apresenta um clima ameno: tropical de altitude de verão brando. As chuvas têm início no período de setembro a maio, sendo abundantes de janeiro a março.

ÁREA — A área provinciana é de 6 840 km², o que coloca o município em 33.° lugar relativamente às demais áreas do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Brilhante, limite municipal com Dourados, Anhanduí, linha divisória com Campo Grande, e o Vacaria. O território, inteiramente constituído por terra firme, é cortado por numerosos ribeiros, dos quais se distinguem: Serrote, Campo Alegre, Boa Vista, Antinha e Desbarrancado; é também banhado pelos ribeiros Santa Luzia, que o separa de Sidrolândia, e Papagaio, limite com o município de Bataguaçu.

RIQUEZAS NATURAIS — A madeira é a mais importante riqueza vegetal, seguida da erva-mate, estando a animal representada apenas por peles de animais silvestres; argila para fabricação de telhas e tijolos contribui para a mineral

POPULAÇÃO — Rio Brilhante contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 8 838 habitantes, o que lhe dava mais de 2 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 4 761 pessoas do sexo masculino e 4 077 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 265 homens e 294 mulheres, num total de 559 habitantes; no suburbano, 207 pessoas do sexo masculino e 219 do feminino, totalizando 426; e no quadro rural, 2 682 domiciliares, dos quais 1 516 do sexo masculino e 1 166 do feminino. A zona rural concorria com 85,33% para a população total do município, superior portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

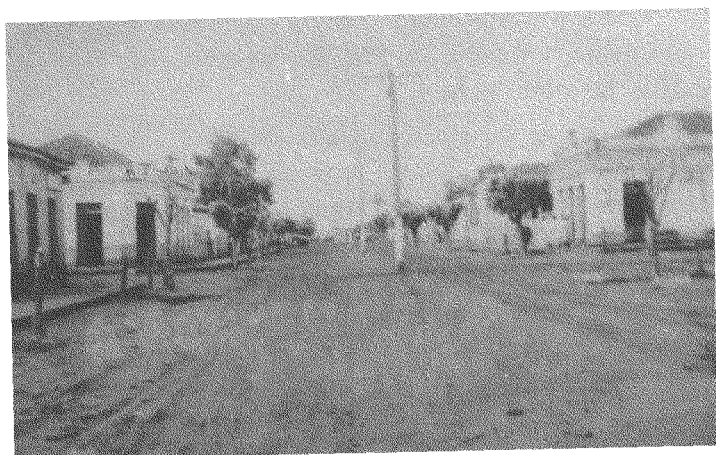
Em relação à côr, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos, 3 180 homens e 2 832 mulheres, num total de 6 012 pessoas; pretos, 328 do sexo masculino e 284 do feminino, totalizando 612; amarelos, 24 homens e 22 mulheres, ou seja, 46 pessoas; e pardos 1 224 homens e 936 mulheres, somando 2 260 habitantes.

No concernente ao estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerado os presentes de 15 anos e mais: solteiros 1 480 homens e 811 mulheres, num total de 2 291 pessoas; casados 2 325, dos quais 1 167 homens e 1 158 mulheres; desquitados e divorciados, 4 homens e 4 mulheres; e viúvos, 78 homens e 174 mulheres, totalizando 252 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população assim se mostrava: brasileiros natos 4 407 homens e 3 943 mulheres, num total de 8 350 habitantes; brasileiros naturalizados, 6 homens e 1 mulher; e estrangeiros, 347 habitantes do sexo masculino e 133 do feminino, somando 480 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 1 homem.

No que diz respeito à religião, 4 622 homens e 3 972 mulheres, num total de 8 594, declararam-se católicos; 54 habitantes, dos quais 29 homens e 25 mulheres, protestantes; 10 homens e 11 mulheres, somando 21 habitantes, manifestaram-se espíritas; 5 homens e 4 mulheres, budistas; 2 homens eram ortodoxos; 5 homens e 4 mulheres, maometanos; 51 homens e 50 mulheres, professavam outras crenças; sem religião havia 41 pessoas, das quais 30 homens e 11 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião, um total de 7 pessoas do sexo masculino.

A localização distrital dos provincianos era essa: Rio Brilhante (sede): 985 habitantes na cidade e 2 682 na zona rural; Aroeira, 391 habitantes na vila e 2 117 no campo; Ivinheima, que não possuía sede, 2 743 na zona campestre.

A cidade de Rio Brilhante, com 472 habitantes do sexo masculino e 513 do feminino colocava-se em 23.° lugar, re-

Aspecto da Rua Benjamim Constant

lativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações urbanas — São duas as principais aglomerações urbanas do município, segundo o Recenseamento de 1950: a cidade de Rio Brilhante, com 885 habitantes (472 homens e 413 mulheres), e a vila de Aroeira, com 311 moradores (161 homens e 150 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município assenta-se principalmente na pecuária e na agricultura. A primeira, em estimativas realizadas pela Agência Municipal de Estatística, apresentou, em 1956, o valor de ...... Cr$ 391 098 700,00. O rebanho bovino, com aproximadamente 168 000 cabeças, correspondem a 369 600 mil cruzeiros; seguem-se os rebanhos de eqüinos, com 7 800 cabeças, representando 11 700 mil cruzeiros; muares, 2 025 cabeças, estimadas em 5 872 mil cruzeiros; suínos, 9 012 cabeças, valendo 3 154 mil cruzeiros; 1 380 cabeças de ovinos, expressos por 384 mil cruzeiros; 975 cabeças de caprinos, no valor de 214 mil cruzeiros, e 58 asininos, que atingiram 171 mil cruzeiros.

Na agricultura, distinguiram-se, em 1956, as produções de milho, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e erva-mate. O primeiro teve sua safra estimada em 7 065 000 quilogramas, com preço superior a 21 milhões de cruzeiros; o segundo em 1 940 400 quilogramas, atingindo mais de 6 milhões de cruzeiros; o terceiro em 32 750 toneladas, valendo mais de 6 222 mil cruzeiros; o quarto em 265 toneladas, no valor de 4 200 mil cruzeiros; o quinto em 4 828 toneladas, representando 3 765 mil cruzeiros e o sexto em 490 toneladas, equivalentes a 2 940 mil cruzeiros.

As culturas de menor parcela econômica foram: banana, estimada em 25 000 cachos, no valor de 125 mil cruzeiros; laranja, em 20 060 centos, correspondendo a 200 600 cruzeiros, e abóbora, em 4 900 frutos, somando 12 000 cruzeiros.

No que diz respeito às atividades industriais do município, assim estiveram representadas em 1955, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	289
Indústria da madeira	602
Indústrias de produtos alimentares	1 574
Serviços industriais de utilidade pública	89
TOTAL	2 554

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial da cidade é realizado por 22 estabelecimentos varejistas, que se dedicam ao comércio de tecidos, ferragens, calçados, louças e gêneros alimentícios. As transações são mantidas, principalmente, com as praças de São Paulo e Campo Grande de onde importa os produtos de que carece. A exportação é feita, em grande parte, para Campo Grande e Presidente Prudente. Em todo o município existem 30 casas comerciais, não havendo estabelecimento bancário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 4 emprêsas de transporte rodoviário, duas delas com sede em Campo Grande, uma em Dourados e uma em Rio Brilhante. Dourados está a 72 quilômetros de distância, cujo percurso é feito normalmente em menos de duas horas, em jardineira. No mesmo veículo gastam-se, em média, 5 horas até Campo Grande, num percurso de 192 quilômetros. O tráfego aéreo entre as mencionadas cidades, é mantido regularmente pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional.

O distrito-sede comunica-se, por via rodoviária, com mais as seguintes cidades limítrofes: Bataguaçu, 308 quilômetros; Maracaju, 72 quilômetros e Itaporã, via Dourados, 92 quilômetros. Entre as duas primeiras não há tráfego regular.

Em 31 de dezembro de 1956 havia 5 jipes, 3 camionetas para passageiros e 3 para carga, e 16 caminhões, registrados na Prefeitura Municipal.

Existem, em todo o município, 24 campos de pouso, dos quais 1 na sede, com 60 x 1 200 metros de dimensão. Êste, na opinião de alguns aeronautas, com exceção do de Campo Grande, é o melhor do sul de Mato Grosso.

Na cidade funciona uma Estação Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Estação Radiotelegráfica do Consórcio Real-Aerovias-Nacional.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal tem 985 habitantes e, de acôrdo com elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura — 1954, apresentava, nesse ano, 36 logradouros, dos quais 3 arborizados e 9 servidos por iluminação pública e domiciliária. Dos 211 prédios então existentes, 48 possuíam ligações elétricas. Não conta ainda com abastecimento de água canalizada.

Os edifícios mais importantes são: Prefeitura Municipal e Igreja Matriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população é prestada por um Pôsto de Higiene do

Pista do campo de pouso Municipal

18 — 24 930

Departamento de Saúde do Estado; 2 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico exercem atividades profissionais na cidade, onde há uma farmácia e uma drogaria.

ALFABETIZAÇÃO — Verificou o Recenseamento Geral de 1950 a existência de 7 277 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 3 373, ou seja, 46,37%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 956 eram homens e 1 417 mulheres. Na sede municipal, das 852 pessoas de 5 anos e mais, 522 sabiam ler e escrever, sendo 274 homens e 248 mulheres; na vila de Aroeira havia 261 moradores, dos quais 46 homens e 48 mulheres sabiam ler e escrever. O quadro rural, com 6 164, 1 636 homens e 1 121 mulheres eram alfabetizados.

Ensino — Em 1956, funcionaram, na cidade e no interior do município, 10 unidades de ensino fundamental comum, com a matrícula total de 343 alunos. Não há ensino extra-primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 a 1956, verificou-se o seguinte movimento financeiro:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	442	226	626
1951	—	1 945	363	298	378
1952	—	2 232	670	378	541
1953	—	2 234	1 703	431	1 244
1954	—	2 203	929	440	1 112
1955	—	2 958	1 640	523	2 061
1956	—	1 428	1 694	341	1 694

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Comemora-se anualmente a tradicional festa religiosa em louvor ao Divino Espírito Santo, padroeiro do município. Com duração de 9 dias, começando no dia 9 e terminando em 17 de junho, essa festa conta com o concurso de tôda a população e atrai grande número de pessoas das regiões vizinhas. Sua realização estende-se à vila Aroeira, onde há uma Capela sob a proteção do mesmo Santo. É famosa pelos preços elevadíssimos por que são arrematadas as prendas nos seus grandes leilões. No programa se incluem até competições esportivas: futebol, corrida de bicicleta, de cavalos, de pedestres e outras, para ser encerrada com uma grande procissão.

VULTOS ILUSTRES — Vespasiano Barbosa Martins — médico de nomeada e político de projeção; foi eleito deputado estadual e Senador da República, por Mato Grosso, em duas legislaturas.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A beleza natural dos campos e a variedade da fauna constituem as únicas atrações turísticas do Município, que freqüentemente é visitado por grupos de caçadores vindos do Estado de São Paulo, que acampam várias semanas nos campos. As perdizes, que são encontradas em grande quantidade, é caça preferida.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Os habitantes do lugar recebem o nome de "rio-brilhantenses". Rio Brilhante é topônimo originado do rio homônimo que o banha.

É sede de comarca e têrmo, com dois distritos judiciários: Rio Brilhante e Aroeira, e mais um têrmo judiciário; Bataguaçu. O eleitorado, em 1956, era de 2 783 cidadãos.

Conta a cidade com 5 pensões e 2 bares com serviço de restaurante, 1 cinema — Cine Rio Brilhante —, com capacidade para 200 pessoas.

É sede de Paróquia, fundada em 1935, sob a proteção do Divino Espírito Santo. A igreja Matriz foi construída obedecendo às linhas da arquitetura moderna, representando uma das mais belas do interior mato-grossense.

Para o abastecimento de água na sede municipal, já se concluiu a perfuração de um poço semi-artesiano, com 100 metros de profundidade, e capaz de fornecer até 40 000 litros de água por hora.

No último qüinqüênio o município passou por um surto de progresso como reflexo natural do povoamento de tôda a região sulina, ora culminando com a construção de duas rodovias, BR-16 e BR-34, que o servirão, com entroncamento em sua sede.

No prédio da Prefeitura Municipal, na cidade, acha-se instalada a Agência Municipal de Estatística, órgão integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

RIO VERDE DE MATO GROSSO — MT

Mapa Municipal na pág. 215 do 2.° Vol.

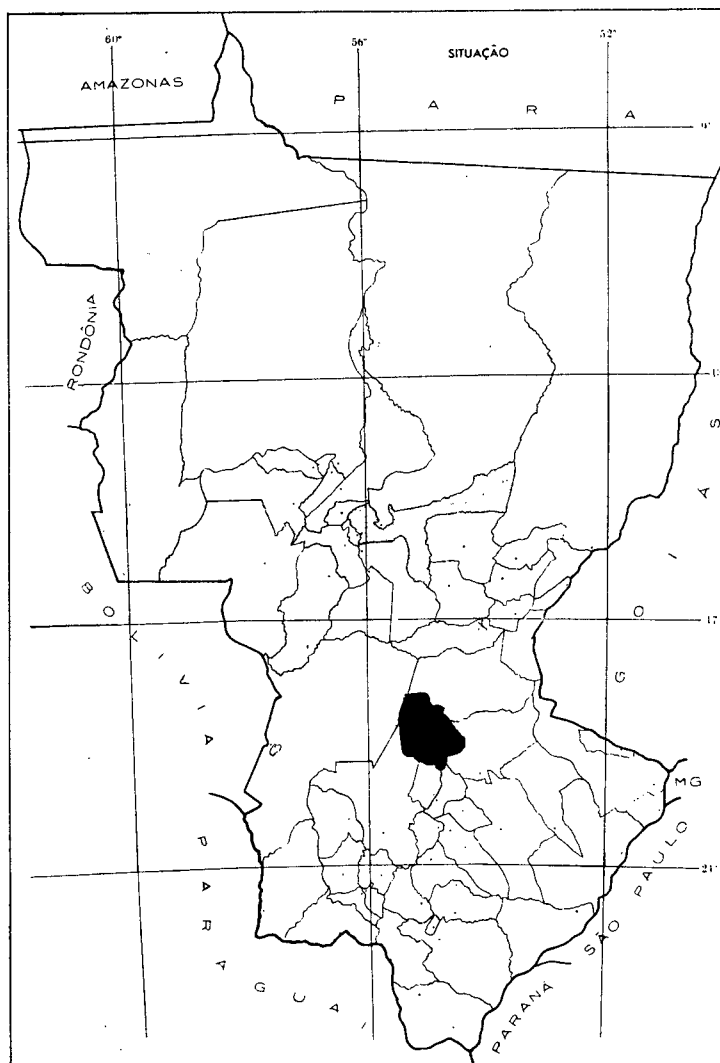
HISTÓRICO — Os caiapós foram os primeiros habitantes das terras que hoje compreendem os municípios de Rio Verde de Mato Grosso e Coxim.

Procedentes da capitania de São Paulo, no século XVII, chegavam os bandeirantes, visando a preação daqueles silvícolas. Penetravam pelo varadouro existente entre o rio Pardo e o ribeirão Camapuã, daí pelo Coxim chegavam ao Taquari, em busca das terras dos caiapós. Com o estabelecimento de Domingos Gomes Belliago, em 1729, à margem direita daquele rio, a região começou a ser devassada com mais freqüência e cada vez maior âmbito, o que determinou o afastamento dos primitivos habitantes. Até 1885, estiveram as terras do atual município sem a fixação do elemento humano. Naquele ano, ali chegou Américo de Souza Brito, que havia adquirido, por compra, ao estado de Mato Grosso, extensa faixa de terra situada à margem direita do rio Verde. Seu intuito era constituir fazenda de gado, projeto que Américo não chegou a concretizar, em virtude de ter vendido, logo depois, grande parte das terras a Antônio Vitorino da Costa, o qual fundou a fazenda Campo Alegre.

Povoada a região com novas fazendas de gado e agricultura de subsistência, com a chegada de vários forasteiros, acompanhados das respectivas famílias, teve início a constituição do núcleo humano que hoje é a cidade de Rio Verde de Mato Grosso. Sabe-se que os mais antigos habitantes da região, conseqüentemente os que determinaram a formação do núcleo, foram Américo de Souza Brito, Antônio Vitorino da Costa, José Maria da Costa Diniz e Porfírio Gonçalves, êste último um dos grandes entusiastas da região e o que mais concorreu para o progresso do novo povoado. Dêle foi a iniciativa da construção do primeiro templo católico, inaugurado entre 1931 e 1932. A primeira missa foi celebrada em fins de 1932, pelo Padre João Crippa (Salesiano), Páraco de Campo Grande.

Em 1931, pelo Decreto n.º 89, de 17 de agôsto, o Govêrno do Estado criava o distrito de paz de Rio Verde, integrante do município de Coxim. Foi instalado em 3 de outubro do mesmo ano, quando assumiram as funções de Juiz de Paz, Porfírio Gonçalves; de Suplentes, Antônio Vitorino da Costa e José Herculano de Souza Benevides; de Tabelião Escrivão do Cartório de Paz, Thomaz Barbosa Rangel; e de Subdelegado de Polícia, Tomás Menezes. Naquele ano, a povoação de Rio Verde já contava com uma igreja e mais as residências de Antônio Vitorino da Costa, Gerôncio Constantino da Costa, Manoel Pedro de Mendonça e Leônidas José dos Santos. O seu crescimento foi rápido e quase sem solução de continuidade. Em 1939, era instalada uma Agência Postal-telegráfica, que ficou sob a responsabilidade de Áurea Miranda de Lara. Pelo Decreto-lei n.º 373, de 19 de novembro de 1940, foi reservado para patrimônio da vila de Rio Verde, do município de Herculânea, atual Coxim, o excesso da área que fôsse verificado existir na fazenda Campo Alegre. Em 1945, por fôrça do Decreto n.º 219, de 7 de novembro, foram criadas as Escolas Reunidas de Coronel Galvão, novo topônimo de Rio Verde, já então elevada à categoria de vila, por ato do Govêrno Estadual. A Coletoria Estadual era criada dois anos depois, precisamente em 3 de julho de 1947, pelo Decreto-lei n.º 876, só sendo instalada, entretanto, em 1948. Um ano depois, em 1949, o Govêrno do Estado resolvia, por intermédio do Decreto n.º 781, de 27 de outubro, transformar as Escolas Reunidas em Grupo Escolar, com a denominação de "Porfírio Gonçalves", em homenagem àquele pioneiro, então já falecido. Finalmente, a Lei n.º 707, de 16 de dezembro de 1953, depois retificada pela de n.º 370, de 31 de julho de 1954, criou o município de Rio Verde de Mato Grosso, antigo distrito de Coronel Galvão, do município de Coxim, cuja área foi ampliada com desmembramentos referentes aos municípios de Coxim e Corguinho. A nova comuna foi instalada em 23 de janeiro de 1954, quando então tomou posse do cargo de Prefeito Municipal Israel Alves Pereira, até então Juiz de Paz, e que, por fôrça de determinação legal, assumiu o Govêrno do município, até a realização das primeiras eleições. Estas foram realizadas em 3 de outubro daquele ano, tendo sido eleitos, para Prefeito Municipal Estácio Tolêdo Maciel, e para vereadores, Cesar Galvão, Abílio de Souza Guerra, Silvino Alves de Oliveira, Napoleão Ávila de Lima e Fernando Silva, os quais foram empossados em 31 de janeiro de 1955. O novo município é têrmo judiciário da comarca de Coxim, possuindo, apenas, o distrito de Rio Verde de Mato Grosso.

Aspecto da Rodovia Cuibá—Campo Grande

LOCALIZAÇÃO — O Município está situado na zona sudeste de Mato Grosso, limitando-se com os de Coxim, Corumbá, Aquidauana, Corguinho, Rochedo e Camapuã, possuindo os seguintes pontos extremos: latitude N. ...... 18º 09' 15" e S. — 19º 26' 45": longitude E. — ...... 54º 26' 00" e O. — 55º 31' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede está localizada à margem direita do rio Verde, distando da capital do Estado, em linha reta, aproximadamente 390 quilômetros.

ALTITUDE — A altitude, na sede municipal, é de 290 metros. Coloca-se em 32.º lugar em relação às demais cidades de Mato Grosso.

CLIMA — Rio Verde apresenta clima do tipo tropical úmido. O período de chuvas no município tem início em setembro, indo até março, apresentando-se mais intenso entre os meses de novembro a fevereiro.

ÁREA — Formado pelo antigo distrito de Coronel Galvão e mais terras desmembradas dos municípios de Coxim e Corguinho, Rio Verde de Mato Grosso apresenta uma área de 9 999 quilômetros quadrados, situando-se em 26.º lugar em extensão territorial no estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,76%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Um têrço do município, aproximadamente, é coberto pelo pantanal mato-grossense, na zona exata de limites com Aquidauana e Corumbá. São seus principais acidentes geográficos: o rio Negro, que serve de limite, em parte, com o Aquidauana; os córregos Peixe, Alcantilado e Água Emendada, divisa intermunicipal com Corguinho; o ribeirão Fala Verdade, que separa Rio Verde de Mato Grosso de Rochedo; o rio Novo, divisão com Camapuã; os rios Coxim e Taquari, que servem de linha divisória da comuna com a de Coxim; e o rio Taquarimirim, que banha grande parte de Rio verde de Mato Grosso. Distingue-se, ainda, no território, o morrinho de Pimenteiral, localizado nas proximidades dos limites de Rio Verde com Corumbá, já na zona do pantanal.

RIQUEZAS NATURAIS — Como principais riquezas minerais, salientam-se areia e pedras para construção, barro para fabricação de telhas e tijolos e diamantes, em pequena escala; no ramo vegetal, as matas do município constituem importante riqueza, cuja exploração está sendo, agora, iniciada com a extração de madeiras de lei e lenha para combustível; no reino animal, a fauna mato-grossense está representada, integralmente, em seu território.

POPULAÇÃO — Rio Verde de Mato Grosso contava com o distrito de Coronel Galvão, integrante do município de Coxim, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 1 933 habitantes, sendo 1 017 pessoas do sexo masculino e 916 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 353 homens e 343 mulheres, num total de 696 habitantes; no suburbano 277 pessoas do sexo masculino e 276 do feminino, totalizando 553; e no quadro rural, 684 residentes, dos quais 387 do sexo masculino e 297 do feminino. A zona rural concorria com 35,38% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, que contava, na época do Recenseamento Geral de 1950, ainda na categoria de distrito de Coxim, com uma população de 1 249 habitantes, dos quais 630 do sexo masculino e 619 do feminino, informa a Agência Municipal de Estatística, em levantamento relativo ao ano de 1954, existirem mais os seguintes aglomerados urbanos: povoados das Furnas, Faia do Padre e Cidade Paredes, com 10 moradias e população variável entre 55 e 60 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Rio Verde de Mato Grosso tem sua economia fundamental representada pela pecuária. Seus férteis campos possibilitam regular criação de rebanhos pastoris, sendo de maior realce os de bovinos que, em 1956, foram estimados em 170 mil cabeças, valendo, aproximadamente, 306 milhões de cruzeiros; em segundo plano, surgem os rebanhos de eqüinos e suínos, cujos valores foram estimados em 7 milhões e 500 mil cruzeiros, e 5 milhões de cruzeiros, respectivamente, estimativos de 5 000 cabeças para cada um dêles, além de outros de menor vulto econômico. Êsses rebanhos e mais os de asininos, muares, ovinos e caprinos corresponderam, naquele ano, a mais de 321 milhões de cruzeiros. A exportação de gado bovino é bastante apreciável, sendo o estado de São Paulo e o município de Campo Grande os seus principais mercados compradores.

A produção de leite de vaca, segundo estimativas da mesma fonte, atingiu 380 mil litros, no valor de 1 milhão e 900 mil cruzeiros, produção essa empregada, em grande parte, na fabricação de manteiga e queijo.

Em escala mais modesta, surge, na economia da comuna, a agricultura, ainda em fase inicial, mas bastante promissora. Distinguiram-se, em 1956, a produção de arroz, com 786 000 quilogramas, no valor de mais de 2 milhões e 300 mil cruzeiros; mandioca, com 2 240 toneladas, equivalendo a 2 milhões e 200 mil cruzeiros; banana, com 87 mil cachos, cujo montante ultrapassou 1 milhão e 300 mil cruzeiros; e milho, com 2 280 toneladas, valendo 700 mil cruzeiros. Em fase experimental, planta-se no município o café, cujos resultados, no ano em causa, atingiram 8 100 quilogramas, representando 270 mil cruzeiros. A cultura, que encontrou boa acolhida no solo municipal, tende a se expandir de maneira imprevisível. O valor total da agricultura do município de Rio Verde de Mato Grosso, no ano de 1956, foi estimado em 8 milhões e 664 mil cruzeiros.

Duas emprêsas colonizadoras cuidaram da instalação de igual número de colônias no município, fato êsse que veio concorrer para o incremento de sua agricultura. A Colônia Paredes, situada a 15 quilômetros da sede, possuindo uma população aproximada de 100 famílias; e a Colônia Rio Negrinho com 50, têm concorrido para o intensivo desenvolvimento agrário de Rio Verde de Mato Grosso. Cultivam regulares plantações de arroz, milho, feijão, mandioca e café. De acôrdo com levantamentos realizados pela Agência Municipal de Estatística, conta a comuna com 90 000 cafeeiros, a maior parte situados nas duas colônias; daquele número, já estão em franca produção, aproximadamente, 15 000 pés.

No setor industrial, o município teve a seguinte posição, em 1956, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produtos minerais	24
Indústria de transformação de minerais não metálicos	115
Indústria de produtos alimentares	463
TOTAL	602

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é representado por 4 estabelecimentos atacadistas e 22 varejistas, abastecidos pelas praças de Campo Grande e São Paulo, para onde exportam o excesso da produção local. Estima-se em 30 o número de casas comerciais existentes no município.

As transações bancárias são feitas por intermédio de estabelecimentos situados na cidade de Campo Grande.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Os meios de transportes, a partir do distrito-sede são os seguintes:

1. Aquidauana: rodoviário, via Campo Grande, 457 quilômetros; ou misto: a) rodoviário até Campo Grande, 153 km; e b) ferroviário E.F.N.B., 150 km
2. Camapuã: rodoviário, 122 km
3. Corguinho: rodoviário, via Campo Grande, 329

4. Corumbá: misto: a) rodoviário, até Campo Grande, 457 km; b) ferroviário (E.F.N.B.), 448 km; ou ainda: misto: a) fluvial até Coxim, 320 km; b) rodoviário, 72 quilômetros

5. Coxim: rodoviário, 72 km

6. Rochedo: rodoviário, via Campo Grande, 308 quilômetros

O município é servido por duas emprêsas de ônibus que fazem o transporte de passageiros para Campo Grande, Coxim e Cuiabá, uma com sede na primeira cidade, e outra com escritório central em Coxim.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal, 5 automóveis, 6 jipes, 7 camionetas para passageiros, 10 caminhões, 8 camionetas para carga e 4 tratores. Estão localizados no município 6 campos de pouso, inclusive um situado na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, de propriedade do Govêrno Municipal.

Os serviços de comunicações são assegurados por uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, situada na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — Em 1954, segundo publicação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a cidade de Rio Verde de Mato Grosso contava com 22 logradouros públicos e 235 prédios. Em fins de 1956, foi inaugurado o serviço de energia elétrica mantido pela Prefeitura Municipal, que montou uma usina hidrelétrica no rio Verde e adquiriu o aparelhamento necessário para fornecer iluminação pública e domiciliar.

Os principais edifícios da cidade são: Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Porfírio Gonçalves e igreja Matriz de Nossa Senhora Auxiliadora.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É mantida pelo Pôsto de Higiene do Govêrno do Estado, localizando-se na sede municipal, e onde exercem atividades profissionais 2 médicos, 2 dentistas e 1 farmacêutico. Existem aí 3 farmácias em funcionamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No decorrer do ano de 1956, foi instalada a Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, com a finalidade principal de prestar assistência aos pobres e desamparados. A Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância tem os mesmos objetivos.

ALFABETIZAÇÃO — Rio Verde de Mato Grosso que, na época do Censo de 1950, era distrito de Coxim sob o nome de Coronel Galvão, possuía 1 933 habitantes, sendo 1 017 masculinos e 916 femininos. A sede contava com 1 035 habitantes de 5 anos e mais, sendo que 440 (231 homens e 209 mulheres) eram alfabetizados e 595 (295 homens e 300 mulheres) não sabiam ler e escrever.

Ensino — Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, em apurações do ensino primário fundamental comum, referente ao primeiro mês letivo de 1956, o município contava com 6 estabelecimentos de ensino mantidos pelo Govêrno Estadual, os quais tiveram, naquele período 394 matrículas gerais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No distrito-sede funciona o Cine Teatro Santa Fé, com capacidade para 200 espectadores, assim como o Clube Esportivo Rio-verdente, com finalidade esportiva e social, congregando nos seus quadros sociais, em 31 de dezembro de 1956, 34 membros.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças estaduais e municipais (ainda não foi instalado o órgão arrecadador federal) foram representadas pelas seguintes cifras, em milhares de cruzeiros, no período 1954-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	523	621	...	516
1955.......	—	716	1 709	181	994
1956.......	—	921	1 494	380	2 204

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — As manifestações religiosas do povo de Rio Verde de Mato Grosso são feitas por intermédio das homenagens prestadas à padroeira da cidade, Nossa Senhora Auxiliadora, festa que se realiza entre 16 e 25 de maio.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — O topônimo Rio Verde de Mato Grosso foi dado ao município em virtude de existir um curso d'água, na área municipal, com essa denominação. A cidade de Rio Verde de Mato Grosso está edificada à margem direita dêsse rio, que apresenta o curioso aspecto de suas águas verdes cristalinas. "Mato Grosso" foi acrescentado por fôrça da legislação sôbre o assunto, a fim de evitar confusão com o município de Rio Verde, no estado de Goiás. Os nascidos no município são chamados "rio-verdenses".

É têrmo da comarca de Coxim, possuindo, na sede municipal, um cartório de registro civil que executa, também, serviços de tabelionato. O seu quadro eleitoral, em 31 de dezembro de 1956, era representado por 2 093 cidadãos.

A cidade de Rio Verde de Mato Grosso é sede da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, fundada em 19 de dezembro de 1956, estando subordinada à Diocese de Corumbá. O culto protestante é representado pela Igreja Batista de Rio Verde, e pelo Centro Espírita Amor, Caridade e Fé.

ROCHEDO — MT

Mapa Municipal na pág. 219 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — A formação do povoado de Rochedo deve-se, como a de tantas outras cidades mato-grossenses, à exploração do diamante, fato que determinou a penetração de várias zonas do Estado até então desconhecidas, ou nunca procuradas. No caso de Rochedo, tais penetrações tiveram início no ano de 1931, quando uma leva de nortistas, formada especialmente por baianos, alagoanos e pernambucanos, acampou à margem direita do rio Aquidauana, para tentar a descoberta de possíveis mouchões diamantíferos, a exemplo do que já vinha ocorrendo na extensa área de percurso daquele rio. Não foram baldados os esforços daquela gente, pois de exploração em exploração, foram descobertas ricas jazidas da preciosa gema. A notícia dos bons resultados obtidos pelos primeiros alienígenas determinou a chegada de novos contingentes humanos e, dentro em pouco, a "currutela" (povoado de garimpeiros, em Mato

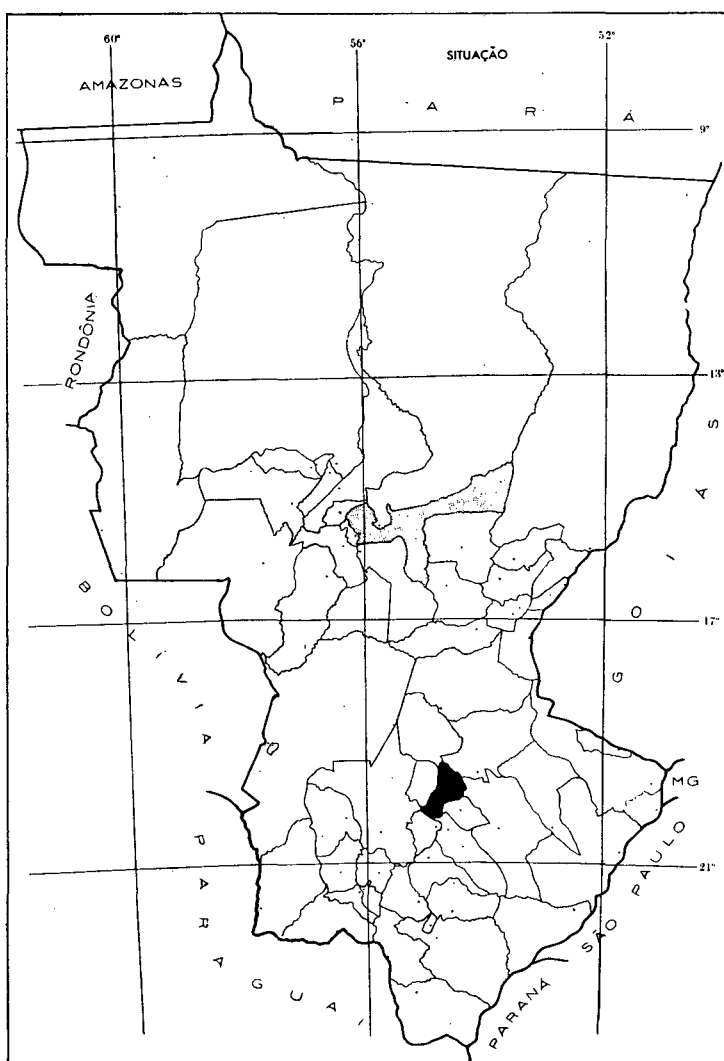
Grosso) possuía habitantes em número superior a duas mil pessoas. Aquêle desenvolvimento rápido, vertiginoso mesmo no que diz respeito ao crescimento demográfico da região, foi efêmero. A exploração dos garimpos das margens do Aquidauana, na qual se utilizavam os meios mais rudimentares, determinou a queda da produção e a conseqüente estagnação do promissor povoado, agravadas pelo êxodo de grande parte dos garimpeiros, à procura de outros veios, de outras riquezas. Assim é que, nem mesmo a criação do município em novembro de 1948, fêz com que a zona voltasse àquela febril atividade, que caracteriza as regiões garimpeiras de Mato Grosso. Os que ficaram tentaram a transformação econômica da zona, voltando sua atenção para a agricultura, pecuária e extração de madeira, cuja existência, nas cerradas matas da região constitui uma das grandes possibilidades econômicas de Rochedo, que hoje, com aquela revolução se operando de modo surpreendente, vem sentindo seus benéficos resultados, embora lentamente, mas de maneira firme, sem vacilações.

Os primeiros povoadores de Rochedo no ano de 1931, foram Aparício Menezes, Severino Mourão, mais conhecido pela alcunha de "Buriti", João Avelino de Souza, atual oficial do Registro Civil, Afonso de Araújo Passos, Albino de Castro Coimbra, João Silva e vários outros que, juntamente com suas respectivas famílias, constituíram o primitivo aglomerado humano que, posteriormente, deu origem à cidade de Rochedo.

A primeira referência oficial sôbre o povoado foi feita no Decreto estadual n.º 293, de 9 de agôsto de 1933, quando o Govêrno do Estado resolveu criar o distrito de paz de Rochedo, integrante da comarca de Campo Grande. Posteriormente, outro Decreto estadual, de n.º 460, datado de 13 de agôsto de 1935, determinava fôsse reservada uma área de 1 500 hectares nas terras pertencentes a José Alves Quito, localizadas no município de Campo Grande, "com os limites que foram julgados convenientes por ocasião da medição mediante o preço de 10$000 por hectare", para constituírem o patrimônio da povoação de Rochedo.

O distrito foi instalado no dia 22 de setembro de 1933, tendo sido nomeado para exercer o cargo de Oficial do Registro Civil, José Adauto de Miranda Campos, e para Juiz de Paz, Aparicio de Menezes Cunha. O município de Rochedo é conseqüência da junção dos distritos de igual nome pertencente ao de Campo Grande e de Corguinho, do município de Aquidauna. Na sua constituição ainda entrou parte da área pertencente ao distrito da sede municipal de Aquidauana. Foi criado pela Lei n.º 204, de 23 de novembro de 1948, figurando no quadro anexo ao Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixou a divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, com dois distritos: Rochedo e Corguinho. Teve como primeiro Prefeito Municipal, nomeado pelo Govêrno, Albino de Castro Coimbra. A Lei n.º 684, de 11 de dezembro de 1953, dispondo sôbre a criação dos municípios de Corguinho e Sidrolândia, determinou o desmembramento da área correspondente ao distrito de Corguinho do município de Rochedo, figurando êste no quadro anexo à Lei n.º 370, da Assembléia Legislativa do Estado, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial de Mato Grosso, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, com apenas o distrito da sede municipal, de igual denominação.

Atualmente é chefe do Executivo o Senhor Júlio Honostório, empossado em 26 de julho de 1957, sendo o Legislativo exercido por 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Rochedo está localizado na zona de Campo Grande, no sul do estado de Mato Grosso, limitando-se com os municípios de Corguinho, Rio Verde de Mato Grosso, Camapuã, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari, Campo Grande e de Terenos. São seus pontos extremos: latitude N. — 19° 17' 15" e S. — 20° 13' 15"; longitude E. — 54° 18' 00" e O. — 55° 02' 30".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade de Rochedo está situada à margem direita do rio Aquidauana.

ALTITUDE — A sede situa-se em 21.º lugar no estado de Mato Grosso, entre as demais comunas, com uma altitude de 365 metros.

CLIMA — O clima do município está classificado como o do tipo tropical úmido o seu período de chuvas tem início geralmente em outubro, indo até abril, revelando-se mais intenso nos meses de janeiro e fevereiro.

ÁREA — Possui 3 330 quilômetros quadrados de superfície colocando-se em 45.º lugar no estado de Mato Grosso, do qual ocupa cêrca de 0,25%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: o rio Aquidauana, formado pelos ribeirões Fala Verdade e Barreiro, tendo como afluentes, no município, o Pontinha, o Lajeadinho, o Jatobá e o Geroula, êste último servindo de limites de Rochedo com Terenos; o córrego Retiro, divisa intermunicipal com Campo Grande, e o ribeirão São José. Não há elevações dignas de menção no território provinciano, a não ser a encosta ocidental da serra de Maracaju.

RIQUEZAS NATURAIS — Na extrativa mineral salientam-se o diamante, o barro para fabricação de telhas e tijolos, a areia e pedra para construção; no vegetal, as matas da região constituem importante riqueza natural, sendo mesmo um dos fatôres de transformação da base econômica do município; e no animal, grande variedade da fauna do estado encontra ali seu habitat preferido.

POPULAÇÃO — O Município de Rochedo contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 9 132 habitantes, o que lhe dava mais de 1 habitante por quilômetro quadrado, sendo 4 872 pessoas do sexo masculino e 4 260, do feminino.

Segundo o domicílio aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 230 homens e 239 mulheres, num total de 469 habitantes; no suburbano, 110 pessoas do sexo masculino e 99 do feminino, totalizando 109; e no quadro rural, 8 458 domiciliados dos quais 4 532 do sexo masculino e 3 926, do feminino. A zona rural concorria com 92,61% para a população do município, superior, portanto à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos, 2 485 homens e 2 217 mulheres, num total de 4 702 pessoas; pretos, 296 do sexo masculino e 209 feminino, totalizando 505; amarelos, 11 homens e 10 mulheres, num total de 21 pessoas; e pardos, 2 072 homens e 1 821 mulheres, somando 3 893 habitantes; 11 pessoas não prestaram declaração de côr.

Referente ao estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 1 353 homens e 612 mulheres, num total de 1 965 pessoas; casados, 2 566 dos quais 1 278 homens e 1 288 mulheres; e viúvos, 108 homens e 173 mulheres, somando 281 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população compreendia: brasileiros natos, 4 792 homens e 4 234 mulheres, num total de 9 026 habitantes; brasileiros naturalizados, 4 homens e 3 mulheres; estrangeiros, 76 habitantes do sexo masculino, 23 do feminino, totalizando 99 indivíduos.

Segundo a religião, 4 465 homens e 3 933 mulheres, num total de 8 398, declararam-se católicos apostólicos romanos; 226 habitantes dos quais 115 homens e 111 mulheres, protestantes; 116 homens e 94 mulheres, totalizando 210 habitantes, manifestaram-se espíritas; 1 homem e 2 mulheres eram budistas; havia 1 homem maometano; 12 homens e 8 mulheres professavam outras crenças; sem religião, contavam-se 228 pessoas, das quais 137 homens e 91 mulheres; e finalmente, sem declaração de religião havia um total de 46 pessoas, sendo 25 homens e 21 mulheres.

Quanto aos distritos, era essa a população recenseada: Rochedo (sede): 335 habitantes na cidade e 4 982 na zona rural; Corguinho, 339 habitantes na vila e 3 476 no campo.

A cidade de Rochedo, com 169 habitantes do sexo masculino e 166 do feminino, colocava-se em 35.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento.

Aglomerações Urbanas — Conta, apenas, com a da sede municipal, cidade de Rochedo, com a população acima descrita.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município de Rochedo, como já foi ventilado, a partir de 1949 sofre uma constante transformação, predominando, nesse fenômeno, a pecuária seguida pela agricultura e, em condições mais modestas, pela indústria extrativa de madeira.

Assim é que o primeiro ramo, em 1956, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística destinadas ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura valeu, aproximadamente, 72 milhões de cruzeiros, tendo os seus rebanhos de bovinos sido calculados em 27 mil cabeças, no valor de mais de 55 milhões de cruzeiros. Ainda se distinguem os rebanhos de suínos, com 14 mil cabeças, valendo 9 milhões e 800 mil cruzeiros; o de búfalos, com 2 250 cabeças, estimadas em 6 milhões e 500 mil cruzeiros; além dos rebanhos de eqüinos, asininos e ovinos que, em conjunto, atingiram mais de 600 mil cruzeiros.

A produção de leite de vaca alcançou 27 mil litros, cujo valor foi calculado em 1 milhão e 600 mil cruzeiros. Grande parte dessa produção foi empregada no fabrico de manteiga (12 mil quilogramas, correspondendo a 6 milhões de cruzeiros) e queijo (18 toneladas, avaliadas em 283 mil cruzeiros).

Colocou-se em evidência, na agricultura do município, em 1956, a produção de arroz, que atingiu a 2 milhões e 820 mil quilogramas, cujo valor foi calculado em mais de 12 milhões e 300 mil cruzeiros; além dêsse produto, têm posição de relêvo: o milho, com 672 toneladas, expressos por 2 milhões e 600 mil cruzeiros; e a mandioca, com 1 400 toneladas, representando 1 milhão e 600 mil cruzeiros. O valor total da agricultura no município de Rochedo, no ano mencionado, foi superior a 17 milhões e 300 mil cruzeiros.

Industrialmente, o município, em 1955, teve a seguinte posição (milhares de cruzeiros) segundo informações emanadas do Departamento Estadual de Estatística:

Indústria extrativa de produtos minerais	1 590
Indústria de produtos alimentares	205
TOTAL	1 795

A indústria extrativa de produtos minerais, além dos pequenos "regos-d'água", registrou dois garimpos ocupando mais de 5 operários.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial varejista do município restringe-se à cidade de Rochedo, sendo realizado por 9 estabelecimentos, não havendo grossista

ou atacadista. Campo Grande revela-se o maior centro abastecedor do comércio local.

O movimento bancário é realizado por intermédio das casas de crédito situadas na cidade de Campo Grande.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — A sede municipal de Rochedo tem ligação rodoviária com as cidades vizinhas de: Camapuã, via Campo Grande, 224 quilômetros; Campo Grande, 90 km; Corguinho, 21 km; Jaraguari, via Campo Grande, 146 km; Ribas do Rio Pardo, via Campo Grande, 204 km; ou misto: ferroviário — .... E. F. N. B. — até Campo Grande, 124 km; e b) rodoviário, 90 km; Rio Verde de Mato Grosso, via Campo Grande, 308 km; e Terenos, via Campo Grande, 123 km ou misto: a) rodoviário, até Campo Grande, 87 km; e b) ferroviário — E. F. N. B. — 36 quilômetros.

A cidade de Rochedo é servida por duas emprêsas, ambas com sede em Campo Grande.

As comunicações postais são mantidas por uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, não possuindo a comuna serviço telegráfico.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal os seguintes veículos: 3 jipes, uma camioneta para passageiros, 6 caminhões e 1 trator.

No município há dois campos de pouso, para pequenos aviões, um dos quais de propriedade do Govêrno Municipal, localizado na cidade de Rochedo.

ASPECTOS URBANOS — De acôrdo com informações do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativas ao ano de 1954, a cidade de Rochedo contava, naquele ano, com 16 logradouros públicos, nos quais existiam 120 prédios.

ASSISTÊNCIA SANITÁRIA — As principais casas comerciais de Rochedo mantêm estoque de drogas e medicamentos de emergência, a fim de atender à população local.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento de 1950, o município contava com uma população de 7 383 habitantes de 5 anos e mais, sendo que 2 360 (1 484 masculinos e 876 femininos) sabiam ler e escrever, enquanto 5 023 (2 520 homens e 2 503 mulheres) eram analfabetos. No mesmo grupo de idade, havia 288 pessoas no distrito-sede, das quais 168 (94 homens e 74 mulheres) eram alfabetizadas e 120 (56 homens e 64 mulheres), analfabetas.

O número dos que sabiam ler e escrever correspondia a 32,1% das pessoas com 5 anos e mais e representava 25,8% da população total do município, cujo índice de alfabetização era um dos menores do estado de Mato Grosso.

Ensino — Segundo elementos apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, referentes ao primeiro mês letivo no ano de 1956, o ensino primário fundamental comum do município era mantido por um estabelecimento estadual, com 45 alunos presentes, e 1 municipal, com 26, totalizando, naquele período, 71 matrículas em geral.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956 os órgãos de arrecadação estadual e municipal (no Município não há Coletoria Federal) apresentaram os seguintes resultados:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	172	184	36	153
1951	—	242	123	59	173
1952	—	263	199	74	190
1953	—	444	718	43	748
1954	—	530	755	54	645
1955	—	728	703	68	632
1956	—	771	1 006	194	954

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Existem manifestações de caráter religioso, quando o povo da cidade presta homenagem a São Sebastião, no dia 20 de janeiro, e a 6 de agôsto, ao padroeiro da cidade, Bom Jesus da Lapa, grande festa realizada pelos garimpeiros em atividade na sede municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Aquidauana, que banha a cidade, com suas cachoeiras, tem sido objeto de turismo, principalmente de pessoas residentes na vizinha cidade de Campo Grande.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Não se tem notícias das causas determinantes da origem do topônimo Rochedo. O rio Aquidauana corre sôbre leito rochoso, na periferia da cidade. É de presumir-se que isso tenha concorrido para que o povoado constituído pelos primeiros garimpeiros que ali chegaram tenha recebido a denominação de Rochedo, em virtude de tal fato. São denominados "rochedenses" os naturais do município.

É têrmo judiciário da comarca de Campo Grande, possuindo a sede um cartório de registro civil que executa, também, serviço de tabelionato. O seu quadro eleitoral, no mês de dezembro de 1956, era representado por 480 cidadãos.

RONDONÓPOLIS — MT

Mapa Municipal na pág. 79 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 40, 41 e 92 do Vol. II

HISTÓRICO — Seguem o mesmo curso da história de Poxoreu os primórdios históricos de Rondonópolis, antigo distrito daquele primeiro município.

Antônio Cândido de Carvalho, a quem coube papel de relêvo nas sucessivas excursões de devassamento das regiões que compreendem hoje os municípios de Guiratinga, Ponte Branca, Poxoreu, Alto Araguaia, Itiquira e Alto Garças, fêz duas penetrações nessas terras. Na segunda, descobriu as cabeceiras do rio Garças, na serra da Saudade situada mais ou menos a 70 quilômetros da atual cidade de Poxoreu. Examinou tôda a região do São Lourenço tentando concretizar a tradição indígena, das imensas riquezas auríferas existentes no vale do grande rio, o que sòmente foi conseguido em 1924, por João Arenas Teixeira que, em tempos idos, trabalhara com o velho pioneiro. Orenas continuou na rota de Antônio Cândido, descobrindo os monchões dos garimpos das Pombas, de São Pedro, de São Paulo e do Sete iniciando, com aquelas descobertas o povoamento das terras de Poxoreu e, conseqüentemente, de Rondonópo-

Tipo mais comum de prédios residenciais e comerciais, na sede

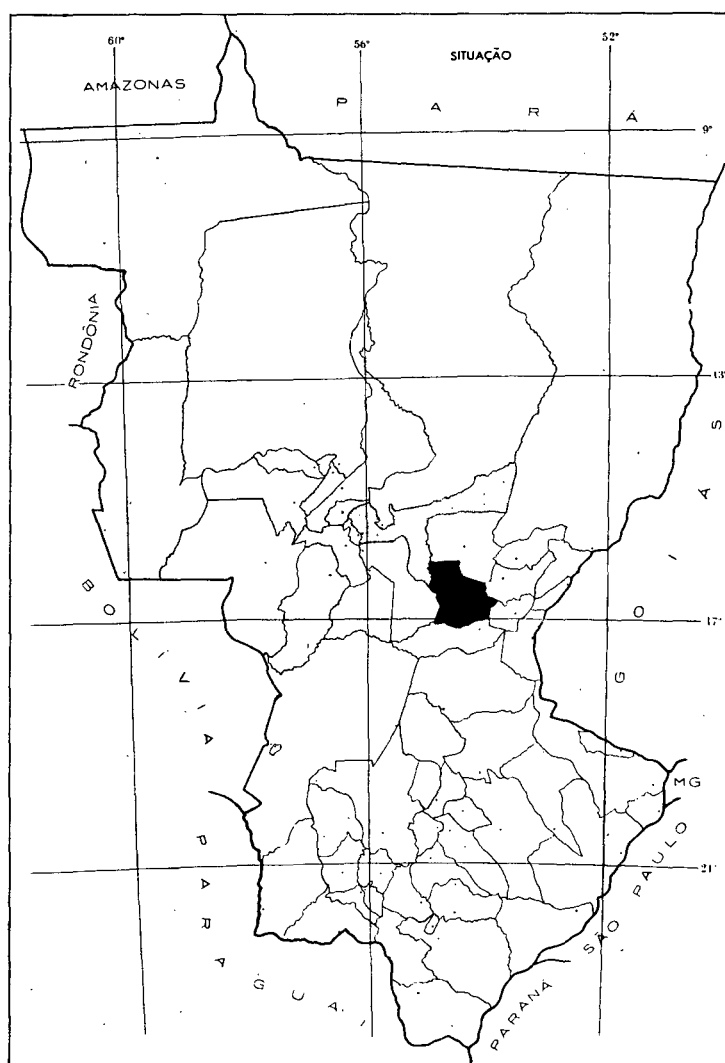
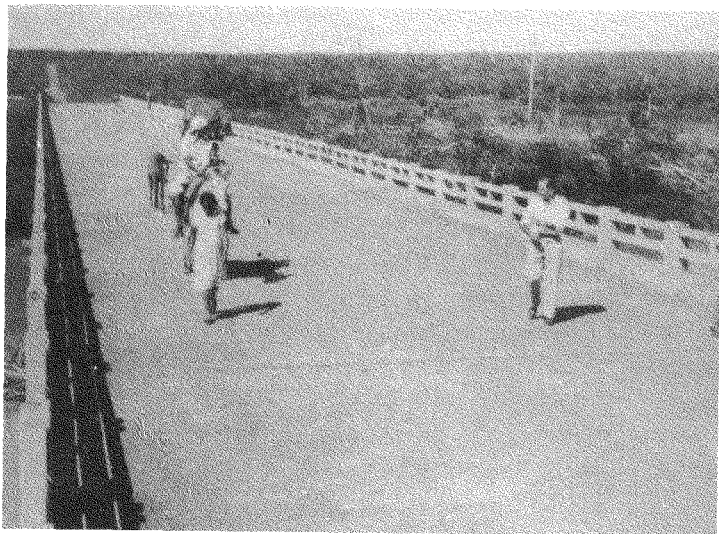
lis. A região era, primitivamente, habitada pelos índios bororós — dos quais ainda hoje há remanescentes — e no início do seu povoamento, por imigrantes de várias partes do Brasil, especialmente do norte e do nordeste.

Com a penetração da Comissão Rondon pelos sertões de Mato Grosso, com o objetivo de instalar linhas telegráficas ligando Mato Grosso ao Estado do Amazonas, foram organizadas as expedições de 1907, 1908 e 1909; dos levantamentos então realizados, para determinar o traçado da linha telegráfica na direção de Araguaia, surgiu a necessidade de instalar-se um pôsto às margens do rio Poguba ou Vermelho, o que sòmente foi concretizado em 22 de janeiro de 1922, tendo sido o seu primeiro encarregado Francisco Cândido Pereira. Os índios bororós, já pacificados, e meia dúzia de brancos, constituíam, então, tôda a população do povoado de Rondonópolis. Pode-se fixar, desta maneira, como a partir de 1930 o efetivo povoamento, intensificado em 1939 logo após a criação do distrito de Rondonópolis, integrante do município de Poxoreu. Daí, com a chegada de novas levas de imigrantes, que encontraram campo vasto para instalação de fazendas, criação de gado e início de agricultura de subsistência, esta última constituindo hoje uma das sólidas bases econômicas do município, aquêles forasteiros se fixaram à terra, para posteriormente constituir a população de um dos centros urbanos que mais se desenvolve atualmente no estado de Mato Grosso, só cedendo essa primazia para a cidade de Dourados.

Avenida General Rondon

Data a sua elevação à categoria de distrito do ano de 1938, quando o Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro, fixou o quadro territorial do estado de Mato Grosso, em vigor no qüinqüênio 1939-1943 aparecendo então o município de Poxoreu, criado naquele ano, integrado pelos distritos da sede municipal, Coronel Ponce, Ponte de Pedra e Rondonópolis. Essa situação foi mantida no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, e ainda na divisão territorial relativa ao período 1949-1953, estabelecida pelo Decreto estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948. Em 10 de dezembro de 1953, a Lei n.º 666 criava o município de Rondonópolis, assim aparecendo no quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retificou as leis modificativas do quadro da divisão territorial do estado de Mato Grosso, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, sendo têrmo da comarca de Cuiabá, estando integrado por dois distritos: Poxoreu e Ponte de Pedra.

Atualmente Rondonópolis tem como chefe do Executivo o Senhor Daniel Martins Moura, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo o Legislativo representado por 4 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Leste do estado de Mato Grosso, limitando-se com os de Poxoreu, Guiratinga, Alto Garças, Itiquira, Santo Antônio do Leverger e Cuiabá. São seus pontos extremos: latitude .. N.-15° 57' 45" e S.-17° 18' 00"; longitude E.-53° 52' 00" e O.-55° 01' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Ponte de concreto armado sobre o rio Vermelho

A sede está localizada à margem direita do rio Poguba ou Vermelho tendendo, entretanto, a se expandir, também, pela margem esquerda, com o progressivo crescimento da cidade. Situa-se aproximadamente, a 180 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado.

ALTITUDE — A cidade de Rondonópolis está situada a 212 metros acima do nível do mar, desconhecendo-se o ponto mais elevado do município. Coloca-se, no Estado, em 41.º lugar, no que se refere a altitudes.

CLIMA — A região possui o clima do tipo tropical úmido, comum aos municípios mato-grossenses situados na Zona Leste do Estado. O seu período de chuvas tem início no mês de outubro, indo até março, sendo mais intenso durante os meses de novembro e dezembro.

ÁREA — Ocupa cêrca de 0,72% da área do estado de Mato Grosso, correspondendo a uma extensão territorial de 9 470 quilômetros quadrados, e colocando-se em 27.º lugar em relação às demais comunas de Mato Grosso.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A potamografia da comuna é uma das mais ricas do Estado, pois tem ela uma infinidade de cursos d'água que cortam o seu território em tôdas as direções. Citam-se, entre os principais: rios Poguba ou Vermelho, Tadarimana, Ponte de Pedra, Itiquira, Poxoreu, Poguba-Xoreu e São Lourenço.

Aspecto da Rodovia Cuiabá—Campo Grande

Poucas elevações há em seu território, salientando-se, entre as existentes: as serras da Jibóia, do Jorique, da Água Quente e a das Areias; e mais os morros Coroado e Cerrado.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral, o município é rico em barro para fabricação de telhas e tijolos, areias e pedras para construção, cascalho, em franca exploração. Já houve bastante retirada de ouro e diamantes em todo o âmbito provinciano, indústria essa paralisada, ùltimamente; de origem vegetal, as matas possuem grande quantidade de madeiras de lei, notadamente a peroba, o bálsamo e o cedro; no reino animal, sobressai-se a piscosidade dos seus rios, que possuem as mais variadas espécies de peixe. As matas abrigam quase todos os tipos da fauna mato-grossense.

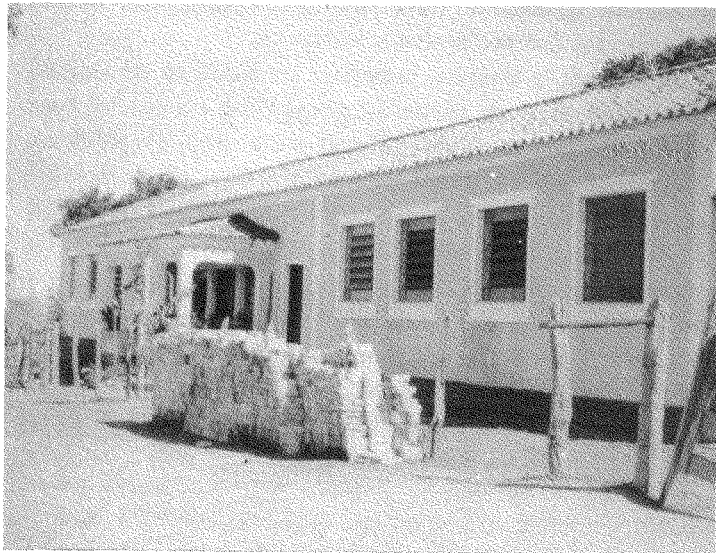
POPULAÇÃO — Rondonópolis contava, ainda como distrito integrante do município de Poxoreu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 2 888 habitantes, sendo 1 542 pessoas do sexo masculino e 1 346 do feminino.

Avenida Amazonas

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 439 homens e 405 mulheres, num total de 844 habitantes, no suburbano, 57 pessoas do sexo masculino e 50, do feminino, somando 107; e no quadro rural, 1 937 residentes, dos quais 1 046 do sexo masculino e 891, do feminino. A zona rural concorria com ... 67,07% para a população total do município, superior, portanto à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

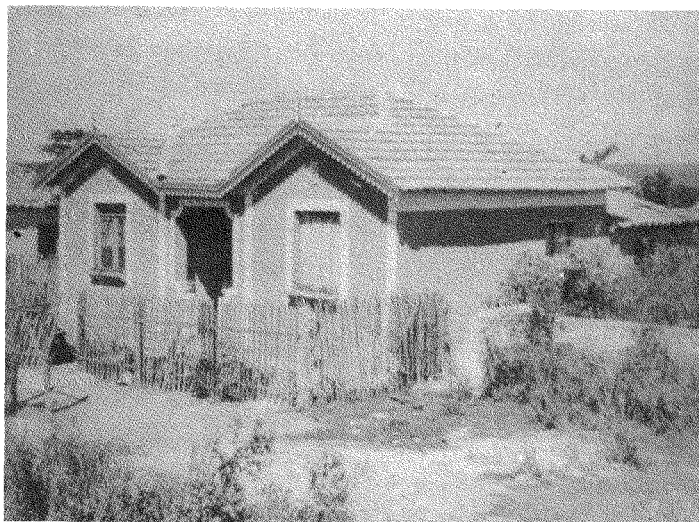
Aglomerações Urbanas — Rondonópolis, ainda na qualidade de distrito integrante do município de Poxoreu, na época do Recenseamento Geral de 1950, possuía uma população de 951 habitantes, dos quais 496 eram do sexo masculino e 455, do feminino. Em 1954, segundo informações procedentes da Agência Municipal de Estatística, contava mais com as seguintes aglomerações urbanas: Lajeadinho e Cidade Paulista, cada uma com 70 moradias e mais de 300 habitantes; Mata Grande, com 25 residências e 150 moradores; Campo Limpo, Pinguela e Macaco, com mais de 20 casas e população superior a 120 pessoas cada uma; e Jurigue, com 15 prédios e 90 indivíduos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São esteios econômicos municipais a pecuária e a agricultura, vindo em 2.º plano as indústrias de transformação e, em proporções mais modestas, a indústria extrativa de produtos vegetais, ainda em fase incipiente. O primeiro ramo estêve representado em 1956 por 18 760 cabeças de gado bovino, no valor de 41 milhões e 200 mil cruzeiros; pelo rebanho de eqüinos, com uma população de 3 200 cabeças, estimadas em mais de 6 milhões e 700 mil cruzeiros; e pelo de muares, com 1 350 cabeças, correspondendo a 4 milhões de cruzeiros. De menor valor eram os rebanhos de ovinos e caprinos que, englobadamente, não chegaram a atingir a casa dos 130 mil cruzeiros. A pecuária, no ano mencionado, totalizou mais de 52 milhões e 100 mil cruzeiros. A produção de leite de vaca atingiu 10 200 litros, no valor de 71 mil cruzeiros.

A agricultura, que naquele ano somou 32 milhões e 456 mil cruzeiros, foi representada pelos seguintes produtos: mandioca, 12 900 toneladas, representando 18 milhões e 900 mil cruzeiros; arroz, com 2 928 000 quilogramas, avaliados em 8 milhões e 700 mil cruzeiros; cana-de-açúcar, com 3 500 toneladas, valendo 2 milhões e 100 mil cruzeiros; feijão, com 145 800 quilogramas, correspondentes a 583 mil cruzeiros; e milho, com 213 toneladas expressas por 532 mil cruzeiros. Além dos produtos citados o município apresentou ainda safras de abacaxi, abó-

Colégio N. Sª. das Graças

bora, batata-doce, melancia, banana e manga. Planta-se, atualmente, em todo o âmbito municipal o café, ainda em fase experimental, mas já apresentando os mais promissores resultados.

De acôrdo com apurações procedidas pelo Departamento Estadual de Estatística, as indústrias de Rondonópolis, em 1956, tiveram os seguintes resultados:

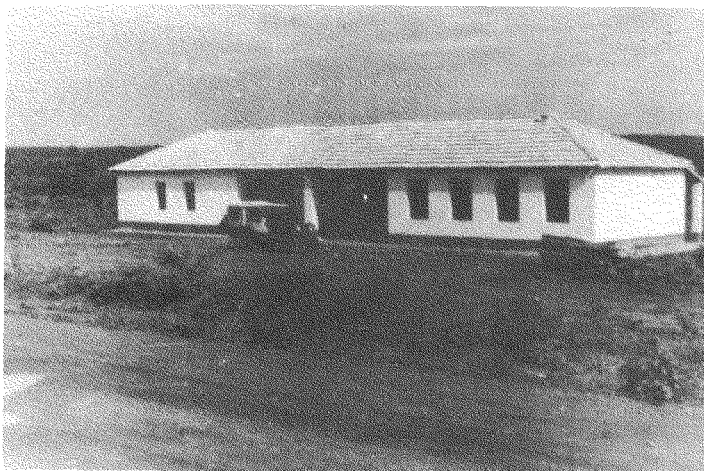
Indústria extrativa de produtos vegetais	21
Indústria de transformação de minerais não metálicos	340
Indústria de madeira	136
Indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	106
Indústria de produtos alimentares	2 903
TOTAL	3 506

Aspecto de uma residência

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 51 estabelecimentos localizados na sede municipal distinguindo-se 12 firmas que, em virtude do movimento de vendas e estoque que possuem, são consideradas como grossistas e varejistas, simultâneamente. Estimam-se em 65 os estabelecimentos comerciais existentes no município, que se abastecem nas praças de Campo Grande, no estado de Mato Grosso, de Minas Gerais, de São Paulo, de Goiás e do Rio de Janeiro.

As transações bancárias são realizadas em Cuiabá ou Campo Grande. O Banco do Brasil já concluiu estudos no sentido de instalar uma agência no distrito-sede.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Por meio de rodovia, a sede municipal de Rondonópolis liga-se às cidades vizinhas de: Alto Garças, 165 km; Cuiabá, 267 km; Guiratinga, 450 km; Itiquira, 168 km; Poxoreu, 300 km; Santo Antônio do Leverger, via Cuiabá, 293 quilômetros. O município não é servido por linha aérea comercial. Uma emprêsa de ônibus, com sede em Campo Grande, mantém o serviço de transporte de passageiros para aquela cidade e a de Cuiabá.

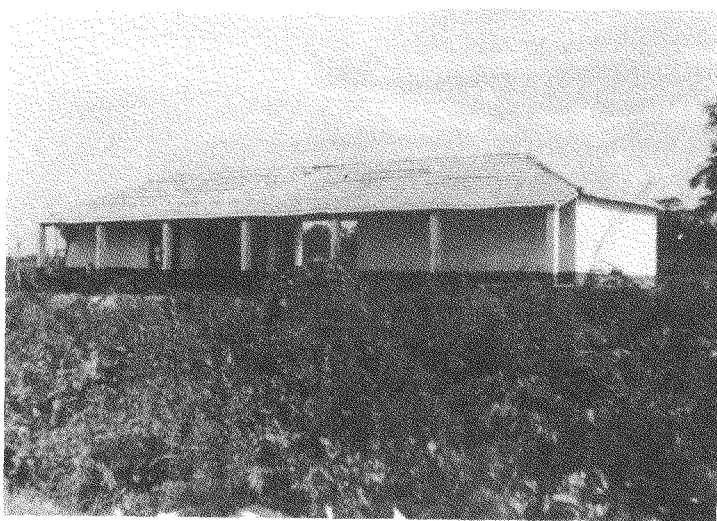
As comunicações da sede são asseguradas por uma Agência Postal-telegráfica, pertencente ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 98 automóveis, 6 jipes, 1 ônibus, 3 camionetas para passageiros, 72 caminhões e 5 camionetas para carga.

Êxodo da serra da Jibóia

O serviço de conservação, abastecimento e reparação de veículos motorizados era feito por 3 bombas de gasolina e óleo cru, e duas oficinas de reparações.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a cidade de Rondonópolis possuía, em 1954, 25 logradouros públicos e 442 prédios.

Os prédios da Prefeitura Municipal, do Educandário Sagrado Coração e o do Cine Meridional são os mais importantes situados na cidade de Rondonópolis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por intermédio do Hospital Samaritano, de propriedade particular, que dispõe de 21 leitos e executa clínica médica e cirurgia em geral; e pelo Pôsto de Higiene de Rondonópolis, mantido pelo Govêrno do Estado.

Escola Ponte de Pedra

No distrito-sede estão em atividades profissionais 2 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos. Há ainda ali 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Paróquia do Sagrado Coração presta assistência social aos pobres e necessitados, subsidiàriamente às atividades religiosas.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Rondonópolis que, na época do Censo, era distrito de Poxoreu, possuía uma população de 2 888 habitantes, sendo 1 426 homens e 1 194 mulheres. Sua sede contava, na mesma data, com 744 pessoas de 5 anos e mais. Dêsse total 387 (215 homens e 172 mulheres) sabiam ler e escrever, enquanto que 357 (180 masculino e 177 femininos) não o sabiam.

Ensino — No primeiro mês letivo do ano de 1956, de acôrdo com informações oriundas do Departamento Estadual de Estatística, Rondonópolis contava com 6 escolas mantidas pelo Govêrno, uma municipal e uma por particulares. Êsses estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, naquele mês, apresentaram o seguinte movimento de matrículas: estaduais, 761; municipal, 22; e particular, 70, totalizando 853 alunos presentes.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças estaduais e municipais (em Rondonópolis ainda não foi instalada Coletoria Federal) apresentaram o seguinte resultado no período .. 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 230	—	—	—
1951	—	2 132	—	—	—
1952	—	3 625	—	—	—
1953	—	4 248	—	—	—
1954	—	6 008	1 648	986	2 125
1955	—	1 064	6 898	4 525	6 978
1956	—	3 736	1 263	613	1 780

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — No mês de maio, no período de doze a vinte e três, realizam-se solenidades de caráter religioso em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora. Essa festa, que congrega tôda a população católica da cidade e das redondezas, é promovida pela Paróquia do Sagrado Coração, constando de leilões, quermesses e distribuição de prêmios, culminando com uma procissão que percorre grande parte das ruas de Rondonópolis.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — O nome do município é uma homenagem ao insigne brasileiro, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o bandeirante científico, o homem que conseguiu "pôr no mapa do Brasil 500 000 quilômetros quadrados devidamente reconhecidos, estudados e servidos por telégrafos e estradas".

O município é têrmo judiciário da comarca de Cuiabá, possuindo na sede um cartório do registro civil, que executa, também, serviços de tabelionato. O seu quadro eleitoral, em dezembro de 1956, era representado por 3 600 cidadãos. No distrito-sede funciona o Cine Meridional, instalado em 1954, com capacidade para 300 espectadores. É sede da Paróquia do Sagrado Coração, fundada em 1951, subordinada à Prelazia de Chapada dos Guimarães. O culto protestante é representado pelas Igrejas Assembléias de Deus, Adventista do 7.º Dia, Presbiteriana de Rondonópolis e Igreja Evangélica Batista. O culto espírita mantém o Centro Espírita Amor e Caridade — Allan Kardeck.

ROSÁRIO OESTE — MT

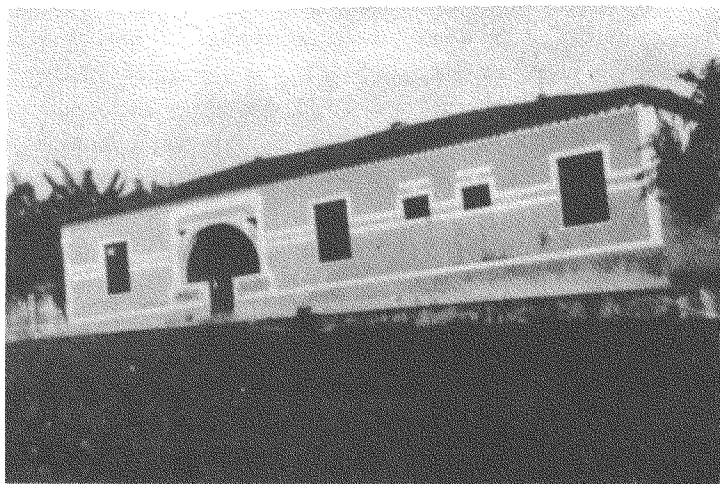
Mapa Municipal na pág. 47 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 72, 73, 90, 125, 132, 138 e 141 do Vol. II

HISTÓRICO — Inácio Maciel Tourinho e sua mulher, D. Maria Francisca Tourinho, fundaram, em 1751, um sítio denominado "Monjolo", à margem direita do ribeiro de igual nome, onde, entre as providências iniciais, mandaram construir uma capela que dedicaram ao culto de Nossa Senhora do Rosário, cuja imagem aquela senhora mandara vir do Rio de Janeiro. Do pequeno sítio, tempos depois, surgia uma povoação que, dia a dia, graças aos esforços dos que ali mourejavam na agricultura e na pecuária, além do fato de ser passagem obrigatória para as minas de Diamantino, progredia de maneira satisfatória. Entretanto, o arraial carecia de importância, pois era mantido apenas pela férrea vontade de Maciel Tourinho.

Conta Estêvão de Mendonça: "Em 1812, o capitão José Pedro da Silva Prado, Marcelino Rodrigues de Tole-

do e o tenente-coronel Victoriano Lopes de Macêdo, obtêm por carta de sesmaria uma data de terras lavradias, com testada à margem direita do rio Cuiabá, nas immediações do arraial denominado "Monjolo", anteriormente fundado na sesmaria de Ignácio Maciel Tourinho".

Começou aí o desmoronamento do arraial do "Monjolo", concretizado com a morte do seu fundador, Inácio Maciel Tourinho. "O Monjolo fôra desde o início um agrupamento de pouca importância, mantido apenas pelo prestígio de Maciel Tourinho; morto este, e sua mulher d. Maria Francisca Tourinho, parte dos respectivos moradores passou para as lavras de Diamantino. A outra parte, composta de agricultores, conservou-se na localidade, não excedendo ao todo a cem almas. — Em taes condições era natural que o arraial do Monjolo se extinguisse, desde que em sua vizinhança, como aconteceu, viesse a ser levantado outro povoado em situação mais vantajosa, com melhores elementos de vida. Effectivamente, á medida que o novo arraial, creado sob a invocação de N. S. do Rosário, se desenvolvia e prosperava, o primitivo definhava progressivamente. Por fim a própria imagem da antiga capellinha fôra translada para a nova, e com ela os restantes dos moradores".

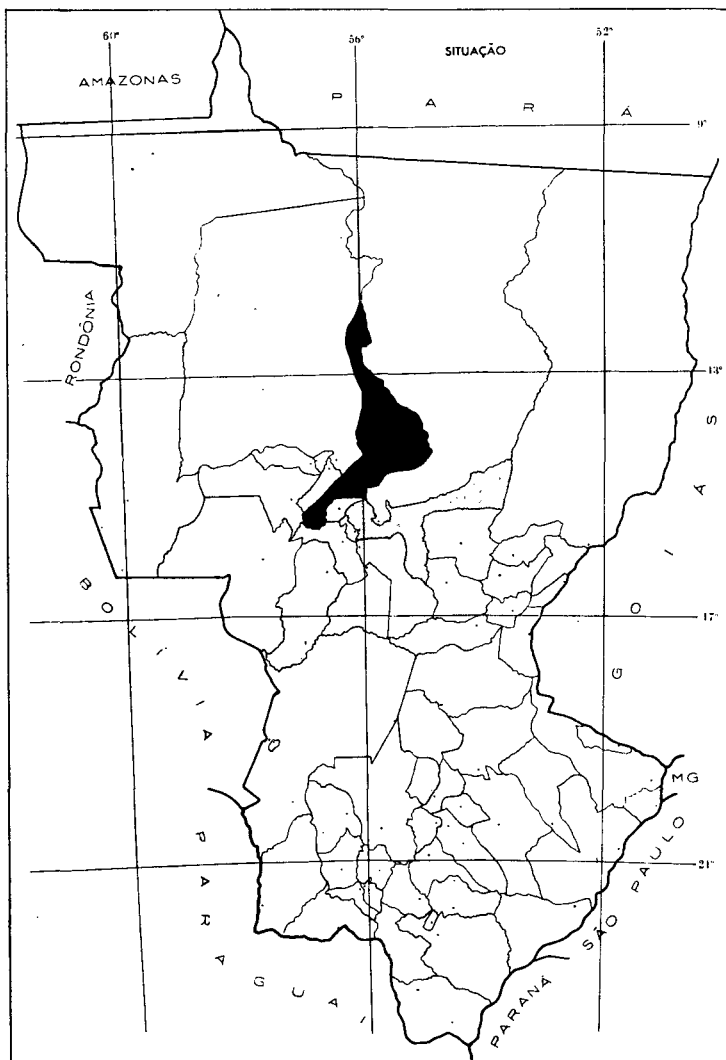
A transferência da imagem não se fêz sem protestos. Os antigos moradores reivindicavam o direito que lhes cabia de mantê-la na antiga capela, já que ali tivera início o primeiro arraial do "Monjolo". Finalmente, com a interferência direta dos fundadores do novo arraial, a disputa foi resolvida por sorteio, cabendo ao arraial de Rosário a honra de ter em sua capela a imagem da santa. Com a transferência da imagem de Nossa Senhora do Rosário para o povoado que então se formava, os moradores mais recalcitrantes de Monjolo transferiram-se para Rosário, o que lhe valeu "um grande surto de progresso, pois eles se mudaram com todas as suas posses", tanto assim que já em 26 de agôsto de 1833, por Decreto n.º 30, foi o povoado elevado à categoria de freguesia, com a denominação de Rosário do Rio Acima. A Lei Provincial n.º 8, de 25 de junho de 1861, criou o município com a denominação de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima e território desmembrado do de Cuiabá, o qual se instalou em 7 de janeiro de 1865. Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima figura, ùnicamente, com o distrito da sede. Por fôrça da Lei estadual número 694, de 11 de junho de 1919, a vila de Rosário do Rio Acima tomou o nome de Rosário Oeste, recebendo foros de

Hospital N. Sª. do Rosário Oeste

cidade pela de n.º 772, de 16 de junho de 1918. De acôrdo com a divisão administrativa de 1933, o município de Rosário Oeste se compõe de um só distrito, o de igual nome. Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e ...... 31-XII-1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 145, de 29 de março de 1938, a referida província divide-se em 3 distritos: Rosário Oeste, Araras e Nobres, assim permanecendo no quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, o município de Rosário Oeste adquiriu para o distrito da sede o território do extinto distrito de Pontezinha, do município de Diamantino, e para o distrito de Nobres, partes dos de Chapada e Diamantino, respectivamente, dos municípios de Cuiabá e Diamantino. Ainda por efeito dêsse Decreto-lei, parte do distrito de Bauxi (ex-Araras) foi transferido para o de São José dos Cocais (ex-Livramento), do município dêste nome. No quadro da divisão territorial vigente no qüinqüênio 1944--1948, fixado pelo mencionado Decreto-lei n.º 545, permaneceu o município de Rosário Oeste com 3 distritos: Rosário Oeste, Bauxi (ex-Araras) e Nobres. De acôrdo com o Decreto n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, que fixou a divisão territorial do estado de Mato Grosso para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, o município de Rosário Oeste figura com 5 distritos: Rosário Oeste, Arruda — distrito criado pela Lei n.º 166, de 25 de outubro de 1948, com território desmembrado da sede municipal e do distrito de Nobres — Bauxi, Nobres e Praia Rica, êste último criado pela Lei n.º 167, de 25 de outubro de 1948, com área desmembrada do distrito de Nobres. No quadro anexo à Lei número 370, de 31 de julho de 1954, da Assembléia Legislativa do Estado, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial para o qüinqüênio 1954-1958, o município de Rosário Oeste perdeu o distrito de Praia Rica em favor da constituição do de Chapada dos Guimarães, figurando com os seguintes: Rosário Oeste, Arruda, Bauxi e Nobres. De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município de Rosário Oeste compreende o têrmo judiciário único da comarca de Rosário Oeste, e, pelo quadro anexo ao Decreto-lei n.º 145, de 29 de março de 1938, está subordinado ao têrmo e à comarca de igual nome, a qual é formada por 2 têrmos: Rosário Oeste e Diamantino. Essa situação foi confirmada pelos Decretos-leis estaduais de n.ºs 208, de 26 de outubro de 1938, e 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixaram os quadros territoriais em vigor nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948.

Nas divisões judiciárias para vigorarem nos qüinqüênios estabelecidos pelo Decreto n.º 583, de 24-XII-1948, e pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, 1949-1953 e 1954--1958, o município de Rosário Oeste está subordinado ao têrmo e à comarca de igual nome, a qual é formada por 2 têrmos: Rosário Oeste e Barra do Bugres.

LOCALIZAÇÃO — Rosário Oeste está localizado na Zona da Chapada Mato-grossense, tendo parte de suas terras abrangidas pela bacia Amazônica e parte pela bacia do Paraguai. São seus municípios limítrofes: Nossa Senhora do Livramento, Barra do Bugres, Alto Paraguai, Diamantino, Chapada dos Guimarães e Acorizal. Tem os seguintes pontos extremos: latitude N. — 11° 56' 30" e S. — ....

15° 23' 15"; longitude E. — 54° 51' 00" e O. — .... 57° 00' 45".

A sede municipal, em relação à capital do Estado, encontra-se no rumo N.N.O., da qual dista 92 quilômetros em linha reta. Ainda concernente à capital, a cidade tem as seguintes coordenadas geográficas: 14° 49' 41" de latitude Sul e 56° 24' 51" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está a 174 metros acima do nível do mar, sendo a 46.ª entre as demais sedes de municípios no estado de Mato Grosso.

CLIMA — O clima de Rosário Oeste classifica-se como do tipo tropical úmido, sendo que o período das chuvas tem início, geralmente, em novembro, prolongando-se até março; é mais intenso entre janeiro e fevereiro.

ÁREAS — O município coloca-se em 9.° lugar em extensão territorial no estado, com 23 490 quilômetros quadrados, abrangendo 1,79% da área total de Mato Grosso. Assim se distribuem os municípios:

Chapada dos Guimarães	204 304
Barra do Garças	194 826
Aripuanã	145 510
Diamantino	133 447
Corumbá	69 915
Mato Grosso	62 485
Cáceres	40 560
Três Lagoas	25 200
ROSÁRIO OESTE	23 490

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são os seguintes: rios Verde, limite natural com o município de Diamantino; Jaucoara, que serve de divisa com a comuna de Barra do Bugres; Cuiabá, que pràticamente banha a cidade de Rosário Oeste, pois encontra-se situado a menos de 1 quilômetro do distrito-sede; Arinos, a "primeira estrada" utilizada pelos povoadores de Diamantino, a fim de alcançarem Santarém, no estado do Pará; e Teles Pires, que serve de linha demarcatória de Chapada dos Guimarães.

Encontram-se no território de Rosário Oeste apreciáveis quedas d'água, distinguindo-se, porém, a de "Piraputangas", cujo potencial hidráulico é estimado em 145 H.P., superior as de "Tombador", que é de 140 H.P., onde a Prefeitura Municipal instalou a usina que fornece energia elétrica à cidade de Rosário Oeste e à vila de Nobres.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas riquezas extrativas minerais, merecem relêvo o diamante, barro para fabricação de telhas e tijolos, cal de pedra, cascalho para pavimentação de rodovias, pedras e areias para construção; no vegetal, borracha coloca o município como um de seus maiores produtores no estado de Mato Grosso, madeiras de lei, lenha para fins domésticos e industriais, cascas taníferas, cipós diversos e paina; no animal, peles de animais silvestres e peixe.

POPULAÇÃO — Rosário Oeste contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 16 883 habitantes, e que lhe dava 0,72 de habitante por quilômetro quadrado, sendo 8 674 pessoas do sexo masculino e 8 209 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 569 homens e 643 mulheres, num total de 1 212 habitantes; no suburbano, 471 pessoas do sexo masculino e 507 do feminino, totalizando 978; e no quadro rural, 14 693 residentes, dos quais 7 634 do sexo masculino e 7 059 do feminino. A zona campestre concorria com 87% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à cor, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos, 2 205 homens e 2 093 mulheres, num total de 4 298 pessoas; pretos, 566 do sexo masculino e 505 do feminino, totalizando 1 071 habitantes; pardos 5 897 homens e 5 603 mulheres, ou seja, uma soma de 11 500 habitantes.

Referente ao estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerados os presentes de 15 anos e mais; solteiros, 2 179 homens e 1 514 mulheres, num total de 3 693; casados, 4 550, dos quais 2 283 homens e 2 267 mulheres; desquitados e divorciados, 2 homens e 2 mulheres; e viúvos, 150 homens e 502 mulheres, somando 652 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população compreendia: brasileiros natos, 8 663 homens e 8 204 mulheres, num total de 16 867 habitantes; brasileiros naturalizados, 3 homens; estrangeiros, 8 habitantes do sexo masculino e 5 do feminino, num total de 13 pessoas.

Segundo a religião, 8 520 homens e 8 057 mulheres, num total de 16 577, declararam-se católicos apostólicos romanos; 257 habitantes, dos quais 128 homens e 129 mu-

lheres, protestantes; 5 homens e 3 mulheres manifestaram-se espíritas; 14 homens e 13 mulheres, num total de 27 pessoas professavam crenças diversas; sem religião, havia 4 homens e 1 mulher; e, finalmente, sem a declarar, 3 homens e 6 mulheres.

Segundo os distritos, era essa a população recenseada: Rosário Oeste (sede): 1 507 habitantes na cidade e 3 942 na zona rural; Arruda, 95 residentes na vila e 3 313 no campo; 123 moradores na vila e 2 482 na zona rural; Nobres, 431 domiciliados na vila e 2 706 na zona campestre; e Praia Rica, 34 habitantes na vila e 2 250 na área sertaneja.

A cidade de Rosário Oeste, com 709 do sexo masculino e 798 do feminino, colocava-se em 17.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950.

Antiga Igreja Matriz de N. Sª. do Rosário

Aglomerações urbanas — Além da cidade de Rosário Oeste, cuja população já foi descrita, o município contava com mais os seguintes aglomerados, na ocasião do Recenseamento de 1950: vila de Arruda, com 95 habitantes, dos quais 46 do sexo masculino e 49 do feminino; vila de Bauxi, com 123 pessoas, sendo 57 homens e 66 mulheres; vila de Nobres, com uma população de 431 habitantes, dos quais, 212 homens e 219 mulheres. No presente caso não foi levada em consideração a vila de Praia Rica, em vista de, atualmente, pertencer ao município de Chapada dos Guimarães.

A Agência Municipal de Estatística informa, ainda, a existência das aglomerações seguintes: povoados com população superior a 180 habitantes — Poça da Anta, Poção e Rio Novo; idem a 100 habitantes — Ribeirão Grande, Passagem do Chiqueiro, Bauxi, Figueira, Cachoeirinha, Barra do Mutum, Cedral Buriti, Buritizinho, Pindura, Espia, Franchão, Lagoa Limpa, Tombador, Barreirinho, Água Doce, Araras e Boa Vista do Jaucoarinha.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua base econômica representada pelos ramos pecuária, agricultura e extração de produtos vegetais. Assim é que, em 1956, os rebanhos de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos de Rosário Oeste atingiam a quase 180 mil cabeças, valendo, aproximadamente, importância superior a 272 081 mil cruzeiros. Distinguiam-se os de bovinos e o de suínos, com 118 312 e 42 060 cabeças, respectivamente, no valor englobado de Cr$ 263 433 600,00. É de se salientar, também, o rebanho de eqüinos, composto de mais de 6 mil cabeças, representando importância superior a 5 milhões de cruzeiros, e o de muares com 1 428 cabeças, correspondendo a mais de 2 milhões de cruzeiros.

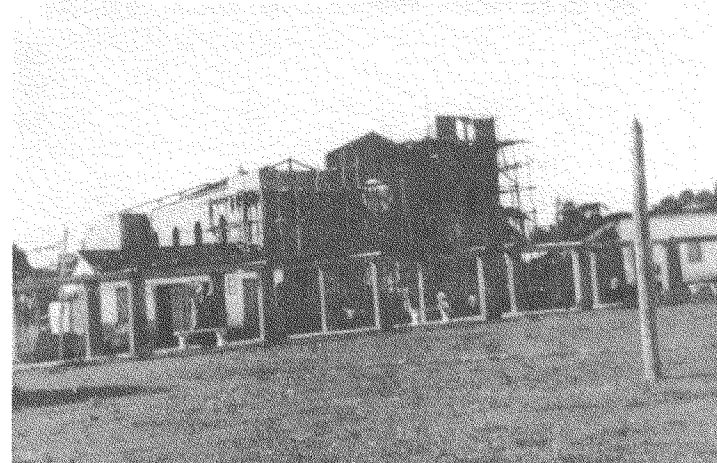
Em relação à agricultura, o total das colheitas realizadas naquele ano ultrapassou a casa dos 135 milhões de cruzeiros, sendo de realce, o feijão, totalizando 10 797 mil quilogramas, no valor de quase 62 milhões de cruzeiros; a seguir, surgem a mandioca, com 28 588 toneladas, correspondendo a mais de 32 milhões de cruzeiros, o milho, com 9 564 toneladas, valendo mais de 23 milhões de cruzeiros, o cará, cuja safra atingiu 7 421 toneladas, estimadas em mais de 7 milhões de cruzeiros, a cana-de-açúcar, com 26 673 toneladas, correspondendo a quase 2 900 mil cruzeiros, a batata-doce, com 1 582 toneladas, no valor aproximado de 1 900 mil cruzeiros, e o café, com 46 875 quilogramas, calculados em mais de 1 600 mil cruzeiros. O município produziu ainda, em quantidades mais modestas: abacaxi, abóbora, alho, amendoim, cebola, fumo, mamona, melancia, melão, tomate, abacate, banana algodão, manga, figo e frutas cítricas.

Além da extração da borracha, uma das fontes de riqueza natural, Rosário Oeste é regular produtor de madeira, cujo excedente do consumo local é exportado para Cuiabá.

No que diz respeito as diversas indústrias existentes no município, o Departamento Estadual de Estatística apresenta os seguintes resultados do levantamento industrial de 1955, em milhares de cruzeiros:

Indústria extrativa de produção mineral	110
Indústria extrativa de produção vegetal	10 681
Indústria de transf. de minerais não metálicos ..	59
Indústria de madeira	44
Indústria de produtos alimentares	3 685
Indústrias de bebidas	321
Serviços industriais de utilidade pública	71
TOTAL	14 971

A indústria extrativa de produção vegetal é representada por 8 seringais, cuja produção, naquele ano, atingiu 324 927 quilogramas de látex bruto. Também produz pescado, tendo naquele ano sua produção alcançado quase 106 mil cruzeiros, correspondentes a 26 060 quilogramas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede municipal é representado por 9 estabelecimentos grossistas e 27

Atual Matriz de Rosário Oeste

varejistas, tendo como principais centros abastecedores as praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Uberlândia (MG), Campo Grande, Corumbá e Cuiabá. Em todo o município deve haver 50 casas comerciais. Não existem estabelecimentos bancários no município.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O distrito-sede de Rosário Oeste tem ligação rodoviária com as seguintes cidades vizinhas: Acorizal, 56 km; Alto Paraguai, 100 km; Barra do Bugres, 149 km; Chapada dos Guimarães, via Cuiabá, 205 km; Diamantino, 95 km; e Nossa Senhora do Livramento, 145 km; vila de Nobres, 24 km; vila de Arruda, 36 km; e vila de Bauxi, 48 quilômetros. Liga-se à capital do Estado por ótima rodovia, de 1.ª classe, em um percurso de 121 quilômetros; além dessa, existe outra de 2.ª classe, via Acorizal, numa distância de 142 quilômetros.

As comunicações postais e telegráficas são feitas através do Departamento dos Correios e Telégrafos, que mantém duas agências, uma na sede municipal e outra na vila de Nobres.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rosário Oeste que, na época do Recenseamento Geral de 1950, contava com uma população de 1 507 habitantes, possuía, em 1954, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 24 logradouros públicos, dos quais 1 pavimentado e 2 ajardinados, estando 16 servidos por iluminação pública, por meio de 146 focos; os mesmos logradouros dispunham também de iluminação domiciliar, sendo que dos 385 prédios existentes, 64 eram servidos por luz elétrica, número êsse que, em 1956, havia subido para 131, consoante informações da Agência Municipal de Estatística.

Os edifícios mais importantes da cidade são: a Prefeitura Municipal, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja Cristã Presbiteriana e o Hospital Nossa Senhora do Rosário.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No distrito-sede está localizado o Hospital Nossa Senhora do Rosário, mantido pela Associação dos Seringalistas de Mato Grosso, realizando serviços de cirurgia e clínica médica em geral, com 3 leitos disponíveis; e o Pôsto de Higiene do Govêrno do Estado, realizando serviços de clínica médica em geral, assistência médica escolar e contra a malária. Há também uma farmácia e 1 farmacêutico em atividade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A primeira é prestada por intermédio da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, pelas Sociedades "Dorcas" e Pia União de Santo Antônio, as quais prestam auxílios aos mais necessitados, sendo que a primeira delas mantém na cidade duas casas para alojamento provisório de famílias desvalidas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950 — Censo Demográfico de Mato Grosso — no município de Rosário Oeste localizavam-se 13 827 pessoas de 5 anos e mais, ou seja, mais de 81% da população total. Dêsses habitantes, sabiam ler e escrever 2 418 homens e 1 555 mulheres, sendo analfabetos, 4 720 homens e 5 134 mulheres. Em relação àquele grupo de idade, a percentagem era de pouco mais de 28%. A população maior da cidade de Rosário Oeste era representada por 1 281 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 376 homens e 386 mulheres; eram analfabetas, 218 do sexo masculino e 301 do sexo feminino. Nas sedes distritais de Arruda, Bauxi e Nobres, existiam 539 pessoas de 5 anos e mais, das quais eram alfabetizados 147 homens e 103 mulheres; não sabiam ler e escrever 124 do sexo masculino e 165 do feminino. Na vila de Praia Rica, hoje pertencente ao município de Chapada dos Guimarães, estavam 27 pessoas de 5 anos e mais, sabendo ler e escrever apenas 8 homens; eram analfabetas 5 pessoas do sexo masculino e 14 do feminino.

Na zona rural, de 11 980 residentes, sabiam ler e escrever 1 887 homens e 1 066 mulheres, sendo analfabetas 4 373 pessoas do sexo masculino e 4 654 do feminino.

Ensino — De acôrdo com apurações do Departamento Estadual de Estatística, relativas ao primeiro mês letivo de 1956, existiam em Rosário Oeste 45 escolas estaduais, uma municipal e uma particular. Êsses estabelecimentos de ensino primário fundamental comum tiveram um movimento de 1 621 matrículas, sendo 1 367 nos estaduais, 27 do municipal e 227 no particular.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	138	192	405	53	423
1951	169	331	394	74	324
1952	361	317	492	69	401
1953	384	491	552	108	482
1954	459	1 100	546	149	597
1955	491	651	852	114	800
1956	629	910	763	115	763

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São tradicionais, na cidade de Rosário Oeste, as seguintes festas de caráter religioso: Imaculada Conceição, no dia 8 de dezembro; São Sebastião, em 20 de janeiro, e Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, no primeiro domingo de outubro.

VULTO ILUSTRE — Antônio Tolentino de Almeida — Nascido em Rosário Oeste, a 24 de janeiro de 1 876, e falecido em Santo Antônio do Leverger, a 24 de janeiro de 1937. Poeta e jornalista, mereceu uma notável crítica do grande escritor Monteiro Lobato. Publicou várias obras, sendo cognominado "O Poeta da Ilusão". Era o bardo mais espontâneo de Mato Grosso. Pertenceu à Academia Mato-grossense de Letras e hoje é patrono da Cadeira número 29 dessa Casa.

Escola de Ranchão

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além do rio Cuiabá, podem servir como objeto de turismo as quedas d'água de Piraputangas e do Tombador, ambas constantemente procuradas por pessoas que visitam Rosário Oeste.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — O topônimo é conseqüência da veneração que seus fundadores tinham por Nossa Senhora do Rosário, a padroeira do primeiro arraial estabelecido à margem do ribeirão Monjolo. Seus filhos são conhecidos pela denominação de "rosarenses".

Rosário Oeste é sede da comarca de igual denominação, subordinando os têrmos de Rosário Oeste e Barra do Bugres, além dos distritos judiciários de Arruda, Bauxi, Nobres, Barra do Bugres, Tapirapuã e Rosário Oeste. Seu quadro de eleitores, em dezembro de 1956, era composto de 4 435 pessoas.

Existiam registrados na Prefeitura Municipal, no último dia de dezembro de 1956, 5 automóveis e 10 caminhões.

A energia elétrica para consumo na sede municipal e na vila de Nobres é fornecida pela queda d'água do "Tombador", com capacidade de 145 H.P.; a Prefeitura Municipal é responsável pelo serviço, mantendo energia pública e domiciliar. Na cidade de Rosário Oeste há 131 ligações elétricas, tendo o consumo de energia, em 1955, atingido 34 957 kWh.

Para incrementar e amparar a agricultura, o Govêrno Federal projeta instalar em Rosário Oeste uma escola de aprendizado agrícola. O Municipal já fêz doação do terreno destinado ao estabelecimento, encontrando-se atualmente aberta a concorrência pública para a construção dos prédios a serem localizados naquele educandário. O Ministério da Agricultura mantém na comuna um Pôsto Agropecuário, em funcionamento desde 1952, com área total de 2 241 mil metros quadrados, propriedade essa avaliada em 1 263 mil cruzeiros.

Rosário Oeste é sede de Paróquia, fundada em 26 de agôsto de 1833, e que administra 9 capelas públicas existentes no município, e mantém uma escola primária; uma biblioteca pública com mais de 650 volumes. Congrega 7 associações religiosas.

O culto protestante é representado pela Igreja Cristã Presbiteriana.

SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER — MT

Mapa Municipal na pág. 71 do 2.º Vol.
Fotos: págs. 82 e 130 do Vol. II

HISTÓRICO — A origem do seu nome primitivo — Santo Antônio do Rio-Abaixo — deve-se à imagem do santo que, segundo tem sido transmitido oralmente, ali fôra deixado por uma das expedições que demandavam as minas do Cuiabá, na primeira metade do século XVIII. Mais tarde, em homenagem ao Barão de Melgaço, teve o topônimo substituído para Leverger e posteriormente para Santo Antônio do Leverger, pelos dois motivos citados.

Não são conhecidos os primórdios da povoação do município. É fora de dúvida, porém, que ela teve início com o desgarramento de componentes das bandeiras do século XVIII, seduzidos pela fertilidade das matas marginais ao rio Cuiabá e pela inacreditável abundância de pescados dêsse rio, que com extrema facilidade lhes proporcionava alimentação durante o ano todo, como até hoje acontece, além da variedade extraordinária de caça existente. Esta versão é perfeitamente aceitável, considerando-se que os primitivos povoadores estabeleceram-se na zona ribeirinha, onde se formaram os dois primeiros aglomerados urbanos do antigo município: Santo Antônio do Rio-Abaixo e Melgaço, posteriormente expandindo-se "campo-fora", onde foram reveladas pastagens abundantes, núcleos das primeiras fazendas de criação, de propriedade daqueles que, à "beira do rio", se opulentaram.

Sôbre a fundação da cidade, ouvimos de morador centenário e lúcido, em 1929, a seguinte versão transmitida oralmente de geração em geração, até perder-se por completo na indiferença das novas, certamente mais materialistas:

"Rompia de arrepio as corredeiras de águas barrentas do rio Cuiabá, em plena enchente, uma monção que demandava as minas descobertas por Pascoal Moreira Cabral e Sutil. Vinha desfalcada de algumas canoas e de vários de seus componentes, afundadas e sacrificadas na refrega com os índios canoeiros "guatós". Penetram certo entardecer por uma bôca de água remansosa acampando à beira do sangradouro para o pernoite. Refeitos na manhã seguinte, aprestam-se novamente para o reinício da viagem, quando um dos "batelões" fica prêso como se encalhado em banco de areia, não havendo como dali sair, à fôrça de remos e "zingas". A superstição apodera-se dos rudes canoeiros e por sugestão de um dêles é desembarcada a imagem de Santo Antônio, que transportavam. O resultado foi surpreendente, pois em seguida a embarcação tomou impulso e seguiu viagem. Outra monção, por ali de passagem, querendo transportar o Santo, o mesmo fenômeno se repetiu". Foi então levantada, à beira do rio, uma tôsca cobertura de palha onde instalaram-no, justamente no local em que se ergueu a primitiva igreja, que não mais existe e se construiu a nova, elegante em suas linhas sóbrias e originais.

Sabe-se ao certo, porém, que em 1753, segundo o Barão de Melgaço, "bretão cuiabanizado" e estudioso dos fastos mato-grossenses, o coadjutor dos jesuítas Estêvão de Castro, diretor da Missão de Sant'Ana dos Guimarães, ali aportou a 12 de outubro, em companhia do governador da capitania, D. Antônio Rollim de Moura Tavares, encontrando já um povoado com a sua capela sob a invocação de Santo Antônio, dedicando-se os moradores mais à pesca que à lavoura. A cana-de-açúcar foi o fator preponderante do desenvolvimento do município. Evidentemente, às margens do rio Cuiabá, instalaram-se nada menos que 12 fábricas de açúcar e aguardente, desde fins do século passado até o primeiro quartel do século XX, além de inúmeros engenhos de rapadura, êstes pertencentes a pequenos sitiantes, tornando-se a atividade principal da população ribeirinha. Estagnada, entretanto, essa fase de expansão industrial por dificuldades de várias espécies, a indústria da cana decaiu lamentàvelmente, até quase seu desaparecimento, a partir de 1930. Novos empreendimentos, com inversão de capitais em maquinismos modernos, tendem a restaurar a economia canavieira do município, que conta com solo excepcionalmente apropriado à cultura da cana. Infelizmente, as subdivisões sucessivas das pequenas propriedades mar-

19 — 24 930

ginais ao rio Cuiabá, por motivo de partilhas entre herdeiros, por um lado, e as periódicas inundações que tornam problemáticas as culturas de cereais, por outro, além da proximidade da capital do Estado, oferecendo ocupações menos árduas e salários altos, desde muito vêm provocando o êxodo da população rural do município, justamente dos valores novos, mais produtivos, com ruinoso reflexo na sua economia, já combalida com a desanexação de dois distritos onde se desenvolve em escala apreciável a pecuária, antes o maior lastro econômico de que dispunha.

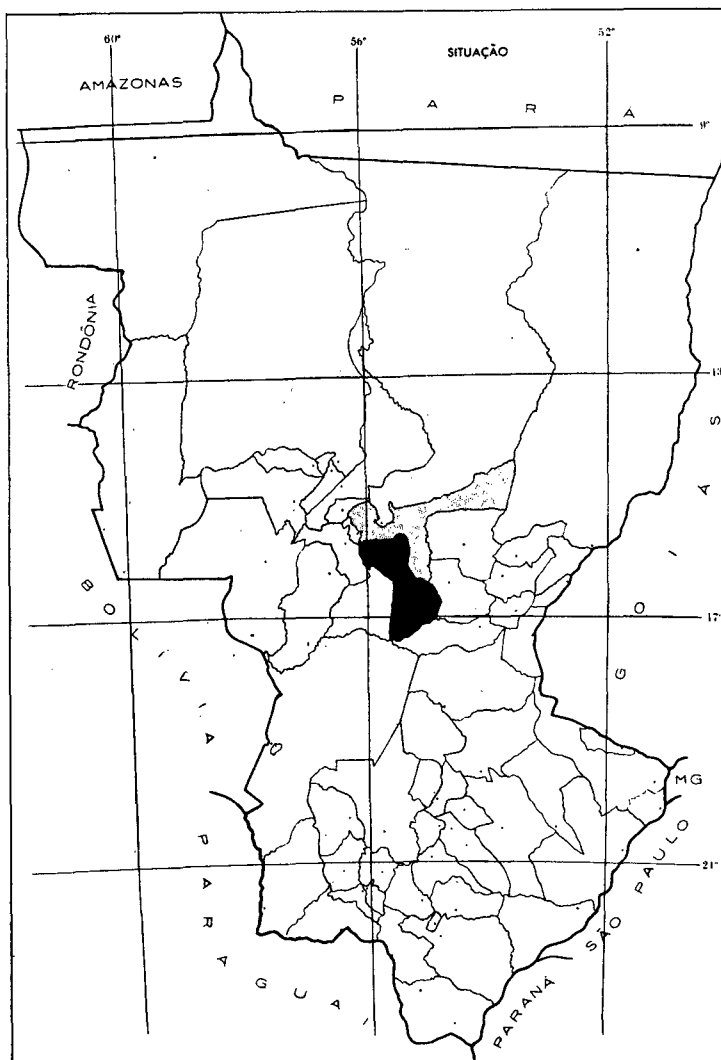
A capital do Estado é o centro catalizador para onde aflui, perigosamente, grande contingente populacional da comuna, tanto da zona rural como da própria cidade-sede. A explicação para êste fato só é encontrada na decadência da sua principal atividade: a da cultura e industrialização da cana-de-açúcar. Realmente, a população local viveu, até 1930, e progrediu, em função da prosperidade canavieira, liderada pelas usinas de açúcar. O usineiro exerceu sempre preponderante influência sôbre o povo rural, dada a interdependência entre o capital e o trabalho. O ciclo da economia canavieira no município merecia mesmo um estudo que não comportam estas "notas", pela profunda influência que por dilatados anos exerceu na comunidade e na política estadual. Eram as usinas, então, o único setor industrial verdadeiramente organizado do Estado e que se fazia valer tanto pelo poderio econômico, como pelo contingente humano que liderava. Tôdas as modificações no âmbito político do Estado eram promovidas pelo coronelato das usinas, verdadeiros árbitros das situações, algumas delas resolvidas pelas armas. Da decadência do ciclo canavieiro, iniciada em 1930, após a vitória da revolução da Aliança Liberal e a profunda desorganização dela conseqüente no sistema de trabalho, resultou a desvinculação dos laços que prendiam a população da província às usinas de açúcar, escapando-lhe a principal fonte de prosperidade, donde o êxodo para os centros urbanos, fora do município, então verificado — e ainda em curso —, despovoando-se a mais futurosa zona no campo das atividades agrícolas e industrial.

O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 11, de 26 de agôsto de 1835. Por feito do Decreto estadual número 22, de 4 de julho de 1890, e da Lei estadual n.º 211, de 10 de maio de 1899, foi criado o município de Santo Antônio do Rio-Abaixo, com território desmembrado do de Cuiabá. Sua instalação data de 13 de junho de 1900. Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, Santo Antônio do Rio-Abaixo aparece com um único distrito, o de igual nome, com sede na vila de Santo Antônio do Rio-Abaixo. A Lei estadual n.º 1 023, de 25 de setembro de 1929, concedeu à sede municipal foros de cidade. Segundo a divisão administrativa do Brasil, de 1933, o município permanece apenas com o distrito de Santo Antônio do Rio-Abaixo. Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município figura com o distrito de Santo Antônio do Rio-Abaixo, subdividido em 1.º e 2.º distritos, e com os de Barão de Melgaço e Santo Antônio da Barra. De acôrdo com a divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, Santo Antônio do Rio-Abaixo aparece com os distritos da sede, Barão de Melgaço e Santo Antônio da Barra. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, que fixou o quadro territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município e o distrito da sede tiveram o nome simplificado para San-

Igreja Matriz de Santo Antônio de Pádua

to Antônio, passando a compor-se dos distritos de Santo Antônio (ex-Santo Antônio do Rio-Abaixo), Joselândia (ex-Santo Antônio da Barra) e Melgaço. Em face do quadro da divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, o município e o distrito da sede passaram a denominar-se Leverger, com a seguinte constituição distrital: Leverger (ex-Santo Antônio), Chacororé (ex-Melgaço) e Joselândia. A Lei estadual n.º 132, de 30 de setembro de 1948, altera para Santo Antônio do Leverger a toponímia do município, e a de n.º 139, de igual data, altera para Barão de Melgaço a denominação do distrito de Chacororé. De conformidade com o Decreto-lei estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, e o quadro anexo que fixa a divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, o município de Santo Antônio do Leverger figura com os seguintes distritos: sede, Barão de Melgaço (ex-Chacororé) e Joselândia. A Lei estadual n.º 690, de 12 de dezembro de 1953, cria o município de Barão de Melgaço, com área desmembrada do de Santo Antônio do Leverger, passando êste a figurar, de acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 1 738, de 30 de dezembro de 1953, e o quadro anexo que fixa a nova divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, com os distritos da sede e de Joselândia. Submetido o novo quadro da divisão territorial do Estado à Comissão de Revisão nomeada por ato governamental, ficou evidenciado que o distrito de Joselândia estava compreendido na descrição de limites do município de Barão de Melgaço, sugerindo a Comissão que aquêle distrito deveria pertencer à nova comuna. Pôsto que nenhuma lei posterior viesse regularizar tal anormalidade, continuou o distrito de Joselândia figurando como pertencente ao município de Santo Antônio do Leverger, no quadro anexo à Lei estadual n.º 370, de 30 de julho de 1954, que retifica as leis que modificaram o quadro territorial do Estado. Contradizendo-se frontalmente a lei de criação do município de Barão de Melgaço com o quadro anexo à Lei n.º 370 acima citada, perdeu, *de fato*, o município de Santo Antônio do Leverger o seu distrito de Joselândia, permanecendo atualmente constituído de um único distrito de igual nome, com pequena mutilação em benefício do distrito de Barão de Melgaço. A comarca foi criada por fôrça da Resolução n.º 244, de 30 de março de 1900, instalando-se em 13 de junho do mesmo ano, com sede na freguesia de Santo Antônio do Rio-Abaixo, elevada à categoria de vila. Pela Resolução n.º 315, de 25 de março de 1902, a sede municipal é transferida para a freguesia de Melgaço, elevada à categoria de vila e sede de comarca, enquanto a antiga era rebaixada à freguesia. Com a Resolução n.º 447, de 3 de agôsto de 1906, volta a instalar-se na freguesia de Santo Antônio do Rio-Abaixo a sede municipal, suprimindo-se a comarca, com o conseqüente rebaixamento da vila de Melgaço à categoria de freguesia e elevação daquela à vila, passando a constituir-se têrmo da comarca de Cuiabá. Finalmente é restaurada a comarca de Santo Antônio do Rio Abaixo, com sede na vila do mesmo nome, constituindo seu único têrmo judiciário, pela Lei estadual n.º 549, de 20 de julho de 1910. Segundo as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, Santo Antônio do Rio-Abaixo constitui o têrmo judiciário único da comarca de igual nome. Em face do quadro territorial fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, a comarca de Santo Antônio do Rio-Abaixo e o seu têrmo passaram a denominar-se simplesmente Santo Antônio. O quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, mantém idêntica constituição judiciária, modificando, entretanto, sua toponímia para Leverger (ex-Santo Antônio). A Lei estadual n.º 132, de 30 de setembro de 1948 dá nova denominação à comarca e seu único têrmo, alterando-a para Santo Antônio do Leverger (ex-Leverger). Segundo o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948, da divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1949-1953, Santo Antônio do Leverger figura como único têrmo da comarca de igual nome. Finalmente, de acôrdo com a Lei estadual n.º 370, de 30 de julho de 1954, que retifica as Leis que modificaram o quadro territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de Santo Antônio constitui-se do têrmo de igual nome e do de Barão de Melgaço.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Antônio Ferraz de Oliveira, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Santo Antônio do Leverger está situado na fralda do planalto Cuiabano e no início do pantanal

Posição do município em relação ao Estado e a sua Capital

Mato-grossense, figurando na Zona do Pantanal, segundo classificação Censitária, abrangendo em tôda a sua extensão as duas margens do rio Cuiabá. Limita-se com os municípios de Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande, Cuiabá, Rondonópolis, Itiquira, Corumbá e Barão de Melgaço.

A cidade, localizada à margem esquerda do rio Cuiabá, fica a 20 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 2.º lugar na distância de Cuiabá. São as seguintes suas coordenadas geográficas: 15° 47' 11" de latitude S. e 56° 04' 17" de longitude W.Gr. Os seus pontos extremos estão compreendidos entre 15° 36' 45" e .... 17° 21' 45" de latitude Norte e Sul, respectivamente, e 54° 47' 45" e 56° 10' 15" de longitude Leste e Oeste.

ALTITUDE — Na sede municipal 140 metros, alterando-se suavemente para mais ou para menos, à proporção que se penetra o planalto Cuiabano ou a Zona do Pantanal.

CLIMA — A comuna apresenta o clima característico da área sem relêvo do pantanal Mato-grossense, isto é, tropical úmido. Periòdicamente, de dezembro a março, ocorrem as chuvas abundantes que fazem extravasar o rio Cuiabá e seus tributários, inundando grande parte do município, principalmente os campos de criar.

ÁREA — A área regional é de 12 556 quilômetros quadrados, ocupando o 23.º lugar em relação aos outros municípios e representando 0,96% da área do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Cuiabá, que divide em duas partes o território e atua anualmente como grande recuperador do solo, na época da enchente, depositando húmus em quantidade suficiente para a periódica fertilização das terras de cultura. O território do município, que em parte é constituído de "terra firme" e pantanal, compreende apreciáveis zonas de matas que acompanham os cursos d'água, campos firmes e inundáveis, "bamburros" e cerrados com pastagem. Sangradouros inaproveitáveis, mas cobertos de mata onde abundam madeiras de variedades mais diversas, separam a zona ribeirinha dos campos de criar, em ambas as margens do rio Cuiabá. É cortado ainda pelos rios Aricá-Açu e Aricá-Mirim e vários sangradouros, baías e lagoas de águas perenes. Nos seus limites com o município da capital eleva-se o morro de Santo Antônio, ponto culminante, "trata-se de uma elevação isolada, em forma de "hogback", constituindo um bom exemplo de "monadnock". Formam-no quartzitos, cujas camadas têm a direção N.E.-S.W. e um mergulho de 40° a 45° rumo N.W., caindo suas vertentes de forma abrupta, salvo na direção S.E., onde o declive é mais suave, em patamares".

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre as riquezas naturais existentes, distingue-se o pescado, de extraordinária abundância no rio Cuiabá, no período da sêca, e nos pantanais, quando das periódicas inundações. As variedades mais abundantes e apreciadas são o pacu (do gênero *Prochilodus*) e a piraputanga (*Chaldeus Hilarii*). Ainda no reino animal, matas e campos apresentam espécimes típicos de caça do pantanal, entre elas o veado e o cervo (*Odocoelus suaçuapara*), caititu e porco-do-mato ou queixada (*Tajassu tajassu*), anta (*Tapirus americanus*), capivara (*Hidrochoerus capibara*), perdiz (*Rhinchotus rufescens*), mutum, aracuã, jacutinga, biguá (*Carbo vigua*), tuiuiú (*Jabiru micteria*), baguari (*Ardea cocoe*), marreca, pato-selvagem, etc. No reino vegetal, conta o município com as seguintes variedades principais de madeiras: piúva ou ipê, aroeira (*Ichinus molle*), peroba (*Aspidosperma polyneuron* e *gomerianum*), vinhático (*Platimenia reticulada*), guanandi (*Calophilum brasiliensis*), cambará (*Vernonia pubelula*), angico (*Piptadenea colubrina* e *Pithecolodium gummiferum*), jatobá (*Cassia blanchetti*), etc.; entre as espécies medicinais, merecem ser citadas: quina, caiapiá (*Dorstema reniformis*), genciana (*Lysianthus pendulus*), carijó, arnica (*Chionolaena latifolia*), etc.; das Gomíferas, é digna de realce a mangabeira (*Honcornia speciosa*); entre as Oleaginosas, o babaçu (*Orbiguia martiana*), com grande possibilidade de industrialização. No reino mineral: barro para fabricação de tijolos e telhas, pedra-granito para pavimentação e construção.

POPULAÇÃO — Santo Antônio do Leverger contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 17 800 habitantes, o que lhe dava 1,57 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 9 280 pessoas do sexo masculino e 8 520 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 733 homens e 809 mulheres, num total de 1 542 habitantes; no suburbano, 548 pessoas do sexo masculino e 476 do feminino, totalizando 1 024; e no quadro rural, 15 234 residentes, dos quais 7 999 do sexo masculino e 7 235 do feminino. A zona campestre concorria com 85,60% para a população total do município, superior, portanto à média geral do estado de Mato Grosso, que era 65,9%.

Em relação à côr, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos, 2 369 homens e 2 174 mulheres, num total de 4 543 pessoas; pretos, 1 052 do sexo masculino e 971 do feminino, totalizando 2 023 habitantes; e pardos, 5 830 homens e 5 354 mulheres, ou seja, uma soma de 11 184 habitantes.

Aspecto da Usina Itaicy

Referente ao estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 2 398 homens e 1 725 mulheres, num total de 4 123; casados, 4 574, dos quais 2 300 homens e 2 274 mulheres; desquitados e divorciados, 7 homens e 8 mulheres; e viúvos, 152 homens e 344 mulheres, somando 496 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população compreendia: brasileiros natos, 9 254 homens e 8 514 mulheres, num total de 17 768 habitantes; 1 brasileiro naturalizado; estrangeiros, 25 do sexo masculino e 6 do feminino, num total de 31 pessoas.

No que diz respeito à religião, 8 732 homens e 8 063 mulheres, num total de 16 795, declararam-se católicos apostólicos romanos; 13 habitantes, dos quais 7 homens e 6 mulheres, protestantes; 161 homens e 145 mulheres, totalizando 306 habitantes, manifestaram-se espíritas; 185 homens e 149 mulheres, somando 334 pessoas, professavam outras crenças; sem religião havia 227 pessoas, das quais 128 homens e 99 mulheres; e, finalmente, sem declarar religião, um total de 125 pessoas, sendo 67 homens e 58 mulheres.

Quanto aos distritos, era essa a população recenseada: Santo Antônio do Leverger (sede), 1 068 habitantes na cidade e 4 882 na zona rural; Barão de Melgaço, 433 residentes na vila e 6 648 no campo; Joselândia, 1 065 domiciliados na vila e 3 704 na zona campestre.

Segundo a população, Santo Antônio do Leverger situava-se em 12.º lugar na relação dos municípios mais populosos no Estado, conforme demonstração abaixo:

1 — Campo Grande	57 033
2 — Cuiabá	56 204
3 — Corumbá	38 734
4 — Dourados	22 834
5 — Paranaíba	22 482
6 — Poxoreu	21 720
7 — Aquidauana	21 258
8 — Ponta Porã	19 997
9 — Cáceres	19 262
10 — Três Lagoas	18 803
11 — Guiratinga	18 627
12 — SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	17 800

A diminuta concentração populacional no distrito-sede, que em período anterior ao Censo era maior, deve-se principalmente ao êxodo para Cuiabá e outros centros urbanos de maior atração. A cidade de Santo Antônio do Leverger, com 504 habitantes do sexo masculino e 564 do feminino, colocava-se em 22.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso.

Aglomerações urbanas — Uma única aglomeração urbana existe no município — a cidade —, com a população já descrita. Ambas as margens do rio Cuiabá, entretanto, são intensamente povoadas, graças à secular subdivisão das antigas propriedades.

Aspecto da Usina Aricá

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica local está representada pela cultura e beneficiamento da cana-de-açúcar, vindo em seguida a pecuária e a agricultura, em escala decrescente de importância. Segundo dados de 1956, contava o município com 60 000 bovinos (Cr$ 120 000 000,00), 26 000 eqüinos (Cr$ 39 000 000,00), 30 000 suínos (Cr$ 7 500 000,00), e outros de menor expressão econômica, tendo a pecuária atingido um total de Cr$ 166 750 000,00.

Nesse mesmo ano, a colheita de produtos agrícolas foi a seguinte: cana-de-açúcar, 59 300 toneladas, no valor de Cr$ 8 895 000,00; mandioca, 828 toneladas, avaliadas em Cr$ 1 124 000,00; arroz, 216 000 quilogramas, correspondendo a Cr$ 708 000,00; milho, 330 toneladas, avaliadas em Cr$ 550 000,00; banana, 12 000 cachos, expressos por Cr$ 291 000,00; fumo em fôlha, 500 arrôbas, no valor de Cr$ 240 000,00; manga, 300 000 frutos, equivalendo a .... Cr$ 150 000,00; e outras culturas que totalizaram .... Cr$ 521 300,00. O valor total da agricultura de Santo Antônio do Leverger atingiu Cr$ 12 479 300,00.

O Registro Industrial de 1955 arrolou 25 estabelecimentos industriais, que declararam uma produção global de Cr$ 14 075 000,00, sobressaindo a de produtos alimentares e bebidas à base de cana-de-açúcar, com .... Cr$ 13 756 000,00. Com exceção dos produtos da cana-de-açúcar, que na sua totalidade são destinados ao comércio de Cuiabá, o município nada exporta.

A pesca é indústria expressiva. Segundo dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, a produção foi de 147 toneladas, no valor de Cr$ 609 000 000,00. Há apreciável produção de azeite de peixe para fins alimentares. Seu volume, porém, não é conhecido, por se tratar de atividade a que todos os habitantes se dedicam em limitado período, a fim de atender ao consumo próprio.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio está representado no município por 57 estabelecimentos, dos quais 36 varejistas, situados na sede, que se abastecem, na sua maioria, na praça de Cuiabá. Quanto a bancos e outras casas de crédito, não há o que registrar.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São os seguintes os meios de transportes do município com as comunas vizinhas:

1 — Barão de Melgaço — fluvial, 72 quilômetros

2 — Nossa Senhora do Livramento — rodoviário, via Cuiabá — 86 quilômetros

3 — Várzea Grande — rodoviário, via Cuiabá — 43 quilômetros

4 — Rondonópolis — rodoviário — 305 quilômetros

5 —Itiquira — rodoviário, via Rondonópolis — 473 quilômetros

6 — CUIABÁ — rodoviário, 38 quilômetros ou fluvial — 50 quilômetros.

Ainda é servido pelas seguintes emprêsas de navegação fluvial: Miguéis & Cia. Ltda; Serviço Nacional da Bacia do Prata; Scaff, Gatass & Cia.; e Alfredo Carlos Damas-

ceno. Dispõe de uma organização de transporte rodoviário para passageiros, na linha Santo Antônio do Leverger — Cuiabá, operando diàriamente.

Em 31-12-1956, a Prefeitura mantinha registrados 15 caminhões.

Conta com uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e de um aparelho telefônico ligado à rêde que serve à capital do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santo Antônio do Leverger, cuja população era de 1 068 habitantes em 1950, possuía, em 1954, de acôrdo com o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 30 logradouros, dos quais nenhum pavimentado, arborizado ou ajardinado; 300 prédios nas zonas urbana e suburbana, 15 logradouros servidos por iluminação pública e 154 focos, 15 com iluminação domiciliária, somando 70 o número de ligações. Quanto a serviços de abastecimento d'água e esgotos, a cidade não os possuía. Os edifícios mais importantes são: Prefeitura Municipal, Grupo Escolar e Igreja Paroquial.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população na capital do Estado; não há nenhuma farmácia na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, havia no município 14 609 pessoas pertencentes ao grupo de idade de 5 anos e mais, das quais 7 662 eram homens e 6 947, mulheres. Dêsse total, 4 434 (2 696 homens e 1 738 mulheres) sabiam ler e escrever e 10 175 (4 966 homens e 5 209 mulheres) eram analfabetas. A percentagem dos alfabetizados, em relação a êsse grupo de idades, correspondia, então, a 30,30% e a 24,90% referente à população total da província. Quanto ao distrito-sede cuja população recenseada foi de 892 pessoas pertencentes ao mesmo grupo de idades, 493 (246 homens e 247 mulheres) sabiam ler e escrever e 399 (173 homens e 226 mulheres) eram analfabetas.

Ensino — De acôrdo com o movimento das unidades escolares de ensino primário geral, no primeiro mês letivo de 1956, funcionaram no município 17 estabelecimentos mantidos pelo Estado e 1 pelo município, acusando matrícula total de 780 alunos, dos quais 759 nas escolas do Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apenas um clube esportivo futebolístico existe na sede, o qual disputa com outras entidades da metrópole o campeonato intermunicipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	657	730	138	44	44
1951	717	1 172	628	138	628
1952	1 117	1 230	549	124	549
1953	2 401	906	940	146	940
1954	2 507	1 217	632	94	632
1955	1 850	1 520	687	107	665
1956	1 686	1 574	1 005	193	815

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São de caráter religioso as principais manifestações populares, distinguindo-se as festas de Santa Cruz, São João, Senhor Divino e Santo Antônio (padroeiro do município). Todos êsses festejos têm caráter apenas local e são realizados na sede.

No que diz respeito à religião, a totalidade do povo diz-se católica, mas de um catolicismo rudimentar e eivado de superstições; embora tementes a Deus e aos seus castigos, os homens zombam dos padres. As mulheres, entretanto, recebem-no com manifesto respeito. As práticas religiosas, porém, fogem em regra às da Igreja Católica. Possuem rezas próprias e ladainhas sempre cantadas para cada oportunidade, que são "puxadas" pelos "rezadores" e respondidas pela assistência. As festividades religiosas terminam sempre com o "siriri" e o "cururu", ou "função", aqui também já sem o sabor dos antigos tempos, quando eram desconhecidas as danças de salão. O "siriri" é dançado ao som de violas, "ganzás" ou "caracaxás", tamborins e canto. Formam-se duas alas frente a frente — homens em uma, mulheres em outra —, que se juntam e se afastam, batendo palmas aos pares e executando sapateados e meneios, algumas vêzes graciosos. Vez por outra, juntam-se os pares pelas mãos, executando passos caprichosos pela sala e voltando em seguida aos seus lugares. Os "tiradores" são os violeiros que, cantando os versos da "deixa", esperam que os bailarinos respondam. Cada "fornada" ou ato tanto pode durar 15 minutos como duas horas, e a isso se prestam todos com entusiasmo.

O "cururu" é competição apenas de homens. Formados em roda, cada um empunhando seus instrumentos, giram nos dois sentidos por tempo interminável, executando sapateados e cantando, sempre a duas vozes — "por riba" e "por baixo" — as toadas geralmente cheias de tristeza e de queixas da "mulher tirana ou ingrata". Serve esta dança também para desafios e competição de agilidade nos sapateados. Geralmente, as festas são abundantemente acompanhadas de liberação de aguardente da terra. O primitivismo das habitações foi aqui um tanto modificado. Em muitas casas o piso já é revestido de tijolos cozidos e o teto coberto

Grupo Escolar Major Otávio Pitaluga

de telha. As paredes, não raro, são levantadas de "adobos", que é o barro afeiçoado em bloco retangular e secado ao sol. Geralmente, uma casa é constituída de 3 peças corridas: sala, alcova e dispensa, tôdas empregadas como dormitório. A cozinha, via de regra, é uma pequena construção à parte, servindo, também, de depósito de gêneros e chôco das galinhas.

Várias "abusões" ou crendices caracterizam os habitantes dêste município. Assim que entre os ribeirinhos é arraigada a crença do "minhocão" — enorme serpente que vez por outra desloca-se dos "poções" formados no leito do rio, levantando ondas gigantescas e emborcando embarcações; o "negrinho d'água" — espécie de saci aquático que se agarra ao anzol do pescador noturno, sòmente soltando-o após penosa luta, quando já suspenso à borda da canoa; a criança morta sem batismo faz-se ouvir à noite em lamentoso chôro. Entre a população do campo, é crença (muitos viram-lhe o rastro; outros, o próprio) existir o "pé-de-garrafa", animal fabuloso, metade homem, metade bicho, de uma só perna terminada em pé semelhante ao fundo de garrafa, que com seus gritos paralisa o movimento de aves e afugenta espavoridos os animais, mesmo a onça-pintada, que se afasta aos resmungos; o fogo fátuo é o "boitatá", sempre causador de pânico entre os retardatários campeiros. A criança morta sem batismo é enterrada à porteira dos currais, o mesmo destino tendo os natimortos e a placenta das respectivas mães. Para as crianças nestas condições, o piso do gado serve-lhes de batismo.

Para a cura de bicheira do gado ou a picada de cobra, é ainda usado, por alguns, a "benzeção". E, aqui, o depoimento é de quem redige estas notas, que por anos participou da vida campeira do município: a benzedura, por incrível que pareça, produz efeito de cura! Um cavalo comprovadamente atacado por cascavel e já em adiantado envenenamento, foi curado, embora conservando defeito orgânico permanente, após benzido duas vêzes simultâneas. Animais atacados de "bicheiras", teve o autor oportunidade de ver curados inúmeras vêzes, sob rigoroso contrôle de sua fiscalização. A benzedura se faz tanto à distância como em presença do animal. No primeiro caso, basta que se oriente o benzedor para os lados do pasto ou "rodeio", onde possìvelmente se encontra o animal atacado, procedendo-se, então, o exorcismo. O benzedor se acocora, apanha dois talos de capim, de preferência bem tenros, cruza-os, levando-os aos dentes, murmurando a reza. Ao levantar-se joga para trás, por cima da cabeça, os dois talos cruzados. Em presença do animal, pode-se benzer pelo rastro ou à simples vista. Neste caso, em nada difere o ritual do já descrito; pelo rastro, toma-se de uma faca, remove-se o rastro do animal num bloco de terra, coloca-se no lugar os dois talos de capim, cobrindo-se em seguida com o bloco onde existe sinal do casco, para baixo ao mesmo tempo que são pronunciadas as palavras da "reza", em surdina. Incrível ou não, sua eficácia tem sido inúmeras vêzes comprovada.

Aspecto parcial de uma praia de banho, formada pelo rio Cuiabá

Tanto a população ribeirinha como a do "campo-fora" usam ainda o "muxirum", congregamento dos vizinhos para desempenho gratuito de determinada tarefa, limpeza de culturas, derrubada, colheitas, ou então ferra do gado. Enquanto os primeiros trabalhos ocorrem geralmente nos meses de junho a agôsto, a ferra do gado se verifica após as primeiras chuvas.

VULTO ILUSTRE — Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon — uma das mais ilustres personagens brasileiras, de projeção internacional, nascido na povoação de Mimoso a 5 de maio de 1865. Indicado para o Prêmio Nobel da Paz de 1957, pelas suas grandes qualidades de civilizador dos sertões e defensor dos indígenas.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Dá-se ao natural da região o nome de santantoniense ou popularmente o de "papa-abóbora".

O município é sede da comarca de Santo Antônio do Leverger, subordinando o têrmo de igual nome e o de Barão de Melgaço. Em 31 de dezembro de 1956 possuía 2 684 eleitores.

No lugar denominado "Água Quente", cujo acesso se faz por Cuiabá, através de ótima rodovia, estão localizadas as águas termais do "Paulista". Evidenciadas as suas propriedades ràdioativas, benéficas principalmente na cura de várias espécies de reumatismo, foram ali construídos pelo Govêrno do Estado um hotel, uma piscina e obras de proteção aos mananciais de ditas águas, tornando-se estação de repouso e cura grandemente procurada.

No "Biguàzal", situado à margem direita do rio Cuiabá em terras pertencentes à antiga usina São Miguel, 24 quilômetros distante da sede municipal, encontra-se o maior viveiro conhecido de biguás ou corvos-marinhos (*Carbo vigua*, Vieill), ave da família dos Carbonídeos, que certamente constituiria centro de atração turística de importância. São milhões de aves que, construindo seus ninhos nas árvores de extensa zona inundada, ali criam seus filhos nos meses de abril a junho. Sua alimentação é exclusivamente de peixes.

Há igualmente, no município, viveiros de garças (*Casmerodius albus egretta*), que em certa época, pela grande procura e valorização de suas penas, teve a espécie quase extinta. O seu habitat predileto são as lagoas e campos inundáveis, onde se misturam aos milhares com outras espécies pernaltas típicas do pantanal.

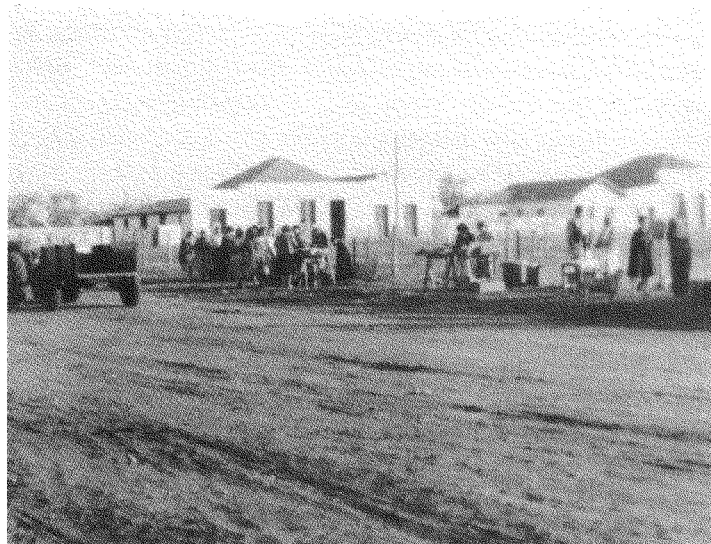
No setor de energia elétrica, não possui a comuna um único manancial aproveitável, sendo os seus rios de pequena inclinação e de nenhum acidente que possibilite a captação.

SIDROLÂNDIA — MT

Mapa Municipal na pág. 221 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — A região do Vacaria, da qual parte é hoje ocupada pelo próspero município de Sidrolândia, é conhecida desde remotas épocas, ainda quando, nos primórdios do século XVII, o bravo bandeirante, Raposo Tavares, rompendo as barreiras instituídas pelo Tratado de Tordesilhas, devassou a região do Cuiabá e adjacências expulsando os jesuítas que ali mantinham reduções. Daí José de Melo e Silva, no seu trabalho "Os primeiros povoadores do sul de Mato Grosso", afirmar ser o mineiro Gabriel Francisco Lopes "o descobridor dos campos e dos gados da Vacaria (cêrca de 60 vacas e 1 touro deixados pelos padres jesuítas)". Presume-se que dessa descoberta provém o nome da região e do rio Vacaria.

Gabriel Lopes, irmão de Joaquim e José Francisco Lopes (mais tarde o Guia Lopes), trouxe o seu sogro Antônio Gonçalves Barbosa, acompanhado por seu irmão Inocêncio Barbosa, os quais, em meados do século XIX, fundaram às margens dos rios Vacaria e Anhanduí as primeiras fazendas de gado, que mais tarde determinariam a evolução daquelas regiões. Graças à abundância do pasto nativo, de boa qualidade, e à fertilidade do solo, suas fazendas prosperaram com rapidez, fato que atraiu novos moradores, que ali se estabeleceram como fazendeiros, dedicando-se especialmente à criação de gado. Em 1845, segundo consta do relatório do coronel Henrique Rohan, ao Govêrno da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, Vacaria — denominação genérica antigamente dada às terras banhadas pelos rios Anhanduí e Vacaria — contava já com uma população de mais de cem habitantes. Os dois rios acima citados banham as partes leste e sueste no município de Sidrolândia, que teve os seus primeiros povoadores representados por membros da família Barbosa, os quais, partindo da então já florescente Vacaria, iniciaram o povoamento de outras regiões do sul de Mato Grosso, fundando novos núcleos populacionais, fazendas de gado, etc. Se a parte sul do município teve como seus primeiros habitantes os mineiros, foram ainda os montanheses que rumaram para o norte de Sidrolândia, iniciando o seu povoamento nas mesmas condições já referidas. Entretanto, os fundamentos da próspera cidade que hoje é Sidrolândia foram fincados por Vicente de Brito, tronco da família Brito, a mais numerosa atualmente no município, e José Pereira Martins, no ano de 1870, após a guerra do Paraguai, que vieram fundar suas fazendas de gado naquelas paragens, tendo mais tarde, talvez quando passados dois anos, o cuiabano Hermenegildo Alves Pereira, que ali chegara com a mesma intenção, fundado a fazenda "Ponto Alto". Dos filhos de Vicente de Brito, distinguiu-se Porfírio de Brito, que fundou mais quatro fazendas e empregou todos os esforços no sentido de evitar a dispersão dos seus descendentes. Uma das filhas de Porfírio desposou Sidrônio Antunes de Andrade, catarinense de Lajes. Mais tarde, em conseqüência do falecimento de sua espôsa, Sidrônio, em 1926, resolveu lotear a parte da fazenda São Bento, que lhe coube por herança, só concretizando a idéia em 1942, quando colocou à venda os lotes de há muito demarcados, dando-lhe a denominação de Sidrolândia. A partir daquele ano — 1942 —, o desenvolvimento de Sidrolândia foi rápido, aparecendo logo várias construções residenciais e casas de comércio. Com a construção do ramal ferroviário Campo Grande-Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, concretizou-se o progresso de Sidrolândia.

Vista parcial da cidade

Aspecto de uma feira semanal

A estação telegráfica e ferroviária da NOB que se localizou na então povoação de Sidrolândia, foi inaugurada a 25 de abril de 1944, com a denominação de Estação de Anhanduí.

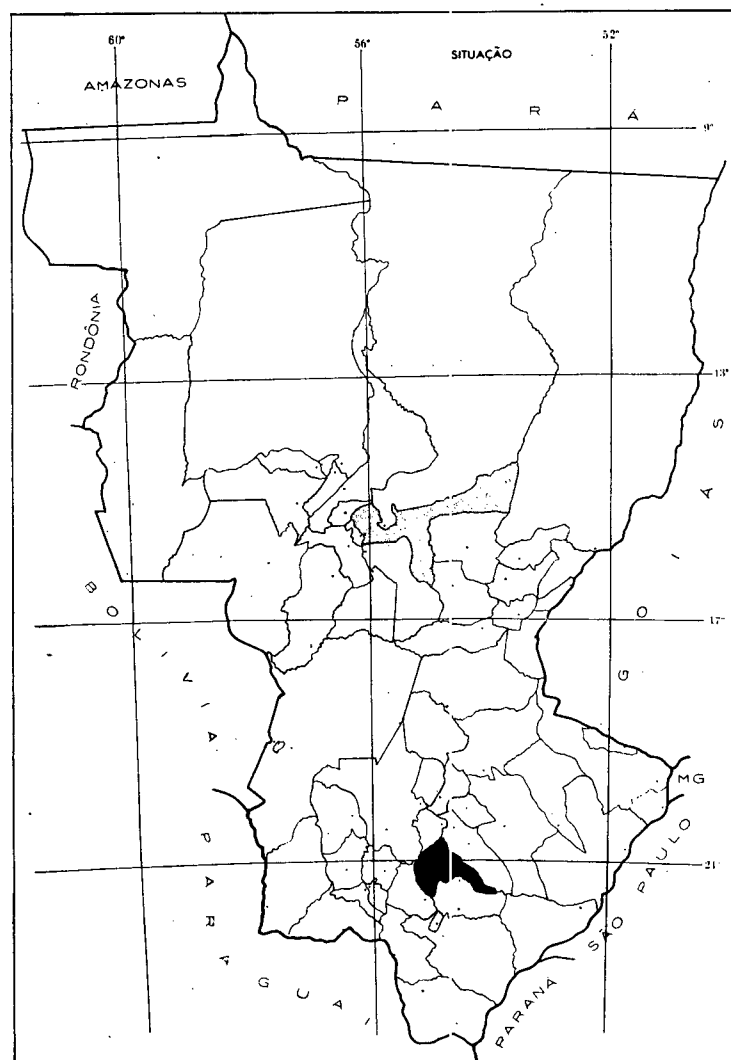
Firmou-se de tal modo o desenvolvimento daquela localidade que, pela Lei n.º 207, do Govêrno do Estado, foi elevada à categoria de distrito, em 1.º de fevereiro de 1948, pertencente ao município de Campo Grande. O Senhor Lucas do Valle, nomeado Escrivão de Paz, instalou o cartório a 19 de março de 1949, sendo o primeiro juiz de paz, o Senhor Abilio dos Santos, mais tarde substituído por Epaminondas Rodrigues Brum. Como distrito continuou o surpreendente progresso do novo núcleo humano, tanto assim que, em 1953, a Lei 684, de 11 de dezembro, elevou-o à categoria de município, recebendo foros de cidade por fôrça da mesma Lei. O município de Sidrolândia foi criado com a mesma área que compreendia o distrito de igual nome, limites êsses que foram retificados pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, publicada no Diário Oficial do Estado de 13 de agôsto do mesmo ano, no que concerne ao município de Terenos.

A nova comuna foi instalada a 31 de janeiro de 1954, pelo Dr. Vicente João Maurano, juiz de direito da 2.ª Vara

da comarca de Campo Grande, que tomou o compromisso do até então juiz de paz, Senhor Epaminondas Rodrigues Brum, que, por fôrça de lei, veio a ser o seu primeiro Prefeito municipal.

A 31 de janeiro de 1955, instalou-se a primeira Câmara Municipal, formada pelos vereadores: Juvinisio Faustino Silveira (Presidente), Domingos Alves Nantes, Moacir Pereira Brito, Portinho Frederico Pache e Laor Dias Ferreira, que, na mesma data, deu posse ao novo Prefeito, Senhor Gumercindo Pereira de Sousa, eleitos a 3 de outubro de 1954.

Como têrmo da Comarca de Campo Grande, conta o município com um juiz de paz e dois suplentes, um escrivão de paz e oficial do Registro Civil e um promotor "ad hoc", além de uma Delegacia de Polícia com um destacamento policial.

LOCALIZAÇÃO — Situado na região sul do Estado, o município de Sidrolândia pertence à Zona Fisiográfica de Campo Grande, localizando-se no planalto da serra de Maracaju, entre os rios Anhanduí e Brilhante, que servem de limite nordeste e sudeste respectivamente, banhado pelo rio

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vacaria e por numerosos ribeirões pertencentes à bacia do Paraná e por algumas poucas cabeceiras que contribuem para a bacia do Paraguai. A região está enquadrada entre os seguintes pontos extremos: latitude N. 20° 40' 30" e S. 21° 37' 15"; longitude L. 53° 45' 30" e O. 55° 22' 15". Limita-se com os municípios de Campo Grande, Maracaju, Rio Brilhante e Terenos. Na sua parte noroeste, a cidade encontra-se exatamente no espigão divisor das águas do Paraná e Paraguai, junto ao leito da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Ramal de Ponta Porã, cuja estação — anteriormente Anhanduí e que hoje obedece ao mesmo topônimo — localiza-se no quilômetro 980 da mesma ferrovia, partindo de Bauru, e a 67 quilômetros do entroncamento, distando 86 quilômetros da cidade de Campo Grande.

ALTITUDE — A cidade de Sidrolândia encontra-se a 484 metros de altitude, classificando-se em 11.° lugar em relação às demais cidades do Estado, enquanto que, ao longo da estrada de ferro, a altitude do município apresenta as variações seguintes: estação de Guavira — 487 metros; passagem da Pedreira — 537 metros; estação de Bolicho — 571 metros; Piúva — 449 metros; Piqui — 558 metros e Brilhante — 397 metros.

CLIMA — Sidrolândia apresenta um clima comum à Zona de Campo Grande, classificado como sendo do tipo tropical úmido. Pela identidade das variações climatológicas e pluviométricas, pode-se-lhe atribuir aproximadamente as mesmas observadas pelo Pôsto Metereológico de Campo Grande. As épocas normais de chuvas ocorrem entre os meses de setembro a março, com maior precipitação de dezembro a fevereiro, verificando-se, quase sempre, chuvas esparsas no decorrer dos demais meses.

ÁREA — Quanto à área compreendida pelo município de Sidrolândia, observa-se uma divergência entre os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística ...... (2 874 km^2) e pelo Conselho Nacional de Geografia ...... (6 113 km^2). Considerando os informes do D. E. E., o município corresponde a 0,22% da área total do Estado, classificando-se em 49.° lugar em relação às demais comunas de Mato Grosso, enquanto que a área fornecida pelo C.N.G. corresponde a 0,50% da área do Estado, melhorando a sua classificação para o 35.° lugar, parecendo ser a última a mais acertada.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A extensão territorial da região que, na maior parte, é formada por campos limpos com ricas pastagens naturais, apresenta como acidentes geográficos apenas os inúmeros córregos, ribeirões e rios que correm geralmente na direção sueste, por depressões, de tal modo disfarçadas, por vêzes não observadas pelo espectador que, de um modo quase geral, pode estender a sua visão ao horizonte, sem que qualquer acidente o impeça. Entre aquêles, são considerados principais: os rios Anhanduí, Brilhante e Vacaria, e os ribeirões Lajeado, Santa Luzia, São Bento, Serrote e Passa Tempo, pertencentes à bacia do Paraná, e o Buriti e Canastrão, à bacia do Paraguai.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, as 5 olarias que se ocuparam na fabricação de tijolos para construção, em 1956, extraíram 1 700 m^3 de barro, no valor estimado em 204 mil cruzeiros, e em uma pedreira, que é explorada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, foram, no mesmo ano, britadas 1 800 toneladas de pedras.

No vegetal constituem uma das maiores riquezas do município as suas pastagens naturais em campos limpos, ocupando grande parte dos afamados campos de Vacaria, no oeste do planalto Sul-mato-grossense. Já foi desenvolvi-

da a extração de lenha e de dormentes para uso da NOB; atualmente, êsses produtos estão sendo importados de outras comunas. É bastante reduzida a sua reserva florestal, constituída quase que exclusivamente de "matas de c'roa" (expressão regional), já estudadas por M. A. de Lima e por E. Kuhlmann.

Rua São Paulo onde se localiza a Prefeitura Municipal

Com relação ao reino animal, econômicamente são inexpressivas suas riquezas naturais, existindo em quantidade perdizes e codornas, aves da família dos Tinamídeos, habitantes dos seus imensos campos.

POPULAÇÃO — O Censo Demográfico do Recenseamento Geral do Brasil de 1950 apurou que a população presente no distrito de Sidrolândia, então pertencente ao município de Campo Grande, era de 2 949 pessoas do sexo masculino e 2 445 do feminino, totalizando 5 394 habitantes, concorrendo com uma percentagem de 9,45% para o total da população daquele município, a que pertencia. Os habitantes do então distrito de Sidrolândia, segundo o sexo e a situação do domicílio, estavam distribuídos da seguinte maneira: 230 homens e 218 mulheres, somando 448 pessoas no quadro urbano; 156 representantes do sexo masculino e 134 do feminino, totalizando 290 pessoas no quadro suburbano, e 2 563 homens e 2 093 mulheres, num total de 4 656 habitantes, encontravam-se no quadro rural. Como se verifica, a maior parte da população recenseada em Sidrolândia localizava-se no quadro rural, ou seja, 86,3%, superando assim a média da população rural de Mato Grosso, que era de 65,9%. Em densidade demográfica, estava o distrito acima do de Terenos e abaixo dos distritos de Campo Grande e Jaraguari. No confronto do efetivo de homens e mulheres, observou-se maior presença de homens, correspondendo a 54,7% do total (2 949 homens e 2 445 mulheres).

Aglomerações Urbanas — Segundo informação da Agência Municipal de Estatística, além da cidade de Sidrolândia, com aproximadamente 1 500 habitantes, pode ser incluída a localidade de Capão Sêco, onde se agrupam 96 moradias com cêrca de 500 pessoas não havendo outra localidade que se possa caracterizar como aglomeração urbana.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Sidrolândia é essencialmente pecuarista, apesar de ter também, na agricultura, um regular esteio econômico. Segundo estimativas levantadas pela Agência Municipal de Estatística e destinadas ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, os rebanhos de Sidrolândia — em 1956 — estavam avaliados em mais de 423 milhões de cruzeiros, representados por 155 mil bovinos, no valor de 372 milhões de cruzeiros; 9 000 eqüinos, correspondendo a mais de 13 milhões de cruzeiros; 4 600 muares, estimados em 28 milhões de cruzeiros; 8 000 suínos, equivalendo a mais de 7 500 mil cruzeiros; e 5 000 ovinos, 200 caprinos e 20 asininos, somando 3 milhões de cruzeiros. A produção de leite foi calculada em 1 400 mil litros, em maior parte aproveitado na indústria de laticínios que, em 1956, apresentou um volume expresso por 26 toneladas de queijo e 7 000 quilogramas de manteiga, no valor de 992 mil cruzeiros.

A produção total da agricultura de Sidrolândia, em 1956, atingiu mais de 24 900 mil cruzeiros, sendo o arroz a sua principal cultura, que apresentou 2 100 toneladas no valor de 11 200 mil cruzeiros, seguida pela de milho com 1 170 mil quilogramas, equivalentes a 3 300 mil cruzeiros; a mandioca, com 1 708 toneladas, expressas por 2 400 mil cruzeiros; a cana-de-açúcar, com 5 250 toneladas, no valor de 2 800 mil cruzeiros; o feijão, com 158 toneladas, correspondendo a 1 400 mil cruzeiros; a erva-mate, com 175 toneladas, estimadas em 875 mil cruzeiros e outros com menor percentagem na produção. O café, cuja cultura já se vem fazendo respeitada no município, teve a sua colheita grandemente prejudicada pelas pesadas chuvas, quando atingiu apenas a 7 200 quilogramas correspondentes a 10% aproximadamente da colheita esperada.

A cultura da cana-de-açúcar concorreu para uma produção de 35 toneladas de rapadura e 1 200 quilogramas de açúcar, no valor de 360 mil cruzeiros.

Vista do Parque Ferroviário

Industrialmente, Sidrolândia ainda não atingiu à maturidade. Segundo é revelado pela apuração industrial de 1955, realizada pelo Departamento Estadual de Estatística, apresentou-se com 29 estabelecimentos, sendo 1 de transformação de minerais não metálicos, 1 de indústria de madeira e 25 de produtos alimentares, com uma produção total de 2 400 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — O município de Sidrolândia conta com mais de 50 estabelecimentos comerciais; dêstes, 5 atacadistas e 26 varejistas encontram-se localizados na cidade. O comércio local mantém intercâmbio mais estrei-

to com a cidade de Campo Grande, onde são realizadas as suas transações bancárias, visto não contar ainda com estabelecimentos de crédito. Os seus produtos são exportados para Campo Grande, Maracaju e cidades paulistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O ramal Ponta Porã da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil cortando o município na direção norte-sul, mantém na sua área as estações de Bolicho, Sidrolândia, Piúva, Piqui e Brilhante, além da parada da Pedreira, próxima à estação de Bolicho. No mesmo sentido é cortado, também, pela antiga rodovia Campo Grande—Maracaju—Ponta Porã, que, na sua área, se bifurca para: a) Rio Brilhante saindo da localidade denominada Bolicho Sêco e passando pela povoação da Capão Sêco; b) Nioaque e Aquidauana, partindo da cidade e passando pela fazenda "Canta Galo". Os rios de Sidrolândia não são próprios à navegação. Conta o território municipal com dois bons campos de pouso na cidade e 7 pelo interior.

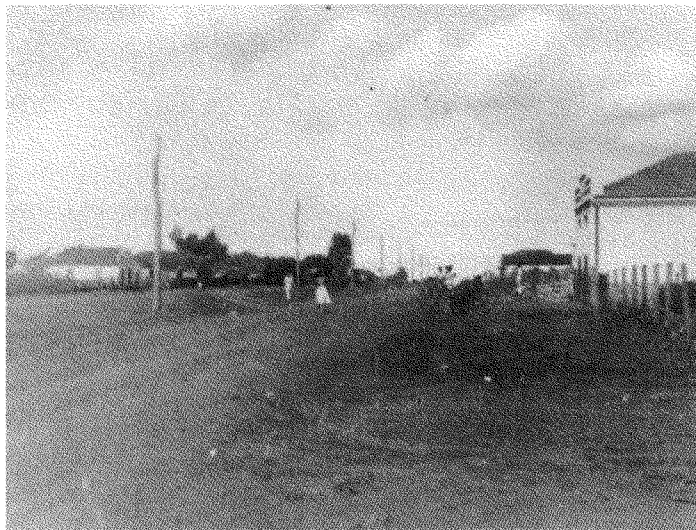
Liga-se com as cidades vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transportes:

1 — Aquidauana — I) ferroviário, via Campo Grande, 230 quilômetros; II) rodoviário — a) via Nioaque, 212 quilômetros; b) via São Pedro, 157 quilômetros;

2 — Campo Grande — I) ferroviário, 86 quilômetros; II) rodoviário, 78 quilômetros;

3 — Maracaju — I) ferroviário, 87 quilômetros; II) rodoviário, 78 quilômetros;

4 — Rio Brilhante — rodoviário, 136 quilômetros;

5 — CAPITAL DO ESTADO — I) rodoviário, 928 quilômetros, via Campo Grande; II) misto — a) até Campo Grande, pelos meios já descritos; b) aéreo, 768 quilômetros.

Avenida Noroeste, principal artéria da cidade

A cidade é servida por uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo, na parte telegráfica, atendida pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que mantém êsse serviço, subsidiàriamente, em tôdas as suas estações.

ASPECTOS URBANOS — Sidrolândia, de conformidade com elementos do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativos a "Melhoramentos Urbanos em 1954", contava com 9 logradouros públicos, dos quais 2 arborizados; e 238 prédios, o que possibilitou estimar sua população no referido ano em cêrca de 1 200 habitantes. Apenas os principais logradouros eram encascalhados.

O serviço de iluminação pública é mantido por um conjunto dísel, da Prefeitura Municipal, contando ainda com 47 ligações domiciliárias.

Consta do plano administrativo atual efetuar a instalação do serviço d'água canalizada, abastecido por poço semi-artesiano.

Os edifícios mais importantes são: Grupo Escolar Coronel Porfírio de Britto — municipal, Grupo Escolar Doutor Ary Coêlho de Oliveira — estadual, Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Capela de Nossa Senhora da Abadia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência sanitária é prestada à população, por um dentista e um farmacêutico, sendo que, com periodicidade irregular, a cidade é visitada pelo Serviço de Assistência Rural do Pôsto Médico de Campo Grande.

Praça Coronel Porfirio de Brito

Acha-se em construção o Hospital Beneficente D. Elmiria Silvério Barbosa, importante empreendimento de iniciativa particular, com administração da Prefeitura Municipal. A denominação do hospital é uma homenagem do seu primeiro benfeitor fazendeiro Silvério Barbosa, a sua espôsa. Radicado no município, destinou-lhe o donativo inicial de um milhão de cruzeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município não possui ainda serviço de assistência social ou de cooperativismo; no entanto, os servidores da Estrada de Ferro são associados da Cooperativa dos Ferroviários da NOB, servindo-se da sua filial de Campo Grande.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência no município de 5 394 pessoas, de cujo total, 2 949 eram homens e 2 445 mulheres. No distrito-sede, das 738 pessoas de 5 anos e mais, 394 sabiam ler e escrever, sendo 221 homens e 173 mulheres; e 221 eram analfabetas, sendo 105 do sexo masculino e 116 do feminino.

Ensino — Segundo apuração efetuada pelo Departamento Estadual de Estatística, no primeiro mês letivo de 1956 fun-

cionavam no município 7 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com 430 alunos matriculados. Dêsses estabelecimentos, 2 eram mantidos pelo Estado e 5 pelo município, sendo que 2 grupos escolares se localizavam na cidade e 5 escolas isoladas no interior.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Com atividades esportivas e recreativas, funciona na cidade o Esporte Clube Sidrolândia, com 120 sócios. Existem dois cinemas: o São Bento, com 160 cadeiras, apresentando 4 sessões por semana, e o Ouro Verde, com 135 cadeiras e 2 sessões semanais, estando êste paralisado temporàriamente.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 (primeiro ano de autonomia administrativa do município) a 1956, as finanças públicas apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	711	...	...	(2) ...
1955	—	1 441	1 182	199	1 097
1956	—	1 206	1 163	241	1 165

(1) Não há órgão de Arrecadação Federal. — (2) O município foi instalado em 1954, porém a Prefeitura Municipal não contabilizou suas finanças naquele ano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A cidade tem como padroeira Nossa Senhora da Abadia, que é festejada no mês de agôsto; porém, a maior manifestação religiosa é dedicada a São João Batista, no mês de junho.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As grandes fazendas de criação e a beleza natural dos Campos de Vacaria podem constituir atrações turísticas locais.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Os habitantes do lugar recebem o nome de "sidrolandenses".

Sidrolândia, topônimo que foi dado à povoação, mais tarde oficializada como distrito (Decreto n.º 207, de 1.º de fevereiro de 1948) e ùltimamente como município (Lei n.º 684, de 11-12-1953), é uma homenagem ao seu fundador — Sidrônio Antunes de Andrade.

Sidrolândia é têrmo da comarca de Campo Grande, constando de um único distrito judiciário — de igual designação; conta com um juiz de paz e dois suplentes, um escrivão de paz e oficial do Registro Civil. Pertence à 8.ª Zona Eleitoral com sede em Campo Grande, cujo órgão informou que, no último pleito, estavam inscritos no município 2 161 eleitores. Além da estrada de ferro, duas jardineiras ligam Sidrolândia a Campo Grande, diàriamente, com linhas regulares. Em 1956, contava a província com 20 automóveis, 4 jipes, 9 caminhões, 18 camionetas, 10 tratores, 3 charretes, 10 carroças, 11 carretas, duas motocicletas e 40 bicicletas registrados na Prefeitura Municipal. Existem, na cidade, 3 pensões, com capacidade para 30 hóspedes. Compreendendo a área do município de Sidrolândia, foi, em 1956, criada a Paróquia sob a invocação de Nossa Senhora da Abadia, subordinada à Diocese de Corumbá. Instalada em 1956, funciona regularmente a Congregação Batista de Sidrolândia.

TERENOS — MT

Mapa Municipal na pág. 223 do 2.º Vol.
Foto: pág. 231 do Vol. II

HISTÓRICO — A denominação do município provém da estação ferroviária de Terenos, cujo nome se relaciona com o da tribo indígena "Terenos" que, até o século passado, tinha o domínio de grande parte da região atravessada pelas linhas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, a 6 de setembro de 1914, inaugurou aquela estação ferroviária e telegráfica, sem prever ainda que ali seria a sede de um importante e próspero município. O Govêrno Estadual, em contrato lavrado a 15 de julho de 1920, concedeu à Sociedade Territorial Sul Brasileira — H. Hacker & Cia. —, emprêsa alemã, uma área de terras nessa região, para introduzir e localizar imigrantes. O Decreto n.º 532, de 28 de outubro de 1920, reservou, a requerimento de H. Hacker & Cia., para estabelecimento de núcleos coloniais, tôdas as terras devolutas que existissem ao norte da faixa marginal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir do quilômetro 918 e entre limites que a lei descreve. A fim de dar cumprimento ao contrato, H. Hacker & Cia. mandou demarcar lotes para colonização, na zona próxima à estação ferroviária de Terenos, para cujo local chegou a encaminhar duas famílias européias, das quais, apenas uma se fixou na localidade (a do austríaco Gustavo Pelz, em companhia de seus pais, espôsa e 3 filhos menores, procedentes do estado do Paraná, em 1920). Gustavo Pelz é hoje tronco de numerosa família que muito contribui para o desenvolvimento econômico da comuna.

Naturalmente, por falta de cumprimento às cláusulas contratuais, o Decreto n.º 659, de 27 de fevereiro de 1924, declarou sem efeito o contrato lavrado a 15 de julho de 1920, prescrevendo assim a concessão à Sociedade Territorial Sul Brasileira — H. Hacker & Cia., sendo, ato contínuo, criada em convênio com a municipalidade de Campo Grande a Colônia Agrícola de Terenos, que foi instalada a 8 de maio de 1924, quando, então Presidente do Estado o Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa. Completado o loteamento das terras até a linha de limite com a fazenda da viúva D. Ana Lemos, foi reservado para o Patrimônio de Terenos o lote número 1, onde se achava a estação ferroviária.

O Decreto n.º 170, de 8 de junho de 1932, determina que a colonização de Terenos fique sob a administração e custeio da municipalidade de Campo Grande, por intermédio da qual se deverão requerer à Diretoria de Terras os lotes da área para êsse fim reservada. O Decreto n.º 343, de 12 de março de 1934, manda expedir, em nome do município de Campo Grande, o título de propriedade da área reservada para a Colônia de Terenos, e determina que o município expedirá gratuitamente os títulos de domínio aos colonos, observando os artigos 57 e 68 do Decreto número 885, de 1929. Essa Colônia tinha a finalidade de localizar nos seus respectivos lotes as famílias dos agricultores que ali labutavam, as quais recebiam uma casa de madeira coberta de telha, ferramentas agrícolas e auxílio de manutenção por dois anos. O então Intendente-Geral de Campo Grande, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, dispensou todo o carinho necessário à organização e progresso daquele núcleo, nomeando seu Diretor o dedicado cidadão Valentim Nunes da

Cunha. Devido à excelente qualidade das suas terras e ao real interêsse dos seus dirigentes, progrediu de tal modo que, ao encerrar o ano de 1926, quando vencia o prazo do auxílio estipulado pelo Govêrno Estadual, essa Colônia já apresentava uma população de 454 pessoas, sendo 97 famílias e 17 agregados, e uma área cultivada de 381 hectares, contando, ainda, com 1 trator, 17 veículos a tração animal, 35 arados e farto material de trabalho agrícola, convindo frisar que a grande maioria dos colonos era de origem européia, assim distribuídos: 44 famílias alemãs, 21 brasileiras, 7 búlgaras, 5 polacas, 5 húngaras, 3 espanholas, 3 portuguêsas, duas austríacas, duas russas, duas paraguaias, uma japonêsa, uma síria e uma lituana. João Zambelli, primeiro comerciante estabelecido no Patrimônio, com recursos para abastecer os colonos, foi o proprietário da primeira casa de alvenaria, construída próximo à estação, sendo, por êsse feito, premiado com a oferta de um quarteirão com área de 10 000 m², assumindo, nessa ocasião, o compromisso de efetuar no mesmo, outras construções que viessem embelezar o povoado nascente.

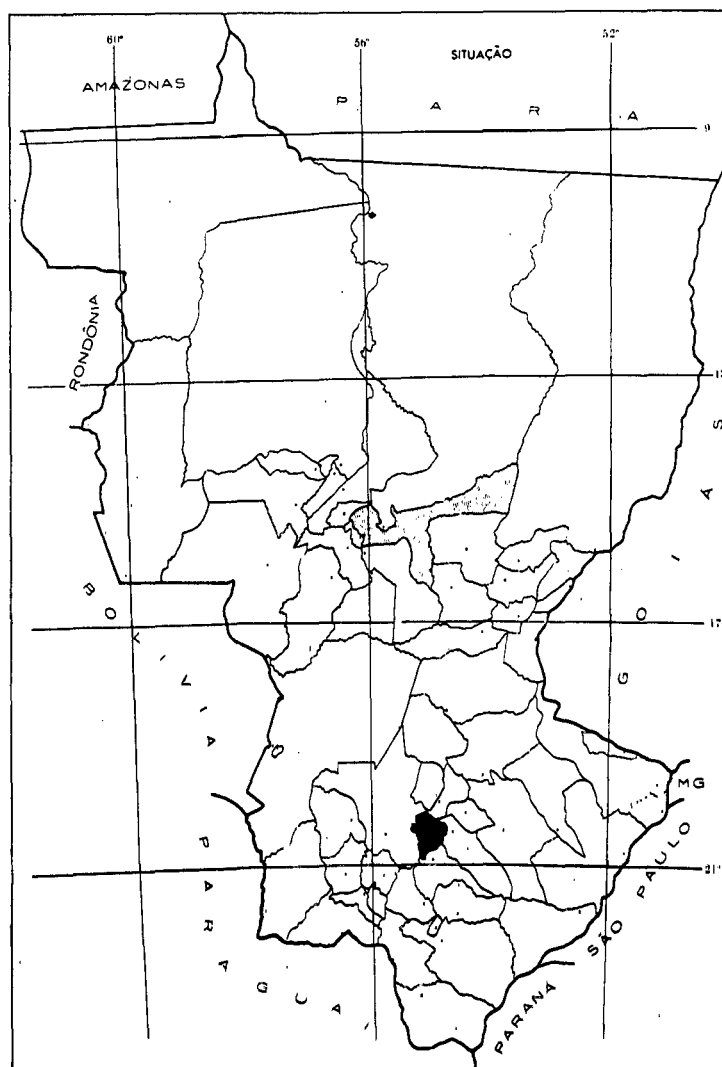
A Lei n.º 1 021, de 21 de setembro de 1929, criou, no município de Campo Grande, o distrito de paz de Terenos que, instalado a 1.º de janeiro de 1930, teve como primeiro juiz Joaquim de Figueiredo e como escrivão de paz Bernardo Priester. Outras autoridades, nomeadas nessa época, foram: Antônio Valadares para subdelegado de polícia; Francisco Martelli para agente fiscal municipal e D. Emília Cesco, para agente do correio, continuando, como professôra estadual, a Srª. Judith Nunes da Silva e a agência da estação ferroviária da NOB confiada a Pedro Cesco, que muito cooperou para o progresso da localidade.

Nova área, ligada à anterior, foi loteada pela Prefeitura de Campo Grande, recebendo a denominação de Colônia Nova. Também na região do Salobra, próximo da sede distrital, elementos japonêses organizaram a colônia de Salobra, onde foram localizadas 18 famílias nipônicas que se dedicaram à cultura de cereais e café. Dêsse modo, foi se desenvolvendo admiràvelmente o distrito de Terenos, salientando-se dentre seus inúmeros e grandes colaboradores os nomes de Arnaldo Estevão de Figueiredo, Valentim Nunes da Cunha, João Zambelli e Izac Cardoso, além de muitos outros.

O município deve sua criação à Lei estadual n.º 674, de 11 de dezembro de 1953, com as retificações constantes da Lei estadual n.º 370, de 31 de julho de 1954, e da Resolução de 19 de agôsto do mesmo ano, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, no que diz respeito aos seus limites, constituindo-se de um único distrito — o de Terenos — tendo por sede a vila de igual nome, elevada à categoria de cidade. A nova comuna foi solenemente instalada no dia 10 de janeiro de 1954, sob a presidência do juiz de paz em exercício, Sr. João Batista Pereira da Rosa, sendo essa instalação ratificada a 23 de janeiro de 1954, em solenidade realizada no edifício das Escolas Reunidas de Terenos, presidida pelo Dr. Vicente João Maurano, juiz de direito da 2.ª Vara da comarca de Campo Grande, que, em presença de numerosa assistência, tomou o compromisso do Sr. João Batista Pereira da Rosa, que assim veio a ser o primeiro Prefeito Municipal. A 31 de janeiro de 1955, instalou-se a Câmara Municipal, formada pelos vereadores: Valentim Nunes da Cunha, Elvira Martins de Oliveira, Ciro Bitencourt, Adolfo Zampiéri e Peribiano Godói, que, sob a presidência do primeiro, deu posse ao novo prefeito Guilherme Evangelista, e ao subprefeito José Ribas, todos eleitos a 3 de outubro de 1954.

Como têrmo da Comarca de Campo Grande, conta o município com um juiz de paz e dois suplentes, um escrivão de paz e oficial do Registro Civil, e um promotor "ad hoc", além de uma delegacia de Polícia com um destacamento policial.

LOCALIZAÇÃO — Na Zona Geo-econômica de Campo Grande, o município situa-se na Região Sul do Estado, a noroeste do planalto da serra de Maracaju, a partir do espigão que divide as águas das bacias do Paraná e Paraguai, nos primeiros pronunciamentos da chamada "parte sul da grande baixada paraguaia", entre os seguintes pontos extremos: 20° 40' 30" e 17° 21' 5" de latitude 54° 47' 45" e 55° 22' 15" de longitude W. Gr. Limita-se com os municípios de Corguinho, Rochedo, Campo Grande e Sidrolândia.

A cidade está situada a jusante da linha ferroviária da NOB, no quilômetro 928, distando, aproximadamente, 570 quiômetros, em linha reta, da capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O distrito-sede encontra-se numa altitude que vai de 405 a 433 metros classificando-se como o 15.º em relação à altitude das demais cidades do Estado. Na área do município essa altitude varia de 574 metros no espigão, a 215 metros na desembocadura do rio Cachoeirão, no Aquidauana.

CLIMA — Apresentando o clima comum da região de Campo Grande, podem ser atribuídas ao município as seguintes variações climatológicas e pluviométricas; temperatura em graus centígrados: media das máximas — 31,6; média das mínimas — 18,9; média compensada — 25,25. Precipitação anual em mm — 1 420.

As épocas normais das chuvas locais ocorrem entre os meses de setembro a março, com maior densidade de novembro a fevereiro, acontecendo que, no transcurso dêsse período, o volume de chuvas sofre oscilações, verificando-se, entretanto, chuvas esparsas no decorrer dos outros meses.

ÁREA — Sua extensão territorial é de 3 370 km², figurando no 44.º lugar em relação às áreas das demais comunas e correspondendo a 0,26% da superfície total do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A área do município, que é todo cortado de córregos e ribeirões, apresenta relêvo pouco acidentado com alguns baixadões mais pronunciados e bastante propícios à agricultura. O Rio Aquidauana, que lhe serve de limite, constitui o principal acidente do município. Dos inúmeros ribeirões que banham a sua área, são mais importantes: o Cachoeirão, o Canastrão, o Varadouro, o Cachoeirinha, o Salobra e o Ceroula.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal, o favereiro, a peroba e a aroeira são madeiras encontradas na província; são extraídas para serraria e empregadas principalmente na produção de dormentes e postes. Grande parte do seu território é bastante rica em "capitão" (*Callisthenes fasciculata*), espécie muito empregada no fabrico de carvão vegetal e preferido como lenha para uso doméstico e industrial, atividade aliás bastante desenvolvida na região. Apresenta-se como atividade quase sempre explorada nas regiões dos ribeirões Varadouro e Cachoeirinha a extração de casca de angico.

No reino mineral, 6 olarias se ocupam na extração de barro para tijolos, enquanto duas pedreiras são também exploradas, a de Cachoeirão que fornece pedras em laje para calçamento e meio fio, e a de Pedro Celestino, fornecendo pedra britada à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Com relação ao reino animal, a riqueza é limitada; entretanto, o rio Cachoeirão, de mais fácil acesso para os moradores de Campo Grande, é bastante procurado pelos amantes da pesca. A perdiz e a codorna, aves da família dos Tinamídeos, são bastante caçadas, sendo também freqüente a caça de veados e antas.

POPULAÇÃO — O município de Terenos contava, como distrito de Campo Grande, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 4 630 habitantes, compreendendo 2 515 pessoas do sexo masculino e 2 115 do feminino.

Segundo o domicílio, os moradores assim se distribuíam: no quadro urbano, 253 homens e 239 mulheres, num total de 492 habitantes; e no quadro rural, 4 138 habitantes, dos quais 2 262 do sexo masculino e 1 876 do feminino. A zona campestre concorria com 89,37% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aglomerações Urbanas — Distingue-se, apenas, o distrito-sede do município, única que se submete a um sistema de urbanização; entretanto, se poderá citar, como agrupamentos de moradores em pequenas propriedades, a Colônia Velha, com 155 moradias e cêrca de 755 habitantes; a Colônia Nova, com 70 casas e perto de 350 moradores; Salobra, com 50 habitantes e aproximadamente 250 residentes; Cachoeirinha, com 40 moradias e mais ou menos 200 pessoas; Cachoeirão, com 38 domicílios e uns 160 habitantes e Indubrasil, que tem a sua maior parte no município de Campo Grande.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem os elementos fundamentais da economia local, absorvendo 80% da população de 10 anos e mais. Deve-se observar que a agricultura é mais desenvolvida que a pecuária, constituindo, embora não sendo a maior, a mais ativa e desenvolvida zona agrícola do Estado, sendo empregados nessa atividade nada menos que 102 tratores, correspondendo a 31% do total existente no Estado. A produção agrícola apresentou, em 1956, um volume, cujo valor total foi estimado em 52,1 milhões de cruzeiros, concorrendo o arroz com 76% dêsse total, apresentando uma colheita de 6 600 mil quilogramas, expressos por 39,6 milhões de cruzeiros, devendo-se considerar que nesse ano os agricultores locais tiveram um prejuízo correspondente, aproximadamente, a 40% da cultura, em virtude da inclemência do tempo. Outros produtos que concorrem com apreciável soma no cômputo geral são: milho, com 1 080 toneladas — 2,7 milhões de cruzeiros; mandioca 2 000 toneladas — 2,4 milhões de cruzeiros; cana-de-açúcar, com 4,5 toneladas — 1,5 milhões de cruzeiros; feijão, com .. 144 000 quilogramas — 1,4 milhões de cruzeiros; café, com 22 500 quilogramas — 675 mil cruzeiros; e outros com menor percentagem de produção.

A riqueza pastoril do município é estimada em 102 milhões de cruzeiros, em cujo valor o rebanho bovino, com aproximadamente 33 000 cabeças, representa 78,5%, embora sejam também dignos de consideração os números de 3 600 eqüinos, 10 000 suínos, além de 500 muares, 1 000 ovinos e 200 caprinos.

A produção de leite foi estimada em um milhão de litros, exprimindo 5 milhões de cruzeiros, sendo grande parte exportada para Campo Grande.

Os pequenos produtores rurais tiveram, em 1956, um alcance que foi, pela Agência Municipal de Estatística de Campo Grande, com relação a Terenos, estimado em 40 mil quilogramas de rapadura, 66 toneladas de farinha de mandioca, 5 500 quilogramas de manteiga e 3 500 quilogramas de queijo, no valor de 1,1 milhões de cruzeiros.

O Registro Industrial de 1955 arrolou 25 estabelecimentos industriais no município, sendo 2 com 5 ou mais operários, e 23 de menos de 5 operários, totalizando uma produção de 7 985 mil cruzeiros; distinguiu-se a indústria de produtos alimentares, no valor de 6 305 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de 30 estabelecimentos comerciais, encontrando-se, na cidade, 3 atacadistas de cereais e 14 varejistas de mercadorias em geral, 2 açougues e duas farmácias e drogarias.

Já se encontra instalada uma Agência do Banco Agropecuário de Campo Grande. O comércio local mantém transações, principalmente, com a praça de Campo Grande, de onde importa quase tôdas as mercadorias de consumo, e para onde envia a maior parte de seus excedentes.

Arroz, milho e banana, principalmente, são ainda despachados para as cidades da Noroeste Paulista, tais como Andradina, Guararapes, Birigui e Bauru, além da cidade mato-grossense de Corumbá.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que o atravessa na direção leste-oeste, com as seguintes estações: Cachoeirão, Murtinho, Pedro Celestino, Terenos, Jaraguá e Indubrasil, esta última na divisa com o município de Campo Grande. Liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transportes:

1 — Aquidauana — ferroviário, 114 quilômetros

2 — Campo Grande — I) rodoviário, 36 quilômetros; II) ferroviário, 36 quilômetros.

3 — Corguinho — rodoviário, via Campo Grande, 144 quilômetros

4 — Rochedo — I) rodoviário, via Campo Grande, 126 quilômetros; II) ferroviário, 36 quilômetros

5 — Sidrolândia — I) rodoviário, via Campo Grande, 114 quilômetros; II) ferroviário, 76 quilômetros.

6 — CAPITAL DO ESTADO — 1) rodoviário, via Campo Grande, 886 quilômetros; II) misto — a) ferroviário ou rodoviário até Campo Grande, já descrito; b) aéreo, 768 quilômetros.

Tôdas as estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil são servidas de serviço telegráfico e telefônico de utilidade pública e particular, existindo na cidade uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Em 31 de dezembro de 1956, contava o Município com 11 carros de passageiros, inclusive jipes e camionetas, 45 caminhões e camionetas para carga, 98 tratores agrícolas e 8 reboques.

É servida a comuna por trens diários de passageiros e cargas e ainda por duas linhas de jardineiras que ligam as colônias a Campo Grande, passando pela cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade conta com dois dentistas e um farmacêutico. Na falta de facultativos na localidade, a assistência médica é prestada periòdicamente pelo Serviço de Assistência Rural do Pôsto Médico de Campo Grande. Existem duas farmácias na cidade.

ASPECTOS URBANOS — De conformidade com o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em sua publicação "Melhoramentos Urbanos, 1954", a cidade de Terenos contava com 208 prédios em 18 logradouros. Está em instalação um conjunto gerador dísel para abastecimento de luz elétrica pública e domiciliar.

Conta a cidade com um poço semi-artesiano, já perfurado, dependendo da instalação da rêde de distribuição do abastecimento d'água à população.

Os edifícios mais importantes são: o Grupo Escolar, a Estação Ferroviária e a Capela de Santo Antônio.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Na cidade de Terenos encontra-se, em organização, uma cooperativa de produção e consumo.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo Geral de 1950, na sede municipal existiam 492 pessoas de cinco anos e mais, das quais 272 sabiam ler e escrever, sendo 146 homens e 126 mulheres.

Ensino — De acôrdo com o movimento das unidades escolares do ensino primário geral, no primeiro mês letivo de 1956, existiam no município 13 estabelecimentos de ensino fundamental comum, mantidos 12 pelo Estado e sendo 1 particular; registrou-se a matrícula de 440 alunos, estando paralisadas as 5 escolas municipais, por falta de professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Clube Feminino de Terenos e o Terenos Esporte Clube são as duas primeiras associações culturais existentes na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1954 (primeiro ano de autonomia administrativa do Município) a 1956, as finanças públicas apresentaram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	1 405	635	89	221
1955.......	—	983	1 146	95	998
1956.......	—	1 126	907	114	393

(1) Não há órgão de arrecadação federal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A não serem as festividades de caráter político, não há festejos populares, sendo o mesmo o carnaval circunscrito a bailes em salões de casas comerciais ou cinemas. Religiosamente é festejado Santo Antônio, como o padroeiro da cidade, com novena, leilões, missas, procissões e bailes. Em 1956, foi criada a paróquia de Santo Antônio de Terenos, confiada aos Padres Franciscanos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os rios Aquidauana e Cachoeirão, que servem de limites ao município, são atrações turísticas dos habitantes de Campo Grande, que os procuram para a prática de pesca recreativa, embora essas localidades não sejam essencialmente piscosas.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Os habitantes do lugar recebem o nome de terenenses.

Terenos é topônimo provindo da tribo indígena Terenos ou Terenas — o mesmo que gaturamo-rei — ave da família dos Tanagrídios —, também chamado "bonito".

Terenos é cidade e têrmo da comarca de Campo Grande e é formado de um só distrito: o de igual nome. Segundo informação fornecida pela 8.ª Zona Eleitoral, por ocasião do último pleito, contava com 1 716 eleitores.

Nos dois últimos anos, tem-se observado acentuado progresso no município. Há na cidade duas pensões com capacidade para 13 hóspedes; 1 cinema comportando 152 pessoas; 2 serviços de alto-falantes comerciais, sendo um de funcionamento diário e outro com função às quintas-feiras, sábados e domingos. O território municipal conta com um Pôsto Agropecuário, uma patrulha mecanizada e uma Inspetoria Regional da Divisão de Fomento da População Animal, tendo sede em Campo Grande.

TESOURO — MT

Mapa Municipal na pág. 75 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — Inegàvelmente, deve-se a Antônio Cândido de Carvalho, sertanista audaz que perlustrou, por muitos anos, tôda a zona banhada pelos rios Araguaia, Itiquira, São Lourenço e Garças, o povoamento de extensa região do leste mato-grossense, pouco antes de 1897. A beleza daquelas paragens, ainda virgens de qualquer contato humano, espicaçou-lhe o entusiasmo e delas fêz grande propaganda, procurando, assim, atrair aventureiros para o povoamento efetivo daquela zona que êle julgava riquíssima em campos pastoris, diamante e ouro. Tanto foi que num dos seus relatórios diz que "São magnificos, para criar, os campos das cabeceiras de Floriano Peixoto, e os sertões do Garças, ricos de bôas pastagens, e mattas de cultura. — Nos barrancos do rio das Garças, temos observado importantes depositos alluvionais de cascalho diamantino. Ainda é celebre a barra do Garças nas tradicções dos garimpeiros do Araguaya, pelo muito diamante corrido que lá foi catado".

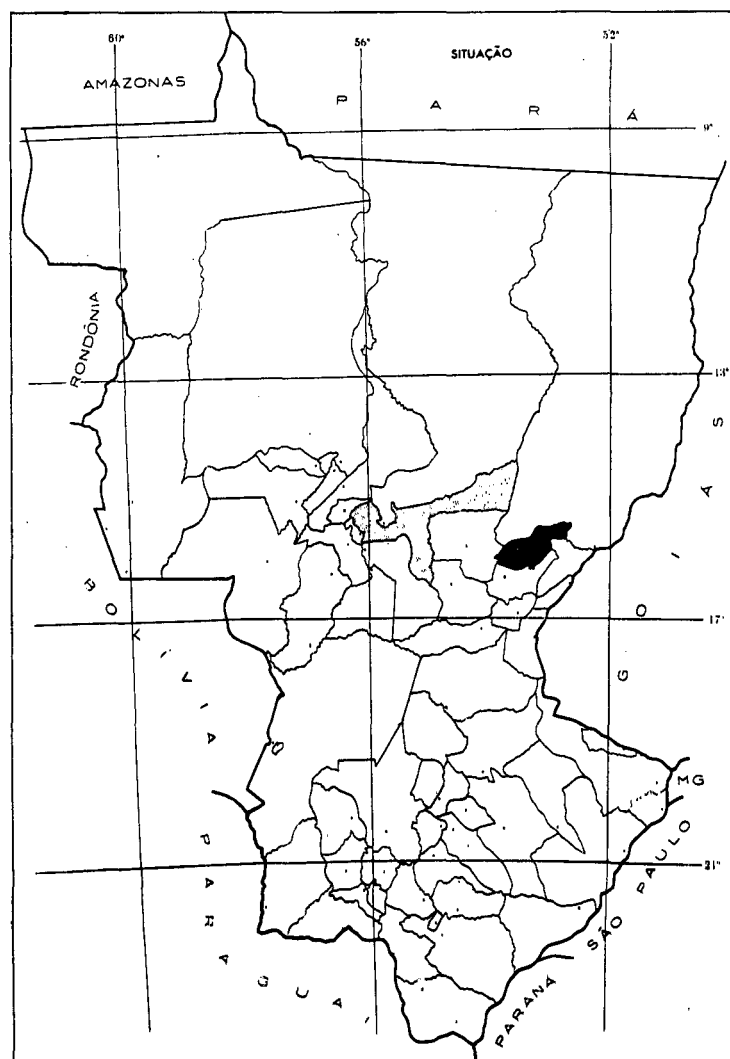
Em resultado da propaganda e das penetrações de Antônio Cândido, criadores, seringueiros, em busca dos extensos mangabais existentes na região, e aventureiros de tôda a espécie, fixaram-se ali, dando ensejo ao aparecimento de várias pequenas povoações, às vêzes perenes, como no caso de Lajeado, Cassununga, Alto Garças, Tesouro e outras. Em 1909, apareceu na fazenda Boa Vista, então de propriedade de João José de Moraes Cajango, um grupo de extratores de borracha de mangabeira, obedecendo ao comando de Feliciano Cezílio de Souza. Eram êles João Cezílio, José Lício de Araujo e José Luiz. Insuflados por Cajango, profundo conhecedor daquelas paragens, os seringueiros resolveram explorar o Garças, internando-se nas terras banhadas pelo Cassununga, em busca de diamantes, que efetivamente encontraram em profusão. Cajango foi o cérebro daquelas expedições de Feliciano, a quem forneceu instruções sôbre roteiros a seguir, suprimentos e mão-de-obra.

Descobertos os "monchões", a cata dos diamantes tornou-se intensa, determinando a afluência de novos garimpeiros e o conseqüente surgimento de um núcleo humano, a que logo deram a denominação de Cassununga. A "corrutela" do Tesouro surgia logo após, com uma população sempre crescente, composta não só de garimpeiros, mas também de outros aventureiros que, desprezando o diamante, volveram suas atividades para a agricultura, instalando fazendas e nelas criando pequena quantidade de gado bovino. No período 1925-1932, o desenvolvimento das "corrutelas" de Tesouro e Cassununga sentiram os efeitos danosos da luta política desenvolvida entre Morbeck e Carvalho e, posteriormente, do aparecimento na região das fôrças revoltosas de Luiz Carlos Prestes e Siqueira Campos, efeitos aquêles que se prolongaram até o ano de 1932, quando aquelas povoações, principalmente Tesouro, iniciaram uma nova fase de progresso que se manteve constante até a presente data.

Na divisão territorial datada de 31-XII-1937, já figura o distrito de Tesouro como um dos sete distritos componentes do então município de Santa Rita do Araguaia. Permanece na situação de distrito nas sucessivas divisões territoriais do Estado, sempre figurando no município de Santa Rita do Araguaia, denominado mais tarde Lajeado e, posteriormente, Guiratinga. A Lei n.º 664, de 10 de dezembro de 1953, do Govêrno do Estado, alterada pela de n.º 370, de 31 de julho de 1954, da Assembléia Legislativa Estadual, criou o município de Tesouro, o qual figura no quadro anexo àquela última Lei, com os seguintes distritos: Tesouro, Cassununga e Batovi.

Atualmente, o Tesouro tem como Prefeito o Senhor Epifânio Duarte, empossado em 31 de janeiro de 1955, sendo a Câmara Municipal composta por 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Tesouro situa-se na Zona Fisiográfica do Leste Mato-grossense. Tem como limite os seguintes municípios: Guiratinga, Poxoreu, Barra do Garças e Torixoreu. São seus pontos extremos: latitude N. — 15º 29' 30" e S. — 16º 14' 45"; longitude E. — .... 52º 44' 30" e 53º 54' 45".

O distrito-sede de Tesouro está a 256 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, no rumo E.S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município classifica-se como o do tipo tropical úmido, com as mesmas características do de Guiratinga, de onde foi desmembrado; o período de chuvas tem início no mês de setembro, indo até maio, sendo mais intenso durante os meses de março e abril.

ÁREA — Tem uma área de 5 300 quilômetros quadrados, sendo o 38.º município em extensão territorial no Estado, do qual ocupa cêrca de 0,40%.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tesouro, que possui em seu território uma infinidade de pequenos cursos d'água, é banhado pelo rio das Garças, que serve de limite, em parte do município, como o de Torixoreu, distinguindo-se, ainda, os seguintes: Barreiro, limite natural com o município de Barra do Garças; os ribeirões Batovi, Engano, Barigajau, Lajeado, São José e Divizinha, principais afluentes do rio Garças em território do município de Tesouro.

Na orografia local sobressaem-se os morros da Mesa, Altos e Fortaleza.

RIQUEZAS NATURAIS — Salientam-se, na extrativa mineral, o diamante, uma das principais causas que determinaram a fundação de Tesouro, seu progresso rápido e a sua conseqüente elevação à cidade-sede do município; o ouro, atualmente, sem exploração; o barro para fabricação de telhas e tijolos; e pedras e areias para construção. No reino vegetal, madeiras de lei, retiradas econômicamente em proporções diminutas, e lenha para combustível. No animal, grande parte da fauna mato-grossense tem no município seu habitat predileto, sem qualquer exploração para fins econômicos.

POPULAÇÃO — O município de Tesouro contava, como distrito integrante de Guiratinga, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 3 523 habitantes, compreendendo 1 967 pessoas do sexo masculino e 1 556 do feminino.

Segundo o domicílio, os moradores assim se distribuíam: no quadro urbano, 189 homens e 223 mulheres, num total de 412 habitantes; no suburbano, 270 pessoas do sexo masculino e 320 do feminino, totalizando 590; e no quadro rural, 2 521 habitantes, dos quais 1 508 do sexo masculino e 1 013 do feminino. A zona campestre concorria com 71,55% para a população total do município, superior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Aglomerações urbanas — Na época do Recenseamento Geral de 1950, o município de Tesouro, que era integrante do de Guiratinga, na categoria de distrito, possuía na vila uma população de 1 002 habitantes, dos quais 459 eram do sexo masculino e 543 do feminino. As sedes distritais de Batovi e Cassununga, pertencentes, também, a Guiratinga e que hoje integram o município de Tesouro, possuíam a seguinte população: a primeira — 688 habitantes, dos quais 358 homens e 330 mulheres; e a segunda — 332 moradores, sendo 168 do sexo masculino e 164 do feminino. Segundo informações da Agência Municipal de Estatística, em 1954, existiam mais os seguintes aglomerados urbanos: Monchão Dourado, com 72 moradias e 230 habitantes; Pinhão, com 31 casas e 150 pessoas; Córrego Dantas, com 26 residências e 120 moradores; Biongo, com 12 prédios e 50 domiciliados; Merure, com 27 vivendas e 320 representantes de ambos os sexos; Cachoeira Rica, com 6 moradas e 32 habitantes; e, finalmente, General Carneiro, com 85 prédios e 500 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pecuária, agricultura e indústria extrativa de produtos minerais são as principais bases econômicas do município de Tesouro. Em 1956, seus rebanhos de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos e caprinos valeram mais de 89 milhões de cruzeiros, sendo estimado o da primeira espécie em 32 000 cabeças, estimadas em 70 400 mil cruzeiros; em segundo lugar aparecia o de muares, com 1 300 cabeças, representando 7 800 mil cruzeiros; em seguida, surgia o de eqüinos, com 2 300 cabeças, cujo valor ultrapassou 6 milhões de cruzeiros; o de suínos, com 3 700, exprimindo mais de 4 milhões de cruzeiros; e asininos e caprinos, de menor expressão econômica.

Na agricultura era de realce a produção de arroz, com 360 toneladas, valendo mais de 1 400 mil cruzeiros. Em seguida, o milho, com 390 000 quilogramas, cujo valor apresentava-se um pouco inferior ao do arroz, sendo, entretanto, superior a 1 milhão de cruzeiros. A agricultura municipal tem naqueles dois produtos seus valores exponenciais, somando ainda a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana, o feijão e a laranja; valeram, no ano de 1956, mais de 3 700 mil cruzeiros.

Tôda a produção de diamantes, que representa a indústria extrativa de produtos minerais é canalizada para a vizinha cidade de Guiratinga, mercado que centraliza as transações efetuadas por compradores procedentes de Cuiabá, Campo Grande e mesmo do estado de São Paulo. Estima-se em mais de 2 milhões de cruzeiros mensais o resultado de garimpagem no município, para a qual não existe qualquer contrôle, como acontece em outras cidades da zona garimpeira do Estado.

No que diz respeito à indústria de transformação, ainda incipiente no município, o Departamento Estadual de Estatística apurou os seguintes elementos, em 1955, apresentando o valor da produção em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	36
Indústria de produtos alimentares	240
Serviços industriais de utilidade pública	36
TOTAL	312

Como se verifica, a indústria extrativa de produtos minerais não foi focalizada, em virtude de, segundo está esclarecido em linhas anteriores, ser ela incorporada à de Guiratinga, que centraliza o comércio garimpeiro da região.

COMÉRCIO E BANCOS — A vida comercial é intensa no distrito-sede centro abastecedor de todos os garimpos disseminados no interior. O maior intercâmbio do comércio exportador de Tesouro é feito por intermédio das praças de Guiratinga, Uberlândia (MG) e São Paulo. Na cidade de Tesouro estão localizados 23 estabelecimentos comerciais varejistas, e 22 nas demais localidades do município, totalizando 45 casas de comércio. Todo movimento bancário é realizado na cidade de Guiratinga, situada a 54 quilômetros de Tesouro.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — A sede municipal de Tesouro liga-se, através de rodovia, às cidades vizinhas de Barra do Garças — 270 quilômetros; Guiratinga — 54 km; Poxoreu, via Guiratinga, 204 km; e Torixoreu, via Ponte Branca, 320 quilômetros. Essas estradas são apenas carroçáveis, não dando tráfego todo o ano, inclusive a que constitui a principal via de escoamento da produção local, a de Guiratinga. O transporte aéreo é o mais comum no município, que é servido por um regular número de táxis-aéreos, sediados na vizinha cidade de Gui-

20 — 24 930

ratinga. No distrito-sede e no povoado de Merure há campo de pouso para pequenos aviões.

As comunicações são mantidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, por intermédio de uma Agência Postal-telegráfica situada na sede municipal, e um Pôsto Telegráfico localizado em Merure.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, a cidade de Tesouro contava, em 1954, com 23 logradouros públicos. Dêsses, 8 possuíam iluminação pública — fornecida por meio de 36 focos — e domiciliar, com 72 ligações, número êsse que, de acôrdo com informações da Agência Municipal de Estatística, cresceu para 81, em dezembro de 1956.

Os edifícios mais importantes localizados na sede municipal são: a Prefeitura e a Igreja do Divino Espírito Santo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade estão localizadas duas farmácias e existe em atividade 1 dentista. A assistência médica é prestada por facultativos residentes em Guiratinga.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Tesouro que, na época do Recenseamento Geral de 1950, era distrito de Guiratinga, possuía uma população de 3 523 habitantes, sendo 1 967 do sexo masculino e 1 556 do feminino. Na sede havia 836 pessoas, de 5 anos e mais, das quais 251 homens e 250 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto 125 homens e 210 mulheres eram analfabetos.

Ensino — Em 1956, no primeiro mês letivo, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, funcionaram 2 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, um dêles mantido pelo Govêrno municipal, com 32 matrículas gerais, e outro por particulares, com um total de 70 matrículas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apesar de não haver associações esportivas organizadas, o futebol é praticado na cidade de Tesouro, havendo jogos amistosos entre quadros organizados esporàdicamente.

FINANÇAS PÚBLICAS — No município não há órgão arrecadador federal. Quanto às finanças estaduais e municipais, tiveram os seguintes resultados:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	-	95			
1951	-	179			
1952	-	223			
1953	-	181			
1954	-	255	501	30	370
1955	-	328	635	104	603
1956	-	392	1 009	125	1 000

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Sendo o povo da cidade de Tesouro essencialmente católico, presta grandes homenagens ao Senhor Divino do Espírito Santo, padroeiro da localidade, realizadas, geralmente, a partir de 15 de maio, e também à Santa Terezinha, levadas a efeito no segundo domingo do mês de outubro.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A garimpagem sempre oferece algo de novo àqueles que visitam o município pela primeira vez, principalmente os garimpos que se situam na periferia da cidade de Tesouro.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Julga-se que o topônimo é conseqüência da grande abundância de diamantes e ouro em todo o seu território. Os filhos da comuna denominam-se tesourenses.

Na cidade de Tesouro estão localizadas 3 pensões, cobrando diária média de Cr$ 120,00.

O município é têrmo judiciário da comarca de Guiratinga, possuindo, na sede 1 cartório de registro civil, com funções de tabelionato, além de 2 outros, situados nas vilas de Batovi e Cassununga.

TORIXORÉU — MT

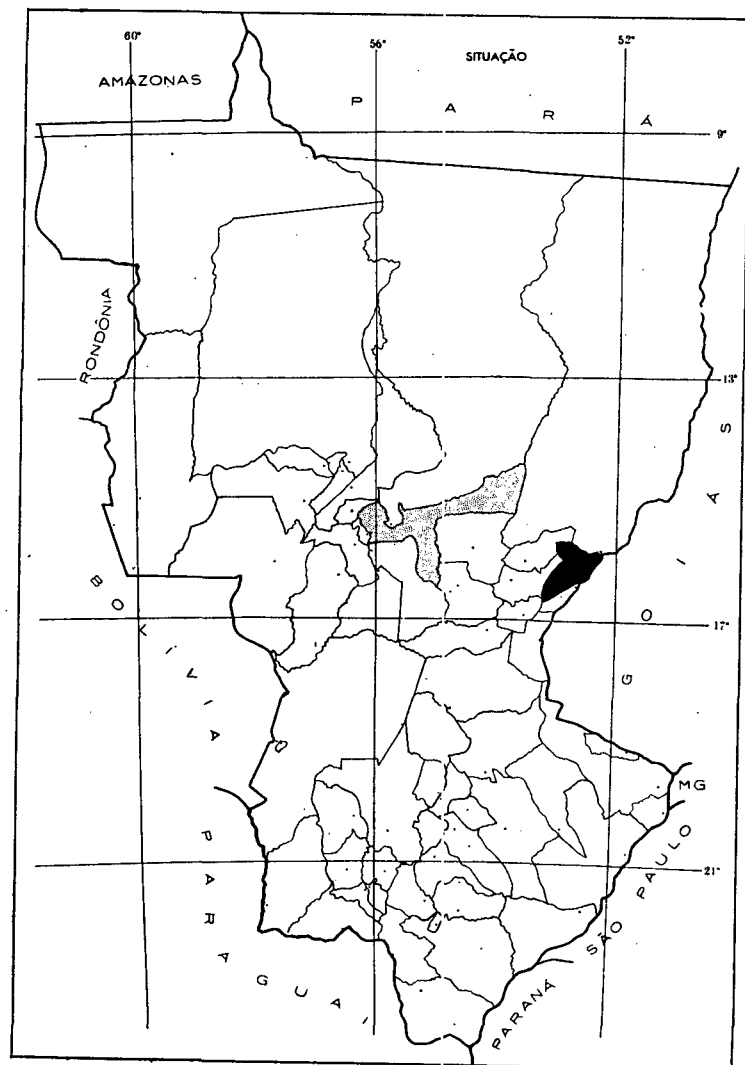
Mapa Municipal na pág. 77 do 2.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento das regiões banhadas pelo Araguaia e que hoje constituem o município de Torixoreu foi iniciado em 1931, quando se localizaram na área, que hoje compreende a sede municipal, José Gabriel de Moraes, Acylino Mourão, Saturnino da Silva Coelho e outros, que ali instalaram, nos campos então de propriedade de João Gabriel de Moraes, as primeiras fazendas de gado da região. Entretanto, já em 1926, ali possuía fazenda de gado, com excelente residência, Vitor Teodoro Ribeiro, proprietário de extensa zona de pastagem, cuja sede situava-se a seis quilômetros da localização da atual cidadade de Torixoreu. Como resultado do seu trabalho e da sua persistência, ali radicaram-se os primeiros povoadores da zona, devendo-se, entretanto, a João Gabriel de Moraes a construção da primeira casa, mais ou menos em 1928, que deu origem ao povoado que foi chamado de "Baliza de Mato Grosso", posteriormente transformado na cidade de Torixoreu e cujo Patrimônio foi criado pelo Govêrno do Estado, através do Decreto n.º 318, de 19 de outubro de 1933. Em 14 de agôsto de 1934, criou-se o juizado de paz em Baliza de Mato Grosso, quando então foi rezada a primeira missa, pelo Padre João Durore. Naquela mesma data, foi empossado no cargo de juiz de paz, Acylino de Moraes; no de suplente, Ulisses Teodoro Ribeiro e como escrivã, D. Margarida Mendonça, que até a presente data exerce as mesmas funções. À instalação do juizado de paz estêve presente Sátiro Martins Alves Bezerra, especialmente designado pelo Govêrno do Estado, como seu representante junto às solenidades.

O povoado que então florescia teve sua denominação alterada para "Baliza", assim figurando já na categoria de distrito, na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1936, integrando o município de Santa Rita do Araguaia. Em 1937, era instalada a primeira escola da vila, mantida pelo professor Pedro Albuez, falecido em 14 de julho de 1948. Ainda naquele ano — 1937 —, foi concluída a construção da primeira capela da cidade, obra que contou com a cooperação de todos os habitantes do distrito, tendo como principal incentivador o fazendeiro Manoel Félix. O novo templo ficou subordinado à Paróquia de Alto Araguaia. Na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937, o município de Santa Rita do Araguaia, com sede em Lajeado, figura com os distritos de Lajeado, Alcantilado, Bonito, Cassununga, Ribeirãozinho, Itiquira e Tesouro, não constando,

assim, na sua composição, o distrito de Baliza; a situação permanece sem qualquer alteração no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, que fixou a nova divisão administrativa do Estado. Pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, Lajeado, atual Guiratinga, adquiriu o distrito de Baliza do município de Araguaiana. No quadro da divisão territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo mencionado Decreto-lei n.º 208, o distrito de Baliza figura no município de Lajeado, assim permanecendo no quadro da divisão territorial para o qüinqüênio 1944-1948, aprovado pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, quando sofreu a alteração do seu nome para Torixoreu. A Lei número 665, de 10 de dezembro de 1953, criou o município de Torixoreu, com área desmembrada do de Guiratinga, assim figurando no quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retificou as leis que modificaram o quadro territorial do estado de Mato Grosso, para o qüinqüênio .... 1954-1958.

LOCALIZAÇÃO — O município de Torixoreu está situado na Zona Leste do Estado, à margem esquerda do rio Araguaia. Seus pontos extremos são: N.-15° 42' 15" .... e S.-16° 41' 15"; longitude E.-52° 15' e O.-53° 13' 30". São seus municípios limítrofes: Baliza (GO); Ponte Branca, Alto Garças, Guiratinga, Tesouro e Barra do Garças.

A sede municipal dista da capital do Estado, em linha reta, 660 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 700 metros acima do nível do mar, no distrito sede, colocando-se em 11.º lugar na ordem estadual.

CLIMA — O município de Torixoreu apresenta clima do tipo tropical úmido, como aliás quase tôdas as comunas situadas na região leste do Estado, tendo uma temperatura média de 32°C. As primeiras chuvas ocorrem, geralmente, em fins de setembro, mostrando-se mais intensivas entre fevereiro e março.

ÁREA — A área de Torixoreu foi calculada em 4 960 quilômetros quadrados, o que coloca o município em 40.º lugar no Estado, em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Distingue-se na área provinciana o rio Araguaia, em cuja margem esquerda se situa a cidade de Torixoreu. Todo território de Torixoreu é cortado por pequenos córregos e ribeirões, convindo citar-se entretanto, o Capim Branco, dada a sua situação privilegiada, localizado que está na sede municipal. O rio das Garças serve de limite entre Torixoreu e Barra do Garças, assim como o Diamantino, como o município de Guiratinga. Salientam-se, ainda, como acidentes geográficos de Torixoreu, o morro do "Borges" e o morro da "Mesa", talvez o ponto mais elevado da comuna, situado nos limites com Tesouro, e a queda d'água situada no rio São Domingos, com 30 metros de altura.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral estão em relêvo o diamante, existente em abundância no rio Araguaia e explorado largamente em tôda a zona por êle banhada; e o barro para fabricação de telhas e tijolos. No vegetal, salienta-se apenas madeira para construção, aliás em pequena quantidade; no animal, não há riqueza a mencionar.

POPULAÇÃO — O atual município de Torixoreu, em 1950, quando ainda era integrante do de Guiratinga, na categoria de distrito, possuía uma população de 3 406 habitantes, que segundo o Censo Demográfico do Recenseamento Geral naquele ano, era composta de 1 767 pessoas do sexo masculino e 1 639 do feminino. Concorria com uma percentagem de 18,28% para o cômputo total da população de Guiratinga. Excluindo o distrito da sede municipal, o de Torixoreu se apresentava como o segundo colocado quanto à densidade demográfica, só superado, então, pelo de Tesouro.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 289 homens e 345 mulheres, num total de 634 pessoas; no suburbano, 184 homens e 158 mulheres, totalizando 342; e no rural, 1 294 pessoas do sexo masculino e 1 136 do feminino, somando 2 430 habitantes. O quadro rural concorria com 71% para o total da população do então distrito de Torixoreu.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Além da cidade de Torixoreu, com uma população de 976 habitantes, segundo o Recenseamento Geral de 1950, conta o município com mais dois aglomerados urbanos: o patrimônio de Pouso Alto, com 15 moradias e uma população de 80 pessoas e o povoado de Alto Diamantino, com 22 residências e cêrca de 110 habitantes, situado à margem direita do rio Diamantino e servido por uma estrada de rodagem que o liga à vila de Alcantilado, no município de Guiratinga.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Torixoreu tem sua base econômica repousando na pecuária, na agricultura e na extração de produtos minerais. Segundo informações colhidas por intermédio da Agência Municipal de Estatística, para o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, relativas ao ano de 1956, a pecuária local valeu mais de 56 500 mil cruzeiros, importância correspondente a 28 600 cabeças de bovinos, eqüinos, asininos e muares; distinguia-se o rebanho de bovinos, com 25 mil cabeças, correspondendo a 50 milhões de cruzeiros.

A agricultura, naquele mesmo ano, valeu mais de 4 milhões de cruzeiros, em posição de realce as culturas de milho, com 432 mil quilogramas, estimados em 1 440 mil cruzeiros; de arroz, com 420 toneladas, cujo valor ultrapassou a 900 mil cruzeiros; de cana-de-açúcar, com uma safra de mil toneladas, correspondendo a 450 mil cruzeiros; de mandioca, com 1 120 toneladas, equivalendo 448 mil cruzeiros; e a de abacate, com 700 mil frutos, cujo valor foi superior a 400 mil cruzeiros.

Pelos resultados em milhares de cruzeiros, apresentados em apurações do Departamento Estadual de Estatística, relativas ao levantamento industrial de 1955, verifica-se que a extração de produtos minerais liderou a produção industrial de Torixoreu:

Indústria extrativa de produtos minerais	2 980
Indústria de transf. de minerais não metálicos	151
Indústria de produtos alimentares	39
Indústria de bebidas	135
Indústria de fumo	106
TOTAL	3 411

Dos 13 estabelecimentos industriais registrados, 5 ocupavam mais de 5 operários durante o mês de maior movimento, realçando entre êles, uma fábrica de bebidas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é mantido por 7 estabelecimentos varejistas, situados no distrito-sede e abastecidos por Barra do Garças, Uberlândia (MG) e São Paulo, não havendo grossistas ou atacadistas. Em todo o município, há cêrca de 12 casas comerciais varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — A cidade de Torixoreu tem ligação rodoviária com as sedes dos seguintes municípios limítrofes: Alto Garças, via Ponte Branca, 272 quilômetros; Guiratinga, via Ponte Branca, 410 km; Ponte Branca, 150 quilômetros; e Tesouro, via Ponte Branca, 320 quilômetros. Via fluvial, liga-se à cidade de Barra do Garças, em um percurso de 72 quilômetros.

Como ocorre em várias cidades do interior mato-grossense, as estradas informadas são tôdas carroçáveis, apenas dando tráfego em curto período do ano. Êsse fato determina o emprêgo constante do táxi-aéreo, como o meio mais prático de transporte para a sede municipal de Torixoreu, onde existe um campo de pouso para aviões daquela espécie.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal Radiotelegráfica no distrito-sede.

ASPECTOS URBANOS — Torixoreu, com uma população de 976 habitantes, no Censo Demográfico de 1950, possuía, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 1954, 12 logradouros públicos, entre os quais se sobressai uma praça; não existe outra espécie de pavimentação, a não ser a de terra natural. Havia 184 prédios na cidade. Em 1956, segundo informa a Agência de Estatística, a Prefeitura Municipal inaugurou o serviço de energia elétrica da cidade, que fornece luz para 37 domicílios; o serviço de iluminação pública é realizado apenas no logradouro principal da sede, por intermédio de 20 focos de luz. Não há abastecimento d'água domiciliar.

Os edifícios mais importantes são: o da Prefeitura Municipal e o da Igreja de São João Bôsco.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade de Torixoreu não possui médicos, hospitais ou postos de saúde. Existem, apenas, uma farmácia e dois dentistas.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral do Brasil — 1950 —, existiam no distrito de Torixoreu 827 pessoas de 5 anos e mais. Dessas, sabiam ler e escrever 170 homens e 151 mulheres, ou seja, 321 pessoas, o que representa 38% daquele total; não sabiam, 225 pessoas do sexo masculino e 281 do feminino, ou seja, 62% da população de 5 anos e mais. Naquela época, o atual município ainda era parte integrante do de Guiratinga.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, em 1956, segundo apurações do Departamento Estadual de Estatística, relativas ao primeiro mês letivo, foi executado por 1 estabelecimento mantido pelo Govêrno do Estado, realizando 120 matrículas em geral, naquele ano.

FINANÇAS PÚBLICAS.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	470	186	13	12	411
1955	497	178	113	59	478
1956	455	258	125	88	600

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A comemoração religiosa é representada pela grande festa do padroeiro da cidade, São João Bôsco, no mês de abril de cada ano.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Queda dágua São Domingos, com trinta metros de altura, no rio de igual denominação, e a Pedra da Baliza, de onde se originou o nome primitivo do município, situada a um quilômetro da cidade, no meio do rio Araguaia.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Torixorinos é a denominação dada aos que nascem em Torixoreu, cujo topônimo é de origem bororó, significando "pedra escura": "tori" — pedra, "xoreu" — escura, turva, etc. O município é têrmo judiciário da Comarca de Barra do Garças, tendo um eleitorado de 1 400 eleitores, em 30 de dezembro de 1956, existindo, na sede municipal, 1 cartório de paz. Em 31 de dezembro de 1956 estavam registrados, na Prefeitura Municipal, os seguintes veículos: 1 jipe, uma camioneta para passageiros, 7 caminhões e 3 camionetas para carga.

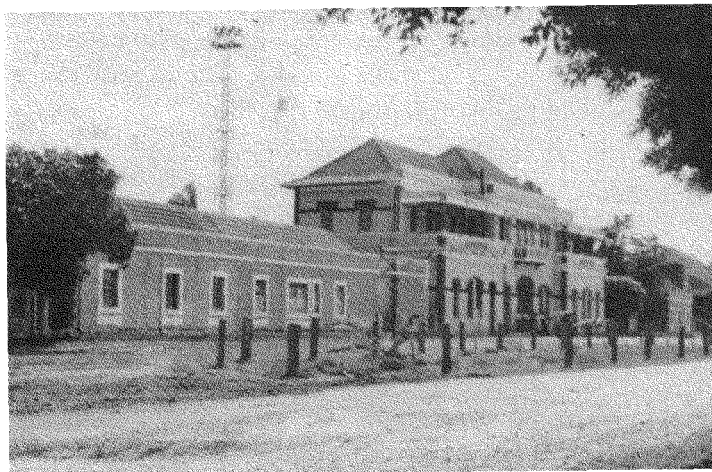
TRÊS LAGOAS — MT

Mapa Municipal na pág. 225 do 2.° Vol.
Foto: pág. 204 do Vol. II

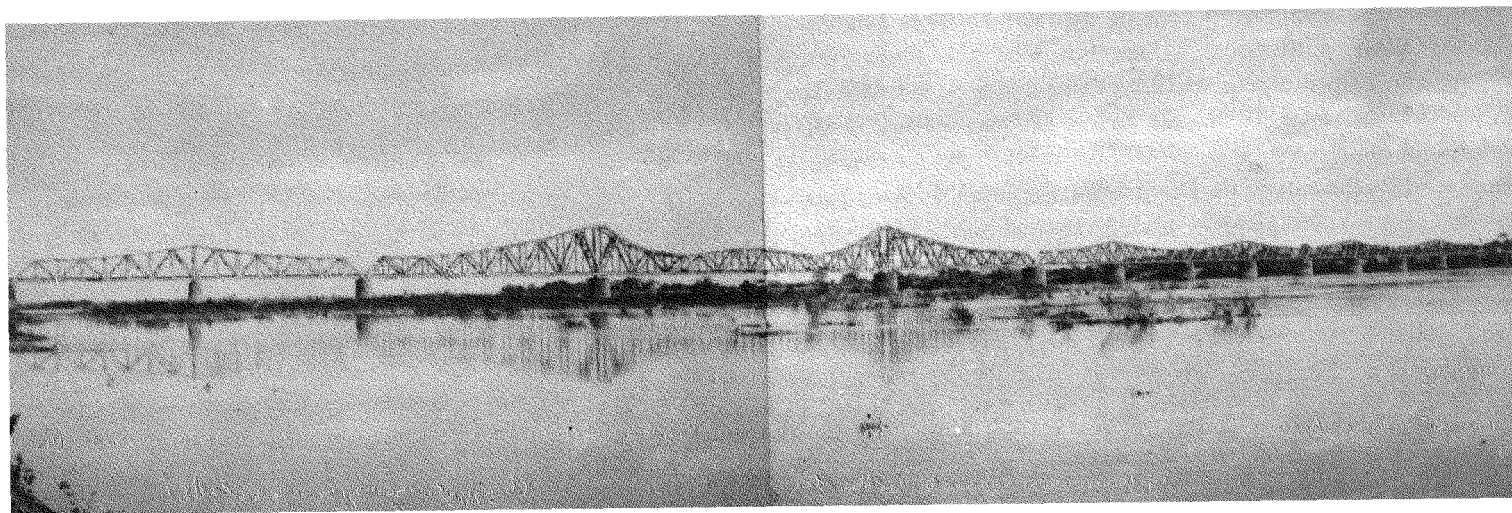
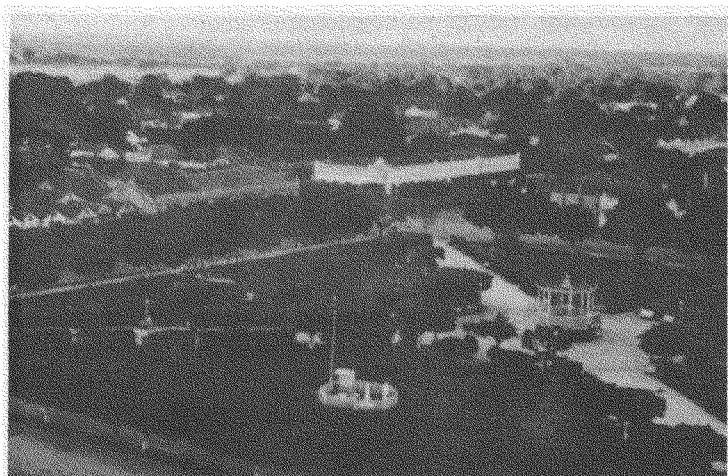
HISTÓRICO — Mineiros e paulistas foram os primeiros desbravadores do território que hoje constitui o município de Três Lagoas. Componentes dos irrequietos Garcias e Lopes, famílias já celebrizadas no povoamento de Santana de Parnaíba — seu feudo primitivo —, instalaram-se na zona da atual comuna com o objetivo de estabelecer fazendas de criação, ampliando assim seus campos pastoris, já iniciados em Santana de Parnaíba.

Data de 1829 o início da conquista e do conseqüente povoamento do território de Três Lagoas, quando ali apareceu a primeira "bandeira" chefiada pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes. Januário Garcia Leal seguiu-lhe os passos em 1830, tendo logo depois surgido Inácio Furtado, Januário José de Souza, Francisco Lopes, Gabriel Lopes, José Lopes e Antônio Gonçalves Barbosa, sendo êste último o primeiro a possuir terras situadas às margens do rio Taquaruçu e, posteriormente, no rio Pardo.

Implantados que foram os primeiros feudos e fixados os marcos de posse, marginando os rios, rastrearam-nos os paulistas que se convizinharam na exploração da pecuária, igualmente demarcando áreas extensas, de tal forma que logo pontilharam-se de grandes propriedades, rio Pardo a dentro, no rumo do Vacaria e do Brilhante, de onde foram mais tarde desalojados em conseqüência da guerra do Paraguai. Terminada esta, volveram àquela região os sertanistas persistentes, restaurando as propriedades abandonadas, reunindo o remanescente dos rebanhos e agregando novos povoadores, afeiçoados à criação e localizados nas regiões banhadas pelos rios Verde, Piaba, Campo Triste e outros, próximas do mercado consumidor — o estado de São Paulo.

Três Lagoas foi, conseqüentemente, o desdobramento do surto povoador que teve início em Santana do Parnaíba, em que porfiaram os mesmos foragidos políticos mineiros e idênticos paulistas de índole bandeirante. Em 1880 eram os principais proprietários de terras na região João Ferreira de Melo, às margens do rio Campo Triste, João da Costa, no Brioso, e Januário Garcia Leal — o último remanescente das "bandeira " de penetração —, no Moeda e no Taquaruçu. No decorrer do ano de 1885, instalavam-se na região novos pioneiros, distinguindo-se Protázio Garcia Leal, filho de Francisco Garcia Leal e neto de Januário Garcial Leal, adquirindo "posse" na região de Piaba, às margens do rio Verde; Necésio Ferreira de Melo, fundando uma propriedade agropastoril a que denominou "Piaba", em terras banhadas pelo ribeirão Campo Triste; Antônio Ferreira Bueno, em Serrinha, hoje vila Garcias, e Antônio Paulino, também às margens do Campo Triste.

Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (km 474)

A cidade, nos seus primórdios, está ligada ao nome de Antônio Trajano dos Santos que ali se estabeleceu no alvorecer do século XX. Pode ser, entretanto, cognominada filha primogênita da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em terras mato-grossenses. Diz Virgilio Corrêa Filho no seu excelente trabalho "Mato Grosso (1922): "Em Setembro de 1909, descendo o Tieté, aportou à margem direita do rio Paraná, pouco abaixo da barra do Sucuriú, a Comissão de Engenheiros, que se encarregára dos trabalhos de campo e construção do trecho da E. F. Noroeste, d'ahi até Campo Grande. — Atravessou a matta juxta fluvial, fugindo ao impaludismo ahi reinante e, attrahida pela belleza fascinante da paysagem, foi estacionar onde a campina se abria em lagôas, de água límpida, ornadas de gramineas esbeltas, que começavam a ganhar tons de ouro, em contrastes com o azul do ceo, que se espelhava nas serenas placas liquidas".

De fato, o seu desenvolvimento é fruto da penetração daquela ferrovia, que a alcança tão logo transposto o rio Paraná. A partir de 1914 serve de vínculo com outras cidades mato-grossenses e paulistas, de onde e para onde escoa e irradia o elemento civilizador pela campanha até então modornada pelo isolamento de sua população dispersa. A origem do seu nome se identifica à topografia do local.

Vista total da ponte ferroviária Francisco de Sá

Vista parcial da cidade

onde se localizam, efetivamente, três lagoas, hoje situadas nos perímetros urbano e suburbano da cidade.

O distrito foi criado pela Lei estadual n.º 656, de 12 de junho de 1914, com território desmembrado do de Santana de Parnaíba. A Lei estadual n.º 706, de 15 de junho de 1915, criou o município com a área do antigo distrito, desmembrado do município de Santana de Parnaíba, instalando-se em 8 de agôsto do mesmo ano. A então Vila de Três Lagoas recebe foros de cidade pela Resolução número 820, de 19 de outubro de 1920, sendo Presidente do Estado D. Francisco de Aquino Corrêa. Permanece com sua situação inalterada até a divisão administrativa de 1933, quando figura com um só distrito, o de igual nome, aparecendo na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936 com oito distritos: Três Lagoas, Águas Claras, Alto Sucuriú, Xavantina, Vila dos Garcias, Xavantes, Véstia e Sucuriú.

De acôrdo com a divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, compõe-se dos seguintes distritos: Três Lagoas, Águas Claras, Alto Sucuriú, Xavantina, Véstia e Vila dos Garcias. Essa situação foi mantida pelo Decreto-lei estadual n.º 208, de 26 de outubro de 1938, que fixou o quadro territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, observando-se, entretanto, que os distritos de Águas Claras e Vila dos Garcias tiveram os nomes alterados para Água Clara e Garcias, respectivamente. Pelo Decreto-lei estadual n.º 545, de 31 de dezembro de 1943, Três Lagoas perdeu parte dos distritos de Água Clara e Xavantina, transferidas para o de Ribas do Rio Pardo, do novo município de igual nome. No quadro fixado pelo mencionado Decreto-lei n.º 545, figura com os distritos de Três Lagoas, Águas Claras, Alto Sucuriú, Garcias, Véstia e Xavantina. Segundo o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 589, de 24 de dezembro de 1948, que fixa a divisão territorial do Estado para vigorar, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, o município de Três Lagoas aparece com a sua divisão administrativa inalterada, perdendo, entretanto, parte do distrito de Alto Sucuriú, incorporado ao de Camapuã, por fôrça da Lei estadual n.º 134, de 30 de setembro de 1948, que criou êsse município. Pelo quadro anexo à Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retifica as leis que modificam o quadro territorial do Estado, o município de Três Lagoas figura constituindo-se dos seguintes distritos: Três Lagoas, Garcias, Véstia e Xavantina, tendo perdido, pelo Decreto-lei n.º 676, de 1.º de dezembro de 1953, os distritos de Água Clara e Alto Sucuriú, que se constituíram em município sob a denominação de Água Clara.

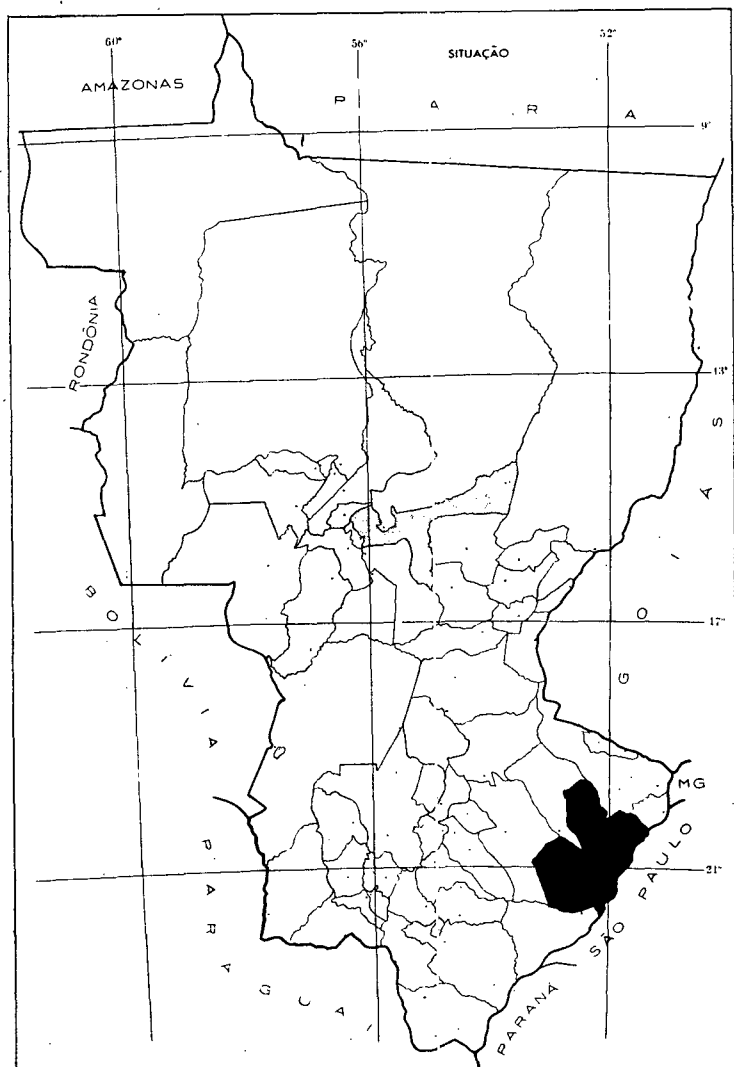
A comarca de Três Lagoas foi criada pela Lei n.º 752, de 15 de junho de 1915. Nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 145, de 29 de março de 1938, o município de Três Lagoas compreende o têrmo judiciário único da comarca de igual nome, assim permanecendo nos quadros territoriais fixados pelos Decretos-leis estaduais n.^{os} 208, de 26 de outubro de 1938, 545, de 31 de dezembro de 1943 e 583, de 24 de dezembro de 1948. De acôrdo com o quadro anexo à Lei estadual n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retifica as leis que modificaram o quadro territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, o município de Três Lagoas figura como têrmo da comarca de igual nome, abrangendo ainda o município de Água Clara. Sede de comarca de 2.ª entrância, subordina os têrmos judiciários de Três Lagoas e Água Clara e os distritos de Três Lagoas, Garcias, Véstia, Xavantina, Água Clara e Alto Sucuriú.

Em 1954, foi eleito Prefeito Municipal o Senhor Ranulpho Marques Leal, empossado em 31 de janeiro de 1955. O Legislativo conta com sete vereadores, sendo Presidente da Câmara o Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira.

LOCALIZAÇÃO — O município de Três Lagoas acha-se situado na Zona Sul do Estado, nos limites com o estado de São Paulo, sendo integrante da bacia do rio Paraná.

Relógio Municipal

São seus pontos extremos: latitude N. — 20° 38' 15", S. — 21° 12'; longitude E. — 51° 37' 45", O. — 52° 16'. Limita-se com os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Paranaíba, Aparecida do Taboado e ainda com o estado de São Paulo.

A cidade de Três Lagoas, em relação à capital do Estado, está situada a 20° 47' 18" de latitude Sul e 51° 42' 00" de longitude W.Gr., localizando-se a 740 quilômetros de distância de Cuiabá, em linha reta, na direção S.S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 313 metros de altitude, colocando-se em 30.° lugar na escala de altitudes no estado de Mato Grosso.

CLIMA — Apresenta clima do tipo tropical úmido, tendo uma temperatura média de 23°C. As chuvas, que iniciam em setembro e vão até março, revelam-se abundantes de novembro até fevereiro.

ÁREA — É o oitavo município do estado de Mato Grosso em extensão territorial, com uma área de 25 200 quilômetros quadrados, o que representa 11,59% da extensão do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Distinguem-se os rios Paraná, limite natural com o estado de São Paulo; o Pardo, que separa o município do de Ribas do Rio Pardo; o Taquaruçu e o Sucuriú; e três lagoas que deram origem ao topônimo.

RIQUEZAS NATURAIS — Pedras para construção e barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos representam as principais riquezas extrativas do município no reino mineral; madeiras de lei e lenha para fins domésticos e industriais, no vegetal; e peixe, no reino animal.

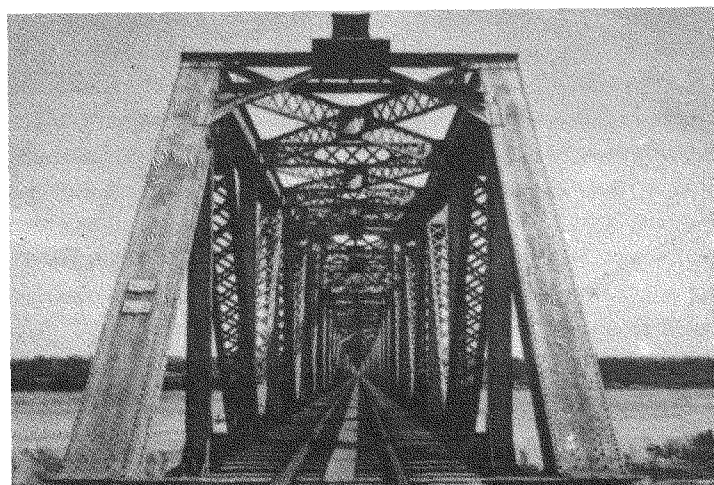
POPULAÇÃO — Três Lagoas contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 18 803 habitantes, o que lhe dava 0,75 de habitante por quilômetro quadrado, sendo 9 945 pessoas do sexo masculino e 8 858 do feminino.

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 3 798 homens e 3 972 mulheres, num total de 7 770 habitantes; no suburbano, 518 pessoas do sexo masculino e 481 do feminino, totalizando 999; e no quadro rural, 10 034 residentes, dos quais 5 629 do sexo masculino e 4 405 do feminino. A zona campestre concorria com 54% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

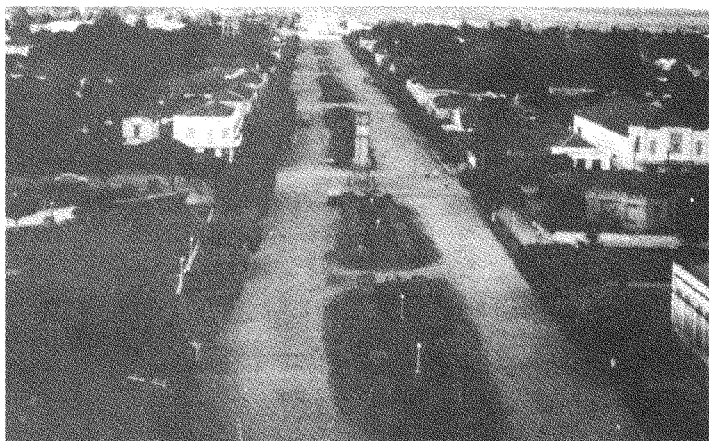
Em relação à côr, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos, 7 653 homens e 6 949 mulheres, num total de 14 602 pessoas; pretos, 1 359 do sexo masculino e 1 095 do feminino, totalizando 2 454 habitantes; amarelos, 19 homens e 19 mulheres, num total de 38 pessoas; e pardos, 880 homens e 767 mulheres, ou seja, uma soma de 1 647 habitantes.

No tocante ao estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros, 2 548 homens e 1 406 mulheres, num total de 3 954; casados, 5 847, dos quais 2 931 homens e 2 916 mulheres; desquitados e divorciados, 12 homens e 13 mulheres; e viúvos, 191 homens e 479 mulheres, totalizando 670 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, a população compreendia: brasileiros natos, 9 692 homens e 8 736 mulheres, num total de 18 428 habitantes; brasileiros naturalizados, 67 homens e 20 mulheres, somando 87 habitantes; estrangeiros, 186 do sexo masculino e 101 do feminino, compreendendo 287 pessoas; e sem declaração de nacionalidade, 1 mulher.

No que diz respeito à religião, 9 395 homens e 8 319 mulheres, num total de 17 714, declararam-se católicos apostólicos romanos; 331 habitantes, dos quais 167 homens e 164 mulheres, protestantes; 297 homens e 321 mulheres, totalizando 618 habitantes, manifestaram-se espíritas; 6 homens e 9 mulheres, budistas; 4 homens e 2 mulheres eram ortodoxos; 12 homens e 6 mulheres, maometanos; 27 homens e 16 mulheres, num total de 43 pessoas, professavam

Vista da Ponte Francisco de Sá, sôbre o rio Paraná

outras crenças; sem religião, havia 38 pessoas, das quais 27 homens e 11 mulheres; e, finalmente, sem declaração de religião, 10 homens e 10 mulheres.

Quanto aos distritos, era essa a população recenseada: Três Lagoas (sede), 7 650 habitantes na cidade e 1 179 na zona rural; Água Clara, 569 moradores na vila e 1 380 no campo; Alto Sucuriú, 69 residentes na vila e 1 007 na zona campestre; Garcias, 123 pessoas na vila e 2 022 na zona sertaneja; Véstia, 167 domiciliados na vila e 2 221 na zona rural; e distrito de Xavantina, 191 habitantes na vila e 2 275 no campo.

Vista parcial da cidade

O município colocava-se, então, em 10.º lugar entre os demais do estado, na seguinte ordem:

1 — Campo Grande	57 033	habitantes
2 — Cuiabá	56 204	"
3 — Corumbá	38 704	"
4 — Dourados	22 834	"
5 — Paranaíba	22 482	"
6 — Poxoreu	21 720	"
7 — Aquidauana	21 258	"
8 — Ponta Porã	19 977	"
9 — Cáceres	19 262	"
10 — TRÊS LAGOAS	18 803	"

A cidade de Três Lagoas, com 3 738 habitantes do sexo masculino e 3 912 do feminino, colocava-se em 4.º lugar, relativamente às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso, na época do Recenseamento Geral de 1950; assim temos:

1 — Campo Grande	31 708	habitantes
2 — Cuiabá	23 745	"
3 — Corumbá	18 725	"
4 — TRÊS LAGOAS	7 650	"

Aglomerações urbanas — O município conta, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com 4 aglomerações urbanas: a sede municipal, com 7 650 habitantes, sendo 3 738 homens e 3 912 mulheres; Garcias, com 123 moradores, dos quais 64 homens e 69 mulheres; Véstia, com 167 pessoas, ou seja, 87 homens e 80 mulheres; e Xavantina, com 191 residentes, compreendendo 100 homens e 91 mulheres, além dos povoados Jupiá, Serrinha e Pôrto Independência, com mais ou menos 200, 100 e 90 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade preponderante no município é a pecuária, vindo em seguida a agricultura. Segundo dados provisórios do "Caderno D", a produção pecuária teve o seguinte desenvolvimento em 1956:

	Cr$
Leite de vaca — 3 579 870 litros	21 479 200,00
Manteiga — 66 550 quilogramas	5 324 000,00
Queijo — 44 330 quilogramas ..	1 329 900,00
apresentando um total de	28 133 120,00

Em igual período, o município dispunha dos seguintes efetivos pecuários:

	Cr$
Bovinos — 213 093 cabeças ..	426 190 000,00
Eqüinos — 11 790 cabeças ...	29 475 000,00
Asininos — 252 cabeças	782 000,00
Muares — 336 cabeças	1 008 000,00
Suínos — 75 600 cabeças	90 720 000,00
Ovinos — 6 146 cabeças	1 536 500,00
Caprinos — 1 071 cabeças ...	106 650,00
TOTAL	549 818 150,00

A produção agrícola, baseada na mesma fonte, assim se apresentou em idêntico período:

	Cr$
Arroz com casca — 2 160 000 quilogramas	10 800 000,00
Feijão — 204 000 quilogramas	1 360 000,00
Mandioca — 393 toneladas	510 900,00
Banana — 48 780 cachos	1 220 500,00
Cana-de-açúcar — 402 toneladas	160 800,00
Abóbora — 45 200 frutos	271 200,00
Amendoim — 5 980 quilogramas	29 900,00
Frutas cítricas — 3 536 centos	210 860,00
Batata-doce — 82 toneladas	328 000,00
totalizando	14 890 160,00

A produção do pescado, nesse mesmo ano, atingiu .... 115 920 quilogramas, no valor de Cr$ 1 738 660,00.

No setor industrial, em 1955, foram arrolados 14 estabelecimentos com 5 ou mais operários, que apresentaram uma produção total de Cr$ 24 038 639,00, assim distribuída:

	Cr$
Ind. extrat. de produtos minerais	1 692 500,00
Ind. extrat. de produtos vegetais	936 000,00
Ind. de transformação de minerais não metálicos	2 000 600,00
Indústria da madeira	846 300,00
Indústria de calçado	5 410 400,00
Indústria de produtos alimentares	11 685 696,00
Indústria de bebidas	864 743,00

Outro aspecto parcial da cidade

Aspecto da Igreja de Santo Antônio

Dada a sua proximidade do estado de São Paulo e o transporte fácil pela E.F.N.B., todo o excedente da produção é escoado para aquêle estado, principalmente para as cidades de Andradina, Valparaíso e Araçatuba. Em contraposição, o estado de São Paulo abastece o município de tôda a espécie de produtos manufaturados, derivados do petróleo, medicamentos, ferro, cimento, produtos alimentares enlatados, etc.

COMÉRCIO E BANCOS — Segundo critério da XXI Campanha Estatística, foram arroladas no distrito-sede 4 firmas comerciais atacadistas e 75 varejistas; na cidade de Três Lagoas existem mais de 120 estabelecimentos comerciais e no município, mais de 180. Possui, ainda, uma Agência do Banco do Brasil S. A., e uma do Banco Nacional de Comércio e Produção S. A., ambas localizadas na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está ligado às comunas vizinhas pelos seguintes meios de transportes:

1 — Água Clara — ferroviário, 183 quilômetros

2 — Aparecida do Taboado — rodoviário, 150 quilômetros

3 — Bataguaçu — misto: a) rodoviário, até Campo Grande, 393 quilômetros; b) ferroviário — E.F.N.B. — 420 quilômetros

4 — Paranaíba — rodoviário, 204 quilômetros

5 — Ribas do Rio Pardo, ferroviário, 298 quilômetros

Entre os distritos, são os seguintes os meios de transportes:

1 — Garcias — ferroviário ou rodoviário, 88 quilômetros

2 — Véstia — rodoviário, 83 quilômetros

3 — Xavantina — rodoviário, 170 quilômetros

Dista da capital do Estado 1 320 quilômetros por via aérea, 1 350 quilômetros por estrada de rodagem e ainda por ferrovia até Campo Grande, 420 quilômetros; daí por estrada de rodagem, 850 quilômetros.

Servem ao município uma emprêsa de transporte rodoviário: duas emprêsas de navegação aérea: Panair do Brasil S. A. e Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A.; Correio Aéreo Militar; Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Serviço Nacional da Bacia do Prata.

Estão localizados na sede municipal uma Agência Postal — radiotelegráfica do D.C.T. e o Centro Telegráfico da E.F.N.B.; êste, subsidiàriamente, serve ao público. Na sede do distrito de Garcias, acha-se instalada uma Agência Postal de 5.ª classe do D.C.T. E ainda um Centro Seletivo da E.F.N.B., e uma Estação Radiotelegráfica e Telefônica da Panair do Brasil S. A.

ASPECTOS URBANOS — Três Lagoas, cidade com uma população superior a sete mil habitantes, tem um traçado urbano dos mais modernos, com largas ruas e grandes avenidas, sendo constituída, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 1954, por 42 logradouros públicos, dos quais 8 eram pavimentados, 6 arborizados e 2 simultâneamente arborizados e ajardinados; 28 dêsses logradouros estavam iluminados totalmente, existindo nêles 482 focos elétricos. A iluminação domiciliária representava-se por 1 089 ligações, e 16 logradouros achavam-se servidos por abastecimento d'água canalizada, nos quais existiam 985 prédios com ligações para aquêle fim.

Distinguem-se na cidade os seguintes edifícios: Prefeitura Municipal, Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, Cine-teatro Santa Helena e a Igreja Matriz de Santo Antônio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade possui 9 farmácias, 1 hospital geral com 87 leitos disponíveis e moderno aparelhamento, 9 médicos, 10 dentistas e 7 farmacêuticos.

O serviço de assistência médico-sanitária é ministrado pelo hospital Nossa Senhora Auxiliadora, pelo Pôsto de Higiene do Estado, pelo Pôsto de Assistência médica da .... E.F.N.B. e por um ambulatório mantido pela Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade de Beneficência dos Ferroviários, destinada ao pessoal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, presta, além de outros auxílios, assistência social, congregando 75 associados. Cita-se, também, a Fundação Abrigo Poço do Jacó, mantida por particulares e subvencionada pelos Governos Federal e Municipal. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil mantém um depósito da sua cooperativa sediada em Bauru (SP), destinada à atender aos empregados da NOB residentes em Três Lagoas.

Ponte antiga do rio Sucuriú

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Censo Demográfico realizado em 1950, o município de Três Lagoas possuía 15 757 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 8 351, sendo 4 797 homens e 3 554 mulheres. Não o sabiam 7 406, dos quais 3 568 homens e 3 838 mulheres, ou seja, 53% para o primeiro grupo e 47% para o segundo. Pelo cômputo geral, observa-se que houve sensível predominância do sexo masculino entre a população alfabetizada, e ligeira inferioridade entre os analfabetos.

Em relação à população do município, a percentagem dos alfabetizados era de 44,7%, inferior portanto à taxa média do Estado.

ENSINO — De acôrdo com apurações do movimento no primeiro mês letivo de 1956, do Departamento Estadual de Estatística, funcionaram em Três Lagoas, em 1956, 13 escolas do ensino fundamental comum, sendo 9 estaduais, 3 municipais e 1 particular. O movimento de matrículas gerais foi o seguinte: nas escolas estaduais, 1 085 alunos; nas municipais, 436 e na particular, 773 alunos, num total de 2 294 matrículas. Funcionaram igualmente naquele ano, 1 estabelecimento de ensino ginasial, com 255 matrículas de ambos os sexos, 1 de ensino normal, com 16, e 1 de ensino comercial, com 69 matrículas, além de 1 curso de ensino industrial, 1 de corte e costura e 1 de datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Segundo investigações realizadas em 31 de dezembro de 1956, Três Lagoas ocupa, em vários aspectos, posição de realce no âmbito estadual, apresentando a seguinte situação:

1 estação de rádio (Radioemissora de Três Lagoas), operando em caráter experimental em 1 250 kc;

1 biblioteca municipal, franqueada ao público com o acervo de 1 083 volumes, dos quais 1 015 catalogados;

2 órgãos políticos e noticiosos, de periodicidade semanal;

3 associações esportivas, congregando 345 associados;

1 cine-teatro, com capacidade para 954 pessoas, tela panorâmica e "cinemascope";

1 sociedade beneficente.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças municipais, em confronto com às arrecadações federal e estadual, se apresentaram de acôrdo com o quadro abaixo em milhares de cruzeiros, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	875	2 094	1 240	608	1 210
1951	1 115	3 980	1 844	1 582	1 817
1952	1 451	6 366	2 745	2 574	2 312
1953	2 445	5 689	2 737	2 558	3 078
1954	2 834	6 190	3 124	2 814	2 978
1955	3 244	7 584	2 854	2 433	3 009
1956	(*) 4 000	(*) 8 012	5 638	3 886	5 522

(*) Estimativas

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São prestadas homenagens a Santo Antônio, São João e São Pedro, festejados nos dias 13, 24 e 29 de junho, com procissões, missas e rezas, quermesses, leilões, fogueiras e bailes, sobressaindo-se a de Santo Antônio, em virtude dêste ser o padroeiro da cidade; realiza-se ainda a festa do Senhor Bom Jesus da Lapa, entre os dias 28 de julho e 6 de agôsto, na Igreja Padroeira do mesmo nome.

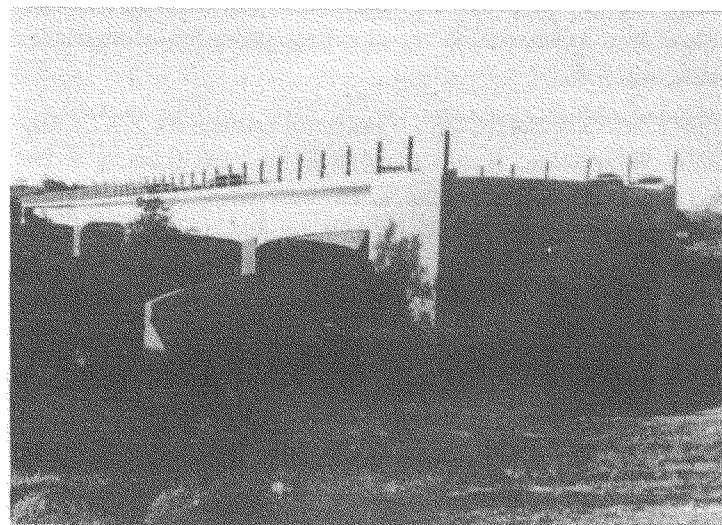
ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Estão representadas pelo salto do "Urubupungá", atualmente em estudos para o aproveitamento do seu potencial hidrelétrico, situado a 48 quilômetros da cidade de Três Lagoas, no rio Paraná; o rio Sucuriú, pôrto de banho, situado a 18 quilômetros da sede municipal.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Três-lagoenses é a denominação dada aos nascidos em Três Lagoas. O eleitorado do município, em 31 de dezembro de 1956, era composto de 10 627 cidadãos, quando se encontravam 7 vereadores em exercício. Em igual data, existiam registrados na Prefeitura Municipal 70 automóveis e jipes e 90 caminhões.

O distrito-sede é dotado de um aeroporto de propriedade do Govêrno Federal, com as seguintes características:

Distância da sede municipal — 800 metros

Comprimento e largura da pista, em metros — 1 000 x x 100

Natureza do piso — cascalho comprimido

Ponte moderna sôbre o rio Sucuriú

Possui ainda: iluminação noturna, radiofarol, estação radiotelegráfica, pôsto meteorológico e abrigo para passageiros. Além do aeroporto, conta ainda o município com 5 campos de pouso na zona rural, sendo 3 no distrito de Véstia e 2 no de Xavantina, dos quais 4 são de propriedade particular e 1 da municipalidade. Avulta de importância o plano de aproveitamento do potencial hidrelétrico do salto de "Urubupungá", no rio Paraná, a 48 quilômetros da sede, em estudos pela Companhia Paulista de Fôrça e Luz, capaz, só êle, de proporcionar, com os seus 2 000 000 H.P., energia às inúmeras indústrias do município, ainda com possibilidade de estender os seus benefícios a várias cidades mato-grossenses e paulistas. Na sede municipal estão localizadas: uma paróquia do culto católico apostólico romano, subordinada ao Bispado de Corumbá, compreendendo uma igreja Matriz, 3 outras igrejas, 6 capelas públicas e 8 associações religiosas. O culto protestante está representado por uma Igreja Evangélica Batista. O culto espírita apresenta-se com 1 centro de trabalhos. Possui a comuna, ainda, 11 hotéis, com capacidade para 320 hóspedes; 3 pensões, comportando 48 pessoas; e 1 moderno cinema, que pode acolher até 954 espectadores, com tela panorâmica.

VÁRZEA GRANDE — MT

Mapa Municipal na pág. 99 do 2.º Vol.
Foto: pág. 92 do Vol. II

HISTÓRICO — Transposto o rio Cuiabá, fronteiro à capital do Estado, estende-se o município de Várzea Grande, revelando o mesmo aspecto do cerrado característico do planalto cuiabano, quase nivelado por milenar erosão, ostentando, salteadas, pequenas "cordilheiras" de vegetação de maior vulto, com predominância, porém, das variedades características das terras depauperadas pelo incessante propagar do fogo das queimadas e pelas enxurradas das grandes chuvas. A primeira referência oficial sôbre o povoado de Várzea Grande data de 1867, quando o Governador das Armas de Mato Grosso, Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães, por Ato de 15 de maio daquele ano, mandou construir no local um campo de concentração para que fôssem vigiados prisioneiros da guerra do Paraguai. Mereceu esta iniciativa severas críticas de Murtinho que, em suas "Impressões da Província", dando notícia do acampamento que recebera a denominação de quem o mandara construir — Couto Magalhães —, assim se exprimiu: "Acha-se situado na beira de uma lagoa cujas exalações produzem a febre, que pelo seu mau caráter conhecido em pouco tempo, dará cabo do pequeno resto de fôrças que tem a Província". Não obstante isso, aquêle pequeno povoado, passagem e pouso obrigatório das boiadas que se destinavam ao abastecimento de Cuiabá, vindas dos municípios vizinhos, criou vida de tal modo que, em 1879, já aparecia na dotação orçamentária da Província, verba para pagamento de um professor da primeira escola primária ali estabelecida.

Rodovia Cuiabá—Rosário Oeste

Reportando-nos à ligeira interpretação dos "Aspectos Sociais da Vida Municipal — Cuiabá" — 1956 (Secção de Inquéritos da I. R. de Mato Grosso), transcrevemos o seguinte trecho referente a êsse Município: "Antigo pouso de vaqueiros, formou-se (a cidade de Várzea Grande) ao longo de estrada boiadeira que demandava Cuiabá. Até hoje apresenta características nitidamente pastoris, com a rua principal longa e sinuosa demarcando a velha trilha das boiadas. Começou como simples acampamento de boiadeiros e tropeiros, com alguns ranchos e galpões cobertos de palha, onde se arranchava a peonada para pouso, após a guarda do gado nos currais ou a tropa nos "alambrados".

Caixa d'água para o abastecimento da cidade

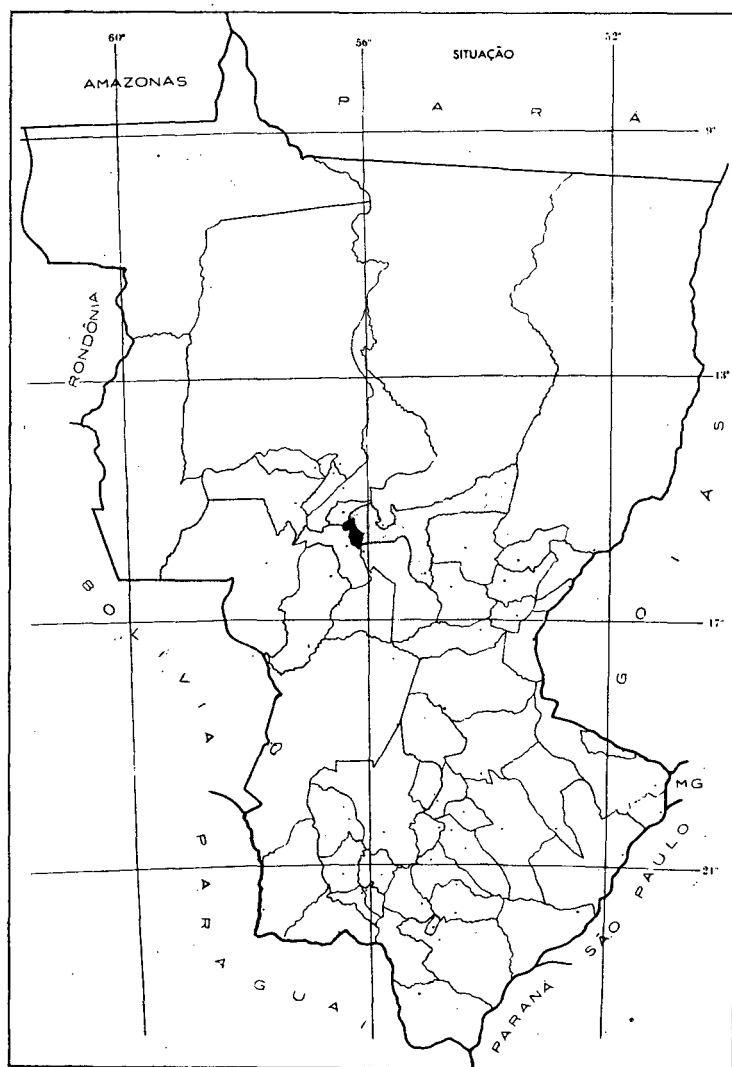
"Os primeiros habitantes ali radicados foram alguns vaqueiros profissionais, sem patrões fixos, e ladrões de gado desgarrado das boiadas que freqüentemente por ali transitavam, por isso mesmo se tornando, com o tempo, centro produtor de carne-sêca ou de sol e de trabalhos de couros: arreamentos, laços, cordas, moitões, sogas, peias, caronas, tropins, guardas etc., em que eram transformados os couros das reses abatidas, cujas marcas a fogo denunciariam sua procedência, caso negociados inteiros. Ainda hoje os "carniceiros" (assim chamados os que preparam a carne) são numerosos no município, gozando de reputação de hábeis manteadores".

Foi elevado à paróquia pela Lei n.º 145, de 6 de abril de 1896, que também estabeleceu os seus limites. Em 1897, contando o povoado com mais de 100 famílias, foi demarcada a área de 210 hectares para o seu rossio, área essa cedida pelo Estado, por solicitação da Intendência Municipal de Cuiabá. A medição do Rossio da vila foi realizada pelo engenheiro Jorge Bodstein, que concluiu o trabalho em 25 de julho de 1897, sendo aprovado em 6 de agôsto do mesmo ano, pela Câmara Municipal. O intendente de Cuiabá, Alexandre Magno Addor, encarregou o engenheiro Leônidas Pereira Mendes de projetar um plano de urbanização da vila, o que infelizmente não foi realizado, por falta de meios financeiros. Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, Várzea Grande figurava como distrito de Cuiabá, assim permanecendo nas sucessivas divisões territoriais do Estado, até 1948. Pela Lei estadual número 126, de 23 de setembro daquele ano, foi criado o município de Várzea Grande, com área desmembrada do distrito da capital (3.º distrito da sede municipal) e uma pequena parte do município de Nossa Senhora do Livramen-

to, ficando constituído pelos distritos da sede e de Bom Sucesso, de acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 583, de 24 de dezembro de 1948. Por fôrça da Lei estadual número 670, de 11 de dezembro de 1953, que modificava a Lei de número 126, de 23 de setembro de 1948, que criou o município de Várzea Grande, foi-lhe anexado o distrito de Passagem da Conceição, desmembrado do de Cuiabá. No quadro anexo à Lei estadual n.º 370, de 31 de julho de 1954, que retifica as leis que modificaram o quadro territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, o município de Várzea Grande figura constituído dos distritos de Várzea Grande, Bom Sucesso e Passagem da Conceição. Nas sucessivas leis que estabeleceram o quadro administrativo judiciário do Estado, desde a criação do município, Várzea Grande tem figurado como têrmo judiciário da comarca de Cuiabá.

O atual govêrno do Município é exercido pelo Senhor Júlio Domingos de Campos, eleito em 28 de abril de 1957. Conta a Câmara com 5 vereadores, empossados em 27 de julho de 1957.

LOCALIZAÇÃO — Várzea Grande acha-se localizada à margem direita do rio Cuiabá, ficando a sede municipal a seis quilômetros distante dêsse ponto. O município limita-se com Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá e Acorizal.

A cidade fica localizada a cinco quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, devendo, por isso, ter mais ou menos as mesmas coordenadas geográficas de Cuiabá. São

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja N. Sa. da Guia

seus pontos extremos: latitude N.-15º 19' 30" e .... S.-15º 42' 45"; longitude E.-56º 04' e O.-56º 25' 45".

ALTITUDE — É de 180 metros acima do nível do mar, colocando-se em 45.º lugar na ordem de altitudes no estado de Mato Grosso.

CLIMA — O clima de Várzea Grande, é do tipo tropical úmido, tendo, em 1956, as temperaturas, em graus centígrados, atingido: máxima 39,4; mínima 4,3, e a mais freqüente 36. As chuvas têm início em dezembro indo até março, sendo mais abundantes entre janeiro e fevereiro.

ÁREA — Com 660 quilômetros quadrados de área, coloca-se em 58.º lugar entre as demais comunas, representando apenas 0,05% da extensão territorial do estado de Mato Grosso; abaixo de Várzea Grande está, apenas, o município de Ladário, com 265 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — De notar-se sòmente o rio Cuiabá, que banha o município na direção geral de norte-sul.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Várzea Grande é rico em barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, pedras e areia para construção, constituindo essas riquezas as principais no reino mineral. No vegetal, possui boa quantidade de madeira para lenha destinada ao uso

Rua Couto Magalhães

doméstico e industrial, sendo mesmo o principal abastecedor da capital. Como riqueza extrativa animal, o peixe constitui importante fator econômico local, dada a sua abundância no rio Cuiabá.

POPULAÇÃO — O município de Várzea Grande contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 5 503 habitantes, o que lhe dava mais de 8 habitantes por quilômetro quadrado, sendo, 2 722 pessoas do sexo masculino e 2 781 do feminino.

Aspecto da rodovia Cuiabá--Rosário Oeste

Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída, nos distritos de Várzea Grande e Bom Sucesso: no quadro urbano, 1 438 homens e 1 524 mulheres, num total de dois mil novecentos e sessenta e dois habitantes; no suburbano, 87 pessoas do sexo masculino e 93 do feminino, totalizando 180; e no quadro rural, 2 361 habitantes, dos quais 1 197 do sexo masculino e 1 164 do feminino. A zona rural concorria com 42% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

Em relação à côr, os munícipes distribuíam-se da seguinte maneira: brancos — 477 homens e 497 mulheres, num total de 974 pessoas; pretos — 229 do sexo masculino e 225 do feminino, totalizando 454 habitantes; e pardos — 2 009 homens e 2 054 mulheres, ou seja, um total de 4 063 habitantes.

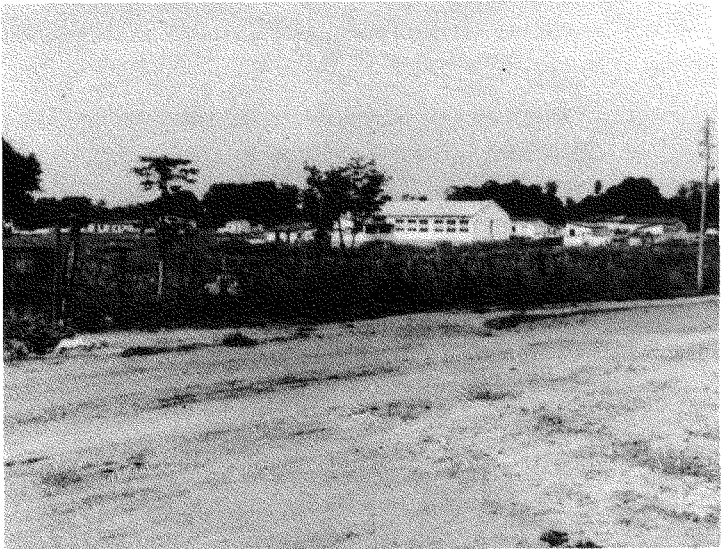
Segundo o estado conjugal, os moradores apresentavam-se do modo seguinte, considerados os presentes de 15 anos e mais: solteiros — 583 homens e 597 mulheres, num total de 1 180; casados — 1 608, dos quais 703 homens e 815 mulheres; viúvos — 43 homens e 126 mulheres, totalizando 169 pessoas.

Relativamente à nacionalidade, na população de Várzea Grande existiam: brasileiros — 2 710 homens e 2 775 mulheres, num total de 5 485 habitantes; brasileiro naturalizado — 1 homem; e estrangeiros — 11 indivíduos do sexo masculino e 6 do feminino.

Segundo a religião, 2 621 homens e 2 680 mulheres, num total de 5 301 habitantes, declararam-se católicos; 4 homens e 3 mulheres, protestantes; 41 homens e 52 mulheres, totalizando 93 habitantes, manifestaram-se espíritas; ortodoxo havia 1 homem e maometanos, 2; professavam outras crenças 33 homens e 34 mulheres, num total de 67 pessoas; sem religião apresentavam-se 9 homens e 3 mulheres; e 20 pessoas não declararam qualquer espécie de religião, das quais 11 homens e 9 mulheres.

A cidade de Várzea Grande aparecia com 2 774 pessoas, sendo 1 349 do sexo masculino e 1 425 do feminino, colocando-se em 12.º lugar em relação às demais sedes municipais do estado de Mato Grosso.

Aglomerações Urbanas — O município conta com dez aglomerações urbanas: cidade de Várzea Grande, cuja população já foi descrita; vila de Bom Sucesso, com 368 habitantes; vila da Passagem da Conceição, com 224 pessoas; povoado de Capão Negro, com 185, aproximadamente, e 38 prédios; povoado Praia Grande, possuindo 170 moradores e 35 residências; povoado de Pai André, 110 munícipes e 20 casas; povoado Souza Lima, 125 habitantes e 25 moradas; povoado Capela do Piçarrão, com 50 indivíduos e 12 prédios; povoado Capão Grande, com 150 residentes e 42 vivendas, e Limpo Grande, 50 pessoas e 11 residências.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas do município, segundo dados provisórios do Caderno D, em 1956, estavam representadas do seguinte modo:

Grupo Escolar Pedro Gardés

I — Produção agrícola, cujo valor total atingiu ...... Cr$ 14 907 500,00, assim distribuídos:

	Cr$
Mandioca — 2 360 toneladas	5 900 000,00
Banana — 272 000 cachos	5 760 000,00
Feijão — 87 200 quilogramas	735 000,00
Arroz com casca — 258 000 quilogramas .	645 000,00
Manga — 11 250 centos	450 000,00
Cana-de-açúcar — 2 000 toneladas	300 000,00
Melancia — 120 000 frutos	300 000,00
Milho — 120 000 quilogramas	240 000,00
Abacaxi — 30 000 frutos	150 000,00
Laranja — 2 050 centos	102 500,00
Batata-doce — 40 toneladas	180 000,00
Diversos	145 000,00

Fachada da Igreja de N. Sa. da Guia

II — Efetivos pecuários, no valor total de .... Cr$ 13 830 000,00, assim distribuídos:

	Cr$
Bovinos — 4 000 cabeças	9 200 000,00
Suínos — 8 300 cabeças	2 490 000,00
Eqüinos — 300 cabeças	900 000,00
Muares — 160 cabeças	1 120 000,00
Caprinos — 300 cabeças	120 000,00

Em 1955, segundo apurações do Departamento Estadual de Estatística, a situação industrial do município foi a seguinte, em milhares de cruzeiros:

Indústria de transformação de minerais não metálicos	298
Indústria da construção e montagem do material de transporte	293
Indústria da madeira	1 080
Indústria de couros e peles e produtos similares	1 908
Indústrias químicas e farmacêuticas ...	725
Indústrias do vestuário, calçados e artefatos de tecidos	323
Indústria de produtos alimentares	22 950
Indústria de bebidas	650
Indústrias diversas	32 958
TOTAL	61 185

A indústria de pesca atingiu, no ano de 1956, 58 000 quilogramas, no valor de Cr$ 540 000,00.

As rêdes de Várzea Grande, conhecidas em todo o Estado e mesmo além-fronteiras, pela originalidade dos seus desenhos e beleza das suas côres, constituem importante fonte de renda da população local, apesar de ser uma indústria caracterìsticamente caseira.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio está representado por 68 estabelecimentos varejistas, um pôsto de gasolina e uma farmácia, não possuindo nenhum estabelecimento bancário, uma vez que, dada a proximidade da capital do Estado, todo movimento do comércio de Várzea Grande é realizado nos bancos sediados em Cuiabá. Em todo o âmbito municipal de Várzea Grande há perto de 82 estabelecimentos comerciais, disseminados nas suas vilas e povoados.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município de Várzea Grande está ligado às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transportes:

1 — Acorizal — rodoviário, 72 quilômetros

2 — Nossa Senhora do Livramento — rodoviário, 42 quilômetros

3 — Santo Antônio do Leverger — rodoviário, via Cuiabá, 43 quilômetros

4 — CUIABÁ — rodoviário, 6 quilômetros.

Comunica-se, ainda, com a capital da República, via aérea, dispondo de um aeroporto internacional, servido pelas seguintes companhias de aviação comercial: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A., Panair do Brasil, Consórcio Real-Aerovias-Nacional S. A., Viação Aérea São Paulo e Loyde Aéreo.

Possui a sede municipal ligação telefônica com a capital do Estado, além de uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Várzea Grande, com uma população que se aproxima de 3 000 habitantes, possuía, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, em 1954, 24 logradouros públicos sem pavimentação. Tinha 648 prédios situados nas zonas urbana e suburbana, dos quais 358 contavam com ligações elétricas. A iluminação pública abrangia 8 logradouros com 250 focos, sendo fornecida pela Emprêsa Fôrça, Luz e Água de Cuiabá, situada na capital do Estado. A cidade ainda não tem instalações para abastecimento dágua de sua população, estando em vias de conclusão êsse melhoramento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em Várzea Grande existem um Pôsto de Puericultura, mantido pela

Outro aspecto da rua Couto Magalhães

Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância, e um Pôsto de Saúde, subordinado ao Departamento de Saúde do Estado. A assistência médica é prestada por médicos de Cuiabá, uma vez que na cidade não há facultativo residente. Contam os munícipes com uma farmácia.

Trecho final da Rua Couto Magalhães

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada através do Pôsto de Puericultura e pela Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância. Não existe cooperativa.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, o município possuía uma população, com 5 anos e mais, de 4 546 pessoas, das quais 2 499 (1 275 homens e 1 224 mulheres) eram alfabetizadas, e 2 047 (952 pessoas do sexo masculino e 1 095 do feminino), analfabetas. Na sede municipal encontravam-se 2 311 moradores maiores de 5 anos, dos quais 1 486 alfabetizados, sendo 746 homens e 740 mulheres. Relativamente à população do município, o grupo das pessoas que sabiam ler e escrever representava 44,50%.

Sinos da Igreja de N. Sa. da Guia

Ensino — Foi o seguinte o movimento das unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em 1956, no primeiro mês letivo, segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística: 14 escolas mantidas pelo Govêrno do Estado, com 800 matrículas gerais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Várzea Grande possui um clube esportivo e recreativo (Clube Náutico de Cuiabá), com um total de 680 sócios; um clube esportivo (Operário Futebol Clube) tendo um quadro social de 60 pessoas. Há dois cinemas (Cine Belo e Cine Várzea Grande), os quais, em conjunto, têm capacidade para 250 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro da Prefeitura Municipal, comparativamente à arrecadação estadual, no período de 1950 a 1956, em milhares de cruzeiros, foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	235	323	51	301
1951	—	267	949	84	528
1952	—	852	1 764	166	1 753
1953	—	1 008	1 062	239	1 000
1954	—	1 153	793	121	787
1955	—	1 442	831	156	758
1956	—	980	1 589	607	1 234

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os festejos em honra de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Guia (padroeira da cidade) e Nossa Senhora da Conceição já constituem tradição na vida da cidade de Várzea Grande. São realizados em 16 de julho, 15 de agôsto e 8 de dezembro, respectivamente. Há ainda os festejos populares de São João, Santo Antônio e São Pedro. As comemorações em honra do primeiro são coroadas com o tradicional "banho" dado na imagem do santo, levada ao primeiro córrego com grande acompanhamento, onde não falta música e foguetões.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — É representado pela Usina de Beneficiamento da Borracha, mantida pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A., que beneficia tôda a borracha extraída no estado de Mato Grosso.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL — Várzea Grande encontra-se localizada sôbre extensa várzea, daí o seu nome, sendo seus naturais chamados várzea-grandenses. A sede municipal está ligada à capital do Estado por ótima rodovia de macadame betuminoso, a primeira que foi construída no Estado. Igualmente dêsse tipo será a pavimentação que receberá a rua principal da cidade. Foram licenciados pela Prefeitura Municipal, até 31-XII-1956, 14 automóveis e 39 caminhões. A comuna apesar de não dispor de reservas florestais, é o principal intermediário no fornecimento de lenha à capital do Estado.

O município é têrmo judiciário da comarca de Cuiabá, possuindo 3 cartórios localizados na sede municipal, na vila de Bom Sucesso e na de Passagem da Conceição, respectivamente. Seu eleitorado, em 31 de dezembro de 1956, era composto de 2 000 cidadãos.

Em Várzea Grande estão localizados o aeroporto de Cuiabá, o Matadouro Municipal de Cuiabá, as instalações permanentes das exposições agropecuárias do Govêrno do Estado e a Usina de Laticínios de Cuiabá.

Bibliografia

Na compilação e elaboração do presente trabalho, consultaram-se dados e outros elementos de informação existentes não só nas Agências Municipais de Estatística, como nas publicações a seguir enumeradas:

1 — "Recenseamento Geral do Estado de Mato Grosso — 1950" — I.B.G.E.-C.N.E. — 1956.

2 — "Melhoramentos Urbanos — 1954" — Serviço de Estatística da Educação e Cultura — 1956.

3 — "As Raias de Mato Grosso" — Vol. II, 1925 — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

4 — "Monografias Cuiabanas" — Vol. I, 1925 — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

5 — "Datas Matogrossenses" — 1.º Vol., 1919 — ESTEVÃO DE MENDONÇA.

6 — "Pedro Celestino" — 1945 — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

7 — "Indicador das Leis e Decretos do Estado de Mato Grosso — 1890-1935" — EURICO DE CAMPOS.

8 — Elementos históricos compilados de informações elaboradas pelo Padre JOÃO BATISTA SELVAGGI, S. J. e informações prestadas pelo Sr. JOSÉ DE VASCONCELLOS.

9 — "Censo Demográfico do Estado de Mato Grosso — 1950" — I.B.G.E.-C.N.E. — 1952.

10 — "Os Primeiros Povoadores do Sul de Mato Grosso" — Artigo de JOSÉ DE MELO E SILVA em a Revista Terra e Gente — 1957.

11 — Dados Coligidos no Departamento Estadual de Estatística e na Cúria Diocesana.

12 — Agência Municipal de Estatística de Três Lagoas — 1956.

13 — "À Sombra dos Hervaes Mattogrossenses" — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO — 1925.

14 — "Amambaí, a sua etimologia e a sua pronúncia ante o tupi-guarani" — JOÃO BATISTA DE SOUZA — 1956.

15 — "As Raias de Mato Grosso" — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO — 1924.

16 — "Album de Matto-Grosso" — 1914.

17 — Leis e Decretos do Govêrno do Estado de Mato Grosso.

18 — Depoimentos pessoais do coronel JOSÉ SILVÉRIO DE MAGALHÃES, ex-Prefeito de Aripuanã e fundador da sede municipal, e do Sr. HENRIQUE HONORATO PRAXEDES RODRIGUES, atual Prefeito de Aripuanã.

19 — "Um Trecho do Oeste Brasileiro" — GABRIEL PINTO DE ARRUDA — 1938.

20 — "Luiz de Albuquerque" — 1942 — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

21 — Colaboraram com dados elucidativos: VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, Biblioteca e Arquivo Público do Estado e Agência Municipal de Estatística.

22 — "As Raias de Mato Grosso" — Vol. III — VIRGÍLO CORRÊA FILHO.

23 — "Luiz de Albuquerque (Fronteiro Insigne)" — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO — 1942.

24 — "Dicionário Biográfico Mato-Grossense" — RUBENS DE MENDONÇA — 1953.

25 — Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954 (D. G. 13/8/57).

26 — "Amambaí" — Trabalho de JOÃO BATISTA DE SOUZA (edição de 1956).

27 — "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" — Vol. II.

28 — "Carta Geográfica de Mato Grosso" — CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON (edição de 1952).

29 — Campanha de Estatística e Apurações efetuadas pelo Departamento Estadual de Estatística.

30 — "Mato Grosso" — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO — 1922.

31 — "Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso" — número XVI, de 1926.

32 — "Heroes Obscuros da Egreja Matogrossense" — DOM FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA.

34 — "Do 1.º Rancho à Locomotiva 44" — Album de Campo Grande — 1939 — PERI ALVES CAMPOS.

35 — "Discurso pronunciado a 26 de agôsto de 1943 em Sessão do Rotary Club de Campo Grande" — VESPASIANO BARBOSA MARTINS.

36 — "A Verdadeira História de Campo Grande" — EPAMINONDAS ALVES PEREIRA — publicado em "O Matogrossense", de 26/8/1956.

37 — "Sua Luta e sua Vitória" — revista Terra e Gente n.º 2 — 1957.

38 — "Representação dos Sulistas ao Congresso Nacional Constituinte" — Divisão do Estado de Mato Grosso — 1934.

39 — Revista dos Proprietários de Campo Grande n.º 3, Ano VI.

40 — "Os predecessores dos Pires de Campos e Anhanguéras" — ANTÔNIO CORRÊA DA COSTA — 1918.

41 — "Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real de Bom Jesus de Cuiabá" — RUBENS DE MENDONÇA.

42 — Informações organizadas pela Agência Municipal de Estatística de Nioaque.

43 — "Dicionário Biográfico Mato-Grossense" — RUBENS DE MENDONÇA — 1953.

44 — Arquivos da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

45 — "A Epopéia de Rondon" — Reportagem de ÁLVARES DA SILVA, JOSÉ MEDEIROS e ED KEFFEL, em a revista "O Cruzeiro", n.º 35, de 15/6/1957.

46 — Divisão Judiciária do Estado (1954 a 1958).

47 — "Relatório do Prefeito Municipal de Campo Grande" — Dr. ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO (1926).

48 — "À Cata de Ouro e Diamante" — Monografias Cuiabanas — 1926 — VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

Índice Geral

Índice dos Municípios

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Nilson Vicente, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE TRIGÉSIMO QUINTO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 28 DE ABRIL DE 1958, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL.

Publicação comemorativa do 4.º aniversário de governo do
Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira,
em 31 de janeiro de 1960